

**Paulo Bruno Pereira Paiva Alves**

**A imprensa católica na Primeira República:  
do fim do jornal *A Palavra* (1911) ao Concílio  
Plenário Português (1926)**



**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2012**



**Paulo Bruno Pereira Paiva Alves**

**A imprensa católica na Primeira República:  
do fim do jornal *A Palavra* (1911) ao Concílio  
Plenário Português (1926)**

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de Ciências da Comunicação, especialidade de História da Comunicação, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Nobre Vargues e co-orientação do Professor Doutor Paulo F. de Oliveira Fontes.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
(SFRH / BD / 36216 / 2007)



**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2012**

Ao meu pai e à minha mãe,  
António e Leontina.

À minha Joana “Lua”,  
e ao nosso tesouro que está a chegar.

## **Agradecimentos**

A presente dissertação de doutoramento representa o culminar de um processo longo, tantas vezes solitário, de investigação, de desmontagem de diversos processos, e de construção de novos elementos. Mas todo este trabalho não poderia ter sido possível sem a orientação, a solidariedade, e o apoio de várias pessoas e instituições, a quem, justamente, devo muito mais do que umas singelas palavras.

Agradeço profundamente à Professora Doutora Isabel Nobre Vargues e ao Professor Doutor Paulo F. de Oliveira Fontes, meus orientadores. Acompanharam todo o trabalho com grande deferência, apontando-me caminhos mais directos e objectivos, perante a encruzilhada em que, por certas vezes, me coloquei. O seu acompanhamento valoroso da investigação e do processo de escrita, as suas indicações preciosas, e os diálogos mantidos fizeram crescer e clarificar não apenas este trabalho, mas também a minha percepção por alguns dos temas analisados.

Dirijo também uma palavra de agradecimento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, instituição de referência nacional, em termos de Investigação e Desenvolvimento, pela bolsa de doutoramento concedida para a realização desta dissertação. Sem o seu apoio financeiro, este trabalho certamente não se realizaria.

Ao longo desta caminhada, cruzei-me com diversas pessoas, de diferentes instituições, que me merecem um reconhecimento mais específico: ao Professor Doutor Manuel Clemente, pelas palavras sábias com que replicou às minhas dúvidas, ocorridas ainda numa fase primária da investigação. Às Direcções e a diversos membros do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, e do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa. Aos funcionários da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na pessoa da D.<sup>a</sup> Maria Teodósio Jacinto, e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Carla Costa.

Agradeço aos amigos que viveram comigo algumas das histórias do vasto mundo da imprensa católica, e por partilharem o seu tempo comigo. Por fim, agradeço profundamente à minha família por estar presente, em especial à Joana, minha esposa, amiga, companheira, confidente, por aplaudir todos os meus avanços, e suportar todas as minhas frustrações.

## Índice

Resumo .....	13
Abstract .....	15
Siglas e abreviaturas .....	17
Introdução .....	19
Parte I – A sociedade e a imprensa na mudança da Monarquia para a República .....	29
Capítulo 1. Os últimos anos da Monarquia Constitucional portuguesa .....	31
1.1. Um país desventurado e desigual .....	31
1.2. O aperto económico nacional .....	33
1.3. O fim do rotativismo e a queda da Monarquia Constitucional .....	34
1.4. A Igreja Católica no fim de uma época .....	38
Concluindo .....	51
Capítulo 2. A imprensa a partir da segunda metade do séc. XIX .....	53
2.1. O processo tecnológico e a transformação da imprensa .....	55
2.2. A (in)formação de um público em crescendo, e o travão censório .....	61
2.3. A oposição impressa ao regime monárquico .....	65
2.4. A imprensa protestante, outras minorias, ou diferentes lados da fé .....	72
Concluindo .....	76
Parte II – A imprensa católica e o processo reactivo da Igreja .....	77
Capítulo 3. A imprensa católica: o meio mais útil do “bom combate” .....	79
3.1. Da dimensão da imprensa católica à sua vitalidade .....	83
3.2. O beneplácito de Leão XIII para a criação de uma boa imprensa .....	87
3.3. Da imprensa católica à aparição da boa imprensa em Portugal .....	109
Concluindo .....	112

Capítulo 4. A imprensa católica portuguesa entre 1911 e 1926 .....	115
4.1. Apresentação do Catálogo da imprensa católica (1911-1926) .....	118
4.2. A imprensa católica entre 1911 e 1913 .....	125
4.3. A imprensa católica entre 1914 e 1918 .....	137
4.4. A imprensa católica entre 1919 e 1926 .....	150
4.5. A importância dos nomes dos títulos do Catálogo (1911-1926) .....	161
4.6. A vida interna dos periódicos católicos na Primeira República .....	168
4.7. Os materiais tipográficos dos periódicos católicos .....	172
4.8. O Papel, o Formato, a Tiragem, a Distribuição, e a Publicidade .....	175
Concluindo .....	195

Parte III – A imprensa católica no Portugal republicano (1911-1926).....	197
--	-----

Capítulo 5. A imprensa católica e a evolução do país: da Lei da Separação (1911) ao Apelo de Santarém (1913) .....	205
5.1. O fim d' <i>A Palavra</i> ; Os jornais <i>Echos do Minho</i> e <i>A Nação</i> .....	205
5.2. Números e assuntos do <i>Echos do Minho</i> e d' <i>A Nação</i> .....	216
5.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1911-1913) .....	221
5.3.1. O caso particular da suspensão momentânea d' <i>A Nação</i> .....	226
5.4. A análise política do país republicano (1911-1913) .....	227
5.4.1. As denúncias e os balanços contínuos da obra da República .....	238
5.4.2. A atenção particular sobre a acção política de Afonso Costa .....	249
5.4.3. O desencanto progressivo com o projecto republicano .....	260
5.5. As principais medidas do Governo contra a Igreja Católica .....	264
5.5.1. Conflitos entre o Estado e a Igreja em tons de perseguição .....	266
5.5.2. Ensino religioso, divórcio, registo civil, e expulsão do clero .....	270
5.5.3. O olhar sobre a Lei da Separação: da aplicação aos prejuízos .....	281
5.5.4. A reacção católica às medidas que atingiram a Igreja .....	299
5.6. Outras questões da imprensa católica na República (1911-1913) .....	304
5.6.1. A atenção da imprensa católica sobre o campo social .....	306
5.6.2. A atenção da imprensa católica sobre o campo económico .....	310
Concluindo .....	316

Capítulo 6. A imprensa católica e a evolução do país durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) .....	317
6.1. Os jornais <i>Liberdade</i> (Porto, 1914-1919) e <i>A Ordem</i> (Lisboa, 1916-1919) .....	317
6.2. Números e assuntos do <i>Echos do Minho</i> , da <i>Liberdade</i> , d' <i>A Nação</i> , d' <i>A Ordem</i> (Lisboa) .....	324
6.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1914-1918) .....	333
6.3.1. As apreensões de jornais, e a aplicação da censura durante a guerra .....	339
6.4. A análise política do país republicano (1914-1918) .....	341
6.4.1. A República em tempo de guerra .....	345
6.4.2. A “República Nova” de Sidónio Pais, e os compromissos beligerantes .....	355
6.4.3. Grande Guerra: um país dividido numa República em conflito .....	360
6.5. Relações entre o Estado e a Igreja Católica: conflitos e aproximações .....	369
6.5.1. As propostas de revisão da Lei da Separação, ou a discussão possível .....	370
6.5.2. Perseguições e reclamações dos católicos na procura de união .....	378
6.5.3. O Centro Católico Português: a organização política dos católicos .....	381
6.5.4. O enredo dos capelães militares, e um mistério chamado Fátima .....	400
6.6. Outras questões da imprensa católica na República (1914-1918) .....	416
6.6.1. A atenção da imprensa católica ao campo social .....	417
6.6.2. A atenção da imprensa católica ao campo económico .....	426
Concluindo .....	429
Capítulo 7. A imprensa católica e a evolução do país: do fim da guerra (1919) ao Concílio Plenário Português (1926) .....	431
7.1. Os jornais <i>A Ordem</i> (Porto), <i>Diario do Minho</i> , <i>A Epoca</i> , <i>A União</i> , <i>Novidades</i> .....	431
7.2. Números e assuntos da <i>Liberdade</i> , d' <i>A Ordem</i> (Porto), do <i>Diario do Minho</i> , d' <i>A Ordem</i> (Lisboa), d' <i>A Epoca</i> , d' <i>A União</i> , das <i>Novidades</i> .....	445
7.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1919-1926) .....	459
7.3.1. A corrente da boa imprensa fomentada pel' <i>A Ordem</i> (Porto) .....	469
7.3.2. O caso da transformação e da expansão do <i>Diario do Minho</i> .....	474
7.3.3. As <i>Novidades</i> : um projecto nacional de imprensa católica .....	479
7.4. A análise política do país republicano (1919-1926) .....	485
7.4.1. Os (des)governos sistemáticos da República .....	488
7.4.2. A chegada do movimento militar de 28 de Maio de 1926 .....	510

7.4.3. A Paz, o Tratado de Versalhes, e o falhanço do sonho do Governo .....	519
7.5. As relações entre o Estado e a Igreja Católica numa “Nova República” .....	524
7.5.1. As novas reclamações e acusações dos católicos .....	525
7.5.2. A união dos católicos nos novos tempos .....	534
7.5.3. Os Congressos de acção católica, e o Concílio Plenário Português .....	542
7.5.4. O Centro Católico Português: da recomposição à mudança final .....	547
7.6. Outras questões da imprensa católica na República (1919-1926) .....	568
7.6.1. A atenção da imprensa católica sobre o campo social .....	570
7.6.2. A atenção da imprensa católica sobre o campo económico .....	577
Concluindo .....	581
Conclusões .....	583
Fontes e Bibliografia .....	599
Apresentação dos Apêndices .....	625
Apêndice I – Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926 .....	626
Apêndice II – Quadro e Mapa com a distribuição dos títulos pelas suas dioceses ...	765

## Resumo

Este trabalho apresenta o estudo da imprensa católica que esteve em publicação entre 1911 e 1926, em Portugal, no decorrer da Primeira República. O objectivo central deste estudo é promover uma reflexão sobre a realidade da sociedade portuguesa de então, partindo da investigação da imprensa católica publicada, que será analisada como objecto de estudo e como fonte de informação. Ao mesmo tempo, este trabalho pretende apresentar e estudar o universo dos títulos católicos em publicação nesses anos.

Com este trabalho pretende-se estudar a imprensa católica ao longo da Primeira República, e compreender como decorreu a sua evolução, integrando-a, ao mesmo tempo, num quadro geral de reacção da Igreja Católica Apostólica Romana às medidas laicizadoras dos governos republicanos. Este trabalho também deseja concretizar a importância da imprensa católica como parte de um projecto mais amplo que a Igreja vinha encetando na Europa e no resto do mundo. Em verdade, desde meados do século XIX, a Igreja Católica apostou no incremento de diversas estruturas católicas que pudessem fomentar a recristianização e a renovação da sociedade.

Foi num clima de crescimento da imprensa, em geral, que se promoveu o nascimento e o progressivo desenvolvimento da imprensa católica. Este tipo específico de imprensa integrou-se na defesa dos interesses católicos nascidos desde os finais do século XIX, no quadro geral do movimento social católico, e conheceu um outro dinamismo desde o pontificado de Leão XIII (1878-1903) que incentivou a ideia de “descer ao povo” de uma forma mais enérgica, através da leitura dos periódicos católicos.

Em verdade, foi nessa qualidade que a imprensa católica também se estabeleceu como parte desse processo, ainda que em Portugal essa terminologia só tenha adquirido pleno significado depois de 1834, no decorrer do processo da secularização da sociedade e das instituições religiosas, levado a cabo pelos governos liberais. Foi numa fase em que estava em curso a transformação da sociedade, onde sobressaía a questão social, que a imprensa católica passou a definir-se como “boa imprensa”.

A imprensa católica conheceu um certo crescimento durante a Primeira República, em especial nos primeiros anos do novo regime. Entre 1911 e 1926 estiveram em publicação 217 títulos que foram registados no Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, que elaborámos e anexámos a este trabalho.

De acordo com os objectivos do trabalho, esse mesmo Catálogo foi dividido em três subperíodos de análise: 1911-1913; 1914-1918; e 1919-1926, que também estão interligados com a própria evolução e história da Primeira República.

Após a apresentação da imprensa católica em cada um dos três subperíodos, irá partir-se para a análise específica de nove títulos seleccionados dos 217 títulos presentes no Catálogo. Irá seguir-se a lógica norte-sul, que servirá para representar o universo pesquisado da imprensa católica com títulos provenientes do Porto e de Braga, a norte, e de Lisboa, a sul. Em cada um dos nove títulos serão analisados aspectos relacionados com a sua estrutura interna, em particular ao nível da Direcção, da Administração, e da Redacção. Esses títulos farão a análise das principais linhas da Primeira República, em quatro grandes planos (político, religioso, social, económico), através dos seus editoriais, que é o principal artigo de opinião dos géneros jornalísticos, e que constitui a própria visão e a opinião do jornal, comprometendo a sua responsabilidade. Assim, partindo da amostragem dos nove títulos, pretende-se demonstrar como é que, em traços gerais, a imprensa católica analisou os aspectos políticos e religiosos de maior destaque nas suas páginas, mas igualmente as questões sociais e económicas que atravessaram o país, entre 1911 e 1926.

### **Palavras-chave**

Imprensa católica; Boa imprensa; Primeira República; Católicos; Jornalismo;

## Abstract

This paper presents the study of the Catholic press that has been in publication between 1911 and 1926 in Portugal, during the First Republic. The main purpose of this study seeks to promote a reflection about the reality of the Portuguese society then, starting from the investigation of the Catholic press published, that will be analyzed as an object of study and as a source of information. At the same time, this work aims to present and to study the universe of the Catholic titles publishing in those years.

With this work we intend to study the Catholic press throughout the First Republic, and understand how it was carried out its evolution and incorporating it, at the same time, in a general plan for the Roman Catholic Church's response to the secularized measures of the republican governments. This work also aims to realize the importance of the Catholic press as part of a wider project the Church was engaging in Europe and in the rest of the world. In fact, since the mid-nineteenth century, the Catholic Church backed the increase of several Catholic structures that might encourage the re-Christianization and the renewal of society.

It was in a climate of growth of the Press in general, that the birth and the progressive development of the Catholic press were promoted. This specific type of media joined in the best interests of Catholics born since the late nineteenth century, the general structure of Catholic social movement, and met another momentum since the pontificate of Leo XIII (1878-1903), who encouraged the idea of "down to the people", with a more energetic way, through the reading of Catholic publications.

In fact, it was this quality that the Catholic press was also established as part of this process, although in Portugal this terminology has acquired full meaning only after 1834, in the process of secularization of society and religious institutions, carried out by the liberal governments. It was during the time that was in progress the transformation of society in which stood the social issue that the Catholic press began to define itself as "good press".

The Catholic press knew some growth during the First Republic, especially in the early years of the new regime. Between 1911 and 1926 there were in publication 217 titles that have been registered in the Catalogue of the Catholic press between 1911 and 1926, that we have drafted and attached to this paper. According to the objectives of this work, the same Catalogue was divided into three sub-periods of analysis: 1911-

1913, 1914-1918, and 1919-1926, which are also connected with his own evolution and history of the First Republic.

After the presentation of the Catholic press in each period, we will depart to the specific analysis on nine selected titles of these 217 titles in the Catalogue. We will follow the north-south logic, which will serve to represent the group studied Catholic press with titles from Porto and Braga, in the north, and from Lisbon in the south. In each of these nine titles it will be analyzed aspects of its internal structure, particularly at the Directors and Editorial Boards. The analysis of the main lines of the First Republic it will make by the analysis of each of these nine titles in four major plans (political, religious, social, economic), through their editorials, which is the main opinion article of the journalistic genres, and that is the very view and opinion of the newspaper, compromising its responsibility. Thus, based on the sample of these nine titles, we intend to demonstrate how, in general terms, the Catholic press focus on political and religious aspects more prominent in its pages, but also on social and economic issues that cross the country between 1911 and 1926.

### **Keywords**

Catholic press; Good press; First Republic; Catholics; Journalism;

## **Siglas e Abreviaturas**

ASV/ANL – Arquivo Secreto do Vaticano/Arquivo da Nunciatura de Lisboa

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CADC – Centro Académico de Democracia Cristã

CCO – Círculo Católico de Operários

CCP – Centro Católico Português

CPP – Concílio Plenário Português

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa

Cf. – Conferir

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CN – Centro Nacional

Coord. – Coordenação

CEP – Corpo Expedicionário Português

CPP – Concílio Plenário Português

Dir. – Direcção

Ed. – Edição

Et al. – *et alii* (e outros)

GNR – Guarda Nacional Republicana

GP – Governo Provisório

N.º, n.ºs – Número, números

P., pp. – Página, páginas

PN – Partido Nacionalista

PRP – Partido Republicano Português

S/d – *sine data* (sem data)

Séc. – Século

Segs. – Seguintes

SDN – Sociedade das Nações

UIR – União da Imprensa Regional

UON – União Operária Nacional

Vol., vols. – Volume, volumes



## Introdução

No dia 5 de Outubro de 1895, o bispo de Viseu, D. José Dias Correia de Carvalho (1883-1911), escreveu uma carta<sup>1</sup> ao núncio apostólico, em Lisboa, Domenico Maria Jacobini (1891-1896), dando conta do seu descontentamento por ainda não ter conseguido adquirir, para a sua diocese, um jornal estritamente religioso, capaz de propagar a mensagem cristã de uma forma diferente do que era feito por outras publicações, então ali existentes. Aquela carta constituía a resposta do bispo de Viseu ao inquérito que o papa Leão XIII dirigira às dioceses do mundo católico, nos primeiros anos do seu pontificado (1878-1903), sobre o estado da imprensa católica em cada uma delas. Em verdade, o Papa pretendia ajuizar não apenas os números reais ou aproximados das publicações periódicas de feição religiosa, mas também conhecer a própria realidade do movimento social católico, em marcha em cada um desses países. O caso particular da diocese de Viseu não era, naquela altura, muito diferente dos outros bispados nacionais. No final do século XIX, a imprensa católica portuguesa ainda era relativamente escassa, apesar de existirem vários títulos católicos impressos, e alguns até com uma certa longevidade. Mas, de uma forma ou de outra, tais publicações não demonstravam ainda o carácter combativo que, anos mais tarde, estaria associado aos jornais católicos. Em breve, porém, o discurso iria mudar em todas as dioceses nacionais.

A imprensa católica que se publicou desde os primeiros anos de Novecentos, em especial ao longo da Primeira República (1910-1926), conheceu um grande desenvolvimento, sobretudo nas dioceses a norte do rio Mondego. Mas esse crescimento esbarrou com a acção governativa republicana, em marcha desde a revolução de 5 de Outubro de 1910, e ficou visível na destruição e na suspensão de muitos jornais católicos. Tal processo ganhou um maior vigor ao longo dos primeiros meses do novo regime, e no início de 1911 eram já vários os títulos católicos assaltados e suspensos pelo Governo Provisório. Até ao fim da República, em 1926, tais investidas contra os jornais católicos foram mais ou menos esporádicas. Mas, apesar das dificuldades impostas pelas políticas laicizadoras do governo republicano, a imprensa católica conseguiu manter-se activa, e até alcançar uma certa solidez durante esses anos.

---

<sup>1</sup> Cf. ASV/ANL. N.º 329 (3). *Carta do Bispo de Viseu para o Núncio Apostólico*, 5 de Outubro de 1895, folhas 53 (frente) – 56 (frente).

Este trabalho representa, em traços gerais, o estudo da imprensa católica que esteve em publicação entre 1911 e 1926, durante a Primeira República, no contexto da sociedade portuguesa de então. O objectivo central deste trabalho pretende desenvolver uma reflexão sobre a realidade da sociedade nacional, através da imprensa católica desse período, e passa por apresentar e estudar o universo dos títulos católicos em publicação durante esses anos. A análise do presente trabalho tem o seu início em 1911, com o fim do jornal *A Palavra* (Porto, 1872-1911), em 15 de Fevereiro desse ano, e prolonga-se até ao Concílio Plenário Português, realizado em Lisboa, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926, já depois do fim da Primeira República, ocorrido em Maio desse ano.

Com este trabalho pretendemos estudar a imprensa católica ao longo da Primeira República, e compreender como decorreu a sua evolução, assimilando a sua multiplicidade e a sua complexidade, e integrando a mesma imprensa católica num quadro geral de reacção da Igreja Católica às políticas laicizadoras dos governos republicanos. Ou seja, procuraremos analisar a realidade nacional republicana a partir da imprensa católica, sendo esta última analisada enquanto elemento específico, isto é, como objecto de estudo e como fonte de informação. Assim, espera-se integrar uma dupla realidade: a que, por um lado, era transmitida pelos acontecimentos diacrónicos da Primeira República, e a que, por outro, era a interpretação da imprensa católica desses factos. Também pretendemos, em traços gerais, ver concretizada a importância da imprensa católica como parte integrante de um projecto de maior amplitude que a Igreja Católica vinha apresentando e concretizando, em termos europeus e mundiais.

Com efeito, desde meados do século XIX, a Igreja vinha apostando no incremento de diversas estruturas católicas que promovessem a recristianização e a renovação da sociedade. Em verdade, com o desenvolvimento do capitalismo, a questão social sobrepôs-se à questão religiosa, até aí dominante, e a Igreja começou a aperceber-se da falta de diálogo nesse campo, um espaço que ganhava cada vez maior importância. Efectivamente, o inimigo da Igreja foi deixando de ser, cada vez mais, o liberalismo, para passar a ser o socialismo e o próprio movimento operário que, em Portugal, começava a dar os primeiros passos. Perante tal realidade, a Igreja percebeu que a disputa e a conquista do poder político passavam pelas massas populares. Ora, foi exactamente por aí que seguiu o seu trajecto. Organismos como os Círculos Católicos de Operários (CCO) eram um desses exemplos direccionados para o povo, numa fase em que a Igreja assumia a necessidade de dar uma atenção especial às reivindicações

dos novos grupos sociais, entretanto surgidos. Como outros elementos do movimento social católico, os CCO visavam a regeneração social e religiosa dos operários, e do povo em geral, e instigava-os a afastarem-se da propaganda promovida, sobretudo, pelos liberais, pelos socialistas, pelos republicanos, e pelos anarquistas, que a Igreja considerava serem os principais inimigos.

A imprensa católica também se constituiu como parte desse processo de recristianização social. Aquela não seria, como não foi, um elemento isolado da sua acção. Em Portugal, aquela designação só ganhou verdadeiro sentido depois de 1834, no decurso do processo da secularização da sociedade e das instituições religiosas. Com efeito, por essa altura, a imprensa desempenhava, a vários níveis, uma grande força na Europa e no mundo, e Portugal não foi excepção. Foi, assim, num clima de crescimento da imprensa em geral, e da sua crescente especialização, que se promoveu o referido nascimento e o progressivo desenvolvimento da imprensa católica. Este tipo específico de imprensa integrar-se-ia na defesa dos interesses católicos nascidos desde os finais do século XIX, e conheceria um outro dinamismo desde o pontificado de Leão XIII. De facto, o crescimento da imprensa católica ocorreu a partir de algumas das encíclicas deste papa que preconizou a ideia de «descer ao povo» de uma forma mais assertiva através, precisamente, da leitura dos jornais católicos. Ainda que os níveis de alfabetização nacionais, europeus e mundiais não fossem muito altos, cedo ficou patente que a imprensa católica podia desempenhar um importante papel nesse processo alargado de recristianização do povo. A leitura colectiva e a transmissão oral, em voz alta, dos artigos do jornal eram algo que a Igreja Católica não poderia descurar. Essa era uma das especificidades, no quadro geral do movimento social católico, que davam à imprensa católica algumas garantias de se mover com maior perseverança num novo campo de batalha. Ao mesmo tempo, o apoio concedido por Leão XIII à imprensa católica também ajudou a impulsionar ainda mais o desenvolvimento dos jornais católicos.

Ao contrário do que sucedera no papado de Gregório XVI (1831-1846) – em que ocorrera a condenação dos jornais franceses *L' Avenir* e *Le Correspondant*, por preconizarem as ideias de um movimento liberal católico – o pontificado de Leão XIII concedeu uma maior liberdade e uma maior apoio no processo da imprensa católica. Em verdade, beneficiando o seu crescimento, Leão XIII olhou para a imprensa católica como um elemento vital para a renovação da Igreja, num mundo que aquele sabia já não ser plenamente cristão. Com efeito, a leitura da imprensa católica passou a fazer parte

dos conselhos promovidos por diversos católicos que emergiam num novo género de militância. Validada pela Igreja, a imprensa católica foi apresentada pelos militantes católicos como uma forma de agitar as consciências do povo católico, e também para lutar contra algumas publicações em circulação – em especial, as liberais, as socialistas, as republicanas, e as anarquistas – que consideravam possuir um espírito anti-religioso, e que, no entender desses militantes católicos, eram promotoras de uma certa indiferença religiosa.

Seria, pois, num contexto de combate que ocorreria a mudança do termo imprensa católica para boa imprensa. Em causa estava a luta pela sociedade, em especial a denominada questão social, traduzida pela luta pelo controlo social. Nesse sentido, alguns católicos militantes mais entusiastas assumiram uma postura mais aguerrida da imprensa católica, atitude que, mais tarde, também seria validada pela Igreja. Progressivamente imbuídos num clima de cruzada, os jornais católicos passaram a ser conhecidos como bons jornais, e a imprensa católica passou a ser apresentada como a boa imprensa. Esta iria lutar contra um inimigo há muito identificado, e cujas publicações passaram a serem denominadas por maus jornais, associados à também recém denominada má imprensa. A boa imprensa juntava os jornais, as revistas e os livros que recebiam aprovação da Santa Sé, e que eram reconfirmados pelos bispos de cada país, em oposição à considerada má imprensa, em especial os escritos liberais, socialistas, republicanos, e anarquistas.

O apoio da Santa Sé à boa imprensa foi claramente assumido por Leão XIII na encíclica *Dall' Alto Dell' Apostólico Seggio*, de 15 de Outubro de 1890, sobre a Maçonaria em Itália. Nesse documento era afirmada a importância dos jornais e a necessidade de os católicos ripostarem contra o avanço dos sectores que se opunham à Igreja. Em certa medida, pela clareza e pela importância que lhe estavam associadas, essa encíclica haveria de constituir-se como um marco na história da imprensa católica, e na sua acção futura. Num outro prisma, à imagem do que acontecia em outros países, também em Portugal a Igreja sentiu a ameaça da perda da sua liberdade e da sua autoridade. No início do século XX, o país estava em mudança, na passagem da Monarquia Constitucional para a República. A Igreja Católica vivia confrontada, desde os primeiros tempos liberais, com a aplicação de uma política de secularização que a vinha vilipendiando. Mas, ao mesmo tempo, tal realidade também incitou à sua recomposição num novo mundo, nomeadamente com o desenvolvimento de uma acção reactiva, e que permitiu à Igreja olhar mais atentamente para a questão social. Em

verdade, as mudanças que então ocorriam na sociedade levaram a que a Igreja seguisse esse trajecto. Por isso, a Igreja portuguesa adoptou o mesmo plano defendido pela Santa Sé e olhou para a força da imprensa católica com determinação. Até ao início da Primeira República, e durante a sua duração (Outubro de 1910-Maio de 1926), a imprensa católica cresceu em todas as dioceses nacionais, em especial nos bispados do norte do país, localizados acima do rio Mondego. Esse crescimento foi gradual, em especial após o Apelo de Santarém, de Julho de 1913, e a criação da União Católica. Estes funcionaram como a reacção oficial da Igreja à legislação e aos ataques, primeiramente, do Governo Provisório, e, depois, dos diversos governos republicanos que se lhe seguiram. A Igreja patrocinou a criação e o desenvolvimento de uma imprensa católica forte que deveria ser capaz de chegar a todos os cantos do país. Para demonstrar essa força, foi seguido um plano que já tinha posto em prática nos últimos anos da Monarquia Constitucional: o desdobramento de um dado título em vários. E tal aconteceu, sobretudo, em zonas rurais onde rareavam os jornais. Esta era uma acção tripartida da Igreja que passava por apresentar e disponibilizar um jornal puramente católico nessas localidades, por confiar na religiosidade do povo rural e na influência que os padres aí tinham para assegurar, em nome da Igreja, o controlo social das populações e, por fim, por impedir, o melhor que pudesse, a proliferação de jornais liberais, republicanos, socialistas, anarquistas, ou mesmo de outras confissões religiosas que poderiam concorrer com a imprensa católica. Este último caso era mais visível nas cidades do litoral português, e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Assim sendo, os títulos católicos prestar-se-iam a empreender uma luta em prol da defesa dos interesses da Igreja, luta essa que se intensificou após a instauração da República.

Foi no decurso da Primeira República que a imprensa católica conheceu um certo crescimento, sendo que este foi gradual nos primeiros anos do novo regime. De acordo com a recolha que efectuámos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, entre os anos de 1911 e de 1914 nasceriam 70 novas publicações católicas de um total de 166 títulos que nasceriam entre 1911 e 1926, aos quais há a juntar os restantes 51 títulos que haviam nascido no decurso da Monarquia Constitucional e que se publicaram nos anos da República. Tal perfaz o universo de 217 títulos católicos que serviram de análise ao nosso trabalho, como objecto de estudo e como fonte de informação, e que registaremos no Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, que criámos e que iremos apresentar. Com efeito, o Catálogo constitui um pilar importante deste trabalho, uma vez que ele expõe, antes de mais, a imprensa católica

que esteve em publicação entre 1911 e 1926. Este Catálogo abrange os 217 títulos católicos que estiveram em publicação nesse período: ou nascendo ainda durante a Monarquia Constitucional e perdendo-se na República ou prolongando-se para lá desta, ou nascendo e morrendo neste último período, ou mesmo nascendo na República e estendendo-se nos anos seguintes e, em alguns casos, até aos dias de hoje.

Iremos subdividir o Catálogo em três subperíodos de análise: 1911-1913; 1914-1918; e 1919-1926. Como veremos mais à frente, a esquematização desses subperíodos estará associada à acção da Primeira República, em momentos específicos da sua própria evolução e da sua própria história. O primeiro subperíodo decorrerá entre 1911 e 1913, ciclo que está relacionado com a acção laicizadora do Governo Provisório e dos primeiros governos republicanos, em especial à acção política de Afonso Costa, enquanto ministro da Justiça e dos Cultos. O segundo subperíodo decorrerá entre 1914 e 1918, e ficará marcado pela Grande Guerra, e pelo descontentamento popular e de sublevação militar que quebrará o então apelidado radicalismo republicano. Por outro lado abrirá espaço para a “República Nova” de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918. Já o terceiro subperíodo decorrerá entre 1919 e 1926, e corresponderá ao fim da Primeira República. Depois do assassinato de Sidónio, no final de 1918, o período do pós-guerra englobará as lutas político-partidárias que levarão ao desgoverno da República e ao seu fim, com o movimento militar de 28 de Maio de 1926. Em verdade, essa divisão do Catálogo em três subperíodos será recuperada mais à frente, no momento em que apresentaremos a análise do regime republicano, partindo da posição da imprensa católica.

Posteriormente, depois de exposta a imprensa católica publicada em cada um desses três subperíodos, e apontarmos as suas principais características, trataremos de transmitir alguns elementos relacionados com a sua estrutura interna, de forma a melhor compreendê-la. Nesse sentido, a apresentação e a exploração do Catálogo também servirá para demonstrarmos como é que a imprensa católica evoluiu durante a Primeira República. Por outro lado, mais do que apenas apresentar os títulos da imprensa católica, em publicação entre 1911 e 1926, tentaremos demonstrar, através do mesmo Catálogo, a forma como a imprensa católica cresceu e evoluiu ao longo do tempo, e como se colocou perante o regime republicano. Para isso, partiremos da análise de nove títulos que seleccionámos dos 217 títulos presentes no Catálogo, seguindo a lógica norte-sul, e que servirá para representar o universo pesquisado da imprensa católica, com títulos provenientes do Porto e de Braga, a norte, e de Lisboa, a sul: *Echos do*

*Minho* (Braga, 1911-1919), *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), *Liberdade* (Porto, 1914-1919), *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919), *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), *A União* (Lisboa, 1920-1938), e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Nesse sentido, através de um estudo que pretende ser o mais pormenorizado possível, iremos apresentar, nessa amostragem de nove títulos, aspectos da estrutura interna de cada um deles, nos campos da direcção, da administração, e da redacção, dando especial ênfase a algumas particularidades jornalísticas descritas, como, por exemplo, o caso da suspensão do jornal *A Nação*, em 1913, a apreensão de jornais e a aplicação da censura prévia durante a Grande Guerra (1914-1918), ou ainda a corrente da boa imprensa criada pelo jornal *A Ordem* (Porto), e fomentada com maior força desde 1917.

Em cada um dos nove títulos seleccionados daremos primazia ao editorial, por considerarmos que este representava, e representa, a própria visão e a opinião do jornal, sendo a sua voz. Ontem como hoje, este ainda permanece como sendo o artigo que compromete a responsabilidade de um jornal, e é o artigo de opinião por excelência, nos géneros jornalísticos de comentário. Com efeito, o artigo de fundo, como era então mais comumente apelidado, analisava um ou mais assuntos num texto geralmente longo, dividido em duas ou mais colunas, apontando alguns factos e opinando sobre eles, levantando questões, apontando caminhos, sugerindo soluções. Claro que, por diversas ocasiões, teremos a necessidade de analisar outras notícias dos periódicos colocadas numa segunda linha de importância jornalística. Veremos como esses títulos se debruçavam sobre diversos temas, promovendo um relato certamente sério e conhecedor, ainda que naturalmente entusiasta, dos factos e dos grandes temas nacionais que a imprensa católica determinava serem os mais importantes. Nesse sentido, partindo da amostragem desses nove títulos, desejaremos demonstrar como é que, em termos globais, a imprensa católica apresentará as questões políticas e religiosas, que receberam um maior destaque, mas também as questões sociais e económicas mais relevantes surgidas em Portugal, entre 1911 e 1926.

Em termos metodológicos, principiámos a análise no início de 1911, uma altura que ficou marcada por diversos ataques republicanos a alvos católicos e também monárquicos. O marco inicial é o fim d' *A Palavra*, um importante diário católico constitucionalista, da cidade do Porto, que era um claro defensor da Igreja Católica. Desde o seu primeiro número (1 de Agosto de 1872, ano I, n.º 1), este periódico advogava a independência política, excepto quando a forma de Governo se opusesse ao

catolicismo. Apesar de a nova lei de imprensa, de 28 de Outubro de 1910, consagrar uma maior liberdade de pensamento e de opinião, o fim da censura prévia, entre outras medidas, os republicanos não perdoaram a afronta deste e de outros jornais católicos e mesmo de jornais monárquicos. Tido pelos republicanos como um símbolo católico, *A Palavra* foi silenciada em 15 de Fevereiro de 1911, como já acontecera e sucederia futuramente com outros títulos. Já a realização do Concílio Plenário Português, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926, constitui o marco final deste trabalho. Aquele sínodo foi apresentado como um ponto de viragem na vida e na organização da Igreja Católica, por estimular à reflexão e à reformulação de estratégias de acção, quer das alterações surgidas em Portugal desde a instauração da República, em 1910, quer a propósito da promulgação do novo Código de Direito Canónico, em 1917, mas ainda também da nova ordem mundial que saíra da Grande Guerra (1914-1918). Por outro lado, a sua realização ocorreu já num contexto de Ditadura Militar, em curso desde Maio de 1926.

A esquematização do presente trabalho está dividida em três partes que contêm sete capítulos e mais dois apêndices. Pretendemos que a organização dos sete capítulos sugira um caminho contínuo patente na própria evolução sistemática da história, não apenas da imprensa, e no caso específico da imprensa católica, mas também da história da Primeira República. A primeira parte agrupa os dois primeiros capítulos, que são essencialmente capítulos introdutórios à realidade nacional e ao papel da imprensa. Num primeiro capítulo iremos apresentar a realidade dos últimos anos da Monarquia Constitucional em quatro grandes sectores (social, económico, político, e religioso) registando, em cada um deles, os seus aspectos fundamentais. Já num segundo capítulo iremos apresentar a evolução da imprensa nacional, desde a segunda metade do século XIX, evidenciando diferentes aspectos da sua evolução. A segunda parte reunirá os capítulos três e quatro. O terceiro capítulo assentará na exposição da imprensa católica como parte integrante de um processo reactivo da Igreja, relativamente a uma sociedade em progressiva laicização. Num quarto capítulo iremos apresentar e explorar o universo da imprensa católica, a partir do Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, esquematizado segundo diferentes perspectivas, e sobre o qual procuraremos estabelecer um crivo analítico de alguns aspectos da vida interna dos periódicos católicos. Já a terceira parte congregará os restantes três capítulos. Aí há a procura de uma articulação entre a análise dos nove títulos já mencionados, que constituem a nossa base de observação da imprensa católica analisada, e a evolução da Primeira República, nas suas

principais linhas de força (política, religião, sociedade, e economia), entre 1911 e 1926. Dividiremos aquele período de tempo em três subperíodos a que corresponderá cada um dos três capítulos. Em cada um desses capítulos pretendemos apresentar e explorar os principais elementos associados à vida interna dos periódicos católicos, então seleccionados, para analisar cada período histórico, segundo a visão da imprensa católica. O quinto capítulo engloba a época de 1911-1913, que corresponde ao período da afirmação política da República. Aí focaremos os jornais *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), e *A Nação* (Lisboa, 1847-1928). O sexto capítulo, entre 1914-1918, é marcado pela evolução e pelas dificuldades da República portuguesa no momento em que decorre a Grande Guerra. Aí vamos evidenciar os jornais *Liberdade* (Porto, 1914-1919), e *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919). O sétimo capítulo, entre 1919-1926, e é marcado pela desagregação da Primeira República, e pela nova reacção dos bispos, num mundo diferente saído do pós-guerra. Aí apresentaremos os jornais *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), *A União* (Lisboa, 1920-1938) e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Em cada um desses capítulos, para além dos títulos mencionados, teremos que, pontualmente, analisar outros dos nove apresentados, para estabelecer pontos de ligação entre o fim de um dado jornal e o início de um outro. Já nos capítulos seis (1914-1918) e sétimo (1919-1926), depois da apresentação desses títulos, juntaremos a análise de outros, em função dos objectivos do trabalho. Ao longo do texto inseriremos algumas indicações metodológicas mais localizadas, por considerarmos que tal se justificará para melhor compreender o que se pretende apresentar.

Por fim, anexaremos dois apêndices que concentram alguns dados sobre a imprensa católica analisada. No primeiro apêndice incluiremos elementos relativos à organização interna dos 217 títulos listados no Catálogo da imprensa católica que estiveram em publicação entre 1911-1926. Já num segundo apêndice exporemos aqueles títulos, identificando-os com as respectivas dioceses de origem. Para tal, exibiremos um mapa de Portugal que ilustrará as diferentes dioceses com os limites actuais das dioceses e dos distritos nacionais.

Num período de algum desassossego quanto ao acordo ortográfico aprovado e em fase de implementação em Portugal, vamos optar por manter a ortografia pretérita, mas ainda em uso, e a original dos diferentes títulos e na forma como os próprios títulos se apresentavam aos seus leitores, como são, por exemplo, os casos do jornal *Accção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação), e as *Novidades* (Lisboa, 1923-1974).



## **Parte I – A sociedade e a imprensa na mudança da Monarquia para a República**

A Parte I reúne dois capítulos introdutórios: o primeiro sobre alguns aspectos relacionados com o país, e o segundo atinente à imprensa nacional. Assim, num primeiro capítulo, apresentaremos um retrato breve dos últimos anos da Monarquia Constitucional – o fim de uma época – em quatro aspectos fundamentais e por esta ordem: o retrato da sociedade e a confirmação de um Portugal desventurado e profundamente desigual, onde ressaltavam a cidade de Lisboa e, em menor escala, a do Porto, ambas muito mais desenvolvidas do que o resto de um país ruralizado; a difícil realidade económica nacional, fruto da inexistência de matérias-primas num país demasiado periférico do grande centro industrial europeu; a política e a derrocada do rotativismo e dos partidos monárquicos que estavam envoltos em várias lutas políticas, e que deram muito espaço para o livre crescimento dos republicanos, sem grande oposição depois do regicídio de 1908; a realidade da Igreja Católica numa fase em que a aplicação de uma política de secularização gerou um maior agravamento para as suas hostes e que incitou à sua recomposição num novo mundo, nomeadamente com o desenvolvimento de uma acção reactiva, e com o olhar atento para uma emergente nova questão social.

Já num segundo capítulo, traçaremos a evolução da imprensa portuguesa desde a segunda metade do século XIX. Assim, para melhor compreendermos a força emergente da imprensa, confinaremos alguns aspectos como o processo tecnológico que lhe esteve associado e que promoveu o seu desenvolvimento. Por outro lado, tentaremos demonstrar de que forma é que a imprensa se tornou num importante veículo da informação que era requerida por um público em crescendo, e como é que, através dos jornais, se promoveu uma oposição progressiva à Monarquia Constitucional, sobretudo por parte dos republicanos. Por fim, apresentaremos um retrato, naturalmente condensado, de outros tipos de imprensa religiosa, em especial a denominada imprensa protestante e a de outras minorias religiosas, desde a segunda metade do século XIX até, sobretudo, ao fim do período da Primeira República. Tal panorama servirá, sobretudo, para compreendermos a diversidade religiosa que existia em Portugal.



## Capítulo 1.

### Os últimos anos da Monarquia Constitucional portuguesa

«Enquanto a *belle époque* festeja com euforia a entrada no século XX, Portugal conserva-se escondido e ignorado ao canto da Península Ibérica».

Joaquim Vieira<sup>1</sup>

#### 1.1. Um país desventurado e desigual

Em Maio de 1907, o conde Henry de Burnay, um dos homens mais influentes e ricos de Portugal, juntou algumas dezenas de pessoas da classe alta de Lisboa num *garden party*, no seu palácio da Junqueira, em frente ao rio Tejo. Homens e mulheres apresentaram as suas melhores indumentárias e imaginaram-se desfrutando da *belle époque* que se vivia nos grandes salões da Europa Central. Bebiam champanhe, fumavam tabaco, falavam francês, e viviam num mundo “cor-de-rosa”.

Mas Lisboa não era apenas a cidade dos ricos e dos afortunados. Nos seus arrabaldes, a cidade concentrava, aos milhares, empregados nos serviços citadinos e operários fabris em casebres com escassas condições de habitabilidade. Capital de um reino pobre, apático e desinteressante para o investidor estrangeiro, Lisboa não estava, ainda assim, isolada na Europa. No início do século XX ficava, «(...) por via férrea, a um dia de viagem de Madrid, a mais próxima das outras capitais europeias, e a dois dias de viagem de Paris e Londres»<sup>2</sup>. Esta realidade tinha sido facilitada pelo fontismo<sup>3</sup>, desde a segunda metade do século XIX, e aproximara Portugal do resto da Europa. Mas a abertura ao continente europeu também serviu para mostrar a nudez de Portugal, a vários níveis, e a verdade é que, na cidade ou no campo, «a vida da maioria dos portugueses era duríssima»<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1900-1910)*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 25.

<sup>2</sup> RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 17-18.

<sup>3</sup> O fontismo foi uma política de modernização do país – a vários níveis – levada a cabo por António Maria Fontes Pereira de Melo, a partir da segunda metade do século XIX, depois do golpe de Estado que levou à capitulação do governo de Costa Cabral. O Governo, liderado por Fontes Pereira de Melo, apoiou-se na alta burguesia portuguesa e centrou-se na regeneração da economia nacional. O plano político – conhecido por regeneração – levou a efeito muitas obras de melhoramento, nomeadamente ao nível das renovações ferroviárias, rodoviárias e marítimas e a introdução do telégrafo. Sobre este assunto veja-se RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A Regeneração e o seu significado*. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 121-129.

<sup>4</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 10.

No início do século XX, a população portuguesa rondava os cinco milhões e meio<sup>5</sup>. Portugal era um país com grandes assimetrias regionais que se alargaram durante todo esse século. Em termos geográficos, os portugueses distribuíam-se desigualmente pelo país: de forma concentrada no norte, e de forma dispersa no sul. À excepção das cidades de Lisboa e do Porto, não existiam outros grandes núcleos urbanos de relevância, sendo que a maioria das pequenas cidades existentes se concentrava junto ao litoral. Portugal era um país ruralizado em que «a maior parte da população – 8 em cada 10 portugueses – vivia no campo, trabalhando uma terra pouco fértil e mal distribuída»<sup>6</sup>. Nesse período, Portugal transformava-se devagar<sup>7</sup>, com particular incidência para o pequeno aumento da taxa de alfabetização<sup>8</sup> e para uma relativa melhoria das condições de vida. Apesar dessa tendência, que o aproximava lentamente dos níveis dos restantes países europeus, a emigração era o destino final de muitos portugueses para ultrapassar a insatisfação e angústia de se ver irremediavelmente pobre no seu país: «(...) foi o que fizeram 660 000 portugueses entre 1890 e 1910, o equivalente a 15% da população de 1900»<sup>9</sup>, a maioria para o Brasil.

Os portugueses viviam num país desventurado e desigual. Portugal era desventurado pelo infortúnio de nos seus solos não brotarem as riquezas que outros países europeus acumulavam, como era o caso da Inglaterra. Por essas razões naturais, cedo os governantes se aperceberam que «Portugal não pode[ia] ser considerado país industrial, o que se traduz na sua fraca capacidade exportadora»<sup>10</sup>. O passo seguinte foi olhar para as colónias de uma outra forma, sobretudo depois da Conferência de Berlim, em 1884, ter depreciado a intenção portuguesa de se valer da «(...) mera invocação de direitos históricos para preservar a herança da expansão marítima»<sup>11</sup>.

As desigualdades existentes em Portugal também deixavam marcas profundas. Não era apenas a abissal diferença existente entre Lisboa e Porto, de um lado, e a província do outro. Havia, efectivamente, dois países num só, com classes definidas que

---

<sup>5</sup> Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 17.

<sup>6</sup> Idem, p. 9.

<sup>7</sup> Cf. RAMOS, Rui – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 565-667.

<sup>8</sup> Ainda que a instrução primária fosse obrigatória, os progressos nesta área não foram aplicados solidamente e a alfabetização entre a população não conheceu um crescimento muito acentuado. Entre 1890 e 1930, isto é, em quarenta anos, a percentagem de portugueses alfabetizados com mais de sete anos passou de 20 por cento para apenas 40 por cento. Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 31.

<sup>9</sup> RAMOS, Rui – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal...*p. 566.

<sup>10</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1900-1910)*...p. 154.

<sup>11</sup> Idem, p. 74.

não se misturavam, fiéis às suas próprias estruturas económicas, sociais, culturais e religiosas. Para os mais abastados existiam o Teatro S. Carlos e a praia de Cascais<sup>12</sup>. Para o povo, que se alimentava «(...) monotonamente a pão, sopa e batatas»<sup>13</sup>, as romarias e os piqueniques, nos arredores das cidades e nas serras mais próximas, eram as diversões mais usuais. Perante esta disparidade económico-social, não foi estranho o comportamento adoptado pelos políticos nacionais. Assim, no decorrer do século XIX, os políticos liberais mostraram ensejo em afastar o povo do poder, aparecendo eles próprios como os seus «(...) detentores naturais»<sup>14</sup>. Mas serão sobretudo os republicanos, já no século seguinte, a levar essa determinação ao extremo.

## 1.2. O aperto económico nacional

Ainda que Portugal tenha conhecido, no último quartel do século XIX, um «(...) lento mas seguro processo de industrialização»<sup>15</sup>, o país era pobre em matérias-primas e a sua balança financeira, entre importações e exportações, tendia para um permanente défice. Nessa altura, «as importações de produtos estrangeiros subiram de 8 milhões de libras em 1891 para 10,5 em 1902...»<sup>16</sup>. Em termos económicos, Portugal vivia mergulhado numa situação periférica, face à Europa industrial, e a postura proteccionista sobre os produtos nacionais não fora muito positiva para as suas finanças. Perante a abertura aos mercados internacionais, os produtos portugueses que eram mais exportados – com especial referência para o vinho do Porto – encontraram sempre muitas dificuldades de penetração com a perspectiva capitalista, que os liberais tinham fomentado, e as contas públicas dos governos rotativistas nacionais não apresentaram um saldo positivo<sup>17</sup>. Também a crise do sistema financeiro que atingiu o Brasil, na década de 1890, agravou as contas nacionais e só a partir de 1900 é que se processou a redefinição do câmbio brasileiro e regressaram «(...) as remessas dos emigrantes»<sup>18</sup>,

---

<sup>12</sup> Cf. MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia...*p. 12.

<sup>13</sup> Idem, p. 10.

<sup>14</sup> RAMOS, Rui – *Outra opinião. Ensaios de História*. Lisboa: O Independente, 2004, p. 20.

<sup>15</sup> ROSAS, Fernando – A crise do oligarquismo em Portugal. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 17.

<sup>16</sup> Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 35.

<sup>17</sup> Em 1903, o jornal *A Paródia* (Lisboa, 1900-1907) apresentava, numa eloquente sátira, «*As contas do Tesouro*», a propósito do défice crescente, caricaturando os políticos Hintze Ribeiro (Partido Regenerador) e José Luciano de Castro (Partido Progressista), que alternavam no poder num processo que ficou conhecido por rotativismo. Em 1892, o défice estava fixado em 6137 contos; passados dez anos, o défice apresentava já o valor de 37 627 contos. Cf. VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1900-1910)*...p. 175.

<sup>18</sup> RAMOS, Rui – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal...*p. 566.

ajudando ao nosso equilíbrio financeiro. Depois do ultimato inglês<sup>19</sup>, em 1890, Portugal virou-se, subitamente, para as colónias, tentando obter nelas o lucro que tivera no Brasil, no passado. Mas cedo se deu conta da realidade e das sérias limitações por se ter esquecido de as conhecer e, sobretudo, desenvolver nos séculos pretéritos. Era certo que os vastos domínios ultramarinos nacionais não representavam grande riqueza. Assim, não era estranho verificar que «em 1900, a maior parte dos territórios, especialmente os maiores, não estavam mapeados, não tinham redes de estradas ou caminhos-de-ferro, nem um sistema de administração unificado»<sup>20</sup>.

Para além dessas dificuldades, «(...) os vários governos da fase final da Monarquia, a braços com sucessivas crises políticas e financeiras, estavam praticamente paralisados»<sup>21</sup>. A verdade é que Portugal não dispunha de capital para explorar as suas colónias e torná-las rentáveis<sup>22</sup>, e rapidamente foi abandonada a quimérica visão das colónias africanas e orientais como se estas se tratassem de uma nova “galinha dos ovos de ouro”<sup>23</sup>.

### 1.3. O fim do rotativismo<sup>24</sup> e a queda da Monarquia Constitucional

Foi no decorrer da última década do século XIX que os efeitos da crise dos partidos rotativos mais se fizeram sentir. Foi, igualmente, a partir daí que sobretudo os

---

<sup>19</sup> O ultimato inglês pode ser resumido como uma nota enviada pelo governo do lorde Salisbury ao seu congénere português (José Luciano de Castro), em 11 de Janeiro de 1890, exigindo que as tropas nacionais retirassem de uma região, no actual Malawi, onde uma expedição militar portuguesa teria atacado alguns indígenas protegidos pelo Império Britânico, que ali tinha interesses. Ainda que contrariado, o governo português cedeu às exigências dos ingleses e retirou. Nessa mesma noite, alguns populares protestaram junto da residência do ministro dos Negócios Estrangeiros, chegando a apedrejar a mesma. O Governo não conseguiu aguentar o mal-estar provocado e demitiu-se, quase de imediato. Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: A Segunda Fundação...* pp. 37-39. Veja-se, igualmente, VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*. 5.ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda., 2004, pp. 37-39.

<sup>20</sup> RAMOS, Rui – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal...* p. 562.

<sup>21</sup> ROLLO, Maria Fernanda – Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 35.

<sup>22</sup> Neste contexto, no arquipélago de São Tomé e Príncipe havia uma sensação distinta. Aqui foi aplicada, com êxito, a cultura de plantação de cacau que os ingleses adquiriam em grandes quantidades, permitindo que esta colónia portuguesa fosse considerada uma das maiores produtoras mundiais de cacau, e das colónias portuguesas economicamente mais eficientes. Cf. RAMOS, Rui – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal...* p. 564.

<sup>23</sup> A propósito deste assunto veja-se o ponto: «O sonho de um novo Brasil» de: LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. 1.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda., 2003, pp. 519-521.

<sup>24</sup> A governação nacional estava dividida entre duas forças políticas: Partido Regenerador de Hintze Ribeiro, e Partido Progressista de José Luciano de Castro, que iam alternando no poder, num sistema que ficou conhecido como rotativismo. A este tinha-se de juntar o peso político exacerbado dos influentes e dos caciques que dominavam a opinião pública. Sobre o Rotativismo ver: RAMOS, Rui – A «Vida Nova». In *História de Portugal: A Segunda Fundação...* pp. 125-297. Sobre os influentes e os caciques ver: VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo...* p. 23-24. Ver igualmente: HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores, 2001, pp. 19-20.

republicanos<sup>25</sup> reforçaram a sua posição na sociedade e desencadearam uma luta tremenda contra a Monarquia e contra a Igreja Católica. Nessa altura, «o sistema político liberal, que funcionara distorcidamente, mas funcionara, entrava em colapso»<sup>26</sup>. O ultimato inglês mudou o panorama político nacional. Ainda assim, com maior ou menor dificuldade, os governos monárquicos conseguiram sustentar os ímpetus reaccionários com uma série de medidas repressivas<sup>27</sup>, e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891<sup>28</sup> não conseguiu abalar grandemente a Monarquia. De qualquer forma, é de salientar que esta revolta «ofereceu ao republicanismo o seu grande mote sentimental e simbólico»<sup>29</sup>.

Seria, pois, a partir dos problemas internos no rotativismo que cresceria, especialmente, o poderio republicano. Assim, «a coerência do rotativismo irá esboroar-se entre 1901 e 1904»<sup>30</sup>, num período em que ocorreram grandes transformações no interior dos partidos rotativos<sup>31</sup>. Foi num ambiente de contestação crescente ao rei, às instituições monárquicas e à própria Igreja que o assalto republicano à Monarquia se desenvolveu com uma maior dinâmica, sobretudo, a partir de 1903. Foi por esta altura

---

<sup>25</sup> Podemos confirmar a história do republicanismo em: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

<sup>26</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia...*p. 16.

<sup>27</sup> O governo de Hintze Ribeiro, em funções depois da demissão de José Luciano de Castro, não facilitou. Depois da remodelação do executivo, em Outubro de 1893, Hintze apresentou uma série de medidas para conter o avanço das ideias republicanas, como sejam a alteração da lei eleitoral, para evitar a eleição de mais deputados republicanos, e a entrada em vigor de uma nova lei sobre a imprensa, desde logo apelidada de Lei das Rolhas. Cf. MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia...*p. 16.

<sup>28</sup> A revolta republicana (a intentona) de 31 de Janeiro de 1891, orquestrada na cidade do Porto, foi organizada sem o apoio declarado do directório republicano de Lisboa, e sem uma cadeia de comando suficientemente forte para impor os desígnios que a revolta se propunha: instaurar a República. A fraca resistência oferecida pelos militares – onde pontificavam sargentos e soldados – levou rapidamente a Guarda Municipal a sanar o conflito. Sobre este assunto podemos endereçar para: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*pp. 76-88.

<sup>29</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República...*p. 95.

<sup>30</sup> Idem, p. 24.

<sup>31</sup> Em 1901, João Franco entrou em conflito com Hintze Ribeiro – que governaria até Maio de 1906 – e abandonou o Partido Regenerador. Algum tempo depois (1903), formou o Partido Regenerador-Liberal e preparou-se para a luta política. Do outro lado do rotativismo, José Luciano de Castro (Partido Progressista) viu-se a braços com o abandono de José de Alpoim (1905), que formou a dissidência progressista. Depois destas alterações políticas, os progressistas e os franquistas governaram em conjunto em 1906, na chamada concentração liberal. José Luciano governou com João Franco até Abril de 1907 mas pressentiu perigo na ascensão meteórica de Franco e abandonou a coligação. D. Carlos deu o aval governativo a Franco que logo depois começou a governar em ditadura, até que o regicídio de D. Carlos e do príncipe-regente D. Luís Filipe (1 de Fevereiro de 1908) alterou tudo. Sobre as mudanças políticas do Rotativismo ver RAMOS, Rui – *O fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910)*. In *História de Portugal...*pp. 565-572. Veja-se também HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República...*pp. 23-24.

que o Partido Republicano Português (PRP) se apercebeu melhor da força de apoio que a classe trabalhadora poderia constituir<sup>32</sup>.

A instabilidade governativa não acalmou com a ditadura de João Franco, desde Maio de 1907, e rapidamente este governante «(...) passou a ser odiado com uma violência imprevisível»<sup>33</sup>. O próprio D. Carlos (1889-1908) não escapou incólume às críticas – fora ele quem chamara Franco ao poder – e começou a ser visto como o inimigo principal. Algumas vozes levantaram-se, sugerindo que o atraso nacional se devia, de facto, às más escolhas governativas de D. Carlos e que, perante isto, «(...) o remédio para todas as dificuldades parecia estar em extinguir o cargo de rei»<sup>34</sup>. O PRP levou aquela sugestão à letra. Apoiado na Carbonária<sup>35</sup> – um grupo clandestino, com ligações à Maçonaria – que se vinha infiltrando nas Forças Armadas, desde meados da década de 1900, os republicanos marcaram a revolta para o dia 28 de Janeiro de 1908<sup>36</sup>. No entanto, esta acção falhou os seus objectivos que passariam por prender João Franco e tomar de assalto o Palácio de São Bento<sup>37</sup>. Porém, quatro dias depois, o regresso do rei à capital ficou para a História pelos piores motivos, sobretudo para a Monarquia. No fim da tarde de 1 de Fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe-regente, D. Luís Filipe, foram assassinados por Manuel Buíça e Alfredo Costa, dois conhecidos militantes republicanos que morreram no local<sup>38</sup>.

A morte de D. Carlos precipitou o fim da Monarquia Constitucional<sup>39</sup>, desfecho que estava traçado, independentemente das futuras acções políticas encetadas pelo novo rei, o jovem D. Manuel II (1908-1910), que tinha um grande desejo em acertar. Logo que foi aclamado, o rei tratou de chamar o almirante Ferreira do Amaral para chefiar um

---

<sup>32</sup> Cf. MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia...*p. 18.

<sup>33</sup> Cf. Idem, p. 19.

<sup>34</sup> RAMOS, Rui – *Outra opinião. Ensaios de História...*p. 25.

<sup>35</sup> Auto-apelidada de “Floresta” e “Sociedade”, a Carbonária era uma organização secreta constituída, maioritariamente, por membros das classes trabalhadoras do comércio, de profissões liberais e soldados, e que se apresentavam como primos. A Carbonária, passando quase despercebida às autoridades, desempenhou um papel importante na oposição à estrutura monárquica, sobretudo depois da entrada de João Franco em ditadura, e esteve no apoio directo aos republicanos, no processo da instauração da República, em 1910. Sobre este tema ver, entre outros: VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo...*pp. 80-111. Veja-se, também: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*pp. 89-91.

<sup>36</sup> Esta acção revoltosa, desenvolvida por alguns republicanos, fracassou e acabou com a prisão de muitos conspiradores, entre os quais Afonso Costa, Egas Moniz, e Ribeira Brava. Podemos confirmar toda a história desta revolta em: RAMOS, Rui – A «Vida Nova». In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*pp. 289-291.

<sup>37</sup> Cf. SERRA, João B. – O assalto ao poder. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 48.

<sup>38</sup> Sobre toda a história do regicídio, podemos remeter, entre outros, para: RAMOS, Rui – A «Vida Nova». In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*pp. 291-294.

<sup>39</sup> Cf. RAMOS, Rui – D. Carlos e o fim da monarquia em Portugal. In *Brotéria: Cristianismo e Cultura*. Dir. António Vaz Pinto. Dezembro de 2008, n.º 6, vol. 167, p. 448.

governo de acalmação. Este político liberal experimentado encarregou-se, sempre que lhe foi possível, de afastar o rei das ruas de Lisboa «(...) para não provocar os republicanos»<sup>40</sup>. Num clima de grande e permanente instabilidade política, o regime cedo deu mostras de exaustão e os governos monárquicos sucederam-se uns atrás dos outros<sup>41</sup>. Ao mesmo tempo, o poder dos republicanos foi crescendo, em especial após o Congresso de Setúbal, entre 23 a 25 de Abril de 1909<sup>42</sup>, altura em que despontou verdadeiramente a radicalização do movimento. O tempo corria, e não havia tempo a perder. A revolução estava lançada<sup>43</sup>. Quando a manhã de 5 de Outubro de 1910 clareou em Lisboa, os republicanos tinham vencido, sem grande dificuldade, a pouca oposição das forças monárquicas. Da varanda da Câmara Municipal, José Relvas, membro do Directório do PRP, anunciou a República ao povo. Não houve muitos que desejaram morrer pelo Rei e pela Monarquia, e «(...) a indisciplina dos soldados bastou para fazer o rei fugir para Inglaterra, porque quase ninguém, entre os políticos e os comandos militares, levantou um dedo para o proteger»<sup>44</sup>.

Mais do que uma simples mudança de regime, os líderes republicanos pretenderam impor uma mudança cultural profunda e cedo trataram de aplicar no terreno as suas ideias para republicar a vida portuguesa. Os republicanos mais radicais rapidamente se deram conta que, para se manterem no poder, tinham que “fabricar uma guerra”<sup>45</sup> e, se possível, de longa duração, definindo a Igreja Católica como o seu principal alvo. E isso foi, precisamente, o que o Governo Provisório tratou de fazer, recuperando «(...) um conjunto de decretos-leis que (...) visavam dar cumprimento às reivindicações laicistas da fase da propaganda»<sup>46</sup>. Desde logo, a aplicação furiosa destas

---

<sup>40</sup> RAMOS, Rui – A estranha morte da Monarquia Constitucional. In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*p. 347.

<sup>41</sup> Depois do regicídio (1908) e até à instauração da República (1910) houve um total de seis governos cuja direcção coube a: Ferreira do Amaral (desde 4 de Fevereiro de 1908), Campos Henriques (desde 25 de Dezembro de 1908), Sebastião Teles (desde 11 de Abril de 1909), Venceslau de Lima (desde 14 de Maio de 1909) e, finalmente, Teixeira de Sousa (a partir de Junho de 1910). Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 76.

<sup>42</sup> Sobre o Congresso Republicano de Setúbal, em 1909, e o caminho até Outubro de 1910 ver: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*pp. 92-102. Veja-se também: VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo...*pp. 91-93.

<sup>43</sup> Sobre o golpe militar de 4 de Outubro de 1910 que instaurou a República veja-se: RAMOS, Rui – A estranha morte da Monarquia Constitucional. In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*pp. 380-399. Veja-se igualmente: VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo...*pp. 113-150.

<sup>44</sup> RAMOS, Rui – *Outra opinião. Ensaios de História...*pp. 25-26.

<sup>45</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República*. 2.<sup>a</sup> ed. (revista e aumentada). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010. Sobre este assunto ver igualmente: MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

<sup>46</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*p. 206.

acções anticlericais deram a sensação que «(...) a Revolução mais parecia feita contra a Igreja Católica do que contra a Monarquia»<sup>47</sup>. Em breve, e da pior maneira, os católicos iriam perceber que, em grande parte, seria assim.

#### 1.4. A Igreja Católica no fim de uma época

A instauração do liberalismo<sup>48</sup> em Portugal, no início do século XIX, e a aplicação do sistema político liberal que se seguiu, provocou uma grande conflituosidade entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana, que percorreu todo o período da Monarquia Constitucional (1820-1910)<sup>49</sup>, e que se foi alargando com a prática do regalismo<sup>50</sup>. Neste sentido, foi realçado que «em toda a história portuguesa a Igreja Católica não enfrentou dificuldade maior do que a trazida pelo Liberalismo»<sup>51</sup>. Esta relação entre a Igreja e o liberalismo pautou-se por um conflito permanente e pouco dissimulado e «(...) desenvolveu-se através de um lento e complexo percurso de recomposição do universo religioso»<sup>52</sup> que suscitou com outras personagens – no fim do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte – outras questões e colocou novas

---

<sup>47</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 243.

<sup>48</sup> Podemos considerar o liberalismo de uma forma tripartida: política, social e religiosa. Como modelo político valorizava a criação de um processo que garantia a segurança dos indivíduos nas diferentes áreas da sociedade, salvaguardando a igualdade política e a criação individual. Como processo social promovia uma nova visão do homem livre – enquanto ser racional – e com vontade própria, sendo o mesmo responsável pelos seus actos. Ao nível religioso, o liberalismo procurou aproximar a Igreja do seu tempo, entrando, por isso, em ruptura com o Antigo Regime. Desde cedo, venceu a sua ideia de afastamento da tutela da Igreja, reservando-lhe um papel secundário na sociedade, ao mesmo tempo que valorizou a ideia de laicização da mesma. Sobre o liberalismo ver: NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, pp. 13-27.

<sup>49</sup> Em termos globais, podemos situar cronologicamente a Monarquia Constitucional entre 1820 – com o levantamento das tropas na cidade do Porto, exigindo uma Constituição para o país – e 1910, com a implantação da República. De forma a compreender a Monarquia Constitucional portuguesa veja-se, entre outros, os seguintes textos de MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V – VARGUES, Isabel Nobre; TORRALBA, Luís Reis – *Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político*. (pp. 65-87); SILVA, António Martins da – *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo*. (pp. 89-105); RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo*. (pp. 107-119); RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A Regeneração e o seu significado*. (pp. 121-129).

<sup>50</sup> O termo regalismo pode ser simplificado como o princípio pelo qual o poder civil tem regalias e direitos sobre a esfera eclesiástica. O regalismo foi adoptado na Península Ibérica, por Portugal e por Espanha, mas conheceu no resto da Europa outras denominações. Em França ficou conhecido por galicanismo. Em Inglaterra denominou-se erastianismo, e na Itália unificada, na segunda metade do século XIX, o termo usado foi jurisdicionalismo. Sobre o regalismo cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* pp. 27-41.

<sup>51</sup> CLEMENTE, Manuel – *Laicização da Sociedade e afirmação do Laicado em Portugal (1820-1840)*. In *Igreja e Sociedade Portuguesa: do Liberalismo à República*. Lisboa: Grifo – Editores e Livresiros, Lda., 2002, p. 29, previamente editado na Revista *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, n.º 3 (1991), pp. 111-153].

<sup>52</sup> FERREIRA, António Matos – *A Igreja Católica em confronto com o Liberalismo*. In *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (2002)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais/Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2003, p. 18.

problemáticas. A acção da Igreja Católica passou a ser mais seriamente questionada, e o seu papel na sociedade foi alvo de continuadas e duras críticas, por parte dos liberais que a viam como «(...) uma instituição em decadência, com reduzida credibilidade»<sup>53</sup>.

A posição política dos liberais face ao papel da Igreja, esteve, desde o início, muito bem definida, uma vez que, para estes, «(...) não cabia às Igrejas qualquer intervenção na ordem temporal e, por isso, as instituições eclesiásticas foram remetidas para funções exclusivamente espirituais»<sup>54</sup>. A política liberal foi-se afastando da tutela da Igreja, reservando-lhe um papel secundário na sociedade, seguindo o caminho da secularização do poder político e de uma certa laicidade, quando compreendemos este conceito como sendo «(...) uma dinâmica social onde a religião, enquanto geradora de valores e de sentido, se encontra em concorrência com outras fontes de significação, disputando a sua pertinência social»<sup>55</sup>. À imagem do que sucedia no resto do Ocidente – que padecia do que foi considerado como uma grande descristianização, que foi tida como «(...) um dos fenómenos importantes do século XIX»<sup>56</sup> – os liberais portugueses encetaram um dos debates mais profundos a propósito da Igreja, discutindo qual o seu papel na nova sociedade. Logo que chegaram ao poder, os políticos liberais trataram de restaurar a «(...) prática regalista da época pombalina»<sup>57</sup>, aplicando-a sobre a Igreja Católica. Desse modo, foram ao encontro de um movimento mais vasto da secularização da sociedade. Desencadearam, assim, um processo de nacionalização da Igreja, tentando-a colocar «(...) ao serviço do regime constitucional»<sup>58</sup>.

Ao agir sobre o clero, os liberais pretenderam que os padres se tornassem agentes privilegiados na difusão e enraizamento do liberalismo<sup>59</sup>, uma vez que estes eram detentores de uma cultura acima da média da do povo. Em certa medida, esta foi uma acção planeada. Ao tomar esta atitude, os liberais pretenderam afastar os padres mais conservadores, com visões ultramontanas<sup>60</sup>, substituindo-os por outros mais permeáveis ao pensamento liberal. Idêntica posição acabará, mais tarde, por ser seguida pelos republicanos no poder.

---

<sup>53</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 27.

<sup>54</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 23.

<sup>55</sup> FERREIRA, António Matos – Laicidade. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. III, p. 59.

<sup>56</sup> PIERRARD, Pierre – *História da Igreja Católica*. Lisboa: Planeta Editora, 2002, p. 318.

<sup>57</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 45.

<sup>58</sup> Idem, pp. 91-92.

<sup>59</sup> Cf. Idem, p. 47.

<sup>60</sup> Podemos considerar o ultramontanismo como a doutrina que defende a total autoridade do Papa, inclusivamente na acção sobre o poder temporal. Sobre o ultramontanismo interligado com o regalismo veja-se Idem, p. 91-135.

Para os liberais, era seguro que o clero secular era mais permissivo e influenciável. Mas o clero regular nem por isso, sendo que muito dele era de origem estrangeira. Paralelamente à ideia liberal de se pretender formar um tipo de clero nacional, era conhecido que os bens das respectivas ordens eram um atractivo importante para o Governo. Assim, foi nesse sentido que os governantes liberais determinaram a extinção das ordens religiosas<sup>61</sup>, através do decreto-lei de 30 de Maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar (1792-1874)<sup>62</sup>. A acção do governo liberal visava eliminar todas as casas religiosas<sup>63</sup>, de forma a diminuir e mesmo a extinguir o peso destas ordens no país. Esta supressão, que tinha por trás «(...) um sentimento antijesuítico»<sup>64</sup> foi, ao mesmo tempo, uma medida sócio-económica, uma vez que a desamortização dos bens eclesiásticos beneficiou em muito as finanças públicas<sup>65</sup>. A medida era uma clara afronta para a Igreja. Era certo que «(...) ao perder a sua independência económica, a Igreja deixava de exercer a hegemonia ideológica no conjunto da sociedade e via reduzir-se a sua influência política»<sup>66</sup>.

Da aplicação da política de secularização<sup>67</sup> resultou um maior agravamento para a Igreja, especialmente a partir do fim da década de 1870. Até 1910, a Igreja viu-se confrontada, em especial, com o teor messiânico do discurso republicano, vincadamente

---

<sup>61</sup> Sobre as ordens religiosas podemos endereçar, entre outros, para a leitura de: FRANCO, José Eduardo – Das Ordens às Congregações Religiosas: Metamorfoses da vida consagrada católica. In *Brotéria: Cristianismo e Cultura*. Dir. António Vaz Pinto. Fevereiro de 2009, n.º 2, vol. 168, pp. 119-135.

<sup>62</sup> Em 18 de Abril de 1834 foi decretada a extinção das ordens religiosas – num longo decreto-lei assinado por Joaquim António de Aguiar – suscitando uma longa discussão nos anos seguintes, quer ao nível das medidas a aplicar, quer, sobretudo, pela não salvaguarda dos bens eclesiásticos e das posições dos frades. Sobre este tema ver, SILVA, António Martins da – A desamortização. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 339-353.

<sup>63</sup> A lei determinava que os noviciados eram proibidos. Este foi o primeiro passo para a extinção das ordens religiosas. Os conventos masculinos foram os primeiros a serem extintos. Já sobre os conventos femininos, os liberais tiveram uma atitude mais contemporizadora, esperando que a última religiosa falecesse para aqueles se considerarem extintos, o que aconteceu apenas em 1906. Cf. CLEMENTE, Manuel – *Igreja e Sociedade Portuguesa...*p. 167. [Esta obra agrupa vários textos do mesmo autor, editados ao longo de vários anos, como seja o caso deste: «Os Cento e Cinquenta Anos da Extinção das Congregações Religiosas em Portugal», previamente editado na Revista *Novelae Olivarum*, do Seminário dos Olivais, n.º 9-10 (Outubro-Dezembro de 1984), pp. 40-43].

<sup>64</sup> CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césarés: Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 360.

<sup>65</sup> Cf. SILVA, António Martins da – As finanças públicas. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 381-391.

<sup>66</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 51.

<sup>67</sup> Podemos definir secularização como a redução da influência da Igreja, em função de um outro lugar que é destinado à religião na sociedade (força de coesão social e crença individual). Contudo, esta expressão surgiu inicialmente como forma de definir a apropriação dos bens da Igreja realizada pelo poder político. Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 219-220. Sobre a secularização veja-se igualmente: FERREIRA, António Matos – Secularização. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, Vol. P-V- Apêndices (IV), pp. 195-202.

positivista, que foi entrando na sociedade portuguesa até ao ponto de criar «(...) a convicção de que o triunfo do regime republicano seria, mais cedo ou mais tarde, inelutável»<sup>68</sup>. Neste contexto, «em face do conjunto de mudanças assinadas, uma questão ressurgiu periodicamente ao longo do século: qual o papel do catolicismo e o lugar da Igreja Católica no país?»<sup>69</sup>. Esta era, de facto, a questão primordial. Perante este mundo novo instituído, adivinhavam-se grandes mudanças estruturais no seio da Igreja. Era claro que esta precisava de clarificar «(...) o modo como podia influenciar a sociedade que se transformava rapidamente e se pautava na sua perspectiva, por princípios contraditórios com os da religião católica»<sup>70</sup>. No fundo, o que estava em questão era saber como se governava.

Perante o cenário presente, a recomposição da Igreja Católica era, de facto, uma necessidade. E tal acção era considerada essencial, sobretudo depois de nos últimos anos de Oitocentos e nos primeiros do novo século XX terem assomado processos nada abonatórios para a Igreja – e que incendiaram ainda mais a luta anticlerical, que vinha sendo feita pelos grupos considerados seus opositoristas, com especial relevância para os republicanos – como foram o caso das Trinas<sup>71</sup>, ainda no final do século XIX, mas também o caso Calmon<sup>72</sup>, já no novo século, ou ainda a reforma e instrução do clero<sup>73</sup>. Perante estes acontecimentos, a Igreja Católica teve necessidade de reforçar o seu poder para evitar ser aglutinada pelo poder político. O tempo da secular ligação entre o trono e o altar, patrocinada pelo Antigo Regime, redefinia-se em novos moldes. A proeminência da Igreja baqueara perante as novas reivindicações políticas, económicas e sociais

---

<sup>68</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República...*p. 18.

<sup>69</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – O Catolicismo Português no Século XX: da Separação à Democracia. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, vol. III, p. 135.

<sup>70</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal...*p. 38.

<sup>71</sup> Em 1891, Rosa de Oliveira, uma religiosa do convento das Trinas, em Lisboa, foi acusada do homicídio da adolescente Sara de Matos, por envenenamento. Em tribunal, a religiosa foi considerada culpada e condenada a um ano de prisão e a uma multa pecuniária de 100 réis/dia. Este caso provocou uma grande onda anti-jesuítica e anti-congreganista, e originou um debate profundo na imprensa e na sociedade portuguesa. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico...*pp. 35-36.

<sup>72</sup> O caso Calmon iniciou-se em 1900, com a primeira fuga frustrada de Rosa Calmon, de 32 anos – filha do cônsul do Brasil, no Porto, José Calmon Nogueira Valle da Gama – da casa dos seus pais. O objectivo passava, alegadamente, por ingressar numa congregação religiosa. Porém, Rosa Calmon foi interceptada e dada como incapaz de responder por si. No ano seguinte, em Fevereiro de 1901, tentou nova fuga e o caso foi tornado público. Foi-lhe atribuído um teor político, a partir do momento em que o confronto entre a Igreja Católica e os republicanos se tornou mais feroz, a propósito da fiscalização das congregações religiosas. Sobre este caso veja-se o anexo 7, «O Caso Calmon» de Idem, pp. 208-213.

<sup>73</sup> Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 178-186.

trazidas pelo liberalismo. A Igreja Católica via questionado o seu papel central como instância mediadora do religioso e da autoridade moral indiscutível.

A nova era política que agora grassava em Portugal haveria de deixar marcas profundas no interior da Igreja. Contudo, também promoveu a sua resistência. As mudanças na sua estrutura e na forma de ver o novo mundo, e de se integrar nele, foram inevitáveis. Seguindo a lógica de uma política reactiva por parte da Igreja Católica, «(...) o aparecimento de um movimento social católico, com uma outra substância estrutural e ideológica, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX, (...) traduz a *reação* a um[a] nova ameaça para ambos e a um novo comum inimigo: o socialismo, enquanto ideário, e o *movimento operário português*, enquanto sua concretização organizativa»<sup>74</sup>. Depois do papado de Pio IX (1846-1878)<sup>75</sup> – muito centralizador do seu próprio poder – não ter contribuído para a esperada nova viragem da Igreja, só uma acção concertada e aplicada sobre as massas populares poderia devolver à Igreja alguns dos terrenos perdidos. O ideal de uma “riposta católica” – que podemos estender ao surgimento e emancipação do que ficaria conhecido como o movimento social católico – teve um outro peso depois de ter saído fumo branco da chaminé da capela Sistina. Ao segundo dia das reuniões cardinalícias, o conclave, composto por 61 cardeais, elegeu Vincenzo Gioachino Pecci, então cardeal da cidade italiana de Perúgia, como o 257.º Papa da história da Igreja Católica, que tomou o nome de Leão XIII (1878-1903)<sup>76</sup>. Foi aceite que a eleição de Leão XIII «(...) não alterou, na essência, a linha de conduta seguida pelos seus predecessores»<sup>77</sup>. Porém, de acordo com Émile Poulat, ficou patente que «(...) Léon XIII a été au moins aussi anti-moderne que Pie IX [1846-1878] avant

---

<sup>74</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 122.

<sup>75</sup> O pontificado de Pio IX iniciou-se em 1846, numa altura de grandes transformações políticas, não apenas em Itália (questão dos Estados Pontifícios), mas também no resto do mundo. O seu poder foi muito contestado, mas Pio IX conseguiu mostrar-se desperto face à força emergente do liberalismo, às perseguições religiosas e às relações entre o Estado e a Igreja. Decretou a infalibilidade papal e o dogma da Imaculada Conceição e promoveu a realização do Concílio do Vaticano I (1869-1870). Faleceu em 5 de Fevereiro de 1878, ao fim de 32 anos de pontificado. Sobre o beato Pio IX (beatificação concluída por João Paulo II, em 2000) ver: FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, pp. 288-291.

<sup>76</sup> Leão XIII foi eleito papa em 1878, num período em que a influência das ideias liberais instigava a um grande anticlericalismo que medrava por toda a Europa. Com uma atenção profunda para os problemas sociais, o Papa decretou em 1891 a encíclica *Rerum Novarum* e, mais tarde, elucidou os católicos para a causa da Igreja, com a encíclica *Graves Communi* (1901), abrindo as portas para a democracia cristã. Faleceu em 20 de Julho de 1903, aos 93 anos, e ao fim de 25 anos de pontificado. Sobre este Papa cf. Idem, pp. 291-293.

<sup>77</sup> POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social do grupo católico de “A Palavra” (1872-1913)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977, vol I, pp. 22-23.

lui et Pie X après lui [1903-1914]...»<sup>78</sup>. Ao mesmo tempo, Poulat distingue o estilo de Leão XIII dos seus antecessores, afirmando que, ao contrário de apenas condenar os erros, Leão XIII edificou uma verdadeira doutrina<sup>79</sup>. Esta era uma diferença capital. E isso iria verificar-se dentro de pouco tempo.

Entretanto, confrontada com a urgência de debater a questão operária, cada vez mais definida como sendo uma questão social, a Santa Sé assegurava que o tema deveria ser visto da seguinte forma: os operários e os mais desfavorecidos deveriam resignar-se perante a sua (má) sorte, mas deveriam encontrar «(...) a sua verdadeira felicidade no trabalho honrado, no sossego do lar, na prática das virtudes (...) e ainda na preservação do seu corpo e da sua alma dos vícios que degradam e das práticas ímpias contra Deus e contra os homens»<sup>80</sup>. Já em relação aos ricos, aos afortunados, a todos aqueles que eram vistos como tendo sido “bafejados pela sorte divina”, o discurso papal consagrava-os ao dever moral da prática caritativa e fazia uso da ofensa grave a Deus para quem não procedesse daquela forma. Em verdade, era «(...) na prática das virtudes, no acatamento da ordem da cidade terrena e no respeito à lei de Deus, que estava o segredo da paz geral e a felicidade de todos e de cada um»<sup>81</sup>.

À acção reformadora de Leão XIII juntou-se-lhe uma maior consciência social, na sua doutrina profundamente anti-socialista e anti-revolucionária, que se pautou por «(...) um lento processo resultante da iniciativa de grupos de católicos que, por toda a Europa, vinham desenvolvendo acções de organização e de formação junto de sectores operários, da juventude, das mulheres e promovendo formas de assistência»<sup>82</sup>. A Santa Sé cedo se deu conta que era necessário “descer ao povo” e recristianizá-lo, e foi nessa ordem de ideias que o pontificado de Leão XIII acabou por constituir «(...) um marco, ao contribuir para deslocar o acento do movimento católico da questão política para a questão social»<sup>83</sup>. O movimento dos católicos foi seguindo as orientações vindas de Roma e reorganizou as suas fileiras, de forma a melhor combater o liberalismo, em termos políticos, e o socialismo, em termos sociais, vistos como os principais inimigos da Igreja, numa espécie de guerra em que estava em causa a disputa das hegemonias

---

<sup>78</sup> POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie: introduction au devenir du catholicisme actuel*. Paris: Casterman, 1977, p. 175.

<sup>79</sup> Cf. Idem, p. 176.

<sup>80</sup> POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social...* pp. 109-110.

<sup>81</sup> Idem, p. 110.

<sup>82</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal...* p. 43.

<sup>83</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – Catolicismo Social. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, p. 311.

política e social. A luta passou a travar-se com um maior fulgor no seio da sociedade civil. A democracia cristã<sup>84</sup> surgia assim como parte integrante dessa reacção católica, encorajada pela própria Santa Sé, tanto que esse termo identificava «(...) a tendência dos católicos a instaurar uma nova ordem social que pusesse fim à iniquidade do liberalismo sem cair no colectivismo marxista»<sup>85</sup>. Neste novo jogo de luta pelo poder, a Igreja Católica soube apreender os métodos dos seus inimigos e adoptou uma maior consciência social, uma vez que «(...) mais do que um *partido*, preocupa e visa a Igreja a criação de um *movimento social*. Mais do que ao nível parlamentar, é agora ao nível do terreno de massas e da organização socioprofissional que o poder político e a hegemonia se jogam»<sup>86</sup>.

O denominado movimento social católico promoveu em Portugal, e um pouco por toda a Europa, o desenvolvimento de uma espécie de reacção católica aos efeitos considerados nefastos do liberalismo primeiramente, e depois do socialismo<sup>87</sup>, a bem da protecção do operariado, que passou a ser entendida como o elemento a garantir, por parte da Igreja Católica. Assim, até à instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, a actuação da Igreja Católica seguiu um questionamento tripartido. Procurou esclarecer e questionar «(...) o poder e a influência do catolicismo nas estruturas do Estado e da sociedade em geral; o debate cultural e teológico; e a questão social como instância de confronto e recomposição socioreligiosa»<sup>88</sup>. A discussão nacional passou rapidamente da questão religiosa para a questão social. Seguindo o processo relativo ao movimento social católico, é certo atribuir à Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa<sup>89</sup>, criada em 1843, como «(...)

---

<sup>84</sup> A democracia cristã foi, desde os últimos anos de Oitocentos e os primeiros anos do século XX, apresentada como um movimento social católico que pretendia intervir directamente na sociedade. Ainda que tenha sido vista inicialmente com algumas reservas, por parte da Santa Sé, acabou por deixar de ser um movimento meramente assistencialista e social para crescer e transformar-se num partido político, pronto para lutar pelos interesses dos católicos. A democracia cristã conheceu três fases em Portugal: a primeira entre 1843-1894, a segunda entre 1898 e 1910, e a terceira entre 1910 e 1917. Sobre a vastidão deste tema ver: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* pp. 15-47.

<sup>85</sup> Idem, p. 20.

<sup>86</sup> Idem, p. 43.

<sup>87</sup> Cf. Idem, pp. 38-44.

<sup>88</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal...* p. 44.

<sup>89</sup> A Sociedade Católica assumiu-se, desde o seu início, como uma organização puramente assistencialista. Porém, a sua criação autónoma da hierarquia católica não foi bem recebida pelas hostes católicas mais conservadoras (miguelistas), por entenderem que esta nova associação vaticinava a perda da sua influência política, num Portugal já profundamente liberalizado. Cf. CLEMENTE, Manuel – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993. Veja-se também o que a este propósito escreveu: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* pp. 51-59.

a primeira tentativa de organização dos católicos para reagir às consequências da instauração do liberalismo...»<sup>90</sup>.

Considerada como o «(...) primeiro ensaio para separar a questão religiosa da questão dinástica...»<sup>91</sup>, também é correcto afirmar que a Sociedade Católica constituiu o primeiro modelo prático de um plano de maior envergadura e profundidade apresentado pela Igreja Católica: recristianizar moralmente a sociedade num país, e também num continente europeu já eminentemente laicizado, através de uma efectiva restauração religiosa de Portugal, assente na criação de seminários para melhorar a formação de pregadores que viajariam pelo país como semeadores de uma nova doutrina, e com práticas caritativas numa «(...) sociedade que até então fora enquadrada por um clero dotado de uma escassa formação cultural e com um comportamento moral algo duvidoso»<sup>92</sup>.

De qualquer forma, apesar dos esforços dos católicos, só na década de 1870 é que ocorreu «o verdadeiro desabrochamento do movimento católico português...»<sup>93</sup>, quando factores como o fim do império de Napoleão Bonaparte, a que se seguiu a Comuna de Paris<sup>94</sup>, no ano seguinte, e o falhanço do regresso do rei e da monarquia em França «(...) contribuíram para o desenvolvimento da contra-revolução católica traduzida numa ofensiva da Igreja no terreno social»<sup>95</sup>.

Organismos como as Associações Católicas do Porto, de Guimarães e de Lisboa (1870-1873), e a realização de diversos Congressos<sup>96</sup> suscitaram o interesse de uma certa aproximação e mesmo de unificação dos católicos. A partir daí, por acção de alguns católicos constitucionais mais enérgicos, brotaram as Associações Católicas do Porto, de Guimarães e de Lisboa (1870-1873) e, posteriormente, a Associação

---

<sup>90</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 51.

<sup>91</sup> GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910). O pensamento e a acção do conde de Samodães*. Maia: Publismai, 2004, pp. 161-162.

<sup>92</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...p. 402.

<sup>93</sup> Idem, p. 406.

<sup>94</sup> A Comuna de Paris ocorreu ente 18 de Março e 28 de Maio de 1871 e foi considerada o primeiro governo operário revolucionário da História. Decorreu dos efeitos da Guerra Franco-Prussiana (1870-71), quando os parisienses não acataram a determinação de capitular face à Prússia proposta por Adolphe Thiers, o novo Presidente da Terceira República Francesa. Seguiu-se uma guerra civil que terminou com a eliminação dos revolucionários da Comuna às mãos do Exército francês. Sobre este tema, entre outros, veja-se: MARX, Karl – *A Guerra Civil em França*. Coimbra: Centelha, 1975.

<sup>95</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...p. 406.

<sup>96</sup> A realização de Congressos Católicos foi muito interessante em Portugal, sobretudo pela sua diversidade temática e pelo seu elevado número. Entre várias obras que abordam esse assunto podemos endereçar para: GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*. Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984. Veja-se igualmente do mesmo autor: GOMES, J. Pinharanda – *Congressos*. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 491-496.

Protectora de Operários (1878), criada em Lisboa, por acção de António Mendes Lages (1838-1916)<sup>97</sup>, sendo aquela considerada a primeira organização católica vocacionada para a questão social<sup>98</sup>, em defesa dos operários que Trindade Coelho considerava como sendo «(...) os escravos modernos»<sup>99</sup>.

A criação da União Católica Nacional, em 1882, a partir do Primeiro Congresso de Lisboa, nesse mesmo ano, tinha isso como objectivo, plasmado no próprio título da nova organização. Por esta altura, «(...) os católicos revelaram, pela primeira vez, preocupações de ordem social e opuseram-se à difusão das ideias socialistas no nosso país»<sup>100</sup>. Dez anos mais tarde, nasciam os Círculos Católicos de Operários (CCO)<sup>101</sup>, apoiados pela voz do jornal portuense *A Palavra* (1872-1911) que nascera da vontade de alguns católicos, no I Congresso dos Escritores e Oradores Católicos (1871-1872)<sup>102</sup>. Neste contexto, foi tomado o exemplo francês dos Círculos de Estudos, criados no final do século XIX, por Léon Harmel em França, e por Giuseppe Toniolo em Itália, depois da publicação da encíclica *Incrustabili Dei Consílio*<sup>103</sup>. O documento papal, o primeiro de Leão XIII, saiu do prelo no domingo de Páscoa, dia 21 de Abril de 1878, uma data que não terá sido mera coincidência. À data católica da celebração da ressurreição de Jesus Cristo, associava-se igualmente o apelo à renovação da própria Igreja Católica.

---

<sup>97</sup> António Mendes Lages (1838-1916), médico por formação universitária e nacionalista por convicção, teve um papel muito relevante na acção social da Igreja de apoio ao operariado. Fundou a primeira Associação Protectora de Operários, e esteve na Comissão Organizadora dos Centros Nacionais (que surgiram a partir de 1901), e foi candidato ao Parlamento em diversas ocasiões, mas nunca foi eleito. Com a instauração da República, em 1910, exilou-se em Espanha, onde viria a falecer. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista*...p. 192.

<sup>98</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 123.

<sup>99</sup> COELHO, Trindade – *Manual Político do Cidadão Portuguez*. Lisboa: Parreira A. M. Pereira, Livraria Editora/Officinas Typographica e de Encadernação, 1906, p. 357.

<sup>100</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...p. 413.

<sup>101</sup> O primeiro Círculo Católico de Operários português nasceu na cidade do Porto, em 9 de Junho de 1898, por acção de Manuel Frutuoso da Fonseca (1862-1908), que foi o seu primeiro presidente. Este nacionalista convicto foi também director e editor do jornal *A Palavra* (1872-1911) e director d' *O Grito do Povo* (1899-1913). Sobre os CCO ver: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...pp. 123-153. Sobre Manuel Frutuoso da Fonseca cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...pp. 35-36. Veja-se também sobre este nacionalista convicto: SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista*...pp. 188-189.

<sup>102</sup> O denominado Congresso Católico do Porto realizou-se no salão Gil Vicente do Palácio de Cristal, entre 27 de Dezembro de 1871 e 5 de Janeiro de 1872, promovido pela Associação Católica do Porto, de que Manuel Frutuoso da Fonseca era director. Realizou-se fruto do dinamismo de D. António de Almeida (1821-1900), mas teve uma iniciativa laica, onde sobressaíram nomes como o Conde de Azevedo e o Conde de Samodães. Sobre este Congresso ver: CLEMENTE, Manuel – *Igreja e Sociedade Portuguesa: do Liberalismo à República*. Lisboa: Grifo – Editores e Livreiros, Lda., 2002, pp. 313-332. Ver também: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910)*...pp. 168-181.

<sup>103</sup> Em 30 de Abril de 2010, o sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha a referida encíclica de Leão XIII traduzida em espanhol, inglês, italiano e português. Ver em português: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_21041878\\_inscrutabili-dei-consilio\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio_en.html)

Porém, o mais importante a reter é o facto de nessa encíclica Leão XIII exortar «(...) os governantes a aceitar o auxílio da Igreja, recomendando aos bispos a criação de associações católicas de operários»<sup>104</sup>. Era a primeira vez que o incitamento à constituição dessas associações era tão explícito. Esta última recomendação acabou por ser levada à letra por parte do mundo católico.

Em Portugal, os Círculos Católicos espalharam-se uma forma desigual, sendo mais predominantes no norte e no centro, não conhecendo grande permeabilidade nas terras mais a sul, à excepção de Setúbal<sup>105</sup>. Este crescimento no território nacional foi possível pela acção de João Roberto Pereira Maciel (1870-?) e de Benevenuto de Sousa (?-?)<sup>106</sup>, dois sacerdotes que percorreram o país dando muitas conferências nos diversos Círculos. Estes foram sendo «(...) propagandeados como o grande remédio para a ‘praga’ do socialismo, procurando-se com isso aliciar o patronato para os apoiar [aos operários] e avançando-se com actividades de ‘promoção social’ como formas de captação da simpatia operária»<sup>107</sup>. Isto é, desde o seu início, os CCO tinham o socialismo com inimigo declarado e pretendiam entrar, definitivamente, no campo social e bloquear o avanço desmesurado dos socialistas junto do operariado.

A criação dos CCO correspondeu, de facto, «(...) a um salto quantitativo e qualitativo na capacidade da Igreja de abordar e intervir na problemática social, com especial incidência na questão operária»<sup>108</sup>. Em paralelo ao desenvolvimento que os

---

<sup>104</sup> FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História...*p. 292.

<sup>105</sup> Depois da abertura do CCO na cidade do Porto, em 1898, foram sendo inaugurados os seguintes Círculos Católicos de Operários, até à instauração da República em 1910: Braga (1898); Vila Nova de Gaia (1898); Arcos de Valdevez (1899); Viana do Castelo (1899); Torres Novas (1901); Guimarães (1902); Lisboa (1902); Barcelos (1903); Covilhã (1903); Ílhavo (1903); Setúbal (1903); Vidigueira (1903); Guarda (1904); Manteigas (1904); Santo Tirso (1904); Viseu (1904); Sande (1905); Vila do Conde (1905); Negrelos (1906); Gondomar (1908); Oliveira do Douro (1908); Lamego (1909); Coimbra (1910). Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...*p. 126.

<sup>106</sup> O padre João Roberto Pereira Maciel foi o fundador e presidente do CCO de Braga, sendo um dos grandes dinamizadores dos Círculos e igualmente dos Centros Nacionais. Pároco da freguesia de São Victor, em Braga, Roberto Maciel teve um papel muito relevante na imprensa católica sendo director de alguns periódicos (*A Verdade* e *União Nacional*, ambos de Braga), colaborador em outros títulos e deixando escritos em diferentes jornais católicos como sejam, entre outros: *A Palavra* (Porto), *O Grito do Povo* (Porto), e *A Ordem* (Porto). Nacionalista convicto, Roberto Maciel chegou a participar nas eleições de Abril de 1908, pelo Círculo de Viana do Castelo, como deputado nacionalista. O padre Benevenuto de Sousa foi um dos grandes jornalistas católicos do fim do século XIX e princípio do século XX. Este nacionalista assumido foi um dos fundadores do Apostolado da Boa Imprensa, e director de alguns jornais católicos como sejam, entre outros, *Folhas Soltas* (Porto, Covilhã e Torres Novas), *O Petardo* (Porto e Lisboa) e *Luz e Fogo* (Torres Novas). Deixou colaboração em jornais como, por exemplo, *A Palavra*, *O Grito do Povo*, e *A Ordem*, todos do Porto. Sobre estes dois sacerdotes nacionalistas ver: SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...*pp. 192-193 (Roberto Maciel), e pp. 203-204 (Benevenuto de Sousa).

<sup>107</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...*p. 135.

<sup>108</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal...*p. 48.

CCO iam conhecendo no início do século XX, um grupo de estudantes católicos da Universidade de Coimbra decidiu criar uma ramificação da democracia cristã naquela cidade estudantil, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), em 1901<sup>109</sup>. Esta era a resposta formal às provocações que os estudantes sentiram pela aplicação do decreto-lei, de 18 de Abril de 1901, contra as ordens religiosas e que foi assinado pelo governo regenerador de Hintze Ribeiro. Mas essa resposta também se direccionava contra as acusações que os anticlericais vinham difundindo na sua imprensa, em especial depois de o eclodir do caso Calmon, que agravara a denominada questão religiosa. A criação do CADC representava a formulação de «(...) um importante avanço no movimento democrata-cristão português, na medida em que veio possibilitar o delineamento de um[a] alternativa e a autonomização do projecto democrata-cristão em relação ao socialismo»<sup>110</sup>, especificamente no campo do pensamento e do mundo intelectual e universitário.

Ora, já depois da criação do Centro Católico Parlamentar – que pretendia criar «(...) um espaço aglutinador de personalidades oriundas quer do pariatto, quer da câmara dos Deputados, independentes ou afectas a qualquer dos partidos com assento parlamentar...»<sup>111</sup> – os católicos compreenderam que, perante a campanha anticongregacionista que vinha sendo sustentada pelas imprensas liberal, republicana, socialista, e anarquista, fundamentalmente, só a constituição do Centro Nacional (CN)<sup>112</sup>, em 6 de Julho de 1901, poderia ser a resposta firme das forças conservadoras

---

<sup>109</sup> A criação do CADC em Coimbra, em 1901, representou mais uma iniciativa concreta do pensamento democrata-cristão, dedicando-se ao estudo das questões sociais e da propaganda religiosa. Apesar de terem nascidos outros CADC nos principais pólos estudantis, o Centro Académico de Coimbra foi o mais importante, contando com a sua própria imprensa, como foram os casos dos periódicos *Estudos Sociaes* (1905-1911), *O Imparcial* (1912-1919) e *Estudos* (1922-1970). Sobre o CADC ver: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* pp. 154-160. Ver também: SEABRA, Jorge; *et al.* – *O C. A. D. C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. Veja-se igualmente: CRUZ, Manuel Braga da – Centro Académico de Democracia Cristã. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 329-331. Para cruzar informações ver também: BRITES, Joana – Construir a História: a sede do CADC de Coimbra. In *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. Dir. Ana Maria C. M. Jorge. Coord. António Matos Ferreira; Paulo F. de Oliveira Fontes. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2.<sup>a</sup> série, tomo XIX-XX, 2007-2008, pp. 121-169.

<sup>110</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* p. 154.

<sup>111</sup> GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política...* p. 274.

<sup>112</sup> Os Centros Nacionais difundiram-se por todo o país e tinham uma comissão instaladora que distribuía as informações por três zonas específicas: norte (controlada pelo Conde de Bertandos), centro (controlada pelo Dr. Gonçalo Xavier de Almeida Garrett), e sul (controlada pelo Conselheiro Jacinto Cândido, futuro presidente do Partido Nacionalista). Dentro de cada zona havia ainda uma divisão local, subdividindo-se em células distritais, concelhias e paroquiais. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...* pp. 49-51.

católicas. A partir daqui, a Igreja iniciaria a transição para a politização do movimento católico que vingará, primeiramente, sob o nome de Partido Nacionalista.

Foi num ambiente de verdadeira cruzada que ocorreu a constituição dos CN que há muito vinham sendo reclamados nas páginas da imprensa católica<sup>113</sup>, e cedo estes CN passaram a ser vistos como a representação formal dos católicos no Parlamento. Os padres tiveram um papel importante na transmissão das bases dos CN, seguindo as directrizes do Papado que recomendavam a saída dos clérigos das sacristias para «(...) ‘ir ao povo’, e lutar, não só para a salvação das almas, como na resolução dos problemas materiais»<sup>114</sup>, numa clara necessidade de aproximação ao povo para lhe conhecer os problemas e orientá-lo com a doutrina. O espírito de reacção e de luta da Igreja Católica foi-se consubstanciando num cada vez maior espírito de Nacionalismo Católico (NC)<sup>115</sup>. Este deveria ser «(...) uma força agregadora tradicional para dar resposta à constante agitação revolucionária da sociedade, à instabilidade política, à inoperância governativa e à permanente partilha do poder por clientelas influentes»<sup>116</sup>.

Apoiada em valores como a paz, a tradição cristã e a manutenção da monarquia, o NC pretendeu lutar contra a apatia nacional que considerava existir, sobretudo em termos morais. Essa postura reactiva e de resistência do movimento encontrava uma lógica de amor pela pátria, que o Nacionalismo Católico sustentava, ao mesmo tempo que confirmava que o problema da falta de legitimidade «(...) não se resumia, nem se reduzia, a uma questão sucessória, mas assentava na afirmação do que sustém e para onde se deve orientar a sociedade: Deus»<sup>117</sup>. Ou seja, neste contexto, entendido como sendo o legítimo representante de Deus, o rei deveria assumir o papel fulcral de união na sociedade, de forma a não permitir a sua desintegração. Num quadro de grande contestação à figura do rei, esta tomada de atitude não terá sido vista sem desconfiança pelos liberais mais acirrados e pelos republicanos mais entusiastas. Por outro lado,

---

<sup>113</sup> Em 13 de Abril de 1901, Manuel Frutuoso da Fonseca apelou à constituição do Centro Nacional nas páginas d’ *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913). Dez dias depois, a 23 de Abril, foi a vez do jornal *Correio Nacional* (Lisboa, 1893-1906) publicar o seu primeiro artigo sobre o assunto. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista*...p. 45.

<sup>114</sup> POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social*...p. 253.

<sup>115</sup> O nacionalismo católico (1901-1910) sustentou-se nos princípios ideológicos definidos pelas doutrinas neotomista e neo-escolástica que confirmaram a posição anti-modernista das teorias cristãs do que marcaram o fim do século XIX e início do século XX. Sobre a história do nacionalismo católico ver: SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista*...pp. 29-105.

<sup>116</sup> Idem, pp. 17-18.

<sup>117</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal*...p. 57.

direccionando o problema da legitimidade para a falta de Deus na sociedade, incitava, desde já, à união entre todos os católicos em prol de um movimento único.

Com a criação do movimento nacionalista, a Igreja determinava-se a tentar terminar com as divisões internas dos católicos. Mais, a Igreja desenvolveu esforços de uma certa união católica que pretendia retirar os católicos dos partidos políticos existentes e direccioná-los para um seu próprio. Assim, a questão essencial era saber se os católicos abandonariam os seus anteriores partidos e congregariam esforços mútuos num partido único que lutasse firme pelas causas da Igreja. Progressivamente, a passagem de um simples movimento – que pretendia unir todos os católicos, apesar das suas diferenças políticas – para se converter «(...) em partido político autónomo com representação parlamentar»<sup>118</sup>, tomou forma com o Partido Nacionalista (1903-1910)<sup>119</sup>. Este «(...) obedecia a uma estratégia ofensiva do catolicismo inserida no movimento geral europeu tendente à formação de uma direita política moderna»<sup>120</sup>, assumindo-se como um arauto do bem, em luta contra o mal político do rotativismo.

O processo de constituição do Partido Nacionalista (PN) foi lento e de grande maturação. Logo no início de 1902, Jacinto Cândido (1857-1926), o eterno chefe do PN desde o início até ao seu desmembramento, escrevera ao rei D. Carlos dando-lhe conta do seu intento em criar um novo partido católico, constitucional e conservador e que pretendia que fosse «(...) autonomizado do clericalismo, se bem que contando também com ele»<sup>121</sup>. Cândido não desejava que o Partido Nacionalista estivesse demasiado conotado com a Igreja Católica e tentou, por todos os meios, afastar a interferência do clero e secularizar o Partido. Mas Jacinto Cândido não teria êxito nessa questão particular, uma vez que os seus grandes apoios financeiros e institucionais estavam no interior da Igreja, sobretudo a norte do país. Em breve, fruto dos acontecimentos em redor da monarquia, a politização do movimento social católico sucumbia porque não tinha previsto a necessária adaptação ao sistema político rotativizado português. A

---

<sup>118</sup> Idem, p. 30.

<sup>119</sup> O Partido Nacionalista (PN) nasceu no Porto, em 3 de Junho de 1903, e foi chefiado até ao seu *terminus*, na sequência do 5 de Outubro de 1910, pelo Conselheiro Jacinto Cândido. O PN conseguiu eleger seis deputados nas eleições de 29 de Abril de 1906, e apenas um nas eleições de 19 de Agosto do mesmo ano. Foram ainda realizados cinco Congressos do PN entre 1903 e 1909: 1.º no Porto (1 a 3 de Junho de 1903), 2.º em Viana do Castelo (2 a 4 de Agosto de 1905), 3.º em Braga (28 a 30 de Outubro de 1907), 4.º em Viseu (29 de Setembro a 1 de Outubro de 1908) e 5.º no Porto (14 a 16 de Novembro de 1909). Sobre o Partido Nacionalista ver: Idem, pp. 61-97.

<sup>120</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 428.

<sup>121</sup> SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...*p. 56.

juntar a isso, havia alguns factores que tinham sido pouco abonatórios para a união dos católicos em redor de um só partido político.

De qualquer forma, foi nesse espírito reactivo que se enquadrou a imprensa católica, em claro crescendo desde o fim do século XIX, aproveitando os esforços desenvolvidos pelo movimento social católico e pela democracia cristã que então circulavam um pouco por toda a Europa. Neste contexto, «(...) os militantes católicos conheciam a importância ideológica dos jornais e, por isso, criaram variadíssimas publicações destinadas a combater as ideias divulgadas pela ‘má imprensa’»<sup>122</sup>. Será precisamente contra esta “má imprensa” que irá nascer a sua antítese: a “boa imprensa”, criada com o aval da Santa Sé, e que se apresentava como uma arma de grande precisão e eficácia nessa cruzada nacionalista contra a má imprensa, quando verificamos que «a generalidade da imprensa católica foi nacionalista ou serviu os propósitos dos nacionalistas»<sup>123</sup>. Como no resto da Europa, também em Portugal a força da imprensa apoiou o espírito de mudança que então vigorava, com maior difusão durante a segunda metade do século XIX, decorrente de um progressivo processo de industrialização.

### **Concluindo**

Os últimos anos da Monarquia Constitucional foram marcados por grandes transformações, em diversos sectores. Com efeito, às evidentes desigualdades sociais correspondeu uma periclitante renovação económica que em Portugal nunca atingiu os valores das outras nações europeias. Por outro lado, o país político viveu mergulhado em crises constantes, em especial entre os partidos monárquicos que, desde meados do século XIX, vinham exercendo o poder num cada vez mais desacreditado rotativismo. Esse clima de instabilidade política foi aproveitado pelos republicanos que não tardaram a impor-se em Portugal pela força, em 5 de Outubro de 1910, com a instauração da República. A nova era deixou marcas na Igreja Católica num país politicamente dominado pelos republicanos, mas também promoveu uma renovação e uma resistência das suas hostes, com especial referência para um emergente movimento social católico, alargado a vários elementos, como aconteceu com a imprensa católica.

---

<sup>122</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...p. 449.

<sup>123</sup> SILVA, Amaro Carvalho da Silva – *O Partido Nacionalista*...p. 97.



## Capítulo 2.

### A imprensa a partir da segunda metade do séc. XIX

«Com efeito, cremos ser nesse vinténio entre 1865 e 1885 que se estabelecem no nosso país as condições propícias à transformação industrial da Imprensa».  
José Tengarrinha<sup>1</sup>

No primeiro dia de Janeiro de 1865, muitos ardinias calcorream as ruas de Lisboa, nessa manhã fria de Inverno, anunciando um novo jornal. O seu cabeçalho anunciava os grandes traços do periódico: o *Diario de Noticias* (Lisboa, 1865-mantém publicação) apresentava-se como um noticiário universal, publicava-se todas as manhãs e custava apenas dez réis. Por várias razões, este foi um dia diferente dos outros para a história da imprensa portuguesa.

Ao contrário do habitual, que passava por ir aos quiosques comprar o jornal, os consumidores dos periódicos eram solicitados por pequenos ardinias que foram «(...) os pioneiros da classe que iria criar-se por necessidade da venda dos jornais. Foram eles que pasmaram Lisboa ao vender um jornal completo por 10 réis»<sup>2</sup>. O preço baixo terá sido, muito possivelmente, a primeira mudança retida pela atenção dos leitores. Naquela época, o preço corrente de cada exemplar era de 40 réis, considerado um valor quase proibitivo para a maior parte da população portuguesa que, de resto, não teria nem o dinheiro, nem a instrução para o consumo regular de jornais. Isso encontrava reflexo no magro valor do Produto Nacional Bruto *per capita* português que, em 1850, era de apenas 97 dólares americanos<sup>3</sup>. Mas também se reflectia na elevada taxa de analfabetismo que então se encontrava acima dos 80 por cento<sup>4</sup>.

Mas a ideia de um jornal barato não era nova em Portugal. No passado recente houvera jornais a baixo preço, como foram, por exemplo, os lisboetas *Dez Reis* (1841) e *Periodico dos Pobres* (1826-1846)<sup>5</sup>. Mas o exemplo francês estava perfeitamente vincado nesse processo. Eduardo Coelho (1835-1889) olhara para o sucesso exterior e

---

<sup>1</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 213.

<sup>2</sup> DINIS, Calderon – *Tipos e factos da Lisboa do meu tempo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1993, p. 80.

<sup>3</sup> Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 31.

<sup>4</sup> Segundo os dados apresentados por Rui Ramos, a taxa de alfabetização dos portugueses com mais de sete anos em 1850 não é conhecida. Porém, em 1890 o autor fixa essa taxa em 20 por cento, valor que sobe para o dobro em 1930. Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>5</sup> Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 222.

adoptara-o em Portugal. Em Paris, França, Emile de Girardin (1802-1881) fundara o jornal *La Presse*, em 1836, tendo por detrás uma grande ideia comercial. Girardin acreditava que o periódico deveria estar acessível a todos aqueles que o quisessem ler. Nesse sentido, «(...) reduz o preço das assinaturas para metade do dos outros jornais. O resultado é concludente: 10 000 assinantes ao fim de seis meses, 63 000 dez anos depois»<sup>6</sup>. Mas a redução no preço das assinaturas teve na introdução da publicidade um factor essencial. O preço baixo de cada exemplar conjugava-se com o aumento da publicidade nas páginas do jornal. Quanto mais anúncios fossem impressos, mais barato ficaria o periódico para os seus assinantes, uma vez que eram as empresas anunciantes que passariam a sustentar o aumento das tiragens. Esta foi a grande ideia comercial de Emile de Girardin que foi aplicada por Eduardo Coelho (redactor) e por Thomaz Quintino Antunes (proprietário) no *Diario de Noticias*.

Como acontecia na questão do preço baixo, a introdução de publicidade, nas páginas do jornal, tinha um passado que favorecia o sucesso do presente e, posteriormente, do futuro. Já em 31 de Agosto de 1715, *A Gazeta de Lisboa* (Lisboa, 1715-1717) tinha introduzido o seu primeiro anúncio, à imagem do que sucedia lá fora, nomeadamente em Inglaterra com o jornal *Public Advertiser* (1657), e em França com o *Petites Affiches*, em meados do século XVIII.

Perante o contínuo avanço da industrialização da imprensa, neste campo específico da publicidade, ficava demonstrado que o seu aumento «(...) está, assim, directamente relacionado com a intensificação das actividades comercial e industrial no século XIX e, de uma maneira geral, com o maior dinamismo da vida moderna»<sup>7</sup>. Contudo, este foi um processo demorado uma vez que, desde cedo, esbarrou com o receio de muitos anunciantes que desconfiavam deste novo método de exposição dos seus produtos. Mas a verdade é que os “velhos do Restelo” foram sendo continuamente ultrapassados por comerciantes mais esclarecidos e com maior argúcia, que viam nos periódicos uma nova oportunidade a não perder.

O processo da organização industrial da imprensa – que constituía o terceiro período da história da imprensa periódica portuguesa<sup>8</sup> – avançava venturoso no país,

---

<sup>6</sup> FABRE, Maurice – *História da Comunicação*. 2.ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1980, p. 56.

<sup>7</sup> TENGARRINHA, José – Imprensa. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, vol. III, p. 269.

<sup>8</sup> José Tengarrinha defende a existência de três períodos distintos da nossa história da imprensa: uma primeira época entre o primeiro jornal português (*A Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*) e a revolução liberal de

especialmente a partir do momento em que, nos países mais industrializados, com Inglaterra, França e Estados Unidos da América à cabeça, eram inventadas novas técnicas e formas aplicáveis à imprensa.

### **2.1. O processo tecnológico e a transformação da imprensa**

À medida que a centúria de Oitocentos avançava para o seu terceiro quartel, o desenvolvimento tecnológico que brotava por toda a Europa foi desenvolvendo a sua máquina, colocando à disposição da imprensa novas abordagens noticiosas e desenvolvendo uma preocupação cada vez mais informativa dos jornais. Por essa razão, o século XIX é considerado o «(...) o século de ouro da Imprensa»<sup>9</sup>. Numa outra perspectiva, esse período dourado da imprensa pode ser balizado desde «(...) o início dos anos 1870 até à 1.ª Guerra Mundial [1914-18], durante a qual os jornais alargam poderosamente as suas bases, sem sofrerem ainda a concorrência dos outros meios de comunicação social que depois surgirão»<sup>10</sup>.

Seguindo o pendor informativo da imprensa europeia, também em Portugal o carácter noticioso dos jornais portugueses constituía uma das premissas mais importantes da organização industrial da imprensa. Eduardo Coelho, para evitar o que sucedera em 1840 com Rodrigues Sampaio, que não conseguira manter vivo o teor noticioso universal do seu título, *A Revolução de Setembro* (Lisboa, 1840-1901), aliou-se ao mais recente progresso tecnológico. Assim, manteve o *Diario de Noticias* actualizado com informações recentes, o que lhe permitiu garantir viva a sua política noticiosa universal. Este novo tipo de jornalismo assentava numa nova postura na construção das notícias e numa nova atitude do periódico, em contínuo processo de industrialização.

O *Diario de Noticias* constituiu, nesse campo, uma profunda ruptura. Abolindo o tradicional artigo de fundo, claramente opinativo e demonstrador da linha editorial seguida por cada periódico<sup>11</sup>, elevava o seu cariz noticioso e abria portas para «(...) a trave mestra do jornalismo contemporâneo – a informação, como sua principal

---

1820. O segundo período decorre entre 1820 e o terceiro quartel do século XIX, e uma última época definida entre o último quartel do século XIX e os nossos dias. Cf. Idem, p. 246.

<sup>9</sup> FABRE, Maurice – *História da Comunicação...* p. 54.

<sup>10</sup> JEANNENEY, Jean-Noel – *Uma História da Comunicação Social*. 1.ª ed. Lisboa: Terramar, 1996, p. 83.

<sup>11</sup> Cf. MARTIN-LAGARDETTE, Jean-Luc – *Manual da escrita jornalística: escrevo – informo – convenço*. Lisboa: Editora Pergaminho, 1998, pp. 15-17.

preocupação e objectivo»<sup>12</sup>. O *Diario de Noticias* manteria, contudo, o tradicional formato de apresentação das notícias, o denominado “chouriço”, dispondo «(...) as notícias ao longo das colunas: umas a seguir às outras, sem títulos nem tipos diferentes, numa massa compacta, apenas diferenciadas (...) por um meio filete (hoje chamado *bigode*)»<sup>13</sup>.

Uma das mais valias para a imprensa foi a constituição do telégrafo, em meados da década de 1850, que rapidamente se instalou em Portugal, chegando em 1859 aos «(...) 2000 quilómetros de linhas montadas, e em 1900 cerca de 8000»<sup>14</sup>. A contínua proliferação do mercado noticioso promoveu, no mesmo sentido da telegrafia eléctrica, o nascimento das agências noticiosas<sup>15</sup>. Estas surgiram na altura em que o mundo criou as condições ideais para que tal nascimento fosse possível. Foi nesta lógica que as agências noticiosas surgiram «no momento em que, graças aos progressos técnicos e ao aumento da curiosidade de um público alargado, o mercado da informação torna-se mundial, a maioria dos órgãos de imprensa são incapazes de manter correspondentes à distância, dados os custos das despesas de instalação, de manutenção, de transmissão das notícias»<sup>16</sup>. Mas se as novas necessidades dos novos leitores, na obtenção de informação, eram garantidas, com maior ou menor dificuldade, já o papel em que as notícias eram impressas mantinha as grandes imperfeições do passado. A qualidade do papel acabou por ser, permanentemente, uma espécie de “calcanhar de Aquiles” da imprensa oitocentista portuguesa, uma vez que o papel ao dispor dos muitos periódicos nacionais era «(...) de má qualidade e elevado custo, o que dava mau aspecto e

---

<sup>12</sup> TENGARRINHA, José – Imprensa. In *Dicionário...*p. 267.

<sup>13</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 216.

<sup>14</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 47.

<sup>15</sup> A primeira agência noticiosa conhecida foi a Agência Havas, fundada em Paris, França, em 1835, por Charles-Louis Havas. Mais tarde, em 1944, esta agência deu origem à Agence France-Presse. Em 1849, Bernard Wolff, antigo colaborador de Havas, fundou a Agência Wolff na cidade de Berlim, Alemanha. Dois anos mais tarde, em 1851, Paul Julius von Reuter, um outro colaborador de Havas, criou a Agência Reuters, sediada em Londres, capital da Inglaterra. Também nos Estados Unidos da América se assistiu ao desenvolvimento de agências noticiosas. A Associated Press foi criada em Nova Iorque, durante a Guerra da Independência Americana (1861-1865), para acompanhar o conflito. Em 1907 nasceu a United Press, e dois anos mais tarde foi fundada a International News Service. Estas duas agências noticiosas uniram-se em 1958, formando a United Press International. Sobre este assunto podemos endereçar para a leitura do ponto das ‘Agências Noticiosas’ de CAZENEUVE, Jean (dir.) – *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Lisboa: Edições 70, 1976 ©, pp. 11-14. Veja-se também: JEANNENEY, Jean-Noel – *Uma História...*pp. 84-86. Sobre esta mesma temática leia-se: LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006, pp. 38-40.

<sup>16</sup> JEANNENEY, Jean-Noel – *Uma História...*p. 85.

defeituosa impressão, além de ser uma das principais causas do alto preço dos jornais»<sup>17</sup>.

De qualquer forma, o campo da impressão conheceu grandes desenvolvimentos, desde o primeiro decénio de Oitocentos. Em 1814, os alemães Friedrich Koenig (1774-1833) e Andreas Bouer (1783-1860) inventaram o primeiro prelo cilíndrico accionado pelo vapor, o que permitia imprimir 1100 exemplares por hora. Foi uma tremenda mudança. Abandonaram-se irremediavelmente os processos anteriores: desde as prensas de madeira, do século XV, usadas pelo alemão Johannes Gutenberg (1398?-1468)<sup>18</sup>, até às prensas metálicas que vinham do século XVIII, e apostava-se neste novo processo de impressão: «(...) a pressão já não era exercida por uma prensa plana mas sim por um *cilindro* que se deslocava sobre o papel»<sup>19</sup>. Rapidamente surgiram as rotativas, sendo que a primeira que é conhecida data de 1846, existente na cidade norte-americana de Filadélfia, fabricada pelo também norte-americano Richard March Hoe (1812-1886).

Ainda que Portugal se encontrasse muito atrasado, em matéria de técnicas de impressão<sup>20</sup>, os progressos tipográficos acabaram, mais cedo ou mais tarde, por serem aplicados nas tipografias portuguesas. Isso permitiu encurtar, em várias horas, o árduo trabalho manual então realizado pelos tipógrafos que trabalhavam «(...) cerca de dez horas diárias para garantirem a saída de um jornal entre 6 e 8 páginas...»<sup>21</sup>. *O Comercio do Porto* (Porto, 1854-mantém publicação) foi o primeiro jornal a utilizar o primeiro prelo a vapor em Portugal, em 1860, e em 20 de Março de 1890 o *Diario de Noticias* começou a ser impresso na «(...) *Marinoni* de grande tiragem»<sup>22</sup>, máquina nascida em 1866, e que podia imprimir até dez mil páginas por hora, sendo certo que as potencialidades da máquina não eram totalmente utilizadas, pois esse número de impressões não era atingido<sup>23</sup>. O *Diario de Noticias* foi precisamente o primeiro

---

<sup>17</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 198.

<sup>18</sup> Johannes Gutenberg nasceu na cidade de Mainz, (Mogúncia), na actual Alemanha, no início do século XV, e é considerado o pai da imprensa. É-lhe atribuída a invenção da tipografia com caracteres móveis, e foi da sua oficina que saiu a primeira obra impressa na Europa: a Bíblia de Gutenberg, também chamada Bíblia de 42 linhas, por volta de 1456. Cf. FABRE, Maurice – *História da Comunicação...*p. 42.

<sup>19</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa...*p. 72.

<sup>20</sup> Nuno Crato assevera que só em 1834 é que os jornais portugueses começaram a utilizar os prelos hidráulicos manuais e os prelos com cilindros, vinte anos depois da invenção de Koenig. Cf. Idem, p. 36.

<sup>21</sup> LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses...*p. 31.

<sup>22</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 227.

<sup>23</sup> No final da década de 1860, todos os títulos que circulavam em Lisboa publicavam diariamente cerca de 50 mil exemplares, sendo que só o *Diario de Noticias* cobria uma fatia de 17 mil. Já em 1903, o *Diario de Noticias* utilizava a rotativa *Augsburg*, publicando 24 mil exemplares por hora. Em 1910, este jornal começou a ser impresso numa outra rotativa *Augsburn* de duas bobinas, de maiores dimensões e capacidade. Cf. Idem, pp. 227-229.

periódico «(...) a utilizar no nosso país as máquinas de compor *Linotype*»<sup>24</sup>, numa altura em que o papel já era fabricado em bobinas, ao contrário do que era feito até aqui, com «(...) a velha peneira manual»<sup>25</sup>.

O mundo estava, de facto, em permanente transformação, e os jornais mais não faziam do que adaptar-se a essas mudanças. Neste sentido, o grande desenvolvimento da imprensa – no qual se salienta primordialmente a passagem de muitos periódicos a diários – «(...) resulta de uma necessidade de adequação da comunicação escrita ao ritmo mais rápido dos acontecimentos da nossa sociedade oitocentista»<sup>26</sup>. Era esse ritmo acelerado, determinado pela própria sociedade, que impunha ao próprio jornalismo uma constante adaptação da sua estrutura. A forma como as notícias chegavam às redacções dos jornais foi-se modificando, progressivamente, num claro aproveitamento desses novos recursos tecnológicos. Assim, as notícias poderiam chegar de duas formas às redacções: (...) para o noticiário exterior, o telégrafo (...); para o noticiário local, o repórter, ou seja, não já o redactor preso à sua secretária, aguardando que as notícias lhe fossem cair nas mãos, mas o jornalista ágil, móvel, indo ao encontro do acontecimento<sup>27</sup> para fornecer sobre ele a maior soma de pormenores possível»<sup>28</sup>.

O contínuo desenvolvimento da imprensa fomentou o aparecimento de uma nova profissão no quadro laboral. Nasceu a figura do jornalista que inicialmente era apenas um complemento de outras profissões, sobretudo dos homens das Letras. Eram estes que dotavam o jornal de uma maior credibilidade junto do público, mas também deram ao periódico um certo “arranjo literário”, através da publicação das suas crónicas. Seguindo o exemplo do jornalismo francês oitocentista – onde escritores como Honoré de Balzac (1799-1850), Alexandre Dumas (1802-1870) ou Eugène Sue (1804-1857)<sup>29</sup> publicavam os seus romances em folhetim – escritores nacionais, como António Feliciano de Castilho (1800-1875), Almeida Garrett (1799-1854) ou Alexandre Herculano (1810-1877) foram alguns dos que contribuíram para o desenvolvimento da imprensa publicando aí parte dos seus trabalhos e levando-a a descobrir outros campos.

---

<sup>24</sup> Idem, p. 229.

<sup>25</sup> FABRE, Maurice – *História da Comunicação*...p. 45.

<sup>26</sup> TENGARRINHA, José – Um importante instrumento de trabalho. In *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. Coord. Gina Guedes Rafael; Manuela Santos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, vol. I, p. 11.

<sup>27</sup> No mundo jornalístico é comum referir-se a essa acção como: “sair em reportagem”.

<sup>28</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa*...p. 217.

<sup>29</sup> Eugène Sue, pseudónimo de Joseph Sue (1804-1857), foi um escritor francês que, como Balzac e Dumas, soube aproveitar a força da imprensa, imprimindo aí alguns dos seus romances, como foram os casos de «*Os Mistérios de Paris*» (1842-43), no *Journal des Débats*, e «*O Judeu Errante*» (1844-45), publicado no jornal *Constitutionnel*, ajudando a subir a tiragem deste periódico, que passou de 3 mil para 40 mil exemplares. Cf. TENGARRINHA, José – Imprensa. In *Dicionário*...p. 267.

O papel social do jornalista foi progressivamente evoluindo e assumiu-se como uma profissão por inteiro, deixando de ser um complemento de outras profissões, como até então. Mas manteve o estigma de se constituir como uma profissão mal remunerada. De qualquer forma, o seu estatuto modificou-se à medida que a própria sociedade evoluiu durante todo o século XIX. O jornalista passou a ser visto como um elemento preponderante na nova sociedade liberal, pois detinha os meios para obter e partilhar informação. Cedo passou a constituir um grupo privilegiado socialmente, identificado com o jornal em que trabalhava. Em verdade, «os que trabalhavam num periódico estavam identificados com a mesma doutrina, o mesmo partido e, por vezes, a mesma facção partidária»<sup>30</sup>.

No entanto, à medida que a imprensa foi assumindo um papel cada vez mais importante na sociedade, o jornalista passou a estar mais distante do público e a assumir uma maior imparcialidade perante a informação a transmitir. Era certo que um maior afastamento perante o leitor privilegiaria a imparcialidade jornalística, que começou a ser defendida pela classe e também pelo público mais letrado. Mas essa distância acarretaria riscos para a indústria, uma vez que o leitor entusiasta de Oitocentos – que via reforçadas ou corrigidas as ideias sobre algum tema, através da leitura do jornal com quem se identificava ideologicamente<sup>31</sup> – poderia passar para um estágio de menor identificação com o jornal e, eventualmente, deixar de o adquirir ou assinar. Mas esta posição tendia a ser um mero reflexo da própria transformação que se operava na sociedade<sup>32</sup>.

Como forma de se alargar a um público mais vasto, sobretudo menos rico e menos instruído, o jornal adaptou-se aos novos tempos «(...) dirigindo-se assim a *todos*, e não a um mercado *específico* de leitores ideologicamente afins, mas necessariamente muito mais restrito»<sup>33</sup>. Essa mudança fomentou a alteração mais ou menos radical entre o jornal, o jornalista e o leitor, promovendo, entre este tridente, relações cada vez mais «(...) frágeis, movediças, instáveis»<sup>34</sup>. As pequenas notícias, os *fait-divers* e os folhetins romanescos foram sendo preferidos aos longos e pensados artigos de fundo, e o jornal já não aparecia apenas como um simples meio de transmissão de uma ideia ou posição política. Nessa investida capitalista de garantir uma maior tiragem, em que o processo

---

<sup>30</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa...* p. 39.

<sup>31</sup> Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...* p. 205.

<sup>32</sup> Cf. TENGARRINHA, José – *Imprensa*. In *Dicionário...* p. 268.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*.

de assinaturas era cada vez mais substituído pela venda do jornal nas ruas<sup>35</sup>, os responsáveis do jornal entregaram-se «(...) incessantemente a um aumento do sensacionalismo»<sup>36</sup>.

Esta nova postura, de parte do mundo jornalístico, encontrava no novo público o consumidor perfeito. Este era mais permeável à influência desse género de escritos. E foi com naturalidade que os jornais que mais se dedicavam a essa vertente «tinham as tiragens mais elevadas. Isso aconteceu com vários jornais como, por exemplo, com o jornal *O Seculo* (Lisboa, 1881-1989), de José Joaquim da Silva Graça (1858-1931) – que publicava cerca de 170 mil exemplares/dia, no final da Monarquia, e que se pautou pelo estilo anti-britânico (quando do ultimato inglês de 1890) e pelo seu «(...) tom sensacionalista e irreverente»<sup>37</sup>. Também o jornal *O Mundo* (Lisboa, 1900-1936), de França Borges (1871-1915), captou uma grande parte desse novo público com a sua postura mais sensacionalista, assumindo ser, sem grande pudor, «(...) o cano de esgoto de todas as insinuações, calúnias e escândalos que a denúncia de uns e a imaginação de outros podiam arranjar contra altos personagens da sociedade portuguesa»<sup>38</sup>. Na mesma linha sensacionalista, Francisco Homem Cristo (1860-1943), futuro membro do directório do Partido Republicano Português, fundou, no fim da Monarquia, o *Povo de Aveiro* (Aveiro, 1882-1941), um jornal que pautava pela acusação caluniosa de líderes políticos nacionais que enxovalhava nas suas páginas, e que teve grande sucesso comercial<sup>39</sup>.

Numa sociedade em crescente ebulição e mudanças constantes, num processo de massificação cultural crescente, a informação era um bem demasiado precioso para, sobre ela, se manter uma posição passiva. A verdade é que, desde cedo, o público mais evoluído – nomeadamente a classe política liberal – se apercebeu da importância de estar informado e, sobretudo, de possuir e administrar essa mesma informação.

---

<sup>35</sup> Tomando o exemplo do *Diario de Noticias*, podemos confirmar que a venda ambulante do jornal – realizada por ágeis ardinhas, sobretudo em Lisboa – foi sendo preferida à venda nos postos autorizados e nas próprias instalações do periódico. Se por um lado a venda do jornal pelo processo de venda de rua era mais eficaz, por outro, o preço a pagar pela empresa, detentora do título, aos seus vendedores imóveis nos seus quiosques era mais alto. Assim, nas primeiras décadas do *Diario de Noticias*, os vendedores fixados nos seus postos de venda recebiam três réis por cada exemplar vendido. Já os ardinhas recebiam dois réis por cada jornal vendido. Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 221.

<sup>36</sup> JEANNENEY, Jean-Noel – *Uma História...*p. 87.

<sup>37</sup> RAMOS, Rui – *A Nação Intelectual*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 51.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>39</sup> Rui Ramos assevera que Francisco Homem Cristo denunciava, no *Povo de Aveiro*, casos sensacionais relacionados com a classe política nacional a quem chamava «bandidos». Estas histórias valiam-lhe a venda de alguns milhares de exemplares, não apenas em Lisboa, mas um pouco por todo o país. Cf. Idem, *ibidem*.

## 2.2. A (in)formação de um público em crescendo, e o travão censório

Em 1905, o pintor português José Malhoa (1855-1933) patenteou o público com o quadro “Lendo o jornal”, que mostrava a figura de um professor no acto de leitura de um periódico. Esta pintura representava um acto simples que, desde o final do século XIX, era comum e que estava perfeitamente enraizado, sobretudo, entre a burguesia. Fora, de resto, esta classe social que promovera, num passado recente, o desenvolvimento da imprensa que constituía «(...) o espaço público em que a sociedade e o Estado existiam, e [aquela] estava para a vida política como a bolsa para a vida económica»<sup>40</sup>.

Nessa altura, a influência que os jornais tinham sobre a população era já significativa, e a imprensa assumia um lugar central, especialmente nas esferas política e social. Se era verdade que, num quadro mundialmente alargado de educação pública, «(...) a leitura alfabética (e a escrita) continuava, em pleno século xx, a ser o meio de comunicação mais difícil de aprender...»<sup>41</sup>, também era certo que o avanço do jornalismo nacional, desde Oitocentos, colocara em evidência um elemento preponderante: a alfabetização progredia em Portugal, ainda que isso se processasse muito lentamente. Ao mesmo tempo, promovia-se a leitura colectiva dos jornais para uma população que ainda era maioritariamente iletrada, e que tinha poucos recursos económicos para comprar o seu próprio jornal. De resto, essa era uma prática comum em vários países, e Portugal não foi excepção. A leitura em voz alta (leitura colectiva) tomava lugar, sobretudo, em cafés e outros espaços públicos e a informação escutada «(...) desencadeava mais do que qualquer outro meio um processo de reflexão crítica»<sup>42</sup>. Esta prática terá, certamente, ajudado à promoção pelo gosto pela leitura dos jornais que passaram a ser «(...) cada vez mais uma referência quotidiana»<sup>43</sup>.

A dada altura, o público já não abdicava nem do periódico, nem dos mais diversos comentários que tecia, a propósito do que lia ou do que escutava, conforme as circunstâncias. Esta realidade era, ao mesmo tempo, o puro reflexo do comportamento lusitano, que se tornará mais requintado ao longo do século XX, mas também espelhava

---

<sup>40</sup> Idem, p. 53.

<sup>41</sup> LEVINSON, Paul – *A Arma Suave: História Natural e Futuro da Revolução da Informação*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998, p. 58.

<sup>42</sup> TENGARRINHA, José – *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*. Lisboa: Edições Colibri, 1993, p. 14.

<sup>43</sup> RAMOS, Rui – *A Nação Intelectual*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 49.

o contributo que a imprensa procedera «(...) para a recomposição do tecido social e para a consciencialização da cidadania»<sup>44</sup>.

O processo de evolução de uma sociedade literata – promovida, entre outros factores, pelo desenvolvimento massivo da imprensa – potenciava a criação de uma opinião pública mais esclarecida, entre a população, no contexto do sistema democrático desencadeado desde o início do século XIX<sup>45</sup>. Mas, ao mesmo tempo que favorecia o espírito crítico dos cidadãos, também os elucidava quanto à sua força, enquanto grupo, e isso representava um claro perigo para as instituições governamentais e régias.

Foi por isso, sem grande surpresa, que, nos finais de Oitocentos, os governantes trataram a imprensa praticamente da mesma maneira que os liberais o haviam feito anos antes, na década de 1850. Nessa altura, fruto da grande instabilidade política então vivida, o Governo liberal criou a (primeira) “lei das rolhas”, por decreto-lei de 3 de Agosto de 1850. Esse foi um período durante o qual se «(...) fixaram multas e penas de prisão para jornalistas...»<sup>46</sup>, ficando o Governo livre para determinar o encerramento de um qualquer periódico, se considerasse que este utilizasse uma linguagem abusiva ou contrária à vontade governativa. Para bem da liberdade de expressão, essa lei asfixiante foi abolida com a regeneração de Fontes Pereira de Melo, a partir de 1851, passando a imprensa a ter uma maior liberdade de acção. A partir daí, o número de publicações periódicas aumentou em catadupa e na da década de 1880 «(...) a média anual chega a atingir o número prodigioso de 184!»<sup>47</sup>.

Mas a imprensa nunca deixou de ser, verdadeiramente, vigiada com particular atenção. Assim sucedeu a partir do momento em que a Monarquia Constitucional viu as suas acções cada vez mais contestadas. No final de 1881, a repressão efectuada sobre a imprensa demonstrou o claro mal-estar que a governação monárquica sentia. Esse travão censório à imprensa, que ficou conhecido como «(...) portaria muda»<sup>48</sup>, foi accionado pelo Governo liderado por António Rodrigues Sampaio (1806-1882), numa «(...) paradoxal coincidência»<sup>49</sup>, pois o mesmo Rodrigues Sampaio fora, no passado, muitas vezes perseguido pelo Governo, enquanto jornalista e director da *Revolução de*

---

<sup>44</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 227.

<sup>45</sup> Cf. MACHETE, R. Chancelle de – Imprensa. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d, vol. X, pp. 1067-1068.

<sup>46</sup> PENA RODRÍGUEZ, Alberto – História do Jornalismo Português. In *História da Imprensa*. Coord. Alejandro Pizarroso Quintero. Lisboa: Planeta Editora, 1996, p. 360.

<sup>47</sup> TENGARRINHA, José – Imprensa. In *Dicionário...*p. 261.

<sup>48</sup> Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 245.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*.

*Septembro* (Lisboa, 1840-1901). Agora do outro lado da barricada, a acção do governante Rodrigues Sampaio ajudou a atear um fogo desmedido contra a imprensa<sup>50</sup>, fomentando «(...) perseguições, processos e suspensões de jornais [que] eram em ritmo cada vez maior»<sup>51</sup>. Nesse clima nefasto à liberdade de expressão, em 29 de Março de 1890<sup>52</sup> – já depois do ultimato inglês ter patrocinado o descontentamento generalizado da população portuguesa e o crescimento dos partidos políticos oposicionistas da Monarquia e da Igreja Católica – o governo de Lopo Vaz promulgou um decreto-lei «(...) que constitui um dos pontos culminantes da repressão à Imprensa pela monarquia agonizante»<sup>53</sup>.

A rebelião republicana de 1891, no Porto, hiperbolizou o clima de guerra à imprensa, fomentando um espírito de “caça às bruxas” que determinou o encerramento de muitos jornais e centros ideológicos republicanos. Tudo isso acabou por ser transformado numa nova lei de imprensa, denominada “lei das rolhas”, a segunda com o mesmo título, e num novo período repressivo da imprensa. A opressão alargou-se ao desenvolvimento dos grupos oposicionistas da Monarquia Constitucional, sobretudo os republicanos que, frequentemente, viam visitadas e vandalizadas as instalações dos seus jornais e dos seus centros. Assim sucedeu, durante os últimos anos do século XIX e nos primeiros do novo século, com especial referência para a lei repressiva de 13 de Fevereiro de 1896, denominada “lei dos anarquistas”<sup>54</sup>. A repressão sobre a imprensa não abrandou, e foram presos vários jornalistas e directores de jornais, como aconteceu com França Borges – na altura, director-interino d’ *O Pais* (Lisboa, 1895-1898) – depois de, em 1898, João Chagas (1863-1925), fundador e director desse título, ter retirado para Espanha, para não ser detido. França Borges, como tantos outros jornalistas, acabou preso.

Anos mais tarde, já depois da lei de 7 de Julho de 1898 – mais liberal mas, ainda assim, sem força para impedir a censura prévia – os ataques aos jornais mantiveram-se

---

<sup>50</sup> Perante o clima de atentados contra a liberdade de expressão e da imprensa, organizou-se no dia 13 de Abril de 1884, em Lisboa, uma acção generalizada de contestação popular contra a asfixia governamental sobre a imprensa. Esse comício, realizado no *Chalet* do Rato, juntou cerca de cinco mil pessoas. Cf. Idem, p. 247.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>52</sup> O decreto-lei de 29 de Março de 1890 é apresentado por José Tengarrinha como um marco da história da imprensa portuguesa. A este respeito veja-se a Nota XI de: Idem, pp. 300-306.

<sup>53</sup> Idem, p. 247.

<sup>54</sup> Promovida por Hintze Ribeiro, esta lei agravou as condições débeis em que vivia a imprensa nacional. Serviu, sobretudo, os interesses do Governo da Monarquia Constitucional que reforçou a vigilância e a acção policial sobre os periódicos e os seus agentes internos. Os ataques aos republicanos e aos anarquistas foram constantes e provocaram o exílio e a prisão de muitos dos seus jornalistas. Sobre a lei de 1896 ver: TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...* pp. 251-253.

vivos durante a acção governativa de João Franco. Este rapidamente mostrou ser contrário à liberdade de imprensa. Numa tentativa de «(...) evitar que o escândalo dos adiantamentos à família real fosse debatido na Imprensa»<sup>55</sup>, João Franco (1855-1929) desferiu um rude golpe no mundo do jornalismo. Em 28 de Novembro de 1906 apresentou e fez promulgar um decreto-lei nocivo à liberdade de expressão. Esse documento visava restringir totalmente a imprensa. Apresentava, entre outras determinações, a criação de “gabinetes negros”<sup>56</sup> para julgar os delitos a esse decreto-lei, o aumento da censura e da facilidade na apreensão de jornais, ao mesmo tempo que dificultava o nascimento de novos títulos. As vozes contrárias a essa medida cedo se fizeram ouvir. Três semanas depois de o documento ser apresentado, na câmara dos deputados, as associações de jornalistas de Lisboa e do Porto juntaram-se para formalizarem um protesto comum, que foi entregue no Parlamento. O desfile de 18 de Dezembro de 1906<sup>57</sup> – que contou com muitos jornalistas, entre os quais alguns ilustres<sup>58</sup>, e inúmeros populares – seguiu pelas ruas da cidade de Lisboa, em direcção ao edifício da Câmara Municipal, onde uma comissão entregou a sua representação. Porém, esta tomada de posição não fez baquear o espírito repressivo de João Franco sobre a imprensa. Até à instauração da República, as perseguições aos jornais continuaram, e só as primeiras benesses concedidas pelos republicanos, após o triunfo de 5 de Outubro de 1910, criaram a ilusão de uma verosímil liberdade da imprensa. Nesse contexto e numa primeira fase, a imprensa em geral foi tratada com benevolência. Cinco dias depois de atingirem o poder, os republicanos tratariam de «(...) libertar a imprensa periódica das peias legais que a limitavam, reconduzindo-a a situação idêntica à dos melhores tempos do constitucionalismo»<sup>59</sup>. Para isso, o Governo Provisório da República promulgou o decreto-lei de 10 de Outubro, revogando a anterior lei da imprensa que fora fixada no tempo de João Franco, e que datava de 11 de Abril de 1907, ao mesmo tempo que suspendia todos os processos relacionados com a imprensa

---

<sup>55</sup> Idem, p. 255.

<sup>56</sup> Ainda que criados anteriormente, os gabinetes negros só começaram a funcionar a partir de 22 de Maio de 1907, quando já estava instituída a ditadura de João Franco que seguirá até ao regicídio de 1908. Cf. Idem, p. 257.

<sup>57</sup> Pena Rodríguez assevera que o desfile teve lugar no dia 19 de Dezembro de 1906, um dia depois do que é referenciado por José Tengarrinha na sua *História da Imprensa Periódica Portuguesa...*p. 255. Cf. PENA RODRÍGUEZ, Alberto – História do Jornalismo Português. In *História da Imprensa...*p. 363.

<sup>58</sup> Entre as dezenas de jornalistas e homens de Letras, que participaram no desfile de protesto, estiveram presentes, entre outros: Bulhão Pato, Teófilo Braga, Sampaio Bruno, Alfredo da Cunha (*Diário de Notícias*), Silva Graça (*O Século*), João Chagas, e Brito Camacho. Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 255.

<sup>59</sup> Idem, pp. 259-260.

até que uma nova lei entrasse em vigor, o que aconteceu em 28 de Outubro de 1910. O Governo Provisório assegurava, assim, as liberdades de imprensa, de opinião e de pensamento, e fazia crer que o fim da censura prévia estaria para breve. Contudo, essa posição acabaria por ser rapidamente alterada, fruto dos acontecimentos que marcaram Portugal e a Europa nos anos seguintes. A censura prévia<sup>60</sup> retomou o seu papel, a propósito das incursões monárquicas, dirigidas por Paiva Couceiro (1861-1944), em 1911 e em 1912. Mas ganharia uma maior profundidade depois de 9 de Março de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, a pretexto da apreensão dos navios alemães atracados em diversos portos nacionais. Portugal entrou, assim, na Grande Guerra (1914-1918) e, dias depois, a 28 de Março de 1916, a censura prévia regressou com carácter provisório, mas foi ainda mais rigorosa. De forma a proteger o interesse nacional e a garantir a confidencialidade militar, os jornais passaram a apresentar espaços brancos nos seus textos, como sinal dos cortes efectuados pela censura. Foi nesse ambiente de severidade que as revistas e os jornais portugueses tiveram que viver durante todo o período da República.

### **2.3. A oposição impressa ao regime monárquico**

O processo da industrialização europeia e mundial de Oitocentos agravou e deixou bem visíveis as disparidades sociais. De um lado, os “africanistas” e os “brasileiros de torna-viagem”, os patrões e os empresários conotados com a nova e rica burguesia industrial. Na base da pirâmide social estavam os empregados de comércio, os operários e os pobres.

A juntar a isso, havia o contínuo descrédito da Monarquia Constitucional, em especial desde a última década do século XIX. A descrença nas estruturas governativas serviu de rampa de lançamento para uma crescente oposição ao regime, por parte dos denominados grupos oposicionistas, sobretudo os republicanos e os socialistas. Foram estes que melhor souberam aproveitar a força da imprensa para expressarem o seu descontentamento. E cedo fizeram-no com uma grande base contestatária que, ao mesmo tempo, se aproximava das necessidades ideológicas dos mais desprotegidos.

Aproveitando o vento que então soprava de feição, republicanos e socialistas, sobretudo, apresentaram os seus argumentos, emergindo no interior dos grupos mais

---

<sup>60</sup> Sobre a censura à imprensa desde o período da Monarquia Constitucional ver: FRANCO, Graça – *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993. Ver também: SILVA, António Jorge Saraiva Pereira da – *Censura e liberdade de imprensa em Portugal (1907-1974)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008. Texto policopiado.

desfavorecidos da sociedade. Numa altura em que aumentava, ciclicamente, a concentração nas cidades, sobretudo em Lisboa e no Porto, de massas trabalhadoras vindas dos campos, os problemas entre o operariado industrial e os comerciantes e demais pequena burguesia tomaram forma. Essa conjuntura facilitava a criação «(...) de alguns factores que, tarde ou cedo, teriam de aparecer na cena social e política»<sup>61</sup>. Nada mais poderia estar correcto. Republicanos e socialistas logo se constituem como «(...) novas forças sociais que sobem e que reivindicam o acesso, ao menos parcial, ao poder político»<sup>62</sup>. Se no início ambas as partes visavam um inimigo comum, os resultados saídos das grandes mudanças sociais francesas – como a Comuna de Paris e a crise económica de 1871 – definiram as fronteiras ideológicas que separarão os dois partidos, não apenas em Portugal mas também no resto da Europa. Com efeito, «a cisão entre socialistas e republicanos foi-se abrindo com o tempo»<sup>63</sup>, e terminou com a constituição, em anos seguidos, do Partido Socialista (1875) e do Partido Republicano Português (1876)<sup>64</sup>. Esta separação político-ideológica também se repercutiu na imprensa, mantendo-se apenas, em ambas as facções, a utilização do mesmo tipo de linguagem de propaganda, plena de paixão, que se foi dirigindo para as «(...) camadas mais baixas da população, embora com predomínio da média e pequena burguesia»<sup>65</sup>.

A imprensa socialista aliou-se à força emergente do operariado que, em 1871, rompera com «(...) a fase mutualista, [e] entra em ruptura com a sociedade»<sup>66</sup>, accionando medidas mais reivindicativas e mais direccionadas para a defesa dos interesses e direitos dos operários. No entanto, no início da década de 1850, os jornais conotados com o operariado e com o socialismo ainda ostentavam um título simples, direccionado para a classe em questão. Dessa forma, não demonstravam, nesse mesmo título, a força que iriam ter anos mais tarde. Sucedera assim com *O Eco Metalurgico* (Lisboa, 1850), destinado aos profissionais da metalurgia, ou com *A Tribuna* (Lisboa, 1853) vocacionada para os tipógrafos e restantes profissionais das artes gráficas. Mas à medida que a própria evolução social ia acontecendo, e face às exigências laborais da sociedade capitalista emergente, o operariado definiu uma nova postura social que visava a justa defesa das suas lutas, com a sua doutrina a ser suportada por um pendor

---

<sup>61</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*p. 14.

<sup>62</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 112-113.

<sup>63</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo...*p. 16.

<sup>64</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>65</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 237.

<sup>66</sup> Idem, p. 241.

cada vez mais politizado. A greve passou a estar definida como umas das suas principais acções, mas foi através da denominada imprensa operária<sup>67</sup> que essas manifestações conseguiram fazer vingar os seus propósitos. Assim sucedeu desde que «(...) os operários se apercebem da importância fundamental dos jornais como instrumentos da sua organização e da sua luta»<sup>68</sup>, na defesa do seu ideal tripartido: Igualdade, Liberdade e Fraternidade, a lembrar os princípios saídos da Revolução Francesa de 1789.

Apoiados na expansão do socialismo internacional, os operários viam cada vez mais reflectidas as suas reivindicações em títulos como *O Pensamento Social* (Lisboa, 1872), onde escreveram personalidades com importâncias política e social futuras como, por exemplo, «(...) José Fontana, Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga, entre outros»<sup>69</sup>. Esta ligação entre operários e socialistas acabou por acicatar o teor reivindicativo de ambos, algo que já se reflectiu nos títulos *O Protesto* (Lisboa, 1875) «(...) que foi o órgão do Partido Socialista»<sup>70</sup>, e também no *Protesto Operario* (Lisboa e Porto, 1882). Ora, esta tendência simultaneamente política e social, contrária à ordem estabelecida pelos diversos governantes da Monarquia Constitucional, acentuou-se no decorrer dos últimos anos do século XIX. Foi nesse último período que a imprensa anarquista conheceu um desenvolvimento muito interessante, ainda que esta nunca tenha atingido uma dimensão «(...) comparável à que o movimento teve no plano social no nosso país»<sup>71</sup>. Relativamente à importância do movimento anarquista em Portugal, ficou patente que este «(...) está ligado, na sua raiz, às origens do próprio movimento operário e socialista»<sup>72</sup>.

O carácter insurrecto deste género de imprensa estava patente no seu próprio título. Ainda antes da já denominada “Lei dos Anarquistas”, de 1896, o movimento libertário estava presente em publicações como, por exemplo, *O Revoltado* (Lisboa, 1887), *Revolução Social* (Porto, 1887), *O Rebelde* (Lisboa, 1889), *A Revolta* (Porto, 1889), e *Os Barbaros* (Coimbra, 1894). Mas já depois de 1896, e até à instauração da República, em 1910, o teor de sublevação desta imprensa foi progredindo, e os títulos continuaram a ser expressão da postura dos seus militantes. Neste caso particular,

---

<sup>67</sup> O desenvolvimento da denominada imprensa operária, que se alarga à imprensa anarquista, pode ser confirmada em: Idem, pp. 240-244.

<sup>68</sup> Idem, p. 241.

<sup>69</sup> PENA RODRÍGUEZ, Alberto – História do Jornalismo Português. In *História da Imprensa...*p. 363.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>71</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 243.

<sup>72</sup> POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social...*p. 75.

podemos citar, entre outros, *O Petardo Anarquista* (Aveiro, 1896), *O Revoltado* (Coimbra, 1898), *O Germinal* (Lisboa, 1900), *O Agitador* (Porto, 1901), e *A Sementeira* (Lisboa, 1908-1919). Este último jornal, publicado mensalmente, foi a excepção à regra das publicações anarquistas, uma vez que se editou por um período de onze anos, entre Setembro de 1908, depois do regicídio, e Agosto de 1919, já em plena República. Por força das perseguições de que eram alvo, ou mesmo de uma certa «(...) imaturidade ideológica que quase sempre mostraram...»<sup>73</sup>, os jornais anarquistas tiveram, grosso modo, um período de publicação relativamente efémero.

Mas foi com a imprensa republicana que as diferentes estruturas políticas e sociais do país, em especial, foram tremendamente agitadas. Foi, de resto, com os ataques desencadeados por essa imprensa que a Monarquia e a Igreja Católica mais dificuldades sentiram ao longo do tempo. O ambiente político incerto gerado depois do ultimato inglês, de 1890, e a contínua agitação social que lhe estava associado, em especial no seio das camadas urbanas, desencadeou uma verdadeira onda de entusiasmo em redor deste género de imprensa, nitidamente mais orquestrada e fundamentada em termos políticos e sociais. Neste contexto, pode-se considerar que «teria sido relativamente fácil ao republicanismo apropriar-se desta espontaneidade popular pré-revolucionária e orientá-la no sentido mais conveniente para os seus objectivos»<sup>74</sup>.

A força motriz que gerava o discurso republicano era de tal forma eficaz que os êxitos exteriores ocorridos em Espanha – em 1869 com o triunfo da Revolução da Gloriosa e, em Fevereiro de 1873, com a proclamação da República – fez medrar, entre os intelectuais portugueses mais altivos, um sentimento de entusiasmo pelas ideias consagradas pela República. Assim, foi sem espanto que, nesse ano de 1869, se fundaram alguns títulos declaradamente republicanos: *A Republica Federal* (Lisboa, 1869-1871) e *O Republicano* (Lisboa, 1869). O crescimento do republicanismo foi ganhando novas proporções, à medida que os anos iam passando e se ia atingindo o final da década de 1870. Esse espírito ia atingindo também a mente da intelectualidade portuguesa que olhavam com bons olhos para o que vigorava na Europa, nomeadamente no avanço suscitado nos pensamentos político, social e cultural.

Assim, foi sem grande surpresa que, em Portugal, foi realizada uma acção concertada que se pretendia ser de efectiva mudança entre nós, de forma a quebrar o marasmo então vivido. As questões que foram levantadas ao longo das fugazes mas

---

<sup>73</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 243.

<sup>74</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República...*p. 96.

importantes Conferências Democráticas do Casino Lisbonense<sup>75</sup> contribuíram para alargar a influência da propaganda republicana em Portugal que cativavam as massas «(...) pelo tom apaixonado da sua linguagem [que] lembra a da primeira época constitucional»<sup>76</sup>. De resto, foi claro o recurso a uma linguagem apaixonada, «medularmente romântica e intrinsecamente emotiva...»<sup>77</sup> para promover, entre o povo, a ideia de que uma revolução no país só poderia ser possível se fosse promovida pela capacidade política do Partido Republicano Português (PRP).

O espectro republicano começava então a ameaçar a débil estrutura monárquica nacional, com especial força desde o último quartel do século XIX. Já no fim da década de 1880, mais concretamente em 1887, o PRP mostrou a sua força, mantendo em circulação «(...) 4 diários e dezenas de semanários, além de muitas aulas e gabinetes de leitura»<sup>78</sup>. Ora, num país onde os analfabetos eram aos milhares, esse elevado número de periódicos não deixava de ser relevante.

Nessa altura, a força dos republicanos era já muito significativa em Portugal, muito pela acção vanguardista do jornal *O Seculo* (Lisboa, 1881-1989). Nascido pela mão do brasileiro Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) – personagem que foi considerada um «(...) arauto vibrante de propaganda republicana»<sup>79</sup>, e que chegou a grão-mestre da Maçonaria, em 1907 – *O Seculo* soube, como poucos periódicos do seu

---

<sup>75</sup> As denominadas Conferências Democráticas do Casino realizaram-se em Lisboa, no final da Primavera de 1871. Porém, o seu processo de construção iniciou-se antes, nas páginas do jornal *A Revolução de Setembro* onde doze personalidades nacionais (Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, Salomão Saragga e Teófilo Braga), de várias áreas, redigiram um manifesto, incitando o país a reflectir nas várias ideias e nas diferentes mudanças políticas, sociais e culturais que iam ocorrendo nos principais países europeus. Sob direcção de Antero de Quental, realizaram-se apenas cinco conferências das dez previstas Primeira: «O espírito das Conferências» (Antero de Quental); Segunda: «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares» (Antero de Quental); Terceira: «Literatura Portuguesa» (Augusto Soromenho); Quarta: «A Literatura Nova ou o Realismo como nova expressão da Arte» (Eça de Queiroz); Quinta: «A Questão do Ensino» (Adolfo Coelho). Quando se preparava a realização da sexta conferência, por Salomão Saragga, foi publicado uma portaria ministerial – pela mão do Marquês de Ávila e Bolama – que cessava a continuidade das Conferências do Casino. A razão prendia-se com um alegado ataque às instituições monárquicas e governamentais e também à Religião. Apesar dos protestos publicados na imprensa, as restantes conferências não se realizaram. Eram elas: Sexta: «Os historiadores críticos de Jesus» (Salomão Saragga); Sétima: «O Socialismo» (Jaime Batalha Reis); Oitava: «A República» (Antero de Quental); Nona: «A Instrução Primária»; Décima: «A Dedução Positiva da Ideia Democrática» (Augusto Fuschini). No entanto, apesar da proibição, as Conferências do Casino deixaram sementes do pensamento mais vanguardista vivido no interior da Europa entre a intelectualidade nacional. Sobre este tema ver: LOPES, Óscar – Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, vol. II, pp. 152-153. Veja-se igualmente: MÓNICA, Maria Filomena – O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. In *Análise Social*. vol. XXXV (157), 2001, pp.1013-1030.

<sup>76</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 236.

<sup>77</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República...*p. 97.

<sup>78</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 237.

<sup>79</sup> DINIS, Calderon – *Tipos e factos da Lisboa do meu tempo...*p. 82.

tempo, retirar dividendos da denominada “imprensa imunda”<sup>80</sup> que então despontava ferozmente em vários países europeus, com especial referência para a Inglaterra. O sensacionalismo com que *O Seculo* preenchia parte das suas páginas garantia-lhe uma elevada tiragem diária, o que promoveu a constituição de uma empresa jornalística de sucesso, sendo, no início do século XX em Portugal, uma das primeiras e das maiores, *O Seculo* captava, então, a admiração da comunidade por que se entregava, confirmada na realização de «(...) campanhas de modernização, de ‘levantamento moral e físico da raça’, comportando-se como um ministério paralelo da cultura e desportos»<sup>81</sup>.

Em certa medida, o sucesso atingido pel’ *O Seculo* reflectiu-se na própria campanha propagandística do PRP, uma vez que o diário lisboeta, no seu percurso para a constituição de uma empresa industrial, prestou «(...) grandes serviços à propagação das ideias do Partido Republicano»<sup>82</sup>, enquanto foi o seu órgão oficial. Este papel seria mais tarde assegurado por um outro jornal da capital, *O Mundo* (Lisboa, 1900-1936) fundado por António França Borges (1871-1915), depois de um período de uma certa desorientação do PRP, ocorrido no final do século XIX. O falhanço da revolta republicana, em 1891, ajudou a quebrar o ímpeto propagandístico então constituído. Aquele republicano convicto fomentou ao próprio PRP um maior domínio no campo jornalístico, algo que vinha sendo conseguido muito pela acção de João Chagas, com o seu jornal *A Marselheza* (Lisboa, 1896-1898).

Foi já em pleno século XX que o PRP deu mostras de um maior dinamismo na mensagem que promoveu nos seus jornais. Para isso, não terão sido alheias as participações de jornalistas e escritores de referência e com conotações republicanas conhecidas. Entre muitos outros, estiveram presentes nesta luta: Basílio Teles, Brito Camacho, Consiglieri Pedroso, França Borges, Heliodoro Salgado, João Chagas, Sampaio Bruno e Teófilo Braga<sup>83</sup>. A partir dessa altura e até à instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, os jornais republicanos encetaram um maior radicalismo na transmissão das suas ideias e não se coibiram de incentivar à revolução. Foi nesse

---

<sup>80</sup> A “imprensa imunda” também denominada imprensa popular, imprensa sensacionalista ou imprensa amarela tinha um cariz não tanto informativo mas mais de entretenimento. Este tipo de jornalismo salientava-se pelos seus conteúdos plenos de escândalos onde havia espaço para os mais horripilantes crimes, abusos nas áreas da Política, Economia e Sociedade ou simplesmente notícias sobre factos fantásticos e, não raras vezes, relacionados com o sobrenatural. Actualmente, essas notícias estão categorizadas como *faits divers*. Sobre a imprensa imunda por que se pautou *O Seculo* ver: RAMOS, Rui – A Nação Intelectual. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*pp. 50-52.

<sup>81</sup> Idem, p. 54.

<sup>82</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 237.

<sup>83</sup> José Tengarrinha apresenta um total de 41 nomes de jornalistas e escritores republicanos, sendo alguns directores de vários jornais republicanos editados na província. Cf. Idem, p. 239.

período, mais concretamente em 1906, que os títulos passaram a ser mais explícitos nos objectivos a atingir pelos republicanos. Assim, aconteceu com o jornal *A Lucta* (Lisboa, 1906-1935) que o republicano Brito Camacho lançou no primeiro dia de Janeiro daquele ano, e que mais tarde se tornaria o órgão oficial do Partido União Republicana, também chamado Partido Unionista, nascido em 1912, depois da cisão do PRP. O radicalismo dos jornais republicanos tornou-se assim evidente e aquele título (*A Lucta*) foi elucidativo do caminho a seguir até 1910.

Num país em ebulição, inserido num mundo em mudança, o papel da imprensa acabou por ser determinante, mesmo que a larga maioria da população fosse analfabeta e a mensagem pudesse chegar deturpada ou direccionada, de acordo com os interesses de cada um dos agentes da leitura. Este era, de facto, um dos papéis sociais destinados à imprensa no dealbar do século XX: a transformação do mundo e a sua transmissão pelos diferentes canais. A forte oposição impressa ao regime monárquico e a contestação ao papel que a Igreja Católica detinha na sociedade era claro. Perante este avanço desmesurado dos republicanos, qual era afinal o papel que estava reservado à Igreja, no campo específico da sua imprensa? Era certo que o desenvolvimento da imprensa laica, então denominada pelos católicos como “má imprensa”, não era nada abonatório para a Igreja. E a mensagem laica e profusamente anticlerical e crítica da instituição eclesiástica e da mundividência religiosa que transmitia era vista como um profundo vitupério à crença individual. Assim, «(...) ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, [esse género de imprensa] contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista»<sup>84</sup>.

O próprio papa Leão XIII (1878-1903) já chamara a atenção para o problema da denominada má imprensa na encíclica *Etsi Nos*, dirigida aos bispos italianos em 15 de Fevereiro de 1882. Nessa circular, o Papa considerava a má imprensa como um grave mal que vinha ganhando terreno, dia após dia, e que provocava grandes estragos no seio da sociedade. Em termos gerais, Leão XIII alertava para o facto de aqueles que «(...) estão afastados da Igreja por um ódio mortal sabe[re]m combater com a pena, e dela faze[re]m uma arma terrível a serviço do mal...»<sup>85</sup>.

Atento à situação do seu tempo, Leão XIII soube direccionar o seu pontificado para a questão social, e a boa imprensa foi tida como um dos melhores argumentos para

---

<sup>84</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 227.

<sup>85</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1951, p. 5.

atingir a sua resolução, tentando recuperar e recristianizar o povo que seguia num outro caminho, deslumbrado com as teorias dos grupos que a Igreja denominava como oposicionistas, sobretudo os republicanos e os socialistas. Neste campo específico da imprensa, Leão XIII foi, de facto, um dos que melhor soube tirar partido das suas mais valias, identificando-a como um instrumento de combate deveras «(...) poderoso para a *salvação dos homens...*»<sup>86</sup>, e capaz de se assumir o melhor aliado para efectivar a recristianização do povo e a purificação das almas, num nova perspectiva alargada aos campos político, social e religioso que grassavam no mundo inteiro. Em rigor, este papa «(...) a rélévé aux catoliques la perspective d' un nouveau ordre de choses. (...) Un ordre à espérer et à instaurer, 'aux prix de longs et pénibles travaux', tels que plus d'un le jugera chimérique...»<sup>87</sup>.

Em resposta à iniciativa papal e apesar das dificuldades impostas, em especial durante a Primeira República, os bispos portugueses souberam captar as ideias centrais do que era transmitido pela Santa Sé, e empenharam-se fortemente para criarem nas suas dioceses as bases necessárias para a propagação da boa imprensa, entre o povo cristão, jogando uma cartada decisiva nessa tentativa de assegurar uma nova presença na sociedade.

#### **2.4. A imprensa protestante, outras minorias, ou diferentes lados da fé**

O aparecimento em Portugal de comunidades cristãs, denominadas protestantes, e outras não-católicas, ocorrido com maior preponderância desde a segunda metade do século XIX<sup>88</sup>, foi acompanhado com o aparecimento de uma imprensa própria. Tais realidades decorreram da consolidação da nova ordem jurídica liberal estabelecida ainda nas primeiras décadas de Oitocentos: a Carta Constitucional de 1826 que previa as liberdades de consciência e de imprensa, e o Código Civil de 1867 que reconhecia a liberdade de associação. O avanço da tolerância religiosa promoveu a organização de

---

<sup>86</sup> Idem, p. 10.

<sup>87</sup> POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie...*p. 177.

<sup>88</sup> Desde a segunda metade do século XIX, e durante o período da Primeira República, estabeleceram-se em Portugal vários grupos religiosos que representavam a minoria protestante nacional. O primeiro desses grupos, e um dos mais conhecidos, era o de Robert Reid Kalley (1809-1888), médico e missionário presbiteriano escocês, que se fixou no Funchal, no arquipélago da Madeira, em 1838, e aí permaneceu durante vários anos. Constituiu a primeira rede cristã não-católica em Portugal. Fundou hospitais e escolas primárias para crianças e adultos, e promoveu a leitura e o estudo da Bíblia entre os madeirenses, granjeando muitos fiéis. Sobre a sua acção, integrada no protestantismo no arquipélago da Madeira, ver: NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 529-533. Sobre os diferentes grupos religiosos existentes em Portugal, desde esse período, ver também: SANTOS, Luís Aguiar – *Condicionantes na configuração do campo religioso português*. In *História Religiosa de Portugal...*pp. 419-491.

diversos grupos religiosos que «(...) encontraram formas de acomodação nesta tolerância de *facto*...»<sup>89</sup>. O campo religioso português diversificou-se e surgiram novos protagonistas. A primazia que a Igreja Católica então exercia, abriu espaço à desmobilização dos crentes de outras confissões. Os grupos surgidos captaram o interesse de diferentes públicos da sociedade portuguesa que aí tentavam encontrar novas formas de expressão religiosas. Ainda que o crescimento desses grupos tenha sido lento, ele haveria de contribuir, no final do século XIX, para que «(...) o paradigma da uniformidade religiosa corporizada na Igreja Católica sofresse considerável desgaste e as minorias encontrassem alguma margem de manobra para as suas reivindicações»<sup>90</sup>.

Foi, então, num contexto de tolerância religiosa prática que a imprensa protestante se afirmou e se desenvolveu. Esta foi, igualmente, a mais visível e a mais diversificada no panorama dos periódicos adscritos aos diferentes grupos religiosos. O primeiro periódico auto denominado evangélico, a ser impresso em Portugal, foi o *Amigo da Infancia* (Porto, 1875-1940). Para além da sua vertente evangélica, esta publicação mensal apresentava-se como moral e instrutiva, e dedicava-se às crianças. Mas, rapidamente, outras publicações cristãs nasceram, como forma de difundir e de propagandear as respectivas comunidades protestantes. Até à instauração da República, em 1910, nasceram 14 títulos ligados à imprensa protestante que temos conhecimento e que conseguimos localizar, mormente nos catálogos da BGUC (1641-1910; e 1911-1926), e no catálogo virtual da Biblioteca Nacional disponível no sítio da Internet daquela instituição<sup>91</sup>. Para além do já citado *Amigo da Infancia* são eles: *A Reforma* (Porto, 1877-1888); *O Cristão* (Funchal, Madeira?, 1892-1942)<sup>92</sup>; *O Evangelista* (Lisboa, 1892-1901?); *Egreja Lusitana* (Vila Nova de Gaia, 1894-1923); *O Pequeno Mensageiro para a Juventude* (Lisboa, 1901-1905); *O Mensageiro* (Lisboa, 1905-1926); *A Luz e Verdade* (Porto, 1906-1922); *Igreja Lusitana Catolica Apostolica e Evangelica* (Vila Nova de Gaia, 1907-1923); *Leituras Cristãs* (Lisboa, 1907-?); *Boletim da União Cristã da Mocidade Portuguesa* (Porto, 1908-1931); *O Bom Pastor* (Candal, Vila Nova de Gaia, 1909-1921); *União Cristã* (Lisboa, 1909, número único); e *Estandarte Baptista* (Porto, 1910).

---

<sup>89</sup> Idem, p. 412.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>91</sup> Este sítio da Internet foi consultado no dia 21 de Maio de 2010. Cf. <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac2/0/ipac.jsp?session=1C9208615052X.911906&profile=bn&menu=search&submenu=subtab15&ts=1292086353058#focus>

<sup>92</sup> *O Cristão* foi o órgão oficial da União Evangélica Congregacional do Brasil e de Portugal, entre 1913 e 1942, ainda que tenha nascido anteriormente. Esta informação foi consultada no dia 21 de Maio de 2010 e pode ser confirmada no seguinte sítio: <http://www.aguadavida.net/congregacional.asp>

Já no decurso da Primeira República, e sobretudo na sua fase final, nasceram, pelo menos, 25 títulos da imprensa protestante: *Arauto Cristão* (Setúbal, 1910-1924); *Estandarte Baptista* (Porto, 1910); *O Cristão Baptista* (Porto, 1914-1932); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940); *O Jovem Luso* (Lisboa, 1917-1919); *Ai de Mim* (Porto, 1918); *Portugal Evangelico* (Porto, 1920-mantém publicação); *Triangulo Vermelho* (Lisboa/Porto, 1920-1984); *O Evangelizador* (Lisboa, 1921-1922); *A Vida da Fe* (Figueira da Foz, 1921); *O Testemunho Cristão* (Figueira da Foz, 1921-1927); *A Fe* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1922-1926); *Jornal Evangelico* (Lisboa, 1922-1925); *Vida Nova* (Coimbra, 1922-1923); *O Alvor da Fe* (Porto, 1923); *A Vida Cristã* (Lisboa, 1923); *O Cristão Lusitano* (Vila Nova de Gaia, 1924-1925); *Boletim Mensal da Secção Cadete da Associação Cristã da Mocidade* (Lisboa, 1925-1926); *Correio Evangelico* (Lisboa, 1925-1967); *Madeira Nova* (Funchal, Madeira, 1925-1968); *Raio de Sol* (Porto, 1925-1949); *Torre de Vigia* (Lisboa, 1925-1931); *O Cristão* (Lisboa, 1926); *Luz e Verdade* (Lisboa, 1926-1933); e *O Semeador Baptista* (Porto/Leiria, 1926-1983).

Sem procedermos a uma análise específica a este tipo de imprensa, não podemos deixar de confirmar que, ainda antes da instauração da República, as publicações protestantes identificadas apresentavam uma evidente bipolarização – concentração em Lisboa e no Porto – na sua distribuição geográfica nacional. Já no decorrer do regime republicano, os títulos apresentados concentravam-se também em novos centros populacionais ao longo da costa marítima nacional, os quais estavam mais permeáveis às influências estrangeiras. Geralmente estas publicações estavam associadas a igrejas específicas, como eram os casos da Igreja Baptista, da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, e da Igreja Metodista, mas também estavam ligadas a outros organismos como as Associações Cristãs da Mocidade, as Juventudes Evangélicas Portuguesas, e as Testemunhas de Jeová.

Apesar de não terem a expressão de outros tipos de imprensa, as comunidades protestantes tinham uma opinião política dos factos que lhes eram contemporâneos, de tal forma que «assim que a República foi proclamada as comunidades protestantes (...) saudaram o regime estabeleceram de imediato contactos com os novos membros do Governo»<sup>93</sup>, algo que poderá ser entendido como um gesto de marcação de uma posição, podendo ou não funcionar como um elemento de pressão extra.

---

<sup>93</sup> LEITE, Rita Mendonça – Situação das outras correntes religiosas: o caso do protestantismo português. In *Agência Ecclesia*, 5 de Outubro de 2010, n.º 1258, p. 40.

Eduardo Moreira (1886-1980), pioneiro do protestantismo português, publicaria em Outubro de 1910 um opúsculo: *A Crise Nacional e a Solução Protestante*, em que defendia que os membros das igrejas protestantes, enquanto cidadãos portugueses, deveriam manter a sua obrigação de lutarem pelos seus direitos. Ao mesmo tempo, Eduardo Moreira enunciava e propagandeava os ideais do protestantismo numa sociedade portuguesa<sup>94</sup> que conheceria, em breve, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, em 20 de Abril de 1911, documento sobre o qual as comunidades protestantes tinham uma certa expectativa de ver aplicado, em prol de uma melhor definição do universo religioso nacional.

Paralelamente à imprensa protestante, há a referir um outro tipo de publicações não-católicas que merece uma atenção especial: as publicações espíritas. Este tipo de edições esteve presente e, ainda que não tenha atingido a preponderância obtida pela imprensa protestante, foi superior à edição de obras e de periódicos de outras confissões religiosas. Dessa forma, e de acordo com as fontes a que tivemos acesso, entre 1879 e 1926 editaram-se em Portugal, pelo menos, 19 periódicos estritamente espíritas: *A Aurora d' Alem-Tumulo* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1879); *O Espiritismo* (Lisboa, 1887); *Revista Espirita do Porto* (Porto, 1886); *Psychismo* (Lisboa, 1889); *Revista Espirita* (Porto, 1901-1910); *Estudos Psíquicos* (Lisboa, 1905-1909); *A Luz da Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1907-1913); *Novos Horizontes* (Viana do Castelo, 1913-1915); *A Voz do Silencio* (Porto, 1913-1914); *Ecos do Alem* (Faro, 1916-1934); *A Verdade* (Porto, 1917-1921); *O Espirita* (Barreiro, 1920-1926); *O Evangelizador* (Lisboa, 1921-1922); *O Destino* (Setúbal, 1922); *O Espiritualista* (Lisboa, 1922); *Excelsior* (Lisboa, 1923-1924); *Amanhã* (Tomar, 1923); *Voz do Alem* (Beja, 1924-1930); e *A Vanguarda Espirita* (Lisboa, 1926). A distribuição geográfica destas publicações seguiu a lógica já apontada na imprensa protestante, e foi notória a sua fixação no litoral de Portugal continental, e também no caso concreto do arquipélago dos Açores.

Ainda que algumas outras minorias religiosas tenham entrado em Portugal desde meados do século XIX, como as comunidades judaicas, aquelas haveriam de conhecer um franco crescimento apenas durante o século XX, em especial a partir da abertura religiosa trazida pelo 25 de Abril de 1974. Entre as comunidades já citadas podemos

---

<sup>94</sup> Sobre este tema ver: LEITE, Rita Mendonça – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2009.

apontar mais os seguintes casos: Irmãos Darbistas, Assembleias de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Ciência Cristã, Neopentecostalismo, Igreja Católica Ortodoxa de Portugal, Islamismo, Budismo, Hinduísmo, Sociedade Teosófica, Bahá’i, entre outras. Ainda que estas dispusessem de publicações próprias estas não obtiveram o crescimento e alargamento das comunidades religiosas já apontadas.

Apesar de o protestantismo não ser o inimigo mais declarado da Igreja Católica, era, de facto, o republicanismo e o socialismo, e as suas teorias anticlericais positivistas, a sua imprensa era significativa e constituía uma ameaça real, sobretudo em meios mais pequenos, como eram os arquipélagos dos Açores e da Madeira onde essas minorias religiosas estavam fortemente implantadas. Por isso, embora não fossem liminar e taxativamente identificadas, a imprensa protestante e as publicações de outras minorias religiosas estavam enquadradas naquilo que a Igreja Católica apelidava de “má imprensa” à qual era contraposta a “boa imprensa”.

### **Concluindo**

O desenvolvimento da imprensa nacional, desde a segunda metade do século XIX, acompanhou o crescimento da imprensa que vinha sendo confirmado no quadro europeu e mundial. Como demonstrámos, isso constituiu uma importante alavanca para a própria evolução cultural de Portugal, e tal ficou atestado no aparecimento de muitos jornais, de vários quadrantes (políticos, religiosos, literários, entre outros). Ao mesmo tempo, os diversos governos tentaram controlar a imprensa, através da aplicação da censura prévia. Porém, apesar das dificuldades, constatámos que a imprensa nacional conheceu um grande desenvolvimento desde os últimos anos do século XIX, mas com maior preponderância no início do século XX. Também reconhecemos que, fruto da emancipação da imprensa, os grupos que eram tidos como contrários à Monarquia Constitucional – em especial os liberais, os republicanos, os socialistas, e os anarquistas – ganharam novas forças com os apoios granjeados numa sociedade que estava cada vez mais informada. Foi nesse contexto que nasceram diferentes tipos de imprensa, como aconteceu com o desenvolvimento da denominada imprensa protestante, em especial na segunda metade do século XIX.

## **Parte II – A imprensa católica e o processo reactivo da Igreja**

A Parte II concentra dois capítulos escritos sobre a imprensa católica, ainda que ambos tenham sido escritos sob certos ângulos distintos. Dessa forma, no capítulo 3 abordaremos o nascimento e crescimento da imprensa católica, com especial destaque para o papado de Leão XIII (1878-1903), como parte integrante de uma reacção desencadeada pela Igreja Católica perante os ataques que vinha sofrendo de diversos quadrantes da sociedade, num mundo em crescente laicização, e onde a perda do poder temporal da Igreja era evidente. Veremos, pois, como o termo “imprensa católica” passou a fazer parte do vocabulário da Igreja que encontrou ali uma das suas defesas, e que se assumiu como um dos meios mais úteis do denominado bom combate. O apoio dado por Leão XIII à imprensa católica desencadeou o seu crescimento europeu e mundial, e promoveu a sua própria vitalidade. Com efeito, veremos de que forma é que a imprensa católica também passará a intitular-se “boa imprensa” numa alusão à emergência da “má imprensa”, que a Igreja considerada como sua inimiga, que congregava os apelidados “maus jornais”, maioritariamente de cariz republicano, socialista, e anarquista. No mesmo sentido, iremos notar como as encíclicas de Leão XIII acentuaram a luta entre a boa imprensa e a má imprensa. Ora, todo esse processo também foi visível em Portugal. Assim, iremos apresentar as envolvências que suscitaram o nascimento e o crescimento da imprensa católica nacional, ainda no século XIX.

No capítulo 4 iremos apresentar a imprensa católica publicada em Portugal entre 1911 e 1926, de acordo com o período estipulado para o nosso estudo. Nesse sentido, trataremos de demonstrar como a imprensa católica se desenvolveu, e como aplicou as suas linhas de acção após a instauração da República, em 5 de Outubro de 1910. Imbuída de um espírito de cruzada veremos como decorreu essa evolução. Para isso, trataremos de a dividir em três grandes subperíodos: 1911-1913; 1914-1918; e 1919-1926. Como veremos mais à frente, a esquematização destes estará associada à acção da Primeira República. Posteriormente, depois de caracterizarmos a imprensa católica publicada em cada um desses três subperíodos, e apontarmos as suas principais características, trataremos de transmitir alguns elementos relacionados com a sua organização interna, de forma a melhor compreendê-la.



## Capítulo 3.

### A imprensa católica: o meio mais útil do “bom combate”

«visto que os inimigos do nome cristão soem lançar mão da imprensa cotidiana [quotidiana] para corromper os corações, os católicos devem compreender que neste campo a defesa não deve ser inferior ao ataque».  
Papa Leão XIII<sup>1</sup>

No dia 15 de Fevereiro de 1882, o papa Leão XIII (1878-1903)<sup>2</sup> dirigiu-se aos bispos de Itália, alertando-os para a existência de maus jornais escritos por aqueles que «(...) que estão afastados da Igreja por um ódio mortal...»<sup>3</sup>. Entre outras temáticas, a encíclica *Etsi Nos*<sup>4</sup> chamava a atenção para «(...) esse dilúvio de maus livros...»<sup>5</sup> que significava um real perigo para a sociedade cristã e, mais em particular, para a classe operária. Com acuidade, Leão XIII incitava os bispos a tomarem uma posição perante os fiéis e os operários, de forma a elucidá-los quanto à necessidade de escolherem as suas leituras, direccionando-os para a escolha do que considerava serem “bons jornais”. Na luta contra o que apelidava de “maus jornais”, a Santa Sé exortava os operários a adoptarem uma atitude plenamente católica e a empreenderem o “bom combate”, em defesa dos valores católicos. Assim, a partir da aquisição de bons jornais, os operários deveriam confirmar que esse seria um passo certo na defesa dos interesses da Igreja Católica e do seu corpo doutrinal.

O discurso vindo de Roma não era novo. Aliás, estava ainda bem fresca, na memória dos bispos, a Carta sobre a imprensa católica que o Leão XIII escrevera três semanas antes, no fim de Janeiro desse ano de 1882<sup>6</sup>. A partir desse momento, a

---

<sup>1</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 11.

<sup>2</sup> Vincenzo Gioachino Pecci, então cardeal da cidade italiana de Perugia, foi eleito Papa, no segundo dia das reuniões cardinalícias, em 20 de Fevereiro de 1878, tomando o nome de Leão XIII. O seu pontificado ficou marcado pelo crescimento das ideologias liberais, um pouco por toda a Europa. Preferiu a diplomacia aos protestos e às excomunhões. Dirigiu encíclicas ao mundo católico sobre diferentes temas sensíveis do seu tempo, como a maçonaria, a relação entre o poder temporal e o poder espiritual, entre outros. Leão XIII mostrou uma grande sensibilidade pela questão social, imortalizada na encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de Agosto de 1891, a propósito das lutas de classes e do operariado. Faleceu em Roma, em 20 de Julho de 1903, com 93 anos de idade, e ao fim de 25 anos de pontificado. Cf. FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História*...pp. 291-293.

<sup>3</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 5.

<sup>4</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 24 de Maio de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em inglês e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15021882\\_etsi-no\\_s\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-no_s_en.html)

<sup>5</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 5.

<sup>6</sup> A denominada Carta sobre a imprensa católica, datada de 25 de Janeiro de 1882, tem como base a Carta que Leão XIII dirigiu aos bispos das províncias de Turim, Milão e Vercelli (região de Piemonte). Cf.

«imprensa católica» foi uma expressão que começou a estar em voga. Desde logo, estava presente nas encíclicas papais, mas rapidamente entrou no vocabulário corrente nas reuniões do episcopado, nas homilias dos párocos, nos Círculos de Estudos e nos Círculos Católicos de Operários, um pouco por toda a Europa, desde a mais sumptuosa cidade até ao mais longínquo lugar do interior rural. A imprensa católica surgia imbuída de grandes responsabilidades e com um papel fundamental no plano da Igreja, num mundo em progressiva laicização. À imprensa católica caberia proceder, de uma forma mais visível, ao projecto de recristianização da sociedade, reagindo a uma realidade adversa e ripostando contra o avanço da imprensa laica que «(...) ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista»<sup>7</sup>. O inimigo estava, de resto, há muito localizado, e os seus passos vinham sendo estudados.

À medida que o século XIX avançava para o seu fim, o mundo vinha assistindo a uma metamorfose social duradoura que seria profundamente desafiante para a Igreja. Nunca em tão pouco tempo houvera, em várias áreas, tantas mudanças quanto aquelas que ocorreram na centúria de Oitocentos, mormente no plano da secularização da sociedade. A vitalidade da Igreja Católica e do catolicismo eram, agora, postas à prova. A Igreja sentira bem no fundo dos seus alicerces as transformações ocorridas nesse século XIX. Essa era uma centúria que havia sido «(...) muito difícil para a doutrina católica, atacada sucessivamente nos seus fundamentos pelo panteísmo, o racionalismo, o materialismo, o naturalismo e as ciências»<sup>8</sup>. O avanço das diferentes ideias liberais, republicanas, e socialistas, em especial, produzira novas e autónomas dinâmicas na sociedade que a Igreja Católica se habituara a controlar durante os séculos anteriores. Os frutos resultantes do liberalismo e do capitalismo emergente das sociedades industriais alargaram, num crescendo irremediável, as desigualdades da pirâmide social, acarretando novos problemas. Perante esta situação, questionava-se, cada vez mais, o papel da Igreja Católica.

Era certo que a atitude oficial da Santa Sé passava pela tentativa de manutenção do estatuto conseguido ao longo do Antigo Regime<sup>9</sup>. Dessa forma, aquela tentaria, a todo o custo, manter para si o controlo social dos indivíduos, através de um processo

---

Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...pp. 22-23. O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 24 de Maio de 2010, a referida Carta de Leão XIII.

<sup>7</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...p. 227.

<sup>8</sup> CLEMENTE, Manuel – A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República. In *História Religiosa de Portugal*...pp. 106-108.

<sup>9</sup> Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social*...pp. 20-21.

contínuo de produção e reprodução social que lhe garantia uma interferência no poder temporal. Só assim poderia acalentar esperanças em manter viva uma base social sólida. Foi, de resto, perante essa realidade, e nesse mundo, que a imprensa católica se iria constituir, definindo-se, desde logo, como parte integrante de um plano maior da Igreja, no quadro de um processo de massificação. A frágil estrutura social descambara perante os questionamentos repetidos de uma sociedade cada vez mais bem informada. E, nesse contexto, a imprensa teve, desde o início, um papel preponderante. Era através desta que os novos grupos políticos e ideológicos imprimiam e difundiam as suas acusações dirigidas à Igreja Católica. O que iria suceder em Portugal encontrava reflexo no que, anos antes, acontecera no resto da Europa. A acusação principal, alargada a todo o espaço europeu cristão, era a que «(...) a Igreja pregava uma doutrina inaceitável nos tempos que corriam...»<sup>10</sup>. O abalo que a estrutura da Igreja sofrera deixara-a consciente de que era preciso agir. E essa acção teria de ser concertada em todo o mundo católico, de forma a responder com firmeza às investidas dos socialistas que foram «(...) os primeiros a olharem de frente a miséria social e o imenso sofrimento escondido do operariado, aparecendo desde cedo a denunciar os custos humanos e as iniquidades do progresso material-industrial»<sup>11</sup>.

Mas a Igreja Católica foi sempre uma instituição em movimento e promotora de adaptações ao mundo, em função e razão dessa mesma deslocação temporal. Depois de um período de visível fragilidade, o catolicismo iria deslocar-se, progressivamente, para uma época de nova vitalidade, num projecto consciente e com uma maior envergadura social, assente na ideia da “reconquista cristã” da sociedade. Em breve, os novos pilares da Igreja iriam tomar forma e sustentariam a instituição num novo quadro mundial contemporâneo. Em concreto, a Igreja Católica foi definindo um conjunto de iniciativas que constituíram a base do que viria a ser denominado por doutrina social da Igreja<sup>12</sup>. Esta foi, desde o seu início, entendida como o conjunto das ideias defendidas pelo Papado, as tais «(...) directrizes teóricas pontifícias para a acção social e política dos

---

<sup>10</sup> ALVES, Adelino – *A Igreja e a Política: Centro Católico Português*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996, p. 13.

<sup>11</sup> SARDICA, José Miguel – A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal. In *Lusitânia Sacra*. 2.ª Série, Tomo XVI, 2004, p. 370.

<sup>12</sup> Sobre este tema, entre outros, veja-se: FONTES, Paulo F. de Oliveira – A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica. In *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política. Curso de Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994. Veja-se igualmente: ALMEIDA, Adelino Marques de – *A Doutrina Social da Igreja e a Democracia Cristã*. Lisboa: IDL, Textos de Apoio, 1986.

católicos em todo o mundo...»<sup>13</sup>, a serem promovidas na sociedade, à medida que esta evoluía. A utilização da imprensa era, nesta perspectiva, fundamental para os católicos.

Superado o susto inicial – em que assistiu à invasão da mensagem e acção secularizadoras, um pouco por toda a Europa, e à perda progressiva do seu poder e influência – a Igreja Católica tratou de avançar. Perante a ofensiva que vinha sendo realizada pela imprensa laica, cativando mais e mais os que constituíam a base social que importava resgatar, a Igreja optou por um outro caminho: iria ripostar, plena de oportunidade, com uma nova postura, apoiada no discurso reagente que saía das interpretações livres das encíclicas vindas da Santa Sé. Esta pretendia reforçar o lugar da Igreja na sociedade com uma grande consistência. Em certa medida, a imprensa católica representava o culminar do processo de reacção da Igreja, e o seu meio mais útil. O movimento social católico encontraria ali não apenas um dos seus principais alicerces, mas a forma mais própria de reagir nesse mundo em permanente mudança: a Igreja Católica lutaria nesse novo campo de batalha utilizando as mesmas armas dos seus opositores. Em termos gerais, e desde muito cedo, a imprensa motivara, no interior do Papado, uma grande prudência. A liberdade de expressão era vista pela Igreja com algum, senão mesmo muito, desassossego e apreensão. O caminho que vinha sendo trilhado por republicanos, socialistas e anarquistas era disso um exemplo vivo. As palavras dirigidas por Leão XIII aos bispos do mundo católico, a propósito da natureza da liberdade humana e do liberalismo, na encíclica *Libertas*<sup>14</sup>, de 20 de Junho de 1888, iam nesse sentido de ponderação.

O perigo da existência de uma liberdade para falar e para escrever era entendido, pela Igreja, como um foco de desordem social e geradora de muitos males. Mas esta tomada de posição definia, desde logo, uma certa intransigência da Igreja. Isto é, apesar do discurso sobre a imprensa estar envolto em grande sensatez, ficava desde já expresso que, para a Igreja Católica, a existência de uma liberdade pura para o indivíduo era maléfica. Assim, o Papa aconselhava a filtrar essa liberdade, uma vez que asseverava que se essa «(...) não for justamente temperada, se ultrapassar os devidos limites e medidas, desnecessário é dizer que tal liberdade não é seguramente um direito»<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 19.

<sup>14</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 24 de Maio de 2010, a referida encíclica de Leão XIII disponível em castelhano, inglês e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_20061888\\_libertas\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas_en.html)

<sup>15</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 3.

A expansão da liberdade de opinião foi, de resto, acompanhando a própria evolução social desde meados do século XIX, à qual o processo de industrialização da Imprensa não foi alheio. Ora, num quadro de progressivo aumento da alfabetização, reflectido no próprio aumento da publicação e da leitura de jornais<sup>16</sup>, a imprensa surgia como um natural produtor de ideologia num mundo em contínuo processo de debate e de quebra de dogmas. Perante estes factores, e fazendo uma análise dos perigos que daí poderiam advir para a Igreja, a posição futura desta só poderia ser a de olhar em frente, e alargar ao vasto mundo da imprensa um termo próprio mas, ao mesmo tempo, profusamente ecuménico.

### **3.1. Da dimensão da imprensa católica à sua vitalidade**

No quadro geral da história da imprensa portuguesa, a terminologia “católica” é recente. Aliás, se analisarmos os velhos Anais e as Enciclopédias generalistas confirmamos, grosso modo, a inexistência de uma qualquer “entrada” específica para a denominação “imprensa católica”. Só anos mais tarde é que ela surgirá com alguma relevância, integrada no plano resultante da própria industrialização da imprensa portuguesa, sobretudo no final de Oitocentos. O mesmo discurso aplica-se à realidade internacional. O nascimento da imprensa católica europeia e mundial e o seu desenvolvimento surgiram num tempo definido, laicizado. De resto, também neste campo, o que ocorria em Portugal era um reflexo do que acontecia lá fora. Contudo, isso não quer dizer que antes não houvesse já uma denominada imprensa católica. É certo que ela existia, mas a verdade é que as próprias dimensão e profundidade do termo só mais tarde se vão efectivamente conhecer e, mesmo, transcender. Assim, podemos confirmar que a especificidade da imprensa católica surgiu num tempo também ele específico, apenas adquirindo «(...) sentido na época contemporânea, devido ao processo de secularização da sociedade e laicização das instituições nascido no seio das sociedades liberais»<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Entre 1894 e 1900, publicaram-se em Portugal e no estrangeiro, em língua portuguesa, 583 títulos diferentes. Foi um período áureo da imprensa nacional que colocava Portugal ao nível dos seus congéneres, em termos do número de publicações periódicas por habitante. Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 233. Já no início do século XX, publicavam-se em Portugal 34 jornais diários (17 em Lisboa, 8 no Porto, 4 nos Açores, 4 na Madeira e 1 em Setúbal), para além de um elevadíssimo número de bissemanários, trissemanários, semanários, quinzenários e mensários. Cf. LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses...*p. 29.

<sup>17</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – Imprensa Católica. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 423.

Conforme já referimos anteriormente, o processo de secularização – empreendido pelo liberalismo – desencadeou uma reacção católica por parte da Igreja, com vista a recuperar, senão a totalidade, pelo menos parte da influência e do controlo social que detivera no passado. A urgência na “descida ao povo”, uma ideia preconizada por Leão XIII, seria feita de uma forma mais sistemática através da imprensa católica, uma vez que esta detinha algumas especificidades distintas de outros elementos do movimento social católico, e que eram capazes de se moverem nesse novo campo de batalha com maior versatilidade e afinco. De forma a promover, desde cedo, uma verdadeira união em redor de um objectivo comum, essa postura aguerrida deveria ser transmitida por uma voz católica suprema e generalíssima. O Papa era, para o mundo católico, essa voz. As diferenças entre os católicos existiam, é certo. Mas a presença de uma única voz de comando poderia esbater a dessintonia. No início de 1882, no quinto ano do seu pontificado, Leão XIII sustentou a sua postura vanguardista de uma outra forma. Com a escrita e a transmissão, em 25 de Janeiro desse ano, da Carta sobre a imprensa católica, a Santa Sé oficializava aquela terminologia. Aos inúmeros jornais católicos que se imprimiam um pouco por todo o mundo, mas em especial na Europa e na América Latina, seguindo a própria visão mais etnocêntrica da Cúria Romana durante aquele tempo, Leão XIII dava uma certa protecção, ao mesmo tempo que lhe atribuía uma missão específica.

Se por um lado, o Papa validava o espírito cristão e católico daquelas publicações, por outro, pretendia reforçar o papel preponderante que estas desempenhavam no seio de sociedades cada vez mais secularizadas, de forma a constituírem um bloqueio ao avanço da imprensa laica. Perante esta situação, qual deveria, pois, ser o dever da imprensa católica? Assumindo-se como o baluarte do movimento social católico, a imprensa católica deveria caminhar firme para atingir o fim a que se propunha desde o seu início: «influenciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso»<sup>18</sup>. Partindo desta concepção, podemos retirar algumas ideias importantes para a compreensão da própria estrutura da imprensa católica, se concebermos essas mesmas ideias num espírito de uma certa recomposição religiosa. Isto é, a Igreja iniciara, nesse último quartel do século XIX, um novo trilho que contemplava um sistema de associativismo

---

<sup>18</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal...*p. 46.

católico que incluía a imprensa. Em primeiro lugar, a Igreja Católica tinha conhecimento do poder que a opinião colectiva (pública) constituía<sup>19</sup>. Paralelamente a isso, a importância dos jornais era por demais conhecida e reforçada regularmente em diferentes ocasiões de concentração católica, quer aos domingos, quer em outros dias de festividades religiosas. A leitura de “bons jornais” começava a ser um conselho cada vez mais escutado. Eram estes periódicos que deveriam agitar as consciências católicas, sobretudo as mais desgarradas, de forma a evitar que as ovelhas tresmalhassem do rebanho. A imprensa católica deveria lutar contra a indiferença religiosa e, sobretudo, contra o espírito anti-religioso que a Igreja acusava de estar impregnado nas publicações liberais, republicanas, socialistas e anarquistas, a que chamava “maus jornais”. Em breve, a luta – o “bom combate” – passaria por um contínuo jogo de forças entre duas alas da barricada. Num dos lados estava a imprensa católica, reforçada com o beneplácito vindo directamente de Roma, e que, em breve, pela acção combativa proposta por Leão XIII, se denominará “boa imprensa”. Do outro lado, a “imprensa laica” aliava um espírito combativo das suas publicações e anti-eclesiástico e isso entusiasmava os leitores mais sensíveis. Este carácter inflamado representava um perigo constante para a Igreja que passou a denominá-la “má imprensa”.

O apoio à imprensa católica, concedido por Leão XIII, marcou indubitavelmente uma nova etapa na sua caracterização e no seu próprio desenvolvimento, mas também na atitude da Igreja Católica em relação à imprensa. Em primeiro lugar, quebrou alguma da hostilização existente e que fora provocada ainda no papado de Gregório XVI (1831-1846)<sup>20</sup>. Essa postura adversa nascera a partir da condenação dos jornais *L' Avenir* e *Le*

---

<sup>19</sup> O significado dado ao termo “opinião pública”, a partir da segunda metade do século XX, é bem mais composto e exacto do que aquele que existia no fim do século XIX, e mesmo no início do século seguinte. Dessa forma, a tomada de consciência pública dos diferentes grupos sociais só agora se estava realmente a formar, pelo que consideramos mais crível o uso da expressão opinião colectiva para a caracterizar. Nessa fase, fruto ainda da elevada taxa de analfabetismo e apesar da contínua edição de jornais, as informações circulavam num sentido muito elementar. Estas eram transmitidas aos líderes de opinião de cada comunidade que depois as propagavam, com grande força de influência, aos restantes membros. Assim acontecia, com maior incidência, nos meios rurais, onde aqueles líderes – os influentes, os caciques, e os padres – tinham um elevado poder persuasivo sobre as populações. Sobre a opinião colectiva ver: CAZENEUVE, Jean (dir.) – *Guia Alfabético das Comunicações de Massas...* pp. 191-197.

<sup>20</sup> Bartolomeo Alberto Cappellari foi eleito papa em 6 de Fevereiro de 1831, num conclave que durou quase três meses. Gregório XVI teve um pontificado que ficou marcado pelo seu conservadorismo num período de grandes alterações políticas na Europa e no mundo que colocavam, frente-a-frente, liberais e absolutistas numa luta que deixou marcas profundas na sociedade. Gregório XVI atendeu ao crescimento do liberalismo católico que vinha sendo apoiado pelos jornais franceses *L' Avenir* e *Le Correspondant*. Através da encíclica *Mirari Vos*, em 15 de Agosto de 1832, Gregório XVI expôs os perigos do indiferentismo religioso, mas também condenou aquelas publicações francesas por terem perigosas ideias modernistas e por ousadia em contestar a ideia de uma aproximação da Igreja com o absolutismo e de um favorecimento mútuo. Considerado um papa austero e conservador, Gregório XVI morreu em 1 de Junho

*Correspondant* que preconizavam as ideias de um movimento católico liberal, conforme já referimos anteriormente. Em todo o sentido, esta tomada de posição não deverá ser entendida como uma espécie de acto de contrição por parte da Santa Sé. Pelo contrário. Essa atitude mostrava aquilo que só estava à vista dos que procuravam novas respostas e uma renovada compreensão relativamente ao mundo em que viviam. Leão XIII marcou um novo tempo da Igreja e esta reforma de pensamento face à imprensa e ao seu papel – num mundo que o Papa sabia já não ser vincadamente cristão – é um desses exemplos da renovação e da vitalidade promovidas. Nesta ordem de ideias, ficava claro que «(...) Leão XIII manifesta[va] uma espantosa lucidez para discernir o permanente do variável»<sup>21</sup>. E esta posição abre-nos caminho para a demonstração do segundo momento relativo ao apoio dado por Roma à imprensa católica. Ao contrário dos seus antecessores, Gregório XVI e Pio IX, – que não olharam para a imprensa católica com especial interesse, mas até com condenação – Leão XIII soube adoptar sobre ela uma visão construtiva e prolongada no tempo. Sabia que vivia num outro tempo, e que a questão da liberdade de expressão dos tempos modernos não poderia ficar sem resposta, ainda que sobre essa mesma liberdade de expressão o Papa tivesse reservas fundadas.

A imprensa era um resultado desses mesmos tempos modernos, e Leão XIII sabia-o. Aquela era entendida como sendo algo permanente que seria muito importante para a tarefa da Igreja no mundo. A sua variedade e a sua versatilidade nesse tempo histórico só teriam o futuro como pano de fundo. Era nisso que Leão XIII acreditava. Onde os seus antecessores viram incerteza e algo momentâneo, o papa da transição de um século para outro viu permanência e desafio. Leão XIII soube, como nenhum outro pontífice antes dele, olhar para a imprensa católica como um elemento vital para a renovação necessária da Igreja. Deu-lhe uma dimensão considerável e promoveu a sua vitalidade, nesse momento tão particular. Esse olhar directo de Roma para a imprensa católica forneceu aos católicos mais militantes, e talvez mais visionários, o pretexto para se servirem dessa imprensa «(...) para reforçar a vida religiosa das populações, para influenciar os leitores no campo moral e para unir os católicos em torno da instituição eclesiástica»<sup>22</sup>. Agora era chegado o tempo de reforçar as divisas, de erguer os estandartes e de desembainhar as espadas. Os partidários católicos mais empenhados constituiriam a boa imprensa como a nova “máquina de guerra”, isto é, uma arma de

---

de 1846, com 81 anos, ao fim de 15 anos de pontificado. Sobre Gregório XVI e a sua acção ver: FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História...*pp. 286-288.

<sup>21</sup> PIERRARD, Pierre – *História da Igreja Católica...*p. 331.

<sup>22</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 449-450.

combate ao serviço da Igreja para ripostar contra a má imprensa, patrocinada por todos os grupos que a Igreja Católica apelidava de opositoristas. O campo de batalha estava a ser ocupado, e uma nova cruzada estava agora em marcha.

### **3.2. O beneplácito de Leão XIII para a criação de uma boa imprensa**

Foi num contexto de combate que aconteceu a mutação do termo “imprensa católica” para “boa imprensa”. A mudança nominal foi entendida como sendo mais do que uma simples metamorfose natural, mas era simples de explicar. Ela vingou num quadro geral da conjugação dos diferentes elementos que estiveram associados à formação do conceito da imprensa católica, do seu processo construtivo e a sua vitalidade. Isto é, a passagem ocorreu sob uma realidade que era incontornável: a luta pela regeneração da sociedade, nomeadamente a questão social que envolvia o operariado, desencadeava uma nova postura da Igreja que se pretendia fundamentalmente mais aguerrida.

De acordo com muitos leigos, que vinham dedicando parte das suas vidas em defesa da Igreja Católica, a posição mais belicosa deste género de imprensa teria de ser demonstrada de uma outra forma. Assim, para novas realidades, novos nomes. O uso do termo “boa imprensa” partiu desses escritores católicos e dos seus escritos e, em breve, o uso da nomenclatura passou a ser um hábito na sociedade. Só mais tarde é que o termo foi aceite e protegido pela Santa Sé. De acordo com a sua posição oficial, de um lado ficava agora a boa imprensa que agrupava os jornais, as revistas e os livros que eram aprovados pela Santa Sé, e reconfirmados pelo episcopado de cada país católico. A estes jornais, livros e revistas, que faziam parte da anterior denominação, era solicitada uma postura mais combativa, mas não menos religiosa. Do outro lado, restava a má imprensa, que era o mesmo que dizer, o conjunto de maus jornais e maus livros que deveriam ser evitados e, mesmo, contrariados pelos católicos. Esta era a grande diferença entre ambas as vertentes da imprensa e, nesse combate, as oposições não poderiam estar melhor definidas.

Por ocasião da encíclica *Dall' Alto Dell' Apostólico Seggio*<sup>23</sup>, sobre a Maçonaria em Itália, Leão XIII referiu-se pela primeira vez, com especial clareza, não já à imprensa católica mas à boa imprensa. No documento, publicado no dia 15 de Outubro

---

<sup>23</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 4 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em inglês e em português. Ver em português: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18901015\\_apostolico-seggio\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18901015_apostolico-seggio_po.html)

de 1890, o Papa alertava para a importância que a imprensa tinha para a transmissão da mensagem dos inimigos da Igreja, e instava os católicos a ripostar: «(...) oponham a boa imprensa à má imprensa para a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja...»<sup>24</sup>.

Nesse período, os efeitos lançados desde a Carta sobre a imprensa católica, de 1882, estavam bem vivos. Aquele documento agitara as consciências e contribuíra para a real percepção do fenómeno imprensa, «(...) mobilizando os intelectuais católicos e, até mesmo, eclesiásticos que se dedicavam então às folhas impressas como veículo de apostolado»<sup>25</sup>.

Daí para a frente, isto é, durante os 25 anos do pontificado de Leão XIII, a designação imprensa, representada quer como imprensa católica quer como boa imprensa, foi referida em mais de sessenta documentos oficiais, desde Encíclicas, Cartas Apostólicas, Cartas aos Núncios, ou simples alocuções a diversas instituições da Igreja. A propósito da importância leonina concedida à imprensa, uma editora brasileira publicou ainda em 1951 e reeditou em 1959<sup>26</sup>, uma Colectânea intitulada: «*Sobre a Imprensa (Excertos)*»<sup>27</sup>. Nesta pequena publicação (31 páginas na sua primeira edição, e 32 páginas na segunda edição), são passadas em revista as principais ideias pontifícias sobre a imprensa, utilizando expressamente a visão antitética. A contenda entre a má imprensa e a boa imprensa espelha precisamente a oposição entre ambas. Já numa maior escala, um pouco por toda a Europa e por todo o mundo, essa mesma oposição determinou a luta secular travada entre a Igreja e as facções anticlericais, com maior relevo desde a década de 1870, período que constituiu (e que se viria a verificar), sobretudo para a Igreja Católica, «(...) um tempo muito importante de aprofundamento e de definição de princípios de actuação»<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 9.

<sup>25</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa – Caminhos da imprensa católica em Portugal: o jornal “Estrela Polar” (Lamego, 1907-1908) e Artur Bivar. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. I, p. 296.

<sup>26</sup> A primeira edição é de 1951 e foi publicada pela Editora Vozes em três cidades brasileiras: Petrópolis, Rio de Janeiro e São Paulo. Já em 1959 foi publicada uma segunda edição, mas apenas na cidade de Petrópolis.

<sup>27</sup> Na página dois desta Colectânea está uma indicação que assevera que a mesma publicação foi organizada pelos editores da *Maison de la Bonne Presse* (Casa da Boa Imprensa), de Paris, com o título «*Actas de Leão XIII*», e que se encontra no volume VII, entre as páginas 251 e 268. Contudo, essa pequena nota não nos dá mais informação quanto à data exacta da edição. Apesar disso, a ordem de impressão brasileira, inscrita nesse mesma página, adianta que ocorreu em 23 de Junho de 1951, por ordem de D. Manuel Pedro da Cunha Cintra, bispo de Petrópolis.

<sup>28</sup> FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal*...p. 50.

Neste processo antinómico, de um lado estava o veneno e do outro estava o antídoto, metáfora que representa o jogo de forças entre a má imprensa e a boa imprensa, conforme podemos ver sintetizada no seguinte esquema, de acordo com a visão e a posição oficiais da Igreja Católica. Assim, numa primeira parte, a Colectânea coloca em evidência a denominada má imprensa abrindo espaço para três princípios definidos nos discursos de Leão XIII e, conseqüentemente, defendidos pela Igreja: a sua existência formal, a confirmação dos estragos que provoca e, por último, a necessidade que urge em combatê-la.

<b>Má imprensa</b>	<b>Boa imprensa</b>
É real, plena de corrupção e fomentadora de estragos diversos.	É necessária para atingir a salvação e é uma arma de combate.
Os seus escritos são contra: Deus, Revelação, Verdade, Igreja, Virtude e Sociedade.	É preciso lê-la e divulgá-la.
É a palavra de ordem dos escritores franco-maçãs e dos que estão afastados da Igreja.	Os escritores e jornalistas católicos devem contrapor com os seus escritos em livros e nos jornais.
Capta as atenções dos mais desfavorecidos com doutrinas mentirosas, e dos que usam a liberdade de pensamento.	É necessário difundir este remédio social aos fiéis de todos os países, seguindo as orientações do Episcopado.
Tem por objectivo vilipendiar o poder Papal, o papel da Igreja e excluir a instrução religiosa da Sociedade.	Tem por objectivo a defesa da Verdade e do Bem e, apesar das dificuldades, ela sairá triunfante.

**Quadro n.º 1: Esquema representativo da má imprensa e da boa imprensa**

Nesse contexto, a confirmação da existência formal de algo é meio caminho andado para a concretização de um plano de contingência a aplicar no futuro próximo. Assim sucedeu com o processo relativo à má imprensa. Desde logo, Leão XIII mostrou-se preocupado com a liberdade de expressão dos tempos modernos, que atravessavam o continente europeu e o mundo, carregados de um denso nevoeiro anticlerical. Segundo o pontífice, esta era uma das vantagens da expansão da má imprensa. A posição da Igreja era, nessa matéria, lúcida e intransigente relativamente ao liberalismo. Isso era defendido na encíclica *Immortale Dei*<sup>29</sup>, publicada no primeiro dia de Novembro de 1885, e dedicada à constituição cristã dos Estados. Nesse documento, Leão XIII

<sup>29</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em castelhano, inglês, italiano e em português. Ver em português: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01111885\\_immortale-de-i\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-de-i_po.html)

confirmava a existência formal da má imprensa e atestava que «a *liberdade* de pensar e de *publicar os próprios pensamentos*, subtraída a toda reg[r]a, não é em si um bem com que a sociedade tenha a congratular-se; antes, porém, é a fonte e a origem de muitos males...»<sup>30</sup>.

De acordo com o pensamento e a acção de Leão XIII, a liberdade que estava à disposição do Homem deveria ser filtrada, tanto mais que alertava para o risco da dessacralização da autoridade da Igreja. Assim, era defendido que se a todos fosse concedida «(...) a liberdade de falar e escrever (...) nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável; nada será poupado, nem mesmo as verdades primárias, esses grandes princípios naturais que se devem considerar como um nobre patrimônio [património] comum a toda a humanidade»<sup>31</sup>. Esta indicação fora dada pelo Papa, a 20 de Junho de 1888, na encíclica *Libertas*, no contexto da natureza da liberdade humana e do liberalismo. Leão XIII chamava a atenção para a necessidade de existirem verdades na sociedade. A permanência de verdades primárias validava a própria coerência da Igreja. Mas nesse discurso também era exaltado o perigo de se publicar livremente, princípio que era contrário à posição da Igreja: «(...) segue-se, portanto, que de nenhum modo é permitido pedir, defender ou conceder sem discernimento a liberdade de pensamento, de imprensa... como se fossem outros tantos direitos que a natureza conferisse ao homem...»<sup>32</sup>.

Era notório que, para Leão XIII, a publicação livre poderia resultar num erro humano se ela fosse usada para o mal. Claro que o discurso era diferente se a mesma liberdade sobre as matérias livres fosse colocada ao serviço do bem. Nos países em que as liberdades estivessem em vigor, para pleno uso dos cidadãos, o Papa esperava que estes as usassem «(...) para fazer o bem e ter a respeito delas os mesmos sentimentos que a Igreja tem»<sup>33</sup>. Ou seja, para a Igreja, o princípio da liberdade de expressão constituía uma virtude quando usado em função de uma concepção moral e religiosa, e um verdadeiro erro quando utilizado pelos seus inimigos. Já em 8 de Setembro de 1894, na encíclica *Jucunda Semper Expectatione*<sup>34</sup>, sobre o rosário de Maria e destinada aos arcebispos e bispos do orbe católico, Leão XIII denunciava que havia «(...) um número

---

<sup>30</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 3.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>34</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em inglês e em português. Ver em português: [http://www.vatican.va/holy\\_father/le\\_o\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08091894\\_iucunda-semper-expectatione\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/le_o_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08091894_iucunda-semper-expectatione_po.html)

mui grande de pessoas que, valendo-se de uma *licença incrível de tudo publicar*, parecem concentrar [o] seu esforço em votar as coisas sagradas ao desprezo e ao escárnio das massas»<sup>35</sup>. Perante esse facto, o Papa alertava para os perigos dos «(...) *germes da irreligião e da imoralidade...*»<sup>36</sup> se espalharem na sociedade como um vírus letal, através dos livros, dos jornais, das escolas e dos teatros.

A confirmação dos estragos provocados pela má imprensa abria espaço para a constituição do seu segundo princípio. Para Leão XIII, o maior perigo daquela era a amplitude e a profundidade dos seus estragos na sociedade, sobretudo entre os membros da base da pirâmide social. Eram realçados os excessos dos maus livros e dos maus jornais que se «(...) propõem justificar todos os tumultos e sedições que estes últimos anos presenciaram; escondem ou alteram a verdade; perseguem hostilmente a Igreja e o Pontífice...»<sup>37</sup>. Era denunciado que a má imprensa investia em várias frentes de ataque: Deus, Revelação, Verdade, Igreja, Virtude e Sociedade.

A figura de Deus era tida como o inimigo principal e havia homens que «(...) não só se mostram ingratos para com o salvador do mundo, Jesus Cristo, e lhe repudiam os benefícios, mas também se vangloriam de não mais crer nem mesmo na existência de Deus»<sup>38</sup>. Datada de 8 de Fevereiro de 1884, e dedicada à questão religiosa em França, a encíclica *Nobilissima Gallorum Gens*<sup>39</sup>, para além de apontar esse facto, também solicitava aos católicos que devessem corrigir certas acções de alguns homens no campo da liberdade de expressão, através da imprensa, e que eram consideradas funestas.

Aproveitando a encíclica *Providentissimus Deus*<sup>40</sup>, de 18 de Novembro de 1888, dedicada ao estudo das sagradas escrituras, o Papa elucidava os católicos quanto aos perigos que poderiam vir da livre interpretação da “Palavra de Deus”. Em causa estava a própria revelação e o papel de transmissor supremo que a Igreja consagrada unicamente para si. No entanto, este tema não era novo. A Igreja já contactara com essa realidade, sobretudo desde a Reforma Católica, a partir de meados do século XVI. Agora, como então, o que estava em discussão era se a livre interpretação da Bíblia poderia fomentar

---

<sup>35</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 5.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>37</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>38</sup> *Idem, p. 6.*

<sup>39</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em inglês e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08021884\\_nobilissima-gallorum-gens\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08021884_nobilissima-gallorum-gens_en.html)

<sup>40</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em castelhano, francês, inglês, e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18111893\\_providentissimus-deus\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus_en.html)

perigos para a Igreja, sobretudo quando esta asseverava que existia um «(...) grande número de ignorantes que inimigos encarniçados a[c]tuam por todos os processos; por meio dos livros, dos opúsculos, dos jornais, eles difundem um veneno funesto»<sup>41</sup>.

Nesse seguimento, para a Igreja, a Verdade estava em risco. Com a evolução do Conhecimento, aliada à livre interpretação, Leão XIII confirmava, em claro tom acusatório, que a má imprensa vinha recuperando velhas acusações e construindo mentiras e outras insinuações «(...) nas compilações volantes do jornalista e sob os aparatos sedutores do teatro»<sup>42</sup>.

Na carta *Breve Saepe Numero Considerantes*<sup>43</sup>, de 18 de Agosto de 1883, o Papa já levantara a questão da Verdade na perspectiva de a liberdade de expressão fomentar um conluio contra a Igreja, e o trabalho do historiador era colocado em evidência numa perspectiva negativa. Para Leão XIII, «a arte do historiador parece ser uma conspiração *contra a verdade*»<sup>44</sup> que seria impressa «(...) nas compilações volumosas e nos pequenos panfletos...»<sup>45</sup>. Já em 19 de Março de 1902, Leão XIII propalava o ataque feito à Igreja, a partir da encíclica *Parvenu à la vingt-cinquième année*<sup>46</sup>, precisamente sobre a Igreja Católica. Aí denunciava um plano específico da má imprensa que se estruturava em duas partes. Numa primeira abordagem, aqueles escritos visavam restringir a acção evangelizadora da Igreja Católica «(...) para em seguida excluir completamente a instrução religiosa...»<sup>47</sup>. Ora, para a Igreja Católica, esta situação tinha um efeito verdadeiramente nocivo para a sua própria sobrevivência. Este contínuo afastamento de Deus da sociedade levaria à formação de «(...) gerações de incrédulos ou de indiferentes...»<sup>48</sup> e poderia promover atitudes mais enérgicas contra a Igreja, como seriam, por exemplo, a profanação dos seus bens.

Na encíclica *Exeunte Iam Anno*<sup>49</sup>, dedicada à vida cristã, que saiu do prelo no dia 25 de Dezembro de 1888, Leão XIII apontou baterias contra os ataques à Virtude

---

<sup>41</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 6.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>43</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII.

<sup>44</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 6.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>46</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII. Contudo, a mesma encíclica está traduzida para português em: <http://www.revolucao-contrarevolucao.com/verartigo.asp?id=50>, consultado no mesmo dia.

<sup>47</sup> Idem, p. 7.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>49</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 8 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII disponível em inglês e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_25121888\\_exeunte-iam-anno\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_25121888_exeunte-iam-anno_en.html)

que eram vistos como efeito de uma causa de maior envergadura: a publicação de livros e de jornais eram «(...) escritos com o fim de *ridicularizar a virtude e glorificar a infâmia...*»<sup>50</sup>. Segundo a visão pontifícia, essas publicações procuravam afastar os católicos e os operários, vistos como as principais vítimas da má imprensa, e direccioná-los para os escritos da má imprensa, para aquilo que o Papa acusava de serem «(...) funestos convites ao pecado»<sup>51</sup>. Esses ataques eram também direccionados contra a sociedade. Num mundo em contínuo processo de laicização, Leão XIII dirigia graves críticas a todos aqueles «(...) hereges, que, em dissensões entre si, sòmente [somente] são concordes em vilipendiar o supremo magistério pontifical, o clero católico e dos dogmas de nossa santa religião...»<sup>52</sup>. Na carta sobre o proselitismo protestante em Roma<sup>53</sup>, Leão XIII apelava ao perigo que representava «(...) a torrente de doutrinas malsãs e de depravações que diàriamente [diariamente] brotam impunes dos livros, das cadeiras professorais, dos teatros, dos jornais...»<sup>54</sup>. Para a Santa Sé, estes elementos representavam o verdadeiro perigo social.

A Igreja tinha, no momento actual, uma preocupação constante: afastar os homens da leitura dos “maus livros” e da má imprensa. Assim, era natural que a acusasse continuamente de «(...) publicar e espalhar, por entre as multidões, escritos perniciosos»<sup>55</sup>. Para isso, a Santa Sé exercia pressão no interior da sua estrutura de forma a «(...) *afastar os homens* na medida de suas possibilidades, deste veneno terrível, que é a leitura dos maus livros»<sup>56</sup>.

A Igreja vinha apelando aos católicos para confirmarem a necessidade urgente de uma nova cruzada, não com o recurso a armas e a tácticas militares como no passado, mas através da utilização da pena e da tinta sobre a folha de papel-jornal. Imprimida vezes sem conta, em cada vez mais modernas máquinas de impressão, estas folhas, transformadas em muitos jornais, desejavam atingir o maior número de leitores e preservar os mais desfavorecidos, em especial o povo e o operariado. O uso das mesmas armas do inimigo era uma urgência cada vez mais maior. Só assim é que os resultados positivos para a Igreja poderiam aparecer. O discurso da Santa Sé era incisivo e repetitivo caindo, não raras vezes, naquilo que as Ciências da Comunicação denominam

---

<sup>50</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 7.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>53</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 8 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII.

<sup>54</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 7.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>56</sup> Idem, p. 8.

por “matraqueagem”<sup>57</sup>. Havia o cuidado, entre a Igreja, de não esquecer a missão a que proponha e que visava a protecção do povo. Era este o mais frágil e o indigente de uma sociedade capitalista. Esta era acusada de estabelecer um fosso entre os mais ricos e os mais pobres, fosso esse que se foi alargando durante todo o século XX, de uma forma estridente e atroz. A Igreja exortava os fiéis a não lerem nem escreverem (n)os maus jornais, tentando aliciá-los para o seu lado da barricada de forma a ganhar um combatente vigoroso em cada um deles. Assim, era solicitado aos bispos de Portugal, na encíclica de 25 de Junho de 1894<sup>58</sup>, que atendessem à necessidade de «(...) *combater os esforços dos inimigos da verdade*, a fim de impedir que o contágio de seus maus exemplos e de suas doutrinas perversas, disseminados por toda [a] parte, continue a se propagar»<sup>59</sup>. Nesse quadro, o objectivo era mais uma vez reforçado: os católicos deveriam empenhar-se fortemente para se oporem aos maus livros e à má imprensa com um contra-golpe: a boa imprensa. Só esta é que poderia minorar o sofrimento humano e deter o avanço dos escritos dos grupos oposicionistas da Igreja.

Leão XIII fazia uso da mensagem endereçada aos bispos húngaros, através da encíclica *Constanti Hungarorum*<sup>60</sup>, sobre a Igreja na Hungria, de 2 de Setembro de 1893, para efectivar esse mesmo pedido aos fiéis do mundo católico. Um ano antes, em 8 de Dezembro de 1892, o Papa já chamara a atenção para a necessidade de ripostar contra o perigo das publicações anticlericais que vinham penetrando a sociedade, de uma forma progressiva e enérgica. Na encíclica *Custodi di Quella Fede*<sup>61</sup>, sobre a franco-maçonaria e dirigida ao povo italiano, o discurso aumentava a sua pujança reactiva: «(...) por se tratar de uma seita que se introduziu por todas as partes, não é suficiente manter-se de frente, *opondo publicações a publicações*, escolas a escolas,

---

<sup>57</sup> A matraqueagem é uma teoria de comunicação e aplicada no mundo geral das Ciências da Comunicação. Consiste na repetição consecutiva de uma ou de várias mensagens que foram, inicialmente, associadas à Publicidade e à Rádio, tendo sido mais tarde também adoptadas pela Imprensa, pela Propaganda, pelo Cinema e pela Televisão. A matraqueagem é, sobretudo, o bombardeamento ininterrupto de mensagens que têm como objectivo, entre outras, a compra de um dado produto ou a repetição de uma mensagem com efeitos políticos. Sobre o termo ver: CAZENEUVE, Jean (dir.) – *Guia Alfabético das Comunicações de Massas...* pp. 176-178.

<sup>58</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 11 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII. A juntar a isso, também não conseguimos encontrar o título e o teor da referida encíclica.

<sup>59</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 8.

<sup>60</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 11 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII só em inglês. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_02091893\\_constanti-hungarorum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_02091893_constanti-hungarorum_en.html)

<sup>61</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 11 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII só em inglês. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08121892\\_custodi-di-quella-fede\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08121892_custodi-di-quella-fede_en.html)

congressos a congressos»<sup>62</sup>. Mas, ao mesmo tempo, o discurso também se tornava mais claro. Perante os perigos vindos da franco-maçonaria – que subsidiava e ministrava uma Imprensa anticlerical que estendia os seus tentáculos aos campos social e religioso – os católicos eram incitados a auxiliar e a favorecer «(...) a imprensa católica»<sup>63</sup>, de forma a, primeiramente, equilibrar a balança e, mais tarde, forçar a ruína da má imprensa, através de uma riposta católica alicerçada na boa imprensa que levaria à salvação dos Homens e às recuperações temporal e espiritual da sociedade pela Igreja.

A boa imprensa seria, pois, a concretização prática do processo teórico de reacção da Igreja e, no fundo, era vista como uma das suas armas mais eficazes. Para todos os efeitos, e nos momentos decisivos do questionamento da fé de cada um, a boa imprensa era apontada como o único antídoto capaz de expurgar o veneno que vinha das publicações que a Igreja considerava nocivas e pecaminosas (má imprensa). No seguimento da publicação que temos vindo a citar, dedicada à imprensa, confirmamos que as palavras de Leão XIII – a propósito da sua posição face à boa imprensa e às suas virtudes – estão metodicamente alinhadas em cinco valências, numa segunda parte da obra. Em certa medida, esses mesmos argumentos cumpriam um dos seus propósitos: expor a superioridade da boa imprensa, tanto ao nível moral, como ao sentimento social – a Igreja assumia que só o seu era verdadeiro – e que norteava o espírito combativo de todos aqueles que trabalhavam na sua construção e na sua defesa. Essas cinco valências assumiam-se da seguinte forma: primeiramente era asseverada a sua necessidade na sociedade e os desígnios do seu desenvolvimento constituíam o segundo elo de defesa. O terceiro ponto continha as suas normas, sendo que o quarto aspecto, o seu elogio, funcionava como um prelúdio ao quinto e último argumento, o seu triunfo final. Estes são os cinco princípios da boa imprensa pelos quais foram arquitectadas as declarações de Leão XIII na Colectânea «*Sobre a Imprensa*».

A boa imprensa constituía, para a Igreja Católica, uma verdadeira necessidade. Este era o primeiro ponto que deveria ser elogiado e reforçado. A boa imprensa era vista como uma virtude. Por isso, era decisivo que «(...) escritos que semeiam a *boa doutrina* e favorecem os germes da *virtude sejam publicados...*»<sup>64</sup>. A leitura e o fomento da boa imprensa era apontado como o único caminho possível para os católicos alcançarem a salvação plena. Nesse quadro de riposta, o papel a assumir era claro: «aos escritos

---

<sup>62</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 9.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>64</sup> Idem, p. 10.

devem-se contrapor os escritos; que este instrumento tão poderoso para a ruína [a *boa imprensa*] se torne poderosos *para a salvação dos homens*, e que o remédio provenha da fonte mesma do veneno»<sup>65</sup>. Assim asseverava Leão XIII, na encíclica *Etsi Nos*, de 15 de Fevereiro de 1882.

Mas o caminho para a salvação só poderia ser atingido se os alicerces da obra fossem firmes e robustos. Para isso, era necessário que se promovesse uma sustentada edificação da boa imprensa no mundo católico. Foi nesse contexto que, em 1894, o discurso de campanha se alargou ao continente americano. No primeiro dia de Maio desse ano, Leão XIII publicou a encíclica *Inter Graves*<sup>66</sup>, dirigida aos bispos do Peru, sobre o estado da Igreja nesse país. A boa imprensa era apresentada aos peruanos, em particular, e aos católicos, em termos gerais, como um meio de edificação capaz de lutar contra a destruição que vinha sendo produzida pela má imprensa. O discurso leonino incitava os católicos eruditos e devotos a dedicarem parte do seu tempo à consagração de «(...) publicações cotidianas [quotidianas] ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente [publicamente] e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação»<sup>67</sup>. Este comentário de Leão XIII é muito rico e igualmente importante para compreendermos a temática da boa imprensa quanto à sua necessidade. Havia uma clara convicção, nesta encíclica, que a superioridade da boa imprensa era um facto assumido. Também se evidenciava que atrás dela deveriam estar pessoas com um certo grau de instrução ao qual se devia aliar uma boa educação religiosa. Esta união vaticinava a própria salvação da sociedade por intermédio da força aplicada pela boa imprensa. Nesse sentido, esta era revista como um antídoto a aplicar contra o veneno que constituía a má imprensa. Em sua oposição, a boa imprensa era o remédio que deveria curar as feridas da alma e do corpo e as suas publicações tinham o dever cristão de «(...) *sanar*, por uma ciência de bom quilate, as mazelas intelectuais dos homens e premuni-los, ao mesmo tempo, contra as múltiplas formas do erro...»<sup>68</sup>. Leão XIII alertava ainda para o perigo que transportavam os novos tempos em que a liberdade de expressão era um dos seus pilares. O aviso não era novo, mas merecia ser repetido, face ao perigo que a liberdade de imprensa poderia constituir

---

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>66</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 14 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII só em inglês. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leoxiii/\\_encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01051894\\_inter-graves\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leoxiii/_encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01051894_inter-graves_en.html)

<sup>67</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...pp. 10-11.

<sup>68</sup> Idem, p. 11.

para os interesses da Igreja Católica. Também aqui a boa imprensa deveria funcionar como um travão efectivo.

A Igreja Católica utilizava uma velha máxima que tinha uma forte conotação militar: “o ataque é a melhor defesa”. A boa imprensa deveria constituir uma arma vigorosa, impelindo fortes ataques à má imprensa, evitando a sua progressão neste novo campo de batalha. Depois de as diversas instituições da Igreja terem sido atacadas pelos escritos perniciosos, a hora da riposta católica estava em marcha. Apoiados na sua fé e na sua missão, os católicos mais fervorosos que estavam ligados à boa imprensa adoptavam-na como a verdadeira arma ao serviço da Igreja, «(...) recebendo, como convém, as directivas dos bispos e guardando o respeito devido ao poder civil...»<sup>69</sup>. Numa carta ao arcebispo de Viena, capital do então império Austro-húngaro, datada de 30 de Agosto de 1883, Leão XIII asseverava que, no momento histórico actual, a melhor defesa da religião consistia «(...) em responder aos escritos por escritos, confundindo, desta forma, os artificios dos inimigos»<sup>70</sup>.

Três anos depois, em 14 de Setembro de 1886, na encíclica *Pergrata*<sup>71</sup> o Papa dirigia-se aos bispos de Portugal, a propósito da sua Igreja, mas alargava o seu discurso a todo o mundo católico. Leão XIII insistia na necessidade dos católicos se debruçarem na construção da boa imprensa e indicava os riscos que, segundo o Pontífice, então atravessavam os últimos anos do século XIX: «(...) de um lado, os homens estão animados de uma *avidéz insaciável de ler*; de outro, uma aluvião de maus escritos se espalha, com toda [a] licença»<sup>72</sup>. Perante esta realidade, Leão XIII chamava a atenção aos bispos, e demais católicos, para a urgência de criarem e dirigirem bons jornais capazes de desenvolver um remédio enérgico, cimentado na defesa da Verdade, da Virtude e da Religião, capaz de se opor «(...) ao veneno difundido por toda a parte...»<sup>73</sup>. O importante para a Santa Sé passava por afastar, o melhor que pudesse, «(...) os homens desses abismos de corrupção e conduzi-los às fontes de salvação»<sup>74</sup>. E esse caminho só poderia ser atingido através da criação e difusão da boa imprensa, mas com o beneplácito dos bispos. Havia, desde o início, a preocupação papal em colocar os bispos à frente dos jornais católicos. Seria, pois, uma forma de regerar o bom

---

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>71</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 14 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII em inglês e em italiano. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_14091886\\_pergrata\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_14091886_pergrata_en.html)

<sup>72</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 12.

<sup>73</sup> Idem, p. 13.

<sup>74</sup> Idem, p. 12.

funcionamento dessas publicações e uniformizar o seu próprio discurso. Para além disso, essa posição poderia evitar possíveis desvios de alguns católicos que poderiam usar aqueles jornais como rampas de lançamento para outros voos. Por isso, na encíclica *Paternae*<sup>75</sup>, de 18 de Setembro de 1899, dedicada à educação do clero, e que fora dirigida aos arcebispos e bispos do Brasil, o Papa recuperava a atenção para a necessidade «(...) de trabalhar com zelo e prudência, pois em nossa época o povo *forma idéias* [ideias] e *regra a sua vida segundo o que vai aprendendo da leitura cotidiana* [quotidiana] *dos jornais*»<sup>76</sup>. Paralelamente ao olhar que era dado à imprensa, Leão XIII advogava a necessidade de os católicos fazerem uso da sua projecção nos Parlamentos, como intervenientes políticos, e outros espaços públicos de relevância e usarem da palavra para a defesa dos interesses da Igreja Católica, uma vez que, de acordo com a opinião de Leão XIII, «a palavra, com efeito, não menos que a pena, a influência e a autoridade, não menos que os escritos, podem servir à boa causa»<sup>77</sup>. Isto é, a aliança entre o discurso político, a sua influência social e a boa imprensa serviriam o mesmo fim e deveriam submeter-se às mesmas instâncias, isto é, à posição oficial da Santa Sé e à orientação dos bispos. Dessa forma, o desenvolvimento da boa imprensa seria realizado sob essa égide e não teria, à partida, dificuldades de ascensão, uma vez que a Igreja acreditava que o seu plano seria ornamentado com maior mestria e com uma maior profundidade espiritual e moral.

O desenvolvimento da boa imprensa constituía o segundo factor da defesa dos interesses da Igreja. Em primeiro lugar, o Papa atendia à vantagem que seria a difusão dos bons jornais nas diversas sociedades católicas que vinham sendo fundadas nos diferentes países, como aconteceu em Portugal, onde a primeira sociedade católica foi fundada em 1843, durante o liberalismo nacional. Os escritos católicos, como os bons livros e os bons jornais eram apontados como uma das protecções indicadas para os fiéis «(...) para a defesa da lei e a salvaguarda dos costumes»<sup>78</sup>. Na encíclica *In Ipso*<sup>79</sup>, sobre as reuniões episcopais, datada de 3 de Março de 1891 e dirigida aos bispos da Áustria, Leão XIII atendia igualmente à importância do trabalho dos escritores católicos

---

<sup>75</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 14 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII só em inglês. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18091899\\_paternae\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae_en.html)

<sup>76</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 12.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>79</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 18 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII só em inglês. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_03031891\\_in-ipso\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_03031891_in-ipso_en.html)

que deveria ser «(...) bem regrado e bem ordenado, seja encorajado e desenvolvido»<sup>80</sup>. Encorajava o trabalho que estes vinham desenvolvendo e alertava novamente para o perigo que constituía a má imprensa. Tomando o exemplo do que sucedia na Áustria, Leão XIII asseverava que existia «(...) uma multidão de jornais (...) ao serviço dos inimigos da Igreja que, graças às suas fortunas, os propagam mais facilmente [facilmente] e em número maior»<sup>81</sup>. Mas, ao mesmo tempo, lançava mão de uma acção de contra-ataque, que passava por combater esses denominados maus escritos com o fomento de bons escritos. O Papa incitava os bispos a favorecerem e a apadrinharem o desenvolvimento da boa imprensa em cada país, com a constituição do maior número de jornais possível. Estes seriam «(...) os campeões do altar e do lar...»<sup>82</sup> e os católicos deveriam cooperar na sua construção e difundi-los nas suas comunidades, de forma a expandir a mensagem cristã.

À medida que a própria tecnologia destinada à imprensa se ia desenvolvendo, as ambições da Santa Sé também iam crescendo. Essas aspirações alimentavam a ideia da constituição de um diário católico, que crescera desde meados da década de 1880, logo nos primeiros anos do pontificado de Leão XIII. Aí, fruto da solicitação papal, começaram a despontar, em muitas províncias e regiões da Europa, as primeiras publicações católicas em massa e a figura do jornalista católico também começava a ganhar um certo estatuto e proeminência social. Daí que, à entrada para a últimas duas décadas de Oitocentos, o Papa incentivasse os católicos a cooperar verdadeira e firmemente com a boa imprensa, como se de um dever de zelo se tratasse, sustentando-a «(...) *cada qual na medida dos seus meios*, a fim de a fazer viver e prosperar...»<sup>83</sup>, multiplicando os seus escritos nos jornais e em livros católicos. Seriam os seus autores, os denominados soldados da boa imprensa, a exercerem uma pressão sustentada nessa nova arena que era a imprensa. A protecção desses soldados era solicitada aos católicos mais ricos. Estes deveriam ser caridosos e financiar as publicações católicas, dentro das suas possibilidades. Leão XIII avisava os católicos que neste combate «(...) um cristão não poderia sofrer por uma causa mais justa que a de evitar que a religião seja detratada pelos ímpios...»<sup>84</sup>. O combate deveria, assim, ser travado com audácia e confiança redobrada na Igreja. Era entendido que só com um espírito de missão é que os

---

<sup>80</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 13.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 16.

jornalistas católicos e demais servidores da boa imprensa poderiam elevar bem alto o seu estandarte.

Para uma melhor constituição da boa imprensa, era necessário dotá-la de um conjunto de normas, elemento que constituía a sua terceira valência. Na obra que temos vindo a citar, os seus coordenadores dividiram este ponto três em duas partes: «Conselhos Gerais», direccionados para toda a comunidade católica, e «Conselhos Particulares», mais específicos e destinados aos católicos de alguns países. No caso concreto dos «Conselhos Gerais» podemos verificar que o grande objectivo da Santa Sé visava a correcta organização da boa imprensa, de forma a preservar a sua presença espiritual e recuperar alguma da sua importância temporal. De acordo com a posição papal, a defesa da religião e da sociedade constituíam um dos pilares do esforço protagonizado por todos os que laboravam na boa imprensa, em especial pelos jornalistas católicos. Estes poderiam discutir livremente qualquer assunto, mas deveriam ser sóbrios e moderados na análise que realizavam e sempre «(...) com o fito de procurar a verdade, pondo de lado, porém, as suspeições injustas e as acusações recíprocas...»<sup>85</sup>. Os jornalistas católicos deveriam ter a isenção como grande fio condutor da sua postura nessa luta pelos interesses da Igreja. De qualquer forma, Leão XIII procurava proceder a uma trégua definitiva com o passado, entre os escritores e jornalistas católicos. Assim, reforçava a ideia de que, num período «(...) em que os maiores interesses estão em jogo, não se deve oferecer lugar algum a dissensões intestinas e ao espírito faccioso...»<sup>86</sup>. Isto é, os escritores e os jornalistas católicos deveriam escusar-se de suscitar polémicas entre si, mas desenvolver esforços conjuntos em prol de interesses comuns. O Papa compreendia, decerto, a amplitude e a própria dificuldade do seu pedido. Era sabido que, entre os católicos, havia diferenças capitais. O liberalismo católico de uns e o catolicismo intransigente de outros era, possivelmente aquele que maior celeuma criara entre ambos ao longo do século XIX e que acompanhara os primeiros anos do século seguinte<sup>87</sup>. E no caso da imprensa católica essa diferença foi substancial.

---

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>87</sup> Os católicos liberais pretendiam renovar internamente a Igreja e adaptá-la à modernidade. Estes eram sustentados ideologicamente, sobretudo, pelas posições defendidas pelos franceses Lacordaire, La Mennais e Montalembert. Pelo contrário, os católicos intransigentes defendiam um regresso ao Absolutismo e à recuperação temporal da Igreja e à infalibilidade papal. No caso específico de Portugal, podemos confirmar essa celeuma em: NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* pp. 363-382.

É certo que Leão XIII pretendia minimizar as diferenças ideológicas dos católicos, e uni-los no campo de batalha. Assim, conhecedor da sua importância social, o Papa chamava a si os escritores e os jornalistas católicos e solicitava-os a unirem-se na fé da Igreja, a serem moderados, prudentes, caridosos e a defenderem a Verdade e a Justiça. Paralelamente a esta solicitação, era-lhes recomendado que se submetessem à orientação dos bispos e seguissem os seus conselhos. Esta observação estava contida na encíclica *Inter Graves*, de 1 de Maio de 1894, dirigida aos bispos do Peru. A estes prelados era confirmado que se assim operassem nas suas dioceses, orientando os que trabalhavam na boa imprensa, estes teriam «(...) um meio excelente para desviar das fontes envenenadas os povos que vos são confiados e conduzi-los às fontes de salvação»<sup>88</sup>.

Na carta ao núncio de França<sup>89</sup>, datada de 4 de Novembro de 1884, Leão XIII era particularmente claro e objectivo quanto à necessidade da boa imprensa se submeter à orientação dos bispos. Também compreendendo que os jornais católicos deveriam auxiliar os prelados num melhor cumprimento da sua missão, o Papa confirmava igualmente que «(...) se dela redundasse uma diminuição do respeito e da obediência que lhes são devidos (...) então a obra desses jornais seria não somente [somente] estéril, mas muitíssimo prejudicial»<sup>90</sup>. Assim, ficava perpetuado nessa carta, ao núncio francês, a posição papal perante o lugar que deveria ocupar a boa imprensa. Mas ao mesmo tempo que Leão XIII definia a união entre os seus elementos, como uma das mais elementares regras de convivência e de sobrevivência, também lhe tecia grandes elogios, sobretudo quanto à causa que aquela defendia: «(...) mantenham entre si e na vida pública a *união dos espíritos*, visto que os escritores muito podem para o bem e para o mal»<sup>91</sup>. Essa necessidade da criação de um espírito de união, entre os escritores e jornalistas católicos, era novamente evidenciada na encíclica *Nobilissima Gallorum Gens*, aos bispos franceses, de 8 de Fevereiro de 1884. O mesmo tema fora focado na encíclica *Militantis Ecclesiae*<sup>92</sup>, publicada no primeiro dia de Agosto de 1897, dirigida aos arcebispos e bispos da Alemanha, Áustria e Suíça sobre São Pedro Canísio, um teólogo jesuíta nascido em 1521, no antigo condado de Guelders, na actual Holanda.

---

<sup>88</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 17.

<sup>89</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 21 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII.

<sup>90</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 18.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>92</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 21 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII disponível apenas em inglês. Ver nesta língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01081897\\_militantis-ecclesiae\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01081897_militantis-ecclesiae_en.html)

Nessa encíclica, Leão XIII apelava à concórdia entre os jornais católicos de forma a constituírem uma só força reactiva capaz de lutar contra os maus jornais.

Mas o esforço papal na orientação dada à própria coordenação e direcção da boa imprensa ia mais longe. A 14 de Setembro de 1886, na encíclica *Pergrata*, dirigida aos bispos de Portugal, Leão XIII esperava que os escritores e os jornalistas católicos empregassem, nos seus produtos finais, a moderação, a prudência e «(...) sobretudo, *essa caridade* que é a mãe e a companheira de todas as virtudes»<sup>93</sup>. Para Leão XIII, um escritor e/ou um jornalista católico deveria possuir um leque de virtudes que seriam o seu melhor cartão-de-visita na sociedade e que, ao mesmo tempo, os confirmavam como católicos e seguidores das normas da Igreja. Aos olhos da Santa Sé, as figuras do escritor e do jornalista católicos deveriam ser sinónimo de dignidade e isso deveria estar expresso na linguagem utilizada nos seus escritos. Isso era reforçado numa alocução a uma peregrinação de jornalistas a Roma, em 22 de Fevereiro de 1879, por ocasião da comemoração do primeiro ano do pontificado de Leão XIII. O Papa incentivava os escritores e os jornalistas católicos a precaverem-se dos discursos enganadores dos adversários, os fomentadores da má imprensa. Era solicitado aos homens da boa imprensa uma postura combativa, mas leal. As informações, as notícias, que os jornalistas católicos transmitiriam deveriam utilizar uma linguagem que se pretendia digna e que fosse capaz de «(...) *sobrepujá-los* [aos adversários] pela ciência das coisas úteis, máxime pela verdade que o espírito deseja, por natureza, conhecer...»<sup>94</sup>. Haveria, pois, que existir nos jornalistas católicos um cuidado na linguagem a utilizar nas notícias – que deveriam ser consistentes, úteis e variadas o mais possível – de forma a não ferir o leitor com temas dúbios e que pudessem por em causa a doutrina e decisões da Igreja. Com essa tomada de posição, Leão XIII manifestava uma total coerência com os princípios que defendia para o uso da boa imprensa, e os cuidados a ter por todos aqueles que estavam ao seu serviço.

Era notório que a denominada, e por vezes mal interpretada e utilizada, liberdade de expressão suscitava alguma apreensão no espírito do herdeiro de Pedro. Só sendo devidamente filtrada (pelo episcopado, entenda-se), é que o perigo da sua má utilização não existiria ou seria menor. Nesse sentido, a preocupação em manter uma certa vigilância sobre os escritos católicos era grande. Leão XIII retomava, em diversas encíclicas e ao longo de vários anos, o velho assunto da necessidade de os jornais

---

<sup>93</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 19.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 21.

católicos se submeterem à direcção dos bispos em cada diocese. Deste modo, pretendia-se garantir, ao mesmo tempo, que os bispos assumissem as rédeas da imprensa católica nas suas dioceses. Isso iria garantir a uniformização do discurso. Também em prol das movimentações que ela iria originar nos limites do bispado, os prelados agiriam em conformidade. Isto é, eram incentivados a promover formas de luta e a acompanharem o desenrolar das mesmas.

No campo específico dos «Conselhos Particulares», e de acordo com a obra «*Sobre a Imprensa*», Leão XIII apelou aos católicos de alguns países, como França, Bélgica, Espanha, Itália, e Estados Unidos da América. O discurso de cada encíclica ou carta era adaptado às realidades de cada nação, mas no caso da Imprensa era, naturalmente, extensível e comparável. Assim, o apelo à não leitura da má imprensa era uma constante. Em 8 de Setembro de 1899, o clero francês, a quem era dirigida a encíclica *Depuis Le Jour*<sup>95</sup>, recebeu uma indicação clara de não promover a leitura da má imprensa. Leão XIII asseverava que não deveriam ser escutadas as palavras escritas nos maus jornais, saídos da pena de «(...) homens nefastos que, dizendo-se cristãos e católicos, lançam a cizânia na messe do Senhor e semeiam a divisão na Igreja...»<sup>96</sup>. Mas não era apenas a má imprensa a ser visada. Leão XIII também se referira, diversas vezes, ao perigo que existia de alguns jornais católicos «(...) se recusarem a submeter-se à autoridade da Igreja...»<sup>97</sup>. Esta afirmação foi descrita na carta que Leão XIII escrevera ao arcebispo de Tarragona, arquidiocese situada na região da Catalunha, Espanha, em 10 de Dezembro de 1894<sup>98</sup>. O Papa confirmava que havia alguns jornais católicos espanhóis que exerciam alguma resistência face à orientação e supervisão do Episcopado, e era sabido que Leão XIII não apreciava o gesto e até o temia. Em causa estava, de facto, a própria uniformidade do discurso da Igreja Católica na Europa e no resto do mundo.

Apesar dos recados internos ao episcopado, direccionados, sobretudo, para a necessidade de supervisionarem a publicação dos jornais católicos nas suas dioceses, a atenção do discurso sobre o papel da boa imprensa tendia, quase sempre, para o reforço da sua importância. Seria, assim, muito importante promover o seu favorecimento «(...)

---

<sup>95</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 22 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII disponível apenas em inglês. Ver nesta língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08091899\\_depuis-le-jour\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08091899_depuis-le-jour_en.html)

<sup>96</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 21.

<sup>97</sup> Idem, p. 22.

<sup>98</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 22 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII.

e fazê-lo de tal forma, por todos os meios, que não sòmente [somente] os escritores obtenham os favores e a gratidão dos homens...»<sup>99</sup>. A defesa dos bons jornais contemplava igualmente a defesa dos seus escritores. Estes deveriam dedicar-se à defesa desta causa com todas as suas forças, e se possível em regime de exclusividade. A moderação na escrita deveria ser insistentemente procurada, da mesma forma que a insinuação fácil, emotiva e até malévola deveria ser evitada. Os jornalistas e os escritores católicos deveriam pautar a sua actuação pelo virtuosismo e pelo rigor. Já os bispos deveriam protegê-los, fazendo «(...) jus a uma honra à altura da sua dignidade e do seu cargo...»<sup>100</sup>. Estas palavras faziam parte da já denominada carta que Leão XIII dirigira aos bispos das províncias de Turim, Milão, e Vercelli (região de Piemonte), datada de 25 de Janeiro de 1882, e que ficou mais conhecida como «Carta sobre a imprensa católica». Mas o Papa também reforçava o poder quase soberano dos bispos nessa matéria, e reiterava o facto de os leigos não acreditarem «(...) na permissão de discutir o que os Bispos decidiram em sua autoridade; se assim fosse, seguir-se-ia uma grande desordem e uma confusão intolerável»<sup>101</sup>.

O perigo de uma total liberdade de expressão, entre os jornalistas e escritores católicos, era por demais evidente. A Santa Sé não desejaria, decerto, restringir os movimentos dos jornais católicos, mas alertava para a necessidade de estes se submeterem aos bispos que deveriam exercer sobre eles uma vigilância apertada, em defesa da já referida uniformidade do discurso. De certa forma, esta postura acabava por promover uma certa restrição, tanto mais vez que o Papa compreendia a importância que aqueles tinham na sociedade – enquanto geradores de opinião – e que não deveria ser menosprezada. Neste sentido, Leão XIII asseverava que «(...) nenhum jornal, mesmo católico, nenhum órgão de acção [acção] popular cristã pode ser introduzido nos seminários, nos colégios e escolas dependentes da autoridade eclesiástica, sem permissão dos superiores imediatos; estes devem ter, absolutamente, antes de tudo, a autorização do seu próprio bispo para cada jornal e cada revista»<sup>102</sup>. A subordinação dos jornais católicos aos bispos tendia, pois, a ser uma espécie de acção intransigente por parte da Santa Sé. Os jornalistas e escritores católicos eram vistos como verdadeiros atletas numa sociedade que era vista, ela própria, como uma arena. Eles funcionavam como fiéis mensageiros da mensagem cristã, ou deveriam funcionar, caso seguissem as

---

<sup>99</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 22.

<sup>100</sup> Idem, p. 23.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>102</sup> Idem, p. 24.

indicações do episcopado, capazes de influenciar o povo pelos seus escritos que literalmente passavam de boca em boca, uma vez que a taxa de literacia era muito baixa na Europa e no resto do mundo. Nesse sentido, a tarefa do escritor e do jornalista católico estava associada à própria missão dos bispos. Ora, na luta que vinham travando contra o inimigo (má imprensa), o papel dos jornalistas e dos escritores católicos estava bem definido no campo de batalha. A sua tarefa era a de ajudar os sacerdotes na instrução do povo, na consolidação e no exercício das práticas das suas virtudes. Mas ainda que importante, o papel dos jornais católicos e dos seus escritores era continuamente alvo de atenção por parte da Santa Sé.

Isso mesmo ficou confirmado no dia de Reis, 6 de Janeiro, do ano de 1895, quando Leão XIII se dirigiu aos bispos norte-americanos, na encíclica *Longinqua*<sup>103</sup>, sobre o catolicismo nos Estados Unidos da América. Em primeiro lugar, o Papa confirmava que a acção da imprensa católica deveria ser unificada e em prol do mesmo objectivo. Só assim é que ela poderia funcionar como boa imprensa. Isto é, só apenas com a união dos jornalistas católicos entre si, e com a orientação dos bispos, é que a acção daquele tipo de imprensa daria frutos e não seria prejudicial. Caso contrário, se decidissem prescindir das orientações dos bispos era asseverado que «(...) os escritores, em lugar de obra útil e frutuosa, fazem obra defeituosa e nociva, cada vez que ousam submeter ao seu próprio juízo as resoluções ou os atos [actos] dos Bispos...»<sup>104</sup>. Os católicos eram exultados a adoptar, com prontidão, os desígnios vindos desde a basílica de São Pedro, e a tributar-lhe profunda dedicação. E se a mensagem vinda da Santa Sé estabelecia que os jornalistas e os escritores católicos deveriam submeter-se aos bispos, assim aqueles deveriam agir, sob pena de irem contra os ensinamentos e as indicações da Igreja. Em certa medida, a subordinação ao episcopado constituía umas das normas adequadas à boa imprensa. Na análise do discurso papal havia, inclusivamente, a ideia de que só a submissão dos escritos católicos aos bispos é que validava que os mesmos fizessem parte do mundo da boa imprensa, e fossem considerados bons jornais. A não submissão à hierarquia eclesiástica poderia resultar numa condenação papal, como acontecera no passado, com os casos já citados dos jornais franceses *L' Avenir* e *Le Correspondant*, refutados anteriormente pelo papa Gregório XVI.

---

<sup>103</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 22 de Junho de 2010, a referida encíclica de Leão XIII disponível apenas em inglês. Ver nesta língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_06011895\\_longinqua\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_06011895_longinqua_en.html)

<sup>104</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 25.

Mas a imprensa católica, transformada em boa imprensa, a primeira das obras, haveria de defender os valores fundamentais da vida cristã. Esta era, pelo menos, o pensamento de Leão XIII publicado na carta ao presidente do Congresso Católico de Munique, datada de 30 de Julho de 1895<sup>105</sup>. Nessa carta, dirigida aos católicos reunidos em Congresso, o Papa asseverava que os directores dos jornais católicos deveriam difundir os seus escritos entre o povo, algo que contribuiria activamente para promover o seu resgate e a sua regeneração. Esta acção era apontada como sendo a própria finalidade da boa imprensa e que advogava «(...) para a salvaguarda da verdade e do bem»<sup>106</sup>. Por isso, era importante, senão mesmo vital, fazer circular os jornais católicos nas diferentes comunidades – sobretudo as rurais, mas também as operárias fixadas nos arrabaldes das urbes mais importantes – para garantir tendências e hábitos católicos, formar opiniões e reforçar ou recuperar o prestígio da Igreja. Se aos jornalistas competia escrever bons artigos para ajudarem a alcançar os objectivos da boa imprensa, os próprios bispos deveriam assumir as suas responsabilidades neste contexto e deveriam dirigir-se «(...) ao povo, aos operários, aos indigentes. Procurais ajudá-los, por todos os meios, suavizar-lhes a sorte, moralizá-los. Neste intuito, realizais reuniões e Congressos; fundais patronatos, círculos, caixas rurais...»<sup>107</sup>. Leão XIII instigava os bispos a resgatar o povo e, inclusivamente, aliciava-os a escreverem livros e artigos nos jornais e revistas católicas.

No dia de Santiago Maior, 25 de Julho, do ano de 1897, Leão XIII proferiu uma alocução aos redactores dos jornais italianos *Corriere Nazionale* e *L' Italia Reale*. Nela apontou, através do trabalho dos seus jornalistas, labor esse que merecia laudos elogios, a necessidade da boa imprensa concentrar todos os esforços «(...) na defesa dos princípios espezinhados e no triunfo das doutrinas da Sé Apostólica»<sup>108</sup>. Nesse combate árduo pela «(...) salvação eterna das almas...»<sup>109</sup>, a boa imprensa era entendida como algo sobrenatural, isto é, como tendo a interferência do alto dos céus, algo que era entendido como uma vontade suprema de Deus no caminho que, dia após dia, os homens trilhavam em defesa dos interesses da Igreja na Terra. Também os jornalistas norte-americanos eram felicitados pelo seu trabalho em prol do desenvolvimento da boa imprensa no seu país. Leão XIII congratulava-se com os seus bons escritos que

---

<sup>105</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) não tinha disponível, em 23 de Junho de 2010, a referida carta de Leão XIII.

<sup>106</sup> Leão XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*...p. 26.

<sup>107</sup> Idem, p. 27.

<sup>108</sup> Idem, p. 26.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*.

provinham num «(...) tempo de liberdade sem limites da imprensa, em que o mundo é invadido de publicações perniciosas...»<sup>110</sup>. Essa informação era confirmada numa carta a M. Satolli, cardeal italiano radicado nos Estados Unidos da América, ao serviço da Santa Sé. Nessa carta, o Papa atestava o trabalho meritório dos escritores e jornalistas católicos daquele país, «(...) exortando-os, concomitantemente, *a que continuem defendendo as leis da Igreja, bem como toda a verdade, toda a justiça, com a concórdia e prudência necessárias*»<sup>111</sup>.

Mas nem tudo eram boas notícias para Leão XIII, no que se referia à imprensa católica. O Papa mostrava-se apreensivo pelo facto de existirem alguns países onde a suspensão de jornais católicos era frequente. As suspeições pelo seu trabalho e as perseguições de que era alvo a imprensa católica eram frequentes, sobretudo na Europa. Leão XIII confirmava que, apesar das dificuldades diárias, os católicos que exerciam a sua missão pelos escritos, deveriam lutar com todas as suas forças, de forma a superarem as dificuldades que se lhes deparavam. Isso vinha explícito na encíclica *Dall' Alto Dell' Apostólico Seggio*, sobre a maçonaria em Itália, de 15 de Outubro de 1890, a mesma onde Leão XIII se referira, pela primeira vez à boa imprensa. O Papa assegurava que «se nesta empresa nossos filhos devotados sofrerem algumas vexações, se tiverem de sustentar a pugna, que desçam à arena; um cristão não poderia sofrer por uma causa mais justa que a de evitar que a religião seja detratada pelos ímpios»<sup>112</sup>.

A palavra final de Leão XIII era de esperança. O espírito católico exigia-o. A força, a paixão e a direcção da boa imprensa seriam, pois, suficientes para esta alcançar o triunfo final. No fim de contas, todos os meios eram válidos se o fim fosse atingido. E para a Igreja esse só poderia ser a vitória da boa imprensa sobre a má imprensa, o triunfo da fé sobre a indiferença religiosa e a recuperação triunfal da importância da Igreja Católica na sociedade. Leão XIII considerava «(...) mister, necessariamente [necessariamente], que o juízo da opinião ceda aos argumentos convincentes; e a verdade, apesar dos esforços perseverantes, os desfará e *triumfará*; pode ela ser ofuscada momentaneamente [momentaneamente], *mas extinta, jamais*»<sup>113</sup>. A ideia de que a boa imprensa era um desígnio supremo, uma vontade maior, acalentava a ilusão entre os católicos: apesar das dificuldades que poderiam surgir nesse novo trilho, a sua vitória era certa. Como bons católicos que deveriam ser, a fé seria o seu principal motor nessa

---

<sup>110</sup> Idem, p. 27.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>113</sup> Idem, p. 28.

nova missão. Em boa verdade, face ao verdadeiro espírito cristão, só a fé os poderia salvar. O aval da Santa Sé vinha funcionando como uma importante alavanca para o desenvolvimento da imprensa católica que se registava um pouco por toda a Europa e pelo resto do mundo. Anos mais tarde, já no pontificado de Pio XI (1922-1939), sairá da própria Santa Sé a associação formal de São Francisco de Sales (1567-1622)<sup>114</sup> à imprensa católica, tornando-se aquele santo seu patrono. A Igreja Católica definiu a festa litúrgica daquele santo em 24 de Janeiro. Já o dia da imprensa católica foi definido para acontecer em 29 de Junho (dia dedicado a São Pedro e a São Paulo).



**Figura n.º 1: São Francisco de Sales: o Padroeiro dos jornalistas católicos, in *Novidades*, 29 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 44 (8:497), p. 1**

Em resposta aos ataques que vinham da denominada má imprensa e que era acicatada, quer pela livre interpretação das encíclicas papais, quer pelas indicações específicas de Leão XIII, sobre o assunto em questão, a imprensa católica progrediu para uma boa imprensa num novo trilho, e o discurso em Portugal não foi diferente do que se passava então noutra qualquer país católico.

<sup>114</sup> São Francisco de Sales nasceu em 1567, na localidade de Val Thorens, Sabóia, nos Alpes franceses. Desistiu de uma promissora carreira académica para se dedicar ao sacerdócio, tendo sido ordenado em 1593. Ficou vários anos na Suíça, e na sua diocese, em Chablais, dedicando-se à organização e à formação do Clero e dos leigos. Teve um papel importante na Contra-Reforma Católica, e escreveu diversas obras de carácter espiritual. No início do século XVII criou, com Santa Joana de Chantal, a Ordem da Visitação. Faleceu em Lion, França, em 1622, tendo sido beatificado nesse mesmo ano por Gregório XV. Foi canonizado em 1655 por Alexandre VII. Fruto da sua produção livresca e do valor dos seus escritos, São Francisco de Sales foi considerado o patrono dos escritores e jornalistas católicos. Já em 1923 foi declarado patrono da imprensa católica, por acção do Papa Pio XI. A festa litúrgica deste santo assinala-se em 24 de Janeiro. O dia da imprensa católica assinala-se em 29 de Junho. Sobre São Francisco de Sales ver: BUTLER, Alban – *Vida dos Santos*. Lisboa: Dinalivro, 1999, p. 25.

### 3.3. Da imprensa católica à aparição da boa imprensa em Portugal

Se é certo que a imprensa desempenhou um importante papel na transformação da sociedade portuguesa, não é de menor valor a função que ela cumpriu na defesa dos interesses da Igreja Católica. Contando com o facto incontornável de Portugal ter uma população maioritariamente católica, era «(...) natural que a Igreja quisesse mobilizar essa forte base de apoio para resistir aos ataques que lhe foram movidos pelos liberais, primeiro, e, depois, pelos republicanos»<sup>115</sup>. Assim aconteceu durante todo o século XIX, e nas primeiras décadas do século seguinte.

É correcto afirmar que, desde o início da Monarquia Constitucional, a Igreja Católica dispôs de um conjunto de publicações que pretendiam, precisamente, «(...) reforçar a vida religiosa das populações, para influenciar os leitores no campo moral e para unir os católicos em torno da instituição eclesiástica»<sup>116</sup>. Entre as hostes católicas mais tradicionalistas, e à vista desarmada, existia a ideia que, num país católico, não deveria haver necessidade de se fundarem jornais exclusivamente católicos. Se a estrutura da Igreja não estava em perigo, a sua defesa parecia vã e até despropositada. De resto, esta advertência iria ser apontada aos promotores da Sociedade Católica. Porém, o futuro iria confirmar os perigos que o liberalismo traria para os interesses da Igreja Católica. Ainda estava bem presente a postura reactiva do cardeal-patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha e Menezes (1819-1825). Antevendo os perigos que advinham do Liberalismo, que emergia, recusou jurar as bases da Constituição de 1821. O cardeal-patriarca defendia que a religião era autónoma da política e esta não podia legislar sobre aquela. A perspectiva que o mundo mudara preenchia a mente deste prelado, assim como a de outros católicos visionários.

De qualquer forma, no início desse período histórico não será totalmente correcto denominar as revistas e os jornais religiosos – então impressos sob a supervisão da imprensa régia, tutelada inteiramente pelo Estado – como fazendo parte do vasto mundo da imprensa católica, se a entendermos num quadro de uma certa reacção. Apenas com o decorrer do processo de laicização, instaurado pelos políticos liberais, durante todo o século XIX, é que a denominação imprensa católica começou a ser vista como parte integrante de um plano da Igreja de lutar contra o avanço da então já denominada imprensa laica. Assim sendo, a larga maioria senão mesmo a totalidade dos

---

<sup>115</sup> LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses...*p. 40.

<sup>116</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 449-450.

títulos religiosos, impressos nos primeiros anos de Oitocentos, nasceram com uma maior «(...) intenção doutrinal do que com propósito noticiaria»<sup>117</sup>.

Consciente da não existência de um perigo imediato, por parte da política liberal, para a sua estrutura e importância temporal, a preocupação da Igreja passava, sobretudo, por difundir a fé e a doutrina cristãs através dessas publicações. Os primeiros títulos editados apresentaram essa mesma preocupação. Em 1822, iniciou-se, em Lisboa, a publicação dos *Annaes de Propagação da Fé* que consistia na «(...) compilação das cartas dos bispos, e dos outros missionários encarregados das missões nos dois mundos, e de todos os documentos relativos às mesmas e à obra da Propagação da fé»<sup>118</sup>. Esta revista teve como seu primeiro director o bispo D. Tomás Manuel de Noronha e Brito (1821-1847). Já em 1823, e durante o ano seguinte iniciou-se, em Coimbra, a publicação dos *Archivos da Religiao Christa* que era um outro título defensor da doutrina cristã, e que se apresentava como sendo um «(...) jornal especialmente destinado à instrução religiosa e moral e a combater o erro e a impiedade»<sup>119</sup>. Estes títulos referidos eram apenas dois exemplos dos muitos jornais e revistas que foram publicados durante os noventa anos da Monarquia Constitucional (1820-1910).

O elevado número de títulos com ligações católicas saídos do prelo nesse período – entre os que se pautavam pela defesa da doutrina da fé e outros que se defenderam dos primeiros ataques liberais – têm que, forçosamente, ser divididos em diferentes períodos de análise. A razão é em si mesmo uma justificação plena. A realidade político-religiosa de 1820 não era, efectivamente, a mesma no início da década de 1870, quando o laicado emergiu em Portugal de uma forma decisiva. E esta realidade estava num outro patamar nos últimos anos da Monarquia Constitucional, sobretudo depois da questão congreganista de 1901, desencadeada com o caso Calmon, e do regicídio de Fevereiro de 1908.

A imprensa católica publicada no decorrer da Monarquia Constitucional mereceu a realização de um Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910 – um importante estudo realizado por Joaquim Azevedo e José Ramos, entre 1979 e os primeiros anos da década 1980, mas só publicado em 1991<sup>120</sup>. Dentro desse grande

---

<sup>117</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – Imprensa Católica. In *Dicionário de História...*p. 423.

<sup>118</sup> AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910. In *Lusitania Sacra*. Dir. António Montes Moreira. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 1991, 2.ª Série, tomo III, p. 216.

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>120</sup> O Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910 tem um total de 309 títulos católicos. Contudo, o título que está registado no número 304, inserido no ano 1910, não é um periódico católico. Trata-se do

tempo podemos confirmar três grandes subperíodos históricos. Em certa medida, essa divisão temporal dos títulos católicos presentes no Inventário representa, a nosso ver, a própria evolução do pensamento e da actuação da Igreja no seu tempo. E as revistas e os jornais católicos reflectiram isso, de uma maneira ou de outra, durante os noventa anos referidos.

O primeiro subperíodo decorre entre 1820 e 1869. Trata-se do subperíodo mais longo (49 anos) que congrega o início do liberalismo em Portugal (1820), assim como a criação da Sociedade Católica (1843) e segue até ao fim da década de 1860, antes da transição para a década seguinte que terá um outro peso na postura da Igreja Católica. O segundo ciclo decorre entre 1870 e 1900. São 30 anos de grandes modificações estruturais em Portugal, quer ao nível político, com o ultimato inglês de 1890, e a contestação em crescendo ao rei D. Carlos e ao rotativismo, quer à evolução social e cultural, com o avanço dos pensamentos republicano e socialista entre as classes mais pobres, da classe erudita com a realização das Conferências Democráticas do Casino, de 1871, e também ao nível religioso, com o incremento da política de secularização, perda progressiva da influência da Igreja e o brotar do movimento social católico. O terceiro subperíodo está fixado entre 1901 e 1910. Compreende o início da denominada questão congreganista, assim como o incremento das publicações católicas que vão ganhando maior expressão e conquistando um espaço maior à medida que o país se viu a braços com o regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, e daí até à instauração da República, em 5 de Outubro de 1910. Os títulos apresentados nesses noventa anos demonstraram a força que a imprensa católica conheceu, e a capacidade da Igreja Católica em processar novas informações de uma nova realidade social.

Paralelamente ao Inventário de Joaquim Azevedo e de José Ramos não poderemos deixar de referir um outro importante estudo sobre a mesma temática da

---

*Estandarte Baptista* (Porto, 1910) e é apresentado como sendo o órgão da Igreja Baptista Portuguesa, isto é, evangélico e não católico. Assim, de acordo com os nossos parâmetros, não consideramos este título como fazendo parte do universo da imprensa católica. Há ainda dois títulos que foram referidos neste Inventário como sendo católicos: *Commercio do Minho* (Braga, 1873-1922), e *Portugal em Africa* (Lisboa, 1894-1973). Contudo, de acordo com as investigações que levámos a cabo, não os poderemos considerar como parte do mundo da imprensa católica. Assim, o primeiro título era, em 1911, um título generalista e independente. Já o segundo título também não tinha, em 1911 e nos anos seguintes, qualquer conteúdo de expressa defesa da posição católica. Também existe um título que confirmámos estar repetido: *A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909 Série I, 1913 -1915 Série II), uma vez que tem o mesmo nome e a mesma Direcção. No fundo, trata-se de uma segunda série do mesmo jornal. Assim, no nosso entender, o Inventário apresenta um total de 308 títulos.

imprensa católica: o levantamento realizado por Marie-Christine Volovitch<sup>121</sup>. A investigação que esta autora realizou foi publicada em 1980, onze anos antes de o Inventário da imprensa católica ter sido editado. Este estudo apresentou um registo dos títulos nacionais ligados à democracia cristã e ao movimento social católico, como anexo ao artigo exposto. A investigadora francesa apresentou um total de 140 títulos editados em Portugal entre 1870 e 1913, ainda que tenhamos confirmado que foram referidos dois títulos como sendo católicos: *Commercio do Minho* (Braga, 1873-1922), e *Portugal em Africa* (Lisboa, 1894-1973), sendo que nós não considerámos para o nosso estudo, como está expresso na nota de rodapé anterior. Tal também sucedeu com o Inventário de Joaquim Azevedo e de José Ramos. Contudo, de acordo com as investigações que levámos a cabo, estes dois títulos não faziam parte da imprensa católica no período de estudo que traçámos (1911-1926), pelo que não os poderemos considerar como parte desse mundo. De qualquer forma, estes dois estudos foram um importante apoio à construção do nosso Catálogo.

Ao mesmo tempo, eles próprios deixaram patente a grande capacidade de gestão da Igreja Católica perante essa nova realidade social. Sobre esta, a Igreja agiu em conformidade, traçando, quase desde o início, um plano de riposta que teria uma melhor coordenação após a instauração da República, em 1910, fomentada pela aparição da boa imprensa. O crescimento da denominada imprensa católica foi gradual e assentou em premissas traçadas e cumpridas religiosamente. A própria concepção do que constitui a imprensa católica foi crescendo e evoluindo, e isso foi um dos trunfos da Igreja Católica.

### **Concluindo**

A imprensa católica foi apresentada como um dos meios mais frutuosos da nova postura da Igreja Católica num mundo em transformação, de várias ordens, desde meados do século XIX. Essa nova atitude foi sendo expressa, e assim tornada visível, através da doutrina social da Igreja que constituía, ela própria, a concretização de uma série de determinações pontifícias destinadas às acções social e política que deveriam ser promovidas na sociedade mundial, ao longo da sua evolução. Nesse sentido, a imprensa católica surgiu imbuída de um espírito de cruzada, disposta a lutar pelos interesses e pelos direitos da Igreja Católica numa sociedade progressivamente secularizada. Como

---

<sup>121</sup> VOLOVITCH, Marie-Christine – La presse de la démocratie chrétienne au Portugal de 1870 à 1913. In *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. vol. 2, 1980, pp. 81-116.

ficou patente, a imprensa católica constituiu-se como um dos alicerces do movimento social católico, e uma forma de reagir num mundo em mudança. Verificámos que o apoio do papa Leão XIII (1878-1903) foi fundamental para a própria evolução e vitalidade da imprensa católica. Esta, envolta num contexto de combate, começou a ser apelidada de boa imprensa. Tal como demonstrámos, também se desenvolveu em Portugal a imprensa católica numa altura em que, desde o século XIX, o país assistia a um processo de laicização, instaurado pelos políticos liberais. Foi nesse contexto que a imprensa católica nacional passou a ser vista como parte de um plano da Igreja para lutar contra a crescente imprensa laica, com maior vigor no fim da Monarquia Constitucional e nos primeiros meses da República.



## Capítulo 4.

### A imprensa católica portuguesa entre 1911 e 1926

«Cada catholico tem hoje de ser um apostolo, que atravez de todos os perigos propague a sã doutrina, numa cruzada redemptora de paz e amor, diffundindo por toda a parte a semente do bem, espalhando e angariando assignaturas para a imprensa catholica».

*O Grito do Povo*<sup>1</sup>

O processo evolutivo que a imprensa católica conheceu, desde o final do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte, esbarrou com a acção dos republicanos, desde 5 de Outubro de 1910. As dificuldades impostas aos periódicos católicos não decorreram apenas da transformação política imposta pela revolução republicana, mas sobretudo por força das consequências da política anti-religiosa que aquele acto pressupunha e que, sem surpresa, efectivou. Isso ficou visível com a destruição e a suspensão de muitos jornais católicos. Apesar da nova lei de imprensa, de 28 de Outubro de 1910, prever, entre outras, uma maior liberdade de pensamento e de opinião e a abolição da censura prévia, a verdade é que, no caso específico das publicações católicas, os efeitos da teorização republicana não foram sentidos na prática. Todavia, apesar das dificuldades encontradas no novo regime, a imprensa católica manteve uma constância muito significativa das suas publicações durante toda a Primeira República (1910-1926). A imprensa católica publicada nesse período foi abundante, seguindo o que vinha sendo criado desde o século XIX. Conseguiu congregar em seu redor um conjunto de homens católicos, de jornalistas profundamente militantes e acérrimos defensores dos ideais católicos. Provou igualmente compreender as muitas mudanças que atravessaram Portugal nesses dezasseis anos, demonstrando possuir um elevado grau de adaptação aos novos tempos.

A imprensa católica manteve-se firme e rigorosa quanto aos princípios que haveria de hastear, dando continuidade ao que vinha sendo publicado antes da Primeira República, e consolidando-se nos anos seguintes. Isso mesmo ficaria demonstrado a propósito da I Exposição da imprensa católica portuguesa, realizada nas instalações do jornal *Novidades*, em Lisboa, em Dezembro de 1943. Para perpetuar essa iniciativa, Domingos Maurício escreveu um artigo onde tratou de abordar a questão do que considerava ser o problema da imprensa católica em Portugal. A este propósito, o autor

---

<sup>1</sup> *O nosso Jornal*, in *O Grito do Povo*, de 15 de Junho de 1912, ano XIV, n.º 646, p. 1.

sintetizava o propósito da imprensa católica e asseverava que esta «(...) é a que se propõe orientar a consciência pública à luz da doutrina católica, sob a exclusiva dependência da Igreja e sem qualquer sujeição pessoal ou partidária»<sup>2</sup>. O texto, publicado em 1943, validava a posição de importância no quadro social e também no quadro religioso que a imprensa católica vinha assumindo desde, sobretudo, o último quartel do século XIX, e que ganharia um novo ânimo no decurso da Primeira República. Eram referidos aspectos como a importância de se submeter ao episcopado português, que era o mesmo que dizer à Igreja Católica, ou a independência perante os interesses pessoais e perante os partidos políticos.

Seria, pois, naquele contexto que, anos mais tarde, na década de 1960, a propósito da realidade da imprensa católica em França, Jacqueline Godfrin e Philippe Godfrin confirmariam a importância do jornal católico, asseverando que «le journal catholique, par ailleurs, est celui que reflète dans tous les articles qui peuvent s’y prêter, des prises de position catholique se référant aux enseignements et aux directives de l’Église, et qui se fait l’écho de ses revendications»<sup>3</sup>. As posições assumidas pela imprensa católica, quer aquela que foi reforçada em 1943, na I Exposição da imprensa católica portuguesa, quer a apresentada para a situação em França, em 1965, são demonstrativas do crescimento que a mesma imprensa católica conheceu e efectivou, ainda no decorrer do século XIX, e que foi incrementado no decorrer da República.

A imprensa católica assegurava também a necessidade de se assumir como um farol na sociedade portuguesa, de forma a poder lutar pelo controlo social que a Igreja vinha perdendo desde, sobretudo, a segunda metade de Oitocentos, e que constituía uma contenda que se acentuaria com os republicanos, com grandes prejuízos para os católicos, segundo estes últimos. Foi com base nessa consciência de uma luta necessária e crucial que a imprensa católica, publicada no período que nos propomos analisar, se apresentou como uma imprensa imbuída de um espírito de cruzada. Isto é, de forma a concretizar esse desiderato, partia-se dos primaciais objetivos da imprensa católica: reforçar a vida religiosa, educar e moralizar o católico com a leitura de “bons jornais e revistas”, preservando-o das más influências que, temerosamente aos olhos da Igreja, o poderiam afastar dos ensinamentos cristãos católicos, ministrados desde Roma, para outros grupos da sociedade, como, por exemplo, os republicanos ou os socialistas, ou

---

<sup>2</sup> MAURÍCIO, Domingos – O problema da imprensa católica em Portugal. In *Revista Brotéria*. Lisboa. Ano XXVI, fasc. n.º 2 (1943), p. 188.

<sup>3</sup> GODFRIN, Jacqueline; GODFRIN, Philippe – *Une Centrale de Presse Catholique: la Maison de la Bonne Presse et ses publications*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 3.

ainda mesmo para outras confissões religiosas. Por isso mesmo, a Igreja Católica patrocinou a criação de uma imprensa forte, que fosse capaz de chegar a todo os cantos do país, com uma mensagem capaz de validar todos os grandes objectivos a que se propunha atingir.

Uma das medidas visíveis de demonstração da força da imprensa católica passava pela referida política de desdobramento de títulos. A ideia primitiva nasceu em 1905, ainda durante a Monarquia Constitucional, na diocese da Guarda, por intermédio do seu bispo, D. Manuel Vieira de Matos (1903-1914). Nessa altura, o semanário *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação) foi adquirido pelo grupo Sociedade Veritas. Durante os anos seguintes, *A Guarda* desdobrou-se em nove títulos, em diferentes localidades: *Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1915), *Alerta* (Bragança, 1907-1908), *Avante* (Póvoa de Varzim, 1907-1919), *Boletim da Cruzada* (Lisboa, 1908), *Echos do Lys* (Leiria, 1907-1910), *Jornal de Louzada* (Lousada, 1907), *Sul da Beira* (Covilhã, 1908-1923), *União* (Santarém, 1907-1910), e *União Nacional* (Braga, 1907-1910). Semelhante projecto nasceria em 1921, já no interior da República, por intermédio dos responsáveis do grupo Minho Grafico, detentores do jornal *Diario do Minho* (1919-mantém publicação), com a criação da União Regional da Imprensa do *Diario do Minho* da qual faziam parte alguns títulos da região minhota, entretanto fundados ou reorganizados: *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925), *Deu-la-Deu* (Monção, 1921-1922), *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923), *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922), *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923), *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923), e *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923). Estas realidades provaram como eram astuta e ágil as formas de como a imprensa católica se movia na praça jornalística nacional.

Em boa verdade, tal realidade demonstrava que só articulando esforços entre os católicos, esquecendo inclusivamente questões dinásticas e partidárias, entre outras, é que o projecto da imprensa católica, a que se seguiu a versão mais reagente com a boa imprensa, poderia almejar garantir que em cada católico estivesse igualmente um soldado pronto a lutar por uma causa nobre, e que em cada casa de família estivesse presente a mensagem cristã através de um qualquer periódico católico. Ainda que o problema do analfabetismo fosse um problema social, em particular no interior de Portugal, os padres e os católicos letrados e também os mais entusiastas dessas povoações haveriam de sentir o seu dever de católico e fomentariam a leitura colectiva, e em voz alta, dos jornais e dos livros recomendados pela Igreja. Os números presentes

da imprensa católica publicada entre 1911 e 1926 serão, pois, elucidativos quanto à sua própria importância, quer no quadro geral da imprensa nacional, quer como o elemento difusor mais visível do movimento social católico implementado pela Igreja Católica, a fim de reagir às diferentes adversidades do seu tempo.

#### **4.1. Apresentação do Catálogo da imprensa católica (1911-1926)**

Para atestarmos a importância dos periódicos católicos, no decorrer da Primeira República, tratámos de construir um Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926. O propósito deste trabalho é apresentar a imprensa católica durante a República enquanto tal, e não descrever a história da República portuguesa. A baliza temporal é definida por dois acontecimentos de referência que contêm a sua própria história. O espaço temporal do Catálogo abre-se com o fim do jornal português *A Palavra* (1872-1911), um dos jornais católicos de maior destaque, desde o último período do século XIX, e que foi extinto à força de pedradas arremessadas às suas instalações por adeptos republicanos, na noite de 15 de Fevereiro de 1911, e fecha-se com a realização do Concílio Plenário Português, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926, que tomou lugar já depois da queda da Primeira República, em Maio desse ano.

A extinção física d' *A Palavra* em 1911 – o seu pensamento manter-se-ia vivo até 1913, com o jornal *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913) – aconteceu numa altura em que os ataques às instalações de jornais católicos, e também de jornais monárquicos, se sucediam e que originavam o fim desses mesmos periódicos. Assim ocorreu, entre outros, com a revista *Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911), órgão do Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra, assaltada no dia 1 de Fevereiro de 1911, ainda antes do ataque às instalações d' *A Palavra*, ocorrido catorze dias depois. De facto, foi a partir de 1911 que os ataques às instalações de jornais católicos e à própria estrutura da Igreja Católica ganharam uma maior relevância, seguindo a “força de caos” instituída pela “rua”, isto é, pelos adeptos republicanos mais radicais, desde Outubro de 1910. De resto, o Governo Provisório (GP) nunca conseguiu impedir ou mesmo ofuscar verdadeiramente esse caos que atravessou os primeiros meses da República. Consideramos, por isso, que o início de 1911 constituiu um bom ponto de partida para a nossa investigação, no campo concreto da imprensa católica, perseguida nessa altura.

O Concílio Plenário Português desencadeou uma série de processos e decretos de forma a melhor disciplinar a Igreja em Portugal, num período histórico de grandes mudanças, em face da Grande Guerra (1914-1918), e também como resposta à

promulgação do novo Código Canónico, de 1917. Essa acção seguia um conjunto de outras anteriores que vinha constituindo não apenas uma reacção à atitude anticlerical manifestada pelo GP, mas uma nova postura da Igreja Católica na sociedade portuguesa. De facto, são esses os marcos históricos que definimos como limites para a elaboração do Catálogo, nesse período de constantes transformações na vida nacional.

A apresentação do nosso Catálogo parece ser a continuidade do Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910, realizado por Joaquim Azevedo e por José Ramos. De certa forma, não será totalmente incorrecto afirmá-lo, na medida em que o nosso Catálogo pressupõe essa sequência temporal. Mas essa sequência da apresentação dos títulos católicos, depois de 1910, constitui apenas o único elemento que aproxima os dois estudos. Como veremos, a realização do Catálogo seguiu parâmetros próprios e definidos pelo e no contexto histórico apresentado, e compreende dados novos que garantem ao nosso estudo um carácter singular e, em grande parte, inédito. De qualquer forma, é correcto afirmarmos que o Catálogo pretende contribuir para a investigação e para o conhecimento da história de Portugal, nomeadamente ao nível da imprensa em geral e da imprensa católica em particular.

Por diversas razões, realizámos o levantamento maciço dos títulos católicos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC). Em primeiro lugar, pretendíamos recolher a informação numa biblioteca que possuísse “depósito legal”. Dessa forma, o estudo garantiria a existência obrigatória das publicações periódicas publicadas em Portugal e depositados no arquivo da BGUC, de acordo com o prescrito desde o primeiro decreto-lei publicado sobre esta questão (decreto-lei nº 19 952, de 27 de Junho de 1931)<sup>4</sup>. A juntar a isso, a existência de uma boa hemeroteca na principal biblioteca da Universidade de Coimbra – a única Universidade portuguesa até 1911. Trata-se, pois, da biblioteca universitária mais importante no período histórico que estudámos. Posteriormente, outras duas bibliotecas tiveram um papel importante de apoio à nossa investigação (Biblioteca Municipal de Coimbra, e Biblioteca Pública Municipal do Porto), quer para a construção do Catálogo, quer ao nível da selecção dos nove títulos que apurámos, conforme veremos mais à frente. Por outro lado, a existência de três Catálogos de Publicações Periódicas Portuguesas (1640-1910; 1911-1926; 1927-1945), que reúnem a existência das respectivas publicações no arquivo da BGUC nesse

---

<sup>4</sup> O depósito legal foi regulado por este decreto até 1982. Actualmente, é regulado pelo decreto-lei nº 74/82 de 3 de Março, e pelo decreto-lei nº 362/86 de 28 de Outubro.

período de tempo, num total de 8426 títulos<sup>5</sup>, foi fundamental para alicerçarmos o nosso estudo. À excepção do terceiro Catálogo – que inicia a sua recolha no ano a seguir ao *terminus* do período fixado para a nossa investigação (1927) – os dois primeiros Catálogos constituíram o nosso guia para melhor organizarmos o trabalho. Cedo verificámos que as dificuldades, em obter e em confirmar as informações relacionadas com os títulos católicos, seriam grandes. Apesar de os Catálogos da BGUC serem guias preciosos, a descoberta de alguns títulos guardados em diversas miscelâneas consultadas, sem que uma qualquer informação estivesse aditada no seu Catálogo respectivo, foi demonstrativa dessas insuficiências e limitações. Ficou perceptível, desde logo, que existiam mais títulos católicos do que aqueles que estavam registados nos Catálogos da BGUC.

Verificámos que o registo de alguns títulos descobertos estava e está apenas aditado em macetes manuscritos. Porém, estes não estão à disposição plena do público, uma vez que se encontram no arquivo do gabinete de tratamento documental dos periódicos da BGUC. Ainda assim, conseguimos obter informações específicas de alguns títulos em falta nos Catálogos, fruto da atenção e da melhor vontade de alguns funcionários da BGUC. Dessa forma, o nosso conhecimento dos títulos católicos que “escaparam” aos ficheiros das bibliotecas proveio das leituras e informações cruzadas que efectuámos ao longo do nosso trabalho. Contudo, considerámos que a nossa investigação sairia a ganhar, caso fossem adscritos os títulos católicos que fomos encontrando nessas outras fontes. De qualquer forma, parece-nos indispensável realçar o facto de este nosso estudo não descurar as possibilidades de investigação ligadas a este domínio. Isto é, haverá, por certo, mais títulos católicos do que aqueles que registámos no nosso Catálogo. A explicação é simples: ou pelo facto de os títulos e/ou subtítulos que estão indicados nos dois Catálogos da BGUC não denunciarem qualquer particularidade que os remetam para a imprensa católica, ou muito simplesmente pelo facto de alguns títulos católicos circularem unicamente nas paróquias e localidades em que eram impressos, e assim serem desconhecidos na rede nacional de bibliotecas, mesmo com a obrigatoriedade do depósito legal, em permanência desde 1931. Claro está que a nossa recolha poderia ter sido alargada a outras bibliotecas que não apenas a já citada BGUC, com os apoios pontuais, mas fundamentais, da BMC, e da BPMP.

---

<sup>5</sup> Esse elevado número de títulos apresentados nos três Catálogos estão assim divididos: primeiro Catálogo (1640-1910): 2295 títulos; segundo Catálogo (1911-1926): 3406 títulos; e terceiro Catálogo (1927-1945): 2725 títulos.

Contudo, dados os limites temporais impostos, e depois de algumas tentativas na busca de outros títulos noutras bibliotecas, verificámos que tais esforços se denunciariam como redundantes, tal seria a repetição na larga maioria dos títulos encontrados. Dessa forma, considerámos que a melhor opção seria concentrarmos a recolha na BGUC a partir dos seus catálogos e respectivo depósito<sup>6</sup>.

A construção do Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926 foi executada com base na informação disponível nos dois primeiros Catálogos de Publicações Periódicas Portuguesas (1641-1910, e 1911-1926) criados pela BGUC, num total de 5701 títulos. O primeiro Catálogo (1641-1910) compreende 2295 títulos, e outros 3406 títulos estão inseridos no segundo Catálogo (1911-1926).

O processo da nossa pesquisa passou por encontrar o máximo número de títulos católicos publicados em Portugal e que cruzassem os anos de 1911 até 1926. De acordo com as informações recolhidas, e após cruzar as mesmas com outros dados conhecidos, encontrámos um total de 217 publicações com esses dados visíveis, ora no título, ora no subtítulo. Contudo, isso não quer dizer que os 217 títulos estavam todos acessíveis nos Catálogos pesquisados. A descoberta desses títulos deve-se a diversos factores que incluem o cruzamento de várias fontes em jornais e revistas, artigos científicos, informações recolhidas e cruzadas em outras bibliotecas e hemerotecas, ou ainda em miscelâneas que a BGUC utiliza para agrupar diferentes títulos, num só bloco de jornais e de revistas. De referir que nestas miscelâneas encontrámos vários títulos dispersos que não estão referenciados nos livros da BGUC. A verdade é que confirmámos a existência de 11 títulos que pesquisámos ali, mas que não estão incluídos nos dois Catálogos visados, mas apenas nos macetes manuscritos<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> O levantamento massivo dos títulos católicos para a construção do nosso Catálogo decorreu durante o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, sendo que a este período tivemos de aditar várias semanas do segundo semestre de 2009 e do primeiro semestre de 2010 para eventuais correcções e/ou descobertas de novos títulos. Decidimos, ainda assim, colocar o mês de Dezembro de 2008 como a data final para o registo dos títulos que ainda mantêm publicação, como forma de estabelecermos um fim necessário para o estudo.

<sup>7</sup> Os 11 títulos que consultámos na BGUC, mas que não estão registados nos seus Catálogos são: *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *Boletim Mensal das Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918); *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação); *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919); *Mensageiro Eucharistico* (Braga, 1915-1962); *Noticias de Vianna* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920-1934); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação), *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, 1924?-1950); e *Voz da Verdade* (Braga, 1894-1917).

Paralelamente, atestámos a existência de 9 títulos que não pudemos consultar na BGUC, por aí não existirem, mas que, ainda assim, registámos no Catálogo criado<sup>8</sup>.

Conforme referimos, registámos a entrada de 217 publicações católicas, entre jornais e revistas. Com início no período da Monarquia Constitucional mas atingindo a Primeira República há a apontar um total de 51 títulos católicos<sup>9</sup> que foram referidos no Inventário realizado por Joaquim Azevedo e por José Ramos.

Daqui se conclui que, só entre 1911 e 1926, nasceram 166 novos títulos católicos, o que se traduz numa média de 10,375 novos títulos por ano. Ao nível dos periódicos publicados já durante a Primeira República, estabelecemos três subperíodos específicos de análise: 1911-1913, 1914-1918, e 1919-1926. Cada um deles apresenta características próprias, tanto mais que decorrem em períodos históricos específicos no quadro da Primeira República. Contudo, apesar das suas especificidades, esses três períodos estão interligados entre si e, conjuntamente, apresentam uma panorâmica própria, no quadro da imprensa católica, claro está, para o conhecimento do que foi a Primeira República.

---

<sup>8</sup> Os 9 títulos que não podemos consultar na BGUC, por aí serem inexistentes, mas que registámos no Catálogo, são: *Acção Popular Catolica* (Arganil, 1913, número único); *Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911); *Annaes da Obra da Santa Infancia* (Lisboa, 1867-1950); *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947); *O Dever* (Figueira da Foz, 1926); *Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915); *O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919); *Oração e Vida* (Lisboa?, 1874-1981); e *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969).

<sup>9</sup> Os 51 títulos nascidos antes da Primeira República são os seguintes: *Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911); *O Amigo da Religião* (Braga, 1888-1920); *Annaes da Obra da Santa Infancia* (Lisboa, 1867-1950); *Annaes da Propagação da Fe* (Lisboa, 1822-1949?); *A Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1918); *O Bem Publico* (Lisboa, 1905?-1911); *Boletim Eclesiastico da Diocese de Macau* (Macau, 1902-1980); *Boletim Mensal das Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918); *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947); *Boletim Mensal da Obra de S. Francisco de Sales* (Porto, 1896-1960); *Boletim Salesiano* (Lisboa, 1902-mantém publicação); *Brado d' Oeste* (Ponta do Sol, Madeira, 1909-1918); *Broteria* (Lisboa, 1902-mantém publicação); *Calendarium Ecclesiasticum Brigatinum* (Bragança, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Conimbrigense* (Coimbra, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense* (Funchal, Madeira, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Lamecensis* (Lamego, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Vimaranensis* (Guimarães, 1909-1919); *O Combate* (Braga, 1910-1911); *Correio do Norte* (Porto, 1910-1911); *Diario Illustrado* (Lisboa, 1872-1911); *O Districto de Portalegre* (Portalegre, 1884-2010); *Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915); *Estrela Povoense* (Póvoa de Varzim, 1876-1919); *Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911); *O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919); *A Fe Catholica* (Porto, 1910-1911); *A Folha* (Viseu, 1901-1911); *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913); *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação); *Jornal Popular* (Viana do Castelo, 1909-1911); *Jornal de Santo Tyrso* (Santo Tirso, 1882-1967); *Mensageiro de Maria* (Lisboa, 1905?-1950); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *Noticias de Evora* (Évora, 1900-1951?); *Oração e Vida* (Lisboa?, 1874-1981?); *A Palavra* (Porto, 1872-1911); *O Povo da Barca* (Ponte da Barca, 1899-mantém publicação); *O Progresso Catholico* (Guimarães/Porto, 1878-1925); *Propaganda Catholica* (Silvaes, Fafe, 1896?-1915); *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (Funchal, Madeira, 1901?-1912); *A Restauração* (Guimarães, 1903?-1911); *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?); *O Rosario* (Lisboa, 1907-1959); *San Miguel* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1905?-1911); *Sul da Beira* (Covilhã, 1908-1923?); *A União* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1893-mantém publicação); *Vida Nova* (Lousada, 1893-1933); *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923); *A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909, I Série, 1913-1915, II Série); e *Voz da Verdade* (Braga, 1894-1917). Cf. AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910...pp. 215-264.

Em prol de uma melhor clarificação da distribuição geográfica de todos os periódicos dos três subperíodos (1911-1913, 1914-1918, e 1919-1926), consideramos importante recuar no tempo e recuperar o quadro geral das grandes divisões administrativas do território nacional, nomeadamente as relacionadas com a divisão eclesiástica das dioceses, que ganharam uma certa frequência, sobretudo, depois da guerra civil (1832-1834). Assim, cada um dos títulos inventariados apresentará a indicação da diocese a que pertencia aquando do início da sua publicação, contendo também as alterações aditadas ao longo do tempo, caso se tenham verificado.

Dessa forma, a distribuição geográfica de todos os títulos inventariados terá como seu principal denominador a diocese a que pertence. Daí partiremos para os ajustes decorrentes do processo de ajustamentos administrativos verificado ao longo do século XX, nomeadamente acerca dos limites dos distritos, dos concelhos e das freguesias.

Posto isto, verificamos que, no último quartel do século XIX, a pedido do rei D. Luís (1861-1889), o papa Leão XIII (1878-1903) publicou a bula *Gravissimum Christi*, em 30 de Setembro de 1881, e acedeu reduzir o número de dioceses portuguesas. Confirmando o documento papal, o bispo do Porto, cardeal D. Américo Santos Silva (1871-1899), executou a sentença prevista na bula, em 4 de Setembro de 1882, ficando suprimidas as dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, e «(...) com a incorporação da prelazia de Tomar e do priorado do Crato nas dioceses limítrofes»<sup>10</sup>. No dealbar do século XX, a divisão eclesiástica de Portugal abrangia três arcebispados a que pertenciam catorze dioceses que, por sua vez, congregavam cerca de quatro mil paróquias. Ao patriarcado de Lisboa pertenciam as dioceses de Angra, da Guarda, do Funchal, de Lisboa, e de Portalegre-Castelo Branco. À arquidiocese de Braga estavam ligadas as dioceses de Braga, de Bragança-Miranda, de Coimbra, de Lamego, do Porto, e de Viseu. Já à arquidiocese de Évora pertenciam as dioceses do Algarve, de Beja, e de Évora.

De acordo com a baliza temporal do nosso estudo, confirmamos que aquela divisão eclesiástica servirá apenas para o primeiro subperíodo (1911-1913), uma vez que, logo em 17 de Janeiro de 1918, o papa Bento XV (1914-1922)<sup>11</sup> restaurou a

---

<sup>10</sup> FERREIRA, António Matos – Dioceses. In *Dicionário de História de Portugal*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. 1.ª ed. Lisboa/Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, vol. VII, Suplemento A/E, p. 530.

<sup>11</sup> Giacomo della Chiesa, nascido em Pogli, perto de Génova, Itália, em 1854, foi eleito papa no conclave de 3 de Setembro de 1914, tomando o nome de Bento XV, quando a Europa já estava em

diocese de Leiria, pela bula *Quo Vehementius*. Ora, esta alteração na divisão eclesiástica irá reflectir-se no segundo subperíodo de análise (1914-1918). Esta remodelação da divisão eclesiástica portuguesa continuou em 1922, já no pontificado de Pio XI (1922-1939)<sup>12</sup>, algo que terá efeitos no terceiro período de análise (1919-1926). Em 20 de Abril desse ano de 1922, pela bula *Apostolica Praedecessorum Nostrorum*, Pio XI promoveu o nascimento da diocese de Vila Real, que teria uma extensão idêntica aos limites do distrito, e que seria formada com diversas freguesias que anteriormente estavam confinadas às dioceses de Braga, de Bragança-Miranda, e de Lamego.

De referir que a divisão eclesiástica apenas ficou terminada em 1977, já depois da restauração da diocese de Aveiro, em 24 de Agosto de 1938 pela bula *Omnium Ecclesiarum*, do papa Pio XI (1922-1939), e da criação das novas dioceses, em 16 de Julho de 1975, por acção do papa Paulo VI (1963-1978): a diocese de Setúbal pela bula *Studentes Nos*, e a diocese de Santarém pela bula *Apostolicae Sedis Consuetudinem*. Já em 3 de Novembro de 1977, Paulo VI criou a diocese de Viana do Castelo, pela constituição apostólica *Ad Adtiorem Populi Dei*.

Em certa medida, esta nova divisão eclesiástica correspondia ao ensejo e até à necessidade da Igreja Católica de acompanhar o desenvolvimento urbano que se verificava em Portugal nessa fase. Para além disso, essa nova realidade pretendia igualmente «(...) exprimir a eclesiologia decorrente da renovação conciliar e, na conjuntura sócio-política da época, afirmar a iniciativa e a autonomia da Igreja Católica na sua organização»<sup>13</sup>.

---

conflito armado. A sua primeira encíclica *Ad Beatissimi*, de Novembro desse ano, abordou a questão dos horrores da guerra e a falta de compreensão entre os homens. O seu pontificado foi direccionado para a obtenção da paz, e o próprio Bento XV apelou a várias subscrições públicas mundiais a favor dos que sofriam com a Grande Guerra. Reatou as relações diplomáticas com vários países, como aconteceu com Portugal, em 1918, no Governo de Sidónio Pais, e restaurou a diocese de Leiria em Janeiro de 1918. Faleceu no Vaticano em 22 de Janeiro de 1922, ao fim de oito anos de pontificado. Cf. FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História...*pp. 295-297.

<sup>12</sup> Aquilles Ratti nasceu em Désia, perto de Milão, Itália e foi eleito papa em 6 de Fevereiro de 1922, ao décimo quarto escrutínio, tomando o nome de Pio XI. Este papa empenhou-se na defesa da paz e da harmonia entre os povos. Foi neste espírito que celebrou uma Concordata com Benito Mussolini, o *duce* de Itália, em 12 de Fevereiro de 1929. Promoveu diferentes acordos com vários países, como aconteceu com Portugal, a respeito do Padroado do Oriente. Já em 20 de Abril de 1922, também no nosso País, pela bula *Apostolica Praedecessorum* Pio XI promoveu o nascimento da nova diocese de Vila Real. Pio XI deixou a sua marca em várias áreas, desde a renovação do Apostolado Missionário, à Cultura, à Ciência, e condenou especificamente o Nazismo e o Fascismo com diversas encíclicas. Faleceu no Vaticano, em 10 de Fevereiro de 1939, quando os receios de uma nova guerra mundial eram bem reais. Cf. Idem, pp. 297-299.

<sup>13</sup> FERREIRA, António Matos – Dioceses. In *Dicionário de História de Portugal...*p. 530.

## 4.2. A imprensa católica entre 1911 e 1913

O primeiro desses três subperíodos é um ciclo que corresponde à afirmação da República, sendo um tempo caracterizado pela hegemonia política de Afonso Costa e dos seus correligionários políticos, que serão conhecidos por democráticos, após as divisões internas do Partido Republicano Português, concretizadas em 1912. Mas esse é também uma época fértil na aplicação das políticas laicizadoras que foram iniciadas ainda no tempo do Governo Provisório, em funções desde Outubro de 1910 até Setembro de 1911. Estas medidas confirmaram ser contrárias à Igreja Católica, e forçaram-na a dar uma resposta organizada, entenda-se assim o Apelo de Santarém, no final deste subperíodo (1913), assunto que iremos desenvolver mais à frente. O crescimento da imprensa católica é, de resto, sintomático com a acção e a evolução política da República.

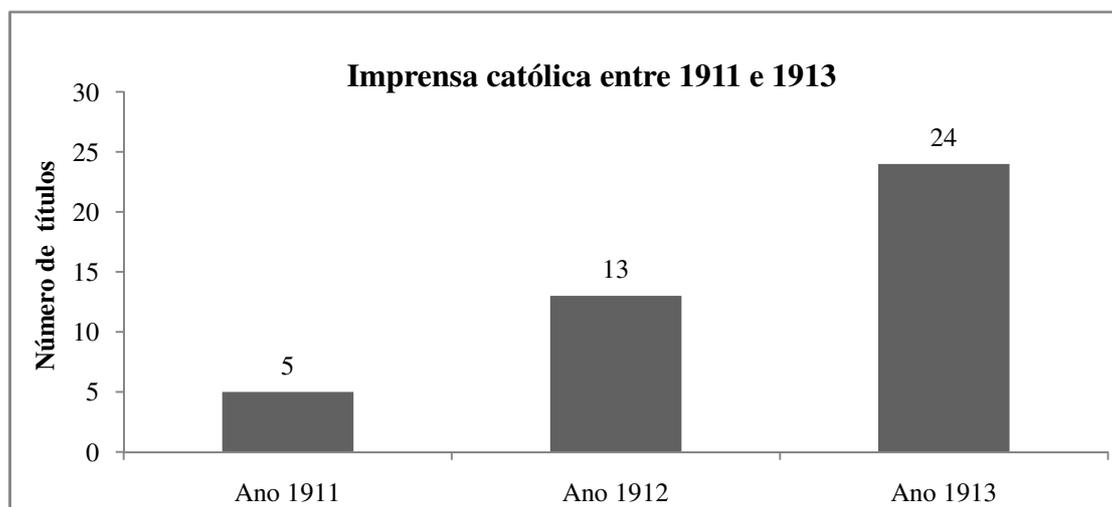
Como já referimos atrás, o Governo Provisório da República atendeu às reivindicações dos homens da imprensa e, no dia 10 de Outubro de 1910, promulgou um decreto-lei até que entrou em vigor uma nova lei da imprensa, em 28 de Outubro desse ano. Porém, esta não impediu que os periódicos católicos tivessem sido perseguidos, assaltados, e mesmo suspensos. Nesses três anos publicaram-se 42 novos títulos, em claro crescendo, passando dos 5 em 1911<sup>14</sup>, para os 13 em 1912<sup>15</sup>, e chegando aos 24 em 1913<sup>16</sup>, crescimento que se traduz numa média de 14 novos jornais por ano. O primeiro ano deste primeiro subperíodo foi demonstrativo das grandes dificuldades de afirmação por que passou a imprensa católica. Porém, nos anos seguintes, a imprensa católica haveria de crescer.

---

<sup>14</sup> Em 1911 nasceram 5 títulos: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); e *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924).

<sup>15</sup> Em 1912 nasceram 13 títulos: *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987); *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919); *O Legionário* (Baltar/Braga, 1912-1920); *A Paz* (Porto, 1912?-1917); e *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918).

<sup>16</sup> Em 1913 nasceram 24 títulos: *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913, número único); *Aliança* (Vila de Punhe, Barroselas, Braga, 1913-1915); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (?), 1913-1914); *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913); *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913); *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); *Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984); *O Universal* (Lisboa, 1913); *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916); e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914).



**Gráfico n.º 1: A imprensa católica nascida entre 1911 e 1913**

O crescimento progressivo da imprensa católica pode ser explicado por várias razões. Contudo, consideramos que nesta fase não fará ainda muito sentido expor, parcialmente, um conjunto de considerações, tanto que é nosso desígnio analisar a imprensa católica primeiramente numa perspectiva global e, só depois, numa perspectiva mais parcelar e até segmentada num dado período histórico. De qualquer forma, se atendermos às datas que marcam o início das publicações católicas no ano de 1911 confirmamos que os 5 títulos apresentados nasceram no primeiro semestre, e mais especificamente em três meses: em 8 de Janeiro nasceu o *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919). Já em Março, nasceram dois títulos em Viseu, fruto quer da suspensão do anterior título diocesano, *A Folha* (1901-1911), pelo Governo Provisório, em 5 de Março de 1911, quer da acção inflexível de alguns militantes católicos viseenses em manter viva a voz da Igreja Católica na cidade e na região. Assim, nasceram os títulos: *Catolicismo Social* (1911), desde 12 de Março, e *Correio da Beira* (1911-1919), a partir de 1 de Abril de 1911, como nova substituição do jornal ao serviço da diocese de Viseu, após a suspensão do título anterior, em 25 de Março. Já no fim do semestre, em 29 de Junho de 1911, nasceu o jornal *A Verdade* na diocese de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, no arquipélago dos Açores.

O início da publicação destes 5 títulos, no primeiro semestre de 1911, pode ser entendida como reflexos da postura reactiva da imprensa católica, um protesto que se traduzia na não-aceitação das medidas laicizadoras que o Governo Provisório vinha encetando, desde Outubro de 1910. A juntar a isso havia, decerto, uma tentativa de alguns católicos mais entusiastas acompanharem o protesto do episcopado português iniciado, formalmente, com a publicação da Pastoral Colectiva, em Dezembro de 1910.

Como é reconhecido, a imprensa católica tratou de a dar a conhecer, a partir das suas edições de Fevereiro de 1911, e tal situação desencadeou várias suspensões de jornais católicos que vinham publicando a Pastoral Colectiva à revelia do Governo Provisório, que lhe negara o beneplácito.

Ainda assim, apesar dessas contrariedades, a máquina da imprensa católica manteve-se bem oleada e atravessou o ano de 1912 com um ritmo de novas publicações apreciável. De resto, o facto de ter havido um maior ritmo na proliferação de novos títulos católicos nesse ano de 1912 não terá acontecido por acaso. Ele aconteceu numa altura em que a própria República se debatia com múltiplos problemas internos. E estes problemas não sanariam com a divisão das hostes republicanas, em 1912, em Direita Republicana (Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida, e o Partido da União Republicana, de Brito Camacho), e em Esquerda Republicana (Republicano Português, conhecido por Partido Democrático, pertencente a Afonso Costa)<sup>17</sup>. Paralelamente a isso, no início de 1912, numa fase em que a força da “rua republicana” obrigava o governo de Augusto de Vasconcelos a decretar o “estado de sítio” em Lisboa, em 30 de Janeiro, o Governo via-se a braços com múltiplas greves que traziam consigo uma grande agitação social. Em Coimbra, os estudantes universitários católicos assumiam a despesa de defender a Igreja, e apressavam-se a ser «(...) os grandes defensores da Igreja e os mais implacáveis adversários da República e das suas principais figuras»<sup>18</sup>, como seria proposto e defendido pelo jornal *Imparcial* (1912-1919) do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), da cidade de Coimbra, nascido em 22 de Fevereiro desse ano.

Num quadro global, que funcionava como resposta aos conflitos entre republicanos contra os católicos, que grassavam um pouco por todo o país, os católicos promoveram o desenvolvimento da boa imprensa, isto é, imbuída de um espírito de cruzada, tratando-se de uma imprensa de combate. O nascimento de novos títulos católicos visava igualmente a necessidade de, por um lado, promover a política da Igreja Católica, visando o controlo social, ao mesmo tempo que dispunha de mais órgãos de transmissão de opiniões para desacreditar a República. Mas, como já referimos, foi no ano de 1913 que despontaram mais títulos católicos (24). Para esse cenário terá contribuído, primeiramente, a reacção laical à política religiosa que vinha sendo imposta

---

<sup>17</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 591.

<sup>18</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 63.

pelo regime republicano, sobretudo a oposição que brotava da intransigência juvenil e estudantil, do qual o jornal *O Imparcial*, órgão do CADC de Coimbra, era o caso mais visível e demonstrativo desde Fevereiro de 1912. O desenvolvimento da imprensa católica foi uma realidade bem patente a partir de meados desse ano, e prolongou-se durante o ano seguinte. A conjectura nacional favorecia-o: ao desterro da maioria dos bispos das suas dioceses juntava-se o desnorte governativo dos republicanos que só acalmou com o primeiro governo de Afonso Costa, em Janeiro de 1913. As palavras de ordem que os jornais católicos repetiam eram acção e reacção. Em 10 de Julho desse ano, os bispos portugueses reuniram-se na cidade ribatejana de Santarém e dirigiram uma carta aos católicos, que ficou conhecida por Apelo de Santarém. Formulado num quadro religioso delicado – em que os bispos realçavam a tentativa dos republicanos de divorciar o povo da religião, atacando as instituições religiosas e perseguindo os seus membros – este apelo foi interpretado como sendo uma clara pressão ao poder republicano instituído, ao mesmo tempo que instigava à união dos católicos e à necessidade de se organizarem. Noutra perspectiva, este Apelo era visto, pelos bispos, como a oportunidade para iniciarem um processo novo num tempo novo: «(...) ‘efectivar a *união católica*’, ‘unir fileiras, congregar as energias dispersas, em suma, *organizar a acção católica* em Portugal’»<sup>19</sup>. Colocando em prática um plano de recristianizar a sociedade, o episcopado português pretendia recuperar, em Portugal, os valores presentes na tradição europeia da civilização cristã, intervindo directamente na sociedade, resgatando, quanto possível, o maior número de ovelhas tresmalhadas de volta para o campo católico. Assim, a Igreja recuperaria a ideia de controlo social, porque, em verdade, o que estava em jogo neste novo tempo histórico, em que a Monarquia fora substituída pela República, era responder de que forma é que a Igreja Católica poderia intervir na sociedade. Esta era, cremos, uma questão essencial que ocupara e preocupara o episcopado no processo de feitura do Apelo de Santarém. Por seu turno, a imprensa católica respondera com ambição, e os 24 novos títulos, nesse ano de 1913, foram uma prova dessa pretensão.

Em termos da periodicidade, afecta a este subperíodo de três anos, verificamos, desde logo, a inexistência de um qualquer jornal diário entre os 42 títulos inventariados entre 1911 e 1913. Isso vem corroborar as dificuldades que o clero nacional sentia em edificar e sustentar um órgão capaz de ser, ao mesmo tempo, um produtor de opiniões

---

<sup>19</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 261.

verdadeiramente católico, e de lutar contra a imprensa laica. Tal dificuldade já tinha sido expressa por vários bispos, como acontecera com o de Viseu, D. José Dias Correia de Carvalho (1883-1911)<sup>20</sup> que, no Outono de 1895, enviara uma carta dirigida ao Núncio Apostólico da Santa Sé, estabelecido em Lisboa, o monsenhor Domenico Maria Jacobini (1891-1896). A longa missiva de sete páginas<sup>21</sup> – que o acaso quis que fosse escrita no dia 5 de Outubro – constituía a resposta particular do prelado da diocese viseense a uma circular promovida pelo próprio Leão XIII, que pretendia averiguar o estado em que se encontrava a imprensa católica um pouco por toda a Europa cristã, e aferir a realidade do movimento social católico. Passados tantos anos desde a escrita dessa carta, e depois de terem nascido muitas publicações católicas, a dificuldade sentida pela Igreja Católica em conseguir sustentar economicamente um jornal diário haveria por manter-se por mais algum tempo. Também por essa razão, reitera-se a não existência de um qualquer diário entre os 42 títulos católicos inventariados entre 1911 e 1913. Durante este subperíodo foram publicados 3 bissemanários (geralmente à quinta-feira e ao domingo), sendo que todos pertenciam à diocese de Viseu e funcionavam como seus órgãos oficiais: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); e *Folha de Viseu* (Viseu, 1911). Em relação aos semanários, há a registar um total de 13 publicações: *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919); *A Paz* (Porto, 1912?-1917); *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *Ilustração Católica* (Braga, 1913-1929); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *O Universal* (Lisboa, 1913); e *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916).

Já quanto aos quinzenários, foram publicados 12 títulos: *Aliança* (Vila de Punhe, Barroelas, Braga, 1913-1915); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *A*

---

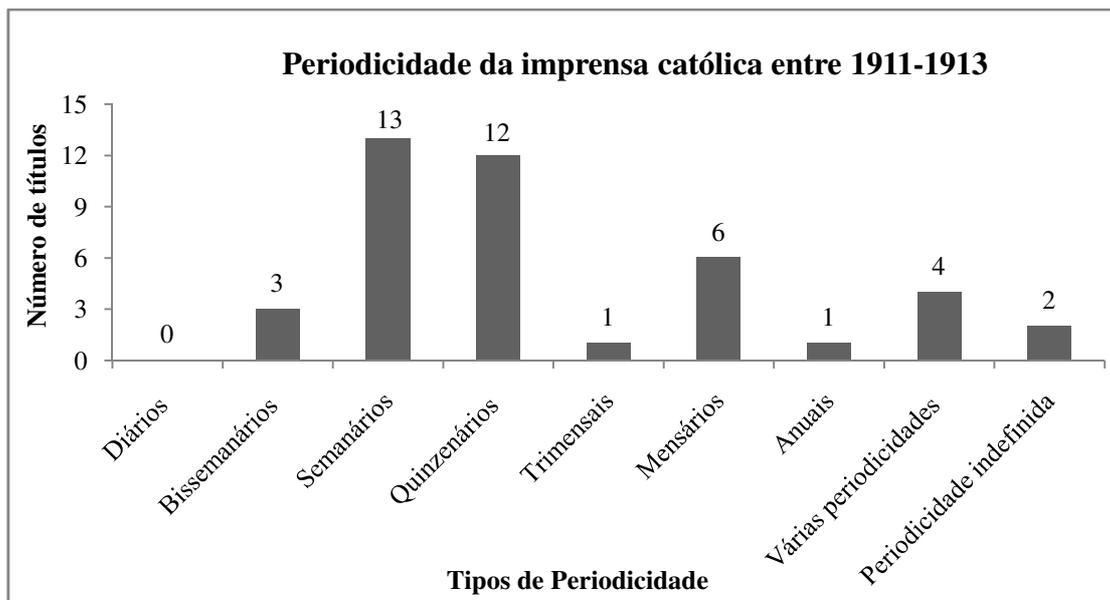
<sup>20</sup> D. José Dias Correia de Carvalho nasceu em Canelas, concelho da Régua, em 19 de Dezembro de 1830. Foi apresentado como bispo na Sé-Catedral de Viseu em 26 de Abril de 1883, e fez a sua entrada solene na cidade no dia 24 de Outubro desse ano. A sua atenção para a imprensa católica e para a questão social foi uma constante da sua prelatura. Foi ele quem adquiriu o jornal *A Folha*, em 1901, e o transformou no primeiro jornal diocesano de Viseu. Também mandou construir o Círculo Católico de Operários de Viseu, inaugurado em 19 de Março de 1904. Faleceu em 2 de Junho de 1911. Sobre a vida e obra do bispo D. José Dias Correia de Carvalho podemos endereçar para o ensaio biográfico que realizámos e que está publicado em: ALVES, Paulo Bruno – *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu...* pp. 281-287. Sobre este bispo ver também: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja*. Lisboa/Porto: Livraria Civilização – Editora, 1970, vol. III, pp. 596-597.

<sup>21</sup> Cf. ASV/ANL. N.º 329 (3). *Carta do Bispo de Viseu para o Núncio Apostólico*, de 5 de Outubro de 1895, folhas 53 (frente) – 56 (frente).

*Crença* (Guimarães, 1913-1916); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916); e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914). Estas duas modalidades de periodicidade (semanários e quinzenários) eram, de resto, as mais frequentes. O jornal *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912) era o único trimensal, e outros 6 títulos eram mensários: *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *A Fe Christã* (Lisboa, 1912-1920); *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); e *Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984). Em termos anuais, há apenas o registo de um único título: *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (? , 1913-1914) publicado em Novembro de 1913, e que se destinava ao ano seguinte. Já apresentando várias periodicidades, ao longo do tempo, há a registar 4 títulos: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), bissemanário que se tornou diário a partir de 1 de Abril de 1914 (ano IV, n.º 335). O mesmo aconteceu com o jornal *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924), que nasceu como semanário, mas que se tornou diário entre 9 de Fevereiro de 1914 (ano II, n.º 133) e 30 de Dezembro de 1917 (ano VII, n.º 1244), retomando a sua periodicidade anterior. Também um outro jornal açoriano, *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987), que se iniciou como mensário, passou a bimensário, já depois do nosso período de análise, entre Setembro e Outubro de 1936 (ano ?, n.º 730), e passou a publicar-se anualmente, a partir de Janeiro-Dezembro de 1961, (ano ?, n.º 815). Por fim, *O Legionario* (Baltar/Braga<sup>22</sup>, 1912-1920) iniciou a sua publicação como mensário e passou a quinzenário a 1 de Outubro de 1912 (ano I, n.º 4); já a partir de 2 de Julho de 1914 (ano III, n.º 1) passou a semanário. Dois títulos foram colocados na franja dos de periodicidade indefinida: *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913), e *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913?), por não termos absoluta certeza quanto à periodicidade da sua publicação.

---

<sup>22</sup> *O Legionario* começou a publicar-se em Braga em 15 de Janeiro de 1913 (ano I, n.º X).



**Gráfico n.º 2: Tipos de Periodicidade da imprensa católica (1911-1913)**

Em relação à longevidade dos 42 títulos católicos deste subperíodo (1911-1913), podemos afirmar que existem 12 períodos distintos quanto à duração dos periódicos, sendo que a maioria desses títulos não ultrapassou um ano de vida. Conforme realizámos em processo anterior, vamos seguidamente apresentar os títulos que cruzaram um ou mais anos civis. Isto quer dizer que não apurámos, individualmente, o tempo preciso de cada uma das publicações, mas apenas aferimos os anos civis em que se publicaram. A tarefa de especificar o número exacto de publicações, para além de ser demasiado morosa e, de certa forma, processar-se à margem dos objectivos deste trabalho, comporta elevados riscos de inexactidão, uma vez que são conhecidas as dificuldades em garantir uma colecção completa de cada um dos 217 títulos inventariados no nosso estudo. Não ultrapassando um ano de duração registámos precisamente 11 títulos: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913); e *O Universal* (Lisboa, 1913). Publicando-se em dois anos civis há a registar 5 títulos católicos: *O Correio* (Porto, 1912-1913); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (? , 1913-1914); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914). Cruzando três anos civis publicaram-se 4 títulos: *Aliança* (Vila de Punhe, Barroselas, Braga, 1913-

1915); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); e *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915). Também com quatro anos se publicaram outros tantos periódicos católicos: *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916); *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929); e *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916). Apenas 2 títulos se publicaram por um período que cruzou seis anos civis: *A Paz* (Porto, 1912?-1917); e *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918). Já publicando-se em sete anos civis há a apontar 5 títulos diferentes: *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919); *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); e *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919). Havendo registo de publicação em oito anos civis foram inventariados 6 títulos: *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); e *O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920). Seguidamente, o registo fixa-se na presença de um título em 14 anos civis: *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924). E cruzando 32 anos civis há a registar: *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?). Atingindo uma longevidade de 72 anos civis figura o título: *Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984). Cruzando 88 anos registe-se o *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987). Finalmente *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), o decano dos decanos, é o único que, desse subperíodo, se mantém vivo.

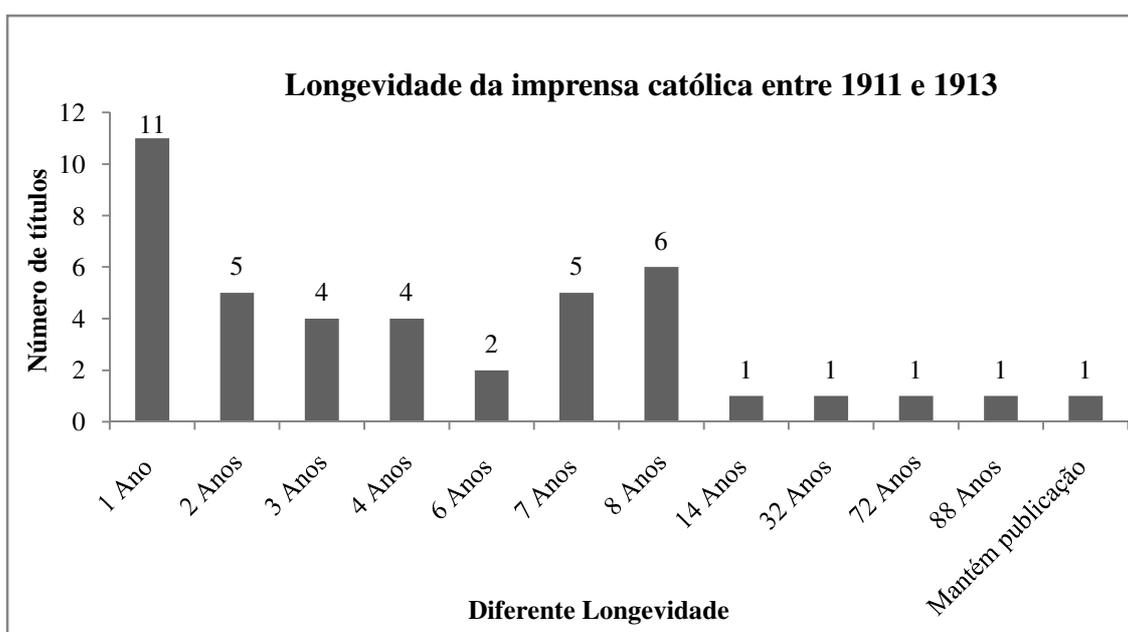


Gráfico n.º 3: Diferente Longevidade da imprensa católica (1911-1913)

No subperíodo entre 1911 e 1913, a diversidade dos títulos católicos assegurou que os três arcebispados – lisbonense, bracarense e eborense – estivessem representados com uma já efervescente imprensa católica que está representada de acordo com as dioceses então existentes em Portugal<sup>23</sup>. Em termos geográficos, verificamos que a distribuição dos títulos do primeiro subperíodo ocorreu, na sua maior parte, a norte do rio Mondego. Era, de facto, no norte de Portugal que a imprensa católica estava mais desenvolvida, contando com uma maior religiosidade e maior apoio financeiro entre os portugueses. Nas dioceses existentes acima do rio Mondego, confirmamos a publicação de 31 títulos, distribuídos por diversos concelhos e respectivas dioceses. Assim, na arquidiocese de Braga registaram-se 12 títulos: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920); *Aliança* (Vila de Punhe, Barroelas, Braga, 1913-1915); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); e *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); na diocese de Coimbra registaram-se 2 títulos: *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919) e a *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); na diocese da Guarda registaram-se 4 títulos: *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916) e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914); na diocese de Lamego publicava-se 1 título: *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); na diocese do Porto registaram-se 7 títulos: *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *A Paz* (Porto, 1912?-1917); *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918); e *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915); na diocese de Viseu registaram-se 5 títulos: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913); e *Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984). Este último título publicou-se na diocese de Viseu durante quase toda a sua existência, vindo a transferir-se, anos mais tarde, para a diocese de Lamego. Com efeito, apesar das

---

<sup>23</sup> Fruto das reformas implementadas pelos diferentes governos liberais e de acordo com o aval da Santa Sé, em 1910 existiam em Portugal catorze dioceses: Algarve, Angra (Açores), Beja, Braga, Bragança-Miranda, Coimbra, Évora, Funchal (Madeira), Guarda, Lamego, Portalegre, Porto, Lisboa, e Viseu. Até ao fim da República (1926) foram criadas ou reconstituídas mais duas dioceses às quais, naturalmente, passaram a pertencer os periódicos católicos aí nascidos: Leiria, em 1918, e Vila Real, em 1922, conforme vamos indicar quando assim suceder. Assim, no final da República estavam constituídas dezasseis dioceses em Portugal.

dificuldades que tivemos em encontrar este título (não está referenciado no Catálogo publicado pela BGUC), e existem muitas falhas em diversos anos, sobretudo a partir da década de 1920. Paralelamente, confirmámos que a *Revista Cathequística* já se publicava na diocese de Lamego em 1979.

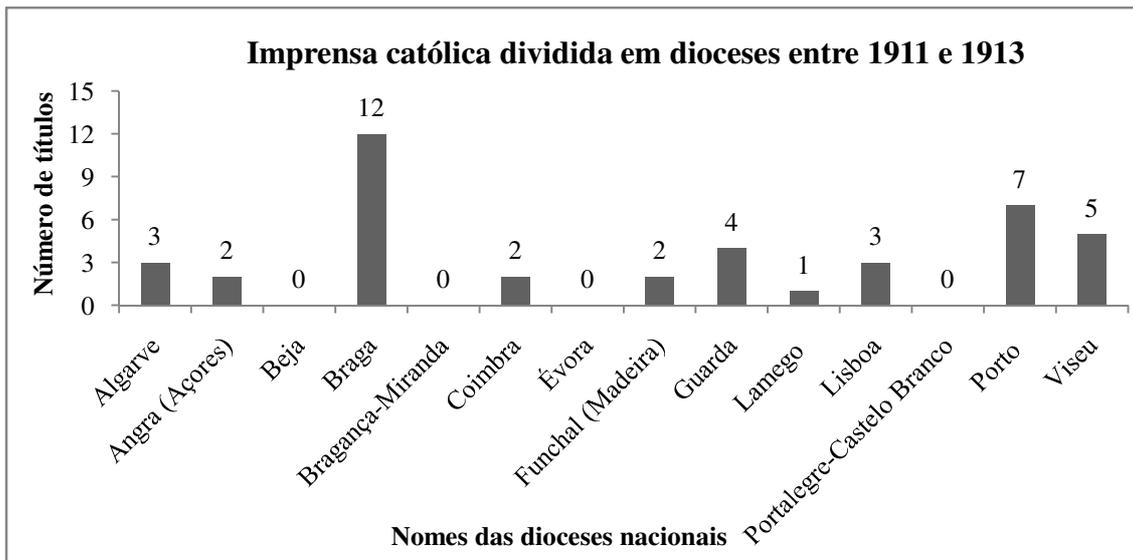
A sul do rio Mondego, concretamente na região de Lisboa, e a sul desta, registámos a publicação de 10 títulos. Na diocese do Algarve registaram-se 3 títulos: *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); e *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); na diocese de Angra (Açores) publicavam-se 2 títulos: *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924); e *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987); na diocese do Funchal (Madeira) registaram-se 2 títulos: *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); e *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); na arquidiocese de Lisboa publicavam-se 3 títulos: *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); e *O Universal* (Lisboa, 1913); Entre 1911 e 1913, não se registaram quaisquer títulos na arquidiocese de Évora, e nas dioceses de Bragança-Miranda<sup>24</sup>, e de Portalegre-Castelo Branco<sup>25</sup>.

Finalmente, a esta listagem de títulos presentes a norte e a sul do país e nas suas diferentes dioceses deverá juntar-se o *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (?, 1913-1914). Ainda que confirmemos que este *Calendarium* foi impresso na Tipografia da Universidade de Coimbra, estamos em crer, e trata-se apenas de uma suspeita perfeitamente falível, que se tratasse de uma publicação direccionada para o Ultramar, nomeadamente para a colónia de Angola.

---

<sup>24</sup> A diocese de Miranda foi incluída na diocese de Bragança a partir de 27 de Setembro de 1780, após a bula *Romanus pontifex*, no tempo do papa Pio VI (1775-1799). A actual designação data de 27 de Maio de 1996. Retirámos essas informações, entre outras, no sítio oficial da diocese de Bragança-Miranda na Internet, consultada no dia 13 de Outubro de 2010. Cf. <http://www.bragancanet.pt/diocese/>

<sup>25</sup> A antiga diocese de Castelo Branco foi extinta pela bula *Gravissimum Christi*, de Leão XIII, em 30 de Setembro de 1881. A partir dessa data ficou incluída nos limites da diocese de Portalegre. A actual designação da diocese de Portalegre-Castelo Branco data de 18 de Julho de 1956. Estas informações foram retiradas, entre outras, do sítio oficial desta diocese na Internet, consultada no dia 13 de Outubro de 2010. Cf. <http://www.portalegre-castelobranco.pt/historia.php>



**Gráfico n.º 4: Imprensa católica dividida por dioceses (1911-1913)**

Numa outra perspectiva, vamos abordar o Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926 relativamente a cada um dos 217 títulos inventariados, procurando classificá-lo segundo um critério doutrinal ou informativo. Os dados obtidos dão conta que ambas estiveram presentes no universo da imprensa católica. É certo afirmar que a Igreja procurava acompanhar o poderio em crescendo da imprensa, e as suas revistas e jornais optavam por serem um canal de comunicação de grande amplitude que, com maior ou menor dificuldade, chegariam a um elevado número de pessoas, mesmo atendendo ao número elevado do analfabetismo nacional então existente e já referido. Mas também existiram publicações que focalizavam a transmissão de uma visão puramente doutrinal com a apresentação de um figurino instrutivo, esclarecedor e até dogmático de temas relacionados com a vida interna da Igreja Católica, sendo estas direccionadas, sobretudo, para os sacerdotes.

De qualquer forma, ficou sempre visível que mesmo que um dado título católico tivesse uma postura intrinsecamente informativa haveria lugar, amiúde, para uma abordagem mais ou menos doutrinal: ou num artigo no interior do jornal ou da revista, ou mesmo na própria construção do editorial, a base fundamental do estudo que elaborámos, a propósito da exposição de um dado assunto. O mesmo se passava em sentido inverso, isto é, a frequência doutrinal de um dado título católicos não queria significar que, num certo momento, não houvesse lugar e espaço para um conteúdo de teor mais informativo. Assim, a possibilidade de existirem títulos que eram, ao mesmo tempo, doutrinários e informativos era uma situação passível de acontecer. Contudo, considerámos que seria melhor manter uma análise de escolha alternativa de uma das

duas vertentes, isto de acordo com a própria preponderância da publicação. As dificuldades em aferir as percentagens de um cariz doutrinal ou informativa num dado título eram grandes, mas, a nosso ver, tal esforço não representa grandes ganhos futuros para efeitos dos objectivos do estudo realizado.

Numa abordagem geral aos três subperíodos propostos, e de acordo com os dados que recolhemos, poderemos dizer que a exclusiva maioria dos 217 periódicos inventariados apresentou uma postura informativa: 182 títulos contra 35 que contam com uma vertente doutrinária<sup>26</sup>. No caso específico do primeiro subperíodo (1911-1913), confirmámos a existência de um total de 37 títulos que são nitidamente informativos. Assim, há a apontar 5 títulos informativos para 1911: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); e *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924). Em termos doutriniais, não há registo de qualquer título nesse ano de 1911. No ano de 1912, em termos de títulos informativos há a apontar 11: *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919); *O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920); *A Paz* (Porto, 1912?-1917); e *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918). Com cariz doutrinal há apontar apenas 2 em 1912: *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987); e *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919). Já em 1913, há a apontar 21 títulos informativos: *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); *Aliança* (Vila de Punhe, Barroselas, Braga, 1913-1915); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913); *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *O Universal* (Lisboa, 1913); *O Valonguense*

---

<sup>26</sup> Os 217 títulos inventariados, e que para o efeito foram divididos de acordo com um critério ou doutrinal ou informativo, estão assim distribuídos pelos diferentes anos que compõem o Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926. Publicações nascidas antes de 1911 e que se cruzaram com a Primeira República – 51, assim distribuídas: Informativo – 36; Doutrinal – 15. Ano 1911 – 5: Informativo – 5; Doutrinal – 0; Ano 1912 – 13: Informativo – 11; Doutrinal – 2; Ano 1913 – 24: Informativo – 21; Doutrinal – 3; Ano 1914 – 28: Informativo – 26; Doutrinal – 2; Ano 1915 – 15: Informativo – 11; Doutrinal – 4; Ano 1916 – 12: Informativo – 10; Doutrinal – 2; Ano 1917 – 11: Informativo – 9; Doutrinal – 2; Ano 1918 – 4: Informativo – 3; Doutrinal – 1; Ano 1919 – 6: Informativo – 6; Doutrinal – 0; Ano 1920 – 6: Informativo – 5; Doutrinal – 1; Ano 1921 – 7: Informativo – 6; Doutrinal – 1; Ano 1922 – 8: Informativo – 8; Doutrinal – 0; Ano 1923 – 9: Informativo – 8; Doutrinal – 1; Ano 1924 – 7: Informativo – 7; Doutrinal – 0; Ano 1925 – 5: Informativo – 5; Doutrinal – 0; e Ano 1926 – 6: Informativo – 5; Doutrinal – 1.

(Valongo, 1913-1915); *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913?); *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916); e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914). Em termos doutriniais há apontar 3 títulos: *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (? , 1913-1914); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); e *Revista Cathequística* (Viseu/Lamego, 1913-1984).

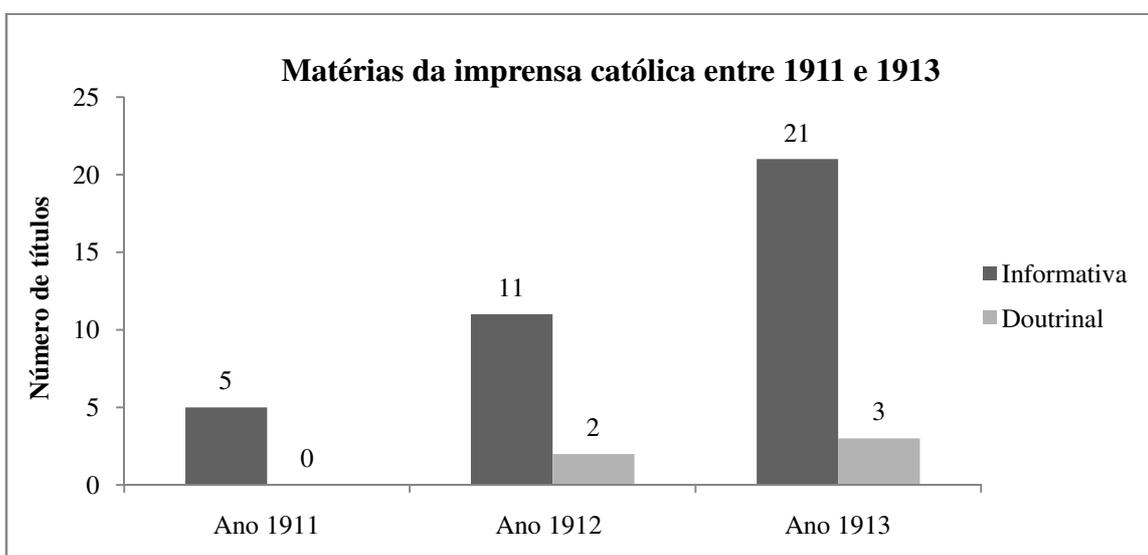


Gráfico n.º 5: Matérias da imprensa católica (1911-1913)

### 4.3. A imprensa católica entre 1914 e 1918

O segundo subperíodo definido inicia-se em 1914, no ano em que começa a Grande Guerra, e decorre até ao fim do Sidonismo, de Sidónio Pais<sup>27</sup>, em 1918. Foi um

<sup>27</sup> Chamado “o redentor da Pátria”, Sidónio Pais, major de Artilharia, liderou uma força militar composta por cerca de 1500 homens na Rotunda, em Lisboa, na noite de 5 para 6 de Dezembro de 1917. O governo de Afonso Costa tardou em organizar uma defesa e quando esta se bateu com os revoltosos baqueou, e acabou por bater em retirada. Sidónio Pais deseja instaurar uma República Nova (disponível para republicanos, mas também para católicos, monárquicos, sindicalistas, operários) que seria assente num modelo presidencialista, alterando para isso a Constituição. Conquistado o poder, Sidónio personalizou-o de uma forma absoluta e autoritária e a sua acção governativa cedo passou a ser conhecida como Sidonismo. Em 28 de Abril de 1918, Sidónio foi eleito ao mesmo tempo chefe de um Estado, de um Governo e das Forças Armadas (ao estilo dos Estados Unidos da América). Foi visto como um ídolo pela população e pelos militares que visita em acções de popularidade e de reconhecimento. Mas Sidónio manteve inimigos entre os partidos e no Parlamento, e no final de 1918 o clima era muito tenso. As condições de vida das populações não tinham melhorado e esse foi o período das grandes epidemias que mataram milhares de portugueses. Depois de um atentado falhado, em 5 de Dezembro, Sidónio Pais foi assassinado à saída da estação do Rossio, em Lisboa, uma semana depois, em 14 de Dezembro de 1918. O Sidonismo morreu com ele. Entre outros ver: RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1817-1926). In *História de Portugal...*pp. 608-612.

momento de grandes dificuldades para os governantes republicanos, sobretudo, devido à sua política em redor da Grande Guerra (1914-1918) e à participação de Portugal no conflito. Mas foi também um momento de mudança – em que nasceu o Centro Católico Português, em 1917 – de grande descontentamento popular, e também de sublevação militar que quebrou o radicalismo republicano que vinha pautando a vida portuguesa, dominada pelos democráticos, os adeptos da facção mais radical do Partido Republicano Português, liderado por Afonso Costa. Foi nesse ambiente que a própria imprensa católica se desenvolveu como nunca antes o tinha feito, nem faria durante os restantes anos da Primeira República.

Entre 1914 e 1918 publicaram-se 71 títulos católicos, o que se traduz numa média de 14,2 títulos por cada um dos cinco anos efectivos, sem dúvida, a mais alta registada pela imprensa católica em todo o período da Primeira República. Estamos em crer que os efeitos provocados pelo Apelo de Santarém de 10 de Julho de 1913 ainda se fizeram sentir em 1914. Depois de escutarem os seus bispos o entusiasmo entre alguns católicos seria, certamente, elevado e isso ficou patente na quantidade invulgar de novas publicações que nasceu em 1914, o ano em que nasceram mais títulos católicos: 28 no total<sup>28</sup>. Porém, o número de novas publicações católicas acabou por inverter a tendência de crescimento no ano seguinte, e entrou num processo de diminuição que se verificou até 1926. Assim, em 1915, nasceram 15 novos títulos<sup>29</sup>. No ano seguinte, em 1916, o ritmo de novas publicações desceu mais um pouco, e fixou-se nas 12<sup>30</sup>. A tendência de

---

<sup>28</sup> Em 1914 nasceram 28 novos títulos: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915); *O Ave* (Taipas, 1914-1915); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *João Semana* (Ovar, 1914-1998); *A Juventude* (Braga, 1914); *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *Lusitania* (Porto, 1914); *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-22); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *Portugal Eucarístico* (Montalegre, 1914-1915); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); e *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915).

<sup>29</sup> Em 1915 nasceram 15 novos títulos: *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919); *Mensageiro Eucharístico* (Braga, 1915-1962); *O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, Vila Real, 1915-1919); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); e *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I Série; 1986 II Série).

<sup>30</sup> Em 1916 nasceram 12 novos títulos: *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *Apostolo da Juventude*

descida no número de novas publicações católicas manteve-se e em 1917 nasceram 12 novos títulos<sup>31</sup>. A descida no número de revistas e de jornais católicos também esteve associado à crise por que passava Portugal. Em verdade, o ano de 1917 surgia no panorama nacional ligado a uma grande instabilidade nas ruas. Rareavam alimentos, fruto de uma série de más colheitas e de um problema nos abastecimentos. Este ganhara novos entraves com a guerra naval que se fazia no Oceano Atlântico, entre as tropas aliadas e germânicas, dificultavam a entrada em Portugal de combustível, adubos para a agricultura e matérias-primas para a indústria. Mas esse foi também um ano de esperança, com as “aparições” de Fátima<sup>32</sup>, a partir de 13 de Maio de 1917, a fazer renascer a fé entre os católicos portugueses. Nesse mesmo ano, iria nascer o Centro Católico Português (CCP)<sup>33</sup>. Foi precisamente a imprensa católica a lançar os primeiros ecos «(...) sobre a necessidade da criação de um organismo, o Centro Católico, voltado para a questão política, na linha preconizada nos estatutos da União Católica. O CCP seria, pois, um braço desta. Um braço político»<sup>34</sup>.

---

(Póvoa de Varzim, 1916-1987); *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925); *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Notícias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); e *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917).

<sup>31</sup> Em 1916 nasceram 12 novos títulos: *Actualidade* (Braga, 1917-1924); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *O Amigo do Povo* (Quintiães, Barcelos, 1917-1919); *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *Arte Catholica* (Porto, 1917); *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935); *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *O Semeador* (Bragança, 1917-1922); *O Universo* (Lisboa, 1917); e *A Voz do Pároco* (São Martinho de Mouros, Resende, 1917-1920).

<sup>32</sup> As denominadas “aparições” de Fátima foram anunciadas pelos videntes Lúcia de Jesus dos Santos, Francisco Marto e Jacinta Marto, três pequenos pastores da região da Serra de Aire, no Verão de 1917. A religiosidade de muitos, a crença de uns e o cepticismo de outros levaram milhares de pessoas a cada dia 13 à Cova da Iria, o local das aparições, e em 13 de Outubro de 1917, e testemunharam aquilo que foi descrito como o “Milagre do Sol”. O tema foi matraqueado por toda a Imprensa, em especial pela imprensa católica, e apaixonou o país. Mais tarde, a Igreja Católica manifestou a sua posição oficial de apoio à veracidade das “aparições” que ganharam um novo alento ao longo do século XX com as visitas do papa João Paulo II (1978-2005), e, em 13 de Maio de 2000, quando ocorreu a beatificação dos pastorinhos Francisco e Jacinta (já falecidos). Entre tantas obras publicadas, podemos confirmar a história das “aparições” de Fátima em: FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia: As Aparições de Fátima. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, pp. 152-159. Ver também: PORT, Len – *O Fenómeno de Fátima: Graça divina, ilusão ou fraude?*. Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

<sup>33</sup> O Centro Católico Português nasceu em 1917, depois de várias reuniões preparatórias e de avanços e recuos por parte de alguns bispos que não olhavam com bons olhos a nova organização. A imprensa católica apoiava este projecto e via nele uma estrutura independente dos partidos políticos e apenas destinada à defesa dos interesses da Igreja e do país. Porém, não teve capacidade organizativa para ultrapassar todos os obstáculos políticos, ideológicos e que se lhe depararam, e passou mais tempo em lutas internas de afirmação do que no terreno. Nunca conseguiu obter grandes vitórias nas eleições em que participou. Com a chegada do Estado Novo, a partir de 1933, o Centro Católico Português diluiu-se, e no domínio político deu lugar à União Nacional. Ver, entre outros: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português*. Lisboa: Editora Reis dos Livros, 1996.

<sup>34</sup> Idem, p. 70.

Porém, apesar do grande entusiasmo suscitado pelas “aparições” de Fátima e também pelo aparecimento do CCP, o nascimento de novos títulos da imprensa católica nos anos seguintes manteve-se baixo. No ano de 1918 nasceram apenas 4 publicações, precisamente o número mais baixo de todos os anos analisados (1911-1926)<sup>35</sup>.

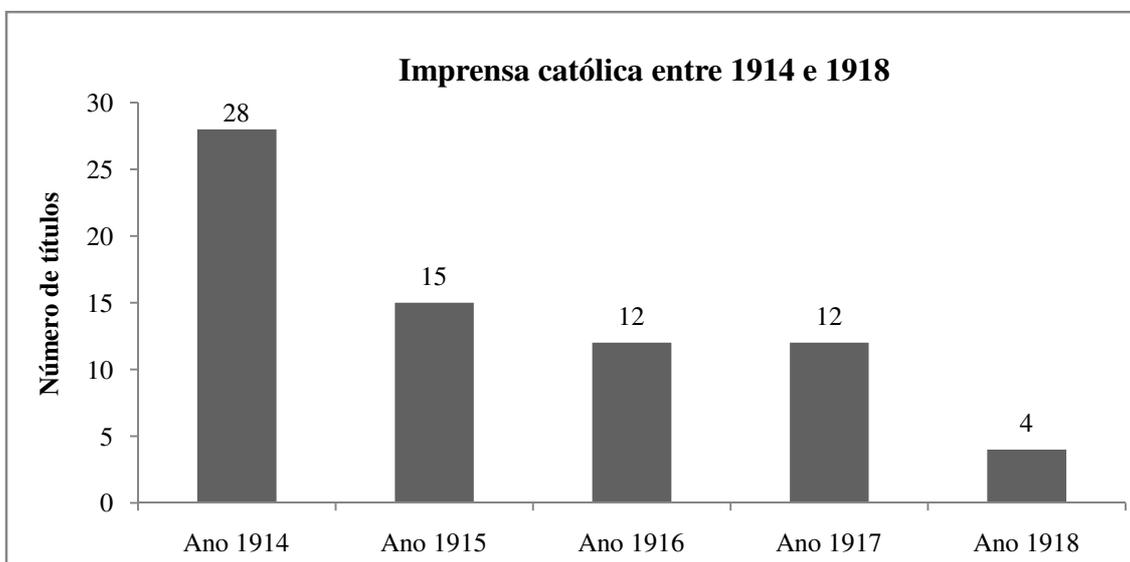


Gráfico n.º 6: A imprensa católica entre 1914 e 1918

Relativamente à periodicidade, verificamos que os 71 títulos, nascidos entre 1914 e 1918, se distribuíram por oito tipos, desde diários, bissemanários, semanários, quinzenários, bimensários, mensários, bimestrais, e anuais. Para além destes, houve também nove títulos que alteraram a sua periodicidade ao longo da sua existência. Esta diversidade demonstrou que a imprensa católica conseguia estar em permanente circulação, um pouco por todo o país, existindo sempre diversos títulos católicos em distribuição contínua, em especial, no circuito postal de Portugal, quer os que nasceram antes de 1911 e que mantiveram publicação durante a Primeira República, e quer os que nasceram entre 1914 e 1918, quer os que nasceram nos subperíodos anterior e seguinte.

A verdade é que os leitores dispunham, assim, de uma imprensa católica viva e constante que lhes oferecia um interessante conjunto de títulos disponíveis, certamente mais acessíveis nas grandes cidades (Lisboa e Porto), mas também nas capitais de distrito e nas sedes de diocese. Nesse sentido, entre 1914 e 1918 nasceram, pela primeira vez, 3 diários: *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); e

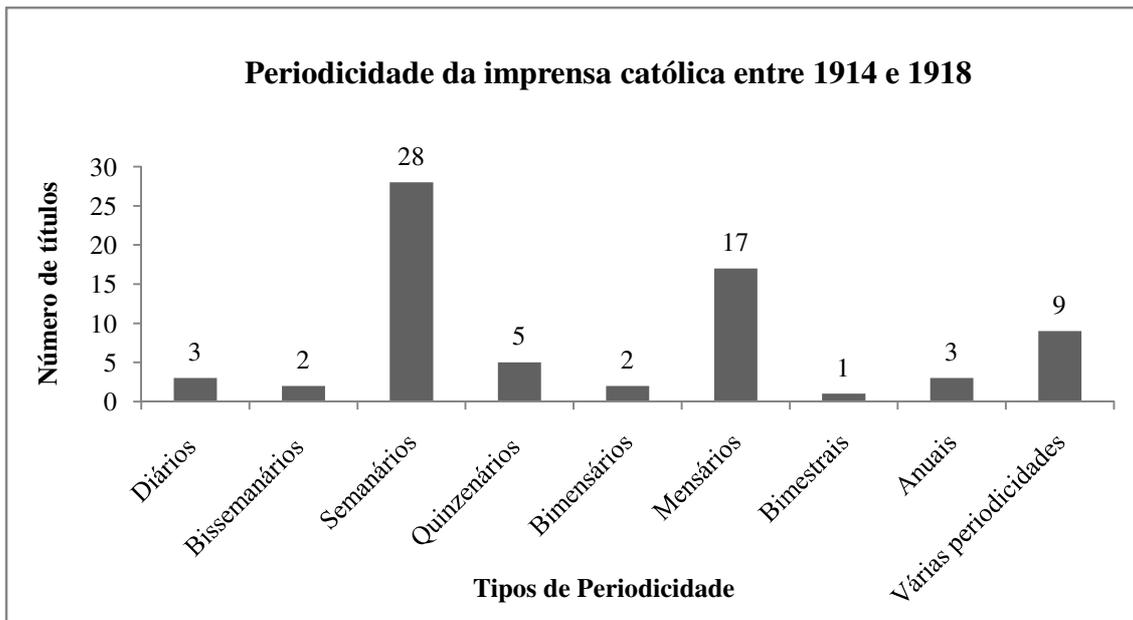
<sup>35</sup> Em 1918 nasceram 4 novos títulos: *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação); *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionários* (Lisboa, 1918-1922); *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação); e *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919).

*O Universo* (Lisboa, 1917). Publicando-se duas vezes por semana (bissemanários) nasceram 2 jornais: *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); e *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919). Mas o tipo da periodicidade mais frequente era o semanário. Entre 1914 e 1918 nasceram 28 semanários: *O Ave* (Taipas, 1914-1915); *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, Vila Real, 1915-1919); *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917); *Actualidade* (Braga, 1917-1924); *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *A Voz do Pároco* (S. Martinho de Mouros, Resende, 1917-1920), e *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação). Relativamente aos quinzenários nesse período, iniciaram publicação 5 títulos: *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); e *Arte Catholica* (Porto, 1917). Dois outros títulos editavam-se duas vezes por mês, mas, por vezes, sem a regularidade atribuída aos quinzenários. Assim, são denominados bimensais, e foram estes: *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); e *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I Série; 1986, II Série).

Um outro tipo de periodicidade muito frequente na imprensa católica é o mensário. Entre 1914 e 1918 nasceram em Portugal 17 mensários: *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *A Juventude* (Braga, 1914); *Lusitania* (Porto, 1914); *Portugal Eucharistico* (Montalegre, 1914-1915); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); *Mensageiro*

*Eucharistico* (Braga, 1915-1962); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940); *O Semeador* (Bragança, 1917-1922); *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922); e *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação). Publicando-se uma vez em cada dois meses, como bimensário, encontrava-se a *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961). Anualmente publicavam-se 3 títulos: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); e *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960), esta, uma publicação litúrgica escrita em francês.

Para além desses tipos de periodicidade estabelecida, houve 9 títulos que alteraram a sua própria periodicidade, no decurso das suas publicações. Assim aconteceu com os seguintes periódicos católicos: *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936), que iniciou a sua publicação como quinzenário, mas que passou a mensário a partir de Setembro de 1920 (ano VII, n.º 1). Já o jornal *João Semana* (Ovar, 1914-1998) passou de quinzenário para semanário a partir de 27 de Setembro de 1923, ano IV, n.º 499. O periódico *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922) alterou a sua publicação, passando de bimensário para semanário, na sua segunda fase, a partir de 1922. O *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938) iniciou-se como mensário e passou a trimensário a partir de Outubro de 1937 (ano XXII, n.º 1) (2.ª série). O *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919) passou de mensário para semanário a partir de 28 de Maio de 1915 (ano I, n.º 8). Já a *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916) começou por ser mensário, mas passou a quinzenário a partir de 15 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 7. O *Apóstolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987) passou de quinzenário a semanário a partir de 2 de Janeiro de 1921 (ano VI, n.º 178). O *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937) começou por ser quinzenário e passou a ser mensário a partir de Março de 1917 (ano II, n.º 5). Finalmente, o *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935) iniciou a sua publicação como mensário, mas publicou-se irregularmente, tornando-se sucessivamente bimensário/trimensário/quadrimensário, sendo esta última, a modalidade periódica no número de Setembro a Dezembro de 1935 (n.ºs 9, 10, 11 e 12).



**Gráfico n.º 7: Tipos de Periodicidade da imprensa católica (1914-1918)**

Em termos de longevidade, verificamos que a mesma foi muito diversificada e com fronteiras temporais vastas, indo desde um ano de edição até à manutenção de publicação em Dezembro de 2008 (conforme determinámos, apontámos essa data para o fim do nosso registo). No universo dos títulos há a registar 11 títulos que não ultrapassaram um ano de publicação, e 13 periódicos que se publicaram em apenas dois anos civis. Tal realidade pode ser entendida como uma certa persistência da imprensa católica em manter-se viva e actuante, ainda que por um período temporal de curta duração, num tempo histórico nacional conturbado e que foi agravado, como já referimos, pelo estalar da Grande Guerra, a entrada de Portugal no conflito, e todas as dificuldades que daí advieram. Assim, os 11 títulos que se publicaram no ano civil de 1914 foram: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *A Juventude* (Braga, 1914); *Lusitania* (Porto, 1914); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *Arte Catholica* (Porto, 1917); e *O Universo* (Lisboa, 1917). Já assegurando publicação no decurso de dois anos civis, registaram-se 13 títulos: *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917); *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); *O Apostolo* (Abrantes, 1914-

1915); *O Ave* (Taipas, 1914-1915); *Eco de Africa* (Lisboa, 1914-1915); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *Portugal Eucarístico* (Montalegre, 1914-1915); *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); e *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919). Cruzando três anos civis há a registar 3 títulos: *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); e *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919). O número de publicações que cruzaram quatro anos civis fixou-se nas 10: *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); e *A Voz do Pároco* (São Martinho de Mouros, Resende, 1917-1920). A partir daqui foram poucos os títulos católicos que registaram uma média ou mesmo grande duração. Dessa forma, registaram-se 2 títulos que cruzaram cinco anos civis: *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919); e *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922). Houve 3 títulos que atravessaram seis anos civis: *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); e *O Semeador* (Bragança, 1917-1922). Cruzando sete anos civis publicou-se *O Apostolo* (Braga, 1915-1921), e com oito anos registaram-se 2 títulos: *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922); e *Actualidade* (Braga, 1917-1924).

Cruzando dez anos: *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); e *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925). Cruzando doze anos civis: *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925). Atravessando quinze anos: *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); Dezoito anos: *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); Dezanove anos: *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935). Outros 12 títulos atingiram outras diferentes e mais longas longevidades, sendo que alguns deles mantiveram uma publicação muito apreciável, assistindo a múltiplas transformações na sociedade portuguesa, em especial os dois últimos, cruzando 72 e 85 anos respectivamente.

Assim, registamos seguidamente os diferentes níveis de longevidade com os respectivos periódicos: 22 anos: *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); 23: *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); e *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36? I Série; 1986 II Série); 24 anos: *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); e *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940); 37 anos: *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); 44 anos: *Calendrier Liturgique*

(Lisboa, 1917-1960); 47 anos: *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); 58 anos: *Mensageiro Eucharistico* (Braga, 1915-1962); 63 anos: *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); 72 anos: *Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987); e *João Semana* (Ovar, 1914-1998). Neste subperíodo registaram-se 8 títulos que ainda mantêm publicação. Pelo menos, eram “vivos” em Dezembro de 2008, o que reforça o espírito de grande adaptação da imprensa católica às novas realidades do tempo, sobretudo em termos políticos, sociais, e religiosos. São eles: *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação); *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação).

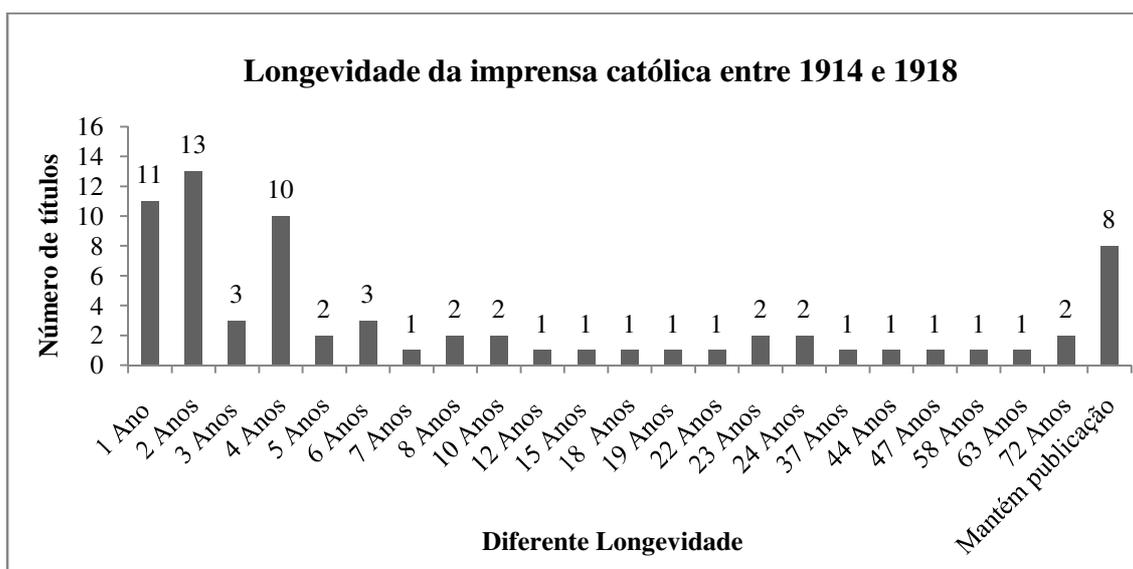


Gráfico n.º 8: Diferente Longevidade da imprensa católica (1914-1918)

Relativamente à distribuição geográfica destes 71 títulos, deste subperíodo (1914-1918), confirmamos a tendência do período passado (1911-1913). Em verdade, das mais de sete dezenas de títulos, apenas dezanove se publicaram a sul do rio Mondego, estando os restantes distribuídos acima daquela fronteira natural. Inseridos nos limites internos do patriarcado de Lisboa há a apontar 11 títulos nascidos entre 1914 e 1918: *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I Série; 1986

II Série); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960); *O Universo* (Lisboa, 1917); *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação); e *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922); Já nas dioceses insulares, registaram-se apenas 5 títulos criados, a saber, 3 na diocese de Angra (Açores): *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); e *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); e 2 na diocese do Funchal (Madeira): *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); e *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919). Já na diocese do Algarve há a assinalar apenas um título: *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação). Ainda no sul do país, mas na arquidiocese de Évora nasceu apenas o *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935).

Mas era, de facto, no norte do rio Tejo e, sobretudo, acima do rio Mondego que se concentrava a maioria dos títulos católicos, tendência que já vinha de trás e que se manteria nos próximos anos. Só na arquidiocese de Braga nasceram 16 novos títulos. Esses títulos bracarense eram: *O Ave* (Caldas das Taipas, 1914-1915); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *A Juventude* (Braga, 1914); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *Portugal Eucarístico* (Montalegre, 1914-1915); *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919); *Mensageiro Eucarístico* (Braga, 1915-1962); *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *Actualidade* (Braga, 1917-1924); *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917); e *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918). Na diocese de Bragança-Miranda, pela primeira vez no período em análise, editavam-se 2 títulos: *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); e *O Semeador* (Bragança, 1917-1922). Já na diocese de Coimbra publicavam-se 3 periódicos no período apontado: *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); e *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação). Na diocese da Guarda publicavam-se 2 títulos: *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); e *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914). E outros 3 títulos editavam-se na diocese de Lamego: *O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, 1915-1919); *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); e *A Voz do Pároco* (São Martinho de Mouros, 1917-1920). O número de publicações registado, pela primeira vez, na diocese de Portalegre-Castelo Branco fixava-se em 7: *O Apostolo* (Abrantes,

1914-1915); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); e *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952).

Na diocese do Porto editavam-se 16 títulos entre 1914 e 1918: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *Lusitania* (Porto, 1914); *João Semana* (Ovar, 1914-1998); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); *Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987); *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *Arte Catholica* (Porto, 1917); e *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação). Já na diocese de Viseu nasceram 4 títulos: *Mensagem Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940), e *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918). Por fim, não se registou a publicação qualquer título na diocese de Beja.

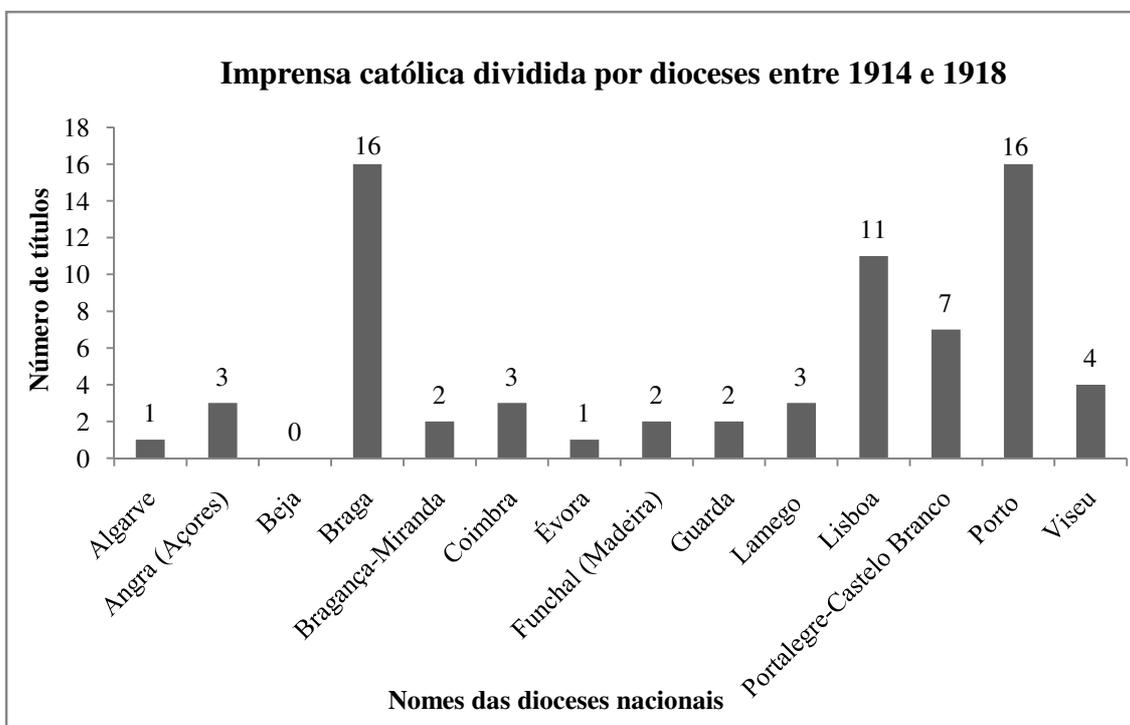


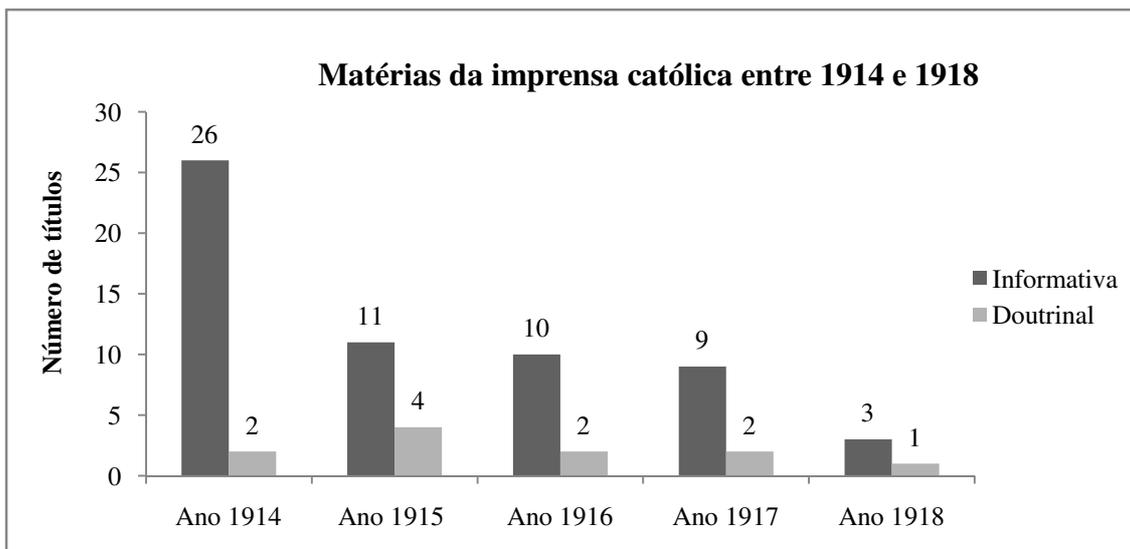
Gráfico n.º 9: Imprensa católica dividida por dioceses (1914-1918)

Em seguida, podemos aferir a quantidade de títulos que eram eminentemente informativos ou doutrinários, conforme critério já estabelecido no subperíodo anterior. Ano após ano, a Igreja vinha reconhecendo que a função da imprensa católica, enquanto geradora de opiniões, era essencial para validar os seus objectivos e os desígnios. Assim sendo, à imagem do que acontecera no subperíodo anterior (1911-1913) verificamos que, entre 1914 e 1918, a larga maioria dos periódicos inventariados manteve um teor informativo, como, de resto, era esperado. Em 1914, 26 dos 28 títulos tinham esse mesmo teor informativo: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915); *O Ave* (Taipas, 1914-1915); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *João Semana* (Ovar, 1914-1998); *A Juventude* (Braga, 1914); *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *Lusitania* (Porto, 1914); *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-22); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); e *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915). Apenas 2 se apresentavam como doutrinários: *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); e *Portugal Eucarístico* (Montalegre, 1914-1915). Em 1915, a situação dos periódicos mantinha-se com grande inclinação para o lado informativo. Dos 15 títulos nascidos nesse ano, 11 eram informativos: *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919); *O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, Vila Real, 1915-1919); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); e *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36? I Série; 1986 II Série). Nesse ano de 1915 apenas 4 assumiam um perfil doutrinário: *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); *Boletim*

*da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); e *Mensageiro Eucharístico* (Braga, 1915-1962).

A mesma situação aplicava-se aos periódicos católicos nascidos em 1916. Isto é, dos 12 títulos inventariados, 10 eram informativos: *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987); *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); e *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917), e apenas 2 eram doutriniais: *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); e *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925).

Em 1917 a tendência noticiosa e informativa dos periódicos católicos se manteve maioritária. Nesse ano nasceram apenas 11 novos títulos, mas neste micro universo, 9 eram claramente informativos: *Actualidade* (Braga, 1917-1924); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *Arte Catholica* (Porto, 1917); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *O Semeador* (Bragança, 1917-1922); *O Universo* (Lisboa, 1917); e *A Voz do Pároco* (S. Martinho de Mouros, Resende, 1917-1920). E apenas 2 tinham uma índole doutrinal: *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935); e *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960). A maior aproximação entre títulos informativos ou doutriniais aconteceu em 1918 (três para um títulos), e muito por força do fraco aumento de títulos nesse ano. Em verdade, nasceram apenas 4 títulos, sendo que 3 eram informativos: *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação); *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação); e *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919), e apenas 1 de cariz doutrinal: *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922).



**Gráfico n.º 10: Matérias da imprensa católica (1914-1918)**

#### **4.4. A imprensa católica entre 1919 e 1926**

O terceiro subperíodo decorre de 1919 a 1926, e corresponde à denominada Nova República. É a época da desagregação da Primeira República, marcada pela insatisfação clara e oposição crescente ao projecto republicano, e que abarca a posição e reacção dos bispos portugueses perante as mudanças sociais de um mundo saído do pós-guerra. A realização do Concílio Plenário Português, em Lisboa, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926<sup>36</sup>, realiza-se já depois da revolução de 28 de Maio desse ano, que chegou quando o regime republicano era visto por muitos sem força para continuar. Esses muitos foram as vozes «(...) que apela[ra]m para a intervenção do Exército, pondo termo à instabilidade perseverante e tomando em mãos os destinos do país»<sup>37</sup>. Portugal era, nesse período, um país instável, onde a força da rua instaura violência e as tentativas de sublevação contra a República se multiplicavam.

<sup>36</sup> A realização do Concílio Plenário Português aconteceu numa altura marcada pelos efeitos que ainda se faziam sentir de vários acontecimentos nacionais e internacionais. A juntar às alterações políticas e sociais provocadas pela Grande Guerra (1914-1918), havia, no interior da Igreja Católica, a necessidade de verem clarificadas algumas normas e condutas saídas da promulgação do Código de Direito Canónico, em 1917. Para além, é claro, da situação criada para a Igreja a propósito da Lei da Separação de 20 de Abril de 1911. O Concílio Plenário teve lugar em Lisboa, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926, já depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa, que instaurou a Ditadura Militar. O Concílio contou com a participação de mais de quarenta sacerdotes e culminou com a aprovação de 503 decretos ou artigos que contribuíram para a disciplina e para a ordem da Igreja em Portugal. Mais tarde, com os decretos do II Concílio do Vaticano (1962-1965) e com o novo Código de Direito Canónico (1983), a Conferência Episcopal Portuguesa solicitou ao papa João Paulo II (1978-2005) a abolição dos decretos do Concílio Plenário Português de 1926. Cf. LEITE, A. – Concílio Plenário Português. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 418-419.

<sup>37</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1920-1930)*...p. 195.

E como se apresentou a imprensa católica nesse período? Em certa medida, manteve as mesmas características verificadas nos anos anteriores, editando 53 títulos nesses oito anos. Tal número representa uma média de 6,6 títulos por ano, a mais baixa dos três subperíodos propostos. Em 1919 publicaram-se 6 títulos o que, comparativamente com o ano anterior (1918), até representa um acréscimo de 2 títulos. São eles: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); e *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924). Já em 1920 também nasceram 6 títulos: *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *O Estudo* (Viseu, 1920); *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); e *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934). No ano seguinte, o número subiu para os 7 novos títulos, nascendo os seguintes periódicos: *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); e *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969). Já em 1922, o número de novos jornais subiu para 8: *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); e *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação). No ano de 1923 registaram-se 9 novas publicações, aliás, o número mais alto deste período (1919-1926): *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lazaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); e *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926). Já em 1924, o número de novas publicações baixou, e fixou-se nas 7: *Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Boa Nova-Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *Vasco da Gama* (Lisboa, 1924-1928), e *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950). A criação de novos títulos foi diminuindo nos últimos anos da República, e em

1925 iniciaram publicação apenas 4 novos títulos: *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926). Finalmente, em 1926 nasceram 6 títulos: *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); *O Dever* (Figueira da Foz, 1926); *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937); *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928).

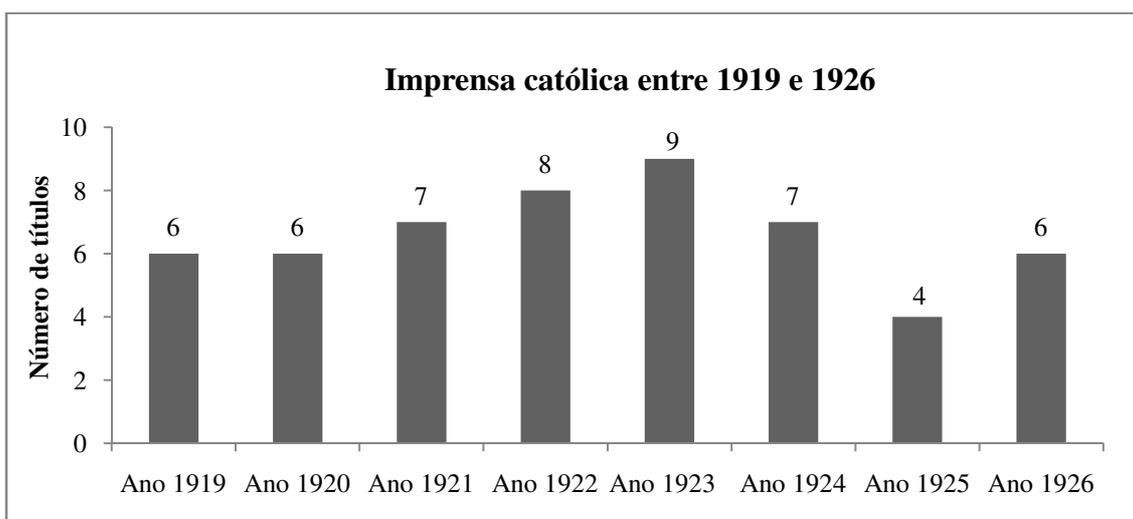


Gráfico n.º 11: A imprensa católica nascida entre 1919 e 1926

Quanto à periodicidade dos títulos católicos neste subperíodo, podemos confirmar a existência de sete diferentes tipos: diário, bissemanário, semanário, quinzenário, mensário, trimensário, e anual. A juntar a estas há registo de alguns títulos que tiveram duas ou mais tipos de periodicidade durante a sua existência. Relativamente aos diários confirmamos que entre 1919 e 1926 se publicaram 3: *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Publicando-se duas vezes por semana (às quintas-feiras e domingos) publicou-se o bissemanário *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920).

Mas o tipo de periodicidade mais frequente era o semanário, como de resto sucedera no passado. Assim, entre 1919 e 1926, publicaram-se 22 semanários: *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *Correio de*

*Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lázaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926); *O Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924? 1950); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); e *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926).

Publicando-se de duas em duas semanas, existiram 4 quinzenários: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *O Estudo* (Viseu, 1920); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); e *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934). Já relativamente aos jornais e revistas mensários editaram-se 9: *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937); *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928). Publicando-se trimestralmente regista-se apenas um título: *Vasco da Gama* (Lisboa, 1924-1928). Três outros títulos editaram-se apenas por uma ocasião no ano, sendo, por isso, anuais: *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); e *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927). Para além destes tipos de periodicidade constante, existiram 10 títulos que alteraram a sua periodicidade ao longo do tempo, de acordo com as indicações que fomos registando na recolha que procedemos. Eis os 10 títulos: o jornal *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924) passou de semanário para quinzenário a partir de 15 de Dezembro de 1920 (ano III, n.º 2). Mais tarde, passou a publicar-se trimestralmente, a partir de 10 de Maio de 1923 (ano V, n.º 9). *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926) iniciou a sua publicação como semanário, mas sofreu diversas alterações na sua periodicidade, tornando-se bissemanário [(entre 6 de Setembro de 1922 (ano III, n.º 124) (2.ª série), e 16 de Maio de 1923 (ano IV, n.º 181) (2.ª série)]. *A União* (Lisboa, 1920-1938) iniciou-se como semanário, mas passou a mensal a partir de Janeiro de 1924 (ano V, n.º 163). Com diversas irregularidades publicou-se *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931), que se iniciou como semanário mas que se tornou mensário e bimensário (com

irregularidades) a partir da 2.<sup>a</sup> Série (1923). A *Cruzada* (Braga, 1923-1982?) passaria de semanário para mensário já em 1968, e tornar-se-ia trimensário em 1972. O jornal *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927) iniciou a sua publicação como semanário, mas poucos anos depois alterou a sua periodicidade para mensário, e depois também para bimensário a partir de: Janeiro-Fevereiro de 1927 (ano IV, n.ºs 1 e 2). O caso d' *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925) é interessante, sobretudo pela rapidez da mudança efectuada: iniciou a sua publicação em 8 de Fevereiro de 1925 como quinzenário, mas a partir do segundo número, de 22 de Fevereiro de 1925 (ano I, n.º 2) passou a ser semanário. Igual mudança na periodicidade aconteceu com o título *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931), que passou de quinzenário para semanário a partir de 22 de Agosto de 1926, (ano II, n.º 23). Já *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação), órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas (Escutismo Católico Português), iniciou-se como mensário, mas passou a ser quinzenário a partir de 15 de Março de 1926, (ano II, n.º 2).

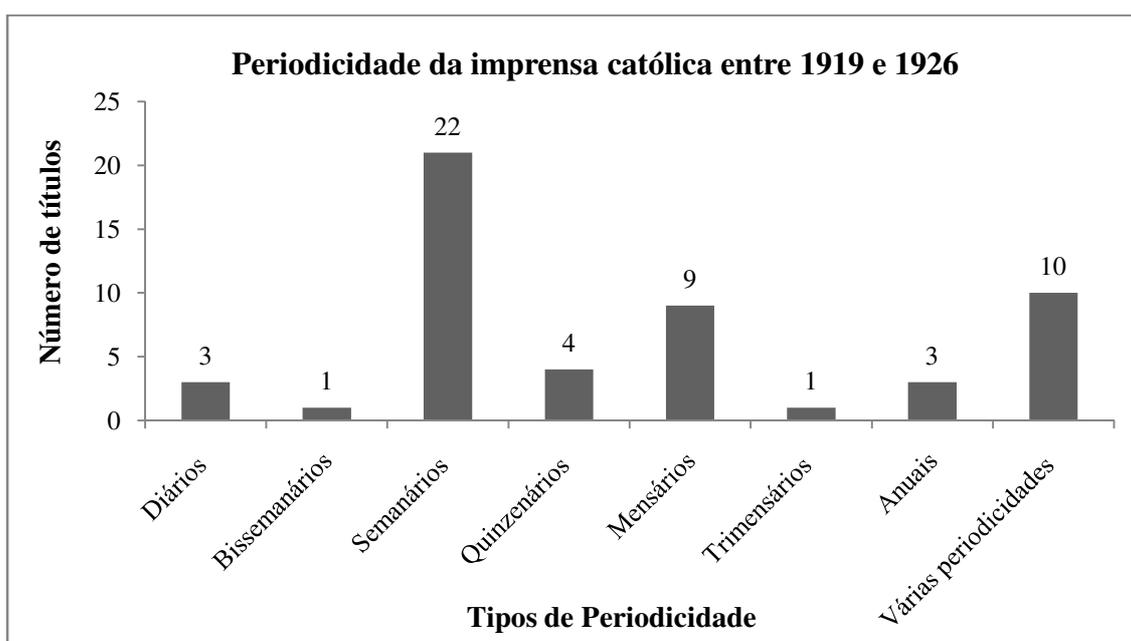


Gráfico n.º 12: Tipos de Periodicidade da imprensa católica (1919-1926)

A longevidade dos periódicos nascidos entre 1919 e 1926 foi multifacetada, à imagem do que sucedera no passado. Dessa forma, há a registar os seguintes dados: cruzando um ano civil editaram-se 8 títulos: *O Estudo* (Viseu, 1920); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lázaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); e *O Dever* (Figueira da Foz, 1926). Já publicando-se em dois anos civis

diferentes há o registo de 7 periódicos: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926); e *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927). Cruzando três anos editaram-se apenas 2 títulos: *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928). Já atingindo a marca de quatro anos publicaram-se cinco títulos: *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926); *Balsemão* (Lamego, 1924-1927); e *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927). Cruzando cinco anos publicou-se o *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924) e *Vasco da Gama* (Lisboa, 1924-1928), e editou-se um só título com seis anos: *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924). Já cruzando sete anos civis publicaram-se 3 títulos: *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); e *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931). Com oito anos editou-se: *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930). Cruzando nove anos civis publicou-se: *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); com onze anos editaram-se 2 títulos: *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); e *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36); o mesmo número daqueles títulos que atingiram doze anos: *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); e *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937). Como casos isolados, a nível da periodicidade dos títulos editados, há a apontar com 14 anos: *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); com 15 anos: *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); com 19 anos: *A União* (Lisboa, 1920-1938); com 20 anos: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); com 27 anos: *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950); com 35 anos: *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958). Atingindo a marca de 49 anos há a registar a *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); e *Estudos* (Coimbra, 1922-1970). Cruzando 52 anos civis publicou-se o título *Novidades* (Lisboa, 1923-1974), jornal officioso do episcopado português. Atingindo a marca de 60 anos editou-se *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?). Dentro deste subperíodo (1919-1926), nasceram 8 títulos que, em Dezembro de 2008, ainda mantinham publicação. São os casos de *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *Boa*

*Nova-Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação).

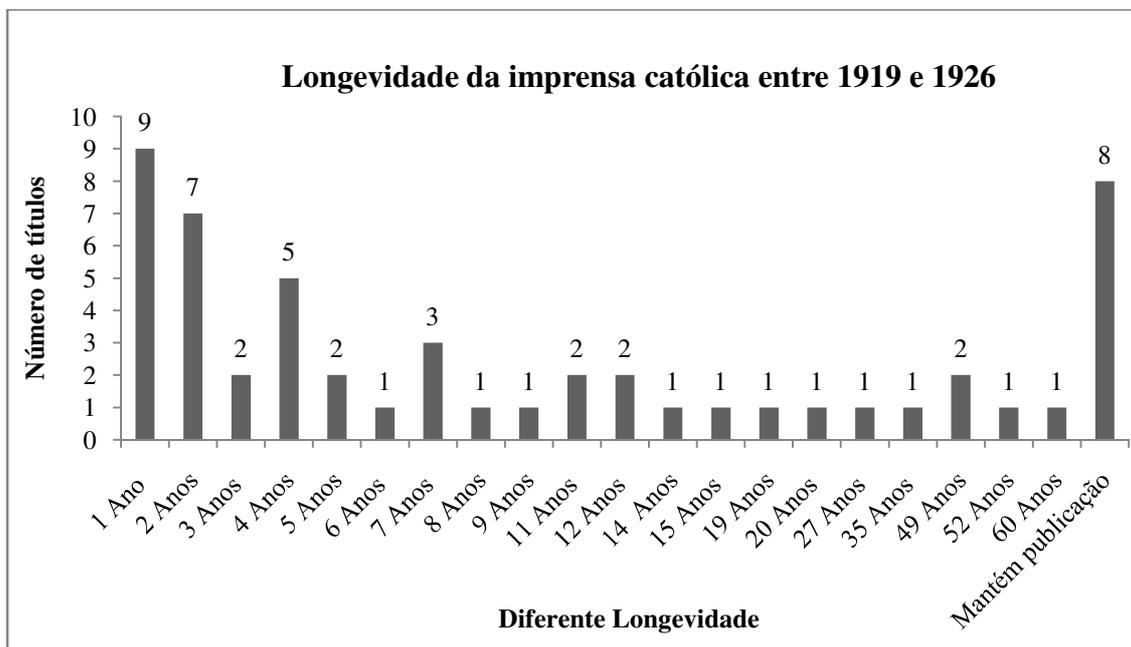
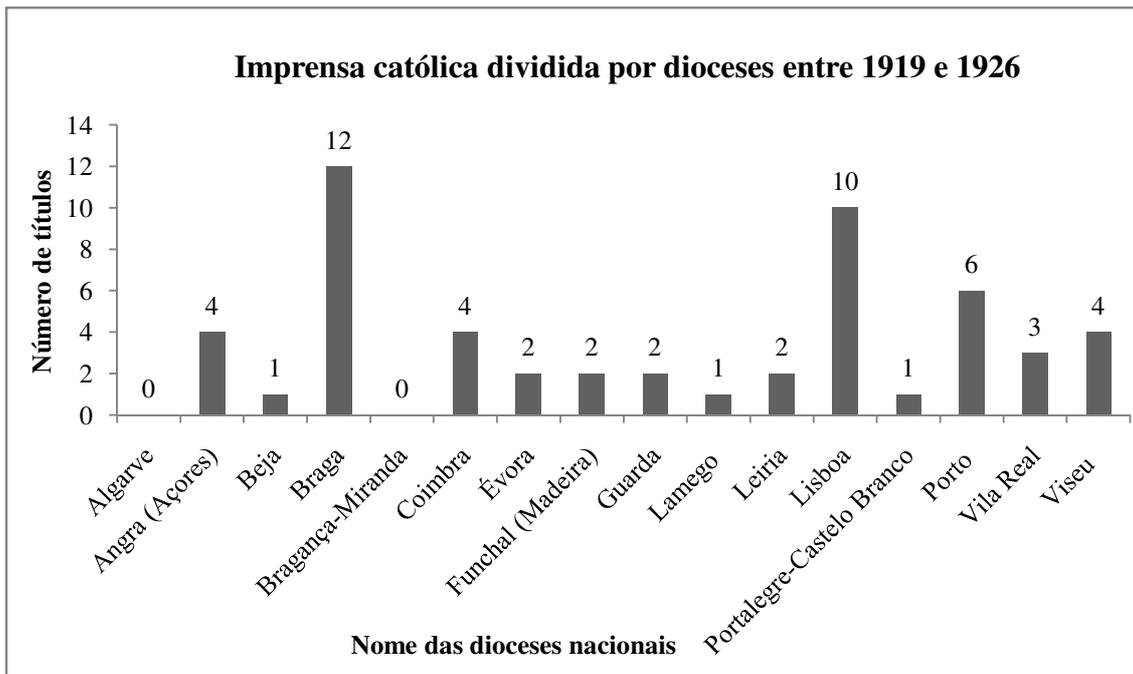


Gráfico n.º 13: Diferente Longevidade da imprensa católica (1919-1926)

A distribuição geográfica dos 53 títulos, do subperíodo entre 1919 e 1926, confirma a tendência dos períodos passados. Isto é, mais de metade dos títulos publicou-se a norte do rio Tejo (33 contra 21 a sul), sendo que quase a totalidade daqueles se editava bem acima desta fronteira natural, nomeadamente a norte e a este do rio Mondego. Ora, de acordo com a apresentação que temos vindo a seguir, apontando as dioceses existentes e dos seus limites à altura da publicação dos mesmos títulos, constatamos que no patriarcado de Lisboa se publicaram 10 títulos: *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924? 1950); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); e *Vasco da Gama* (Lisboa, 1924-1928). Mais a sul, na arquidiocese de Évora nasceram nesse período 2 títulos: *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); e *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931). Já na diocese de Beja editou-se, pela primeira vez, o *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927). Outros 6 títulos editaram-se nas dioceses insulares de Angra, nos Açores, e do Funchal, na Madeira. No arquipélago dos Açores e nos limites internos da respectiva diocese de

Angra editaram-se 4 títulos: *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); e *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925). Na diocese do Funchal, Madeira, publicaram-se 2: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); e *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931).

Mas, de facto, era a norte de Portugal, acima da fronteira traçada pelo rio Mondego, que a edição de títulos católicos era superior. No interior dos limites da arquidiocese de Braga existiam 12 periódicos católicos: *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lazaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928). Na diocese da Guarda publicavam-se 2 títulos: *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); e *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934). Já na diocese de Coimbra editavam-se 4 títulos: *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); e *O Dever* (Figueira da Foz, 1926). Na diocese de Lamego editava-se o título *Balsemão* (Lamego, 1924-1927). Na diocese de Leiria (restaurada em 1918, mais tarde denominada Leiria-Fátima, publicavam-se 2 títulos: *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); e *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930). Já na diocese de Portalegre-Castelo Branco editava-se apenas *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937). Na diocese do Porto publicavam-se 6 títulos: *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); e *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927); Na diocese de Vila Real, criada em 20 de Abril de 1922, publicavam-se 3 títulos: *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926); e *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926). Na diocese de Viseu publicavam-se 4 títulos: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *O Estudo* (Viseu, 1920); *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924); e *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação). Por fim, não se registou a publicação de qualquer título nas dioceses do Algarve e de Bragança-Miranda.



**Gráfico n.º 14: Imprensa católica dividida por dioceses (1919-1926)**

Analisando a questão da matéria e teor dos 53 títulos, respeitantes ao período entre 1919 e 1926, asseveramos que a postura informativa foi a que colheu mais protagonismo, tanto mais que nesses oito anos nasceram apenas 4 títulos puramente doutrinários: *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); e *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36), contra 49 de cariz informativo: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); e *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *O Estudo* (Viseu, 1920); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém

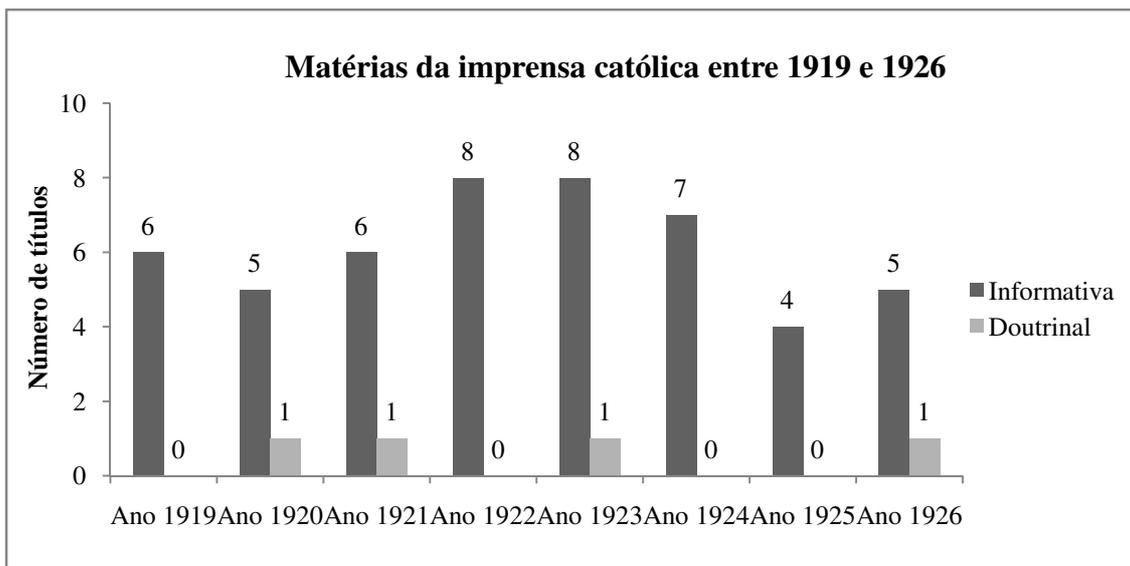
publicação); *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lázaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926); *Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926); *Vasco da Gama* (Lisboa, 1925-1928); *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); *O Dever* (Figueira da Foz, 1926); *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928).

Em termos específicos, em cada um dos oito anos, notamos que a imprensa católica, publicada na última fase da República, acentuou o cariz informativo em detrimento de fomentar um cariz mais doutrinal. Em certa medida, tal situação demonstrava que a Igreja Católica, numa época marcada pela perda das influências temporal e espiritual, e a sua imprensa admitiam uma maior preocupação em gerar opiniões através da leitura individual ou colectiva de bons jornais estritamente informativos, dando à população católica a sua versão dos factos, do que tentar catequizar a população com os seus periódicos puramente doutriniais.

Houve, inclusivamente, alguns anos em que a doutrina da Igreja Católica não surgiu em qualquer nova publicação. Isso aconteceu nos anos de 1919, 1922, 1924, e 1925, sendo que em cada um destes anos nasceram apenas títulos informativos, respectivamente 6 em 1919: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); e *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924). Em 1922 nasceram 8 títulos informativos: *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); e *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação). Em 1924 nasceram 7 títulos informativos:

*Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *Vasco da Gama* (Lisboa, 1924-1928), e *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950). Em 1925 nasceram 4 títulos informativos: *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926).

Nos outros quatro anos em que nasceram 4 novos títulos doutriniais, o teor informativo manteve a sua predominância. Assim, dos 6 títulos nascidos em 1920, 5 eram informativos: *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *O Estudo* (Viseu, 1920); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); e *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934). Em 1921, dos 7 títulos nascidos, 6 eram informativos: *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); e *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969). Já em 1923, dos 9 títulos nascidos, 8 eram informativos: *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lázaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); e *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926). Finalmente, em 1926, dos 6 títulos nascidos, 5 deles eram informativos: *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); *O Dever* (Figueira da Foz, 1926); *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928).



**Gráfico n.º 15: Matérias da imprensa católica (1919-1926)**

Em traços gerais, apresentámos os elementos primários dos títulos católicos publicados entre 1911 e 1926 (média por ano, periodicidade, longevidade, distribuição geográfica por dioceses, matéria informativa ou doutrinal). Contudo, devemos considerar essa acção apenas como uma primeira abordagem à apresentação do que temos vindo a apresentar, e que associamos a apresentação da importância dos nomes afectos aos periódicos nascidos e publicados nesse período.

#### **4.5. A importância dos nomes dos títulos do Catálogo (1911-1926)**

A escolha em redor de um novo título católico, nascido no interior da Primeira República, seguiu a base dos mesmos conceitos aplicados no período da Monarquia Constitucional. Tinha de ser uma decisão ponderada. O título a criar tinha de ser suficientemente forte, esclarecedor e, se possível, indicar a identidade católica e o projecto social cristão no interior da sociedade, da imprensa em geral, e da imprensa católica em particular. Numa altura em que as perseguições à imprensa católica sucediam-se um pouco por todo o país, com especial relevo para as cidades de Lisboa e do Porto, mais do que vincar a necessidade de promover e reforçar a educação do clero com publicações doutriniais, o que era de capital importância era acicatar os corações dos católicos para a promoção de uma imprensa católica mais alargada, predominantemente de cariz informativo, com uma mensagem lúcida, mas sagaz, passível de captar o interesse dos católicos. A esses títulos era solicitado que “desembainhassem a espada” e lutassem em defesa da boa imprensa. Nesse sentido,

verificamos, sem surpresa, que o cariz informativo era o que se repetia em maior número em todos os três períodos definidos. Entre os 217 títulos presentes no Catálogo, existiam 182 títulos informativos contra apenas 35 títulos doutrinários. Tal realidade traduzia-se na origem dos nomes dos periódicos: os informativos eram mais curtos e directos, ao passo que os títulos doutrinários eram, em termos gerais, mais extensos e utilizadores de uma terminologia visivelmente mais eclesiástica.

Ainda assim, no primeiro subperíodo (1911-1913), constatamos que os nomes atribuídos aos periódicos aí concentrados não foram, propriamente, afoitos. Os seus criadores optaram, antes, por gerar títulos mais orientadores de uma postura pacífica. Tal acção terá sido uma demonstração da própria atitude conservadora, disciplinada e de respeito tomada pelo Episcopado face à mudança de regime em Portugal, em Outubro de 1910, e às novas instituições criadas. Os títulos católicos apostavam mais na orientação de uma mensagem de paz e de esperança. Em 1912 existiam 4 títulos, e em 1914 existia um, sendo que todos se apresentavam precisamente imbuídos nesse espírito: *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); *A Paz* (Porto, 1912?-1917), *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918), e *A Boa Nova* (Sertã, 1914). Por outro lado, a imprensa católica apresentava alguns títulos que pretendiam indicar um caminho aos católicos, ou através de uma ou mais palavras de ordem, incisivas e expositivas da acção a desempenhar pela imprensa católica e pelos seus leitores, ou ainda através da acção intermediária de agentes religiosos, como nos casos: *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); *Aliança* (Vila de Punhe, Barroelas, 1913-1915); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); *Revista Cathequística* (Viseu/Lamego, 1913-1984); *O Universal* (Lisboa, 1913); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914); *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916); e *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914).

Numa outra vertente, verificamos que os periódicos nascidos entre 1911 e 1913 sublinharam particularmente a sua origem. Isto é, encontramos vários periódicos que apresentavam a sua localidade nos seus títulos. De acordo com o que já afirmámos, tal posição asseverava uma certa defesa regional do título, e também consistia numa

interacção entre o clero e os fiéis dessa região. Foram vários os títulos que, entre 1911 e 1913, assim o fizeram: *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); *O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912); *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987); *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913); *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); e *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915).

No primeiro subperíodo houve espaço para títulos mais aguerridos e mais expressivos quanto ao papel que pretendiam realizar em prol da boa imprensa. Tal postura poderá ser encontrada nos jornais *O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920); e *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913). No caso d' *O Legionario* é perfeitamente visível a designação de combate e de reacção católica que está descrita no título. Também explícito quanto à sua postura estava o jornal *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919), órgão do CADC, da cidade de Coimbra. Criado e desenvolvido por um grupo de estudantes universitários católicos este título pretendia demonstrar, desde o título, a sua posição face aos acontecimentos, perante a sociedade e a política nacionais: ser puramente imparcial e objectivo na sua análise, comprometido apenas politicamente com o catolicismo.

No segundo subperíodo (1914-1918), a tendência de criar títulos mais explícitos manteve-se, e a sua terminologia também não demonstrava uma postura tão combativa. Os títulos nascidos apostavam mais na clarividência dos mesmos, acentuando o seu carácter religioso, quer através da acção a desempenhar pelos católicos, quer por intercessão dos agentes da fé. No mesmo sentido, alguns dos títulos empregavam expressões ou palavras associadas à nomenclatura católica que os leitores católicos deveriam saber associar e interpretar, como podemos confirmar nos seguintes títulos nascidos apenas em 1914: *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre, 1914-1916); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *Portugal Eucaristico* (Montalegre, 1914-

1915); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); e *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915). Nos anos seguintes deste segundo subperíodo, nasceram mais títulos enunciando-se a partir de conceitos religiosos, moralistas e definidores de uma prática católica a desempenhar pelos fiéis: *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, Vila Real, 1915-1919); *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I Série; 1986 II Série); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *Amigo do Povo* (Quintiães, Barcelos, 1917-1919); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *O Semeador* (Bragança, 1917-1922); *O Universo* (Lisboa, 1917); e *A Voz do Pároco* (S. Martinho de Mouros, Resende, 1917-1920).

Porém, o carácter reactivo da imprensa católica nascida entre 1914 e 1918 também estava expressa, ainda que de uma forma que por vezes não fosse a mais explícita. No entanto, podemos apontar os seguintes casos: *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); e *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925). Cada um dos 5 títulos suporta, a nosso ver, uma posição reactiva da imprensa católica. De facto, facilmente encontramos nos títulos uma postura activa que nos remete para um combate a ser travado, não apenas pelos seus promotores mas pelos seus agentes e leitores. Já numa perspectiva mais doutrinal atestamos a existência de 11 títulos puramente doutrinários, o que sugere, claramente, que se manteve viva a necessidade de manter uma vertente formativa mais direccionada para o clero nacional: *Portugal Eucaristico* (Montalegre, 1914-1915); *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); *Mensageiro Eucharistico* (Braga, 1915-1962); *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925); *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935); *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960); e *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922).

Havia igualmente 11 títulos nascidos entre 1914 e 1918 que manifestavam um pendor regionalista, colocando a sua origem no título. Tal facto deverá ser interpretado

não apenas como o significado de dotar o periódico de um cariz mais local, de forma a garantir mais assinantes, mas também como uma forma de enraizamento popular e de certa forma uma afirmação de emancipação rural. Tais títulos eram: *O Ave* (Taipas, 1914-1915); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *Ecoss da Raia* (Monção, 1915-1919); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917); *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919), e *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação). Numa outra perspectiva, editaram-se 8 títulos, entre 1914 e 1918, que não apresentavam, no seu título, qualquer indicação estritamente católica ou até regionalista, como foram os casos de: *João Semana* (Ovar, 1914-1998); *A Juventude* (Braga, 1914); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *Lusitania* (Porto, 1914); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); e *Actualidade* (Braga, 1917-1924).

O último subperíodo analisado (1919-1926) manteve uma certa tradição na suavidade e temperança dos títulos apresentados. Por essa altura, o regime republicano caminhava para o seu fim e os ataques à Igreja Católica e à sua imprensa já estavam distantes dos gloriosos dias republicanos vividos nos primeiros meses de República. Talvez aliada a essa razão, nesses anos foram apenas cinco os títulos nitidamente promotores de uma tendência de afirmação social: *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); e *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação). A maioria dos títulos mantinha a tendência tradicional demonstrada no passado, isto é, apelava-se à apresentação de títulos com expressões religiosas ou com vocábulos que tivessem implícita uma mensagem católica, como está presente nos seguintes 14 títulos: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *A Fe* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1922-1923); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924? 1950); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36).

Manteve-se igualmente a disposição de apresentar títulos com referências quanto ao enraizamento local da edição, algo que ficou patente em 21 títulos: *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lazaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *A Voz Provezende* (Provesende, Sabrosa, 1923-1926); *Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); e *O Sameiro* (Braga, 1926-1928). Noutro sentido, publicaram-se 11 periódicos cujos títulos não direccionavam à partida para a sua postura católica. Apresentavam, assim, títulos pouco explícitos do ponto de vista religioso, mas, ao mesmo tempo, asseguravam um certo sentido específico no vocábulo utilizado, ligados a movimentos católicos, a orientações quanto à valorização do tempo presente ou ao sentido reflexivo que os norteava. De uma forma mais explícita ou menos declarada, podemos apontar os seguintes títulos: *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *O Estudo* (Viseu, 1920); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *Salus* (Aveiro, 1924); *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926); e *Vasco da Gama* (Lisboa, 1925-1928).

O nascimento súbito de um novo periódico pronto a substituir um outro, entretanto extinto, era uma situação frequente nessa época: ou por força de um assalto às suas instalações, ou por suspensão decretada pelo Governo, ou ainda por razões internas evocadas da empresa jornalística detentora do título. A título de exemplo, podemos apontar o caso do órgão oficial da diocese de Viseu, desde 1911, como reflexo de uma certa resistência católica. Em 5 de Março desse ano, o jornal *A Folha* (1901-1911) foi extinto por ordem do administrador do concelho, José Perdigão. A razão invocada prendia-se com a publicação da Pastoral Colectiva do Episcopado Português, por parte daquele periódico, à revelia das ordens decretadas pelo Governo Provisório da

República, que negara o beneplácito ao documento. Entretanto, apenas uma semana, no dia 12 de Março, depois surgiu um novo título: *Folha de Viseu*, que se propôs continuar o projecto d' *A Folha*. Porém, após o quarto número, datado de 25 de Março, esse título acabou por ser extinto pelas autoridades republicanas que o consideravam uma continuação do título diocesano anterior. A Direcção do título diocesano, encabeçada pelo nacionalista católico cónego Dr. José de Almeida Correia (1881-1957)<sup>38</sup>, criou um outro jornal diocesano intitulado *Correio da Beira*, que se publicou entre 1 de Abril de 1911 e Abril de 1919. Já no fim desse mês, no dia 23 de Abril de 1919, começou a ser editado o jornal *Defesa Social* que vingaria até 31 de Dezembro de 1920. Insatisfeito com o rumo que este título vinha seguindo, José de Almeida Correia criou um novo título: *Jornal da Beira*, que começou a publicar-se a partir de 9 de Janeiro de 1921, e que mantém publicação. O que há a referir, neste processo de mudanças súbitas de títulos, é que a estrutura afecta ao órgão diocesano de Viseu manteve-se desde o período d' *A Folha*, apresentando pequenas e compreensíveis alterações ao longo do tempo. É certo que este caso não foi o único registado entre 1911 e 1926. Porém, apresenta uma capacidade de luta por parte dos homens responsáveis pela Direcção, Administração e Redacção do jornal que serve para exemplificar a inflexibilidade da imprensa católica perante as adversidades provocadas, ora pela política republicana, ora pelas contrariedades associadas ao complexo mundo da imprensa.

Numa perspectiva mais global, para analisarmos a imprensa católica entre 1911 e 1926 temos de conhecer o que é designado por vida interna do periódico. Trata-se de um exercício fundamental no contexto geral da própria história da imprensa. Ora, no presente estudo consideramos que o conhecimento da vida interna das revistas e dos jornais católicos visados assume uma maior importância quando concebemos essas informações no quadro específico da Primeira República. Isto é, trata-se de um conjunto de elementos que, seguramente, nos ajudarão a conhecer, não apenas a evolução dos títulos em termos da Direcção, da Administração, da Redacção, e dos principais

---

<sup>38</sup> José de Almeida Correia nasceu em Sequeiros, Couto de Cima, no concelho de Viseu, em 3 de Outubro de 1881. Em 1893 foi estudar para o Seminário de Nossa Senhora da Esperança, em Viseu, e em 1904 recebeu a ordenação sacerdotal. Participou, activamente, na reacção católica, sobretudo, enquanto sacerdote da Igreja, jornalista e político. Foi uma figura ímpar do Nacionalismo Católico e um claro defensor dos ideais monárquicos e valores nacionalistas. Foi um fervoroso construtor do Centro Católico Português (CCP), sendo um dos responsáveis pela elaboração do seu programa político. Foi eleito deputado, pelo Centro Católico, no acto eleitoral de 28 de Abril de 1918, o mesmo escrutínio que elegeu Sidónio Pais como Presidente da República. A partir de 1943, assumiu a paróquia de São José, em Lisboa, tendo aí falecido em 12 de Junho de 1957. Sobre Almeida Correia ver o seu ensaio biográfico em: ALVES, Paulo Bruno – *A Folha, jornal Diocesano de Viseu...*p. 293-307.

colaboradores afectos aos diversos títulos, mas também a apresentar os aspectos mais técnicos a eles ligados, sempre que tais dados sejam possíveis de obter, como sejam o apetrechamento tipográfico, o tipo de papel usado, o formato do periódico, a tiragem, a distribuição, e a publicidade.

#### **4.6. A vida interna dos periódicos católicos na Primeira República**

Ainda que estivessem muito longe da estrutura da empresa jornalística moderna, que vingou com um maior vigor a partir da década de 1980, em termos mundiais e nacionais, as revistas e os jornais católicos publicados no período da Primeira República já tinham por detrás uma máquina bem montada, e até possuíam um certo grau de complexidade. Para além da sua missão de arautos da boa imprensa, e com a medida correcta perfeitamente adaptada à realidade portuguesa, os periódicos católicos acompanharam o ritmo veloz e impetuoso que vinha sendo marcado pelas grandes potências europeias, e que cativava nos leitores nacionais, em crescendo, um sentimento feérico pelos acontecimentos da *belle époque*, ou pelo nascimento de mais uma invenção tecnológica, ou ainda pela simples descoberta de um mundo mais vasto e mais diversificado do que eles (leitores) imaginavam anos antes.

Os jornais, enfim, adaptavam-se aos novos tempos e a sua estrutura também. O sistema capitalista que moldava o mundo empregava-se também no esquema dos periódicos católicos. A imagem de um só homem atrás do fabrico de um jornal ou de uma revista era cada vez menos vista. Em redor do seu director juntavam-se-lhe outras pessoas com trabalhos específicos, mas perfeitamente coordenados entre si, em prol do sucesso do título em questão. Assim, surgiam editores, administradores, chefes e secretários de redacção, jornalistas, folhetinistas, tipógrafos, e uma rede alargada de contactos, não apenas na freguesia, na vila ou na cidade onde se editavam, mas nos mais recônditos lugares de Portugal, através da Rede Postal, do telégrafo e do telefone. Só assim poderiam sobreviver em termos industriais no competitivo mundo da imprensa. Só assim poderiam lutar de igual para igual contra a denominada má imprensa e lutar para a prevalência da sua boa imprensa.

De acordo com a recolha de elementos para a construção do nosso Catálogo, registámos um elevado número de nomes de pessoas e de lugares – ocupando a Direcção, a Administração, a Redacção, a Composição e a Impressão – que constituíram e constituem parte da história da imprensa católica publicada em Portugal no decorrer daquele período histórico. Todavia, apesar de considerarmos muito importante ver

realçado todos esses nomes e locais, fruto das constantes mudanças aí operadas, optámos por remeter para apêndice o quadro total dos cerca de mil nomes de pessoas e de locais ligados a todos os títulos apresentados. Tal decisão tende a libertar o presente texto do excessivo peso gráfico que a apresentação de mais de cem páginas de tabelas iria promover no mesmo. Contudo, não poderemos deixar de referir alguns dos elementos relacionados com a Direcção, a Administração, e a Redacção, sobretudo as diferentes denominações que foram atribuídas ao longo da existência dos periódicos. Essas designações constituem parte de um legado jornalístico de grande valor, e as constantes mudanças ocorridas ao longo da existência da imprensa católica no período da Primeira República devem ser interpretadas de acordo com vários pressupostos, sem que uma ordem decrescente seja, necessariamente, estabelecida. Era conhecida a grande dificuldade em montar e manter um jornal ou revista, e tal tarefa exigia esforços e sacrifícios variados de diferentes pessoas. Normalmente, muitas destas pessoas eram homens da Igreja Católica que se dedicavam a outras actividades, e que tinham outras competências distintas das que, então, adaptavam ao jornalismo da época. Por outro lado, os elevados custos que estavam ligados à imprensa, quer com o apetrechamento tipográfico, quer com a tinta e com o papel, em parceria com as dificuldades em manter um apreciável ficheiro de assinantes, decerto desmoralizariam até o mais obstinado director.

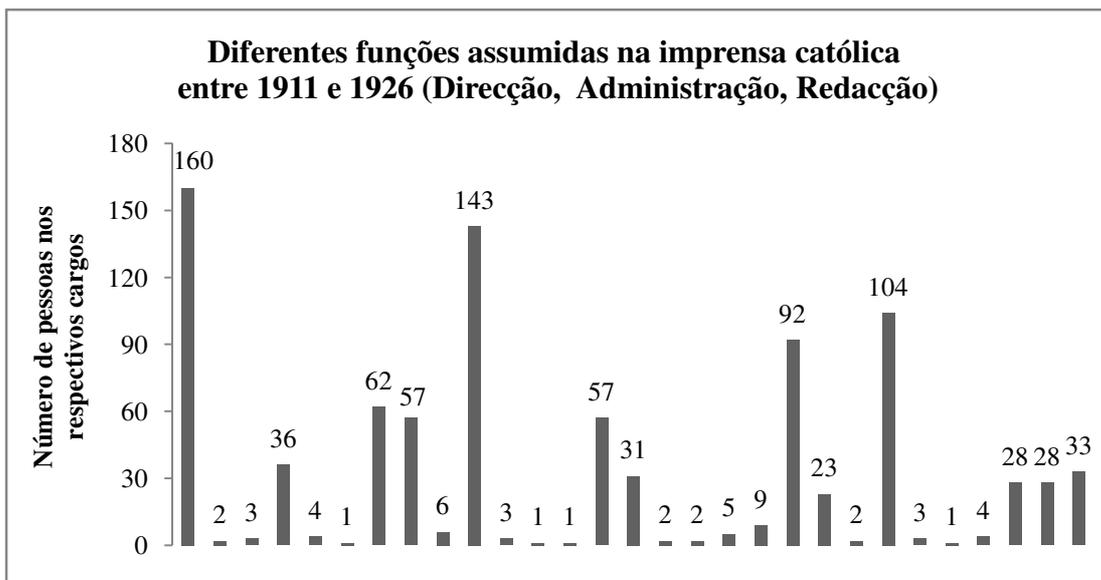
Num outro prisma de análise, é conhecido que o tempo da Primeira República não foi fácil para os homens católicos afectos à boa imprensa. Atacados por grupos de adeptos republicanos e anticlericais, vários foram os jornais católicos assaltados e pilhados um pouco por todo o país, desde os primeiros dias de Outubro de 1910. Em certa medida, a destruição das Oficinas e da Redacção dos periódicos católicos, e a sua recuperação posterior, também ajudou ao afastamento de alguns dos primeiros membros da boa imprensa, que já não estariam tão disponíveis a enfrentar os perigos da República, segundo eles, tanto que muitos deles eram forçados a exilar-se no estrangeiro para proteger as suas vidas. A mudança no interior dos jornais católicos era, por isso, natural. Assim, não foi estranho constatar o elevado número de pessoas e de instituições que confirmámos na Direcção, na Administração, e na Redacção, no decurso do hiato histórico que definimos para o nosso estudo.

Nos 217 títulos inventariados, confirmámos a presença de 904 nomes de diferentes pessoas que assumiram uma, duas ou mais funções no periódico. Esses 904 nomes distribuíram-se por 29 funções individualizadas ou agrupando dois ou mais

cargos. Cada uma delas apresenta o número de pessoas que assumiu esse ou esses cargos, como poderemos ver seguidamente.

<b>Diferentes funções assumidas na Direcção, na Administração, e na Redacção</b>	<b>Número de pessoas nos respectivos cargos</b>
Director	160
Director-Editor-Administrador-Proprietário	2
Director-Editor-Administrador	3
Director-Editor-Proprietário	36
Director-Administrador-Proprietário	4
Director-Administrador-Redactor	1
Director-Editor	62
Director-Proprietário	57
Director-Redactor	6
Editor	143
Editor-Administrador-Proprietário	3
Editor-Administrador-Redactor	1
Editor-Proprietário-Redactor	1
Editor-Administrador	57
Editor-Proprietário	31
Editor-Secretário de Redacção	2
Editor-Chefe de Redacção	2
Editor-Redactor-principal	5
Editor-Redactor	9
Administrador	92
Administrador-Proprietário	23
Administrador-Redactor	2
Proprietário	104
Proprietário-Redactor	3
Subdirector-Editor	1
Secretário	4
Secretário da Redacção	28
Redactor-principal	28
Redactor	33

**Quadro n.º 2: Funções assumidas na imprensa católica (1911-1926), e números de pessoas nos respectivos cargos**



**Gráfico n.º 16: Diferentes funções assumidas na imprensa católica (1911-1926),  
e números de pessoas nos respectivos cargos**

Numa breve análise aos elementos expostos, confirmamos que a polivalência foi a tónica habitual na imprensa católica. Em 29 funções totais, verificamos que 25 englobam duas ou mais funções que eram assumidas pela mesma pessoa. O caso mais multifacetado surgiu em dois semanários católicos nascidos na década de 1910. Dois padres, cada um com o seu jornal, criaram e desenvolveram um novo título, assumindo, ao mesmo tempo, as pastas da Direcção, da Edição, da Administração e da Propriedade. O primeiro caso trata-se, de resto, do mais extenso no tempo, e reporta-se ao padre A. P. Paiva Freixo, e do jornal *A Voz do Santuario*, de Crestuma, Vila Nova de Gaia, editado entre 3 de Maio de 1914 (ano I, n.º 1) e 3 de Outubro de 1915 (ano II, n.º 75). Ainda que tenha uma vida efémera, no quadro da imprensa católica, a publicação deste título não deixa de assumir um bom exemplo da disponibilidade de um homem da Igreja para as lides jornalísticas. O segundo caso trata-se do padre João Vieira Xavier Madruga, e do jornal *O Dever*, da Calheta, na ilha de São Jorge, Açores. Este título nasceu em 2 de Junho de 1917 (ano I, n.º 1) e mantém publicação. A longevidade deste semanário, um dos mais antigos em circulação em Portugal, foi iniciada por aquele sacerdote que manteve a chefia da Direcção, da Edição, da Administração e da Propriedade durante vinte números. A partir de 20 de Outubro de 1917 (ano I, n.º 21), o padre José J. de Matos assumiu a função de administrador, à qual juntaria a de editor em 1931. Apesar da versatilidade das pessoas ligadas à imprensa católica deste período (1911-1926) ser muito apreciável, a verdade é que a função individualizada foi a que mobilizou um maior número de pessoas. E as funções mais requeridas foram, sem surpresas, as de

director, de editor, de proprietário, e de administrador. Assumindo a pasta de director registámos um total de 160 pessoas. Como editor, o número foi um pouco menor, de 143 pessoas. Avocando a pasta de proprietário registámos 104 pessoas. Finalmente, como administrador confirmámos a existência de 92 pessoas. Para além destas funções, há a registar um número difícil de obter e de comprovar que diz respeito aos colaboradores. Isto é, aparte os poucos títulos que publicitavam os seus colaboradores, não há, em rigor, uma lista de pessoas que colaboravam com o periódico. Ainda assim, temos o exemplo registado do jornal *Correio de Lafões*, de Vouzela, que se publicou entre 10 de Outubro de 1915 (ano I, n.º 1) e 7 de Abril de 1918 (Ano II, n.º 61?). Este jornal quinzenário contava, assim, com a colaboração esporádica e/ou sistemática de individualidades sobejamente reconhecidas no trabalho em prol da boa imprensa, como eram os casos de Alberto Pinheiro Torres, de Francisco de Sousa Gomes Veloso, de José de Almeida Correia, e de Agostinho Ferreira Coutinho. Um outro exemplo sucedida com *O Estudo* (Viseu, 1920), quinzenário que se publicava a partir do colégio da Via-Sacra daquela cidade, e que contava com a colaboração de J. Gonçalves Dias (professor), de Carlos de Albuquerque, de Manuel Barbosa, e de todos os restantes alunos daquele colégio. No mesmo sentido, a questão em redor às funções atribuídas aos funcionários das Oficinas dos periódicos assume uma nova dificuldade. Ainda que não haja registos efectivos dos funcionários que aí trabalhavam e das funções específicas que aí tinham, conseguimos descobrir informações relativas às máquinas que equipavam as oficinas de impressão e de composição, como veremos em seguida.

#### **4.7. Os materiais tipográficos dos periódicos católicos**

No início da década de 1910, a larga maioria das oficinas de impressão e de composição que estavam ao dispor da imprensa católica já dispunham dos mais recentes materiais tipográficos existentes no mercado. Por esta altura, nas tipografias nacionais ainda fazia furor a máquina rotativa de impressão Marinoni Planal, nascida em 1866, inventada pelo francês Hippolyte August Marinoni (1823-1904), construída e distribuída pela fábrica belga H. Julien S. A., e que tinha uma capacidade de impressão de dez mil páginas por hora. Ora, as potencialidades de impressão da rotativa Marinoni e de outras rotativas, como a Hoe, inventada em 1847, pelo norte-americano Richard March Hoe (1812-1886), e a Augsburg, da Fábrica alemã Maschinenfabrik Augsburg, apresentada em 1873 na Exposição Universal de Viena, então a capital do império austro-húngaro, não eram, certamente, utilizadas pela imprensa católica. Cremos que só

os jornais nacionais de grande circulação atingiam um número de tiragens elevado que justificava a aquisição desse equipamento. Ainda assim, os títulos católicos não abdicavam de garantir a mais recente tecnologia para as suas oficinas de composição e de impressão.

Ao longo do período da Primeira República, os periódicos foram actualizando os seus materiais tipográficos, nomeadamente com a adaptação das suas máquinas de impressão de vapor para electricidade. No início de 1911, a quase totalidade das máquinas das tipografias nacionais ainda eram movidas a vapor. Tal acontecia, por exemplo, com o jornal católico *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919) que, em 8 de Janeiro desse ano, era composto e impresso em máquinas movidas a vapor, e assim permaneceu por vários anos. Só mais tarde é que a electricidade começou a ser largamente utilizada. No fim da década de 1910, praticamente todas as máquinas das oficinas de composição e de impressão, utilizadas pela globalidade da imprensa católica nacional, já tinham abandonado a força motriz do vapor, substituindo-a pela electricidade. Mesmo assim, ainda houve casos em que a mudança do vapor para a electricidade ainda demorou a concretizar-se. Se o preço daquela inovação não seria, por certo, ainda facilmente atingível por todas as oficinas, é sabido que se manteve uma certa aversão pela mudança tecnológica, por parte dos seus proprietários. Por isso, não é de estranhar que, em 1924, a informação da existência de oficinas movidas a electricidade era ainda significado de uma novidade. Essa mesma informação estava impressa em cada número d' *A União* (Lisboa, 1920-1938), desde o n.º 1924, de Janeiro de 1924, periódico então composto e impresso na Tipografia da União Gráfica, rua de Santa Marta, n.º 158, Lisboa. De qualquer forma, é de realçar apenas que, mais cedo ou mais tarde, a mudança se efectivou, em termos nacionais, e a passagem do vapor para a electricidade foi um passo natural.

A composição dos periódicos conheceu um grande avanço desde o último quartel do século XIX. Em 1884, Ottmar Mergenthaler (1854-1899), um alemão emigrado nos Estados Unidos da América, inventou um sistema de impressão a que chamou *linotype*, traduzido para linotipia. Este sistema permitia a montagem dos diversos “tipos” em linha e não um a um (monotipia), sendo fundidos e fabricados à medida que se ia construindo a linha. Os “tipos” (caracteres) eram colocados em “componedores”, as futuras linhas, juntando-se-lhe peças de chumbo mais curtas, os denominados “brancos”, para separar as palavras. Depois de formadas nas linhas, as “peças” (palavras) eram colocadas nas “galés”, chapas de zinco com um rebordo de

ferro. Depois de as páginas do periódico estarem completas, estas podiam ser movimentadas por intermédio de pequenos “apertos” que as seguravam. O chumbo quente era despejado nas matrizes cavadas, e formava as linhas que tinham os “tipos” (letras) em relevo. As provas retiravam-se no prelo, corrigiam-se possíveis erros (“gralhas”), e imprimia-se o documento já normalizado e revisto. A técnica linotipia, também denominada por processo de composição a quente<sup>39</sup>, era e é a mais utilizada pelo sistema tipográfico e, seguramente, pelos periódicos que constituíam a imprensa católica publicada no período analisado (1911-1926).

Paralelamente ao avanço que a composição vinha sustentando, a impressão apresentava, naquela altura, três sistemas fundamentais que foram evoluindo ao longo do tempo, sendo que ainda hoje são francamente utilizados. O sistema tipográfico deriva da xilografia e dos processos de impressão de Gutenberg (“tipos”). Trata-se de um processo em que «(...) as formas a aparecer em negro estão em relevo e são pintadas. Por uma pressão que comprime o papel contra essas formas, as letras aparecem no papel»<sup>40</sup>. Um segundo sistema, o heliográfico, foi inventado pelo inglês Samuel Fawcett (1833-1897) e pelo checo Karel Václav Klič (1841-1926). Este sistema utiliza formas cavadas, isto é, a tinta percorre as placas heliográficas ficando retida nas cavidades. As placas são comprimidas contra o papel e a tinta das cavidades é absorvida, o que origina as letras impressas. Já o sistema *offset* foi inventado em 1903, pelo litógrafo norte-americano Ira Washington Rubel (?-1908). O *offset* teve origem numa outra técnica anterior, a litografia, que se trata de um sistema de impressão utilizando chapas de pedra, uma invenção datada de 1796, atribuída ao checo Aloys Senefelder, (1771-1834). O sistema *offset* baseia-se «(...) numa placa quimicamente tratada que, nas partes sensibilizadas, tem a propriedade de atrair a tinta e repelir a água. Nas áreas não sensibilizadas atrai a água e repele a tinta»<sup>41</sup>. Isto é, a chapa *offset* utiliza dois rolos, um embebido em tinta nas áreas a marcar, e um outro em água nas partes não sensibilizadas. Depois, a chapa *offset* é comprimida contra um rolo de *catchu* onde apenas a tinta fica retida. Em seguida, este rolo de *catchu* é comprimido contra o papel e deixa a tinta nos pontos onde deverão surgir as letras. Este sistema de *offset* era mais aplicado em jornais de grande tiragem, uma vez que só assim se tornava mais económico. Já para as pequenas tiragens – onde certamente se incluíam, pelo menos a

---

<sup>39</sup> Cf. Idem, p. 71.

<sup>40</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa...*p. 68.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

larga maioria dos títulos da imprensa católica, senão mesmo a totalidade – era utilizado o sistema da tipografia. O sistema de prensa era o mais usual, no início do século XX, para a impressão dos periódicos. No entanto, era já uma evolução da prensa manual proposta por Johannes Gutenberg (c. 1398-1468), e que se baseava num prelo cilindro accionado a vapor. Esta técnica, desenvolvida por Friedrich Koenig (1774-1833) e por Andreas Bouer (1783-1860), em 1814, traduzia-se numa tiragem de 1100 por hora. Este sistema seria melhorado anos mais tarde por Hippolyte Auguste Marinoni (1823-1904) com a sua rotativa de impressão (1866), que utilizava uma grande inovação: o papel utilizado passava a ser fabricado em bobinas e não em folhas soltas. Dessa forma, o processo de colocar e de retirar as folhas de papel foi abandonado e «(...) o movimento de vai e vem da prensa cilíndrica foi transformado num movimento rotativo do cilindro de pressão»<sup>42</sup>. Assim, enquanto uma superfície da folha estava a ser preenchida com tinta, a outra metade do cilindro estava já a imprimir outra folha do jornal. Este processo era mais rápido e eficiente, e o sistema mecânico de impressão, movido a vapor ou a electricidade, assegurava um menor esforço por parte dos tipógrafos. Nesta época, a tinta mais utilizada pelos periódicos nacionais para a impressão dos seus exemplares era a tinta de origem belga, denominada Coates Lourileux, sendo comercializada em bidões de 25 quilos. Refira-se que, ainda hoje, esta tinta é usada em diversas fábricas de artes gráficas nacionais e estrangeiras.

#### **4.8. O Papel, o Formato, a Tiragem, a Distribuição, e a Publicidade**

Integradas na vida interna do periódico, existem diversos elementos tais como o Papel, o Formato, a Tiragem, a Distribuição e a Publicidade do periódico que devem fazer parte do processo de análise de todos os títulos que constituem parte integrante da história da imprensa. Consideramos que estes cinco elementos devem estar agrupados, pois desenvolvem-se em conjunto e em processo crescente, desde a impressão até ao momento em que chegam às mãos dos leitores. Seguidamente vamos individualizar cada um desses elementos, dotando-os com informações que fomos recolhendo ao longo da realização do Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926.

No dia 3 de Julho de 1917 (ano IV, n.º 916), o jornal católico *Liberdade* (Porto, 1914-1919) inseria uma pequena notícia na primeira página dando conta que o jornal *O*

---

<sup>42</sup> Idem, p. 73.

*Universo* (Lisboa, 1917) deixara de se publicar, vítima da falta de papel que grassava o País. Nascido em 9 de Abril de 1917 (ano I, n.º 1), esse diário católico suspendia a sua actividade apenas três meses depois, em 30 de Junho de 1917 (ano I, n.º 67). No entanto, tal notícia não constituía grande novidade. A verdade é que a falta de papel constituía uma ameaça permanente para qualquer periódico, fosse ele católico, republicano, socialista, protestante, ou outros. Tal situação agravava ainda mais a crise por que passava a imprensa portuguesa, já desde o século XIX, nomeadamente com a obtenção do papel. Uma das maiores dificuldades do periodismo nacional era, efectivamente, a escassez do papel, quase sempre de má qualidade, e o elevado custo a pagar na sua aquisição. Tal situação constituiu um grande entrave ao «(...) desenvolvimento do jornalismo português. Só com os progressos da indústria nacional e com uma favorável regulamentação, cerca dos finais do terceiro quartel do século passado, o fornecimento de papel às folhas periódicas deixaria de constituir tão agudo obstáculo»<sup>43</sup>. Ainda assim, o problema da compra de um papel de melhor qualidade e a um preço mais reduzido manteve-se no decorrer do primeiro quartel do século XX. Por esta altura, a maioria do papel que fornecia a os periódicos nacionais e, concretamente, a imprensa católica era, seguramente, de origem portuguesa. A existência de muitas fábricas de papel em Portugal<sup>44</sup> e o elevado preço que o papel poderia atingir, quando importado de outros países<sup>45</sup>, são dois factores que asseveram essa forte possibilidade. Confirmámos assim que, em Portugal, também circulava papel fabricado no estrangeiro.

---

<sup>43</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa...*p. 199.

<sup>44</sup> Não há, neste momento, um trabalho publicado dedicado apenas às muitas fábricas de papel que existiam em Portugal no decorrer da Primeira República e que produziam papel-jornal que alimentava as Tipografias. De qualquer forma, a partir de leituras efectuadas e de cruzamento de alguns dados, podemos avançar uma pequena listagem de Fábricas de Papel em Portugal: Fábrica de Papel de Antuã; Fábrica de Papel do Caima; Fábrica de Papel da Lousã; Fábrica de Papel do Prado (Braga); e outras Fábricas de Papel em: Alcobaça, Alenquer, Batalha, Coimbra, Leiria, Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, Serpins, Tomar, e Vizela. Sobre a Fábrica de Papel do Prado ver: José Amado Mendes e o seu trabalho – *História e Património Industrial do Papel: a Indústria Papeleira no distrito de Coimbra*, visionado em 11 de Novembro de 2010 e disponível em: [http://www.cm-lousa.pt/biblio/arquivo\\_historico/pdf/70\\_pdf\\_historia\\_e\\_patrimonio\\_industrial\\_do\\_papel.pdf](http://www.cm-lousa.pt/biblio/arquivo_historico/pdf/70_pdf_historia_e_patrimonio_industrial_do_papel.pdf) . Ver sobre a Fábrica de Papel do Caima, visionado em 11 de Novembro de 2010 e disponível em: <https://sites.google.com/site/faceocultadeportugal/centro/fabrica-de-celulose-do-caima> . Sobre uma outra Fábrica de Papel do Caima, conferir o que foi visionado em 11 de Novembro de 2010 e disponível em: <http://www.caima.pt/canal.asp?p=1&idselect=0&t=1&idCanal=7&idLingua=1> . Ver igualmente a dissertação de mestrado, de Telma Marília Assunção Correia, em *História e Património – Ramo Arquivos Históricos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009 sobre A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (séculos XIX e XX), visionada em 11 de Novembro de 2010 e disponível em: [http://repositório\\_aberto.up.pt/bitstream/10216/20283/2/mesttelmaco\\_rreiafamilia000084803.pdf](http://repositório_aberto.up.pt/bitstream/10216/20283/2/mesttelmaco_rreiafamilia000084803.pdf)

<sup>45</sup> A título de exemplo, em Janeiro de 1916, o jornal *A Nação* apontou o caso de o papel-jornal ser importado de Espanha para colmatar a sua falta em Portugal. A juntar ao preço base do papel para exportação (com os devidos impostos de importação e do direito alfandegário) que ficava taxado a 12 centavos/quilo eram acrescidos os valores normais de transporte que colocariam o papel-jornal em

Ora, é certo que o papel poderia chegar às oficinas de composição e de impressão sob duas formas. Por um lado, poderia vir já cortado e agrupado em resmas com 500 folhas. Este é o número internacionalizado para efeitos de empacotamento de folhas de papel, e que hoje é utilizado mundialmente. Por outro, o papel poderia vir em bobinas que seriam, posteriormente, colocadas nas máquinas rotativas de impressão existentes nas diversas tipografias, sobretudo as de maior porte, como a Marinoni ou a Augsburg. Ao longo do contacto com os diversos periódicos referidos no nosso Catálogo, verificámos que a gramagem do papel-jornal não era uniforme. Se por um lado o papel utilizado em revistas e jornais de menor formato tinha uma tendência para ser mais grosso, isto é, com uma maior gramagem por folha, os jornais que imprimiam num formato maior debateram-se constantemente com o problema de o papel utilizado não ter a gramagem mais desejada. Isso aconteceu, a título de exemplo, com o *Diário do Minho*, no decorrer dos últimos meses de 1920. Afectado, como outros periódicos, com a falta de um papel de melhor qualidade, este diário bracarense imprimiu-se durante diversas semanas num papel de fraca qualidade. A pouca gramagem das folhas deixava à vista, na primeira página, o que estava impresso na segunda, e esta situação demonstrava, afinal, a grande dificuldade das tipografias em obter um melhor papel-jornal. Mas esta realidade era apenas parte de um problema que afectou a imprensa portuguesa no decurso da Primeira República e, no nosso caso, a imprensa católica.

No decorrer da análise específica aos nove títulos que seleccionámos para o nosso estudo<sup>46</sup>, registámos diversas notícias, acerca do problema da falta de papel e da crise que tal situação provocou nos periódicos. Numa abordagem prévia, verificamos que foi em 1916 que o problema da falta de papel se agravou, precisamente no decorrer da Grande Guerra (1914-1918), cuja influência não foi alheia. Logo no início desse ano, seguindo o exemplo de outros títulos de Lisboa e do Porto, *A Nação* (Lisboa, 1847-1928) assumiu a dianteira na defesa dos interesses dos periódicos. Em questão estava a necessidade de se encontrar uma solução viável para o problema que a carestia do papel e o seu elevado custo vinha provocando às empresas jornalísticas nacionais. A primeira reunião foi agendada para o dia 20 de Janeiro de 1916, às 14 horas, nas instalações da

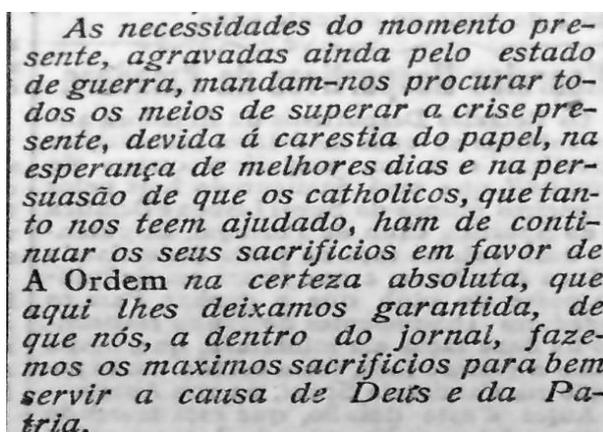
---

Portugal a 14 centavos/quilo. Tal preço era considerado insuportável para as finanças dos periódicos nacionais que solicitavam ao Governo a isenção provisória dos direitos de importação para o papel-jornal. Cf. *A crise dos jornais*, in *A Nação*, 11 de Janeiro de 1916, ano LXIX n.º 16:400, p. 1.

<sup>46</sup> Os nove títulos escolhidos para a nossa análise, que será apresentada mais à frente, são: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *Diário do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A União* (Lisboa, 1920-1938); e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974).

Redacção d' *A Nação*, sita na rua da Lucta, n.º 30, 2.º, Lisboa, e juntou diversos jornais de Lisboa, do Porto e da província<sup>47</sup>. Nessa primeira reunião foram apresentadas as principais reivindicações dos periódicos e que passavam pela isenção do imposto de importação aplicado ao papel comprado no exterior e da taxa alfandegária a ele associado, e também a isenção da franquia postal no transporte dos jornais pelo Correio.

Mais tarde, já depois da segunda reunião da imprensa, em 24 de Janeiro de 1916, a comissão delegada da imprensa portuguesa<sup>48</sup> entregou no Parlamento, a 26 de Janeiro, um documento onde apresentava a sua posição. Porém, o governo republicano não cedeu às reclamações da imprensa e manteve os impostos e a franquia postal. Tal situação acabou por ter reflexos directos na forma como os periódicos se apresentaram ao público. Assim, em Maio de 1916, o diário *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) diminui o seu formato, passando dos habituais 57 cm (altura) e 41 cm (largura) para os 48 cm (altura) e 35 cm (largura). Num editorial assinado, o director Camossa Saldanha asseverava que a decisão de reduzir o formato do jornal visava, sobretudo, evitar que o jornal cessasse a sua publicação. Por outro lado, manteria o preço do jornal avulso a 10 réis. Esta tomada de posição validava a necessidade de manter viva a voz deste jornal católico, e os sacrifícios pedidos aos assinantes seriam certamente aceites.



*As necessidades do momento presente, agravadas ainda pelo estado de guerra, mandam-nos procurar todos os meios de superar a crise presente, devida á carestia do papel, na esperança de melhores dias e na persuasão de que os catholicos, que tanto nos teem ajudado, ham de continuar os seus sacrificios em favor de A Ordem na certeza absoluta, que aqui lhes deixamos garantida, de que nós, a dentro do jornal, fazemos os maximos sacrificios para bem servir a causa de Deuts e da Patria.*

Figura n.º 2: Pormenor do editorial de Camossa Saldanha: *Explicação Necessaria*, in *A Ordem* (Lisboa), 14 de Maio de 1916, ano I, n.º 87, p. 1

O tema da franquia postal, integrado no contexto da crise da imprensa portuguesa, foi retomado em Outubro de 1916. Numa coluna publicada na primeira

<sup>47</sup> Cf. *Crise dos Jornaes: a Reunião da Imprensa Portugueza*, in *A Nação*, 21 de Janeiro de 1916, ano LXIX n.º 16:407, pp. 1-2.

<sup>48</sup> Faziam parte dessa Comissão Delegada os seguintes representantes: Pedro Muralha, pelo jornal *A Vanguarda*; Ribeiro de Carvalho pela empresa dos jornais *Radical*, *Patria* e *Jornal de Portalegre*; João Pereira da Rosa, pelo jornal *O Século* e suas publicações, João Franco Monteiro, pelo diário *A Nação*; e Manuel Guimarães pela *Capital*. Cf. *A crise dos jornaes: Representação entregue hontem ao parlamento*, in *A Nação*, 29 de Janeiro de 1916, ano LXIX n.º 16:411, p. 1.

página, *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) não se mostrava surpreendida pelo desfecho que esta questão tomara<sup>49</sup>. A isenção da franquia não seria concedida, e o jornal afirmava que esta não passara de uma promessa do Governo, então liderado por António Maria da Silva, que ficou por cumprir.

Perante a permanência de um cenário de grandes dificuldades para a imprensa, *A Ordem* vaticinava que «(...) esta situação é que de fôrma nenhuma se póde manter. Agora, acima do interesse material está a nossa dignidade pessoal. (...) A nota do governo precisa d' uma resposta»<sup>50</sup>. Essa resposta começaria a ser definida nos dias e semanas seguintes com variadas reuniões juntando diversos membros da imprensa. No mesmo sentido, uma nova equação do problema da imprensa passava a ser o regresso da censura prévia aos jornais, explicado pela guerra. A imprensa não a desejava e atacara a imposição da censura. Em Outubro de 1917, *A Ordem* avançava que de uma dessas reuniões da imprensa saíra uma proposta que passava pela «(...) expedição d' um telegramma ao sr presidente da Republica [Bernardino Machado] protestando contra a fôrma porque se está exercendo a lei de censura, não se permittindo em Lisboa sequer a menor referencia á sua viagem»<sup>51</sup>. Fruto da instabilidade externa provocada pela Grande Guerra (1914-1918), o papel-jornal voltou a subir em 1918 para preços que *A Ordem* considerava alarmantes, e este jornal incitava as empresas jornalísticas a juntarem-se para apresentarem medidas concretas para debelar a crise que atravessavam.

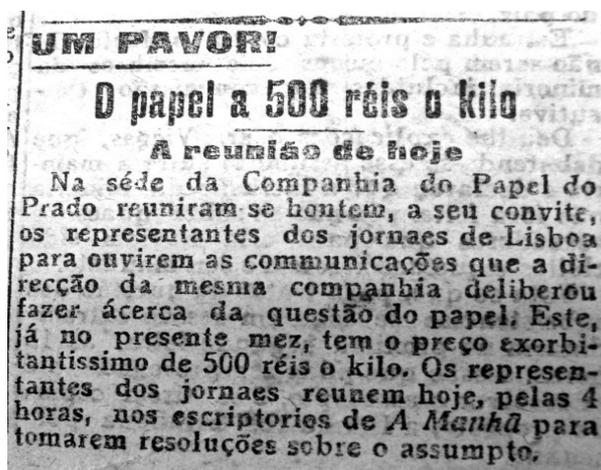


Figura n.º 3: Pormenor da notícia: *Um pavor! O papel a 500 réis o kilo: a reunião de hoje*, in *A Ordem*, 3 de Janeiro de 1918, ano I, n.º 569, p. 1

Das diversas acções, levadas a cabo pelos representantes das empresas jornalísticas, foi criada uma comissão em representação dos jornais de Lisboa e do

<sup>49</sup> Cf. *A crise da imprensa*, in *A Ordem*, 29 de Outubro de 1916, ano I, n.º 225, p. 1.

<sup>50</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>51</sup> *Reunião da Imprensa*, in *A Ordem*, 14 de Outubro de 1917, ano II, n.º 506, p. 1.

Porto. No dia 10 de Janeiro de 1918, esta comissão entregou um documento a Sidónio Pais, então presidente do Ministério do Governo da República Portuguesa. Nesse diploma, a comissão apresentava a situação calamitosa vivida pela imprensa e solicitava aos governantes «(...) as medidas que evitem a ruína completa da instituição da imprensa portuguesa»<sup>52</sup>. A *Ordem* afirmava que o preço do quilo de papel para impressão que custava 8 centavos em 1914, já atingira, em 1918, os 50 centavos/quilo. Naquele documento estavam inscritas treze propostas concretas para ajudarem a solucionar a crise dos periódicos nacionais. Voltava-se a insistir na isenção da franquia postal, pretendia-se fixar o preço mínimo de venda de todos os periódicos nacionais em 2 centavos/exemplar, e também limitar o gasto de papel, obrigando os jornais da tarde e da noite a publicarem apenas duas páginas por edição, e os jornais da manhã a publicarem quatro páginas diárias, excepto em dois dias da semana, em que publicariam apenas duas páginas. Ficaria, igualmente, agendada para o dia seguinte uma reunião da comissão com o ministro do Comércio, Xavier Esteves<sup>53</sup>.

Só em 1920 é que o Governo tomaria uma medida efectiva e sustentada em relação à crise por que passava a imprensa. Em 27 de Junho desse ano, o *Diario do Minho* inseria na sua primeira página o decreto proposto pelos Ministérios da Justiça e Cultos, e do Comércio e Comunicações, e que determinava o aumento do preço dos jornais. Em quatro artigos ficava assente, entre outros aspectos, que o limite mínimo por cada exemplar para venda avulso de todos os periódicos nacionais ficaria nos \$50 (50 centavos). O preço das assinaturas também sofria um reajustamento e o limite mínimo das mesmas passaria a estar definido desta forma: 1\$50 por mês; 4\$50 por trimestre; 9\$00 por semestre; e 18\$00 por ano. Quem desrespeitasse essas normativas sofreria penas que iam desde os 50\$00 de multa, à primeira transgressão, até à suspensão do periódico, à quarta infracção. O presente decreto entraria em vigor em 1 de Julho de 1920. Mas tal lei não travaria a dificuldade que existia na obtenção de papel. Por esta altura, não apenas em Portugal, mas no resto da Europa e do mundo, as muitas fábricas de papel debatiam-se com o problema de não conseguirem responder aos pedidos. Isto é, a oferta era inferior à procura e, perante esta realidade, o preço a pagar mantinha-se alto. Em 6 de Outubro de 1920, o *Diario do Minho* publicou um novo decreto respeitante à questão da importação de papel. O Governo demonstrou preocupação neste

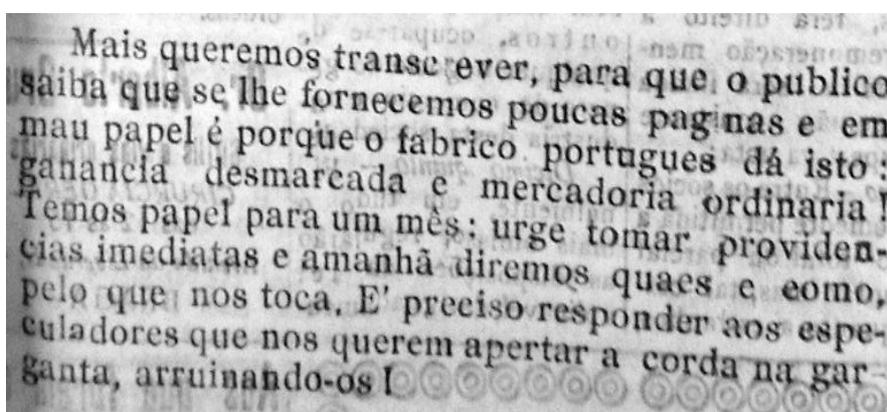
---

<sup>52</sup> *A crise da imprensa: Representação dos jornaes de Lisboa e Porto ao governo*, in *A Ordem*, 11 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 576, p. 1.

<sup>53</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

sentido, e apresentou um quadro de medidas que tinha por objectivo atenuar as dificuldades vividas pelo sector, e que poderiam «(...) conduzir á paralisação das industrias graphicas por falta de papel de impressão»<sup>54</sup>. De acordo com o documento, o Governo suspendia, por um prazo de seis meses, a contar da data do decreto, a taxa de importação ao papel. Esta era, de resto, uma reivindicação antiga. Tal situação poderia auxiliar os periódicos na aquisição de mais e de melhor papel a um preço mais convidativo do que aquele que encontravam em Portugal. Porém, tal cenário não estancou, verdadeiramente, a crise na aquisição do papel.

A incapacidade financeira das empresas jornalísticas nacionais em competir com as suas congéneres estrangeiras era conhecida e, de certa forma, esta conjuntura impediu-as de garantir mais e melhor papel no estrangeiro do que aquele que era produzido em Portugal. Rapidamente, esgotaram-se os seis meses da suspensão da franquia da taxa de importação imposta ao papel, e os problemas em redor do papel regressaram e acentuaram-se. No início de 1922, a situação era apresentada como sendo muito grave. Em 10 de Fevereiro, o *Diario do Minho* intitulava o editorial assim: «*Com a corda na garganta!*». Esta era, de facto, uma expressão que legitimava a visão sufocante do problema da carestia do papel. O diário bracarense chamava a atenção para a disputa dos jornais *O Seculo* e *Opinião* com a Companhia de Papel do Prado (Braga) que fornecia parte do papel utilizado pelos periódicos, a propósito do elevado preço praticado por esta empresa de fabrico de papel que inflacionara os preços do mercado. Assim, o *Diario do Minho* também reforçava estas críticas e asseverava que toda a imprensa estava a protestar «(...) contra a crise do papel provocada pela ganancia das fabricas»<sup>55</sup>, e expunha aos seus leitores as suas dificuldades.



**Figura n.º 4: Pormenor do editorial: *Com a corda na garganta!*, in *Diario do Minho*, 10 de Fevereiro de 1922, ano III, n.º 865, p. 1**

<sup>54</sup> *Importação de papel*, in *Diario do Minho*, 6 de Outubro de 1920, ano II, n.º 454, p. 1.

<sup>55</sup> *Com a corda na garganta!*, in *Diario do Minho*, 10 de Fevereiro de 1922, ano III, n.º 865, p. 1.

A celeuma alargou-se a um quadro nacional e foram vários os títulos de diversos pontos do país que protestaram contra «(...) a ganancia da Companhia de Papel do Prado, que parece apostada em estrangular a imprensa portugueza»<sup>56</sup>. O *Diario do Minho* anunciou que o preço da resma de papel disponível sofrera recentemente um aumento de 10\$000 réis, passando a custar 29\$300 réis. Perante este acréscimo, o jornal de Braga era peremptório: «pois bem; pela nossa parte, nem mais uma folha de papel do Prado!»<sup>57</sup>.

Em breve, o tema da crise do papel deixaria de estar impresso nas primeiras páginas dos jornais analisados, mas nem por isso a qualidade do papel melhorou. Só mais tarde é que esta melhoria aconteceu, fruto da renovação das máquinas e da introdução de novas técnicas de fabrico de pasta de papel, passando da primária mistura de caruma e serradura de pinheiro para a pasta de eucalipto, introduzida na década de 1920, em várias fábricas nacionais.

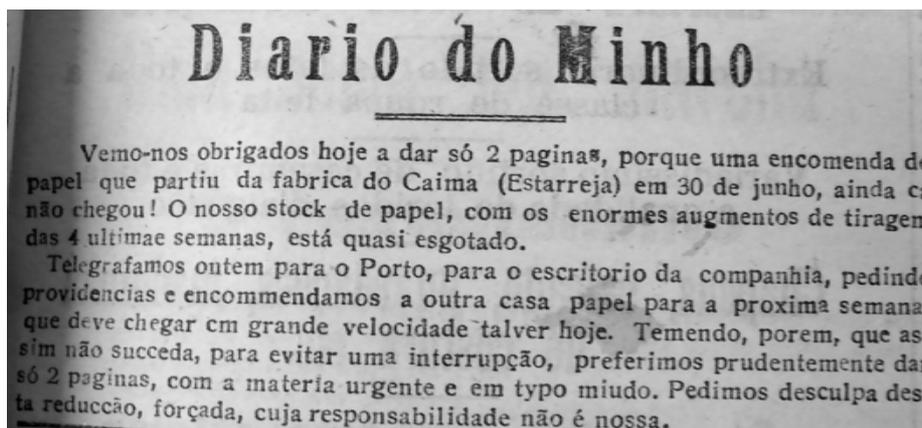
A crise na aquisição de papel obrigou, muitas vezes, as empresas jornalísticas a refazerem o plano de impressão dos seus títulos. Conscientes da falta daquele material de tão grande importância, eram vários os periódicos (católicos e não só) a adoptarem, em determinadas alturas, não apenas um formato diferente do habitual, mas também a prescindirem de duas das quatro páginas com que regularmente se apresentavam.

Assim, foram vários os títulos católicos que se editaram com apenas duas páginas durante um período de tempo mais ou menos longo. Por exemplo, diversos jornais católicos optaram por publicar apenas duas páginas. Em Novembro e em Dezembro de 1917, fruto das dificuldades impostas pela guerra, o diário *A Ordem* (Lisboa) publicou-se quase sempre com duas páginas. Tal situação também foi comum para o *Diario do Minho* que se publicou muitos dias com apenas duas páginas nos anos de 1920 e 1921 e em papel de má qualidade.

---

<sup>56</sup> *A questão do papel*, in *Diario do Minho*, 11 de Fevereiro de 1922, ano III, n.º 867, p. 1.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*.



**Figura n.º 5: Pormenor da nota: *Diario do Minho*,  
in *Diario do Minho*, 23 de Julho de 1921, ano III, n.º 696, p. 1**

Se esta alteração era francamente visível, uma outra também: o formato do jornal. Este aumentou ou diminuiu ao longo do tempo de acordo com determinadas circunstâncias, como sejam a já abordada carestia de papel, ou ainda a introdução de novas máquinas de impressão. A primeira circunstância traduzia-se numa frequente diminuição do formato do jornal. Já a segunda condição, geralmente, dava lugar ao aumento do formato. Os periódicos que inserimos no nosso Catálogo apresentaram, ao longo do tempo, diversos formatos<sup>58</sup>. Se analisarmos os tamanhos disponíveis no actual mercado de impressão, verificamos que alguns desses formatos eram então utilizados pelas máquinas de impressão existentes nas primeiras décadas do século XX. Os boletins e as revistas que registámos no Catálogo apresentavam um formato que podia ir dos internacionalizados A6 (altura: 14,8 cm; largura: 10,5 cm) até ao A5 (altura: 21 cm; largura: 14,8 cm). Porém, tal não era sempre aplicável, uma vez que as revistas e os boletins poderiam apresentar um outro formato de impressão, de acordo com as máquinas de impressão existentes e o papel obtido. Já os jornais eram impressos num formato maior. As próprias fábricas de papel disponibilizavam um conjunto de tamanhos pré-definidos que eram adquiridos pelas empresas jornalísticas, em função das máquinas de impressão disponíveis nas suas oficinas, e do preço que desejavam investir na aquisição e no tamanho do papel.

O formato apresentado por cada um dos nove títulos católicos que seleccionámos no nosso estudo foi variando ao longo do tempo. O periódico *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919) iniciou a sua publicação usando o seguinte formato – altura:

---

<sup>58</sup> Apenas registámos as alterações nos formatos dos diversos periódicos durante o período do nosso estudo. Contudo, sempre que nos foi possível, apontámos o tamanho inicial de cada um dos nove periódicos seleccionados, caso tivessem nascido antes de 1911.

50,5 cm; largura: 34 cm. Porém, no dia 1 de Janeiro de 1914 (ano IV, n.º 309) aumentou o tamanho do periódico fixando-se nos seguintes valores – altura: 54 cm; largura: 38 cm. Já o diário *A Nação* (Lisboa, 1847-1928) apresentou sempre um formato superior a todos os outros oito títulos seleccionados. Inicialmente, e até 1912, os seus valores oscilavam entre – altura: 58 cm/61,5 cm; e largura: 46,5 cm/42,5 cm. Já no início de 1912, em 4 de Janeiro (ano LXV, n.º 15:320), houve um novo reajustamento no formato do jornal, passando a fixar-se em altura: 60 cm; largura: 44,5 cm. Mais tarde, fruto da falta de papel, *A Nação* teve de reduzir significativamente o seu formato, fixando-se nos seguintes valores: altura: 46,5 cm; largura: 40 cm.

Desde o início da publicação da *Liberdade* (Porto, 1914-1919), o formato utilizado por este jornal estava fixado em altura: 62,5 cm; e largura: 44,5 cm. Porém, fruto das dificuldades em obter papel, teve de reduzir o seu formato a partir de 9 de Abril de 1916 (ano II, n.º 549) fixando-se numa altura: 56 cm; e largura: 38,5 cm. Assim se manteve até ao 29 de Junho de 1916 (ano II, n.º 616), altura em que regressou ao seu formato inicial. Já o diário *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) apresentou-se ao público com os valores fixados, em altura: 57 cm; largura: 41 cm, mas este formato acabou por ser alterado em 14 de Maio de 1916 (ano I, n.º 87). A partir desta data, o tamanho do jornal foi substancialmente reduzido, também por força da carestia do papel – altura: 48 cm; largura: 35 cm. A partir de 26 de Agosto desse ano de 1916, (ano I, n.º 171), o periódico aproximou-se do primeiro formato utilizado, fixando-se nos valores – altura: 53,5 cm; largura: 38,5 cm. Já em 2 de Fevereiro de 1918, *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) aumentou novamente de formato, publicando-se com altura variável: 56,5 cm/54,5 cm; largura: 41 cm/41,5 cm. Em 29 de Julho de 1918 (ano III, n.º 745), o jornal aumentou o seu formato, editando-se com uma altura: 57 cm; largura: 41,5 cm.

Um outro jornal, *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), manteve inalterável o seu formato no decurso do período em que analisámos este periódico, e para além dele. Desde o seu início (1913) e até 1926, confirmámos que *A Ordem* (Porto) se apresentava aos leitores com o seguinte formato – altura: 53,5 cm; largura: 38,5 cm. Apesar de em certas ocasiões o papel não ser o de melhor qualidade, o formato apresentado por este semanário foi estável. O *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação) começou por se publicar com o formato, a altura: 48 cm; e largura: 34 cm. A partir de 1 de Janeiro de 1921 (ano II, n.º 528), este título sofreu uma pequena alteração no seu tamanho – altura: 48,5 cm; largura: 35 cm. Mas, três meses mais tarde, em 2 de Abril (ano II, n.º 602), o periódico mudou para um formato superior com a

altura: 53 cm; largura: 37,5 cm. Estes valores mantiveram-se estáveis por diversos anos, tendo sido modificados apenas em 1 de Julho de 1926 (ano VIII, n.º 1:999), com a altura: 52 cm; e largura: 37 cm. No mês seguinte, em 12 de Agosto (ano VIII, n.º 2:035), passou a ter como altura: 56,5 cm; largura: 37 cm.

Um outro diário, mas da capital, *A Época* (Lisboa, 1919-1927) manteve um formato estável durante a sua existência, apresentando a altura: 56,5 cm; largura: 41,5 cm. Pelo contrário, um outro título da capital portuguesa, *A União* (Lisboa, 1920-1938) foi fértil em mudanças no formato utilizado, em particular nos primeiros anos da sua publicação. Desde o seu primeiro número, de 19 de Janeiro de 1920 (ano I, n.º 1), apresentou-se com um formato reduzido – altura: 27,5 cm; largura: 19,5 cm. A partir de 25 de Junho de 1922 (ano III, n.º 97) aumentou de formato, estendendo-se pelos valores – altura: 52,5 cm; largura: 37,5 cm. Sensivelmente um ano mais tarde, em 15 de Outubro de 1923 (ano IV, n.º 153), *A União* manteve a sua largura mas aumentou ligeiramente a sua altura: 58 cm. Porém, este aumento de tamanho foi de pouca duração. A partir de Janeiro de 1924 (ano V, n.º 163) reduziu largamente o seu formato e fixou-se com altura: 27,5 cm; largura: 19,5 cm. Já o diário *Novidades* (Lisboa, 1923-1974) foi outro caso de estabilidade na apresentação do seu formato. Este jornal apresentou-se aos leitores com o seguinte formato – altura: 63 cm; largura: 40 cm, e assim se manteve até ao final do período analisado (1926).

Conforme já temos vindo a referir, o número de páginas dos periódicos era variável. O formato implicava um maior ou um menor número de páginas por edição. No mesmo sentido a falta de papel, que ocorreu com maior incidência no decurso da Grande Guerra (1914-1918), obrigou muitas vezes as empresas jornalísticas a reduzir o número de páginas por edição e até a adoptarem um outro formato para, dessa forma, pouparem as suas reservas de papel.



**Figura n.º 6: Exemplo da disposição das notícias pelo processo conhecido por “chouriço”, in *Liberdade*, 24 de Fevereiro de 1918, ano V, n.º 1:112, p. 1**

No caso dos jornais, podemos asseverar que a edição habitual assentava em quatro páginas, sendo que as duas primeiras estavam destinadas quase exclusivamente ao editorial, às principais notícias e pequenas notas ou rubricas. A disposição das notícias obedecia a um processo conhecido por “chouriço”, ficando agrupadas em colunas (entre seis e sete) e frequentemente sem título, sendo divididas por um pequeno traço, denominado “filete”, “lâmina” ou “bigode”. A terceira página dividia-se entre “breves” (pequenas notícias) e alguns anúncios, sendo que a quarta página era dedicada exclusivamente à publicidade. Quando o número de páginas era superior a quatro por edição<sup>59</sup>, a disposição das notícias e da publicidade no jornal seguia o mesmo processo de “chouriço”. Contudo, como havia mais espaço, havia um aumento do número de notícias e de anúncios. Já em relação às revistas e aos boletins, o número de páginas por edição era superior, variando entre as 8, as 16, as 24 e as 32 páginas. Quando os periódicos imprimiam um número especial, havia uma tendência – o que não constituía uma norma – para se imprimir num papel mais brilhante e com uma maior gramagem, sendo certo que se tratava de um papel mais caro. Isso era válido, sobretudo, para os jornais, uma vez que quer as revistas, quer os boletins imprimiam num papel mais grosso e mais brilhante do que o típico papel utilizado pelos jornais. O que sucedia é que o termo especial, de uma certa edição de revista ou de boletim, consistia em apresentar algumas páginas a cores ou com várias fotografias. Tal verificou-se também

<sup>59</sup> Em determinadas datas, geralmente festivas, de vária ordem, vários jornais publicavam mais duas páginas do que habitualmente, fixando-se em 6 páginas por edição, sendo que outros jornais poderiam chegar a editar regularmente 8 páginas. A título de exemplo, podemos confirmar que o jornal *Liberdade* inseriu uma pequena nota na edição de 21 de Fevereiro de 1915 (ano II, n.º 214), informando os leitores que a partir desse dia o periódico apresentaria, regularmente, 6 páginas. Já o jornal *A União* (Lisboa, 1920-1938) apresentou regularmente um número de páginas que ia das 6 às 8 páginas por edição. A partir de Janeiro de 1924 (ano V, n.º 163), passou a publicar-se com 16 páginas.

nos jornais, com maior regularidade na década de 1920, se bem que, já em 5 de Janeiro de 1913 (ano II, n.º 206), o jornal *Echos do Minho* inseria esporadicamente pequenas fotografias (então denominadas “instantâneos”), algo que se tornou mais disciplinado a partir de 8 de Janeiro de 1914 (ano IV, n.º 311) quando o jornal começou a imprimir fotografias em todos os números. Neste caso concreto do grafismo dos periódicos católicos, foi claro, desde cedo, que os seus responsáveis adoptaram para os títulos as melhorias gráficas disponíveis no mercado. No caso dos jornais, estes aplicavam as melhorias gráficas, sobretudo, em pontos específicos da edição, nomeadamente nos títulos das notícias e nos “filetes”, “lâminas” ou “bigodes” utilizados na divisão dessas notícias, no denominado “chouriço”, e também na apresentação da publicidade. Porém, essa riqueza gráfica era mais visível nas revistas e nos boletins do que nos jornais. O melhor exemplo da aplicação das melhorias gráficas, ao serviço da imprensa católica durante a Primeira República, aconteceu com a revista *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929) que adoptou o mesmo conceito aplicado pela revista *Ilustração Portuguesa* (Lisboa, 1903-1978?). Aquela publicação católica desejou retratar os acontecimentos semanais da vida católica portuguesa, garantindo uma riqueza gráfica a partir da utilização de um papel de qualidade superior (sobretudo o papel *couché*), e a disposição de muitas fotografias e legendas nas páginas de cada edição.

Um outro aspecto prende-se com a tiragem dos periódicos. De certa forma, conhecer a tiragem dos títulos no período estudado (1911-1926) sempre constituiu um problema. A inexistência de dados efectivos e imparciais conhecidos impede-nos de saber, com total rigor, qual a tiragem de cada periódico. Ainda assim, podemos apontar duas informações com dados indirectos que encontrámos no decurso da nossa pesquisa. A primeira foi impressa num editorial do *Echos do Minho* (Braga, 1911-1914), no início de Junho de 1913. O editorial, dedicado à imprensa católica e mais concretamente aos boletins paroquiais, referia o bom exemplo d’ *O Legionario* (Baltar, Paredes, 1912-1920) na defesa dos interesses da Igreja Católica. Nesse sentido, quanto à sua tiragem d’ *O Legionario*, o jornal *Echos do Minho* referia o seguinte: «(...) O ‘Legionario’, com a sua tiragem de 10:000 exemplares, chega já a toda a parte, de norte a sul do paiz»<sup>60</sup>. O número era elevado, sobretudo por se tratar de um periódico de uma pequena freguesia do concelho de Paredes, distrito de Braga. Contudo, atingir tal número de exemplares era perfeitamente passível de corresponder à verdade, uma vez que era sabido que

---

<sup>60</sup> *Boletins parochiaes*, in *Echos do Minho*, 8 de Junho de 1913, ano III, n.º 250, p. 1.

muitos títulos de pequenas paróquias se imprimiam nas grandes oficinas dos principais títulos da imprensa católica da região. Tal facto acontecia, precisamente, com *O Legionario* que, desde 15 de Janeiro de 1913, era composto e impresso na tipografia a vapor do *Echos do Minho*. A este respeito haveria, desde logo, uma certeza: o próprio *Echos do Minho* teria, pelo menos, uma tiragem de dez mil exemplares, ainda que a importância do título, no quadro geral da imprensa católica nacional, sugerisse que esse número de exemplares fosse, seguramente, superior. A segunda informação é demonstrada pelo seguinte exemplo. O jornal *Liberdade* (Porto, 1914-1919), em 14 de Março de 1916 (ano II, n.º 525), inseria uma pequena nota antes do editorial onde se lia: «A “Liberdade” é o jornal de maior assinatura no Norte». Essa mesma nota esteve presente durante largos meses em destaque e foi uma boa forma de publicitar continuamente o jornal a partir daquele dado. Mas, com efeito, não conseguimos encontrar nos jornais analisados qualquer referência para a tiragem real de cada título.

No caso concreto do jornal *Liberdade*, era realçado o facto de este ser o título com mais assinantes no norte de Portugal. Contudo, em boa verdade, tal informação não era nem podia ser traduzida como o jornal com mais tiragem no norte do país. Ter mais assinantes não era o mesmo que ter mais impressão de exemplares e, mais ainda, ser o mais vendido no norte de Portugal. Assim, apenas podemos abordar o caso em termos subjectivos e meramente hipotéticos. Porém, de acordo com as informações das dificuldades sentidas pelas empresas jornalísticas católicas em angariar novos assinantes e até de manter os existentes, para além da realização de constantes peditórios em prol da boa imprensa, na conjugação de vários factores (iliteracia, fracos rendimentos, entre outros) consideramos que a tiragem dos periódicos católicos seria baixa, sobretudo na província. Estamos em crer que nas cidades, em especial em Lisboa e no Porto, a tiragem fosse mais elevada, assim como as vendas. No caso da impressão em papel vindo em resmas – com 500 folhas cada, um número internacionalizado e ainda em vigor – podemos apenas prever que, por exemplo, um jornal de quatro páginas poderia utilizar quatro resmas, 2000 folhas no total, imprimindo 500 exemplares. Mas caso utilizasse oito resmas, para um total de quatro páginas por exemplar, o número de jornais impressos já seria de 1000. Se fossem utilizadas dezasseis resmas de papel, o número de exemplares atingia os 2000. Se o papel a utilizar viesse em bobinas consideramos que o número seria semelhante.

A distribuição dos periódicos católicos seguia o mesmo plano implementado pelos outros jornais e que, de resto, era o mais utilizado naquela época. A base da

distribuição consistia na via postal e no envio de recibos para a residência das pessoas. O sistema era relativamente simples de implementar e os seus gastos eram reduzidos. Se as pessoas activassem os recibos, isto é, se os mantivessem na sua posse, a Administração do periódico assumiria que essas mesmas pessoas aceitariam receber o título, tornando-se, automaticamente, assinantes. O pagamento posterior da assinatura seria feito igualmente por via postal, ou directamente aos cobradores que a Administração do periódico enviava regularmente às localidades<sup>61</sup>. Se as pessoas não estivessem interessadas no jornal e/ou na revista, deveriam devolver os recibos e/ou o exemplar do jornal à Administração do periódico. Esta tratava, assim, de inserir uma pequena nota no período de cobrança, de forma regular, geralmente na primeira página, dando conta dessa necessidade para assim minimizar os encargos financeiros, como é exemplo a seguinte figura:

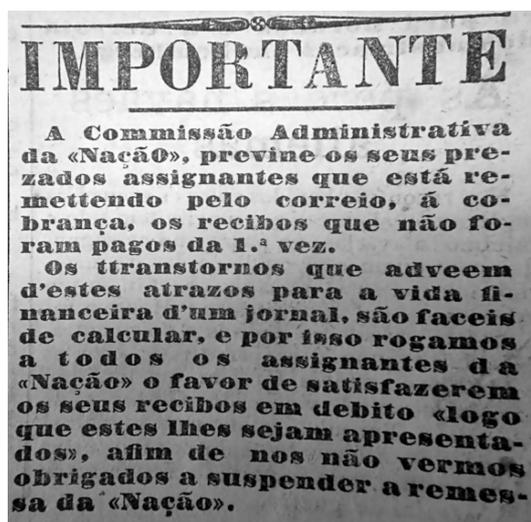


Figura n.º 7: Pormenor da nota: *Importante*, in *A Nação*, 5 de Setembro de 1914, ano LXVII, n.º 16:096, p. 1

Mas como o perigo de os recibos não serem reenviados era constante, o sistema da via postal era o mais utilizado pelos jornais, revistas e boletins, sendo que para os dois últimos aquele sistema era, sem dúvida, o mais viável, mais cómodo e o que envolvia menos gastos. Por vezes, eram noticiadas falhas na distribuição dos periódicos. Quando tal acontecia, a Administração do periódico imprimia uma pequena nota, como a seguinte:

---

<sup>61</sup> A título de exemplo, podemos afirmar que, no caso da cobrança dos recibos do *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), conseguimos confirmar os seguintes nomes de cobradores: António Silva, Ernesto Luiz Pereira Tavares, e José António de Campos. Cf. A administração, '*Echos do Minho*', *Cobrança*, in *Echos do Minho*, 27 de Maio de 1914, ano IV, n.º 382, p. 1. Ver também: A administração, '*Echos do Minho*', *Cobrança*, in *Echos do Minho*, 30 de Maio de 1914, ano IV, n.º 385, p. 1.

Figura n.º 8: Pormenor da nota: *Aos assinantes das "Novidades"*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 2 (8:445), p. 1

**Aos assinantes  
das "Novidades"**

**A todas as pessoas a quem foi remetido o nosso jornal, que não quiseram dar-nos a honra da sua assinatura, pedimos nos devolvam o exemplar enviado.**

**Igualmente rogamos nos comuniquem qualquer erro ou repetição na remessa das «Novidades» de forma a podermos regularizar convenientemente os nossos serviços de administração.**

Seria nos locais de emissão dos periódicos que, naturalmente, a influência destes mais se faria sentir. E esta seria tanto maior quanto maior fosse o número de líderes de opinião que se apresentassem como leitores desses mesmos periódicos. Isto é, apesar de não dispormos de informações concretas neste sentido, podemos, ainda assim, supor que os periódicos que as pessoas assinavam e adquiriam seriam os títulos mais influentes nesses locais. Assim determina uma das lógicas que está presente na publicidade: quanto mais presente estiver, mais será falada e conhecida. Era sabido que no meio urbano a circulação de títulos era maior, e os periódicos católicos tinham que concorrer com todos os outros. Reportando-nos ao meio rural, reconhecemos que aqui a taxa de analfabetismo era superior à registada nas cidades. Em 1910, dos cerca de seis milhões de portugueses, residentes no território nacional, perto de quatro milhões e meio eram analfabetos, e apenas 16,6 por cento da população vivia em cidades. Já em 1920, a população residente em cidades subiu para 17,4 por cento. No caso do número de analfabetos houve uma curta diminuição para os 70,9 por cento, em 1920, contra os 75,1 por cento, de 1910<sup>62</sup>. Daqui se depreende, facilmente, que a larga maioria da população portuguesa vivia no meio rural. E era precisamente aqui que a força da imprensa católica mais se sentia, e onde a influência de padres, de influentes e de caciques era também mais acentuada. No caso específico da imprensa católica, seriam estes letrados que promoviam a circulação dos periódicos católicos nos diferentes círculos social e religioso. Estamos em crer que era a estes letrados católicos que se dirigia, primeiramente, a imprensa católica. A própria linguagem utilizada na redacção dos editoriais e restantes notícias, mais ou menos aprimorada, provava que o leitor da

<sup>62</sup> Todos estes números poderão confrontados em: VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920)*...p. 216.

imprensa católica era, ou seria, um hábil conhecedor e praticante da língua portuguesa, e também um entendido em expressões latinas, inglesas ou francesas, uma vez que estas eram frequentemente utilizadas. Neste contexto, a imprensa católica estimulava a promoção da influência que os membros letrados tinham sobre a vasta legião analfabeta do meio rural, que era católica por formação e/ou por tradição, e que era preciso levar para as suas hostes, para promover o que a Igreja Católica entendia ser o bom combate, através da boa imprensa. Assim, neste caso concreto, a promoção da leitura colectiva (em voz alta) dos títulos católicos assumiria grande importância no meio rural. E, por certo, captaria assinantes, mesmo entre os analfabetos que se subordinariam às opiniões veiculadas por padres, influentes e caciques. Em certa medida, os responsáveis dos periódicos católicos tinham consciência que o uso dessa influência em prol da imprensa católica seria vital para captar, no mais simples trabalhador rural, a fé num mundo melhor. Assim, sairiam a ganhar a Igreja Católica e a sua imprensa, e os agentes e promotores de influência no meio rural.

Em termos do raio de distribuição de um dado periódico, é certo que este ficaria mais alargado a partir do momento em que utilizasse o serviço da União Postal aplicável a Portugal. Mas a distribuição do jornal, da revista ou do boletim, num círculo mais pequeno – numa pequena freguesia, numa vila ou cidade da província – era, para muitos periódicos, considerado um acto de venda seguro. Era certamente menos dispendioso para a Administração dos periódicos enviar recibos postais para as freguesias afectas à capital de distrito ou à sua diocese, do que investir na tentativa de captação de novos assinantes extramuros. Tal poderá ser entendido como uma certa falta de ambição por parte de alguma da imprensa católica. Não será incorrecto afirmá-lo. Contudo, tal comportamento assenta, por certo, em razões monetárias. Se confirmarmos as grandes dificuldades financeiras por que passavam muitas empresas jornalísticas, de muitos periódicos católicos nacionais, podemos asseverar que na hora de escolher entre expandir o periódico ou assegurar a sua manutenção com o dinheiro vindo dos assinantes locais, a tendência era seguir a segunda escolha.

Em verdade, muitos títulos nacionais da imprensa católica, que circulavam entre 1911 e 1926, eram provenientes de meios rurais, e aqui o dinheiro não abundava. Por outro lado, essas dificuldades financeiras funcionavam como um travão ao desenvolvimento e à expansão de alguns periódicos, sobretudo os do Interior do País. Alguns destes circulavam unicamente na sua paróquia e/ou freguesia ou também numa outra mais próxima, e também no interior da diocese onde estava inserido. Tal facto

promovia um certo desconhecimento do grande público católico, apesar de esses periódicos fazerem parte do projecto da imprensa católica.

Apenas uma pequena franja dos periódicos católicos é que se poderia rejubilar por ter uma carteira de clientes extensa. Tais eram, principalmente, os jornais publicados em cidades como Lisboa, Porto ou Braga. A influência de títulos como, por exemplo, *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), *Liberdade* (Porto, 1914-1919) ou *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação) ultrapassava os limites de cada uma das três cidades e era, de facto, de âmbito nacional. De qualquer forma, estamos convencidos que estes e outros títulos – com uma expansão nacional – circulavam maioritariamente por via postal, no já referido processo de assinaturas. A lentidão das vias de comunicação no país, então verificadas, não garantiria inevitavelmente a chegada a tempo de títulos do Porto ou de Braga aos muitos quiosques da cidade de Lisboa, por exemplo. Tal remete-nos para outras formas de distribuição dos periódicos. No caso dos jornais, esta distribuição poderia ainda alargar-se aos pontos de venda espalhados pela cidade ou vila ou mesmo aos ardinhas. Relativamente aos primeiros, foi usual encontrarmos nos periódicos analisados referência a algumas casas comerciais que asseguravam a venda de jornais. Locais como quiosques, cafés ou barbearias eram comumente também pontos de venda e tais espaços eram publicitados nos jornais, de forma a comunicar aos leitores onde poderiam adquirir o jornal avulso.

Era certo que a venda avulso de um exemplar se tornava mais rentável para a empresa jornalística do que a existência de um contrato alargado. Contudo, tal medida era rentável apenas no imediato e não garantia a médio e/ou a longo prazo uma qualquer relação entre o periódico e o potencial assinante. A forma de venda directa do periódico começou a ser mais corrente no decurso da década de 1910, um pouco por todos os periódicos católicos e não só. Por exemplo, o *Echos do Minho* apresentou logo em 1911 o preço avulso do jornal, fixando-o em 20 réis. Um outro jornal, *A Nação* fixava o preço avulso do seu periódico em 10 réis e em 20 réis os números atrasados. Assim estava impresso na denominada “orelha esquerda” da primeira página, em 21 de Julho de 1914 (ano LXVII, n.º 16:057). Já o jornal *Liberdade* adoptou essa medida anos mais tarde. A primeira vez que surgiu estampado o preço avulso do jornal foi no dia 15 de Agosto de 1917 (ano IV, n.º 953). Custava 20 réis. O preço avulso variava de acordo com as diferentes publicações, e acabou por obter um grande aumento por força da crise do papel vivida nas décadas de 1910 e de 1920, e que foi acentuada pelos efeitos da Grande Guerra (1914-1918). Nesse sentido, a título de exemplo, confirmámos que o *Diario do*

*Minho*, em 4 de Julho de 1922 (ano IV, n.º 982) subiu o preço avulso do jornal de 5 centavos (50 réis) para 10 centavos (100 réis). E cerca de sete meses mais tarde, em 28 de Fevereiro de 1923 (ano IV, n.º 1170), fixou o valor do jornal avulso em 20 centavos (200 réis). O preço avulso do periódico manteve a tendência de subida durante a década de 1920. Já tomando como exemplo o diário católico *Novidades*, verificámos que este periódico fixou o seu preço avulso em 30 centavos (300 réis) em 3 de Fevereiro de 1924, [ano I (XXXIX), n.º 48 (8:501)], até ao fim do nosso período de análise fixado em Dezembro de 1926. Mas o processo de assinatura era, sem dúvida, o sistema mais utilizado pelas empresas jornalistas.

Os preços também variavam de periódico para periódico, em função da periodicidade que apresentavam, pois tendencialmente a assinatura de um jornal diário era mais cara do que uma revista mensal, por exemplo. O preço mais comum da assinatura estava definido nas seguintes modalidades: assinaturas para o país em um semestre, e um ano, para o estrangeiro, e avulso. Por exemplo, o jornal *Echos do Minho* optava por este tipo de preço, estando assim definidos desde o início da sua publicação, em 8 de Janeiro de 1911 (ano I, n.º 1): País – um ano: 1\$600 réis; um semestre: \$800 réis; Estrangeiro: 2\$000 réis; Avulso: 20 réis. Outros jornais apresentavam mais modalidades na assinatura, tendo preços desiguais para as cidades onde se publicavam, para a província, para as ilhas (dos arquipélagos dos Açores e da Madeira), para o ultramar, para Espanha, e também para períodos de assinatura mais curtos de apenas um mês e de um trimestre. Este era o caso particular de *A Nação* que apresentava a maior diversidade nas modalidades da assinatura do periódico. Em Janeiro de 1911 apresentava o seguinte preço: Lisboa – um mês: \$300 réis; um trimestre: \$900 réis; um semestre: 1\$800; um ano: 3\$600 réis. Para a província, ilhas, ultramar e Espanha os preços eram os seguintes – um trimestre: 1\$000 réis; um semestre: 2\$000; um ano: 4\$000. Para o Brasil os preços eram para um ano de assinatura: 6\$000. *A Nação* ainda tinha uma modalidade para outros países da União Postal Universal, mas apenas para um semestre: 3\$600 réis; e para um ano: 7\$200 réis. Estes preços eram praticados em função do pagamento adiantado à Administração do periódico, podendo sofrer um aumento quando tal não acontecia. Em termos gerais, os preços agora apresentados, tendo como exemplo os jornais *Echos do Minho* e *A Nação*, eram semelhantes para os outros periódicos, alterando-se, sobretudo, em função da sua periodicidade e da sua localidade de origem.

Desde o início da industrialização da imprensa nacional, no segundo quartel do século XIX, a publicidade constituiu-se num parceiro demasiado importante para ser menosprezado. O ideal da imprensa católica visava a transmissão de uma mensagem, ora doutrinal ora informativa, de combate contra a denominada má imprensa, e fomentava as boas leituras. Porém, não é menos verdade que o peso da publicidade foi desde cedo equacionado pelas empresas jornalísticas, uma vez que os anúncios ajudavam a custear as despesas que estavam inerentes à composição, impressão, e distribuição do periódico. Foi, de resto, «(...) a introdução sistemática da publicidade que possibilitou à imprensa uma difusão maciça...»<sup>63</sup>. De certa forma, a pressão que hoje em dia (século XXI) a publicidade exerce na imprensa não encontrava qualquer tipo de comparação no período entre 1911 e 1926. A publicidade, no início do século XX, tinha um outro fundamento, isto é, o seu propósito assentava mais na exposição dos produtos comercializados pelas várias empresas. Tal significa que, nas primeiras décadas do século XX, a publicidade tinha um importante papel social de auxílio à existência de um dado título, fosse ele católico ou não. A existência de uma boa carteira de clientes poderia significar, a médio e a longo prazos, a continuidade do título. Cada periódico apresentava o preçário da publicidade a inserir na sua edição. No caso dos jornais, e em títulos com quatro páginas, a publicidade geralmente ocupava parte das páginas terceira e a totalidade da quarta, uma vez que os preços por linha nestas páginas eram mais acessíveis. Quando os exemplares apresentavam mais do que as habituais quatro páginas, o processo mantinha-se e era usual encontrar a publicidade impressa nas duas últimas páginas. Já no caso das revistas e dos boletins a inserção de publicidade estava mais limitada. Por um lado, este tipo específico de periódicos tinha uma postura mais doutrinal do que informativa, o que validava o menor interesse das empresas comerciais em publicitar-se naquelas publicações. Contudo, quando existiam, os anúncios também estavam colocados nas últimas páginas interiores. O preço dos anúncios variava em função das publicações. No caso específico do nosso Catálogo, encontramos diferentes preçários em vigor, mas podemos apresentá-los de uma forma mais geral, tanto que esse levantamento não foi exaustivo. Contudo, podemos asseverar que o preço estabelecido para a publicidade variava em função dos diferentes periódicos. Assim, podemos confirmar que o preçário exposto em 1911, por exemplo, pelo jornal bracarense *Echos do Minho*, para os anúncios e os comunicados era o

---

<sup>63</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa...*p. 172.

seguinte: na respectiva secção publicitária cada linha custava 40 réis. As repetições custavam 20 réis. Noutros lugares do jornal o custo era mais elevado, fixando-se nos 100 réis. As repetições neste caso custavam 50 réis. Os anúncios permanentes tinham um preço especial, publicando-se com um contrato particular. Já no início de 1917, quando a carestia de papel obrigava a grandes sacrifícios às empresas jornalísticas, o diário portuense *Liberdade* rectificava o preço a cobrar para a publicidade. Os anúncios até seis linhas custavam 30 réis a linha. Se ultrapassassem as seis linhas, o preço era de 50 réis a linha. Assim se estabelecia a ligação entre a publicidade e as empresas jornalísticas, nas primeiras décadas do século XX que, em certos casos, se assemelhava a um leal processo de entreajuda.

### **Concluindo**

A imprensa católica portuguesa foi muito condicionada após a instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, fruto da postura política encetada pelos republicanos. Muitos jornais católicos foram perseguidos, bem como os monárquicos, e alguns foram mesmos extintos à força pela “rua republicana”. Apesar desses condicionalismos – que a nova lei de imprensa, de 28 de Outubro de 1910 veio, com efeito, agravar – a imprensa católica manteve uma constância e crescimento significativos durante todo o período da República. Assumindo-se ela própria como um farol da sociedade portuguesa e imbuída de um espírito de cruzada, a imprensa católica procurou recuperar o controlo social que a Igreja vinha perdendo desde o século XIX. Por outro lado, de forma a compreendermos a evolução e a importância da imprensa católica durante aquele ciclo temporal, criámos um Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926. Assim, em três subperíodos de análise (1911-1913, 1914-1918, e 1919-1926) expusemos diversos elementos dos jornais católicos, que evidenciaram a evolução destes ao longo da República. Esses elementos, para além de constituírem uma parte da história da imprensa e da história da Primeira República, também foram demonstrativos da força da imprensa católica nesse período de dezasseis anos.



### **Parte III – A imprensa católica no Portugal republicano (1911-1926)**

A Parte III agrega os restantes três capítulos do presente trabalho. Estes foram construídos com base na apresentação das principais ideias e posições assumidas pelos nove títulos seleccionados da imprensa católica durante o período histórico em estudo, a partir da análise dos editoriais dos nove títulos referenciados: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), *Liberdade* (Porto, 1914-1919), *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919), *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), *A União* (Lisboa, 1920-1938), e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Dividiremos esses dezasseis anos em três grandes subperíodos, a que corresponderá cada um dos três capítulos.

O capítulo 5, relativo ao subperíodo entre 1911-1913, corresponde ao ciclo da afirmação da República e das suas políticas laicizadoras, um período caracterizado pela hegemonia política de Afonso Costa. A partir do fim do jornal *A Palavra* (Porto, 1872-1911), um importante diário católico silenciado pela força do Governo da Primeira República, apresentaremos os títulos *Echos do Minho* e *A Nação*, e analisaremos o seu percurso e acção. Posteriormente, registaremos a evolução da Primeira República, nas suas principais linhas de força (política, religião, sociedade, e economia). Neste caso, iremos apontar as ideias centrais sobre os temas mais importantes focados pelos diversos editoriais da imprensa católica, ocorridos entre 1911 e 1913, e iremos promover a interligação com a própria história da Primeira República. O mesmo esquema será utilizado nos dois capítulos seguintes.

O capítulo 6, que contempla o subperíodo entre 1914-1918, representa uma época de grandes dificuldades para o país e para o Governo, agravadas com o estalar da Grande Guerra (1914-1918), e com o descontentamento popular e de sublevação militar que quebrou o então radicalismo republicano. Por outro lado, abrirá espaço para a “República Nova”, de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918. Nesse sentido, iremos apresentar os jornais *Liberdade* e *A Ordem* (Lisboa), juntaremos a estes outros já apresentados: *Echos do Minho* e *A Nação*, e traçaremos os seus percursos e acções nesse período. Seguidamente, colocaremos em destaque os principais assuntos focados pela imprensa católica descrita entre 1914 e 1918, sempre com interligação com a própria história da República portuguesa.

Por fim, o capítulo 7, que corresponde ao subperíodo entre 1919-1926, traduz a época de desagregação da Primeira República, marcada pela insatisfação clara pelo projecto republicano, e que abarca a posição e reacção dos bispos portugueses às mudanças sociais num mundo diferente, saído do pós-guerra, traduzida na realização do Concílio Plenário Português, em Novembro-Dezembro de 1926. Dessa forma, iremos apresentar os jornais *A Ordem* (Porto), *Diario do Minho*, *A Epoca*, *A União*, e *Novidades*. A estes títulos juntaremos outros dois anteriormente apresentados: *Liberdade* e *A Ordem* (Lisboa), e registaremos os seus percursos e acções entre 1919 e 1926.

A construção destes três capítulos organizou-se com base na apresentação das ideias e posições dos periódicos católicos seleccionados. Após o levantamento dos 217 periódicos, que integrámos no Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, seleccionámos nove títulos de acordo com diferentes indicadores. A escolha destes nove títulos não foi arbitrária. Pretendemos abranger periódicos de âmbito nacional, informativos, generalistas, e com posturas e conteúdos jornalísticos próximos daquilo que hoje em dia é denominado por “jornais de referência”. A postura desse tipo de jornais manteve-se ao longo do tempo, e verifica-se que tais jornais estão, ainda hoje, longe da versão mais popular dos periódicos. Antes, definem-se pela seriedade com que transmitem e debatem as suas notícias: temas importantes da realidade nacional a vários níveis (políticos, religiosos, sociais, económicos), e também do panorama internacional, ao mesmo tempo que garantem uma tiragem apreciável. Por outro lado, pretendíamos alargar, o mais possível, o nosso estudo, o que se traduz na selecção principal de um maior número de diários, seis: *A Nação*, *Liberdade*, *A Ordem* (Lisboa), *Diario do Minho*, *A Epoca*, e *Novidades*. A estes diários juntámos um bissemanário/diário: *Echos do Minho*, e dois semanários: *A Ordem* (Porto), e *A União*.

Também desejámos criar uma análise paralela a partir de dois pontos cardiais, o norte e o sul, onde estão concentrados os maiores núcleos populacionais de Portugal: Lisboa e Porto. Contudo, tivemos que alternar esta última cidade nortenha com a cidade de Braga em determinados momentos históricos. Tal razão prendeu-se com a inexistência de um jornal portuense de âmbito nacional, entre 1911 e 1913, com as características desejadas, e com o encerramento de um outro título em 1919 (*Liberdade*). No mesmo sentido, a escolha de Braga parece-nos totalmente relevante uma vez que, para além de constituir o segundo maior núcleo populacional do norte, a imprensa católica conheceu, nessa arquidiocese e nesse distrito, um crescimento

apreciável e muito importante ao longo do período histórico em questão. E, de resto, a importância dos títulos bracarenses seleccionados é perfeitamente visível. Nesse sentido, cremos que o alargamento da imprensa católica promovido pela análise paralela de jornais do norte e do sul de Portugal favorece muito este estudo, uma vez que fomentou a apresentação de diferentes abordagens sobre o mesmo tema com análises próprias, algo que é demonstrativo da força e determinação da imprensa católica dessa época.

A análise aos nove títulos seleccionados foi efectuada dando primazia ao editorial<sup>64</sup>. Ainda assim, analisámos frequentemente outras notícias de temas importantes para o estudo, e que estavam colocadas nas colunas paralelas ao editorial, ou eventualmente nas páginas interiores dos referidos periódicos. O editorial ocupava, em média, as duas colunas mais à esquerda da primeira página. Entendemos que o editorial – estilo que faz parte dos géneros de comentário das técnicas de escrita jornalística – foi desde sempre entendido como o artigo que transmitia a própria visão do periódico, sendo a sua voz, e que o comprometia perante o público. Denominado igualmente como “artigo de fundo”, em especial no tempo histórico em questão, o editorial desempenhou, nesse período, como ainda desempenha hoje, um papel de guia de opinião, relevante, motivador, tentando constituir-se como um despertar das consciências, e podendo ir «(...) desde a profissão de fé ao apelo público, passando pela agitação, a denúncia de um facto ou de uma situação, ou um grito indignado»<sup>65</sup>. Ontem como hoje, o editorial trata-se, no fundo, de um artigo menos informativo e faz uso de um ou mais factos apresentando-o(s), e para sobre ele(s) tomar uma posição oficial que se alarga a toda a empresa jornalística. Neste sentido, podemos asseverar que os editoriais publicados pelos títulos seleccionados – e conferidos no nosso período de estudo – suportavam essas indicações e apresentavam-se como guias de opinião, desejando, verdadeiramente, agitar as consciências católicas dos seus leitores.

O método aplicado à análise informativa dos factos apresentados pelos diferentes jornais, no caso concreto do editorial, teve em conta duas teorias das Ciências

---

<sup>64</sup> A técnica jornalística de escrever os editoriais naquele período histórico designa-se, no jornalismo actual, por “pirâmide normal”. Esta técnica apresenta os factos seguindo uma ordem cronológica e por ordem do próprio acontecimento, aumentando o interesse da notícia. Hoje em dia, a técnica jornalística mais em voga chama-se “pirâmide invertida”. Os factos são apresentados de acordo com o seu grau de noticiabilidade. Ou seja, as informações consideradas essenciais são transportadas para o *lead* (topo da notícia), e a restante informação (menos importante) é deixada para segundo plano. Cf. CRATO, Nuno – *A Imprensa...*pp. 133-137.

<sup>65</sup> MARTIN-LAGARDETTE, Jean-Luc – *Manual a escrita jornalística...*p. 64.

da Comunicação: a *agenda-setting* e o *newsmaking*<sup>66</sup>. Sucintamente, podemos referir que a primeira teoria diz respeito à forma como os meios de comunicação social – os *media* – têm a capacidade de influenciar a opinião pública com a exibição de determinados acontecimentos. Essa forma é conseguida através de uma sua (dos *media*) própria selecção e disposição da informação que consideram relevante, deixando para segundo plano, ou mesmo excluindo, outros factos que não merecem grande valor-notícia. Nesse sentido, asseguram que o público fale e discuta os temas cuja importância e relevância é determinada pelos *media*. Dessa forma, estes influenciam o mesmo público, não necessariamente a pensar, mas sim sobre o que pensar. Já a teoria do *newsmaking* analisa, entre outras, a cultura de trabalho e o método utilizado pelos profissionais da comunicação social, o processo aplicado para a produção de notícias, e a noticiabilidade presente nos factos apresentados. Apesar de no período histórico definido para o nosso estudo estas duas teorias não estarem formadas, tal aconteceu apenas na década de 1970, podemos asseverar que o processo de agendamento dos factos dessa época seguia parâmetros próximos àqueles que seriam formados e aplicados anos mais tarde. Isto é, os jornais de então já destinavam à apresentação em editorial de um dado tema ou temas que seriam por eles mesmo escolhidos, em detrimento de outros, em termos de grau de importância. Assim, os leitores desses jornais iriam discutir esses temas e não outros. E, ao nível do fabrico de notícias, o processo aplicado tinha parecenças com o que é hoje em dia definido pela teoria do *newsmaking*, em que é francamente visível a posição defendida por cada jornal na análise de um dado assunto, e o valor-notícia de cada facto apresentado e discutido.

Na abordagem à imprensa católica, desejámos assegurar a análise contínua entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1926, completando, assim, um total de dezasseis anos. Esse período engloba os dois pontos que constituem o hiato histórico do presente trabalho: o fim do jornal católico *A Palavra*, em 15 de Fevereiro de 1911, e o Concílio Plenário Português, realizado entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926. Dividimos essa pesquisa em três subperíodos: 1911-1913; 1914-1918; e 1919-1926, e enquadrámos os nove títulos seleccionados para a cobertura jornalística a efectuar em cada um dos capítulos.

A distribuição dos diferentes títulos católicos seguiu a lógica norte-sul já indicada. No primeiro subperíodo (1911-1913) seleccionámos os jornais *Echos do*

---

<sup>66</sup> A abrangência destas duas teorias das Ciências da Comunicação pode ser analisada em: WOLF, Mauro – *Teorias da Comunicação*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995, pp. 130-195.

*Minho* (Braga, 1911-1919) e *A Nação* (Lisboa, 1847-1928). No segundo subperíodo de análise (1914-1918) apresentámos os jornais do norte: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); e os jornais do sul: *A Nação* (Lisboa, 1847-1928) e *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919). Já no terceiro subperíodo (1919-1926) apontámos os jornais do norte: *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); e *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); e os jornais do sul: *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A União* (Lisboa, 1920-1938); e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974).

Juntando os três subperíodos de análise, registámos a existência de 7689 editoriais correspondentes a igual quantidade de números, definidos assim: primeiro subperíodo (1911-1913): 1139 editoriais/números; segundo subperíodo (1914-1918): 2791 editoriais/números; e terceiro subperíodo (1919-1926): 3759 editoriais/números. Contudo, cedo ficou demonstrado que a tarefa de prosseguirmos com a análise contínua, entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1926, seria de difícil execução, quer pelas falhas existentes nas colecções dos diferentes periódicos seleccionados, nas três bibliotecas onde efectuámos a análise aos periódicos<sup>67</sup>, quer ainda pela inexistência de títulos considerados de referência em determinados períodos de tempo, quer pela frequente ausência de muitos números nas diferentes colecções. Assim aconteceu no primeiro subperíodo (1911-1913), com o jornal *A Nação*. A colecção deste periódico existente na BGUC cessa em 19 de Outubro de 1913 (ano LXVII, n.º 15:859) e retoma apenas em 19 de Março de 1914 (ano LXVII, n.º 15:955), já no subperíodo seguinte. Isto é, entre 20 de Outubro e 31 de Dezembro de 1913 (primeiro subperíodo) e entre 1 de Janeiro e 18 de Março de 1914 (segundo subperíodo) esse periódico não se encontra disponível naquela biblioteca, e também não existe nas colecções da BMC e da BPMP.

Nesse sentido, perante a ausência de tão alargado hiato, não estabelecemos qualquer ponto de ligação para mantermos a linha contínua de análise temporal, uma vez que não existia em Lisboa, à época, qualquer título considerado de referência, passível de substituir o jornal *A Nação*. Já o mesmo não aconteceu a norte, quando o jornal *Diario do Minho* suspendeu a sua publicação em 1 de Agosto de 1923 (ano V, n.º 1265) e esteve longo tempo sem se editar. Reapareceu em 16 de Fevereiro de 1924 (ano V, n.º 1284), mas, logo a seguir, voltou a suspender a publicação, só a retomando

---

<sup>67</sup> A juntar às três bibliotecas (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, e Biblioteca Pública Municipal do Porto), há que juntar o Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, onde consultámos parte da colecção d' *A União*, por esta estar incompleta nas referidas bibliotecas.

normalmente em 7 de Março de 1924 (ano V, n.º 1285). Durante esse tempo analisámos *A Ordem* (Porto), entre 4 de Agosto de 1923 (ano XI, n.º 531) e 9 de Fevereiro de 1924 (ano XI, n.º 558), e ainda entre 9 de Junho e 30 de Junho de 1926, quando o *Diario do Minho* suspendeu novamente a sua edição.

Apenas no segundo e no terceiro subperíodos recuperámos diferentes títulos, para minimizarmos a existência de quaisquer espaços em branco na análise contínua dos periódicos. Isto é, iniciámos cada um desses subperíodos (Janeiro de 1914 e Janeiro de 1919) com a análise a diferentes periódicos até ao momento em que o principal título seleccionado iniciaria a sua publicação. Uma vez que tais aspectos serão apresentados em cada um dos subperíodos, mais em pormenor, podemos confirmar apenas que o segundo subperíodo (1914-1918) se iniciou, no norte, com o *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), e prosseguiu até que o jornal *Liberdade* (Porto, 1914-1919) iniciou a sua edição, em 7 de Junho de 1914. Já no que diz respeito ao sul, recuperámos o jornal *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), desde 19 de Março de 1914, até ao início da publicação do jornal *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919), em 2 de Fevereiro de 1916. Já no terceiro subperíodo (1919-1926), no norte, recuperámos primeiramente os títulos editados no Porto: *Liberdade* (entre 1 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919), e *A Ordem* (entre 22 de Fevereiro e 12 de Abril de 1919), apresentando, de seguida, o jornal *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), desde 15 de Abril desse ano, e que foi analisado até ao fim desse subperíodo. Já no sul, iniciámos a análise com o jornal de Lisboa *A Ordem* (entre 1 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1919), até apresentarmos o jornal inicialmente seleccionado nesse terceiro subperíodo: *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927).

Como já referimos, a análise primordial do nosso estudo promoveu-se a partir do editorial. Cada um desses milhares de editoriais analisados podia abranger mais do que um assunto. Isto é, por exemplo, um mesmo editorial podia abordar a acção política do regime republicano, e também divulgar a situação da economia nacional. Nesse sentido, ambos os assuntos eram focados e totalizados em cada um dos respectivos quadros. Daí adoptarmos a terminologia “interligações” para definir que existiam diversos editoriais que contemplavam a análise de mais do que um assunto. Como de facto sucedeu, essa metodologia previa, assim, que a totalidade dos periódicos fosse igual ou inferior ao número das interligações obtidas a partir dos editoriais. Na contagem dos diversos periódicos analisados, a quantidade respeitante aos números apreendidos e/ou suspensos foi apurada para efeito final. Tal facto determina que, quando nos referimos aos editoriais, às interligações criadas, e aos assuntos existentes, estaremos a contabilizar

estas últimas equações. Ou seja, a totalidade dos números apresentados em cada um dos nove periódicos pode não corresponder ao somatório dos editoriais, uma vez que, nesse caso, teremos que aditar os números inexistentes e/ou com os seus editoriais total ou parcialmente censurados (em branco). Por outras palavras, isso quer dizer que numa existência de, por exemplo, 1000 números, podemos ter acedido a 900 editoriais, sendo os restantes 100 registados como inexistentes e/ou censurados. No entanto, mantemos a existência total dos 1000 números.

Após a apresentação e o enquadramento geral de cada um dos jornais católicos presentes nos três subperíodos, iremos proceder à exposição dos diversos temas focados pelo olhar particular dos nove títulos seleccionados. Daremos especial realce aos temas gerais mais importantes – que consideraremos como os mais citados e/ou outros que se enquadrem, naturalmente, nos objectivos do estudo – em cada um dos três subperíodos, quer dos periódicos a norte, quer dos jornais a sul. Neste caso concreto, daremos um maior relevo à progressão da imprensa católica ao longo dos três subperíodos, e também à forma como cada título analisava o poder e a acção da imprensa católica em diferentes quadros, caso se manifestassem sobre o assunto, o que era frequente. Pretendemos, com esta abordagem, estabelecer processos de comparação entre os diversos títulos católicos, mas também analisar possíveis divergências que a apresentação e a discussão de alguns pontos terão promovido entre esses periódicos. Por vezes, mesmo entre os jornais católicos essas diferenças eram bem evidentes e reveladoras das posições políticas e concepções eclesiológicas defendidas por cada título.



## Capítulo 5.

### A imprensa católica e a evolução do país: da Lei da Separação (1911) ao Apelo de Santarém (1913)

«O organismo social portuguez enferma actualmente de grandes males que só uma therapeutica incessante e activa, e um prolongado e melindroso tratamento poderão radicalmente debellar».  
*Echos do Minho*<sup>1</sup>

O período histórico que caracteriza globalmente o nosso estudo – 1911-1926 – assumiu particular importância para a Igreja Católica e, em especial, para a sua imprensa. As perseguições a diversos interesses religiosos e as consequentes detenções sumárias dos seus membros eram práticas correntes, desde os primeiros dias da revolução republicana de Outubro de 1910, e aumentaram no ano seguinte. Nos primeiros dias de 1911 «estava-se numa fase em que se intensificava a pressão republicana sobre a Igreja, para, como diziam, subtrair o povo da sua influência»<sup>2</sup>. De uma forma mais ou menos implícita, este foi um dos temas que esteve presente em muitos editoriais e em outras notícias editadas pela imprensa católica nessa época.

#### 5.1. O fim d' *A Palavra*; Os jornais *Echos do Minho* e *A Nação*

O diário *A Palavra* (Porto, 1872-1911)<sup>3</sup> foi um dos principais jornais portugueses do seu tempo, marcando e marcado por uma época conturbada como foi o final da Monarquia Constitucional e o início da Primeira República. Assumindo-se um defensor claro da Igreja Católica, *A Palavra* foi um importante diário católico constitucionalista. Mas também advogou, desde o seu primeiro número (1 de Agosto de 1872, ano I, n.º 1), uma neutralidade política, com uma clara excepção quando as políticas governamentais se opusessem ao catolicismo. Este posicionamento grangear-lhe-ia, no futuro, muitas críticas por parte de outros jornais católicos, e de figuras católicas de destaque. Foi, de resto, com o dealbar do novo regime, em 5 de Outubro de 1910, que começou o fim do jornal portuense. Desde os primeiros dias de Outubro, no seguimento dos ataques dirigidos à Igreja, orquestrados por apaniguados republicanos,

---

<sup>1</sup> *Crise Moral*, in *Echos do Minho*, 18 de Abril de 1912, ano II, n.º 132, p. 1.

<sup>2</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 38.

<sup>3</sup> Sobre este jornal ver o estudo de: POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social do grupo católico de 'A Palavra' (1872-1913)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977, vol I. Do mesmo autor ver o segundo volume, editado em – Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992, vol II.

os jornais católicos e/ou monárquicos, também foram apanhados na corrente destrutiva. Assim, sem surpresa, *A Palavra* foi silenciada em 15 de Fevereiro de 1911, à força das pedradas<sup>4</sup>. O seu encerramento, apelidado de «(...) monstruoso ataque...»<sup>5</sup>, foi entendido como sendo uma resposta da rua republicana face às posições assumidas pelo jornal e perante o tom da linguagem usado pelos seus jornalistas e colaboradores, sobretudo contra a República. Mas as divergências ideológicas entre *A Palavra* e outros católicos, e que eram plasmadas em diversos artigos, também não terão sido completamente alheias ao facto. Para além disso, foram apontadas críticas à passividade das forças policiais, perante os distúrbios, que também foram acusadas de, alegadamente, terem conduzido o assalto ao jornal<sup>6</sup>. Pela importância que o referido título teve, no quadro geral da imprensa católica apresentada, pela forma como foi determinado o seu fim, envolto em grande violência, e de acordo com os objectivos propostos, considerámos o fim do jornal *A Palavra* como o marco inicial do nosso estudo.

Relativamente à escolha e à apresentação dos periódicos, seguindo a lógica norte-sul, neste primeiro subperíodo, seleccionámos os títulos *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919) e *A Nação* (Lisboa, 1847-1928). Nesses três anos analisámos 1139 números, isto é, 308 números do periódico de Braga, e 831 números do diário de Lisboa. Os editoriais foram analisados de acordo com os parâmetros estipulados para o nosso estudo, conforme iremos analisar mais à frente. Nos próximos parágrafos vamos

---

<sup>4</sup> Não se sabe, com total rigor, se a polémica conferência – que iria decorrer na Associação Católica da cidade – sob o título: *Jesus existe?* foi a causadora dos tumultos que lhe sucederam e que originaram o fim d’ *A Palavra*, ou apenas lhes serviu de rastilho. Não foi, por certo, o republicano Mem Verdial, um dos oradores convidados, o instigador dos actos que tiveram lugar nessa noite e que acabaram por decidir o *terminus* de um dos mais importantes jornais católicos. Tudo começou com um ajuntamento de populares – onde estavam muitos republicanos – à porta da Associação Católica da cidade, protestando contra o facto de lhes ser barrada a entrada no edifício, por este se encontrar cheio. Intensificaram-se os protestos e, depois de ser chamado de urgência ao local, Paulo Falcão, o governador civil do Porto, ordenou o encerramento da sala da Associação Católica. As pessoas começaram a sair, ao som de “morras” aos jesuítas e “vivas” à República. Os manifestantes seguiram por várias ruas da cidade, indo desembocar na Rua da Porta do Sol, junto das instalações do jornal católico *A Palavra*. Aí continuou a troca de tiros que vinha de trás e os protestos fizeram-se com a ajuda de pedras arremessadas ao edifício que foi sendo destruído. Os manifestantes seguiram depois para a rua de Loulé, onde estava sediado o Círculo Católico de Operários, dilapidando o seu interior. No dia seguinte, 16 de Fevereiro, pelas três da tarde, o edifício d’ *A Palavra* foi novamente atacado. Ao fim de 39 anos de vida, desde 1 de Agosto de 1872, o diário foi suspenso por ordem da República, e não mais voltou às bancas. Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social...* vol II, pp. 455-457. Ver também o relato de dois periódicos sobre os ataques às instalações d’ *A Palavra*, da Associação Católica e do Círculo Católico de Operários. O primeiro relato, do jornal *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913), suplemento d’ *A Palavra*, dedicado aos operários católicos em: *Uma noite de devastação de saque*, in *O Grito do Povo*, 18 de Fevereiro de 1911, ano III, n.º 611, p. 2. O segundo relato, do jornal diocesano *A Folha* (Viseu, 1901-1911) em: *Graves acontecimentos no Porto*, in *A Folha*, 18 de Fevereiro de 1911, ano XXI, n.º 2261, p. 1.

<sup>5</sup> SILVA, Manuel Isaías Abúndio da – *Cartas a um Abade: sobre alguns aspectos da questão politico-religiosa em Portugal*. Braga: Cruz e C.ª Livreiros Editores, 1913, p. 114.

<sup>6</sup> Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social...* vol II, pp. 455-457.

apresentar cada um desses periódicos, introduzindo alguns elementos da sua estrutura interna, ou seja, aspectos relacionados com a direcção, administração, e redacção de cada um deles. A subsequente apresentação dos periódicos *Echos do Minho* e *A Nação* constitui, grosso modo, os traços gerais de um esquema que também irá ser utilizado nos outros títulos, presentes nos períodos seguintes.



**Figura n.º 9: Pormenor do primeiro número do *Echos do Minho* (8 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 1)**

O jornal *Echos do Minho* nasceu na cidade de Braga, em 8 de Janeiro de 1911 (ano I, n.º 1), e publicou o seu último número no dia 13 de Fevereiro de 1919 (ano IX, n.º 1809). Apresentou-se ao público bracarense como bissemanário, publicando-se às quintas-feiras e aos domingos. Mais tarde, a partir de 1 de Abril de 1914 (ano IV, n.º 335), passou a diário (matutino), não se publicando, no entanto, às segundas-feiras. Como jornal católico, o *Echos do Minho* não prescindia do descanso semanal, estabelecido ao domingo, após a lei ter entrado em vigor, em Agosto de 1907. Este periódico apresentava, como antetítulo, as seguintes expressões: «A Deus o que é de Deus, a César o que é de César», colocada à esquerda do periódico (vista do leitor); e «Justiça e Liberdade. Pátria e Família.», colocada à direita do periódico (vista do leitor). O jornal tinha também uma menção que poderemos entender como sendo um subtítulo: «Director e proprietário – JOAQUIM ANTONIO PEREIRA VILLELA». Este subtítulo manteve-se até 24 de Outubro de 1912 (ano II, n.º 186), altura em que os termos «Director e proprietário» foram alterados para «Fundador», por falecimento daquele. Quando o jornal passou a diário, aquele subtítulo deu lugar a «Diário da Manhã», mantendo-se até ao fim da sua publicação.

Foram muitos os homens que assumiram os lugares da direcção, da administração e da redacção. Porém, vamos colocar essa informação em apêndice,

juntamente com a recolhida nos outros oito jornais seleccionados e nos restantes títulos do Catálogo da imprensa católica que construímos. Assim sendo, vamos só apresentar os primeiros a assumirem as respectivas funções, neste título e nos outros oito títulos seleccionados. Podemos, assim, confirmar que o primeiro director do *Echos do Minho* foi José Joaquim Pereira Villela, que era também o proprietário do título. A administração era encabeçada por Francisco José de Paiva, e o primeiro editor foi Clemente de Campos Almeida Peixoto. A redacção e a administração localizaram-se na Rua dos Mártires da República, 83-91 (antiga Rua da Rainha), ficando aí durante todo o período da publicação do jornal. O mesmo aconteceu relativamente à oficina de composição e impressão que foi a mesma: a Tipografia a vapor de Augusto Costa e Matos. Mais tarde, esta seria equipada com máquinas movidas a electricidade, conforme referimos no ponto referente aos materiais tipográficos dos periódicos católicos.

Este jornal, como todos os outros, apostou na diversidade das secções. Ao longo da sua publicação, o *Echos do Minho* teve um vasto índice de secções que serviam para manterem o interesse vivo dos seus assinantes pela publicação, e também para assim captarem novos públicos. A este propósito, há a apontar o célebre folhetim que era comum a muitos jornais. O *Echos do Minho* não foi excepção, e o primeiro folhetim a surgir nas suas páginas intitulava-se: «O Rabecão da Penha». No quadro seguinte podemos verificar a riqueza jornalística das diferentes secções que se editaram no período que estudámos: Janeiro de 1911 a Dezembro de 1913 (primeiro subperíodo), e Janeiro de 1914 a Junho de 1914 (segundo subperíodo).

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Secção Política</i>	Política nacional	Não
<i>Noticias Locaes</i>	Informações sobre a região de Braga	Não
<i>O que vai pelo Paiz</i>	Informações gerais sobre o País	Não
<i>O que vai pelo Estrangeiro</i>	Informações gerais sobre o Estrangeiro	Não
<i>Revista Ecclesiastica</i>	Informações do Arciprestado de Braga	Não
<i>Chronica da Sociedade</i>	Sociedade de Braga	Não
<i>Notas da Actualidade</i>	Informações actuais e diversas	Zarco
<i>Secção Agrícola</i>	Agricultura	Lavrador
<i>Para Distrair</i>	Entretenimento	Não
<i>Chronica da Cidade</i>	Apontamentos sobre Braga	Não
<i>Archivo Jornalístico</i>	Exposição de notícias de vários jornais	Não
<i>Secção Livre</i>	Automobilismo	Alcyon
<i>Secção Histórica</i>	Apontamentos históricos	João Grave
<i>Chronica de Lisboa</i>	Apontamentos sobre Lisboa	Não
<i>Diario Religioso</i>	Apontamentos doutrinários	Não
<i>Separação do Estado das Egrejas</i>	Notícias sobre a expulsão de bispos e ataques à Igreja Católica	Não
<i>Secção Litteraria</i>	Literatura	Não

<i>Passatempos Semanaes</i>	Entretenimento	Não
<i>Da Vida Bracarense, chronica da Sociedade</i>	Sociedade de Braga	Não
<i>Poesia</i>	Poesia	Vários poetas
<i>Rabiscando</i>	Apontamentos variados	Lima Machado
<i>Instantâneos</i>	Fotografia de pessoas e locais	Não
<i>Ephemerides</i>	Apontamentos sobre efemérides	Não
<i>Notas &amp; Comentarios</i>	Apontamentos variados	Não
<i>Através das Nações</i>	Notícias do Estrangeiro	Não
<i>Vida Local</i>	Notícias de Braga	Não
<i>Pelo Paiz</i>	Notícias variadas de Portugal	Não
<i>Secção Financeira</i>	Economia e Finanças	Não
<i>Pelo Minho</i>	Notícias variadas do Minho	Não
<i>Ainda os acontecimentos</i>	Análise de várias notícias	Não
<i>Flores Esparsas</i>	Poesia	Vários poetas
<i>Cartas da Belgica</i>	Notícias da Bélgica	Não
<i>Cartas de Lisboa</i>	Notícias de Lisboa	Não
<i>Cartas de Guimarães</i>	Notícias de Guimarães	Não
<i>Gazetilha</i>	Poesia	Vários poetas
<i>Revista dos jornaes</i>	Análise da Imprensa nacional e internacional	Não
<i>Cartas Diarias</i>	Informações de várias localidades nacionais	Não
<i>Em Braga</i>	Notícias de Braga	Não
<i>Pelo Telegrapho</i>	Pequenas notícias (breves) de várias partes do Mundo	Não
<i>Informações Politicas</i>	Política	Não
<i>Carteira</i>	Sociedade de Braga (pessoas em trânsito, casamentos, enfermidades, funerais)	Não
<i>Debicando</i>	Apontamentos variados	Não
<i>Ao Acaso</i>	Política	Nuno de Sá
<i>Sob os cyprestes</i>	Obituário	Não
<i>Telegrammas do Porto</i>	Notícias do Porto	Correspondente (C.)

**Quadro n.º 3: Diferentes secções do jornal *Echos do Minho* (1911-1919)**

Dois outros aspectos que nos merecem uma atenção particular – não apenas no caso do *Echos do Minho* mas em todos os jornais visados – são os locais de venda e de cobrança. Já apontámos noutra ponto que a maioria dos periódicos, católicos e não só, optava por usufruir do serviço postal nacional (correios) e, no caso de envio para o estrangeiro, da união postal universal. No decurso da análise que efectuámos ao *Echos do Minho*, confirmámos que o mesmo se vendia em vários pontos da cidade de Braga. Regularmente, em vários números do jornal, já enquanto diário, era feita uma referência especial ao quiosque de Inácio Prata (frente à Arcada da Lapa), em que se afirmava: «este sr. está encarregado do recebimento de anuncios para serem publicados n’ este diário». No início de 1912, o *Echos do Minho* asseverava que a cobrança da assinatura

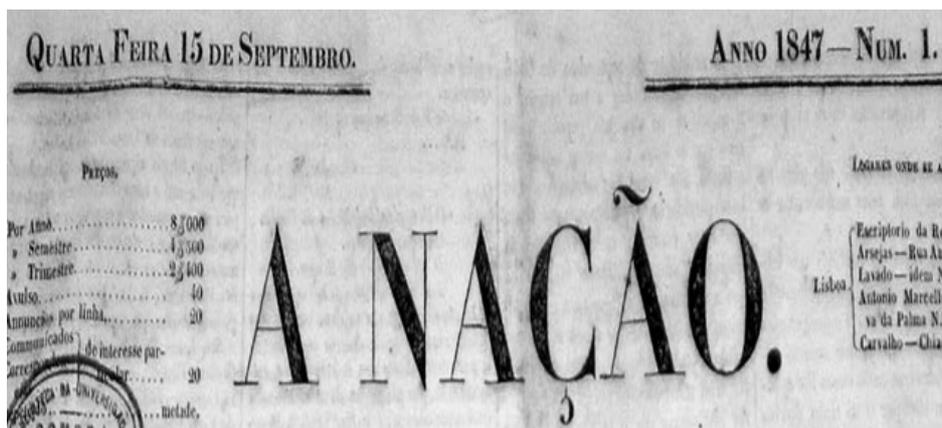
no concelho de Montalegre deveria ser efectuada «ao Rev.mo sr. Padre José Martins Duarte Júnior, abade e arcipreste daquela vila e concelho». Semelhante a estes casos, havia também uma nota persistente a apontar o caso da venda do título minhoto em Lisboa. O *Echos do Minho* publicitava frequentemente que o jornal se vendia em todas as tabacarias e informava que se aceitavam assinaturas e anúncios, para o periódico de Braga, no Largo de S. Paulo, 7 – 1.º Esquerdo. Já a distribuição do jornal por via postal era mais alargada. Ao longo do tempo que analisámos o *Echos do Minho* (Janeiro de 1911-Dezembro de 1913 para o primeiro subperíodo; Janeiro-Junho de 1914 para o segundo subperíodo), constatámos que o jornal chegava a imensas localidades de Portugal, e não apenas situadas a norte do rio Douro.

O jornal de Braga dispunha de diversos cobradores que percorriam diversos concelhos para recolher o pagamento da assinatura do periódico. Assim acontecia, por exemplo, com o caso de António da Silva que estava destacado para efectuar a cobrança no concelho de Arcos de Valdevez, em Maio de 1914. Em seguida vamos apresentar, alfabeticamente, os diferentes locais onde o serviço postal distribuía os recibos do *Echos do Minho* que poderiam significar novos assinantes, caso fossem accionados, isto é, se fossem mantidos na posse das pessoas e pagos. Ainda que não pudessem existir assinantes em todos as localidades referidas, algo que é muito difícil de comprovar, a verdade é que a chegada desses recibos demonstrava que (a informação d) o jornal chegaria de facto – entre outros que nos poderão ter escapado – às muitas freguesias e aos muitos concelhos, que foram actualizados à denominação e ortografia em curso<sup>7</sup>.

Neste primeiro subperíodo, um segundo jornal – *A Nação* – foi igualmente alvo de análise, conforme atestamos nos parágrafos seguintes.

---

<sup>7</sup> Foram eles: Albufeira; Alenquer; Alfândega da Fé; Almeirim; Alvaiázere; Amarante; Amares; Ancede; Ancião; Ancora; Arco de Baúlhe; Arcos de Valdevez; Armamar; Aveiro; Baião; Barreiro; Beja; Boticas; Bragança; Cabeceiras de Basto; Caldas da Rainha; Caminha; Carrazeda de Anciães; Carregal do Sal; Cascais; Castelo Branco; Castro Daire; Castro Verde; Caxias; Celorico de Basto; Chaves; Coimbra; Constância; Covilhã; Elvas; Estarreja; Estremoz; Évora; Fafe; Famalicão; Faro; Felgueiras; Figueira da Foz; Fornos de Algodres; Freixo de Espada a Cinta; Gondomar; Gouveia; Grândola; Guarda; Guimarães; Idanha-a-Nova; Lamego; Leiria; Lisboa; Lourinhã; Lousada; Macedo de Cavaleiros; Maia; Mangualde; Manteigas; Marco de Canavezes; Matosinhos; Meda; Melgaço; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Monção; Moncorvo; Mondim de Basto; Montemor-o-Novo; Montemor-o-Velho; Montijo (antiga Aldeia Galega do Ribatejo); Mortágua; Murça; Oeiras; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ourém; Ovar; Paços de Ferreira; Paredes de Coura; Pedras Salgadas; Penafiel; Penalva do Castelo; Penedono; Penela; Peniche; Pinhel; Portalegre; Porto; Póvoa de Varzim; Régua; Resende; Ribeira de Pena; Santo Tirso; Seia; Sertã; Sobrado de Paiva; Torres Vedras; Trancoso; Valença; Valpaços; Vidago; Vila do Conde; Vila Nova de Cerveira; Vila Nova de Gaia; Vila Pouca de Aguiar; Vila Real; Vinhais; e Viseu.



**Figura n.º 10: Pormenor do primeiro número d' *A Nação*  
(15 de Setembro de 1847, ano I, n.º 1)**

O jornal *A Nação* nasceu na cidade de Lisboa, em 15 de Setembro de 1847 (ano I, n.º 1), e publicou o seu último número em 23 de Setembro de 1928 (ano LXXXII, n.º 16:778). No seu primeiro número não dispunha de qualquer informação quanto à sua periodicidade, mas pelo cruzamento de diversas fontes asseveramos que o mesmo periódico era diário, não se publicando, no entanto, às segundas-feiras. Assumindo-se desde o primeiro dia como jornal católico, *A Nação* não prescindia do domingo, considerado dia santificado para a Igreja Católica, e decretado como dia de descanso semanal. As informações recolhidas nesse período são escassas. Porém, podemos referir que o jornal se apresentava como religioso, mas também assumia a sua vertente política, defensora do legitimismo. Ora, parte dessa postura estava presente numa longa frase escrita em latim, e que estava por baixo do título mas que entendemos não constituir o subtítulo d' *A Nação* nesse período: «Et omnes surrexerunt, et spatibus nudis dixerunt: nos liberi sumus: rex noster liber est. Ita volumus per nos, et per semen ejus post nos. Cort. de Lam.». Numa tradução livre para português, tal frase significa: «E todos se levantaram, e com as espadas desembainhadas disseram: nós somos livres: o nosso rei é livre. Assim queremos por nós e pela sua descendência depois de nós. Cortes de Lamego». Esta frase recuperava a velha máxima medieval da independência face a Leão e Castela (futura Espanha), após a vitória obtida contra os mouros, na batalha de Ourique, em 1139, possivelmente em 25 de Julho, dia de Santiago Maior. Mais do que um pregão nacionalista, esta frase asseverava a legitimidade do rei de Portugal e subentendida que tal legitimidade deveria estar sujeita a D. Miguel (absolutista) e não a D. Pedro (liberal), sendo que este último foi precursor de uma nova linha de sucessão que seguiu até ao fim da Monarquia Constitucional, com D. Manuel II.

A edição d' *A Nação* foi, no seu início, assegurada por Coronel A. M. C. Lacerda, que assumia as funções de editor literário. Neste período histórico, os escritórios da redacção do jornal situavam-se no Largo do Intendente, n.º 258. Relativamente ao primeiro subperíodo de análise (1911-1913), podemos apresentar novas informações do jornal *A Nação*, decorrentes da própria adaptação e transformação que o título foi sofrendo ao longo da sua existência. Assim, partindo do início da nossa análise a este periódico (Janeiro de 1911), podemos asseverar que o jornal mantinha a sua periodicidade. A mesma estava patente em subtítulo: «Diario da Tarde», subtítulo que meses mais tarde acabaria por ser suprimido. O jornal era propriedade do Grémio Português (legitimista). Para além de ser considerado um verdadeiro decano da imprensa, tal a sua longevidade, *A Nação* assumia o catolicismo em termos religiosos, e o legitimismo em termos políticos<sup>8</sup>. E aqui residia uma das particularidades capitais d' *A Nação* no quadro da imprensa católica nacional. *A Nação* era o único grande jornal católico, de âmbito nacional, a defender publicamente a bandeira do legitimismo. O director era João Franco Monteiro, e G. d' Almeida Gomes assumia o papel de editor. O chefe da redacção era Machado Correia, e o secretário da redacção era Alfredo Pinto (Sacavém). Estes foram os primeiros homens que estiveram à frente da direcção, da administração e da redacção d' *A Nação*, no início do período analisado; as mudanças seguintes foram remetidas para apêndice. Por esta altura, os escritórios da redacção, da administração e da composição estavam localizados na Rua da Era, 19, 1.º. Já as oficinas de impressão situavam-se na Travessa das Mercês, 59. Mais tarde *A Nação* utilizaria o telefone para o seu trabalho, tendo o número 3:224 e o endereço telegráfico: «NAÇÃO – LISBOA».

Analisando apenas as secções que surgiram a partir de 1911, podemos confirmar que estas foram muito diversificadas ao longo do tempo. Para além do tradicional folhetim d' *A Nação*<sup>9</sup>, no esquema seguinte está a lista das diferentes secções d' *A Nação* que, como em todos os jornais que as possuíam, tinham funções variadas. As secções apresentadas foram recolhidas na sequência dos períodos analisados d' *A*

---

<sup>8</sup> *A Nação* defendia a legitimidade de D. Miguel (irmão de D. Pedro e casado com a filha deste, D. Maria) que fora nomeado regente de Portugal em 1827. Porém, com o regresso de D. Pedro a Portugal, em 1831, D. Miguel e os miguelistas abdicaram do poder em 1834, depois de perdida uma série de lutas contra os liberais, adeptos de D. Pedro. Os legitimistas, como *A Nação*, defenderam a legitimidade do trono de D. Miguel e não a de D. Pedro. Sobre este tema ver: RAMOS, Rui – Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834). In *História de Portugal...* pp. 457-489.

<sup>9</sup> Não conseguimos apurar qual o nome do primeiro folhetim editado pelo jornal *A Nação*. O mesmo aconteceu desde que o começámos a analisar em Janeiro de 1911. A informação disponível expunha simplesmente: «Folhetim da Nação».

*Nação*: entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1913 (primeiro subperíodo)<sup>10</sup>, entre Janeiro de 1914 e Janeiro de 1916 (segundo subperíodo), e Fevereiro de 1919 (terceiro subperíodo).

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Boletim das Salas</i>	Sociedade	Não
<i>Chronicas de Theatro</i>	Theatro	Não
<i>Chronica Agricola</i>	Agricultura	Não
<i>Notas da Arcada</i>	Notícias variadas	Não
<i>Aos Sabados</i>	Análise das notícias da semana	Não
<i>Ultima Hora</i>	Pequenas notícias (breves) de Portugal e do Mundo	Não
<i>Notas de Sport</i>	Desporto	Não
<i>Necrologia</i>	Obituário	Não
<i>Num relance</i>	Pequenas notícias (breves) variadas	Não
<i>Cantigas</i>	Religião	Paulito
<i>Às terças-feiras</i>	Informações variadas	Não
<i>Às quintas-feiras</i>	Informações variadas	Não
<i>Notas Taurinas</i>	Tauromaquia	Não
<i>Notas e Phantasias</i>	Theatro e Decoração	Não
<i>Theatro da Natureza</i>	Theatro	Não
<i>Festas e Romarias</i>	Festividades	Não
<i>Serviço Telegraphico</i>	Informações sobre o Estrangeiro	Não
<i>Casos da Rua</i>	Pequenas notícias (breves) sobre a Sociedade	Não
<i>Na Assembleia Constituinte</i>	Política (Parlamento)	Não
<i>Chronica</i>	Pequenas notícias ( <i>breves</i> ) de Portugal e do Mundo	Não
<i>Gazetilha</i>	Poesia	Não
<i>À Janella</i>	Pequenas histórias familiares e da vida	Chrispin
<i>Zig-Zag</i>	Informações variadas (breves)	Não
<i>Vida Musical</i>	Música	Alfredo Pinto (Sacavém)
<i>Semana Economica</i>	Economia e Finanças (Bolsa)	Não
<i>Echos &amp; Notas</i>	Pequenos apontamentos sobre a Imprensa local e nacional	Não
<i>Em Foco</i>	Apontamentos sobre a Actualidade	Não
<i>Carteira do Reporter</i>	Pequenas notícias (breves) locais e nacionais	Não
<i>Blagues</i>	Entretenimento	Não
<i>Provincias</i>	Pequenas notícias (breves) sobre a Província	Não
<i>O nosso Archivo</i>	Apontamentos históricos	Não
<i>Um pouco de História</i>	Apontamentos históricos	Não
<i>Espectaculos</i>	Theatro	Não
<i>Uma vez por semana</i>	Apontamentos sobre a Actualidade	Não
<i>Politica Externa</i>	Política Internacional	Não
<i>Classe Operaria</i>	Operariado	Não
<i>Utilidades</i>	Entretenimento	Não

<sup>10</sup> Os meses de Novembro e de Dezembro de 1913 não estão disponíveis na colecção *d' A Nação* na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, assim como nas outras duas Bibliotecas já apontadas.

<i>Arcada</i>	Política (Ministérios)	Não
<i>Noticias Diversas</i>	Notícias variadas	Não
<i>Orthoepia e Orthografia</i>	Gramática	Não
<i>Congresso Republicano</i>	Política (Parlamento)	Não
<i>Carta do Porto</i>	Notícias do Porto	Não
<i>Cartas de Lisboa</i>	Notícias de Lisboa	Não
<i>A Guerra</i>	Informações sobre a Grande Guerra	Não
<i>Fragmentos...</i>	Informações variadas	C.
<i>A Guerra Europeia</i>	Informações sobre a Grande Guerra	Não
<i>Dois palavras por dia</i>	Informações variadas	A. de F.

**Quadro n.º 4: Diferentes secções do jornal *A Nação* (1847-1928)**

*A Nação*, relativamente aos pontos de venda e de cobrança, seguiu o esquema adoptado pelos outros periódicos. Em Lisboa, a venda do diário legitimista estava assegurada em diversos quiosques e outras casas comerciais, para além da venda realizada pelos tradicionais ardinhas. Ao longo dos períodos em que analisámos *A Nação*, verificámos que este título também se vendia em todas as capitais de distrito do País, onde diversos representantes asseguravam não apenas a cobrança da assinatura e a entrega do jornal, mas também garantiam a recolha de anúncios a remeter para a Administração d' *A Nação*. Um desses exemplos acontecia na cidade do Porto. *A Nação* publicava frequentemente, desde o início de 1912, a seguinte nota: «Assignaturas e annuncios para este jornal acceitam-se na Agencia de Publicações de A. Dias Pereira & Comp.<sup>a</sup>, Praça da Liberdade, 127, 128, Porto. Vende-se em todos os kiosques». *A Nação* também se vendia na Foz do Porto, na Confeitaria Brasileira, próxima do conhecido Castelo de São Francisco Xavier, mais conhecido por Castelo do Queijo. Semelhante indicação também surgia para a cidade e região de Braga. *A Nação* anunciava frequentemente o seguinte: «Assignaturas e annuncios para este jornal acceitam-se na rua do Souto, n.ºs 87-89, estabelecimento do sr. Bento José Vieira da Cruz». *A Nação* afirmava igualmente que o periódico se encontrava à venda naquela cidade minhota, todos os dias, no Quiosque Central de Inácio Ferreira da Silva Prata. O diário lisboeta também publicitava a sua venda em Viseu, publicando regularmente a seguinte nota: «encontra-se á venda na Livraria Provincia, Rua Direita – Vizeu. Também se vende pelas ruas e no kiosque do Rocio». Mas *A Nação* também anunciava, em pequenas notas inseridas nas suas páginas, que se vendia em diferentes locais. Tal acontecia, por exemplo, em Cascais onde se vendia na Tabacaria Cabral, na Rua do Regimento 19, n.º 13, ou nas Caldas da Rainha, onde se vendia na Agência de José Dias, sita na Rua José Malhoa, 5 a 11, e também na Tabacaria Club, Largo da Rainha D. Leonor, mais conhecido por Largo da Copa. Mas as casas particulares também serviam de local de

venda d' *A Nação*. Assim sucedeu em Estombar (casa de José Rodrigues de Azevedo); Estremoz (casa de José de Matos Mexia); Guarda (casa de António Lopes da Cunha); Ferragude (casa de Hermenegildo Costa); Redondo (casa de Francisco Dias Lopes); Torres Novas (casa de João Gomes Soares Matta); e Trafaria (casa de Manuel Henriques).

A internacionalização do periódico estava igualmente assegurada com a venda d' *A Nação*, por exemplo, em Paris, em diferentes quiosques: des Boulevards, des Italiens, des Capucines, e também em Montmartre, um popular bairro da capital francesa. Esporadicamente, este título imprimia uma pequena nota nas suas páginas, solicitando agentes para trabalharem com o jornal. Assim, por exemplo, em meados de 1913, o jornal escrevia: «Agentes. Precisam-se nas terras onde “A Nação” os não tenha. Dirigir carta ou postal com informações á comissão administrativa d' “A Nação”, Rua da Lucta, 30, 2.º». Ao longo do processo de angariação de novos agentes de cobrança – em localidades onde *A Nação* ainda não estava devidamente instalada – apareciam impressas pequenas notas destinadas a informar o público da existência de um agente numa cidade ou vila do interior do país. Um desses exemplos é o seguinte: «Agente em Castelo Branco – agente sr. Polycarpo Santos e Silva». Da mesma forma que apresentámos no caso do *Echos do Minho*, verificámos que o jornal *A Nação* também apostava no sistema de assinaturas e nos serviços postais nacionais. Através desse serviço atingia localidades de concelhos muito distantes de Lisboa. Assim, sem repetir o processo descrito anteriormente, poderemos asseverar que *A Nação* atingia um elevado número de freguesias e de diferentes concelhos nacionais<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> *A Nação* chegava pelo menos a estas localidades: Abrantes; Abrigada; Águeda; Alcacer do Sal; Alcantarilha; Alcobaga; Alcochete; Alenquer; Alfândega da Fé; Alfarelos; Alijó; Almeida; Alpedrinha; Amarante; Amares; Alvaiázere; Anadia; Arcos de Valdevez; Arganil; Armamar; Arronches; Aveiro; Avelar; Azambuja; Baião; Barcelos; Batalha; Beja; Belas; Belmonte; Borba; Boticas; Braga; Cabeça de Vide; Cabeceiras de Basto; Cadaval; Caldas da Rainha; Caldas das Taipas; Cadelas; Cantanhede; Carregal do Sal; Castelo Branco; Castelo de Vide; Castro Daire; Celorico da Beira; Chaves; Cinfães; Coimbra; Coja; Constância; Coruche; Covilhã; Elvas; Entre-os-Rios; Entroncamento; Espinho; Esposende; Estarreja; Estremoz; Fafe; Faro; Felgueiras; Fermentelos; Ferreira do Zêzere; Figueiró dos Vinhos; Fornos de Algodres; Freixeda do Torrão; Fundão; Fuzeta; Gavião; Gondomar; Gouveia; Granja; Guarda; Guimarães; Idanha-a-Nova; Ílhavo; Lagoa; Lagos; Lamego; Leiria; Loriga; Louriçal do Campo; Lourinhã; Lousã; Lousada; Mação; Macedo de Cavaleiros; Machico; Mangualde; Marco de Canavezes; Matosinhos; Meda; Melgaço; Melo; Mértola; Mesão Frio; Midões; Minde; Mirandela; Moimenta da Beira; Moncarapacho; Moncorvo; Montalegre; Montemor-o-Novo; Montemor-o-Velho; Mourisca; Moura; Óbidos; Oleiros; Olhão; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Hospital; Ourém; Parada de Gonta; Paredes; Penacova; Penafiel; Penalva do Castelo; Penamacor; Penedono; Pinhel; Pombal; Ponte de Lima; Ponte de Sor; Porto; Porto de Moz; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Santa Iria; Póvoa de Varzim; Proença-a-Nova; Régua; Ribeira de Pena; Sabrosa; Sabugal; Samora Correia; Santa Maria da Feira; Santarém; Santiago de Cacém; Santo Tirso; S. Fiel; S. João da Madeira; S. João da Pesqueira; S. Martinho do Porto; S. Pedro do Sul; Sardoal; Sátão; Seia; Seixão; Sernancelhe; Sines; Sintra; Silves; Sobredo de Paiva; Tarouca; Tomar; Tondela; Torres Novas; Torres Vedras; Tortosendo; Trancoso; Vagos; Valpaços; Viana

## 5.2. Números e assuntos do *Echos do Minho* e d' *A Nação*

No espaço temporal definido para o primeiro subperíodo, entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1913, a análise aos títulos *Echos do Minho* e *A Nação* resultou nos seguintes dados. A pesquisa que efectuámos ao jornal *Echos do Minho* abrangeu 308 números, com a mesma relação de editoriais, fruto da análise periodizada entre 8 de Janeiro de 1911 (ano I, n.º 1) e 28 de Dezembro de 1913 (ano III, n.º 308). Esta pesquisa decorreu apenas na BGUC. Conforme está patenteado nos dois gráfico/quadro seguintes, esses 308 editoriais abordaram 30 assuntos diferentes, e geraram um total de 43 interligações, ou seja, existiram 43 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise. A colecção analisada na BGUC está completa, e nenhum dos números do *Echos do Minho* foi apreendido ou censurado.

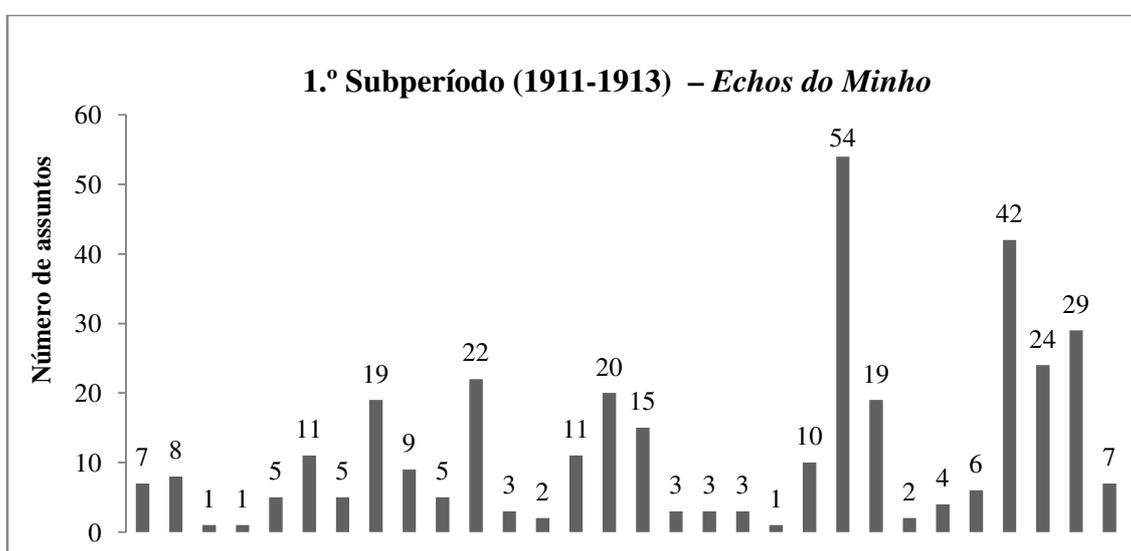


Gráfico n.º 17: Assuntos do jornal *Echos do Minho* no 1.º Subperíodo (1911-1913)

1.º Subperíodo (1911-1913) – <i>Echos do Minho</i> Diferentes assuntos analisados	Número de vezes mencionado
Acção Católica/Juventude Católica	7
Agricultura	8
Assistência/Caridade	1
Caminhos-de-ferro	1
Colónias	5
Conspirações monárquicas/Presos políticos/Amnistia	11
<i>Echos do Minho</i> (vida interna)	5
Economia	19
Educação	9

do Castelo; Vieira; Vila do Conde; Vila Flor; Vila Meã; Vila Nova de Famalicão; Vila Nova de Foz Côa; Vila Nova de Gaia; Vila de Rei; Vila Real; Vilarouco; Vila Velha de Ródão; Vinhais; Viseu; Vizela; e Vouzela.

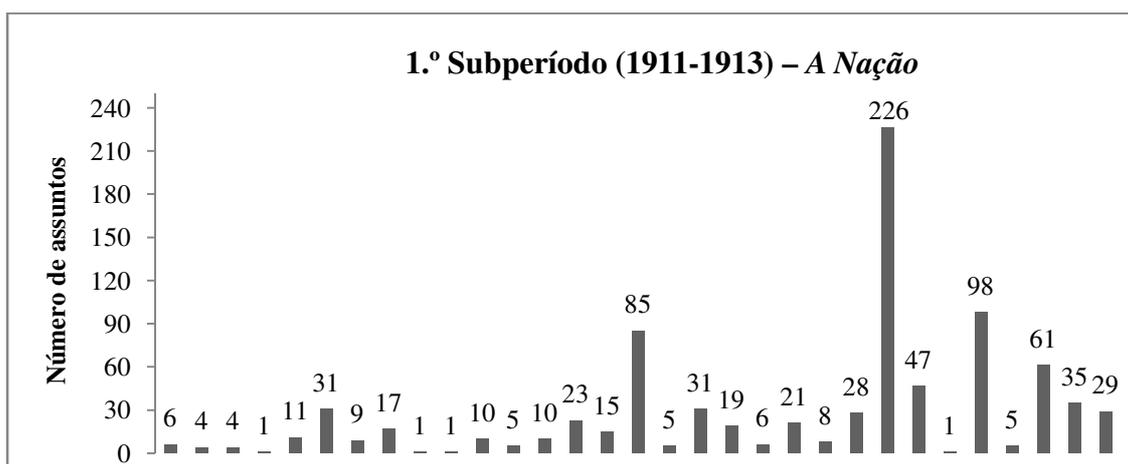
Emigração	5
Igreja Católica (festividades)	22
Igreja Católica (Portugal)	3
Igreja Católica (Vaticano)	2
Imprensa católica	11
Internacional	20
Lei da Separação (especificamente)	15
Literatura	3
Maçonaria/Livre pensamento	3
Monarquia	3
Operariado	1
Personalidades	10
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	54
Portugal (enquanto Estado e Nação)	19
Protestantismo	2
Regionalismo	4
Relações Estado-Igreja (geral)	6
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	42
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	24
Sociedade	29
Tumultos/Manifestações/Greves	7

**Quadro n.º 5: Assuntos do jornal *Echos do Minho* no 1.º Subperíodo (1911-1913)**

Numa abordagem primária a estes números, podemos confirmar que, entre 1911 e 1913, os dois assuntos mais abordados em editorial, pelo *Echos do Minho*, estão relacionados com o momento político em curso no país. Como é notório em todo este primeiro subperíodo, a análise à República e à acção política dos republicanos concentrou a maioria dos editoriais do *Echos do Minho*: 96 num total de 308. Entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1913, o título de Braga analisou o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» em 54 editoriais. Já o assunto «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)» foi revisto em 42 editoriais. Longe destes dois assuntos, em termos numéricos, estavam os outros três temas mais representados: «Sociedade» com 29 editoriais; «Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)» com 24 editoriais; e «Igreja Católica (festividades)» com 22 editoriais. Para além destes, há a apontar ainda o registo de outros 25 assuntos que estavam presentes em 137 editoriais, o que demonstra a vertente generalista do *Echos do Minho*. A maioria desses 25 assuntos registou, em cada um, a presença de menos de dez editoriais.

O diário *A Nação* também apresentou uma posição generalista, com base nos números apontados nos assuntos mais focados, como está traçado nos gráfico/quadro

seguintes. Durante o primeiro subperíodo confirmámos a existência de um total de 831 números que não estão de acordo com a mesma relação de editoriais analisados. Aquele número total congrega os números apreendidos e os números inexistentes na colecção analisada. Assim, se retirarmos esses dois casos, registamos 800 editoriais. A análise foi periodizada entre 11 de Janeiro de 1911 (ano LXIV, n.º 15:028) e 19 de Outubro de 1913 (ano LXVII, n.º 15:859). Como aconteceu com a análise do periódico anterior (*Echos do Minho*), a pesquisa em torno d' *A Nação* decorreu unicamente na BGUC. Esses 800 editoriais abordaram 31 assuntos diferentes e geraram um total de 53 interligações. Isto é, existiram 53 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise. A colecção analisada na BGUC não está completa. Faltam muitos números<sup>12</sup>, para além de parte do mês de Outubro e dos meses de Novembro e de Dezembro de 1913. Também vários números d' *A Nação* foram apreendidos e censurados<sup>13</sup>.



**Gráfico n.º 18: Assuntos do jornal *A Nação* no 1.º Subperíodo (1911-1913)**

<sup>12</sup> Na colecção da BGUC faltam os seguintes números: 31 de Julho de 1911, ano LXIV, n.º 15:193; 7 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:199; 10 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:202; 11 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:203; 25 de Setembro de 1911, ano LXV, n.º 15:240; 6 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:249; 14 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:256; 27 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:267; 9 de Dezembro de 1911, ano LXV, n.º 15:301; 12 de Dezembro de 1911, ano LXV, n.º 15:304; 30 de Dezembro de 1911, ano LXV, n.º 15:318; 30 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:390; 31 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:391; 7 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:396; 10 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:398; 18 Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:404; 5 de Maio de 1912, ano LXV, n.º 15:420; 14 de Julho de 1912, ano LXV, n.º 15:478; 4 de Dezembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:597; e 5 de Dezembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:598. Para além destes, falta também todo o mês de Março de 1913 (1 de Março, ano LXVI, n.º 15:666, até 31 de Março, ano LXVI, n.º 15:690, e também de 27 de Julho de 1913, ano LXVI, n.º 15:786).

<sup>13</sup> A publicação d' *A Nação* foi proibida pelo Governo, desde o dia 29 de Abril até 6 de Maio de 1913: seriam oito números não contabilizados (os números apreendidos foram os de 29 e 30 de Abril). Foram também apreendidos os números de 13 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:748; e 2 de Julho de 1913, ano LXVI, n.º 15:763.

<b>1.º Subperíodo (1911-1913) – A Nação</b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Agricultura	6
Assistência/ Caridade	4
Boa imprensa e má imprensa	4
Ciência	1
Colónias	11
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	31
Economia	9
Educação	17
Emigração	1
Exército	1
História e Cultura nacionais	10
Igreja Católica (festividades)	5
Igreja Católica (geral)	10
Igreja Católica (Portugal)	23
Imprensa	15
Internacional	85
Justiça	5
Legitimismo	31
Lei da Separação (especificamente)	19
Maçonaria/Livre pensamento	6
Monarquia	21
Operariado	8
Personalidades	28
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	226
Portugal (enquanto Estado e Nação)	47
Publicidade	1
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	98
Republica # Monarquia	5
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	61
Sociedade	35
Tumultos/Manifestações/Greves	29

**Quadro n.º 6: Assuntos do jornal *A Nação* no 1.º Subperíodo (1911-1913)**

A distribuição dos 800 editoriais analisados e dispostos por 31 assuntos diferentes comprova, efectivamente, a vertente generalista do diário *A Nação*. Sem surpresas, a predominância dos editoriais deste diário lisboeta versou a nova realidade política imposta pela revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. O assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» esteve presente em 226 editoriais, sendo este o assunto mais destacado entre todos os assuntos expostos. Em segundo lugar, ainda muito afastado desse valor, estava o assunto «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)», focado em 98 editoriais. Só estes dois assuntos garantiam a presença em 324 editoriais, no já apontado universo de 800

editoriais. Os outros três assuntos que completam a pequena lista dos cinco assuntos mais visados tinham um destaque menor: «Internacional» com 85 editoriais, «Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)» com 61 editoriais, e «Portugal (enquanto Estado e Nação)» com registo em 47 editoriais. Para além destes cinco assuntos apresentados, registámos a presença de 26 assuntos nos restantes 283 editoriais, sendo que a maioria de cada um desses assuntos registou a presença em menos de 30 editoriais.

O carácter generalista d' *A Nação* estava assim perfeitamente visível, tal como sucedera com o *Echos do Minho*. Porém, apesar de os editoriais de ambos os periódicos sustentarem essa vertente mais diversificada, os números apresentados reflectem uma atenção muito particular para a política nacional. Esta tendência era quase inata no jornalismo nacional daquele período histórico, e tal facto não reflectia apenas a visão da imprensa católica. Analisar a vida política de Portugal era precisamente um aspecto que vinha já do jornalismo de Oitocentos, e que nas primeiras décadas do século XX se acentuara e ganhara até uma outra dimensão. Contudo, por exemplo, é evidente que, para os periódicos católicos, a percepção da acção republicana na vida política nacional era bem diferente da dos jornais republicanos. A acção política de qualquer governo nacional, monárquico ou já republicano, era examinada com particular atenção por parte dos diferentes periódicos, quer fossem católicos, monárquicos, republicanos, socialistas, ou outros. É evidente que, com o dealbar do regime republicano, em Outubro de 1910, as atitudes e determinações perante os mesmos acontecimentos se demarcaram ainda mais e até irremediavelmente entre o mesmo género político de publicações.

No caso específico dos periódicos católicos – aqueles que aqui nos interessam – verificamos que tal sucedeu, sobretudo, quando o principal tema de discussão era qual o caminho a tomar pela Igreja numa sociedade novecentista que surgia como que descristianizada, e que já não tinha muitas parecenças com o passado recente. Ora, se nesse mesmo passado recente as forças católicas deram sinais de crescente separação ideológica – espelhados então em dois grandes jornais católicos: *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), do lado legitimista, e *A Palavra* (Porto, 1872-1911), no campo constitucionalista – agora, face à nova realidade política do país, a imprensa católica iria promover novos focos de discussão, em consonância com as próprias realidades saídas da revolução republicana.

### 5.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1911-1913)

A imprensa católica nasceu e cresceu num espírito de cruzada. A postura combativa por que se pautava este tipo de imprensa, desde o final do século XIX e princípios do século seguinte, exacerbou-se com a instauração da República em 1910. Perante acções específicas, desencadeadas em contextos próprios, a imprensa católica reformulou a sua posição na sociedade portuguesa. Surgiram novas fileiras, compostas por novos católicos militantes e fervorosos, que tomaram a cruz e que se colocaram ao lado da Igreja Católica para combater aquilo que os próprios denominavam por “bom combate”. Mas, ao mesmo tempo, também criou laços, mais ou menos duradouros, entre os jornalistas dos muitos títulos católicos que vinham assumindo a missão de proteger os católicos e de defender os interesses ou direitos da Igreja, como então eram também designados. De certa forma, as próprias direcção e administração daqueles periódicos criaram e desenvolveram a ideia de protecção das figuras do jornalista, e especificamente a do jornalista católico, pelo acto nobre (segundo elas) que aqueles desempenhavam numa sociedade em mudança. Por isso mesmo, a primeira vez que *A Nação* falou de imprensa em 1911 foi para enaltecer o papel essencial e meritório dos jornalistas, e para alertar para a necessidade de se resolverem os problemas sociais da classe. João Franco Monteiro, o director daquele diário da capital, assegurava que a classe dos jornalistas era a que estava mais desprotegida. Nesse sentido, solicitava melhoramentos sociais a quem tinha a competência desta matéria, como era o processo de reforma. Mas também instigava os jornalistas a unirem-se, dando o «(...) exemplo da solidariedade, agrupando-se em torno d’ uma ideia, esquecendo rivalidades políticas, que se põem de parte quando se trata de intentos mais altos»<sup>14</sup>. Também o *Echos do Minho* asseverava que a imprensa nacional tinha que se unir para se fortalecer e, dessa forma, melhor garantir os seus direitos, deixando para segundo plano as diferenças políticas, os interesses e as questões pessoais. Só assim, afirmava o periódico bracarense, é que a imprensa prestaria «(...) um bom serviço ao Paiz, concorrendo para a civilização do nosso povo, educando-o e instruindo-o sob os verdadeiros principios da verdade e da sã moral, que são a unica base da verdadeira e solida civilização»<sup>15</sup>. Com efeito, em ambos os títulos católicos apresentados, cedo ficou demonstrado uma maior vontade de união – para defesa de interesses mútuos – do que da persistência de um

---

<sup>14</sup> João Franco Monteiro, *Um alvitre*, in *A Nação*, 1 de Fevereiro de 1911, ano LXIV, n.º 15:045, p. 1.

<sup>15</sup> *O dever da imprensa*, in *Echos do Minho*, 27 de Julho de 1911, ano I, n.º 57, p. 1.

discurso vincadamente politizado que, em muitas situações, se encontrava espelhado nos editoriais, sobretudo d' *A Nação*.

Noutra vertente, o bissemanário de Braga confirmava que a imprensa também deveria mudar de rumo, de forma a manter vivo o seu dever de defender a verdade e a liberdade de cidadãos livres, em respeito ordeiro pelas leis e pelo poder instituído. O periódico de Braga elucidava, desde as primeiras linhas de um longo editorial, que a imprensa, no quadro nacional, apesar de ser apresentada como sendo sectária, perseguidora, e susceptível de promover a desorganização social, era «(...) a arma mais vigorosa e activa e o maior baluarte da civilização e educação dos povos; quando bem manejada, resiste ao erro como insuperavel e invencivel muralha»<sup>16</sup>. Nestas primeiras palavras estava implícito um sentimento próprio da imprensa católica. Para o *Echos do Minho*, a imprensa deveria ser utilizada com especial cuidado por pessoas, vulgo jornalistas, que lhe dessem uma orientação correcta e honesta. Era evidente que, para o jornal do Minho, esta boa orientação só poderia partir dos jornalistas católicos. Ainda que as expressões boa imprensa e má imprensa não fossem pronunciadas, as mesmas ficavam subentendidas no discurso. No entanto, seria *A Nação* a, ostensivamente, falar das duas faces da imprensa, na última semana de Outubro de 1911. Nesta fase, a repressão da “rua republicana” era muito diversificada e atingia também velhas glórias da República, como eram os casos de António José de Almeida (1866-1929) e de Machado Santos (1875-1921) que, por essa altura, escapariam de serem linchados em Lisboa pela “rua republicana”, então já muito fiel a Afonso Costa (1871-1937). Esse cenário de instabilidade social e política foi o pano de fundo para João Franco Monteiro, director d' *A Nação*, apresentar algumas ideias relativas à imprensa e à força que esta detinha.

Franco Monteiro afirmava que foram os operários mais radicais, e outros, a fomentar na imprensa as suas propagandas, subvertendo dos jornais o seu carácter verdadeiro e honesto. Desse modo, o jornalista denunciava que aqueles periódicos «(...) abastardavam caracteres, deschristianizando-os, desviando-os da verdade...»<sup>17</sup>. Ao invés, segundo *A Nação*, a denominada boa imprensa, situada no campo conservador, era local de pessoas e de condutas honestas. No entanto, o articulista queixava-se que esta boa imprensa não recebia o auxílio necessário dos crentes para propagandear a sua

---

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>17</sup> João Franco Monteiro, *Um exemplo aproveitavel*, in *A Nação*, 23 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:263, p. 1.

mensagem, num quadro de leal concorrência jornalística. Nesse sentido, como era norma entre a imprensa católica, era solicitado aos católicos que se unissem porque agora era chegado o tempo para tal, esquecendo divisões políticas que momentaneamente só prejudicariam a causa comum e davam trunfos aos seus adversários. Os republicanos, apresentados como denodados concorrentes dos jornais católicos, há muito que vinham dando um grande exemplo aos católicos no aproveitamento que faziam da imprensa, não se poupando «(...) a despesas, a sacrifícios, a trabalhos em prol do seu ideal»<sup>18</sup>. De acordo com o jornal de Lisboa, tal acção deveria ser seguida pelos católicos. Era certificado que, só assim, se poderia garantir à imprensa católica uma vida desafogada que lhe permitisse semear e colher o que era apresentado como sendo a boa mensagem. Porém, a imprensa católica alertava, em sentido contrário, para o crescimento da má imprensa na sociedade portuguesa.

De acordo com o editorial do *Echos do Minho*, de 15 de Agosto de 1912, era notória a influência que a imprensa exercia entre os portugueses, sobretudo a má imprensa. Neste contexto, o periódico de Braga asseverava que «(...) a impiedade alastra-se com a corrupção dos costumes, e este grande prejuízo advem á sociedade por intermedio da imprensa, da má imprensa, sob os auspícios de quem d' ella dispor a seu talante»<sup>19</sup>. O periódico de Braga mostrava-se muito crítico da má imprensa, considerando-a como uma praga social e com grande capacidade destruidora dos bons costumes. Considerava que este tipo de imprensa representava um perigo para a Igreja. Isso mesmo era confirmado pelo *Echos do Minho*, no fim de Novembro de 1912. A propósito de um editorial dedicado às instituições operárias católicas, apresentadas como fundamentais para o papel de recristianização social, era produzido um ataque declarado à má imprensa: «a imprensa hostil á Egreja, que de todos os meios se serve – de todos – para as suas propagandas demolidoras e para a sua obra nefasta de deschristianisação popular, essa occulta (...) estes progressos da ideia religiosa e estes admiraveis testemunhos da efficacia, proficuidade e êxito real das soluções da democracia christã»<sup>20</sup>. O jornal de Braga asseverava igualmente que a má imprensa pretendia afastar as classes operárias do movimento religioso e, com isso, incompatibilizar o povo com a Igreja Católica. O mesmo tom de críticas era apresentado pel' *A Nação*, no fim desse ano de 1912. A. de F., colaborador daquele periódico,

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> *A impiedade*, in *Echos do Minho*, 15 de Agosto de 1912, ano II, n.º 166, p. 1.

<sup>20</sup> *Instituições Operarias Catholicas*, in *Echos do Minho*, 28 de Novembro de 1912, ano II, n.º 196, p. 1.

depois de apresentar o poder da imprensa, confirmava que os promotores da má imprensa olhavam para a Igreja Católica como o alvo a abater: «(...) a imprensa impia, jurou guerra de morte ao religioso, porque vê n' elle o soldado da primeira linha, da grande inimiga, a Egreja»<sup>21</sup>.

Já no ano seguinte, em Maio de 1913, *A Nação* apresentou um reflectido editorial sobre a situação da propaganda da boa imprensa e da defesa da questão religiosa em Portugal, reforçando a ideia da constituição de um diário católico. O articulista, J. P., alertava, primeiramente, para o facto de não existirem muitos leitores de jornais, fruto da elevada taxa de iliteracia que então se registava no país (cerca de 75 por cento). J. P. instigava ao ressurgimento da imprensa católica, uma vez que era sua opinião que a mesma não estava organizada. Mas mostrava-se reticente quanto à fusão das empresas jornalísticas católicas, apesar de defender «(...) a sua unificação de pensamento e subordinação a um plano voluntariamente aceite...»<sup>22</sup>, num prazo curto. O articulista confirmava que os pequenos periódicos se vinham multiplicando um pouco por todo o país, o que era demonstrativo da vontade de alguns católicos em prol da defesa da imprensa católica. No entanto, o autor do editorial mostrava-se desgostoso ao constatar que eram poucos os católicos que abraçavam a causa da boa imprensa, e menos ainda os que a poderiam subsidiar. Para J. P., a criação de um grande diário católico nacional era apontada como uma necessidade, mas o autor constatava que «(...) não ha meios pecuniarios para o sustentar, nem por conseguinte, espaço para tratar de coisas serias...»<sup>23</sup>.

O crescimento da imprensa católica foi particularmente significativo em 1913. Nesse ano nasceram em Portugal 24 novos títulos católicos, sendo 21 de carácter informativo, e apenas três de cunho mais doutrinal. Em verdade, alguns desses novos títulos eram boletins paroquiais, como eram os casos d' *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916), da *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919), e da *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916). Estimulado pela acção católica francesa da *Maison de La Bonne Presse*, o jornal *Echos do Minho* alertava para o facto de, em Portugal, «(...) o estabelecimento de boletins parochiaes é d' uma extrema necessidade e de um alcance seguro, indiscutível»<sup>24</sup>. O periódico de Braga acreditava que, em cada

---

<sup>21</sup> A. de F., *A grande calumnia*, in *A Nação*, 11 de Dezembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:603, p. 1.

<sup>22</sup> J. P., *A Questão Religiosa em Portugal: a propaganda*, in *A Nação*, 17 de Maio de 1913, ano LXVI, n.º 15:726, p. 1.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>24</sup> *Boletins parochiaes*, in *Echos do Minho*, 8 de Junho de 1913, ano III, n.º 250, p. 1.

paróquia, ou várias em parceria, poderia surgir um pequeno boletim, capaz de entrar por dentro dos lares, transmitindo-lhes a sua mensagem cristã.

Dois meses depois de ter publicado, em editorial, o seu primeiro artigo sobre a propaganda da questão religiosa em Portugal, J. P. retomou o tema, apresentando algumas ideias sobre o caso específico da imprensa católica. O longo editorial começava por apresentar um facto: de acordo com o autor, a imprensa católica nacional nunca havia atingido um nível tão elevado quanto a importância da missão sugeria. O articulista denunciava que a imprensa católica falhara o objectivo de «(...) tornar dispensável a leitura dos jornais de grande circulação que todos eram franca ou insidiosamente hostis á Religião. Este ideal tão nobre e legitimo era grande de mais, para as nossas forças desagregadas, e demasiadamente modesto para a grandeza da causa»<sup>25</sup>. Os católicos portugueses, segundo J. P., preferiam ler os outros periódicos, apelidados de maus jornais, do que os títulos católicos, uma vez que os leitores não encontravam nesses jornais algo que os cativasse. O articulista defendia a organização de uma campanha unificada, dos diferentes títulos católicos, para orientar os crentes e potenciais leitores para as boas leituras. E lançava um repto ao mundo católico: «(...) o que precisamos é um jornal diario para sahir á estrada e tratar dos *outros*; depois *para nós*; precisamos de uma grande revista scientifica, litteraria, apologetica, (...) e a Religião precisa do Boletim diocesano que por emquanto póde ser commum a varias dioceses»<sup>26</sup>. Era evidente que a orientação católica, defendida pelos articulistas de ambos os títulos apresentados, assentava na força que a imprensa católica poderia e deveria ter na sociedade portuguesa. O êxito da instrução religiosa dos católicos passaria, pois, pela promoção de títulos abertamente informativos ou puramente doutrinários. Este plano não era de fácil aplicação, uma vez que a juntar à necessária instrução religiosa dos católicos, era asseverado por C. Z., colaborador d' *A Nação*, que «(...) é indispensável a educação e a formação do carácter»<sup>27</sup>.

Para além do percurso e da acção realizada pela imprensa católica, ao longo do tempo, esta foi sujeita a pressões contínuas por parte do governo republicano, desde os primeiros dias do novo regime. Efectivamente, o assalto das instalações dos títulos católicos foi recorrente ao longo dos primeiros anos da Primeira República, em especial durante o Governo Provisório.

---

<sup>25</sup> J. P., *A Questão Religiosa em Portugal: a Imprensa catholica*, in *A Nação*, 27 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:760, p. 1.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>27</sup> C. Z., *Orientação catholica*, in *A Nação*, 11 de Setembro de 1913, ano LXVI, n.º 15:824, p. 1.

### 5.3.1. O caso particular da suspensão momentânea d' *A Nação*

Entre 1911 e 1913, o diário legitimista *A Nação* foi alvo de frequentes ataques às suas instalações, então sitas na Rua da Era, 19, 1.º (escritórios da redacção, da administração e da composição), e na Travessa das Mercês, 59 (oficinas de impressão). Nesse período de dois anos, foram vários os números d' *A Nação* apreendidos e/ou censurados, sendo que o diário de Lisboa esteve uma semana sem se poder publicar, por ordem do Governo. Assim, desde o dia 29 de Abril até 6 de Maio de 1913, a publicação d' *A Nação* foi proibida: seriam oito números não contabilizados – os números apreendidos foram os de 29 e 30 de Abril. Mais tarde, também seriam apreendidos os números de 13 de Junho de 1913 (ano LXVI, n.º 15:748), e 2 de Julho de 1913 (ano LXVI, n.º 15:763). Ao fim desse interregno forçado de oito dias, o editorial de 7 de Maio de 1913 intitulava-se: «*A postos*», e era assinado pelo seu director, João Franco Monteiro que, de resto, assinava muitos editoriais. Naquele dia, o articulista começava por notificar os leitores do sucedido, confirmando que o Governo proibira a circulação «(...) em nome da ordem e da segurança publicas»<sup>28</sup>. O jornalista defendera que *A Nação* nunca promovera quaisquer desordens, e considerava aquela acusação caluniosa. Afirmava também que *A Nação* retomava o seu posto, mas sem, contudo, alterar a conduta. O director d' *A Nação* acreditava que aquela que apresentava era a correcta. Por fim, Franco Monteiro acusava Afonso Costa, então chefe do Governo, de lançar «(...) mão d' uma lei-arbitrio. Calou os prelos para despertar rumores de maior violência»<sup>29</sup>. Sensivelmente um mês depois, a edição d' *A Nação* foi apreendida em dia de Santo António, em 13 de Junho. O director do periódico usou a ironia para se manifestar sobre mais esta apreensão, afirmando que o castigo não partira do Governo, mas «(...) veio das alturas do céu, por intermédio dos delegados do sr. governador civil. Foi Santo Antonio [padroeiro de Lisboa] que nos quis dar uma reprimenda, por no seu dia não alludirmos á sua festa...»<sup>30</sup>. Numa outra coluna, da primeira página do jornal, estava uma outra abordagem à acção sofrida pelo diário católico. O artigo era mais directo, e as acusações eram igualmente mais incisivas: «pode uma situação d' estas manter-se? Pode um governo, que pratica semelhantes attentados á liberdade e á própria Constituição, conservar-se nas cadeiras do Poder?»<sup>31</sup>. As acusações ao Governo

---

<sup>28</sup> João Franco Monteiro, *A postos*, in *A Nação*, 7 de Maio de 1913, ano LXVI, n.º 15:717, p. 1.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>30</sup> João Franco Monteiro, *Caso intrigado, caso explicado*, in *A Nação*, 14 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:749, p. 1.

<sup>31</sup> *A apprehensão da "Nação"*, in *A Nação*, 14 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:749, p. 1.

liderado por Afonso Costa, que estavam impressas no editorial apreendido eram, no entender d' *A Nação*, uma acção de defesa aos ataques que vinham sofrendo os monárquicos a propósito de um incidente verificado na baixa pombalina. Era afirmado: «(...) Não atacávamos. Simplesmente defendiamo-nos d' esses insultos e intolerantes ultrajes. Pois nem a *defeza* depois de provocados (...) nos foi permittida!»<sup>32</sup>.

Seguidamente, num outro plano de abordagem, vamos apresentar as ideias e pontos de vista fundamentais do *Echos do Minho* e d' *A Nação* sobre alguns dos principais temas da actualidade nacional do subperíodo em questão (1911-1913), dando primazia à análise da política portuguesa, ainda que outros assuntos sejam naturalmente referidos e analisados. De qualquer forma, reiteramos que não é nosso intuito apresentar apenas um panorama geral ou específico da realidade portuguesa de então. Acima de tudo, procuraremos interligar os editoriais de cada periódico da imprensa católica com a história da República portuguesa de uma forma diacrónica, de modo a percebermos como a imprensa católica acompanhou e se situou diante da evolução política nacional.

#### **5.4. A análise política do país republicano (1911-1913)**

No espaço definido entre Janeiro de 1911 e Dezembro de 1913 – que corresponde ao período de afirmação do projecto político republicano, iniciado em 5 de Outubro de 1910 – o assunto mais frequentemente analisado em editorial, quer pelo *Echos do Minho* quer pel' *A Nação* foi, conforme já apontámos, a «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)». Juntando os editoriais de ambos os títulos confirmamos que aquele assunto foi revisto em 280 editoriais (54 no *Echos do Minho*, e 226 n' *A Nação*). O segundo assunto que congregou mais editoriais em ambos os títulos foi a «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)», focado em 140 editoriais (42 editoriais no *Echos do Minho*, e 98 editoriais n' *A Nação*). São estes que constituem a base da análise a traçar seguidamente.

Aos olhos do *Echos do Minho* a República surgia como sendo francamente demagógica, e envolta nos erros políticos do passado recente. Logo em 25 de Março de 1911, já depois das reacções iniciais dos bispos portugueses às primeiras medidas republicanas, em matéria religiosa, o periódico bracarense avisava que «(...) a Republica Portuguesa se se não mantiver, não o será pela evolução nem por qualquer movimento estudado ou premeditado pelos monarchicos, mas pela revolução da

---

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

demagogia contra a auctoriade, cahirá por mão d' aquelles que a implantaram»<sup>33</sup>. A propósito de um assalto à igreja do Loreto, em Lisboa, perpetrado por apaniguados republicanos, nos primeiros dias de Janeiro de 1911, o *Echos do Minho* asseverava que actos como este desacreditavam a República e constituíam «(...) a negação absoluta das liberdades prometidas a todos os portuguezes pelos pregoeiros do regimem democratico»<sup>34</sup>. O jornal acusava o Governo Provisório de não garantir a segurança e a ordem pública, e de nada fazer para eliminar a grande passividade das autoridades republicanas em face dos desacatos provocados contra os católicos. Perante este cenário, o *Echos do Minho* questionava: «(...) O governo confessa-se impotente perante a turbamulta revolucionaria? É esta quem preside aos destinos do paiz?»<sup>35</sup>. É um facto que por essa altura a “rua” ainda mandava, mas já não tanto como acontecera nos primeiros dias de Outubro. Nessa altura, para defender o regime «(...) existiam os *gangs* pagos e armados pelo PRP, e aos quais os jornais do regime chamavam ‘povo’. Este ‘Povo’ desempenhou um papel fundamental na política da República»<sup>36</sup>.

Mas se era certo que esses mesmos gangues se mantiveram activos durante todo o período da República, moldando-se ao sabor dos interesses do momento, também é correcto afirmar que as críticas apontadas pelo *Echos do Minho* ao Governo Provisório e à República também foram assumindo maior vigor ao longo do tempo. No fim de Maio de 1912, após a aprovação da Lei da Separação e da Constituição, o periódico de Braga indiciava que «(...) o que se está passando em Portugal é mais que uma indignidade, é uma traição»<sup>37</sup>. O periódico assegurava que os governantes «(...) a proceder assim, e a permittir que assim se proceda não se sustenta a republica, mas corre-se o risco de que a propria Patria se afunde num abysmo de lama»<sup>38</sup>.

Ao cunho católico definido pelo *Echos do Minho*, o título da capital, *A Nação*, aliava também a defesa política do legitimismo, o que englobava as naturais e seculares divergências com os denominados constitucionalistas. Por essa razão, o jornal lisboeta assumiu, desde o início, uma postura diferenciada daquela apresentada pelo periódico de Braga, em especial ao nível da análise política. Neste campo, *A Nação* defendeu sempre a sua bandeira legitimista, e estabeleceu ligação entre os erros da República e os erros da Monarquia Constitucional.

---

<sup>33</sup> *A Demagogia na Republica*, in *Echos do Minho*, 25 de Março 1911, ano I, n.º 23, p. 1.

<sup>34</sup> *Situação Política*, in *Echos do Minho*, 15 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 3, p. 1.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>36</sup> Ramos, Rui – Outra opinião. Ensaio de História...p. 30.

<sup>37</sup> *Da ultima semana*, in *Echos do Minho*, 30 de Maio de 1912, ano II, n.º 144, p. 1.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*.

Nos últimos dias de Março de 1911, o periódico de Lisboa editou um editorial rico em reflexões acerca do trabalho da República e da própria posição do título perante ela: «vae em seis mezes que uma revolta de caserna e a cobardia e incuria de muitos derribou em Portugal a monarchia do constitucionalismo *outhorgado*. A Republica triumphante, diga-se de passagem, afigurou-se a muita gente, aliás nada affecta ao ideal repulicano...»<sup>39</sup>. A posição d' *A Nação* face à República assentava na perspectiva política defendida pelo legitimismo, e na legitimidade da linha dinástica de D. Miguel e do absolutismo que lhe estava inerente. Ao longo dos seus editoriais mais politizados, era visível a defesa feita do legitimismo, e o ataque direccionado àquilo que o periódico de Lisboa denominava de constitucionalismo outorgado, mesmo durante o período da República. Se para o periódico e para os legitimistas «as fórmulas de governo são todas boas ou más, conforme o desempenho que os executores lhe dão»<sup>40</sup>, a verdade é que, perante a mudança de regime, *A Nação* não era menos crítica com a República do que fora com a Monarquia Constitucional. Ainda com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte como pano de fundo, *A Nação* acusava o Governo Provisório de não basear a sua acção política num dos princípios basilares da própria República: a soberania popular. E confirmava que «(...) poucas vezes o constitucionalismo deposto pela republica triumphante, se viu tão atrapalhado em materia de eleições. (...) Ainda não ha muito que dissemos que 1911 não era 1828. (...) Os excessos condenaveis de ha oitenta e três annos são mais desculpaveis que os de hoje»<sup>41</sup>. O diário da capital assumia a frente de luta no combate contra o Governo Provisório, denunciava os erros dos republicanos e acusava o próprio republicanismo de ser um «(...) vistoso elixir distribuído nos comícios (...) [e de não passar] d' uma cantata para armar aos effeitos, vendo-se obrigados os homens da republica a porem em pratica os usos e costumes da monarchia imposta pela Quádrupla Alliança»<sup>42</sup>.

No início de 1911, Portugal ainda vivia em constante sobressalto desde que fora instaurada a República três meses antes, terminando com cerca de oito séculos de uma Monarquia que se transformara em Monarquia Constitucional há pouco menos de cem anos (1820). A concretização do projecto político republicano estava ainda na sua

---

<sup>39</sup> João Franco Monteiro, *Varias reflexões*, in *A Nação*, 28 de Março de 1911, ano LXIV, n.º 15:090, p. 1.

<sup>40</sup> João Franco Monteiro, *A tutela... do Directorio*, in *A Nação*, 11 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:127, p. 1.

<sup>41</sup> João Franco Monteiro, *As eleições e o progresso*, in *A Nação*, 23 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:137, p. 1.

<sup>42</sup> João Franco Monteiro, *Velho Thema*, in *A Nação*, 18 de Janeiro de 1911, ano LXIV, n.º 15:034, p. 1.

gênese. Depois que o Governo Provisório<sup>43</sup> tratou de aplicar as primeiras medidas governativas, desde os dias seguintes à revolução de Outubro de 1910<sup>44</sup>, três meses depois o lugar era ainda das greves<sup>45</sup>, dos tumultos e das perseguições aos símbolos e interesses monárquicos e da Igreja Católica. Talvez por isso, o *Echos do Minho* iniciava o seu primeiro editorial lembrando o estado actual do país: «nos tempos agitados que vão correndo em Portugal, quando parecem ainda ouvir-se o zunir das balas no combate sangrento (...), mister se torna educar e instruir esse povo, para que a sua soberania não seja conspurcada, abatida ou capciosamente subornada»<sup>46</sup>. Em certa medida, o discurso inicial do *Echos do Minho* direccionava-se para a necessidade de o povo português conhecer os seus direitos e os seus deveres, no novo regime. Mas aquele mesmo discurso também poderia ser entendido como um aviso aos republicanos e aos portugueses, e até poderia servir como uma premonição. O periódico de Braga recordava que a luta pela posse do poder – e hiperbolizava o tom em redor da mesma – se poderia transformar em algo mais profundo e que lhe estava associado: essa mesma luta poderia vir a ser travada apenas pela classe política e tal disputa poderia contar, como aconteceu, com uma gritante indiferença pelo povo português. De facto, essa crítica foi sempre alimentada pelo jornal bracarense. Essa mesma realidade seria expressa, ano e meio depois, no editorial de 6 de Junho de 1912, após vários apelos do periódico aos portugueses e depois de diversos balanços da obra da República. O *Echos do Minho* asseverava que «apesar do republicanismo de que julgavam estar imbuído o povo portuguez, as novas instituições encontraram na passividade do povo, uma pedra dura, uma molle colossal, que lhes mostrou que esse republicanismo não era mais do que o *não te rales*, qualidade muito própria e muito especial d’ este povo que opta pelo conservadorismo, aceitando, apenas, a evolução natural ou, se assim quizerem,

---

<sup>43</sup> O primeiro Governo Provisório da República ficou assim definido com os respectivos ministérios: Teófilo Braga (Presidência); António José de Almeida (Interior); Afonso Costa (Justiça); Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros); António Luís Gomes (Obra Públicas); Correia Barreto (Guerra); Amaro de Azevedo Gomes (Marinha e Colónias); José Relvas (Finanças), depois de Basílio Teles ter recusado o lugar. Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 25.

<sup>44</sup> Podemos confirmar essas medidas em: CATROGA, Fernando – O Livre-Pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX). In *Revista de História das Ideias*. Dir. Luís Reis Torgal. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, vol XXII, pp. 350-351.

<sup>45</sup> Entre o final de 1910 e 1911, registaram-se em Portugal (sobretudo em Lisboa) 247 greves, sendo que muitas delas estiveram envoltas em grande violência entre grevistas e autoridades republicanas. Podemos confirmar essa situação em: RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*pp. 448-450.

<sup>46</sup> *Na Arena*, in *Echos do Minho*, 8 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 1, p. 1.

insensível de todas as coisas publicas»<sup>47</sup>. No mesmo sentido deste discurso estava o editorial do d' *A Nação*, de 13 de Março de 1911. O articulista Phelo Moniz defendia que a indiferença política e o crescente individualismo do povo era um mal que se vinha alastrando continuamente e que provinha de uma «(...) deficiente educação moral, e n' esta hypothese, convirá dar ás classes trabalhadoras noções elementares de decencia e de urbanidade civica, indicando aos filhos do proletariado o caminho»<sup>48</sup>. Como aconteceu com o *Echos do Minho*, este tema também foi decorrente nos editoriais d' *A Nação*, que via, na indiferença do povo português, um dos esteios da inferioridade no quadro internacional, sobretudo perante as grandes potências europeias.

Na aurora da Primavera de 1911, numa altura em que se efectuavam as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a realizar em Maio próximo<sup>49</sup>, o *Echos do Minho* apresentava os portugueses como sendo passivos crónicos no que dizia respeito à política. O periódico minhoto consubstanciava esse facto, confirmando o que era público: «(...) o ultimo acto eleitoral foi, pois, impopular, porque o povo, a grande maioria do povo portuguez, *brilhou pela sua ausencia*»<sup>50</sup>. Nesta altura, o povo era entendido como apenas os homens maiores de 21 anos, caso fossem chefes de família e/ou soubessem ler e escrever, os únicos que podiam exercer o direito de voto. Exceptuando os que viviam nas cidades, e daqui apenas uma pequena franja da sociedade masculina é que votava, a maior parte dos homens da província, do mundo rural, demonstrava um grande desinteresse pela política nacional, não se recenseando e não indo às urnas. E quando o faziam, só agiam perante a força da acção e do interesse de um qualquer padre, de um influente, ou de um cacique que lhe apontavam o voto na direcção certa<sup>51</sup>. Para além da postura secular do povo rural, esta atitude era também consentânea com o espírito da própria legislação eleitoral que não estimulava ou permitia a livre discussão política. A lei eleitoral assentava em regras que favoreciam a

---

<sup>47</sup> *O Poder da Bomba*, in *Echos do Minho*, 6 de Junho de 1912, ano II, n.º 146, p. 1.

<sup>48</sup> Phelo Moniz, *O individualismo*, in *A Nação*, 13 de Março de 1911, ano LXIV, n.º 15:078, p. 1.

<sup>49</sup> Com eleições marcadas para dia 28 de Maio de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte inaugurou os seus trabalhos em 19 de Junho desse ano, depois de eleições dominadas pelo Partido Republicano Português. Podemos confirmar esse processo eleitoral em: Cf. SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 99-102.

<sup>50</sup> *As eleições e a liberdade*, in *Echos do Minho*, 1 de Junho de 1911, ano I, n.º 42, p. 1.

<sup>51</sup> Os influentes detinham um peso elevado na província, em especial ao nível do mercado de trabalho e das relações político-partidárias e governamentais. Havia dois tipos de influentes: os chefes de Partido que permaneciam fiéis aos seus princípios e ideologias, e os independentes que mudavam de lado de acordo com os interesses e as oportunidades que iam surgindo. Os caciques representavam os influentes, e mexiam-se num círculo dominado pelas cunhas e trocas de favores. Tinham também um grande poder intimidatório sobre os eleitores, usando e abusando da autoridade, e muitas vezes faziam uso da violência das ruas para atingir os seus fins. Cf. VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*...p. 24.

vitória dos republicanos, como era exemplo o princípio inédito da dispensa da ida às urnas, sendo os «(...) candidatos automaticamente proclamados eleitos – nos círculos onde não se registasse competição, nem para a maioria, nem para a minoria»<sup>52</sup>. Isso sucedeu, sobretudo, na província onde o perigo monárquico e a força de influências anti-republicanas eram maiores.

Assim sendo, sem qualquer surpresa, fruto de pressões previamente impostas a potenciais adversários, a vitória do Partido Republicano Português (PRP) aconteceu na maior parte dos círculos eleitorais existentes. Se ainda havia dúvidas quanto à actuação dos republicanos, ficava agora definitivamente definido em que moldes é que seria distribuído o poder: apenas nas mãos do PRP. De nada tinham valido os inúmeros editoriais d' *A Nação* a solicitar uma lei eleitoral justa e exequível, ainda antes de esta ser apresentada pelo Governo Provisório. Nos primeiros dias de Fevereiro de 1911, *A Nação* comentava as palavras de Afonso Costa no Porto, então envolvido numa acção de propaganda da República. O periódico de Lisboa afirmava que o ministro da Justiça vinha declarando ao povo que esse mesmo povo é que fizera a República e que a sustentava no poder. Ora, perante isto, *A Nação* questionava por que razão o Governo não havia tratado ainda «(...) de dar á luz a nova lei eleitoral, emancipadora e livre, que nos habilitasse ao uso insophismavel dos nossos direitos de cidadãos d' uma Patria nova, regenerada e feliz, liberta de oppressões e de tutelas?»<sup>53</sup>. Já na segunda semana de Março de 1911, o director daquele diário lisboeta, João Franco Monteiro, acusava o Governo Provisório (GP) de instigar o medo na população, e de já não disfarçar o mal-estar de uma luta que não previra poder acontecer. Por isso, o articulista aconselhava o GP a publicar, desde já, «(...) a lei eleitoral, pedindo ao paiz o seu voto acerca das novas instituições e dos proprios actos do exercicio do seu poder, quebrando o encanto assustadiço de tanto medo»<sup>54</sup>. Contudo, tal não veio a acontecer. A lei eleitoral manteve-se nos moldes que melhor serviam os interesses dos republicanos e esta postura apenas reforçou o distanciamento dos portugueses em período de eleições.

Mais tarde, já no final do ano de 1913, perante a falta de reformas no processo eleitoral, o *Echos do Minho* seria categórico: «as proximas eleições vão ser para todos desillusões e desenganos. O governo, que aliás parece não necessitar do suffragio, verá

---

<sup>52</sup> SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 100.

<sup>53</sup> João Franco Monteiro, *Pergunta innocente*, in *A Nação*, 3 de Fevereiro de 1911, ano LXIV, n.º 15:047, p. 1.

<sup>54</sup> João Franco Monteiro, *Nova epidemia*, in *A Nação*, 14 de Março de 1911, ano LXIV, n.º 15:079, p. 1.

o desinteresse que na maioria dos casos, originarão as eleições; e d' elle pode deduzir que o abandono da politica é o facto mais evidente de Portugal»<sup>55</sup>. O discurso sobre as eleições e o afastamento dos portugueses da política manteve-se, assim, praticamente igual ao longo dos anos da República. Assim, foi num clima de grande passividade dos portugueses, quando o tema era as eleições, que os republicanos orquestraram a sua acção desde as primeiras semanas após a tomada do poder.

O assunto que era escrito oito dias antes de a Assembleia Nacional Constituinte assumir funções, ainda no período revolucionário, era o mesmo de sempre, e manteve-se tremendamente actual. Em 11 de Junho de 1911, o jornal *Echos do Minho* garantia que o povo precisava de sossego e de conhecer o verdadeiro estado do país. E traçava um retrato desolador da realidade a que chegara a República com menos de um ano de vida: «o que todos julgavam o elixir salvador da Patria não passa de uma utopia, os horisontes são outros, com luz viva offuscando a luz mortíça que ainda brilha no meio das trevas do passado»<sup>56</sup>.

Entre 1911 e 1913, o país assistiu a uma dança constante de governos. E, de resto, «(...) quase sempre ao ritmo da música tocada na rua pela tropa de choque de Afonso Costa, o dirigente que mais sabiamente canaliza[va] a seu favor a nervosa movimentação da inquieta e insatisfeita massa republicana»<sup>57</sup>. Nesse período, a hegemonia política de Portugal pertenceu a Afonso Costa<sup>58</sup>, mas este não dirigiu o primeiro governo constitucional da história da República<sup>59</sup>. João Chagas, então embaixador em Paris, França, é que haveria de ser indigitado como chefe de Governo, por Manuel de Arriaga, o primeiro presidente da República Portuguesa<sup>60</sup>. Bem cedo, o país começou a assistir às frequentes lutas internas entre republicanos históricos que minaram o sucesso político de qualquer sucesso durante todo o período da República. Menos de uma semana depois de ser constituído, o governo de João Chagas recebia as

---

<sup>55</sup> *Eleições parochiaes*, in *Echos do Minho*, 14 de Dezembro de 1913, ano I, n.º 304, p. 1.

<sup>56</sup> *Os poderes do Estado e a evolução*, in *Echos do Minho*, 11 de Junho de 1911, ano I, n.º 45, p. 1.

<sup>57</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920)*...p. 33.

<sup>58</sup> Cf. RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*...pp. 457-474.

<sup>59</sup> O primeiro Governo Constitucional da República, em funções desde 4 de Setembro de 1911, tinha os seguintes ministros à frente dos respectivos ministérios: João Chagas (Presidência e Interior); Melo Leote (Justiça); Duarte Leite (Finanças); Pimenta de Castro (Guerra); João de Meneses (Marinha); Augusto de Vasconcelos (Negócios Estrangeiros); Sidónio Pais (Fomento); e Celestino de Almeida (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 58.

<sup>60</sup> Apoiado por António José de Almeida e por Brito Camacho, Manuel de Arriaga tornou-se em 24 de Agosto de 1911 o primeiro presidente da República Portuguesa. No escrutínio final, de 18 de Agosto desse ano, foi eleito com 121 votos contra 86 votos do outro candidato, Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa. Cf. Idem, *ibidem*.

primeiras críticas por parte do *Echos do Minho*. O periódico de Braga atestava a divisão na família republicana, e asseverava que o Governo, ao contrário de promover a paz e a ordem social, iniciava o período constitucional «(...) com um programma que parece ter mais em vista a selecção de homens para determinados fins politicos, do que a união de todos os portuguezes...»<sup>61</sup>. Dias depois, as críticas ao Governo e aos republicanos que o sustentavam foram mais assertivas. No número 71, de 14 de Setembro de 1911, o bissemanário de Braga acusava esses mesmos republicanos de não expressarem um regime onde assentava a democracia, mas representarem «(...) o regimen despotico de perseguição á Igreja Catholica»<sup>62</sup>. Esta denúncia nascera de uma análise que o *Echos do Minho* fizera da legislação decretada pelo Governo Provisório durante os primeiros meses do novo regime. Naturalmente, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911, era e seria a mais contestada, quer pela Igreja Católica quer pela imprensa que assumia a sua defesa.

A *Nação* também analisava com especial atenção os acontecimentos políticos de então. Antes mesmo do início dos trabalhos do primeiro Governo da República, já o diário de Lisboa vinha alertando os seus leitores para a situação de impasse político em que crescia a República nacional. A *Nação* criticava a postura dos republicanos e asseverava que se mantinham os vícios da Monarquia Constitucional. O periódico afirmava: «(...) veio a republica e os seus efeitos estão patentes. A situação politica mudou de rotulo, não mudou de governos. Em poucos mezes de vida fervilham as intrigas, crescem as dificuldades...»<sup>63</sup>. Três dias depois da tomada do governo de João Chagas, a realidade confirmava a instabilidade política permanente através do que havia nascido como um simples boato: «nada ha de mais incerto do que a athosphera politica em Portugal. (...) Ha vinte e quatro horas, antevia-se borrasca capaz de obrigar o maior atheu a supllicar a intercessão milagrosa de Santa Barbara e de S. Jeronymo; agora tudo é paz podre, declarando o governo aguardar tranquila e serenamente os acontecimentos...»<sup>64</sup>. O periódico queixava-se de no dia anterior (6 de Setembro de 1911) terem corrido «(...) boatos aterradores, a que toda a gente deu credito, incluindo nós»<sup>65</sup>. No período da República o boato foi sempre um grande instigador de distúrbios.

---

<sup>61</sup> *O programma do governo*, in *Echos do Minho*, 10 de Setembro de 1911, ano I, n.º 70, p. 1.

<sup>62</sup> *A Lei Basilar da Republica*, in *Echos do Minho*, 14 de Setembro de 1911, ano I, n.º 71, p. 1.

<sup>63</sup> João Franco Monteiro, *Continuam os fados...*, in *A Nação*, 29 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:217, p. 1.

<sup>64</sup> João Franco Monteiro, *Em que ficamos?*, in *A Nação*, 7 de Setembro de 1911, ano LXIV, n.º 15:225, p. 1.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*.

E o boato que nesse dia se lançara, propagando uma crise política, acabou por ter fundamento. O Parlamento encerraria as suas portas dias depois, e João Chagas não haveria de se aguentar muito mais tempo. Era asseverado que o desnorte do Governo estava para durar, porque efectivamente «(...) o País estava difícil de governar, como estaria até ao fim da primeira República»<sup>66</sup>. Ainda assim, esta instabilidade governativa não coibiu a maioria das nações europeias de reconhecer oficialmente a emergente República Portuguesa, em 11 de Setembro de 1911<sup>67</sup>. Portugal tornava-se numa república moderna, sendo o segundo país europeu, depois da França, a adoptar este regime numa Europa repleta de monarquias. A confederação da Suíça era mais antiga, tendo origem medieval<sup>68</sup>. A notícia foi, evidentemente, muito bem recebida pelos republicanos. Já os católicos e os monárquicos, como era natural, remeteram-se a um prudente silêncio, não dando grande destaque ao facto nos seus periódicos. A própria linguagem utilizada para noticiar esse facto foi, no caso d' *A Nação*, um exemplo dessa temperança. No dia a seguir, o diário de Lisboa afirmava lacónico: «(...) a republica está oficialmente reconhecida pelas grandes potencias monarchicas da Europa»<sup>69</sup>. O periódico registava a alegria e o rejúbilo que o facto granjeava entre os republicanos, num discurso profundamente directo e até pautado pela indiferença. Ao mesmo tempo, *A Nação* desejava que terminasse o clima de ódios políticos e de perseguições, sobretudo aos monárquicos e aos católicos. E lançava um repto aos governantes: «(...) não esqueçam os triumphadores republicanos de aplicar á sua defeza e á sua justiça, os preceitos da humanidade»<sup>70</sup>.

Mas apenas vinte dias depois de o governo de João Chagas tomar posse, chegava à capital a notícia que dava conta de forças da região militar do Porto terem neutralizado «(...) um movimento de inspiração monárquica»<sup>71</sup> vindo da Galiza. As incursões monárquicas lideradas por Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)<sup>72</sup>, em

---

<sup>66</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 58.

<sup>67</sup> Cf. SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 105.

<sup>68</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal...*p. 577.

<sup>69</sup> João Franco Monteiro, *Justiça e humanidade*, in *A Nação*, 12 de Setembro de 1911, ano LXIV, n.º 15:229, p. 1.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>71</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 58.

<sup>72</sup> Sobre a figura de Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), capitão, ex-governador de Angola e um defensor da causa colonial, podemos endereçar para a leitura das seguintes obras: MENESES, Filipe Ribeiro de (Org.) – *Paiva Couceiro: Diários, Correspondência e Escritos Dispersos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2011. Ver também: VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.

1911 e em 1912<sup>73</sup>, criaram dificuldades acrescidas ao já débil governo de Chagas. Os ministros reuniram de emergência e vieram ao de cima as divergências políticas dos republicanos<sup>74</sup>. Estas discrepâncias foram aproveitadas por Afonso Costa (1871-1937) para hegemonizar os seus democráticos no Partido Republicano Português, já sem Manuel Brito Camacho (1862-1934) e António José de Almeida (1886-1929) que se afastaram do PRP. Almeida tornou-se rapidamente o inimigo da “rua republicana”. Em 6 de Novembro de 1911, Almeida haveria de ser recebido aos “morras” e ao “mata” na estação do Rossio, em Lisboa, tendo de puxar pela pistola para escapar ileso. Era um facto que, nas últimas semanas de 1911, as ruas da capital só estavam seguras para Afonso Costa<sup>75</sup>.

A imprensa católica apresentada neste primeiro subperíodo assistia a estas alterações e instabilidades republicanas – decorrentes das incursões monárquicas – com alguma cautela. Mas, nos seus editoriais, ficava patente que tinham uma posição própria, e que tal era defendida por cada um dos periódicos. Era claro que, enquanto jornais católicos e, no caso d’ *A Nação*, monárquicos, tais movimentações na fronteira com Espanha não lhes eram indiferentes. Defendiam que essas incursões demonstravam que o país não estava republicanizado, conforme o Governo fazia crer na imprensa que lhe era afecta, nem tão-pouco «(...) a republica era a unanime, ou quasi unanime aspiração nacional, como se tem pretendido fazer acreditar, mas que os factos se

---

<sup>73</sup> Paiva Couceiro conduziu a primeira incursão monárquica na madrugada de 5 de Outubro de 1911. Vindo da Galiza, Couceiro entrou no distrito de Vila Real com cerca de mil homens mal armados. Cedo se deparou com a dureza dos terrenos serranos e com a falta de dinheiro. Após a troca de tiros com os soldados da República, Couceiro retirou com as suas forças para Espanha, a 17 de Outubro desse ano. Em Junho de 1912, o capitão sentiu-se pressionado pelo governo espanhol, que se mostrava receptivo a expulsar os conspiradores monárquicos, a pedido do governo português. Liderou uma segunda incursão, a partir de 6 de Julho de 1912. Couceiro contou com menos tropas – cerca de quinhentos homens – mas estas estavam mais bem armadas e alargaram o raio dos seus ataques, seguindo pelas serras transmontanas como sucedera na primeira incursão. A causa monárquica parecia que ia ganhando adeptos através dos relatos dos jornais. Porém, na verdade, o povo católico do norte manteve-se quieto, indiferente à causa e não se aliou a Couceiro, e o movimento rapidamente baqueou. Entre o povo, a emigração tinha mais adeptos. O Brasil foi o destino de muitos, inclusivamente dos que estavam refugiados na Galiza. Cf. RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* pp. 458-460.

<sup>74</sup> Pimenta de Castro, o ministro da Guerra, era da opinião de deixar avançar os couceiristas no território nacional e só depois combatê-los com as tropas regulares. João Chagas preferia actuar de imediato e de forma mais enérgica. A ameaça monárquica passava à acção e tal facto desencadeou reacções mais radicais, sobretudo vindas da Carbonária. Rapidamente, surgiram grupos civis que se mobilizaram para irem lutar pela defesa da República no norte do país. João Chagas perdia o apoio dos conservadores e também não ganhava os adeptos mais radicais. Impossibilitado de unir a família republicana, Couceiro saiu de cena e regressou a Paris. Cf. SERRA, João B. – *A evolução política (1910-1917)*. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 105-106.

<sup>75</sup> Cf. RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* p. 462.

encarregam de desmentir»<sup>76</sup>. Assim afirmava *A Nação*, quatro dias apenas depois de a primeira incursão monárquica estar em marcha. Também a este respeito, o *Echos do Minho* defendia que o que vinha sucedendo era reflexo da desarmonia nacional promovida pelos republicanos. E afirmava que «(...) alguns actos da República não foram bem aceites pelo paiz... (...) D'ahi uma agitação surda que pôde ser dirigida, rebentou na conflagração que presenciamos»<sup>77</sup>. A este respeito, o discurso de ambos os títulos católicos tornou-se mais inflamado à medida que surgiam as notícias que iam dando a conhecer o destino dos monárquicos envolvidos nas incursões. Os que tinham conseguido fugir às investidas das tropas republicanas seguiam, maioritariamente, para a França ou para o Brasil. Mas aqueles que acabaram detidos foram transportados para os aljubes da República. *A Nação* foi o título que melhor processou o tema nos seus editoriais. Logo a 7 de Outubro de 1911, menos de quarenta e oito horas depois de se iniciar a primeira incursão monárquica, o periódico de Lisboa asseverava que os jornais afectos ao regime republicano vinham orquestrando uma campanha plena de ódio e de sarcasmo face aos conspiradores, assim como de desacreditação do movimento localizado no norte do país. A chegada dos presos ao Porto e a Lisboa, sobretudo, era seguida por muitos curiosos, e também por membros da “formiga branca”, a polícia de choque de Afonso Costa, que não se coibia em lançar vitupérios contra os detidos, e de contra eles lançar projecteis explosivos. *A Nação* criticava fortemente o apoio que os jornais republicanos demonstravam a quem vinha para a rua atacar os conspiradores monárquicos e sustentava que esses soldados «(...) são tidos como inflames traidores, apontados como renegados da Patria e conspurcadores do bom nome portuguez. Digam-nos porquê? Por combaterem a republica? Se assim é, o que se há-de dizer dos republicanos que combateram a monarchia? (...) pode um soldado de Paiva Couceiro (...) ser insultado na sua honra, lançando-lhe em rosto o epitheto de traidor? Traidor porquê? Por pretender salvar a Pátria d'um abysmo que se afigura inevitavel?»<sup>78</sup>. Neste editorial, *A Nação* demonstrava, não apenas, o seu apoio à causa de Paiva Couceiro, mas também se insurgia contra a política do Governo da República, referindo que tais movimentações demonstravam, claramente, que «(...) o descontentamento é manifesto,

---

<sup>76</sup> João Franco Monteiro, *A verdade*, in *A Nação*, 9 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:251, p. 1.

<sup>77</sup> *Agitação nacional*, in *Echos do Minho*, 12 de Outubro de 1911, ano I, n.º 79, p. 1.

<sup>78</sup> João Franco Monteiro, *A verdade*, in *A Nação*, 7 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:250, p. 1.

(...) o numero dos desilludidos augmenta cada dia; (...) o messianismo da republica vae desaparecendo na alma do próprio povo...»<sup>79</sup>.

As incursões monárquicas cedo deram lugar a outros temas que transportavam um desânimo crescente pela República, e que foi aumentando ao longo das últimas semanas de 1911. Tal ficou patente no discurso inflamado dos vários editoriais editados sobre o assunto. Contudo, numa primeira fase, mais do que constatar o esbater da crença nacional no projecto republicano, a disposição dos periódicos católicos versou a análise das acções da República, constantemente sujeita a uma avaliação simultaneamente severa mas diferenciada.

#### **5.4.1. As denúncias e os balanços contínuos da obra da República**

Uma das acusações que ecoou com grande frequência nas páginas da imprensa católica assentava na falta de carisma da República, e dos seus mais egrégios representantes. Na segunda semana de Junho de 1912 o *Echos do Minho* asseverava que durante o período em que durou o Governo Provisório, as principais figuras da Republica, os denominados “pais da República”, fomentaram o afastamento dos portugueses capazes de gerir os negócios públicos, por serem contrários ao Partido Republicano Português (PRP). E o periódico garantia que tal realidade tinha o seguinte resultado: «(...) a falta de homens para o exercicio do poder, nas circunstancias mais criticas em que a nação carece do auxilio de seus filhos»<sup>80</sup>. É evidente que a posição sustentada pelo bissemanário de Braga, enquanto jornal católico, não era a mesma do que a que era apresentada e apoiada pelos jornais republicanos. Nunca seria. No entanto, as ideias fundamentais aqui presentes eram a acusação da incapacidade da República, e dos seus líderes, em resolver as dificuldades internas e mobilizar as suas elites do país, e, ao mesmo tempo, a de que esses mesmos líderes tentavam transmitir para o exterior a ideia de um Portugal republicanizado, e política e socialmente pacificado. Mas, para os católicos, esta última realidade, esse desejo republicano, não passava de uma ficção. Em Março de 1911, o *Echos do Minho* acusava o Governo de restringir os movimentos livres dos portugueses, questionando: «onde é que no Paiz reina a Paz e a Justiça? Onde está a Ordem, onde estão a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade?»<sup>81</sup>. Num extenso editorial, o periódico de Braga acusava a República de implantar uma democracia

---

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>80</sup> *Crise de homens*, in *Echos do Minho*, 9 de Junho de 1912, ano II, n.º 147, p. 1.

<sup>81</sup> *Dois pesos na Balança*, in *Echos do Minho*, 10 de Março de 1912, ano II, n.º 121, p. 1.

demagógica, assente num monopólio do uso da liberdade colectiva em benefício próprio. Era esta atitude democrática dos republicanos no poder que, segundo o periódico, assaltava «(...) igrejas e conventos, casas e presbyterios, offendendo cidadãos nobres e dignos...»<sup>82</sup>.

Seria já em Maio de 1912, que o *Echos do Minho* confirmaria o que era uma acusação generalizada à República: os seus promotores sobrepunham os interesses pessoais e partidários aos interesses da Pátria. Com efeito, o bissemanário de Braga asseverava que a República não tinha a capacidade de unir todos os portugueses em seu redor, nem a firmeza de garantir a aplicabilidade do seu programa. O periódico acusava a República de não ter as suas ideias políticas sustentadas em alicerces consistentes «(...) porque tem já demasiados interesses»<sup>83</sup> que a prendiam num “carrossel político” que fazia lembrar o velho rotativismo. Duas semanas mais tarde, a acusação principal do *Echos do Minho* versava o regime parlamentar instaurado em Portugal. Iniciando o editorial com uma divagação sobre o caso do parlamentarismo inglês, o periódico de Braga desafiava os republicanos a recuar na sua impetuosidade governativa que fomentava a insatisfação social e que provocava motins nas ruas. No mesmo sentido, o periódico afirmava que se os republicanos permitissem os tumultos nas ruas, mantendo uma atitude passiva e não promovessem uma reacção eficiente: «(...) não só concluirão a nefasta obra do desprestígio do Congresso Nacional, mas envolverão na mesma onda de desprezo a república que fizeram e a Patria, inculpada da vexatoria tutela de uns paes que dirimem a murro as discussões do Estado»<sup>84</sup>.

As acusações dirigidas aos republicanos eram consolidadas em balanços frequentes da República. Assim, a partir dos primeiros meses, depois da instauração do novo regime no país, começou a ser normal encontrar as denúncias ao regime republicano inscritas nos exames à sua acção. Aliás, os balanços contínuos e globais da obra republicana, promovidos pelos títulos católicos, constituíam formas de apresentarem os seus comentários, geralmente muito negativos para a República e para o seu Governo. De acordo com os periódicos católicos, o mal vinha do período pós-revolução de Outubro de 1910. O Governo Provisório (GP) era acusado de promover essa mesma desordem e de, sobretudo, proceder a uma acumulação de poderes à revelia do povo, que não era consultado para se manifestar. Assim aconteceu logo após a

---

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>83</sup> *Os interesses individuaes e os da Patria*, in *Echos do Minho*, 23 de Maio de 1912, ano II, n.º 142, p. 1.

<sup>84</sup> *Regímen...parlamentar?*, in *Echos do Minho*, 2 de Junho de 1912, ano II, n.º 145, p. 1.

implantação do novo regime, e tal acção contrariava aqueles que «(...) ingenuamente, pensavam que, sendo o povo a mandar, os governantes estariam ansiosos por ouvir a sua opinião»<sup>85</sup>. O *Echos do Minho* confirmava esse afastamento da elite republicana quando, em 31 de Agosto de 1911, asseverava que o país ia no mau caminho: «(...) o Directorio republicano sem existencia official para o governo da Nação, continua na sua obra de accumulção e absorpção de poderes, em desprestigio do povo»<sup>86</sup>. Já nos primeiros dias de 1912, o periódico de Braga analisava o estado das finanças nacionais, afirmando que o país estava ser mal administrado com implicações directas para a exaustão do tesouro nacional. Gabriel Maia, um colaborador do *Echos do Minho*, asseverava que «(...) n' este periodo de dezesseis mezes do novo regimem ainda não se consumou um unico acto que nos fizesse conhecer uma obra de alcance financeiro, uma medida que trouxesse um bem indiscutivel e palpavel para o nosso desenvolvimento»<sup>87</sup>. O articulista também acusava os responsáveis republicanos de terem uma ambição desmedida agravada com uma cegueira que os impedia de confirmarem o real estado das contas públicas. Em certa medida, os líderes republicanos agiam assim porque conheciam o seu próprio país. Apesar de o povo ser francamente estimulado pela imprensa católica a participar na vida pública, o afastamento dos portugueses pela “coisa pública”, a *Res publica*, era real e notório. Ainda assim, a propósito das novas instituições criadas pelo governo republicano, o jornal *Echos do Minho* asseverava que o povo ainda não tinha sido chamado para dar a sua opinião, de forma consciente e livre. O periódico de Braga promovia nova acusação ao afirmar que, logo após a República ter sido instaurada, o Governo Provisório elegera a Assembleia Constituinte Nacional escolhendo os (seus) deputados, sem que o povo tivesse tomado parte «(...) n' esse acto, a que tinha inquestionavel direito»<sup>88</sup>. Perante aquilo que certificava como sendo uma afronta à essência da República, o *Echos do Minho* assegurava que se tornava «(...) indispensável que o povo seja chamado a intervir nos negocios públicos, é necessário interessal-o pelo Paiz, e arrancal-o do estado de inactividade e apathia em que se encontra»<sup>89</sup>.

Ainda que igualmente severas e direccionadas, as críticas d' *A Nação* seguiam por um caminho algo diferente daquele trilhado pelo *Echos do Minho*. Ao invés de este

---

<sup>85</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 311.

<sup>86</sup> *Accumulção de poderes*, in *Echos do Minho*, 31 de Agosto de 1911, ano I, n.º 67, p. 1.

<sup>87</sup> G. M., *Não temos administração nem fazenda*, in *Echos do Minho*, 21 de Janeiro de 1912, ano II, n.º 107, p. 1.

<sup>88</sup> *O povo e as instituições*, in *Echos do Minho*, 11 de Fevereiro de 1912, ano II, n.º 113, p. 1.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

título defender pública uma posição política, confirmámos repetidamente n' *A Nação* uma defesa profunda e visível dos princípios monárquicos e legitimistas. O diário de Lisboa aproveitava cada balanço da obra da República para insistir na defesa do legitimismo, como o seu credo político, e para defender que apenas as suas ideias políticas é que vingariam no actual estado do país. Assim aconteceu no findar da Primavera de 1911. A propósito da Constituição Nacional, o director do diário da capital, João Franco Monteiro, defendeu que «as eleições do mez passado tiveram muitos vícios de origem, em muitos pontos do paiz repetiu-se o simulacro a que estavamos acostumados, por mal dos nossos pecados, na vigencia do constitucionalismo deposto pela aventura de 5 d' outubro»<sup>90</sup>. O jornalista acusava, inclusivamente, os deputados de não serem os dignos representantes do povo, mas apenas de estarem a soldo do directório republicano, e muito longe dos legisladores das Cortes de 23 de Junho de 1828 que haviam consagrado D. Miguel I como legítimo herdeiro do trono português e, como tal, rei. O director d' *A Nação* asseverava que «(...) a Patria é de nos todos e nunca um exclusivo d' um partido politico»<sup>91</sup>. Com cerca de um ano de República, *A Nação* reafirmava que «nunca a politica portugueza se offereceu tão embaraçadamente complexa como na conjunctura presente. (...) Auctoridades sem força, sem prestigio, confessam impassiveis a sua impotencia»<sup>92</sup>. O periódico de Lisboa acusava as autoridades republicanas – no fundo, o acusado era o Governo – de nada terem feito para debelar a desordem imposta pela “rua republicana” com quem, amiúde, era cúmplice, de acordo com as denúncias do periódico. Este assegurava que tal realidade era uma «(...) auctoridade intolerável, sobretudo porque se nos afigura insolúvel. (...) É o chaos; a desordem e a lucta sangrenta; a rua espadando sangue, e o erario publico exhausto ao mesmo tempo que paralysam todas as forças vivas da nação...»<sup>93</sup>. Dias mais tarde, *A Nação* retomava e reforçava as críticas ao Governo da República num editorial intitulado «balanço politico». Pela pena do seu director, o diário legitimista aconselhava os governantes a procederem a um exame das suas acções políticas de forma a que «(...) os erros se emendem, os desnorteados entrem em caminho direito e tudo fique nos eixos»<sup>94</sup>. *A Nação* confirmava que tinha um papel

---

<sup>90</sup> João Franco Monteiro, *Assembleia Nacional Constituinte*, in *A Nação*, 19 de Junho de 1911, ano LXIV, n.º 15:158, p. 1.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>92</sup> B. M., *Para onde vamos?*, in *A Nação*, 9 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:277, p. 1.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>94</sup> João Franco Monteiro, *Balanço politico*, in *A Nação*, 23 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:289, p. 1.

definido perante os seus leitores e perante o país, e que tal função passava por dar ao povo as ferramentas necessárias para que este pudesse «(...) avaliar a obra e os processos da republica em face da obra e dos processos da monarchia»<sup>95</sup>. Dessa forma, apresentava uma lista de casos específicos de acções republicanas para assim estimular uma reflexão dos portugueses. *A Nação* pretendia, assim, assegurar que os seus conterrâneos pudessem aperceber-se livremente dos erros da República, de acordo com a visão d' *A Nação*. Um dos casos que era frequentemente apresentado era a situação dos presos políticos. O periódico confirmava que «(...) as prisões abarrotam de desgraçados (...) *sem culpa formada* e sem que se tenha procurado indagar as causas de tão nefando *crime*»<sup>96</sup>. Em rigor, a situação dos presos políticos foi de tal forma importante durante toda a República que era um tema recorrente nos editoriais do *Echos do Minho* e d' *A Nação*, no subperíodo entre 1911 e 1913.

No dia 23 de Dezembro de 1911, num balanço do ano que terminava, *A Nação* apresentava um editorial aos leitores, neste caso a partir da economia nacional, com um título esclarecedor: «situação melindrosa». O periódico de Lisboa era claro e peremptório: «não temos visto que a obra da revolução firmasse o renome de Portugal e não vemos agora que os acontecimentos subsequentes sejam de molde a garantir a tranquilidade publica...»<sup>97</sup>. O diário acusava o Governo de aumentar o défice em vez de o reduzir, e de reeditar as velhas acções da Monarquia Constitucional que *A Nação* há muito tempo vinha combatendo.

As acusações ao regime republicano, por parte do *Echos do Minho* e d' *A Nação*, mantiveram uma cadência muito significativa, em especial na segunda parte deste primeiro subperíodo. Isto é, desde sensivelmente o início de 1912, seguindo a ritmo crescente até ao início do ano seguinte. Nessa altura, Afonso Costa assumiria as rédeas do seu primeiro governo na República, mas aí o discurso seria outro. Nessa fase, a República vivia um período complexo mas decisivo. Com o fim do período revolucionário no ano transacto – balizado no final de Maio de 1911 com a eleição dos deputados para a Assembleia Nacional Constituinte – um dos graves problemas da República passou a ser a imensa desordem que se vivia nas ruas de Lisboa, e cujos ecos chegavam ao resto do país. Era urgente, para bem da sobrevivência da República, neutralizar aqueles que nos últimos meses circulavam quase livremente, destruindo

---

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> B. M., *Situação melindrosa*, in *A Nação*, 23 de Dezembro de 1911, ano LXV, n.º 15:313, p. 1.

igrejas, conventos, redacções de jornais católicos e monárquicos, e até propriedade do Estado. A agitação social desse período era frequente e «o sistema político parecia estar então, como pareceu estar muitas vezes até ao final da I República, em franca desagregação»<sup>98</sup>. O Governo da República, presidido por Augusto de Vasconcelos, desde 13 de Novembro de 1911, estava obrigado a tomar medidas para evitar que ele próprio fosse aniquilado. A greve geral em Lisboa, em 28 de Janeiro de 1912, obrigou o Governo a agir: dois dias depois decretou o “estado de sítio”, que duraria até 12 de Fevereiro desse ano, e entregou a «(...) autoridade ao comando militar, a quem dava plenos poderes para usar dos meios coercivos indispensáveis ao restabelecimento da ordem pública»<sup>99</sup>. No próprio dia da greve geral em Lisboa, o *Echos do Minho*, desde Braga, assegurava que estariam para breve «(...) novos actos de força contra ministros da religião catholica»<sup>100</sup>.

Os católicos e os monárquicos estavam certos que a instabilidade nas ruas rapidamente se iria virar contra eles. Com efeito, assim aconteceu, e estes acabaram por sentir na pele a aplicação desses meios coercivos. Seriam também acusados de estarem por trás das manifestações nas ruas, injectando dinheiro e outros recursos, *A Nação* diria isso mesmo, ainda com resquícios do “estado de sítio” em vigor na capital. O diário de Lisboa confirmava a acusação que era feita pelos republicanos aos católicos e, sobretudo, aos monárquicos, e que era a de estes últimos estarem a financiar os tumultos nas ruas. Assim, afirmava que «(...) o governo attribue o sustento do movimento planeado pelos syndicalistas, em intima relação com os anarchistas, ao dinheiro dos reaccionários e monarchicos!»<sup>101</sup>. Mas a imprensa católica logo tratou de vir em sua defesa, provando que essa acusação era falsa. Um desses exemplos tratava-se do *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919). Este semanário iniciou a sua publicação em 22 de Fevereiro de 1912 (ano I, n.º 1), pela acção de um conjunto de estudantes católicos da Academia coimbrã, affectos ao CADC, e contava com Manuel Gonçalves Cerejeira como seu director e editor. O *Imparcial* apostava na defesa dos princípios católicos e num feroz contra-ataque aos desmandos da República, ajudando à promoção de um espírito de reacção às acções republicanas que eram contrárias aos católicos<sup>102</sup>. Em certa

---

<sup>98</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 64.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>100</sup> L. A., *Loucos, perseguis, mas não vencesis*, in *Echos do Minho*, 28 de Janeiro de 1912, ano II, n.º 109, p. 1.

<sup>101</sup> João Franco Monteiro, *A situação*, in *A Nação*, 1 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:341, p. 1.

<sup>102</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 63.

medida, esta postura dava mostras de uma nova posição assumida pela Igreja Católica, nesse período temporal.

A análise aos diversos governos republicanos constituiu um tema recorrente na imprensa católica que analisámos neste primeiro subperíodo. Dentro dos diversos balanços da obra da República, o que realmente merecia maior destaque eram as crises ministeriais que lhe estavam associadas, ou melhor, lhe estavam destinadas. Isto é, cada governo que se constituía era, em traços gerais, alvo de fundadas críticas, veiculadas quer pelo *Echos do Minho*, quer pel' *A Nação*. Estes periódicos rapidamente traçavam-lhes um fim próximo, ou pelo passado fértil em erros governativos, ou pela instabilidade e divisão políticas que eram sobejamente conhecidas. De acordo com esta realidade, em 11 de Fevereiro de 1912, *A Nação* anunciava que, em Lisboa, corria o boato que estaria para breve uma crise ministerial. Em claro tom acusatório sobre a política nacional, o diário de Lisboa certificava que «(...) tão desastrosos teem sido os erros, tão fundos os desvarios, tão perigosos são já os resultados colhidos, e tão violentos os estragos perpetrados que temos fundamento de reocar...»<sup>103</sup>. *A Nação* alimentava o rol de acusações com dados concretos: o Governo constituído era demasiado heterogéneo e instável, isto é, tinha elementos de diferentes facções políticas que viviam em conflito permanente, faltava um programa de governo executável, e não existia, em rigor, um plano de administração sustentado por bases sólidas. Face a este cenário, o periódico mantinha as denúncias já apresentadas em editoriais anteriores. O publicista d' *A Nação* afirmava que o Governo reavivava a sua perseguição à Igreja Católica, contribuindo para a agitação que se vivia nas ruas de Lisboa, essencialmente. As perseguições aos homens e às mulheres da Igreja – apresentadas como plenas de iniquidade pelo articulista – eram não apenas o «(...) tripudiar da ignorancia e da inconsciencia, foi o estrebuchar d' um governo que quis ir procurar alento e apoio na furia inconstante da opinião demagógica»<sup>104</sup>.

Já o *Echos do Minho*, convicto de uma nova crise ministerial, alertava uma vez mais, desta feita em 14 de Março de 1912, para a falta de atributos meritórios entre os diversos ministros dos sucessivos governos republicanos. Segundo o periódico de Braga, essa realidade deixava transparecer a inexistência de «(...) habilitações proprias e necessarias ao desempenho dos cargos para que foram nomeados»<sup>105</sup>. Ora, para o

---

<sup>103</sup> B. M., *A Crise*, in *A Nação*, 11 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:350, p. 1.

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>105</sup> *Inexplicavel moralidade*, in *Echos do Minho*, 14 de Março de 1912, ano II, n.º 122, p. 1.

*Echos do Minho*, era crível afirmar que as novas instituições republicanas – desde o Governo Provisório até aos sucessivos governos após as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte – ao verem-se na posse do poder «(...) secundam os erros que vituperavam nos tempos idos da sua opposição monarchica. Mudem de caminho...»<sup>106</sup>, aconselhava, assim, o bissemanário bracarense, ao Governo da República. No mesmo tom de crítica estavam as considerações d’ *A Nação*. Este periódico analisava o comportamento recente do Governo e da acção da República para confirmar que «(...) regressamos aos tempos da intolerancia, vivemos n’ um jacobinismo vermelho»<sup>107</sup>. *A Nação* instigava os governantes a apresentarem explicações plausíveis e positivas aos portugueses para o actual estado do país. O diário demonstrava que nunca se vira um regime em que «(...) os mais altos representantes do Estado affirmam o que lhes parece, sem acompanharem a affirmativa das competentes provas...»<sup>108</sup>. Dias mais tarde, *A Nação* retomava o velho tema da crise ministerial, agora alargada ao que chamou “processos de consolidação da República”, uma vez que, para a imprensa católica, escrever sobre uma qualquer crise governativa era escrever, fundamentalmente, sobre a República. Para o diário da capital, o regime republicano ainda não estava consolidado, e confirmava que de todos os problemas que a afligiam «(...) o sectarismo é o que mais lhe prejudica a existencia. A incapacidade governativa de que se tem dado sobejas provas, ainda se tolerava; a violencia do odio sectario é que origina o divorcio manifesto entre o paiz e o regime...»<sup>109</sup>. Repetidamente, *A Nação* acusava a República de utilizar novos processos para atingir fins idênticos aos de outros tempos. Isto é, para *A Nação*, a República mantinha vivos os vícios da Monarquia Constitucional (passado), agravando-lhes a intensidade com a desordem permitida e imposta pela “rua republicana” (presente). Este diagnóstico confirmava apenas o que o periódico de Lisboa vinha denunciando vezes sem conta: «(...) não ha duvida que isto vae mal, muito peor do que na monarchia apodrecida e gasta. A republica (...) apparece-nos eivada dos mesmos erros, dos mesmos abusos, prejudicados, ainda, com o acrescimo d’ um sectarismo feroz...»<sup>110</sup>. Os ataques ao Governo e à República foram-se tornando cada vez mais regulares e cada vez menos espaçados no tempo. De acordo com *A Nação*, o desnorte

---

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>107</sup> João Franco Monteiro, *Salada russa*, in *A Nação*, 13 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:375, p. 1.

<sup>108</sup> João Franco Monteiro, *O apuramento das responsabilidades*, in *A Nação*, 23 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:359, p. 1.

<sup>109</sup> João Franco Monteiro, *Processos de consolidação*, in *A Nação*, 21 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:382, p. 1.

<sup>110</sup> João Franco Monteiro, *O progresso na politica*, in *A Nação*, 27 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:413, p. 1.

governativo a isso obrigava. Com uma linguagem mais ou menos assertiva, o jornal ia apontando o que considerava ser as falhas do regime: «(...) Tendo conseguido o poleiro, a republica em vez de enveredar por outro caminho mais seguro e mais licito, continuou na mesma attitude especulativa e sem medir as responsabilidades de governo. (...) Continua na senda antiga: palavrorio, campanhas de espalhafato, comedias ridiculas que ás vezes fazem sorrir»<sup>111</sup>.

Ainda na Primavera de 1912, na sequência de novas denúncias sobre o funcionamento das instituições da República, *A Nação* acusou esta e os seus políticos de colocarem “paninhos quentes” no povo, com o claro intuito de o acalmar. Um dos exemplos apontados decorrera dias antes, na vila da Chamusca, no distrito de Santarém, quando, no período da Quaresma, uma procissão religiosa decorrera sem incidentes e com a autorização das autoridades locais. Mas, apesar dessas aparentes benesses, *A Nação* confirmava que a República «(...) em vez de ser um favo de mel, ou um torrão de assucar, de dia para dia é uma vinagreira azeda como a bréca...»<sup>112</sup>. Cerca de um mês depois, *A Nação* investia num novo ataque à República, retomando o estilo de balanço à sua obra. Afirmava que a revolução republicana semeara, no país, um sentimento de indisciplina e de impunidade. De acordo com *A Nação*, à violência que era gerada nas ruas juntava-se-lhe a acção anticlerical do Governo. Entretanto, face ao descalabro nacional, *A Nação* questionava onde estavam os planos «(...) para orientarem o ingente esforço, cada dia mais necessario para desatolar a galera da republica do lamaçal onde se atascou?»<sup>113</sup>. O articulista respondia que esses planos de salvação nacional não existiam, e que Portugal vivia na mais «(...) completa desordem»<sup>114</sup>.

Até ao fim de 1912, a instabilidade governativa e os ininterruptos tumultos registados no país, sobretudo em Lisboa, foram uma constante. A partir de certa altura, os dois periódicos católicos remeteram-se à simples apresentação dos casos mais graves, e só sobre os que lhe mereciam maior destaque é que produziam comentários, mais ou menos alicerçados, no mesmo tom crítico de outros tempos. Foi nesse espírito que decorreu a defesa e a consolidação da República, assim como os balanços da sua obra, feitos pel’ *A Nação* e pelo *Echos do Minho*, que lhe estavam, de resto, associados. Em meados de 1911, o periódico bracarense afirmava que a paz não reinava em Portugal, e

---

<sup>111</sup> João Franco Monteiro, *As Armas*, in *A Nação*, 28 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:414, p. 1.

<sup>112</sup> João Franco Monteiro, *De Joelhos*, in *A Nação*, 18 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:401, p. 1.

<sup>113</sup> Ignotus, *Republica?*, in *A Nação*, 11 de Maio de 1912, ano LXV, n.º 15:445, p. 1.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.

que o país estava absorto num clima de «(...) guerra que assoberba os espiritos, e a agitação marcial que com o seu sussurro temeroso, lançam principalmente do norte do Paiz a desolação, a tristeza, a fome e a morte»<sup>115</sup>. Entre as várias denúncias aos republicanos – onde proliferaram inúmeros editoriais e outras notícias durante os meses seguintes – havia, naturalmente, que destacar a segunda incursão monárquica, em Julho de 1912. Para o periódico de Braga, aquela acção de revolta monárquica, conduzida por Paiva Couceiro, espelhava, em certa medida, o descontentamento nacional pelo regime republicano. Porém, o jornal não defendia uma via tão reactiva quanto aquele gesto indiciava, mas fazia fé numa aliança pacífica entre Governo e portugueses, em prol do interesse nacional e do progresso do país<sup>116</sup>. Já *A Nação*, em Setembro de 1912, queixava-se abertamente do que considerava ser o facciosismo da República, apresentando-a como «(...) o regimen da espionagem, da denuncia, da perseguição disfarçada em saneamento (?) e defeza»<sup>117</sup>. Dias depois, Belmiro, um colaborador d' *A Nação*, assinava um editorial que era uma acérrima crítica à obra republicana, desde a instauração do regime. O periódico afirmava que «(...) depois do governo provisório, o que é que tem aparecido, que mereça registo? Absolutamente nada. (...) a falencia tem sido completa, quer em homens, quer em medidas de elevado alcance, e isso tem sido o principal fautor do descredito dos governos republicanos»<sup>118</sup>. Para agravar esta situação, dois dias antes das comemorações do 5 de Outubro, em 1912, *A Nação* asseverava que, para defender a República, o Governo, liderado por Duarte Leite, havia inaugurado «(...) o uso da Penitenciaria para os seus adversarios politicos»<sup>119</sup>.

No dia do segundo aniversário da instauração da República, 5 de Outubro de 1912, *A Nação* procedeu a um balanço da sua obra, um dos últimos desse ano. A exposição do editorial iniciava-se desta forma: «não é, nem nunca seria o regimen acceto pelos nossos corações; (...) Temos uma Constituição que é letra morta. Temos um regimen que blasona de liberal, mas onde fallece a liberdade. Temos a familia portugueza desunida e perseguida...»<sup>120</sup>. *A Nação* acusava os republicanos de desmoralizarem e de secularizarem os costumes nacionais, de devassarem a vida política do país, factores que terão contribuído para gerar um sentimento de indiferença

---

<sup>115</sup> *Atravez dos acontecimentos*, in *Echos do Minho*, 18 de Julho de 1912, ano II, n.º 158, p. 1.

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>117</sup> João Franco Monteiro, *Fidelidade, limpeza e justiça*, in *A Nação*, 27 de Setembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:541, p. 1.

<sup>118</sup> Belmiro, *Dois annos depois...*, in *A Nação*, 29 de Setembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:543, p. 1.

<sup>119</sup> A. de F., *Penitenciaria*, in *A Nação*, 3 de Outubro de 1912, ano LXVI, n.º 15:546, p. 1.

<sup>120</sup> João Franco Monteiro, *Dois annos*, in *A Nação*, 5 de Outubro de 1912, ano LXVI, n.º 15:548, p. 1.

e de descontentamento entre os portugueses. Para *A Nação*, essa atitude favoreceu, no entanto, a própria consolidação da República. Como resultado, e em forma de epílogo, *A Nação* afirmava que «(...) a Republica em vez de nos unir n' um elo anoravel de conciliação e de paz, ainda atçou mais a guerra que nos opprimia desde longa data...(...) Desgraçada revolução que originou tamanha guerra! Desgraçado paiz que tão má sorte o persegue»<sup>121</sup>.

O ambiente político nacional vivia tempos efervescentes. Ambos os títulos da imprensa em causa vinham incitando os católicos a assumirem as suas posições contra os desmandos da República. O *Echos do Minho* e *A Nação* publicavam as suas próprias convicções em editoriais apaixonados, promovendo balanços da obra republicana, apontando erros políticos, denunciando as investidas contra católicos e monárquicos. Em prol dessa situação, numa análise política abrangente dos últimos meses, o *Echos do Minho* escrevia, no dia 24 de Outubro de 1912, que havia um grande número de portugueses receosos do dia seguinte, do futuro, mormente em função dos conflitos entre os diversos sectores republicanos. O título de Braga asseverava que, se as lutas entre os republicanos se agudizassem, «(...) gerir-se-ha o tumulto como suprema lei governativa e na conseguinte anarchia que inevitavelmente se produziria, grave e iminentemente perigo correríamos de ver sossobrar a própria nacionalidade»<sup>122</sup>. A mensagem do editorial do periódico minhoto apontava o caos crescente na política nacional, e sugeria que a divisão dos republicanos estava a contribuir em grande escala para a desordem do país. A posição defendia pel' *A Nação* também ia no mesmo sentido. O periódico da capital asseverava que essa divisão política dos republicanos eram «(...) scisões partidarias orientadas por desenfreadas vaidades e ambições...»<sup>123</sup>. A desunião dos republicanos históricos começara logo no processo para a eleição do primeiro presidente da República, em Agosto de 1911, com a exposição clara das diferenças políticas entre Afonso Costa, António José de Almeida e Manuel de Brito Camacho. Mas, no início do ano seguinte, as diferenças políticas definiram-se melhor: «(...) a 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida fundou o Partido Evolucionista e, dois dias depois, Brito Camacho fundou a União Republicana. O projecto de um grande partido de centro-direita que disputasse ao Partido Democrático

---

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>122</sup> *Dictadura e Política – Hontem, Hoje e Amanhã*, in *Echos do Minho*, 24 de Outubro de 1912, ano II, n.º 186, p. 1.

<sup>123</sup> Crispim, *O ultimo foguete...*, in *A Nação*, 8 de Outubro de 1912, ano LXVI, n.º 15:549, p. 1.

[de Afonso Costa] a vocação maioritaria que iria formar ao longo de 1912 e consagrar em 1913 não teve o sucesso que os seus mentores inicialmente previam»<sup>124</sup>.

Por essa altura, o cenário de crescente desacreditação governativa da República agravava-se, e tal era visível. Foi este panorama que Afonso Costa encontrara no regresso a Lisboa, no dia 18 de Março de 1912, depois de uma estadia na Suíça, onde estava em tratamentos médicos, desde Dezembro de 1911.

#### **5.4.2. A atenção particular sobre a acção política de Afonso Costa**

Ainda que tivesse estado momentaneamente ausente, Afonso Costa conseguia influenciar a política do país através de constantes acordos, realizados em função dos seus propósitos. Era um facto assumido – pela elite política de então, e registado na imprensa mais diversificada – que «no ano de 1912, a política continuou a girar à volta da aliança entre os grupos de Afonso Costa [democráticos] e Manuel Brito Camacho [unionistas]»<sup>125</sup>. Talvez por isso, num evidente tom de sarcasmo, o *Echos do Minho* glorificava a chegada do histórico republicano. O regresso de Afonso Costa a Lisboa e as suas movimentações, nos corredores do poder, orientaram as críticas da imprensa católica numa nova direcção. Certos da importância do estadista para o bom funcionamento da República, e para a sua salvação, quer *A Nação*, quer o *Echos do Minho* colocaram Afonso Costa no centro da discussão em torno do exercício governativo da República. Estamos em crer que esta acção, ainda que dissimulada, tendia a desenvolver, nos leitores de ambos os periódicos católicos, um sentimento de antipatia e mesmo de aversão face a Afonso Costa. Nesse sentido, as críticas à República, os sucessivos balanços realizados à obra dos seus governantes – por parte da imprensa católica – ou os relatos de violência que regularmente preenchiam as páginas daqueles periódicos tinham como objectivo alimentar esse sentimento. Afonso Costa surgia como a personificação da República. Tal ideia foi cultivada ao longo do resto de 1912, e durante o ano seguinte. Mas, na prática, foi assim até ao final da Primeira República, em 1926.

Para a imprensa católica, Afonso Costa representava o mal da República em toda a sua amplitude. Atacar Afonso Costa era atacar o radicalismo republicano. Para todos os efeitos, o *Echos do Minho* sabia que só ele a poderia salvar. Afonso Costa era o

---

<sup>124</sup> SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 107.

<sup>125</sup> RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 465.

rosto do regime. Mas nem por isso o periódico de Braga deixava de ironizar: «dêmos graças a Deus por ainda chegar a tempo o homem salvador que (...) vem mais forte e mais resolutivo para combater em prol da sua querida republica»<sup>126</sup>. O jornal de Braga garantia que fora na ausência de Afonso Costa do país que se dera a primeira incursão monárquica, liderada por Paiva Couceiro, em Outubro de 1911. Também fora nesse período que a agitação nas ruas da capital aumentara, tornando-se no palco de todas as contestações sociais de diferentes classes trabalhadoras, e de todas as lutas contra e associadas ao Governo e, por acréscimo, à República. O ataque a Afonso Costa tornou-se mais direccionado quando o jornal de Braga afirmou, a propósito do domínio que aquele exercia na sociedade portuguesa, que «(...) tendo fechada na tua mão herculea a Republica, e com ella os republicanos insubmissos e, ainda se quizeres, a Patria e tudo quanto ella comporta, dirás cheio de honra e gloria: *Cheguei, vi e venci! Tudo isto é meu!* E todos te saudarão, até os presos das enxovias, e até os condemnados à morte. *Morituri te salutam*»<sup>127</sup>.

*A Nação* também acusava Afonso Costa pelo mal-estar que se vivia em Portugal, desde a instabilidade política até à perseguição aos católicos, passando pelo grave problema social que era acentuado pelas inúmeras greves. Num editorial corrosivo, João Franco Monteiro era claro: «(...) se ha pessoa que tenha atizado, promovido e alimentado ódios na familia portugueza, essa pessoa é, sem duvida, o legislador democratico separatista»<sup>128</sup>. No dia seguinte, 20 de Março de 1912, *A Nação* insistia nas acusações a Afonso Costa, a partir de um novo balanço da obra da República. O diário da capital reforçava o que vinha afirmando – e o que afirmou ao longo desse ano – quando constatava que, apesar da vitória da República já ter largos meses, o tempo ainda não era de uma verdadeira acção governativa em benefício do país: «(...) quando era logica a acção dos partidos, o sr. Affonso Costa aconselha que se metta cada um em sua casa, que guarde para mais tarde a lucta pela conquista do penacho, enfim que se ande para traz, em vez de se andar para deante»<sup>129</sup>. Nas últimas semanas de 1912, *A Nação* relançou o tema da reconciliação nacional para o editorial. Afirmava que os governantes asseguravam que a República estava consolidada, mas o diário da capital

---

<sup>126</sup> *Chegou o homem*, in *Echos do Minho*, 21 de Março de 1912, ano II, n.º 124, p. 1.

<sup>127</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>128</sup> João Franco Monteiro, *Boas esperanças*, in *A Nação*, 19 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:380, p. 1.

<sup>129</sup> João Franco Monteiro, *O que será?*, in *A Nação*, 20 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:381, p. 1.

garantia, por seu turno, que o Governo «(...) teima em conservar nas penitenciárias e nos presídios, centenas de cidadãos...»<sup>130</sup>.

Já o ano de 1913 começou como terminara o ano anterior: com uma crise política alargada e que continha múltiplas ramificações. Um desses ramos – a questão da amnistia a conceder aos presos políticos implicados nas incursões monárquicas, e em outros movimentos de contestação republicana (bispos e padres incluídos) – agitou o país. A imprensa católica clamava pela sua rápida resolução. Duarte Leite (1864-1950), então chefe de Governo, hesitava em seguir a indicação do presidente da República, Manuel de Arriaga, que solicitava a aplicação dessa amnistia. O objectivo desse recuo era claro: o Governo não queria ferir os espíritos republicanos da “rua”. Perante este impasse, e «pouco apoiado pelos que diziam estar com ele, Duarte Leite queria-se ir embora. E na primeira oportunidade saiu»<sup>131</sup>. Era dia de Reis, 6 de Janeiro de 1913. Manuel de Arriaga (1840-1917) tinha nos braços uma crise política. Para a resolver, convidou António José de Almeida para formar Governo. Mas o presidente do Partido Evolucionista não captou os apoios políticos que pretendia, e recusou o convite do presidente da República. Depois de mais uma recusa, desta vez de Basílio Teles (1856-1923), Manuel de Arriaga, sem grande margem de manobra, voltou-se para Afonso Costa e para os seus democráticos. No dia 9 de Janeiro desse ano, Afonso Costa tomou posse do primeiro Governo homogéneo da República<sup>132</sup>. Costa contou com o apoio dos unionistas de Brito Camacho, ao passo que António José de Almeida ficou cada vez mais isolado. Dessa forma, o Governo dispunha de uma maioria confortável nas duas Câmaras do Parlamento (Deputados e Senado). Entre outras preocupações, Afonso Costa deparou-se com a necessidade de resolver as contas públicas. Pôs em «(...) prática uma política de restrições financeiras, com vista a diminuir o défice orçamental»<sup>133</sup>, o que permitiu equilibrar as contas públicas. Mas esse esforço só mais tarde é que veio a ser reconhecido.

---

<sup>130</sup> João Franco Monteiro, *Reconciliação... Gorada?*, in *A Nação*, 17 de Novembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:583, p. 1.

<sup>131</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 67.

<sup>132</sup> O primeiro Governo de Afonso Costa (9 de Janeiro de 1913-9 de Fevereiro de 1914) contava com os seguintes ministros e respectivos ministérios: Afonso Costa (Presidência e Finanças); Rodrigo José Rodrigues (Interior); Álvaro Xavier de Castro (Justiça); João Pereira Bastos (Guerra); José de Freitas Ribeiro (Marinha); António Macieira (Negócios Estrangeiros); António Maria da Silva (Fomento); Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro (Colónias); e António Joaquim de Sousa Júnior (Instrução Pública). Cf. *Idem*, p. 68.

<sup>133</sup> SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 110-111.

No imediato, a imprensa católica assistiu às movimentações políticas de Afonso Costa mais com expectativa do que, propriamente, com apreensão. Aquelas actividades foram expostas na apresentação do programa de governo, no dia 10 de Janeiro de 1913. Porém, dois dias depois, o *Echos do Minho* refreou as esperanças dos católicos, afirmando que «(...) não esperem, pois, nem o clero, nem os fieis que melhorem as relações entre o Estado e a Separada. Continuaremos a soffer os mil vexames, que a lei separatista permite ás varias auctoridades, quando a estas appetee interpretar os seus dizeres mais rigidamente»<sup>134</sup>. Efectivamente, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, denominada pelos católicos de “separada”, continuava a ser uma das maiores preocupações dos católicos. Ainda assim, na primeira semana do governo de Afonso Costa, acerca deste tema, *A Nação* afirmava que «(...) todos reconhecem o que ha alli de vexatorio, de iniquo, de intolerante, sujeitando os catholicos a um regimen de excepção, e cerceando-lhes os mais rudimentares principios de liberdade de consciencia»<sup>135</sup>. Era com consternação que o periódico de Lisboa constatava que a Igreja Católica se via privada das suas propriedades, direitos e liberdades.

Ao fim das primeiras semanas do governo de Afonso Costa, as acusações mantinham um ritmo crescente. No editorial de 24 de Janeiro, *A Nação* demonstrava que o povo português, ao contrário de estar alegre por Afonso Costa assumir os destinos do país, mostrava-se muito insatisfeito e as greves e os tumultos eram permanentes na cidade de Lisboa. O título da capital questionava essa insatisfação do povo: «(...) Não está o Sr. Affonso Costa no poleiro? (...) Não está a Egreja separada do Estado? (...) Não se cortou no *deficit* a brincadeira de cinco mil contos? (...) Ora com tudo isto, façam favor de nos dizer porque estão zangados, em lugar de se mostrarem muito alegres e satisfeitos...»<sup>136</sup>. O diário de Lisboa aproveitava também para acusar Afonso Costa de manter o «(...) penacho da popularidade barata...»<sup>137</sup> como os seus antecessores, e desafiava o governante a impor-se através de uma política forte e rigorosa. Mas ao invés, no dia seguinte, 25 de Janeiro, *A Nação* denunciava o mesmo governo de Afonso Costa de seguir pelo caminho errado e de encher de gente as cadeias, fruto de detenções sumárias, como forma de demonstração de força do regime: «(...) A fortaleza, no seu entender, consiste em violentar a vontade unanime do paiz e

---

<sup>134</sup> *O que fará o Homem*, in *Echos do Minho*, 12 de Janeiro de 1913, ano III, n.º 208, p. 1.

<sup>135</sup> B. M., *A lei da Separação condemnada pelo Parlamento*, in *A Nação*, 14 de Janeiro de 1913, ano LXVI, n.º 15:628, p. 1.

<sup>136</sup> João Franco Monteiro, *Alegres e satisfeitos*, in *A Nação*, 24 de Janeiro de 1913, ano LXVI, n.º 15:637, p. 1.

<sup>137</sup> Idem, *ibidem*.

até a vontade expressa d' alguns republicanos de autenticos pergaminhos revolucionarios»<sup>138</sup>.

A reorganização financeira levada a cabo pelo governo de Afonso Costa assumiu pleno destaque no *Echos do Minho*, do dia 9 de Fevereiro, e daí para a frente. Com efeito, a economia e as finanças nacionais tornavam-se na acção política mais visível do Governo e, como tal, mereceram um acompanhamento contínuo e interessado por parte do jornal bracarense. Este assegurava que «(...) a divida fluctuante cresce: a fundada peora a cotação: os câmbios encarecem: os impostos crescem e mostram tendencias para crescer...»<sup>139</sup>. O jornal minhoto acusava Afonso Costa de seguir, na economia e nas finanças nacionais, o mesmo caminho que vinha sendo trilhado desde que a República triunfara em Portugal. O *Echos do Minho* retomaria este tema dias depois, em 23 de Fevereiro, para afirmar que a situação económica nacional era acompanhada por todos os portugueses. Talvez não fosse tanto assim, uma vez que o desinteresse e o afastamento dos portugueses pela política nacional eram conhecidos. Mas, de qualquer forma, o *Echos do Minho* sugeria uma série de medidas que, a seu ver, poderiam mudar o panorama financeiro nacional: «(...) favorecer a expansão da riqueza particular, fomentar os serviços do Estado que são fontes de riqueza, (...) procurar que ficasse em Portugal tanto dinheiro que vae para o estrangeiro afim de pagar lá o que aqui podiamos produzir...»<sup>140</sup>. De qualquer forma, os posicionamentos da imprensa católica, em termos económicos, convergiam para a necessária clarificação da situação real, e também pela reforma do sistema económico-financeiro, uma vez que, de acordo com o *Echos do Minho*, «(...) Portugal tinha salvação e tem-na, sem que a meios extremos se recorra»<sup>141</sup>. A realidade ditava que a salvação económica – ou pelo menos uma melhoria financeira – vinha sendo preconizada pelo Governo. Convicto em rectificar as contas públicas, «no orçamento para 1912-1913, previra-se um défice de 6620 contos e outro de 8464 contos para o de 1913-1914. Costa converteu-os, respectivamente, em superávites de 167 e 979 contos, e previu outro de 3393 contos para o ano de 1914-1915»<sup>142</sup>.

Apesar de uma certa retoma nas finanças nacionais, nas vésperas do segundo aniversário da Lei da Separação, o ambiente político no Parlamento mantinha-se tenso e

---

<sup>138</sup> João Franco Monteiro, *Gente fraca*, in *A Nação*, 25 de Janeiro de 1913, ano LXVI, n.º 15:638, p. 1.

<sup>139</sup> *Os recursos financeiros*, in *Echos do Minho*, 9 de Fevereiro de 1913, ano III, n.º 216, p. 1.

<sup>140</sup> *O problema financeiro*, in *Echos do Minho*, 23 de Fevereiro de 1913, ano III, n.º 220, p. 1.

<sup>141</sup> *Finanças nacionais*, in *Echos do Minho*, 22 de Março de 1913, ano III, n.º 229, p. 1.

<sup>142</sup> RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 467.

as ruas de Lisboa estavam em permanente ebulição, mormente do resultado do impacto dessa política nos sectores médios e assalariados dos meios urbanos. Por outro lado, Afonso Costa teimava em não fazer mudanças na “intangível”, como também era apelidada a Lei da Separação, entre os jornais católicos. Aquele político defendia que «(...) não se devia mexer na lei, porque não tinham desaparecido as causas da perturbação»<sup>143</sup>. A oposição no Parlamento contestava, mas sem efeitos práticos, e o Partido Evolucionista, de António José de Almeida, aproveitava para apresentar uma moção, em 20 de Fevereiro de 1913, a favor de uma amnistia aos presos políticos, mas perdia na votação por expressivos 65 votos contra 28<sup>144</sup>. As ruas de Lisboa eram dominadas pela polícia de choque de Afonso Costa – a “formiga branca” – que, à lei da bomba, impedia qualquer manifestação contrária ao então chefe de Governo e líder incontestável dos democráticos. Mas, em breve, essas ruas não estariam seguras, até para Afonso Costa. Com efeito, a contestação popular era grande, e crescia em catadupa.

No editorial de domingo, dia 6 de Abril de 1913, *A Nação* alargava a análise das acusações a Afonso Costa, e alicerçava-as na apresentação de um retrato nacional do estado do país real. O título do editorial era sintomático: «A fugir». Nele era referido que «a vida do campo está, por assim dizer, paralisada em grande parte do país. O êxodo é extraordinário, os capitães retrahem-se, a transmissão da propriedade dificultou-se, graças às medidas draconianas do sr. Afonso Costa»<sup>145</sup>. O diário da capital asseverava que eram muitas as dificuldades sentidas pelos portugueses, e que Afonso Costa fortalecia esses mesmos obstáculos com a sua acção governativa. Mas as acusações d’ *A Nação* não se resumiam apenas à figura de Afonso Costa e outros políticos também eram visados: «(...) o sr. Brito Camacho é o mosquito gerador das febres palustres, o sr. Theophilo Braga, o inconfidente, o falsário, o impolitico e o irresponsável. (...) Foge toda a gente, incluindo a do Directorio do partido politico que está no poder»<sup>146</sup>. A crítica à postura governativa dos democráticos era cada vez maior, e rapidamente abriu-se lugar a um mal-estar nacional atribuído à sua acção política. *A Nação* vinha reforçando isso mesmo. A propósito de um assalto ao Clube da Praça dos Restauradores, em Lisboa, o diário afirmava, no dia 12 de Abril de 1913, que esse

---

<sup>143</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 71.

<sup>144</sup> Cf. RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 467.

<sup>145</sup> João Franco Monteiro, *A fugir...*, in *A Nação*, 6 de Abril de 1913, ano LXVI, n.º 15:696, p. 1.

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*.

assalto, mais um na vaga de assaltos que se vinham praticando na capital, demonstrava a inação política dos republicanos em assegurar a paz social prometida no passado. Aquele periódico de Lisboa asseverava que colocando em vigor a «(...) onipotência dos senhores do mando «(...) a republica portugueza adoptou o caminho tortuoso da anarchia»<sup>147</sup>. Por essa altura, a grave situação do país promovera o alargamento generalizado das críticas, e não apenas sobre a crise política. Tal era referido no *Echos do Minho* no dia do segundo aniversário da Lei da Separação. A 20 de Abril de 1913, o jornal minhoto confirmava que « (...) a crise governamental não representa sómente crise no ministerio, é uma crise social, nacional; urge debellar essa crise. (...) A hora é de crise: do nosso proceder depende o amanhã da Patria»<sup>148</sup>.

Quer *A Nação*, quer o *Echos do Minho*, reconheciam a gravidade da crise nacional, agravada pela instabilidade política que a hegemonia governativa dos democráticos de Afonso Costa não conseguira sustentar. Em verdade, essa mesma hegemonia «(...) depressa gerou, porém, efeitos perversos. Criou nas oposições republicanas minoritárias a convicção de que os democráticos só cederiam o poder através da força»<sup>149</sup>. Em breve, a força da bomba, promovida pelos republicanos radicais, iria novamente reivindicar um lugar de destaque, primeiro na madrugada de 27 de Abril, e depois no prolongamento, dois dias mais tarde, no dia 29. Estavam em prática as medidas mais duras desencadeadas pelos adversários republicanos de Afonso Costa e apoiadas pelas chamadas “carrapatas”, grupos de radicais que vinham apoiando Costa nas suas acções contra os governos que lhe eram contrários. A intentona de 27 de Abril, que tivera a mão de Machado Santos, considerado o “pai da República”, foi o primeiro golpe organizado por republicanos contra republicanos. Os republicanos mais radicais não aceitavam o que consideravam a moderação da acção governativa de Afonso Costa e mostraram o seu protesto nas ruas<sup>150</sup>. Os dias seguintes foram

---

<sup>147</sup> João Franco Monteiro, *Os assaltos*, in *A Nação*, 12 de Abril de 1913, ano LXVI, n.º 15:701, p. 1.

<sup>148</sup> *Hontem, Hoje ... e Amanhã*, in *Echos do Minho*, 20 de Abril de 1913, ano III, n.º 236, p. 1.

<sup>149</sup> SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 111.

<sup>150</sup> Na madrugada de 27 de Abril perto de 100 republicanos radicais, muitos pertencentes à Federação Radical Republicana, dirigiram-se ao quartel de Infantaria n.º 5, em Lisboa. Lá de dentro saíram dois oficiais (capitão Lima Dias e tenente Diniz) com 50 soldados armados. Na busca de apoios pela cidade, o capitão Dias foi detido e levado para o Arsenal da Marinha. Outros militares acabaram presos e a acção revoltosa esfumou-se. No dia seguinte, o caso foi discutido no Parlamento, e Machado Santos defendeu os revoltosos da acusação de Brito Camacho, que os chamara bandidos. A revolta prolongou-se e dois dias depois, a 29, houve trocas de tiros em várias partes da capital. Afonso Costa, receoso de uma revolta generalizada, afastou os militares e os marinheiros de Lisboa o melhor que pode. Os presos da intentona, da madrugada de 27 de Abril, foram transportados para os Açores porque Costa queria evitar que os

especialmente tensos e tumultuosos. Como outros grupos e instituições, também a imprensa católica sofreu na pele a violência da resposta governativa. *A Nação* acabaria por ser precisamente um desses exemplos, ficando proibida de se publicar durante nove dias, desde o dia 28 de Abril, segunda-feira, até 6 de Maio, terça-feira. Só retomou a publicação no dia seguinte, 7 de Maio, com um editorial explicativo da paragem forçada. Nesse interregno, o jornal *Echos do Minho*, no dia 4 de Maio, trouxe o tema da intentona para as colunas mais à esquerda, destacando o tema no local definido para o editorial. O *Echos do Minho* criticou o momento escolhido para promover a conspiração, sobretudo, aos olhos das potências europeias. Mas as críticas aos membros do Governo, que de uma forma geral eram alargadas a todos os republicanos, eram mais duras e também mais directas. O periódico de Braga asseverava que a intentona constituía «(...) uma desgraça nacional (...) [e] revela também desunião interna entre os organismos republicanos e (...) isso representa, para os interesses geraes do paiz, perigo de ordem superior»<sup>151</sup>.

Numa altura em que a desordem pública se mantinha em vários pontos do país – em especial em Lisboa, onde se registavam tumultos travados entre a classe operária<sup>152</sup>, – o Parlamento e a acção governativa de Afonso Costa eram novamente criticadas. Era o início de Junho de 1913. Pelo seu lado, *A Nação* começava por acusar o Parlamento de inacção sistemática e de «(...) funcionar longo tempo, sem produzir algo de justificavel á respectiva despeza que todos pagamos...»<sup>153</sup>. Mas logo centrava as suas acusações na figura de Afonso Costa, asseverando que ele era o responsável pelo actual estado da política nacional, e merecer de «(...) asperos reparos pelo sophisma que introduziu n' este constitucionalismo republicano... (...) Elle é o unico arbitro dos nossos destinos»<sup>154</sup>. Mais à frente, no editorial do periódico da capital, aumentava o tom das críticas face ao poder legislativo do Parlamento. Era então dito que «(...) a acção ministerial na republica portugueza é uma acção absolutista, com a agravante que é difficil encontrar dique que ponha entaves a este mal disfarçado poder d' um homem

---

juízos decorressem em Lisboa. Sobre a intentona ver: RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* pp. 467-469.

<sup>151</sup> *Abrilada*, in *Echos do Minho*, 4 de Maio de 1913, ano III, n.º 240, p. 1.

<sup>152</sup> Cf. João Franco Monteiro, *Ordem publica*, in *A Nação*, 30 de Maio de 1913, ano LXVI, n.º 15:737, p. 1.

<sup>153</sup> João Franco Monteiro, *Acção ministerial*, in *A Nação*, 3 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:739, p. 1.

<sup>154</sup> *Idem, ibidem*.

só»<sup>155</sup>. *A Nação* expressava a sua opinião sobre Afonso Costa, e salientava o que entendia ser a visão despótica da sua acção política.

Para *A Nação*, Afonso Costa representava o mal político da República, e este era acusado de ser o principal responsável de levar o país para o abismo. No dia 5 de Junho, o periódico de Lisboa apresentava um editorial intitulado «O lobishomem». O teor do texto não deixava dúvidas, apesar de estar escrito de uma forma abrigada e subtil: tratava-se de um ataque dirigida a Afonso Costa. Nele era referida a confusão política que Portugal atravessava, mas, para *A Nação*, o pior tratava-se do facto de o país se curvar «(...) perante quem, sendo a negativa dos principios que hypocritamente diz representar lhe serve a *liberdade* ... na ponta d' uma espada...»<sup>156</sup>. Na sequência deste ataque a Afonso Costa, no dia seguinte, o mesmo articulista retomou as críticas alargando-as ao Parlamento. Acusando-o de ser ilegal e até ridículo, o periódico de Lisboa asseverava que a «(...) Assembleia que diariamente costuma funcionar em S. Bento, não é um Congresso Nacional, como se alcunha; é simples e unicamente um Grupo Partidario...»<sup>157</sup>. Mais à frente no texto, o articulista apresentava alguns processos que faltavam na estrutura do Parlamento e que deveriam estar presentes para que esse órgão soberano se pudesse considerar válido aos olhos dos portugueses e da própria lei. O jornalista denunciava, por exemplo, a falta de uma ordem expressa na constituição dos recenseamentos, ou mesmo a falta de liberdade dos eleitores no momento da votação. Essas críticas ganharam novo alento um mês depois, em Julho. No Parlamento foi votada e aprovada a nova lei eleitoral que confirmaria a hegemonia de Afonso Costa. A partir daí, o sistema eleitoral alterou-se em benefício dos republicanos no poder, e em prejuízo do país. Costa, representando os desejos da esquerda republicana, não queria uma República acorrentada ao que considerava serem as supertições e as pressões dos caciques, preferindo uma República cheia de homens-livres, com instrução e, claro, do sexo masculino. A nova lei eleitoral «(...) retirou o direito de voto aos analfabetos, a pretexto de conter o 'caciquismo'»<sup>158</sup>, mas também negou o voto às mulheres. Aquela justificação era apenas uma meia verdade, e tinha laivos de demagogia republicana. Era um facto que a interferência dos influentes, dos caciques, e até dos padres junto das populações, sobretudo do meio rural, constituía uma força de bloqueio à hegemonia dos republicanos. Mas o afastamento legal dos

---

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>156</sup> S., *O lobishomem*, in *A Nação*, 5 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:741, p. 1.

<sup>157</sup> S., *Convem-lhes?*, in *A Nação*, 6 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:742, p. 1.

<sup>158</sup> RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal*...p. 588.

analfabetos, que constituíam quase em exclusivo essas populações, bem como das mulheres e dos menores de 21 anos de idade das listas de recenseamento travou isso. Tais acções provocaram, em cerca de dois anos, uma drástica redução do número de recenseados em 53 por cento (de 846 801, em 1911, para 397 038, em 1913)<sup>159</sup>. Os republicanos guardaram o poder para si com mais vigor, e forçaram uma reconstrução sociológica do eleitorado: mais urbano e mais sujeito às ideias republicanas<sup>160</sup>.

A nova lei eleitoral foi duramente criticada pel' *A Nação*, no final de Agosto de 1913. O periódico de Lisboa apontou, em riste, o dedo acusatório a Afonso Costa por ter promovido tais alterações na nova legislação eleitoral, passível apenas de favorecer os democráticos. O periódico asseverava que essas alterações promoveram no país um estado de coacção e de medo, e acusava o chefe do Governo: «(...) O sr. Affonso Costa; que hoje é zurdido no órgão evolucionista [*A República*, publicação afecta a António José de Almeida], não se contenta com a primitiva machadada. Vae mais longe e onde lhe convem, corta a torto e a direito»<sup>161</sup>. João Franco Monteiro referia que existia um republicano, não referenciado, que, no actual quadro nacional e com esta lei eleitoral, previra que as próximas eleições constituíssem um revés na história da República, abrindo lugar para «(...) todas as misérias, todos os crimes, todos os vexames, que mancharam, por vezes, as eleições no tempo do antigo *regimen!*»<sup>162</sup>. Já em Outubro de 1913, nas eleições suplementares de deputados para o Parlamento<sup>163</sup>, Afonso Costa encetou uma nova manobra política para garantir mais poderes para si e para os seus pares, e conseguiu mesmo caucionar uma nova maioria, mas Brito Camacho afastou-se de Costa e regressou à oposição, no Parlamento, onde também estava um enérgico Machado Santos. A acção governativa de Afonso Costa tinha um efeito político duplo: se por um lado afastava as “carrapatas” e outra gente da “rua republicana”, que anteriormente seguiam as recomendações do chefe dos democráticos, por outro, aumentara as hostes da oposição, precisamente com essa camada de descontentes. Estes insatisfeitos tornaram-se “presa fácil” para Machado Santos. A fúria contra Afonso Costa fez o resto. Santos recrutou republicanos e carbonários, que se sentiam traídos com as acções políticas mais moderadas de Costa, e organizou-os em bandos armados para combaterem os democráticos nas ruas de Lisboa. Para além disso, «(...) promoveu

---

<sup>159</sup> Cf. *Idem*, p. 589.

<sup>160</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*.

<sup>161</sup> João Franco Monteiro, *As futuras eleições*, in *A Nação*, 28 de Agosto de 1913, ano LXVI, n.º 15:812, p. 1.

<sup>162</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>163</sup> Cf. *As futuras eleições*, in *Echos do Minho*, 12 de Maio de 1913, ano III, n.º 286, p. 1.

manifestações de rua para pressionar o presidente [da República, Manuel de Arriaga] a demitir Costa, e tentou mesmo um golpe»<sup>164</sup>. Esse golpe aconteceu na madrugada de 21 de Outubro de 1913, mas a argúcia política de Afonso Costa tratou de a transformar numa revolução falhada<sup>165</sup>.

As críticas do *Echos do Minho* vinham-se direccionando não apenas para a acção governativa de Afonso Costa, acompanhado pelo desinteresse dos portugueses pelo acto eleitoral, mas também para a falta de estadistas capazes de fazer frente a «(...) uma crise gravissima, crise que affeta a sociedade nos seus mais íntimos fundamentos, e da qual podem resultar as mais graves consequências...»<sup>166</sup>. Foi nessa panorama que o chefe do Governo garantiu uma nova vitória, em 16 de Novembro, nas eleições municipais e paroquiais, com a aplicação da nova lei eleitoral. Nos escrutínios seguintes, de 30 de Novembro e de 14 de Dezembro, Afonso Costa viu reforçados os seus poderes, conseguindo uma maioria na Câmara dos Deputados, que se traduziu na dispensa do apoio de Brito Camacho. Mas, por essa altura, «(...) o governo de Costa não era um bloco homogéneo, mas uma espécie de coligação intrapartidária, em que entravam amigos que lhe eram pessoalmente fiéis...»<sup>167</sup>. Ora, entre alguns democráticos, essas amizades não eram muito apreciadas, sobretudo por entre elas estarem alguns antigos independentes, como António Maria da Silva (1872-1950), e alguns membros da “Jovem Turquia”, como Álvaro de Castro (1878-1928), que chegou a ministro da Justiça em 1913, no governo de Afonso Costa. As concessões que o Governo fizera aos camachistas desagradou muito aos democráticos que assumiam um papel mais relevante no partido, e instalou-se a divisão interna. Também se agravou a contenda entre o governo de Costa e a oposição, o que se traduziu na abertura de um conflito de maiores proporções entre os poderes legislativo (Parlamento) e o executivo

---

<sup>164</sup> RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (191-1916). In *História de Portugal...*p. 593.

<sup>165</sup> Na madrugada de 21 de Outubro de 1913, em Lisboa, um grupo heterogéneo de carbonários, operários, sindicalistas e monárquicos juntou-se com o objectivo comum de fazer cair Afonso Costa. O golpe previa essa queda mas o chefe do Governo antecipou-se e em poucas horas a revolta falhou. Costa vangloriara-se por ter conseguido infiltrar um espião no meio dos golpistas: Homero de Lencastre. Um dos ministros de Costa – José de Freitas Ribeiro – também jogou na antecipação e deslocou-se ao quartel da Marinha, em Alcântara, prendendo os líderes do golpe. Apesar de se terem registado alguns levantamentos em diversos pontos do país, a revolta falhou e às primeiras horas da manhã a capital estava mais calma. O governo de Afonso Costa resolvera o problema com o auxílio da “formiga branca” que mantinha a vigilância em alguns pontos de Lisboa, ao mesmo tempo que assaltava dois periódicos como forma de retaliação: *A Nação*, jornal legitimista e católico, e *O Dia*, título monárquico, cujo director, Moreira de Almeida, fora um dos chefes da revolta falhada de 21 de Outubro. Cf. RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*pp. 470-471.

<sup>166</sup> *Homens de Hontem; Homens de Hoje*, in *Echos do Minho*, 6 de Novembro de 1913, ano III, n.º 293, p. 1.

<sup>167</sup> RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*pp. 472.

(Governo liderado por Afonso Costa). Para arbitrar esta controvérsia estava o presidente da República, Manuel de Arriaga. Mas os resultados práticos só iriam surgir no início de 1914, e culminariam no pedido de exoneração de Afonso Costa, no final de Janeiro.

A imprensa católica assistia à luta política com desagrado e até com certo receio. Num editorial publicado no final de Dezembro de 1913, o *Echos do Minho* fazia um balanço global desses doze meses na sociedade portuguesa, e encontrava dois aspectos que, na sua opinião, eram responsáveis pelo estado actual do país. Era dito que a «(...) nossa nação atravessa uma quadra perigosíssima para a prosperidade do país. O estado convulsivo em que Portugal estrebucha, é originado primeiramente pelo abandono da Religião, [e] pelo predominio da revolução»<sup>168</sup>. Para o periódico do Minho, estas duas premissas contribuíram para o silogismo negativo do quadro sócio-político em que Portugal se encontrava. Mas se no final de 1913 – coincidente com o fim do nosso primeiro subperíodo de análise (1911-1913) – o ambiente sócio-político em Portugal era tenso, e no resto da Europa as relações entre as grandes potências europeias não estavam melhores. Todas elas, umas mais que outras, viviam num receio generalizado mas perfeitamente simulado em complexas manobras diplomáticas, que estavam prestes a ruir, num quadro de corrida ao armamento. Num outro prisma da política nacional, e em paralelo ao avanço da acção governativa dos republicanos – desde o Governo Provisório, passando pelas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e até ao primeiro governo de Afonso Costa – foi-se desenvolvendo um certo desalento pela forma como a República estava a ser conduzida pelos governantes. E como iremos verificar, tal aconteceu desde os primeiros meses do novo regime.

#### **5.4.3. O desencanto progressivo com o projecto republicano**

Desde os primeiros meses da República, a imprensa católica asseverava que o desânimo começara a tomar conta de muitos dos seus apoiantes. Tal espírito só seria agravado com o passar do tempo. Ainda não tinham decorrido doze meses desde que se instaurara a República e já *A Nação*, por intermédio do seu director, asseverava que o país vivia já desanimado pela actual situação política, e que o tão afamado progresso que acompanharia a República estava atrasado. No editorial de 26 de Setembro de 1911, João Franco Monteiro acusava a legislação republicana de atentar contra a liberdade dos cidadãos e de promover o sectarismo. Mas a verdadeira acusação surgia mais à frente no

---

<sup>168</sup> *O anno de 1913 em conta corrente com a sociedade*, in *Echos do Minho*, 28 de Dezembro de 1913, ano III, n.º 308, p. 1.

texto: «(...) ninguém sonhou uma republica assim, a não ser os que a disfructam e d' ella se governam. O povo queria outra cousa, por entre as nuvens da sua mal defenida aspiração»<sup>169</sup>.

Franco Monteiro afirmava igualmente que o Governo intimava as populações a manifestarem-se favoravelmente pela República, nas datas festivas, como estava prestes a acontecer, nas comemorações do primeiro aniversário da instauração da República, no dia 5 de Outubro de 1911. Já no dia seguinte, o mesmo Franco Monteiro reforçava as acusações à República, inseridas no desalento nacional pelo rumo que aquela vinha tomando. O director d' *A Nação* assegurava que o povo português vivia descrente face à situação actual: «(...) o povo que acreditou na republica (...) esse povo digno de melhor sorte, hoje encontra-se desilludido e triste»<sup>170</sup>. Esse estado de espírito estava presente não apenas nos apoiantes dos degraus mais baixos da pirâmide social<sup>171</sup>, mas também gente das mais altas esferas do republicanismo nacional. Um desses casos era o de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), homem multifacetado: escritor, historiador, arqueólogo, genealogista, militante do PRP. A sua influência foi importante para se tornar no primeiro presidente do Senado da República. Mas, no início de Novembro de 1911, Braamcamp Freire era um homem desiludido com a República. Assim dizia *A Nação*, no editorial do segundo dia desse mês. Com base nas palavras do próprio, o jornal de Lisboa afirmava que «(...) esta republica é uma republica muito differente do que elle tinha sonhado e que o que é preciso é administração, sempre administração... juízo, muito juízo»<sup>172</sup>.

Para *A Nação*, periódico legitimista, uma das causas do desencanto que provocara a República assentava nos erros – acusava – que o constitucionalismo outorgado promovera. Durante largos meses, e em diversos editoriais analisados sobre a questão política, o diário da capital aproveitou para ele próprio tecer considerações sobre o desânimo que se instalara entre os crentes do projecto republicano. Era apontado

---

<sup>169</sup> João Franco Monteiro, *Crê ou morres*, in *A Nação*, 26 de Setembro de 1911, ano LXV, n.º 15:241, p. 1.

<sup>170</sup> João Franco Monteiro, *Cabeças no ar*, in *A Nação*, 27 de Setembro de 1911, ano LXV, n.º 15:242, p. 1.

<sup>171</sup> Muitos dos apoiantes do Partido Republicano Português e denodados militantes de grupos como a Maçonaria ou a Carbonária ocupavam uma posição subalterna, em termos laborais. Eram empregados na indústria, nos serviços e em pequenas lojas de rua, mas também haviam os que exerciam funções administrativas em instituições do Estado, ou que eram profissionais liberais. Podemos confirmar essas indicações, interlingando-as com a base eleitoral do movimento republicano em: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...* pp. 67-73.

<sup>172</sup> João Franco Monteiro, *Administração e juízo*, in *A Nação*, 2 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:271, p. 1.

que um dos erros passava pela legitimação do direito à greve que fora concedido pelo Governo Provisório aos trabalhadores. *A Nação* era da opinião que Portugal não dispunha de uma «(...) questão social na sua feição tão aguda n' outros países de adiantada industria, na feição da lucta do proletariado contra o capital e o patronato»<sup>173</sup>, e que fora a República que formentara essa questão. Ora, face ao elevado número de greves e crescente conflituosidade social a que o Governo vinha assistindo, *A Nação* questionava o executivo acerca da sua capacidade para promover uma solução para esse problema. O panorama de greves sistemáticas era apontado como uma das causas do desânimo que grassava em Portugal. No final do mês de Janeiro de 1912, o periódico da capital retomava a questão do desalento instalado no país republicano, partindo do problema da questão operária. Para além desta, era referido que «(...) as greves ruraes, sangrentas e terríveis nas suas prováveis consequências (...) perturbam insistentemente a vida nacional e não augmentam os créditos da republica, que falliu aos olhos dos seus mais apaixonados, mais sinceros, (...) e mais honestos partidarios»<sup>174</sup>. *A Nação* aproveitava para criticar o regime republicano, atestando que os seus erros já iam muito para além das faltas cometidas no tempo da Monarquia Constitucional, e que tais erros consolidavam esse espírito de desencanto com a República. Mais à frente no editorial, o articulista João Franco Monteiro confirmara que «(...) a desilusão é cruel. (...) A republica a queixar-se de alguém, só o pode fazer de si mesmo. O resto é zero»<sup>175</sup>.

O *Echos do Minho* também analisou o tema do desencanto provocado pela República, ainda que o tenha feito em menor escala do que *A Nação*. Ainda assim, no início de Maio de 1912, Gabriel Maia, um colaborador do *Echos do Minho*, assinava um editorial intitulado: «Desillusão». Todo o texto era um reflexo, mais ou menos, fiel dos argumentos que vinham sendo invocados desde que terminara a euforia inicial que a mudança de regime provocara no país. Passado esse estado de exaltação, Gabriel Maia asseverava que «(...) depára-se-nos agora por toda a parte uma frieza nostálgica e quasi que uma completa indiferença por todas as manifestações que actualmente se promovem...»<sup>176</sup>. O articulista afirmava que o povo português fora iludido com a propaganda republicana, uma vez que acreditara, ingenuamente, que os governantes iriam cumprir as suas promessas e honrar os seus compromissos, como eram a baixa de

---

<sup>173</sup> A. de F., *Errado caminho!*, in *A Nação*, 13 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:280, p. 1.

<sup>174</sup> João Franco Monteiro, *Política e humanidade*, in *A Nação*, 27 de Janeiro de 1912, ano LXV, n.º 15:339, p. 1.

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>176</sup> Gabriel Maia, *Desillusão...*, in *Echos do Minho*, 5 de Maio de 1912, ano II, n.º 137, p. 1.

preços dos géneros alimentícios, ou o fomento comercial, industrial e agrícola. Nesse sentido, Gabriel Maia questionava: «(...) Sucedeu assim? Não, pelo contrário, parece que houve um empenho muito especial em faltar a todas as promessas. E d'ahi a completa desillusão do bom povo»<sup>177</sup>. O jornal do Minho confirmava, semanas mais tarde, que a decepção pelo projecto republicano atingira igualmente os seus partidários. Num pedido expresso de liberdade para os portugueses, o *Echos do Minho* era claro: «grande desillusão vão tendo os republicanos portuguezes. Elles que no inicio do novo regimem affirmavam que o povo era republicano e que a republica se fizera a contento de todos a não ser dos catholicos...»<sup>178</sup>.

Já no final desse ano de 1912, foi novamente *A Nação* a recuperar o tema do desânimo em redor da República. Viviam-se tempos conturbados na política nacional. As divergências entre as diferentes facções republicanas agravavam-se de dia para dia. Como já referimos, a família republicana desmembrara-se em três partidos políticos: O Partido Democrático, de Afonso Costa, o Partido Evolucionista, de António José de Almeida, e a União Republicana, de Brito Camacho. Essa separação formalizava, igualmente, a partição entre esquerda republicana (Partido Democrático, também continuamente chamado PRP) e direita republicana (Partido Evolucionista e União Republicana). As ruas, em especial as de Lisboa, eram um reflexo desses tempos, acolhendo múltiplas greves, de diferentes grupos sociais. Essas acções resultavam em provocações generalizadas de populares à Guarda Republicana, e originavam frequentes tumultos que, ocasionalmente, registavam mortos entre as partes em confronto.

Era com esse ambiente por fundo, que o director d' *A Nação* escrevia o editorial de 14 de Dezembro. Franco Monteiro afirmava que «(...) toda a gente vê a forma como a Republica se acclimatou na sociedade portugueza; toda a gente soffreu com a desillusão da falencia de uma cousa nova, que a alguns encheu de esperança, toda a gente sente o peso da atmosphaera que ella creou, pelo sectarismo que a reveste...»<sup>179</sup>. O articulista afirmava que da desillusão pelo caminho que levava a República rapidamente nasceu o desinteresse nacional. Tal sentimento estaria exposto em cada um dos milhares de portugueses que, então, possuíam as condições válidas para exercerem o seu direito de cidadania de pleno direito: homem, maior de 21 anos, chefe de família, saber ler e escrever.

---

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>178</sup> *Liberdade!*, in *Echos do Minho*, 16 de Junho de 1912, ano II, n.º 149, p. 1.

<sup>179</sup> João Franco Monteiro, *Regimens condemnados*, in *A Nação*, 14 de Dezembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:606, p. 1.

O ano de 1913 agravaria mais essa consciência, em razão das jogadas políticas então praticadas pelos governantes, sobretudo por Afonso Costa que, nesse ano, fora chefe de Governo pela primeira vez. O povo português parecia estar cada vez mais descrente numa solução política que lhes resolvesse os problemas do quotidiano, e lhes permitisse colocar comida na mesa de casa. Talvez consciente do alheamento que o escrutínio ia suscitar nos eleitores portugueses, o *Echos do Minho* apresentava as futuras eleições de 16 de Novembro de 1913 sem grande entusiasmo e vigor. Depois de confirmar que elas seriam disputadas por facções que não representavam a maioria do povo, o jornal minhoto asseverava que «(...) a grande parte do paiz, que trabalha, e se move, e produz, se desinteressa cada vez mais da causa publica»<sup>180</sup>. Este alheamento pela política partidária generalizava-se, e não escolhia classes ou grupos sociais. Cada um deles, à sua medida, demonstrava plenamente e em crescendo o desencanto pelo projecto republicano.

### **5.5. As principais medidas do Governo contra a Igreja Católica**<sup>181</sup>

A actuação do Governo Provisório (GP) no campo religioso cedo foi entendida, pela Igreja Católica, como uma afronta. Tal sentimento foi expresso e até exacerbado pela imprensa que lhe era afecta, através de uma recém-criada teoria persecutória. Era certo que a legislação que os políticos republicanos começaram a publicar visava «(...) conseguir a laicização da sociedade e pôr fim à influência da Igreja Católica em Portugal»<sup>182</sup>. Rapidamente caía por terra a esperança, entre alguns católicos mais optimistas, que o GP iria esperar pelas eleições para legitimar as novas leis que defendera e apresentara ao país. Os republicanos, agora no poder, acreditavam que o seu programa político era claramente superior ao dos monárquicos e que «(...) novas leis bastariam para concretizar a almejada revolução cultural libertadora. Por isso, em sete meses, foram tomadas medidas que os seus correligionários franceses (...) demoraram

---

<sup>180</sup> *O Dogma basilar da Democracia*, in *Echos do Minho*, 9 de Novembro de 1913, ano III, n.º 294, p. 1.

<sup>181</sup> A imprensa católica acompanhou o tema da conflituosidade, entre o Estado e a Igreja Católica, com especial atenção. Fê-lo, aliás, utilizando um maior número de editoriais do que aqueles que consagrou a algumas das leis republicanas que atingiram a Igreja. Assim sendo, considerámos que deveríamos seguir uma disposição diacrónica, em consonância com a disposição dos editoriais analisados. Debruçámo-nos primeiramente na apresentação de algumas ideias sobre os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica, a partir do que era publicado pela imprensa católica que expusemos, e depois especificamente sobre temas como o ensino religioso, a expulsão do Clero, o divórcio, o registo civil, e a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Finalmente, daremos espaço à reacção católica face às medidas apresentadas pelo Governo.

<sup>182</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 55.

quase vinte e cinco anos a decretar»<sup>183</sup>, numa França que, à época, era mais urbana, mais alfabetizada e onde existiam maiores liberdade e diversidade religiosas. A mesma comparação poderia fazer-se com a temperança demonstrada pelo Gobierno Provisional de Espanha da década de 1930<sup>184</sup>, a propósito da aplicação das leis que eram contrárias à Igreja Católica.

Apesar de as primeiras medidas terem sido decretadas pelo Governo Provisório ainda em 1910<sup>185</sup>, nos primeiros meses de 1911 os diversos temas ainda faziam correr muita tinta nos editoriais do *Echos do Minho* e d' *A Nação*. As críticas negativas de ambos os jornais ao GP eram tanto mais direccionadas quanto mais específicos eram os casos a apreciar. Seria em Novembro de 1911, que *A Nação* – procedendo a um dos seus tradicionais balanços das acções do GP – apresentava as principais medidas que eram adversas à Igreja Católica. Num longuíssimo editorial, A. de F., colaborador deste jornal de Lisboa, asseverava que «(...) nas ruas desencadeou-se contra todas as casas religiosas um ódio feroz, resultado de uma campanha de anos. As suas explosões atingiram os padres seculares, e todas as ramificações do sentimento religioso. (...) Quase não houve semana do governo provisório, em que, da pasta da justiça não saísse provocação nova aos católicos desde a expulsão dos jesuítas *para sempre* (...), a dissolução de todas as casas religiosas (...) e confisco dos bens, até ao bannimento do nome ou da ideia de Deus, a paganização do ensino, abolição do juramento e dos dias santificados, até ao fecho d' esta satânica tarefa, o decreto da separação, obra de perseguição crudelíssima...»<sup>186</sup>. Este editorial sintetiza as principais medidas que os católicos entendiam ser persecutórias. Neste primeiro subperíodo (1911-1913), constatámos que quer o *Echos do Minho* quer *A Nação* deram destaque a algumas delas (nos seus editoriais), embora de modo diferenciado.

---

<sup>183</sup> CATROGA, F. – O Livre-Pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX). In *Revista de História das Ideias*. Coord. Vítor Neto. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, vol. XXII, pp. 350-351.

<sup>184</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 55.

<sup>185</sup> A política laicizadora do Governo Provisório traduziu-se, desde Outubro de 1910, na reposição em vigor de leis como, por exemplo, a extinção das ordens religiosas (8 de Outubro de 1910), e em novas leis como o fim do ensino religioso nas escolas (22 de Outubro), e a lei do divórcio (3 de Novembro). Ver estas e outras leis em: NETO, Vítor – A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 132-133.

<sup>186</sup> A. de F., *Errado Caminho!*, in *A Nação*, 13 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:280, p. 1.

### 5.5.1. Conflitos entre o Estado e a Igreja em tons de perseguição

A conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica nasceu durante a Monarquia Constitucional, mas agudizou-se com a instauração da República. No decorrer dos últimos anos da Monarquia, os conflitos existentes entre ambas as instituições, sobretudo os mais violentos quase sempre «(...) ocorreram em momentos de grande agitação social.»<sup>187</sup>. Por seu lado, foi a instauração da República, em 1910, que desencadeou os tumultos que se verificaram nas ruas. O conflito entre o regime republicano e a Igreja Católica foi mais denso e mais vasto do que pode ser avaliado pelo número de editoriais especificamente relacionados com esse tema. De resto, os próprios editoriais interligam, por exemplo, o tema da conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica com os efeitos resultantes da aplicação da Lei da Separação, ou com algumas das leis que foram anteriormente apresentadas pelo Governo Provisório, nas primeiras semanas da República.

O *Echos do Minho* foi o primeiro a debruçar-se sobre essa conflitualidade, ainda em 1911, ao passo que *A Nação* só transportou esse tema para editorial em 1912. No seguimento de várias notícias publicadas – que davam conta de contínuas detenções de homens do clero, com destaque para a prisão e conseqüente desterro do bispo do Porto, D. António Barroso (1899-1918), em Março de 1911 – o *Echos do Minho* analisou a situação eclesiástica na República. Afirmava que os padres estavam no meio de um conflito aberto, sustentando que «a colisão dos dois poderes, o civil e o ecclesiastico, actuando no mesmo individuo em sentido contrario, torna difficil uma situação em que não é possível servir a dois senhores»<sup>188</sup>. No número seguinte, o periódico de Braga repetia a primazia do editorial dada a este tema. O momento histórico assim o determinava. O *Echos do Minho* alertava para o facto de se colocar como causídico dos interesses da Igreja Católica, mas assumia uma posição relativamente prudente, eventualmente por temer ser suspenso. Ainda assim, o periódico garantia que os republicanos entendiam que os católicos constituíam um grande perigo para a República e que, por essa razão, a Religião «(...) deve[ia] ser perseguida, banida do solo lusitano e inteiramente aniquilada, para desaparecer o único obstaculo á consolidação do novo regimen»<sup>189</sup>. Esse era, naturalmente, o fim desejado de uma luta eivada de um

---

<sup>187</sup> SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...*p. 70.

<sup>188</sup> *A Classe Parochial e o Estado*, in *Echos do Minho*, 16 de Março de 1911, ano I, n.º 20, p. 1.

<sup>189</sup> *Equívoco Político-Religioso*, in *Echos do Minho*, 19 de Março de 1911, ano I, n.º 21, p. 1.

sentimento anticlerical e um pensamento positivista que já estava em marcha antes mesmo de Outubro de 1910.

Já no início de Agosto de 1910, o jornal de Braga asseverava que a religião poderia viver com a República desde que esta assegurasse a liberdade de culto, dos padres, dos fiéis, e dos bens da Igreja Católica. O *Echos do Minho* sustentava o facto de o catolicismo ser a religião mais seguida pelos portugueses, ao mesmo tempo que acusava os republicanos de terem preconceitos contra os católicos e de acusarem estes de serem «(...) talassas, reaccionários, ultramontanos, dominados pelos jesuítas conspiradores contra as instituições republicanas, e como taes, traidores á Patria»<sup>190</sup>. Era um facto que a Igreja Católica não colocara em causa a legitimidade do novo regime<sup>191</sup>. Mas também não prescindiu de tecer duras e continuadas críticas à República sobretudo durante os seus primeiros anos. Esse mesmo discurso foi apresentado pelo diário *A Nação*, na primeira vez que objectivamente analisou em editorial, o tema da conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica. O periódico de Lisboa asseverava que há muito que o Estado possuía uma certa tendência regalista, e defendia que tal postura causara no passado «(...) serios embaraços e occasionou uma frieza de relações...»<sup>192</sup>. De qualquer forma, o articulista defendia que a Igreja Católica acatara as novas instituições sem criar grandes problemas, ainda que o fizesse com uma natural expectativa e prudência. No entanto, mais à frente, aproveitava para tecer acusações ao governo da República, asseverando que os republicanos «(...) é que teem cavado o abysmo que o separa do paiz»<sup>193</sup>. Tal atitude de defesa da posição da Igreja era, de resto, sintomática da imprensa católica, e demonstrava uma certa intransigência por parte desta na defesa do que considerava serem os interesses e direitos daquela instituição. No caso concreto d' *A Nação*, era sugerido que, naquele período histórico, se a situação religiosa do país se encontrava numa situação de conflito tal era devido unicamente à irresponsabilidade política dos republicanos.

Ainda em Janeiro de 1912, o *Echos do Minho* inseria, em editorial, uma notícia transcrita do jornal *Diario do Porto* (Porto, 1912), cujo tema versava a teoria de perseguição dirigida à Igreja Católica e que vinha sendo efectivada pela sua imprensa. Tendo como contexto as acções e os efeitos da aplicação da Lei da Separação do Estado

---

<sup>190</sup> *Republica e Religião*, in *Echos do Minho*, 3 de Agosto de 1911, ano I, n.º 59, p. 1.

<sup>191</sup> Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 278.

<sup>192</sup> João Franco Monteiro, *A situação religiosa*, in *A Nação*, 9 de Janeiro de 1912, ano LXV, n.º 15:323, p.

1.

<sup>193</sup> Idem, *ibidem*.

das Igrejas, no editorial assinado por L. A., era defendido que «(...) o conflito aberto entre o Estado e a Igreja há-de ter um termo, e o poder civil não está seguro de alcançar a victoria, que pretende impor á consciência catholica a lei da separação...»<sup>194</sup>.

Na imprensa católica mantinha-se viva a acusação ao regime republicano de perseguir constantemente a Igreja, e defendia que esta não era, de todo, hostil ao novo regime. Assim era defendido no editorial d' *A Nação*, de 26 de Julho de 1912. Nele, o articulista A. de F., asseverava que «(...) a Igreja não conspira, não se socorre de meios violentos»<sup>195</sup>. Semanas depois, em 18 de Agosto, *A Nação* retomava o tema do conflito, a propósito do comentário a uma carta que os arcebispos de Baltimore, de Boston e de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, dirigiram ao patriarcado de Lisboa. Nessa missiva, os arcebispos norte-americanos davam conta da indignação que sentiam pelo estado a que a Igreja portuguesa estava a ser sujeita pela República. *A Nação* reforçava a repulsa pelos republicanos em geral, e acusava-os de quererem promover o progresso de Portugal à custa do afastamento da Igreja. O periódico considerava que esta era a base essencial do país e que, face à postura em quererem afastar Deus e a Igreja da sociedade portuguesa, os republicanos, sendo os que estavam no poder, ou não, eram «(...) liberaes para os do seu credo, usando para os outros da perseguição, da espoliação e até do limite da liberdade de escrever...»<sup>196</sup>.

O conflito entre o Estado e a Igreja Católica era percepcionado, pois, no formato de perseguições. E se algumas foram bem visíveis desde os primeiros dias do novo regime<sup>197</sup>, ao fim de dois anos de República o conflito entre ambas as instituições ainda lhe concedia honras de editorial na imprensa católica. A. de F., ilustre colaborador d' *A Nação* atestava a tristeza e a amargura que se sentia no país a propósito do que denominava por «(...) descalabro religioso»<sup>198</sup>. No final desse ano de 1912, aquele mesmo colaborador d' *A Nação* reforçava o clima de conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica. Os dois artigos de fundo referenciados desenvolviam-se tendo como ponto de partida umas certas cartas atribuídas ao punho do presidente da República,

---

<sup>194</sup> L. A., *Loucos, perseguis, mas não vanceis*, in *Echos do Minho*, 28 de Janeiro de 1912, ano I, n.º 109, p. 1.

<sup>195</sup> A. de F., *Não se confunda!*, in *A Nação*, 26 de Julho de 1912, ano LXV, n.º 15:488, p. 1.

<sup>196</sup> João Franco Monteiro, *Uma mensagem*, in *A Nação*, 18 de Agosto de 1912, ano LXV, n.º 15:507, p. 1.

<sup>197</sup> Os conflitos rapidamente assumiram contornos de perseguições. No próprio dia da instauração da República (5 de Outubro de 1910) a Casa dos Religiosos Lazaristas em Arroios, Lisboa, foi invadida por um grupo de republicanos, dois padres foram assassinados e outros acabaram simplesmente insultados e agredidos. E outras perseguições aconteceram nos dias seguintes, ficando demonstrada a ira anticlerical que grassava na “rua republicana”. Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 28.

<sup>198</sup> A. de F., *Tristezas*, in *A Nação*, 27 de Outubro de 1912, ano LXV, n.º 15:566, p. 1.

Manuel de Arriaga. Alegadamente nessas cartas era realizado um conjunto de apreciações a propósito da Lei da Separação, que fora apresentada em 20 de Abril de 1911, e também à Constituição da República<sup>199</sup>. *A Nação* defendia que, nelas, o presidente da República teria alegadamente promovido ataques à Igreja Católica. O diário da capital afirmava que Manuel de Arriaga deveria compreender que «(...) lhe está absolutamente vedada toda a polémica, toda a linguagem de combate, mormente quando, em documento official, fala na sua qualidade de Presidente. A que vem, pois, as suas insulsas cogitações contra a Egreja?»<sup>200</sup>.

O tema da conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica retomou as honras do editorial, na última semana de Abril de 1913. Decorriam as celebrações do segundo aniversário da Lei da Separação, promovidas pelo Governo. Ainda que directo e até mordaz, o discurso d' *A Nação* era previsível: direccionava-se para a defesa dos interesses da Igreja Católica, salvaguardando sempre a sua ligação política ao legitimismo. Ainda assim, esse mesmo discurso evidenciava a permanência de um clima de conflitualidade existente entre o Estado republicano e a Igreja. O diário da capital asseverava que «(...) todos os de bom senso e são criterio (...) descortinam quanto ha de perigoso e de incongruente n' esta teimosa guerra á religião catholica, affrontando a consciencia de quatro milhões de portuguezes, que se revoltam intimamente, perante as prepotencias de uma minoria, que apens tem a recommendál-a a audacia e o indomavel atrevimento»<sup>201</sup>. O articulista defendia que a postura do regime republicano, ao atacar as instituições da Igreja e ao perseguir os seus membros, era contrária às doutrinas defendidas pelo próprio republicanismo. Assim, à imagem do que já denunciara em outras ocasiões, o jornal de Lisboa confirmava que os governantes procuravam «(...) satisfazer as pretenções do bando, sem nenhuma attenção séria á conveniência publica...»<sup>202</sup>. Naturalmente, nesta, os editoriais da imprensa católica apresentada analisavam, como em outras ocasiões, a questão da conflitualidade entre o Estado e a Igreja Católica de uma forma algo superficial e, a espaços, demonstravam grande parcialidade na apresentação e discussão dos temas. Tal confirma-se quando os editoriais apresentavam temas mais concretos, como os que abordaremos em seguida.

---

<sup>199</sup> Cf. A. de F., *O indulto ... em projecto: duas curiosas cartas*, in *A Nação*, 27 de Dezembro de 1912, ano LXV, n.º 15:615, p. 1.

<sup>200</sup> A. de F., *Ainda as cartas*, in *A Nação*, 28 de Dezembro de 1912, ano LXV, n.º 15:616, p. 1.

<sup>201</sup> B. M., *A festa de domingo*, in *A Nação*, 22 de Abril de 1913, ano LXV, n.º 15:709, p. 1.

<sup>202</sup> Idem, *ibidem*.

### 5.5.2. Ensino religioso, divórcio, registo civil, e expulsão do clero

Apesar de temas como o ensino religioso, o divórcio, o registo civil, ou a expulsão do clero constituírem parcelas válidas do problema com que a Igreja Católica se debatia, desde a instauração da República, constatámos que os títulos da imprensa católica, analisados neste primeiro subperíodo (1911-1913), não lhes consagraram muitos editoriais. Tal não significa, necessariamente, que quer o *Echos do Minho*, quer *A Nação* olvidassem estes assuntos, ou mesmo os relegassem para um segundo plano, mas incluíamo-nos na análise política que, como já afirmámos, constituía quase a globalidade dos editoriais apresentados por ambos os periódicos.

No caso específico do primeiro tema – o ensino religioso – podemos afirmar que ele originou um feroz combate entre as linhas de acção republicana e religiosa<sup>203</sup>. Os governantes republicanos defendiam que a escola era a principal fonte para a obtenção da educação<sup>204</sup>. Apenas a escola é que «(...) poderia formar o cidadão emancipado, num processo síntono com a radicação e construção da própria República (e com a consumação plena da ideia de Nação e de humanidade)»<sup>205</sup>. Ou seja, só uma correcta educação republicana é que poderia colocar o indivíduo no caminho correcto do progresso. Por essa razão, os políticos que faziam parte do Governo Provisório – auto-denominados livres-pensadores<sup>206</sup> – rapidamente encetaram um conjunto de medidas que visavam obter o controlo da educação, concretizada na abolição do ensino religioso das escolas primárias e das escolas normais, pelo decreto de 22 de Outubro de 1910. Nesse sentido, ao aplicar e «ao defender o ensino obrigatório, gratuito e laico, o republicanismo entrosava o processo de democratização na separação entre a escola e a Igreja, pois que a escola confessional ia contra os direitos dos educandos e contra a liberdade de consciência»<sup>207</sup>. Esta medida republicana era a concretização de mais uma posição radical contra a Igreja, traduzindo-se no fecho das escolas religiosas privadas, já depois da extinção das ordens religiosas, pelo decreto de 8 de Outubro de 1910. O plano educativo do Governo Provisório, consubstanciado no exemplo francês, era a aplicação

---

<sup>203</sup> Sobre a controvérsia que se realizou entre republicanos e católicos em redor do ensino durante a Primeira República, ver: MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*pp. 497-542.

<sup>204</sup> Ver o que é referido sobre a escola laica e a separação da escola da influência da Igreja em Portugal em: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*pp. 237-255.

<sup>205</sup> Idem, p. 286.

<sup>206</sup> Sobre o livre-pensamento e os livres-pensadores cf. CATROGA, Fernando – *O livre-pensamento contra a Igreja...*pp. 255-354.

<sup>207</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*pp. 500-501.

do laicismo republicano contra a escola confessional<sup>208</sup>, visando a perda da influência social e religiosa da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Mais tarde, esta actuação acabaria por provar que a expulsão das ordens religiosas contribuiu para que o ensino em Portugal permanecesse estagnado das acções educativa, espiritual e social, então promovidas pelo ensino religioso<sup>209</sup>.

Já a posição da Igreja Católica, relativamente ao ensino religioso, era a antítese da posição assumida pelos governantes republicanos. Para a Igreja, o ensino não poderia ser simplesmente neutral, pois na sua opinião isso representava, em rigor, um ensino laico e até potencialmente anticatólico. Dessa forma, as correntes mais próximas da Igreja combateram essa ideia e asseveraram que não era possível «(...) que se pudesse ministrar uma educação moral às crianças sem um suporte de crenças e princípios religiosos»<sup>210</sup>. A imprensa católica assumia o papel que lhe competia, e colocava-se em defesa do ensino religioso. O diário *A Nação* transportou esse tema para editorial, nos primeiros dias de Abril de 1913. Procedendo a uma análise de alguns artigos da Constituição sobre esse tema, o periódico advertia para o facto de o ensino religioso poder ser ministrado nos colégios particulares. Tal opinião era sustentada no programa republicano do directório, de 11 de Janeiro de 1891<sup>211</sup>, que determinava o ensino elementar obrigatório, secular e gratuito. Com efeito, A. de F., o autor do editorial d' *A Nação*, asseverava que, dessa forma, «(...) prescreve-se, pois, a secularização, mas do ensino público, visto que se diz *secular e gratuito*, – e o ensino dos collegios não é evidentemente gratuito»<sup>212</sup>. Mas o governo republicano não entendia o seu programa da mesma forma, e encerrou os colégios particulares e expulsou os religiosos, depois de interrogados e até detidos. Muitos desses religiosos continuaram a ministrar um ensino cristão católico em colégios no estrangeiro, sobretudo em Espanha, Bélgica, Suíça, e Brasil<sup>213</sup>. A atitude persecutória das autoridades republicanas estimulava ainda mais as críticas da imprensa católica. *A Nação* reiterava que essa postura do Governo

---

<sup>208</sup> Cf. Idem, pp. 504-513.

<sup>209</sup> Cf. FRANCO, José Eduardo – Ensino. IV. Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. C-I (III), p. 127.

<sup>210</sup> Idem, p. 444.

<sup>211</sup> Podemos confirmar as principais ideias do programa republicano de 1891 em: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...* pp. 57-60.

<sup>212</sup> A. de F., *Ensino religioso*, in *A Nação*, 4 de Abril de 1913, ano LXVI, n.º 15:694, p. 1.

<sup>213</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* pp. 531-535.

significava estar-se «(...) em presença de mais de que uma corrente de perseguição violenta, em presença d' uma verdadeira crise de loucura e de phobia anti-religiosa»<sup>214</sup>.

O tema do ensino religioso também foi abordado pelo *Echos do Minho*, pelo menos uma vez, em Agosto de 1913. O jornal bracarense também era contra a laicização do ensino e defendia que «(...) uma escola nunca poderá ser um lugar agenciado em que uma pobre criança se bestifique com a aridez do chamado ensino laico»<sup>215</sup>. Esta ideia era avançada a partir de um artigo de Arthur James Balfour (1848-1930), antigo primeiro-ministro inglês, na revista *National Society*, de Inglaterra. Aquele político defendia que os perigos da educação laica existiam, e eram conhecidos por todos. Nesse sentido, o jornal de Braga aproveitava as declarações de Balfour para sustentar uma sua, afirmando que «(...) a divisão entre a instrução religiosa e a secular é fundamentalmente errónea»<sup>216</sup>. Ficava patente que a acção governativa republicana sobre o ensino provocara um largo debate, e este estaria para durar. Essa discussão também serviu para definir posições. Aplicando as suas ideias na questão do ensino, os republicanos esclareceram qual o papel que estava destinado à Igreja Católica nesse processo, bem como a forma como as instituições ligadas àquela poderiam organizar-se. Isso verificou-se, em especial, ao nível dos seminários. Apesar de os periódicos católicos apontados não abordarem a questão especificamente nos seus editoriais, não podemos deixar de referir algumas ideias que estiveram em consonância com a visão dos republicanos sobre o ensino e a formação do clero. Concerteza, quer *A Nação* quer o *Echos do Minho* defendiam, para o ensino eclesiástico, as mesmas matrizes defendidas para o ensino religioso nas escolas públicas.

Como acontecera no ensino público, a postura republicana sobre o ensino eclesiástico seguira as orientações liberais. A velha tradição regalista manteve-se, e foi efectivado o controlo do ensino nos seminários. Mas a acção do Governo foi mais audaz, tanto que «a concepção negativista acerca do ensino ministrado nas escolas de carácter confessional radicalizava-se ainda mais ao incidir sobre os seminários»<sup>217</sup>. Com efeito, os republicanos vigiaram e controlaram os seminários, reservando para si «(...) o direito de interferir na vida dos seminários, nomeando professores e aprovando os livros

---

<sup>214</sup> A. de F., *Ensino religioso*, in *A Nação*, 4 de Abril de 1913, ano LXVI, n.º 15:694, p. 1.

<sup>215</sup> *O ensino religioso é a base da educação*, in *Echos do Minho*, 7 de Agosto de 1913, ano I, n.º 267, p. 1.

<sup>216</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>217</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 535.

de texto»<sup>218</sup>, em consonância com a lei de 31 de Dezembro de 1910, que também determinava a expulsão de todos os membros religiosos que leccionavam nas escolas públicas. Esta acção tenaz sobre os seminários era, de resto, a concretização da reserva que os líderes republicanos tinham sobre aqueles espaços. De facto, era conhecida a influência que os seminários e o seu pessoal tinham na sociedade portuguesa, em especial nos meios rurais. E nesse sentido, os republicanos – primeiramente no Governo Provisório e depois nos diversos governos deste primeiro subperíodo (1911-1913) – tudo fizeram para conseguir afastar o ensino religioso e a crença em Deus das escolas, laicizando o ensino nas escolas públicas, e amputando decididamente o ensino eclesiástico transmitido nos seminários com as restrições a eles aplicadas.

O divórcio era uma questão maldita para a Igreja Católica, e já era um tema polémico ainda mesmo de ter sido apresentado e aplicado pelos políticos republicanos, em 3 de Novembro de 1910. A imprensa católica promoveu, sobre este tema, um acesso debate. No caso específico da imprensa católica analisada neste primeiro subperíodo, confirmámos que, apesar da polémica que este tema gerou, o divórcio não foi profusamente analisado nos editoriais daqueles dois periódicos. Uma das razões poderá encontrar-se no facto de iniciarmos a análise a ambos os títulos apenas em Janeiro de 1911, semanas antes do fim do jornal *A Palavra*, o marco inicial do presente trabalho, isto é, cerca de dois meses depois de aquela lei ter sido promulgada. Apenas por uma ocasião é que o tema foi apresentado em editorial. Aconteceu com o *Echos do Minho*, de 29 de Janeiro de 1911: abordou a questão da indissolubilidade do casamento, e a defesa do casamento religioso<sup>219</sup>.

Mais do que simplesmente rejeitar a indissolubilidade do casamento, defendida pela Igreja Católica, a lei republicana retirava a Igreja daquele processo, que passou a consistir num mero contrato civil entre duas pessoas de sexo diferente, conforme estava atestado nas leis da família, publicadas no dia 25 de Dezembro de 1910<sup>220</sup>. O divórcio ligava-se ao casamento civil<sup>221</sup>, e ambos originariam, doravante, grande controvérsia entre os dois sectores opostos. De um lado, estava o governo republicano que defendia a secularização do casamento, como parte integrante da própria secularização da

---

<sup>218</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – Seminário. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d, vol. V, p. 530.

<sup>219</sup> *O divórcio*, in *Echos do Minho*, 29 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 7, p. 1.

<sup>220</sup> NETO, Vítor – A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 133.

<sup>221</sup> Sobre a questão do divórcio integrada na questão do casamento civil ver: MOURA, Maria Lúcia de Brito – A «Guerra Religiosa» na I República...pp. 463-468.

sociedade portuguesa. Do outro, estava a Igreja Católica que não admitia o casamento civil, temendo que este pudesse levar à perversão dos costumes católicos, à desestruturação da família, e mesmo à desordem social. No mesmo sentido, a secularização do casamento contrariava os dogmas implementados pela Igreja, e tal significava a perda de importância ao nível do controlo social que aquela instituição desejava manter sobre os portugueses. A verdade é que a disputa acerca do casamento civil e do divórcio era secular, e vinha já desde a Monarquia Constitucional<sup>222</sup>. Os defensores nacionais, da época, da secularização do casamento – como foram, entre outros, Alexandre Herculano (1810-1877) e Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886) – tinham, sobre este processo, uma visão regalista e defendiam a intervenção do Estado. Mas tal opinião, legalizada com o Código Civil de 1867, que previa a consagração do casamento civil, não foi bem recebida pela Igreja Católica «(...) que definia o matrimónio como um sacramento e como uma união indissolúvel...»<sup>223</sup>. Em termos práticos, a possibilidade do casamento civil limitava-se, sobretudo, à população urbana. Da mesma forma que acontecera durante a Monarquia Constitucional, o casamento da população rural, fora da igreja, também ganharia poucos adeptos na República, preferindo aquela o casamento religioso. Se por um lado a hegemonia da Igreja Católica constituía um obstáculo ideológico importante nas populações rurais, por outro, o desconhecimento das novas leis e o desinteresse pela política nacional também eram factos de grande relevância nesse processo<sup>224</sup>.

As defesas do casamento civil e do divórcio faziam parte do programa político do Partido Republicano Português de 1891<sup>225</sup>, que seguiu o exemplo francês<sup>226</sup>. Até à instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, o tema do divórcio fizera parte da campanha republicana, sobretudo a partir de 1900. Nesse ano, um antigo deputado do Partido Progressista, Duarte Gustavo Roboredo de Sampaio e Mello, apresentara um projecto-lei que nunca chegaria a ser discutido. Anos mais tarde, em 1908, o tema voltaria à discussão no Parlamento. Mas foi apenas em 1910 que o divórcio recuperou a

---

<sup>222</sup> Podemos confirmar as principais ideias do processo do casamento civil e do divórcio, desde a Monarquia Constitucional, em: NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* pp. 234-245.

<sup>223</sup> Idem, p. 236.

<sup>224</sup> Cf. Idem, pp. 241-242.

<sup>225</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...* pp. 57-60.

<sup>226</sup> A lei do divórcio foi implementada em França, em 14 de Setembro de 1792, após a Revolução Francesa de 1789. Essa foi suprimida em 8 de Maio de 1816, por Napoleão Bonaparte, mas foi restabelecida em 19 de Julho de 1884. Cf. LEITE, A. – Divórcio. In *Dicionário de História Religiosa*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 79-81.

importância que tivera anteriormente, com a aplicação dessa lei, em 3 de Novembro. A legalização do divórcio foi aproveitada, sobretudo, pelos portugueses que já viviam em separação efectiva<sup>227</sup>. No fim do primeiro ano da República «(...) havia 2658 divorciados, quase tantos como as pessoas que estavam separadas judicialmente em 1900»<sup>228</sup>. Tais números indicavam uma reduzida percentagem, quando comparadas com os números das pessoas que, de acordo com os dados de 1910, estavam casadas (1 971 641 pessoas) e que eram solteiras (3 620 121 pessoas)<sup>229</sup>. Apesar desses números, os governantes da República mantiveram o plano que vinham traçando desde Outubro de 1910, e a questão do divórcio ganhou uma nova importância no início do ano de 1911. Cedo ficou a certeza que «(...) as leis do divórcio e do casamento, pelas inquietações que levantavam, preparavam já os católicos para a lei do registo civil»<sup>230</sup>.

A lei do registo civil foi apresentada em 18 de Fevereiro de 1911. Era mais uma iniciativa republicana que promovia o fim do regime concordatário, que vigorava desde o regime monárquico-constitucional. Esta lei assegurava o carácter obrigatório para toda a população residente em Portugal. Para os republicanos, esse era o «(...) único modo de o Estado deter a gestão directa do movimento demográfico dos seus próprios cidadãos e de subordinar a expressão religiosa à sua prioritária dimensão cívica...»<sup>231</sup>. O registo civil, com carácter obrigatório, fora um dos princípios basilares do programa político dos republicanos, e desde o final da década de 1870 aquele tema começou a fazer parte do discurso de propaganda republicana, sobretudo com o desenvolvimento de associações de livres-pensadores. Em 1876, do estímulo destes grupos nasceu o mais importante e marcante agrupamento do género: a Associação Promotora do Registo Civil, que foi reorganizada em 1895. Por essa altura, a luta anticlerical era grande, e no seguimento da instauração da República a aplicação da lei do registo civil tornar-se-ia inevitável. Mais do que uma simples questão de ordem burocrática e de controlo demográfico da população, o registo civil obrigatório foi um marco essencial da acção republicana. Foi defendido pelos líderes republicanos como sendo fundamental para efectivar a mudança cultural pretendida. Mas os católicos mais conservadores olharam para aquela lei com grande apreensão, e os mais combativos viram mesmo ali uma parte do que apelidariam de perseguição republicana à Igreja.

---

<sup>227</sup> Cf. RAMOS, Rui – A Cultura Republicana. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* p. 410.

<sup>228</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>229</sup> Cf. VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920)*...p. 216.

<sup>230</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República*...p. 466.

<sup>231</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal*...p. 209.

Durante as primeiras semanas de 1911, quer o *Echos do Minho* quer *A Nação* apresentaram vários editoriais subordinados a esse tema fracturante da sociedade portuguesa. Logo no dia 12 de Fevereiro de 1911, seis dias antes de a lei ser promulgada, o *Echos do Minho* confessava que «(...) tem feito sobressaltar os catholicos portuguezes pelo receio que elle [registo civil] venha a ser no futuro»<sup>232</sup>. Como sucedera com as leis anteriores, a lei do registo civil era uma questão que assumia um carácter revolucionário, que excluía a Igreja Católica de um aspecto central da vida humana, pondo em causa estava o controlo social que até então esta vinha efectuando. Apesar de o registo civil ter sido já instituído, pelo decreto-lei de 16 de Maio de 1832, na prática ele não produzia qualquer efeito<sup>233</sup>. Os portugueses mantinham a tradição de se dirigirem ao padre da sua paróquia, para aí procederem aos registos de baptismo, de casamento, e de óbito. Eram, pois, as paróquias que detinham os respectivos livros de assentos, e tal significava que os padres possuíam o controlo social da população residente nos limites das suas paróquias. Mas com o carácter obrigatório do registo civil, e o registo facultativo das cerimónias religiosas correspondentes, a situação alterava-se profundamente. Preocupava-se, assim, a hierarquia eclesiástica, e tal preocupação era expressa na imprensa que lhe era afecta. Ainda sem uma correcta noção do que seria a lei do registo civil, o articulista do jornal de Braga aproveitava para lançar uma sugestão ao Governo Provisório: «(...) se o cidadão é obrigado a registar o nascimento de uma creança perante o funcionario civil que lhe seja concedida também a liberdade de (...) a fazer baptisar e registar perante o ministro da sua religião segundo o exigir a sua crença»<sup>234</sup>.

Três dias depois da entrada em vigor da nova lei, *A Nação* publicava a sua visão sobre o registo civil obrigatório, num editorial assinado por João Franco Monteiro. Este referia com objectividade, mas subentendendo algum desprezo pela medida, que «(...) d'aqui para o futuro o cidadão portuguez não tem de recorrer ao padre nos principaes acontecimentos da sua vida, desde o berço até á tumba»<sup>235</sup>. De qualquer forma, o jornalista não aceitava a obrigatoriedade do registo civil, acusava-a de ser imprudente, ao mesmo tempo que asseverava que a acção do padre nas celebrações do baptismo, do casamento, e do funeral, não interferiam nem prejudicavam «(...) o andamento e

---

<sup>232</sup> *Registo Civil*, in *Echos do Minho*, 12 de Fevereiro de 1911, ano I, n.º 11, p. 1.

<sup>233</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* p. 459.

<sup>234</sup> *Registo Civil*, in *Echos do Minho*, 12 de Fevereiro de 1911, ano I, n.º 11, p. 1.

<sup>235</sup> João Franco Monteiro, *A lei do registo civil*, in *A Nação*, 21 de Fevereiro de 1911, ano LXIV, n.º 15:062, p. 1.

progresso da republica»<sup>236</sup>. A imprensa católica, pela voz do *Echos do Minho*, refutava a obrigatoriedade do registo civil e a determinação de que o registo religioso – que era a única forma de registo em muitas localidades, em especial na província – passasse a ter um carácter facultativo. Caso o registo religioso fosse realizado, por exemplo, baptizando uma criança, este só poderia vir a ser feito depois de se proceder ao registo civil. Perante esta realidade, o *Echos do Minho* assegurava que o pedido de autorização por parte de um clérigo a uma autoridade administrativa iria dificultar o «(...) cumprimento de um dever religioso e, em certo modo, coarctar a liberdade de pensamento e de convicções...»<sup>237</sup>. A imprensa católica desejava, com este discurso, renovar o seu voto contrário à aplicação da lei do registo civil, e transmitir a ideia de uma dificuldade de comunicação existente neste processo. Com efeito, entre os católicos mais combativos havia a nítida impressão, senão mesmo a certeza que «(...) os militantes do Registo Civil eram os primeiros a alimentar no seio das populações a confusão entre o registo civil e a cerimónia religiosa»<sup>238</sup>, e os atrasos na entrega da documentação dos serviços de registo civil para as paróquias eram frequentes, assim como era também comum a hostilidade de padres contra o registo civil<sup>239</sup>.

A expulsão de alguns membros do clero foi o culminar da acção política republicana que, a vários níveis, tinha como objectivo o fim da interferência da Igreja Católica na sociedade portuguesa. A luta anticlerical dos sectores republicanos mais radicais começou cedo, logo na manhã de 5 de Outubro de 1910, com os primeiros ataques a ocorrerem em Arroios, Lisboa, na casa dos religiosos lazaristas, onde foram registadas agressões e mesmo assassinatos<sup>240</sup>. A ofensiva republicana contra alvos católicos – sobretudo padres e membros de diversas ordens religiosas – rapidamente ultrapassou os limites da capital, chegou a Almada e Setúbal, e estendeu-se à província, mais para o interior norte, atingindo locais onde o peso das comunidades religiosas era significativo, como eram os casos de Braga, de Guimarães, e da Póvoa de Varzim. As perseguições a membros do clero, em especial aos jesuítas, foram comuns, mantendo um ritmo constante nos últimos meses desse ano. Muitas delas resultaram em agressões e em prisões sumárias, e muitos religiosos foram expulsos do país. Tais investidas da “rua republicana” acabariam por provocar a fuga de muitos religiosos, que só

---

<sup>236</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>237</sup> *Registo Civil*, in *Echos do Minho*, 23 de Fevereiro de 1911, ano I, n.º 14, p. 1.

<sup>238</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 469.

<sup>239</sup> Cf. Idem, pp. 469-479.

<sup>240</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 28.

encontraram a segurança do lado de lá da fronteira, em especial na Bélgica e em Espanha, onde fundavam novos colégios<sup>241</sup>.

No início de 1911, os ataques a religiosos ainda faziam as manchetes da imprensa católica. No caso específico do *Echos do Minho*, que abordou este tema em mais editoriais do que *A Nação*, foi notório, numa primeira fase, o pedido de harmonia entre o Estado e a Igreja, entre os governantes republicanos e os sectores católicos. No editorial de 9 de Março, a propósito dos últimos acontecimentos em redor dos ataques a alguns membros do clero, o bissemanário de Braga realçava a missão social dos padres, em especial a do clero paroquial, confirmando que as prisões de que eram alvo os padres e a atitude persecutória do Governo Provisório (GP) evidenciavam que «(...) a missão do clero parochial no nosso paiz, tem um grande alcance social entre a vida dos povos»<sup>242</sup>. Isto é, mais do que atacar deliberadamente o GP, e assumir a sua parte no plano da teoria da perseguição à Igreja, que vinha sendo fomentada pela imprensa católica, o *Echos do Minho* preferia reforçar o papel social que a Igreja possuía. Dessa forma, a imprensa católica poderia cativar mais adeptos para a sua causa, passando a ideia, em informação escrita, que tinha o poder que era reconhecido, que a acção da Igreja Católica era importante e até fundamental para a correcta coesão social da sociedade, sobretudo através da transmissão de valores e de conceitos cristãos, que era apoiada na presença secular do catolicismo em Portugal.

No número seguinte, o *Echos do Minho* endureceu as suas críticas ao Governo, a propósito da prisão decretada a D. António Barroso, bispo do Porto, por contrariar as leis da República. Eram os primeiros dias de Março de 1911. Os bispos portugueses vinham contrariando o Governo Provisório, intimando os seus párocos a procederem à leitura nas missas da Pastoral Colectiva do Episcopado Português, dirigida ao clero e aos fiéis nacionais, datada de 24 de Dezembro de 1910. Tal leitura fora proibida pelos governantes republicanos, uma vez que haviam negado o beneplácito do documento. Nesse sentido, para impedir quaisquer infracções ao que era estabelecido, o ministro da Justiça Afonso Costa «(...) determinou a detenção de qualquer pessoa, padre ou não, que fizesse a leitura da pastoral ou que produzisse comentários públicos sobre a mesma»<sup>243</sup>. Este era um sinal de demonstração de poder por parte do Governo. O bispo do Porto não acatou as ordens transmitidas por Afonso Costa às autoridades civis e

---

<sup>241</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>242</sup> *O Clero e os ultimos acontecimentos*, in *Echos do Minho*, 9 de Março de 1911, ano I, n.º 18, p. 1.

<sup>243</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 43.

repetidas aos bispos, e tratou de intimar os seus próprios párocos para procederem à leitura da Pastoral Colectiva. A acção de D. António Barroso fundamentava-se na ideia que seria avançada pelo *Echos do Minho*, no dia 16 de Março. No editorial desse dia, o jornal bracarense afirmava que, embora o pároco fosse um funcionário do Estado, isso não invalidava que deixasse de «(...) ser o que é, sobretudo: o ministro da Religião, o representante do seu Prelado...»<sup>244</sup>. Por outro lado, o beneplácito era uma instituição própria do regalismo monárquico e não se coadunava com o princípio da separação que se pretendia desenvolver.

Efectivamente, as razões de D. António Barroso não foram aceites por Afonso Costa, que determinou a detenção daquele prelado. Depois de chegar a Lisboa e seguir para o Ministério da Justiça, «(...) exposto às vaias da multidão por essas ruas de Lisboa...»<sup>245</sup>, sobretudo na baixa pombalina, o bispo do Porto foi interrogado por Afonso Costa. Em 7 de Março desse ano, D. António Barroso acabou por ser destituído formalmente das suas funções, e desterrado para longe da sua diocese. Do ministério da Justiça sairia uma determinação, dando conta ao cabido e ao colégio episcopal da diocese do Porto que procedessem como se o bispo tivesse falecido<sup>246</sup>.

Após o mediatismo produzido pelo desterro de D. António Barroso, que fez correr muita tinta na imprensa católica, o Governo Provisório voltou a sua atenção para os sacerdotes, e encetou uma larga amnistia a todos aqueles que antes se mostraram avessos à República, no fundo, era uma forma de os procurar controlar com recurso à intimidação e ao medo, desde que daí para a frente se comprometessem a não questionar as disposições do Governo, mesmo que recebessem ordens contrárias dos seus prelados.

O tema da expulsão dos bispos foi retomado com grande vigor no início de 1912. O *Echos do Minho* – num longo editorial transcrito do periódico *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919) – começava por confirmar que a expulsão dos bispos das suas dioceses representava «(...) uma afronta, e porventura uma provocação á consciencia catholica»<sup>247</sup>. Mais à frente, o jornal de Braga, partindo das indicações do mesmo *Correio da Beira*, asseverava que os direitos dos católicos vinham continuamente a ser agravados, algo que até já suscitara a revolta de muitos republicanos. Ao mesmo tempo, os republicanos eram acusados de estarem desnorteados e de não saberem para

---

<sup>244</sup> *A Classe Parochial e o Estado*, in *Echos do Minho*, 16 de Março de 1911, ano I, n.º 20, p. 1.

<sup>245</sup> A. de F., *O Bispo do Porto*, in *A Nação*, 8 de Março de 1911, ano LXIV, n.º 15:074, p. 1.

<sup>246</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 44.

<sup>247</sup> Do “*Correio da Beira*”, *Prelados expulsos das dioceses*, in *Echos do Minho*, 4 de Janeiro de 1912, ano I, n.º 102, p. 1.

onde seguiam, pois, por andarem «(...) cegos pelo fanatismo anti-clerical, nem sequer pensam nas inevitáveis consequências dos seus actos»<sup>248</sup>. O *Echos do Minho* manifestava a sua confiança no trabalho dos bispos, e afirmava que «(...) fóra das suas dioceses, e mesmo nas prisões ou no exílio se a tanto o governo quizer chegar, elles [bispos] continuarão a ser os chefes espirituales das suas dioceses, a governar as consciencias catholicas...»<sup>249</sup>.

À expulsão dos prelados seguiam-se as manifestações populares de apoio, antes da partida de cada um dos bispos para o exílio interno<sup>250</sup>. Apesar das medidas repressivas e intimidatórias do Governo, essas manifestações de apoio sucederam um pouco por todo o país. Uma delas aconteceu em Lisboa, às portas da igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora, no primeiro dia desse ano. D. António Mendes Belo, patriarca de Lisboa (1907-1929), havia recebido ordem de expulsão. Nesse dia, juntaram-se cerca de seis mil católicos, em sinal de apoio, junto à residência daquele prelado. Em antítese, um grande número de pessoas – muitos seriam, por certo, verdadeiros adeptos republicanos – invadiu o paço episcopal, e a polícia teve de intervir, expulsando os manifestantes que se mantiveram à porta das instalações. Uma outra manifestação sucedeu em Viseu, no final de Janeiro, face à ordem de desterro decretada ao bispo D. António Alves Ferreira (1911-1927). Nos dias que antecederam a expulsão do bispo, datada para suceder em 19 de Janeiro, vários milhares de pessoas ter-se-ão deslocado ao paço episcopal, então situado no Parque do Fontelo, a fim de manifestarem a sua solidariedade ao prelado. A saída de D. Alves Ferreira estava agendada para as duas horas da tarde, mas as autoridades locais entenderam antecipar essa partida em quatro horas. Assim, na manhã de 19 de Janeiro, o bispo foi intimado a abandonar o paço episcopal e a diocese ainda antes das dez horas. Porém, tal mudança no horário de partida não impediu a realização de uma última manifestação de apoio a D. Alves Ferreira que seguiu para a localidade de Valhascos, no concelho de Sardoal. Mais tarde, D. Alves Ferreira acabaria por se fixar na vila de Fornos de Algodres, um outro ponto da diocese de Viseu, mas que pertencia ao distrito da Guarda, desenvolvendo a partir daí a sua acção pastoral. Até ao final desse ano de 1912, todos os prelados estariam desterrados das respectivas dioceses, mas, na sua maioria, vivendo no país.

---

<sup>248</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>249</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>250</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – A «Guerra Religiosa» na I República...pp. 324-327.

O tema da expulsão do clero retomou a primazia dos editoriais do *Echos do Minho* em Maio de 1912. Por essa altura, o jornal de Braga asseverava que o Governo continuava a intimar os padres que manifestassem publicamente a sua oposição à República, acenando-lhes com uma portaria de expulsão. O periódico assegurava, igualmente, que o exílio dos padres e dos bispos não contava com o apoio popular e testemunhava essa realidade com «(...) as manifestações de sympathia com que o povo (...) tem acompanhado e despedido os seus exilados pastores. Essa sim, é a genuína vontade nacional»<sup>251</sup>.

### 5.5.3. O olhar sobre a Lei da Separação: da aplicação aos prejuízos

Em meados de Fevereiro de 1911, correu a notícia que estaria para breve a apresentação da Lei da Separação do Estado das Igrejas<sup>252</sup>, algo que se efectivou algumas semanas mais tarde, em 20 de Abril. Ainda antes de nascer, aquele documento já era célebre e responsável por verter rios de tinta nas páginas de diversos jornais, em especial republicanos e católicos, que ora apoiavam a medida, ora a desacreditavam. Era certo que tal diploma não seria, como não foi, indiferente a ninguém. Os governantes republicanos acicatavam, na sua imprensa, a necessidade de uma verdadeira Lei da Separação “à portuguesa”<sup>253</sup>. A Constituição de 1911 daria «(...) uma nova legitimidade à separação que surgia como uma consequência do princípio da liberdade de consciência»<sup>254</sup>. Mas as desavenças entre os republicanos eram também conhecidas. Na Assembleia Nacional Constituinte, o deputado republicano Eduardo de Abreu (1856-1912), tido como o principal opositor de Afonso Costa nessa questão da Lei da

---

<sup>251</sup> *O exílio dos padres*, in *Echos do Minho*, 16 de Maio de 1912, ano I, n.º 140, p. 1.

<sup>252</sup> Sobre este caso particular, entre muitos autores possíveis, veja-se o seguinte conjunto: SEABRA, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a Lei da Separação de 1911*. Cascais: Principia Editora, Lda., 2009. Veja-se também: PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade. Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011. Veja-se igualmente: MATOS, Luís Salgado de – *A separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2011.

<sup>253</sup> Apesar de Afonso Costa ter defendido que o documento era tipicamente português, alicerçado na realidade nacional, a verdade é que o decreto-lei português tinha marcadamente a influência da Lei da Separação decretada em França, em 1905, redigida pelo livre-pensador Aristide Briand. Esta lei francesa, debatida no Parlamento gaulês, acabou por não ser tão radical quanto a Lei da Separação aplicada em Portugal, que ficou muito afastada da Lei da Separação promovida no Brasil e no México. Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* pp. 90-94. Podemos analisar, a este propósito, um estudo comparativo da relação entre o Estado e a Igreja em Portugal, nos Estados Unidos da América, no México e no Brasil, e apresentado quando o tema fazia parte da agenda global. Cf. BIVAR, Arthur – *A Igreja e o Estado: estudo comparativo da situação criada á Igreja em Portugal, nos Estados Unidos, no Mexico e no Brazil*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense-Editora, 1913.

<sup>254</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 272.

Separação, pretendia que o decreto-lei português seguisse o modelo brasileiro, de 7 de Janeiro de 1890, que, segundo ele próprio, era mais simples e mais moderado<sup>255</sup>. Mas o seu protesto foi silenciado e até o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, teve que intervir para «(...) explicar a posição antijesuítica e anticongreganista do governo...»<sup>256</sup>.

No outro extremo, em antítese à posição da maioria republicana face à Lei da Separação, encontrava-se a Igreja Católica que vivia, então, num ambiente que misturava a expectativa com o receio de forma muito volátil, tanto que se encontravam, na mesma balança, dois tipos de católicos: os que alimentavam a esperança de uma separação justa e exequível promovida pelo Governo, e outros católicos que vinham assistindo às investidas da “rua republicana”<sup>257</sup> e desejavam prolongar uma perspectiva confessional. Foram estes católicos que cedo perceberam que a Lei da Separação era nociva aos católicos e à Igreja. Estes católicos defenderam a ideia de que se estava diante de uma perseguição decretada à Igreja contra a qual havia que reagir, e publicaram na imprensa católica diversos relatos regulares de perseguições e de abusos constantes aos religiosos. Os católicos opinavam, livremente, sobre o decreto de 20 de Abril de 1911, na imprensa que lhe era afectada. Já o vinha fazendo mesmo antes de aquele documento com força de lei entrar em vigor. Mas, naturalmente, havia ideias diferentes entre os católicos, como ficaria demonstrado na imprensa católica.

Nos primeiros dias de Janeiro de 1911, Santos Farinha, um dos padres mais destacados e tradicionalistas do clero de Lisboa, defendera publicamente a separação da Igreja, numa conferência na Sociedade de Geografia, em Lisboa, onde estava presente Afonso Costa, ministro da Justiça. Santos Farinha considerava que a separação de ambas as instituições poderia constituir uma vantagem para a própria Igreja Católica. Este pensamento era alicerçado na ideia de “Igreja livre no Estado livre”, posição defendida no congresso católico de Malines, na Bélgica, em 1863, e anunciada por várias personalidades do movimento católicos, como o conde de Montalembert, o francês Charles Forbes René de Tryon (1810-1870), e também pelo conde de Cavour, o

---

<sup>255</sup> Eduardo de Abreu nasceu em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, em 1856. Licenciou-se e doutorou-se em Medicina, na Universidade de Coimbra, na década de 1880. Foi eleito deputado republicano, ainda antes da instauração da República, e foi um enérgico político. Foi ele quem apresentou o único modelo alternativo à Lei da Separação, na Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, para onde tinha sido eleito como deputado. Faleceu em Braga, em 1912. Sobre o seu modelo alternativo da *Lei da Separação* ver: PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...*pp. 78-84.

<sup>256</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 274.

<sup>257</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 82.

italiano Camillo Benso (1810-1861). Como acontecia entre os republicanos, também no seio dos católicos o tema não era consensual, tanto que alguns outros «(...) temiam uma lei da separação susceptível de dar ao clero uma autoridade perigosa. Preferiam uma Igreja controlada pelo Estado»<sup>258</sup>.

A imprensa católica analisou a polémica relativa à Lei da Separação ainda antes de esta entrar em vigor. A partir da análise particular que efectuámos aos editoriais do *Echos do Minho* e d' *A Nação*, dedicados àquele tema, podemos asseverar o seguinte: o periódico de Braga abordou, especificamente, a Lei da Separação em 15 editoriais, e as acções e efeitos resultantes daquela lei em 24 outros. Já o diário de Lisboa analisou, especificamente, a Lei da Separação em 19 editoriais, e dedicou 61 editoriais à análise das acções e dos efeitos da Separação entre o Estado e a Igreja Católica.

O *Echos do Minho* abordou o tema, pela primeira vez, no seu segundo número, na segunda semana de Janeiro de 1911. Aquela lei, que vinha sendo apregoada pela propaganda republicana como vital para o país, era considerada pelo periódico de Braga como o «(...) elixir redemptor d' esta desmantelada patria portugueza»<sup>259</sup>. O *Echos do Minho* apresentava, desde logo, a sua posição relativamente à República que vigorava desde Outubro de 1910, e em redor da Lei da Separação que estava para vir. O periódico não colocara em causa a legitimidade do novo regime, e asseverava nos termos da tradição do “ralliement” que a Igreja não tinha preferência por qualquer forma de regime político, pois afirmava que «(...) vive com todos os povos onde tenha liberdade»<sup>260</sup>. O jornal bracarense atestava a necessidade de viver em liberdade. Só assim é que o discurso de não intrusão, na forma de governo nacional, é que faria sentido. Só mantendo essa liberdade de actuação é que a Igreja poderia progredir. O *Echos do Minho* defendia a ideia que a separação pura e simples da Igreja do Estado era difícil de conseguir, e aceitava que a existência de portugueses asseguraria a presença daquela instituição em Portugal. Porém, o título minhoto apresentava uma outra ideia, que haveria de alimentar semanas depois: «(...) A sentença de morte proferida á Egreja com a separação, propicia-lhe mais alento á vida»<sup>261</sup>. Com efeito, em 9 de Abril de 1911, escassos onze dias antes da apresentação formal da lei, o jornal bracarense confirmava aquela ideia, iniciando o editorial com uma prévia acusação às três instituições que, no seu entender, constituíam o molde por onde a lei fora alicerçada: a

---

<sup>258</sup> Idem, p. 79.

<sup>259</sup> *Separação da Egreja e do Estado*, in *Echos do Minho*, 12 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 2, p. 1.

<sup>260</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>261</sup> Idem, *ibidem*.

Associação do Registo Civil, a Associação do Livre-Pensamento, e a Maçonaria. Só mais à frente, é que o editorial se tornaria mais explícito, seguindo a lógica do esquema jornalístico então em voga, o da “pirâmide normal”, que apresenta os factos por uma ordem crescente de importância<sup>262</sup>. Era, então, afirmado que «(...) a lei de separação, como se apresenta, vem contrariar a crença dos cidadãos, mas também servirá de estímulo á Igreja para se desenvolver»<sup>263</sup>. Esta última ideia não deixaria de revelar alguma capacidade de antecipação em relação aos efeitos apradoxais da própria lei, pela reacção e capacidade de mobilização dos sectores católicos que se evidenciariam.

Os últimos dias antes da apresentação da Lei da Separação foram vividos com ampla expectativa por parte da imprensa católica. O silêncio de ambos os títulos apresentados neste primeiro subperíodo (*Echos do Minho* e *A Nação*) foi perfeitamente representativo desse estado de espírito. Nesses dias, nenhum editorial tratou a questão da lei, e ambos os títulos analisaram, nos seus artigos de fundo, outros temas nacionais, e também o período da Quaresma. Porém, após a publicação do decreto-lei de 20 de Abril de 1911, o tema recuperou a primazia do editorial. Os sentimentos de expectativa e de apreensão deram lugar à confirmação dos piores cenários equacionados por parte do episcopado nacional que não tinha sido consultado no processo da construção da lei. Fechava-se, assim, um ciclo para a Igreja Católica. O Governo Provisório confrontara os bispos e o país «(...) não com uma “separação”, mas com a “dominação” da Igreja por um Estado hostil»<sup>264</sup>.

A Lei da Separação seria, assim, o clímax de um longo processo republicano que vinha do final do século XIX, e que seguia no sentido da laicização do Estado e da secularização da sociedade. Ao mesmo tempo, representava o ponto alto do processo legiferante do Governo Provisório (GP), que foi repetidamente contestado pela imprensa católica. A acção do GP aplicava, então, a propaganda republicana reformulada e expressa no programa político do Partido Republicano Português, datado do final do século XIX. O decreto-lei que assinalava a separação entre o Estado e as Igrejas «(...) dispunha que a religião católica, apostólica, romana deixava de ser religião de Estado, e que todas as Igrejas ou confissões religiosas eram autorizadas, como

---

<sup>262</sup> Cf. CRATO, Nuno – *A Imprensa...* pp. 133-134.

<sup>263</sup> *A Separação da Igreja e do Estado*, in *Echos do Minho*, 9 de Abril de 1911, ano I, n.º 27, p. 1.

<sup>264</sup> RAMOS, Rui – *A República antes da Guerra (1910-1916)*. In *História de Portugal...*p. 586.

legítimas agremiações particulares, desde que não ofendessem a moral pública, nem os princípios do direito público português»<sup>265</sup>.

A Lei da Separação tornar-se-ia, pela sua amplitude, numa das principais questões da República e um dos seus principais suportes<sup>266</sup>. Cedo aquela lei foi apresentada pelo Governo como uma lei intocável, denominada ao mesmo tempo por republicanos e por católicos – mas com abordagens naturalmente diferentes – como a “intangível republicana”. Esta contava com 196 artigos, divididos em sete capítulos<sup>267</sup>. Este decreto-lei feria de morte a Igreja Católica com muitos dos seus artigos. A lei «(...) tinha um alcance profundo uma vez que laicizava o Estado, funcionarizava o clero, expropriava os bens da Igreja, abria o caminho a uma nova prática regalista e entregava o culto aos cidadãos organizados em corporações próprias»<sup>268</sup>. Estas colectividades eram chamadas de associações culturais<sup>269</sup>, instituições laicas responsáveis pelo culto, e que poderiam ser encabeçadas por pessoas indiferentes à religião, ou mesmo anticlericais. A tomada desta acção vinha em consonância com as já estabelecidas comissões paroquiais, que trataram de substituir as monárquicas juntas de paróquias, e que tantas desavenças haviam provocado entre os párocos e as autoridades republicanas<sup>270</sup>.

O decreto-lei foi visto pelo episcopado como uma fonte «(...) de injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio...»<sup>271</sup> – expressões utilizadas no documento – por assumir, entre outros, o controlo do Estado sobre o corpo eclesiástico, com a determinação das pensões aos padres<sup>272</sup>, e sobre o ensino religioso: a exclusão do ensino religioso das escolas públicas e privadas e o controlo dos seminários significava que a autonomia e independência que a Igreja Católica possuía ou almejava se encontrava em perigo. À Igreja Católica era retirada a personalidade jurídica, era mantido o beneplácito sobre a publicação de bulas, de pastorais e de outros documentos religiosos sem o prévio conhecimento e autorização do Governo. A proibição do uso das vestes talares na via pública, por parte dos padres, e as restrições aplicadas ao culto representavam a

---

<sup>265</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal...*p. 206.

<sup>266</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal...*p. 587.

<sup>267</sup> Podemos analisar todo o texto do decreto-lei, de 20 de Abril de 1911, em: PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...*pp. 135-154.

<sup>268</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 272.

<sup>269</sup> Podemos confirmar todo o processo em redor às associações culturais em: MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*pp. 215-254.

<sup>270</sup> Cf. Idem, pp. 62-66.

<sup>271</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...*p. 249.

<sup>272</sup> Sobre a questão dos padres pensionistas ver: MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*pp. 177-213.

passagem da religião para a esfera privada. Todas estas medidas eram analisadas pela imprensa católica com especial atenção. Ao quarto dia, depois da apresentação do decreto-lei, *A Nação* apresentou o tema da Lei da Separação em editorial. Refutava a propaganda que vinha sendo apresentada pelos periódicos republicanos, e confirmava que a Separação não era real. Isto é, para aquele diário «(...) o Estado separa-se da Igreja, mas, depois da separação, a mesma Igreja e cada um dos seus ministros ficam-lhe muito mais acorrentados»<sup>273</sup>. O articulista, mais à frente no editorial, usaria a ironia para se referir ao ministro da Justiça, advertindo que, declarando uma luta contra a Igreja Católica, Afonso Costa «(...) naufragará como os seus antecessores»<sup>274</sup>. Dois dias depois, em 26 de Abril, subiu o tom das acusações aos governantes republicanos, a propósito da aplicação da lei. Também B. M., um colaborador d' *A Nação*, acusava aquele documento de não funcionar como uma separação mas ser uma lei «(...) de opressão draconiana, de desprestígio affrontoso, attentatoria das disposições basilares da hierarquia e da disciplina ecclesiastica»<sup>275</sup>. O articulista aconselhava o Governo a não enxovalhar os católicos e a sua Igreja, e a não promover, com a respectiva Lei da Separação, uma política de extorsão com laivos de violência e de sectarismo, colocando em cheque os próprios clérigos e crentes.

À medida que a verdadeira dimensão das acções e dos efeitos da aplicação da Lei da Separação era conhecida, as acusações da imprensa católica tornaram-se mais específicas e virulentas. Se a *agenda-setting* do momento actual determinava que o decreto de 20 de Abril de 1911 preenchesse os editoriais da imprensa católica referida, também o *newsmaking* aplicado sugere que existia uma grande proximidade nos processos de construção e de distribuição das diferentes notícias de ambos os títulos (*Echos do Minho* e *A Nação*). Nessa altura, um dos aspectos que era frequentemente repetido na imprensa católica tratava-se da forma como o povo português não se revia naquela lei. A propaganda<sup>276</sup> da mesma lei desempenhava, neste caso específico, um papel importante. O *Echos do Minho* denunciava, mais do que informava, que os jornais republicanos promoviam uma ideia falsa, ao afirmarem que a Lei da Separação estava a ser bem recebida pelos portugueses, e em clima de festa. E nessa sequência questionava:

---

<sup>273</sup> A. de F., *A Separação*, in *A Nação*, 24 de Abril de 1911, ano LXIV, n.º 15:112, p. 1.

<sup>274</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>275</sup> B. M., *A Lei*, in *A Nação*, 26 de Abril de 1911, ano LXIV, n.º 15:114, p. 1.

<sup>276</sup> A propaganda é uma técnica que visa influenciar as pessoas a seguir uma determinada orientação ou ideia (em termos políticos, por exemplo), podendo estar ligada a uma determinada luta política. Sobre a propaganda ver: PIZARROSO QUINTERO, Alejandro – *História da Propaganda*. Lisboa: Planeta Editora, 1993.

«(...) Mas quando e onde se manifestaram os portugueses acerca d' esta lei? A consciência catholica, que é a maioria do paiz, manifestou-se?». <sup>277</sup> O bissemanário de Braga defendia que aquela lei não representava a vontade popular por desconhecimento do povo que, no seu entender, deveria figurar como a base da República, uma vez que este regime político tinha por base, efectivamente, a soberania popular. Ainda sobre a importância atribuída ao povo neste processo, *A Nação* asseverava que Afonso Costa, o ministro da Justiça e dos Cultos, num decreto que, considerava, denotava claramente o ódio à Igreja Católica, confiara demasiado «(...) no analfabetismo do povo ou conta demais com o prestígio do seu verbo. O analfabetismo não exclui o bom senso...» <sup>278</sup>.

Seguindo de perto a onda de constestação que a Lei da Separação propiciava, a imprensa católica retomou rapidamente aquele tema, transportando-o para editorial. Como era hábito nos editoriais daquela época, em que diversos assuntos se misturavam com grande fluência, o jornalista do *Echos do Minho* recuperou na parte final do texto a acusação-mor que marcava a actualidade, e o conflito aberto entre o Estado e a Igreja. Confirmando a dureza da lei, o jornal bracarense asseverava que «(...) a lei promulgada e que se chama de *Separação*, não separa em coisa alguma a Igreja do Estado. Este, pelo contrário, fica mais unido á Igreja a qual permanece presa, amarrada, dependente e absolutamente sujeita ao poder civil...» <sup>279</sup>. Dias depois mantinha-se o mesmo tom das acusações ao Governo Provisório e, especificamente, à aplicação da lei, mas numa nova perspectiva. Mais do que apenas apresentar alguns dos efeitos da mesma, ou até de fazer acusações a esta, afirmando o seu carácter agressivo e perseguidor face à Igreja Católica <sup>280</sup>, o articulista do *Echos do Minho* instigava o clero a agir. O articulista do editorial colocava o clero no centro de uma polémica e asseverava que a reacção deste era essencial. E, no entender do periódico, caberia aos bispos indicar um caminho valoroso, em conformidade com a sua consciência, pois era certo que «(...) a sua voz será escutada, e as suas determinações serão observadas pelo clero e fieis» <sup>281</sup>.

Viviam-se dias conturbados para as hostes da Igreja Católica. Ainda mal refeita das mudanças que o registo civil obrigatório vinha provocando, desde a sua aplicação a 1 de Abril de 1911, a apresentação da Lei da Separação, dezanove dias depois, teve uma outra resposta por parte da hierarquia católica. A 25 de Abril, agudizando ainda mais o

---

<sup>277</sup> *A Lei da Separação*, in *Echos do Minho*, 27 de Abril de 1911, ano I, n.º 32, p. 1.

<sup>278</sup> A. de F., *Ainda a Separação*, in *A Nação*, 2 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:119, p. 1.

<sup>279</sup> *A Lei da Separação*, in *Echos do Minho*, 27 de Abril de 1911, ano I, n.º 32, p. 1.

<sup>280</sup> Cf. *A Lei da Separação e os seus efeitos*, in *Echos do Minho*, 7 de Maio de 1911, ano I, n.º 35, p. 1.

<sup>281</sup> *A attitude dos Bispos portugueses*, in *Echos do Minho*, 11 de Maio de 1911, ano I, n.º 36, p. 1.

conflito entre o Estado e a Igreja, foi lavrado no mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, por acção do cardeal-patriarca D. António Mendes Belo, o “Protesto Colectivo dos Bispos Portugueses contra o decreto de 20 de Abril que separa o Estado da Igreja”. Esta era a resposta formal da hierarquia da Igreja, que se sentia perseguida por uma legislação que acusava de ser injusta, agressora e perseguidora. Foi certo que «(...) o documento produziu um considerável impacto na opinião pública católica, que logo promoveu manifestações. (...) a Igreja Católica mobilizou as populações que viviam, e preparou-se para uma encarniçada resistência»<sup>282</sup>, em especial nas zonas norte e centro de Portugal.

O gesto dos bispos foi entendido, pela imprensa católica, como crucial para uma efectiva reacção católica. A. de F., colaborador do diário *A Nação*, vinha afirmando isso mesmo, nos editoriais que assinava sobre a Lei da Separação, desde há diversas semanas. Os católicos assimilaram aquele protesto dos bispos, e entre eles corria a ideia que ainda haveria tempo para organizar uma efectiva riposta católica<sup>283</sup>, capaz de forçar o Governo a recuar e a adoptar o mesmo caminho que, seis anos depois, estava a ser adoptado pelo Governo em França, após a Lei da Separação de 1905. Desde meados de Maio de 1911, os católicos portugueses receberam um novo alento vindo da Santa Sé. De acordo com alguma imprensa europeia, era referido que o papa Pio X (1903-1914) vinha solicitando a alguns chefes de governos europeus que intervissem junto de Afonso Costa para que fossem promovidas alterações ao documento<sup>284</sup>.

Era sabido que o fundamentalismo republicano fora recebido com reservas, desde os primeiros dias do novo regime. Em boa verdade, «a *Lei da Separação*, pelo seu radicalismo, não foi bem recebida e iria trazer problemas ao relacionamento internacional»<sup>285</sup>. Perante esta realidade, em 24 de Maio, o Papa publicou a encíclica *Jandudum in Lusitania*<sup>286</sup>, dedicada a condenar a política republicana em matéria eclesiástica, em particular a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, que abria verdadeiras fissuras na estrutura da Igreja Católica, como era, por exemplo, a questão das pensões a atribuir aos padres que as requeressem ao Governo. Neste campo particular, em 17 de Maio, *A Nação* afirmava que as pensões eram consideradas uma

---

<sup>282</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 51.

<sup>283</sup> A. de F., *Nem tudo está perdido*, in *A Nação*, 6 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:123, p. 1.

<sup>284</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 54.

<sup>285</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...*p. 159.

<sup>286</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha, em 21 de Abril de 2011, a referida encíclica de Pio X disponível em inglês e em latim. Ver em inglês: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_24051911\\_jandudum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_24051911_jandudum_en.html)

afronta ao clero, e que as mesmas constituíam «(...) um convite á apostasia e uma vergastada na dignidade pessoal do clero catholico»<sup>287</sup>. E confirmaria isso mesmo, dias mais tarde, quando afirmara que o Governo republicano, que atraia os padres, sobretudo o baixo clero<sup>288</sup>, utilizava «(...) o engodo das pensões, a ameaça das penas, o incitamento impudico á quebra do voto do celibato...[como] modalidades d' esta estrategia [de luta contra a Igreja]»<sup>289</sup>.

Nessa altura, em 30 de Maio de 1911, eram eleitos os deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, chegando ao fim, formalmente, o período revolucionário da República. Mas a imprensa católica assegurava nas suas páginas que as perseguições aos religiosos se mantinham, fruto da aplicação da Lei da Separação. Ainda assim, momentaneamente, este tema foi substituído, enquanto editorial, pela abordagem política que os jornais católicos faziam, no seguimento das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Só no final de Junho, é que *A Nação* recolocou a lei como tema principal dos seus editoriais. O colaborador do jornal da capital, que assinava B. M., procedia a uma comparação entre as Leis da Separação em Portugal e nos Estados Unidos da América. O articulista mostrava-se particularmente entusiasta com o esquema de Separação aplicado naquela República Federal, ao afirmar: «(...) ahi o regímen da separação é perfeito, completo, absoluto. Não ha nenhuma Igreja estabelecida. (...) Todas coexistem subordinadas ao direito commum e que lhes não confere privilegios, mas não lhes tolhe a liberdade»<sup>290</sup>. Pelo contrário, o articulista era crítico do decreto-lei português, e apresentava alguns exemplos de intolerância religiosa, como eram as perseguições aos religiosos, o desterro de padres e de bispos, a nacionalização de edifícios da Igreja Católica, entretanto aproveitados para causas públicas (escolas, quartéis, entre outros). Artur Bivar (1881-1946), reputado jornalista católico, e colaborador de diversos títulos católicos, como sucedeu com o *Echos do Minho*, teria semelhante posição de agrado perante a Lei da Separação norte-americana, e de censura àquela aplicada em Portugal.

Este tema seria, dois anos mais tarde, analisado numa sua obra editada em 1913, sobre as relações entre a Igreja e o Estado em vários países, como os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, e Portugal. Nesse ponto, Artur Bivar afirmava, no caso

---

<sup>287</sup> B. M., *Clero e Povo*, in *A Nação*, 17 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:132, p. 1.

<sup>288</sup> Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*pp. 286.

<sup>289</sup> A. de F., *Ainda a Separação: os futuros podres da Republica*, in *A Nação*, 22 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:136, p. 1.

<sup>290</sup> B. M., *Duas Leis de Separação: Americana e Portuguesa*, in *A Nação*, 20 de Junho de 1911, ano LXIV, n.º 15:159, p. 1.

dos Estados Unidos da América, que o Estado era indiferente em termos de religião, mas tal não significava que fosse ateu. Bivar confirmava que «ha uma separação completa entre a autoridade civil e a autoridade religiosa, mas uma separação impregnada de benevolencia e respeito para com todas as formas de culto religioso»<sup>291</sup>.

Já nos primeiros dias de Julho de 1911, a Separação recuperou a primazia do editorial nas páginas d' *A Nação*. João Franco Monteiro estendia, num longo editorial, algumas ideias que testemunhavam a posição política legitimista. Entre acusações dirigidas aos governantes republicanos, que propagandeavam na sua imprensa a má vontade do clero em acatar o novo regime, Franco Monteiro asseverava que os legitimistas há muito que vinham apregoando «(...) a necessidade dos republicanos emendarem o erro commettido na promulgação da lei, que pecca, até, pelo excesso de ridiculo»<sup>292</sup>.

Um desses exemplos era a disposição da Lei da Separação sobre os hábitos talares (capítulo VII, artigo 176º). O director d' *A Nação* mostrava-se desagradado e inconformado pela proibição que era decretada aos padres do uso, na via pública, de capa e de batina religiosa, e asseverava que tal medida, «(...) não passa de uma graciosa tyrannia»<sup>293</sup>. Franco Monteiro confirmava que tal acção era entendida pela República como uma medida de salvaguardar a liberdade religiosa. Ao invés, o jornalista assegurava que essa medida era, precisamente, atentatória dessa liberdade religiosa e usada apenas contra os ministros católicos. E dava o exemplo da liberdade religiosa que era concedida a um muçulmano em Lisboa, em termos do uso pleno das suas vestes. O jornalista questionava o porquê dessa diferença: «(...) se um mouro pôde atravessar seguro do seu direito as ruas de Lisboa, com o seu turbante e o seu albornoz sem que se levantem as pedras das calçadas, como poderá ser defezo ao padre catholico, o uso das insignias do seu ministério? Por aqui se vê o disparatado sectarismo»<sup>294</sup>.

Semanas depois, em 25 de Julho, dia de Santiago Maior, *A Nação* analisou a questão das pensões a conceder aos padres. O capítulo VI da Lei da Separação consagrava 43 artigos dedicados às pensões atribuídas aos ministros da religião católica. Como acontecia com outros títulos católicos, também aquele diário de Lisboa analisava a questão sob o prisma filosófico do maniqueísmo. Ou seja, dividia claramente os padres em duas fileiras: os que recusassem a pensão eram tidos como os ministros do

---

<sup>291</sup> BIVAR, Arthur – *A Igreja e o Estado*...p. 17.

<sup>292</sup> João Franco Monteiro, *A Separação*, in *A Nação*, 3 de Julho de 1911, ano LXIV, n.º 15:169, p. 1.

<sup>293</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>294</sup> Idem, *ibidem*.

Bem, ao serviço de Deus; os que aceitassem a pensão, que começara a ser concedida a partir de 1 de Julho de 1911, eram acusados de reaccionários, e de estarem ao serviço do Diabo. Nesse sentido, B. M., que assinava o editorial d' *A Nação*, afirmava que «(...) os padres que aceitarem as pensões são aquelles que pretendem abandonar o sacerdócio e viver regalada e commodamente á custra dos bens da nação, com sobrevivencia para a viuva e para os filhos»<sup>295</sup>. Isto é, para o articulista e para *A Nação*, a questão era simples. A mesma simplicidade de apreciação era defendida por Abúndio da Silva (1874-1914), destacado publicista e pensador católico<sup>296</sup>.

A complexidade da questão das pensões eclesiásticas não foi abertamente exposta pelo jornal de Lisboa. O colaborador d' *A Nação* preferiu, nesta primeira grande abordagem ao tema, suscitar desagrado entre os católicos que certamente leriam o editorial. Por isso mesmo, tratou de apresentar, primeiramente, o caso das viúvas dos oficiais do exército que sentiam grandes dificuldades em receberem as pensões a que tinham direito. Pelo contrário, o articulista asseverava que tal atraso não sucedida com a atribuição das pensões aos padres, e que o Governo era célere na resolução dessa questão. E questionava: «(...) Ao que visa esse manifesto suborno? É tão evidente que só o não descobre quem o não quizer ver. Está aberto o mercado, compram-se as consciências e paga-se bem»<sup>297</sup>. No entanto, era referido que só os padres apóstatas aceitariam a pensão atribuída pelo Governo, e que estes eram em reduzido número. Efectivamente, em termos globais, o número de padres que aceitou a pensão foi baixo, sobretudo a norte do rio Tejo, onde a influência da Igreja Católica era maior, e só a sul do Tejo é que teve algum impacto: distrito de Lisboa (85 padres pensionistas), distrito de Évora (48), e distrito de Beja (97)<sup>298</sup>.

O decreto-lei sobre a Separação retomaria as honras do editorial já em plena campanha eleitoral para a presidência da República. Em 24 de Agosto de 1911, Manuel de Arriaga ganharia ao outro candidato, Bernardino Machado. O autor do texto, A. de F., advertia que, no seu entender, não havia na Lei da Separação «(...) um só artigo que não seja um golpe ou uma cilada contra a Igreja...»<sup>299</sup>. Numa outra vertente do editorial, era novamente referido o clima de perseguição a que estava sujeita a Igreja

---

<sup>295</sup> B. M., *As pensões ecclesiasticas*, in *A Nação*, 25 de Julho de 1911, ano LXIV, n.º 15:188, p. 1.

<sup>296</sup> Cf. SILVA, Manuel Isaías Abúndio da – *Cartas a um Abade...*p. 273.

<sup>297</sup> B. M., *As pensões ecclesiasticas*, in *A Nação*, 25 de Julho de 1911, ano LXIV, n.º 15:188, p. 1.

<sup>298</sup> Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 288.

<sup>299</sup> A. de F., *Fundo do culto*, in *A Nação*, 17 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:207, p. 1.

Católica e os seus ministros. Este assunto em particular acabaria por ser repetido no editorial d' *A Nação* publicado dois dias depois, em 19 de Agosto.

Ainda a propósito do fundo do culto, o articulista, R. P., outro colaborador do periódico, atestava que a Lei da Separação consistia numa «(...) complicadíssima engrenagem de violências e insídias visando, segundo as próprias declarações do seu auctor, a “extinguir a Religião catholica em Portugal”»<sup>300</sup>. A crítica era dirigida a Afonso Costa, acusado de ter proferido a célebre frase de que em duas ou três gerações o país teria eliminado o catolicismo. Anos mais tarde, Costa haveria de desmentir essa declaração, no Parlamento, em sessão do dia 10 de Março de 1914. Mas aquelas palavras ser-lhe-iam, para sempre, atribuídas.

No final de Setembro, o mesmo colaborador d' *A Nação*, R. P., haveria de abordar com especial atenção, a questão das cultuais, no capítulo II da Lei da Separação, com 27 artigos próprios. Neste ponto específico, o decreto determinava o dia 15 de Junho de 1911 como a data limite para a apresentação da associação que iria administrar o culto de cada paróquia. Como outras determinações que estavam afectas às cultuais, também aquela foi realizada num clima de grande incerteza entre os membros do clero<sup>301</sup>. No caso específico do editorial, o seu autor denunciava que as cultuais eram parte integrante de uma acção sectária do Governo que usava de todas as violências para com a Igreja Católica e para com os seus fiéis<sup>302</sup>. Até ao final de 1911, os dois títulos da imprensa católica, que analisámos neste primeiro subperíodo, não voltaram a dar especial ênfase à Lei da Separação, ainda que este fosse um tema que encaixava em qualquer editorial mais crítico em relação ao Governo. Nesse sentido, verificamos que aquele tema manteve uma cadência interessante nos editoriais mais politizados.

A lei só voltou a ser referida em editorial nos primeiros dias do novo ano de 1912. Como era timbre da imprensa católica analisada, ao invés de fazer críticas avulsas e sistemáticas à Lei da Separação, eram apresentados exemplos concretos de acções que, no seu entender, constituíam alguns dos efeitos nocivos da lei. Assim, nesse dia 4 de Janeiro o *Echos do Minho* apresentou a questão dos prelados expulsos das suas dioceses. O momento actual assim o exigia. No primeiro dia do ano, ou seja, cerca de

---

<sup>300</sup> R. P., *Fundo do culto*, in *A Nação*, 19 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:209, p. 1.

<sup>301</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* pp. 221-227.

<sup>302</sup> R. P., *As cultuaes*, in *A Nação*, 28 de Setembro de 1911, ano LXV, n.º 15:243, p. 1.

setenta e duas horas antes da publicação desse editorial<sup>303</sup>, o Governo via-se a braços com um conflito recém-criado: o patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, era alvo de uma enorme manifestação de apoio, na Sé de Lisboa. O Governo da República reagiria dias depois, no Parlamento, contra essa acção, por intermédio, entre outros, de um protesto levantado pelo deputado republicano Sá Pereira contra a presença de funcionários públicos na despedida do patriarca de Lisboa, expulso da arquidiocese de Lisboa, em harmonia com a Lei da Separação<sup>304</sup>.

Os primeiros dias de 1912 foram particularmente difíceis para a consolidação do regime republicano, com o espoletar de greves e de tumultos não apenas em Lisboa, mas em outros pontos do país. O aumento da repressão republicana, que foi accionada em resposta a esses acontecimentos, também foi visível na aplicação da lei. Até ao fim desse ano, todos os bispos seriam expulsos das suas dioceses, geralmente por um período que não deveria ser superior a dois anos (capítulo VI, artigo 146.º). A aplicação do decreto-lei deveria, por isso, ser mais incisiva por parte dos governadores civis, dos administradores concelhios e dos corregedores. Estamos em crer que o Governo conhecia a realidade da aplicação do diploma, e sabia da elasticidade que o documento possuía. Apesar de a Lei da Separação não prever, declaradamente, tal situação, a sua aplicação não foi igual em todo o país<sup>305</sup>.

A flexibilidade na interpretação da lei e, sobretudo, na sua aplicação determinou, numa escala correcta, o sucesso da mesma. No entanto, não era a maior ou menor rigidez na aplicação da lei que verdadeiramente preocupava a imprensa católica, ainda que, a espaços, manifestasse o seu apreço por todos os representantes do Governo «(...) que se mostravam respeitadores da prática religiosa»<sup>306</sup>.

O clima em torno da aplicação da Lei da Separação não reduziu a tensão acumulada entre ambas as partes: a de quem aplicava o decreto e a de quem sofria com ele. No primeiro aniversário da sua aplicação, o jornal *A Nação* começou por condenar o facciosismo que via no documento, afirmando que o legislador tinha produzido um texto vincadamente anti-católico. No mesmo tom de crítica, João Franco Monteiro assegurava que aquele diploma tinha «(...) concorrido para desunir a família portuguesa e para divorciar a grande maioria do paiz com as instituições políticas que o

---

<sup>303</sup> Cf. Do “*Correio da Beira*”, *Prelados expulsos das dioceses*, in *Echos do Minho*, 4 de Janeiro de 1912, ano I, n.º 102, p. 1.

<sup>304</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 61.

<sup>305</sup> Podemos confirmar a aplicação da Lei da Separação em: MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República*...pp. 543-570.

<sup>306</sup> *Idem*, p. 546.

representam»<sup>307</sup>. O articulista acusava a Lei da Separação de constituir, igualmente, um ponto de fricção entre o povo e a República, que provocava o afastamento daquele pelo regime, e evidenciava a impraticabilidade de muitos dos 196 artigos. Por fim, Franco Monteiro dava voz a uma das acusações principais de muitos católicos: a de que a lei «(...) fez-se para expoliar e destruir a Igreja Catholica em Portugal»<sup>308</sup>.

Também a propósito do primeiro aniversário do decreto-lei de 20 de Abril, o jornal *Echos do Minho* apresentou um discurso envolto em grande sarcasmo. Em traços gerais, a base de construção do editorial era a mesma em que assentara o texto d' *A Nação*. Por um lado, o periódico de Braga apresentava o diploma legal como uma «(...) mirrada creança, nascida de um conluio maçónico-republicano [a que] não faltaram pois as meiguices e o carinho propios da sua tenra idade»<sup>309</sup>. Asseverava que a acção dos republicanos, em especial os auto-denominados livres-pensadores, aumentava continuamente o abismo entre os católicos, que constituíam a maioria da população portuguesa, e a minoria daqueles que não eram nem católicos e que tinham outra crença religiosa, ou eram indiferentes à religião, ou não têm «(...) sequer ao menos, um pouco de educação civica»<sup>310</sup>. Ao mesmo tempo, o *Echos do Minho* confirmava que as manifestações de apoio e de rejúbilo, pelo primeiro aniversário da Lei da Separação, mais não serviam para provocar os católicos portugueses e instigar a ódios de ambas as partes.

Na terça-feira, dia 23 de Abril, o diário *A Nação* ainda focava, em editorial, o primeiro aniversário da lei, ocorrido no sábado anterior, nomeadamente às manifestações republicanas de apoio, então ocorridas. O periódico da capital afirmava que os portugueses se haviam retraído, e demonstravam que a lei, que *A Nação* chamava de «(...) grande obra republicana...»<sup>311</sup>, não merecia as felicitações que a data certificava. Mas, se as críticas dirigidas aos governantes republicanos (sobretudo ao legislador) eram de uma habitual gravidade, as palavras dirigidas aos portugueses, em geral, eram as que possuíam maior tenacidade e inclemência. O povo era acusado de ser indiferente, em termos políticos e em termos cívicos, para além de constituir «(...) o mesmo rebanho de carneiros. Ha-de obedecer, queira ou não queira e se erguer a voz, o

---

<sup>307</sup> João Franco Monteiro, *O primeiro aniversario*, in *A Nação*, 20 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:407, p. 1.

<sup>308</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>309</sup> *O primeiro aniversario*, in *Echos do Minho*, 21 de Abril de 1912, ano I, n.º 133, p. 1.

<sup>310</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>311</sup> João Franco Monteiro, *Os factos*, in *A Nação*, 23 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:409, p. 1.

seu grito liberal será acoimado de sedição»<sup>312</sup>. Neste sentido, o jornal finalizava afirmando que as prisões não existiam para estarem vazias, num claro sinal de que a repressão republicana era uma realidade sempre passível de ser aplicada, em prol da defesa das leis que o Governo pretendia aplicar.

No fim da primeira semana de Julho de 1912, a Lei da Separação foi novamente alvo de uma atenção especial por parte do *Echos do Minho*, em novo editorial. A discussão em redor daquele diploma era feita num só sentido, por parte daquele título da imprensa católica. O jornal de Braga afirmava que a “intangível” perdera «(...) todos os requisitos com que a ornaram os seus defensores para se converter n’ um monturo de farrapos sobrepostos, restando muito pouco do panno original»<sup>313</sup>.

Foi precisamente nesses primeiros dias de Julho de 1912, que a imprensa católica retomou a questão das pensões a atribuir aos ministros da Igreja. Na sessão parlamentar de 3 de Julho, na câmara dos deputados, o republicano António Macieira (1875-1918) apresentara um projecto que pretendia introduzir algumas alterações no documento, em especial para travar a deserção de muitos padres pensionistas das suas paróquias, que eram alvo de contínuas hostilizações por parte de outros padres não pensionistas e por demais paroquianos<sup>314</sup>.

O problema do abandono dos padres das paróquias não era novo, e preocupava o Governo. Por isso, em 10 de Julho, com Duarte Leite, como chefe do ministério, foi aprovado o documento que obrigava os padres pensionistas a exercerem as suas funções e a ficarem nas suas paróquias de origem, não podendo mudar de residência sem, previamente, obterem permissão das autoridades civis<sup>315</sup>. Também se confirmava a autoridade do Governo sobre os padres pensionistas, mesmo que estes estivessem suspensos das suas funções eclesiásticas, por determinação dos seus bispos. Esta medida não foi pacífica entre os católicos mais intransigentes, que pretendiam que os padres pensionistas fossem punidos pelo episcopado, ou mesmo pela Santa Sé.

O clima de hostilidade entre padres pensionistas e padres não pensionistas deteriorou-se ainda mais. De tal forma que «(...) os pensionistas sentiram que era urgente a organização de um movimento que fizesse chegar à opinião publica as suas razões»<sup>316</sup>. Até ao final de Agosto, os padres pensionistas, através de uma comissão

---

<sup>312</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>313</sup> *A discussão da intangível*, in *Echos do Minho*, 7 de Julho de 1912, ano II, n.º 155, p. 1.

<sup>314</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* pp. 182-193.

<sup>315</sup> Cf. Idem, p. 195.

<sup>316</sup> Idem, *ibidem*.

central, publicaram dois manifestos explicativos das razões que os levavam a aceitar as pensões do Governo, e a asseverarem que a Santa Sé não tinha imposto quaisquer penas aos referidos padres. Em resposta a estes documentos, a imprensa católica colocava-se ao lado dos bispos, e contestava os argumentos dos padres pensionistas, assegurando que «(...) a aceitação das pensões tolhia a primeira e principal liberdade a que tem de aspirar um Padre: a do exercício do seu santo ministerio»<sup>317</sup>. Dois dias depois, em 12 de Setembro, o mesmo periódico voltava a atacar os padres pensionistas, refutando a tese que não tinham sido os padres mais pobres a aceitar as pensões, mas sim os mais ricos. Por outro lado, questionava os pensionistas sobre quem deveriam seguir, de uma forma em que só uma resposta era possível: os padres ou serviriam o seu bispo, isto é, Deus, ou serviriam o Governo, ou seja, o diabo<sup>318</sup>.

No sábado seguinte, 14 de Setembro, *A Nação* voltou ao tema, analisando mais a fundo o tema das pensões. O jornal referia que o manifesto, de 31 de Agosto de 1912, justificava a aceitação da pensão como forma de debelar a miséria que atingia os padres. Por seu turno, *A Nação* aceitava que a situação económica actual da Igreja Católica, imposta pelo Governo da República, obrigava a analisar o problema com rigor. Claro que argumentava que os padres, em vez de aceitarem a pensão atribuída pelo Governo, deveriam escutar os seus prelados «(...) e colaborar com elles na organização do fundo do culto...[porque] (...) esta nova, e mesmo angustiosa situação, não pode de forma alguma justificar a aceitação das pensões...»<sup>319</sup>.

A postura intransigente da imprensa católica, nesta matéria das pensões, foi alimentada com especial fervor pel' *A Nação*. O periódico lisbonense, por intermédio do seu colaborador C. Z., criticava duramente a postura dos padres pensionistas. Acusava-os de entregarem a Igreja aos seus inimigos e de receberem a dita pensão, como forma de pagamento desse serviço. O articulista assegurava que a acção dos referidos padres não era consentânea com o compromisso de missão que haviam assumido perante Deus e perante os homens. C. Z. foi mais longe, quando referiu que «(...) o mesmo, ou coisa muito parecida, fez Judas entregando o Salvador...»<sup>320</sup>.

A pressão realizada pela imprensa católica junto de Roma para que esta se manifestasse a respeito dos padres pensionistas surtiu efeito, em meados de Outubro. A

---

<sup>317</sup> C. Z., *Os Prelados e as pensões*, in *A Nação*, 10 de Setembro de 1912, ano LXV, n.º 15:526, p. 1.

<sup>318</sup> Cf. C. Z., *O manifesto e as instruções*, in *A Nação*, 12 de Setembro de 1912, ano LXV, n.º 15:528, p. 1.

<sup>319</sup> C. Z., *As pensões e a miséria*, in *A Nação*, 14 de Setembro de 1912, ano LXV, n.º 15:530, p. 1.

<sup>320</sup> C. Z., *A pensão e a paz*, in *A Nação*, 22 de Setembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:537, p. 1.

declaração do papa Pio X não foi, no entanto, tão severa para os pensionistas como desejariam muitos católicos, ainda que houvesse um certo sentimento de alívio na emissão dessa declaração<sup>321</sup>. Ficava expressa a posição oficial da Santa Sé: não promoveria qualquer excomunhão de padres pensionistas, delegava nos prelados o poder de resolver o conflito, e obrigava moralmente os padres pensionistas a resolver o escândalo que haviam criado na Igreja Católica, com a aceitação da dita pensão, mesmo que por uma questão de miséria, submetendo-se aos seus bispos. Claro que os católicos intransigentes esperavam mais do documento. Mas não querendo criticar abertamente a Santa Sé, aqueles católicos apelaram para a rigidez de tratamento dos bispos sobre esses padres pensionistas. Ainda assim, e de acordo com a opinião de Maria Lúcia de Brito Moura, era afirmado que «(...) parece que o diploma não trouxe grandes alterações ao estado de tensão que se vivia no seio do clero português»<sup>322</sup>.

Com efeito, o clima ríspido manteve-se bem vivo, sobretudo nas regiões mais interiores do país onde os padres pensionistas não eram bem vistos pelos católicos mais intransigentes. Seguindo essa lógica, o abandono de padres pensionistas das respectivas paróquias foi uma constante nesse período. Mas a aceitação da pensão não foi apenas a única causa desse êxodo. Muitos padres que haviam recusado a pensão mantinham-se apreensivos quanto ao seu futuro, uma vez que ficavam dependentes, quase em exclusivo, da generosidade dos seus paroquianos. Vários foram os padres que requereram a aposentação imediata. Entre 20 de Abril de 1911 e 30 de Junho de 1913, estavam registados 106 padres aposentados<sup>323</sup>. Outros padres não pensionistas emigraram para outros países, em especial para o Brasil, por temerem uma vida de miséria em Portugal.

As diversas iniciativas de auxílio aos padres não pensionistas que foram surgindo um pouco por todo o país<sup>324</sup>, e que eram largamente incentivadas e propagandeadas pela imprensa católica, não terão convencido muitos a ficar. Estes juntaram-se a outros padres, pensionistas ou não, mas também a católicos e a monárquicos, cada um deles com diferentes motivos para sair de Portugal.

A análise da Lei da Separação foi retomada em editorial, com efectiva preponderância, apenas em Janeiro de 1913, por intermédio d' *A Nação*. O diário de Lisboa criticava uma vez mais o decreto-lei, numa fase em que Afonso Costa já sofria

---

<sup>321</sup> Cf. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República...* pp. 196-197.

<sup>322</sup> Idem, p. 197.

<sup>323</sup> Cf. Idem, p. 198.

<sup>324</sup> Cf. Idem, pp. 201-203.

alguma contestação política no Parlamento, por evolucionistas, de António José de Almeida, e por unionistas, de Manuel de Brito Camacho, e também de carácter popular, vinda da própria “rua republicana” onde Machado Santos assumia plena evidência na mobilização das hostes. *A Nação* dava conta no editorial de 14 de Janeiro, assinado por B. M., que a Lei da Separação fora condenada no Parlamento. Até ao fim deste primeiro subperíodo de análise (1911-1913), manter-se-ia aceso o período em que a lei era alvo de frequentes discussões<sup>325</sup>. O articulista d’ *A Nação* asseverava que o descontentamento pela lei era evidente: «(...) Todos reconhecem o que ha alli [Lei da Separação] de vexatorio, de iniquo, de intolerante, sujeitando os catholicos a um regimen de excepção, e cerceando-lhes os mais rudimentares principios de liberdade de consciencia»<sup>326</sup>.

Mas a postura de reacção da Igreja Católica já estava pensada e, em certa medida, vinha sendo aplicada, em especial na imprensa que lhe era afectada. Desde o início de 1912, que a luta da Igreja vinha sendo conduzida e realizada «(...) pelo seu sector intelectual civil, nomeadamente o estudantil. O Centro Académico de Democracia Cristã e as Juventudes Católicas aproveitaram a situação para se assumirem como os grandes defensores da Igreja e os mais implacáveis adversários da República e das suas principais figuras»<sup>327</sup>. Mas, para além dos estudantes católicos, a própria Igreja assumia, ela própria, uma postura de combate, ainda que num estágio ainda inicial.

Em 22 de Junho de 1913, J. P., um colaborador d’ *A Nação*, afirmaria que a organização católica que existia já no passado, era ainda «(...) uma obra a *completar* e não a começar desde os alicerces, como agora»<sup>328</sup>. Perante tal evidência, o articulista asseverava, em claro tom acusatório, que a Igreja vivia sem fiéis e o cristianismo sem cristãos e que fora a revolução republicana que revelar essa realidade. Ainda assim, como era usual, a esperança fazia parte do discurso da imprensa afectada à Igreja, e foi nesse espírito de combate que assentou a denominada riposta católica, estabelecida desde os primeiros dias do novo regime.

---

<sup>325</sup> Cf. PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...* pp. 92-102.

<sup>326</sup> B. M., *A Lei da Separação condemnada pelo Parlamento*, in *A Nação*, 14 de Janeiro de 1913, ano LXVI, n.º 15:628, p. 1.

<sup>327</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 63.

<sup>328</sup> J. P., *A Questão Religiosa em Portugal: a acção do clero*, in *A Nação*, 22 de Junho de 1913, ano LXVI, n.º 15:756, p. 1.

#### 5.5.4. A reacção católica às medidas que atingiram a Igreja

Apesar de o movimento social católico estar há muito presente na sociedade portuguesa<sup>329</sup>, ainda antes da instauração da República, a crítica que era dirigida aos católicos, pelos próprios católicos, permanecia igual e severa, e era, sobretudo, fundamentada pela imprensa católica. Esta asseverava que os católicos eram-o apenas de nome, acomodando-se languidamente à nova realidade política nacional. Com cerca de onze meses do novo regime – a partir da análise da Lei da Separação – a imprensa católica, através d' *A Nação*, analisava o papel que a Igreja deveria ter no novo quadro político nacional. R. P., colaborador daquele diário, atestava que era «(...) necessario recommençar, refazer a obra dos nosso antepassados christãos»<sup>330</sup>, assegurando igualmente que tal acção deveria ser protagonizada pelo episcopado e pelo clero paroquial. A imprensa católica deveria constituir-se, neste processo, como o obreiro de um plano de propaganda eficiente e duradouro. Para além desta acção, a acção da Igreja Católica, em defesa dos seus interesses, deveria focalizar-se no anúncio «(...) da verdade christã pela catechese, pela conferencia, pela acção social e pela imprensa...»<sup>331</sup>. No entender do articulista, só assim é que a Igreja haveria de renovar o catolicismo em Portugal.

Constatamos que, neste primeiro subperíodo, foi dada uma certa atenção dos títulos presentes da imprensa católica, no caso da reacção e da reorganização católica, ainda que aquela tenha sido espaçada no tempo. Em verdade, foram poucos os editoriais dedicados exclusivamente a esse tema, algo que encontra explicação na fase incipiente em que o próprio movimento social católico se encontrava nos começos da República. Só nos anos e, ao mesmo tempo, subperíodos seguintes (1914-1918, e 1919-1926) é que a imprensa católica iria analisar a reorganização católica de uma outra forma.

Já num outro prisma, se a instauração da República, em Outubro de 1910, evidenciou a falta de uma verdadeira união dos católicos, também é verdade que – como sublinhou Manuel Braga da Cruz – «(...) provocou o desmantelamento do incipiente movimento católico no terreno *social*, [e] contribuiu também, paradoxalmente, para o seu relançamento no terreno *político*»<sup>332</sup>. Com efeito, a reabertura da questão religiosa, instigada pela Lei da Separação do Estado das Igrejas, obrigou os católicos a agirem

---

<sup>329</sup> Podemos analisar as particularidades do *Movimento Social Católico* em: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...pp. 119-237.

<sup>330</sup> J. P., *Fundo do culto*, in *A Nação*, 23 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:212, p. 1.

<sup>331</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>332</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 241.

para salvaguardarem os seus direitos, e a união daqueles, em termos políticos, serviria para pressionar o Governo para esse efeito.

A reacção católica teve um ponto alto na iniciativa e da liderança dos estudantes católicos, sobretudo dos univesitários de Coimbra, e dos seus núcleos. Foi nesse espírito de combate que nasceu o jornal *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919), juntando importantes nomes que figurariam, anos mais tarde, na defesa dos interesses da Igreja Católica, em várias valências, como foram: António de Oliveira Salazar, Carneiro Mesquita, Francisco Veloso, Joaquim Diniz da Fonseca, Manuel Gonçalves Cerejeira, e Pacheco de Amorim. Aquele título assumiu-se como o principal meio de transmissão do ideal do reaberto Centro Académico de Democracia Cristã. Foi a partir daqui que nasceram os encontros dos jovens católicos, reunidos em Coimbra, nos dias 24 e 25 de Abril de 1913, no I Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas, e que mantiveram uma cadência assinalável ao longo dos anos da Primeira República<sup>333</sup>. A iniciativa estudantil era largamente reforçada pela intervenção da imprensa católica. A. de F., conhecido colaborador d' *A Nação*, vinha patenteando o público com vários artigos, transformados em editoriais, desde os primeiros dias de Novembro de 1912, sobre a reorganização católica. No primeiro artigo, o articulista asseverava que a existência de maus padres no seio da Igreja Católica era «(...) uma das principais causas do actual enfraquecimento da crença religiosa em Portugal...»<sup>334</sup>. No entender do articulista, seriam esses maus padres que estariam mais receptivos à má imprensa. Ora, para o articulista, a propaganda da má imprensa ficaria estéril se esses padres, acusados de serem maus, não existissem. E terminava com uma afirmação clara, mas, ainda assim, parcial: «(...) dêem-nos padres bons e a questão religiosa está resolvida»<sup>335</sup>. Ou seja, para o articulista a solução do problema religioso em Portugal passava pelo afastamento dos referidos maus padres. Apesar de este comentário particular possuir uma certa falta de profundidade e também uma parcialidade face ao tema, não deixa, no entanto, de demonstrar a centralidade da questão da falta de

---

<sup>333</sup> Realizaram-se seis Congressos da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas entre 1913 e 1922. O I Congresso realizou-se em Coimbra, entre 24 e 25 de Abril de 1913. O II Congresso aconteceu no Porto, entre 2 e 3 de Maio de 1914. O III Congresso teve lugar em Braga, entre 27 e 28 de Dezembro de 1915. O IV Congresso realizou-se em Viseu, entre os dias 28 e 29 de Abril de 1917. O V Congresso foi realizado em Santarém, entre 15 e 16 de Junho de 1918. O VI Congresso aconteceu novamente em Coimbra, entre 1 e 3 de Maio de 1922. Sobre estes Congressos cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 45-54. Ver também: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* p. 256.

<sup>334</sup> A. de F., *Reorganização catholica*, in *A Nação*, 7 de Novembro de 1912, ano LXIV, n.º 15:574, p. 1.

<sup>335</sup> A. de F., *Reorganização catholica*, in *A Nação*, 15 de Novembro de 1912, ano LXIV, n.º 15:581, p. 1.

preparação dos padres para além da efusividade e a paixão com que a imprensa católica analisava este e outros assuntos.

Já no final desse mês de Novembro de 1912, o mesmo A. de F. transmitia aos seus leitores «(...) a necessidade instante de sahir do perigoso estado actual de quasi completa dispersão de forças catholicas»<sup>336</sup>. No entender do articulista, contribuía para esta situação a falsa segurança que representava o elevado número de portugueses que se apresentavam como sendo católicos. A. de F. garantia que o número de católicos dispostos a lutar pela defesa da Igreja e dos seus direitos e interesses era bem menor. O autor deste editorial apresentava um plano de reorganização católica que assentava nos seguintes aspectos: o afastamento dos maus padres que atraíam a causa; a organização de uma comissão paroquial que fosse sujeita às determinações do episcopado, e estivesse de acordo com as indicações da Santa Sé. Cada pároco deveria assumir o papel de promotor do projecto, e deveria captar todos os bons católicos da respectiva paróquia; a união dos católicos nessas comissões paroquiais, trocando ideias e projectando em conjunto um plano da actividade católica<sup>337</sup>. Era assim, num clima de conversão social, que a imprensa católica vinha alimentando o sonho de união que, segundo os católicos mais dedicados, iria ser capaz de debelar a grave crise nacional que atravessava Portugal.

A união, inserida na denominada reorganização católica, era assumida pelo diário *A Nação* como um dever social, mas especialmente religioso<sup>338</sup>. De acordo com o *Echos do Minho*, só a união dos católicos, de vários quadrantes políticos e sociais, é que poderia sustentar o desejo de recristianizar o país. Por outro lado, era asseverado que só a acção conjunta dos católicos seria capaz de extinguir «(...) a grande ignorancia das massas populares [que] exige uma forte acção apologetica...»<sup>339</sup>. O periódico de Braga certificava que as gerações dos rapazes católicos, dedicando-se «(...) á sã politica de rechristianisar o paiz»<sup>340</sup>, deveriam assumir um papel importante nas manobras da reorganização católica das massas.

A reacção católica assumida pelo episcopado foi mais ponderada do que a postura assumida pelas Juventudes Católicas, e pelos seus núcleos de discussão. Mas não foi, por isso, menos combativa nem menos apaixonada. Com efeito, a posição dos

---

<sup>336</sup> A. de F., *Reorganização catholica*, in *A Nação*, 26 de Novembro de 1912, ano LXIV, n.º 15:590, p. 1.

<sup>337</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>338</sup> Cf. A. de F., *Reorganização catholica*, in *A Nação*, 15 de Fevereiro de 1913, ano LXVI, n.º 15:654, p. 1.

<sup>339</sup> *Conversão social*, in *Echos do Minho*, 1 de Maio de 1913, ano III, n.º 239, p. 1.

<sup>340</sup> Idem, *ibidem*.

bispos terá seguido dois caminhos, «(...) numa dupla direcção: por um lado, pressionando directamente o poder, por outro, instigando à unidade e á organização das massas católicas»<sup>341</sup>. No mesmo sentido, os bispos tentaram produzir o mesmo efeito de desordem no seio do republicanismo português que o Governo havia tentado implementar no seio da Igreja, com o surgimento das primeiras polémicas e desavenças surgiram com as novas comissões paroquiais que iriam substituir as monárquicas juntas de paróquias<sup>342</sup>. O episcopado aproveitou as diferenças ideológicas existentes na família republicana, em redor da questão religiosa, e que haviam ajudado a levar à divisão do clássico Partido Republicano Português. No início de 1913, já no decurso do primeiro governo de Afonso Costa (9 de Janeiro de 1913-9 de Fevereiro de 1914), os bispos pressionaram o presidente da República, Manuel de Arriaga, para intervir na questão bispos desterrados. O chefe de Estado, por seu turno, já havia pressionado Duarte Leite, o então chefe de Governo, no segundo semestre de 1912, para conceder uma amnistia aos mesmos bispos, no Natal desse ano. Mas essa pressão não teve o efeito desejado. No ofício colectivo, de 15 de Março de 1913, os bispos nacionais fizeram um ponto de situação das acções do Governo, e dos prejuízos causados à Igreja Católica e aos seus interesses e demais apaniguados, nomeadamente com a aplicação da Lei da Separação.

A imprensa católica seguia a actividade dos bispos, com especial atenção, e usava as suas páginas para propagandear cada gesto: ou dos bispos nacionais ou das Juventudes Católicas. O discurso do *Echos do Minho* seguia este caminho. No final de Maio de 1913, foi impresso um editorial que começava por lembrar aos leitores os «(...) graves perigos de que enferma a pátria portuguesa»<sup>343</sup>, para depois confirmar que a recristianização do povo só se poderia fazer pela acção católica e por intermédio da postura entusiástica assumida pelos jovens católicos. Para o periódico de Braga «(...) eis o que sabemos ser a unica fórmula de levantar a Patria: *Acção Catholica*. Tudo o que não for isto, é edificar sobre a areia»<sup>344</sup>.

No número seguinte, o jornal do Minho insistia na fórmula que vinha apresentando e defendendo: só a acção católica poderia promover a tão desejada recristianização da sociedade portuguesa. E era traçado um plano de acção. O periódico asseverava que era necessário criar, em cada cidade e em cada aldeia, escolas sociais

---

<sup>341</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã*...p. 259.

<sup>342</sup> Podemos confirmar os problemas que se levantaram com a introdução das novas e republicanas comissões paroquiais em: MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República*...pp. 62-66.

<sup>343</sup> *Acção catholica, remedio nacional*, in *Echos do Minho*, 22 de Maio de 1913, ano III, n.º 244, p. 1.

<sup>344</sup> Idem, *ibidem*.

constituídas por homens que deveriam conhecer a doutrina cristã e, sobretudo, deveriam estar dispostos a colocá-la em prática. Paralelamente ao papel reservado para estas escolas sociais, a acção da Juventude Católica era enaltecida, nomeadamente enquanto «(...) obra de rejuvenescimento social. Garantindo ás novas gerações a posse integral do catholicismo integral na sociedade futura»<sup>345</sup>.

Paralelamente ao documento apresentado a Manuel de Arriaga, os bispos dirigiram uma carta aos católicos portugueses, ficando esse diploma conhecido por Apelo de Santarém, datado de 10 de Julho de 1913<sup>346</sup>. O Apelo de Santarém representava uma súmula de alguns aspectos conhecidos da situação religiosa da sociedade portuguesa. Mas ia mais além. Em certa medida, aquele diploma representou uma “pedrada no charco”, uma vez que era apresentado um plano para efectivar a recém denominada acção católica, através da concretização da União Católica que tinha como objectivo «(...) “restaurar a sociedade portuguesa, segundo a doutrina e o espírito cristãos”...»<sup>347</sup>. Era, assim, criando um plano de grande envergadura – que visava a recristianização da família portuguesa, a escola, e a sociedade civil – que os bispos acusavam de estar afastada de Deus e susceptível de cair na descrença e no indiferentismo. Com efeito, a União Católica surgia nesse panorama como uma «(...) organização geral dos católicos, com âmbito paroquial, diocesano e nacional, procurando reunir todas as associações e agremiações católicas anteriores»<sup>348</sup>.

Na sequência da publicação do documento dos bispos, começaram a entoar vozes, na imprensa católica, sobre a necessidade ou não de existir um partido católico, pronto a lutar no Parlamento pelos direitos dos católicos. O *Echos do Minho*, no seu editorial de 20 de Julho, aconselhava calma nesta matéria. Confirmava que o que era mais importante a fazer, de momento, era aplicar uma acção política católica de acordo com as normas e os desígnios da Santa Sé. Ao mesmo tempo, afirmava que «(...) a acção politica dos catholicos, para ser efficaz necessita despir-se dos caracteres accidentaes de partido e conglobar-se n’ um conjunto harmónico de doutrinação suprema»<sup>349</sup>. Em certa medida, o periódico parecia temer que os católicos, entrando de rompante e sem grande consistência ideológica na cena política, pudessem mais tarde

---

<sup>345</sup> A obra das Juventudes, in *Echos do Minho*, 25 de Maio de 1913, ano III, n.º 245, p. 1.

<sup>346</sup> Sobre o Apelo de Santarém podemos endereçar para a leitura de: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...* pp. 258-263.

<sup>347</sup> Idem, p. 261.

<sup>348</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catholicismo português no século XX: da separação à democracia, In *História Religiosa de Portugal...* p. 143.

<sup>349</sup> A politica das “Juventudes”, in *Echos do Minho*, 20 de Julho de 1913, ano III, n.º 262, p. 1.

sucumbir aos irremediáveis jogos políticos. Por isso, a acção católica era francamente apregoada.

A mesma acção católica recebeu um novo alento com a «(...) adopção da União Popular Catholica prescripta pelo Ex.mo sr. Arcebispo – Bispo da Guarda [D. Manuel Vieira de Matos]...»<sup>350</sup>, em meados de Agosto de 1913. Os católicos compreendiam que agora era tempo de se promover a união religiosa, e não o tempo para exaltar diferenças políticas, em especial, entre católicos constitucionalistas e católicos legitimistas e, muito menos conhecidos, monárquicos e católicos republicanos. Com efeito, o *Echos do Minho* defendia que os católicos não deveriam ser obrigados a aderir à constituição em vigor. Contudo, para bem dos seus próprios interesses, na defesa da liberdade religiosa, os católicos deveriam trabalhar juntos, num terreno político que o jornal apelidava de aconstitucional, onde vinham já trabalhando as Juventudes Católicas<sup>351</sup>. Foram estas acções que tiveram maior força e lograram obter uma outra dimensão.

Efectivamente, o Apelo de Santarém teve um impacto relativamente discreto. Ainda que a própria imprensa católica a tenha promovido, esta não se mostrou particularmente efusiva na sua propaganda, em especial com a União Católica. Apesar de não ter atingido, no imediato, os objectivos a que se propôs, o Apelo de Santarém haveria de abrir espaço para outras iniciativas da Igreja Católica, como aconteceu com o Centro Católico Português, em 1917, já com um projecto de intervenção política.

### **5.6. Outras questões da imprensa católica na República (1911-1913)**

A atenção da imprensa católica, então analisada (*Echos do Minho* e *A Nação*), também foi direccionada muito para além da análise política e das questões relacionadas com a Igreja Católica durante o primeiro subperíodo (1911-1913). Muitos outros assuntos foram apresentados em editorial, e que podemos enquadrar, em termos globais, nos campos social e económico<sup>352</sup>. Claro que muitos dos editoriais não eram, apenas e só, ou puramente sociais ou económicos, como não eram, somente, políticos ou religiosos. A complexidade da construção dos editoriais de então analisou, muitas vezes, mais do que apenas um assunto por editorial, ao contrário do que é a norma

---

<sup>350</sup> *A Acção Catholica Portuguesa*, in *Echos do Minho*, 21 de Agosto de 1913, ano III, n.º 271, p. 1.

<sup>351</sup> Cf. *A Política dos Catholicos*, in *Echos do Minho*, 28 de Setembro de 1913, ano III, n.º 282, p. 1.

<sup>352</sup> A construção de planos de análise, onde enquadrámos os diversos assuntos, seguiu – ainda que de forma adaptada – parte da metodologia empregue por João de Almeida Policarpo sobre o seu estudo social em redor do jornal católico *A Palavra*. Essa metodologia distinguia três planos: político, religioso-moral, social. No caso específico do nosso estudo, criámos quatro campos de acção: político, religioso, social, e económico, onde desenvolvemos o nosso estudo. Sobre a metodologia que adaptámos ver: POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social...* vol I, pp. 11-17.

aplicada nos dias de hoje. Por outro lado, não podemos olvidar o importante facto de um mesmo assunto poder ter uma vertente plural. Isto é, um dado assunto num editorial poderia ser enquadrado, ao mesmo tempo, em diferentes campos de análise, como sucedia, por exemplo, com a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Ainda que a tenhamos colocado, maioritariamente, no campo religioso, não podemos deixar de confirmar que algumas das suas acções estão naturalmente ligadas à vertente política, mas também têm claras implicações económicas e sociais.

A diversidade dos assuntos apresentada por esses títulos, nos seus editoriais, demonstra o carácter generalista que a imprensa católica detinha. Ainda que consideremos que todos os assuntos focados são importantes, não é objectivo deste trabalho analisar, intrínseca e demoradamente, cada um deles ou, mesmo, os mais importantes. Só essa tarefa daria azo à construção de um trabalho específico. Ainda assim, seguidamente, iremos registar algumas ideias de ambos os títulos da imprensa católica sobre o campo social e sobre o campo económico. Em verdade, a ideia central que deve ser referida e sustentada é precisamente a versatilidade da imprensa católica, não apenas neste primeiro subperíodo mas nos outros dois (1914-1918, e 1919-1926).

Porém, parece-nos relevante e válido enquadrar, nos seus diferentes campos, alguns dos assuntos mais notabilizados, de forma a melhor compreendermos a vastidão da própria imprensa católica e a sua visão do próprio meio em que esta estava inserida. Por outro lado, pretendemos registar a maior amplitude dos assuntos que foram enunciados. Ainda que alguns desses assuntos tenham, naturalmente, a sua especificidade própria, preferimos agrupá-los em dois grandes conjuntos – social e económico – para ser mais fácil a sua esquematização, visto que a sua própria importância, em termos totais, é diminuta.

No caso do *Echos do Minho*, se enquadrarmos apenas os editoriais nos campos social e económico, confirmamos o seguinte: em termos sociais registámos 122 editoriais<sup>353</sup>; em termos económicos registámos 33 editoriais com os respectivos assuntos: «Agricultura» (8 editoriais); «Caminhos-de-ferro» (1); «Colónias» (5); e «Economia» (19). Neste contexto, atendendo aos números apresentados, constatámos que os temas mais focados pelo *Echos do Minho*, nesses dois campos de análise, foram,

---

<sup>353</sup> Os 122 editoriais do *Echos do Minho*, em termos sociais, enquadram-se em: Assistência/Caridade (1 editorial); Conspirações monárquicas/Presos políticos/Amnistia (11); Educação (9); Emigração (5); Internacional (20); Literatura (3); Maçonaria/Livre pensamento (3); Operariado (1); Personalidades (10); Portugal (enquanto Estado e Nação) (19); Regionalismo (4); Sociedade (29); e Tumultos/Manifestações/Greves (7).

em termos individuais, a «Sociedade» com 29 editoriais, e a «Economia» com 19 editoriais. Sem surpresa, foram estes os dois assuntos que constituíram a base da outra atenção ministrada pelo periódico bracarense, em termos de atenções não política e não religiosa, durante este primeiro subperíodo. Neste prisma já tínhamos colocado alguns temas do campo social, como a amnistia, as conspirações monárquicas, as greves, os presos políticos, as manifestações, ou os tumultos, em momentos concretos na abordagem política dos primeiros anos de República, porque fizeram parte das suas construção e consolidação. Um outro aspecto era a questão da educação, que foi enquadrada e abordada anteriormente, conjuntamente com outros elementos.

Também adoptámos para *A Nação*, nestes dois casos específicos, o critério seguido no *Echos do Minho*. *A Nação* focou um maior número de temas e com registos desiguais daqueles obtidos pelo *Echos do Minho*. A diferença de editoriais analisados suporta, desde logo, essa maior diferença. Enquadrámos nos campos social e económico os seguintes assuntos, assim distribuídos: em termos sociais registámos 261 editoriais<sup>354</sup>. Em termos económicos registámos 26 editoriais com os respectivos assuntos: «Agricultura» (6 editoriais); «Colónias» (11); e «Economia» (9). Com base nos números apresentados, constatamos que os temas mais focados pel' *A Nação* nesses dois campos de análise foram, em termos individuais, «Sociedade» (35) e «Colónias» (11). Excluímos de ambos os títulos todos os editoriais relativos às vidas internas do *Echos do Minho* e d' *A Nação* relativos à imprensa católica, que foram analisados anteriormente.

### **5.6.1. A atenção da imprensa católica sobre o campo social**

De acordo com *A Nação*, a instauração da República colocou a nu diversas fraquezas e lacunas sociais e políticas que se manifestaram no actual estado de coisas. Estávamos no fim de Março de 1911. O Governo Provisório via-se a braços com greves e desacatos nas ruas de Lisboa que se espalhavam para outras partes do país, e *A Nação* confirmava que essa realidade «(...) exige prompto remedio (...) [porque] a desordem impoz-se ao trabalho»<sup>355</sup>.

---

<sup>354</sup> Os 261 editoriais d' *A Nação*, em termos sociais, enquadram-se em: Assistência/ Caridade (4 editoriais); Ciência (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (31); Educação (17); Emigração (1); Exército (1); História e Cultura nacionais (10); Internacional (85); Justiça (5); Maçonaria/Livre pensamento (6); Operariado (8); Personalidades (28); Sociedade (35); e Tumultos/Manifestações/Greves (29).

<sup>355</sup> João Franco Monteiro, *Para onde vamos?*, in *A Nação*, 21 de Março de 1911, ano LXIV, n.º 15:084, p. 1.

A desmoralização pelo projecto republicano, que a imprensa católica vinha afirmando e alimentando desde os primeiros meses do novo regime, era tida como uma das facetas mais visíveis para explicar a desordem e a crise por que passava Portugal. E que, segundo *A Nação*, eram fundamentalmente de origem moral<sup>356</sup>. Há muito que este periódico, como outros afectos à imprensa católica, vinha defendendo uma recristianização dos portugueses, capaz de debelar o mal-estar que se vivia «(...) n'uma sociedade anarchisada, incosciente, sem educação civica...»<sup>357</sup>. Efectivamente, factores como a instabilidade política, a falta de trabalho, o encarecimento dos bens de primeira necessidade, a vida miserável da população, a desordem nas ruas, em especial as de Lisboa, eram demonstrativos e elucidativos da crise social que grassava em Portugal, e que era constantemente abordada pelos periódicos católicos nos seus editoriais. *A Nação* haveria de confirmar que era essa realidade que justificava «(...) o descontentamento agudo do povo que, para fazer explosão, aproveita todos os ensejos»<sup>358</sup>.

Já em 1912 – no seguimento de semanas seguidas, desde o início do ano, a viver sob o signo da bomba, das greves, e dos tumultos nas ruas – o director d' *A Nação* mostrava-se muito receoso dos dias em que vivia, e acusava o Governo republicano de ser o responsável pela actual situação de instabilidade social. E questionava: «(...) Quem está seguro n' um paiz, onde se divulga o fabrico de bomba e onde se preconiza o seu emprego como arma offensiva e defensiva?»<sup>359</sup>. O articulista denunciava que não havia segurança, a vários níveis, e que havia um clima de medo generalizado na população.

Ora, para resolver a crise social que se instalara em Portugal, o *Echos do Minho* assegurava que a sociedade portuguesa deveria agir, saindo da opressão a que estava sujeita desde o liberalismo, promovendo «(...) uma grande reforma social, a qual, melhorando as condições materiais, moraes e intellectuais do trabalhador, só se encontra dentro do Christianismo»<sup>360</sup>. Ficava evidente, neste comentário, que a matriz cristã deveria ser o sustentáculo da desejada vida nova tão propagandeada pelos católicos, ainda antes da instauração da República. Dias depois, em 10 de Outubro de 1912, o

---

<sup>356</sup> Cf. João Franco Monteiro, *Na Defensiva*, in *A Nação*, 11 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:279, p. 1.

<sup>357</sup> João Franco Monteiro, *Nuvens negras*, in *A Nação*, 4 de Agosto de 1911, ano LXIV, n.º 15:197, p. 1.

<sup>358</sup> A. de F., *Os acontecimentos de hontem*, in *A Nação*, 27 de Novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:292, p. 1.

<sup>359</sup> João Franco Monteiro, *Questões importantes*, in *A Nação*, 25 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:411, p. 1.

<sup>360</sup> *O perigo social*, in *Echos do Minho*, 29 de Setembro de 1912, ano II, n.º 179, p. 1.

*Echos do Minho* traçou, no editorial desse dia, um plano tripartido de acção que, a seu ver, era indispensável ser aplicado para ultrapassar as dificuldades e os perigos então vividos. Esse plano, apresentado como sendo um apostolado de obras cristãs e de acção social católica, abria-se em três valências essenciais: social, religiosa, e política<sup>361</sup>. De acordo com o periódico de Braga, num ambiente de angústias e de incertezas, a fórmula para resolver a crise nacional passava pela «(...) reconstrucção de todo o edificio social, sobre uma obra de paz e de concordia que consolide a unidade nacional»<sup>362</sup>.

A atenção da imprensa católica para o campo social era uma constante. Nos diferentes editoriais analisados sobre esta temática, era afigurado que o país ia a caminhar num rumo errado pelo erro que nascia, não apenas da aplicação das políticas republicanas, mas também e «(...) sem duvida de três factores sociaes de muita importancia: o analfabetismo, a corrupção, e a má repartição da riqueza nacional»<sup>363</sup>. O *Echos do Minho* assegurava que, não resolvendo esses problemas, o país seguia em direcção a um precipício que lhe seria fatal, e mantinha a sua ideia fundamental: só uma educação cristã é que poderia ser o fomento da recristianização da sociedade e reconstruir com novas alicerces o antigo edificio social onde, no seu entender, se havia arruinado a Monarquia Constitucional<sup>364</sup>. Meses mais tarde, o periódico de Braga denunciava a propaganda social dos republicanos, afirmando que Portugal não dispunha de muitas obras sociais, apesar de estas serem necessárias<sup>365</sup>.

Em completa opposição às obras sociais, Portugal dispunha de grandes casas de jogo, algo que a imprensa católica criticava em cada editorial escrito sobre esse assunto. Com efeito, o jogo era visto como um mal social, responsável pelo abandono do homem das suas responsabilidades familiares e religiosas. Nessa época, o jogo era considerado ilegal. Porém, a condescendência das autoridades favorecia o seu crescimento, a juntar às muitas casas de passe e cabarés que existiam. A cidade de Lisboa era, por isso, frequentemente apelidada, pelos periódicos católicos e pelos cidadãos mais conservadores, como a “nova Sodoma”. No fim de Fevereiro de 1912, A. de F. assumia grande preocupação pela aprovação do Senado de «(...) uma moção em favor da regulamentação do jogo»<sup>366</sup>. A. de F. assegurava que era possível impedir eficazmente o jogo porque em Lisboa e nos seus arredores sabia-se onde existiam as casas de

---

<sup>361</sup> Cf. *O Apostolado secular*, in *Echos do Minho*, 10 de Outubro de 1912, ano II, n.º 182, p. 1.

<sup>362</sup> *A crise nacional*, in *Echos do Minho*, 24 de Novembro de 1912, ano II, n.º 195, p. 1.

<sup>363</sup> *Sem rumo certo*, in *Echos do Minho*, 19 de Dezembro de 1912, ano II, n.º 202, p. 1.

<sup>364</sup> Cf. *O alicerce único da Paz Social*, in *Echos do Minho*, 17 de Abril de 1913, ano III, n.º 235, p. 1.

<sup>365</sup> *O Problema Social*, in *Echos do Minho*, 14 de Setembro de 1913, ano III, n.º 278, p. 1.

<sup>366</sup> A. de F., *O jogo*, in *A Nação*, 22 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:358, p. 1.

tavolagem. Para este colaborador, um dos problemas afectos ao jogo passava pela falta de fiscalização, mas a inoperância das autoridades policiais também era apontada: «(...) Se portanto, a auctoridade não assalta esses logares, não confisca o mobiliario e não prende os pontos – é porque não quer»<sup>367</sup>. No fim desse mês de Fevereiro, o articulista voltava a lançar o assunto do jogo para editorial, mostrando-se, uma vez mais, muito desagradado com a possível regulamentação do jogo. Ainda que não apresentasse grandes alterações ao discurso, que vinha encetando desde os últimos editoriais sobre o jogo, A. de F. assegurava, no entanto, que «(...) a regulamentação do jogo, portanto, não é um remedio ao vicio. Será pelo contrario uma exacerbação para o vicioso»<sup>368</sup>. Este foi o último editorial dedicado exclusivamente ao jogo e aos problemas sociais que este acarretava. No entanto, a espaços, esse tema foi fazendo parte de outros editoriais, sobretudo quando o tema principal do artigo de fundo era relativo a ataques à legislação governativa dos republicanos ou das crises sociais, então muito destacadas na imprensa católica.

Um outro aspecto, amiudamente analisado, foi a emigração, quase sempre apresentada como um problema social e de difícil resolução. O desaproveitamento do terreno agrícola era apontado pela imprensa católica, nomeadamente pelo *Echos do Minho*, como uma das principais causas para o grande fluxo emigratório, que se iniciou ainda no século XIX e que aumentou nos primeiros anos do século XX, sobretudo em direcção ao Brasil. Portugal era e seria um país de emigrantes. Com efeito, «(...) só entre 1910 e 1912, 226 205 portugueses abandonaram o país – cerca de 3,7% da população. Foi o maior êxodo antes de 1960»<sup>369</sup>.

O *Echos do Minho* analisou pela primeira vez este tema, em editorial, no fim de Novembro de 1911<sup>370</sup>. Haveria de repeti-lo, quinze dias depois, em 14 de Dezembro, e novamente em 17 de Dezembro. O discurso assentava nas dificuldades sentidas pelos portugueses, sobretudo por aqueles que se dedicavam à agricultura e não encontravam grande sustento na mesma. A este propósito, em Agosto de 1912, o periódico de Braga haveria de sustentar que os agricultores, não conseguindo o sustento necessário para alimentar as suas famílias, lançavam «(...) suas vistas para o Brazil, onde almeja[m] juntar umas centenas de mil réis para resgatar a gleba comprometida ou adquirir

---

<sup>367</sup> A. de F., *O jogo*, in *A Nação*, 24 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:360, p. 1.

<sup>368</sup> A. de F., *O jogo*, in *A Nação*, 27 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:362, p. 1.

<sup>369</sup> RAMOS, Rui – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal...*p. 597.

<sup>370</sup> Cf. *Um problema nacional: a corrente imigratória*, in *Echos do Minho*, 30 de Novembro de 1911, ano I, n.º 93, p. 1.

outra»<sup>371</sup>. Efectivamente, portugueses de vários pontos do país saíam, às centenas, iludidos pelo *el Dorado* de uma vida economicamente desafogada, mesmo que isso representasse abandonar as suas raízes. Engajadores à procura de lucros fáceis corriam Portugal, aliciando agricultores, operários fabris, industriais, para viajarem para o outro lado do Oceano Atlântico em grandes embarcações, de empresários dedicados àquele negócio. A maioria dos portugueses – às vezes eram famílias inteiras – viajava para o Brasil, engrossando «(...) os batalhões operários das áreas industriais (especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro)...»<sup>372</sup>. Outros viajavam para a Argentina, em particular para Buenos Aires, e também para os Estados Unidos da América, sendo que alguns deles não ficavam no continente, em geral na sua costa este, mas continuavam rumo ao Oceano Pacífico, para o arquipélago norte-americano do Havai. Muitos daqueles empresários e engajadores publicitavam as suas viagens transcontinentais para o estrangeiro em jornais de todo o país, a preços reduzidos para cativar clientela.

### **5.6.2. A atenção da imprensa católica sobre o campo económico**

A análise à situação económica do país foi uma constante nos editoriais da imprensa católica. Aliás, já era assim desde a Monarquia Constitucional. Mas, com a instauração da República, os diversos periódicos católicos aproveitaram cada acção governativa nos campos da economia e finanças nacionais, que não eram especialmente desafogadas, para fundamentarem as críticas que lhe vinham dirigindo, sobretudo em termos políticos. Tal ficou patente no editorial d' *a Nação* de 20 de Julho de 1911. O autor deste artigo de fundo, B. M., traçava um retrato sobre a actual situação económica-financeira do país, em especial desde a mudança de regime. Reconhecendo que o saldo das contas públicas era negativo, o articulista aconselhava o Governo Provisório (GP) a ser mais comedido na hora de aplicar e de distribuir os dinheiros públicos. Criticou o pedido de crédito de 1500 contos, solicitado pelo Governo, afirmando que o mesmo não elucidou, de forma transparente, a razão desse financiamento. E contestava esse acto afirmando que o mesmo «(...) vae ter como consequencia o agravamento das dificuldades que pesam, já intensamente, sobre o thesouro tão depauperado»<sup>373</sup>. Esta crítica seria sustentada pelo *Echos do Minho* no primeiro balanço anual, realizado no último dia do ano de 1911. Nesse editorial era

---

<sup>371</sup> *A Agricultura e a Emigração*, in *Echos do Minho*, 22 de Agosto de 1912, ano I, n.º 168, p. 1.

<sup>372</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1900-1910)*...p. 212.

<sup>373</sup> B. M., *O credito dos 1:500 contos*, in *A Nação*, 20 de Julho de 1911, ano LXIV, n.º 15:188, p. 1.

confirmado que, em termos económicos, esse fora um ano «(...) de fome, de falta de trabalho e de desenvolvimento da riqueza publica»<sup>374</sup>.

O Governo Provisório sobrevivia com orçamentos baixos, mas já era assim desde as últimas décadas da Monarquia Constitucional<sup>375</sup>. Era conhecida a elevada despesa pública portuguesa. A propaganda republicana vinha atacando a Monarquia, especialmente, sobre a questão dos gastos da Casa Real e dos partidos monárquicos, os denominados “adiantamentos”. Talvez por ser conhecedor dessa realidade, B. M., colaborador d’ *A Nação*, criticava o primeiro orçamento da República, no final de 1911, por este ser, no seu entender, «(...) a reedição das velhas habilidades que imortalisaram o orçamento-logo-mór do Constitucionalismo»<sup>376</sup>.

Ainda que a resolução do problema financeiro não fosse de fácil concretização, o objectivo do Governo era claro: havia que equilibrar as finanças públicas. José Relvas (1858-1929), como ministro das Finanças do Governo Provisório, tratou de lançar «(...) uma reforma com o objectivo de promover a modernização do sistema fiscal...»<sup>377</sup>, que fosse capaz de atingir esse propósito, algo que chegou a ser almejado mais tarde, já no ano económico de 1912-1913<sup>378</sup>. As críticas severas eram, no entanto, mais rápidas que o aparecimento dos resultados. Tendo por cenário a solicitação de mais um empréstimo pelo governo republicano, João Franco Monteiro criticava duramente aquela acção governativa. O articulista anunciava que o empréstimo seria para aplicar nos ministérios da Guerra e do Fomento, e ironizava quando assegurava a origem do dinheiro: «(...) a agiotagem financeira, a *mascotte*, autentica e incontestavel, [vem] do nosso progresso, da nossa riqueza e do nosso futuro»<sup>379</sup>. Aquele jornalista católico temia pelo futuro das finanças públicas e do endividamento do país, assegurando que seriam os contribuintes a pagar os excessos da política financeira da República.

---

<sup>374</sup> *Balanço annual*, in *Echos do Minho*, 31 de Dezembro de 1911, ano I, n.º 101, p. 1.

<sup>375</sup> As últimas décadas da Monarquia Constitucional portuguesa foram vividas com grandes dificuldades financeiras. Desde a década de 1890 que o Estado foi sendo desacreditado pelos mercados financeiros europeus por não conseguir pagar os seus créditos. A constante depreciação do real, moeda nacional, ajudou à crise que levou o país à bancarrota em 1892, e à constituição de novos acordos financeiros com os credores em 1902. No mesmo sentido, as receitas fiscais não acompanharam o aumento da dívida pública e por isso o dinheiro nunca abundou durante a governação republicana. Sobre este tema ver: MATA, Maria Eugénia – A política financeira. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 191-203.

<sup>376</sup> B. M., *Situação melindrosa*, in *A Nação*, 23 de Dezembro de 1911, ano LXV, n.º 15:313, p. 1.

<sup>377</sup> MATA, Maria Eugénia – A política financeira. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 194.

<sup>378</sup> *Idem*, p. 195.

<sup>379</sup> João Franco Monteiro, *Empréstimo...progressivo*, in *A Nação*, 9 de Abril de 1912, ano LXV, n.º 15:397, p. 1.

Embora surgissem alguns resultados positivos das reformas aplicadas pelos governantes republicanos, a imprensa católica insistia em constantes solicitações ao Governo para que este procedesse a «(...) uma conscienciosa fiscalização da administração publica»<sup>380</sup>. Assim era referido pelo *Echos do Minho*, no final de Agosto de 1912, num editorial dedicado à apresentação de diversas questões relacionadas com os dinheiros públicos. Mas já no fim desse ano, em 1 de Dezembro – enquanto se relembra pontualmente mais um aniversário da restauração da independência de Portugal (1640) – o *Echos do Minho* adivinhava grandes perigos para a independência económica do país. O jornal bracarense atestava que a hora vivida era grave, antevia o aparecimento de novos impostos e o pedido de novos empréstimos ao exterior, numa altura em que, asseverava, Portugal estava na borda do abismo. O *Echos do Minho* apresentava uma realidade muito preocupante, mas assegurava que ainda havia esperança, evidenciando o seu espírito cristão, e o remédio até era simples: «(...) fazer, depressa, a reconciliação de todos os portugueses, entrar n’ um caminho de ordem e de paz, embora se desgoste a escumalha, que por convenção se tem chamado, sem o ser, opinião publica»<sup>381</sup>.

Em meados de Janeiro de 1913, já no decurso dos primeiros dias do governo de Afonso Costa, iniciado em 9 de Janeiro, o *Echos do Minho* apresentou um editorial com revelações sobre o orçamento proposto pelo chefe do Governo. Era asseverado que era urgente proceder às reformas financeiras, e que para estas funcionarem deveriam ser assumidas medidas mais duras de fiscalização do que as que vinham a ser feitas até então<sup>382</sup>.

No mês seguinte, as críticas negativas à acção económica de Afonso Costa mantinham-se. Como era normal nos editoriais da imprensa católica que visavam a República, a realidade económica servia de pano de fundo para atacar o regime. O *Echos do Minho* criticava o Governo através do que considerava ser a aplicação de uma má política financeira: «(...) são passados dois annos e meio, a divida fluctuante cresce: a fundada peora a cotação: os cambios encarecem: os impostos crescem e mostram tendências para crescer...»<sup>383</sup>. Porém, Afonso Costa expunha um outro ângulo da realidade e os números apresentados eram outros. A rectificação das contas públicas que

---

<sup>380</sup> *Questões de orçamento*, in *Echos do Minho*, 29 de Agosto de 1912, ano II, n.º 170, p. 1.

<sup>381</sup> *Na borda do abysmo*, in *Echos do Minho*, 1 de Dezembro de 1912, ano II, n.º 197, p. 1.

<sup>382</sup> Cf. *As revelações do Orçamento*, in *Echos do Minho*, 19 de Janeiro de 1913, ano III, n.º 210, p. 1.

<sup>383</sup> *Os recursos financeiros*, in *Echos do Minho*, 9 de Fevereiro de 1913, ano III, n.º 216, p. 1.

Costa logrou realizar no ano económico de 1912-1913<sup>384</sup> não serviu para calar as críticas do *Echos do Minho* e, em geral, da imprensa católica, algo que nunca foi fácil

Era comum o periódico de Braga fazer comparações entre Portugal e a Bélgica, não apenas económicas mas também políticas, ainda que ambos os países apresentassem grandes diferenças, sendo algumas delas abissais, em diversas áreas<sup>385</sup>. Uma outra diferença, tantas vezes referida pela imprensa católica, era a força política que os católicos belgas possuíam, e a falta dela entre os católicos portugueses. Em Portugal, os destinos políticos estavam nas mãos dos republicanos, desde 1910. A Bélgica era uma Monarquia Constitucional, administrada pelo rei Alberto I (1909-1934), e o Centro Católico belga assumia o poder legislativo do país, desde o final do século XIX. O bom exemplo flamengo era apontado para a resolução do problema financeiro de Portugal. Num editorial de 9 de Março de 1913, o *Echos do Minho* exaltava a postura do governo belga, afirmando que a habilidade do Governo liderado por Afonso Costa «(...) seria sanear o estado financeiro, diminuindo a tributação, como fez o centro catholico que há trinta annos dirige os negocios publicos na florescentissima monarchia belga»<sup>386</sup>.

O jornal bracarense acusava o Governo de ter agravado as contribuições, o que, na sua óptica, constituiu um erro financeiro porque desvalorizou as fontes de receita pública. No mesmo sentido, o *Echos do Minho* assegurava que não poderia existir estabilidade governativa enquanto o suporte do seu poder «(...) são os caprichos insentatos das multidões inconscientes...»<sup>387</sup>. Uma outra vertente deste problema económico-financeiro passava, no entender do jornal de Braga e da própria imprensa católica, pelo desaproveitamento e pela inexploração de riquezas próprias, ou no país ou nas colónias.

Se o Alentejo era visto como uma das soluções para o problema financeiro de Portugal, podendo ir para ali muitos trabalhadores de outros pontos do país para criar e

---

<sup>384</sup> Cf. RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 467.

<sup>385</sup> A Bélgica, em exactamente 30 528 km<sup>2</sup>, concentrava 7,4 milhões de habitantes (hab.) em 1910, com uma densidade populacional de 651 hab. por km<sup>2</sup>. Portugal, também nesse ano de 1910, em 92 391 km<sup>2</sup>, dispunha de 5,9 milhões de hab., com uma densidade populacional de 65 hab. por km<sup>2</sup>. Tudo o resto explica-se deste modo: face aos grandes factores relacionados com o desenvolvimento do País (como por exemplo: níveis de industrialização, de importação, e de exportação de produtos, PIB *per capita*, população activa e sua distribuição pelos grandes sectores de actividade), os níveis apresentados por Portugal eram inferiores aos da Bélgica. Cf. RAMOS, Rui – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 19.

<sup>386</sup> *O critério governamental*, in *Echos do Minho*, 9 de Março de 1913, ano III, n.º 224, p. 1.

<sup>387</sup> Idem, *ibidem*.

fomentar o celeiro nacional<sup>388</sup>, também era expresso que Portugal poderia tirar novos rendimentos se «(...) aproveitasse os magníficos recursos do seu domínio colonial»<sup>389</sup>.

Há muito tempo que a questão colonial<sup>390</sup> constituía, para a imprensa católica, um paradigma quimérico. Com efeito, a questão colonial «(...) era a mais sonhada e a mais distante dos portugueses (...) [e] foi a questão que mais fez vibrar o sentimento patriótico e mais alimentou a nossa tão enraizada tradição sebastianista»<sup>391</sup>, tradição a que a imprensa católica era muito afectada. Por outro lado, também os governantes republicanos olhavam com particular atenção para as colónias ultramarinas. Com efeito, «conscientes da força do império na formação da unidade e identidade nacionais, os governantes republicanos, desde cedo, incorporaram no seu discurso cultural e político a defesa da salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos como um dos vectores fundamentais da sua propaganda política»<sup>392</sup>.

A imprensa católica defendia que as colónias «(...) só se conservam e aumentam pela acção benéfica dos missionários portugueses ou pelas missões estrangeiras subsidiadas pelo Estado»<sup>393</sup>. O *Echos do Minho* esperava que o governo republicano assumisse a sua responsabilidade em manter, subsidiar e engrandecer o império colonial nas suas diferentes valências, mas tal tarefa não foi de fácil concretização, por muitos factores como, por exemplo, os problemas económicos e financeiros das colónias, a rede de transportes, ou a tardia pacificação de alguns territórios, como Moçambique e Timor-Leste.

A partir de 1912, a imprensa católica começou a apresentar as colónias sob o prisma da inveja que as mesmas suscitavam no panorama europeu. Para o diário *A Nação*, a má orientação administrativa das colónias, promovida pelo governo republicano, fragilizava a situação política perante as grandes nações europeias que também possuíam territórios ultramarinos, em especial, em África. O jornal de Lisboa assegurava que, perante aquela realidade, «(...) é naturalíssimo que os olhos cubiçosos das potências se arregalassem para os riquíssimos despojos do nosso imperio

---

<sup>388</sup> Cf. *A economia nacional*, in *Echos do Minho*, 28 de Agosto de 1913, ano III, n.º 273, p. 1.

<sup>389</sup> *Problemas financeiros*, in *Echos do Minho*, 14 de Agosto de 1913, ano III, n.º 269, p. 1.

<sup>390</sup> Sobre a questão colonial e as suas diferentes valências no decurso da Primeira República ver: PROENÇA, Maria Cândida – A questão colonial. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 205-228.

<sup>391</sup> SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...* p. 34.

<sup>392</sup> PROENÇA, Maria Cândida – A questão colonial. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 205.

<sup>393</sup> *As colonias portuguesas*, in *Echos do Minho*, 30 de Março de 1911, ano I, n.º 24, p. 1.

ultramarino...»<sup>394</sup>. O mesmo afirmaria, dois dias depois, o *Echos do Minho*. O bissemanário de Braga defendia as colónias como constituindo parte da nacionalidade portuguesa, e criticava os republicanos de não lhe garantirem a importância devida<sup>395</sup>. João Franco Monteiro asseverava, no início de Fevereiro, que o império colonial português estava em perigo e que havia já um acordo político, entre a Alemanha e a Inglaterra, para a divisão das nossas colónias entre estas potências<sup>396</sup>. O jornal lisbonense publicava, no seu editorial, uma nota oficiosa do governo inglês que retratava alguns dos «(...) defeitos e lacunas na administração das nossas províncias ultramarinas, apontam-se a pobreza franciscana d' esta terra, como uma das causas do atraso colonial, onde as iniciativas succumbem á falta de recursos e de auxílios»<sup>397</sup>. Em Março desse ano, A. de F. afirmava que a intervenção estrangeira nas colónias era uma realidade inelutável. Perante essa realidade, o articulista solicitava ao governo nacional que dissesse a verdade aos portugueses quanto a esta matéria<sup>398</sup>.

A administração republicana sobre as colónias era apontada pela imprensa católica como sendo desastrosa. Já no passado, *A Nação* e o *Echos do Minho* haviam recuperado o nome de D. Carlos como um monarca que, segundo aqueles periódicos católicos, havia criado uma estrutura na administração colonial e também uma cuidada acção diplomática com as grandes potências europeias, reduzindo-lhes o apetite sagaz pelas colónias portuguesas.

Em Maio de 1912, A. de F. retomava as críticas à governação republicana quanto à escolha do pessoal administrativo para as colónias. O articulista confirmava que «(...) o Governo provisório tinha graves responsabilidades na desordem dominante pela péssima escolha em que apenas se atendera ao republicanismo dos nomeados»<sup>399</sup>. Ficava evidente que a questão colonial era sensível aos olhos da imprensa católica, por há muito estar solidificada na própria história do nacionalismo católico, que era uma das bases de apoio e parte integrante da estrutura de acção da imprensa católica.

---

<sup>394</sup> João Franco Monteiro, *Colonias*, in *A Nação*, 10 de Janeiro de 1912, ano LXV, n.º 15:324, p. 1.

<sup>395</sup> Cf. *O nosso domínio colonial*, in *Echos do Minho*, 14 de Janeiro de 1912, ano II, n.º 105, p. 1.

<sup>396</sup> Este acordo político entre a Alemanha e a Inglaterra, para a divisão das colónias portuguesas em África, foi denunciado em Fevereiro de 1912 pelo então embaixador português Teixeira Gomes em Londres, mas logo foi desmentido pelo governo inglês de Herbert Henry Asquith. Já no início de 1913, foi tornado público o acordo entre a Alemanha e a Inglaterra, de 30 de Agosto de 1898, que dividia as colónias nacionais entre aquelas duas nações. Em Outubro de 1913, foi rubricado o texto definitivo do denominado Acordo Anglo-Alemão. O perigo sobre as nossas colónias era cada vez maior. Sobre este tema, alargado à Primeira Guerra Mundial, ver: PIRES, Ana Paula – O conflito mundial. In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 249-266.

<sup>397</sup> João Franco Monteiro, *Colonias*, in *A Nação*, 11 de Fevereiro de 1912, ano LXV, n.º 15:349, p. 1.

<sup>398</sup> A. de F., *Pautas ultramarinas*, in *A Nação*, 15 de Março de 1912, ano LXV, n.º 15:377, p. 1.

<sup>399</sup> A. de F., *Colonias*, in *A Nação*, 18 de Maio de 1912, ano LXV, n.º 15:430, p. 1.

## **Concluindo**

O subperíodo entre 1911 e 1913 ficou marcado, a vários níveis, por momentos de profundas mudanças na sociedade portuguesa, que, em muitos casos, geraram grande instabilidade. A acção laicizadora do Governo Provisório e dos primeiros governos constitucionais esbarrou com a intransigência de muitos católicos que aproveitaram as páginas dos jornais da imprensa católica para acusar os governantes republicanos, em especial Afonso Costa, e para denunciar as suas políticas que consideravam humilhantes. Através da análise dos títulos católicos seleccionados e dos seus editoriais, procurámos demonstrar de que forma é que a imprensa católica foi apresentando e desenvolvendo as suas ideias no quadro global da história da Primeira República. Nesse sentido, a partir de diversos casos particulares, ficaram evidenciadas quatro grandes linhas de análise. Em termos políticos, a imprensa católica partiu das denúncias da obra da República até ao desencanto em que caiu o próprio projecto republicano. Em termos religiosos, ficaram evidentes os sucessivos conflitos entre Estado e Igreja Católica, em diversos casos e com diferentes efeitos, com especial relevo para a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Já em termos sociais e económicos, foi realçada a situação do país nesses dois importantes vectores, num quadro necessariamente genérico.

## Capítulo 6.

### A imprensa católica e a evolução do país durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

«Perante o actual estado de desorientação e indisciplina alarmantes, que dia a dia augmenta, cada vez mais se torna indispensável accendrar e fortalecer a fe catholica».  
*Liberdade*<sup>1</sup>

#### 6.1. Os jornais *Liberdade* (Porto, 1914-1919) e *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919)

De acordo com a lógica norte-sul que temos vindo a seguir, seleccionámos, neste segundo subperíodo, quatro títulos: dois do norte (*Echos do Minho* e *Liberdade*), e dois do sul (*A Nação* e *A Ordem*). Destes quatro títulos, dois são continuidade: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919) e *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); e dois são títulos que nasceram apenas nesse período: *Liberdade* (Porto, 1914-1919) e *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919). Neste primeiro ponto iremos apresentar estes últimos títulos, seguindo a estrutura apresentada anteriormente. Ou seja, no decorrer dos próximos parágrafos, iremos apresentar os periódicos, aduzindo diversos elementos das suas estruturas internas, como sejam os principais aspectos relacionados com a direcção, com a administração, e com a redacção de cada um deles. Após essa breve apresentação, e de uma forma expositiva, vamos referir os temas abordados pelos dois títulos, promovendo a apresentação em quadros explicativos dos respectivos assuntos versados no conjunto dos editoriais analisados.

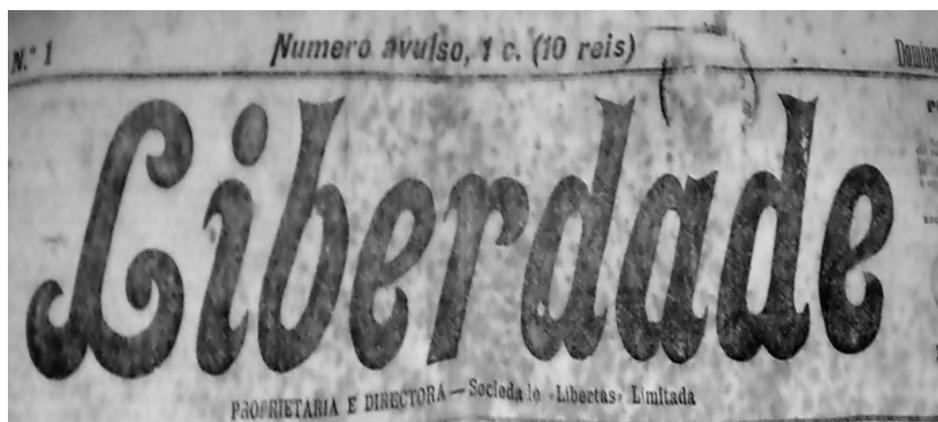


Figura n.º 11: Pormenor do primeiro número da *Liberdade*  
(7 de Junho de 1914, ano I, n.º 1)

<sup>1</sup> A Redacção, “*Liberdade*”, in *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, ano I, n.º 1, p. 1.

O jornal *Liberdade* nasceu na cidade do Porto, em 7 de Junho de 1914 (ano I, n.º 1), e publicou o seu último número em 12 de Fevereiro de 1919 (ano VI, n.º 1407). Foi o continuador dos jornais *A Palavra* (1872-1911) e *O Grito do Povo* (1899-1913). Apresentou-se ao público como diário, e não se publicava à segunda-feira, reservando o domingo para o descanso semanal dos seus trabalhadores. Tal era apanágio dos jornais católicos. Mas, de uma forma geral, esse interregno semanal era também seguido por outras publicações, depois da lei do descanso semanal ter entrado em vigor, em Agosto de 1907. A *Liberdade* não apresentou qualquer subtítulo no decurso da sua existência, ainda que a indicação das suas propriedade e direcção, surgidas abaixo do título do periódico, pudessem e possam transmitir essa ideia. Nesse sentido, a propriedade e a direcção da *Liberdade* foram, primeiramente, assumidas pela Sociedade Libertas Limitada, até que, em 1 de Janeiro de 1915 (ano II, n.º 172), a propriedade passou a designar-se por «Empresa Jornalística da Liberdade, Lda», mantendo-se até ao fim da publicação do jornal.

Ao longo do período de edição da *Liberdade*, foram várias as pessoas que assumiram papel de relevo nos quadros do jornal. Como critério que temos vindo a seguir, iremos apenas registar os primeiros nomes que ali surgiram. O lugar de chefe de redacção foi ocupado por Francisco de Sousa Gomes Veloso. Já Carneiro de Mesquita assumiu, duplamente, a função de administrador e de editor do diário. A *Liberdade* assegurou a sua redacção, administração, e as oficinas de impressão e tipografia no mesmo espaço físico, localizado na Rua da Galeria de Paris, 56, ficando aí durante toda a sua existência. O seu endereço tipográfico era: «Liberdade – Porto». Mais tarde, o periódico passou a fazer uso do telefone para o seu trabalho, tendo o número 1693. Como outro qualquer jornal do seu tempo, a *Liberdade* apostou na diversidade das suas secções, de forma a manter vivo o interesse pelo periódico e eventualmente captar novos leitores e assinantes. O folhetim era talvez um dos que granjeava maior popularidade. A *Liberdade* iniciou a publicação do folhetim desde o início da sua publicação, sustentando, como título, apenas a seguinte informação: «Folhetim da Liberdade». Seguidamente, vamos apresentar as diversas secções que existiram no período em que analisámos este periódico: Junho de 1914 a Dezembro de 1918 (segundo subperíodo), e Janeiro a Fevereiro de 1919 (terceiro subperíodo).

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Acção Catholica</i>	Notícias sobre a Acção Católica	Não
<i>Em volta da guerra</i>	Notícias da Grande Guerra	Não

<i>Notas da guerra</i>	Notícias da Grande Guerra	Não
<i>Mobilisando</i>	Notícias da Grande Guerra	Não
<i>Sublinhando</i>	Análise da vida política nacional	Paschino
<i>Ephemerides da semana</i>	Notícias variadas da semana	Não
<i>Diario de Lisboa</i>	Informações variadas desde Lisboa	Não
<i>Do Paiz</i>	Notícias de várias partes do país	Não
<i>Chronica Militar da Guerra</i>	Análise da Grande Guerra	W
<i>Carestia da vida</i>	Apontamentos de casos de fome entre o povo	Não
<i>Echos do meu quarto</i>	Sociedade (aspectos femininos)	Banco de Pé
<i>Capellães militares – a voz do Paiz</i>	Pequenas informações sobre os capelães militares	Não
<i>Gazetilhas</i>	Poesia	Marco Aurelio
<i>Critica Alegre</i>	Pequenos comentários sobre a actualidade política	Não
<i>Boletim Elegante</i>	Sociedade (notas sobre partidas e chegadas de pessoas conhecidas e amigos)	Não
<i>Sempre na brecha!: a poderosa artilharia das ideias</i>	Apontamentos sobre temas variados	Catharina de Sousa
<i>Imprensa Mundial</i>	Pequenas notícias (breves) de Portugal e do Mundo	Não
<i>A Conflagração Europêa</i>	Apresentação de pequenos telegramas da Grande Guerra	Não
<i>Echos da Guerra</i>	Pequenas notícias (breves) da Grande Guerra	Não
<i>De Norte a Sul</i>	Notícias variadas sobre o país	Não
<i>De Pólo a Pólo</i>	Notícias de várias partes do Mundo	Não
<i>A nossa lingua</i>	Gramática	Frei Gil da Soledade
<i>Depois da Guerra – vida internacional</i>	Retratos e relatos do pós-guerra	Não

**Quadro n.º 7: Diferentes secções do jornal *Liberdade* (Porto, 1914-1919)**

No caso dos pontos de venda e de cobrança, o jornal *Liberdade* seguiu o sistema implementado pelos seus contemporâneos, vendendo-se em quiosques e em outras casas comerciais, como tabacarias, mercearias, chapelarias, ou mesmo barbearias. A venda da *Liberdade*, no Porto, estava assegurada nos principais quiosques da cidade e nas próprias instalações do jornal, assim como pela venda personalizada nos muitos ardinhas que palmilhavam as principais ruas e avenidas da “cidade invicta”. Para além do Porto, a venda da *Liberdade* estava garantida em outras cidades do norte e sul do país. Em Braga, a venda do periódico portuense fazia-se na Papelaria do Guilherme, Avenida Central (antigo Campo de Sant’Ana), e na Papelaria Campos (Largo dos Terceiros). Na Figueira da Foz: Tabacaria Malafaia; Barbearia Palhas (frente ao Jardim Municipal, 14).

Em Guimarães: Chapelaria Lemos – A Social; Quiosque Torcato (à Praça D. Afonso Henriques). Em Lisboa, a venda da *Liberdade* ocorria em diferentes pontos da cidade: Tabacaria Mónaco (Rossio); Tabacaria Barbosa (Rua do Carmo, 67); Casa Católica de Almeida Miranda (Rua Poiares de S. Bento, 133); e Tabacaria Inglesa (Praça Duque da Terceira, 18). Em Monção, a aquisição do periódico fazia-se no estabelecimento de José Ramos que vendia produtos de mercearia e de papelaria. Mas as casas particulares também eram locais de venda da *Liberdade*. Assim acontecia na Póvoa de Varzim, onde a *Liberdade* se vendia na casa de José Martins Gonçalves (Praça da República), e em Vila do Conde, na casa de Maria José Cotinho, para além de se vender no quiosque da ponte, nesta localidade.

Para além do método de venda directa, também era utilizado o processo de assinaturas, e a *Liberdade* apostava neste tipo de distribuição para atingir leitores e assinantes em locais mais afastados dos maiores centros de concentração humana. Frequentemente, o jornal inseria uma pequena nota nas suas páginas a solicitar aos seus leitores o pagamento das suas assinaturas, e expunha o *modus operandis* desse processo, como é o caso seguinte:

«Rogamos aos assignantes o especial obsequio de mandarem satisfazer a importancia em debito da assignatura logo após a recepção do aviso da estação postal.

Quando por qualquer circumstancia não possa ser, pedimos para que seja remetida a respectiva importancia em vale do correio ou em sellos de franquia em carta registada»<sup>2</sup>.

Em termos de distribuição postal, confirmámos uma vasta listagem de localidades para onde a *Liberdade* envia os seus recibos de cobrança e onde seria certamente assinada e lida. Ao longo da existência da *Liberdade* constatámos que o jornal chegava a imensas localidades de Portugal, cujos nomes foram actualizados à denominação e ortografia em curso<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Administração, [Sem título], in *Liberdade*, 23 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 1, p. 215.

<sup>3</sup> A *Liberdade* chegava pelo menos a estes locais: Abrantes; Aguada de Cima; Águeda; Aguiar da Beira; Alandroal; Albergaria-a-Velha; Angeja Ansião; Albufeira; Alcains; Alcobaça; Alcoutim; Alfândega da Fé; Alenquer; Alijó; Aljezur; Aljubarrota; Aljustrel; Almeida; Almeirim; Alquerubim; Alter do Chão; Alvaiázere; Amarante; Anadia; Arcos de Valdevez; Arganil; Armamar; Arouca; Arronches; Avelar; Baião; Barcelos; Barreiro; Batalha; Beja; Belmonte; Benavente; Bom Jesus do Monte; Boticas; Braga; Bragança; Cabeceiras de Basto; Cadaval; Caldela; Caminha; Campo Maior; Cantanhede; Carrazeda de Anciães; Castelo Branco; Castro Daire; Chaves Coimbra; Condeixa-a-Nova; Costa do Valado; Covilhã; Esposende; Fafe; Famalicão; Fermentelos; Guia; Guimarães; Lamego; Leça da Palmeira; Loulé; Lisboa; Lousada; Lourel; Mação; Maia; Marco de Canavezes; Matosinhos; Meda; Melgaço; Mesão Frio; Miranda do Douro; Mirandela; Monção; Moncorvo; Mondim de Basto; Montalegre; Montijo (antiga Aldeia Galega do Ribatejo); Nelas; Oliveira de Frades; Ovar; Paços de Ferreira; Paredes; Palhaça; Penafiel; Pinhão; Ponte de Lima; Porto; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Varzim; Sabugal; Sanfins do Douro; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Sertã; Teixoso; Terras de Bouro; Tortosendo; Valença do Minho; Valongo;



**Figura n.º 12: Pormenor do primeiro número d' *A Ordem* (Lisboa)  
(2 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 1)**

O jornal *A Ordem* nasceu na cidade de Lisboa, em 2 de Fevereiro de 1916 (ano I, n.º 1), e publicou o seu último número em 7 de Fevereiro de 1919 (ano IV, n.º 899). Apresentou-se como diário, sendo que o jornal não se publicava à segunda-feira, ficando as oficinas do jornal encerradas ao domingo, dia santificado para os católicos e dia do descanso semanal, como era regra em Portugal. Porém, a partir de 13 de Maio de 1918 (ano III, n.º 672) *A Ordem* passou a publicar-se também à segunda-feira, assumindo verdadeiramente a designação de diário. *A Ordem* assumiu a sua condição de jornal católico, e colocou-a em subtítulo desde o primeiro número apresentando-se como «Diario Catholico da Manha». Esta designação manteve-se até que, em 1 de Setembro de 1916 (ano I, n.º 176), o subtítulo foi alterado simplesmente para «Diario Catholico». Para além desta indicação, surgia uma outra logo abaixo do subtítulo: «Assistente Ecclesiastico – Dr. Pereira dos Reis». Esta identificação poderá ser entendida como uma nova forma de reforçar o cariz católico do jornal.

No decurso da existência d' *A Ordem*, foram várias as personalidades que assumiram posições de relevo à frente do jornal. Assim, Camossa Saldanha foi o seu primeiro director. Mário Martins assumia uma dupla função: era ao mesmo tempo o editor do diário e um seu redactor. Álvaro Zuzarte de Mendonça era o redactor-principal d' *A Ordem* e João Paulo Freire (Mário) assumia a função de secretário da redacção. A propriedade do jornal estava a cargo da «Empresa “A Ordem”». A redacção, a administração, a composição e a impressão estavam, primeiramente, situadas no mesmo espaço físico: a Calçada do Combro, 38-A, 2.º. Anos mais tarde, sobretudo no decorrer de 1917, *A Ordem* acabaria por trocar várias vezes de local, quer das suas redacção,

---

Viana do Castelo; Vidago; Vila do Conde; Vila Meã; Vila Nova de Cerveira; Vilar de Maçada; Vimioso; Vinhais da Serra; e Viseu.

administração, composição e impressão. O seu endereço tipográfico era: «A Ordem – Lisboa». Mais tarde, passou a utilizar o telefone tendo o número «3224 – Central». Ao longo da sua duração, *A Ordem* apresentou um apreciável conjunto de secções, como era prática corrente no jornalismo da época, e que serviam para manter o interesse dos seus assinantes e eventualmente captar novos leitores. Neste campo, podemos referir, desde já, o exemplo do folhetim que era comum em muitos periódicos como forma de prenderem o público ao longo da sua edição faseada em diversos números. O primeiro folhetim apresentado pel' *A Ordem* foi: «Sétimo, não furtar!», numa referência directa ao 7.º mandamento da Lei de Deus, sendo que o nome do seu autor não era referido. As outras secções são:

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Theatros</i>	Teatro	Não
<i>Do Porto</i>	Notícias (breves) do Porto	Não
<i>Provincias de Portugal</i>	Notícias sobre várias partes do interior do País	Não
<i>Casos da lingua</i>	Gramática (difundida às classes sociais)	Não
<i>Na Brécha</i>	Notícias variadas de diferentes locais	Não
<i>O dia religioso</i>	Informações diárias sobre horário das missas e das catequeses, de festas e devoções em Lisboa)	Não
<i>Sociedade Elegante</i>	Sociedade lisboeta (acontecimentos sociais: viagens, aniversários, etc.)	Não
<i>Parte Comercial</i>	Bolsa e Câmbios	Não
<i>Alem Fronteiras</i>	Notícias do estrangeiro	Não
<i>Por essas ruas</i>	Pequenas notícias (breves) de vária ordem ocorridas no País	Não
<i>Notas &amp; Comentarios</i>	Actualidade nacional	Não
<i>Cartas para longe</i>	Cartas dedicadas a diferentes pessoas	Mario
<i>Notas do dia</i>	Actualidade nacional	Não
<i>A Cinco Pontos</i>	Análise dos acontecimentos nacionais e actuais	Não
<i>Cartas de Paris</i>	Apontamentos sobre factos ocorridos em França	Homem Christo Filho
<i>Ao redor da guerra</i>	Notícias da Grande Guerra	Não
<i>Portugal na Guerra</i>	Notícias da Grande Guerra e sobre a participação de Portugal	Não
<i>Xadrez Politico</i>	Política	Não
<i>Sport</i>	Desporto	Não
<i>Do Brazil</i>	Notícias do Brasil	Não
<i>Boletim do estrangeiro</i>	Notícias do estrangeiro	Não
<i>Pelo Paiz</i>	Notícias de vária ordem ocorridas no País	Não
<i>Boletim Litterario</i>	Literatura	Não
<i>A Sombra da Cruz</i>	Obituário	Não
<i>Arte Musica</i>	Arte e Música	Mario de Sampaio Ribeiro

<i>Chronica Scientifica</i>	Ciência	Soares Brandão
<i>Echos</i>	Notícias variadas de diferentes temas	Não
<i>Monumentos de Portugal</i>	Arquitectura religiosa e civil do País (com fotografias dos locais)	Ignotus
<i>Tauromachia</i>	Tauromaquia	Não

**Quadro n.º 8: Diferentes secções do jornal *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919)**

Em relação aos pontos de venda e de cobrança, o jornal *A Ordem* imprimia regularmente nas suas páginas uma pequena nota assegurando que se vendia em todas as tabacarias e quiosques de Lisboa. Para além disso, este diário confirmava que dispunha de agentes em todas as cidades e vilas do país. A título de exemplo, podemos apontar o caso de Braga, onde o agente que vendia *A Ordem* e também que assegurava a recolha de anúncios era Arménio Souto Mayor. *A Ordem* também se vendia na Covilhã, sendo Alípio de Carvalho o seu agente, desde o início da publicação do diário lisboeta. Quando este agente faleceu, *A Ordem* noticiou na primeira página o caso com grande pesar. Num editorial assinado por Alberto Pinheiro Torres, no início de Fevereiro de 1917, este afirmava que «(...) convencido de que a imprensa é, nas sociedades modernas, a mais poderosa arma de combate, póde dizer-se que ele [Alípio de Carvalho] foi um dos maiores propagandistas que a imprensa catholica tem tido entre nós»<sup>4</sup>. A partir dessa altura o agente responsável pela venda e angariação de publicidade para *A Ordem*, na cidade da Covilhã, passou a ser José Figueiredo Cavalheiro. Noutras cidades, o jornal de Lisboa vendia-se em casas comerciais, como quiosques, tabacarias, ou barbearias. Assim acontecia, entre outras, na cidade de Braga, onde se vendia aquele periódico no quiosque de Inácio Prata (Praça da República, frente da Arcada da Lapa), na freguesia de Carrazeda de Montenegro (concelho de Valpaços), no estabelecimento de José Saraiva; na Figueira da Foz, na Barbearia Palhas (frente ao Jardim Municipal, 14); e no Porto, na Tabacaria Rodrigues e no Quiosque do Sebastião (Praça da Liberdade).

*A Ordem* também utilizava o serviço postal nacional para efectuar a distribuição do jornal. Dessa forma, poderia atingir localidades mais afastadas dos principais focos populacionais das cidades do litoral e do interior, onde não existiam agentes que pudessem assegurar a venda do periódico e a angariação de publicidade. Contudo, no decurso da pesquisa realizada, não encontrámos qualquer referência aos nomes das localidades onde *A Ordem* era recebida, pelo que não podemos apresentá-los.

<sup>4</sup> Pinheiro Torres, *Os humildes*, in *A Ordem*, 7 de Fevereiro de 1917, ano II, n.º 305, p. 1.

Frequentemente, este diário inseria uma pequena nota nas suas páginas – assinada pela administração – solicitando a cobrança do trimestre ou semestre aos seus assinantes, de forma a evitar gastos excessivos do jornal: «A devolução dos recibos, sem pagamento viria agravar ainda mais a hora defficil em que nos encontramos», algo que aconteceu de uma forma mais premente a partir de 1917, altura em que as restrições e dificuldades impostas pela Grande Guerra (1914-1918) mais se faziam sentir por toda a Europa e, naturalmente, também em Portugal.

## **6.2. Números e assuntos do *Echos do Minho*, da *Liberdade*, d' *A Nação*, d' *A Ordem* (Lisboa)**

O segundo subperíodo (1914 e 1918) é, temporalmente, mais alargado que o período anterior, e compreende a análise de quatro títulos. Dois estão localizados a norte: *Echos do Minho* (Braga) e *Liberdade* (Porto), e outros dois a sul: *A Nação* e *A Ordem*, ambos de Lisboa. Como já referimos no capítulo 5, a análise deste subperíodo iniciou-se, no norte, com o *Echos do Minho* e prosseguiu até 6 de Junho de 1914. No dia seguinte, o periódico *Liberdade* iniciou a sua edição. Em relação aos títulos do sul, iniciámos a análise do segundo subperíodo com *A Nação* (desde 19 de Março), até que o jornal *A Ordem* deu início à sua publicação, em 2 de Fevereiro de 1916. Nos próximos parágrafos, iremos apresentar os quadros relativos aos assuntos analisados nos editoriais de cada um dos quatro títulos apontados.

No estudo efectuado ao jornal *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), durante o segundo período (1914-1918), registámos 83 números e a mesma relação de editoriais. Esta pesquisa decorreu unicamente na BGUC. Conforme está patenteado no gráfico e quadro seguintes, esses 83 editoriais abordaram 22 assuntos diferentes e, neste caso, não houve registo de interligações, isto é, esses editoriais versaram um só tema na sua análise. A colecção analisada nesta fase está completa, e nenhum dos números do *Echos do Minho* foi apreendido ou censurado.

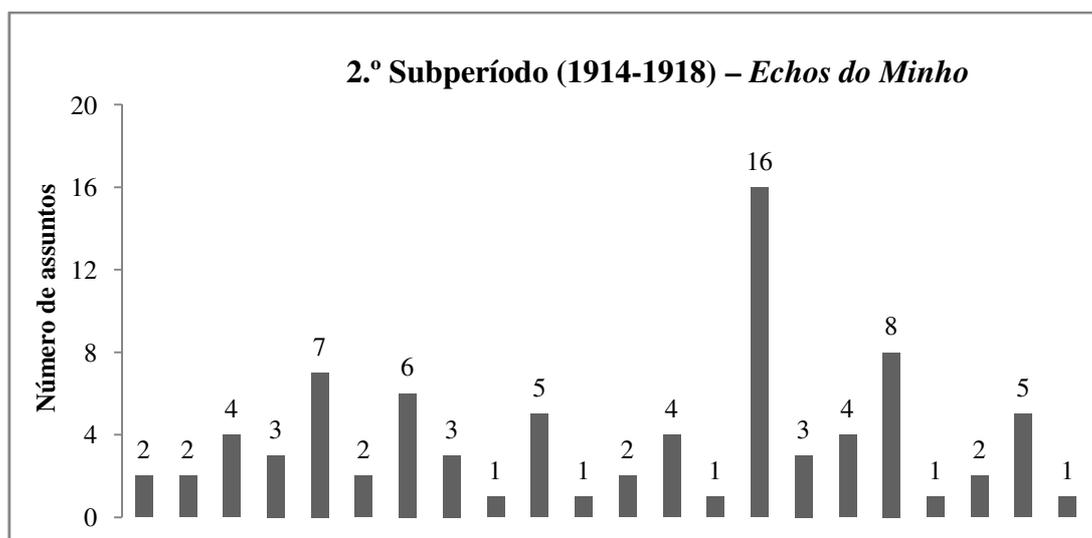


Gráfico n.º 19: Assuntos do jornal *Echos do Minho* no 2.º Subperíodo (1914-1918)

2.º Subperíodo (1914-1918) – <i>Echos do Minho</i> Diferentes assuntos analisados	Número de vezes mencionado
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	2
Economia	2
<i>Echos do Minho</i> (vida interna)	4
Educação	3
Igreja Católica (festividades)	7
Igreja Católica (geral)	2
Igreja Católica (Portugal)	6
Imprensa	3
Imprensa Católica	1
Internacional	5
Justiça	1
Lei da Separação (especificamente)	2
Maçonaria/Livre pensamento	4
Personalidades	1
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	16
Portugal (enquanto Estado e Nação)	3
Regionalismo (Sociedade e realidade política bracarense)	4
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	8
Republica # Monarquia	1
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	2
Sociedade	5
Tumultos/Manifestações/Greves	1

Quadro n.º 9: Assuntos do jornal *Echos do Minho* no 2.º Subperíodo (1914-1918)

Entre 1914 e 1918, de acordo com estes números, podemos constatar que a análise da política nacional e a República constituíram os dois assuntos mais abordados

em editorial, do *Echos do Minho*, dos 22 assuntos apresentados. Isto é, entre Janeiro de 1914 e Dezembro de 1918, o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» em 16 editoriais. O assunto «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)» foi revisto em 8 editoriais. Os outros três temas mais referenciados nos editoriais do *Echos do Minho* foram: «Igreja Católica (festividades)» em 7 editoriais; «Igreja Católica (Portugal)» em 6 editoriais, e «Internacional» e «Sociedade», ambos em 5 editoriais. Os restantes 17 assuntos registaram em cada um destes a presença entre 1 e 4 editoriais.

No estudo efectuado ao jornal *Liberdade*, durante o segundo subperíodo (1914-1918), registámos 1370 números que, no entanto, não têm correspondência directa com o número de editoriais analisados, uma vez que congregam os números apreendidos, os censurados, e os inexistentes na colecção analisada. Como aconteceu com a análise dos periódicos anteriores, a pesquisa desde diário portuense decorreu apenas na BGUC. Daquele número global registámos 1293 editoriais. A análise efectuada foi periodizada entre 7 de Junho de 1914 (ano I, n.º 1) e 31 de Dezembro de 1918 (ano V, n.º 1370). Conforme está patenteado no gráfico e quadro seguintes, esses 1293 editoriais abordaram 40 assuntos diferentes e geraram um total de 155 interligações, isto é, existiram 155 editoriais que versaram mais do que um só tema de análise. A colecção da *Liberdade* analisada na BGUC está incompleta. Para além de faltarem muitos números, muitos outros foram censurados, nomeadamente ao nível do seu editorial, ficando este muitas vezes total ou parcialmente em branco<sup>5</sup>, e um foi mesmo apreendido: o de 30 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 791.

---

<sup>5</sup> Os 48 editoriais da *Liberdade* total ou parcialmente censurados foram os seguintes: 24 de Maio de 1916, ano II, n.º 586; 3 de Junho de 1916, ano II, n.º 594; 16 de Junho de 1916, ano III, n.º 605; 26 de Julho de 1916, ano III, n.º 638; 30 de Julho de 1916, ano III, n.º 642; 17 de Agosto de 1916, ano III, n.º 656; 23 de Setembro de 1916, ano III, n.º 688; 26 de Setembro de 1916, ano III, n.º 690; 11 de Outubro de 1916, ano III, n.º 702; 14 de Outubro de 1916, ano III, n.º 705; 19 de Outubro de 1916, ano III, n.º 709; 4 de Novembro de 1916, ano III, n.º 722; 8 de Novembro de 1916, ano III, n.º 725; 9 de Novembro de 1916, ano III, n.º 726; 21 de Novembro de 1916, ano III, n.º 736; 28 de Novembro de 1916, ano III, n.º 742; 1 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 745; 5 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 747; 12 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 752; 13 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 753; 17 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 757; 20 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 759; 28 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 765; 14 de Abril de 1917, ano IV, n.º 851; 17 de Abril de 1917, ano IV, n.º 853; 20 de Abril de 1917, ano IV, n.º 856; 24 de Abril de 1917, ano IV, n.º 859; 27 de Abril de 1917, ano IV, n.º 862; 19 de Maio de 1917, ano IV, n.º 880; 22 de Maio de 1917, ano IV, n.º 882; 25 de Maio de 1917, ano IV, n.º 885; 26 de Maio de 1917, ano IV, n.º 886; 6 de Junho de 1917, ano IV, n.º 895; 8 de Junho de 1917, ano IV, n.º 897; 14 de Junho de 1917, ano IV, n.º 902; 29 de Junho de 1917, ano IV, n.º 914; 7 de Julho de 1917, ano IV, n.º 920; 10 de Julho de 1917, ano IV, n.º 922; 11 de Julho de 1917, ano IV, n.º 923; 21 de Julho de 1917, ano IV, n.º 932; 4 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 944; 5 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 945; 7 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 946; 6 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 971; 15 de Setembro de 1918, ano V, n.º 1281; 1 de

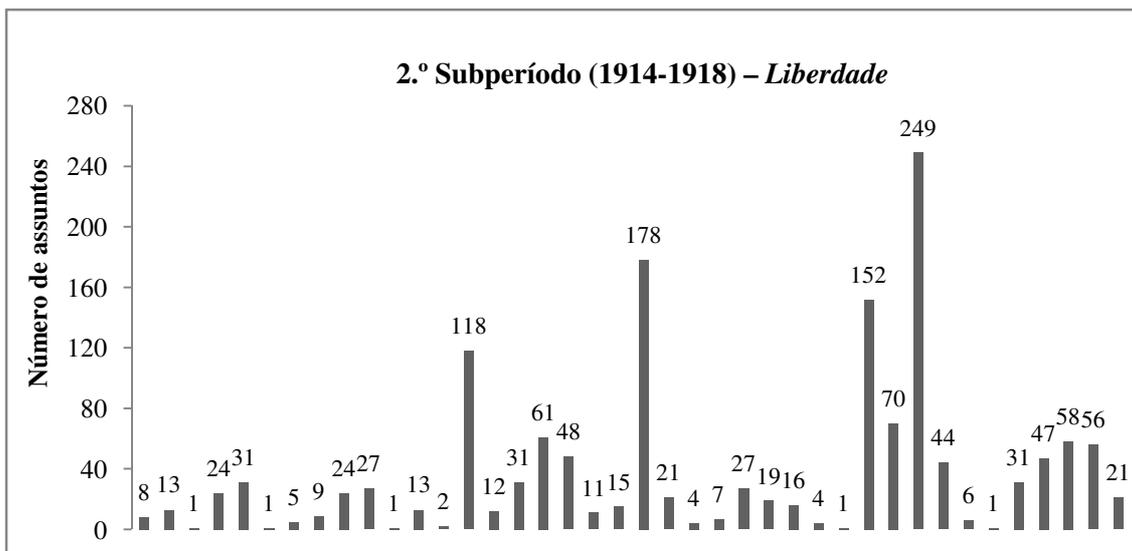


Gráfico n.º 20: Assuntos do jornal *Liberdade* no 2.º Subperíodo (1914-1918)

2.º Subperíodo (1914-1918) – <i>Liberdade</i> Diferentes assuntos analisados	Número de vezes mencionado
Agricultura	8
Assistência/Caridade	13
Caminhos-de-ferro	1
Capelães Militares	24
CEP	31
Ciência	1
Colónias	5
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	9
Economia	24
Educação	27
Emigração	1
Espiritualismo	13
Exército	2
Guerra Mundial	118
História e Cultura nacionais	12
Igreja Católica (festividades)	31
Igreja Católica (geral)	61
Igreja Católica (Portugal)	48
Imprensa	11
Imprensa Católica	15
Internacional	178
Justiça	2
Lei da Separação (especificamente) antes do Sidonismo	4
Lei da Separação (especificamente) durante o Sidonismo	7
<i>Liberdade</i> (vida interna)	27
Literatura	19

Dezembro de 1918, ano V, n.º 1354; 19 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1361; e 22 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1364.

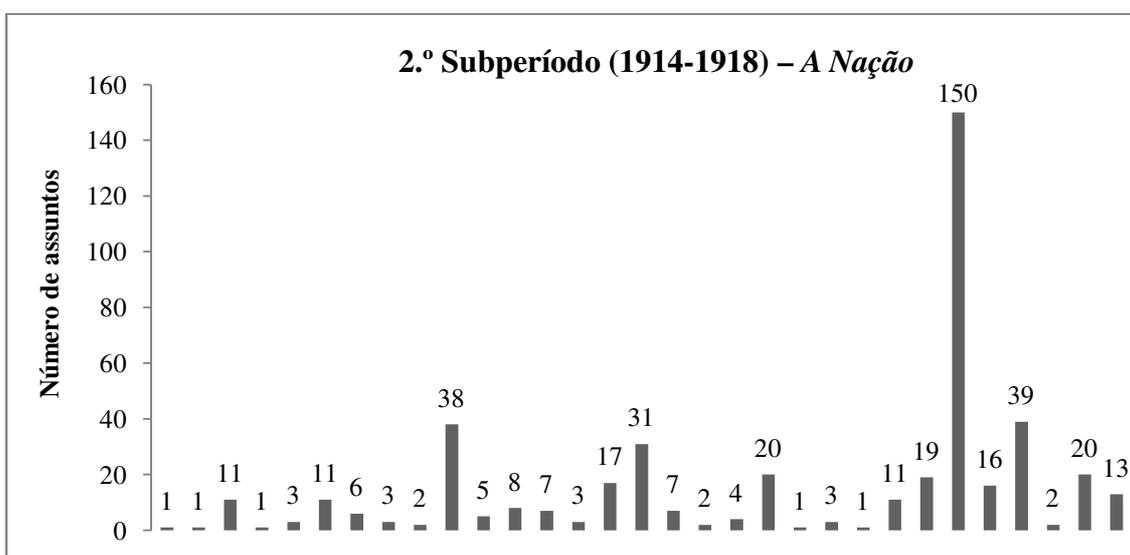
Maçonaria/Livre pensamento	16
Monarquia	4
Operariado	1
Organização política dos católicos	152
Personalidades	70
Política Nacional (acção política do Regime Republicano antes de Sidonismo)	249
Portugal (enquanto Estado e Nação)	44
Protestantismo	6
Publicidade	1
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças antes de Sidonismo)	31
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos) antes de Sidonismo	47
Sidonismo: acção e Governo	58
Sociedade	56
Tumultos/Manifestações/Greves	21

**Quadro n.º 10: Assuntos do jornal *Liberdade* no 2.º Subperíodo (1914-1918)**

Entre 1914 e 1918, de acordo com estes números, podemos constatar que a análise da política nacional e a alguns elementos internacionais constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, da *Liberdade*, dos 40 assuntos apresentados. Isto é, entre Janeiro de 1914 e Dezembro de 1918, o assunto «Política Nacional (acção política do regime republicano antes de Sidonismo)» foi abordado em 249 editoriais. O assunto «Internacional» foi revisto em 178 editoriais. Os outros três temas mais referenciados nos editoriais da *Liberdade* foram: «Organização política dos católicos» em 152 editoriais; «Guerra Mundial» em 118 editoriais, e «Personalidades» em 70 editoriais. Os restantes 35 assuntos registaram, em cada um, a presença entre 1 e 61 editoriais.

No estudo efectuado do jornal *A Nação*, durante o segundo subperíodo (1914-1918), registámos 460 números que não atestam a mesma relação de editoriais (443), tanto que juntam os números apreendidos e os números inexistentes na colecção analisada. Tal registo decorreu da análise periodizada entre 19 de Março de 1914 (ano LXVII, n.º 15:955) e 30 de Janeiro de 1916 (ano LXIX, n.º 16:039). A pesquisa deste diário lisboeta decorreu em dois lugares, uma vez que as diversas colecções deste título, nas bibliotecas consultadas, estão muito incompletas. Para a fase inicial do jornal, a pesquisa foi realizada na BPMP, e compreende os números publicados entre 19 de Março de 1914 (ano LXVII, n.º 15:955), face à inexistência dos meses de Janeiro e de Fevereiro de 1914, e 28 de Junho de 1914 (ano LXVII, n.º 16:039). Para a fase

posterior, a pesquisa decorreu na BGUC, e compreende as existências entre 1 de Julho de 1914 (ano LXVII, n.º 16:040) e 30 de Janeiro de 1916 (ano LXIX, n.º 16:415). Desse conjunto resulta a existência dos já referidos 443 editoriais que se dividiram em 31 assuntos diferentes, gerando 13 interligações. Isto é, existiram 13 editoriais que versaram mais do que um só assunto. Para além disso, foram diversos os números d' *A Nação* que não conseguimos localizar e consultar<sup>6</sup> nas colecções pesquisadas, ou que foram apreendidos. Neste caso concreto, tal aconteceu com os seguintes números: 11 de Setembro de 1914 (ano LXVII, n.º 16:101); e 13 de Outubro de 1914 (ano LXVII, n.º 16:128).



**Gráfico n.º 21: Assuntos do jornal *A Nação* no 2.º Subperíodo (1914-1918)**

<b>2.º Subperíodo (1914-1918) – A Nação</b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Assistência/Caridade	1
Capelães Militares	1
CEP	11
Ciência	1
Colónias	3
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	11
Economia	6
Educação	3

<sup>6</sup> Foram quinze os números inexistentes d' *A Nação* nas colecções pesquisadas: 16 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:053; 22 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:058; 26 de Agosto de 1914, ano LXVII, n.º 16:087; 29 de Agosto de 1914, ano LXVII, n.º 16:090; 4 de Setembro de 1914, ano LXVII, n.º 16:095; 30 de Setembro de 1914, ano LXVII, n.º 16:117; 1 de Outubro de 1914, ano LXVII, n.º 16:118; 8 de Outubro de 1914, ano LXVII, n.º 16:124; 20 de Outubro de 1914, ano LXVII, n.º 16:134; 3 de Fevereiro de 1915, ano LXVIII, n.º 16:179; 4 de Fevereiro de 1915, ano LXVIII, n.º 16:180; 25 de Fevereiro de 1915, ano LXVIII, n.º 16:197; 9 de Maio de 1915, ano LXVIII, n.º 16:259; 12 de Agosto de 1915, ano LXVIII, n.º 16:276; e 13 de Novembro de 1915, ano LXIX, n.º 16:352.

Exército	2
Guerra Mundial	38
História e Cultura nacionais	5
Igreja Católica (festividades)	8
Igreja Católica (geral)	7
Igreja Católica (Portugal)	3
Imprensa	17
Internacional	31
Legitimismo	7
Lei da Separação (especificamente)	2
Maçonaria/Livre pensamento	4
Monarquia	20
Monarquia # República	1
<i>A Nação</i> (vida interna)	3
Operariado	1
Organização política dos católicos	11
Personalidades	19
Política Nacional (acção política do Regime Republicano antes de Sidonismo)	150
Portugal (enquanto Estado e Nação)	16
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	39
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	2
Sociedade	20
Tumultos/Manifestações/Greves	13

**Quadro n.º 11: Assuntos do jornal *A Nação* no 2.º Subperíodo (1914-1918)**

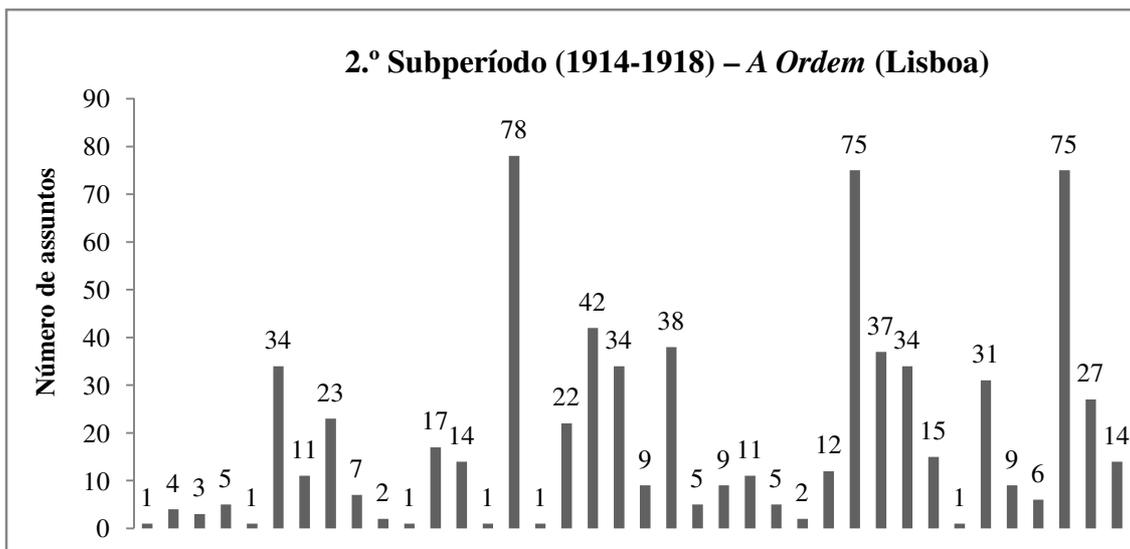
A análise da política nacional e a alguns aspectos da República constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 31 assuntos apresentados pelo diário *A Nação*, entre 1914 e 1918. Nestes anos o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» foi analisado em 150 editoriais. Já o assunto «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)» foi revisto em 39 editoriais. Os outros três temas mais referenciados nos editoriais d' *A Nação* foram: «Guerra Mundial», em 38 editoriais, «Internacional», em 31 editoriais, e «Monarquia» e «Sociedade», ambos em 20 editoriais. Os restantes 25 assuntos registaram, em cada um destes, uma frequência que varia entre 1 e 19 editoriais.

No estudo efectuado do jornal *A Ordem* (Lisboa), durante o segundo subperíodo (1914-1918), registámos a existência de 878 números que não têm a mesma relação de editoriais, pois, para além daqueles, estão também reunidos os números apreendidos e os números censurados na colecção analisada. Desse número global, analisámos 707 editoriais, periodizado entre 2 de Fevereiro de 1916 (ano I, n.º 1) e 31 de Dezembro de 1918 (ano III, n.º 878). A pesquisa deste diário lisboeta decorreu apenas na BGUC.

Desse conjunto, de 707 editoriais resultam 39 assuntos diferentes, o que gerou 16 interligações, ou seja, existiram 16 editoriais que versaram mais do que um tema na sua análise. Para além disso, foram muitos os números d' *A Ordem* que não existem na colecção pesquisada<sup>7</sup>. Por outro lado, *A Ordem* não se publicou nos dias 18, 19, e 20 de Novembro de 1918.

---

<sup>7</sup> Foram 148 os números que não encontramos na colecção analisada na BGUC: 5 de Maio de 1916, ano I, n.º 79; 6 de Maio de 1916, ano I, n.º 80; 18 de Maio de 1916, ano I, n.º 90; 19 de Maio de 1916, ano I, n.º 91; 20 de Maio de 1916, ano I, n.º 92; 21 de Maio de 1916, ano I, n.º 93; 23 de Maio de 1916, ano I, n.º 94; 28 de Maio de 1916, ano I, n.º 99; 10 de Junho de 1916, ano I, n.º 110; 20 de Junho de 1916, ano I, n.º 116; 21 de Junho de 1916, ano I, n.º 117; 22 de Agosto de 1916, ano I, n.º 167; 21 de Setembro de 1916, ano I, n.º 193; 22 de Setembro de 1916, ano I, n.º 194; 1 de Outubro de 1916, ano I, n.º 202; 4 de Outubro de 1916, ano I, n.º 204; 8 de Outubro de 1916, ano I, n.º 207; 11 de Outubro de 1916, ano I, n.º 209; 13 de Outubro de 1916, ano I, n.º 211; 15 de Outubro de 1916, ano I, n.º 213; 17 de Outubro de 1916, ano I, n.º 214; 18 de Outubro de 1916, ano I, n.º 215; 19 de Outubro de 1916, ano I, n.º 216; 20 de Outubro de 1916, ano I, n.º 217; 21 de Outubro de 1916, ano I, n.º 218; 22 de Outubro de 1916, ano I, n.º 219; 24 de Outubro de 1916, ano I, n.º 220; 3 de Novembro de 1916, ano I, n.º 228; 4 de Novembro de 1916, ano I, n.º 229; 6 de Novembro de 1916, ano I, n.º 230; 7 de Novembro de 1916, ano I, n.º 231; 8 de Novembro de 1916, ano I, n.º 232; 11 de Novembro de 1916, ano I, n.º 235; 12 de Novembro de 1916, ano I, n.º 236; 16 de Novembro de 1916, ano I, n.º 239; 18 de Novembro de 1916, ano I, n.º 241; 21 de Novembro de 1916, ano I, n.º 243; 22 de Novembro de 1916, ano I, n.º 244; 23 de Novembro de 1916, ano I, n.º 245; 24 de Novembro de 1916, ano I, n.º 246; 25 de Novembro de 1916, ano I, n.º 247; 26 de Novembro de 1916, ano I, n.º 248; 28 de Novembro de 1916, ano I, n.º 249; 29 de Novembro de 1916, ano I, n.º 250; 30 de Novembro de 1916, ano I, n.º 251; 5 de Dezembro de 1916, ano I, n.º 254; 16 de Janeiro de 1917, ano I, n.º 287; 6 de Março de 1917, ano II, n.º 327; 7 de Março de 1917, ano II, n.º 328; 8 de Março de 1917, ano II, n.º 329; 9 de Março de 1917, ano II, n.º 330; 10 de Março de 1917, ano II, n.º 331; 11 de Março de 1917, ano II, n.º 332; 13 de Março de 1917, ano II, n.º 333; 14 de Março de 1917, ano II, n.º 334; 15 de Março de 1917, ano II, n.º 335; 16 de Março de 1917, ano II, n.º 336; 8 de Abril de 1917, ano II, n.º 355; 11 de Abril de 1917, ano II, n.º 336; 11 de Maio de 1917, ano II, n.º 381; 13 de Maio de 1917, ano II, n.º 385; 15 de Maio de 1917, ano II, n.º 386; 16 de Maio de 1917, ano II, n.º 387; 18 de Maio de 1917, ano II, n.º 389; 25 de Maio de 1917, ano II, n.º 394; 27 de Maio de 1917, ano II, n.º 396; 6 de Junho de 1917, ano II, n.º 404; 7 de Junho de 1917, ano II, n.º 405; 17 de Junho de 1917, ano II, n.º 413; 19 de Junho de 1917, ano II, n.º 414; 20 de Junho de 1917, ano II, n.º 415; 21 de Junho de 1917, ano II, n.º 416; 22 de Junho de 1917, ano II, n.º 417; 23 de Junho de 1917, ano II, n.º 418; 24 de Junho de 1917, ano II, n.º 419; 26 de Junho de 1917, ano II, n.º 420; 29 de Junho de 1917, ano II, n.º 423; 4 de Julho de 1917, ano II, n.º 426; 14? de Julho de 1917, ano II, n.º 434; 15? de Julho de 1917, ano II, n.º 435; 16? de Julho de 1917, ano II, n.º 436; 3 de Agosto de 1917, ano II, n.º 450; 5 de Agosto de 1917, ano II, n.º 452; 18 de Agosto de 1917, ano II, n.º 462; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 476; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 477; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 478; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 479; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 480; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 481; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 482; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 483; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 484; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 485; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 486; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 487; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 488; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 489; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 490; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 491; ? de Setembro de 1917, ano II, n.º 492; 19 de Outubro de 1917, ano II, n.º 510; 19 de Novembro de 1917, ano II, n.º 537; 23 de Novembro de 1917, ano II, n.º 539; 1 de Dezembro de 1917, ano II, n.º 546; 19 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 583; 22 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 585; 29 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 591; 12? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 602; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 606; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 607; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 608; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 609; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 610; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 611; ? de Fevereiro de 1918, ano II, n.º 612; 7 de Março de 1918, ano II, n.º 619; 11 de Abril de 1918, ano III, n.º 646; 19 de Abril de 1918, ano III, n.º 653; 22 de Maio de 1918, ano III, n.º 681; 14 de Junho de 1918, ano III, n.º 702; 15 de Junho de 1918, ano III, n.º 703; 9 de Julho de 1918, ano III, n.º 725; 20 de Julho de 1918, ano III, n.º 736; 22 de Julho de 1918, ano III, n.º 738; 27 de Julho de 1918, ano III, n.º 743; 29 de Julho de 1918, ano III, n.º 745; 31 de Julho de 1918, ano III, n.º 747; 1 de Agosto de 1918, ano III, n.º 748; 2 de Agosto de 1918, ano III, n.º 749; 3 de Agosto de 1918, ano III, n.º 750; 10 de Agosto de 1918, ano III, n.º 757; 12 de Agosto de 1918, ano III, n.º 759; 13 de Agosto de 1918, ano III, n.º 760; 17 de



**Gráfico n.º 22: Assuntos do jornal *A Ordem* (Lisboa) no 2.º Subperíodo (1914-1918)**

<b>2.º Subperíodo (1914-1918) – A Ordem (Lisboa)</b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Agricultura	1
Aparições de Fátima	4
Arte	3
Assistência/Caridade	5
Ateísmo	1
Capelães Militares	34
Caminhos-de-ferro	11
CEP	23
Colónias	7
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	2
Direito	1
Economia	17
Educação	14
Exército	1
Guerra Mundial	78
História e Cultura nacionais	1
Igreja Católica (festividades)	22
Igreja Católica (geral)	42
Igreja Católica (Portugal)	34
Imprensa	9
Internacional	38
Lei da Separação (especificamente) antes do Sidonismo	5
Lei da Separação (especificamente) durante o Sidonismo	9
Literatura	11

Agosto de 1918, ano III, n.º 763; 19 de Agosto de 1918, ano III, n.º 765; 20 de Agosto de 1918, ano III, n.º 766; 3 de Setembro de 1918, ano II, n.º 778; 24 de Setembro de 1918, ano II, n.º 796; 12 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 862; 25 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 874; e 27 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 875.

Maçonaria/Livre pensamento	5
Operariado	2
<i>A Ordem</i> (vida interna)	12
Organização política dos católicos	75
Personalidades	37
Política Nacional (acção política do Regime Republicano antes de Sidonismo)	34
Portugal (enquanto Estado e Nação)	15
Protestantismo	1
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos) antes do Sidonismo	31
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos) durante o Sidonismo	9
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	6
Sidonismo (acção e Governo)	75
Sociedade	27
Tumultos/Manifestações/Greves	14

**Quadro n.º 12: Assuntos do jornal *A Ordem* (Lisboa) no 2.º Subperíodo (1914-1918)**

Dos 38 assuntos apresentados pel' *A Ordem* (Lisboa), neste subperíodo, podemos confirmar que os dois assuntos mais visados foram a «Guerra Mundial», presente em 78 editoriais, e «Sidonismo (acção e Governo)» e «Organização política dos católicos», ambos com presença em 75 editoriais. Os outros três assuntos mais referenciados nos editoriais do jornal de Lisboa foram: «Igreja Católica (geral)», presente em 42 editoriais, «Internacional», em 38 editoriais, e «Personalidades», em 37 editoriais. Os outros 33 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 34 editoriais.

### **6.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1914-1918)**

A imprensa católica conheceu, entre 1914 e 1918, em termos nacionais, um crescimento inusitado: nesse período nasceram 71 títulos novos, como poderemos consultar no Catálogo em anexo. Em certa medida, o aumento do número de títulos pode ser entendido como uma reacção a diversos factores como sejam, por exemplo, o Apelo de Santarém, lançado pelos bispos portugueses, em 1913, ou a acção de perseguição e de repressão instaurada à Igreja Católica e aos seus interesses, pelo governo de Afonso Costa. Católicos mais conservadores e outros mais avançados desenvolveram, com maior afinco, uma imprensa que se apresentava como defensora e combativa dos interesses da Igreja Católica. O tempo histórico assim o determinava. Um exemplo disso decorreu com a apresentação do novo título da diocese do Porto, *Liberdade*. Assinando um texto introdutório, o bispo do Porto, D. António Barroso

(1899-1918), realçava a força do título que afirmava vir defender os católicos e batalhar por eles, perante a «(...) crise de deprimente escravidão, em que se debate a sociedade portuguesa, apesar do rotullo de liberdade com que se pretende mascarar-a...»<sup>8</sup>. Mas esse mesmo tempo também foi de grandes mudanças à escala mundial. Entre 1914 e 1918, a Grande Guerra marcaria parte do quotidiano do mundo, da Europa, e de Portugal. E tal repercutiu-se, naturalmente, na imprensa católica, nomeadamente com a aplicação da censura prévia aos jornais durante o conflito bélico.

Por enquanto, no decorrer do primeiro semestre de 1914, o discurso da imprensa católica direccionava-se, quase totalmente, para a análise da política nacional que era levada a cabo pelos republicanos no poder. O Governo era, então, liderado por Afonso Costa e pelos seus democráticos. Os ataques verbais dirigidos, pelos títulos católicos, ao trabalho da República, através de uma linguagem directa e, quiçá, mais ofensiva, eram uma constante. Perante as acusações de que era alvo, o Governo tratava de solucionar o caso: ou por via da força, com o recurso de mão-de-obra recrutada da “rua republicana”, mais comum em Lisboa, ou através do recurso a imposições e ameaças legais, numa atitude mais institucional, através de comunicados aos respectivos governadores-civis de cada região. Estes tinham o dever de transmitir aos responsáveis dos periódicos as indicações recebidas de Lisboa, e de impor a autoridade da República, ameaçando com medidas mais coercivas. Assim aconteceu, em Maio de 1914, com o *Echos do Minho*. O jornal de Braga (passara a diário em 1 de Abril) já esperava a notificação do governador-civil. O Governo dava indicações para que o representante máximo da República na cidade de Braga «(...) tomasse as devidas providencias, afim de evitar que o diario *Echos do Minho* prosiga nos seus desmandos de linguagem, insultando a republica e os seus homens»<sup>9</sup>. O diário minhoto não aceitava a acusação, e até afirmava que o uso de linguagem torpe era próprio dos jacobinos e dos seus jornais. E terminava o editorial defendendo a causa da Igreja Católica, como o suporte da sua própria acção.

Um outro jornal católico, a *Liberdade*, alertava, no início de Agosto de 1914, dias depois de estalar a Grande Guerra, para a necessidade de os católicos apoiarem a sua imprensa, que estava a sofrer contínuos ataques por parte dos republicanos. Numa nota antes do editorial, o jornal portuense defendia a necessidade de um jornal católico que defendesse os católicos e os orientasse, e «(...) a de o manter custe o que custar, elevando-o á altura a que deve subir, tornando forte, como elle deve ser. Um jornal

---

<sup>8</sup> António, Bispo do Porto, *Apresentação*, in *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, ano I, n.º 1, p. 1.

<sup>9</sup> *Nós e a Republica*, In *Echos do Minho*, 14 de Maio de 1914, ano IV, p. 1.

catholico vive, enquanto ao catholicos quizerem que elle viva»<sup>10</sup>. Mas em breve, porém, a atenção da imprensa católica passou a estar concentrada na evolução da guerra. Ainda assim, o interesse pelo tema imprensa católica em diferentes perspectivas não cessou. A *Liberdade* foi o único dos quatro títulos, apresentados neste segundo subperíodo, a manter uma cadência interessante sobre a temática, apesar de este próprio ter diminuído a sua quantidade. Os outros títulos só a espaços, mais ou menos largos, abordavam o tema. Sensivelmente a partir das últimas semanas de 1914, e com maior insistência nos anos seguintes, a apresentação do tema “imprensa católica” passou a estar enquadrada num contexto mais alargado de organização dos católicos. Apesar de a imprensa católica ter definida a sua estratégia, o ânimo trazido por fazer mais um ano de vida aumentava a força do periódico católico que confirmava, revigorado, a sua postura: «(...) o nosso lemma convida á união geral, instiga todos os christãos a uma solidariedade effectiva e corajosa em pró da religião e da Patria»<sup>11</sup>. A defesa dos princípios cristãos era apresentada como um dos mais nobres deveres da imprensa católica. Mas a educação do povo era, também, um dos compromissos não apenas da *Liberdade*, mas de todos os títulos católicos. O tão proclamado processo de recristianização do povo tinha, na imprensa católica, um dos seus alicerces mais importantes. No fim de Abril de 1916, a *Liberdade* assegurava que «(...) a imprensa catholica tem posto com nobre isenção e civica dedicação o problema [dever cívico dos portugueses] flagelando quantos, n’ esta hora nacional esquecem a Patria para defenderem os interesses do Partido [Republicano]»<sup>12</sup>. Semanas depois, igualmente pela voz da *Liberdade*, era confirmado um outro desígnio da imprensa católica nacional. A partir da análise da missão dos governantes, e perante a constatação da divisão existente, entre a política, os partidos e os portugueses, era afirmado que «(...) a maior parte da imprensa catholica não faz hoje politica partidária e só procura a victoria da Patria, ao mesmo tempo que a gloria de Deus...»<sup>13</sup>.

Por ocasião do oitavo aniversário da morte de Manuel Fructuoso da Fonseca (1862-1908)<sup>14</sup>, distinto e reconhecido elemento do movimento católico, foi apresentado

---

<sup>10</sup> *Aos Assignantes da “Liberdade”*, in *Liberdade*, 13 de Agosto de 1914, ano I, n.º 57, p. 1.

<sup>11</sup> *Outro anno*, in *Liberdade*, 6 de Junho de 1915, ano II, n.º 300, p. 1.

<sup>12</sup> *Doloroso contraste*, in *Liberdade*, 30 de Abril de 1916, ano II, n.º 566, p. 1.

<sup>13</sup> *A ultima solução*, in *Liberdade*, 9 de Julho de 1916, ano III, n.º 624, p. 1.

<sup>14</sup> Manuel Fructuoso da Fonseca nasceu no Porto em 13 de Fevereiro de 1862. Foi um jornalista católico de grande vigor, e editor do jornal *A Palavra* (Porto, 1872-1911). Foi o fundador do jornal *Grito do Povo* (Porto, 1899-1913), e também fundou o primeiro Círculo Católico de Operários do país (Porto, 1898). Morreu no Porto, em 8 de Agosto de 1908. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista*...pp. 188-199.

um editorial – *In Memoriam* – alusivo ao papel desempenhado por aquele jornalista em prol da imprensa católica, mas o texto teve uma outra abrangência. A partir do que era dito como sendo uma sua conquista, de Fructuoso da Fonseca, era também apontado o caminho a seguir, agora, por todos os que trabalhavam em prol da imprensa católica. Afirmava-se que esta «(...) tinha a seus olhos um apostolado a exercer; a sua missão devia essencialmente ser: proclamar os principios catholicos e fazel-os traduzir em actos por aquelles que o professam»<sup>15</sup>. Um novo estímulo ao desenvolvimento da imprensa católica nacional veio do outro lado do Oceano Atlântico, da cidade do Rio de Janeiro, então, a capital do Brasil. Num longo editorial, a duas colunas, Paulo de Tarso, colaborador da *Liberdade*, apresentou algumas ideias da realidade da imprensa católica no Brasil, confirmando que a mesma conhecia, então, um crescimento apreciável «(...) produzindo effeitos beneficos que se intensificam dia a dia. Por toda a parte d’ este grande paiz fundam-se jornaes catholicos bema aparelhados para enfrentar a chamada imprensa neutra que, apesar do qualificativo, é a que, por vezes, se manifesta mais hostile á religião de Christo...»<sup>16</sup>. O articulista constava que os católicos brasileiros eram muito mais activos que os católicos portugueses, quer na aquisição dos periódicos católicos, como assinantes, quer na abertura de frequentes subscrições a favor da imprensa católica. E Paulo de Tarso confirmava que essas iniciativas já haviam começado a dar frutos: o «Centro da Boa Imprensa», proprietário do jornal *A União*, do Brasil, recebera 15:000\$000 numa subscrição que se iniciara há sensivelmente três meses. O articulista incentivava os católicos portugueses a seguirem o exemplo dos seus congéneres brasileiros: «(....) Procedei assim, catholicos de Portugal, (...) para que a nossa imprensa e dentro em pouco conscientes da nossa força, e a seguir, aos nossos direitos podereis fruir as regalias e a liberade invejaveis, desfructadas pelos catholicos do Brazil»<sup>17</sup>.

A acção a desenvolver, por todos os que trabalhavam em prol do sucesso da imprensa católica, servia de tema principal para assinalar o quarto aniversário da vida do jornal *Liberdade*. O editorial assegurava que o trabalho a fomentar, nesta cruzada, deveria ser superior, porque superior era o dever dos católicos na defesa das suas

---

<sup>15</sup> *In Memoriam*, in *Liberdade*, 8 de Agosto de 1916, ano III, n.º 649, p. 1.

<sup>16</sup> Paulo de Tarso, *Chronicas Cariocas*, in *Liberdade*, 7 de Fevereiro de 1917, ano IV, n.º 797, p. 1.

<sup>17</sup> *Idem*, *ibidem*.

convicções: «(...) n' estes baluartes da imprensa catholica a *endurance* dos soldados tem de ser muito maior, do que em qualquer outro labor material...»<sup>18</sup>.

No final de Setembro de 1917, numa altura em que o jornal apenas editava duas páginas, em função da grave crise do papel que ocorria em Portugal, agravada pela Guerra Mundial (1914-1918), a *Liberdade* dedicou três editoriais aos jornalistas católicos e à imprensa católica. O autor, que assinava P. T., dedicou-se à apresentação da necessidade de uma imprensa católica forte e unida, capaz de transportar para a sua causa os católicos que viviam afastados dos valores cristãos e à mercê da má imprensa e dos “maus livros”<sup>19</sup>. O articulista P. T. seria, muito possivelmente Paulo de Tarso, jornalista católico, então a residir no Rio de Janeiro, Brasil. Era notório que a base de construção deste editorial tinha presente o exemplo da imprensa católica brasileira. Mais tarde, um segundo articulista, Ireneu, colaborador da *Liberdade*, assinou os dois editoriais dedicados aos jornalistas católicos. À boa maneira da técnica jornalística em voga na altura, em que os assuntos eram apresentados de forma crescente, em função da sua importância, a “pirâmide normal”, o segundo editorial apresentava os traços fundamentais do tema, ainda que muitas vezes fossem notórias, no documento, as considerações apologéticas da doutrina cristã. Era referido que a imprensa católica não deveria ser o limite final da acção dos católicos, e todos estes eram chamados a participar no desenvolvimento daquela. Mais à frente, o articulista apresentava um plano de actuação cuidado e, de certa forma, intransigente, a executar por parte dos jornalistas católicos. Era referido, a propósito de “assuntos opináveis”, que «(...) seja licito discutir com moderação e com o intento do descobrir a verdade, contando que se arredem para longe suspeições injustas e recriminações reciprocas»<sup>20</sup>. Poderia estar implícita a ideia do que futuramente se irá denominar por “objectividade jornalística” mas, em rigor, o que Ireneu assegurava era que a postura do homem católico sobre a figura do homem jornalista deveria prevalecer, para bem da própria virtude e lealdade da imprensa católica. O articulista defendia que «(...) a integridade da profissão catholica é absolutamente incompativel com as opiniões, que se aproximam do Naturalismo ou Racionalismo, cujo fim capital é destruir pelos fundamentos as instituições christas e estabelecer na sociedade a supremacia do homem em logar da de

---

<sup>18</sup> *O nosso aniversario*, in *Liberdade*, 7 de Junho de 1917, ano IV, n.º 896, p. 1.

<sup>19</sup> Cf. P. T., *A Imprensa Catholica*, in *Liberdade*, 28 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 989, p. 1.

<sup>20</sup> Ireneu, *Aos jornalistas catholicos – II*, in *Liberdade*, 29 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 990, p. 1.

Deus...»<sup>21</sup>. Era asseverado que os jornalistas católicos também não deveriam poder ter duas formas de actuação, uma em privado e outra em público. Ou seja, aqueles deveriam primar pela coerência das suas acções, visivelmente cristãs.

Um outro aspecto de actuação passava pela postura a ter perante questões políticas. Era referido que o jornalista católico poderia ter, sobre essas matérias, uma posição divergente, mas esta teria de ser justificada. Aparentemente, neste caso havia uma certa margem de opinião. Mas a intransigência e a dualidade eram visíveis, sobretudo porque ilibava os escritores e jornalistas católicos, que fossem reconhecidamente piedosos e seguidores da fé apostólica, de terem uma opinião que pudesse ser contrária à maioria católica, ou a grupos mais ou menos relevantes da estrutura da Igreja. Aos escritores e aos jornalistas que não fossem reconhecidas aquelas qualidades cristãs não eram, necessariamente, concedidas as liberdades de, em público, tecer tais opiniões. Irineu assumia que a imprensa católica vivia num clima de luta, contra um inimigo há muito identificado: a denominada má imprensa, fomentada, quase em bloco, por diversos grupos oposicionistas da Igreja Católica. Nesse clima de combate, era asseverado que a salvaguarda dos interesses da religião e da sociedade cristã era essencial. Irineu afirmava, também, que era chegado o tempo de olvidar erros passados e olhar em frente com esperança e com espírito de caridade, passível de obter dois resultados: «(...) o primeiro sera coadjuvar a Igreja na conservação e propagação da sapiencia christa; a segunda sera prestar o mais assigulado serviço à sociedade civil, cuja conservação corre grande risco em razão das más doutrinas e ruins paixões»<sup>22</sup>.

Era um facto que, por esta altura, a denominação “boa imprensa” há muito que fazia parte do vocabulário do jornalismo católico. A defesa deste género de imprensa fora desde sempre assumida por estes, que aproveitavam as páginas dos seus periódicos para a publicitarem. Os jornalistas católicos há vários anos que eram instigados pelo exemplo francês – *La Maison de la Bonne Presse* – e pelo incremento protagonizado pelas comissões diocesanas da Obra da Boa Imprensa, nascidas após o I Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses, em 1905. Era nesse sentido que, em 19 de Agosto de 1916, se editava uma outra informação, que estava num artigo que não o editorial. Esse artigo do jornal *Liberdade*, assinado pelo bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva (1915-1936), analisava a força da imprensa, nomeadamente a boa imprensa e a má imprensa. O prelado acusava a má imprensa de ser a responsável pela decadência da

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*.

sociedade portuguesa e de lançar diariamente «(...) no mercado milhares de livros e jornaes onde se expoem as doutrinas mais deleterias e onde se defendem os princípios mais desorganizadores»<sup>23</sup>. D. Manuel da Silva defendia a urgência de se opor a essa actuação, uma vez que asseverava que, se os católicos portugueses se mantivessem alheados das suas responsabilidades cristãs, a má imprensa rapidamente invadiria e abalaria a estrutura da Igreja Católica, com os maus costumes que culminaria com o futuro domínio do paganismo. Por isso, o bispo de Coimbra afirmava que a construção de igrejas e de escolas pouco significaria se «(...) ao mesmo tempo se não empregar a arma defensiva e offensiva da imprensa catholica, leal e sincera...»<sup>24</sup>. Nesse sentido, era comunicado que a diocese de Coimbra, à semelhança do que já acontecia nas dioceses da Guarda e do Porto, fundara a Liga da Boa Imprensa destinada à divulgação das publicações não apenas de carácter religioso, mas versando outras áreas. O prelado asseverava que a Liga era um meio para a promoção da felicidade espiritual e temporal dos católicos, ao mesmo tempo que lhes solicitava «(...) todo o seu concurso e apoio n' esta cruzada da boa imprensa que é uma das obras mais agradaveis a Deus e mais uteis ás almas, uma obra verdadeiramente religiosa e patriotica»<sup>25</sup>. Já em Novembro de 1914, Carlos Pinto Coelho chamara a atenção para a boa imprensa como um elemento de propaganda muito importante, passível de travar o que considerava ser o mau hábito do povo, como «(...) a leitura de maus jornaes...»<sup>26</sup>. No fim do ano de 1916, o tema da Liga da Boa Imprensa assumiu a predominância do editorial, dedicado ao papel valorativo que era concedido às senhoras portuenses, na promoção daquela obra. O jornal *Liberdade*, por intermédio do autor do texto, P. T., referia que «(...) a mulher portuense: é ella, a alma das Ligas da Boa Imprensa...»<sup>27</sup>. Com efeito, esta acção de sensibilização e de promoção da boa imprensa era uma das poucas actividades sociais que, na época, eram permitidas à mulher, num mundo ainda muito masculinizado.

### **6.3.1. As apreensões de jornais, e a aplicação da censura durante a guerra**

No dia 13 de Junho de 1914, o jornal *Liberdade* abordou, num longo editorial, as apreensões recentes de jornais que haviam sido realizadas pelo governo republicano. O

---

<sup>23</sup> P. T., *Um historiador*, in *Liberdade*, 19 de Agosto de 1916, ano III, n.º 658, p. 1.

<sup>24</sup> Manuel, Bispo de Coimbra, *Liga da Boa Imprensa*, in *Liberdade*, 19 de Agosto de 1916, ano III, n.º 658, p. 1.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>26</sup> Carlos Z. Pinto Coelho, *Organização Catholica*, in *Liberdade*, 10 de Novembro de 1914, ano I, n.º 129, p. 1.

<sup>27</sup> P. T., *As Senhoras portuenses*, in *Liberdade*, 30 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 767, p. 1.

clima era tenso em vários quadrantes: no Parlamento os três partidos políticos republicanos (democráticos, de Afonso Costa, evolucionistas, de António José de Almeida, e unionistas, de Brito Camacho) não se entendiam. As ruas, em especial as de Lisboa, viviam mergulhadas em tumultos, em assaltos a estabelecimentos comerciais, provocados pela carestia de vida, e em greves dos transportes que haviam estalado no início do ano e ainda não tinham sido, totalmente sanadas. Com receio de novas acções, o Governo, liderado por Bernardino Machado (9 de Fevereiro-11 de Dezembro de 1914), ousou ser firme e atacou em várias frentes. A apreensão de jornais foi criticada pelo periódico do Porto que asseverava que tal acção era o reflexo do «(...) estado doentio da camada que preside aos destinos do paiz...»<sup>28</sup>. Era igualmente sublinhado que a liberdade de imprensa pouco significava para os governantes. A *Liberdade* responsabilizava o Governo de permitir os constantes abusos cometidos nas ruas, e que, no entender do jornal, colocavam em risco a segurança dos indivíduos e da sociedade, e de querer abafar o caso. Daí acontecer a apreensão dos periódicos. Com o início da guerra, em Agosto de 1914, a acção de vigilância sobre os periódicos intensificou-se. No fim desse mês, a *Liberdade* acusou o Governo, por meio da ironia, de perseguir os periódicos, em especial os católicos e os seus directores, e de ser condescendente com os seus órgãos de informação, nomeadamente o jornal *O Mundo*<sup>29</sup>. Em breve, as perseguições aos jornais católicos ganhariam um outro fundamento, se confirmarmos que, perante a Grande Guerra, a posição dominante daqueles era a favor da neutralidade de Portugal, ao contrário do vaticinado pelo Governo e pela imprensa que estava afecta<sup>30</sup>.

Geralmente, as apreensões de determinados números do periódico culminavam com o assalto às suas oficinas. Foi assim que sucedeu com as instalações da *Liberdade*, na madrugada de 19 de Outubro de 1914, ficando dois dias sem se publicar o jornal. O periódico assegurava que estes actos não fortaleciam o regime, antes pelo contrário, e que não compreendia o porquê deste assalto que, segundo acusava, tinha a marca dos adeptos republicanos, a quem se dirigia, com duras críticas. E questionava: «(...) Qual o nosso crime? O de dizermos, com sinceridade e coragem, o que pensamos e que julgamos necessario para o progresso e felicidade de Portugal»<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> *Funesto erro*, in *Liberdade*, 13 de Junho de 1914, ano I, n.º 6, p. 1.

<sup>29</sup> Cf. *Nós e elles*, in *Liberdade*, 30 de Agosto de 1914, ano I, n.º 72, p. 1.

<sup>30</sup> Cf. *A situação portuguesa*, in *Liberdade*, 8 de Setembro de 1914, ano I, n.º 79, p. 1.

<sup>31</sup> *Palavras Serenas*, in *Liberdade*, 31 de Outubro de 1914, ano I, n.º 121, p. 1.

A censura prévia, aplicada aos periódicos, foi recuperada com a guerra, e instituída em 28 de Março de 1916, com carácter provisório e com efeitos imediatos. Os cortes aumentariam a partir de 1917, com a entrada de Portugal no teatro europeu das operações militares, ao lado da Tríplice Entente (Reino Unido, França, e império Russo). A aplicação da censura, aos títulos católicos, foi muito contestada, mas a explicação do Governo era simples e não merecia contestação. À semelhança do que sucedia nos outros países em luta, a aplicação da censura visava manter «(...) a confidencialidade militar e a prevenção do alarmismo»<sup>32</sup>. Os assuntos que eram cortados pela censura davam origem a espaços em branco, parcial ou totalmente, e tal cenário foi muito comum na *Liberdade*, como está patente em seguida.

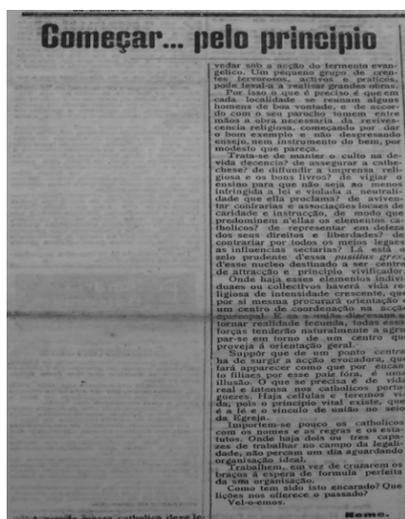


Figura n.º 13: “Editorial parcialmente censurado”. *Começar... pelo principio*, in *A Ordem*, 13 de Julho de 1916, ano I, n.º 134, p. 1

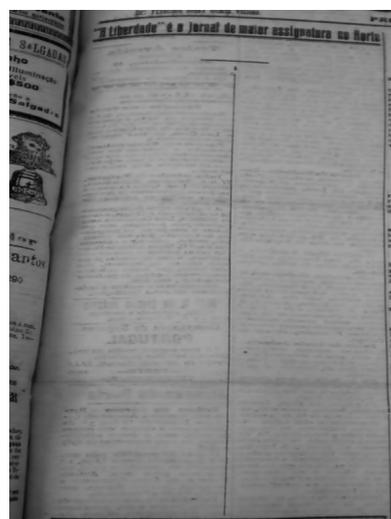


Figura n.º 14: “Editorial totalmente censurado”, in *Liberdade*, 14 de Junho de 1917, ano IV, n.º 902, p. 1

#### 6.4. A análise política do país republicano (1914-1918)

O subperíodo definido entre Janeiro de 1914 e Dezembro de 1918, que associámos ao período da Grande Guerra, engloba vários momentos importantes da vida política nacional, e que dividimos em duas grandes fases. A primeira iniciou-se em Janeiro de 1914 e terminou com o golpe de Estado de Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1917. Nele foram abrangidos os diversos governos republicanos de Bernardino Machado, de Vítor Hugo Coutinho, de Joaquim Pimenta de Castro (em ditadura), de José Ribeiro de Castro, e de Afonso Costa. A segunda fase iniciou-se com o golpe de Sidónio Pais e terminou no fim do subperíodo, já depois da morte daquele, ocorrida a 14

<sup>32</sup> CRATO, Nuno – *A Imprensa...* p. 195.

de Dezembro de 1918. Na primeira fase, os aspectos políticos mais referenciados pelos quatro títulos analisados (*Echos do Minho*, *Liberdade*, *A Nação*, e *A Ordem*), foram: «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)», com um total de 449 presentes em editoriais, e «República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)», em 84 editoriais. O exame político da primeira fase iniciou-se em Janeiro de 1914, cerca de oito meses antes do princípio da guerra, e compreendeu apenas os editoriais do *Echos do Minho* e da *Liberdade*.

A análise da imprensa católica, à acção da República, iniciou-se no ano de 1914 da mesma forma como terminara o ano anterior: com avultadas críticas e com sinceras ironias, em especial direccionadas aos partidos políticos. Por seu turno, as ruas de Lisboa eram palco de tumultos frequentes, e estavam repletas de grevistas<sup>33</sup>. Perante o estado calamitoso do país, o presidente da República, Manuel de Arriaga, resolvera intervir. Em 24 de Janeiro de 1914, Arriaga enviou uma carta aos partidos apelando ao entendimento. Contudo, sem surpresa, o acordo não foi conseguido. Arriaga procurava encontrar um governo extra-partidário, disponível para executar algumas medidas consideradas urgentes, como a organização de um orçamento de Estado, a revisão da Lei da Separação, e a aplicação de uma amnistia para os presos políticos que enchiam as cadeias. Afonso Costa, então no poder, negou-se a negociar com os partidos da denominada “direita republicana”. Dias depois, apresentou a sua demissão. Este cenário abriu lugar a uma «(...) profunda crise de representatividade, que comprometia o sistema político»<sup>34</sup>. No dia 1 de Fevereiro, o *Echos do Minho* analisou, mais em pormenor, a crise política nacional. Defendia que não era o governo chefiado por Afonso Costa que estava em crise, mas o próprio regime republicano. O diário de Braga considerava que, se as lutas políticas não terminassem em breve, a crise estaria estendida à pátria<sup>35</sup>. Pressionado pelo momento político adverso, Afonso Costa saiu de cena. Arriaga requisitou a presença de Bernardino Machado (1851-1944) em Lisboa. O até então embaixador de Portugal, no Rio de Janeiro, Brasil, assumiu as rédeas de um governo extra-partidário<sup>36</sup>. Ainda que tivesse o apoio do Partido Democrático,

---

<sup>33</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 86.

<sup>34</sup> Idem, p. 87.

<sup>35</sup> Cf. *A crise da Republica*, in *Echos do Minho*, 1 de Fevereiro de 1914, ano IV, n.º 318, p. 1.

<sup>36</sup> Bernardino Machado era o chefe de um novo Ministério constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Bernardino Machado (Presidência, Interior, Negócios Estrangeiros), Tomás Cabreira (Finanças), António Pereira de Eça (Guerra), Augusto Eduardo Neuparth (Marinha), Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (Justiça), Aquiles Gonçalves Fernandes (Fomento), Alfredo Lisboa de Lima (Colónias), e Sobral Cid (Instrução Pública). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 87.

Bernardino deu início a uma série de reformas e à aplicação de diversas propostas. De início, o *Echos do Minho* manteve algumas reservas quanto à actuação de Bernardino Machado<sup>37</sup>. Em breve, o periódico de Braga também aceitava a maior abertura política que Bernardino trouxe ao país, apesar de condenar o atraso da aplicação de algumas medidas, nomeadamente a amnistia a atribuir aos presos políticos<sup>38</sup>. Já em meados de Abril, o periódico de Braga analisava a acção política de Bernardino Machado. Se a sua vinda do Brasil fora aplaudida, e ele próprio passou a ser visto como a solução para os males da República, o discurso era outro dois meses depois de chegar ao poder. O *Echos do Minho* assegurava que a parecença governativa de Bernardino com Costa era grande, e exemplificava: «(...) as mesmas violencias, a mesma furia, a mesma indisciplina, a mesma desordem anterior, surgiram nos mesmos *fauteils* governativos, apenas mais correctamente vestidas e com mascara sorridente!»<sup>39</sup>. Perante estes dados, o diário de Braga afirmava que o país estava decepcionado e perplexo com o andar dos acontecimentos políticos. Mais tarde, o mesmo título asseverava que a República estava dominada pela Maçonaria, e que o país vivia sob a sua égide, patrocinada pela violência exercida pela “formiga branca”<sup>40</sup>. Ora, o jornal de Braga assumia que a má actuação da República já era conhecida no exterior, em outros países europeus, com especial gravidade em Inglaterra. E confirmava que a República Portuguesa não dispunha de uma diplomacia forte e capaz de exercer pressões. Assim se verificara com o processo judicial que envolvera o português Oliveira Coelho, entretanto detido em Liverpool, Inglaterra. O Governo solicitara a sua extradição, para o julgar em Portugal, mas a Justiça inglesa negara tal pedido e julgou o caso nos seus tribunais, aplicando a pena de morte ao português. Para o *Echos do Minho*, este caso era demonstrativo da ineficácia da diplomacia portuguesa: «(...) por isso não é de extranhar o conceito cada vez menor, nullo até, em que se tem lá fóra a nossa politica internacional»<sup>41</sup>.

A visão negativa da República era testemunhada nos primeiros dias do novo periódico do Porto, *Liberdade*. Este diário afirmava, no dia 18 de Junho de 1918, que havia uma grande diferença entre a acção política da República dentro de Portugal e fora deste. No interior do país, o regime optava por manter o uso da força para se

---

<sup>37</sup> Cf. *Dr. Bernardino Machado chegou*, in *Echos do Minho*, 12 de Fevereiro de 1914, ano IV, n.º 321, p. 1.

<sup>38</sup> Cf. *Porque se espera?*, in *Echos do Minho*, 15 de Fevereiro de 1914, ano IV, n.º 322, p. 1.

<sup>39</sup> F. V. *Consequencias*, in *Echos do Minho*, 15 de Abril de 1914, ano IV, n.º 346, p. 1.

<sup>40</sup> Cf. *Quem tem a culpa?*, in *Echos do Minho*, 1 de Maio de 1914, ano IV, n.º 360, p. 1.

<sup>41</sup> *Politica externa – Portugal na balança da Europa*, in *Echos do Minho*, 6 de Maio de 1914, ano IV, n.º 364, p. 1.

manter vivo, ao mesmo tempo que vigorava a guerra de palavras entre Afonso Costa (democráticos), António José de Almeida (evolucionistas), e Manuel de Brito Camacho (unionistas) no Parlamento e nos seus periódicos. A *Liberdade* asseverava que tal acção era um cancro maléfico que ia desacreditando a própria República<sup>42</sup>. Esta era acusada de estar a cair «(...) como um regime de desordem e de escândalo! Cahe como uma vergonha, um labéu affrontoso, como uma instituição inadaptable e antinómica com a alma nacional»<sup>43</sup>. No dia de São João, 24 de Junho, o jornal do Porto deixou as comemorações daquele santo padroeiro da cidade para segundo plano, para reavivar o assunto do momento – a crise da República – com um novo balanço, depois do pedido de demissão colectiva do gabinete de Bernardino Machado, na noite de 22 de Junho. Tal sucedeu após o rebentar do escândalo sobre o aproveitamento energético das quedas de água das “Portas de Ródão”<sup>44</sup>. Contudo, o presidente da República, Manuel de Arriaga, insistiu para que Bernardino Machado reconsiderasse e este cedeu, formando um novo governo. As críticas, porém, mantiveram-se. A *Liberdade* sustentava a sua própria desconfiança no novo ministério que mantinha Bernardino à frente do Governo<sup>45</sup>. No dia seguinte, afirmava que «(...) o actual governo é bem um signal inilludível do gâncnis a que está reduzida a politica republicana...(...) A falencia é completa»<sup>46</sup>. De acordo com o diário do Porto, por trás de Bernardino Machado estava Afonso Costa a controlar, efectivamente, os destinos do país<sup>47</sup>.

Numa altura em que a *Liberdade* vinha recebendo constantes ameaças de suspensão, geralmente denunciadas antes dos editoriais, em letras grandes, Afonso Costa era apontado como a raiz de todos os males do país, e o causador dos tumultos que marcavam o dia-a-dia das ruas da capital. Perante este cenário, a *Liberdade* asseverava que tais acontecimentos «(...) significam o desmanchar da feira republicana e o desastre inevitável do régimen»<sup>48</sup>. As medidas do progresso republicano, que os governantes vinham propagandeando na sua própria imprensa, eram contrapostas pelos editoriais da *Liberdade*, que denunciava que houvera um aumento de impostos, e o abandono da indústria nacional que estava cada vez mais nas mãos dos estrangeiros<sup>49</sup>,

---

<sup>42</sup> Cf. *O dilema*, in *Liberdade*, 18 de Junho de 1914, ano I, n.º 10, p. 1.

<sup>43</sup> *Qualquer coisa a cair...*, in *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, ano I, n.º 11, p. 1.

<sup>44</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 93.

<sup>45</sup> Cf. *Novo Governo*, in *Liberdade*, 26 de Junho de 1914, ano I, n.º 16, p. 1.

<sup>46</sup> *Palliativos*, in *Liberdade*, 27 de Junho de 1914, ano I, n.º 17, p. 1.

<sup>47</sup> Cf. João Franco Monteiro, *O ‘Gato’*, in *A Nação*, 3 de Julho de 1914, ano LXVIII, n.º 16:042, p. 1. Ver também: *Nem com “elle” nem sem “elle”*, in *Liberdade*, 10 de Julho de 1914, ano I, n.º 28, p. 1.

<sup>48</sup> *Apreciando os acontecimentos*, in *Liberdade*, 15 de Julho de 1914, ano I, n.º 32, p. 1.

<sup>49</sup> Cf. *Terra vendida!*, in *Liberdade*, 24 de Junho de 1914, ano I, n.º 15, p. 1.

isto para além da acção concreta sobre as colónias com a «(...) desnacionalização d' estas com a expulsão das congregações religiosas, para satisfazer odios jacobinos»<sup>50</sup>. Efectivamente, o desânimo sobre a República ganhou um novo alento, desde os primeiros meses de 1914. No final de Julho, o jornal do Porto asseverava que «a republica é o pesadêlo negro, tortuante do paiz, pezando-lhe sobre a consciencia como um remorço. (...) Acha-se arrependida a nação de haver cahido no logro republicano»<sup>51</sup>. Dias depois, novo ataque à República. Segundo a *Liberdade*, «(...) o organismo republicano dissolve-se. A estatua da Republica está rachada de alto abaixo...»<sup>52</sup>. O jornal do Porto alimentava as críticas, alegando que o povo passava fome, para além de apresentar a frustração sentida dos populares, após findar o entusiasmo dos comícios republicanos.

A *Liberdade* e *A Nação* assumiam, nos seus editoriais, que esta era a fase decadente da República, minada, por dentro, com repercussões do lado de fora, nas ruas. O diário de Lisboa asseverava que as ruas da capital estavam manchadas pelo sangue das lutas desencadeadas pelos republicanos. *A Nação* acusava mesmo as autoridades de terem recuperado o Santo Ofício (Inquisição) e enveredado pela perseguição e pela tortura dos adversários políticos<sup>53</sup>. À descrença da imprensa católica e do povo, juntavam-se-lhes a divisão do republicanismo e o resultado era visível: uma crise aguda e generalizada, e com um fim à vista<sup>54</sup>. Este era o cenário da República, no fim de Julho de 1914. Em verdade, «o começo da guerra na Europa (...) surpreendeu a República Portuguesa num total impasse político. Os chefes republicanos julgaram que a guerra seria uma porta de saída. Mas nunca chegaram a perceber como é que a podiam abrir»<sup>55</sup>. Com efeito, a Grande Guerra marcou o início de uma nova realidade, não apenas para o mundo e para a Europa, mas de uma forma muito própria para Portugal. Também a República não mais seria a mesma.

#### 6.4.1. A República em tempo de guerra

O eclodir da Grande Guerra, em Agosto de 1914, foi visto por alguns líderes republicanos como uma oportunidade de ouro para salvar o regime, e para confirmar a

<sup>50</sup> *Estrangeiros...*, in *Liberdade*, 22 de Julho de 1914, ano I, n.º 38, p. 1.

<sup>51</sup> *Sós, até ao fim!*, in *Liberdade*, 24 de Julho de 1914, ano I, n.º 40, p. 1.

<sup>52</sup> *Odios que matam*, in *Liberdade*, 28 de Julho de 1914, ano I, n.º 43, p. 1.

<sup>53</sup> Cf. João Franco Monteiro, *Represalias e egoísmos*, in *A Nação*, 21 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:057, p. 1.

<sup>54</sup> Cf. *Final d' acto*, in *Liberdade*, 30 de Julho de 1914, ano I, n.º 45, p. 1.

<sup>55</sup> RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: A Segunda Fundação...*p. 500.

velha aliança com a Inglaterra<sup>56</sup>. A ruptura política que acontecera em Julho de 1914 – que levaram Brito Camacho e outros políticos a abandonarem o Parlamento, por não concordarem com as acções do Partido Democrático, de Afonso Costa – deixara no ar a certeza de uma crise política, e de um regime que a imprensa católica vinha acusando de estar em agonia. No início do conflito armado, o Governo era chefiado por Bernardino Machado, mas era Afonso Costa quem realmente orquestrava os destinos políticos do país, à frente do recém denominado “Partido da Guerra”<sup>57</sup>. *A Nação* também confirmava essa realidade, e escrevera, a abrir o seu editorial de 29 de Julho, que «estava escripto que o sr. Bernardino Machado havia de receber o premio de ter servido de salvaguarda dos interesses do sr. Affonso Costa»<sup>58</sup>. *A Liberdade* escrevia, já no final de Agosto de 1914, que Bernardino Machado era «(...) um mero instrumento político do partido democratico que declarou intangível a lei de Separação»<sup>59</sup>. Esta crítica tinha como pano de fundo as condolências que Bernardino apresentara ao cardeal-patriarca de Lisboa, pela morte do Papa Pio X, em 20 de Agosto de 1914. O diário do Porto protestou contra aquele gesto que acusou de ser uma pura manobra política, com objectivos eleitoralistas, e sugeriu a substituição do actual Governo por um outro de carácter nacional, de união patriótica, com representantes dos partidos republicanos e com elementos das forças monárquicas e conservadoras, capaz de colocar em prática uma acção para defender os interesses do país<sup>60</sup>. Assim era descrita a situação do país, dias depois de disparados os primeiros tiros nos campos de batalha, espalhados pela Europa e por África. No final de Setembro, Bernardino Machado, de manobra em manobra, aproveitava a guerra para adiar as eleições para dia incerto, precipitando um clima de crise política. No final de 1914, a crise estalou, depois das diversas jogadas políticas que envolveram várias figuras: a) Bernardino Machado, o chefe de governo, que queria que Portugal tivesse um papel relevante no conflito; b) o governo inglês que preferia manter Portugal afastado da intervenção na guerra, e que era apoiado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, que também não queria intervir; c) João Chagas, entretanto chegado de Paris, decidido a ser o novo chefe político do “Partido da Guerra”; d) Brito Camacho que recusou participar num governo extrapartidário

---

<sup>56</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 605.

<sup>57</sup> Cf. RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*pp. 502-503.

<sup>58</sup> João Franco Monteiro, *Destino*, in *A Nação*, 29 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:064, p. 1.

<sup>59</sup> *O sr. Bernardino Machado*, in *Liberdade*, 25 de Agosto de 1914, ano I, n.º 67, p. 1.

<sup>60</sup> Cf. *Governo nacional*, in *Liberdade*, 11 de Agosto de 1914, ano I, n.º 55, p. 1.

proposto por Manuel de Arriaga. Cercado, Bernardino preferiu sair de cena. Perante tal facto, a *Liberdade* afirmava que era «(...) atterradora a desorientação dos políticos do regimen, n' este gravissimo momento historico em que estamos sob a ameaça da perda das colonias e porventura da nossa autonomia»<sup>61</sup>. Afonso Costa recusou o convite do presidente da República, para a chefia de um novo Governo, mas Vítor Hugo de Azevedo Coutinho aceitou.

O até então presidente da câmara dos deputados, chefiou o novo Governo que tomou posse em 14 de Dezembro<sup>62</sup>. Ainda assim, a tensão política não diminuiu. Na verdade, por detrás do novo executivo, rapidamente conhecido como “os miseráveis de Vítor Hugo”, estavam os democráticos, e Afonso Costa mantinha os trunfos todos. Na oposição mantinham-se os mesmos de sempre: os evolucionistas de Almeida, e os unionistas de Camacho. O diário do Porto confirmava, em 20 de Dezembro, que se estava a viver uma hora decisiva, e solicitava a união e a concórdia dos portugueses e, em particular, dos católicos, na sua própria organização interna. Nessa hora decisiva, a *Liberdade* garantia que «(...) ou a Republica muda de orientação ou morre»<sup>63</sup>. A *Nação*, por seu turno, afirmava que as lutas políticas entre os políticos republicanos eram permanentes, com discursos apontados como estando vazios de real conteúdo para os interesses do país<sup>64</sup>. Por isso mesmo, a acusação-mor mais frequente nos longos editoriais da imprensa católica era que o regime «(...) tem de cahir, ha-de cahir»<sup>65</sup>. E, efectivamente, caiu, não o regime, mas o poder de Afonso Costa, com o golpe de Estado de 25 de Janeiro de 1915, «(...) protagonizado por elementos affectos ao Governo ainda em funções...»<sup>66</sup>, no seguimento de uma permanente desorientação política. Para trás ficara a entrega das espadas realizada dias antes, acção de protesto levada a cabo pelos militares que se achavam perseguidos politicamente, sendo que alguns acabaram detidos e outros apenas transferidos.

---

<sup>61</sup> *Desorientação*, in *Liberdade*, 27 de Novembro de 1914, ano I, n.º 144, p. 1.

<sup>62</sup> O novo Governo era assim constituído, com os ministros e respectivas pastas: Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (Presidência e Marinha), Álvaro Xavier de Castro (Finanças), Joaquim Cerveira de Albuquerque (Guerra), Alexandre Braga (Interior), Rodrigues Gaspar (Colónias), Augusto Luís Vieira Soares (Negócios Estrangeiros), Barbosa de Magalhães (Justiça), Lima Basto (Fomento), e Ferreira Simas (Instrução Pública). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 94.

<sup>63</sup> *Hora decisiva: A nação e o partido*, in *Liberdade*, 20 de Dezembro de 1914, ano I, n.º 163, p. 1.

<sup>64</sup> João Franco Monteiro, *A Peneira*, in *A Nação*, 23 de Dezembro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:147, p. 1.

<sup>65</sup> *Porque não nos associamos á festa?*, in *Liberdade*, 6 de Outubro de 1914, ano I, n.º 103, p. 1.

<sup>66</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 97.

Para resolver o clima de impasse político, Manuel de Arriaga chamou o general Pimenta de Castro (1846-1918) para chefiar um governo extrapartidário<sup>67</sup>. Começava a ditadura de Pimenta de Castro, mas por pouco tempo. Num primeiro momento, as medidas propostas por Pimenta de Castro agradaram a todos os grupos políticos, excepto aos democráticos de Afonso Costa. Nesse sentido, *A Nação* escrevia o editorial de 27 de Janeiro de 1915 com um optimismo declarado: «(...) Parece que um sopro generoso varreu para bem longe a nuvem do despotismo oppressor... (...) Respira-se, falla-se sem receios de injustificada e barbara revindicta, não só das correntes e inoffensivas noticias politicas, que ate aqui, n' este desgraçado paiz, poderiam ser consideradas um crime e um perigo;»<sup>68</sup>. O próprio Afonso Costa passou a ser contestado e, no mês seguinte em 21 de Fevereiro, escapou mesmo a um atentado, na estação de comboios de São Bento, no Porto, quando se preparava para embarcar rumo a Lisboa. De facto, era visível que «(...) o Governo de Pimenta de Castro prosseguia a sua cruzada contra o Partido Democrático»<sup>69</sup>, ao mesmo tempo que encetava uma aproximação à Igreja Católica, com a introdução de algumas rectificações ao modelo anteriormente executado por Afonso Costa.

Os católicos e os monárquicos mostravam-se particularmente agradados com algumas acções políticas de Pimenta de Castro, ainda que as críticas estivessem muitas vezes presentes nos seus editoriais. Apesar de a *Liberdade* considerar que a ditadura actual era um mal necessário, para a salvação pública do país, aquela instigava o Governo a ir mais longe: «(...) se o governo quer pacificar (...) é preciso que resolva sobre bases serias, justas, leaes e honradas o problema das relações entre a Egreja e o Estado»<sup>70</sup>. Mas a crise política parecia eminente, fruto das críticas vindas das hostes republicanas. Em verdade, até no próprio Governo havia descontentamento. A 7 de Março, Herculano José Galhardo abandonava a pasta das Finanças. Uma vez mais, a crise política estalava por dentro. Do lado de fora, os grupos republicanos, em especial os democráticos de Afonso Costa, mas também os evolucionistas de António José de Almeida pressionaram o Governo e o presidente da República. Almeida chamou a

---

<sup>67</sup> O Governo liderado por Pimenta de Castro era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Pimenta de Castro (Presidência, Guerra, e Negócios Estrangeiros, esta última momentaneamente), Pedro Gomes Teixeira (Interior), Teófilo José Trindade (Colónias), Herculano José Galhardo (Finanças), José Joaquim Xavier de Brito (Marinha), Guilherme Alves Moreira (Justiça), José Nunes da Ponte (Fomento), e José Jerónimo Rodrigues Monteiro (Negócios Estrangeiros, a partir de 4 de Fevereiro). Cf. Idem, p. 101.

<sup>68</sup> João Franco Monteiro, *Phase Nova*, in *A Nação*, 27 de Janeiro de 1915, ano LXVIII, n.º 16:173, p. 1.

<sup>69</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 110.

<sup>70</sup> *A pacificação*, in *Liberdade*, 5 de Março de 1915, ano II, n.º 224, p. 1.

atenção para o perigoso crescimento de centros monárquicos e de centros católicos, por toda a cidade de Lisboa. Segundo ele, a República estava em perigo. Brito Camacho aproximou-se, uma vez mais, de Almeida. Unionistas e evolucionistas pressionaram Pimenta de Castro, mas este manteve-se avesso a compromissos. A solução era mais um golpe de Estado. Há vários dias que este estava a ser preparado, e aconteceu depois da abertura de mais um centro monárquico. Na noite de 10 de Maio de 1915, começaram as contestações nas ruas de Lisboa, seguidas também nas das cidades do Porto e de Coimbra. Mas foi na madrugada de 14 de Maio que se iniciou a revolução em Lisboa<sup>71</sup>, com troca de tiros, disparados pelos navios de guerra, estacionados no rio Tejo, e nas ruas da capital, que provocaram mais mortos e mais feridos do que o 5 de Outubro de 1910. Os apoiantes dos democráticos passaram o dia seguinte, 15 de Junho, sábado, a assaltar e a perseguir quase indiscriminadamente o que encontrassem que lhes fosse contrário. No domingo, 16, a luta acalmou, e foi tempo de ver e de contabilizar os estragos, e de fazer os balanços.

Num clima tenso, com a “rua” em crescente ebulição, o presidente da República viu-se obrigado, uma vez mais, a encetar esforços para criar um novo governo. As recusas de António José de Almeida e de Brito Camacho levaram Manuel de Arriaga a chamar João Chagas<sup>72</sup>. Este abandonou o lugar, no mesmo dia 15 de Maio, depois de ter sofrido um atentado que lhe vazou um olho, junto da estação do Entroncamento, na viagem de comboio que fazia entre o Porto e Lisboa. Com *A Nação* temporariamente silenciada, pois fora atacada na tarde de 16 de Maio, só se voltando a publicar a partir de 27 de Julho, foi a *Liberdade* que, nos dias seguintes ao incidente do Entroncamento, dava voz à inquietação dos sectores católicos, referindo que o Governo, composto por vários maçons, era hostil aos católicos. Adiantava, também, que aos católicos caberia «(...) o mais importante papel na obra do saneamento moral da sociedade, que os ultimos acontecimentos mostram ser cada vez mais necessario»<sup>73</sup>. Ou seja, perante a crise política, a imprensa católica vaticinava que só a acção dos católicos é que poderia acendrar o espírito nacional. O panorama político mantinha-se instável. As mudanças sucediam-se: o presidente Arriaga refez o gabinete, após o sucedido a João Chagas.

---

<sup>71</sup> Cf. a história do 14 de Maio e o que resultou em seguida da revolução em: RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: A Segunda Fundação...* pp. 508-514.

<sup>72</sup> O governo de João Chagas era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: João Chagas (Presidência, e Interior), Alves da Veiga (Negócios Estrangeiros), Paulo Falcão (Justiça), Tomé de Barros Queiroz (Finanças), José de Castro (Instrução Pública), Basílio Teles (Guerra), Francisco Joaquim Fernandes Costa (Marinha), Magalhães Lima (Fomento), e José Jorge Pereira (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 115.

<sup>73</sup> *A nossa attitude*, in *Liberdade*, 18 de Maio de 1915, ano II, n.º 284, p. 1.

Mas, pressionado pelos novos governantes, Arriaga acabou por resignar ao cargo, em 27 de Maio, e Teófilo Braga substituiu-o como presidente da República. Nas eleições de 13 de Junho, as hostes de Afonso Costa ganharam largamente, mas a divisão do Partido Democrático era uma realidade indesmentível. Em convalescença, depois de uma queda, Afonso Costa ficaria afastado do novo governo que a *Liberdade* apelidava de incompetente<sup>74</sup>. Mais tarde, aquele diário do Porto voltaria a acusar o executivo de governar «(...) sob a pressão dos revolucionários»<sup>75</sup> num país onde faltava a paz e a tranquilidade. A 6 de Agosto de 1915, Bernardino Machado tornava-se no novo presidente da República, com o apoio de Afonso Costa. O país político caminhava, novamente, para um entendimento com os democráticos, mas a situação real portuguesa era outra: «(...) as subsistências faltavam, a fome agravava-se já que os salários, para os que tinham trabalho, pouco permitiram comprar. Os assaltos a lojas e a armazéns de víveres aumentaram por todo o lado, os tumultos eram frequentes.

No final de 1915, a 19 de Novembro, José de Castro, chefe de Governo, apresentou novamente a sua demissão a Bernardino Machado que a aceitou, ao fim de meses a negar-se. O presidente da República chamou Afonso Costa que, contrariado, apresentou o seu gabinete, dez dias depois<sup>76</sup>. Os católicos temeram o que aí vinha, e com razão. Com maior ou menor aparato, a actividade anticlerical aumentou durante o governo de Afonso Costa, apesar de este próprio saber das fragilidades do seu ministério, que ficaram à vista nos primeiros dias de 1916. Por esta altura, a imprensa católica insistia nas críticas ao Governo, esperando que este confessasse a sua inoperância. No caso específico da *Liberdade*, era defendido que a solução passava pela criação de «(...) um movimento nacional d' onde saia a livre consulta do paiz, que se pronunciará livremente, acabando-se com a dictadura legislativa em que se tem vivido»<sup>77</sup>. Já *A Ordem*, em Lisboa, surgida a 2 de Fevereiro de 1916, não apresentava, em editorial, qualquer indicação política sobre a realidade nacional apostando, desde o início, mais numa postura evangelizadora da sociedade portuguesa.

---

<sup>74</sup> Cf. *A situação*, in *Liberdade*, 22 de Junho de 1915, ano II, n.º 312, p. 1.

<sup>75</sup> *O Governo*, in *Liberdade*, 7 de Julho de 1915, ano II, n.º 323, p. 1.

<sup>76</sup> O governo de Afonso Costa era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Afonso Costa (Presidência, e Finanças), Artur de Almeida Ribeiro (Interior), João Catanho de Menezes (Justiça), Norton de Matos (Guerra), Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (Marinha), Augusto Soares (Negócios Estrangeiros), António Maria da Silva (Fomento), Alfredo Rodrigues Gaspar (Colónias) e Frederico Ferreira Simas (Instrução Pública). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 122.

<sup>77</sup> *Insistindo*, in *Liberdade*, 13 de Janeiro de 1916, ano II, n.º 474, p. 1.

Mas, a realidade era outra e merecia, como mereceu, uma análise da imprensa católica. O conflito europeu era o tema do momento, e Afonso Costa sabia disso. Os ingleses souberam que diversos navios alemães estavam refugiados em portos nacionais, e pressionaram o governo português a confiscá-los, em troca de dinheiro. A Inglaterra conhecia as debilidades financeiras de Portugal, e arriscou. Mas, do outro lado, estava um muito resoluto Afonso Costa que pretendia que a Inglaterra seguisse os trâmites normais. Em verdade, Costa «(...) só confiscaria os barcos se os Ingleses muito abertamente lho pedissem, invocando a aliança anglo-portuguesa»<sup>78</sup>. A intransigência de Costa era grande. A Inglaterra, a custo, anuiu. A Alemanha reagiu e declarou guerra a Portugal em 9 de Março de 1916, e, cedo, a *Liberdade* criticou a atitude de Afonso Costa. O periódico portuense aconselhara, desde sempre, a neutralidade de Portugal e assumia que não era o regime republicano que estava ameaçado, mas a própria nação. Ainda assim, o jornal mantinha uma postura protocolar, afirmando que «(...) perante o facto consumado não é hora para apurar responsabilidades. (...) Só ha que levantar e despertar as energias nacionaes»<sup>79</sup>. Nesse mesmo dia 10 de Março, Afonso Costa apresentou a sua demissão ao presidente da República, e passou a defender a formação de um ministério nacional, se possível, integrando diferentes correntes políticas, como acontecera em França. Tal projecto era apoiado por António José de Almeida e por Alexandre Braga, mas foi completamente refutado por Brito Camacho, que já havia acusado Costa de olhar para a guerra como uma oportunidade de negócio, e um apoio para se manter no poder<sup>80</sup>. A imprensa católica permanecia na expectativa, ainda que os seus desejos também fossem de união entre os portugueses. A *Liberdade* desejava mesmo abster-se de fazer oposição ao Governo, neste tempo de crise, pois considerava que essa atitude era antipatriótica. Contudo, não prescindiu de dirigir críticas aos políticos, mesmo antes de ser constituído o novo governo. Conhecedor da realidade política nacional, o periódico considerava que o novo executivo «(...) não será um governo nacional mas apenas um governo partidário. (...) Não temos homens de estado, temos sectários; não temos patriotas, temos políticos»<sup>81</sup>. Efectivamente, ainda que tenha ouvido personalidades monárquicas e católicas, Bernardino Machado, presidente da República, acabou por constituir um gabinete previsível, com figuras de proa dos

---

<sup>78</sup> RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação*...p. 515.

<sup>79</sup> *A belligerancia*, in *Liberdade*, 10 de Março de 1916, ano II, n.º 522, p. 1.

<sup>80</sup> Cf. RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação*...p. 515.

<sup>81</sup> *Para a união*, in *Liberdade*, 12 de Março de 1916, ano II, n.º 524, p. 1.

partidos republicanos<sup>82</sup>, que tomou posse em 15 de Março. Cerca de duas semanas depois, *A Ordem* (Lisboa) apresentava um editorial, onde expunha algumas considerações sobre o momento político actual, ainda que denunciasse erros da governação republicana sobre aspectos religiosos, e privilegiasse a acção a desenvolver pelos católicos. José Fernando de Sousa (1855-1942)<sup>83</sup>, que chegaria a ser director deste título, a partir de 22 de Junho de 1916, afirmava que «(...) a união sagrada de todos os portugueses, sem distincção de opiniões, constitue dever indeclinavel, e o unico meio de salvar a nossa autonomia, senão a nossa integridade territorial»<sup>84</sup>. As críticas ao trabalho desenvolvido pelo governo de União Sagrada<sup>85</sup> aumentaram de tom à medida que eram conhecidas algumas das suas acções: em 28 de Março, a censura prévia regressou à imprensa.

A amnistia passou a ser regra a partir de 14 de Abril. Tudo e todos eram amnistiados, e as críticas e os protestos alargaram-se desde os comentários de insignes republicanos, como Manuel de Arriaga ou Brito Camacho, até aos editoriais da imprensa católica. Foi recuperada a pena de morte, em situações de guerra, em 30 de Agosto, e em 25 de Outubro os agricultores passaram a ser obrigados a vender a sua produção cerealífera à manutenção militar. Esta última medida, aliada ao aumento em crescendo dos preços das subsistências, durante o período do conflito<sup>86</sup>, causou grande turbulência entre os agricultores e, de certa forma, entre os mais pobres. Nas ruas começou a correr um boato de que «(...) no Governo Nacional a formar os católicos estariam representados por [António] Lino Neto e os monárquicos por Aires de Ornelas.

---

<sup>82</sup> O Governo de União Sagrada era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António José de Almeida (Presidência), Afonso Costa (Finanças), Augusto Soares (Negócios Estrangeiros), Norton de Matos (Guerra), Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (Marinha), Francisco Fernandes da Costa (Fomento), António Maria da Silva (Trabalho e Providência Social), António Pereira Reis, mais tarde substituído por Brás Mousinho de Albuquerque (Interior), Luís Pinto Mesquita de Carvalho (Justiça), Mimoso Guerra (subsecretário da Guerra), Albino Vieira da Rocha (Finanças), e Celestino de Almeida (subsecretário das Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 128.

<sup>83</sup> José Fernando de Sousa nasceu em Viana do Alentejo, em 1855. Foi um conhecido jornalista monárquico e católico, colaborando com diversos títulos, e dirigindo outros, antes e depois da instauração da República, assinando: Nemo. Foi um nacionalista aguerrido e defendeu a causa católica como poucos. Em 1906 foi eleito deputado pelo Partido Nacionalista, pelo círculo de Setúbal. Mais tarde foi candidato por outros círculos, mas não chegou a ser eleito. Deu um grande incremento aos movimentos católicos e à imprensa católica. Faleceu em Lisboa, em 1942. Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista...*pp. 204-205.

<sup>84</sup> Nemo, *Situações definidas*, in *A Ordem*, 28 de Março de 1916, ano I, n.º 47, p. 1.

<sup>85</sup> O governo de União Sagrada foi o título atribuído à aliança partidária entre Afonso Costa (democráticos) e António José de Almeida (evolucionistas) desde Março de 1916 até Abril de 1917. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *A União Sagrada*. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 277-286.

<sup>86</sup> Cf. RAMOS, Rui – *As Guerras da República (1911-1917)*. In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 516.

Por toda a parte se desenvolvia uma campanha tortuosa, mentira, contra os que ocupavam o Poder»<sup>87</sup>. A tão discutida União Sagrada rapidamente entrou em desgaste. Em meados de Setembro, o diário *Liberdade* acusava o Governo, liderado por António José de Almeida, de estar preso aos mandos políticos daqueles que o tinham empurrado para o poder, e acusava-o, por isso, de «(...) não querer compreender nem realizar a verdadeira função governativa de isenção»<sup>88</sup>. De acordo com a *Liberdade*, a falência da União Sagrada devia-se, de facto, à prisão de movimentos que o Governo demonstrava. Era conhecida a força de Afonso Costa nas decisões tomadas pelo executivo, e tal ficou bem patente nas críticas apontadas pela *Liberdade* em 11 de Novembro de 1916. P. T., um colaborador do diário portuense, assegurava que o país estava a atravessar um momento decisivo da sua história. Ora, nessa conjuntura, o articulista garantia que «(...) um governo que se diz nacional, não hesitou em praticar a maior violencia, o mais flagrante atropello de direitos, para fazer o jogo d' um partido»<sup>89</sup>. Se a imprensa católica expressava o seu descontentamento pela acção governativa, através dos seus títulos, o povo usava a rua, e os militares usavam as casernas. É um facto que a insuficiência de bens de subsistência se agravara com a Guerra. A tentativa de tabelar os preços dos produtos não vingou, e o “mercado negro” rapidamente passou a fazer parte do quotidiano. Aqui «(...) os bens estavam disponíveis, mas ao preço de equilíbrio dos mercados, sendo por isso acessíveis apenas aos grupos sociais mais elevados»<sup>90</sup>. Os militares também estavam insatisfeitos. Na noite de 13 de Dezembro, Machado Santos liderou parte da guarnição militar de Tomar que se revoltara. Mas o histórico republicano nem sequer chegou a avançar para Lisboa, porque só conseguiu obter os apoios das guarnições de Castelo Branco e da Figueira da Foz. Sem meios, «(...) Machado Santos rendeu-se à guarnição de Abrantes, que se mantivera fiel ao Governo»<sup>91</sup> e terminou ali a aventura. No entanto, o espírito insurreccional manteve-se vivo. Apesar de o golpe ter fracassado «(...) as suas consequências seriam gravíssimas»<sup>92</sup>.

De crise política em crise política, agravada com mais cortes no fornecimento de gás e de bens essenciais, o governo de União Sagrada não resistiu muito tempo. António

---

<sup>87</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 129.

<sup>88</sup> *Nota do dia – Falso criterio*, in *Liberdade*, 15 de Setembro de 1916, ano III, n.º 681, p. 1.

<sup>89</sup> P. T., *Mais um desastre*, in *Liberdade*, 11 de Novembro de 1916, ano III, n.º 728, p. 1.

<sup>90</sup> MATA, Maria Eugénia – A política financeira. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 197.

<sup>91</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 136.

<sup>92</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – A União Sagrada. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 281.

José de Almeida chamara a atenção da insustentabilidade governativa, em Março de 1917, mas o presidente da República, Bernardino Machado, pediu-lhe tempo para se organizar um novo governo. Almeida e o projecto nacional da União Sagrada caíram em 20 de Abril, no dia que assinalava o sexto aniversário da Lei da Separação, que ficou para segundo plano. Cinco dias depois, Afonso Costa assumiu a chefia de um novo governo<sup>93</sup>. Durante as primeiras semanas, as acções governativas não tiveram grande eco na imprensa católica analisada neste segundo subperíodo, a partir de 1916 (a *Liberdade* e *A Ordem*). Nem mesmo os graves acontecimentos ocorridos em Lisboa, na noite de 20 de Maio, foram noticiados em editorial, como era costume. Para a história ficaram expressas as dificuldades do povo em obter víveres, o que o levou a revoltar-se, e a assaltar lojas e armazéns. Do inevitável confronto com as autoridades policiais resultaram vários mortos e feridos<sup>94</sup>. A verdade é que os temas que, no imediato, preocupavam a imprensa católica era a organização política dos católicos, e a assistência religiosa em campanha, já prometida pelo Governo, mas ainda sem data definida.

A *Liberdade* recuperou a análise política para editorial apenas em 20 de Junho de 1917, para analisar a constituição do novo elenco governativo. O autor do editorial, P. T., admitia o seu desassossego ao confirmar que, numa sessão parlamentar, «(...) a voz sagrada dos interesses nacionaes está sendo a cada passo abat[i]da pelos interesses do partido ou da seita»<sup>95</sup>. Era asseverado que o sectarismo político e a instabilidade se iriam manter, assim como a força do boato e a paixão política que ofuscavam o interesse nacional. As críticas mantinham-se, assim elevadas, e o Governo liderado por Afonso Costa era acusado de manter a mesma postura do passado, o que prejudicava o país. De qualquer forma, em boa verdade, a situação internacional ajudava à situação gravosa que Portugal conhecia.

Em bom rigor, «o ano de 1917 foi difícil para todos os beligerantes. Na Rússia, acabou a monarquia. Nos outros Estados, caíram os governos. Portugal não foi excepção»<sup>96</sup>. Na Europa, o conflito bélico transformara os campos de cultivo em

---

<sup>93</sup> O Governo chefiado por Afonso Costa era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Afonso Costa (Presidência, e Finanças), Alexandre Braga (Justiça), Herculano Galhardo (Fomento), Barbosa de Magalhães (Instrução Pública), Augusto Soares (Negócios Estrangeiros), Norton de Matos (Guerra), Eduardo Lima Bastos (Trabalho), Arantes Pedroso (Marinha), Ernesto de Vilhena (Colónias), e Artur de Almeida Ribeiro (Interior). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*pp. 136-137.

<sup>94</sup> Cf. idem, p. 137.

<sup>95</sup> P. T., *Novo Governo*, in *Liberdade*, 20 de Junho de 1917, ano IV, n.º 906, p. 1.

<sup>96</sup> RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal...*p. 608.

campos de batalha. Os esforços de guerra obrigavam os países europeus, mesmos os neutrais, a importar mais e mais produtos alimentícios de fora, sobretudo dos Estados Unidos da América, e da Austrália, numa realidade que assumira maiores proporções desde o Inverno de 1916-1917: a guerra submarina. Este novo perigo causou enormes prejuízos em ambos os lados, em resultado dos bombardeamentos e dos afundamentos de que eram alvo os navios de mercadorias<sup>97</sup>. Como resultado, a falta de matérias-primas e de alimentos transportava para as ruas das cidades muitas pessoas com fome. Era uma bomba-relógio que explodiu desde a província – que, em última instância, abastecia a capital com géneros alimentares – até às ruas de Lisboa, onde eram aos milhares as pessoas que se concentravam, na ânsia de garantirem um pedaço de pão das padarias e das mercearias que assaltassem. Por seu turno, a fraqueza do Governo era evidente. Os seus adversários políticos aproveitaram para traçar um plano para o derrubar. As várias eleições – parcelares, municipais e de juntas de freguesia – que se realizaram em Outubro e em Novembro de 1917 foram ganhas pela abstenção. O povo, desalentado, não participava. O Governo fragilizava-se de dia para dia. Daí para o golpe militar, de Dezembro de 1917, foi um ápice. Em breve, vingaria um militar chamado Sidónio Pais.

#### **6.4.2. A “República Nova” de Sidónio, e os compromissos beligerantes**

Para derrubar a República em que já não acreditava, Sidónio Pais (1872-1918)<sup>98</sup> repetiu a receita de há sete anos, em Outubro de 1910, e acampou na Rotunda, no alto do Parque Eduardo VII<sup>99</sup>. Era o fim da tarde de 5 de Dezembro de 1917. Durante três dias, os tiros disparados pela artilharia dos militares que Sidónio Pais conseguiu trazer para a sua causa – e que estavam concentrados na capital para partirem para a Flandres – derrotaram as tropas leais ao Governo. No dia 8 de Dezembro, já vencedor, Sidónio Pais comandou uma Junta Revolucionária, acompanhado por Machado Santos e por

---

<sup>97</sup> Cf. RAMOS, Rui – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...*p. 519.

<sup>98</sup> Sidónio Pais nasceu em Caminha, em 1872. Fez parte da sua formação no Exército, atingindo a patente de major. Foi um professor de Matemática (Universidade de Coimbra) de reconhecido valor, mas foi como político que mais se notabilizou. Foi ministro das Finanças e embaixador de Portugal na Alemanha. Chefiou o golpe de Estado em 5 de Dezembro de 1917 e tornou-se, simultaneamente, chefe de Estado e líder do Governo, instaurando uma República Nova. Encetou uma aproximação com os católicos e com os monárquicos, o que provocou, irremediavelmente, as hostes republicanas mais radicais. Sidónio foi assassinado em 14 de Dezembro de 1918, em Lisboa, na estação de comboios do Rossio, quando se preparava para embarcar para o Porto. Entre outros cf. MEDINA, João – *O “presidente-rei” Sidónio Pais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

<sup>99</sup> Sobre a revolta militar iniciada em 5 de Dezembro e terminada três dias depois, no dia 8, ver: SAMARA, Maria Alice – Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 374-376.

José Feliciano da Costa Júnior. As ordens eram claras: o presidente da República, Bernardino Machado, seria demitido do cargo e considerado preso, assim como os membros do Governo, com especial realce para as detenções de Afonso Costa, presidente do Ministério, e de Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Sidónio queria afastar os democráticos. Foi aqui que conseguiu os apoios políticos iniciais à sua acção, com especial ênfase para os republicanos descontentes, os anti-afonsistas, para os socialistas e operários, para os católicos, e para os monárquicos. O golpe de Dezembro de 1917 nascera de uma conjuntura de crise complexa, de feição não apenas política. Ao mesmo tempo, «(...) capitalizou os descontentamentos de uma sociedade cansada da crise económica decorrente da Primeira Guerra Mundial (...) e eivada de clivagens entre o intervencionismo e o antiguerrismo»<sup>100</sup>. Sidónio começou a engendrar o novo executivo com os seus representantes. A ausência de Brito Camacho causou alguma surpresa, ainda que o líder unionista tenha ajudado ao delineamento daquele<sup>101</sup>, onde colocou gente da sua confiança. Sidónio quis levar a todo o país a sua mensagem de uma “República Nova”, livre dos democráticos que, segundo ele, tinham desvirtuado os ideais da República instaurada em 1910. Assim, envergou a farda do Exército e apostou numa imagem forte e protocolar. Nos meses seguintes, depois de Dezembro de 1917, saiu de Lisboa para se fazer conhecido e «(...) contactar directamente [com] a população. Viajou de norte a sul. Fez discursos em quartéis e em câmaras municipais. Muita gente ficou impressionada pelas manifestações populares à sua volta»<sup>102</sup>. À passagem de Sidónio Pais pelas localidades, à frente de uma falange de apoio, preparada por uma máquina de propaganda, os párocos respondiam com a mobilização de muitas pessoas, onde, decerto, estariam muitos católicos, para saudarem o novo líder da República. Com efeito, a Igreja Católica estava atenta às mudanças implementadas pelo governo de Sidónio<sup>103</sup>, e a imprensa que lhe era afectada, também. Um dos pontos logo apresentados e até exigidos pela imprensa católica, em especial

---

<sup>100</sup> Idem, p. 371.

<sup>101</sup> O Governo chefiado por Sidónio Pais era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Sidónio Pais (Presidência, Negócios Estrangeiros, e Guerra), Machado Santos (Interior), Alberto Moura Pinto (Justiça), António dos Santos Viegas (Finanças), António Aresta Branco (Marinha), Alfredo de Magalhães (Instrução Pública), Artur Tamagnini Barbosa (Colónias), Francisco Xavier Esteves (Comércio), e Feliciano da Costa (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 144.

<sup>102</sup> RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal*...p. 609.

<sup>103</sup> Dentro das várias mudanças introduzidas por Sidónio Pais podemos apontar, por exemplo, as acções erguidas para a defesa da República Nova. Cf. SAMARA, Maria Alice – *Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”*. In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 381-386.

pela *Liberdade* e pel' *A Ordem*, foi o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, efectivado no segundo semestre de 1918.

*A Ordem* e *A Liberdade* apresentaram as primeiras informações sobre o golpe de Estado, a seis e a sete colunas, respectivamente, em edições que contavam apenas duas páginas cada, como foi norma durante muito tempo da Grande Guerra. Essas informações foram transmitidas com um entusiasmo comedido. Porém, assegurada a vitória de Sidónio, *A Ordem* não limitou as suas críticas ao ministério anterior, confirmando que o golpe revolucionário colocara um fim ao Governo, chefiado por Costa, a que chamava de «(...) tirania demagógica cujos ultimos arrancos se traduziram por violencias e perseguições odiosas...»<sup>104</sup>. Perante o golpe, José Fernando de Sousa, que assinava Nemo, defendia que o periódico deveria assumir uma missão pacificadora, dirigindo a todos os portugueses apelos para colocarem os interesses nacionais à frente dos interesses partidários. O articulista expressava, também, contentamento por confirmar a aplicação de algumas medidas a favor dos católicos, como a anulação das penas de exílio aos prelados, de 9 de Dezembro de 1917<sup>105</sup>, e a vontade de ver nascer uma outra República «(...) que seja honesta, patriótica, e competente e que procure realizar a *união sagrada* (...) que importa transformar quanto antes em realidade salvadora»<sup>106</sup>. O diário *Liberdade* escrevia na terça-feira seguinte, dia 11 de Dezembro, que confiava que o golpe revolucionário significasse mais do que, simplesmente, a mudança de um político por outro. Com efeito, P. T. esperava que o Governo tratasse de: «(...) restabelecer os direitos da nação contra o partido; assegurar a todos, com igualdade de deveres, plena igualdade de direitos; formar um governo de competencias, em que sejam, tanto quanto possivel, representadas as correntes de opinião»<sup>107</sup>. Já em Janeiro de 1918, enquanto Sidónio fazia o seu périplo pelo país, em busca de apoiantes para a sua “República Nova”. Esta seria uma República para todos, e onde entrariam todos, visível no estabelecimento do sufrágio universal masculino<sup>108</sup>, a *Liberdade* afirmava que agora era tempo de limpar «(...) eficazmente esse fóco permanente de desordem e anarchia... (...) É preciso que o sr. Presidente do Conselho tenha a coragem civica, que não tiveram nunca os estadistas da monarchia...»<sup>109</sup>. O articulista defendia

---

<sup>104</sup> Nemo, *Ordem e patriotismo*, In *A Ordem*, 11 de Dezembro de 1917, ano II, n.º 551, p. 1.

<sup>105</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 144.

<sup>106</sup> Nemo, *Ordem e patriotismo*, In *A Ordem*, 11 de Dezembro de 1917, ano II, n.º 551, p. 1.

<sup>107</sup> P. T., *Depois da revolução*, in *Liberdade*, 11 de Dezembro de 1917, ano IV, n.º 1051, p. 1.

<sup>108</sup> Cf. RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal*...p. 610.

<sup>109</sup> P. T., *A missão do Governo*, in *Liberdade*, 11 de Janeiro de 1918, ano IV, n.º 1076, p. 1.

mesmo que a acção do novo Governo seria tanto mais produtiva quanto menos partidária fosse. No seguimento das próprias concepções católicas, o periódico defendia, acerrimamente, que todos os portugueses deveriam apoiar os novos governantes. No fim de Janeiro de 1918, Nemo assinava um editorial n' *A Ordem*, dando conta de algumas das acções levadas a cabo pelo ministério de Sidónio Pais. O articulista estava certo que o país estabilizara em várias áreas, mas mantinha a certeza no que solicitava: «(...) a necessidade de treguas sagradas, de verdadeira união nacional de que o sentimento patriótico é nexu sufficiente»<sup>110</sup>.

Nemo, como porta-voz momentâneo dos sectores católicos mais interventivos, defendia o que há muito vinha sendo expresso nos editoriais católicos: a constituição de um Governo de unidade nacional e patriótico, sanando rapidamente diversas questões, com especial enfoque para a questão religiosa, considerada vital. Isso mesmo já tinha sido asseverado pela *Liberdade*, dias antes. O articulista, P. T., reconhecia que «sem a paz religiosa não é possível (...) a reconciliação e a reconstrução da sociedade portuguesa. (...) Todos reclamam que *viva a religião*, e assim essa indicação é uma manifestação inilludível da *vontade nacional*»<sup>111</sup>. Isto é, para a imprensa católica era notório que a resolução da questão religiosa desempenharia um papel muito importante na construção da denominada “República Nova”, proposta por Sidónio. Com efeito, a análise política dos títulos da imprensa católica, apresentados neste segundo subperíodo, confundiu-se inevitavelmente com a defesa daquela postura.

Em Março de 1918, em ambiente de campanha para as eleições, que haveriam de acontecer no mês seguinte, *A Ordem* apostava, deliberadamente, na exaltação do líder Sidónio Pais. Intitulava-o herói por representar o saneamento da nação, e expressava um desejo para a acção política a estabelecer: «(...) Saneie-se a atmosphaera politica, cure da questão vital das subsistencias, faça-se luz sobre o processo da demagogia, fomentese o trabalho, a agricultura...»<sup>112</sup>. Mas o autor do editorial, C. M., também avisava Sidónio: asseverava que a escolha inicial, para o ministério, de membros unionistas affectos a Brito Camacho deixara antever problemas. O articulista dizia que tal gesto representava um mau sintoma. E, de acordo com o periódico, até a presença de Machado Santos obrigava a cautelas acrescidas. Mais tarde, em boa verdade, a união de diferentes grupos políticos, unidos apenas numa criada plataforma

---

<sup>110</sup> Nemo, *Conversa amena*, In *A Ordem*, 27 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 590, p. 1.

<sup>111</sup> P. T., *A vontade nacional*, in *Liberdade*, 23 de Janeiro de 1918, ano V, n.º 1086, p. 1.

<sup>112</sup> C. M., *Vida nova*, In *A Ordem*, 10 de Março de 1918, ano III, n.º 622, p. 1.

antiafonsista<sup>113</sup>, haveria de denunciar a falta de fortes alicerces e provocar duras mossas à “República Nova”. Porém, o que se efectivou, às portas das eleições, foi a constituição de um partido único com Sidónio à cabeça. Ora, esse partido «(...) constituiria um apoio parlamentar para sancionar a obra do Governo e, mais do que isso, a fusão de todas as tendências conservadoras sob os auspícios do presidente»<sup>114</sup>. Sem surpresa, as eleições de 28 de Abril de 1918 legitimaram Sidónio Pais como o novo presidente da República, com mais de quinhentos mil votos, cerca de 58 por cento dos recenseados<sup>115</sup>. O Partido Nacional Republicano foi criado para melhor criar e organizar as estruturas de apoio ao poder de Sidónio, que governava à maneira norte-americana, sendo, ao mesmo tempo chefe de Estado e do Governo, e ainda comandante supremo das Forças Armadas.

Com fervor, a imprensa católica apoiava as acções de Sidónio<sup>116</sup>. Este tomou posse, como presidente da República, em 9 de Maio, na Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário de o fazer perante os deputados, no Parlamento, como acontecera no passado republicano. O desprezo de Sidónio pelo Parlamento, legitimamente eleito, era grande. Com o passar do tempo, o regime sidonista começou a dar sinais de fraqueza, e a ser questionado mais frequentemente, sobretudo, pelos republicanos mais anticlericais. Uma das várias razões era a devolução de bens à Igreja Católica que Sidónio promovera, e que tinham sido confiscados pela República. Uma outra acção era a de ter permitido a entrada de capelães militares nos contingentes militares em campanha, e nos hospitais militares ou militarizados.

Multiplicavam-se as conspirações políticas. As ruas da capital eram locais de greves, de tumultos, e de assaltos a padarias e a armazéns com mantimentos. Em 20 de Maio, foi mesmo declarado o estado de sítio em Lisboa. Nas ruas circulavam maioritariamente a polícia e as brigadas de fiscalização que foram criadas para inspeccionar os estabelecimentos, prendendo os açambarcadores que retinham uma grande quantidade de mantimentos, em diversos armazéns<sup>117</sup>. Para agravar ainda mais a dura situação dos portugueses, as doenças – com especial relevo para a pandemia do vírus da gripe pneumónica, que se alastrou a todo o mundo, e para a febre tifóide –

---

<sup>113</sup> Cf. VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920)*...p. 190.

<sup>114</sup> SAMARA, Maria Alice – Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 385.

<sup>115</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal*...p. 610.

<sup>116</sup> Cf. *Um grande triumpho dos conservadores*, In *A Ordem*, 30 de Abril de 1918, ano III, n.º 622, p. 1.

<sup>117</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 160.

causaram a morte de cerca de sessenta mil pessoas, só em Portugal, entre Agosto e Dezembro de 1918<sup>118</sup>. Este era um cenário globalmente adverso para Sidónio. A imprensa católica ainda o defendia, mas era notório que já o fazia sem o fulgor do passado. Com efeito, a *Liberdade* analisou especificamente a acção política de Sidónio, pela última vez, em Julho de 1918, a propósito da política religiosa que vinha sendo seguida<sup>119</sup>. Já *A Ordem* não travava exclusivamente a acção política de Sidónio, desde pouco depois da sua eleição presidencial de Abril. Só no fim do ano é que voltariam a falar abertamente de Sidónio.

As conspirações contra o Governo ganharam uma nova forma em Outubro de 1918. No dia 12, sábado, estalou um movimento duplo, civil e militar, alargado a várias regiões como Lisboa, Évora, Coimbra, Lamego, Porto, e Penafiel, e que tinha por missão afastar Sidónio e terminar com a “República Nova”. O Governo decretou o estado de sítio e impôs-se pela força, e o movimento baqueou. No mês seguinte, surgiu uma nova investida contrária ao Governo e a Sidónio Pais, desta vez protagonizada pelos apoiantes da União Operária Nacional, que ameaçaram com uma grande greve geral, mas que acabou por não se realizar<sup>120</sup>. Contudo, estes factos ajudaram a mostrar a frágil estrutura política em que se apoiara Sidónio, ao mesmo tempo, repudiado pela esquerda e sem a cooperação necessária da direita. À boa maneira da República, esperava-se que um atentado colocasse um fim ao “cesarismo” de Sidónio. E assim aconteceu. No fim da noite de 14 de Dezembro de 1918, quando se preparava para embarcar na estação de comboios do Rossio, em Lisboa, rumo ao Porto, Sidónio Pais foi assassinado, a tiros de pistola, por José Júlio da Costa, um militante do Partido Republicano Português. A “República Nova” tinha os dias contados<sup>121</sup>.

#### **6.4.3. Grande Guerra<sup>122</sup>: um país dividido numa República em conflito**

A participação de Portugal na Grande Guerra (1914-1918)<sup>123</sup> aconteceu em duas frentes: no continente africano, em defesa das colónias de Angola e de Moçambique – que faziam fronteira com as colónias alemãs da Damaralândia, actual Namíbia, e da

---

<sup>118</sup> Cf. Idem, p. 161.

<sup>119</sup> Cf. *Política clerical*, in *Liberdade*, 6 de Julho de 1918, ano V, n.º 1221, p. 1.

<sup>120</sup> Cf. SAMARA, Maria Alice – Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 388-390.

<sup>121</sup> Cf. Idem, pp. 390-393.

<sup>122</sup> Cf. GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

<sup>123</sup> Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol IV, pp. 14-34.

Tanganica, actual Tanzânia – e no continente europeu, como resultado final da aliança luso-britânica. A acção militar em África começou após a terceira semana do conflito, com as primeiras ofensivas alemãs contra Portugal, no norte de Moçambique, em 25 de Agosto de 1914<sup>124</sup>. Tal ataque obrigou à partida, dias depois, em 11 de Setembro, dos primeiros destacamentos militares portugueses para Angola e para Moçambique (tropas de infantaria, cavalaria, e artilharia)<sup>125</sup>, apoiados pela logística inglesa. Já a entrada de Portugal no conflito em território europeu teve lugar apenas no final de Janeiro de 1917, altura em que partiu o primeiro destacamento militar do Corpo Expedicionário Português (CEP)<sup>126</sup>, para a França, igualmente com o apoio logístico da Inglaterra e mais tarde, no terreno, também da França<sup>127</sup>, duas das potências que, conjuntamente, com a Rússia, formavam a Tríplice Entente à qual se juntou a Itália, a partir de Abril de 1915.

Dias antes do início do conflito bélico, o jornal *Liberdade* assumia a necessidade de existir grande serenidade e uma clareza de pensamento quanto à definição e à situação de Portugal perante a inevitabilidade do conflito. Advogava prudência aos dirigentes republicanos e, em termos globais, aos portugueses e aos católicos<sup>128</sup>. Contudo, sem surpresa, nos primeiros dias de Agosto de 1914, a *Liberdade* confirmava o que há muito se esperava: «(...) a conflagração estalou por fim, em plena Europa. A estas horas, o sangue tinge os campos da França, d' Alemanha, da Austria e da Rússia. (...) As consequências de tão terrível conflito ninguém as póde prever...»<sup>129</sup>. Nos primeiros dias de Agosto, a imprensa católica analisada não evidenciou claramente, em editorial, a sua posição oficial perante o conflito, preferindo apenas noticiar os acontecimentos que chegavam através dos telegramas das agências internacionais de informação, e analisá-los de acordo com as suas próprias convicções. A *Nação* associava aos relatos uma posição mais crítica do estado a que chegara a Europa, considerando que esta regredira para um período pior do que a Idade Média,

---

<sup>124</sup> Cf. AFONSO, Aniceto – Portugal e a guerra nas colónias. In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 287-299.

<sup>125</sup> Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...p. 25.

<sup>126</sup> O Corpo Expedicionário Português (CEP) foi o nome atribuído aos militares treinados e armados em 1916, durante nove meses, no Centro de Instrução de Tancos. Esses militares começaram a seguir para a França em Janeiro de 1917, para combaterem ao lado dos aliados da *Tríplice Entente*. Sobre o CEP ver: MARQUES, Isabel Pestana – *Memórias do General. “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE/Fundação Mariana Seixas, 2004.

<sup>127</sup> Cf. MARQUES, Isabel Pestana – Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919). In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 301-318.

<sup>128</sup> Cf. *Hora gravíssima*, in *Liberdade*, 29 de Julho de 1914, ano I, n.º 44, p. 1.

<sup>129</sup> *Perante a crise*, in *Liberdade*, 4 de Agosto de 1914, ano I, n.º 49, p. 1.

transformada que estava num «(...) vulcão que vomita odio, e o sangue de tantissimos inocentes rega-o como sacrificio dos erros e das paixões da miseria humana – recamada de ouro!»<sup>130</sup>. A partir daqui, ambos os periódicos começaram a promover rubricas sobre a Grande Guerra, primeiro com uma permanência quase diária, e mais tarde com um maior intervalo no tempo.

Num editorial d' *A Nação*, de 28 de Agosto, sobre a posição que deveria ser seguida pela República Portuguesa, este diário considerava que o teatro de operações se encontrava muito afastado dos limites geográficos do país. Por isso, confirmava que «(...) não nos affecta nem de perto, nem temos ainda na sangueira uma interferencia directa. Somos, porem, aliados da Inglaterra, e d' um momento para o outro a nossa belligerancia póde effectivar-se»<sup>131</sup>. Por outro lado, o diário da capital assumia o risco real de a Alemanha poder declarar guerra a Portugal, em virtude do conhecido apetite que detinha pelas colónias africanas, então pertença lusitana. Por isso, a imprensa católica certificava que a possibilidade de Portugal se tornar beligerante existia de facto. Porém, a partida precipitada dos primeiros militares para as colónias de Angola e de Moçambique, em Setembro de 1914, demonstrou que a guerra<sup>132</sup> estava mais próxima de Portugal do que muitos julgavam. Com efeito, nos primeiros dias de guerra, «(...) todos os participantes, de acordo com o pensamento militar da época, julgaram que o conflito seria breve»<sup>133</sup>. Enganaram-se. Foram longos os dias, meses e anos, desde o início das hostilidades, no espaço europeu, em Agosto de 1914, até à assinatura do Armistício, em Novembro de 1918. Depois da violência dos primeiros combates, rapidamente a perspectiva das potências mudou, mas a dos países até aí neutrais também se alterou. Em verdade, «(...) com a estabilização das frentes de combate, e perante a possibilidade de uma guerra longa, a opinião pública dos países neutros começou a dividir-se entre intervencionistas e anti-intervencionistas...»<sup>134</sup>. Pesadas as vantagens e os contras de se tornar beligerante, a maioria dos países europeus mexeu-se. Portugal também. De norte a sul, começou uma discussão geral entre aqueles que apoiavam a entrada do país no conflito: democráticos e evolucionistas, parte dos socialistas e diversos intelectuais e artistas republicanos; e os que se opunham:

---

<sup>130</sup> João Franco Monteiro, *Humanidade!*, in *A Nação*, 4 de Agosto de 1914, ano LXVII, n.º 16:069, p. 1.

<sup>131</sup> João Franco Monteiro, *A situação*, in *A Nação*, 28 de Agosto de 1914, ano LXVII, n.º 16:089, p. 1.

<sup>132</sup> Podemos confirmar a história da Grande Guerra (1914-1918), desde os seus antecedentes em: PIRES, Ana Paula – O conflito mundial. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 249-266.

<sup>133</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – Intervencionistas e anti-intervencionistas. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 267.

<sup>134</sup> Idem, *ibidem*.

unionistas, apaniguados de Machado Santos, monárquicos, católicos, e a maioria da população, indiferente ou hostil à participação de Portugal na Grande Guerra<sup>135</sup>. A imprensa nacional foi analisando e dissecando este tema, de acordo com as suas orientações. Rapidamente, diferentes títulos – em especial, republicanos, católicos, e monárquicos – entraram em rota de colisão, gladiando-se nas suas páginas. No caso específico da imprensa católica apresentada (*Liberdade*, *A Nação*, e *A Ordem*), verificamos que foi, apenas, a *Liberdade* a analisar, especificamente, a questão do intervencionismo e do não intervencionismo em editorial, sendo que os outros títulos só esporadicamente é que a enquadraram em editoriais destinados ao tema geral da guerra, e que só surgia quando algo acontecia no teatro de operações que o justificava.

Foi, portanto, em 14 de Agosto de 1914, que a *Liberdade* assumiu uma primeira posição concreta sobre a guerra, defendendo a neutralidade de Portugal. A *Liberdade* transcrevia, em editorial, um artigo do jornal *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919), em que era apresentada a neutralidade de Espanha, e defendida a neutralidade portuguesa. O artigo defendia que «(...) Portugal devia manter-se também em absoluta neutralidade. Sahir d' ella porque motivo e para quê? Para mais compromettermos os nossos destinos?»<sup>136</sup>. Era dito que um embate contra a Alemanha poderia trazer consequências muito graves para Portugal, e que a actual conjuntura nacional aconselhava a neutralidade do país. Na véspera de os primeiros destacamentos militares partirem para as colónias de Angola e de Moçambique, a fim de combaterem as tropas alemãs, estacionadas nas suas próprias colónias limítrofes, o diário do Porto reacendia a questão da neutralidade de Portugal no conflito bélico. Começava por discordar de certa imprensa republicana que desejava que Portugal entrasse em guerra com a Alemanha. Depois, reafirmava que a desorientação política nacional era grande e que o país vivia na expectativa de se saber neutral ou beligerante. A altercação com a imprensa republicana tomou conta de parte do editorial, de 10 de Setembro, da *Liberdade*: «ainda não descobrimos a razão porque certa imprensa republicana quer atirar Portugal para a guerra? É o regime que, com manifesto e grave sacrifício do paiz, se procura valorisar?»<sup>137</sup>. O diário portuense afirmava que a guerra era o local apenas reservado para que um duelo de gigantes, entre a Alemanha, a Inglaterra e a França tomasse lugar, sob um fundo económico de grande valor. A *Liberdade* evocava o Congresso de Berlim

---

<sup>135</sup> Cf. Idem, pp. 268-269.

<sup>136</sup> *Porque não?*, in *Liberdade*, 14 de Agosto de 1914, ano I, n.º 58, p. 1.

<sup>137</sup> *Neutralidade*, in *Liberdade*, 10 de Setembro de 1914, ano I, n.º 81, p. 1.

de 1878<sup>138</sup> para justificar a sua opinião acusativa. Também *A Nação* se mostrava cautelosa quanto a uma participação activa de Portugal no conflito, no espaço europeu. No entanto, assumia que não poderia escapar ao dever de avançar para a guerra, caso a Inglaterra solicitasse a ajuda portuguesa, ao abrigo da aliança luso-britânica<sup>139</sup>.

De resto, entre os dias 4 e 13 de Outubro de 1914, o jornal portuense publicou quatro editoriais, por intermédio do autor, C. B., em que apresentava algumas considerações sobre a posição que Portugal deveria ter perante o conflito. No primeiro desses editoriais, apesar de reforçar a ideia que se iriam gastar vários milhares de contos de réis, uma ideia que foi alimentada continuamente, C. B. afirmava que «a missão dos nossos soldados (...) têm o modesto fim de *aguardar os acontecimentos*, e estar prompto para repellar qualquer importuno invasor, que no caso sujeito, não poderá ser senão os nossos vizinhos allemães...»<sup>140</sup>. Ficava explícito um sentimento que não era professado apenas pela imprensa católica, mas que assumia contornos nacionais: a defesa das colónias africanas era um ponto assente, e a mobilidade de militares para esses territórios até era considerada natural<sup>141</sup>. Ao contrário, a intervenção no espaço europeu merecia dúvidas, e sobre tal havia muito mais resistências. Com efeito, na sociedade portuguesa, era consensual que, apesar de estarem em jogo a soberania e a integridade colonial, «(...) a intervenção militar no teatro de guerra africano não era decisiva, nem do ponto de vista diplomático nem do ponto de vista militar. O essencial da guerra jogava-se na Europa»<sup>142</sup>. Neste último espaço físico, C. B. era claro: «(...) Portugal não tem a metter o bedelho. (...) Nós não temos interesse directo no conflicto e (...) o offerecimento dos nossos esforços póde ser uma amavel cortezia mas só obrigatoria quando aceites...»<sup>143</sup>. Já no editorial do dia 9 de Outubro, C. B. era

---

<sup>138</sup> Nesse congresso foram orquestradas algumas das divisões territoriais ocorridas na região dos Balcãs e que culminariam no despoletar da Grande Guerra. Contudo, no caso que interessava, directamente, a Portugal era o resultado saído das tão discutidas reuniões secretas entre alemães e ingleses, e que aconteceram em 1898 e em 1912-1913. Estas haveriam de desempenhar um papel importante na forma insistente, que muitos adeptos do intervencionismo promoveram, para que Portugal se assumisse como beligerante. Por detrás desse sentimento estavam objectivos nacionais e estratégias políticas. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...pp. 17-22.

<sup>139</sup> Cf. João Franco Monteiro, *Para a Guerra*, in *A Nação*, 3 de Outubro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:120, p. 1.

<sup>140</sup> C. B., *Portugal perante o conflicto europeu*, in *Liberdade*, 4 de Outubro de 1914, ano I, n.º 102, p. 1.

<sup>141</sup> Cf. *Defeza necessaria*, in *Liberdade*, 18 de Novembro de 1914, ano I, n.º 136, p. 1.

<sup>142</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...p. 26.

<sup>143</sup> C. B., *Portugal perante o conflicto europeu*, in *Liberdade*, 4 de Outubro de 1914, ano I, n.º 102, p. 1.

especialmente crítico da aliança luso-britânica<sup>144</sup>. Esta era mesmo usada em benefício propagandístico dos não-intervencionistas. Era sabido que era grande «(...) a hostilidade britânica à ideia da participação portuguesa na guerra. A Grã-Bretanha necessitava pontualmente de alguma ajuda portuguesa, mas preferia não ter de se preocupar com a protecção de Portugal e das suas colónias;»<sup>145</sup>.

A ideia da neutralidade de Portugal voltou a ser apresentada por C. B. em 11 de Outubro. No editorial desse dia, o autor asseverava, uma vez mais, que a razão da guerra «(...) se filia nas rivalidades de dous povos [Alemanha e Inglaterra] que disputam a supremacia dos mares, o dominio do commercio mundial. Que temos nós com isso? (...) É preciso fallar claro á nação para que ella não dê o triste espectáculo de quem vae para a guerra com aquella morna attitude de quem sabe que a mandam para um açougue...»<sup>146</sup>. Por outro lado, no último dos editoriais dedicados à análise de Portugal perante o ainda conflito europeu, foi levantada a questão da debilidade do Exército português. Com efeito, o articulista criticava-o duramente, apontando-lhe algumas dificuldades, como a falta de preparação militar, o desconhecimento do uso das armas de combate e de uso de instrumentos técnicos, como o telefone de campanha. Perante esta realidade, e sabendo da pouca importância das forças militares portuguesas que «(...) não têm um valor tal que d' elle se não possa dispensar a Inglaterra...»<sup>147</sup>, o autor questionava o Governo: «(...) Se assim é, para que os mandar?»<sup>148</sup>. Essa realidade já tinha sido recentemente confirmada. Semanas antes, em Setembro de 1914, o governo francês solicitara o envio de algumas peças de artilharia que o governo português havia comprado, para ajuda essencial na frente ocidental do combate. O executivo nacional negou-se a enviar as armas sem o respectivo envio de tropas suas para ocuparem uma porção de terreno no *front* (frente da batalha). A Inglaterra hesitou, mas a França queria os canhões. E quando chegou o pedido dos Aliados, para que Portugal enviasse uns milhares de homens para a linha do combate, foi a vez de Portugal vacilar. Com efeito, «(...) não havia 16 mil homens devidamente apetrechados e treinados para se baterem

---

<sup>144</sup> Cf. C. B., *Portugal perante o conflicto europeu II*, in *Liberdade*, 9 de Outubro de 1914, ano I, n.º 106, p. 1.

<sup>145</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – Intervencionistas e anti-intervencionistas. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 269.

<sup>146</sup> C. B., *Portugal perante o conflicto europeu III*, in *Liberdade*, 11 de Outubro de 1914, ano I, n.º 108, p. 1.

<sup>147</sup> C. B., *Portugal perante o conflicto europeu IV*, in *Liberdade*, 13 de Outubro de 1914, ano I, n.º 109, p. 1.

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*.

em França. (...) O fiasco foi total»<sup>149</sup>. As armas não foram necessárias, as tropas não partiram, e o pedido foi adiado.

Meses mais tarde, o discurso dos intervencionistas era outro, sobretudo o dos democráticos de Afonso Costa. Quando este regressou ao poder, em Novembro de 1915 – e até Março de 1916 – reforçou a ideia que Portugal deveria tornar-se beligerante. A possibilidade de Portugal entrar realmente no espaço europeu da guerra, ao lado da Inglaterra, foi de novo equacionada e, desta vez, com mais vigor. A imprensa católica reforçou a sua posição de não-intervencionista, e apelou aos católicos e aos portugueses para lutarem pela neutralidade do país: «somos irreductíveis adversários da participação de Portugal na guerra. (...) Que nos valorizariam uns milhares d' homens que mandássemos para uma luta em que a unidade é o milhão?»<sup>150</sup>. O jornal não demonstrava especial entusiasmo com a possibilidade de Portugal poder aspirar ao aumento da sua área colonial, com uma possível beligerância e consequente vitória no conflito. Com efeito, confirmava que a extensão das actuais colónias era sobejamente inferior à capacidade de exploração ali aplicada. No mesmo sentido, o periódico portuense assevera que a entrada de Portugal no conflito era uma loucura e até um crime. A *Liberdade* mostrou-se muito insatisfeita pela atitude de Afonso Costa em se mostrar intervencionista, e querer levar o país para o conflito. Reforçava o argumento da incapacidade militar do Exército, ao mesmo tempo que exigia explicações do Governo e do Parlamento sobre a possibilidade de se tornar beligerante<sup>151</sup>. Em verdade, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, no dia 9 de Março de 1916 abriu, definitivamente, a porta para a guerra, que o governo seguinte da União Sagrada viria apenas a confirmar. Perante o facto consumado, a *Liberdade* ressaltou o interesse nacional nesse momento decisivo para Portugal: «(...) a todos cumpre o dever de se mostrar á altura da sua missão e das responsabilidades»<sup>152</sup>. Apesar de o Estado adoptar a beligerância, e iniciar um plano de guerra, envolvendo a requisição de civis e a preparação militar, que decorreria em Tancos, o país permaneceu dividido e nos meses seguintes, já com a entrada do CEP no espaço europeu, a luta manteve-se acesa entre as duas posições: intervencionistas e não intervencionistas. Ficava, no entanto, definida a acção beligerante portuguesa: «(...) interviu militarmente no teatro de guerra africana

---

<sup>149</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – Intervencionistas e anti-intervencionistas. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 272.

<sup>150</sup> *Portugal e a guerra*, in *Liberdade*, 5 de Janeiro de 1916, ano II, n.º 468, p. 1.

<sup>151</sup> Cf. *A nossa situação exterior*, in *Liberdade*, 26 de Fevereiro de 1916, ano II, n.º 512, p. 1.

<sup>152</sup> *Benefícios da guerra*, in *Liberdade*, 24 de Março de 1916, ano II, n.º 534, p. 1.

para assegurar a integridade colonial. Cooperou, aberta e oficialmente, com a Inglaterra e os Aliados e assumiu a beligerância para assegurar a soberania nacional e um lugar no concerto das nações»<sup>153</sup>.

Os editoriais dos jornais católicos, conscientes da inevitabilidade da ida das tropas portuguesas para o cenário europeu de guerra, reformularam o ângulo dos editoriais dedicados ao tema, começando também a abordar especificamente a questão dos capelães militares. Entretanto, surgia um outro aspecto de capital importância para a imprensa católica: a situação dos soldados portugueses em campanha. Em Outubro de 1914, *A Nação* já tinha levantado a questão, a propósito da partida dos primeiros militares para as colónias de Angola e de Moçambique. O diário de Lisboa mostrava-se satisfeito pelas benesses financeiras concedidas aos tropas (oficiais e praças), mas desafiava o Governo a assegurar a subsistência das famílias que, em Portugal, ficavam sem sustento, por verem partir um dos seus para a guerra<sup>154</sup>. O mesmo dirá *A Ordem*, já em Abril de 1916, quando Mário, um colaborador do diário da capital, assinará uma carta aberta a António José de Almeida, o chefe da União Sagrada então criada. Nessa carta, Mário solicita as melhores condições para os soldados portugueses que iriam partir para a França, ao mesmo tempo que advoga a necessidade de irem capelães militares nos contingentes<sup>155</sup>.

A partida dos primeiros militares do CEP para a França foi lenta e complexa<sup>156</sup>. Aconteceu só em Janeiro de 1917, depois de as tropas serem sujeitas a um treino intensivo de apenas nove meses, liderado pelo ministro da Guerra, o general Norton de Matos (1867-1955), no Centro de Instrução de Tancos, dando origem ao chamado “milagre de Tancos”. Ficou decidido que os 55 mil homens, que formariam o CEP em França, ficariam responsáveis por um sector localizado junto ao vale do rio Lys, no sul da Flandres, o qual «(...) estendia-se por uma longa frente, que oscilou entre uma dimensão máxima de 11 km e mínima de 4 de acordo com a evolução da campanha militar»<sup>157</sup>. Na Primavera de 1918, a Grande Guerra ia já no seu quinto ano. No terreno já se encontravam as tropas dos Estados Unidos da América que vieram ajudar os

---

<sup>153</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...p. 22.

<sup>154</sup> Cf. Um português, *Portugal e a Guerra*, in *A Nação*, 6 de Outubro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:122, p. 1.

<sup>155</sup> Cf. Mario, *Carta aberta ao Sr. Presidente do Ministerio*, in *A Ordem*, 2 de Abril de 1916, ano I, n.º 52, p. 1.

<sup>156</sup> Cf. MARQUES, Isabel Pestana – *Memórias do General*...p. 77.

<sup>157</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...p. 28.

Aliados. Por essa altura, em Portugal, Sidónio Pais estava no poder, desde a revolução de 5 de Dezembro de 1917. O novo chefe de Estado, e igualmente chefe de Governo, honraria os compromissos com os Aliados e manteria a beligerância. A vida no país estabilizaria um pouco. Nas trincheiras do *front*, pelo contrário, tornar-se-iam mais duras, com o agravamento dos desgastes físico e psicológico dos militares, e as falhas constantes no render das tropas e na atribuição de licenças<sup>158</sup>. Apesar da existência de algumas escaramuças com o inimigo, a acção militar do CEP de maior relevo aconteceu em 9 de Abril de 1918, na batalha de La Lys, que se prolongou durante vinte dias, até 29<sup>159</sup>. Da contenda resultou uma tremenda derrota para o CEP que perdeu mais de um terço da 2.<sup>a</sup> divisão que combateu os alemães. Os números divergem, mas o resultado final foi amplamente desastroso<sup>160</sup>, apesar da resistência portuguesa ter dado tempo aos ingleses para se reorganizarem na retaguarda.

Exceptuando em alguns momentos cruciais, fruto da frequente agitação política nacional, a acção directa do CEP poucas vezes teve a primazia do editorial na imprensa católica, em especial a partir do segundo semestre de 1917. Mas, dias depois do início da batalha de La Lys, o tema voltou a tema de debate. O diário *A Ordem*, por intermédio de Nemo, lamentava o sucedido e preferia exaltar a coragem dos militares portugueses que «(...) combatendo em condições tão desfavoráveis, envoltos na bruma que favoreceu as suprezas traiçoeiras, em grande inferioridade numerica, se bateram como leões»<sup>161</sup>. Ao mesmo tempo, Nemo afirmava que a razão dessa coragem lusitana se encontrava no substrato cristão que secularmente constituía a base de Portugal. A *Liberdade* também começara por transmitir um grande pesar pelas notícias chegadas de França. Mas, depois de confirmar a derrota do CEP na batalha e de saudar a sua valentia, o jornal também sustentava o caminho a seguir, mostrando a necessidade do país assumir os compromissos assumidos perante as outras nações aliadas: «(...) Não pôde parar o nosso esforço. A nossa causa e a dos aliados confundem-se. Vencer ou

---

<sup>158</sup> Sobre a vida dos militares do CEP nas trincheiras ver: MARQUES, Isabel Pestana – *Das Trincheiras, com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

<sup>159</sup> Sobre a batalha de La Lys ver: MARQUES, Isabel Pestana – *Memórias do General...*pp. XCIV-CVI (Parte II).

<sup>160</sup> Os números apresentados por Isabel Pestana Marques, aparentemente, apenas para o dia 9 de Abril de 1918 são: 398 mortos, 6585 prisioneiros (e feridos?). Cf. MARQUES, Isabel Pestana – Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 316. Os números apresentados por Nuno Severiano Teixeira, aparentemente, para os vinte dias que durou a batalha são: 1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos, e 7740 prisioneiros. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal...*p. 30.

<sup>161</sup> Nemo, *Hora Angustiosa*, in *A Ordem*, 14 de Abril de 1918, ano III, n.º 649, p. 1.

morrer não ha já outra solução. Luctar até ao fim, já não ha outra attitude digna e patriótica»<sup>162</sup>. A *Liberdade* retomaria este tema, dias depois, quando decorreram as exéquias de vários militares mortos em combate, em várias igrejas do país. A imprensa católica, à semelhança do que aconteceria globalmente com outros tipos da imprensa, transformara a derrota material numa vitória moral. O Corpo Expedicionário Português acabaria por ficar muito desmembrado, mas as forças que permaneceram foram reintegradas nas tropas aliadas. Estas contribuiriam para a vitória final dos Aliados, oficializada com a assinatura do armistício, no interior da carruagem de um comboio, na floresta de Compiègne, no nordeste de França, em 11 de Novembro de 1918.

### **6.5. Relações entre o Estado e a Igreja Católica: conflitos e aproximações**

A época que decorreu entre 1914 e 1918 foi especialmente relevante no que diz respeito às relações entre o Estado republicano e a Igreja Católica. Foi nesse período conturbado, em termos nacionais e internacionais, que os católicos começaram a sentir alguma abertura do regime em resolver a questão religiosa, em especial a Lei da Separação do Estado das Igrejas, e a questão do reatamento das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. A solução possível, para ambas as questões, seria apresentada com maior dinamismo e amplitude no Governo liderado por Sidónio Pais, já no fim desta fase. Mas esse também foi o tempo em que os católicos se começaram a unir, verdadeiramente, pondo de lado algumas disputas que os haviam afastado ao longo de anos anteriores. Em certa medida, a perseguição movida pelos governantes republicanos provocou essa atitude e constituiu, até, uma certa alavanca na construção de um processo de reacção e união católica. Como vimos anteriormente, até 1914 a reacção oficial da Igreja passou das simples pressões dirigidas ao poder instituído para o incitamento das massas católicas. Essa reacção foi consubstanciada no Apelo de Santarém, promovido pelos prelados nacionais, e na constituição da União Católica que lhe esteve associada. Mas os novos tempos cedo obrigaram a Igreja Católica a encetar um plano de reacção mais duradouro. E, neste caso específico, o papel da imprensa católica foi, deveras, importante.

Ao longo desses anos, os títulos analisados neste período – *Echos do Minho*, *Liberdade*, *A Nação*, e *A Ordem* – foram apresentando, nos seus editoriais, diferentes perspectivas acerca das relações estabelecidas entre os governos e a Igreja Católica.

---

<sup>162</sup> P. T., *Os nossos soldados*, in *Liberdade*, 13 de Abril de 1918, ano V, n.º 1151, p. 1.

Apesar de não existir, necessariamente, uma ordem na apresentação dos diversos temas que estavam associados a essas relações, podemos, desde já, asseverar que elas foram marcadas por um compasso volúvel, ora de conflito, ora de aproximação, de acordo com a realidade política em curso no país.

### **6.5.1. As propostas de revisão da Lei da Separação, ou a discussão possível**

A revisão parcial ou total do decreto-lei de 20 de Abril de 1911, da Lei da Separação do Estado das Igrejas, há muito que era uma reivindicação católica. Porém, no primeiro subperíodo analisado (1911-1913), foi notória a falta de interesse do governo republicano em proceder a uma primeira revisão do documento, mesmo quando a sociedade portuguesa, mormente os católicos, a vinham solicitando, senão mesmo exigindo. Tal como acontecera anteriormente, a imprensa católica foi a voz popular mais afinada para protestar avidamente contra as indecisões governativas e os mutismos dos governantes republicanos, em especial dos democráticos de Afonso Costa. Ora, na abertura do debate de 10 de Março de 1914, no Parlamento, aquele governante voltou a demonstrar que o decreto da Lei da Separação era vital para o bom funcionamento da República, confirmando que a discussão do documento serviria para demonstrar o desconhecimento, o erro de análise de conteúdo, e a «(...) impreparação dos que combatiam, não a lei mas a separação...»<sup>163</sup>. No seguimento deste debate, o *Echos do Minho* transportou, para editorial, o tema da Lei e da paz religiosa. De uma forma geral, sem surpresa, o jornal de Braga mostrava-se muito crítico da Lei da Separação entre o Estado e a Igreja. Asseverava que a Igreja não se devia intrometer em assuntos do Governo, da mesma forma que afirmava que ao Estado «(...) não pertence regular as condições em que os catholicos devem concorrer aos templos, nem a quantia com que hão de subvencionar as despesas do culto»<sup>164</sup>. Esta ingerência do Governo nos assuntos internos da Igreja Católica era, de acordo com o *Echos do Minho*, uma contradição, uma vez que se o Estado republicano se assumia ateu ou neutro, em questão religiosa, deveria manter-se afastado da vida interna da Igreja.

A Igreja Católica e a imprensa que lhe era afectada aproveitaram a abertura política que Bernardino Machado trouxera à discussão do decreto, desde o início do seu governo, em 9 de Fevereiro de 1914. Tal fresta, através de concepção de uma ampla amnistia a diversos sectores da sociedade, permitiria igualmente, dias mais tarde, que o

---

<sup>163</sup> PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...* p. 96.

<sup>164</sup> *A Paz Religiosa*, in *Echos do Minho*, 12 de Março de 1914, ano IV, n.º 329, p. 1.

bispo do Porto, D. António Barroso, fosse autorizado a regressar à sua diocese, algo que veio a acontecer em 4 de Abril desse ano. Entre alguns católicos, a revisão da Lei da Separação era, no entanto, considerada como uma «(...) comédia, paredes meias com a farça»<sup>165</sup>. Esta era a posição pessoal de Cunha e Costa, um colaborador do matutino de Braga, mas ela também representava a voz de tantos outros católicos que não acreditavam que a Lei fosse verdadeiramente revista, ainda mais no ministério de Bernardino Machado, que era acusado pela imprensa católica de ser «(...) um boneco de barro... com presunções a estadista!»<sup>166</sup>, e de estar ao serviço de Afonso Costa. Ora, como promotor da respectiva lei, era dito que Costa não a deixaria cair.

Mas, em 1914, a lei foi amplamente discutida no Parlamento, e dentro das hostes republicanas levantaram-se vozes favoráveis à revisão do documento. O padre Casimiro Rodrigues de Sá (1873-1934) foi uma dessas figuras. Na sessão n.º 136 (nocturna, de 29 de Junho de 1914), o sacerdote e deputado republicano, eleito pelo círculo de Viana do Castelo, reivindicou a defesa da cidadania católica e a autonomia da esfera política e religiosa, «(...) pela compatibilização entre a Igreja e o Estado, bem como um peculiar entendimento das funções de ambos»<sup>167</sup>. Em Outubro, já depois de primeiramente discutido o modelo de separação, no Parlamento, o diário *Liberdade* voltava a criticar o documento. Afirmava que «(...) o que está também não serve. É uma fingida separação que encerra a mais cruel opressão: é a expoliação, é o convite oficial, permanente á apostasia»<sup>168</sup>.

O tema da Lei da Separação desapareceria, momentaneamente, dos editoriais da imprensa católica, entretanto mais centrada na apresentação e discussão do modelo de organização dos católicos. Por isso, só em Fevereiro de 1915 é que o assunto recuperou a primazia do editorial. Governava, em ditadura, o general Pimenta de Castro. Desde cedo, ficara prometida a revisão da questão religiosa. Os católicos animavam-se. A propósito da portaria sobre as associações de culto, o diário *Liberdade* demonstrava um certo júbilo pela demonstração resoluta do Governo de «(...) entrar no caminho das justas reivindicações da consciencia catholica...»<sup>169</sup>. Mas esse contentamento fora de pouca duração. As alterações, que foram sendo apresentadas pelo Governo, não satisfizeram inteiramente as aspirações dos católicos. Por isso, nas semanas seguintes,

---

<sup>165</sup> Cunha e Costa, *A revisão da Lei de Separação*, in *Echos do Minho*, 18 de Abril de 1914, ano IV, n.º 349, p. 1.

<sup>166</sup> *Lei de Separação e o novo ministerio*, in *Liberdade*, 1 de Julho de 1914, ano I, n.º 20, p. 1.

<sup>167</sup> PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...* p. 96.

<sup>168</sup> *A Concordata da Separação*, in *Liberdade*, 10 de Outubro de 1914, ano I, n.º 99, p. 1.

<sup>169</sup> *A Portaria de 18 de Fevereiro*, in *Liberdade*, 20 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 213, p. 1.

sempre que o tema principal do editorial visou a Lei da Separação, o conteúdo crítico era uma constante, e quase permanentemente igual, apenas pontualmente retocado, para abordar a questão dos hábitos talaes e a secularização dos cemitérios<sup>170</sup>, ou a situação das pensões e dos padres pensionistas<sup>171</sup>. Já no início de 1916, a *Liberdade* retomou o tema, mantendo as críticas: «o Estado finge que se separa da Igreja para a poder expoliar; mas de facto continua a opprimil-a, a fiscalisal-a, e a pretender intervir, por meio do beneplácito, na sua disciplina ou concessões espirituas»<sup>172</sup>. Nesse extenso editorial sobre as bulas, o periódico do Porto asseverava que nada mudara efectivamente nas relações entre a Igreja Católica e o Estado. Mais, sublinhava que a mesma Igreja não podia viver subserviente do Estado. Meses mais tarde, em Abril de 1916, por ocasião do quinto aniversário da Lei da Separação, a *Liberdade* haveria mesmo de pedir ao Governo, já beligerante, a revisão do documento, asseverando que a comemoração de tal data era uma afronta aos católicos, nesse período particularmente difícil para Portugal e para a Europa<sup>173</sup>. Com outros assuntos a marcarem a agenda jornalística, em especial a entrada de Portugal no espaço europeu do conflito, o tema da Lei da Separação só regressou aos editoriais da imprensa católica na Primavera de 1917. Assim, no dia 28 de Abril, n' *A Ordem* (Lisboa), Nemo abria o seu editorial com novas acusações ao Governo: «(...) Vêmol-o afirmar o sectarismo com lei basilar da republica e lançar sobre os catholicos a suspeição de “perturbadores e perigosos manejos clericas”. A mentira da neutralidade encobre a realidade da perseguição»<sup>174</sup>.

As críticas da imprensa católica tornaram-se mais intensas quando, no final de Julho de 1917, foi noticiado o desterro do bispo do Porto, pela segunda vez. O diário *A Ordem* noticiou esse acontecimento em 29 de Julho, ainda por intermédio de Nemo, num editorial parcialmente censurado. Exaltando a postura de D. António Barroso, que uma vez mais não acatara as ordens da República, o articulista confirmava que «(...) nós catholicos só á força e á coacção obedecemos quando se nos impõem leis iníquas offensivas dos nossos direitos e liberdades»<sup>175</sup>. Também o jornal *Liberdade* denunciava este caso, afirmando que o Governo agira muito mal. Numa altura em que Portugal se digladiava na guerra, ao lado de outras nações europeias da Tríplice Entente onde a

---

<sup>170</sup> Francisco Velloso, *A questão religiosa: os hábitos talaes, a secularização dos cemiterios*, in *Liberdade*, 16 de Julho de 1915, ano II, n.º 331, p. 1.

<sup>171</sup> F. V., *Pensões e pensionistas*, in *Liberdade*, 15 de Dezembro de 1915, ano II, n.º 450, p. 1.

<sup>172</sup> *A questão das Bullas*, in *Liberdade*, 12 de Fevereiro de 1916, ano II, n.º 500, p. 1.

<sup>173</sup> *O problema portuguez*, in *Liberdade*, 14 de Abril de 1916, ano II, n.º 553, p. 1.

<sup>174</sup> Nemo, *Aproximação revoltante*, in *A Ordem*, 28 de Abril de 1917, ano II, n.º 372, p. 1.

<sup>175</sup> Nemo, *Bispo Desterrado*, in *A Ordem*, 29 de Julho de 1917, ano II, n.º 446, p. 1.

liberdade religiosa era uma realidade, era dito que tal acção constituía uma má propaganda do próprio regime republicano e até de fraqueza e incapacidade para resolver as suas questões internas, pela diplomacia. O jornal confirmava que «(...) o governo, que precisava de se encher do prestígio, que lhe falta, e de conquistar a confiança publica, cada dia mais se desacredita, mostrando que está fazendo não obra *nacional*, mas estreita e exclusivamente *sectária*»<sup>176</sup>.

O desterro do bispo do Porto – que, como no primeiro desterro, foi residir para Remelhe, Barcelos, sua terra natal – foi novamente noticiado em editorial, nos primeiros dias de Agosto. Com diversos cortes da censura, era afirmado que o Governo cometera uma falta grave a um homem da Igreja que tinha um historial de missionário em África de grande relevo<sup>177</sup>, sublinhando, assim, um dos traços que mais interessavam naquele contexto, o da presença portuguesa em África<sup>178</sup>. O mesmo pesar e a mesma revolta sucederam quando o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, foi desterrado, no final de Agosto de 1917<sup>179</sup>, por não solicitar o beneplácito ao Governo para a transmissão de um documento ao seu clero. O diário *A Ordem* endereçava as críticas a Afonso Costa, então chefe do Governo, e a Alexandre Braga, o ministro da Justiça e dos Cultos, tidos como os responsáveis pelos recentes ataques à Igreja Católica. Mais, testemunhava o jornal que «(...) os atropellos, as violencias teem sido ininterruptas, crescentes. São inumeros os templos fechados, os bens expoliados e delapidados, (...) e até já se chegou ao ponto de mandar para o desterro um jornalista catholico, por um delicto de opinião»<sup>180</sup>. No dia 1 de Setembro, Joaquim Diniz da Fonseca, católico militante e colaborador da *Liberdade*, criticava todas as instituições que, segundo o autor, se venderam por trinta dinheiros, para atirarem para o desterro o cardeal-patriarca de Lisboa, como «(...) o “Dia”, as Irmandades rebeldes e quantos n’ esta hora, encapotadamente, estão com ellas...»<sup>181</sup>. Estes destertos geraram uma grande

---

<sup>176</sup> P. T., *O desterro d’ um Bispo*, in *Liberdade*, 31 de Julho de 1917, ano IV, n.º 940, p. 1.

<sup>177</sup> Cf. *A expulsão iníqua*, in *Liberdade*, 5 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 945, p. 1.

<sup>178</sup> António Barroso nasceu em 5 de Novembro de 1854, na localidade de Remelhe, concelho de Barcelos. Ingressou no Seminário de Braga antes de fazer dezoito anos, e daí seguiu para o Real Colégio das Missões Ultramarinas, de Cernache do Bonjardim, onde se ordenou sacerdote, em 1879. Partiu para África, desempenhando um importante papel de missionário, nomeadamente nas colónias de Angola, de Moçambique, e de São Tomé e Príncipe. Regressou a Portugal, assumindo o bispado do Porto em 1899. Travou diversas lutas com os republicanos, sendo desterrado por duas ocasiões (1911 e 1917). Faleceu no Porto, em 31 de Agosto de 1918. Sobre este bispo ver: ARAÚJO, Amadeu Gomes de; AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Réu da República: o missionário António Barroso, bispo do Porto*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.

<sup>179</sup> Cf. C. M., *Em plena violencia*, in *A Ordem*, 31 de Agosto de 1917, ano II, n.º 473, p. 1.

<sup>180</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>181</sup> J. Diniz da Fonseca, *Trinta dinheiros!...*, in *Liberdade*, 1 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 967, p. 1.

onda de contestação junto de outros prelados, nomeadamente os arcebispos de Braga, D. Manuel Viera de Matos (1915-1932) e de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes (1891-1920). O seu protesto não foi atendido pelo presidente da República, Bernardino Machado, e o Governo puniu ambos com igual pena de desterro<sup>182</sup>.

A luta entre a Igreja Católica e a República vivia, então, uma fase de grande conflitualidade. Se era um facto que, no governo de Pimenta de Castro, tinha existido uma fugaz aproximação entre ambas as instituições, essa aproximação esfumara-se, progressivamente, a partir do segundo semestre de 1915, com claros agravamentos nos anos de 1916 e de 1917. Em verdade, a aplicação da Lei da Separação não foi reatada, uma vez que ela, simplesmente, não deixou de ser processada, ainda que em moldes menos vexatórios. As frequentes queixas da imprensa católica davam conta disso mesmo. A entrada em cena de Afonso Costa, em Abril de 1917, para assumir a chefia de um novo Governo<sup>183</sup>, foi um grande rombo nas aspirações da Igreja Católica. Foi, aliás, durante o governo de Afonso Costa que a “guerra religiosa” conheceu um incremento significativo.

Foi apenas depois da acção insurreccional liderada por Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1917, que se promoveu a revisão do decreto da Lei da Separação, e se caminhou, largamente, para uma efectiva aproximação entre o Estado e a Santa Sé. Com efeito, a “República Nova” instituída por Sidónio marcou, no presente campo, «(...) um ponto de não retorno no respeitante à “questão religiosa”; ainda que não terminasse cabalmente o conflito aberto, lançou as bases para as disputas futuras que se manteriam...»<sup>184</sup>. A revisão do decreto da Lei da Separação era uma promessa de Sidónio. No seu governo, a pasta da Justiça e dos Cultos foi entregue a Alberto de Moura Pinto (1883-1960). Foi àquele ministro que pertenceu a tarefa de criar um decreto reformador do decreto anterior de 20 de Abril de 1911. Tal aconteceu desde as primeiras semanas de 1918. Dias mais tarde, o decreto n.º 3856, de 22 de Fevereiro de 1918<sup>185</sup>, de catorze artigos, apresentava diversas alterações, como são exemplo: a anulação das associações cultuais, a atribuição às irmandades da organização do culto, a abolição do beneplácito para documentos religiosos, a permissão para o uso das vestes talares. Por outro lado, «(...) ao atenuar o regalismo republicano, criou condições para a

---

<sup>182</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 138.

<sup>183</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *O Terceiro Governo Afonso Costa, 1917*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

<sup>184</sup> PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...*p. 114.

<sup>185</sup> O conteúdo integral deste decreto pode ser visto em: Idem, pp. 165-171.

reconciliação com a Santa Sé...»<sup>186</sup>, algo que se concretizou em Julho de 1918, depois de vários dias de negociações.

Mas como é que a imprensa católica recebeu este novo decreto? Antes mesmo desse decreto ser publicado, as opiniões eram unânimes em considerar a revisão do mesmo como um momento histórico, e uma oportunidade para o país demonstrar a força da nova feição republicana perante as outras nações, em especial, as suas aliadas no conflito armado. No mesmo sentido, ficaria demonstrado o dinamismo dos católicos em pressionar o novo governo na revisão do decreto de Separação. Mas logo após ter sido publicado o decreto n.º 3856, denominado para a história como “decreto Moura Pinto”, apareceram as primeiras críticas, vindas dos diferentes quadrantes políticos. Nemo, jornalista católico de referência, assinava o longo editorial d’ *A Ordem* do dia 28 de Fevereiro. Nele apresentava as principais alterações inseridas no novo documento, analisando a sua amplitude. Mas também apontava críticas aos feitores do documento e a alguns artigos que não tinham merecido quaisquer alterações e que, no entender do articulista, deveriam ter sido modificados<sup>187</sup>.

A *Liberdade*, nos dias seguintes, também opinara sobre o novo decreto. Com uma postura mais moderada, P. T., o autor do editorial, asseverava que o documento melhorara as condições da Igreja Católica, comparativamente com o que estava escrito no decreto de 20 de Abril de 1911. Afirmava que «(...) á hostilidade succede é certo uma separação, condemnada sem duvida, mas que já não considera a Egreja como inimiga, nem de todo a desconhece»<sup>188</sup>. O articulista mostrava-se, assim, satisfeito por confirmar que, de certa forma, a Igreja Católica recuperara parte da sua posição anterior à Lei da Separação. Certificava que o Governo poderia ter ido mais longe, mas o autor logo transformava os vazios da lei para descobrir uma fonte de propaganda junto dos católicos: «(...) o que sobretudo nos deu o actual governo foi a liberdade de podermos conquistar, por meios legais, o resto»<sup>189</sup>. E, neste caso, o autor remetia essa conquista para o emergente Centro Católico Português.

Num outro artigo, publicado dois dias depois, o mesmo P. T. confirmava que, apesar de aceitar as medidas propostas pelo novo decreto, «(...) mantemos integras as nossas reivindicações e que queremos, mais firmemente que nunca, a libertação da

---

<sup>186</sup> NETO, Vítor – A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 144.

<sup>187</sup> Cf. Nemo, *Incongruências e contradicções*, in *A Ordem*, 28 de Fevereiro de 1918, ano III, n.º 613, p. 1.

<sup>188</sup> P. T., *Lei da Separação*, in *Liberdade*, 26 de Fevereiro de 1918, ano V, n.º 1113, p. 1.

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*.

Egreja»<sup>190</sup>. No fim, era feito o mesmo pedido de união entre todos os católicos, em redor do Centro Católico, mas num sentido de maior preocupação com a Igreja do que com a política nacional. No sábado seguinte, porém, num editorial não assinado, o jornal *Liberdade* mostrava algum pesar e frustração por confirmar que alguns artigos da Lei da Separação não tinham sido alterados. Era denunciado que «(...) ficam intactas na execrada lei de 20 d' abril disposições intoleráveis, com as que respeitam á liberdade de ensino; conserva-se de pé toda a rêde de expoliações materiaes que reduziram os nossos Bispos e clero a uma vida precaria e desapossaram os crentes dos seus templos»<sup>191</sup>. De facto, os bispos não estavam contentes com o resultado do novo decreto, e protestaram. Uma das vozes mais visíveis nesse processo foi a do bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira (1911-1927), que tinha conhecido, directamente, a força da República, por ter sido desterrado em 1912. O prelado dirigiu um telegrama ao presidente da República, Bernardino Machado, mostrando-se espantado e desiludido com o novo decreto, e denunciava a manutenção dos agravos para com a Igreja<sup>192</sup>.

A agitação política que se mantinha em Portugal instigou a mudanças. No início de Março de 1918, Sidónio remodelou o executivo<sup>193</sup>, sendo a nomeação de um novo ministro da Justiça a mudança mais visível aos olhos dos católicos. Martinho Nobre de Melo, tido como simpatizante do integralismo lusitano<sup>194</sup>, cedo demonstrou uma grande vontade em alterar o decreto de 20 de Abril de 1911. A *Liberdade* logo tratou de opinar sobre o assunto, no seu editorial de 13 de Março de 1918, chamando a atenção para a necessidade de se clarificarem algumas mudanças sugeridas ao novo decreto e se criarem outras que ainda não tinham sido implementadas<sup>195</sup>. Já *A Ordem*, por intermédio de Nemo, confirmara que o “decreto Moura Pinto” trouxera alguma justiça à Igreja. Contudo, asseverava que «(...) não se quis, embora se soubesse como[,] a adoptar uma formula modestamente adequada ás moderadissimas reivindicações dos

---

<sup>190</sup> P. T., *A Lei da Separação*, in *Liberdade*, 28 de Fevereiro de 1918, ano V, n.º 1115, p. 1.

<sup>191</sup> *O espirito do Decreto*, in *Liberdade*, 2 de Março de 1918, ano V, n.º 1117, p. 1.

<sup>192</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 148.

<sup>193</sup> Depois de remodelado, o Governo chefiado por Sidónio Pais era constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Sidónio Pais (Presidência, Negócios Estrangeiros, e Guerra), Henrique Forbes Bessa (Interior), Martinho Nobre de Melo (Justiça), Francisco Xavier Esteves (Finanças), Manuel Pinto Osório (Comércio), Artur Tamagnini Barbosa (Colónias), José Carlos da Maia (Marinha), Alfredo de Magalhães (Instrução Pública), Feliciano da Costa (Trabalho), Machado Santos (Subsistências), e Eduardo Fernandes de Oliveira (Agricultura). Cf. *Idem*, p. 149.

<sup>194</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*.

<sup>195</sup> Cf. *A Lei da Separação e o novo ministro da justiça*, in *Liberdade*, 13 de Março de 1918, ano V, n.º 1126, p. 1.

catholicos»<sup>196</sup>. Nemo aproveitava para criticar a prestação de Moura Pinto, na elaboração do decreto n.º 3856. Este teria sido uma imposição do próprio ministro e de Brito Camacho (Partido Unionista) feita a Sidónio, de forma a evitar que a Lei da Separação fosse reformada no Parlamento, como era desejo dos monárquicos, que receavam perder influência política, e que os unionistas ganhassem o apoio da Igreja Católica<sup>197</sup>. Mas, apesar das mudanças, os católicos não estavam totalmente satisfeitos com as alterações inseridas. Assim, Nemo solicitava ao novo ministro uma nova revisão do documento, que sucedeu, entre outras medidas, através do decreto n.º 4113 (20 de Abril de 1918), e da portaria n.º 1380 (25 de Maio de 1918) que se reportavam à entrega ao culto de diversas capelas, ou ainda do decreto n.º 4480 (4 de Junho de 1918), sobre os capelães militares.

O tão almejado reatamento das relações diplomáticas, entre Portugal e a Santa Sé, foi concretizado no segundo semestre de 1918, depois de uma série de reuniões prévias, tendo Egas Moniz, embaixador português em Madrid, Espanha, impulsionado os primeiros contactos<sup>198</sup>. O próprio Sidónio Pais já promovera essa aproximação a Roma, quando participara nas exéquias de 2 de Março e de 15 de Maio de 1918, na Sé-Patriarcal de Lisboa, pelas almas dos soldados portugueses falecidos na guerra. Rapidamente, e porque era desejo de ambas as instituições, estas foram dialogando e «(...) as conversações entre o Governo português e a Santa Sé levaram a um compromisso das duas partes, no quadro da separação entre o Estado e as Igrejas»<sup>199</sup>. O acordo era esperado. Sidónio procurava, assim, captar a atenção e a disponibilidade dos católicos para a “República Nova”. A imprensa católica mostrava-se satisfeita com o novo rumo relativamente à situação da Igreja. Tirando alguns protestos, vindos sobretudo da falange republicana mais anticlerical, as ruas permaneceram pacíficas após o acordo. Porém, Sidónio Pais não iria assistir, por muito mais tempo, à implementação de algumas acções previstas nesse pacto com a Santa Sé. Seria assassinado no final desse ano de 1918, mas a política de pacificação religiosa iria sobreviver-lhe.

---

<sup>196</sup> Nemo, *Ponto Final*, in *A Ordem*, 17 de Março de 1918, ano III, n.º 628, p. 1.

<sup>197</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 148.

<sup>198</sup> Sobre o retrato dessas reuniões ocorridas dias antes do reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé ver: Idem, pp. 154-158.

<sup>199</sup> NETO, Vítor – A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 145.

### 6.5.2. Perseguições e reclamações dos católicos na procura de união

Apesar de os discursos dos editoriais analisados colocarem, tendencial e progressivamente, as perseguições e as reclamações dos católicos num contexto mais alargado (que será apresentado no ponto seguinte), consideramos que podemos avançar algumas ideias sobre o título em epígrafe, e que decorreram, sobretudo, durante o ano de 1914, esbatendo-se quase totalmente nos anos seguintes. Em 5 de Março de 1914, o jornal *Echos do Minho* referiu uma série de perseguições e reclamações dos católicos. Claro que o periódico começara por reiterar as acusações à República e àquela instituição que, segundo o jornal, excluía Deus e a Igreja Católica do centro da vida humana. Mas as acusações acabariam por atingir o clímax, no editorial, quando afirmavam que os católicos solicitavam apenas ao Governo que reconhecesse a Igreja e a sua importância na sociedade portuguesa. Para isso, o periódico afirmava que «(...) a Igreja não reclama privilegios, de que allias tem direito, quer simplesmente a liberdade de consciencia...»<sup>200</sup>. Mais tarde, no final de Maio, o *Echos do Minho*, já como diário, assegurava que a República mantinha uma perseguição aos católicos, com a permanência de leis como a da Separação. De acordo com o título de Braga, «(...) o resultado de taes leis, contrarias ao espirito democratico, foi afastarem, cada vez mais irreconciliavelmente, os catholicos e a republica»<sup>201</sup>.

Em Junho, o diário *Liberdade* – nascido num ambiente de contestação aberta à República – assumia que ainda não foram conseguida a paz para o país, uma vez que «(...) deixaram que de norte a sul, a mais infrene perseguição se desencadeasse contra os catholicos portuguezes, que as suas associações fossem assaltadas dmentadamente pela turba sequiosa de vinganças e de desforras»<sup>202</sup>. O diário asseverava que a paz não regressaria ao país enquanto não fossem satisfeitas as reclamações de liberdade e de justiça dos católicos. Dias depois, em 16 de Junho, a mesma *Liberdade* asseverava que, para combater a desordem governativa, que permitia as mais rudes perseguições aos católicos, «(...) a união de todos os catholicos se impõe, não só para salvaguarda dos seus inalienaveis direitos (...) como tambem para collaborarem n' aquelle esforço digníssimo, levando-lhe o alimento da força moral indispensável á unidade suprema da nação»<sup>203</sup>.

---

<sup>200</sup> *Reclamações*, in *Echos do Minho*, 5 de Março de 1914, ano IV, n.º 327, p. 1.

<sup>201</sup> *O grave problema – os catholicos e a republica*, in *Echos do Minho*, 26 de Maio de 1914, ano IV, n.º 381, p. 1.

<sup>202</sup> *A condição da paz*, in *Liberdade*, 9 de Junho de 1914, ano I, n.º 2, p. 1.

<sup>203</sup> *Pela Patria*, in *Liberdade*, 16 de Junho de 1914, ano I, n.º 8, p. 1.

O tema das perseguições e das reclamações dos católicos manteve-se aceso durante o primeiro mês da edição deste novo periódico do Porto, e que se colocou na defesa da mesma bandeira anteriormente hasteada pelo diário *A Palavra*, extinto à força das pedradas arremessadas por apaniguados republicanos, em Fevereiro de 1911. O editorial de 20 de Junho de 1914 reafirmava que «commeteram-se violencias sem nome contra as crenças catholicas. (...) A obra de combate é necessária, mas muito mais carecemos de que se vá estudando a obra de reedificação»<sup>204</sup>. O diário assegurava, pois, que urgente era a reedificação do país, para a qual era necessária uma eficaz organização dos católicos, para a promoção da tão almejada recristianização da sociedade portuguesa.

No mês seguinte, as acusações de perseguições às crenças católicas continuaram. Mesmo sem o referir constantemente, era considerado pelos católicos que o grande causador dessa perseguição se chamava Afonso Costa, ainda que fosse Bernardino Machado a presidir o ministério, por essa altura. O diário portuense afirmava, então, que «(...) a perseguição ás nossas crenças tem quadros d' um canibalismo defenido, d' uma selvageria rudíssima e animal, foi feita com armas que toda a creatura civilisada e honesta recusaria empunhar: o sangue, a lama e a extorsão»<sup>205</sup>. A imprensa católica vinha referindo que o momento era decisivo. Caberia, assim, a todos os católicos a união em prol de uma organização capaz de assegurar os seus direitos. De resto, o jornal asseverava que essa organização deveria colocar em prática um programa de acção a desenvolver pelos católicos<sup>206</sup>.

Em 16 de Julho, a *Liberdade* inseria, antes do editorial, uma nota a negro, usando caracteres grandes (a partir do n.º 16): «A todos os portuguezes sinceros e honestos. Continuam as ameaças». De acordo com estas palavras ficava patente que as perseguições aos católicos faziam parte do quotidiano, sob a impunidade das autoridades republicanas. O editorial, por seu turno, intitulava-se «Remedio na mão» e instigava os católicos a organizarem-se «(...) em massa, para salvação da fé religiosa no povo, deserto de auxilios, de carinho, de apostolisação social»<sup>207</sup>. Rapidamente, à medida que do Governo vinham sinais de uma crise em marcha, o jornal *Liberdade* assumia, como orientação central a ideia de que só a união dos católicos é que os poderia, verdadeiramente, proteger perante a demagogia que vinha governando o país

---

<sup>204</sup> *A tempo...*, in *Liberdade*, 20 de Junho de 1914, ano I, n.º 12, p. 1.

<sup>205</sup> *Signaes de garras...*, in *Liberdade*, 7 de Julho de 1914, ano I, n.º 25, p. 1.

<sup>206</sup> Cf. *Hora decisiva*, in *Liberdade*, 9 de Julho de 1914, ano I, n.º 27, p. 1.

<sup>207</sup> *Remedio na mão*, in *Liberdade*, 16 de Julho de 1914, ano I, n.º 33, p. 1.

que caía em desordem. Assim acusava o diário do Porto<sup>208</sup>. Seria já em Outubro de 1914 – quando em Portugal governava uma União Sagrada, e nos campos da Europa Central, militares das grandes potências combatiam numa luta desenfreada há várias semanas – que um artigo intitulado «Organização catholica» abria caminho para uma nova realidade do mundo católico, e já não apenas para a denúncia das perseguições e das reclamações sofridas. Assinado por Carlos Z. Pinto Coelho, o editorial era explícito: o povo católico era chamado a constituir uma organização católica que devia ser «(...) inspirada na Igreja e pela Igreja»<sup>209</sup>. Em certa medida, a crise política nacional, que se agravara depois da tentativa rebelde dos monárquicos tomarem o poder, em 20 de Outubro, e a incerteza internacional promovida pelo desenrolar da guerra serviam de cenário para o pedido que os católicos mais fervorosos dirigiam aos seus congéneres, espalhados pelo país.

Depois de apresentar as ideias da organização católica, a *Liberdade* retomava, em 20 de Novembro, as críticas que serviam de base à constituição dessa mesma organização. Afirmava que a insatisfação pública era grande, e que esta não desapareceria «(...) enquanto não forem satisfeitas as justas reivindicações da consciência catholica»<sup>210</sup>. O periódico asseverava mesmo que os governantes republicanos podiam promover aos católicos as mais terríveis e cruéis perseguições, mas que essa violência não iria demover os católicos do seu caminho. Com efeito, este caminho já era outro do que aquele que servia apenas para denunciar perseguições e reclamações, e ele já vinha sendo trilhado por alguns católicos mais militantes que compreendiam que o falhanço do arranque da União Católica não poderia ser repetido<sup>211</sup>. Essas preocupações estavam, de resto, implícitas nas mensagens que eram transmitidas nos diversos editoriais sobre a organização católica. Em breve, a partir dos editoriais da imprensa católica, dar-se-iam os primeiros passos na criação do Centro Católico.

---

<sup>208</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>209</sup> Carlos Z. Pinto Coelho, *Organização catholica*, in *Liberdade*, 22 de Outubro de 1914, ano I, n.º 117, p. 1.

<sup>210</sup> *O maior erro do regimen*, in *Liberdade*, 20 de Novembro de 1914, ano I, n.º 138, p. 1.

<sup>211</sup> A União Católica teve um arranque difícil, envolto em permanentes dúvidas organizativas e de desconhecimento das funções a desempenhar, por parte de muitos dos seus membros. Cf. ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 69.

### 6.5.3. O Centro Católico Português: a organização política dos católicos

A história do Centro Católico Português (CCP)<sup>212</sup> começou a ser escrita na imprensa católica, em especial nos diários *Liberdade* e *A Ordem* (Lisboa). Já *A Nação* não se mostrou particularmente receptiva em aderir a uma organização puramente católica. Apesar de advogar a mesma fé católica que os anteriores títulos, *A Nação* estava, politicamente, vinculado ao legitimismo e tal fazia toda a diferença. A maior prova é testemunhada pela ausência de editoriais dedicados a esse tema, durante a análise a este título, neste segundo subperíodo (Março de 1914-Janeiro de 1916), em contraponto com o que aconteceu nos outros periódicos.

O diário *Liberdade* foi, muito possivelmente, o primeiro jornal a dar o apoio formal a uma futura organização católica, há muito desejada. Com efeito, logo no seu quinto número, nos primeiros dias de Junho de 1914, a *Liberdade* manifestava um especial interesse em ver criada tal organização. O editorial começava por instigar os católicos a mexerem-se, a saírem da inércia e do mutismo em que estavam, desde Outubro de 1910, e a organizarem-se. Nessa altura, o diário do Porto asseverava que a organização dos católicos «(...) será não só um benefício para o paiz, pela acção que elles serão obrigados a desenvolver junto do povo, (...) mas também uma condição expressa e fundamental de não se perder o sentimento religioso que vive com o sentimento patriótico»<sup>213</sup>. A junção e a presença destes dois elementos (religião e patriotismo) marcarão profundamente o discurso que esteve associado à organização dos católicos. O jornal portuense afirmava que a expectativa tinha que dar lugar à acção, olhava para uma futura organização dos católicos como uma necessidade fundamental, e até evocava as juventudes católicas como um bom exemplo de união. No dia 10 de Novembro de 1914 surgiu na *Liberdade* o primeiro grande editorial dedicado a esta temática. O seu autor, Carlos Z. Pinto Coelho, reputado católico, procedia a uma análise geral ao actual quadro e dava-se conta que muito pouco estava feito, em termos de organização católica. Assim, apresentava um vasto plano de acção que teria o seu primeiro passo efectivo na reunião de um núcleo de sacerdotes e de leigos, conhecedores das necessidades da Igreja, subordinado à autoridade eclesiástica

---

<sup>212</sup> O Centro Católico Português (CCP) conheceu três fases na sua história: a primeira fase, que se iniciou em 1917, com a sua fundação, até à realização do seu primeiro congresso, em 22 de Novembro de 1919. A segunda fase começou com esse congresso e terminou com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. A terceira fase iniciou-se com esse golpe de Estado e seguiu até à transformação do CCP em Acção Católica, no início da década de 1930. Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 265.

<sup>213</sup> *Porque se espera?*, in *Liberdade*, 12 de Junho de 1914, ano I, n.º 5, p. 1.

(arcebispo, bispo, ou pároco) para agir sobre os problemas religiosos e cuidar da «(...) orientação social catholica. N' este sentido (...) deverá orientar a imprensa catholica e, em geral, os meios de propaganda exercida, fóra dos templos, pelos leigos...»<sup>214</sup>. O articulista, conhecedor da importância da imprensa, pretendia que esta pudesse desempenhar um papel social de relevo, nomeadamente no auxílio à urgência, segundo o autor, de promover a instrução católica do povo. Pinto Coelho constatava o que era do conhecimento geral: os portugueses possuíam uma grande ignorância religiosa. E advogava que a formação destes era de uma «(...) necessidade imprescindível»<sup>215</sup>.

Durante os dias e as semanas seguintes, até ao fim de 1914, foram vários os editoriais da *Liberdade* escritos sobre a necessidade de se criar, de raiz, uma organização católica, capaz de empreender um combate pelos direitos dos católicos, e capaz de lutar contra a descristianização de Portugal<sup>216</sup>. A *Liberdade* retomaria a ideia, no final de Novembro, que a ignorância, o desinteresse, e o afastamento dos católicos da vida política do país eram gestos que premiavam a acção da República. Em defesa dos interesses dos católicos, o periódico sustentava a necessidade de os mesmos católicos se interessarem e conhecerem a política nacional, exercendo o direito de voto (quem o possuía), unindo-se e criando uma organização enérgica capaz de os defender contra o que asseguravam ser as atrocidades cometidas pela República<sup>217</sup>. O entusiasmo de alguns católicos contrastava com as reservas manifestadas pelo episcopado. Em geral, os bispos mostravam-se muito receosos de organizações, ditas, de católicos, e remetiam-se a um silêncio *ad eternum*. Ora, na opinião desses católicos mais militantes e entusiastas, o mutismo dos prelados era prejudicial para o sucesso da organização<sup>218</sup>. Já no fim de Dezembro, ficou enunciada uma questão central: a vertente política da acção dos católicos, questão que marcaria grande parte da existência do CCP e algumas das suas controvérsias. Nesse editorial era referido que, para modificar ou revogar a legislação em vigor, que era considerada funesta, os católicos precisavam de entrar no terreno eleitoral. O periódico asseverava, no entanto, que «(...) a união deve fazer-se no terreno religioso, acima de todos os partidos»<sup>219</sup>.

---

<sup>214</sup> Carlos Z. Pinto Coelho, *Organização Catholica*, in *Liberdade*, 10 de Novembro de 1914, ano I, n.º 129, p. 1.

<sup>215</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>216</sup> Cf. *Acção Catholica I*, in *Liberdade*, 14 de Novembro de 1914, ano I, n.º 133, p. 1.

<sup>217</sup> Cf. *O nosso maior erro*, in *Liberdade*, 26 de Novembro de 1914, ano I, n.º 143, p. 1.

<sup>218</sup> Cf. José de Almeida Correia, *Organização catholica*, in *Liberdade*, 18 de Dezembro de 1914, ano I, n.º 161, p. 1.

<sup>219</sup> *Os catholicos e as eleições*, in *Liberdade*, 27 de Dezembro de 1914, ano I, n.º 168, p. 1.

Nos primeiros dias de 1915, o caminho apontado pela *Liberdade* tornou-se mais evidente. A partir da ideia corrente que assegurava que as liberdades conquistavam-se e não se pediam, o diário afirmava que «(...) a forma de os catholicos as conquistarem, é nas urnas, no campo politico, onde a lueta nos é dada»<sup>220</sup>. Mais, asseverava que o dever dos católicos era desalojar os republicanos da posição que haviam conquistado pela força das armas. Por fim, a *Liberdade* apresentava, em linhas muito directas e genéricas, o objectivo de acção da futura organização católica: «(...) é bom accentuar que nos determinam não interesses políticos, mas só religiosos. A politica para nós é apenas um *meio* para a defeza das nossas liberdades essenciaes»<sup>221</sup>. Tal acção passava, naturalmente, por aplicar a velha máxima preconizada por Leão XIII de “descer ao povo”, e recristianizar o povo com os valores cristãos que o haveriam de capacitar de ver que estava a ser enganado pela propaganda revolucionária<sup>222</sup>. No fundo, os católicos que vinha expressando as suas ideias nas páginas dos jornais, confirmavam que, antes mesmo de apostar num projecto católico de intervenção política, era necessário, e até urgente, conquistar o povo. No fim de Janeiro de 1915, o general Pimenta de Castro (1846-1918) assumia o poder, depois de mais uma crise política.

Os católicos aproveitaram a abertura política na discussão da questão religiosa, concedida pelo governo do general. No mesmo dia em que o ministro da Justiça, Guilherme Moreira, anunciava, em Lisboa, a um jornalista d' *O Seculo*, que o Governo estava na disposição de proceder a algumas alterações na Lei da Separação, tinha início, no Porto, uma reunião preparatória de diversos católicos que debateram algumas ideias quanto à concretização do futuro Centro Católico como braço político da União Católica<sup>223</sup>. Essa organização católica, e não política (assim se apresentava), contou na sua Comissão Central com uma lista de insignes católicos como: Alberto Pinheiro Torres, António Jorge de Almeida e Lemos Ferreira, Diogo Pacheco de Amorim, Domingos Pinto Coelho, Domingos Pulido Garcia, João Maria da Cunha Barbosa, José de Almeida Correia, Luís de Assis Teixeira de Magalhães, e Manuel Guimarães Pestana da Silva. Foi desta Comissão Central que saiu a determinação de os católicos se associarem, em termos políticos, a outras forças conservadoras, «(...) as únicas que, no

---

<sup>220</sup> *A palavra d' ordem dos Bispos*, in *Liberdade*, 5 de Janeiro de 1915, ano II, n.º 174, p. 1.

<sup>221</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>222</sup> Cf. *Vamos ao povo!*, in *Liberdade*, 9 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 204, p. 1.

<sup>223</sup> Sobre essa reunião preparatória e sobre o manifesto da Comissão Central daí saído ver: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...* pp. 74-75.

entender dos participantes, podiam dar garantias de aceitar as reivindicações católicas»<sup>224</sup>.

Nos dias seguintes, a imprensa católica foi dissecando o tema em diversos editoriais, com a apresentação e a defesa de algumas das premissas mais válidas do movimento que se pretendia instituir. Uma delas era a mais-valia que uma organização católica teria no Parlamento, a lutar pelos direitos dos católicos. A *Liberdade* defendia que o eleitorado católico precisava de estar organizado e criticava o marasmo de todos aqueles que esperavam obter benesses por serem católicos e por se saberem ser a maioria dos portugueses<sup>225</sup>. O jornal do Porto instigava à luta eleitoral, e por isso insistia no recenseamento dos católicos.

No fim de Fevereiro, fruto de «(...) uma onda de optimismo e de esperança [que] invadia os meios católicos e monárquicos»<sup>226</sup>, a mesma *Liberdade* assumia o seu entusiasmo na concretização do Centro Católico, e solicitava aos bispos o seu apoio fundamental: «(...) ousamos pedir-lhes, interpretando o sentir de todos os catholicos que nos digam o nosso dever em materia eleitoral, que ensinem que o voto é um dever, que é preciso votar bem e como se vota bem. Esperamos anciosos a lição»<sup>227</sup>. Era claro que o movimento católico, que agora emergia, necessitava do aval do episcopado para, dessa forma, validar a sua acção junto dos católicos e de outros grupos conservadores, como os monárquicos. Tal acção centrava-se na «(...) organização das forças católicas no campo político e social, de modo a que as leis e as instituições, quer políticas quer sociais, se cristianizassem»<sup>228</sup>. Mas o apoio institucional que era solicitado ao episcopado tinha um outro objectivo: proclamar a união dos católicos num único movimento, e evitar divisões internas que em nada beneficiavam o trabalho e as reivindicações dos mesmos. Era sabido que a desunião entre os católicos era uma realidade. O que realmente existia era um conjunto diversificado de opiniões que, na maior parte dos casos, só encontravam na luta contra os desmandos do regime republicano o seu único elemento unificador. Quanto ao resto, esses grupos – eram três – mantinham divergências políticas e ideológicas, e essas diferenças eram sustentadas

---

<sup>224</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 104.

<sup>225</sup> Cf. *A organização das forças conservadoras*, in *Liberdade*, 13 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 208, p. 1.

<sup>226</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 103.

<sup>227</sup> *Questões d' organização*, in *Liberdade*, 21 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 214, p. 1.

<sup>228</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 104.

em diversos títulos católicos<sup>229</sup>. Por outro lado, os monárquicos demonstravam o seu afastamento do Centro Católico, olhando-o com desconfiança, mas vincavam a necessidade de introduzir, nos objectivos do novo agrupamento, a questão restauracionista do regime<sup>230</sup>.

Consciente que a acção sobre as massas populares e operárias não estava a corresponder às expectativas criadas, a *Liberdade* insistia na necessidade de rever a sua campanha e de reforçar os pedidos de união. Afirmava que não era pedido aos católicos que sacrificassem as suas opiniões políticas, até porque o periódico asseverava que a união era meramente aplicável no campo religioso. Mas, por outro lado, a *Liberdade* instigava os mesmos católicos a colocarem os interesses da religião à frente dos interesses político-partidários<sup>231</sup>. O discurso apresentado pelo jornal do Porto começou, assim, a estreitar o campo de acção e a definir melhor os objectivos e as abordagens: a organização deveria ser autónoma, «(...) rigorosamente catholica e seriamente alimentada pelo espirito christão»<sup>232</sup>, indo ao encontro da família e do povo, educando-o com bons livros e bons jornais, de forma a conter a corrupção que lhes era transmitida pelas «(...) associações secretas (...) [e pela] infecção da litteratura dissolvente e pornographica...»<sup>233</sup>. O entusiasmo católico aumentou amplamente. Um pouco por todo o país, revigoravam-se ou nasciam diversas colectividades católicas, como aconteceu, por exemplo, com a Associação dos Médicos Católicos Portugueses, criada em 25 de Março de 1915<sup>234</sup>, e a presença pública dos católicos começou a ser notada nas várias procissões que saíram quase livremente na Quaresma desse ano. Este entusiasmo contagiaria os monárquicos que também se mobilizaram, inaugurando várias dezenas de

---

<sup>229</sup> Os três grupos utilizavam diferentes títulos da imprensa católica para apresentarem e defenderem as suas posições. Um grupo, apesar de se definirem como adeptos da Monarquia, não discutia a questão do regime, e interessava-se mais por defender legalmente os direitos e os interesses da Igreja Católica. Fazia-se voz nos jornais *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919), e na *Liberdade* (Porto, 1914-1919). Um segundo grupo defendia a doutrina oficial da Igreja Católica, mantendo-se fora das questões políticas. Apresentava as suas ideias nos títulos *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), e na *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?). Por fim, um terceiro grupo pretendia o regresso da Monarquia, mas baseada nas tradições nacionais, com a ascensão ao trono de D. Miguel II, e não de D. Manuel II, e onde a Igreja Católica recuperasse o seu anterior lugar na sociedade portuguesa. Era apoiado pelo jornal *A Nação* (Lisboa, 1847-1928). Cf. *Idem*, p. 105.

<sup>230</sup> Cf. ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...* pp. 78-79.

<sup>231</sup> Cf. *O nosso dever*, in *Liberdade*, 28 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 220, p. 1.

<sup>232</sup> *O que nós diríamos*, in *Liberdade*, 19 de Março de 1915, ano II, n.º 235, p. 1.

<sup>233</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>234</sup> Depois de a Associação dos Médicos Católicos Portugueses ter sido criada, em 1915, realizaram-se cinco Congressos dos Médicos Católicos Portugueses, dentro do período global que analisámos (1911-1926), a saber: I Congresso (Porto, 24 de Outubro de 1915), II Congresso (Lisboa, 25 de Março de 1916), III Congresso (Coimbra, 7 de Dezembro de 1917), IV Congresso (Coimbra, 26 de Maio de 1918), e V Congresso (Coimbra, 25 de Março de 1922). Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos...* pp. 46-53.

centros monárquicos, mesmo em alguns bairros populares de Lisboa, onde os republicanos tinham forte aderência. Os tempos auguravam, pois, grandes mudanças. A partir de Abril de 1915, os católicos começaram a investir mais na propaganda eleitoral. Em breve, iriam realizar-se eleições para o Parlamento, e o Centro Católico Português (CCP) iria a votos. Nas suas páginas, a *Liberdade* tratava de elucidar os seus leitores dos objectivos traçados pelo CCP, e de os instigar ao voto nos deputados que defendia. Defendia, portanto, a ideia que a Igreja Católica continuava a ser perseguida, agora com uma faceta mais dura, depois do afastamento de Pimenta de Castro do Governo, e que era preciso libertá-la: «(...) O dever é intervir e exgotar todos os recursos para que da discussão parlamentar saia o respeito pelas liberdades catholicas, que o regalismo como o sectarismo negam impenitentemente»<sup>235</sup>.

Apesar de existirem algumas divergências internas quanto à melhor altura para apresentar listas próprias, a aposta do CCP, no escrutínio de 13 de Julho de 1915 – o primeiro em que participou activamente – foi grande e entusiasta, tendo apresentado candidatos em nove círculos eleitorais<sup>236</sup>. Mas os resultados não foram animadores. Foram eleitos apenas António Augusto de Castro Meireles, pelo círculo de Oliveira de Azeméis, para a Câmara dos Deputados, e António José da Silva Gonçalves, pelo círculo de Guimarães, para o Senado. A pressa de querer apresentar listas próprias foi notória, e confirmaram-se os receios dos católicos mais cautelosos. Algumas candidaturas foram apresentadas com demasiada precipitação, faltando documentos que inviabilizaram a admissão das listas. Com efeito, dias antes das eleições, a *Liberdade* já havia confirmado alguns desses receios que, mais tarde, seriam evidentes: «(...) os catholicos devendo unir-se, dividem-se, desunem-se como políticos, não teem sabido fazer o sacrificio das suas ideias por amor das suas crenças»<sup>237</sup>. O diário do Porto acentuava que era urgente auxiliar o Centro Católico e propagar as suas ideias e usava uma velha máxima católica, então muito em voga no período das Cruzadas ao Médio Oriente: «(...) Para a frente! Deus o quer!»<sup>238</sup>, ainda mais realçado, por estar escrito a

---

<sup>235</sup> *Candidaturas catholicas*, in *Liberdade*, 17 de Abril de 1915, ano II, n.º 259, p. 1.

<sup>236</sup> Os candidatos a deputados foram assim apresentados pelo Centro Católico, com o respectivo círculo eleitoral: Domingos Pinto Coelho (Arganil), Diogo Pacheco de Amorim (Braga), José de Almeida Correia, Joaquim Cerqueira de Vasconcelos, António Carvalho (Bragança), Francisco Veloso (Chaves), Clemente Ramos (Guimarães), José Ferreira de Lacerda (Leiria), António Meneses Cordeiro (Moncorvo), António Augusto de Castro Meireles, Augusto Camossa Nunes Saldanha, José Cardoso Correia (Oliveira de Azeméis), António de Oliveira Salazar (Viana do Castelo). Para o Senado foi apresentado o candidato António José da Silva Gonçalves (Guimarães). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 117.

<sup>237</sup> *A grande falta...*, in *Liberdade*, 27 de Junho de 1915, ano II, n.º 316, p. 1.

<sup>238</sup> *Idem, ibidem*.

negro. Mas, como apresentado, os resultados eleitorais colocaram a nu as dificuldades que se apresentaram aos católicos.

Era patente que a união pedida não se confirmava na realidade. Por outro lado, foi evidente que a estratégia para a luta política não fora correctamente preparada, sendo até subvertida por algum excesso de entusiasmo. Em verdade, «(...) o movimento não estava a ser conduzido com eficiência, dando mesmo a impressão de que lhe faltava uma orientação única e dinâmica»<sup>239</sup>. Por outro lado, nestas eleições ficara registado uma outra certeza: um dos planos traçados pela Comissão Central do CCP – que passara por convencer os sacerdotes e outros católicos a engrossar as listas e votarem no CCP, em detrimento de votarem nos seus partidos habituais, ou de acordo com os interesses de caciques e de influentes – falhara copiosamente quando, após o escrutínio, se confirmara que houvera padres a serem candidatos por outros partidos que não o CCP<sup>240</sup>. A imprensa católica aqui analisada (*Liberdade*) não abordou este desaire eleitoral nos seus editoriais, preferindo analisar os resultados em artigos secundários. O mau resultado obtido nas urnas terá sido fundamental para promover essa opção. Durante várias semanas, o jornal reservou-se a um prudente silêncio. De facto, foram retomadas algumas temáticas próximas à acção do Centro Católico, como eram as Juventudes Católicas<sup>241</sup>. Os editoriais seguintes não testemunharam, especificamente, a acção do CCP, mas apenas reiteraram os pedidos de formar uma verdadeira união dos católicos, em prol de futuros combates políticos<sup>242</sup>. A voz em favor da organização dos católicos manteve-se viva. Em Setembro de 1915, numa altura em que as páginas dos periódicos noticiavam casos de fome, e de subsequentes desacatos e assaltos, por todo o País, a *Liberdade* questionava porque esperavam os católicos para agir, não em termos sociais – como poderia ser expectável, face ao problema civil em curso – mas em termos políticos. O discurso não era novo. O diário portuense insistia na necessidade de os católicos conhecerem os seus direitos e constituírem uma força capaz de, pelo voto, derrotar a política do regime republicano, que consideravam sectário e cuja política «(...) tem sido fundamentalmente de hostilidade á Igreja[.] N' estas condições, o nosso papel, como o nosso dever, é combater, como catholicos, o feitio anti-religiosa do

---

<sup>239</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 86.

<sup>240</sup> Cf. Idem, p. 87.

<sup>241</sup> Cf. Francisco Velloso, *O 3.º Congresso das Juventudes Catholicas Portuguezas*, in *Liberdade*, 30 de Julho de 1915, ano II, n.º 343, p. 1.

<sup>242</sup> *Traidores*, in *Liberdade*, 25 de Agosto de 1915, ano II, n.º 358, p. 1.

regimen, e para o combater urge que nos organisemos»<sup>243</sup>. Durante várias semanas, o mesmo teor repetiu-se em diversos editoriais da *Liberdade*. Em rigor, este periódico vinha apresentado um conjunto de iniciativas e que deveriam ser criadas pelos católicos, em defesa dos mesmos. Assim, era referido que os católicos necessitavam de criar um bloco reformista unido e disciplinado, assente numa doutrina definida, para assim formar convicções e carácter e suscitar acção. Esse mesmo bloco deveria ser conhecido de todos os católicos, através de uma intensa propaganda, e aplicado, em especial, no campo social. O editorial transmitia a ideia de querer fomentar, assim, um espírito reactivo capaz de enfrentar e destronar a política republicana então em vigor<sup>244</sup>. Três dias depois, um outro editorial da *Liberdade* assumia, claramente, que a acção da organização católica era «(...) essencialmente social e de doutrinação»<sup>245</sup>. Contudo, mais à frente, asseverava que a conquista dos direitos e das liberdades dos católicos só poderia ser efectivada quando os católicos fossem uma força política devidamente organizada. Ou seja, ficava evidente que o caminho apresentado pelos católicos versava uma atenção particular sobre a questão social, mas esta assentava numa necessária disputa política.

Em verdade, a *Liberdade* afirmava regularmente que a organização católica não poderia desprezar o acto eleitoral, uma vez que asseverava que esse passo cívico era fundamental e complementar do seu plano de acção. No mesmo sentido, o diário do Porto apresentava um modelo de acção católica que não prescindia da intervenção directa do episcopado<sup>246</sup>, em termos nacionais, e da assistência do pároco, mais localmente, nas paróquias. Essa ideia foi reafirmada em meados de Outubro de 1915, quando a *Liberdade* assumiu que organismos como os Círculos de Estudos<sup>247</sup> e o Centro Católico deveriam estar presentes em cada paróquia, como sendo uma extensão da educação religiosa que aí deveria ser ministrada<sup>248</sup>. A preocupação em fomentar uma educação religiosa era visível nos discursos de católicos como Carlos Z. Pinto Coelho. Era defendido que esses organismos deveriam constituir o sustentáculo por onde a acção católica se deveria erguer, uma vez que era corrente afirmar que «(...) ha necessidade de operar uma enorme transformação na vida religiosa do nosso paiz...»<sup>249</sup>. Ora, essa

---

<sup>243</sup> *Porque esperam os catholicos?*, in *Liberdade*, 14 de Setembro de 1915, ano II, n.º 375, p. 1.

<sup>244</sup> Cf. *Desorientação*, in *Liberdade*, 26 de Setembro de 1915, ano II, n.º 386, p. 1.

<sup>245</sup> *Progressos da organização catholica*, in *Liberdade*, 29 de Setembro de 1915, ano II, n.º 388, p. 1.

<sup>246</sup> Cf. *A nossa acção*, in *Liberdade*, 8 de Outubro de 1915, ano II, n.º 395, p. 1.

<sup>247</sup> Cf. *Circulos d' estudos*, in *Liberdade*, 14 de Outubro de 1915, ano II, n.º 400, p. 1.

<sup>248</sup> Cf. *A nossa organização*, in *Liberdade*, 17 de Outubro de 1915, ano II, n.º 403, p. 1.

<sup>249</sup> Carlos Z. Pinto Coelho, *Acção Catholica*, in *Liberdade*, 23 de Novembro de 1915, ano II, n.º 433, p. 1.

acção revitalizadora, de base, poderia ser desenvolvida pelas Juventudes Católicas que assumiriam a força católica do amanhã, de acordo com o editorial da *Liberdade*, nas últimas semanas de Novembro de 1915.

O momento histórico assumia particular importância nessa altura. Afonso Costa estava de regresso ao poder, depois de José de Castro ter apresentado a demissão do seu governo, em 19 de Novembro, ao presidente da República, Bernardino Machado. O discurso direccionado aos católicos não era casual. Um novo governo de Costa não era uma boa notícia para os católicos. A partir dessa altura, com o país num caos permanente, causado pela fome e pelos distúrbios, a força anticlerical recuperou a sua anterior energia, e os católicos compreenderam que também necessitavam de retemperar as suas forças com sangue novo. Daí, ter ocorrido uma nova atenção para as Juventudes Católicas. Os católicos assumiam assim que, nesse período de crise, só elas, só os católicos, tinham reagido e «(...) procurado oppor pela associação, pela imprensa, no templo como na urna, á corrente revolucionaria, que nos desorganisa e desune, a nossa, que é a salvadora...»<sup>250</sup>. Em boa verdade, a *Liberdade* assegurava que os jovens católicos, constituindo uma futura elite na sociedade portuguesa, seriam os únicos que poderiam realizar a missão, apresentada como sendo de difícil execução, Perante tal facto, era assumido, entusiasticamente, que «(...) mais uma vez a civilização latina vae ser salva pelo catholicismo...»<sup>251</sup>.

No final de Dezembro de 1915, em jeito de balanço anual, a *Liberdade* retomou o discurso que vinha apresentando desde há meses. Insistia que andava, há mais de um ano, a propagar uma mensagem de união entre os católicos, de forma a constituir um bloco capaz de lutar pelos direitos dos católicos. E afirmava: «(...) a obra urgente exede o alcance d' uma reforma politica, reclama uma reforma moral e social. (...) Essa libertação da Igreja é condição indispensavel para resolver o problema nacional...»<sup>252</sup>. O periódico terminava o editorial com uma declaração perfeitamente definida da acção que deveria desempenhada pelos católicos. Assegurava, assim, que nesse processo «(...) quem não é por nós é contra nós»<sup>253</sup>. Esta atitude intransigente, apresentada pelo diário, suscitava muitas interrogações, ficando expresso que, sobre os católicos, era exercida uma pressão suplementar, não pelo significado da frase, mas sobretudo pelo que dela poderia nascer. Isto é, partindo do pressuposto indicado pelo jornal – de os católicos

---

<sup>250</sup> *A força d' amanhã*, in *Liberdade*, 27 de Novembro de 1915, ano II, n.º 437, p. 1.

<sup>251</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>252</sup> *O nosso ponto de vista*, in *Liberdade*, 31 de Dezembro de 1915, ano II, n.º 464, p. 1.

<sup>253</sup> *Idem, ibidem*.

serem a maioria dos portugueses e, por essa razão, serem capazes de se poderem impor pelo número, fazendo respeitar os seus direitos – era evidente qual a acção a desempenhar pelos católicos, num caminho que há muito era apontado: o voto moralmente obrigatório dos católicos num futuro CCP, ou em favor de outra agremiação do género.

Nas primeiras semanas de 1916, numa altura em que as notícias dos horrores da guerra vindas do *front* (frente da batalha) assumiam contornos que, decerto, arrepiariam os leitores da imprensa, os católicos portugueses tratavam, novamente, de definir posições. António Augusto de Castro Meireles – colaborador da *Liberdade* e candidato eleito pelo CCP nas eleições de 13 de Julho de 1915 – assegurava que a missão do CCP não se poderia confundir com a causa monárquica, fosse esta de carácter conservador ou mesmo liberal. E sustentava que «(...) se se comettesse a loucura de transformar a nossa acção religiosa em acção monarchica, exporíamos a causa de Deus a justificadas desconfianças e perseguições com se combatem os inimigos políticos»<sup>254</sup>. Se ainda houvesse dúvidas, a separação entre católicos e monárquicos era notória. Cada grupo seguiria separadamente o seu caminho. Nessa esquematização de posições, no dia seguinte, a *Liberdade* confirmava que, apesar de a Igreja permitir que os católicos fossem monárquicos ou republicanos, a grande diferença, que deveria manter os católicos unidos e fora daqueles grupos, era a questão social. O diário assumia que essa questão era, no fundo, uma questão religiosa que era urgente resolver: «(...) as circunstancias actuaes, de lucta religiosa fundamentalmente, exigem que o problema religioso seja tratado em primeiro logar e servido por uma forma autónoma»<sup>255</sup>.

Dias mais tarde, o jornal prosseguiu na definição de posições. Afirmava que a organização católica, o CCP, não poderia ser monárquica ou republicana. No entanto, assegurava que para entrar na mesma organização não era obrigatório abdicar das preferências políticas pessoais. Mas o jornal também apresentava uma evidência clara: «(...) a nossa acção, que queremos [que] seja apenas uma extensão do nosso dever religioso, passaria a ser partidaria lucrando porventura o partido, mas perdendo a religião...»<sup>256</sup>. Em Março de 1916, era reafirmado que os católicos tinham o dever urgente de apresentar e defender uma obra de apostolado católico. Com efeito, os

---

<sup>254</sup> Antonio Augusto de Castro Meyrelles, *Catholicos e monarchicos*, in *Liberdade*, 20 de Janeiro de 1916, ano II, n.º 480, p. 1.

<sup>255</sup> *Catholicos sobretudo!*, in *Liberdade*, 21 de Janeiro de 1916, ano II, n.º 481, p. 1.

<sup>256</sup> *Proseguindo*, in *Liberdade*, 26 de Janeiro de 1916, ano II, n.º 485, p. 1.

católicos eram encorajados a trabalhar no sentido de formar consciências e de se tornarem católicos integrais<sup>257</sup>.

Por essa altura, dias depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, *A Ordem* entrava em cena, na defesa que ela própria fazia da organização dos católicos. Num primeiro editorial sobre o tema, apresentava similarmente as mesmas ideias defendidas pela *Liberdade*. Depois de aludir à necessidade de se criar uma verdadeira união católica, aquele diário da capital afirmava que «(...) enquanto não tivermos todos animo forte para submeter nossos caprichos individuaes ao sagrado interesse dos direitos de Deus e das conveniencias não menos sagradas da Igreja, não realizaremos a união catholica»<sup>258</sup>. No dia seguinte, Mário, pseudónimo de João Paulo Freire, o secretário da redacção d' *A Ordem*, apresentava, em editorial, alguns artigos do programa do Centro Católico, reforçando o apoio que aquele jornal de Lisboa atribuía à organização dos católicos<sup>259</sup>. O conteúdo do discurso católico não era alterado, mas apenas adaptado à nova realidade política.

Portugal estava formalmente em guerra com a Alemanha, e fora criado um novo governo de União Sagrada, presidido por António José de Almeida. A partir daí, as reivindicações católicas sujeitaram-se, em primeira ordem, à reivindicação da liberdade nacional, mas não esqueciam a necessidade de se «(...) libertar, embora pouco a pouco, a consciencia catholica portugueza. (...) Não queremos ser escravos do estrangeiro (...) mas a nossa dignidade, o nosso orgulho de portuguezes, não nos permite tambem que sejamos escravos na nossa propria patria»<sup>260</sup>. Isso ficou descrito no editorial da *Liberdade*, de 23 de Junho de 1916<sup>261</sup>, numa altura em que o jornal apresentava, uma vez mais, os princípios que deviam ser seguidos pelos católicos. Com efeito, a repetição das linhas orientadoras do organismo, dos pedidos de união e de organização foram uma constante da imprensa católica, desde o final de 1914 até ao início de Agosto de 1917. Em certa medida, com os naturais aditamentos ao longo de um tempo de construção, a base apresentada nas últimas semanas de 1914 e nos primeiros meses de 1915 manteve-se coerente, sem grandes oscilações. Um desses aditamentos ocorreu em 22 de Janeiro de 1917. O episcopado, sentindo que as directrizes proclamadas no Apelo de Santarém, de 1913, não tinham atingido o patamar desejado, publicou uma nova Instrução Pastoral

---

<sup>257</sup> *O dever urgente*, in *Liberdade*, 7 de Março de 1916, ano II, n.º 520, p. 1.

<sup>258</sup> Padre Silva Gonçalves, *União Catholica*, in *A Ordem*, 23 de Março de 1916, ano I, n.º 43, p. 1.

<sup>259</sup> Cf. Mario, *Para toda a gente ler...princípios fundamentais politico-religiosos do 'Centro Catholico'*, in *A Ordem*, 24 de Março de 1916, ano I, n.º 44, p. 1.

<sup>260</sup> *Affirmação extranha*, in *Liberdade*, 30 de Março de 1916, ano II, n.º 539, p. 1.

<sup>261</sup> *Fixando principios*, in *Liberdade*, 23 de Junho de 1916, ano III, n.º 611, p. 1.

Colectiva. O conteúdo deste documento era, de certo modo, a anuência formal do que há muito vinha sendo escrito pela imprensa católica, nomeadamente na *Liberdade* e n' *A Ordem*, mas dava-lhes o ânimo e a resposta que ansiavam. Os bispos instigavam os católicos a unirem-se e a organizarem-se verdadeiramente em redor da União Católica. Pela pena de alguns católicos militantes, como Joaquim Diniz da Fonseca (1887-1958) ou António Lino Neto (1873-1961), confirmamos que a falta de preparação dos católicos, a defesa de interesses políticos anteriores, entre outros, constituíram grandes obstáculos à evolução da União Católica e do próprio Centro Católico<sup>262</sup>. Também neste caso sucedeu a repetição de argumentos. Em Maio de 1917, Alberto Pinheiro Torres (1874-1962) – figura singular do jornalismo e do nacionalismo católico e monárquico convicto – assinava um editorial n' *A Ordem*, que muito bem poderia ter sido apresentado meses ou mesmo anos antes. Pinheiro Torres, antigo director do jornal *Liberdade* (entre Janeiro de 1915 e Agosto de 1916), asseverava que «o nosso dever é construir, é educar, é organizar, é intervir, é trabalhar, é sacrificar-nos, é expor-nos a tudo para que ao menos se salvem a honra e a dignidade nacionaes»<sup>263</sup>. O tempo era, pois, de sacrifícios.

Para França, no fim de Maio de 1917, já haviam partido os primeiros contingentes militares do Corpo Expedicionário Português, para combater ao lado dos Aliados. Por isso, o tema do sacrifício individual em benefício nacional estava em voga, e os católicos também se aproveitaram disso. Mas, em breve, dois novos alentos revigorariam a Igreja Católica. Um já acontecera. Em 13 de Maio desse ano, na Cova da Iria, um lugar próximo de Fátima, três pastorinhos afirmaram que a Nossa Senhora lhes tinha aparecido. Daí, nasceria uma nova era para a Igreja Católica. Um outro alento aconteceria em Braga, no dia 8 de Agosto de 1917, e marcou a fundação oficial do Centro Católico Português (CCP). Ao fim de tantos meses na sua preparação, com avanços e recuos, gerando desânimos ou euforia momentâneo, o CCP, enfim, nascia. Nesse dia decorreu uma nova reunião preparatória do Centro Católico, presidida por Alberto Pinheiro Torres, e secretariada pelo monsenhor Mariz e pelo padre Secundino Machado, e que juntou diversos representantes dos Centros e núcleos de acção já criados. O ambiente em que acontecia este encontro era uma mistura de emoções, ora de pesar pelo recente desterro do bispo do Porto, D. António Barroso, decretado em Julho de 1917, ora pela esperança que o acontecimento em Braga suscitava entre os católicos

---

<sup>262</sup> Cf. ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...* pp. 88-91.

<sup>263</sup> Pinheiro Torres, *O nosso dever*, in *A Ordem*, 30 de Maio de 1917, ano II, n.º 398, p. 1.

politicamente mais destacados, entre os quais Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976) e José de Almeida Correia (1881-1957), responsáveis pela elaboração do programa definitivo do CCP<sup>264</sup>. Desde já, podemos afirmar que a importância do Centro Católico Português aumentou ao longo dos anos, sistematizada em três momentos específicos: a primeira fase decorreu entre o nascimento do CCP, em 1917, até à aprovação, pelo episcopado, das bases regulamentares, de 22 de Novembro de 1919. Esta foi «(...) a fase do seu lançamento, e que virá a ser decisivamente marcada e condicionada pela experiência sidonista»<sup>265</sup>. A segunda fase é mais alargada no tempo, iniciando-se em Novembro de 1919 e terminando com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Esta fase foi caracterizada pelo grande espírito de empreendedorismo que garantiu ao CCP um crescimento e uma importante notoriedade. Ao mesmo tempo, tratou-se da fase marcada pelo «(...) desvinculamento da oposição monárquica e mais conservadora, e pela cooperação crítica com os governos republicanos»<sup>266</sup>. Já a terceira e última fase do CCP iniciou-se em Maio de 1926 e decorreu até à sua desactivação política e posterior desaparecimento, nos primórdios do Estado Novo, após 1934.

O programa do CCP era arrojado e contemplava duas esferas de acção, uma no campo religioso e uma outra no campo político-social<sup>267</sup>. No terreno religioso, eram apresentadas medidas como a protecção do espírito católico, das liberdades da Igreja, e o reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé. No terreno político-social, realçavam-se medidas como a reabilitação da agricultura, a revitalização da economia, a reformulação do ensino, ou a autonomia da justiça. A atenção ministrada a ambas as valências dava ao CCP a imagem de uma agremiação nacional, católica, e supra partidária. Criou-se uma Comissão Central que se dividiu em três grandes núcleos, ficando à frente de cada um deles uma figura de proa do Centro Católico: a responsabilidade das actividades no norte, ficaria entregue a Alberto Pinheiro Torres; no centro, seria assegurada por Diogo Pacheco de Amorim; no sul, ficaria José Fernando de Sousa (Nemo). Dessa forma, a Comissão Central «(...) ficava constituída por delegados dos centros distritais, um por cada distrito, sendo membros natos desta Comissão os parlamentares que representavam o Centro no Congresso»<sup>268</sup>.

---

<sup>264</sup> O programa do CCP, aprovado em 1917, pode ser analisado em: CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...* pp. 425-426. Ver também: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...* pp. 93-94.

<sup>265</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...* p. 265.

<sup>266</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>267</sup> Cf. Idem, pp. 266-268.

<sup>268</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 141.

No dia 22 de Agosto de 1917, a *Liberdade* apresentou um primeiro editorial sobre a constituição do CCP, dando conta do seu programa<sup>269</sup>. Três dias depois, foi editado um segundo artigo, mais reflexivo, pela pena de Joaquim Diniz da Fonseca (1887-1958), um dos seus principais activistas. Nesse editorial era dito que, apesar das dificuldades iniciais e das reservas que tal organismo suscitara, em algum mundo católico, o CCP aí estava para proclamar «(...) a liberdade da Igreja, o seu direito a viver e a lutar livre de peias, quer estas sejam perseguições odiosas, quer sujeições vexatorias e é esta ancia de liberdade que os chamados *liberais* não toleram, porque para eles a Igreja deve continuar escravizada, ao serviço da sua politica de manigancias eleitoraes»<sup>270</sup>.

O CCP surgia com uma certa autonomia de acção político-partidária, deixando aos seus filiados «(...) a liberdade de opinião quanto ao “modus faciendi”, limitando-se, no terreno político-social, a defender os interesses superiores do país...»<sup>271</sup>. Isto é, qualquer membro do CCP era livre de fazer política, mas estava moralmente comprometido a respeitar e a defender os interesses que estariam acima das naturais lutas partidárias. Tal figurino suscitara dúvidas quase desde o início. O próprio CCP, recusando ser classificado como partido político, não deixava, na prática, de o ser, ainda que tivesse uma «(...) particular configuração enquanto partido, já que presidiam à sua constituição, e norteavam a sua actuação, interesses expressamente religiosos, subordinando a si todos os demais»<sup>272</sup>. Essas dúvidas de actuação também foram registadas pela imprensa católica, nomeadamente, pela *Liberdade*. O diário do Porto afirmava, no princípio de Setembro, que o Centro Católico fazia parte integrante do programa da União Católica e que se destinava a «(...) a effectivar organisadamente a intervenção dos catholicos na vida publica do seu paiz, intervenção preconizada pelo Episcopado...»<sup>273</sup>. A União Católica era apresentada, e validada pela imprensa que lhe era afecta, como a concentração geral de todas as formas e particularidades da acção católica. Apesar de confirmar que a falta de união entre os católicos era grande, a *Liberdade* afirmava que aqueles não poderiam prescindir da União Católica, uma vez

---

<sup>269</sup> Cf. *O programma do Centro Catholico*, in *Liberdade*, 22 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 958, p. 1.

<sup>270</sup> J. Diniz da Fonseca, *Poeiras...*, in *Liberdade*, 25 de Agosto de 1917, ano IV, n.º 961, p. 1.

<sup>271</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 95.

<sup>272</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 270.

<sup>273</sup> *Mais uma objecção*, in *Liberdade*, 9 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 974, p. 1.

que uma sua desvinculação equivaleria a «(...) abandonar aos impulsos d' uma progressiva força centrífuga todas as organizações catholicas»<sup>274</sup>.

Entretanto, na política nacional, reinava a instabilidade. Desde meados de Setembro de 1917, considerava-se que uma revolução era inevitável. Sem grande surpresa, ela chegou em Dezembro, pela mão de Sidónio Pais. A acção do CCP teve que se adaptar à nova realidade política. Afirmou que não pretendia ser um partido político, mas uma organização com o objectivo de «(...) fazer imperar na vida pública os princípios cristãos” e “reivindicar e defender os direitos e liberdades da Igreja”, por um lado, e exercer uma “acção moderadora sobre as paixões políticas, defendendo os interesses superiores do país”, por outro»<sup>275</sup>. Essas afirmações seguiam na linha apresentada por Nemo, num editorial d' *A Ordem*, no final de Janeiro de 1918. Nemo confirmara que o CCP não era, em rigor, um partido político, e asseverava que este organismo pretendia «(...) moralisar e christianisar a vida social...»<sup>276</sup>. Defendia, no entanto, a importância das futuras eleições para o CCP, «(...) visto serem attribuidos poderes constituintes ao Congresso. É o ensejo de fazer desaparecer da Constituição as odiosas restricções sectarias das liberdades religiosas. Agora, mais do que nunca, é dever votar e votar bem»<sup>277</sup>.

Em 14 de Março de 1918, os católicos foram aconselhados pela direcção geral do CCP a votar em Sidónio Pais. A liberdade de voto que o Centro Católico preconizava não seria seguida. O CCP considerava que os católicos deveriam participar na aprovação legal do novo projecto que Sidónio queria aplicar no país, e aliara-se ao Partido Nacional Republicano que aquele criara. O clima pré-eleitoral era, para os católicos, de grande entusiasmo. Acreditavam que Sidónio era o Messias que faria avançar a nação e, a seu tempo, com o apoio integral da Igreja Católica. Assim, depois de gorado uma coligação eleitoral com os monárquicos, os católicos do CCP apresentaram candidaturas próprias, em vários círculos, para a Câmara dos Deputados e para o Senado<sup>278</sup>. As eleições aconteceram em 28 de Abril de 1918. Ao mesmo tempo,

---

<sup>274</sup> *O remate da obra*, in *Liberdade*, 16 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 979, p. 1.

<sup>275</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...* p. 270.

<sup>276</sup> Nemo, *O Centro Catholico*, in *A Ordem*, 30 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 592, p. 1.

<sup>277</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>278</sup> O CCP apresentou, como candidatos a deputados, os seguintes nomes e respectivos círculos de eleição: Alberto Dinis da Fonseca (Arganil), Alberto Pinheiro Torres (Braga), António Lino Neto (Portalegre), Diogo Pacheco de Amorim (Covilhã), Francisco Gomes Sousa Veloso (Viana do Castelo), Francisco Perfeito de Magalhães (Lamego), Isidro dos Reis (Tomar), José de Almeida Correia (Leiria), José da Cunha Mota (Gouveia), José Maria Braga da Cruz (Guimarães), José Nosolini Ferreira Leão (Penafiel), Luís Ferreira (Viseu), e Raul Moutinho Pereira Caldas, conde de Silves (Silves). Para o Senado foram apresentados os seguintes nomes e respectivos círculos: Domingos Pinto Coelho (Algarve),

confirmariam Sidónio Pais, como presidente da República, e levariam o CCP a conseguir o melhor resultado eleitoral de sempre. O CCP conseguiu eleger cinco deputados: Alberto Diniz da Fonseca (Arganil), Alberto Pinheiro Torres (Braga), António Lino Neto (Portalegre), Francisco Gomes Sousa Veloso (Viana do Castelo), e José de Almeida Correia (Leiria); e um senador: Domingos Pinto Coelho (Algarve). A candidatura, e a subsequente eleição deste último para o Senado, foi realizada após a prévia anulação da candidatura do Dr. Santos, juiz da Relação de Lisboa, por não se poder candidatar por Faro, uma vez que esta localidade se encontrava sob a sua jurisdição judicial. Tal gesto suscitou grande polémica com os monárquicos<sup>279</sup>. De resto, as desavenças entre católicos e monárquicos foram permanentes ao longo do tempo, com um nítido crescimento depois da criação formal do CCP.

As eleições foram seguidas com particular atenção pela imprensa católica. No dia da votação, *A Ordem* editara na primeira página e a sete colunas, antes do editorial, os nomes dos candidatos do CCP, ao mesmo tempo que instigava ao voto dos católicos no Centro Católico, e em Sidónio Pais. O periódico asseverava que quem optasse pela abstenção era considerado «(...) um aliado natural da demagogia e comete um dos maiores crimes contra a Patria e contra a Ordem!»<sup>280</sup>. Nos dias seguintes, a *Liberdade* pronunciou-se sobre as eleições, e também apresentou os votos obtidos em cada círculo eleitoral, dando destaque aos resultados obtidos pelo CCP<sup>281</sup>.

Também *A Ordem* foi testemunhando os dados que iam sendo conhecidos: a vitória esperada de Sidónio, e a eleição dos cinco deputados e de um senador, em prol do CCP<sup>282</sup>. A partir de um extenso comentário de Pinheiro Torres, Nemo afirmava que o resultado eleitoral obtido pelo CCP e por Sidónio Pais era sintomático de que Portugal mostrara a sua aversão à demagogia, e que a tendência conservadora do país era a «(...) revelação de força da consciencia catholica, representada pela acção do *Centro*...»<sup>283</sup>. Já no fim do mês de Maio, passada a euforia da vitória obtida em Abril, e às portas de um futuro Congresso do CCP, Nemo chamava a atenção aos católicos para a necessidade de se manterem vivas as reivindicações sobre as mudanças a introduzir na

---

José de Azevedo e Meneses (Trás-os-Montes), e Silva Gonçalves (Minho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 152.

<sup>279</sup> Cf. Idem, p. 153.

<sup>280</sup> *Catholicos! À urna, pelos candidatos do “Centro”*, in *A Ordem*, 28 de Abril de 1918, ano III, n.º 661, p. 1.

<sup>281</sup> Cf. P. T., *O acto eleitoral de domingo: commertarios e informações*, in *Liberdade*, 1 de Maio de 1918, ano V, n.º 1166, p. 1.

<sup>282</sup> Cf. Nemo, *Depois das eleições*, in *A Ordem*, 2 de Maio de 1918, ano III, n.º 664, p. 1.

<sup>283</sup> Idem, *ibidem*.

questão religiosa, de forma a recuperar e a salvaguardar futuramente alguns dos direitos perdidos pelos católicos durante os governos republicanos, em especial os chefiados por Afonso Costa. Nemo, colaborador d' *A Ordem* e responsável do CCP na zona sul do país, apresentava alguns aspectos da Lei da Separação que ainda eram considerados vexatórios para os católicos. Apesar de considerar que a revolução conduzida por Sidónio melhorara as condições da Igreja Católica, Nemo considerava que se podia ir mais longe, e apontava o caso do registo civil, em especial ao nível dos baptismos e dos casamentos, defendendo a sua revisão<sup>284</sup>. Aos pedidos constantes de união pela causa aos católicos, *A Ordem* registava, sempre com especial fervor, a abertura de novos Centros, por todo o país. Nemo, em mais um seu editorial, afirmava: «(...) vão compreendendo os catholicos a oportunidade de uma organização puramente confessional, dentro da qual exerçam acção publica e collectiva, sem constituírem um partido politico, nem consentirem que aos interesses d' estes se subordine o problema do livre exercicio da religião em Portugal»<sup>285</sup>.

A acção do CCP no Parlamento foi seguida, com especial interesse, pela *Liberdade*. No início de Agosto de 1918, o periódico apresentou, na primeira página, os aspectos mais importantes dos discursos de três representantes do Centro Católico. No dia 6, em editorial, foi apresentado uma sùmula do discurso de Alberto Pinheiro Torres sobre a questão da instrução pública e do ensino religioso<sup>286</sup>. No dia 8, também em editorial, foram registadas as principais ideias do discurso de Alberto Diniz da Fonseca sobre os partidos políticos<sup>287</sup>. Por fim, no dia 9, não em editorial mas num artigo inserido nas duas colunas mais à direita, foram averbadas as ideias fundamentais do discurso de Domingos Pinto Coelho sobre a proibição do jogo<sup>288</sup>. Dias depois, o Parlamento fechou portas para férias, e os artigos d' *A Ordem* e da *Liberdade* sobre o CCP retomaram apenas no final de Setembro de 1918. Num editorial do dia 27, a *Liberdade* instigava os católicos a rapidamente retomarem o trabalho em prol do CCP, desenvolvendo novas campanhas e novos elementos de acção. A *Liberdade* asseverava que as recentes vitórias eram o resultado prático das acções concertadas e seguras que o Centro Católico tinha promovido, «(...) sob as immediatas do Episcopado, tanto de fóra como de dentro

---

<sup>284</sup> Cf. Nemo, *À porta do Congresso*, in *A Ordem*, 23 de Maio de 1918, ano III, n.º 682, p. 1.

<sup>285</sup> Nemo, *Programma de Acção*, in *A Ordem*, 4 de Junho de 1918, ano III, n.º 693, p. 1

<sup>286</sup> Cf. *O Centro Catholico no parlamento*, in *Liberdade*, 6 de Agosto de 1918, ano V, n.º 1247, p. 1.

<sup>287</sup> Cf. *O Centro Catholico no parlamento*, in *Liberdade*, 8 de Agosto de 1918, ano V, n.º 1249, p. 1.

<sup>288</sup> Cf. *O Centro Catholico no parlamento*, in *Liberdade*, 9 de Agosto de 1918, ano V, n.º 1250, p. 1.

do parlamento»<sup>289</sup>. O periódico do Porto deixava ainda claro que era necessário manter esse espírito activo, uma vez que assevera que se a inacção tomasse conta do movimento, assim sucediam as derrotas eleitorais. Assim, os católicos eram compelidos a agir, porque, como dizia o jornal, os inimigos não dormiam, e a seguir as indicações dos directores do CCP e do episcopado. As acções seguintes do CCP foram sendo acompanhadas pela imprensa católica com especial atenção e devoção, mas quase sempre num plano secundário, quanto ao figurino da primeira página, tendo raramente as honras de editorial. Só em 1 de Dezembro é que a acção parlamentar do Centro Católico mereceu novo destaque em editorial, no momento em que estava para breve a reabertura do Parlamento para a discussão da revisão constitucional, promovida por Sidónio Pais. A *Liberdade* reiterava o pedido feito aos católicos para multiplicarem as acções de propaganda, as conferências nos diversos Centros espalhados pelo país, e dar a conhecer o trabalho que vinha sendo desenvolvido no Parlamento pelos deputados eleitos do CCP. O ânimo do periódico do Porto era assumido, e encontrava força numa imprensa católica activa, não apenas em Lisboa e no Porto – onde contavam com dois diários (*Liberdade*, Porto, e *A Ordem*, Lisboa) que «(...) desassombradamente lutam pelo Centro Catholico, como quer o Episcopado e a Santa Sé»<sup>290</sup> – mas também na província, onde eram apoiados por periódicos dedicados à causa católica, apesar de a *Liberdade* confirmar que havia certos títulos que não seguiam as indicações do episcopado e do Centro Católico Português. Por fim, o diário do Porto afirmava que se Portugal surgisse amanhã incrédulo e sem qualquer religiosidade, tal não se devia aos bispos, aos parlamentares, aos párocos, aos homens da acção católica, mas aos «(...) padres prégadores e não prégadores que os combatem, aos catholicos que cruzam os braços, áquelles que despresando a palavra de Roma e a palavra das capitaes das Dioceses, passam-se com armas e bagagens para o latitudinarismo dos bandos liberaes, que nos agridem»<sup>291</sup>. Para evitar essa situação, a *Liberdade* instigava os católicos a trabalhar afincadamente em benefício do CCP, de forma a promover uma luta permanente pelas liberdades religiosas e direitos perdidos.

Até ao fim de 1918, o diário *Liberdade* apresentou, em editorial, mais cinco momentos célebres da acção parlamentar do CCP. O primeiro ocorreu em 6 de Dezembro, quando o título apresentou as principais ideias do discurso de António Lino

---

<sup>289</sup> *Centros Catholicos – Acção Urgentíssima*, in *Liberdade*, 27 de Setembro de 1918, ano V, n.º 1291, p. 1.

<sup>290</sup> *A acção parlamentar catholica*, in *Liberdade*, 1 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1346, p. 1.

<sup>291</sup> *Idem, ibidem*.

Neto sobre o fim da guerra e a vitória dos Aliados<sup>292</sup>. A segunda ocasião aconteceu no dia 12 de Dezembro, também na Câmara dos Deputados, quando Alberto Pinheiro Torres discursou sobre o recente atentado de que fora vítima Sidónio Pais, sem consequências gravosas, a 5 de Dezembro<sup>293</sup>. O terceiro momento sucedeu em 14 de Dezembro, num editorial sobre o CCP e a questão nacional. Nele era referido que o CCP promovera a defesa da questão nacional e a realização «(...) da obra instante da ordem nas coisas publicas, que é muito mais importante que a simples ordem publica»<sup>294</sup>. Ora, o diário portuense concitava os católicos a escutarem os bispos e a promoverem acções de propaganda e a criarem um núcleo de apoio às massas populares, fomentando, assim, uma «(...) obra de liberdade, unidade e continuidade na acção governativa, em que os corpos dirigentes estão trabalhando com tanto patriotismo»<sup>295</sup>. E alertava os católicos para as responsabilidades, que sobre eles cairiam, se não se unissem numa hora que a *Liberdade* considerava ser grave. Em verdade, premonição ou talvez não, o quarto momento ilustre da acção do CCP aconteceu já depois do assassinato de Sidónio Pais, ocorrido em 14 de Dezembro. Foi no dia 20 de Dezembro e teve, por base, o discurso de Domingos Pinto Coelho no Senado, sobre o atentado que vitimara o presidente da República, Sidónio Pais<sup>296</sup>. O quinto momento do CCP no Parlamento ocorreu no dia seguinte, em 21 de Dezembro, quando Alberto Pinheiro Torres discursou na Câmara dos Deputados, também sobre o assassinato de Sidónio Pais<sup>297</sup>.

Até ao fim do ano de 1918, que coincide com o fim do subperíodo, 1914-1918, quer a *Liberdade* quer *A Ordem* não apresentaram, em editorial, quaisquer acções específicas sobre o CCP. A morte de Sidónio Pais veio quebrar o ímpeto vigoroso do CCP, e dar início a novos ataques contra a Igreja Católica que se iriam agravar no ano seguinte, já num quadro diverso (1919-1926). Apesar da necessária adaptação, o Centro Católico Português iria resistir.

---

<sup>292</sup> Cf. *No Parlamento*, in *Liberdade*, 6 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1350, p. 1.

<sup>293</sup> Cf. *Câmara dos Deputados*, in *Liberdade*, 12 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1355, p. 1.

<sup>294</sup> *O Centro Catholico e a questão nacional*, in *Liberdade*, 14 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1357, p. 1.

<sup>295</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>296</sup> Cf. *Senado*, in *Liberdade*, 20 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1362, p. 1.

<sup>297</sup> Cf. *Camara dos Deputados*, in *Liberdade*, 21 de Dezembro de 1918, ano V, n.º 1363, p. 1.

#### 6.5.4. O enredo dos capelães militares, e um mistério chamado Fátima

Quando as primeiras tropas portuguesas partiram para as colónias africanas – em 11 de Setembro de 1914, a fim de responderem a um ataque alemão ocorrido dias antes, a 25 de Agosto, junto da fronteira norte de Moçambique – não seguiram capelães militares nos destacamentos, por determinação do Governo republicano. Estava aberto, assim, um longo debate nacional e um verdadeiro enredo que fez correr muita tinta nos vários quadrantes da imprensa.

A presença de capelães militares<sup>298</sup> cedo passou a ser uma exigência da Igreja Católica e dos jornais que lhe eram afectos. Logo no dia 7 de Outubro de 1914, *A Nação* afirmava que, em vão, procurara capelães nos contingentes militares que recentemente tinham seguido para o Ultramar. Num artigo publicado na primeira página, o diário da capital esclarecia que tinha obrigação de «(...) perguntar quaes são os auxilios religiosos que o governo vae facilitar aos que se destinam a seguir para França»<sup>299</sup>.

Nessa altura, o governo português ainda não assumira uma posição oficial a tomar perante a guerra, mas *A Nação* não afastara, desde logo, a hipótese de um futuro conflito no espaço europeu, e desafiava o Governo a pronunciar-se sobre a questão dos capelães militares, se rumassem tropas portuguesas para aquele teatro de guerra. O periódico de Lisboa asseverava que constituía uma ignomínia e uma vergonha nacional se os soldados nacionais, maioritariamente católicos, não fossem assistidos nos seus cuidados religiosos. E dava o exemplo da França, onde o republicanismo estava implantado há mais tempo, que «(...) reconstituiu a corporação dos capellaes militares. Milhares de sacerdotes seguiram para incorporar-se nos seus regimentos e estão-se batendo pela sua patria. (...) Seria ridículo que as tropas portuguezas não se fizessem acompanhar dos seus respectivos capellaes»<sup>300</sup>. O jornal de Lisboa asseverava que as potências, envolvidas no conflito, tinham a funcionar serviços religiosos nos seus contingentes, e insurgia-se contra aqueles que, em Portugal, em especial os políticos republicanos, decidiam abster-se do envio de capelães militares, e dirigia-se a todos os católicos pedindo-lhes que reclamassem a presença daqueles nos regimentos.

Alguns dias mais tarde, João Franco Monteiro retomava o tema dos capelães militares. Mostrava grande indignação pela postura intransigente do governo republicano, então liderado por Bernardino Machado, que pediria a demissão pouco

---

<sup>298</sup> CF. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *Nas Trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*. 1.ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

<sup>299</sup> *Capellães no exercito*, in *A Nação*, 7 de Outubro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:123, p. 1.

<sup>300</sup> Idem, *ibidem*.

tempo depois, por recusar a presença de capelães militares nos contingentes dos soldados portugueses que partiam para as colónias de Angola e de Moçambique. Franco Monteiro atestava que «(...) o militar portuguez, que for na expedição que se prepara tem o direito sacratissimo de levar um guia que o encaminhe nas pugnas da consciencia que são maiores do que as desavenças terrenas. A França não lh' o regateou»<sup>301</sup>. O director d' *A Nação* concluía o editorial, exigindo, mais do que solicitando, a presença dos capelães junto das tropas portuguesas, indicando que se tratava de um dever histórico, assente numa secular relação entre Portugal e a Igreja, um caso de justiça e de pura crença.

No final de 1914, *A Nação* transcreveu um artigo de um outro jornal católico – *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?) – sobre os capelães militares. Nele era apresentado um apelo das mães portuguesas ao Governo, para que os contingentes, onde iam os seus filhos para a guerra, fossem munidos de capelães. As mães sentiam-se desoladas por essa contrariedade na sua fé, e consideravam que tal medida era injusta para os soldados que iam lutar pela pátria, sendo que muitos deles a tal foram obrigados. A. de F., um colaborador d' *A Nação*, ia realçando ou introduzindo algumas ideias ao longo do texto. Uma delas foi asseverar que se o Governo não integrasse capelães nos contingentes e abandonasse os soldados à sua sorte, em termos espirituais, «(...) cometerá um crime sem precedente na historia das mais atrozes perseguições á liberdade de consciência»<sup>302</sup>. No fim do artigo, o articulista sublinhava que a presença de um capelão militar em campanha era muito importante para a moral dos soldados, e esperava que a nomeação dos capelães estivesse para breve.

Em Janeiro de 1915, o tema dos capelães militares ganhou uma outra dimensão. O estado da guerra não parecia, de todo, certificar a ideia anteriormente criada de que este seria um conflito de curta duração. Entre os católicos, começava a reinar alguma apreensão, agravada pelo facto de serem infrutíferos os seus contínuos esforços em conseguir que o Governo recuasse na determinação de não integrar capelães nos contingentes militares que iam partindo para África. No dia 7, o diário *Liberdade* editava uma longa missiva que o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, dirigiu ao presidente da República, Manuel de Arriaga, expondo algumas considerações sobre aquela matéria. O cardeal-patriarca asseverava que «(...) erro imperdoavel seria

---

<sup>301</sup> João Franco Monteiro, *Cruz e Espada*, in *A Nação*, 17 de Outubro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:132, p. 1.

<sup>302</sup> A. de F., *Capellaes Militares*, in *A Nação*, 30 de Dezembro de 1914, ano LXVIII, n.º 16:151, p. 1.

deixar insatisfeitas as necessidades religiosas que uma longa tradição de arreigadas crenças gera no seu espírito e que o perigo imminente fará despertar»<sup>303</sup>. D. António Mendes Belo defendia que os soldados portugueses, que iam lutar pelo país, tinham o direito de terem a seu lado um padre católico, e nesta discussão não poderia haver lugar para argumentos como a neutralidade do Estado em matéria religiosa. E apontava o conhecido e tantas vezes referido caso da França. Mendes Belo solicitava a Arriaga a incorporação de capelães nos contingentes militares, já no terreno ou prestes a partir. No mesmo sentido, o cardeal-patriarca asseverava que «(...) ha ainda no exercito portuguez numerosos capellaes militares habilitados com os indispensaveis poderes regulares para o exercício da sua jurisdição religiosa»<sup>304</sup>.

Dias depois, em 12 de Janeiro, um outro homem da Igreja, o padre Casimiro Rodrigues de Sá, republicano assumido, voltava a referir-se ao caso dos capelães, num artigo editado junto ao editorial. Nele afirmava que tinha escrito uma carta, em 5 de Outubro de 1914, a António Pereira de Eça, o ministro da Guerra, disponibilizando-se para acompanhar um qualquer contingente militar que fosse enviado para a guerra. O ministro respondera que não havia lugar de capelão nos exércitos organizados da República. Casimiro de Sá criticava não apenas a recusa previsível do ministro, mas a acção inflexível do Governo nesta matéria. E afirmava que «(...) a verdadeira causa da formal recusa em permitir que ao soldado portuguez seja prestado o ensejo de elle em campanha poder receber os socorros religiosos, está na teimosia sectaria com que as altas entidades dirigentes da nação querem manter uma *neutralidade* absurda...»<sup>305</sup>.

O tema dos capelães militares desapareceu, quase por completo, da agenda da imprensa católica e só a espaços, nos meses seguintes de 1915 e nos primeiros de 1916, é que o assunto surgia em artigos colocados ou colocados na primeira página ou na segunda página. Em 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, em resposta ao aprisionamento dos navios alemães estacionados nos portos nacionais, feito pelo Governo, de acordo com um pedido inglês. Em breve, começariam a surgir, na imprensa católica, muitos editoriais sobre a participação de Portugal no conflito, reacendendo-se a questão da neutralidade ou da beligerância, num aceso combate entre intervencionistas e não intervencionistas. Foi nesse contexto, que o tema específico dos

---

<sup>303</sup> António, Cardeal Patriarcha, *Os capellães militares*, in *Liberdade*, 7 de Janeiro de 1915, ano II, n.º 176, p. 1.

<sup>304</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>305</sup> Casimiro Rodrigues de Sa, *Capellães Militares*, in *Liberdade*, 12 de Janeiro de 1915, ano II, n.º 180, p. 1.

capelães militares recuperou a primazia do editorial. A partir de um comentário do político francês, Aristide Briand (1862-1932), que enaltecia a força dos católicos, seus conterrâneos, que estavam a lutar e a morrer pela França, o jornal *Liberdade* partia para a escrita do editorial, em 23 de Abril, sublinhando a importância da presença do capelão no teatro de guerra: «(...) não só a sua presença é para aquelles [soldados] a quem chama *seus filhos* um conforto moral, mas ninguem melhor de que elle dá aos soldados o exemplo do dever livremente accete e cumprido»<sup>306</sup>. No final desse mês de Abril, num editorial onde se analisou o trabalho a desenvolver pela imprensa católica, o diário do Porto aproveitou para volta a criticar o Governo por não aceder às reclamações dos católicos, na questão dos capelães. Denunciava que «(...) continuam a partir expedições para a Africa sem que as acompanhem como devia ser e reclamamos, capellaes. A nossa liberdade de culto está á mercê do arbítrio mais ou menos sectário das auctoridades»<sup>307</sup>. Era certo que a reivindicação da introdução de capelanias nos regimentos militares já vinha de longe. Mas, por esta altura, a questão estava ao rubro. A imprensa católica aproveitava o debate, sempre apaixonado, entre intervencionistas e não-intervencionistas, para apontar vários erros ao Governo naquele caso. Os católicos reclamavam o direito de os soldados poderem ser assistidos espiritualmente. Para aqueles, era uma questão de consciência religiosa e, no cenário de guerra, não se poderia atender à feição laica ou católica das nações, e negar aos combatentes, àqueles que estavam a bater-se e a morrer pela pátria, o cumprimento dos seus deveres religiosos. Fundamentalmente, essa era a base do editorial da *Liberdade*, de 5 de Maio que, assim, questionava: «(...) póde por acaso negar-se essa reclamação da consciencia catholica, em nome da absurda neutralidade que praticamente se tem convertido n' um apostolado atheu e em continua e demolidora acção anti-religiosa?»<sup>308</sup>.

A *Ordem* também analisou abundantemente o tema dos capelães militares, ora em editorial, ora em outras colunas das suas páginas. Tal como a *Liberdade* e outros títulos da imprensa católica, aquele diário de Lisboa exigia ao Governo a tomada de uma solução para o problema criado pela falta de capelães nos contingentes militares, e que sobre tal decisão estivesse afastado qualquer sectarismo, face à realidade actual<sup>309</sup>. O periódico prometia aos seus leitores não abrandar nos esforços até ver plenamente satisfeita as suas reivindicações, que passavam, naturalmente, pela admissão de capelães

---

<sup>306</sup> *A Guerra Apologetica*, in *Liberdade*, 23 de Abril de 1916, ano II, n.º 560, p. 1.

<sup>307</sup> *Doloroso contraste*, in *Liberdade*, 30 de Abril de 1916, ano II, n.º 566, p. 1.

<sup>308</sup> *Capellães militares*, in *Liberdade*, 5 de Maio de 1916, ano II, n.º 570, p. 1.

<sup>309</sup> Cf. *Capellães militares*, in *A Ordem*, 7 de Maio de 1916, ano I, n.º 81, p. 1.

nos contingentes militares do CEP que estavam em África e que para aí seguiam, assim como para aqueles que estavam a ser preparados no Centro de Instrução Militar de Tancos, e que em breve iriam ser mobilizados para a Flandres, no espaço europeu do conflito.

Na quarta-feira seguinte, dia 10 de Maio, *A Ordem* anunciava, jubilosa, que a direcção do Círculo Católico da Imaculada Conceição, em Lisboa, decidira criar um documento, vulgo abaixo-assinado, para ser enviado a todos os párocos da capital, e estando presentes nos cartórios paroquiais, e para ser assinado por todos aqueles que desejassem subscrever o diploma, solicitando a urgência da incorporação de capelães nos contingentes militares. Também seria criada uma representação para entregar pessoalmente o documento ao então presidente da República, Bernardino Machado (1915-1917, primeiro mandato). Estava em marcha mais uma acção visível da imprensa católica que há muito vinha reclamando essa medida «(...) altamente benefica e que traria inefáveis jubilos aos corações de tantas centenas, de tantos milhares de portugueses, representando ainda a legitima satisfação de sagradas reclamações da consciencia nacional»<sup>310</sup>. Dias mais tarde, a *Liberdade* insistia na necessidade na presença de capelães junto das tropas nacionais, aludindo facto de a lei francesa manter, quanto àquela questão, uma lei específica para o tempo de guerra, sendo afirmado que «(...) para o tempo de guerra, nunca a Republica pensou em dispensar os capellaes militares. Nunca»<sup>311</sup>.

No Parlamento, por essa altura, era apresentado por Norton de Matos, ministro da Guerra, no governo da União Sagrada, uma nova disposição sobre a questão dos capelães militares. De acordo com a *Liberdade*, o Governo estaria disposto a conceder aos soldados em campanha a assistência espiritual que estes desejassem. O jornal do Porto congratulava-se, assim, com essa possibilidade, e reiterava ser essa a reclamação da consciência católica nacional<sup>312</sup>. Contudo, a disposição do Governo não foi logo aplicada, e os protestos d' *A Ordem* foram quase imediatos. O diário da capital acusava o Governo de ainda não ter cumprido a sua recente promessa de enviar capelães nos contingentes, na véspera de serem mobilizados mais soldados para as colónias africanas. No mesmo sentido, *A Ordem* considerava que Portugal não podia ficar estático neste processo, quando os outros países beligerantes tinham assegurada a presença de

---

<sup>310</sup> *Capellães militares*, in *A Ordem*, 10 de Maio de 1916, ano I, n.º 83, p. 1.

<sup>311</sup> *Capellães militares: a lei franceza*, in *Liberdade*, 17 de Maio de 1916, ano II, n.º 580, p. 1.

<sup>312</sup> Cf. *Uma boa noticia*, in *Liberdade*, 19 de Maio de 1916, ano II, n.º 582, p. 1.

capelães, entre as tropas. E questionava: «(...) Que se diria de Portugal amanhã, tendo de partir tropas nossas para os campos de batalha da Europa, as não acompanhassem capellaes militares e se os soldados se vissem forçados a recorrer aos capellaes dos exércitos aliados?»<sup>313</sup>. O próprio jornal respondia, dizendo que tal seria um vexame para todos os portugueses que o Governo queria, certamente, evitar. Porém, os dias de espera deram lugar às semanas de angústia, e o Governo não efectivou a entrada de capelães militares nos respectivos contingentes. Isto, apesar de os jornais católicos, nomeadamente *A Ordem*, assegurarem que entre os militares existiam padres, e que estes estariam na disposição de assumirem, no terreno, as suas funções, desde que o Governo assinasse as respectivas credenciais, junto do episcopado.

A partir de Junho de 1916, *A Ordem* começou a inserir uma pequena nota, na primeira página, dando conta de inúmeros telegramas enviados ao presidente da República, Bernardino Machado, e ao chefe do Ministério, António José de Almeida, solicitando a presença de capelães militares nos respectivos contingentes. Ao mesmo tempo, em editorial, o jornal de Lisboa ia inserindo algumas posições sobre o papel dos católicos perante a Grande Guerra<sup>314</sup>, do país face ao conflito<sup>315</sup>, e do papel valoroso dos soldados portugueses<sup>316</sup>.

O diário *Liberdade* também foi muito crítico da inacção do Governo na questão dos capelães militares, mas no dia 8 de Junho afirmou que ele próprio, enquanto católico e membro da imprensa católica, tinha culpa nesse processo. Foi das primeiras vezes, explicitamente, que o jornal o afirmou. O editorial começara por referir-se à partida de mais uma expedição militar para África, sem nela estarem incluídos os capelães. Os desejos e os direitos dos católicos seriam, assim, uma vez mais esquecidos. Mas logo depois confirmava que essa realidade se devia ao facto de os católicos não estarem organizados devidamente, e assim não exercerem uma pressão visível sobre o Governo. E afirmava: «(...) Temos o que merecemos; nem mais nem menos. (...) Tenhamos a coragem de afirmar que o principal responsável da escravidão da Igreja, é a inacção dos catholicos, que estão a commetter a ignominia de se servir da Igreja para occultar os seus manejos políticos...»<sup>317</sup>. Apesar de conscientes e verdadeiras, estas declarações não constituíam a norma. Em verdade, a frustração da *Liberdade* por

---

<sup>313</sup> *Capellães militares*, in *A Ordem*, 27 de Maio de 1916, ano I, n.º 98, p. 1.

<sup>314</sup> Cf. E. Antonio Pestana, *Os Catholicos e a guerra*, in *A Ordem*, 30 de Maio de 1916, ano I, n.º 100, p. 1.

<sup>315</sup> Cf. C. S., *Portugal na guerra*, in *A Ordem*, 3 de Junho de 1916, ano I, n.º 103, p. 1.

<sup>316</sup> Cf. Mario, *Pátria!*, in *A Ordem*, 4 de Junho de 1916, ano I, n.º 104, p. 1.

<sup>317</sup> *As nossas culpas*, in *Liberdade*, 8 de Junho de 1916, ano II, n.º 598, p. 1.

assistir, quase inerte, ao esquecimento premeditado do Governo em não incluir capelães nos regimentos, poderá ter promovido mais apaixonadamente tais declarações. Contudo, a norma nessa altura era, ao bom jeito da imprensa católica, lutar até à exaustão pelos seus intentos. *A Ordem* inseria, na primeira página, no dia 16 de Julho, parte de uma entrevista que Fernando de Melo Borges, um voluntário português que esteve no *front*, na zona francesa da Alsácia e de Champagne, concedeu ao jornal republicano *A Opinião* (Lisboa, 1916-1923), no regresso de França, sobre os capelães militares. O soldado afirmava que todos os regimentos tinham o seu próprio capelão, e que este era muito estimado pelos militares, sendo que «(...) o padre, na guerra, presta um grande benefício...»<sup>318</sup>.

Sem dúvida, a imprensa católica usava todos os meios disponíveis para pressionar o Governo a alterar a sua posição quanto aos capelães militares, e a inclui-los nos regimentos, mesmo que fosse a partir de um título republicano. Para trás, já tinha ficado uma outra pressão, feita por D. António Mendes Belo, cardeal-patriarca de Lisboa, numa nova missiva enviada ao presidente da República, Bernardino Machado, datada de 4 de Julho<sup>319</sup>. No Parlamento, em Agosto de 1916, as vozes a favor dos capelães militares já partiam da própria bancada evolucionista<sup>320</sup>, do partido criado por António José de Almeida. A pressão sobre o Governo aumentava. Os governantes iam defendendo a neutralidade religiosa da República. Mas outros parlamentares, católicos ou mesmo republicanos, insurgiam-se, e o debate prolongou-se para a reabertura do Parlamento, depois das férias de Verão. Ao longo dessas semanas estivais, C. M., um colaborador d' *A Ordem*, foi apresentando, em vários artigos, as principais disposições da capelania militar francesa. A informação transmitida aos leitores teria, concerteza, um fim mais alargado, e podemos aceitá-la como sendo mais um elemento de pressão. Só o facto de se abordar a questão dos capelães militares naquele periódico, quase diariamente, era revelador disso mesmo.

Até ao fim de 1916, o discurso presente da imprensa católica sobre esse tema manteve-se a um ritmo intenso, quer ao nível de editoriais, quer sobretudo em artigos inseridos noutras colunas do jornal. A importância do padre no teatro de guerra assumia

---

<sup>318</sup> *Capellães militares: declarações insuspeitas d' um voluntário portuguez*, in *A Ordem*, 16 de Julho de 1916, ano I, n.º 137, p. 1.

<sup>319</sup> Cf. Antonio, Cardeal Patriarcha, *Os capellães militares*, in *Liberdade*, 4 de Junho de 1915, ano II, n.º 619, p. 1.

<sup>320</sup> Cf. C. M., *A guerra e os capellães millitares*, in *A Ordem*, 10 de Agosto de 1916, ano I, n.º 158, p. 1.

um natural destaque<sup>321</sup>, mas também se faziam balanços das acções desenvolvidas pelo episcopado e pela imprensa católica sobre a questão do momento, e também se realçava a necessidade de desafiar o Governo a resolvê-la. Mas, no início de Dezembro, o Governo cedia, e afirmava que se preparava para publicar um decreto no *Diario de Governo* sobre a assistência religiosa. Ainda com algumas reservas, a imprensa católica dava disso conta, afirmando que «(...) os termos geraes (...) conteem em principio aquillo que ha tanto tempo reclamamos em nome de milhões de familias catholicas...»<sup>322</sup>. Perante essa abertura, a *Liberdade* instigava ao início da consulta e do recrutamento de sacerdotes com aptidões necessárias para a prática dos serviços religiosos. Dias mais tarde, a mesma *Liberdade* insurgia-se contra o facto, dado como certo em alguma imprensa republicana, que a presença de capelães militares só se faria nos regimentos que partissem para França. Joaquim Diniz da Fonseca, o autor do editorial, questionava assim: «(...) as expedições que têm partido e estão combatendo na Africa, sacrificando-se em defeza da terra que é nossa, não precisam de assistencia religiosa?»<sup>323</sup>. Adiantava, até, que se houvesse preferênci na atribuição de capelães, em África ou em França, a escolha recairia sobre as colónias africanas, por serem terras de Portugal. Diniz da Fonseca solicitava ao Governo explicações nesta matéria, insistindo, contudo, na urgência de integrar capelães nos contingentes a mobilizar em breve.

O ano de 1917 começou com novas acusações dos católicos, mas as reclamações assentaram nas do passado recente. O decreto de 18 de Janeiro de 1917, que previa a assistência religiosa, acabou por ser criticado pela imprensa católica, pelas limitações que possuía. A *Liberdade* asseverava que o decreto «(...) que acaba de ser publicado apenas *permite* que a assistencia religiosa seja prestada»<sup>324</sup>. Ou seja, a *Liberdade* não aceitava que o Governo apenas permitisse a entrada de capelães no teatro de guerra, e não declarasse essa entrada oficialmente necessária, como acontecia com o caso francês. Por outro lado, o jornal portuense considerava que o decreto cometia «(...) uma flagrante injustiça nivelando os padres catholicos aos ministros das outras religiões, visto ser catholica a maioria do paiz e a maioria dos soldados das forças mobilisadas»<sup>325</sup>. Rapidamente, a imprensa católica avançou com a constituição de uma subscrição nacional, com vista a suportar os gastos dos capelães militares. A *Liberdade*

---

<sup>321</sup> Cf. C. M., *O Padre e a Guerra: a sã doutrina*, in *A Ordem*, 14 de Outubro de 1916, ano I, n.º 212, p. 1.

<sup>322</sup> *Em face do decreto*, in *Liberdade*, 6 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 748, p. 1.

<sup>323</sup> Joaquim Diniz da Fonseca, *Questão velha*, in *Liberdade*, 21 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 760, p. 1.

<sup>324</sup> *O regulamento*, in *Liberdade*, 20 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 783, p. 1.

<sup>325</sup> *Idem, ibidem*.

apelava ao dever moral dos católicos, nessa hora de aperto<sup>326</sup>. Durante as semanas e os meses seguintes a *Liberdade*, *A Ordem*, e tantos outros jornais católicos apelaram à subscrição<sup>327</sup> e regularmente davam conta dos valores entretanto já recolhidos para eles próprios, os católicos, pagarem dos seus próprios bolsos a partida de capelães militares para os diversos teatros de guerra, onde estavam já tropas portuguesas (Angola e Moçambique), ou estariam em breve (França).

A luta do momento passava, então, pela tentativa de angariar dinheiro para suportar as despesas dos capelães militares dispostos a acompanhar as tropas portuguesas para a guerra. De uma forma subtil, tal acção podia ser entendida como uma maneira de pressionar o Governo a actuar, em consonância com o desejo dos católicos e a efectivar a inclusão dos respectivos capelães nos contingentes. A força da imprensa era conhecida, e os jornais católicos davam larga cobertura a essa iniciativa. Num editorial sobre a assistência religiosa em campanha, Nemo admitia a existência de mais de sessenta sacerdotes que se tinham prontificado a acompanhar os militares, apesar da proibição do Governo. O articulista desejava que aquele indicasse «(...) sem demora quantos capellae nomeia. Com essa informação já se pode saber até onde vão os recursos e as necessidades que têm de ser com elles attendidas»<sup>328</sup>. Ou seja, de acordo com o conteúdo do editorial, ficava visível que o Estado português se descartava em assegurar as despesas correntes com os capelães, admitindo apenas a sua presença entre os militares. Seriam, pois, os católicos a suportar tais encargos financeiros. Nemo asseverava que já havia republicanos que tinham contribuído com donativos para a subscrição em curso, e que o faziam por uma questão de consciência nacional. O dinheiro angariado seria gerido pela recente criada comissão central da assistência religiosa. Esta estabeleceria contactos com o Governo, de forma a conhecer quais os

---

<sup>326</sup> Cf. *Assistencia Religiosa em Campanha*, in *Liberdade*, 24 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 786, p. 1.

<sup>327</sup> A subscrição em favor de algo foi muito usual nos periódicos católicos. Com efeito, ao longo do período que analisámos (1911-1926) confirmámos nas suas páginas a existência de muitas subscrições. Em diversas circunstâncias eram os próprios títulos a lançarem e a organizarem esse fundo: os leitores poderiam entregar a sua contribuição monetária na Administração do jornal. Ao longo do tempo em que decorriam as suscrições (houve alturas em que estavam a decorrer mais do que uma subscrição), os títulos católicos apresentavam, geralmente na primeira página, pequenas notas dando conta do montante já angariado. Entre as muitas subscrições realizadas podemos confirmar as seguintes: em favor da refeiroda ida dos capelães militares para o *front*, acompanhando o CEP; em favor da boa imprensa e de alguns jornais, sobretudo no período da crise do papel, agravado durante a Grande Guerra; em favor dos pobres, organizando um cabaz de Natal; em favor de padres e de bispos desterrados por ordem do Governo, em favor da construção de um jazigo para um determinado sacerdote; ou em favor dos soldados portugueses presos, como era o caso do campo de prisioneiros alemão de Breesen in Mecklembourg, depois da batalha de La Lys, em Abril de 1918.

<sup>328</sup> Nemo, *Assistencia religiosa em campanha*, in *A Ordem*, 17 de Fevereiro de 1917, ano II, n.º 314, p. 1.

capelães nomeados e admitidos, para assim poder entregarem a subvenção necessária à sua subsistência.

Meses mais tarde, em 25 de Julho, a *Liberdade* questionava o Governo sobre qual o número de capelães que já tinham sido nomeados, uma vez que até essa altura o mesmo Governo era acusado, por aquele diário portuense, de ainda não o ter feito, para grande prejuízo da referida comissão<sup>329</sup>. Porém, dois dias depois, *A Ordem*, através do seu colaborador, C. M., insurgia-se contra o Governo por este ter nomeado apenas quinze capelães para acompanhar as tropas portuguesas para a frente europeia da guerra, com a patente de alferes. Ora, segundo o autor do editorial, tal número era excessivamente baixo e representava uma ameaça ao bom funcionamento dos serviços da Comissão Central. A verdade é que o articulista registava o facto de, no terreno, haver já alguns capelães que não podiam cumprir os seus deveres religiosos, por se encontrarem doentes e esgotados fisicamente perante as falhas da organização militar. Apesar desse magro número de capelães, a figura destes era, naturalmente, enaltecida, tornando-se «(...) desde logo para o soldado a personificação no que ella possui de querido e mais puro. (...) os capellães militares (...) não se teem poupado, um só instante, realizando prodigios quasi sobrehumanos de abnegação, para attenderem ás necessidades espirituaes de cerca de 40:000 homens!»<sup>330</sup>.

De forma a enaltecer ainda mais a figura dos capelães, a imprensa católica, apresentou, frequentemente, ora em editorial, ora em outras colunas do periódico, alguns casos da bravura daqueles, auxiliando os militares em acções de campanha. Uma dessas ocasiões, aconteceu quando um dos soldados do CEP foi ferido em combate, e o capelão militar da unidade, o padre Bernardino, então pároco de Moledo, se ofereceu para uma transfusão de sangue, sendo que na época tal operação pressupunha riscos elevados<sup>331</sup>. Tudo isso sucedia com uma cada vez mais frágil União Sagrada, numa altura em que no país, e entre as próprias tropas estacionadas em Tancos, já circulavam os efeitos dos argumentos que davam conta que, para o Governo, «(...) era mais importante criar, graças à presença militar portuguesa na frente ocidental (...) um

---

<sup>329</sup> Cf. *Mais capellães militares!*, in *Liberdade*, 25 de Julho de 1917, ano IV, n.º 935, p. 1.

<sup>330</sup> C. M., *As necessidades da Assistencia Religiosa*, in *A Ordem*, 27 de Julho de 1917, ano II, n.º 444, p. 1.

<sup>331</sup> Cf. C. M., *O sacrificio do sangue*, in *A Ordem*, 11 de Agosto de 1917, ano II, n.º 457, p. 1.

capital político destinado a reforçar o regime republicano do que contribuir para a derrota alemã...»<sup>332</sup>.

O tema dos capelães militares deixou de fazer parte das primeiras páginas da imprensa católica durante diversos meses. Com efeito, só após a revolução de 5 de Dezembro de 1917 é que o tema voltou a ter honras de editorial. As alterações sobre aquela questão, prometidas por Sidónio Pais, não foram esquecidas. Em 19 de Dezembro, C. M. assinou um editorial dirigido ao novo ministro da Guerra que era, ao mesmo tempo, chefe de Governo e acumulava ainda a pasta dos Negócios Estrangeiros. Nesse artigo, eram apresentadas, em traços gerais, algumas notas sobre o processo que envolveu os capelães militares, desde as reivindicações católicas até à publicação do decreto de 18 de Janeiro de 1917, que previa a entrada de quinze capelães nos contingentes militares.

Cerca de um ano depois, o articulista requeria a Sidónio Pais para estudar o problema e satisfazer as reivindicações e necessidades dos soldados que passavam por «(...) poderem receber com facilidade os socorros da religião que professam, sendo esta, na maioria dos casos, a religião catholica e Apostolica Romana»<sup>333</sup>. Em breve, as mudanças realizadas na questão dos capelães militares iriam ser francamente visíveis. Pelo decreto n.º 2942, de 18 de Janeiro de 1918, primeiro, e depois pelo decreto n.º 4489, de 4 de Junho de 1918, ficou estabelecida a presença de capelães nos contingentes militares. Sidónio cumprira a promessa. Ainda a quente, Nemo assinou um editorial n' *A Ordem*, em 20 de Janeiro, apresentando algumas das reclamações dos católicos, ao nível da assistência religiosa, numa carta que tinha sido endereçada previamente ao então ministro da Guerra, Norton de Matos, com data de 4 de Dezembro de 1917, um dia antes da revolução protagonizada por Sidónio Pais. Porém, nesse editorial, consciente que o novo chefe do Governo já estava a preparar mudanças na questão dos capelães militares, Nemo aguardava, apenas, que Sidónio não atendesse unicamente ao CEP enviado para o teatro de guerra europeu: «(...) Lembremo-nos dos que em Africa soffrem allém dos perigos da guerra a acção terrível do clima e que jazem enfermos longe da familia e da patria»<sup>334</sup>. Em verdade, as fracas condições sanitárias que os

---

<sup>332</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – Intervencionistas e anti-intervencionistas. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 282.

<sup>333</sup> C. M., *Assistencia religiosa: ao sr. Ministro da Guerra*, in *A Ordem*, 19 de Dezembro de 1917, ano II, n.º 558, p. 1.

<sup>334</sup> Nemo, *Capellães militares*, in *A Ordem*, 20 de Janeiro de 1918, ano II, n.º 584, p. 1.

soldados portugueses encontraram nas colónias africanas foram responsáveis pela maior parte das baixas mortais ali registadas no conflito<sup>335</sup>.

No teatro de guerra, tanto em África como na Europa, a introdução de mais capelães nos contingentes militares contribuiu para atenuar o grande descontentamento dos soldados. Até à entrada das alterações propostas por Sidónio, algumas autoridades militares do CEP mostraram-se desconfiadas em consentir a prática religiosa dos seus soldados, por tal representar, segundo eles «(...) uma manifestação antagónica à cultura, à educação, e aos interesses militares por enfraquecer os espíritos e os comportamentos...»<sup>336</sup>. Para além disso, tais práticas eram consideradas contranatura da política republicana, que era explicitamente laica. Por isso, eram grandes os obstáculos criados em torno da acção dos capelães militares, desde da morosidade nas suas nomeações, ao seu transporte, até à fiscalização das suas acções no terreno. Consciente dessas dificuldades, o general Fernando Tamagnini (1856-1924), comandante geral do CEP, «(...) antecipa-se ao poder político e opta por criar condições de acção, desde o início da campanha, a um grupo de capelães, voluntários e não remunerados, disposto a prestar qualquer tipo de auxílio aos combatentes...»<sup>337</sup>.

Foi apenas a 15 de Julho de 1918, que o diário *A Ordem* se manifestou publicamente, em editorial, ao decreto n.º 4489, de 4 de Junho de 1918, começando por confirmar que a publicação de tal documento era um acto de justiça. Em traços gerais, Nemo, o autor do editorial, criticava o anterior decreto de 18 de Janeiro de 1917, reforçando a reprovação das acções do anterior ministro da Guerra, Norton de Matos, em relação à forma como abordou a questão dos capelães militares. Pelo contrário, Nemo enaltecia o «(...) espírito e respeito das consciências manifestado pelo dr. Dr. Sidonio Paes e agora pelo sr. Amilcar Motta no Ministeio da Guerra»<sup>338</sup>. Até ao fim de 1918, o tema dos capelães militares quase que se desagregou por completo, passando a estar integrado, quando tal sucedia, nas notícias sobre a Grande Guerra que terminaria em breve. Porém, em termos gerais, o assunto deixara, quase subitamente, de ser notícia. Assim já tinha sucedido com o diário *Liberdade*. Quanto ao jornal *A Ordem*, constatámos que a análise ao tema foi mais abundante.

---

<sup>335</sup> Joaquim Vieira refere que 92 por cento das baixas mortais então registadas foram provocadas por doença. CF. VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens (1910-1920)*...p. 178.

<sup>336</sup> MARQUES, Isabel Pestana – *Memórias do General*...p. 122.

<sup>337</sup> Idem, pp. 123-124.

<sup>338</sup> Nemo, *Acto de justiça*, in *A Ordem*, 15 de Julho de 1918, ano III, n.º 731, p. 1.

Ao mesmo tempo que os soldados do CEP combatiam nos teatros de guerra africanos e europeus, em Portugal, num lugar ermo chamado Cova da Iria, perto de Fátima, três pequenos pastores, Lúcia, Francisco e Jacinta, juraram que Nossa Senhora lhes tinha aparecido e falado, pela primeira vez no dia 13 de Maio de 1917, e que todos os dias 13 lhes aparecia naquele local. Estava a nascer o mistério de Fátima<sup>339</sup>. Como era e é apanágio da Igreja Católica nestes casos, os acontecimentos da Cova da Iria – as “aparições da Senhora”, em Fátima – foram recebidos com grandes reservas. Assim também agiu a imprensa católica. A primeira vez que *A Ordem* analisou este assunto, em editorial, foi no dia 16 de Outubro de 1917, três dias depois do célebre “milagre do Sol”<sup>340</sup>, surgido a 13 de Outubro. A. de F., colaborador d’ *A Ordem*, mostrava algum cepticismo em aceitar o caso do “milagre do Sol” como um efectivo milagre, uma vez que assegurava que a própria Igreja Católica «(...) tem-se constantemente mostrado de extrema exigência na apreciação das provas, antes que consinta estabelecer o carácter milagroso de qualquer facto ou serie de factos»<sup>341</sup>.

Perante os dados visíveis e palpáveis, o próprio autor do editorial tinha dúvidas: as três crianças eram apresentadas como sendo rudes, tendo grandes dificuldades em responder às perguntas colocadas por muitos curiosos, mas que ganhavam outro ânimo depois das “aparições de Nossa Senhora”. Nessa última aparição, era afirmado que os três pastorinhos teriam dito que Nossa Senhora tinha recomendado «(...) aos fieis que fizessem penitencia e rezassem muito e lhe erigissem uma capela modesta no logar das aparições, promettendo para breve a paz e o regresso dos soldados portuguezes. Coincidindo com as aparições e como que a corroboral-as, dizem os que no loggar teem estado nos dias 13 dos mezes passados, que, no ceu e sobretudo no sol se teem manifestado signaes extraordinarios»<sup>342</sup>. A. de F. apresentava o seu próprio relato do denominado “milagre do sol” a que tinha assistido no sábado, dia 13 de Outubro de 1917, afirmando em sua defesa que ali se tinha deslocado «(...) não como peregrino, note-se bem, mas como curioso»<sup>343</sup>. Como tantas outras pessoas ali presentes, o próprio

---

<sup>339</sup> Sobre o caso de Fátima, ente as muitas publicações existentes, ver: TORGAL, Luís Filipe – *As Aparições de Fátima: imagens e representações*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2002. Ver ainda: PORT, Len – *O Fenómeno de Fátima: Graça divina, ilusão ou fraude?* Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

<sup>340</sup> Cf. FRANCO, José Eduardo – Fátima, o milagre da interpretação – II: o milagre do Sol. In *Brotéria*. Dir. Hermínio Rico. Lisboa, n.º 6, vol. 165, Dezembro de 2007, pp. 471-498. Ver também: TORGAL, Luís Filipe – *O Sol bailou ao Meio-dia*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2011.

<sup>341</sup> A. de F., *O caso de Fatima*, in *A Ordem*, 16 de Outubro de 1917, ano II, n.º 507, p. 1.

<sup>342</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>343</sup> Idem, *ibidem*.

autor olhou para o sol e confessou que jamais tinha assistido a tais fenómenos surgidos no céu, e que o tinham impressionado, ao mesmo tempo que constatou que a generalidade multidão o comovia com a sua fé. Claro que, para sua própria defesa, A. de F. optou pelo cepticismo, quando afirmou que no dia seguinte, dia 14, tinha assistido aos mesmos movimentos do sol que dois dias antes, na Cova da Iria. Face a esta situação, apesar de não duvidar inteiramente dos pastorinhos, e até de aceitar a possibilidade de um milagre, o autor optou, no fim do editorial, por um discurso prudente: «(...) Continuemos, pois, na expectativa, benevola, se quiserem, mas nada mais. (...) nada d' imprudencias. Não auctorisemos a que se diga que cremos sem base em factos religiosos»<sup>344</sup>. No dia seguinte, o mesmo autor voltou a falar do caso de Fátima, para se explicar perante as críticas que teria recebido por, alegadamente, ter negado o milagre da Cova da Iria. A. de F. voltava a insistir na sua postura expectante, e afirmava que ele próprio, desejava confirmar o “milagre de Fátima”, porque lhe impressionara o facto de, no dia 13, a chuva ter cessado quando os três pastorinhos começaram a orar. Porém, advogava que «(...) convém substituir ao entusiasmo prematuro a mais prudente reserva.

Se em Fatima alguma coisa ha de sobrenatural, não será essa reserva que impedirá a marcha dos acontecimentos que Deus tenha determinado em sua infinita sabedoria»<sup>345</sup>. Com efeito, o fenómeno das aparições de Nossa Senhora em Fátima não era novo. Outras já haviam sido registadas e noticiadas. O mesmo fenómeno já tinha sido registado na localidade de Barral, no concelho de Ponta da Barca, dias antes dos acontecimentos em Fátima, em que Nossa Senhora teria aparecido a um pastor, chamado Severino Alves. De resto, o clima internacional de guerra, a extrema pobreza que atingia e afligia, sobretudo, a população rural favorecia o aparecimento de casos sobrenaturais. Ora, se os jornais da época noticiavam estes casos imbuídos de grande curiosidade mas com assumida prudência, em especial os católicos, também era verdade que tais factos «(...) se fossem bem orientados, poderiam contrariar o processo de secularização e laicização em curso desde o século XIX na Europa e em Portugal»<sup>346</sup>. Em breve, jornais de diferentes facções iriam começar a digladiar-se nas suas páginas, sobretudo entre republicanos e católicos, em especial em relação às aparições de Fátima, que ganharam um particular relevo, ao longo do tempo, especialmente por parte dos

---

<sup>344</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>345</sup> A. de F., *Ainda o caso de Fatima*, in *A Ordem*, 17 de Outubro de 1917, ano II, n.º 508, p. 1.

<sup>346</sup> NETO, Vítor – A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa*...pp. 142-143.

jornais católicos<sup>347</sup>. Em certa medida, o “milagre do Sol”, de 13 de Outubro de 1917, contribuiu para a Igreja Católica intensificar um processo de inquirições, a fim de conhecer e estudar em pormenor tais fenómenos<sup>348</sup>.

No caso específico da imprensa católica analisada, A. de F. voltou a justificar-se perante o público, num longo editorial datado de 23 de Outubro, uma vez que se vira confrontado com elevadas críticas por parte de vários assinantes d’ *A Ordem*, por assumir reservas sobre as aparições de Fátima. Assim, em resposta ao protesto e lavrado numa primeira carta, datada de 18 de Outubro, escrita por Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, professor de Medicina e conhecido militante católico, A. de F. assegura que, nos seus artigos, não havia qualquer afirmação contra a doutrina católica. O articulista do editorial não compreendia a razão do protesto de Gonçalo Almeida Garrett, e solicitava-lhe que, caso se tenha deslocado a Fátima, no dia 13 de Outubro, lhe desse uma sua visão dos acontecimentos, como católico e homem da ciência. Mas «(...) se não foi, sabe de factos bem averiguados que importem milagre? Seria não só bom, mas *dever*, principalmente hoje, depois do seu *protesto*, vir narral-os»<sup>349</sup>.

Ora, perante as acusações que outras pessoas lhe haviam dirigido, A. de F., justificava as suas próprias reservas com as dúvidas manifestadas pela Igreja Católica, e que estas deveriam imperar até se confirmar se houve ou não milagre em Fátima. Mais à frente, o articulista afirmou que foi o próprio jornal *A Ordem* que lhe solicitara a escrita dos artigos, por aquele seu colaborador se encontrar em Fátima. E que, por assinar os respectivos artigos, fundamentando a sua opinião pessoal, não compreendia as ameaças vindas de diversos assinantes que ameaçavam suspender a assinatura d’ *A Ordem*. Por fim, A. de F. questionava se na Cova da Iria das cerca das cinquenta mil pessoas presentes estariam realmente cinquenta mil católicos, ou muitos curiosos. Em boa verdade, o articulista defendia que tinha muita pena de essas cinquenta mil pessoas não serem assinantes dos jornais católicos, nem estarem a proteger os prelados, nem estarem inscritos nos Centros Católicos «(...) nem os descobrir á beira das urnas eleitoraes, assegurando á Egreja, perseguida e vilipendiada por ve[r] reacções e juntas de impios,

---

<sup>347</sup> Cf. REIS, Bruno Cardoso – Fátima, a recepção nos diários católicos (1917-1930). In *Análise Social*. Dir. António Barreto. Lisboa, vol. XXXVI (158-159), 2001, pp. 249-299.

<sup>348</sup> Sobre os fenómenos ocorridos em Fátima podemos endereçar para a leitura da documentação crítica de Fátima que, desde 1992, tem vindo a ser editada pelo Santuário de Fátima, e coordenada pelo Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa. No presente momento, já foram editados cinco volumes, cada um com diversos tomos.

<sup>349</sup> A. de F., *Fatima*, in *A Ordem*, 23 de Outubro de 1917, ano II, n.º 513, p. 1.

uma situação de dignidade e de victoria!»<sup>350</sup>. Esta reserva de A. de F., em relação a Fátima, e que foi, por certo, sufragada pel' *A Ordem*, pelo aval da publicação dos artigos, assentava na incerteza desse fenómeno. Tal terá afastado *A Ordem* de proceder a uma análise muito mais profunda do tema do que aquela que poderia ter realizado. Com efeito, ao optar pela distância e pela reserva face às aparições, o jornal correu um outro risco: «(...) o de publicar um artigo que manifestava reservas face às aparições num jornal que retirava parte fundamental da sua *raison d'être* de ser um órgão católico»<sup>351</sup>. Assim, se as aparições de Fátima fossem consideradas fraudes, o jornal estaria salvaguardado por se referir a elas com reservas, uma vez que era sabido que, caso se provasse que Fátima era uma fraude, «(...) esse descrédito podia não só afectar o prestígio da imprensa católica e do catolicismo militante, como também justificar uma maior repressão sobre ambos»<sup>352</sup>. Mas a verdade, é que a atitude de reserva promovida pelo diário *A Ordem* falharia mais tarde. A religiosidade popular vingaria, com as tradicionais peregrinações, aos milhares, à pequena capela erguida no local onde os pastorinhos afirmavam que Nossa Senhora tinha aparecido. Por seu turno, a própria Igreja Católica mostrava-se, lentamente, «(...) madura para acolher o milagre»<sup>353</sup>.

No final de Outubro de 1917, C. M. assinou um editorial em que denunciou e condenou a violação do popular e recém-criado santuário de Fátima, ocorrido recentemente: «(...) Pela calada da noite, ao anojados liberaes foram a Fatima, applicaram a uma velha azinheira o machado iconoclasta, carregaram com a sua preciosa presa dentro do seu automovel, juntaram-lhes mais umas cruces e imagens religiosas (...) e voltaram a Santarem ufanos da sua proeza»<sup>354</sup>. O articulista confirmou que o grupo organizou um cortejo cívico, com os respectivos objectos furtados, que decorreu pelas ruas da cidade, indignando-se pelo facto de tal acção ter decorrido com a condescendência da polícia e das autoridades de Santarém.

Como outros assuntos, também Fátima foi perdendo importância ao longo do tempo, e o seu valor-notícia reduziu significativamente. Até ao fim do subperíodo em análise, *A Ordem* não mais analisou este tema em editorial, remetendo-o para segundo plano, em outras colunas da primeira página<sup>355</sup>, ou mesmo na segunda página<sup>356</sup>. Para a

---

<sup>350</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>351</sup> REIS, Bruno Cardoso – Fátima, a recepção nos diários católicos (1917-1930). In *Análise Social...*p. 263.

<sup>352</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>353</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 140.

<sup>354</sup> C. M., *Uma manifestação liberal*, in *A Ordem*, 28 de Outubro de 1917, ano II, n.º 518, p. 1.

<sup>355</sup> Cf. A. de F., *Fatima*, in *A Ordem*, 26 de Outubro de 1917, ano II, n.º 516, p. 1.

história futura das aparições, ficaram registadas as poucas informações registadas pelo jornal *A Ordem*. Já o outro título analisado, *Liberdade*, não deu grande cobertura jornalística a este tema, não o tratando especificamente em editorial, no período de análise que efectuámos. No entanto, em breve, já no decorrer da segunda metade da década de 1920, as aparições ganharam um novo impulso, mais institucional: «(...) à medida que o culto da Senhora de Fátima se foi desenvolvendo, também as autoridades eclesiásticas foram dando sinais de reconhecimento dos acontecimentos da Cova da Iria...»<sup>357</sup>. E assim cresceu, daí em diante.

### **6.6. Outras questões da imprensa católica na República (1914-1918)**

Paralelamente à análise da situação política e das questões relacionadas directamente com a Igreja Católica, durante o segundo subperíodo (1914-1918), confirmámos que a atenção da imprensa católica então analisada – *Echos do Minho*, *Liberdade*, *A Nação*, e *A Ordem* (Lisboa) – também foi direccionada para outros assuntos. Tal é demonstrativo da diversidade encontrada nos jornais católicos. Com efeito, como de resto sucedeu no período anterior, iremos enquadrar alguns dos assuntos mais referenciados pela imprensa católica, em dois campos abrangentes e latos, o campo social, e o campo económico. Serão, assim, analisados alguns dos assuntos mais importantes visados pelos títulos católicos, sendo que aqueles não foram, necessariamente, os temas que mais vezes foram referidos em editorial. Ou seja, consideramos que os aspectos mais significativos são os que estavam ligados à realidade nacional. Excluímos, de todos os títulos, os editoriais relativos às vidas internas dos quatro periódicos relativos à imprensa católica. No caso do jornal *Echos do Minho*, e integrados no campo social, registámos a presença de 27 editoriais com os respectivos nove assuntos<sup>358</sup>. Os dois assuntos mais focados foram a «Sociedade», contabilizando 5 editoriais, e o «Regionalismo», que englobava a sociedade e a realidade política bracarenses, com 4 editoriais. Já no campo económico, o diário de Braga apresentava apenas o tema da «Economia», consagrando-lhe 2 editoriais. No outro título analisado no norte de Portugal, *Liberdade*, confirmámos a existência de 450

---

<sup>356</sup> Cf. A. de F., *Fátima*, in *A Ordem*, 23 de Julho de 1918, ano III, n.º 739, p. 2.

<sup>357</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia...p. 155.

<sup>358</sup> Os editoriais integrados no campo social do *Echos do Minho* são: Educação (3 editoriais); Internacional (5); Justiça (1); Maçonaria/Livre pensamento (4); Personalidades (1); Portugal (enquanto Estado e Nação) (3); Regionalismo (Sociedade e realidade política bracarenses) (4); Sociedade (5); e Tumultos/Manifestações/Greves (1).

editoriais, globalmente inseridos no campo social, com os respectivos temas<sup>359</sup>. Com claro destaque, os dois assuntos mais focados foram a vertente «Internacional», com 178 editoriais, e o tema «Personalidades», presente em 70 editoriais. Em termos económicos, na *Liberdade* registámos a presença de quatro assuntos, agrupando um total de 38 editoriais: «Agricultura» (8), «Caminhos-de-ferro» (1), «Colónias» (5) e «Economia» (24), sendo que a questão económica e a questão agrícola foram os temas mais focados.

O diário *A Nação* apresentou, no campo social, um total de 149 editoriais divididos por catorze assuntos<sup>360</sup>, sendo que os dois aspectos mais vinculados foram o «Internacional», com 31 editoriais, e a «Monarquia» e a «Sociedade», ambas com 20 editoriais. Ao nível económico, *A Nação* apresentou apenas dois pontos: «Colónias», com 3 editoriais, e «Economia», com 6 editoriais. O outro diário de Lisboa, *A Ordem*, registou no campo social 162 editoriais que estavam distribuídos por quinze temas diferentes<sup>361</sup>. Aqui, os dois temas mais focados foram o «Internacional», com 38 editoriais, e o tema «Personalidades», presente em 37 editoriais. Quanto ao campo económico, há a registar quatro temas que congregam 36 editoriais: «Agricultura» (1); «Caminhos-de-ferro» (11); «Colónias» (7); e «Economia» (17), sendo este último tema, conjuntamente com os «Caminhos-de-ferro», os dois assuntos mais focados por aquele diário.

### 6.6.1. A atenção da imprensa católica ao campo social

Em 1914, era perfeitamente visível que a aposta da República, em mudar a sociedade portuguesa, tinha falhado. Em verdade, o mesmo regime que antes criticara os males das instituições monárquicas com grande rispidez, «(...) apresentou entre 1910 e 1914 a incapacidade global de concretizar o projecto de uma nova e sã

---

<sup>359</sup> Os editoriais da *Liberdade*, no campo social, são: Assistência/Caridade (13 editoriais); Ciência (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (9); Educação (27); Emigração (1); Espiritualismo (13); História e Cultura nacionais (12); Internacional (178); Justiça (2); Literatura (19); Maçonaria/Livre pensamento (16); Monarquia (4); Operariado (1); Personalidades (70); Protestantismo (6); Publicidade (1); Sociedade (56); Tumultos/Manifestações/Greves (21);

<sup>360</sup> Os editoriais d' *A Nação*, no campo social, são: Assistência/Caridade (1 editorial); Ciência (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (11); Educação (3); História e Cultura nacionais (5); Internacional (31); Legitimismo (7); Monarquia (20); Monarquia#República (1); Operariado (1); Personalidades (19); Portugal (enquanto Estado e Nação) (16); Sociedade (20); e Tumultos/Manifestações/Greves (13).

<sup>361</sup> Os editoriais d' *A Ordem*, no campo social, são: Arte (3 editoriais); Assistência/Caridade (5); Ateísmo (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (2); Direito (1); Educação (14); História e Cultura nacionais (1); Internacional (38); Literatura (11); Maçonaria/Livre pensamento (5); Operariado (2); Personalidades (37); Protestantismo (1); Sociedade (27); e Tumultos/Manifestações/Greves (14).

sociedade...»<sup>362</sup>. O povo, descrente nas promessas republicanas, maioritariamente analfabeto, sem grandes perspectivas e com fome, protestava nas ruas, fazendo greves nas cidades, sobretudo em Lisboa e no Porto, acabando muitos desses protestos em actos de vandalismo, em distúrbios com a polícia, em detenções, em feridos e em mortos. Por isso, foi grande a atenção que a imprensa católica verteu nos seus editoriais sobre a sociedade, dando conta do que considerava ser uma grave crise moral.

Com efeito, a crise por que passava a sociedade portuguesa já havia sido analisada no passado recente, mas esse era um tema que a imprensa católica não deixou de evidenciar, também neste subperíodo. Tal realidade era confirmada pela *Liberdade*, num dos seus primeiros editoriais. No dia 11 de Junho o diário do Porto afirmava que a sociedade portuguesa vivia numa grande agitação «(...) e no meio d' ella torna-se difficil determinar não só a importancia dos problemas nacionaes, mas tambem extremar com imparcialidade as ideias e os campos»<sup>363</sup>. O mal deste estado de coisas era atribuído, pela *Liberdade*, à política republicana, acusada de ser incapaz de sustentar a desordem em que vivia o país, e de ser impotente em assegurar a segurança dos cidadãos e das suas liberdades. Também o diário *A Nação* se mostrava descontente com a acção republicana que, segundo aquele diário, agravara a crise social portuguesa com as suas medidas. Tradicionalista e monárquico, aquele jornal de Lisboa asseverava que o regime republicano era «(...) mais susceptivel de corrupção e de desordem, pelas doutrinas acarchicas e demagogicas em que se estriba, do que o systema monarchico que se firma na ordem, no respeito e na preparação...»<sup>364</sup>.

Em Abril de 1915, numa altura em que o país vivia sob a ditadura de Pimenta de Castro, desde final de Janeiro desse ano, a questão social recuperou a visibilidade nos editoriais da *Liberdade*. Fundamentalmente, apesar de repetir ideias, o diário portuense atendia à necessidade de se olhar para a resolução da crise social a partir da questão moral. Isto é, para a *Liberdade* e para os católicos, a solução para aquela questão «(...) póde resumir-se n' esta formula: Justiça, Cooperação e Caridade»<sup>365</sup>. Duas semanas mais tarde, o diário do Porto assumia e defendia mais explicitamente a sua feição católica, ao defender a ideia que «(...) a cura dos males sociaes está no christianismo»<sup>366</sup>. Nesse sentido, asseverava que os católicos deveriam preparar um

---

<sup>362</sup> PEREIRA, David – A sociedade. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 89.

<sup>363</sup> *Causas e remedios*, in *Liberdade*, 11 de Junho de 1914, ano I, n.º 4, p. 1.

<sup>364</sup> K, *Falle o Paiz*, in *A Nação*, 28 de Junho de 1914, ano LXVII, n.º 16:063, p. 1.

<sup>365</sup> *Questões actuaes*, in *Liberdade*, 15 de Abril de 1915, ano II, n.º 257, p. 1.

<sup>366</sup> *O primeiro de Maio*, in *Liberdade*, 1 de Maio de 1915, ano II, n.º 271, p. 1.

leque de soluções para reconquistar os operários ao paganismo e encaminhá-los para o cristianismo, apresentado como uma «(...) solução completa e definitiva»<sup>367</sup>. Era, pois, evidente, para a *Liberdade*, que a resolução da crise social encontrava na questão moral a sua fonte de inspiração. Também neste campo, a organização dos católicos era um outro aspecto de valor acrescentado para a solução do problema social, e que, de acordo com a mesma fonte, não poderia ser descurado<sup>368</sup>.

Com efeito, a base exposta pelo jornal do Porto assentava na ideia de uma necessidade de o povo, o bom povo, assim chamado pela imprensa católica, ser conduzido pela Igreja e a ter da sua doutrina um conhecimento mais profundo. A *Liberdade* assegurava que o Estado não tinha autoridade para induzir os operários, os agricultores, e os mais pobres a seguirem por um ou por outro caminho nas suas vidas. Era afirmado que esse papel competia à Igreja Católica, uma vez que ela era «(...) a grande potencia moral da hora presente. (...) Interessando-nos pelo povo, este interessar-se-ha, por sua vez, pelas nossas ideias, e pouco a pouco se encaminhará para o remedio soberano, Jesus Christo...»<sup>369</sup>. Efectivamente, essa ideia não era nova, estando plasmada na encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*, de 1891, que não por acaso, surgia como prelúdio a esse editorial de 2 de Maio de 1916. Meses mais tarde, em Agosto, quando o Parlamento estava fechado e as notícias rareavam na agenda da imprensa em geral, a *Liberdade* recuperou o tema da crise social para primeiro plano. Num longo editorial, o jornal portuense assegurava que a questão social portuguesa, sendo ela apresentada como uma questão moral, necessitava de uma profunda reforma. Para a *Liberdade* não era possível «(...) negar a desordem, a anarchia em que temos vivido, toda ella filiada no predomínio dos peores, dos radicaes»<sup>370</sup>. O seu discurso, nesta matéria, assentava na mesma base: a solução da questão social estava na questão moral e na (re) cristianização do povo, uma vez que, só assim, ele, o povo, poderia regressar à velha tradição cristã e à disciplina. Por seu turno, a Igreja Católica assumia o papel de redentora, pronta a redimir os pecados terrenos, e era dito, intransigentemente que «(...) fóra do catholicismo, não se resolve o problema portuguez»<sup>371</sup>.

O tema da crise da sociedade portuguesa estava intimamente ligado a um outro, que teve honras de editorial em muitas ocasiões, por parte dos quatro títulos da

---

<sup>367</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>368</sup> Cf. *Algumas verdades*, in *Liberdade*, 28 de Maio de 1915, ano II, n.º 293, p. 1.

<sup>369</sup> *O Primeiro de Maio*, in *Liberdade*, 2 de Maio de 1916, ano II, n.º 567, p. 1.

<sup>370</sup> *O Caminho*, in *Liberdade*, 20 de Agosto de 1916, ano II, n.º 659, p. 1.

<sup>371</sup> P. T., *O remedio*, in *Liberdade*, 21 de Setembro de 1917, ano IV, n.º 983, p. 1.

imprensa católica analisada neste segundo subperíodo. Ora, esse outro tema, que podemos designar por problemas sociais, dispunha de várias ramificações e englobava aspectos como as greves e os distúrbios urbanos, que terminavam frequentemente em assaltos e até em crimes. Tal era, desde 1914, um dos panoramas que se verificava na sociedade portuguesa. Efectivamente, esse ano começara com novas greves, desta vez com maior visibilidade no sector dos transportes, mormente nos caminhos-de-ferro, geradas pelo descontentamento colectivo das massas trabalhadoras, que se reflectia no aumento da violência nas ruas de Lisboa, em função da falta de matérias-primas. A greve era um direito adquirido recentemente, sendo, em certa medida, um prémio dado pelo Governo Provisório aos assalariados que tinham apoiado e ajudado os republicanos a atingirem e a manterem-se no poder. Ainda que pontualmente tenha apresentado esse tema, em editorial, no primeiro subperíodo (1911-1913), foi notória a crescente importância que a imprensa católica lhe deu a partir de 1914. Em Janeiro desse ano, despontou uma greve dos ferroviários que se iria prolongar por mais de dois meses. O *Echos do Minho* criticou duramente a posição dos grevistas que, de acordo com aquele periódico, terão lançado «(...) bombas de dynamita contra o comboio em marcha e promoveram descarrilamentos dos carros com risco de causarem mortes»<sup>372</sup>.

Em verdade, o jornal minhoto considerava justo que os grevistas lutassem por melhores condições de trabalho, e até defendia que se fizessem diversas reformas sociais para melhorar os direitos da classe. Contudo, como era próprio da postura da imprensa católica, a greve não era considerada uma solução para quaisquer problemas. O *Echos do Minho* aconselhava, por isso, os grevistas a procurarem a solução «(...) preferencialmente, no corporativismo de consumo e de produção, entendendo-se com os patrões n' uma fecunda paz social»<sup>373</sup>. A greve dos ferroviários ganhou uma maior amplitude quando àqueles se juntaram outros grupos como, por exemplo, «(...) os corticeiros, os manipuladores de tabaco, os operários da Companhia das Águas, os pintores da construção civil, os chapeleiros, os condutores de carroças, etc.»<sup>374</sup>.

Com efeito, a explosão de greves que despoletara anos antes, como a da Carris, em 1912, em Lisboa, ganhava nesta fase uma nova força, encontrando os grevistas apoio na grande mobilização que os sindicalistas estavam a promover no sul do país. As greves mantiveram uma cadência excepcional, em especial em Lisboa, onde tinham

---

<sup>372</sup> *Fallemos da "Gréve"*, in *Echos do Minho*, 25 de Janeiro de 1914, ano IV, n.º 316, p. 1.

<sup>373</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>374</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 86.

maior visibilidade, numa cidade onde os efeitos mais se sentiriam. Foi assim, em constante alvoroço, que a sociedade portuguesa viveu durante quase todo esse segundo subperíodo. De resto, o tema das greves foi-se, ao longo do tempo, diluindo em outros assuntos, e só retomou a honra de editorial no final de Setembro de 1917, por intermédio d' *A Ordem*, e pela pena de Alberto Pinheiro Torres. Este jornalista católico e nacionalista militante apresentava um quadro negro da situação nacional, com a referência a muitas greves que, no seu entender, eram desastres materiais e morais. Ao mesmo tempo, considerava que tais greves eram um desperdício de energias que comprometeriam o país. Pinheiro Torres asseverava que era «(...) preciso pôr termo a uma tão grave como perigosa situação, que nos esta empobrecendo, debilitando e comprometendo aos olhos dos nossos aliados»<sup>375</sup>. O articulista chamava a atenção, aos leitores, do descrédito que a indisciplina registada no país fomentaria nos olhares dos aliados de Portugal na guerra. Ora, perante as acções grevistas as autoridades aplicavam geralmente a força, mas, no entender do autor do editorial, tal procedimento não era uma solução, mas apenas parte do problema. Era dito que «(...) o que é preciso e efficaz é remover as causas de justo descontentamento, satisfazendo as legítimas reivindicações da Nação. O mais nada vale. (...) Reprimir nem basta nem cura. Apenas se addia a explosão do mal. (...) Precisamos de o curar, pondo cõbro á demagogia triumphante, que vem logicamente marcando o seu caminho com lama e sangue»<sup>376</sup>.

Para Pinheiro Torres, a verdadeira solução para o problema das greves e da instabilidade do país passava por criar um ministério verdadeiramente nacional, composto de políticos honrados, e por emover as causas dos problemas. Depois disso, os governantes deveriam atender, primeiramente, à delicada questão das subsistências, tida como uma das causas que justificariam o mal-estar social então vivido. Pinheiro Torres era também muito crítico da União Sagrada que vinha assumindo a responsabilidade política do governo, sob a liderança de António José de Almeida. O articulista assumia que tal junção política não existia, uma vez que «(...) o que domina é a união imperfeita de dois partidos para o dominio d' um d' elles cujo principal apoio interno é a *rua*. Chamar a isto *união sagrada* é profanar esse nome...»<sup>377</sup>. Com efeito, as linhas seguidas do editorial constituíam um novo conjunto de acusações ao Governo republicano, perante a inoperância em certos sectores, considerados vitais por Pinheiro

---

<sup>375</sup> Pinheiro Torres, *A Gréve*, in *A Ordem*, 28 de Setembro de 1917, n.º 493, p. 1.

<sup>376</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>377</sup> Idem, *ibidem*.

Torres, como era o caso da má gestão das subsistências que permitia um aumento da fome, ou a participação de Portugal no conflito europeu, nomeadamente ao nível do esforço económico que vinha sendo realizado.

As greves eram geradas num ambiente de grande instabilidade, provocando, não raras vezes, distúrbios nas ruas, em especial em Lisboa, onde, de resto, tudo acontecia. Com efeito, não era difícil que uma greve passasse rapidamente para grandes distúrbios. De acordo com *A Nação*, um dos focos da tensão vivida nas ruas era a acção da “formiga branca”. Segundo João Franco Monteiro, director do diário legitimista e católico, os crimes perpetrados pela “formiga branca” passavam impunes pela protecção que lhe davam as forças da ordem. Ora, Franco Monteiro afirmava que essa protecção era dada pelo Partido Democrático, de Afonso Costa. A denúncia era conhecida e já vinha de trás. Mas agora, no início de Julho de 1914, as acções destruidoras da “formiga branca” contariam com a conivência de Manuel de Brito Camacho, o líder do Partido Unionista, e dos apaniguados do Partido Evolucionista, de António José de Almeida. Esses gestos eram tidos como criminosos, e o director d’ *A Nação* solicitava o seu fim: «(...) é necessario expurgar semelhantes elementos de desordem, motores de odios, porta-voz de vinganças sanguinolentas»<sup>378</sup>. A acusação à República, em tom crescente, era alargada também a Bernardino Machado, apontado como um dos que permitira os assaltos aos periódicos *A Nação* e ao *Dia* (Lisboa, 1887-1941), este último título de cariz monárquico.

A desorientação política vivida em Portugal – já no início de 1915, e que levava à demissão de Afonso Costa do Governo, e ao golpe de Estado de Pimenta de Castro, em 25 de Janeiro – tinha reflexos quase imediatos nas ruas. O próprio presidente da República, Manuel de Arriaga, tivera isso em consideração quando assumira que «(...) não queria que um Governo demissionário arcasse com a responsabilidade de empregar meios violentos»<sup>379</sup>. Dois dias depois do golpe de Estado, a *Liberdade* apresentava aos leitores a sua atitude perante o sucedido. Naturalmente, ficaria na expectativa, como era hábito, aguardando os acontecimentos. Contudo, saberia que a subida de Pimenta de Castro ao poder poderia trazer, como trouxe, diversas mudanças no quadro da questão religiosa. Mas, o tempo era ainda de vigia e de espera. Por isso, as acusações ao Governo cessante ainda eram o tema dominante do editorial. O diário portuense

---

<sup>378</sup> João Franco Monteiro, *Banditismo Officioso*, in *A Nação*, 11 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:049, p. 1.

<sup>379</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 97.

assegurava que «(...) o regimen tem vivido não da vida da consciencia nacional mas da pressão exercida sobre ella á força de crimes, violencias e atropellos á lei»<sup>380</sup>. No início de Março, a propósito do aumento do preço do pão, os distúrbios aumentaram de intensidade e alargaram-se a vários pontos do país. As padarias foram assaltadas. Os armazéns, onde açambarcadores mantinham mantimentos à espera de uma oportunidade para os introduzirem no mercado a preços mais altos, foram pilhados por uma população faminta.

Por essa altura, a tensão era crescente, registando-se vários motins populares: Tomar, 11 de Março; Vale do Douro, 12 de Março; e Madeira, 23 de Abril. Em 20 de Julho de 1915, a cidade de Lamego «(...) foi invadida por uma “marcha da fome” de cinco mil agricultores, irritados pelo tratado comercial com a Inglaterra que estendia a denominação de vinho do Porto aos vinhos do Sul»<sup>381</sup>. Quando chegaram às portas do edifício da Câmara Municipal, em frente ao Jardim da República, a Guarda Nacional Republicana recebeu os agricultores a tiro, registando-se doze mortos e vinte feridos. Dias depois, em Agosto, o diário *Liberdade* confirmava que as ruas de Lisboa estavam a ser guardadas por civis, a quem chamava revolucionários, ou amiudamente “formiga branca” que haviam recebido o aval de Afonso Costa, no período do segundo governo de José Ribeiro e Castro, desde Junho até Novembro de 1915, e que estava encarregados de «(...) manter a anarchia em que vivemos...(...) Esses “agentes da desordem” exhibem-se de vez em quando e periodicamente transformam as salas e corredores do Paço em campos de batalha, que terminam invariavelmente com vivas ao snr. Affonso Costa...»<sup>382</sup>.

Até ao fim de 1915 e, em boa verdade, até ao fim do segundo subperíodo, os distúrbios estiveram presentes, tanto nas ruas como nas páginas da imprensa católica, ainda que nestas o intervalo fosse maior. A partida dos primeiros contingentes militares do CEP para a Flandres, em Janeiro de 1917, foi assombrada por uma nova vaga de tumultos e protestos populares, contra o elevado preço do pão e de outros bens alimentares. Atento a essa realidade, a ofensiva operária<sup>383</sup> ganhou forças com os protestos dos trabalhadores indiferenciados, que assaltavam armazéns e outras lojas de víveres. Num editorial cortado pela censura prévia, a *Liberdade*, por intermédio do seu

---

<sup>380</sup> *A nossa attitude*, in *Liberdade*, 27 de Janeiro de 1915, ano II, n.º 193, p. 1.

<sup>381</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 608.

<sup>382</sup> *O Paço da Democracia*, in *Liberdade*, 4 de Agosto de 1915, ano II, n.º 346, p. 1.

<sup>383</sup> Cf. PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 421-440.

colaborador, M. S., assumia: «a desorientação é geral; a anarchia absoluta. Vae das cidades ás aldeias de todo o paiz. (...) Os roubos das igrejas estão-se repetindo com feroz frequencia... os assaltos ás estações dos caminhos de ferro, saqueando todos os géneros de consumo (...) ficaram impunes»<sup>384</sup>. O autor do editorial, M. S., assegurava que, perante este descalabro, o Governo não tomava medidas, e o caos que sucedera no ano anterior iria repetir-se.

Semanas mais tarde, a *Liberdade* focou o problema da ordem pública, em editorial, para retomar a ideia que a crise política tinha raízes mais profundas e encontravam-se na «(...) anarchia intellectual, moral e social que arruina esta Pátria... (...) Toda a questão está em procurar uma força capaz de combater efficazmente essa anarchia e que seja o primeiro elemento de reconstrução nacional...»<sup>385</sup>. Para o articulista, P. T., a obra mais importante a ser realizada não era tanto a reforma política, mas sobretudo a reforma moral e social. O tema da ordem pública repetia-se em vários editoriais de diversos periódicos, ao longo do tempo. Com efeito, um outro título católico, *A Ordem*, argumentava que a ordem pública estava comprometida. Nemo, o autor do editorial, sem apontar quaisquer nomes, acusava os que «(...) arrancaram as crenças ao povo, principalmente nos grandes centros, ou fizeram a apologia das violencias como arma politica, realisaram terrivel sementeira, anarchisaram as multidões...»<sup>386</sup>. Nemo reclamava a necessidade de se restabelecer a ordem nas ruas, e criticava os que renegam a Cristo, e que promoviam a construção de estruturas sociais sem os suportes necessários. Ou seja, considerava-se que uma das causas dos recentes tumultos em Lisboa, que rapidamente se espalharam para outras localidades do país, era o afastamento dos homens de Deus. Em verdade, tal abordagem era comum, não apenas nos editoriais d' *A Ordem*, mas na generalidade da imprensa católica. Uma outra explicação desses tumultos encontrava-se no recrudescimento das lutas entre os sectores produtivos, as massas trabalhadoras, já em plena Grande Guerra.

Por essa altura, a União Operária Nacional, criada em 1914, revitalizava-se. Os tumultos que estalavam em vários pontos de Portugal demonstravam que as greves pacíficas não tinham viabilidade nem consequências. Assim, o caminho a seguir era outro: «(...) a greve geral contra a carestia de vida foi o movimento mais alargado levado a cabo pela central sindical, e possivelmente o momento de maior agitação social

---

<sup>384</sup> *A questão das subsistências*, in *Liberdade*, 17 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 780, p. 1.

<sup>385</sup> P. T., *O Problema da Ordem Publica*, in *Liberdade*, 13 de Fevereiro de 1917, ano IV, n.º 802, p. 1.

<sup>386</sup> Nemo, *Ordem publica*, in *A Ordem*, 22 de Maio de 1917, ano II, n.º 391, p. 1.

a que a Primeira República Portuguesa assistiu»<sup>387</sup>. No final de 1917, antes da acção militar de Sidónio Pais, a luta entre classes e o sindicalismo operário ameaçava a própria continuidade da República.

No início de Março de 1918, numa altura em que Sidónio já governava, depois do golpe de estado de Dezembro passado, *A Ordem* retomava o tema da ordem pública, consagrando-lhe mais um editorial. Este diário da capital asseverava que, até então, a prestação política de Sidónio merecia um voto de confiança. Mas alertava-o para o perigo que podiam vir dos seus inimigos que não estariam satisfeitos com o modo como a política nacional vinha sendo realizada. Assim, Nemo solicitava a Sidónio que implementasse medidas que evitassem que «(...) a nossa nacionalidade se afunde na lama sanguinolenta da revolução social, em que a mascarada sinistra dos *soviets* á russa venha dar o pretexto a uma intervenção estrangeira»<sup>388</sup>. O mesmo autor retomaria o assunto em Outubro, para novamente chamar a atenção para o que se passava no país.

O momento histórico convidava à reflexão, com a guerra a chegar ao fim. Porém, em Portugal, o discurso era outro: «(...) conspira-se a cada canto, fanatizam-se sicarios em sociedades revolucionarias, circula dinheiro a rodo, organisam-se listas de victimas designadas ao punhal e á bala dos assassinos, fabricam-se e distribuem-se bombas, não se recua diante de nenhum crime para a reconquista do poder»<sup>389</sup>. No dia seguinte, num novo editorial, o mesmo autor reiterava as acusações apresentadas. Confirmava que havia grupos que vinham recrutando indivíduos para provocarem a desordem nas ruas, ao mesmo tempo que garantia que a sociedade portuguesa precisava de paz. Claro que Nemo não excluía a possibilidade de o Governo intervir com acções repressivas sobre esses manifestantes, e até apoiava qualquer medida tomada. Ainda assim, Nemo demonstrava um maior pendor para apoiar uma acção preventiva, sendo que, nesse caso, defendia que o papel da imprensa era relevante. Como era hábito nos editoriais assinados por Nemo, a palavra final era de esperança num dia melhor, com ordem nas ruas que assentaria na ordem moral das consciências «(...) que só a Religião assegura...»<sup>390</sup>. Com efeito, de uma forma geral, a imprensa católica assegurava que o mal-estar social então vivido, que permitia tumultos, assaltos, e assassinatos, era provocado pela ausência de uma educação cristã. Por isso, o projecto de recristianizar a sociedade portuguesa nunca deixou de estar presente em cada editorial dedicado às

---

<sup>387</sup> PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 423.

<sup>388</sup> Nemo, *Ordem publica*, in *A Ordem*, 5 de Março de 1918, ano III, n.º 617, p. 1.

<sup>389</sup> Nemo, *Ordem publica*, in *A Ordem*, 12 de Outubro de 1918, ano III, n.º 812, p. 1.

<sup>390</sup> Nemo, *Ordem publica*, in *A Ordem*, 13 de Outubro de 1918, ano III, n.º 813, p. 1.

questões sociais. O *Echos do Minho* já o tinha afirmado em 22 de Maio de 1914. No editorial desse dia, o diário bracarense apresentava dois caminhos possíveis nesse processo: «(...) ou educamos catholicamente o povo portuguez, ou acceitamos a deschristianização em todas as suas consequencias»<sup>391</sup>. Perante tal realidade, o periódico asseverava que, seguindo o caminho do erro, os portugueses iriam, mais tarde, ver derrubada em seu redor a sociedade, cujos alicerces já não tinham a acção de Deus. Para a imprensa católica, tal caminho apenas levaria à desordem total.

### **6.6.2. A atenção da imprensa católica ao campo económico**

O problema económico que Portugal conhecia era grave, e tinha sérias implicações sociais. Em verdade, a falta de subsistências poderia gerar, como gerou, muitas vezes, assaltos, tumultos, e violência urbana, quase sempre entre a população faminta e as autoridades que não reagiam bem a protestos, e que tinham o dedo demasiado próximo do gatilho. Em Março de 1918, a *Liberdade* assumia, em editorial, que «(...) a questão economica é hoje uma questão de fome, para se concluir, sem receio de errar, que o seu agravamento será um empurrão fatal para uma anarchia sangrenta...»<sup>392</sup>. O periódico aconselhava os governantes e os leitores a não ignorarem a importância que a questão económica possuía. Ao mesmo tempo, asseverava que a política de fomento da agricultura nacional não era exequível. Assim, a *Liberdade* reiterava a necessidade da criação de um ministério das subsistências e dos transportes, de forma a articular a produção de bens com a sua rápida e eficiente distribuição. Por outro lado, o periódico assumia que era indispensável fazer uma gestão dos excedentes que existiam em diversos distritos, fazer a sua distribuição pelos distritos onde tais produtos faltariam, restringir as importações, e adquirir os bens em falta às colónias ou ao estrangeiro. Tal gestão impediria casos como aquele que o jornal apresentava: «(...) ao passo que em alguns concelhos do ditricto de Braga ha excedente do milho, ha ainda milho da colheita de 1916, em outros, como na capital, ha carência absoluta d' aquelle cereal. (...) e em alguns concelhos [do Porto] a fome espreita á porta de muitos infelizes, suggestionado de revoltas e crimes»<sup>393</sup>. O conceito de equidade na distribuição dos bens seria, pois, uma forma de travar essas desigualdades.

---

<sup>391</sup> *Mais outro assassinato*, in *Echos do Minho*, 22 de Maio de 1914, ano IV, n.º 378, p. 1.

<sup>392</sup> *O problema economico*, in *Liberdade*, 15 de Março de 1918, ano V, n.º 1128, p. 1.

<sup>393</sup> *Idem, ibidem*.

Uma das acusações que era recorrente, na apresentação da questão económica nacional, era a acção dos açambarcadores que guardavam os géneros alimentares nos armazéns, esperando introduzi-los no mercado, numa altura em que o seu preço estivesse mais inflacionado. De resto, o assunto não era novo, nem tão-pouco as acusações dirigidas ao Governo, às câmaras municipais e aos governos-civis de não actuarem em conformidade com as suas responsabilidades políticas, e de não restringirem ou sequer proibirem os movimentos desses açambarcadores. Perante essa realidade, era notório que a questão económica englobava aspectos que pertenceriam, grosso modo, ao campo social. Contudo, haveria elementos cuja base era, nitidamente, económica, como sucedia, por exemplo, com a questão das subsistências. Esta questão também estava intimamente ligada à questão da fome e da miséria do povo.

Com efeito, a questão das subsistências foi apresentada, em editorial, no fim de Dezembro de 1916, por A. S. [Amândio Silva], um colaborador da *Liberdade*. Num texto muito cortado pela censura, o autor referia que as populações de várias regiões do norte de Portugal «(...) tem-se lançado no caminho da violencia, assaltando as estações dos caminhos de ferro, arrebatando na praça e nos caminhos publicos mercadorias destinadas aos diversos centros consumidores, a simples pretexto de que este commercio lhes encarece a vida...»<sup>394</sup>. Já em Janeiro de 1918, a questão das subsistências retomava a primazia dos editoriais. Em artigo assinado por P. T., era confirmado que a comissão de subsistências vinha promovendo a obtenção de milho para «(...) fornecer ao pobre, por um preço razoavel, o pão de cada dia, sagrado como o trabalho, e a que todos tem direito»<sup>395</sup>. Naquele tempo, apesar das dificuldades originadas numa Europa em guerra, estava em voga o “pão político”. Os sucessivos governos republicanos não pareciam abdicar desse princípio, e «(...) continuaram também a importar trigo, para o venderem em Lisboa e Porto a um preço inferior à compra. (...) As receitas do Estado, porém, diminuíram: a preços de 1914, de 62 mil contos em 1917-1918 para 39 mil em 1919-1920»<sup>396</sup>.

Em verdade, acções como o “pão político”, em tempo de guerra, prejudicaram a economia nacional. O esforço que Portugal foi obrigado a efectuar, desde que entrara em guerra com a Alemanha, em Março de 1916, agravou o problema económico do país

---

<sup>394</sup> A. S., *Vida Economica: a questão das subsistencias*, in *Liberdade*, 28 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 765, p. 1.

<sup>395</sup> P. T., *A questão das subsistências*, in *Liberdade*, 26 de Janeiro de 1918, ano V, n.º 1089, p. 1.

<sup>396</sup> RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal...*p. 613.

que era grande e sobejamente conhecido. Por isso, as críticas da *Liberdade*, em Setembro desse ano, eram entendidas como sendo normal. O periódico do Porto confirmava que o Governo mantinha o país na incerteza, com as suas más acções económicas. Num desses exemplos, a *Liberdade* entendia que o Governo «(...) deveria ter dado uma mão leal á exportação do wolframio, defender os interesses portuguezes na sua sahida do paiz...»<sup>397</sup>. No final desse ano, em Dezembro, a *Liberdade* analisou a questão da crise dos transportes, integrando-os na questão económica. Num editorial cortado pela censura, o autor, M. S., apresentava um quadro negro sobre a situação económica de Portugal, confirmando que «(...) continua a affirmar-se a \_\_\_\_\_ [em branco] economia, É de facil intuição o prejuizo que ella póde causar ao paiz n' estes tempos de guerra»<sup>398</sup>.

No ano seguinte, o mesmo M. S. analisava uma outra vertente da vida económica do país: a questão da iluminação. Apesar de considerar que a iluminação era um progresso a que Portugal não poderia voltar as costas, aquele colaborador da *Liberdade* rejeitava o recente decreto apresentado pelo governo da União Sagrada, de António José de Almeida. Assim, M. S. condenava «(...) as correcções aos abusos da illuminação, ao desperdicio, ao malbaratar do que forma as nossas necessidades restrictas. Condemnamos o abuso da illuminação, como condemnamos o luxo»<sup>399</sup>. A preocupação do diário sobre a questão económica nacional era evidente. Em Março de 1917, a análise da vida económica de Portugal continuou a marcar a agenda da *Liberdade*. O tema era a viticultura. Portugal era um país de grande tradição vinícola, mas a exportação dos vinhos produzidos era menor do que a própria produção. Tal facto era apresentado por Amândio Silva. Este articulista confirmava que, ao contrário de produtos como o carvão, o arroz, ou o trigo, o vinho era um dos produtos que sobrava em demasia no país, assim como a cortiça ou a lã. Perante esta realidade, Amândio Silva confirmava não haver dúvidas que esta era uma «(...) situação *insolúvel*»<sup>400</sup> que precisava de uma solução urgente, por parte dos governantes que acusava de serem indiferentes a esse problema. Para resolver estes e outros problemas os diversos governos da República, entre 1914 e 1918, engendraram diferentes medidas, sobretudo

---

<sup>397</sup> M. S., *Vida Economica: por mãos alheias*, in *Liberdade*, 5 de Setembro de 1916, ano III, n.º 672, p. 1.

<sup>398</sup> M. S., *Vida Económica: a crise dos transportes*, in *Liberdade*, 13 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 753, p. 1.

<sup>399</sup> M. S., *Vida Economica: mais um decreto desastroso*, in *Liberdade*, 6 de Janeiro de 1917, ano III, n.º 772, p. 1.

<sup>400</sup> Amândio Silva, *Vida Economica: o descalabro na viticultura – I*, in *Liberdade*, 1 de Março de 1917, ano IV, n.º 816, p. 1.

de acção intervencionista do Estado, e que resultava, com maior visibilidade, na tabelação de preços. Claro que, sem surpresa, «(...) as dificuldades surgiam quando o Governo se mostrava incapaz de garantir o abastecimento regular de mercadorias e de pôr cobro à especulação e ao açambarcamento»<sup>401</sup>. Sidónio Pais avançou com algumas alterações no sistema, liberalizando a circulação e a comercialização dos bens de consumo, reduzindo, mas não totalmente, a intervenção directa e controladora do Estado sobre os bens e sobre os preços, aumentando o poder das autoridades locais. Claro que, mais tarde, com uma maior intervenção do Estado na política económica, o próprio Estado ganhou um novo espaço, sendo capaz de «(...) proteger os mercados e de manter baixos os preços dos factores de produção»<sup>402</sup>. Apesar das vicissitudes trazidas pela guerra o problema económico que Portugal não melhorou significativamente.

### **Concluindo**

O subperíodo entre 1914 e 1918 ficou marcado, globalmente, pela Grande Guerra. Ainda que Portugal só tenha entrado no conflito armado, em espaço europeu, em 1917, as tropas do Corpo Expedicionário Português já vinham travando combates nas colónias africanas de Angola e de Moçambique, contra os alemães, desde as últimas semanas de 1914. Com efeito, a guerra marcou o ritmo da Primeira República, e tal ficou evidenciado ao longo deste ciclo temporal em vários aspectos. A partir da pesquisa interna da imprensa católica seleccionada, e dos seus editoriais, ficou patente a forma como os jornais católicos processaram e apresentaram a história da Primeira República. Seguindo o esquema do capítulo anterior, apresentámos aí quatro grandes linhas de análise. Assim, em termos políticos a imprensa católica apresentou a acção da República durante o conflito armado, com destaque para a “República Nova”, de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918, e para a divisão estabelecida no país entre intervencionistas e não-intervencionistas. Em termos religiosos, foram realçadas as relações de conflito de aproximação entre Governo e Igreja Católica, com especial atenção para as propostas de revisão da Lei da Separação, numa altura em que alguns católicos mais empenhados lançavam o Centro Católico Português, como expoente da sua organização. Finalmente, em termos sociais e económicos ficou expressa a realidade do país nessas duas esferas, de uma forma naturalmente concisa.

---

<sup>401</sup> PIRES, Ana Paula – A economia de guerra: a frente interna. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 332.

<sup>402</sup> Idem, pp. 338-339.



## Capítulo 7.

### A imprensa católica e a evolução do país: do fim da guerra (1919) ao Concílio Plenário Português (1926)

«(...) Deve, porem, o catolico pensar que, depositando o seu obulo na igreja, para a imprensa, não dá uma esmola: paga uma contribuição de guerra. A verdade catolica é atacada na imprensa; pela imprensa ha de ser defendida».  
*Diario do Minho*<sup>1</sup>

#### 7.1. Os jornais *A Ordem* (Porto), *Diario do Minho*, *A Época*, *A União*, *Novidades*

Mantendo a lógica norte-sul, anteriormente iniciada, neste terceiro subperíodo analisámos sete títulos diferentes da imprensa católica. A norte, seleccionámos os periódicos *Liberdade* (Porto, 1914-1919), e *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação). Já a sul, seleccionámos os jornais *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919), *A Época* (Lisboa, 1919-1927), *A União* (Lisboa, 1920-1938), e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Deste conjunto de títulos constatamos que apenas dois são continuidades: *Liberdade* (Porto) e *A Ordem* (Lisboa), sendo que os outros cinco títulos serão estudados pela primeira vez neste terceiro subperíodo. Nesse sentido, nos próximos parágrafos, iremos apresentar os títulos novos seleccionados, apresentando diferentes elementos relativos às suas estruturas internas, como sejam os aspectos essenciais relacionados com a direcção, com a administração, e com a redacção de cada um deles. Posteriormente, iremos promover a apresentação dos dois títulos que retomamos neste terceiro subperíodo.



Figura n.º 15: Pormenor do primeiro número d' *A Ordem* (Porto)  
(3 de Maio de 1913, ano I, n.º 1)

<sup>1</sup> *Imprensa católica*, in *Diario do Minho*, 26 de Junho de 1920, ano II, n.º 367, p. 1.

O jornal *A Ordem* nasceu na cidade do Porto, em 3 de Maio de 1913 (ano I, n.º 1), e mantém publicação (no momento de escrita, no segundo trimestre de 2011), sendo que o último publicado em 1926, de acordo com o objectivo do presente estudo, data de 18 de Dezembro (ano XIV, n.º 707). Apresentou-se ao público como semanário, e essa informação estava patente em subtítulo desde o seu primeiro número: «PUBLICA-SE AOS SABBADOS». Mais tarde, adoptou um outro subtítulo mais consentâneo com a sua postura religiosa, apresentando-se como «Semnario Catolico». Ao longo da sua duração, foram muitas as personalidades que ocuparam os diferentes lugares d' *A Ordem*. De acordo com o método o que temos vindo a seguir, iremos fazer referência apenas aos primeiros nomes que aí permaneceram. Assim, o primeiro director foi João Roberto Pereira Maciel. A função de editor foi assumida primeiramente por M. Ribeiro Maia, e o cargo de administrador foi ocupado por Leonardo Pedro de Castro. A propriedade era da «Empresa de *A Ordem*». A Rua de Santa Catarina, 630, concentrou, nos primeiros anos, os escritórios da administração e da redacção. Nessa mesma rua, nas entre os números 626 e 630, funcionavam as oficinas de composição e impressão do jornal, então impresso na Tipografia Económica, também na cidade do Porto.

A análise que realizámos ao jornal *A Ordem* foram muito específicas. Isto é, este semanário serviu-nos como um “jornal de ligação” realizado neste terceiro subperíodo, relativamente à existência de outros dois diários: *Liberdade*, do Porto, que terminou em 12 de Fevereiro de 1919 (ano VI, n.º 1407), e *Diario do Minho*, de Braga, que iniciou a sua publicação apenas em 15 de Abril de 1919 (ano I, n.º 1). A pesquisa foi efectuada nas existências saídas entre o dia 22 de Fevereiro (ano VI, n.º 301) e 12 de Abril de 1919 (ano VI, n.º 308). Mais à frente, retomámos a análise ao jornal *A Ordem*, entre 4 de Agosto de 1923 (ano XI, n.º 531) e 9 de Fevereiro de 1924 (ano XI, n.º 558), uma vez que o *Diario do Minho* não se publicou entre 1 de Agosto de 1923 e 15 de Fevereiro de 1924.

Apesar de o espaço temporal ser curto, pudemos confirmar que o primeiro folhetim apresentado pel' *A Ordem* foi: «O Cavalleiro do Cysne (Lohengrin): chronica das margens do Rheno», não sendo referido o nome do seu autor. Contudo, podemos asseverar que esta obra tem como motivo as Crónicas de Cavalaria do Rei Artur e dos Cavaleiros da Távola Redonda, narrativa do período medieval, de origem anglo-saxónica. Registámos, igualmente, algumas secções que preencheram as páginas d' *A Ordem* nessa altura. Ainda que sejam poucas – facto justificado pelo período curto de análise realizado – a presença de diversas secções demonstra que *A Ordem* apostava

nesta diversificação que, como verificado nos outros periódicos então a circular, serviria para manter vivo o interesse dos seus leitores e assinantes, ao mesmo tempo que poderia instigar outros a lê-lo.

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Instrução religiosa</i>	Doutrina religiosa	Não
<i>Secção Religiosa</i>	Informações diárias sobre horário das missas em Lisboa e dias santificados	Não
<i>Echos dos acontecimentos</i>	Notícias variadas de diferentes temas	Não
<i>Notas políticas</i>	Política	Não
<i>Fallecimentos</i>	Obituário	Não
<i>Nota Alegre</i>	Poesia	Max
<i>Na liça até morrer</i>	Jornalismo (boa e má imprensas)	P. B.
<i>Por esse mundo fóra</i>	Notícias internacionais	Não
<i>Impressões da semana</i>	Análise de temas decorridos na semana anterior	Silvio
<i>Carta de Lisboa</i>	Informações diversas da capital	Correspondente
<i>Sobre a bigorna...</i>	Diálogos com intuítos moralizadores dos costumes e das acções escritas com humor	P. B.

**Quadro n.º 13: Diferentes secções do jornal *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação)**

Ao nível dos pontos de venda e de cobrança, *A Ordem* era vendida em vários pontos da cidade do Porto, e em outras cidades do norte do país. Assim, no Porto, *A Ordem* era comercializada nos seguintes locais: Anjo; Cadeia; Batalha; Biblioteca; Café Suisso; Carlos Alberto; Carmo; Campo 24 de Agosto; Clérigos; Hospital; Quiosques da Trindade; Padrão; Passos Manoel; Praça de D. Pedro; Ponte; São Bento; Santo Ildefonso; e São Lázaro. Já em termos de tabacarias, o jornal *A Ordem* era vendido nos seguintes espaços: Praça de S. Pedro, n.º 129; Rua do Bonjardim, n.ºs 8; 64-A; 353; Rua de Cedofeita, n.ºs 256; 501; 519; 576; Rua Chã, n.º 24; Rua da Fábrica, n.º 5; Rua Fernandes Tomás, n.º 429; Rua Formosa, 290-A; Rua Mousinho da Silveira, n.º 114; Rua Sá da Bandeira, n.ºs 260; 273; e Rua de S. Lázaro, n.º 335. Fora da cidade do Porto, *A Ordem* poderia ser adquirida em Braga: Quiosque Central e Quiosque Gonçalves; em Ermesinde: Quiosque da Estação; em Guimarães: Quiosque do Toural; em Rio Tinto: Sede da Juventude Católica; e em Viana do Castelo: Praça da Rainha.

O jornal *A Ordem* também utilizava o serviço postal nacional para a sua distribuição. Dessa forma, o jornal poderia atingir localidades mais afastadas da cidade do Porto e de outras cidades e vilas do litoral e do interior do país, onde não existiam agentes que pudessem assegurar a venda do periódico e a angariação de publicidade. Os

nomes das localidades, que conseguimos apontar na recolha efectuada, foram registados com a denominação e ortografia actuais<sup>2</sup>.



**Figura n.º 16: Pormenor do primeiro número do *Diário do Minho* (15 de Abril de 1919, ano I, n.º 1)**

O jornal *Diário do Minho* nasceu na cidade de Braga, em 15 de Abril de 1919 (ano I, n.º 1), e mantém publicação (no momento de escrita, no segundo trimestre de 2011), sendo que o último publicado em 1926, de acordo com o objectivo do presente estudo, data de 30 de Dezembro (ano VIII, n.º 2152). O jornal apresentou-se como diário, não se publicando, contudo, à segunda-feira, com base no decreto sobre a lei do descanso semanal (Agosto de 1907). Inicialmente, o *Diário do Minho* não apresentava qualquer subtítulo. Apenas em 5 de Abril de 1921 (ano II, n.º 602) surgiu o subtítulo: «Propriedade da Empresa “Minho Grafico”». Foram igualmente muitas as personalidades que fizeram parte da história do *Diário do Minho*. Seguindo a metodologia que temos vindo a adoptar, verificamos que o primeiro director deste periódico foi Joaquim António Pereira Villela, que também acumulava a função de proprietário. Já José R. P. Villela assumia as funções de editor e de secretário da redacção. O jornal concentrava a redacção, a administração, e as oficinas tipográficas nas mesmas instalações sitas na Rua dos Mártires da República, Braga, primeiramente no n.º 91, mas variando de numeração de porta ao longo do tempo. O primeiro endereço telegráfico do *Diário do Minho* era: «Echos – Braga», mas mais tarde foi alterado para o endereço: «Diário – Braga», e desde o início utilizava o telefone, que tinha o n.º 33.

---

<sup>2</sup> O jornal *A Ordem* chegava, pelo menos, a estas localidades: Alcaravela; Aldreu; Algarve; Amorim; Argivai; Barroselas; Cabeceiras de Basto; Castelo Branco; Covilhã; Crestuma; Darque; Esposende; Estarreja; Forjães; Fragoso; Gondomar; Lagoa; Maia; Mazaferes; Mozelos; Negrelos; Oleiros; Oliveira de Frades; Pardilhó; Penafiel; Póvoa de Varzim; Santa Maria da Feira; S. Nicolau; S. Romão de Neiva; São Martinho do Campo; Sequeiró; Sardoal; Valbom; Valongo; Vermoim; e Vila Nova de Gaia.

Ao longo da análise que realizámos ao *Diario do Minho* (Abril de 1919 a Dezembro de 1926) verificámos que também este periódico fez um grande uso das secções, de forma a satisfazer os seus assinantes e leitores com notícias e temáticas diversificadas. Dentro destas havia um natural realce para o folhetim. O primeiro folhetim a ser publicado pelo *Diario do Minho* chamava-se «Justa e Rufina», da autoria do escritor espanhol Muñoz Y Pabón (1866-1920), numa tradução portuguesa. As outras secções eram as seguintes:

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Literatura</i>	Literatura	Não
<i>Anamnesia</i>	Apontamentos sobre vários temas	Ad.
<i>Conferencia da Paz</i>	Pequenas notícias (breves) sobre a Grande Guerra	Não
<i>Chronica de Braga</i>	Notícias de Braga	Não
<i>Carteira</i>	Sociedade bracarense (partidas e chegadas)	Não
<i>Passamentos</i>	Obituário	Não
<i>Pela Imprensa</i>	Breves de vários jornais nacionais	Não
<i>Acta Diurna</i>	Comentários sobre vários acontecimentos em Portugal e no estrangeiro	Não
<i>Radio, Telegrapho, Telephone</i>	Breves de Portugal e do estrangeiro	Não
<i>Diario de Lisboa</i>	Breves de Lisboa	Não
<i>Situação em Hespanha</i>	Notícias de Espanha	Não
<i>Diario religioso</i>	Informações diárias sobre horário das missas e das catequeses, de festas e devoções em Braga)	Não
<i>Provincia Minhota</i>	Informações diversas do Minho	Não
<i>Resenha Internacional</i>	Notícias de jornais estrangeiros	Não
<i>Agricultura</i>	Agricultura	Não
<i>Á janella da vida</i>	Análise de diferentes assuntos nacionais e estrangeiros	João de Vermoim
<i>Notas da imprensa</i>	Breves sobre temas variados	Não
<i>Noticias rapidas</i>	Breves de várias partes do País	Não
<i>Carta de Lisboa</i>	Análise de temas religiosos, sociais e políticos de Lisboa	Hamilton Serrano
<i>Por esse mundo</i>	Apontamentos noticiosos de vários temas internacionais	Não
<i>Acção Catolica (diocesana)</i>	Acção Católica e Arquidiocese de Braga	Não
<i>Informações da madrugada</i>	Breves sobre vários temas de Lisboa e do estrangeiro	Não
<i>Cartas de longe</i>	Cartas dirigidas a uma certa «Maria» com informações sobre bons costumes religiosos (doutrinal)	Teresa de Jesus
<i>Pão-Nosso</i>	Análise de vários assuntos nacionais emergentes	Vicente Braga
<i>Cartas de Lisboa</i>	Notícias de Lisboa	B. S.
<i>Cartas da Bélgica</i>	Notícias e apontamentos da Bélgica	Artur Bivar
<i>Cosmorama</i>	Análise de diferentes temas actuais	Não
<i>Banco do Minho</i>	Bolsa e Câmbios	Não
<i>Bolsa do Porto</i>	Bolsa e Câmbios	Não

<i>Ao Domingo</i>	Informações variadas	Augusto Forjaz
<i>Chronica de Lisboa</i>	Notícias e apontamentos de Lisboa	A. B.
<i>Velharias</i>	Efemérides	Não
<i>Vida Nova</i>	Informações variadas	Artur Bivar
<i>O que diz a Imprensa</i>	Análise de notícias de vários jornais nacionais e estrangeiros	Não
<i>Contos do Diario</i>	Literatura	Assinam várias pessoas
<i>Ultimas noticias do mundo inteiro</i>	Informações variadas de várias partes do mundo	Não
<i>Os que morrem</i>	Obituário	Não
<i>Ultima hora</i>	Breves de várias partes com informações recebidas por telégrafo	Não
<i>Telegramas do paiz</i>	Breves de várias partes do País	Não
<i>Atravez do Minho</i>	Breves de várias partes do Minho	Não
<i>Notas que eu tomo</i>	Poesia	Não
<i>Nota alegre</i>	Anedotas	Não
<i>Nas horas vagas</i>	Poesia	Não
<i>Crónica científica</i>	Ciência	Zacuto Junior
<i>À quinta-feira</i>	Literatura dedicada às mulheres e crianças	A. de F.
<i>Por esse mundo: revista da imprensa estrangeira</i>	Análise da imprensa estrangeira	Não
<i>Desportos</i>	Desporto	Bute
<i>Rimas e miras</i>	Poesia	Não
<i>Ultimas Noticias</i>	Breves de Portugal e do estrangeiro	Não
<i>Teatro Circo</i>	Teatro e Circo	Não
<i>Charivariades</i>	Variedades	Grifo
<i>Interesses do Minho</i>	Análise de vários temas do Minho	Não
<i>Os nossos Contos</i>	Literatura	Não
<i>Notas ligeiras</i>	Apontamentos noticiosos diversos	Não
<i>A nossa lingua: notas dum curioso</i>	Gramática	Frey Gil da Soledade
<i>Ecos do Porto</i>	Notícias do Porto	Não
<i>Ao correr da Pena</i>	Análise e comentários de vários temas	Não
<i>Falam os jornaes</i>	Análise da imprensa nacional e estrangeira	Não
<i>Centro Catholico</i>	Centro Católico Português	Constantino Coelho
<i>Conto do domingo</i>	Literatura	Não
<i>Do meu cantinho</i>	Análise de diversos temas	Não
<i>Vida Internacional: impressões</i>	Análise de pequenas notícias do mundo	Não
<i>À Ultima hora</i>	Breves com informações variadas	Não
<i>De Piquete</i>	Doutrina da Igreja Católica (diálogos e informações)	A. V. / J.A.M.
<i>Ecos...sem comentario</i>	Apresentação de breves sobre vários temas	X.
<i>Vida Catolica: o dia liturgico</i>	Informações diárias sobre horário das missas e das catequeses, de festas e de devoções em Braga	Não
<i>Sociedade</i>	Sociedade bracarense (partidas e chegadas)	Não
<i>Sal Moido</i>	Anedotas	Não
<i>Pela Politica</i>	Política nacional	Não
<i>Braga ha 30 anos</i>	Efemérides (relatos de Braga antiga)	Não

<i>Braga dia a dia</i>	Efemérides	Não
<i>Rumores do Mundo</i>	Notícias variadas	Não
<i>Notas</i>	Análise da actualidade política	H.
<i>Variedades</i>	Espectáculos	Não
<i>Tribuna Livre</i>	Análise de diferentes assuntos	Assinam várias pessoas
<i>Pelo Sport</i>	Desporto	Não
<i>O Meu Diario</i>	Apontamentos diversos	A. de Sotto Mayor

**Quadro n.º 14: Diferentes secções do jornal *Diario do Minho* (1919-mantém publicação)**

Os pontos de venda e de cobrança do *Diario do Minho* foram diversificados e alargaram-se ao território nacional, nomeadamente através do serviço postal. Desde logo, em Braga, o jornal era vendido nos quiosques existentes na cidade, como eram os Quiosque Central (na Avenida Central), o quiosque de Inácio Prata (frente da Arcada da Lapa) e os outros quiosques da Praça da República, assim como em outras casas comerciais. Em diversas ocasiões, o *Diario do Minho* inseria uma pequena nota nas suas páginas dando conta que se vendia em todas as cidades e vilas de Portugal, podendo aí chegar de duas formas: ou através de agentes que pudessem garantir a venda do periódico e também a aquisição de publicidade, ou através da assinatura. As informações relativas à presença de agentes em algumas cidades e vilas portuguesas são escassas. No entanto, neste último caso, quando fosse altura de efectuar a cobrança da assinatura do *Diario do Minho*, era inseria uma pequena nota como a seguinte:

«Partiu para Traz-os-Montes, em cobrança, o nosso cobrador sr. Joaquim de Lima. Rogamos aos nosso presados assignantes que, reconhecendo-o como nosso cobrador, lhe satisfaçam a importancia de suas assignaturas em debito, o que muito agradecemos»<sup>3</sup>.

A utilização do serviço postal nacional, para a distribuição do jornal, permitia ao *Diario do Minho* ser assinado e lido em locais mais afastados dos centros de concentração populacional, como acontecia nas seguintes localidades que escassamente conseguimos apurar, e cujos nomes foram inseridos com a denominação e ortografia actuais<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> *Expediente*, in *Diario do Minho*, 13 de Maio de 1920, ano II, n.º 330, p. 1.

<sup>4</sup> Para além de estar presente em todas as cidades e vilas nacionais, O *Diario do Minho* atingia, pelo menos as seguintes localidades: Boticas; Bragança; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Chaves; Mirandela; Mondim de Basto; Montalegre; Murça; Peso da Régua; Ribeira de Pena; Sabrosa; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; Vila Real; e Vinhais.



**Figura n.º 17: Pormenor do primeiro número d' *A Época*  
(25 de Março de 1919, ano I, n.º 1)**

O jornal *A Época* nasceu na cidade de Lisboa em 25 de Março de 1919 (ano I, n.º 1), e publicou o seu último número em 26 de Janeiro de 1927 (ano VIII, n.º 2678), sendo que o último publicado em 1926, de acordo com o objectivo do presente estudo, data de 31 de Dezembro (ano VIII, n.º 2652)<sup>5</sup>. *A Época* apresentou-se ao público como diário, não usufruindo da interrupção semanal para descanso (domingo) como era norma e fora legislado ainda no tempo da Monarquia Constitucional. Assim, publicava-se sete dias por semana.

Este jornal lisboeta não apresentou qualquer subtítulo durante os anos em que se publicou, e não conheceu muitas mudanças ao nível dos seus elencos directivo e administrativo. José Fernando de Sousa (Nemo) foi o seu director durante todo o período de edição d' *A Época*. Luiz da Graça Reis assumiu primeiramente as funções de editor do periódico que era propriedade da «Empresa d' *A Época*». Já os escritórios e oficinas situavam-se na Rua da Luta, 30, 2.º, Lisboa, (antiga Rua Duque de Saldanha) sendo que a impressão do jornal se fazia primeiramente na Rua da Atalaia, 134, também naquela cidade. O seu endereço telegráfico era: «*Época. Lisboa*», e o seu telefone era o n.º 3224-0.

---

<sup>5</sup> De acordo com uma nota inserida n' *A Época*, em 26 de Janeiro de 1927 (ano VIII, n.º 2678), Nemo anunciou que o jornal iria terminar. No entanto, de acordo com o cruzamento de algumas informações, há a registar duas notas: a primeira dá conta que *A Época* foi continuada pelo jornal *A Voz* (Lisboa, 1927-1974). Já a segunda nota refere que um novo periódico nasceu, ainda em 3 de Maio de 1925 (ano I, n.º 1), com o nome: *Nova Época*, sendo o seu redactor-principal Pedro Correia Marques, antigo editor d' *A Época*, e dirigido e redigido pelos redactores d' *A Época*, e o seu editor era José Antunes de Figueiredo. Cf. SOUSA, José M. Mota de; VELOSO, Lúcia Mariano (org.) – *Publicações Periódicas Portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1991, pp, 215,376. No entanto, com base nesta referência bibliográfica, a numeração d' *A Época* manteve-se até ao fim do jornal *Nova Época*, juntando-se-lhe a numeração iniciada por este último periódico, terminando, assim, em 27 de Janeiro de 1974, ano LVI, n.º 2742. Porém, no caso específico do nosso trabalho, vamos optar por manter o fim d' *A Época* em 1927, como foi definido por Nemo e asseverada por diferentes autores.

O jornal *A Epoca* disponibilizava aos seus assinantes e leitores uma interessante listagem de diferentes secções. Tais elementos de evasão, com especial referência para o folhetim, serviam para manter o interesse pela publicação por parte dos leitores e assinantes e até potenciar outros. O primeiro folhetim publicado pel’ *A Epoca* foi: «Historia de Sibyla», do escritor e dramaturgo francês Octave Feuillet (1821-1890), numa tradução portuguesa. As restantes secções eram as seguintes:

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Política</i>	Política	Não
<i>Por esse Mundo</i>	Pequenas notícias (breves) sobre o mundo	Não
<i>Revista de Imprensa</i>	Análise da imprensa nacional com pequenos comentários	Não
<i>Ultimas Noticias</i>	Breves com informações variadas	Não
<i>Notas Mundanas (cronicas de ocasião)</i>	Crónicas sobre vários temas	Não
<i>A Epoca para as Senhoras: Modas, Rendas, Bordados, Utilidades</i>	Moda, Costura, Utilidades	Não
<i>Carta de Braga</i>	Notícias de Braga	Não
<i>Pela cidade</i>	Breves sobre Lisboa (e também com indicações meteorológicas)	Não
<i>Sports</i>	Desporto	Não
<i>Jardim da Europa</i>	Diálogos humorísticos sobre a vida quotidiana nacional a vários níveis	João Flores
<i>À sombra da Cruz</i>	Obituário	Não
<i>Ultima Hora</i>	Breves de várias partes com informações recebidas por telégrafo	Não
<i>Notas da Arcada</i>	Notícias variadas	Não
<i>Theatros</i>	Teatro	Não
<i>Provincias de Portugal</i>	Breves sobre várias partes do País	Não
<i>Notas d’ “A Epoca”</i>	Apontamentos sobre vários temas	Não
<i>Pelo Paiz</i>	Breves sobre várias partes do País	Não
<i>Contos d’ “A Epoca”</i>	Literatura	Não
<i>Na Brecha</i>	Notícias e considerações sobre vários assuntos	Não

**Quadro n.º 15: Diferentes secções do jornal *A Epoca* (1919-1927)**

Relativamente aos pontos de venda e de cobrança do jornal *A Epoca*, era comum surgir uma pequena nota nas suas páginas dando conta que o periódico se vendia em todos os quiosques e tabacarias do país. Contudo, nas suas páginas não descortinámos qualquer registo de expediente com informações das estações postais para onde *A Epoca* enviaria os seus recibos, de forma a poderem ser pagos pelos leitores que assim desejassem, tornando-se, assim, assinantes do jornal lisboeta. Ainda assim, publicou-se

regularmente uma pequena nota anunciando que o jornal se encontrava à venda na Figueira da Foz, na Barbearia Palhas, n.º 14, em frente ao Jardim Municipal.



**Figura n.º 18: Pormenor do primeiro número d' *A União*  
(19 de Janeiro de 1920, ano, I, n.º 1)**

O jornal *A União* nasceu em Lisboa no dia 19 de Janeiro de 1920 (ano, I, n.º 1), e publicou o seu último número em Fevereiro/Março/Abril de 1938, (ano XIX, n.º 319), sendo que não encontrámos o registo do último publicado em 1926, de acordo com o objectivo do presente estudo<sup>6</sup>. Esta publicação apresentou-se como semanário, mas alterou a sua periodicidade para mensal a partir de Janeiro de 1924 (ano V, n.º 163). Apresentou um só subtítulo ao longo da sua existência: «Órgão Oficial do Centro Católico Português». Em todo esse período, foram várias as personalidades que assumiram as principais funções no periódico. O seu primeiro director foi António Lino Neto. A edição estava a cargo de António Ferreira Antunes, e a propriedade do título era pertença da Empresa de Obras Sociais. *A União* tinha a sua redacção na Rua Augusta, 220, 1.º D, e a sua administração situava-se no Beco dos Apóstolos, 6, 1.º D. A composição e a impressão eram realizadas nas oficinas da *Ilustração Portuguesa*, sitas na Rua do Século, 43. *A União* fazia uso do telefone, tendo o n.º 1619.

Ao longo da publicação d' *A União*, constatámos que nos primeiros anos a inserção de secções não foi uma prática corrente, nem de qualquer folhetim, sendo este

---

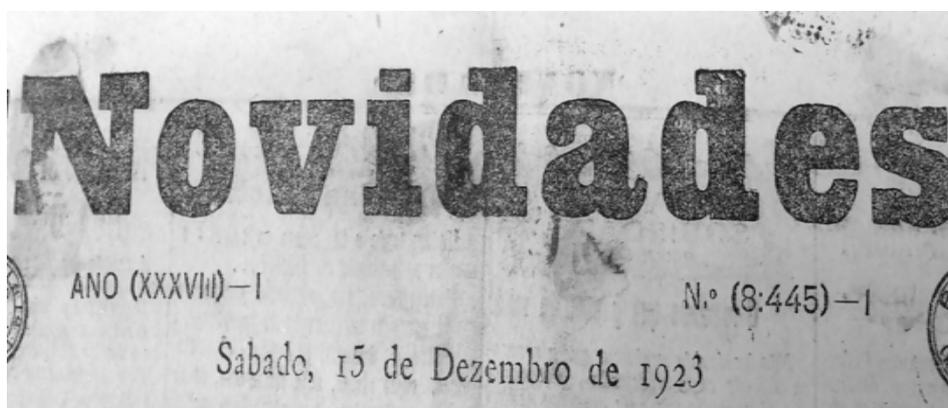
<sup>6</sup> Analisámos parte do jornal *A União* no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, uma vez que a colecção do jornal *A União*, presente no Arquivo da BGUC, está muito incompleta, faltando parte ou totalidade dos anos 1920, 1921, 1923, 1924, 1925 e 1926. Passa, assim, directamente de: 24 de Julho de 1920, ano I, n.º 26 para: 25 de Junho de 1922, ano III, n.º 97. Daí segue para: 7 de Janeiro de 1923, ano III, n.º 123 até: 29 de Novembro de 1923, ano IV, n.º 161. Depois segue para 1928 e daí até ao fim da sua publicação (Fevereiro/Março/Abril de 1938, ano XIX, n.º 319). De qualquer forma, a colecção analisada no CEHR está igualmente incompleta, faltando o n.º 162 (Dezembro de 1923) e do n.º 167 (possivelmente de Maio de 1924) até ao n.º 197, inclusive. Retoma a colecção no n.º 198 de Abril de 1927, quando *A União* já era publicada mensalmente. Com base nestas dificuldades não nos é possível datar com precisão qual o último número de 1926.

inexistente em todo o período de análise. Foi só em 1922, que as secções passaram a fazer parte do esquema do periódico, conforme se indica em seguida.

Nome da secção	Assunto	Assinado
<i>Diversas</i>	Análise de diferentes temas presentes em vários jornais	Não
<i>Semana Religiosa</i>	Informações litúrgicas, sobre o horário das missas, e do correcto uso dos paramentos sacerdotais	Não
<i>Ao correr da Pena</i>	Informações e comentários sobre Política e Sociedade	Não
<i>O Centro Catolico no Parlamento</i>	Política (Parlamento)	Não
<i>A representação dos católicos</i>	Política (Parlamento)	Não
<i>Cronica do Estrangeiro</i>	Notícias do estrangeiro	Não
<i>Noticias da Semana: cá por dentro/lá por fora</i>	Notícias pequenas (breves) sobre o País e o resto do mundo	Não
<i>Historias e Contos</i>	Literatura	Não
<i>O que dizem de nós</i>	Análise das informações publicadas em diversos jornais sobre A União	Não
<i>Carta do Extremo Oriente</i>	Notícias do estrangeiro (Oriente)	Não
<i>Pelo Mundo Catolico</i>	Notícias sobre a Igreja Católica	Não

**Quadro n.º 16: Diferentes secções do jornal *A União* (1920-1938)**

No que se refere aos pontos de venda e de cobrança do jornal *A União*, não conseguimos encontrar tais elementos na recolha que efectuámos. Contudo, parece-nos plausível que tal publicação seria acessível avulsa um pouco por todo o país, nomeadamente em tabacarias e agências. O mesmo se passa em redor da sua distribuição por via postal. *A União* escusou-se a fazer qualquer referência a este propósito nas suas páginas, mas cremos que o periódico chegasse a locais mais ou menos afastados da cidade de Lisboa, nomeadamente por via do Centro Católico de que era órgão oficial.



**Figura n.º 19: Pormenor do primeiro número das *Novidades*, enquanto título católico [15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8:445)]**

Em Dezembro de 1923, o jornal *Novidades* renasceu, depois de um longo período de ausência na praça jornalística, mas com uma nova orientação, passando a fazer parte da imprensa católica. Iniciou, assim, uma nova numeração, mas manteve visível a sua anterior numeração – que vinha desde a fundação do título, em 7 de Janeiro de 1885 (ano I, n.º 1) – até 30 de Setembro de 1925 [(ano II (XL), n.º 637 (9086)]. A partir de 1 de Outubro de 1925 (ano XL, n.º 9:087), as *Novidades* recuperaram a numeração primária do periódico.

Enquanto órgão católico, o jornal *Novidades* nasceu em Lisboa, no dia 15 de Dezembro de 1923 [ano I (XXXVIII), n.º 1 (8445)], e publicou o seu último número em 3 de Maio de 1974 (ano LXXXIX, n.º 26146), sendo que o último publicado em 1926 – de acordo com o objectivo do presente estudo – data de 31 de Dezembro de 1926 (ano XLII, n.º 9529). Apresentou-se como diário, e não usufruía da interrupção semanal para descanso (domingo). Assim, publicava-se sete dias por semana. Ao longo do período em que analisámos este jornal (Dezembro de 1923 a Dezembro de 1926), confirmámos que não apresentou qualquer subtítulo. Também não teve qualquer director efectivo, mas manteve as mesmas personalidades nos diferentes cargos ao longo desse período. Tomás de Gamboa (1885-1950) assumia as funções de redactor-principal do jornal. A edição estava a cargo de J. Barreiros Tavares, e a proprietária do título era a «Grafica Lisbonense», passando mais tarde a ser a «União Grafica». A redacção, a administração, e a oficina de composição estavam concentradas na Rua Garrett, 29, 2.º, sendo que a oficina de impressão estava sediada na Calçada do Sacramento, 40. O endereço telegráfico deste jornal era: «Novidades-Lisboa», e o telefone utilizado para o seu trabalho tinha o número 2321. As *Novidades* também apostavam numa grande diversidade de secções, com especial referência para o tradicional folhetim. O primeiro a ser publicado intitulava-se: «Marcos Disconti», do escritor e poeta italiano Tommaso Grossi (1791-1853), numa tradução portuguesa. As outras secções eram as seguintes:

<b>Nome da secção</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assinado</b>
<i>Revista dos Jornais</i>	Análise da imprensa	Não
<i>Vida Catolica: o dia liturgico</i>	Informações litúrgicas, sobre o horário das missas, devoções e novenas	Não
<i>Carta de hoje</i>	Teatro e Cinema	Não
<i>Ultima hora</i>	Notícias pequenas (breves) do País e do estrangeiro	Não
<i>Na mão de Deus</i>	Obituário	Não
	Sociedade lisboeta (informações sobre	

<i>Vida de Sociedade</i>	partidas/chegadas, aniversários, casamentos, etc)	Não
<i>Provincias</i>	Breves vindas da Província	Não
<i>Notas do dia</i>	Análise da actualidade	Não
<i>Arcada</i>	Informações nacionais diversas	Não
<i>Novidades: ontem/hoje</i>	Informações variadas do dia actual e do dia anterior	Não
<i>Os nossos contos</i>	Literatura	Não
<i>A Hora Política</i>	Política	Não
<i>Novidades nas Provincias</i>	Breves vindas da Província	Não
<i>Pelo Mundo Catolico</i>	Notícias da Igreja Católica	Não
<i>Novidades dos Pequenininos</i>	Entretenimento (Banda-deseenhada)	Não
<i>Novidades: Economia e Finanças</i>	Economia e Finanças	Não
<i>Cartas</i>	Informações de vários locais do mundo	Não
<i>Parlamento</i>	Política	Não
<i>As Novidades há 25 anos</i>	Efemérides	Não
<i>Casos da Rua</i>	Breves sobre diferentes factos ocorridos nas ruas de Lisboa	Não
<i>Novidades Literarias</i>	Literatura	Não
<i>A nossa lingua: notas dum curioso</i>	Gramática	Frey Gil da Soledade
<i>Educação Física</i>	Desporto	Não
<i>Comercio &amp; Finanças</i>	Bolsa	Não
<i>Informações Economicas &amp; Financeiras</i>	Economia e Finanças	Não
<i>De tudo um pouco...</i>	Informações variadas (bricolage, assuntos mundanos e científicos)	Não
<i>Novidades Agrícolas</i>	Agricultura	Não
<i>Para as Senhoras lerem: as nossas segundas-feiras</i>	Moda, Costura, Utilidades	Não
<i>Pela Morgue</i>	Obituário	Não
<i>Novidades Belas-Artes, Belas-Letras</i>	Artes e Letras	Não
<i>O Cartaz de hoje</i>	Espectáculos em cena	Não
<i>Cronica do Minho</i>	Notícias do Minho	Plínio Moço
<i>Notas portuenses</i>	Apontamentos vários desde o Porto	Z.
<i>Notas</i>	Pequenos apontamentos diários com comentários	Não
<i>Novidades – Pagina dos novos</i>	Informações variadas dedicada à Juventude	Não
<i>Pela Cidade</i>	Breves sobre infra-estruturas de Lisboa que merecem reparações	Não
<i>Rabiscos Diarios</i>	Análise de vários assuntos	Não

**Quadro n.º 17: Diferentes secções das *Novidades* (1923-1974)**

Os pontos de venda e de cobrança das *Novidades* eram diversificados. O diário publicava regularmente uma pequena nota informando que se encontrava à venda em todas as tabacarias e em todos os quiosques de Lisboa, e do resto do país. Uma outra nota dava conta que o periódico estava à venda na Figueira da Foz, na Barbearia Palhas,

em frente ao Jardim Municipal, no n.º 14, e na Agência de jornais, em frente a esse mesmo Jardim Municipal. Em Braga, o jornal estava disponível no Secretariado da Boa Imprensa, anexo à Câmara Eclesiástica. Aqui poderia comprar-se não apenas o jornal, mas igualmente efectuar a cobrança da assinatura, dirigindo-se, para esse efeito, aos padres José Malheiro e António de Carvalho. Na Covilhã, a cobrança estava a cargo do agente Álvaro da Cruz Dias, que assegurava, igualmente, a aquisição de publicidade para o jornal. Noutras localidades, a cobrança da assinatura estava assegurada por diversas pessoas e organismos – na cidade da Guarda: Empresa Veritas; Guimarães: reverendo arcepreste João António Ribeiro; Póvoa de Varzim: Manuel de Campos Marques; e Vieira do Minho: padre José Carlos Vieira.

Através do serviço postal, as *Novidades* eram recebidas em imensas localidades nacionais. Este periódico era recebido, inclusivamente, no estrangeiro, como acontecia em Oya, Pontevedra, em Espanha, e também em Bombaim, actual Mumbai, na Índia, o que evidencia a importância que o periódico possuía no quadro da imprensa católica. O vasto expediente era regularmente referido numa pequena nota, inserida nas páginas interiores do jornal, normalmente as páginas dois ou três<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O jornal *Novidades* chegava, pelo menos, a estas localidades: Abrantes; Águas Santas; Águeda; Aguiar da Beira; Alandroal; Albergaria-a-Velha; Albufeira; Alcaide; Alcains; Alcáçovas; Alcanena; Alcanhões; Alcantarilha; Alçaria; Alcobaça; Alcoutim; Alenquer; Alfândega da Fé; Alijó; Aljezur; Aljustrel; Almeirim; Almendra; Almodôvar; Alpedrinha; Alquerubim; Alvaiázere; Alvares; Alvito; Alvega; Ançã; Amarante; Amares; Anadia; Arada; Arazede; Arco de Baúlhe; Arcos de Valdevez; Arganil; Armamar; Arraiolos; Arouca; Atouguia da Baleia; Avanca; Aveiro; Avintes; Azaruja; Azeitão; Baião; Baltar; Barca de Alva; Barcelos; Barroselas; Basseiras; Batalha; Beja; Boivão; Boticas; Bombaim (actual Mumbai, Índia); Bombarral; Borba; Borrhal; Braga; Bragança; Buarcos; Buçaco; Bustelo; Cabanas de Viriato; Cabeceiras de Basto; Cadaval; Caldas da Rainha; Caldas de Vizela; Caldela; Caminha; Campo de Besteiros; Canas de Senhorim; Cantanhede; Capareiros; Carraceda de Anciães; Carregal do Sal; Carregal do Zêzere; Cartaxo; Carvalhos; Castelo Branco; Castelo Mendo; Castelo Novo; Castelo de Paiva; Castelões; Castendo; Castro Daire; Caxarias; Celorico de Basto; Celorico da Beira; Cerdeira de Cõa; Cete; Chamusca; Chaves; Cinfães; Codeçoso; Cõja; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Costa do Valado; Covilhã; Cuba; Devezas; Entre-os-Rios; Entroncamento; Ermida; Ericeira; Ermesinde; Ervedosa do Douro; Escalos de Baixo; Escalos de Cima; Escalhão; Escoural; Esmoriz; Espinhal; Espinho; Esposende; Estoi; Estarreja; Estremoz; Évora; Fafe; Fão; Faro; Favaio; Felgueiras; Fermentelos; Fermelã; Ferreira do Alentejo; Figueira de Castelo Rodrigo; Figueira da Foz; Folgoso; Fornos de Algodres; Freches; Freamunde; Freixo de Espada à Cinta; Freixo de Numão; Freixedas; Fundão; Gandarela de Basto; Gavião; Gerez; Góis; Golegã; Gondomar; Gondomil; Gouveia; Granja; Guarda; Idanha-a-Nova; Ílhavo; Izeda; Lagoa; Lagos; Lamego; Lardosa; Leiria; Livração; Lixa; Loulé; Lourçal do Campo; Lourinhã; Lousã; Lousada; Macedo de Cavaleiros; Mação; Mafra; Maia; Mangualde; Manteigas; Marco de Canaveses; Matosinhos; Mealhada; Meda; Melgaço; Melo; Merceana; Mértola; Mesão Frio; Mexilhoeira da Carrregação; Miranda do Corvo; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Moimenta da Beira; Monção; Monchique; Mondim de Basto; Mondim da Beira; Monforte da Beira; Mortágua; Mourisca; Monsanto; Montalegre; Montijo (antiga Aldeia Galega do Ribatejo); Moura; Mourão; Murça; Nazaré; Nelas; Nisa; Óbidos; Odemira; Oleiros; Olival; Olhão; Oliveira de Azeméis; Oliveira de Frades; Oliveira do Hospital; Ovar; Oya (Pontevedra, Espanha); Paço de Sousa; Paços de Ferreira; Pampilhosa da Serra; Parada de Gonta; Pardelhas; Pardilhó; Paredes; Paredes de Coura; Paredes do Bairro; Pedras Salgadas; Penacova; Penafiel; Penalva do Castelo; Penamacor; Penedono; Penela; Penha Garcia; Peniche; Pernes; Pessegueiro do Vouga; Peso da Régua; Pevidém; Pinhão; Pinheiro da

## 7.2. Números e assuntos da *Liberdade*, d' *A Ordem* (Porto), do *Diario do Minho*, d' *A Ordem* (Lisboa), d' *A Época*, d' *A União*, das *Novidades*

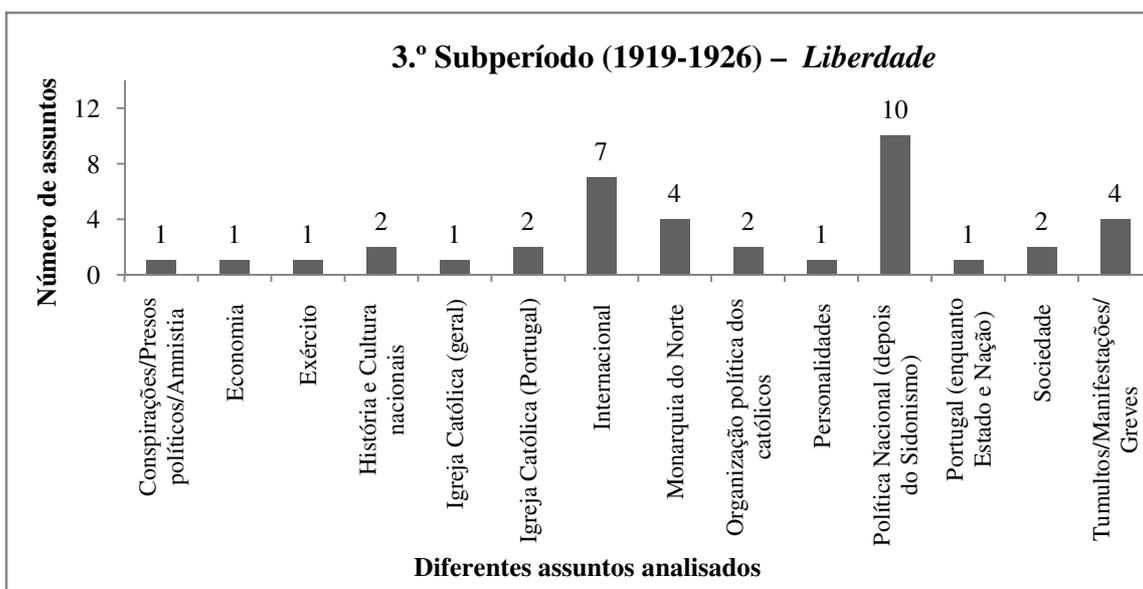
Relativamente ao terceiro subperíodo, focámos, a norte, os títulos editados no Porto: *Liberdade* (entre 1 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919), e *A Ordem* (entre 22 de Fevereiro e 12 de Abril de 1919). Seguidamente, apresentámos o jornal *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), desde 15 de Abril desse ano, e tal título foi analisado até ao fim desse período. Já a sul, iniciámos a análise com o jornal de Lisboa *A Ordem* (entre 1 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1919), até apresentarmos o jornal seleccionado nesse terceiro subperíodo: *A Época* (Lisboa, 1919-1927). Posteriormente, analisámos *A União* (Lisboa, 1920-1938) e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). Em seguida, iremos expor alguns dados relativos ao terceiro período de cada um dos títulos referidos.

Durante o terceiro subperíodo (1919-1926), o jornal *Liberdade* foi um dos títulos que serviu como “periódico de ligação”, até ao momento em que o título seleccionado a norte iniciou a sua publicação, o *Diario do Minho*, em Abril de 1919. O outro periódico foi *A Ordem*, conforme veremos mais à frente. No caso específico do jornal *Liberdade*, dos 38 números indicados, registámos 36 editoriais, um número efectivamente próximo ao número total. O espaço temporal foi definido entre 1 de Janeiro de 1919 (ano IV, n.º 1371) e o último número publicado, semanas depois, em 13 de Fevereiro (ano IV, n.º 1408). Como acontecera com a análise realizado a este título no segundo subperíodo, a pesquisa da *Liberdade* foi realizada apenas na BGUC, que se

---

Bemposta; Pinhel; Pombal; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Portalegre; Portimão; Porto; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Santa Iria; Póvoa de Varzim; Proença-a-Nova; Proença-a-Velha; Provesende; Ramirão; Requião; Reguengos de Monsaraz; Remédios da Bretanha (São Miguel, Açores); Resende; Riachos; Riba de Ave; Ribeiradio; Ribeira de Pena; Rio Maior; Rio Tinto; Rossio ao Sul do Tejo; Sabrosa; Salvaterra do Extremo; Sanfins do Douro; Santa Catarina da Fonte do Bispo; Santa Comba Dão; Santa Maria da Feira; Santa Marta de Penaguião; Santarém; Santiago do Cacém; Santo Tirso; São Bartolomeu de Messines; São Brás de Alportel; São João de Areias; São João de Loure; São João da Madeira; São João da Pesqueira; São Mamede de Infesta; São Martinho (Madeira); São Martinho do Porto; São Miguel (Açores); São Pedro de Alva; São Pedro do Sul; São Romão de Coronado; São Teotónio; São Tomé de Negrelos; São Vicente da Beira; Sardoal; Sarnadas; Sarzedas; Sátão; Seia; Seixas do Minho; Seixo Amarelo; Senhora da Hora; Sernancelhe; Serpa; Sever do Vouga; Sobral de Monte Agraço; Sobrado de Paiva; Sobreira; Tábua; Tabuaço; Tarouca; Tavira; Terras de Bouro; Tinalhas; Tondela; Torre de Dona Chama; Torre de Moncorvo; Torreira; Torres Novas; Torres Vedras; Tortosendo; Touril; Trancoso; Trofa; Vagos; Valado do Alentejo; Vale de Cambra; Vale de Prazeres; Valença do Minho; Valongo; Valpaços; Vendas Novas; Viana do Castelo; Viana do Alentejo; Vidigueira; Vieira de Leiria; Vieira do Minho; Vila do Bispo; Vila do Conde; Vila Flor; Vila Formosa; Vila Franca de Xira; Vila Meã; Vila Nova de Cerveira; Vila Nova de Famalicão; Vila Nova de Foz Côa; Vila Nova de Gaia; Vila Nova de Ourém; Vila Nova de Paiva; Vila Nova de Poiares; Vila Nova de Tázem; Vila Pouca de Aguiar; Vila Praia de Âncora; Vila Real; Vila Real de Santo António; Vila de Rei; Vila da Rua; Vila Velha de Ródão; Vila Verde; Vila Viçosa; Vilar Formoso; Vilar de Maçada; Vimioso; Vinhais; Viseu; Vouzela; e Zebreira.

encontra incompleta. Como está patente no gráfico seguinte, os 36 editoriais referem-se a 14 assuntos diferentes e geraram apenas uma interligação, isto é, houve apenas um editorial que versou mais do que um só tema na sua análise. No caso específico dos números analisados ao jornal, confirmámos que apenas dois faltam à sua colecção: o de 31 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1397; e o de 4 de Fevereiro de 1919, ano VI, n.º 1400.

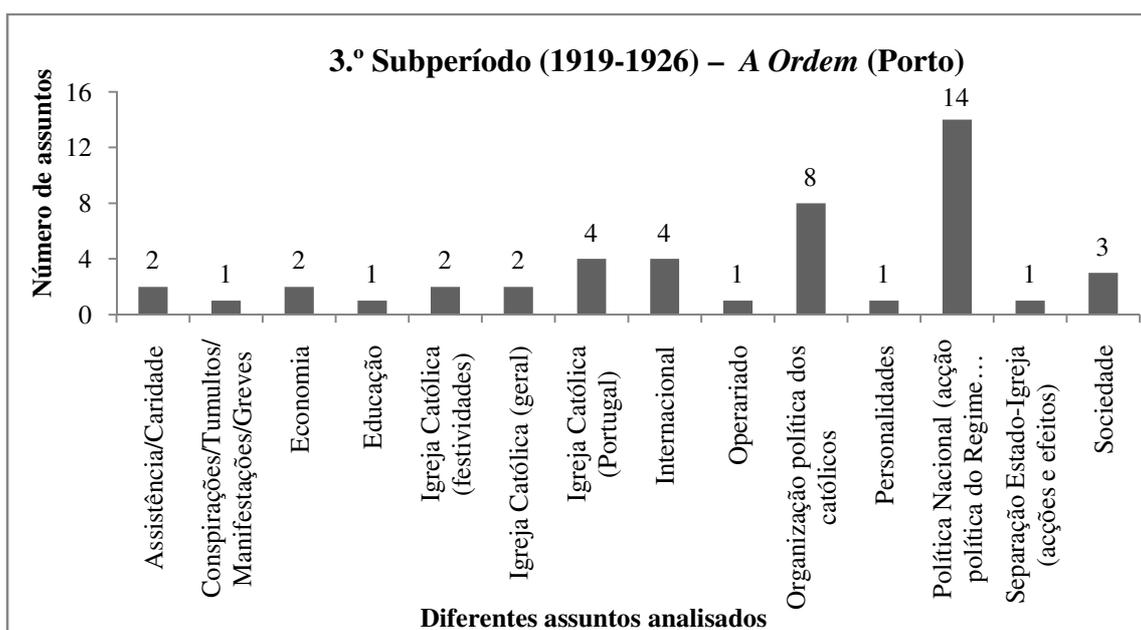


**Gráfico n.º 23: Assuntos do jornal *Liberdade* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

A análise da política nacional e de aspectos do campo Internacional constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, pela *Liberdade*, dos 14 assuntos apresentados. Nestes anos, o tema «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» foi analisado em 10 editoriais. Já o tema «Internacional» foi revisto em 7 editoriais. Em terceiro lugar, em termos das maiores referências, nos editoriais da *Liberdade*, surgiram três temas: «Monarquia do Norte» e «Tumultos, Manifestações, Greves», ambos em 4 editoriais. Os restantes 11 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 2 editoriais.

A *Ordem* (Porto) serviu como “título de ligação”, até ao momento em que o título seleccionado a norte iniciou a sua publicação (*Diario do Minho*, Abril de 1919). Registámos 42 números alusivos à mesma relação de editoriais, sendo que o espaço temporal definido se reporta a três momentos diferentes, em que analisámos o jornal *A Ordem*. Esses momentos, definidos em função de algumas vicissitudes afectas ao mundo da imprensa católica como sejam a sua suspensão programada e limitada no tempo, para ressurgir com um novo formato ou “nova roupagem”, ou com a suspensão

coerciva, e muitas vezes definitiva, decretada pelas autoridades republicanas. Ambas foram, de resto, relativamente comuns em todo o período histórico estudado (1911-1926). Ainda assim, o primeiro momento de análise que nos serviu de ligação decorreu entre 22 de Fevereiro de 1919 (ano VI, n.º 301) e 12 de Abril de 1919 (ano VI, n.º 308). Já os outros dois momentos resultaram da necessidade de retomar este título por força de sucessivas interrupções do *Diario do Minho*, como iremos referenciar na apresentação deste jornal. Assim sendo, o segundo e o terceiro momentos em que recuperámos a análise d' *A Ordem* foram entre 4 de Agosto de 1923 (ano XI, n.º 531) e 1 de Março de 1924 (ano XI, n.º 561); e entre 9 de Junho de 1926 (ano XIII, n.º 680) e 26 de Junho de 1926 (ano XIII, n.º 682). Os 40 editoriais referem-se a 14 assuntos diferentes, e geraram 6 interligações, isto é, existiram 6 editoriais que versaram mais do que um tema na sua análise, como podemos asseverar no gráfico seguinte. A colecção d' *A Ordem* analisada na BGUC está completa, e nenhum dos seus números foram apreendidos ou censurados.



**Gráfico n.º 24: Assuntos do jornal *A Ordem* (Porto) no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

A análise da política nacional e de alguns aspectos da organização política dos católicos constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 14 assuntos apresentados pelo jornal *A Ordem* (Porto), entre 1919 e 1926. Nestes anos, o assunto «Política Nacional (ação política do Regime Republicano)» foi analisado em 14 editoriais. Já o assunto «Organização política dos católicos» foi revisto em 8 editoriais. Em terceiro lugar, em termos de maiores referências, nos editoriais d' *A Ordem*, foram

os seguintes assuntos: «Igreja Católica (Portugal)» e «Internacional», ambos em 4 editoriais. Os restantes 11 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 3 editoriais.

Na análise que efectuámos ao *Diario do Minho*, neste terceiro subperíodo, registámos 2152 números que não estão de acordo com a mesma relação de editoriais analisados, uma vez que, para além desses, também foram adicionados os números inexistentes nas diversas colecções analisadas. Analisámos parte do primeiro semestre de 1926<sup>8</sup>. Ao mesmo nível, confirmamos que este periódico suspendeu a sua publicação entre 1 de Agosto de 1923 (ano V, n.º 1265) e 15 de Fevereiro de 1924 (ano V, n.º 1283), o que corresponde a mais 18 números inexistentes. Registámos, assim, a existência de 2017 editoriais<sup>9</sup>. Como podemos verificar no gráfico seguinte, esses 2017 editoriais foram repartidos em 41 assuntos diferentes, e promoveu 77 interligações, isto é, existiram 77 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise.

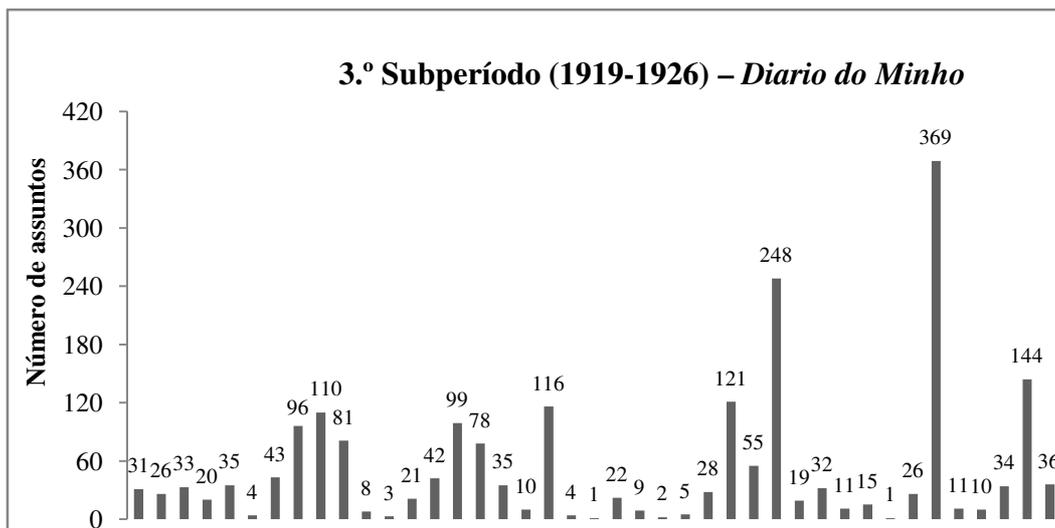
Como referimos anteriormente, na apresentação do jornal *A Ordem*, do Porto, o *Diario do Minho* suspendeu a sua publicação entre 1 de Agosto de 1923 (ano V, n.º 1265) e 15 de Fevereiro de 1924 (ano V, n.º 1283). Reapareceu em 16 de Fevereiro de 1924 (ano V, n.º 1284), mas voltou a suspender a sua edição. Só reapareceu em 7 de Março de 1924 (ano V, n.º 1285), editando-se normalmente. A colecção do *Diario do Minho* analisada na BGUC não está completa, faltando muitos números nesta biblioteca para além do já referido primeiro semestre de 1926<sup>10</sup>. De qualquer forma, nenhuns números foram apreendidos ou censurados.

---

<sup>8</sup> Apenas conseguimos aceder, nas diversas bibliotecas, a parte do primeiro semestre de 1926, faltando os primeiros nove números (entre 1 de Janeiro e 12 de Janeiro de 1926: n.º 1846 até ao n.º 1854) e vinte números desde 9 de Junho até 30 de Junho desse ano (do n.º 1979 até ao n.º 1998).

<sup>9</sup> A extensa pesquisa relativamente à vida deste periódico (oito anos) originou um certo desdobramento na recolha dos seus números por várias bibliotecas. Nesse sentido, analisámos o *Diario do Minho* em três momentos, percorrendo também as três bibliotecas seleccionadas. Iniciámos a pesquisa deste título na BGUC desde o início da sua publicação, isto é, desde 15 de Abril de 1919 (ano I, n.º 1) até 31 de Dezembro de 1925 (ano VII, n.º 1845). Depois, tivemos necessidade de analisar o primeiro semestre de 1926 na BPMP, uma vez que aquele volume não se encontra na colecção do *Diario do Minho* existente na BGUC. Assim sendo, analisámos o periódico na BPMP desde 13 de Janeiro de 1926 (ano VII, n.º 1855) até 8 de Junho de 1926 (ano VIII, n.º 1978). Porém, nessa biblioteca, também faltam vários números de Maio de 1926, pelo que tivemos necessidade de analisar na BMC. Já o segundo semestre de 1926 foi totalmente pesquisado na BGUC, entre 1 de Julho (ano VIII, n.º 1999) e 30 de Dezembro de 1926 (ano VIII, n.º 2152).

<sup>10</sup> Não existem na colecção da BGUC os seguintes números: 8 de Agosto de 1919, ano I, n.º 96; 4 de Março de 1920, ano I, n.º 271; 20 de Março de 1920, ano I, n.º 285; 21 de Março de 1920, ano I, n.º 286; 22 de Março de 1920, ano I, n.º 287; 17 de Abril de 1920, ano II, n.º 308; 28 de Maio de 1920, ano II, n.º 344; 31 de Maio, ano II, n.º 345; 29 de Junho de 1920, ano II, n.º 269; 3 de Julho de 1920, ano II, n.º 373; 8 de Julho de 1920, ano II, n.º 377; 24 de Julho de 1920, ano II, n.º 391; 25 de Julho de 1920, ano II, n.º 392; 15 de Setembro de 1920, ano II, n.º 436; 24 de Setembro de 1920, ano II, n.º 444; 27 de Setembro de 1920, ano II, n.º 447; 14 de Outubro de 1920, ano II, n.º 461; 15 de Outubro de 1920, ano II, n.º 462; 1 de



**Gráfico n.º 25: Assuntos do jornal *Diario do Minho* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

<b>3.º Subperíodo (1919-1926) – <i>Diario do Minho</i></b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Agricultura	31
Arte	26
Assistência/Caridade	33
Ciência	20
Colónias	35

Novembro de 1920, ano II, n.º 476; 2 de Novembro de 1920, ano II, n.º 477; 27 de Novembro de 1920, ano II, n.º 499; 7 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 507; 10 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 510; 11 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 511; 22 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 520; 23 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 521; 24 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 522; 25 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 523; 30 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 526; 31 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 527; 7 de Janeiro de 1921, ano II, n.º 532; 30 de Janeiro de 1921, ano II, n.º 552; 31 de Janeiro de 1921, ano II, n.º 553; 24 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 572; 25 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 573; 26 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 574; 4 de Março de 1921, ano II, n.º 579; 5 de Março de 1921, ano II, n.º 580; 6 de Março de 1921, ano II, n.º 581; 9 de Março de 1921, ano II, n.º 583; 17 de Março de 1921, ano II, n.º 590; 24 de Março de 1921, ano II, n.º 596; 30 de Março de 1921, ano II, n.º 600; 27 de Abril de 1921, ano III, n.º 622; 16 de Junho de 1921, ano III, n.º 665; 3 de Maio de 1921, ano III, n.º 627; 4 de Maio de 1921, ano III, n.º 628; 6 de Maio de 1921, ano III, n.º 630; 9 de Maio de 1921, ano III, n.º 631; 10 de Maio de 1921, ano III, n.º 632; 3 de Julho de 1921, ano III, n.º 679; 15 de Agosto de 1921, ano III, n.º 742; 16 de Agosto de 1921, ano III, n.º 743; 9 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 812; 23 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 824; 29 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 828; 5 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 834; 5 de Fevereiro de 1922, ano III, n.º 862; 9 de Novembro de 1922, ano IV, n.º 1083; 23 de Novembro de 1922, ano IV, n.º 1094; 6 de Dezembro de 1922, ano IV, n.º 1104; 22 de Dezembro de 1922, ano IV, n.º 1117; 26 de Dezembro de 1922, ano IV, n.º 1119; 10 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1130; 18 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1137; 1 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1148; 3 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1150; 30 de Março de 1923, ano IV, n.º 1194; 5 de Abril de 1923, ano V, n.º 1198; 8 de Junho de 1923, ano V, n.º 1221; 13 de Junho de 1923, ano V, n.º 1225; 22 de Julho de 1923, ano V, n.º 1257; 14 de Março de 1924, ano V, n.º 1290; 25 de Março de 1924, ano V, n.º 1300; 29 de Março de 1924, ano V, n.º 1304; 15 de Abril de 1924, ano VI, n.º 1321; 1 de Novembro de 1924, ano VI, n.º 1483; 2 de Novembro de 1924, ano VI, n.º 1484; 6 de Dezembro de 1924, ano VI, n.º 1513; 3 de Março de 1925, ano VI, n.º 1583; 4 de Março de 1925, ano VI, n.º 1584; 5 de Março de 1925, ano VI, n.º 1585; 3 de Abril de 1925, ano VI, n.º 1609; 13 de Abril de 1925, ano VI, n.º 1641; 28 de Junho de 1925, ano VII, n.º 1704; 15 de Agosto de 1925, ano VII, n.º 1720; 1 de Novembro de 1925, ano VII, n.º 1795; e 17 de Novembro de 1926, ano VIII, n.º 2116. Para além destes não tivemos acesso aos números desde 1 de Janeiro de 1926 (ano VII, n.º 1846) até 12 de Janeiro de 1926 (ano VII, n.º 1854), contabilizando nove números.

Concílio Plenário Português	4
Conspirações/Tumultos/Manifestações/Greves	43
<i>Diario do Minho</i> (vida interna)	96
Economia	110
Educação	81
Emigração	8
Exército	3
História e Cultura nacionais	21
Igreja Católica (festividades)	42
Igreja Católica (geral)	99
Igreja Católica (Portugal)	78
Imprensa	35
Imprensa Católica	10
Internacional	116
Justiça	4
Lei da Separação (especificamente)	1
Literatura	22
Maçonaria/Livre pensamento	9
Monarquia	2
Movimento Militar (28 de Maio de 1926)	5
Operariado	28
Organização política dos católicos	121
Personalidades	55
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	248
Política (nacional e internacional em geral)	19
Portugal (enquanto Estado e Nação)	32
Portugal e Guerra Mundial	11
Presos políticos/Amnistia	15
Protestantismo	1
Questão Social	26
Regionalismo (notícias de Braga e Minho)	369
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	11
Saúde	10
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	34
Sociedade	144
Transportes	36

**Quadro n.º 18: Assuntos do jornal *Diario do Minho* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

A análise do regionalismo de Braga e de aspectos da política nacional constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 41 assuntos apresentados pelo *Diario do Minho*, entre 1919 e 1926. Nestes anos, o assunto «Regionalismo» foi revisto em 369 editoriais. Já o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» foi analisado em 248 editoriais. Os outros três temas mais referenciados foram: «Sociedade», com 144 editoriais, «Organização política dos católicos», presente em 121 editoriais, e «Internacional», analisado em 116 editoriais.

Os restantes 36 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 110 editoriais.

Durante o terceiro subperíodo (1919-1926), o jornal *A Ordem* (Lisboa) foi um dos quatro títulos editados a sul do país analisados, e que serviu como um “periódico de ligação”, uma vez que em Lisboa, nesses oito anos, não existiu um só jornal considerado de referência editado ininterruptamente entre 1919 e 1926. Na análise que efectuámos àquele título, neste terceiro subperíodo (1919-1926), registámos 21 editoriais respeitantes à mesma relação de números. O período em que analisámos *A Ordem* decorreu entre 1 de Janeiro de 1919 (ano III, n.º 879) e 7 de Fevereiro de 1919 (ano IV, n.º 899). Como podemos atestar no gráfico seguinte, os 21 editoriais registaram 9 assuntos diferentes, e geraram 6 interligações, isto é, existiram 6 editoriais que versaram mais do que um tema na sua análise. A colecção d’ *A Ordem* analisada na BGUC está completa, e o periódico não se publicou momentaneamente entre 20 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1919.

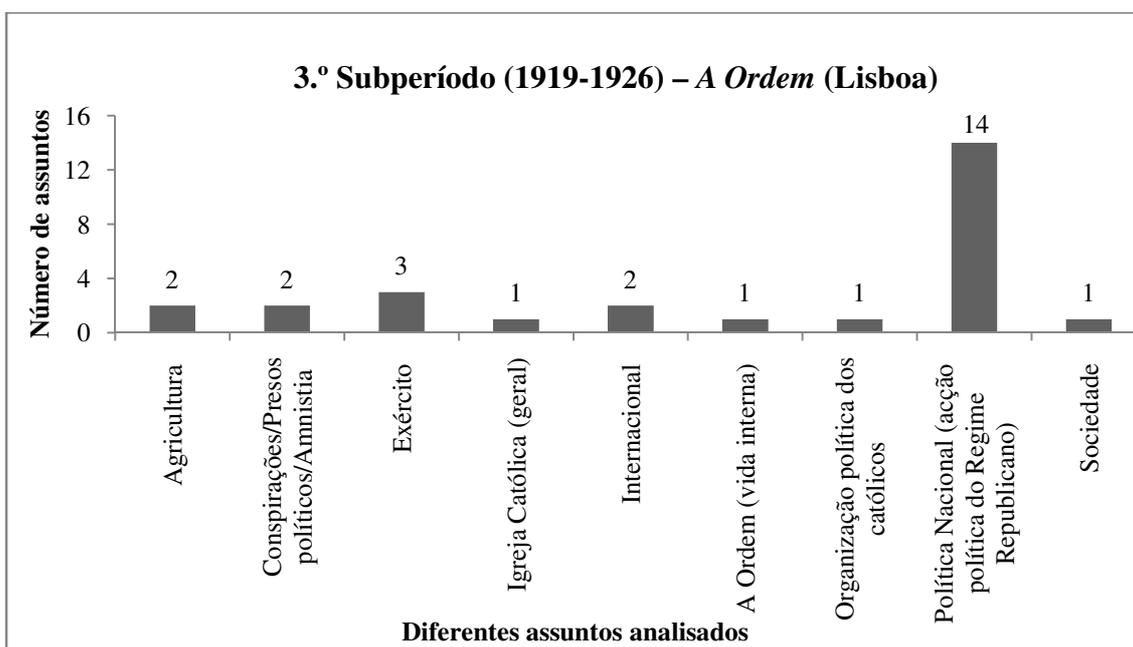


Gráfico n.º 26: Assuntos do jornal *A Ordem* (Lisboa) no 3.º Subperíodo (1919-1926)

A análise da política nacional e de aspectos relacionados com o exército constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 9 assuntos apresentados pelo diário *A Ordem* (Lisboa), entre 1919 e 1926. Nestes anos, o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» foi analisado em 14 editoriais. Já o

assunto «Exército» foi revisto em 3 editoriais. Os assuntos mais visados, em terceiro lugar, foram: «Agricultura», «Conspirações, Presos políticos, Amnistia», e «Internacional», todos com 2 editoriais. Os restantes 7 assuntos registaram, em cada um destes, a presença de 1 editorial.

Na análise que efectuámos ao jornal *A Epoca*, neste terceiro subperíodo, registámos 261 números que concentram os 242 editoriais analisados e também os números inexistentes na colecção. A análise d' *A Epoca* cobriu o período entre 25 de Março de 1919 (ano I, n.º 1) e 30 de Dezembro de 1919 (ano I, n.º 261). A pesquisa d' *A Epoca* BGUC. Como podemos atestar no gráfico seguinte, os 261 editoriais versaram 33 assuntos diferentes e geraram um total de 24 interligações, isto é, existiram 24 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise. A colecção d' *A Epoca* foi realizada na BGUC e está incompleta, faltando vários números<sup>11</sup>.

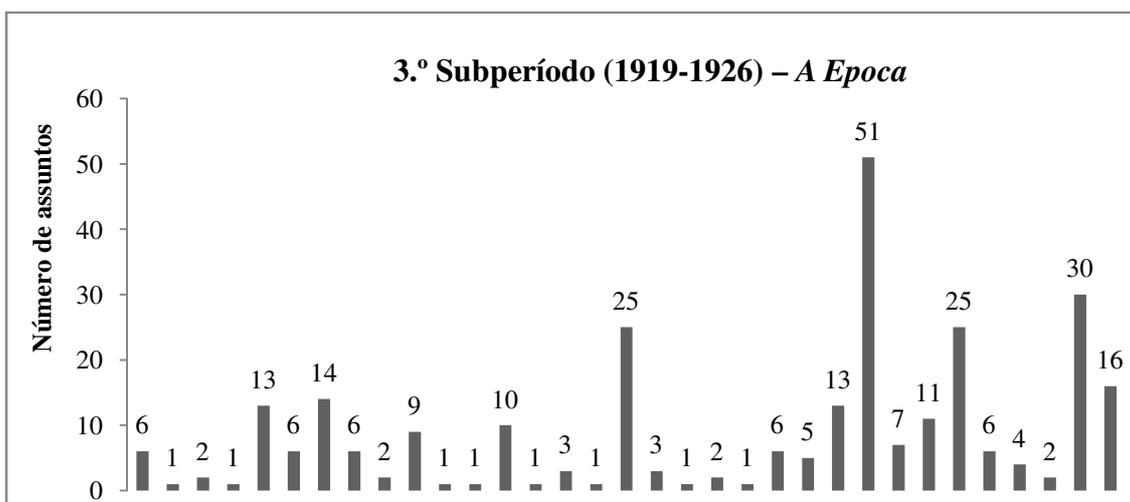


Gráfico n.º 27: Assuntos do jornal *A Epoca* no 3.º Subperíodo (1919-1926)

3.º Subperíodo (1919-1926) – <i>A Epoca</i> Diferentes assuntos analisados	Número de vezes mencionado
Agricultura	6
Arte	1

<sup>11</sup> Não existem na colecção os seguintes números: 10 de Junho de 1919 (ano I, n.º 77); 13 de Junho de 1919 (ano I, n.º 80); 18 de Junho de 1919 (ano I, n.º 85); ? de Junho? de 1919 (ano I, n.º 86); ? de Junho? de 1919 (ano I, n.º 87); ? de Julho? de 1919 (ano I, n.º 88); 8 de Julho de 1919 (ano I, n.º 89); 14 de Agosto de 1919 (ano I, n.º 126); 27 de Agosto de 1919 (ano I, n.º 139); 4 de Setembro de 1919 (ano I, n.º 147); 5 de Setembro de 1919 (ano I, n.º 148); 9 de Setembro de 1919 (ano I, n.º 152); 11 de Setembro de 1919 (ano I, n.º 154); 13 de Setembro de 1919 (ano I, n.º 156); 1 de Novembro de 1919 (ano I, n.º 204); 15 de Novembro de 1919 (ano I, n.º 218); 5 de Dezembro de 1919 (ano I, n.º 237); 17 de Dezembro de 1919 (ano I, n.º 249); e 25 de Dezembro de 1919 (ano I, n.º 257).

Capelães Militares (Guerra Mundial)	2
Ciência	1
Colónias	13
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	6
Economia	14
Educação	6
<i>A Epoca</i> (vida interna)	2
Guerra Mundial	9
História e Cultura nacionais	1
Igreja Católica (festividades)	1
Igreja Católica (geral)	10
Igreja Católica (Portugal)	1
Imprensa	3
Imprensa Católica	1
Internacional	25
Lei da Separação (especificamente)	3
Literatura	1
Maçonaria/Livre pensamento	2
Organização política dos católicos	1
Obras Públicas e Transportes	6
Operariado	5
Personalidades	13
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	51
Política (nacional e internacional em geral)	7
Portugal (enquanto Estado e Nação)	11
Portugal e Guerra Mundial	25
Questão Social	6
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	4
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	2
Sociedade	30
Tumultos/Manifestações/Greves	16

**Quadro n.º 19: Assuntos do jornal *A Epoca* no 3.º Suberíodo (1919-1926)**

A análise da política nacional e de aspectos da sociedade constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 33 assuntos apresentados pelo jornal *A Epoca*, entre 1919 e 1926. Nestes anos, o assunto «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» foi analisado em 51 editoriais. Já o assunto «Sociedade» foi revisto em 30 editoriais. Os outros três temas mais referenciados pel' *A Epoca* foram: «Internacional», e «Portugal e Guerra Mundial», ambos com 25 editoriais, «Tumultos/Manifestações/Greves», analisado em 16 editoriais, e «Economia», presente em 14 editoriais. Os restantes 28 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 13 editoriais.

Na análise que efectuámos ao jornal *A União*, neste terceiro subperíodo registámos 162 números que concentram os 161 editoriais analisados e também um número que não conseguimos encontrar nas diversas colecções examinadas. Realizámos a análise ao jornal *A União* de forma bipartida. Isto é, com base nas dificuldades já descritas em encontrar os números pretendidos deste periódico na BGUC, para além da BPMP e da BMC, tivemos necessidade de recorrer a um quarto arquivo: o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Neste Centro conseguimos aceder a parte dos números em falta nas restantes bibliotecas<sup>12</sup>.

Como podemos confirmar no gráfico seguinte, os 161 editoriais consultados versaram 22 assuntos diferentes e geraram 9 interligações, isto é, existiram 9 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise, como está patente no gráfico seguinte. A colecção d' *A União* analisada na BGUC está incompleta, faltando o número de 2 de Julho de 1922 (ano III, n.º 98).

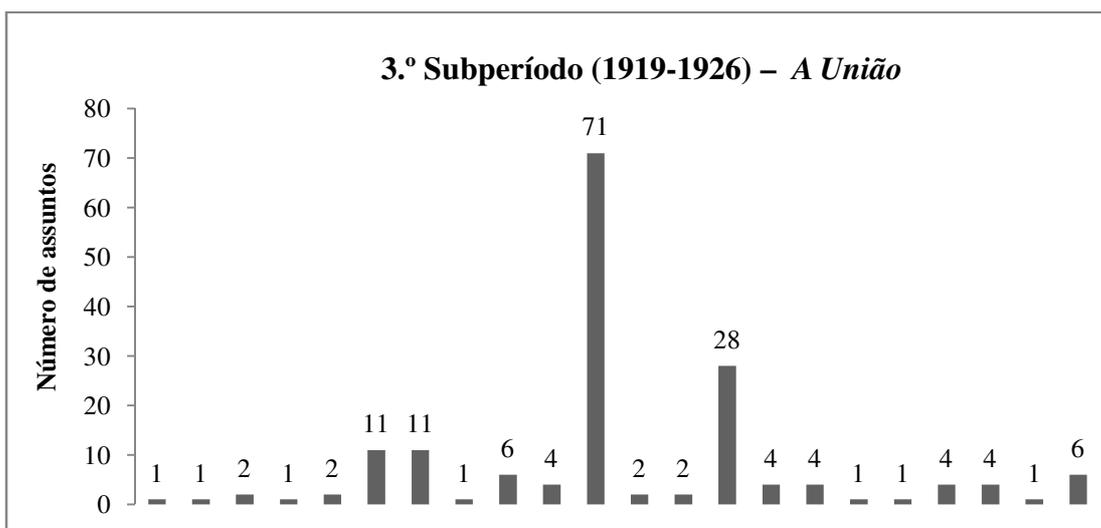


Gráfico n.º 28: Assuntos do jornal *A União* no 3.º Subperíodo (1919-1926)

<sup>12</sup> A análise d' *A União* no CEHR da UCP cobriu o período entre 19 de Janeiro de 1920 (ano I, n.º 1) e 29 de Maio de 1922 (ano III, n.º 97). Já na BGUC pesquisámos o espaço temporal entre 25 de Junho de 1922 (ano III, n.º 97) e 7 de Dezembro de 1923 (ano IV, n.º 162). Notámos que *A União* publicou dois n.º 97, a primeira vez em 29 de Maio de 1922, e a segunda vez em 25 de Junho de 1922. Tais erros de impressão aconteceram algumas vezes, o que originou algumas dificuldades na análise que efectuámos a este periódico. Por outro lado, atestamos que, numa altura em que a publicação era semanal, *A União* esteve sem se publicar sensivelmente um mês, por ter ocorrido uma greve dos tipógrafos da tipografia que imprimia o periódico, depois de 8 de Julho de 1923 (ano IV, n.º 149) até 4 de Agosto de 1923 (ano IV, n.º 150), altura em que foi reposta a sua publicação.

<b>3.º Subperíodo (1919-1926) – A União</b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Agricultura	1
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	1
Educação	2
História e Cultura nacionais	1
Igreja Católica (festividades)	2
Igreja Católica (geral)	11
Igreja Católica (Portugal)	11
Imprensa	1
Imprensa Católica	6
Internacional	2
Maçonaria/Livre pensamento	4
Organização política dos católicos	71
Personalidades	2
Política (nacional e internacional em geral)	2
Política Nacional (acção política do Regime Republicano)	28
Portugal (enquanto Estado e Nação)	4
Portugal e Guerra Mundial	4
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	1
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	4
Sociedade	4
Tumultos/Manifestações/Greves	1
<i>A União</i> (vida interna)	6

**Quadro n.º 20: Assuntos do jornal *A União* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

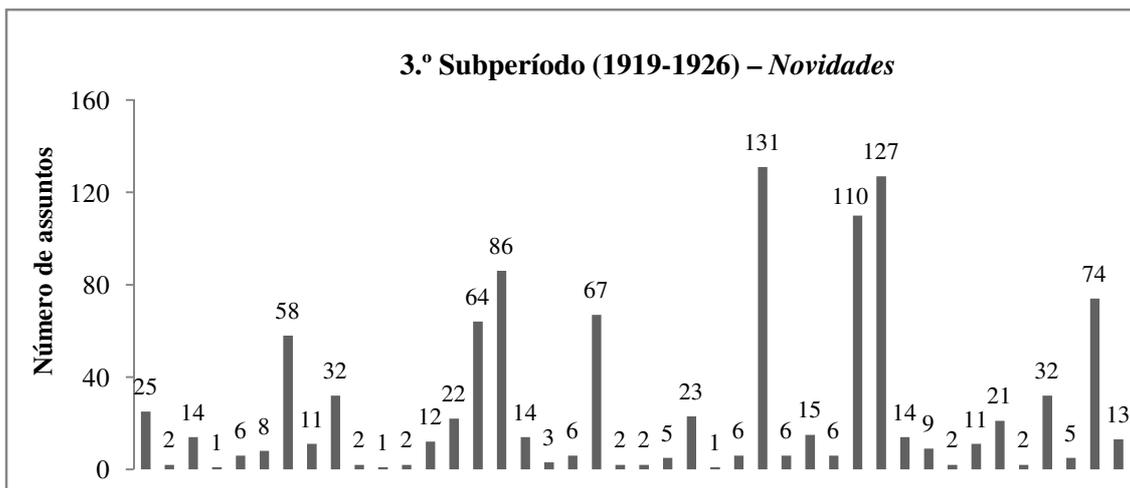
A análise da organização política dos católicos, e da política nacional constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 22 assuntos apresentados pelo jornal *A União*, entre 1919 e 1926. Nestes anos o assunto «Organização política dos católicos» foi analisado em 71 editoriais. Já o tema «Política Nacional (acção política do Regime Republicano)» esteve presente em 28 editoriais. Os outros três temas mais referenciados foram: «Igreja Católica (geral)», e «Igreja Católica (Portugal)», ambos presentes em 11 editoriais, depois a «Imprensa Católica», e «A União (vida interna)», ambos com 6 editoriais, e finalmente um conjunto de 4 – «Maçonaria/Livre pensamento», «Portugal (enquanto Estado e Nação)», «Portugal e Guerra Mundial», «Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)», «Sociedade», todos presentes em 4 editoriais cada. Os restantes 12 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 2 editoriais.

Na análise que efectuámos ao periódico *Novidades*, neste terceiro subperíodo, registámos 1083 números que concentram 916 editoriais analisados, e também os

números apreendidos e os números inexistentes na colecção examinada. Desse número registámos. O período em que analisámos o jornal *Novidades* decorreu entre 15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8:445) e 30 de Dezembro de 1926, ano XLII, n.º 9:528). Como podemos confirmar no gráfico seguinte, os 916 editoriais versaram 41 assuntos diferentes e geraram 23 interligações, isto é, existiram 23 editoriais que versaram mais do que um só tema na sua análise. A colecção das *Novidades* foi analisada na BGUC e está incompleta, faltando imensos números<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Não existem na colecção 167 números: 19 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 34 (8:480); 2 de Fevereiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 56 (8:507); 15 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 88 (8:538); 8 de Abril de 1924, ano I (XXXIX), n.º 112 (8:563); 28 de Abril de 1924, ano I (XXXIX), n.º 131 (8:582); 2 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 134 (8:585); 4 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 136 (8:586); 12 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 144 (8:595); 14 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 146 (8:596); 23 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 155 (8:606); 2 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 164 (8:615); 15 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 177 (8:628); 20 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 179 (8:630); 27 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 186 (8:637); 28 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 187 (8:638); 30 de Junho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 189 (8:640); 21 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 210 (8:661); 22 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 211 (8:662); 24 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 213 (8:664); 28 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 217 (8:668); 30 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 219 (8:670); 5 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 225 (8:676); 7 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 227 (8:678); 8 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 228 (8:679); 13 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 233 (8:684); 14 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 234 (8:685); 20 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 240 (8:691); 21 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 241 (8:692); 2 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 253 (8:704); 14 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 265 (8:716); 27 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 278 (8:729); 29 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 280 (8:730); 30 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 281 (8:731); 8 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 288 (8:739); 9 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 289 (8:740); 11 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 291 (8:742); 13 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 293 (8:744); 15 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 295 (8:746); 16 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 296 (8:747); 18 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 298 (8:749); 20 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 300 (8:751); 22 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 302 (8:753); 23 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 303 (8:754); 28 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 308 (8:759); 29 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 309 (8:760); 4 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 314 (8:765); 20 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 331 (8:782); 25 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 336 (8:787); 27 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 338 (8:789); 28 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 339 (8:790); 30 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 341 (8:792); 2 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 343 (8:794); 3 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 343 (8:794); 4 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 344 (8:795); 5 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 345 (8:796); 8 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 348 (8:799); 9 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 349 (8:800); 10 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 350 (8:801); 11 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 351 (8:802); 12 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 352 (8:803); 13 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 353 (8:804); 14 de Dezembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 354 (8:805); 15 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 355 (8:806); 17 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 357 (8:808); 18 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 358 (8:809); 19 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 359 (8:810); 20 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 360 (8:811); 21 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 361 (8:812); 22 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 362 (8:813); 23 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 363 (8:814); 24 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 364 (8:815); 25 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 365 (8:816); 27 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 366 (8:817); 28 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 367 (8:818); 29 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 368 (8:819); 30 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 369 (8:820); 31 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 370 (8:821); 8 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 377 (8:827); 9 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 378 (8:828); 10 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 379 (8:829); 17 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 386 (8:837); 22 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 391 (8:842); 23 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 392 (8:843); 1 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 401 (8:852); 4 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 403 (8:854); 16 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º



**Gráfico n.º 29: Assuntos do jornal *Novidades* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

415 (8:866); 19 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 418 (8:869); 21 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 420 (8:872); 26 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 424 (8:876); 2 de Março de 1925, ano II (XL), n.º 428 (8:879); 8 de Março de 1925, ano II (XL), n.º 434 (8:885); 14 de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 472 (8:921); 16? de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 474 (8:923); 17? de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 475 (8:924); 18? de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 476 (8:925); 19? de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 477 (8:926); 20? de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 478 (8:927); 28 de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 485 (8:934); 29 de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 486 (8:935); 30 de Abril de 1925, ano II (XL), n.º 487 (8:936); 6 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 492 (8:941); 9 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 495 (8:944); 11 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 497 (8:946); 12 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 498 (8:947); 13 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 499 (8:948); 14 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 500 (8:949); 20 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 506 (8:955); 24 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 510 (8:959); 28 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 514 (8:963); 30 de Maio de 1925, ano II (XL), n.º 516 (8:965); 4? de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 521 (8:970); 9 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 524 (8:973); 11 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 526 (8:975); 12 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 527 (8:976); 17 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 532 (8:981); 25 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 540 (8:989); 26 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 541 (8:990); 27 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 542 (8:991); 5 de Julho de 1925, ano II (XL), n.º 550 (8:999); 17 de Julho de 1925, ano II (XL), n.º 562 (9:011); 18 de Julho de 1925, ano II (XL), n.º 563 (9:012); 6 de Agosto de 1925, ano II (XL), n.º 582 (9:031); 29 de Agosto de 1925, ano II (XL), n.º 605 (9:054); 1 de Setembro de 1925, ano II (XL), n.º 608 (9:057); 5 de Setembro de 1925, ano II (XL), n.º 612 (9:061); 9 de Setembro de 1925, ano II (XL), n.º 616 (9:065); 17 de Outubro de 1925, ano II (XL), n.º 9:102; 24 de Outubro de 1925, ano XL, n.º 9:109; 12 de Novembro de 1925, ano XL, n.º 9:102; 12 de Novembro de 1925, ano XL, n.º 9:128; 18 de Janeiro de 1926, ano XLI, n.º 9:192; 1? de Fevereiro de 1926, ano XLI, n.º 9:216; 22 de Fevereiro de 1926, ano XLI, n.º 9:225; 3 de Março de 1926, ano XLI, n.º 9:234; 4 de Março de 1926, ano XLI, n.º 9:235; 5 de Março de 1926, ano XLI, n.º 9:236; 18 de Março de 1926, ano XLI, n.º 9:249; 8 de Abril de 1926, ano XLI, n.º 9:269; 1 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:291; 2 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:292; 14 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:304; 17 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:307; 19 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:309; 20 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:310; 21 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:311; 2 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:323; 15 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:336; 16 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:337; 23 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:344; 16 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9:367; 22 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9:373; 29 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9:380; 5 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:386; 6 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:387; 10 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:391; 11 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:392; 12 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:393; 13 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:394; 15 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:396; 24 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:405; 30 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:411; 1 de Setembro de 1926, ano XLI, n.º 9:413; 3 de Setembro de 1926, ano XLI, n.º 9:415; 22 de Outubro de 1926, ano XLI, n.º 9:461; 25 de Outubro de 1926, ano XLI, n.º 9:464; 30 de Outubro de 1926, ano XLI, n.º 9:469; e 22 de Dezembro de 1926, ano XLII, n.º 9:521.

<b>3.º Subperíodo (1919-1926) – Novidades</b> <b>Diferentes assuntos analisados</b>	<b>Número de vezes mencionado</b>
Agricultura	25
Arte	2
Assistência/Caridade	14
Ciência	1
Colónias	6
Conspirações/Presos políticos/Amnistia	8
Economia	54
Economia (após Revolução de 1926)	11
Educação	32
Espiritismo	2
Emigração	1
Guerra Mundial	2
História e Cultura nacionais	12
Igreja Católica (festividades)	22
Igreja Católica (geral)	64
Igreja Católica (Portugal)	86
Imprensa	14
Imprensa (após Revolução de 1926)	3
Imprensa Católica	6
Internacional	67
Lei da Separação (especificamente)	2
Maçonaria/Livre pensamento	2
Monarquia	5
<i>Novidades</i> (vida interna)	23
Obras Públicas	1
Operariado	6
Organização política dos católicos (até Maio de 1926)	131
Organização política dos católicos (após Revolução de 1926)	6
Personalidades	15
Política (nacional e internacional em geral)	6
Política Nacional (acção política do Regime Republicano até Maio de 1926)	127
Política Nacional (acção política após Revolução de 1926)	14
Portugal (enquanto Estado e Nação)	9
Portugal e Guerra Mundial	2
República (afirmação, acusações, cultura, desavenças)	11
Revolução de 28 de Maio de 1926	21
Saúde	2
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos)	32
Separação Estado-Igreja (acções e efeitos) após Revolução de 1926	5
Sociedade	74
Tumultos/Manifestações/Greves	13

**Quadro n.º 21: Assuntos do jornal *Novidades* no 3.º Subperíodo (1919-1926)**

A análise da organização política dos católicos e da política nacional constituíram os dois assuntos mais abordados em editorial, dos 41 assuntos apresentados pelo diário *Novidades*, entre 1919 e 1926. Nestes anos, o assunto «Organização política dos católicos (até Maio de 1926)» foi analisado em 131 editoriais. Já o tema «Política Nacional (acção política do Regime Republicano até Maio de 1926)» esteve presente em 127 editoriais. Os outros três temas mais referenciados foram: «Igreja Católica (Portugal)», presente em 86 editoriais, «Sociedade» em 74 editoriais, e «Internacional» analisado em 67 editoriais. Os restantes 36 assuntos registaram, em cada um destes, a presença entre 1 e 64 editoriais.

### **7.3. O percurso e a acção da imprensa católica (1919-1926)**

A imprensa católica assistiu, num subperíodo alargado de oito anos, ao aparecimento de 53 novos títulos, em termos nacionais, conforme se pode constatar pela consulta do Catálogo em anexo. O jornalismo católico amadureceu os conteúdos e as formas de actuação social, transformou-se e modernizou-se com a aquisição de novos materiais tipográficos, e expandiu-se pelo país, fruto do uso de um melhor sistema de distribuição postal que se foi desenvolvendo. Mas esse também foi um tempo de grandes polémicas que envolveu jornais, jornalistas, políticos e visões diferentes, com especial incidência para o conflito que envolveu os periódicos *A Epoca* e *A União*, entre Setembro de 1921 e Setembro de 1922, e críticas do jornal *Novidades* dirigidas a José Fernando de Sousa (Nemo), em Agosto de 1925. Ambas as alterações tiveram como fundo divergências entre diferentes sectores católicos, politizados mais do que exclusivamente conteúdos jornalísticos.

Foi igualmente a altura em que os próprios jornais católicos sentiram de perto as dificuldades impostas pelas greves que nesse período assolaram Portugal, em especial em Lisboa. Tal aconteceu, por exemplo, entre o *Diario do Minho* e o pessoal tipográfico do jornal, com o conflito laboral em 1922, que ganhou contornos de rebelião quando, no final de Outubro desse ano, o jornal foi atacado à bomba, alegadamente por tipógrafos grevistas<sup>14</sup>. Também as *Novidades* sentiram os efeitos da greve dos tipógrafos, em Abril

---

<sup>14</sup> O conflito entre os dirigentes do jornal e os operários já vinha de Julho de 1922, como podemos confirmar em: Santa Cruz, *O conflito com o pessoal tipografico – Reflexões*, in *Diario do Minho*, 27 de Julho de 1922, ano IV, n.º 1002, p. 1. As sucessivas greves do pessoal tipógrafo do *Diario do Minho* assumiram, contornos de grande instabilidade, provocando a suspensão momentânea do jornal por um período de seis dias, entre 11 e 16 de Outubro desse ano. Já no final de Outubro o *Diario do Minho* foi atacado à bomba, alegadamente por tipógrafos grevistas, o que deu origem à escrita de diversos editoriais cáusticos, entre 21 de Outubro de 1922 (ano IV, n.º 1068) e 26 de Outubro de 1922 (ano IV, n.º 1072). Já

e em Maio de 1924, ficando sem se publicar durante diversos dias<sup>15</sup>. Ainda que se tenha apresentado como um jornal diário, informativo, «(...) acentuadamente regionalista, sem todavia esquecermos o que a Portugal devemos e á Igreja Catholica...»<sup>16</sup>, o *Diario do Minho* só abordou, especificamente, a questão da imprensa católica em 26 de Junho de 1919, e na coluna mais à direita da primeira página, em oposição às colunas do editorial, situadas à esquerda. O autor do artigo, C. C. (Constantino Coelho), asseverava que as condições, então existentes em Portugal, impunham a imprensa católica como uma necessidade, sendo que ela era mesmo apresentada como um «(...) propulsor da civilização cristã!»<sup>17</sup>. Ora, este interesse crescente pela questão da imprensa católica tinha aqui nitidamente um fundamento temporal. Daí a escassos três dias, no dia 29 de Junho, celebrava-se o dia dedicado à imprensa católica, de acordo com a determinação do episcopado nacional, integrado nas festas religiosas de São Pedro e de São Paulo. O programa do dia da imprensa católica apelava aos católicos para orarem por ela e pelos jornalistas católicos<sup>18</sup>, mas não só. Com efeito, as preces deveriam ser acompanhadas por apoios financeiros à imprensa católica e pela sua propaganda divesificada. O *Diario do Minho*, por intermédio do seu colaborador, C. C., apresentava um plano de acção aos católicos que os instigava a assinarem qualquer título da imprensa católica, e propagando-a entre as suas relações sociais.

Para além destas acções, as diferentes subscrições abertas em diferentes dioceses nacionais, em prol da imprensa católica, eram outras formas de angariar dinheiro para a causa da denominada boa imprensa. Estas acções eram entendidas por C. C. como «(...) a nossa contribuição de guerra; o municimento dos exercitos que defendem Jesus Cristo»<sup>19</sup>. De resto, o próprio episcopado fazia crer, pelas posições descritas no texto, que a ninguém – entenda-se, os católicos – era lícito deixar de orar e de ajudar

---

em Maio de 1923 o *Diario do Minho* seria novamente suspenso durante mais de um mês, entre 9 de Abril e 15 de Maio, por causa da greve dos tipógrafos. Ver: “*Diario do Minho*”, in *Diario do Minho*, 16 de Maio de 1923, ano V, n.º 1202, p. 1. O periódico de Braga esteve novamente suspenso entre 1 de Agosto de 1923 (ano V, n.º 1265) e 15 de Fevereiro de 1924 (ano V, n.º 1283). Reapareceu no dia seguinte, em 16 de Fevereiro (ano V, n.º 1284), mas suspendeu novamente a sua publicação logo a seguir, no dia 17. Reapareceu em 7 de Março de 1924 (ano V, n.º 1285). Nesse número foram apresentadas as razões da sua suspensão que teve a greve dos tipógrafos como pano de fundo. Cf. *Reaparecendo*, in *Diario do Minho*, 7 de Março de 1924, ano V, n.º 1285, p. 1.

<sup>15</sup> Sobre a greve dos tipógrafos das *Novidades*, em 1924, ver: ALMEIDA, José Maria – *Susídios para a história do jornal Novidades...* pp. 91-92.

<sup>16</sup> *Traçando um programa*, in *Diario do Minho*, 15 de Abril de 1919, ano I, n.º 1, p. 1.

<sup>17</sup> C. C., *Imprensa Católica*, in *Diario do Minho*, 26 de Junho de 1919, ano I, n.º 59, p. 1.

<sup>18</sup> Cf. C. C., *Orar pela imprensa*, in *Diario do Minho*, 27 de Junho de 1919, ano I, n.º 60, p. 1.

<sup>19</sup> C. C., *Contribuir para a imprensa*, in *Diario do Minho*, 29 de Junho de 1919, ano I, n.º 62, p. 1.

financeiramente a imprensa católica, apresentada como a grande obra do apostolado social.

O tema da imprensa católica fazia parte de uma carta enviada pelo papa Bento XV ao cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, e aos bispos de Portugal. Nessa missiva também figuravam a formação do clero e referências ao código de Direito Canónico, de 1917. Nela se afirmava que a imprensa tinha grande influência sobre a opinião pública. Por isso, era recomendada vigilância aos homens católicos que «(...) da imprensa usam para defeza dos pincípios e das instituições cristãs, o façam com segurança e prudência; visto que no perigo de, por imprudência, virem a ser nocivos em vez de proveitosos á religião»<sup>20</sup>.

Nessa altura, a globalidade do jornalismo português, e não apenas o católico, vivia uma época de transformação. Em certa medida, fruto de uma maior consciência da importância social do seu trabalho, os trabalhadores da imprensa aproveitaram a onda de contestação das classes trabalhadoras para também vingarem os seus direitos laborais. O jornal católico da capital, *A Epoca*, e outros títulos da praça vinham alimentando a ideia da constituição de uma casa dos jornalistas, em Lisboa, com o objectivo de salvaguardar os seus direitos profissionais, e ser um género de casa de repouso, ao estilo futuro de um lar de terceira idade. A ideia não era nova. Em Abril de 1905, no reinado de D. Carlos, nascera a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (ACTIL). Na mesma altura, tomava lugar, também em Lisboa, o I Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses<sup>21</sup>. *A Epoca* referia que a ideia da casa dos jornalistas estava a ser muito bem recebida por pessoas singulares e por vários organismos, como o conselho de seguros. Aquele diário asseverava que a própria Câmara Municipal de Lisboa já se mostrara receptiva em alienar um terreno para a construção da referida casa<sup>22</sup>. Semanas depois, em meados de Dezembro, *A Epoca* editou uma notícia, dando conta da eleição dos corpos directivos em reunião anterior do dia 7 do corrente mês, que formaria uma comissão que asseguraria a realização dos trabalhos seguintes até à apresentação dos estatutos da casa dos jornalistas<sup>23</sup>.

À margem da ideia da construção desse espaço, que englobaria os jornalistas de diferentes tipos, como católicos, republicanos, monárquicos, entre outros, o *Diario do Minho* apresentou, em 16 de Novembro de 1919 a ideia da constituição de um novo

---

<sup>20</sup> *Bento XV e Portugal*, in *Diario do Minho*, 19 de Outubro de 1919, ano I, n.º 158, p. 1.

<sup>21</sup> Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 36-37.

<sup>22</sup> Cf. *A 'Casa dos Jornalistas'*, in *A Epoca*, 8 de Outubro de 1919, ano I, n.º 180, p. 1.

<sup>23</sup> Cf. *Casa dos Jornalistas*, in *A Epoca*, 9 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 241, p. 1.

Congresso de Jornalistas Católicos que tinha sido lançada por um outro título católico, *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação). O diário de Lisboa era da opinião que nesse Congresso só deveriam participar jornalistas e escritores que fizessem da imprensa a sua profissão, e dividia-os em duas categorias: «(...) os jornaes ou publicações, isto é, os elementos materialmente da organização católica, e os jornalistas ou escritores, elementos pessoalmente da organização católica»<sup>24</sup>. Ao mesmo tempo, o articulista garantia que a necessidade deste congresso era urgente, mas aconselhava calma na sua realização para esse ano de 1919. Defendia este pensamento com algo que constituía um aspecto vital da imprensa católica: a posição oficial do episcopado. Com efeito, o autor do artigo asseverava que o episcopado «(...) não traçou ainda o caminho geral da acção católica, nem se realizou o Congresso geral católico, (...) e também para breve está anunciado um Congresso Catolico bracarense»<sup>25</sup>, sendo que este último só aconteceria entre 8 e 12 de Dezembro de 1920<sup>26</sup>. Nesse sentido, o *Diario do Minho* confirmava a importância reguladora que o episcopado tinha no processo da acção a desempenhar pela imprensa católica. Assim, só após a realização do congresso é que a imprensa católica poderia actuar em conformidade com as orientações obtidas do episcopado, e poder, com método e disciplina, «(...) atingir a perfeição e a preponderancia que merece, não tanto ela, quanto a causa divina que representa, e protesta defender»<sup>27</sup>.

Já no início de 1920, um outro título católico, *A União*, aumentava o número das publicações ao serviço da Igreja. Contudo, este semanário apresentava uma feição especial, logo definida nas primeiras linhas, em jeito de um *lead* do editorial em “pirâmide invertida”: «(...) “A União” é uma revista semanal que aparece para servir como órgão official do “Centro Catholico Portuguez”, reflectindo a sua orientação»<sup>28</sup>. Esta revista declarava-se, ainda assim, generalista em termos de temáticas a apresentar nas suas páginas, desde questões sociais, apontamentos económicos e análise da política nacional. Claro que, desde o início, a revista de Lisboa deixou claro que não pretendia entrar em lutas políticas – entenda-se, entre monárquicos e republicanos e suas facções – assumindo ser coerente nas suas primeiras e únicas intenções, e confirmava ser apenas português e católico, em defesa da Igreja Católica e da pátria. Apesar destas

---

<sup>24</sup> *Imprensa Católica*, in *Diario do Minho*, 16 de Novembro de 1919, ano I, n.º 182, p. 1.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>26</sup> Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 50-51.

<sup>27</sup> *Imprensa Católica*, in *Diario do Minho*, 16 de Novembro de 1919, ano I, n.º 182, p. 1.

<sup>28</sup> *A União*, in *A União*, 19 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 1, p. 1.

determinações, *A União* apresentou uma postura valorativa do papel da imprensa católica, enquanto tal, como aconteceria mais à frente. Contudo, o *Diario do Minho* manteve-se neste terceiro subperíodo como o jornal com a acção mais visível de apoio à imprensa católica, ainda que nem sempre o fizesse em editorial, mas em artigos colocados em colunas paralelas àquele. Porém, no fim de Junho de 1920 o diário de Braga voltou a colocar a imprensa católica em primeiro plano, para informar os seus leitores que os prelados portugueses determinaram que «(...) no proximo dia 29 do corrente em todas as igrejas se faça uma colecta em favor da impensa católica, depois de algumas orações por esta obra de Deus. É um verdadeiro dever católico, corresponder a tal apelo»<sup>29</sup>.

As contribuições monetárias eram apontadas pelo jornal como sendo cruciais para manter a imprensa católica viva, melhorando-a em termos técnicos, para que ela pudesse competir com os outros tipos de imprensa, em especial a imprensa republicana. No dia seguinte, o *Diario do Minho* voltou a abordar a questão da imprensa católica em editorial. Começou por analisar a situação da imprensa católica em Espanha, confirmando algumas das acções orquestradas pelos católicos espanhóis, em especial a formação do Centro *Ora et Labora*, criado pelo Seminário Pontifício de Sevilha, que, segundo o jornal bracarense, vinha produzindo um trabalho intenso de propaganda e de acção católica, já com diversas ramificações por toda a Espanha, para além do trabalho efectuado pelo Apostolado de la Prensa de Madrid, e pela Propaganda Católica de Palência.

Já no caso específico de Portugal, o *Diario do Minho* enalteceu o papel do episcopado nacional em ter criado o dia da boa imprensa, fixado em 29 de Junho, e de canalizar as colectas nas missas desse dia para a obra da imprensa católica<sup>30</sup>. Este apelo surgia ao mesmo tempo que, numa outra coluna da primeira página do jornal, o *Diario do Minho* apresentava o decreto governativo que impunha um aumento do preço dos periódicos, em função do aumento generalizado do preço do papel, dos materiais tipográficos, e dos vencimentos dos trabalhadores da imprensa<sup>31</sup>. Em Novembro desse ano, o *Diario do Minho* apresentou um editorial dedicado à acção católica e ao papel reservado aos jornais e aos jornalistas católicos, em vésperas da realização do congresso católico na arquidiocese de Braga, entre 8 e 12 de Dezembro de 1920, que ficaria para a

---

<sup>29</sup> *Imprensa Católica*, in *Diario do Minho*, 26 de Junho de 1920, ano II, n.º 367, p. 1.

<sup>30</sup> *Imprensa Católica*, in *Diario do Minho*, 27 de Junho de 1920, ano II, n.º 368, p. 1.

<sup>31</sup> Cf. *A crise da Imprensa*, in *Diario do Minho*, 27 de Junho de 1920, ano II, n.º 368, p. 1.

história como o I Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga. O *Diario do Minho*, então momentaneamente impresso num papel de muito má qualidade, que dificultava a leitura, assegurava no editorial que o jornalismo católico era «(...) muito mais, do que a profissão simples da fé, a singela vida cuidada no espírito de Apostolado»<sup>32</sup>. O articulista instigava os jornalistas católicos a organizarem-se e a unirem esforços, na construção de um critério comum, em prol da força da imprensa católica.

Assim, foi num processo de construção e de maturação que decorreu a acção da imprensa católica, numa altura em que o próprio *Diario do Minho* vinha promovendo a fundação e/ou a reorganização de vários títulos locais na região minhota, através da constituição anterior do grupo Minho Gráfico. Talvez conscientes da importância que a imprensa católica vinha adquirindo, as acusações aos jornais e aos jornalistas católicos, por parte de outros tipos de imprensa, ganharam força. Em 25 de Agosto de 1921, Francisco Veloso, destacado jornalista católico, assinou um artigo intitulado: «A minha resposta» em que promovia uma defesa da imprensa católica<sup>33</sup>, entretanto atacada pelo jornal *Correio da Manhã* (Lisboa, 1921-1928), periódico monárquico, dirigido pelo jornalista Aníbal Soares. Acusado de não ser, verdadeiramente, católico, o *Diario do Minho* sentiu mesmo a necessidade de se defender e de elucidar a sua postura, num editorial mais dirigido aos jornais seus contemporâneos, do que aos leitores que o liam. Em 20 de Setembro de 1921, a partir da notícia de mais uma subscrição para o projecto do grupo Minho Gráfico, o autor do editorial, Artur Bivar, jornalista católico de notoriedade, defendia que o jornal era católico e não monárquico ou republicano, para além de se assumir como independente em termos políticos. A polémica com os jornais monárquicos era recente, e só ganhara maior visibilidade a partir do momento em que o Centro Católico Português (CCP) começou a participar em diferentes escrutínios sem o apoio formal dos monárquicos. Assumidamente católico, o jornal de Braga defendia que as polémicas com os monárquicos eram sobretudo políticas. Por outro lado, acentuava a sua liberdade política, testemunhando que se dirigia a todos os portugueses desiludidos com o caminho percorrido pelos republicanos e pelos monárquicos<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> *Acção Católica: Jornais e jornalistas*, in *Diario do Minho*, 18 de Novembro de 1920, ano II, n.º 491, p. 1.

<sup>33</sup> Cf. Francisco Veloso, *A minha resposta*, in *Diario do Minho*, 25 de Agosto de 1921, ano III, n.º 724, p. 1.

<sup>34</sup> Cf. Artur Bivar, *A melhor resposta: mais de vinte contos subscritos só em Braga!*, in *Diario do Minho*, 20 de Setembro de 1921, ano III, n.º 746, p. 1.

O tema da imprensa católica voltou à berlinda, por acção do semanário *A União*, no primeiro dia de Julho de 1923. O editorial era dedicado ao dia da boa imprensa, que havia sido celebrado no passado dia 29 de Junho, um pouco por todas as dioceses do país, por iniciativa do episcopado. O semanário de Lisboa, órgão oficial do Centro Católico Português, apresentou alguns trechos de diversas encíclicas e outros documentos papais, assim como algumas indicações do próprio episcopado. Confirmou a importância da boa imprensa: «(...) trata-se pois de alguma coisa, que interessa à Igreja de uma maneira especial»<sup>35</sup>, asseverando que era necessário reiterar o esforço de divulgação, uma vez que defendia que a imprensa ainda era muito descuidada pelos portugueses. De certa forma, optando pela transmissão de informações retiradas directamente da Santa Sé e do episcopado português, *A União* assumia estar claramente subordinada aos desígnios definidos por aqueles organismos, defendendo a boa imprensa com grande verticalidade. Um outro vector da imprensa católica era, naturalmente, a função exercida pelo jornalista católico. Partindo do aniversário de um outro título católico, *A Actualidade*, de Ponta Delgada, em S. Miguel, nos Açores (1920-1926), *A União* apresentou algumas considerações sobre este tema, em Outubro de 1923, retiradas do próprio jornal açoriano. Neste, era referido que o jornalista católico é um «(...) divulgador e uma doutrina que tem princípios rígidos, defensor de uma causa que tem os seus alicerces no *dever* e na *obediência*, ele tem obrigação, muitas vezes, de combater predileções dominantes, e de se sujeitar a críticas de todo injustas»<sup>36</sup>. O articulista asseverava que era difícil ser jornalista católico em Portugal, fruto de diversas contrariedades, quer fosse o elevado trabalho dispendido em prol da imprensa católica, quer fosse o meio social onde esta se inseria. Com efeito, Manuel Caetano Pereira defendia que o papel desempenhado pelo jornalista católico era como um fardo e um dever sagrado de lutar contra as adversidades existentes na sociedade portuguesa. Era apontado que «(...) a moral cristã foi banida da vida pública nacional (não só pelo radicalismo, mas pelo chamado conservantismo) e é urgente restituir-lha. A questão vital para a nossa Pátria é restituir á sua vida pública, como á vida particular, as ideias cristãs e os costumes cristãos»<sup>37</sup>. Este assunto particular haveria de ser retomado no final de Novembro, numa das páginas interiores d' *A União*, que inseria um artigo do jornal católico *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação), um título que

---

<sup>35</sup> A “Boa Imprensa”, in *A União*, 1 de Julho de 1923, ano IV, n.º 148, p. 1.

<sup>36</sup> Manuel Caetano Pereira, *O Dever do Jornalista catolico na hora que passa*, in *A União*, 21 de Outubro de 1923, ano IV, n.º 154, p. 3.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*.

apresentava e defendia os interesses do Centro Católico Português na província. À pergunta: o que era um jornalista católico?, era dito que o mesmo «(...) nem sempre escreve o que *subjectivamente sente*, mas escreve *sempre o que deve* muitas vezes com sacrifício da sua opinião pessoal. (...) Um jornalista católico só tem uma preocupação: compenetrar-se, sem pensamento reservado, do que a Igreja quer e persuadi-lo aos seus leitores»<sup>38</sup>. Ao mesmo tempo, *A União*, a partir do *Correio de Coimbra*, editava a diferença entre o jornalista católico e o católico jornalista. Com efeito, era dito que este último tinha menos autoridade para escrever sobre assuntos da Igreja, porque só tinha a sua própria autoridade a controlá-lo, isto é, a consciência. O periódico afirmava que o católico jornalista possuía um critério subjectivo que o poderia desviar do caminho traçado pela Igreja para a sua imprensa católica. Nesse sentido, o jornal argumentava que um cristão, sendo um homem com carácter, defenderia o título de jornalista católico mesmo que fosse apenas «(...) para não atrair sobre a Igreja as consequências dos seus erros e paixões»<sup>39</sup>.

Como já referimos anteriormente, o apoio da Santa Sé foi fundamental para o crescimento e para o amadurecimento da imprensa católica. A atenção para os discursos papais direccionados para essa temática era, por isso, grande. Assim, no final de Outubro de 1923, *A União* publicou algumas considerações que o papa Pio XI apresentara em Setembro anterior, por ocasião de uma peregrinação a Roma de alguns peregrinos milaneses da boa imprensa. Nesse discurso, o Pio XI asseverava que a imprensa católica deveria estar sob a égide dos pastores da Igreja. Por outro lado, confirmava o papel relevante da boa imprensa na luta que travava com a denominada má imprensa, dizendo que a boa imprensa era a obra «(...) mais eficaz e insubstituível...»<sup>40</sup> contra os malefícios da má imprensa. Pio XI considerava a boa imprensa como uma necessidade do tempo actual, e os católicos deveriam auxiliá-la, não apenas com a ajuda financeira, mas também de corpo presente, auxiliando-se na sua propaganda. Este discurso não era novo e seguia, claramente, as indicações preconizadas por um anterior pontífice, Leão XIII. Mas *A União*, como tantos outros periódicos católicos, assumia a responsabilidade de lhe dar o devido destaque sempre que a questão da imprensa católica fosse abordada.

---

<sup>38</sup> *Jornalistas Catolicos*, in *A União*, 29 de Novembro de 1923, ano IV, n.º 161, p. 3.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>40</sup> *Pio XI e a Boa Imprensa*, in *A União*, 26 de Outubro de 1923, ano IV, n.º 155, p. 1.

Em 15 de Dezembro de 1923 reapareceu, em Lisboa, o diário *Novidades* (1923-1974), mas desta vez com uma feição puramente católica. Tal havia sido proposto no II Congresso Nacional do Centro Católico Português, realizado em Lisboa, nos dias 29 e 30 de Abril de 1922<sup>41</sup>. Os bispos portugueses recomendavam aos católicos a assinatura daquele diário. Sob a égide do episcopado, este periódico pretendia ser assim visto como um meio de união dos portugueses, sobretudo dos católicos, usando como título do seu primeiro editorial um velho chavão nacionalista: «Por Deus e por Portugal»<sup>42</sup>, apresentando, dias depois, em grande destaque, a indicação de São Francisco de Sales como o padroeiro dos jornalistas católicos<sup>43</sup>.

A dimensão que a imprensa católica assumiu, ao longo deste terceiro subperíodo foi evidente. O diário *Novidades* teve aqui um papel importante, pois, desde o início da sua publicação, foi também publicando regularmente, ora em editorial, ora em outras colunas da primeira página ou mesmo nas páginas interiores, informações sobre a imprensa católica. De resto, cedo ficou claro que o *Diário do Minho, A Ordem* (Lisboa) e as *Novidades* foram os periódicos que deram mais visibilidade ao tema ao longo deste período, quer aos diversos problemas relacionados com a imprensa em geral, em momento de crise, quer ao nível específico da imprensa católica.

No primeiro aniversário do jornal *Novidades*, em Dezembro de 1924, era perceptível o ânimo expresso no editorial, que ocupava parte das seis colunas da primeira página, encimando uma fotografia onde estavam dezassete bispos do episcopado português. Na legenda da foto explicava-se que faltavam dois prelados para o quadro estar completo: o bispo da diocese de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva (1915-1936), e o bispo de Bragança-Miranda, D. José Leite Lopes de Faria (1916-1927). Essa fotografia não havia sido inserida por mero acaso. Antes, determinava o apoio formal dos prelados portugueses à causa da imprensa católica e do pregão do jornal *Novidades*. O articulista reiterava a máxima que havia guiado o jornal desde o primeiro dia: «Pela Pátria e por Portugal!», e consagrava a estes a existência e a actividade do diário. Com efeito, era referido que o apoio transmitido pelo episcopado dava alento às *Novidades* para seguirem em frente, numa acção de propaganda que, em verdade, já cobria praticamente todo o país, através da distribuição do serviço postal. O articulista apresentava também uma palavra de alento aos jornalistas católicos pelo

---

<sup>41</sup> Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...*p. 54.

<sup>42</sup> Cf. *Por Deus e por Portugal!*, in *Novidades*, 15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8:445), p. 1.

<sup>43</sup> Cf. *O nosso padroeiro*, in *Novidades*, 28 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 13 (8:445), p. 1.

trabalho que estes vinham efectuando, sendo apresentados como «(...) soldados humildes e anónimos do grande exercito cristão...»<sup>44</sup>.

No ano seguinte, em Março de 1925, o papel da imprensa católica foi novamente exaltado, desta vez por intermédio do bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva (1915-1936). As palavras do prelado foram impressas no jornal *Correio de Coimbra*, por ocasião do seu terceiro aniversário. Era referido que a imprensa católica constituía um importante auxiliar da acção dos bispos, uma vez que os jornais podiam difundir a mensagem cristã em diversas partes que não apenas na Igreja, local onde se confinava, predominantemente o sacerdote. D. Manuel da Silva asseverava que a imprensa poderia fazer um bom papel, se ela fosse boa, assim como poderia desempenhar um mau serviço se fosse má. E solicitava a que «(...) todos compreendessem a necessidade e obrigação de auxiliar a boa imprensa. Os católicos devem, em regra, ler sómente o bom jornal, o jornal integralmente católico, e não auxiliar ou apoiar por qualquer forma o mau jornal»<sup>45</sup>. Uma vez mais, ficava expressa a luta entre a boa imprensa e a má imprensa, a necessidade – definida para os católicos – de proteger, de auxiliar e de propagar a primeira, e de negar, por completo, a segunda.

Como vimos anteriormente, a boa imprensa ganhava um novo alento propagandístico quando se aproximava o dia 29 de Junho, a data escolhida para celebrar o dia da boa imprensa, nas festividades de São Pedro e de São Paulo. As *Novidades* anunciaram o dia da imprensa católica com uma nota, a seis colunas, na primeira página, antes do editorial e das restantes notícias. Nessa nótula, o diário instigava os católicos a auxiliarem moral e materialmente a boa imprensa e asseverava que «(...) a esmola que dêmos para a IMPRENSA CATOLICA é o cumprimento de um alto e sagrado valor: que ninguém a êle falte: – seria trair a Causa mais santa; seria furtar ao soldado em plena batalha as munições para rechaçar o inimigo implacavel»<sup>46</sup>. Uma vez mais, ficava bem patente o recurso a uma imagem de uma guerra. Em certa medida, consideramos que tal acção da imprensa católica era profundamente pensada, de forma a suscitar, nos católicos, reacções de protecção e de auxílio aos seus jornais. De resto, fora num contexto próximo que o papa Leão XIII apresentara a questão da imprensa católica e a transformara numa campanha em prol da boa imprensa.

---

<sup>44</sup> *No Bom Caminho*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 354 (8:807), p. 1.

<sup>45</sup> *Quem os ouve...*, in *Novidades*, 25 de Março de 1925, ano II (XL), n.º 451 (8:902), p. 1.

<sup>46</sup> *A Imprensa Catolica celebra amanhã o seu dia de festa*, in *Novidades*, 28 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 543 (8:992), p. 1.

### 7.3.1. A corrente da boa imprensa fomentada pelo jornal *A Ordem* (Porto)

No decurso da análise que realizámos ao jornal *A Ordem* (Porto), entre Fevereiro e Abril de 1919, neste terceiro subperíodo – como ligação ao *Diario do Minho*, a partir de 15 de Abril de 1919 – constatámos um elevado número de referências à boa imprensa, ora em diversos editoriais, ora em esparsos artigos sobre o tema, ora sobretudo na secção «Na liça até morrer», sobre o jornalismo (boa e má imprensas), assinada por P. B. Com efeito, foi sobretudo nessa secção, inserida nas colunas centrais da primeira página, que o jornal do Porto se dedicava a promover algumas considerações sobre o tema, aproveitando para instigar os católicos a fomentarem a boa imprensa. Ao mesmo tempo, *A Ordem* também apelava à boa vontade dos seus assinantes para regularizarem as suas assinaturas, de forma a auxiliarem o periódico face às dificuldades momentâneas, em especial o elevado preço que o papel atingira no período da Grande Guerra (1914-1918). Como prova de agradecimento, *A Ordem* inseria, regularmente, nas suas páginas o nome de diversos assinantes do jornal que tinham autorizado o aumento do seu preço de assinatura, assim como o nome de outras pessoas que se tinham tornado assinantes do semanário. Esta acção não era caso único, e outros jornais católicos também já vinham promovendo essa medida. Alargando o período de análise a este tema, verificámos que o tema da boa imprensa foi apresentado naquela secção d' *A Ordem*, de uma forma sistemática, entre Junho de 1917 e Janeiro de 1926.

No dia 30 de Junho de 1917, *A Ordem* apresentou um editorial dedicado ao dia da imprensa católica que tinha decorrido no dia anterior<sup>47</sup>. O articulista defendia a prática da boa imprensa, e apresentava dois apontamentos dos papas Pio IX e Leão XIII sobre o tema, para meditação dos leitores. O autor do editorial considerava esses mesmos leitores a propagandear a imprensa católica, afirmando que só assim aqueles poderiam agradecer «(...) devidamente ao Senhor as graças que cumulou a sua Igreja, pelo ministerio dos Apostolos...»<sup>48</sup>. No ano seguinte, o mesmo teor discursivo sobre a boa imprensa foi apresentado na primeira página do jornal, não apenas no editorial, mas com diversos apontamentos sobre o tema. O editorial realçava a importância da imprensa na actualidade e defendia, no caso específico da má imprensa, a força que esta tivera no movimento golpista de 5 de Outubro de 1910. Ainda assim, o articulista reforçava o papel que a boa imprensa deveria ter na sociedade portuguesa. Era, sem

---

<sup>47</sup> Cf. *O dia da imprensa catholica*, in *A Ordem*, 30 de Junho de 1917, ano V, n.º 216, p. 1.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*.

surpresas, um discurso apaixonado e pleno de esperança, mas onde também havia espaço a críticas. As palavras de incentivo centravam-se na necessidade de se olhar para o dia da boa imprensa como um ponto de partida para uma mudança a implementar em Portugal, precisamente, através da mesma imprensa, do embaratecimento dos denominados bons livros, e do fomento da sua leitura. Já as palavras menos amistosas davam conta de uma certa inação dos católicos. O articulista defendia que a culpa de a boa imprensa estar, em Portugal, numa fase ainda embrionária se devia aos católicos que «(...) se teem importando apenas com as boas obras que mais prendem a sua sensibilidade... (...) É preciso crear quasi tudo, porque quasi tudo está por fazer, e o pouco que ha, nesta materia, vive á custa dos maiores sacrificios»<sup>49</sup>. Era afirmado que havia necessidade de se estimular a criação de novos títulos católicos e de novos jornalistas, para além de se apontar o facto de se verificar que não havia jornalistas católicos que trabalhassem em exclusivo em prol da boa imprensa, o que, no entender do articulista, originava uma série de contrariedades.

Um teor mais guerreiro estava presente nas palavras de Benevenuto de Sousa, um importante jornalista católico. Neste pequeno artigo, colocado na terceira coluna da esquerda, junto do editorial, o padre Benevenuto, como era popularmente conhecido, apresentava uma de comparação entre a boa imprensa e a má imprensa, atestando-a num quadro de permanente conflito. Afirmava que a má imprensa não poderia continuar o que acusava de ser a sua missão corruptora. Caso mantivesse essa postura, garantia que os católicos não deixariam de lhe declarar guerra, e apresentava o plano de a realizar: «(...) consistirá em nos valermos do nosso prestigio para a expulsar do seio das famílias. Consistirá em nunca, nunca a ler. Consistirá em escrever sempre contra ella... (...) Nesta guerra sem tréguas, tem de ser acompanhada pelo mais franco, decidido, e valioso apoio á Boa Imprensa»<sup>50</sup>.

Ao longo de diversos números, ao longo dos meses e dos anos seguintes, foi notória a preocupação d' *A Ordem* em fomentar nos seus leitores uma aproximação com a ideia da necessidade de uma boa imprensa forte, rigorosa, e activa na luta contra a má imprensa. Assim, foi muito frequente assistirmos a artigos profusamente próximos no seu conteúdo. A verdade é que as repetições eram frequentes, mas estas não eram simples equívocos ou “gralhas”. Cremos mesmo que havia uma tentativa do jornal em

---

<sup>49</sup> *Boa Imprensa*, in *A Ordem*, 29 de Junho de 1918, ano VI, n.º 268, p. 1.

<sup>50</sup> Padre Benevenuto, *O grande Dia da Boa Imprensa*, in *A Ordem*, 29 de Junho de 1918, ano VI, n.º 268, p. 1.

apostar nessa repetição, nessa “matraqueagem” de conteúdos, com recurso a outros títulos, eventualmente assinados por outras pessoas, que não na secção semanal «Na liça até morrer». Esta secção era, nitidamente, um espaço privilegiado de propaganda jornalística, sendo que um dos processos de construção da mesma passava por apresentar a luta contra a má imprensa<sup>51</sup>. Posteriormente, o discurso era catapultado para a apresentação da boa imprensa com as acções preventiva ou curativa a implementar, um pouco à imagem das determinações em tempos avançadas por Leão XIII a esse propósito.

Em 29 de Maio de 1920, um mês antes de se assinalar o dia da boa imprensa, P. B., colaborador d’ *A Ordem*, em mais um artigo da rubrica «Na liça até morrer» defendia para Portugal o que o jornalista católico François Veuillot apresentara no recente Congresso Diocesano de Paris, França: a criação de uma cédula da imprensa. O articulista do semanário do Porto instigava os membros da organização do dia da boa imprensa, de todas as dioceses nacionais, a promoverem debates de apresentação da cédula da imprensa aos seus diocesanos, alertando-os para as dificuldades por que passava a imprensa católica, sobretudo como os gastos tidos com o preço do papel, e sensibilizando-os a auxiliar a causa. Ora, assumindo que dos seis milhões de portugueses apenas dois milhões era católicos praticantes, P. B. asseverava que «(...) se cada concorresse, no grande dia [29 de Junho, dia da boa imprensa], com 100 reis, teríamos logo para a obra, que mais urge, a bonita somma de 200 contos»<sup>52</sup>. Apesar do optimismo exacerbado, P. B. logo confirmava que esse objectivo era possível de ser atingido, mas apenas se existisse um clero e leigos activos que realmente o quisessem concretizar. E, uma vez mais, acentuava o perigo de não se enfrentar devidamente a má imprensa.

Regulamente, P. B. apresentava palavras de incentivo à mobilização da imprensa católica nacional, a partir de casos da força que a boa imprensa tinha em outros países, sendo que o caso do Brasil era um dos mais focados. Com efeito, o autor constatava que nas dioceses brasileiras, onde o dia da boa imprensa se celebrava no dia 2 de Fevereiro, «(...) é um dia de intenso apostolado. Todos se fazem conferentes para, em poucas palavras, convencer os que veem, os que chegam, os que passam, da necessidade – que urge d’ uma imprensa, que se imponha ás multidões, d’ uma imprensa que crie opinião

---

<sup>51</sup> Veja-se, a título de exemplo, os seguintes artigos d’ *A Ordem*, ambos assinados por P. B., e com o mesmo título, *Na liça até morrer*, das seguintes datas: 17 de Abril de 1920, ano VIII, n.º 360, p. 1, e também 1 de Maio de 1920, ano VI, n.º 362, p. 1.

<sup>52</sup> P. B., *Na liça até morrer*, in *A Ordem*, 29 de Maio de 1920, ano VIII, n.º 366, p. 1.

publica»<sup>53</sup>. O intuito destas palavras era, como já vimos, variado, sendo que poderia servir, entre outras situações, para estimular os católicos a pensarem na importância da boa imprensa e na necessidade de a assinarem e a lerem. Até ao dia da grande festa, como P. B. denominada o dia da boa imprensa (29 de Junho), eram apresentadas diversas ideias relativas ao tema, ou para lembrar o importante papel promovido pelas senhoras que constituíam as comissões criadas para a tradicional “venda da flor”, uma forma de angariar dinheiro para a obra da boa imprensa<sup>54</sup>. No sábado anterior, 25 de Junho de 1921, o jornal *A Ordem* apresentou uma primeira página dedicada apenas à boa imprensa, encimada com um pequeno texto extensível a seis colunas, onde se dizia: «(...) Difundir o bom jornal, dar uma esmola para a sua sustentação, erguer as suas orações ao céu pelo seu triunfo, eis o que todos sem excepção devem fazer nesse dia memorável. (...) Não consintamos que a imprensa impia corrompa as almas e envenene as consciências e para isso só temos um meio: é proteger eficazmente a Boa Imprensa»<sup>55</sup>. No que restava da primeira página, o jornal apresentava um conjunto de textos que, como era comum, se baseavam na apresentação dos benefícios da boa imprensa e dos malefícios da má imprensa. Assim, por exemplo, por um lado davam-se orientações aos párocos para instruírem os seus paroquianos com as benesses da boa imprensa e dos bons livros, e por outro apresentava-se uma pequena história de uma jovem rapariga que se suicidara, e que, de acordo com o seu autor, se deveria às leituras de maus jornais e de maus livros. Até havia alguns pequenos desenhos ilustrativos com algumas pequenas frases demonstrativas da importância da boa imprensa, como era, por exemplo, a seguinte: «o ferrão è a penna. Destila sempre veneno. É de pessimas consequencias da mordedura... E so se cura com o mel da *Boa Imprensa*»<sup>56</sup>.

Dois anos depois, em 29 de Junho de 1923, *A Ordem* assinalou o dia da boa imprensa com o mesmo optimismo de outros anos, reiterando as ideias que há muito vinha editando nas suas páginas, mas também reformulando o discurso, em função das crises económica, financeira, e política em que Portugal estava mergulhado, no período pós-guerra. O discurso aplicado à propagação da boa imprensa visava, naturalmente, a necessidade de os católicos a auxiliarem o melhor que pudessem. Assim, asseverando que o jornalismo católico era, actualmente, uma das missões mais difíceis, *A Ordem* assegurava que o número de publicações católicas rareava, fruto da crise por que

---

<sup>53</sup> P. B., *Na liça até morrer*, in *A Ordem*, 4 de Junho de 1921, ano IX, n.º 419, p. 1.

<sup>54</sup> Cf. P. B., *Na liça até morrer*, in *A Ordem*, 18 de Junho de 1921, ano IX, n.º 421, p. 1.

<sup>55</sup> *O dia da Boa Imprensa*, in *A Ordem*, 25 de Junho de 1921, ano IX, n.º 422, p. 1.

<sup>56</sup> *A vêspera da ma imprensa*, in *A Ordem*, 25 de Junho de 1921, ano IX, n.º 422, p. 1.

passava o país, mas alertava para o facto de essa mesma crise não impedir que a má imprensa pudesse manter-se viva e até em crescimento. Porém, o semanário católico esperava que o dia da imprensa católica que então se assinalava pudesse representar o início de um novo ciclo para o recrudescimento da imprensa católica portuguesa, marcada «(...) pelo reconhecimento, que todos os fieis lhe devem consagrar... (...) Todos os males sociaes, que ora afligem a humanidade, póde-se dizer que provieram da imprensa sectária, e de não lhe haverem oposto a Boa Imprensa...»<sup>57</sup>.

Como outros títulos católicos, seus contemporâneos, *A Ordem* também reduziu significativamente as referências ao tema da boa imprensa ao longo do ano, fazendo alusões ao tema apenas na sua época festiva. O desaparecimento da secção: «Na liça até morrer» também poderá ter contribuído para essa diminuição. Dessa forma, o semanário do Porto voltou a abordar o assunto no final de Junho de 1925. A configuração da primeira página manteve o mesmo traço de anos anteriores, com um pequeno texto alusivo ao dia festivo. E num editorial assinado por Silvio, um colaborador d' *A Ordem*, era apresentado e defendido o poder da imprensa na sociedade portuguesa. O articulista criticava a grande facilidade com que, em Portugal, se podia ser jornalista, sem necessitar de grandes comprovativos da aptência para a função a exercer. Daí, assegurava o autor, a existência de jornalistas que, no seu entender, vendiam «(...) toda a casta de veneno, que corrompe e mata a tantas almas, que leva a desgraça a tantos lares, que fomenta grèves, desordens, a anarquia no seio da sociedade, e contudo ninguem lhe vai á mão, a sua profissão é livre...»<sup>58</sup>. Nesse sentido, Silvio instigava os católicos, leitores da boa imprensa, a protegê-la, através da sua propagação, angariando novos assinantes, e a introduzi-la nos lares. Era assumido que esse era um acto que ninguém deveria restringir de efectuar.

À imagem do que já se editara anteriormente, havia pequenas frases na primeira página d' *A Ordem* que estavam destinadas a promover impacto nos leitores, e que apresentavam e defendiam argumentos claros de acusações e de recusa à má imprensa, e de promoção da boa imprensa. Dois desses exemplos eram: «a boa imprensa é uma especie de propagação da fé no interior», assinada por Monsenhor Freppel; e uma segunda frase era: «quem lê jornaes e livros maus, injecta veneno no proprio coração». A temática da boa imprensa foi-se diluindo com o tempo, e deixou de aparecer com a regularidade do passado. Com efeito, em 1926, fruto de diversos factores nacionais o

---

<sup>57</sup> *Dia da Boa Imprensa*, in *A Ordem*, 29 de Junho de 1923, ano XI, n.º 526, p. 1.

<sup>58</sup> Silvio, *O poder da imprensa*, in *A Ordem*, 27 de Junho de 1925, ano XIII, n.º 630, p. 1.

tema rareou nas páginas d' *A Ordem* que, mesmo assim, foi claramente o título católico, dos que analisámos neste terceiro subperíodo, aquele que mais visibilidade deu ao tema da boa imprensa.

### **7.3.2. O caso da transformação e da expansão do *Diario do Minho***

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1921, pouco antes de completar dois anos de existência, o *Diario do Minho* deu início a uma nova fase na vida do jornal, transformando-se, progressivamente, numa empresa de comunicação, uma das primeiras em Portugal. Em jeito de prólogo, Artur Bivar (1881-1946), jornalista católico de referência, assumiu a responsabilidade de informar os leitores daquele diário bracarense as alterações em curso, num artigo intitulado: «Vida Nova», expressão muito em voga, desde os finais da Monarquia Constitucional. O objectivo da mudança era claro: «(...) Sem lhe alterar a feição catholica independente de partidos, e conservadora, com que nasceu e tem vivido, a nova empresa quer que o *Diario do Minho* venha a ser um jornal moderno, de larga informação e de variada leitura...»<sup>59</sup>. A nova empresa, cuja constituição iria ser anunciada em breve, pretendia manter o interesse vivo por temas que testemunhavam a feição regionalista do periódico, como a agricultura, o comércio, a indústria, a cultura e a moralidade da região bracarense. Apesar de testemunhar que o novo projecto do *Diario do Minho* animaria as hostes católicas, Artur Bivar mostrava alguma ponderação no entusiasmo. Certamente, antevira dificuldades na construção do plano, em tempos de crise, e por isso afirmava: «(...) Não espere ninguém lindos artigos: a hora é de verdades claras em palavras simples»<sup>60</sup>. Durante as semanas seguintes à apresentação prévia do projecto, Artur Bivar desdobrou-se em diferentes artigos a explicar melhor os objectivos do projecto, a refrear o entusiasmo que lhe vinham endereçando nas ruas de Braga, a confirmar alguns atrasos na constituição da nova empresa<sup>61</sup>.

Em 2 de Abril de 1921, a empresa detentora do *Diario do Minho* assinou um extenso editorial de apresentação formal do novo projecto. Depois das palavras da praxe ao antigo proprietário, Joaquim António Pereira Vilela, eram apresentadas algumas ideias sobre a nova postura do diário que já tinham sido concretizadas por Artur Bivar,

---

<sup>59</sup> Arthur Bivar, *Vida Nova: o Diario do Minho vai passar a uma nova empresa*, in *Diario do Minho*, 6 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 558, p. 1.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>61</sup> Cf. Arthur Bivar, *Vida Nova: para o “Diario do Minho” transformado*, in *Diario do Minho*, 3 de Março de 1921, ano II, n.º 578, p. 1.

em anteriores artigos. A nova empresa expressava querer construir um novo jornal, mantendo o título e o interesse pelas coisas e pelas causas do Minho, mas encerrando processos anteriores, asseverando que «(...) tudo o que o “Diario do Minho” trazia na bagagem, de plausível ou censurável, desapareceu na constituição da nova empresa»<sup>62</sup>, dando-lhe uma “nova roupagem”, que se tornou rapidamente visível a partir dos números, com a introdução técnica de novos “tipos”, novos conteúdos, e novas secções. Ainda assim, talvez para justificar que não desejava cortar inteiramente com o passado, o jornal de Braga apresentava o fac-símile do primeiro número do primitivo *Diario do Minho*, datado de 23 de Setembro de 1877 (ano I, n.º 1), título que se editou até 8 de Novembro de 1879 (ano III, n.º 539), e que era dirigido por A. X. da Silva Pereira (1838-1902), reputado jornalista e escritor português.

Às inovações técnicas, que começaram a surgir nas páginas do novo *Diario do Minho*<sup>63</sup>, foram adicionadas regularmente informações sobre a empresa Minho Gráfico, detentora do periódico. Utilizando um esquema de “Sociedade por Quotas”, a empresa Minho Gráfico começou a publicar no jornal, desde 5 de Abril de 1921 (ano II, n.º 604), um quadro com o nome de pessoas que haviam subscrito as acções da respectiva empresa. O crescimento da empresa Minho Gráfico e, conseqüentemente, do *Diario do Minho* materializou-se na expansão a outras localidades da região minhota, com a aquisição de novos títulos. O primeiro desses títulos a ser adquirido e transformado foi o *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922), apresentado como o jornal com maior tiragem no concelho de Santo Tirso. Este título fazia parte agora da União da Imprensa Católica Regional, criada pelo grupo Minho Gráfico, depois do Congresso Católico de Braga, de Dezembro de 1920, e que se tornaria mais tarde a União da Imprensa Regional. Estava em marcha o plano de alargamento do grupo. Numa nota, colocada antes do editorial, era afirmado que «(...) com esta edição semanal, qualquer artigo, notícia ou anúncio publicado no “Diario do Minho” para a federação regional da nossa imprensa é tirado em cerca de 1:000 exemplares a mais e lidos por cerca de 5:000 pessoas»<sup>64</sup>. A nota avançava que estaria para breve a entrada de mais sete jornais para a

---

<sup>62</sup> A Empresa, *Diario do Minho, a nossa apresentação*, in *Diario do Minho*, 2 de Abril de 1921, ano II, n.º 602, p. 1.

<sup>63</sup> Em 10 de Novembro de 1921, o *Diario do Minho* apresentou aos seus leitores, na primeira página, uma notícia em que apresentava a reprodução da nova máquina rotativa de impressão, possivelmente uma *Marinoni*, que fora adquirida pelo grupo Minho Gráfico para a impressão do seu diário e dos semanários registados na União Regional da Imprensa do Minho. Era afirmado que a mesma poderia imprimir até dezoito mil exemplares por hora. Cf. Artur Bivar, (sem título), in *Diario do Minho*, 10 de Novembro de 1921, ano III, n.º 788, p. 1.

<sup>64</sup> *A expansão do “Diário do Minho”*, in *Diario do Minho*, 1 de Abril de 1921, ano II, n.º 602, p. 1.

União da Imprensa Regional, federados com o *Diario do Minho*. Ao longo das semanas seguintes, o jornal de Braga foi inserindo na primeira página, quase sempre nas duas colunas mais à direita, informações sobre a subscrição de acções do Minho Gráfico que instituições e pessoas anónimas vinham adquirindo, aumentando o capital daquele grupo, quer nos concelhos do Minho, quer fora deste, quer ainda no estrangeiro. Regularmente, o *Diario do Minho* inseria, nas suas páginas, um quadro com o nome de alguns novos sócios, e de outros benfeitores, que contribuía monetariamente com o projecto da empresa Minho Gráfico. O sistema de subscrição identificava três símbolos com os seguintes valores subscritos e quantias: um triângulo (▲) equivalia a 1000\$00, uma roseta (⊗) representava 100\$00, e um asterisco (\*) valia 20\$00.

Em 29 de Julho de 1921, o *Diario do Minho* apresentou um novo título que entrou para a União da Imprensa Regional (URI). Tratava-se do semanário *Deu-la-Deu* (Monção, 1921-1922), que era apresentado como o periódico de maior tiragem do concelho de Monção. Sobre este título e o *Ecos de Negrelos*, era asseverado que em qualquer um destes semanários os seus leitores encontravam «(...) tudo o que interessa á vida no seu concelho: artigos em que se tratam os interesses locais, noticiario, anuncios – alem de variadissima leitura amena, instructiva, noticiosa do paiz e do estrangeiro, escolhida entre o melhor que se publica durante a semana no “Diario do Minho”»<sup>65</sup>. O desdobramento do mesmo título, em outros títulos regionais, não era novo. Tal já tinha sido implementado com o jornal *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação). Mas, agora, havia um certo aditamento ao processo, uma vez que para além da edição de cada semanário de alguns artigos publicados durante a semana no periódico de Braga, os diversos jornais regionais faziam parte do mesmo grupo. Se tal acção antecipava a ideia de um jornal católico nacional, a concentração de títulos dentro de um mesmo grupo, como sucedia com o Minho Gráfico, também reflectia a nova mentalidade no seio do jornalismo contemporâneo e que conhecerá um grande desenvolvimento no decorrer do século XX.

A expansão do *Diario do Minho* foi progredindo ao longo do tempo e, no final de Agosto, um novo título regional passou a fazer parte da URI: a *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923)<sup>66</sup>. Com mais este título, eram já três os que faziam parte do grupo Minho Gráfico. Ao mesmo tempo em que decorria este crescimento, começou a haver um cuidado, por parte do *Diario do Minho*, de notificar os seus leitores

---

<sup>65</sup> A expansão do “Diário do Minho”, in *Diario do Minho*, 29 de Julho de 1921, ano III, n.º 701, p. 1.

<sup>66</sup> Cf. *A nossa expansão*, in *Diario do Minho*, 27 de Agosto de 1921, ano III, n.º 726, p. 1.

espalhados pelos concelhos onde os novos títulos se juntavam à URI que quem fosse já assinante do *Diario do Minho* não necessitava de se fazer assinante de qualquer dos novos títulos do grupo. Em 17 de Novembro de 1921, o semanário *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923) juntou-se à URI, jornal que «(...) além de um aumento de quasi mil exemplares traz á nossa obra o concurso valiosissimo do seu material grafico e dos seus colaboradores»<sup>67</sup>. Semanas depois, em 18 de Dezembro, o *Diario do Minho* notificou os seus assinantes que o grupo Minho Gráfico tinha adquirido, no dia anterior, a antiga Imprensa Bracarense, uma oficina tipográfica com diversos materiais incluídos no negócio que lhe permitiam regularizar a publicação dos semanários que estavam a cargo do grupo Minho Gráfico, assim como ficariam disponíveis a execução dos mais diversos trabalhos tipográficos. No seguimento da compra daquela empresa, o *Diario do Minho* adiantava, igualmente, que «(...) a partir de 1 de janeiro o nosso jornal passa a ser impresso rapidamente em duas maquinas *Marinoni*. Temos, além disso, três minervas e três prelos para todos os outros trabalhos...»<sup>68</sup>.

Já no início de Janeiro de 1922, o *Diario do Minho* apresentava, em clima de festa, mais dois títulos minhotos que haviam aumentado o grupo Minho Gráfico e a URI: tratavam-se dos semanários *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925), e do *Progresso de Fafe* (Fafe, 1922). O *Diario do Minho* deu lugar a dois editoriais, editando os próprios editoriais de apresentação da nova fase de cada um dos dois semanários minhotos, da *Acção Social*<sup>69</sup>, e do *Progresso de Fafe*<sup>70</sup>. Nesse mesmo ano, outros dois títulos minhotos engrossavam o grupo Minho Gráfico e a URI: *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923), e *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923). A sua entrada na referida URI, no início de 1922, não foi objecto de manifestações impressas no *Diario do Minho*. Uma das razões que poderá explicar esse silêncio foi a grave crise por que passou a imprensa nessa altura, sobretudo ao nível da falta de papel e do elevado preço que este atingia, e que ainda existia nas fábricas e nos armazéns do sector. Esta situação levou a empresa Minho Gráfico a promover várias assembleias-gerais, reunindo os accionistas do grupo, em torno dos problemas que implicavam urgente resolução.

O tratamento gráfico e a apresentação final aplicados em cada um desses oito periódicos eram simples e similar: com excepção do *Diario do Minho*, cada periódico

---

<sup>67</sup> *A nossa expansão*, in *Diario do Minho*, 17 de Novembro de 1921, ano III, n.º 794, p. 1.

<sup>68</sup> *Diario do Minho: mais um passo*, in *Diario do Minho*, 18 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 819, p. 1.

<sup>69</sup> Cf. *A nossa bandeira*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.

<sup>70</sup> Cf. *A Redacção, Duas palavras*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.

da URI editava, geralmente, entre quatro e oito páginas, sendo que cada um deles tinha uma primeira página diferente, expondo o seu título original. Cada um deles apresentava um editorial diferente, ainda que, por vezes, era uma cópia do artigo de fundo do *Diario do Minho*. Deste diário também se retiravam diversas notícias, mas muitas eram também mais localizadas, isto é, reportavam-se a casos sucedidos nas diferentes localidades. O folhetim editado em cada um dos seis títulos da URI era o mesmo, ou um anteriormente publicado no *Diario do Minho*. Quanto à publicidade apresentada – nas duas últimas páginas – esta era composta, geralmente, por anúncios de empresas das diferentes localidades, apesar de muitos anúncios também serem editados no *Diario do Minho*.

Na altura em que decorria o segundo ano, desde a mudança do figurino do *Diario do Minho*, foi tempo de o periódico fazer um novo balanço sistemático da obra feita, mas foi também o momento escolhido para se defender das críticas que vinha recebendo. Santa Cruz, colaborador do diário bracarense, assumia a responsabilidade de assinar o editorial. Começava por afirmar que eram grandes as dificuldades em fazer um jornal com as características do *Diario do Minho*, no tempo actual. Mas, apesar das contrariedades apontadas, como o custo do papel, o aumento dos salários dos funcionários, a que podiam ser adicionadas as greves e prisões dos mesmos funcionários acontecidas não muito tempo antes, o articulista asseverava que se tinha de olhar com orgulho para o caminho percorrido, e agradecer a todos aqueles que tinham tornado possível essa realidade, com especial deferência para Artur Bivar, apontado como um dos grandes responsáveis pelo dinamismo aplicado ao *Diario do Minho* nessa fase transitória para a aquisição pelo grupo Minho Gráfico. Ora, vencidas as maiores dificuldades, Santa Cruz solicitava aos leitores que amparassem e auxiliassem o periódico, ao mesmo tempo que acusava os críticos de nada fazerem em prol do jornal, senão apenas dizerem mal da obra realizada. E, perante o perigo, Santa Cruz garantia que havia «(...) quem pretenda arrastar-nos para um caminho novo e se esforce por pobrigar-nos a dar ao jornal orientação diferente»<sup>71</sup> daquela que desde o início havia sido apresentada: o *Diario do Minho* seria um jornal católico e regionalista, atendendo e defendendo aos interesses da Igreja Católica e da região do Minho. Nesse sentido, o articulista avisava os accionistas do grupo Minho Gráfico para atenderem ao perigo existente de algumas pessoas – Santa Cruz não apresentava quaisquer nomes, mas

---

<sup>71</sup> Santa Cruz, *O nosso jornal*, in *Diario do Minho*, 7 de Abril de 1923, ano IV, n.º 1200, p. 1.

falava de um “jacobinismo branco” – desejarem tornar o *Diario do Minho* um jornal oficial ou oficioso de qualquer causa diferente daquela que marcara a história do título que tinha sido fundado por uns, e posteriormente adquirido por outros. Perpassa aqui, mais uma vez, o clima de tensão derivada de perspectivas diferentes e que ameaçavam minar a união católica. A verdade é que, apesar da crise da imprensa, a transformação e a expansão do *Diario do Minho* foi uma realidade, mas foi também um exemplo vivo do próprio crescimento e amadurecimento da imprensa católica.

### **7.3.3. As *Novidades*: um projecto nacional de imprensa católica**

O jornal *Novidades* já existia quando, em 1923, passou a estar afecto ao Centro Católico, e a veicular os princípios da Santa Sé e do episcopado português<sup>72</sup>. Nasceu em 7 de Janeiro de 1885 (ano I, n.º 1), pela pena de Emídio Navarro (1844-1905), o seu primeiro director, e apresentava um cariz político e literário. Publicou-se diariamente até 12 de Junho de 1913 (ano XXVIII, n.º 8:821), sendo que, a partir dessa data, «apenas foram dados a lume os números que, em cada ano, se destinavam à garantia do título, como é de lei»<sup>73</sup>.

Em 15 de Dezembro de 1923, o diário *Novidades* ressurgiu em Lisboa, mas, desta vez, com uma feição católica. Tal ressurgimento foi proposto no II Congresso Nacional do Centro Católico Português, realizado em Lisboa, nos dias 29 e 30 de Abril de 1922<sup>74</sup>. Em certa medida, o aparecimento das *Novidades*, enquanto título católico, foi o culminar de um longo processo fomentado por vários católicos militantes, desde há vários anos. O objectivo passava por criar um título católico, de âmbito nacional, capaz de unir esses mesmos católicos e de reforçar a sua unidade, em redor de uma só voz de comando: a Igreja Católica. Dessa forma, pretendiam-se evitar as divisões internas, existentes entre os católicos, nomeadamente em questões políticas, ao mesmo tempo que se pretendia prosseguir no desenvolvimento de um projecto de recristianização da sociedade portuguesa.

Progressivamente, os bispos portugueses recomendaram aos seus fiéis a assinatura daquele diário, um gesto que poderá ser entendido como uma forma de legitimar o novo órgão católico<sup>75</sup>. Sob a égide do episcopado, este periódico pretendia

---

<sup>72</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 226.

<sup>73</sup> ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história do jornal Novidades*. Lisboa: Rádio Renascença, 1989, p. 169.

<sup>74</sup> Sobre este Congresso ver: GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...*p. 54.

<sup>75</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 226.

ser, assim, visto como um meio de união dos católicos. Em verdade, foi defendido que o surgimento das *Novidades* se deveu à «(...) necessidade de a Igreja possuir um diário que integralmente e sem reticências defendesse a causa católica, numa hora em que se perdera a confiança no jornal *A Epoca*, vincadamente enfeudada a um ideário político»<sup>76</sup>.

Cedo ficou expresso que a chegada das *Novidades* à praça jornalística, como um título católico, ao serviço da Igreja, independente em termos políticos e livre de interesses económicos, originou diversos «(...) movimentos contraditórios nos meios sociais, políticos e religiosos do país»<sup>77</sup>. Em verdade, as disputas futuras com os jornais *O Dia* (Lisboa, 1887-1941) e com *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), sobre a posição a tomar pelo Centro Católico Português, foram disso uma prova<sup>78</sup>.

Como título do seu primeiro editorial, da nova fase das *Novidades* (Lisboa, 1923-1974), foi usado um velho chavão nacionalista: «Por Deus e por Portugal» que, em certa medida, representava a orientação do periódico. O seu autor<sup>79</sup> asseverava que o jornal reaparecia na arena num momento nacional delicado, a vários níveis. Ainda assim, afirmava que a sua posição era «(...) contra os elementos de dissolução, contra os germes da discordia e de ruína (...), e nesta luta sagrada os combatentes de todos os campos encontrar-nos-hão a seu lado»<sup>80</sup>. Era afirmado que o jornal se dispunha a escutar todas as vozes nacionais, e a erguer bem alto a defesa da Igreja e da pátria. As *Novidades* apresentavam-se ao serviço de ambas. O articulista deixava claro o rumo do jornal, asseverando que o roteiro lhe havia sido traçado pela Pastoral Colectiva de 1922, considerada como a «(...) verdadeira Carta Magna da acção católica no atual momento, (...) [sendo] o nosso código e a nossa regra»<sup>81</sup>.

Isto é, apesar de se assumir como um diário católico, as *Novidades* pretendiam ser a voz anónima da consciência nacional, consagrando-se a uma acção apostólica, também ela de âmbito nacional, mas livre de compromissos políticos e económicos. De acordo com José Maria de Almeida, tal projecto tinha sido idealizado numa conversa, tida nas instalações do grupo Sociedade Veritas, na Guarda, entre o cónego Fernando Pais de Figueiredo, o fundador da futura União Gráfica, e Joaquim Diniz da Fonseca,

---

<sup>76</sup> ALVES, Adelino – *A Igreja e a Política: Centro Católico Português...*p. 170.

<sup>77</sup> ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história do jornal Novidades...*p. 31.

<sup>78</sup> Cf. ALVES, Adelino – *A Igreja e a Política: Centro Católico Português...*pp. 171-176.

<sup>79</sup> Ainda que o editorial não seja assinado, o autor é identificado como sendo D. Manuel Mendes da Conceição, arcebispo de Évora (1921-1955), de acordo com: ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história do jornal Novidades...*p. 29.

<sup>80</sup> *Por Deus e por Portugal*, in *Novidades*, 15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8:445), p. 1.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*.

deputado católico por aquele círculo eleitoral<sup>82</sup>. Em verdade, a estes dois homens, juntar-se-iam, mais tarde, Tomás de Gamboa e Lemos de Oliveira, entre outros, e a sua acção concertada, e de combate, haveria de transformar as *Novidades* num jornal católico de referência nacional.

Em 17 de Dezembro de 1923, numa nota impressa nas *Novidades*, foi reforçado o espírito de combate que norteava a acção do novo título católico. Era afirmado que o programa do jornal se sintetizava a uma nova cruzada. Ao mesmo tempo, asseverava-se que fora com contentamento que se recebera a notícia da «(...) recomendação da assinatura do nosso jornal feita ao Clero e aos fieis do Patriarchado pelo venerando Prelado, que é o Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarcha...»<sup>83</sup>. Para reforçar a orientação do diário, foram impressas, em dias seguidos, as fotografias de António de Oliveira Salazar, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, apontado como um católico de relevo, «(...) um dos melhores talentos da geração de hoje e uma alta figura do nosso movimento de rejuvenescimento nacional...»<sup>84</sup>, e um dos principais mentores do Centro Católico Português (CCP), e também de D. António Mendes Belo, patriarca de Lisboa, a propósito dos dezasseis anos da sua transferência da diocese do Algarve para o patriarcado de Lisboa. Foi dito no diário que Mendes Belo era uma figura de relevo e de grandes virtudes<sup>85</sup>.

Ao longo dos dias e das semanas seguintes, o compromisso das *Novidades* com a causa católica e do próprio CCP foi, progressivamente, ficando mais visível. A título de exemplo, podemos registar a rubrica “Factos e Ideias”, que apresentava notícias regulares das acções dos militantes dos Centros Católicos nacionais e de outros países, na defesa dos interesses da Igreja. Dois outros exemplos ficaram patentes em duas notícias, nos primeiros dias de 1924. A primeira fazia um balanço do ano religioso transacto, nomeadamente sobre a acção católica no mundo em 1923, em que se registava uma atenção para a importância da boa imprensa. Assim, era afirmado que, partindo da acção desta, «(...) não ha[via] uma diocese do mundo catolico, onde não ecoasse a palavra episcopal, pedindo um maior interesse e um redobrar de zelo para a

---

<sup>82</sup> Cf. ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história do jornal Novidades...* p. 30.

<sup>83</sup> *O Episcopado e as “Novidades”*, in *Novidades*, 17 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 3, (8:446), p. 1.

<sup>84</sup> *Portugal que renasce – figuras nossas*, in *Novidades*, 18 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 4, (8:447), p. 1.

<sup>85</sup> Cf. *Uma grande figura de Prelado e de Portuguez*, in *Novidades*, 18 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 4, (8:447), p. 1.

difusão dos bons jornais»<sup>86</sup>. A segunda notícia, datada de 3 de Janeiro de 1924, apontava os exemplos positivos das associações ligadas à Igreja, em especial a dos escuteiros católicos, e da imprensa católica e dos bons livros<sup>87</sup>.

Numa outra perspectiva, as *Novidades* reforçavam a sua postura católica, partindo das afirmações de outros títulos, também eles católicos. No dia 5 de Janeiro desse ano de 1924, aquele diário registou, na rubrica “O que dizem de nós”, as palavras dos jornais *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação) e das *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação). O primeiro jornal afirmava que, no quadro geral da imprensa nacional, faltava «(...) quem fosse o representante genuíno do pensamento da Igreja, traduzindo e efectivando as determinações dos seus legítimos representantes. As *Novidades* veem encher essa lacuna. Pairando acima dos conflitos partidários e das competições políticas, farão a defesa dos direitos da Igreja e de todos altos interesses nacionais»<sup>88</sup>. E terminava o seu apontamento, afirmando que, em rigor, as *Novidades* eram o único diário católico português. Já as *Noticias da Covilhã* defendiam que as *Novidades* eram um diário que «(...) todos os que amam a sua Fé e a sua Pátria, devem ler, assinar e propagar... (...) [sendo dirigido por] uma pleiade de novos, cujo talento e dedicação à causa da Igreja são assás conhecidos, com a colaboração de uma famosíssima elite intelectual que fez a sua aprendizagem na escola do C.A.D.C.»<sup>89</sup>.

A ligação entre as *Novidades* e o episcopado português foi-se engrandecendo, ao longo das semanas e dos meses seguintes. Foram frequentes as notícias, editadas na primeira página, com palavras de apreço e de ânimo à cruzada promovida pelas *Novidades*, por parte de párocos que se haviam tornado assinantes do diário. Tal acção poderá ser vista como uma forma de as *Novidades* legitimarem a sua própria voz, enquanto jornal afecto ao Centro Católico, e em defesa da Santa Sé e do episcopado. Por outro lado, ao longo de 1924, o diário *Novidades* esteve envolvido em diversas polémicas, em função das posições e dos agentes que ele defendia nas suas páginas, em especial com outros jornais, como *O Dia* e *A Epoca*. As *Novidades* defendiam que o caminho seguido pelo CCP, em defesa da Igreja, era o correcto, tanto que, asseverava, o Centro tinha o apoio do episcopado. E as *Novidades* acusavam *O Dia* de seguir um caminho errado, idêntico àquele vaticinado pel’ *A Epoca*, que apostava na defesa única

---

<sup>86</sup> *O ano religioso – A acção católica no mundo em 1923*, in *Novidades*, 1 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 17, (8:460), p. 2.

<sup>87</sup> Cf. Serras e Silva, *Os bons livros – o “jornal de M.me Lasseur”*, in *Novidades*, 3 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 18, (8:460), p. 1.

<sup>88</sup> *O que dizem de nós*, in *Novidades*, 5 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 20 (8:463), p. 1.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*.

da Igreja, afastada da interferência do Centro Católico. Numa fase em que a polémica estava particularmente activa, entre os três jornais citados, as *Novidades* publicaram, em Março de 1924, um editorial acerca das questões políticas e religiosas, da Igreja, do Centro Católico e da sua defesa, protagonizada pelas *Novidades*. Afirmava-se que este jornal começava a ser reconhecido como sendo fundamental para satisfazer os desideratos do episcopado «(...) de ver entrar em cada lar um jornal decididamente católico com quem a Igreja possa incondicionalmente contar»<sup>90</sup>.

A defesa das *Novidades* era feita com base nas ideias que eram veiculadas pelo episcopado e pela própria Santa Sé. Estas duas instituições defendiam que aquele jornal não se deveria desviar da sua acção e propaganda, e deveria manter o respeito e a obediência pelos seus superiores hierárquicos. Subentendido no discurso, estaria, certamente, a ideia de que a quebra desses princípios seria alvo de sanção futura, como aconteceria mais tarde com *A Epoca*. Por fim, o editorial das *Novidades* reafirmava a causa defendida, que consistia na colocação da Igreja Católica «(...) acima de competições políticas, liberta de peias partidárias, pela acção dos seus filhos unidos e disciplinados, em volta dos seus Pastores, tal é a causa sagrada para cuja defesa surgiram as *Novidades*, tal é a orientação que todo o venerando Episcopado expressa e claramente aconselha e recomenda...»<sup>91</sup>. Como veremos mais à frente, a polémica entre os três jornais indicados, acerca da actuação do Centro Católico, agravou-se e não terminou necessariamente com a nota episcopal condenatória d' *A Epoca*, ou com a posição defendida por esta última, no início de 1925<sup>92</sup>.

Em 15 de Dezembro de 1924, as *Novidades* completaram um ano de publicação diária, como jornal católico. Contudo, foi no dia seguinte que se deu destaque à efeméride. A disposição gráfica da primeira página foi diferente do habitual, sendo que esta foi totalmente preenchida com informações sobre o primeiro aniversário do jornal. Uma manchete, a seis colunas, com o título “Uma data gloriosa”, direccionava o leitor para a data festiva das *Novidades*, e estendia algumas notas curtas que sintetizavam a orientação do título: «Após um ano de luta, as “Novidades” vêm abençoados os seus trabalhos e apoiada a sua orientação: Pela Suprema Autoridade da Igreja – o Santo Padre Pio XI, Por todo o Venerando Episcopado português...»<sup>93</sup>. Para reforçar este

---

<sup>90</sup> *Religião por política... e política por irreligião!...*, in *Novidades*, 26 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 99 (8:550), p. 1.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>92</sup> Cf. ALVES, Adelino – *A Igreja e a Política: Centro Católico Português...* pp. 176-181.

<sup>93</sup> *Uma Data Gloriosa*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 356 (8:807), p. 1.

apoio, a primeira página apresentava a fotografia do papa Pio XI, e uma outra de dezassete bispos. Efectivamente, na legenda que suportava esta última fotografia, era afirmado que apenas faltavam os bispos de Coimbra, D. Manuel Coelho da Silva, e de Bragança-Miranda, D. José Lopes de Faria.

O apoio da Santa Sé às *Novidades* foi apresentado num testemunho, destacado na primeira página, colocado acima do editorial. Nessa nota, o monsenhor Sebastiano Nicotra, núncio apostólico em Lisboa (1923-1928), felicitava o diário católico «(...) pelo seu primeiro ano de trabalho ao serviço da Igreja, na mais obediência ao Episcopado e das decisões da Santa Sé»<sup>94</sup>. O episcopado português também assinou uma pequena nota, congratulando-se com a data festiva das *Novidades*. Nessa nótula, assinada pelos dezassete bispos presentes na fotografia exposta, os prelados abençoavam o jornal pelo seu trabalho em prol da causa católica «(...) que nobremente tem sabido defender, integrando-se com inabalável fidelidade, na orientação traçada pelas instruções da Santa Sé e do Episcopado sobre a atitude dos católicos na presente conjectura da vida nacional»<sup>95</sup>.

O editorial, intitulado “No Bom Caminho”, apresentava uma longa análise pessoal do caminho traçado pelas *Novidades* ao longo do seu primeiro ano de edição. O jornal congratulava-se por se manter fiel aos seus princípios inicialmente apresentados: servir a Igreja e a pátria, e encontrava nas palavras da Santa Sé e do episcopado o alento para se lançar num novo ano. Ao mesmo tempo, as *Novidades* assumiam ser um soldado que cumpria ordens. Daí, se submeterem às instruções da Igreja, sem questionarem as suas posições. Em verdade, para as *Novidades*, ficava claro, que se sentiam protegidas pela Santa Sé e pelo episcopado era por «(...) termos obedecido fielmente às instruções de quem na Igreja tem a autoridade para mandar, isto é, foi precisamente o não nos termos guiado por nós mesmos»<sup>96</sup>. Estas palavras finais seriam, certamente, passíveis de diversas interpretações. Em verdade, nesta fase, as alterações entre as *Novidades* e *A Epoca* eram frequentes, a propósito da acção a desenvolver pelo Centro Católico e do apoio que este recebia do episcopado, e que era contestado pel’ *A Epoca*. Assim, as *Novidades* defendiam-se de qualquer possível ataque, afirmando que «(...) a Igreja pode[ria] contar connôscos, não para discutir as ordens dos seus Chefes, mas para as cumprir fielmente. Será essa a nossa maior gloria, como é a nossa unica

---

<sup>94</sup> *A Voz de Roma*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 356 (8:807), p. 1.

<sup>95</sup> *A Voz do Episcopado*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 356 (8:807), p. 1.

<sup>96</sup> *No Bom Caminho*, in *Novidades*, 16 de Dezembro de 1924, ano II (XL), n.º 356 (8:807), p. 1.

ambição»<sup>97</sup>. A polémica envolvendo as *Novidades* e *A Epoca* iria continuar no ano seguinte, e até agravar-se.

O primeiro ano de edição das *Novidades* foi fértil em acontecimentos de diversa ordem, como mudanças governativas, alterações com outros jornais, discussão da situação religiosa nacional, greve dos seus tipógrafos, entre outras. Mas nos anos seguintes, e até ao fim da sua publicação, em Maio de 1974, muitos outros factos foram relatados por esse diário que ficou para a história como um dos títulos de maior dimensão da imprensa católica nacional.

#### **7.4. A análise política do país republicano (1919-1926)**

O ano de 1919 começou com uma tentativa revolucionária em Lisboa. O ambiente era tenso. O assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro último, ainda era muito recente, e os reflexos políticos do atentado só estavam no início. João do Canto e Castro (1862-1934), monárquico convicto, passara a ser o novo presidente da República, em 16 de Dezembro de 1918. As Juntas Militares do norte e do sul estavam descontentes com o rumo que vinha tomando o Governo, chefiado por João Tamagnini Barbosa, desde 23 de Dezembro de 1918. Ao mesmo tempo, os militares receavam que os democráticos assumissem irremediavelmente o poder. Tamagnini Barbosa (1883-1948), temendo uma revolução política, reformulou o Governo<sup>98</sup>, mas a apreensão com que este era olhado manteve-se. Desde o dia 10 de Janeiro de 1919, surgiram focos de revolta em vários pontos do país, mas o golpe militar acabou por falhar e foi desmantelado. Contudo, dias depois, no Porto, no dia 19 de Janeiro, foi proclamada a Monarquia no Porto, a chamada “Monarquia do Norte”<sup>99</sup>, de onde sobressaía a figura de Henrique de Paiva Couceiro, antigo governador de Angola, responsável pelas incursões monárquicas de 1911 e de 1912. Rapidamente, em Lisboa, organizaram-se batalhões de populares que seguiram para o norte do país, a fim de salvar a República. Na capital, nos últimos dias de Janeiro, alguns monárquicos e demais oficiais da guarnição militar de Lisboa concentraram-se em Monsanto, às ordens de Aires de Ornelas, o lugar-tenente

---

<sup>97</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>98</sup> Com as reformulações de 7 de Janeiro de 1919, o Governo estava assim composto com os novos ministros e respectivas pastas: João Tamagnini Barbosa (Presidência, Interior), Egas Moniz (Negócios Estrangeiros), Alfredo de Magalhães (Instrução Pública), Azevedo Neves (Comércio), Eurico Cameira (Trabalho), Fernandes de Oliveira (Agricultura), José Cruz Azevedo (Abastecimentos), Francisco Joaquim Fernandes (Justiça), Ventura Malheiro Reimão (Finanças), Alberto da Silva Bastos (Guerra), José Carneiro de Sousa e Faro (Marinha), e Alfredo Baptista Coelho (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 166.

<sup>99</sup> Cf. MARTINS, Sousa – *A Monarquia do Norte*. Amadora: Bonecos Rebeldes, vols, I, e II, 2008.

do rei «(...) que ali esteve mais arrastado do que convencido»<sup>100</sup>. Mas os apoios militares eram diminutos, e os monárquicos não foram realmente ameaçadores. Das lutas travadas nos dias seguintes, entre monárquicos e republicanos, saíram vencedores estes últimos, no assalto a Monsanto, no dia 24 de Janeiro. As novas investidas monárquicas, no mês seguinte, também fracassaram, e ficou claro que já não havia espaço para a Monarquia em Portugal. Mas também já não se podia regressar à República antes de Sidónio. O período do pós-guerra abriu lugar a novos processos de «(...) recomposição política, económica e social, centrado na questão de saber que resposta dar à crise que agravadamente abalava o sistema liberal e a vida do país»<sup>101</sup>.

Como era expectável, a imprensa católica reagiu com grande expectativa às movimentações políticas, desde a morte de Sidónio Pais até ao início de 1919. O discurso foi, por isso, muito comedido na paixão que geralmente marcava os editoriais dos jornais católicos<sup>102</sup>. Mas o teor do discurso foi rapidamente alterado, quando a situação política ganhou contornos de uma possível sedição protagonizada pelos militares. Durante esse período a *Liberdade* colocou-se ao lado das Juntas Militares, aplaudindo as suas acções, assumidas como primeiras grandes vitórias<sup>103</sup>. Até ao fim desse mês de Janeiro, a *Liberdade* acompanhou com especial atenção aos acontecimentos políticos que ganharam forma não apenas em Lisboa, mas em outros locais do território. Com efeito, a *Liberdade* deu um grande destaque às acções no norte de Portugal que originaram a “Monarquia do Norte”, na sua edição de 21 de Janeiro. Um texto, a seis colunas, colocado antes do editorial, era elucidativo quanto ao apoio que determinados sectores da Igreja Católica e a imprensa que lhe era afectada davam ao movimento restaurador. As palavras eram atribuídas a Paiva Couceiro, através do relato do vigário capitular da diocese do Porto: «(...) faço votos solemnes porque, a espada de tempos imemoriaes aliada á cruz, faça triumphar em Portugal a Paz, a Ordem e a Fé em Deus»<sup>104</sup>. Perante as alterações políticas que aquele acto suportava, o articulista do editorial esperava agora ver concretizada uma vida nova e asseverava que o país precisava «(...) mais de quem o governe e administre bem, do que de quem lhe faça bons discursos ou o presenteie com ninhadas de politicos»<sup>105</sup>. A posição de apoio da

---

<sup>100</sup> RAMOS, Rui – O mito da política nacional (1918-1926). In *História de Portugal: a segunda fundação...*p. 619.

<sup>101</sup> ROSAS, Fernando – A República do pós-guerra. In *História da República portuguesa...*p. 409.

<sup>102</sup> Cf. *Anno Novo*, in *Liberdade*, 1 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1371, p. 1.

<sup>103</sup> Cf. *A Primeira Victoria*, in *Liberdade*, 5 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1374, p. 1.

<sup>104</sup> *A Egreja e a Restauração*, in *Liberdade*, 21 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1387, p. 1.

<sup>105</sup> *A Restauração Monarchica*, in *Liberdade*, 21 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1387, p. 1.

*Liberdade* à iniciativa de Paiva Couceiro era óbvia. Era exultado o juramento religioso que aquele tinha realizado, e o jornal do Porto esperava, em breve, as indicações do episcopado e das organizações católicas que tinham manifesta importância na sua actuação, como era o caso do Centro Católico.

Porém, nessa questão, a história não acompanhou os desejos dos católicos, e rapidamente o entusiasmo deu lugar à decepção. Assim, regressaram as críticas à actuação do novo Governo, liderado por José Relvas<sup>106</sup>. Já em Fevereiro de 1919, a *Liberdade* acusava o Governo de manter aceso um incêndio bolchevista em Portugal, e permitir que, sob a condescendência dos democráticos, a anarquia se instalasse nas ruas entre os muitos civis «(...) a quem se abriu a porta da rua, em nome da *salvação da república*»<sup>107</sup>. Perante os factos, a imprensa católica optou, em certa medida, pela abstenção de transportar o caos político para o editorial, e a inexistência de editoriais estritamente políticos ou outros apenas parcialmente politizados são demonstrativos dessa opção. Assim aconteceu durante as primeiras semanas de 1919, e o tema das eleições para o Parlamento até chegou a ser alvo de chacota.

Perante o desinteresse generalizado dos portugueses pelo escrutínio, A. de F., colaborador d' *A Epoca*, afirmava: «(...) nós mesmo, com receio de qualquer *gaffe* ao escrever este artigo, perguntámos, antes, a diversas pessoas se realmente hoje era o grande dia, se não haveria engano ou contr'aviso... (...) decidimos recorrer á fonte limpa, fomos ver o decreto. Não ha duvida: lá está o dia onze»<sup>108</sup>. O povo teria, pois, mais uma acção de exercer a sua soberania, assim era asseverado por A. de F., em tom jocoso. Tal espírito de escrita comprovava-se, muitas linhas abaixo, em que aquele jornalista confirmara o que era notório na política nacional, e duramente criticado, desde há muito: «(...) em Portugal as camaras e os governos não sahem do voto popular. Sahem do grupo politico que venceu a *ultima* revolução. E as urnas não falam depois senão para confirmarem o que da revolução surgiu»<sup>109</sup>. A. de F. testemunhava que o

---

<sup>106</sup> José Relvas assumiu a chefia do novo governo, depois de Tamagnini Barbosa se ter demitido em 26 de Janeiro de 1919. O Governo tinha os seguintes ministros e respectivas pastas: José Relvas (independente, Presidência, Interior), Egas Moniz (sidonista, Negócios Estrangeiros), António de Paiva Gomes (democrático, Finanças), Couceiro da Costa (evolucionista, Justiça), António de Freitas Soares (independente, Guerra), Tito de Morais (sidonista, Marinha), Domingos Pereira (democrático, Instrução Pública), Manuel José Pinto Osório (independente, Comércio), José Carlos da Maia (independente, Colónias), João Henriques Pinheiro (sidonista, Abastecimentos), Jorge de Vasconcelos Nunes (unionista, Agricultura), e Augusto Dias da Silva (socialista, Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 169.

<sup>107</sup> *Um incendio que lavra: a Nova Phase*, in *Liberdade*, 5 de Fevereiro de 1919, ano VI, n.º 1401, p. 1.

<sup>108</sup> A. de F., *Eleições*, in *A Epoca*, 11 de Maio de 1919, ano I, n.º 47, p. 1.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*.

voto era exercido por meio de coacção física, de forma a sustentar a elevada abstenção que era sempre previsível nos escrutínios. O editorial d' *A Epoca* terminava como era habitual: com um brado de união aos católicos, em torno do Centro Católico. Ou seja, o discurso patente neste título ou em tantos outros jornais católicos mantinha a mesma base de construção de outros tempos. E até o desejo de muito legislar da República dos primeiros anos era novamente criticado, desta vez por Nemo, no final de Maio: «nunca se viu um delírio legislativo como o que se apoderou agora dos governantes!»<sup>110</sup>. Mas Nemo não criticava apenas o afã legislativo dos governantes republicanos em criarem, à pressa, decretos atrás de decretos, mas também a própria construção gramatical dos mesmos. Acusava-os de não terem sentido e até «(...) os juristas escandalizam-se perante profusão tal de decretos confusos e contradictórios, não sabendo qual é a edição que vale após tantas rectificações»<sup>111</sup>.

Em breve, as críticas ao executivo ganhavam outras proporções, extensivas no tempo, fruto das diferentes acções políticas, dos diferentes diferentes actores, de uma República hábil na dança governativa. Entre 1919 e 1926, houve tempo para quase tudo: para o radicalismo (1919-1921), para o conservadorismo dos “bonzos” (1922-1923), para o esquerdismo dos “canhotos” (1924-1925), e para se procurar uma solução nacional a todo o custo, numa República exangue (1925-1926)<sup>112</sup>.

#### **7.4.1. Os (des)governos sistemáticos da República**

No final de Julho de 1919 – a propósito da resolução de alheamento político que a câmara dos deputados do Parlamento promovera, e quando decorria mais uma greve dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro – o director d' *A Epoca*, José Fernando de Sousa (Nemo) assinava um editorial, solicitando ao Governo que apenas considerasse o acto de governação, sem se imiscuir em assuntos que, segundo ele próprio, não faziam parte das suas competências. Assim, requeria ao Governo o seguinte: «(...) compenetre-se dos graves deveres que lhe incumbem. Ponha-se no seu lugar e faça-se obedecer e respeitar»<sup>113</sup>. Apesar de não ser novo, este não era um pedido ocasional. Tinha sido feito no momento em que a instabilidade governativa era grande e notória, e a dança dos governos se mantinha com uma cadência efervescente. Quando António José de

---

<sup>110</sup> Nemo, *Basta!*, in *A Epoca*, 23 de Maio de 1919, ano I, n.º 59, p. 1.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>112</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 463-484.

<sup>113</sup> Nemo, *Tempestade conjurada*, in *A Epoca*, 31 de Julho de 1919, ano I, n.º 112, p. 1.

Almeida ganhou a eleição para a Presidência da República – em 6 de Agosto de 1919, contra Manuel Teixeira Gomes, então ministro de Portugal em Londres, Inglaterra – já tinham caído os governos de José Relvas, e de Domingos Leite Pereira. Sá Cardoso chefiava um governo maioritariamente democrático, desde final de Julho de 1919, até Janeiro de 1920<sup>114</sup>. O clima político vivido era adverso, confuso, e propenso a gerar tumultos nas ruas. Os históricos três partidos republicanos (Democrático, Evolucionista, Unionista) eram acusados de estarem gastos, e os seus líderes também. A reforma do sistema político era urgente. A República precisava de ideias novas<sup>115</sup>. Entre Setembro e Outubro de 1919, o Partido Evolucionista fundiu-se com a União Republicana e, dessa união, nasceu o Partido Republicano Liberal, tido como conservador de direita. A este novo partido juntaram-se o Partido Republicano Conservador, e também o Partido Republicano Reformador. Foram estes três partidos que constituíram a chamada “direita republicana”. No outro quadrante político permaneceu o Partido Democrático constituindo a “esquerda republicana”<sup>116</sup>. As diferenças ideológicas eram grandes, e alargar-se-iam até ao fim da República. Com efeito, «(...) se, à direita, o PRP opta pela moderação política, acendendo na reforma constitucional, perdendo o carácter jacobino da República Velha e permitindo uma controlada concorrência monárquica, à esquerda o partido também ensaia a orientação da explosiva força reivindicativa operária para meios legais de representação»<sup>117</sup>. Apesar das mudanças efectuadas, a instabilidade política continuou a marcar o dia-a-dia nacional. Os governos sucediam-se a um ritmo alucinante. Em verdade, «em dois anos, entre Março de 1919 e Maio de 1921, houve 10 governos, um cada dois meses, mas a multiplicidade não significou variedade»<sup>118</sup>.

Só no início de 1920, é que *O Diário do Minho* abordou especificamente a questão governativa, analisando o trabalho do Governo. Apresentou, então, um editorial a criticar os sucessivos governos que os portugueses viam passar, uns atrás dos outros, sem que tal acção resultasse em melhorias significativas para o país. Tal sucedia, de

---

<sup>114</sup> O governo de Sá Cardoso tinha os seguintes ministros e respectivas pastas: Sá Cardoso (Presidência, Interior), Lopes Cardoso (Justiça), Rego Chaves, primeiro, e depois António Maria da Silva (Finanças), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Helder Ribeiro (Guerra), Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha (Marinha), Lima Alves (Agricultura), Joaquim José de Oliveira (Instrução Pública), Ernesto Júlio Navarro (Comércio, Comunicações, Abastecimentos), Rodrigues Gaspar (Colónias), e José Domingues dos Santos (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 175.

<sup>115</sup> Cf. PINTO, Ana Catarina – Nova estratégia para a República. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 411-419.

<sup>116</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* pp. 171-173.

<sup>117</sup> PINTO, Ana Catarina – Nova estratégia para a República. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 414.

<sup>118</sup> RAMOS, Rui – O mito da política nacional (1918-1926). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* p. 622.

acordo com o jornal bracarense «(...) n' um periodo em que é preciso andar depressa, muito depressa, porque ha muito que fazer na reconstrucção nacional»<sup>119</sup>. Por essa altura, caía o ministério de Sá Cardoso. Em 15 de Janeiro, Fernandes Costa não chegou a ser empossado chefe do novo executivo por António José de Almeida. O protesto da instável “rua republicana” terá levado o presidente da República a não legitimar o primeiro governo de direita<sup>120</sup>. Mas o impasse governativo não durou muito tempo. Em 21 de Janeiro, Domingos Leite Pereira assumiu a chefia do Governo<sup>121</sup>, num ambiente marcado pela grande instabilidade social gerada pelos operários no Porto que obrigaram as autoridades a decretar o estado de sítio. As dificuldades eram muitas. O jornal de Braga esperava que este novo ministério pudesse pôr em prática a acção nacional que tanto advogava, mas também reclamava que o novo governo teria de corresponder aos mais amplos interesses nacionais, num trabalho baseado na paz. O articulista asseverava que o tempo era grave, e que era chegado o momento de cada um assumir «(...) uma parte da salvação nacional, com o cumprimento valoroso dos nossos deveres individuais e civicos»<sup>122</sup>. Depois, durante várias semanas o *Diario do Minho* manteve-se atento ao trabalho do Governo, apontando dificuldades de acção, e analisando, em conjunto, o problema social e o problema político<sup>123</sup>, esperando resultados governativos, mas sempre dirigindo críticas aguçadas, sobretudo à actuação dos trabalhos no Parlamento<sup>124</sup>.

A dança governativa manteve o tom em alta. Depois do segundo governo de Domingos Leite Pereira, desde Janeiro até ao fim do primeiro semestre de 1920, já tinham sido constituídos e demitidos os governos de António Maria Baptista (início de Março), e de José Ramos Preto (início de Junho). António Maria da Silva liderava um novo governo, desde o final de Junho, debaixo de grande contestação, como estava expresso no editorial do *Diario do Minho* de 30 de Junho. Na apresentação formal ao Parlamento, o Governo foi duramente criticado: «(...) de todos os lados, à excepção do

---

<sup>119</sup> *As rosas de Malherbe*, in *Diario do Minho*, 9 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 226, p. 1.

<sup>120</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 616.

<sup>121</sup> O Governo de Domingos Leite Pereira era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Domingos Leite Pereira (Presidência, Interior), Mesquita de Carvalho (Justiça), António da Fonseca (Finanças), Hélder Ribeiro (Guerra), Celestino de Almeida (Marinha), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Jorge Nunes (Comércio), José Barbosa (Colónias), João de Deus Ramos (Instrução Pública), Ramada Curto (Trabalho), e Álvaro de Lacerda (Agricultura). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 179.

<sup>122</sup> *Ministerio nacional*, in *Diario do Minho*, 21 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 236, p. 1.

<sup>123</sup> *O problema actual é social ou politico?*, in *Diario do Minho*, 9 de Março de 1920, ano I, n.º 275, p. 1.

<sup>124</sup> *Notas parlamentares*, in *Diario do Minho*, 16 de Março de 1920, ano I, n.º 281, p. 1.

catolico, partiu um ataque cerrado contra o ministério; foi apresentanda uma mossão de desconfiança, e o governo teria caído ontem mesmo, se ontem mesmo ela é voltada»<sup>125</sup>. O jornal bracarense constatava que o Governo era hostilizado pelas duas câmaras (deputados e senadores) apenas por estar à sua frente, na chefia, António Maria da Silva (1872-1950), político experimentado, ligado à Carbonária. O diário de Braga criticava duramente o poder legislativo do Parlamento, questionando a qualidade dos partidos ali representados, e os seus parlamentares. A sua acção era apresentada como a «(...) incompetencia manifesta dos corrilhos políticos, fundados na imoralidade, na veniaga e na corrupção, sedentos da gloria de mandar, da vã cubiça...»<sup>126</sup>. Por essa altura, também o semanário *A União*, órgão do Centro Católico Português, analisava a situação governativa do país, através dos partidos políticos, asseverando que estes tinham os vícios deixados por um sistema assente em clientelas, em concertações políticas com influentes e com caciques. Assim sendo, *A União* entendia que «(...) um governo de partidos não pôde ser verdadeiramente nacional, arrasta comsigo uma multidão parasitaria que de modo algum o deixa... (...) Também um governo sistematicamente fora dos partidos não serve; é certo que estes teem sido, geralmente, nefastos, mais por embaraços de clientellas, do que por falta de competencias»<sup>127</sup>. Perante esta situação, o semanário católico era da opinião de se criar um governo de salvação nacional, tendo na sua composição elementos capazes que fossem escolhidos pelo presidente da República, e que encontrassem pontos comuns de acção, em prol de um patriotismo que os deveria guiar na sua missão governativa. *A União* entendia que faltava fazer o saneamento dos partidos, e assegurava que só criando esse governo de salvação nacional é que fazia sentido dissolver o Parlamento e terminar, definitivamente, com o círculo vicioso em que se encontrava a política nacional.

Em 14 de Julho de 1920, as críticas do *Diario do Minho* mantiveram-se em redor dos partidos e do Parlamento, mas foram mais incisivas. Nesse dia, era dito em editorial: «(...) um parlamento inútil, e, mais do que inútil, anti-nacional; governos successivos de incompetentes, e mais do que incompetentes, desorientados, administração desastrada, e sobre desastrada corrupta...»<sup>128</sup>. O diário garantia que era necessário promover e proceder a uma educação nova, com novos ensinamentos que não poderiam ter origem no homem, mas teria que vir do sobrenatural, para purificar as

---

<sup>125</sup> *O governo e o pais*, in *Diario do Minho*, 30 de Junho de 1920, ano II, n.º 370, p. 1.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>127</sup> *Governo Nacional*, in *A União*, 19 de Junho de 1920, ano II, n.º 21, p. 1.

<sup>128</sup> *Politica e governo*, in *Diario do Minho*, 14 de Julho de 1920, ano II, n.º 382, p. 1.

consciências dos homens. Esta era apresentada a fórmula do *Diario do Minho*. Por outro lado, o diário bracarense asseverava que a ficção ainda imperava em Portugal, com fingimentos que iam desde os partidos, que fingiam ter muita força, até aos deputados que fingiam ser patriotas e dispostos a defender os interesses da nação. Nesse sentido, o articulista do editorial só esperava que o novo governo, liderado por António Granjo, tomasse posse e entrasse em funções<sup>129</sup>, para ver confirmadas as suas certezas e expectativas. Entretanto, dias depois, deixava escrito a sua aversão clara em relação ao estado da política nacional, que acusava de ser um «(...) estendal de ninharias, facciosismos, intrigas...»<sup>130</sup>.

Tal postura negativa, de ataques constantes à política republicana da “Nova República”, era constraída com o desejo intrínseco de toda a imprensa católica: a pretensão, quantas vezes em jeito de exigência, da restauração da sociedade portuguesa, através de um regresso ao espírito cristão e aos fundamentos morais, a rescristianização social. Segundo o *Diario do Minho*, só assim se poderia resolver a grave crise que há muito estava instalada em Portugal. Com efeito, havia, no seio dos analistas económicos, uma certa esperança sobre a actuação do Governo. Porém, perante a permanente agitação social, com greves, tumultos nas ruas, assaltos a estabelecimentos comerciais para debelar a fome que grassava no país, este governo estava condenado ao fracasso e «(...) muitos portugueses colocavam a questão de como iria cair este Executivo»<sup>131</sup>. O próprio *Diario do Minho* não vaticinava muito tempo ao Governo. No dia 11 de Agosto, mostrava-se mesmo surpreendido pelo simples facto de António Granjo estar no poder há cerca de um mês, o que, de acordo com o jornal era muito tempo. Constatava, igualmente, que o executivo de Granjo estava preso por arames, baloiçando numa corda bamba, de um lado para o outro, de acordo com os desígnios das paixões políticas dos parlamentares<sup>132</sup>. Assim, sem surpresa, o governo de Granjo caiu em Novembro de 1920, depois de ter perdido o apoio do PRP e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, ou simplesmente Partido Reconstituente, grupo político liderado por Álvaro de Castro e por Sá Cardoso.

---

<sup>129</sup> O primeiro governo de António Granjo era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Granjo (Presidência), Alves Pedrosa (Interior), Inocêncio Camacho (Finanças), Hélder Ribeiro (Guerra), Ricardo Pais Gomes (Marinha), Rego Chaves (Instrução Pública), Lopes Cardoso (Justiça), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Velhinho Correia (Comércio), Manuel Ferreira da Rocha (Colónias), e Júlio Ernesto Lima Duarte (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 183.

<sup>130</sup> *A pasta do interior*, in *Diario do Minho*, 23 de Julho de 1920, ano II, n.º 390, p. 1.

<sup>131</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 183.

<sup>132</sup> *Balburdia politica*, in *Diario do Minho*, 11 de Agosto de 1920, ano II, n.º 406, p. 1.

A instabilidade política manteve-se em alta, agravada com os tumultos e com os assaltos, verificados um pouco por todo o país, depois de o pão ter subido novamente de preço. O presidente da República, António José de Almeida, encetou novos contactos para encontrar e legimitar um outro Governo. Entre avanços e recuos, uma demissão após uma semana em funções (governo de Álvaro de Castro, desde 20 de Novembro), e críticas do *Diario do Minho* ao sistema constitucional<sup>133</sup>, Liberato Pinto aceitou formar governo<sup>134</sup>. Estávamos no fim de Novembro de 1920. No entanto, a crise governativa não abrandou nos meses seguintes.

Como já sucedera anteriormente, a análise política ficou, quase na totalidade, a cargo do *Diario do Minho*. No dia 1 de Março de 1921 – perante o espectro de mais uma crise governativa, que culminaria com a demissão do governo de Liberato Pinto, no dia seguinte, o jornal bracarense antevia um de dois caminhos possíveis para o país: «(...) o caminho é decisivo: caminhar para a victoria, ou para o suicídio. Não hajam ilusões»<sup>135</sup>. O presidente da República, António José de Almeida, voltou às consultas do costume. Dias depois, Bernardino Machado assumiu a liderança de um novo Governo<sup>136</sup>, mas teve apenas três meses no lugar. Corriam boatos que estava para breve um movimento militar que iria derrubar o executivo. Como tantos outros, os boatos confirmaram-se, e o Governo caiu. Seguiu-se um outro, liderado por Barros Queirós, desde 24 de Maio<sup>137</sup> que se manteria até Agosto. O *Diario do Minho* manteve as críticas ao Governo. Apesar da notória instabilidade que acercava a política nacional, asseverava que lhe interessava que «(...) este ministério governe de facto, sabendo e podendo governar com firmêza e acerto. (...) [Portugal] não póde continuar num

---

<sup>133</sup> Cf. *Situação parlamentar*, in *Diario do Minho*, 30 de Novembro de 1920, ano II, n.º 501, p. 1.

<sup>134</sup> O governo de Liberato Pinto era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Liberato Pinto (Presidência, Interior), Cunha Leal (Finanças), Lopes Cardoso (Justiça), Álvaro de Castro (Guerra), Júlio Martins (Marinha), Domingos Pereira (Negócios Estrangeiros), António da Fonseca (Comércio), Paiva Gomes (Colónias), Augusto Pereira Nobre (Instrução Pública), João Gonçalves (Agricultura), e José Domingues dos Santos (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 187.

<sup>135</sup> Caminho novo! Para a victoria, ou para o suicidio?, in *Diario do Minho*, 1 de Março de 1921, ano II, n.º 406, p. 1.

<sup>136</sup> O governo de Bernardino Machado era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: (Presidência, Interior), António Maria da Silva (Finanças), Domingos Pereira (Negócios Estrangeiros), Júlio Martins (Instrução Pública), Álvaro de Castro (Guerra), Fernando Brederone (Marinha), António da Fonseca (Comércio), Paiva Gomes (Colónias), e José Domingues dos Santos (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 188.

<sup>137</sup> O governo de Tomé José de Barros Queirós era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Barros Queirós (Presidência, Finanças), Alberto da Silveira (Guerra), Ricardo Pais Gomes (Marinha), Abel Hipólito (Interior), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Matos Chaves (Justiça), Ginestal Machado (Instrução Pública), Manuel de Sousa Câmara (Agricultura), António Granjo (Comércio), Pais de Almeida (Colónias), e Lima Duque (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Idem, p. 189.

pesadelo permanente, suscitado por desarmonías quas anárquicas, nem violentamente obrigado a servir de degrau para mediocridades subirem, ou desdemidas ambições se satisfazerem»<sup>138</sup>.

Com o Parlamento dissolvido, fizeram-se eleições em 10 de Julho. O Partido Liberal ganhou e os democráticos perderam a maioria nas câmaras. António Granjo (1881-1921), republicano liberal, assumiu a chefia do Governo no final de Agosto<sup>139</sup>. Estava em marcha o denominado “Verão quente” de 1921, com o Parlamento aberto e activo para legislar sobre as reformas que Granjo encetara, nomeadamente no sector financeiro que tinha implicações na questão das subsistências. Com efeito, o chefe de Governo decidiu levar por diante as suas reformas, sobretudo ao nível do combate à carestia de vida e ao equilíbrio das contas nacionais. Esta era «(...) uma tarefa quixotesca, que fazia correr para fora toda a oposição antiliberal, dos radicais, do Partido Popular aos democráticos, dos amigos de Liberato Pinto, a cumprir um ano de pena no Forte de Elvas, aos independentes»<sup>140</sup>. Ou seja, havia muitos descontentes com a acção de Granjo.

Em 19 de Outubro de 1921, os chamados revolucionários profissionais da GNR e da Marinha saíram para as ruas de Lisboa. Estava aceso o rastilho. Os radicais da “esquerda republicana” não perdoariam as tendências de uma República mais à direita e mais conservadora, e trataram de ajustar as contas com que lhes tinha resistido no passado: «(...) Os dois heróis do 5 de Outubro, Machado Santos e José Carlos da Maia, foram fuzilados. António Granjo foi torturado até à morte no Arsenal da Marinha... (...) Significativamente, o assassino de Sidónio foi libertado»<sup>141</sup>. A acção nocturna ficou conhecida como a “noite sangrenta”, em que uma “camioneta fantasma” percorreu as ruas da capital, em busca de quem estava marcado para morrer. A “noite sangrenta” foi brevemente explorada pelo *Diario do Minho* em quatro editoriais, entre os dias 23 e 27

---

<sup>138</sup> Augusto Forjaz, *Governo...para Governar?*, in *Diario do Minho*, 26 de Maio de 1921, ano III, n.º 647, p. 1.

<sup>139</sup> O governo de António Granjo era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Granjo (Presidência), Vicente Ferreira (Finanças), António de Freitas Soares (Guerra), Ricardo Pais Gomes (Marinha), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Lelo Portela (Justiça), Fernandes Costa (Comércio), Abel Hipólito (Interior), António de Aboim Inglês (Agricultura), Ginestal Machado (Instrução Pública), Ferreira da Rocha (Colónias), e Lima Duque (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 193.

<sup>140</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 469.

<sup>141</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 617.

de Outubro<sup>142</sup>. A análise ao tema foi, de acordo com o periódico, pressionada pelos leitores. O título de Braga afirmava que se mantivera em silêncio sobre o caso por coerência ao próprio programa que o regia. Contudo, pressionado, o *Diario do Minho* confirmaria no primeiro desses quatro editoriais que «(...) os acontecimentos de Lisboa não nos aquecem nem nos arrefecem, não nos assustam, nem nos fazem desviar um apice da linha de conduta que nos impuzemos. Assistimos a eles com a serenidade de quem está isento de culpas no cachoar de paixões e referver de odios entre os portugueses...»<sup>143</sup>. Depois da tempestade, António José de Almeida tentou transportar a bonança para a política nacional, legitimando um Governo aceitável aos olhos dos revoltosos. Erguido a muito custo – a chefia foi entregue a Manuel Maria Coelho, o líder da revolução radical de 19 de Outubro – o Governo caiu em 5 de Novembro. O radicalismo da República (1919-1921) estava a terminar<sup>144</sup>.

O *Diario do Minho* asseverava que a causa da queda sistemática dos governos se devia à falência do liberalismo e dos partidos políticos. O jornal minhoto afirmou que «(...) o momento que passa é de transição, marca a agonia duma época e a falencia do sistema porque se regeu e orientou, e o inicio duma era nova, que desponta com exigencias, que os velhos sistemas não conseguem satisfazer...»<sup>145</sup>. A queda de mais um governo em Portugal foi aproveitada por Santa Cruz, o autor do editorial, para lançar mais uma acha para a fogueira das críticas ao liberalismo, ao partidarismo e aos políticos. Estes elementos eram os principais visados. Para o articulista, os políticos eram acusados de usarem a riqueza da nação para uso pessoal de engrandecimento, e que a nação estava, assim, ao serviço dos partidos, em vez de ser ao contrário, conforme Santa Cruz entendia ser o mais correcto. Em defesa do carácter regionalista do *Diario do Minho*, o articulista garantia que o «(...) que é necessario é que cesse a tirania que sobre os que trabalham, sobre a provincia que produz e é fonte de riqueza estão exercendo os que, sendo incapazes de um trabalho fecundo e proveitoso, ingressam na politica para a sacrificarem aos seus caprichos e ambições;»<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup> Cf. *À margem dos acontecimentos: serenamente*, in *Diario do Minho*, 23 de Outubro de 1921, ano III, n.º 774, p. 1.; Cf. *A lição dos acontecimentos*, in *Diario do Minho*, 25 de Outubro de 1921, ano III, n.º 775, p. 1.; Cf. *O unico caminho*, in *Diario do Minho*, 26 de Outubro de 1921, ano III, n.º 776, p. 1.; e *é forçoso reconhecê-lo*, in *Diario do Minho*, 27 de Outubro de 1921, ano III, n.º 777, p. 1.

<sup>143</sup> *À margem dos acontecimentos: serenamente*, in *Diario do Minho*, 23 de Outubro de 1921, ano III, n.º 774, p. 1.

<sup>144</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 466-469.

<sup>145</sup> Santa Cruz, *Em toda a parte o mesmo remedio*, in *Diario do Minho*, 5 de Novembro de 1921, ano III, n.º 784, p. 1.

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*.

A ideia de vida nova na política nacional, que vinha sendo reclamada pelos católicos, foi adaptada por António José de Almeida. A “noite sangrenta” provocou mais do que apenas a morte de alguns políticos indesejados pelos radicais. Com efeito, aquela noite «(...) fez todos os políticos distanciarem-se do “outubrismo”...»<sup>147</sup>. Depois de diversos governos outubristas, o presidente da República enveredou por um outro caminho mais conservador, e entregou a chefia do Governo a Francisco Pinto Leal, em 16 de Dezembro de 1921. Mas Pinto Leal (1888-1970), jovem dirigente do Partido Popular, não esteve muito tempo no lugar. Depois de ter perdido as eleições de 29 de Janeiro de 1922 – onde não conseguiu eleger a ambicionada maioria de independentes para limitar as acções dos democráticos, que saíam vencedores – Pinto Leal saiu de cena. Para o seu lugar entrou o republicano e maçom António Maria da Silva, que se dispôs a encabeçar um governo de mediação entre as diversas opiniões e interesses políticos. António Maria da Silva, antigo chefe da Carbonária, optou pelo seguro a fim de evitar golpes: concentrou o Exército em redor de Lisboa, desarmou a GNR e reduziu os seus efectivos. Depois, manteve a tradição de fazer coligações com os restantes partidos políticos em tempo de eleições. Chefiou o Governo entre 7 de Fevereiro de 1922 e 15 de Novembro de 1923<sup>148</sup>, sendo esta «(...) uma das mais duradoiras experiências governamentais do Partido Democrático...»<sup>149</sup>.

Nos primeiros meses de 1922, a análise política promovida pelo *Diário do Minho* limitou-se a aborar a questão das eleições do final de Janeiro, em vários ângulos: ora ao nível do acto em si, das listas eleitoriais e da abstenção<sup>150</sup>, ora do apoio formal dado pelos católicos ao Centro Católico Português (CCP)<sup>151</sup>, ora ainda já depois da votação. Já um outro título, então analisado, *A União*, limitou-se a apresentar a postura do CCP a ter perante o escrutínio de 29 de Janeiro de 1922<sup>152</sup>. Em verdade, no caso dos

---

<sup>147</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 617.

<sup>148</sup> O primeiro governo de António Maria da Silva era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Maria da Silva (Presidência, Interior), Correia Barreto (Guerra), Azevedo Moutinho (Marinha), Barbosa de Magalhães (Negócios Estrangeiros), Catanho de Menezes (Justiça), Portugal Durão (Finanças), Lima Basto, depois substituído por Vitorino Guimarães, em 15 de Agosto (Comércio), Pereira Nobre (Agricultura), Pereira Nobre (Instrução Pública), Rodrigues Gaspar (Colónias), Ernesto Júlio Navarro (Agricultura) e Vasco Borges (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 200.

<sup>149</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 470.

<sup>150</sup> Cf. Artur Bivar, *Perante as urnas*, in *Diário do Minho*, 18 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 846, p. 1.

<sup>151</sup> Cf. Artur Bivar, *O meu voto*, in *Diário do Minho*, 28 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 855, p. 1.

<sup>152</sup> Cf. *O Centro e as próximas Eleições*, in *A União*, 19 de Dezembro de 1921, ano II, n.º 83, p. 1.

editoriais do *Diario do Minho*, era patente que o jornal se mantinha na expectativa, preechendo os artigos de fundo com outros temas, nomeadamente de cariz regionalista.

António Maria da Silva empreendeu uma política conservadora – seria chamado o conservadorismo dos “bonzos”<sup>153</sup> – e apostou no equilíbrio orçamental, cortou nas despesas e aumentou as receitas, com novos agravamentos nos impostos, com especial atenção para a reforma fiscal de 1922 e para as novas taxas alfandegárias de 1923. A estas medidas surgiram outras: «(...) o défice diminuiu, a circulação fiduciária desacelerou e o custo de vida caiu – à custa, porém, de uma recessão económica»<sup>154</sup>. Mas a política de esquerda moderada, promovida por António Maria da Silva, não teve, certamente, os efeitos desejados. Para além de não agradar aos radicais da “esquerda republicana”, também não satisfez os desejos da “direita republicana” e arrastou-se no poder, com frequentes mudanças de ministros<sup>155</sup>. Por seu turno, o *Diario do Minho* também criticava fortemente a actuação do Governo, asseverando que a sua acção era de grande desacerto quanto à concretização dos interesses do país. O jornal bracarense asseverava que já era tempo de o Governo «(...) por termo á propaganda subversiva que se vem fazendo em Portugal sob as vistas complacentes das autoridades...»<sup>156</sup>. Essas críticas ganhavam um tom mais severo quando decorria o período eleitoral, e depois das votações, o *Diario do Minho*, garantia que as eleições municipais tinham sido fraudulentas. O jornalista Santa Cruz assinou um extenso editorial, alargado a seis colunas, iniciando-o com o título: «A Burla Eleitoral» e dois subtítulos também carregados a negrito: «Cadernos falsificados. Eleitores impedidos de votar. Ignobeis chapeladas. O que vivos. O que ouvimos. O que se passou»<sup>157</sup>. O relato era vasto, e com promenores que davam conta de impedimentos do exercício do voto a um eleitor por ser monárquico, na mesma freguesia onde o articulista também votava (São Victor, cidade de Braga). Santa Cruz confirmava que «(...) a expulsão se fizera solenemente e que toda a mesa se tornara solidaria na responsabilidade d’ essa expulsão, chegando mesmo o presidente a invectivar, energico e colerico, o cidadão eleitor, por atrever-se a comparecer na assembleia eleitoral, êle que não ia votar na lista patrocinada pelo

---

<sup>153</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 470-473.

<sup>154</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 619.

<sup>155</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 470.

<sup>156</sup> Santa Cruz, *Palavras e obras*, in *Diario do Minho*, 12 de Setembro de 1922, ano IV, n.º 1040, p. 1.

<sup>157</sup> Santa Cruz, *A Burla Eleitoral*, in *Diario do Minho*, 14 de Novembro de 1922, ano IV, n.º 1086, p. 1.

presidente e restantes membros da mesa»<sup>158</sup>. O articulista asseverava que os eleitores bracarenses eram impedidos, à boca das urnas, de votarem em outros candidatos que não aqueles que eram indicados pelos democráticos. As acusações alargavam-se à falsificação dos cadernos eleitorais. Santa Cruz, em conversa com elementos próximos ao processo eleitoral, afirmava que os novos cadernos tinham nomes de eleitores e profissões distintas dos cadernos eleitorais verdadeiros, e que teriam sido substituídos pelos democráticos. Havia outros casos, mas a base das críticas de Santa Cruz, e do próprio *Diario do Minho*, seguiam o sentido de outras críticas, lançadas noutros tempos, sobre a tão famigerada propaganda subversiva.

O ano de 1923 começou como terminara o de 1922: com António Maria da Silva, o novo chefe dos democráticos, na cadeira do poder, mas agora mais criticado pelas diferentes hostes republicanas, em especial, pelos mais radicais que não apreciaram o conservadorismo de Silva. Foi também o tempo de nascer um novo partido político, Partido Nacionalista, em Março, não a reformulação do partido católico fundado por Jacinto Cândido, mas um de cariz republicano, que contava com Cunha Leal, e Álvaro de Castro. Entretanto, os republicanos radicais trocaram, momentaneamente, o uso da força pelo uso do calendário e aproveitaram o fim do mandato presidencial de António José de Almeida, no Verão de 1923, para impor a sua vontade. Afonso Costa, desde Paris, mandara os seus democráticos votar, nas eleições presidenciais, em Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), contra o outro candidato, Bernardino Machado (1851-1944), apoiado pelo Partido Nacionalista. Em Agosto de 1923, no final do terceiro escrutínio, Teixeira Gomes ganhou, como seria noticiado pelo jornal do Porto *A Ordem*<sup>159</sup>, enquanto o *Diario do Minho* se encontrava suspenso, entre Agosto de 1923 e Fevereiro de 1924. Teixeira Gomes seria empossado em 6 de Outubro de 1923, um dia depois de acabar o mandato de António José de Almeida, o único presidente da Primeira República a terminá-lo. Perante tais mexidas políticas, António Maria da Silva deixou de substituir ministros, como foi hábito durante o seu ministério, e ele próprio demitiu-se. Afonso Costa regressou a Portugal para formar um governo nacional, a pedido do novo presidente da República, mas falhou os seus objectivos, e regressou a Paris. Ora, o Partido Nacionalista assumiu a responsabilidade de governar

---

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>159</sup> Cf. *O Novo Presidente*, in *A Ordem*, 11 de Agosto de 1923, ano XI, n.º 532, p. 1.

Portugal<sup>160</sup>, mas o executivo de António Ginestal Machado «(...) não durou mais de um mês. Os nacionalistas tinham juntado todos os descontentes, incluindo os reconstituintes que, incompatibilizados, abandonaram o partido em meados de Dezembro, em plena governação»<sup>161</sup>.

Por esta altura, o espectro de uma ditadura já pairava sobre a política nacional. O ambiente político era propício, o desgoverno sistemático da República engrossava de ano para ano, a descrença no sistema político era abissal, em especial entre a população. O próprio jornal portuense *A Ordem* há muito que vaticinara uma revolução. Mas também apresentou o quadro de uma revolução com um fim ditatorial, não uma ditadura de insurreição, mas de preferência uma ditadura de governo, e com um homem com coragem e determinação à sua frente<sup>162</sup>. Com efeito, esse foi o ambiente político vivido até ao fim de 1923. *A Ordem* já aproveitara anteriormente o clima de crise ministerial, criado após a demissão de António Maria da Silva, para denunciar a situação deplorável em que se encontrava a vida política nacional, repleta de clientelas que há muito minavam o sistema político, alimentando-se dos dinheiros públicos. O semanário portuense garantia que o novo governo nada poderia fazer para evitar tal situação, e restava-lhe, pois, uma nobre missão: «(...) Preparar o terreno para uma situação verdadeiramente conservadora e que tenha meios para, apoiada na opinião pública, salvar o país, custe a quem custar»<sup>163</sup>.

Sem surpresas, nos últimos dias aconteceu a inevitável revolução. A intentona antigovernamental de 10 de Dezembro – liderada por um militar de alta patente, o comandante João Manuel de Carvalho, antigo outubrista – foi a «(...) manifestação clara da virulenta agitação política extraparlamentar e insurreccional que ganhava legitimidade na “rua” radical e nos meios militares»<sup>164</sup>. No Parlamento estalou a confusão: surgiram acusações que davam conta que o Governo, liderado por Ginestal Machado, se quisera aproveitar da situação de instabilidade criada para dissolver o

---

<sup>160</sup> O governo de Ginestal Machado era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Ginestal Machado (Presidência, Interior), Cunha Leal (Finanças), Júlio Dantas (Negócios Estrangeiros), Artur Lopes Cardoso (Justiça), Óscar Carmona (Guerra), Júdice Bicker (Marinha), Manuel Soares de Melo e Simas (Instrução Pública), Vicente Ferreira (Colónias), Vasconcelos e Sá (Agricultura), e Pedro Pita (Comércio, e interino no Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 224.

<sup>161</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 472.

<sup>162</sup> Cf. *O dilema político*, in *A Ordem*, 6 de Outubro de 1923, ano XI, n.º 540, p. 1.

<sup>163</sup> *Novo Governo*, in *A Ordem*, 24 de Novembro de 1923, ano XI, n.º 547, p. 1.

<sup>164</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 472.

Parlamento e, sem pressões, aplicar as suas ideias governativas<sup>165</sup>. Dias depois, foi chumbada uma moção de confiança ao Governo, e Ginestal Machado (1874-1940) caiu. Para o seu lugar, o presidente da República chamou Álvaro de Castro (1878-1928), que se desvinculou do Partido Nacionalista e fundou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana, para apoiar o novo governo<sup>166</sup>. Álvaro de Castro promoveu uma série «(...) de medidas financeiras deflacionistas e de contenção da dívida pública e estabilização da moeda, com implicações sociais que encarniça[ra]m contra ele toda a direita nacionalista»<sup>167</sup>.

No fim do ano, como era hábito, *A Ordem* fez um balanço do que fora a vida nacional nos últimos doze meses, em especial ao nível político. Se por um lado, o jornal do Porto alegava que um qualquer governo liderado por António Maria da Silva facilmente abriria espaço para revoluções, por outro lado, o governo de Álvaro de Castro também lhe merecia apreensão e grande expectativa: «(...) Álvaro de Castro é tudo quanto quizerem e a maçonaria consentir, desde que lhe satisfaçam a vaidade de o deixarem no poder. Ora como ele nunca poderá contar com as direitas, facil lhe seria inclinar-se para a extrema-esquerda, se tivesse tempo de aquecer o lugar. Não o tem, porém»<sup>168</sup>. Com efeito, *A Ordem* vaticinava que Álvaro de Castro cairia depois de terminadas as férias de Natal. Mas, quando os trabalhos foram retomados, tal não aconteceu e Álvaro de Castro ainda se aguentaria no poder até ao Verão de 1924.

Por essa altura, já estava nas bancas o diário *Novidades* – jornal católico desde 15 de Dezembro de 1923 – periódico «(...) afecto ao Centro Católico, que até então vira as suas posições defendidas pelo semanário *A União*, por alguns jornais da província, como o *Correio de Coimbra* e por vários boletins diocesanos»<sup>169</sup>. Cumpria-se um velho sonho da imprensa católica. De resto, a análise à situação política efectuada pelo novo jornal católico seguia o que vinha sendo editado pelos outros títulos da imprensa católica. Em 13 de Janeiro de 1924, as *Novidades* davam conta de uma moção de confiança que tinha sido dada ao executivo de Álvaro de Castro, e que o aguentava no

---

<sup>165</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 225.

<sup>166</sup> O governo de Álvaro de Castro era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Álvaro de Castro (Presidência, interino das Finanças), Sá Cardoso (Interior), José Domingues dos Santos (Justiça), Domingos Pereira (Negócios Estrangeiros), Ribeiro de Carvalho (Guerra), Fernando Augusto Pereira da Silva (Marinha), António Sérgio (Instrução Pública), António da Fonseca (Comércio, Comunicações), Mário de Azevedo Gomes (Agricultura), e Lima Duque (Trabalho). Cf. Idem, ibidem.

<sup>167</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 474.

<sup>168</sup> *Ao findar o velho ano*, in *A Ordem*, 29 de Dezembro de 1923, ano XI, n.º 552, p. 1.

<sup>169</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 226.

poder. Estava em execução o esquerdismo dos “canhotos”<sup>170</sup>. Em certa medida, o diário da capital defendia que algumas medidas apresentadas por Álvaro de Castro, ainda que discutíveis, demonstravam uma certa «(...) boa vontade de se fazer alguma coisa acertado...»<sup>171</sup>. Apesar das críticas que dirigia à acção política de Álvaro de Castro, nomeadamente se a intenção deste era usar o Governo para formar um partido e esquecer o ministério, as *Novidades* asseguravam que, para sobreviver, o Governo «(...) tem de cortar a direita, dâ a quem doer: tem de levar por diante e até ao fim a reorganização dos serviços publicos em que meteu a mão; porque seria desorganisa-los, se ficasse em meio o trabalho que principiou e que está muito longe de er o que se precisa»<sup>172</sup>. A atenção seguinte das *Novidades*, em termos governativos, era a de definir a sua própria posição sobre esse assunto, e transmitir aos seus leitores alguns conhecimentos mais elaborados. O periódico já o tinha feito, a propósito da moção de confiança ao Governo, em Janeiro passado. Agora, sensivelmente um mês depois, voltava a fazê-lo, desta vez sobre a necessidade de cooperação entre o Governo e os cidadãos. Dessa forma, as *Novidades* demonstravam que era um dever dos cidadãos em cooperar com o governo em funções, qualquer governo, sem que isso quisesse dizer, necessariamente, que se aceitavam todas as suas acções sem as questionar. Assim, do interesse manifestado pelos cidadãos pela acção dos governos, nasceriam, na opinião das *Novidades*, melhores governos. Estes deveriam atender às críticas e sugestões dos cidadãos, de forma «(...) a corrigirem o que de injusto reconhecerem na sua obra, que deve visar sinceramente ao bem do pais e por isso desprender-se absolutamente de caprichos e teimosias pessoais»<sup>173</sup>. Procurava-se, assim, retomar a doutrina tradicional da Igreja Católica de respeito e colaboração com as autoridades políticas legitimamente constituídas, apreciando e propondo medidas concretas em nome do bem comum.

Nessa fase, a acção do governo de Álvaro de Castro era questionada e atacada pelos diversos sectores do Parlamento. Nem a aproximação de José Domingues dos Santos, ministro da Justiça e dos Cultos, à esquerda operária, tremendamente revolucionária, dava sinais de alguma tranquilidade. Ao invés, «(...) à direita, o Exército insistia na necessidade de um movimento militar, que, ultrapassando a Constituição,

---

<sup>170</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 473-476.

<sup>171</sup> *Votos de confiança...*, in *Novidades*, 13 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 28 (8471), p. 1.

<sup>172</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>173</sup> *O dever de cooperação...*, in *Novidades*, 18 de Fevereiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 63 (8:514), p. 1.

impusesse um clima de ordem...»<sup>174</sup>. O próprio António de Oliveira Salazar (1889-1970)<sup>175</sup>, político e professor universitário, não resistira a colocar no papel algumas das suas ideias. Num editorial do *Diario do Minho*, em 21 de Junho de 1924, Salazar começava por abordar a questão da governação política sob várias perspectivas: por exemplo, apontava críticas ao que considerava ser um funcionamento irregular dos órgãos constitucionais do poder, mas também ao hábito de os governantes não assumirem as responsabilidades da má governação, confirmada na miséria do povo, ou mesmo o desinteresse que este tinha pela vida política nacional, centrada em exclusivo numa Lisboa que, para muitos portugueses, era uma cidade distante e desconhecida.

António de Oliveira Salazar, num longo editorial do jornal bracarense, relativamente à ditadura, afirmava que esta era a prática política actual do governo de Álvaro de Castro. O articulista defendia que Castro governava em ditadura, dando-lhe uma constitucionalidade que assim legalizava a sua acção. Salazar continuava, afirmando que «(...) a experiência política que se está fazendo, mostra que a noção da ditadura dos nossos políticos (...) é providencialmente mais restrita e permite por isso comodos arranjos»<sup>176</sup>. Salazar asseverava que Álvaro de Castro governava como queria, apresentando e fazendo aprovar decretos, sem ferir as susceptibilidades políticas, mantendo o Parlamento aberto, o que constituía prova da legalidade governativa. E Salazar avançava uma ideia própria que, mais tarde, iria aprofundar: «(...) A mentalidade política e as necessidades do governo que esta experiencia revela, fazem-nos admitir como possível e facilmente adaptável uma nova formula de equilibrio politico, que sem perder nada da sua eficiencia, podia adaptar-se ao mais rigoroso

---

<sup>174</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 474.

<sup>175</sup> António de Oliveira Salazar nasceu na localidade de Vimieiro, Santa Comba Dão, em 28 de Abril de 1889. Licenciou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, e foi professor de Economia Política e de Finanças, também na mesma Universidade, no final da década de 1910. Em Coimbra contactou com as ideias promovidas pelo Centro Académico de Democracia Cristã, tendo também conviveu com outras personalidades, como Manuel Gonçalves Cerejeira, Bissaya Barreto, Alberto Dinis da Fonseca, Joaquim Dinis da Fonseca, Juvenal de Araújo, entre outros. Foi chamado pela Ditadura Militar, de 1926, para ministro das Finanças, mas pouco tempo depois abandonou o cargo, por não ver cumpridas as suas ideias. Regressou em 1928, após a eleição de Óscar Carmona como presidente da República (1926-1951), para a pasta das Finanças. Em 1933, depois de votada uma nova Constituição, Salazar esteleceu o Estado Novo. Governaria até Setembro de 1968, sendo então substituído por Marcello Caetano, depois de ter sido internado, após uma queda na sua casa de férias, no Estoril. Faleceu em Lisboa, em 27 de Julho de 1970, convencido pelos que o rodeavam que ainda era o presidente do Conselho. Sobre a vida e a obra de Salazar existe uma vastíssima publicação. Podemos, ainda assim, endereçar para duas obras recentes: MENEZES, Filipe Ribeiro de – *Salazar: uma biografia política*. 1.ª ed. Lisboa: D. Quixote, 2010. Ver também: PINTO, Jaime Nogueira – *António de Oliveira Salazar, o outro retrato*. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

<sup>176</sup> Oliveira Salazar, *O governo Alvaro de Castro, experiencias politicas*, in *Diario do Minho*, 21 de Junho de 1924, ano VI, n.º 1372, p. 1.

formalismo constitucional»<sup>177</sup>. Salazar, que demonstrava um certo apreço pelo trabalho desenvolvido por Álvaro de Castro, que apelidava de acto de coragem, defendia que o executivo poderia obter diversas autorizações parlamentares a aplicar sobre aspectos determinados e restritos que lhe dessem poder para resolver problemas urgentes da nação, ficando o Parlamento com a resolução de outros problemas políticos nacionais.

Porém, depois de suportar muitas críticas, numa altura em que as *Novidades* vinham alertando para a existência de uma grave crise geral, em sucessivos editoriais<sup>178</sup>, o governo de Álvaro de Castro caiu, no início de Julho, pondo um fim a cerca de duzentos dias de um governo que deixou marcas, constituindo «(...) a primeira experiência séria de correcção do défice crónico do orçamento e um ciclo de governação coerente, independentemente da ala “bonzista”»<sup>179</sup>. O novo Ggoverno da República, agora liderado por Alfredo Rodrigues Gaspar, manteve a orientação política de centro-esquerda que vinha de Álvaro de Castro, mas não teve a mesma força para actuar. As *Novidades* escreviam no editorial de 10 de Julho que o discurso proferido pelo Governo, para além das normais palavras de ordem, que passavam por realizar uma política nacional, promover e fazer cumprir a disciplina, diminuir despesas, entre outras, era omisso na apresentação de medidas especiais de actuação, o que, para aquele diário de Lisboa, eram a base para poder julgar qualquer governo. Assim, o jornal garantia que iria aguardar para ver. No entanto, deixava um aviso ao chefe do Governo: «(...) no poder só pode aguentar-se, n’esta hora, quem saiba conquistar a confiança do paiz e este exige, que os homens que aceitam o duro mas honroso ofício de governar, saibam e possam exercel-o com proveito para o paiz»<sup>180</sup>. As *Novidades* asseveravam que só um governo com estas características é que poderia ser considerado novo. Se assim não fosse, seria apenas mais uma repetição dos anteriores. Essa foi uma das principais críticas recordadas e apontadas pelas *Novidades*, no final de Agosto de 1924, quando o Parlamento fechou as suas portas para as férias de Verão. O diário de Lisboa mostrava o seu júbilo por ver encerrado o Parlamento, explicando que este nem representava o país, nem promovera qualquer utilidade nos últimos meses. Defendia mesmo que «(...) no Parlamento, muita vez os interesses partidarios prevalecem sobre os da nação»<sup>181</sup>.

---

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>178</sup> Veja-se, por exemplo: Garcia Pulido, *O Grande Mal*, in *Novidades*, 28 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 101 (8:552), p. 1.

<sup>179</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* p. 475.

<sup>180</sup> *Governo novo?*, in *Novidades*, 10 de Julho de 1924, ano I (XXXIX), n.º 199 (8:650), p. 1.

<sup>181</sup> *Parlamento Fechado*, in *Novidades*, 22 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 242 (8:693), p. 1.

O governo de Rodrigues Gaspar prolongou-se até dia 22 de Novembro de 1924. Para chefiar um novo governo foi chamado José Domingues dos Santos, o antigo ministro da Justiça e dos Cultos, do governo de Álvaro de Castro. Domingues dos Santos, o principal líder dos “canhotos”, com a alcunha de “Lenine português”, tentou mudar a República. Quis reformar o sistema agrário e o sistema bancário, mas não encontrou os apoios necessários do seu partido, onde estavam os “bonzos” que o chamavam “bolchevista”<sup>182</sup>. Domingues dos Santos mexeu no sistema financeiro, e «(...) ameaçou fechar os bancos que não aplicassem os capitais de forma “útil”, prometeu expropriar terras mal aproveitadas, encerrou a Associação Comercial de Lisboa e submeteu o *Diario de Lisboa* [1921-1990, de Joaquim Manso] à censura prévia do Governo Civil»<sup>183</sup>. Estas mudanças políticas não eram bem vistas pelo *Diario do Minho*, e expressavam bem a confusão instalada na política nacional. O editorial começava com uma frase bem explícita dessa realidade: «muda-se de governo neste país com a mesma facilidade com que se muda de camisa ou de meias»<sup>184</sup>. De qualquer forma, a crítica apontada não era dirigida a Domingues dos Santos. As considerações que o jornal de Braga apresentava, sobre as primeiras ideias veiculadas pelo novo chefe do Governo, assentavam na expectativa e na esperança de ver realizado um bom trabalho em prol do país. Por isso, era-lhe dado um apoio franco. Porém, no dia seguinte o discurso do *Diario do Minho* foi outro. Numas das suas primeiras acções, o Governo libertara da cadeia diversos detidos acusados de terem cometido os então denominados crimes sociais, com recurso a bombas e a pistolas. O jornal minhoto não se conformara com essa tomada de posição, e questionava o Governo se era assim que conseguiria evitar os crimes e os distúrbios nas ruas. E asseverava que esse era um mau caminho que não deveria ser seguido pelo Governo<sup>185</sup>.

Domingues dos Santos quis agitar o país: aproveitou a onda da Revolução Russa, de 1917, para apostar numa política mais radical, tentando, dessa forma, transportar para as suas hostes os apoios sociais e políticos das massas operárias, apoios que lhe faltavam entre os “bonzos” de António Maria da Silva. Mas Portugal não era a Rússia, e faltavam as estruturas sociais e políticas necessárias para que a agitação, que Domingues dos Santos queria provocar no país, surtisse efeito. Desde o final de 1924

---

<sup>182</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 475.

<sup>183</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 620.

<sup>184</sup> *Novo governo*, in *Diario do Minho*, 25 de Novembro de 1924, ano VI, n.º 1503, p. 1.

<sup>185</sup> *Mau caminho*, in *Diario do Minho*, 26 de Novembro de 1924, ano VI, n.º 1504, p. 1.

que na “rua republicana” já se sentiam os efeitos de uma “guerra republicana” onde se gladiavam mais do que apenas dois políticos, mas duas visões para a República: de um lado estava António Maria da Silva e os seus “bonzos”, do outro lado estava Domingues dos Santos e os seus “canhotos”. As diferenças eram notórias: «(...) Os “bonzos” do Partido Democrático escolhiam a cedência aos interesses económicos e à direita nacionalista, que, aliada aos insurrectos, carregava no bojo a subversão do regime. À esquerda, José Domingues dos Santos representava a intransigência dos princípios democráticos ao serviço do maior número...»<sup>186</sup>. Com maior relevância desde o início de 1925, o *Diário do Minho* e as *Novidades* apresentaram as suas apreensões face aos acontecimentos políticos resultantes da acção do Parlamento e que eram frequentemente criticados nas ruas, por intermédio de distúrbios<sup>187</sup>.

No início de Fevereiro, no auge das lutas políticas, as *Novidades* confirmavam que «a agitação política dos últimos dias encheu de boatos, de pavores e de ódios a capital e cremos que, em grande parte, todo o paiz»<sup>188</sup>. O diário de Lisboa asseverava que a luta se travava entre as “forças vivas” e as “forças sociais”, e que os partidos políticos tentavam garantir daí o seu próprio crescimento, de forma a poderem atingir o seu objectivo: ganhar eleições. Por fim, as *Novidades* garantiam que os tempos de incerteza política eram fruto de plantações anteriores: «(...) a tempestade que passa, é a colheita de uma má sementeira, para a qual todos, pela cumplicidade ou pela inercia contribuíram»<sup>189</sup>. No fim da luta travada, imperou a lei do mais forte. António Maria da Silva ganhou, e a vitória foi formalizada através da apresentação de uma moção no Parlamento, em Fevereiro de 1925, que isolou ainda mais José Domingues dos Santos. Sem muitas opções, este abandonou o Partido Democrático, e formou a Esquerda Democrática<sup>190</sup>.

A vitória de António Maria da Silva, e a consequente derrota de José Domingues dos Santos, agravou a divisão em que o velho PRP há muito tempo vivia. Procurou-se um governo extraordinário, cheio de novas e fortes competências, para revitalizar uma República moribunda<sup>191</sup>. Por lá passaram, sem grande sucesso, os governos de Vitorino

---

<sup>186</sup> FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 475-476.

<sup>187</sup> Cf. *Hora incerta*, in *Diário do Minho*, 18 de Janeiro de 1925, ano VI, n.º 1547, p. 1.

<sup>188</sup> *Na hora que passa*, in *Novidades*, 8 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 407 (8858), p. 1.

<sup>189</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>190</sup> Cf. RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...* p. 621.

<sup>191</sup> Cf. FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa...* pp. 476-478.

de Carvalho Guimarães (Fevereiro-Julho de 1925), de António Maria da Silva (Julho de 1925), de Domingos Leite Pereira (Agosto-Dezembro de 1925), e novamente de António Maria da Silva (Dezembro de 1925-Maio de 1926). A crise política agravava-se em Portugal. Em verdade, «nas vésperas do 28 de Maio, a República era um regime assediado por múltiplas conspirações e com uma crise de legitimidade profunda. Falharam todas as tentativas laboratoriais para dar credibilidade ao Parlamento, aos partidos políticos e à governação»<sup>192</sup>. O diário *Novidades* também alertava para a desorientação política que se vivia<sup>193</sup>. Ora, esse desatino alimentava a ideia de muitos partidários que defendiam um regime autoritário de direita, em que «(...) alguém, um homem providencial, pusesse ordem e disciplina na rua e nos espíritos. Um pouco por todo o lado se pedia uma ditadura militar»<sup>194</sup>.

Os boatos de revoluções concretizaram-se em 18 de Abril de 1925. Filomeno da Câmara, um capitão-de-fragata da Marinha, comandou a revolução, apoiado pelo tenente-coronel Raul Esteves e pelo capitão Jaime Baptista, também da Marinha, e por diversos grupos de revoltosos, como a Companhia de Metralhadoras Pesadas, e ainda o Grupo a Cavalos de Queluz. Para debelar esta revolução o Governo dispunha do apoio «(...) da Artilharia 3, da Guarda Fiscal, da Guarda Nacional Republicana e de outras guarnições»<sup>195</sup>. Foi declarado o estado de sítio em todo o país e, desde o início da tarde, houve troca de tiros entre os revoltosos – maioritariamente colocados no Parque Eduardo VII, como fizera Sidónio Pais, em Dezembro de 1917 – e as forças leais ao Governo, liderado por Vitorino de Carvalho Guimarães<sup>196</sup>. Este governo “bonzo” conseguiu debelar a revolta, mas foi o executivo de António Maria da Silva<sup>197</sup>, já em Julho de 1925, que criou o tribunal que julgou os revoltosos. O ambiente político era tenso. O Governo era atacado pelos seus opositores, e o Parlamento era visado negativamente pelas *Novidades* que asseveravam que ali se gastava o tempo em muitas

---

<sup>192</sup> FARINHA, Luís – A caminho do 28 de Maio. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 551.

<sup>193</sup> Cf. *Desorientação*, in *Novidades*, 12 de Março de 1925, ano II (XL), n.º 438 (8889), p. 1.

<sup>194</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 245.

<sup>195</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>196</sup> O governo de Vitorino de Carvalho Guimarães era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Vitorino de Carvalho Guimarães (Presidência, Finanças), Vitorino Godinho (Interior), Vieira da Rocha (Guerra), Pereira da Silva (Marinha), Pedro Martins (Negócios Estrangeiros), Xavier da Silva (Instrução Pública), Oliveira Coutinho (Justiça), Francisco do Amaral Reis (Agricultura), Frederico Ferreira Simas (Comércio, Comunicações), Paiva Gomes (Colónias), e Ângelo de Sampaio Maia (Trabalho). Cf. Idem, p. 236.

<sup>197</sup> O governo de António Maria da Silva era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Maria da Silva (Presidência), Eduardo de Lima Bastos (Finanças), Portugal Durão (Negócios Estrangeiros), Germano Lopes Martins (Interior), Augusto Silva (Justiça), Pereira da Silva (Marinha), Eduardo dos Santos Silva (Instrução Pública), Torres Garcia (Agricultura), Manuel Gaspar de Lemos (Comércio, Comunicações), e Filémon de Almeida (Colónias). Cf. Idem, p. 246.

horas de «(...) meses sucessivos, em estereis discussões politicas, em vez de ser empregado, no estudo e discussão dos problemas fundamentais para a boa administração do país»<sup>198</sup>. António Maria da Silva prosseguiu a sua marcha governativa numa República cada vez mais titubeante, mas a crise política estava instalada, e era o tema primordial do artigo de fundo do *Diario do Minho*, de 24 de Julho de 1925. O diário bracarense afirmava que «(...) a crise vae-se arrastando e pelo que os jornais informam não é fácil a solução que terá»<sup>199</sup>.

Com efeito, o cenário não era animador aos olhos do presidente da República, Manuel Teixeira de Gomes, que se debateu com a necessidade de ouvir novamente os partidos em busca de um novo governo. Tal acontecia, depois de António Maria da Silva lhe ter apresentado a sua demissão, no fim de Julho. Após as recusas de Afonso Costa, de Bernardo de Faria e de Joaquim Pedro Martins, Domingos Leite Pereira aceitou o cargo e chefiou o Governo<sup>200</sup>.

No dia 2 de Agosto de 1925, o *Diario do Minho* apresentava, em editorial, a notícia que lhe havia sido confirmada por telefone: Domingos Leite Pereira já havia constituído o novo elenco governativo. O jornal de Braga mantinha a mesma expectativa e a mesma esperança no novo governo nacional, tantas vezes expressa sempre que se apresentava um novo ministério<sup>201</sup>. O *Diario do Minho* acompanhou nos editoriais dos números e dias seguintes a actuação do Governo, analisando as trocas políticas então existentes, entre as diferentes facções republicanas representadas no Parlamento, que viabilizaram a formação do novo executivo. Ao mesmo tempo, o periódico apontava as guerras políticas entre esses mesmos grupos como sendo uma das causas do mal-estar político actual, e solicitava aos diferentes políticos que colocassem os interesses da pátria à frente dos seus próprios interesses<sup>202</sup>.

As mudanças nos restantes elencos governativos não alteraram o rumo da política nacional que seguia em direcção ao abismo. Não era apenas a imprensa católica, mas todo o país a apontar a necessidade de se criar um governo nacional, capaz de impor as suas regras e a sua política, através de uma acção vigorosa. Em 11 de

---

<sup>198</sup> *Ficção que importa acabar*, in *Novidades*, 15 de Julho de 1925, ano II (XL), n.º 560 (9009), p. 1.

<sup>199</sup> *Qual será a solução da crise?*, in *Diario do Minho*, 24 de Julho de 1925, ano VII, n.º 1701, p. 1.

<sup>200</sup> O governo de Domingos Leite Pereira era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Domingos Leite Pereira (Presidência), Alves Monteiro (Justiça), Torres Garcia (Finanças), Vasco Borges (Negócios Estrangeiros), João Camoesas (Instrução Pública), Vieira da Rocha (Guerra), Pereira da Silva (Marinha), Costa Cabral (Trabalho), Gaspar de Lemos (Agricultura), e Pereira Leite (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* pp. 247 248.

<sup>201</sup> *O Novo Ministerio*, in *Diario do Minho*, 2 de Agosto de 1925, ano VII, n.º 1709, p. 1.

<sup>202</sup> *Agora ou nunca*, in *Diario do Minho*, 8 de Agosto de 1925, ano VII, n.º 1714, p. 1.

Dezembro de 1925, Teixeira Gomes alegou problemas de saúde, e resignou ao cargo de presidente da República. Domingos Leite Pereira não encontrou razões para continuar, e também apresentou a demissão. A cadeira presidencial foi, uma vez mais, ocupada por Bernardino Machado. O *Diario do Minho* asseverava que esta era um escolha acertada para o momento actual, por este político conhecer, a fundo, «(...) os problemas que mais interessam ao progresso moral e material do paiz...»<sup>203</sup>. O histórico republicano tratou de entregar a liderança do Governo a António Maria da Silva<sup>204</sup>, que começou logo a ser criticado por vários sectores nacionais, desde jornais a políticos. O mal-estar e o descontentamento eram gerais e diversificado entre as classes.

No Parlamento agravava-se a troca de insultos entre os parlamentares, e começaram a correr os boatos de conspirações políticas e de uma futura revolução, que se esperava liderada pelos militares. Por essa altura, a República agonizava e o seu fim era esperado. Em verdade, «(...) a revolta militar iria acontecer ao fim de um semestre de escândalos, como o do Banco Angola e Metrópole (...) e discussões violentas, como a do regime do monopólio estatal do tabaco...»<sup>205</sup>. Era um facto assente que, perante a falência de experiências anteriores em derrubar a hegemonia política dos partidários de António Maria da Silva, caberia às Forças Armadas o papel principal de liderar uma revolta militar. Aquelas surgiam, pois, como «(...) o braço armado, o intérprete militar, de um tão amplo quanto equívoco “consenso nacional” em torno da necessidade de regenerar a pátria através do afastamento dos homens do Partido Republicano Português das cadeiras do Poder»<sup>206</sup>.

O *Diario do Minho* apresentava em 25 de Maio, um dia antes do início da revolta, um editorial em que afirmava que o movimento militar estava próximo. O articulista apresentava as linhas gerais de uma conversa tida com uma “fonte” do jornal que, meses antes, lhe havia garantido que estaria para breve uma revolta militar. De acordo com a “fonte jornalística”, essa revolta militar seria orquestrada pelos militares, não seria uma simples revolta de caserna, e teria como objectivo constituir «(...) um

---

<sup>203</sup> *O Novo Chefe de Estado*, in *Diario do Minho*, 12 de Dezembro de 1925, ano VII, n.º 1830, p. 1.

<sup>204</sup> O governo de António Maria da Silva era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Maria da Silva (Presidência, Interior), Catanho de Menezes (Justiça), Vasco Borges (Negócios Estrangeiros), José Mascarenhas (Guerra), Pereira da Silva (Marinha), Marques Guedes (Finanças), Santos Silva (Instrução Pública), Torres Garcia (Agricultura), Gaspar de Lemos (Comércio, Comunicações), e Vieira da Rocha (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 250.

<sup>205</sup> RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal...* p. 622.

<sup>206</sup> ROSAS, Fernando – *Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar*. In *História de Portugal: o Estado Novo*. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII, 1994, p. 155.

movimento de salvação nacional, com programa maduramente estudado e de exito seguro, para anos e não para dias. Não são *pimentadas* nem *sidonadas* que se pretendem; queremos um governo que governe, que administre e que saiba o que quer e para onde caminha...»<sup>207</sup>. A mesma “fonte” adiantava que o movimento seria patriótico. Mas, quando questionado pelo articulista do editorial se o governo a aplicar em seguida pelos militares teria bases fascistas, então em uso na Itália de Benito Mussolini, a mesma “fonte” admitia que «(...) o nosso figurino será o portuguez e não ha necessidade de ir ao estrangeiro buscar os modelos deste ou daquele. Com pulso firme, sem violencias de maior não perseguindo ninguem mas responsabilizando todos...»<sup>208</sup>.

Como vaticinado, a revolta militar avançou, partindo da cidade de Braga, onde, na mesma altura, se realizava o I Congresso Mariano Nacional, chefiada pelo general Gomes da Costa (1863-1929). Como um rastilho incandescente, o movimento militar alastrou-se a outros locais, onde também aconteceram diversos pronunciamentos, cujos comandos foram assumidos pelo almirante José Mendes Cabeçadas (1883-1965), em Lisboa, pelo comandante Filomeno da Câmara (1873-1934), no Porto, e pelo general Óscar Carmona (1869-1951), em Évora.

A 30 de Maio de 1926, António Maria da Silva apresentou a demissão, para júbilo dos seus inimigos políticos. Um dia depois, foi a vez de Bernardino Machado entregar os poderes a Mendes Cabeçadas. Estava a começar uma nova era na política portuguesa designada Ditadura Militar. Os primeiros meses «(...) foram gastos a fazer emergir um chefe: Mendes Cabeçadas (30 de Maio), Gomes da Costa (17 de Junho), e finalmente Carmona (9 de Julho). Nos bastidores, republicanos de esquerda, republicanos de direita, católicos e monárquicos disputaram influência junto dos chefes militares»<sup>209</sup>. Até ao fim de 1926, e nos anos seguintes, os militares colocaram em marcha o seu plano de acção. De uma forma ou de outra, a República nunca esteve, verdadeiramente, em causa.

---

<sup>207</sup> *O falado movimento militar não gorou?*, in *Diario do Minho*, 25 de Maio de 1926, ano VIII, n.º 1866, p. 1.

<sup>208</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>209</sup> RAMOS, Rui – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal...*p. 623.

#### 7.4.2. A chegada do movimento militar de 28 de Maio de 1926<sup>210</sup>

O ambiente em 1926 era favorável para um golpe de Estado. O governo de António Maria da Silva resistiu ao movimento militar de 18 de Abril de 1925 – onde emergiram o general Sinel de Cordes (1867-1930) e o comandante Filomeno da Câmara, e não os capitães e sargentos, como acontecera no passado – mas não conseguiu travar o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que derrubou a Primeira República. O golpe significou imediatamente o fim do governo de António Maria da Silva, mas também estabelecia «(...) a consagração daquilo em que a maioria dos próprios republicanos agora acreditava»<sup>211</sup>. E tal era a perda da hegemonia dos democráticos.

Como era de esperar, a imprensa católica deu-lhe grande protagonismo. Este era um acontecimento nacional marcante, e um “furo jornalístico” de inegável valor, com um elevado grau de noticiabilidade. Mas também representava uma esperança para os católicos, que viam na Ditadura Militar, entretanto estabelecida, uma boa forma de poderem, no futuro, ver esclarecidas e resolvidos alguns temas prementes, com especial relevância para a questão religiosa. O *Diario do Minho* começou por publicitar, logo nas primeiras linhas do editorial de 29 de Maio, o caso de o jornal de Braga ter sido um dos que «(...) deu claras e francas informações sobre a revolução que desde mezes se vinha organizando. Muitos julgaram fantasia do *reporter* mas os factos estão a demonstrar que as informações (...) eram a expressão da verdade»<sup>212</sup>. O resto do editorial, a três colunas, apresentava uma série de informações variadas, como foram os preparativos da revolta. O articulista asseverava que, desde o dia anterior, sabia da chegada do general Gomes da Costa à cidade, que ficara instalado num hotel no monte do Bom Jesus, na freguesia de Tenões, Braga, para liderar o movimento militar. O articulista adiantava que Gomes da Costa enviara, na manhã de 28 de Maio, dois representantes do movimento (capitão Frazão e tenente Neves) ao local onde decorria o Congresso Mariano, assegurando que haveria total liberdade para a sua realização. O jornal minhoto realçava, igualmente, as medidas de ordem pública que vinham sendo

---

<sup>210</sup> Sobre este tema, entre outros, ver: CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora, 2009. Ver também: ROSAS, Fernando – *Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar*. In *História de Portugal: o Estado Novo...* pp. 152-164. Ver ainda: TORRALBA, Luís Reis (coord.) – *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

<sup>211</sup> RAMOS, Rui – O mito da política nacional (1918-1926). In *História de Portugal: a Segunda Fundação...* p. 628.

<sup>212</sup> *Movimento revolucionário*, in *Diario do Minho*, 29 de Maio de 1926, ano VIII, n.º 1870, p. 1.

apresentadas e aplicadas pelos militares, que controlavam o serviço de caminhos-de-ferro, e a rede de comunicações: telefone e telégrafo. E apresentava um pequeno excerto de uma curta entrevista que o próprio general Gomes da Costa dera ao enviado especial do *Diario do Minho*, naquela mesma manhã, no quartel-general de Braga, o centro de operações do movimento militar. Nessas declarações, Gomes da Costa apresentava alguns planos de acção, no norte e no sul do país, e asseverava que este era um movimento de salvação nacional que pretendia levar até às últimas consequências: «(...) As forças do meu comando, divisões de Braga e de Vila Real, intimamente unidas no mesmo pensamento nacional, irão até aonde as circunstancias o exigirem, resistindo para vencer ou morrer...»<sup>213</sup>.

As *Novidades* também deram grande visibilidade ao tema, dedicando-lhe cerca de uma vintena de editoriais, mais do que os apontados pelo *Diário do Minho*. Em verdade, logo no dia 29 de Maio o jornal de Lisboa apresentava na última página (a sexta) diversas informações, em jeito de panfleto, muito em voga naquela altura, encimadas com uma grande e longa manchete (título principal) elucidativa do tema em análise. Era asseverado que o movimento militar que havia iniciado a revolta em Braga já tinha adeptos no sul de Portugal. Os outros textos que preenchiam a página seis das *Novidades* asseveraram o estado de confusão vivido em Lisboa, por força dos boatos que circulavam, dando conta de grandes movimentações da Marinha que se colocara de prevenção. Foram noticiadas algumas detenções efectuadas, sendo as de maior relevância as prisões de Joaquim Mendes Cabeçadas, irmão de José Mendes Cabeçadas, o almirante que se encontrava à frente do comando afecto aos revoltosos de Braga, e também de Carlos da Maia, o irmão de José Carlos da Maia (1878-1921), o oficial da Marinha assassinado na “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. Tais detenções ocorreram pelas vinte e duas horas do dia 28 de Maio. Num outro texto, era referido que o Governo de António Maria da Silva já estava a organizar a resistência, e que as tropas revolucionárias de Braga já estavam, inclusivamente, cercadas<sup>214</sup>. A contra-informação já estava em marcha. No dia seguinte, domingo, já era oficial a mudança no figurino político nacional: triunfara a revolução, a conspiração militar estava em marcha<sup>215</sup>. O

---

<sup>213</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>214</sup> Cf. *O movimento revolucionario*, in *Novidades*, 29 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9319, p. 6.

<sup>215</sup> Fernando Rosas assevera que a conspiração contra o governo democrático de António Maria da Silva se desdobrava por diferentes facções político-militares, tendo os seus chefes próprios, com especial referência para as facções de Mendes Cabeçadas-Cunha Leal, e de Sinel de Cordes, facção esta que apoiará a saída do pronunciamento, desde Braga, de Gomes da Costa. Cf. ROSAS, Fernando – Da

jornal de Lisboa apresentava informações diversificadas ao longo das seis colunas da primeira página, continuando os relatos nas páginas interiores. O texto, colocado nas colunas mais à esquerda, asseverava que o apoio à revolta iniciada em Braga já tinha o apoio de toda a província, de norte a sul do país<sup>216</sup>. O governo de António Maria da Silva pedira a demissão, depois da guarnição militar de Lisboa confessar que não poderia garantir a sua segurança. O diário de Lisboa mantinha a expectativa quanto aos acontecimentos seguintes. Apesar de não ter certezas quanto à tipologia do novo Governo, não deixava de referir que «(...) é natural que tratatando-se dum movimento militar, o governo saído dele seja também militar»<sup>217</sup>. Nas colunas seguintes, as *Novidades* davam conta de outras informações adicionais ao movimento revolucionário, como era o relato da situação vivida em Lisboa, em diferentes valências, ou a chegada daquela notícia a diferentes partes da província. Rapidamente, a espera deu lugar a certezas.

No dia seguinte, segunda-feira, as *Novidades* mantinham o esquema de apresentação, com informações a sete colunas, encimadas com uma grande manchete a negro, mas com informações sobre o novo figurino governativo: «(...) o comandante Cabeçadas é encarregado de formar um ministerio nacional, tendo já prestado juramento como presidente, e ministro efectivo da marinha e interino das outras pastas»<sup>218</sup>. Era referido, igualmente, que o general Gomes da Costa já teria chegado à cidade do Porto para dirigir as forças militares que ali se vinham concentrando. A reportagem das *Novidades* apresentava uma relação de informações variadas, nas restantes colunas da primeira página, prolongando as mesmas para as páginas interiores do jornal. Essas informações visavam, sobretudo, as movimentações e alterações que se registavam, sobretudo, em Lisboa em diversas áreas, como o registo do diálogo mantido entre Mendes Cabeçadas e o presidente da República, Bernardino Machado, em Belém, antes de este lhe entregar os poderes presidenciais (31 de Maio de 1926), legitimando constitucionalmente Mendes Cabeçadas como «(...) chefe nominal do movimento...»<sup>219</sup>.

Outras informações descritas no periódico davam conta da censura à imprensa, decretada pela Junta Militar Revolucionária que mantinha também a censura às

---

Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar. In *História de Portugal: o Estado Novo...* pp. 155-158.

<sup>216</sup> Cf. *Triunfou a revolução*, in *Novidades*, 30 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9320, p. 1.

<sup>217</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>218</sup> *O Movimento Militar após o triunfo!*, in *Novidades*, 31 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9321, p. 1.

<sup>219</sup> ROSAS, Fernando – Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar. In *História de Portugal: o Estado Novo...* p. 156.

informações veiculadas pelo telégrafo. Tal acção era realizada na Administração Geral dos Correios, por diversos oficiais do Exército.

Durante os dias seguintes, o movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926 manteve a primazia do editorial, quase sempre alargado a todas as colunas da primeira página. Os jornais *Novidades* e *Diário do Minho* actualizavam as suas informações diariamente, a partir do trabalho dos seus enviados especiais. Porém, a partir do fim da primeira semana essas mesmas actualizações começaram, naturalmente, a rarear. As próprias *Novidades* afirmavam no dia 3 de Junho: «(...) Durante o dia de ontem não se produziu nenhum acontecimento que tenha modificado a situação já conhecida»<sup>220</sup>. A partir desses dias, o tema principal dos editoriais passou do movimento militar em si mesmo, para as questões que se levantavam com a sua implementação. Assim, ambos os periódicos começaram a apresentar, mais friamente, algumas das suas ideias relativas às acções a tomar pelos militares no poder. Depois de derubada a Primeira República, no seguimento das visitas aos quartéis do norte, por Gomes da Costa, em busca apoios, e após a entrada no circuito político lisboeta e nacional, era tempo de olhar para o dia seguinte ao golpe de Estado.

O editorial das *Novidades*, de 3 de Junho, começava por recordar algumas das medidas que os líderes do movimento militar já haviam apresentado ao país: «(...) reduzir as despesas, simplificar os serviços publicos, moralisar a administração; substituir á politica mesquinha dos partidos uma politica alta de interesse nacional...»<sup>221</sup>. O diário asseverava que essas promessas constituíam a justa aspiração nacional, mas também adiantava que esse exercício não era novo, e já tinha sido apresentado, anteriormente, pelos partidos políticos. Porém, as *Novidades* garantiam que os partidos políticos quando «(...) chegados á pratica todos teem falhado, todos teem acabado por agravar as dificuldades e os problemas que haviam prometido resolver»<sup>222</sup>. De qualquer forma, o diário da capital mostrava-se esperançado em ver coroado de êxito a acção política dos militares, com vista a evitar o agravamento das crises social e política em que Portugal se encontrava mergulhado. A situação política do país era o tema do momento, e o que mais interessava ao diário de Lisboa. Dois dias depois, as *Novidades* apresentavam dois caminhos possíveis onde deveria assentar a acção seguinte dos denominados triunfadores: «(...) ou implantar uma ditadura, cortando a direito, sem

---

<sup>220</sup> *O Movimento Militar*, in *Novidades*, 3 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9324, p. 1.

<sup>221</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>222</sup> *Idem, ibidem.*

obediências a constitucionalismos, ou formulas legais, tendo apenas em vista o bem da nação; ou adoptar as formulas clássicas de governo e de transmissão dos poderes»<sup>223</sup>. A partir de uma declaração do general Gomes da Costa, o jornal de Lisboa asseverava que não era intuito daquele militar em assumir um projecto ditatorial para o país. Assim, segundo aquele periódico, restaria a solução legalista, assente na Constituição, e o plano a seguir poderia ser o seguinte: «(...) Não é Primo de Rivera [(1870-1930), ditador espanhol entre 1923 e 1930, que criou o modelo da Union Patriótica, e que inspirou a futura criação da portuguesa, União Nacional] que se vai copiar; mas então deverá copiar-se em parte Mussolini [(1883-1945), primeiro-ministro e ditador italiano entre 1922 e 1943, fundador do fascismo italiano] que após o triunfo militar cobriu a sua ditadura de todas as aparencias de legalidade»<sup>224</sup>. Apesar de apresentar estes dois modelos, as *Novidades* asseguravam que não haveria certezas quanto ao caminho que Gomes da Costa iria seguir.

Ao mesmo tempo que apresentava as considerações políticas decorrentes do golpe de Estado, as *Novidades* avançavam outras informações, em outras colunas da primeira página, como a momentânea mudança da capital do país, de Lisboa para a cidade da Amadora, e a constituição do novo Governo<sup>225</sup>, apresentando uma pequena biografia de cada ministro<sup>226</sup>. Paralelamente a essas informações, o diário lisbonense também noticiava abundantemente, no que denominava por “notas e impressões de reportagem”, as incursões e as visitas que o general Gomes da Costa vinha promovendo, desde Braga até Lisboa, sobretudo a vários quartéis. Assim aconteceu durante a primeira semana de Junho, algo que também se verificou com o *Diario do Minho*. O jornal bracarense resumiu a sua atenção e missão jornalística ao relato consolidado dos factos mais recentes, desde o desencadear do movimento militar. Dessa forma, só no dia 6 de Junho de 1926 é que o jornal minhoto apresentou em editorial algumas brevíssimas considerações sobre o golpe de Estado, ainda que tenha começado por afirmar que «(...) desde a madrugada da eclosão militar nesta cidade, nos temos limitado a ouvir a

---

<sup>223</sup> *Dois caminhos*, in *Novidades*, 5 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9326, p. 1.

<sup>224</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>225</sup> Cf. CHORÃO, Luís Bigotte – Em volta do “Programa” do “28 de Maio”. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...* pp. 15-26.

<sup>226</sup> De acordo com as informações avançadas pelas *Novidades*, o novo Governo ficou assim constituído: comandante José Mendes Cabeçadas (Presidência, Interior), general Gomes da Costa (Guerra, Colónias), general António Óscar Carmona (Negócios Estrangeiros), Manuel Rodrigues (ministro da Justiça), comandante Jaime Afreixo (Marinha), Ezequiel de Campos (Agricultura, Comércio), Mendes Remédios (ministro da Instrução Pública), e António de Oliveira Salazar (Finanças) que haveria de declinar, em função dos seus momentâneos problemas de saúde. Cf. *O movimento militar*, in *Novidades*, 5 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9326, p. 1.

apreciar o que dizem monarquicos e republicanos das diferentes marcas...»<sup>227</sup>. Nesse dia, o general Gomes da Costa entrara em Lisboa, comandando cerca de quinze mil homens, «(...) assumindo-se como o verdadeiro chefe do movimento»<sup>228</sup>. Por essa altura, o novo Governo, liderado por Mendes Cabeçadas, era alvo de grandes contestações, sobretudo pela direita político-militar<sup>229</sup>.

Tais considerações eram apresentadas através de um diálogo entre dois interlocutores. Um deles mostrava-se descontente com o rumo por onde seguia o movimento militar, afirmando: «(...) a principio julguei que teríamos *mussolinada* ou *riverismo* mas estou a vêr que temos *panos quentes...*»<sup>230</sup>. Quando questionado sobre o que era necessário fazer, respondia que era preciso começar a arrumar a casa e instaurar a ordem. No fundo, depois de ter sido feito o golpe de Estado, o *Diario do Minho* e as *Novidades* demonstravam que o país precisava de encontrar o rumo certo. Essa posição foi mais defendida pelo jornal de Lisboa, ao invés do periódico de Braga. Com efeito, no dia 7 de Junho, as *Novidades* garantiam, em editorial, que o Exército não poderia salvar a nação se esta não desejasse ser salva. Isto é, agora que o golpe de Estado estava consumado, «(...) é preciso que principie a dos esforços disciplinados, a dos sacrificios generosos e continuados»<sup>231</sup>. Assim, era assumida a necessidade de os militares começarem a governar sem a interferência de quaisquer partidos, de forma a concretizar o objectivo de moralizar a administração pública, os seus processos e que seriam reflectidas nas suas acções.

Para as *Novidades*, era vital que do Governo estivessem afastados regimes e interesses políticos, pois adiantava que «(...) este movimento não poderá produzir frutos se não tiver a acompanhá-lo e a dar-lhe autoridade e força uma obra de restauração do espirito cívico...»<sup>232</sup>. O jornal de Lisboa aproveitava o tom moralizador deste discurso para asseverar que o mesmo caminho, agora solicitado para o progresso do país, já há muito que vinha sendo apresentado e propagandeado pelo Centro Católico Português (CCP) nos últimos anos. As *Novidades* reiteravam o título do editorial – «O exercito não poderá salvar a nação se ela não quizer salvar-se a si mesma» – assumindo a

---

<sup>227</sup> *Uma opinião...*, in *Diario do Minho*, 6 de Junho de 1926, ano VIII, n.º 1877, p. 1.

<sup>228</sup> FARINHA, Luís – “Cavaleiros da Pátria”, os liberais e a transição pactuada (1925-1929). In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...* p. 59.

<sup>229</sup> Cf. ROSAS, Fernando – Três mitos sobre o “28 de Maio”. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...* p. 72.

<sup>230</sup> *Uma opinião...*, in *Diario do Minho*, 6 de Junho de 1926, ano VIII, n.º 1877, p. 1.

<sup>231</sup> *O exercito não poderá salvar a nação se ela não quizer salvar-se a si mesma*, in *Novidades*, 7 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9328, p. 1.

<sup>232</sup> *Idem, ibidem*.

necessidade de se promover esse espírito cívico de forma pacífica e gradual, com a união dos portugueses honestos numa «(...) cooperação inteligente e disciplinada para actuarem dentro das realidades em ordem á salvação comum»<sup>233</sup>.

A análise à acção seguinte dos militares, chamados de “triunfadores”, foi mais politizada no editorial de 8 de Junho. Nesse artigo de fundo, o jornal de Lisboa assumia que o fora fácil fazer cair o governo de António Maria da Silva, pelo descrédito que os democráticos gozavam no país. Agora, com o Governo derrubado, as *Novidades* garantiam que as forças políticas representadas no Parlamento, em especial as forças da esquerda republicana e os monárquicos, se sentiam no direito de assumir parte dos benefícios da vitória. Perante o perigo de o movimento militar cair perante os interesses político-partidários instalados, as *Novidades* avisavam que «(...) se a administração que vai seguir-se se não fôr inteiramente escrupulosa, se as medidas a tomar não se inspirarem num critério de inteira justiça, a conspiração será o reflexo dos próprios desmandos políticos e não haverá violências que a abafem...»<sup>234</sup>.

No dia seguinte, as mesmas *Novidades* assumiam que as mudanças propostas pelo golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, ou por uma qualquer revolução, demorariam o seu tempo a fazer efeito, uma vez que o país padecia de uma ruína alargada ao campo moral e ao campo administrativo. Assim, o jornal reiterava a necessidade de se constituir um governo nacional, assente em vários critérios, particularmente na justiça e na economia, e o diário de Lisboa apresentava alguns exemplos destes dois elementos<sup>235</sup>. No dia seguinte, as *Novidades* retomavam, em editorial, o tema do governo nacional, insistindo que o mesmo constituía a expressão da vontade da nação. Mas tal vontade só a seria, de facto, se servisse os seus interesses da Nação «(...) com ousadia, com lisura e com pressa»<sup>236</sup>. O jornal de Lisboa reconhecia as falhas existentes dos militares na acção governativa. Por isso, justificava-se perante os seus leitores, de não ter promovido, desde o início, demoradas considerações sobre o papel político a desempenhar após o golpe de Estado. Assumia, pois, uma prudência perante os factos que iam ganhando forma. Em verdade, assim também agira o *Diário do Minho*, desde que era conhecido o movimento militar. Naquela altura, eram frequentes os levantamentos populares e militares contra o então governo democrático. Assim, a expectativa fazia parte da atitude jornalística da imprensa católica. À medida

---

<sup>233</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>234</sup> *Após o triunfo*, in *Novidades*, 8 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9329, p. 1.

<sup>235</sup> Cf. *Desfazendo uma ilusão*, in *Novidades*, 9 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9330, p. 1.

<sup>236</sup> *Governo Nacional*, in *Novidades*, 10 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9331, p. 1.

que os dias passavam, a atenção das *Novidades* (o *Diário do Minho* seria só reatado em Julho de 1926) foi-se dirigindo, não apenas para as mudanças políticas promovidas pelo movimento militar, mas também para responder a outros títulos da Imprensa nacional, esclarecendo alguns pontos de vista sobre o golpe de Estado<sup>237</sup>. Com efeito, no número seguinte as *Novidades* assumiram novamente a defesa integral de um governo nacional, mas direccionada para a defesa das liberdades católicas<sup>238</sup>. De qualquer forma, a atenção principal das *Novidades* continuou a ser feita em redor da nova realidade política nacional, e das alterações que aquela situação sugeria e determinava. Assim aconteceu quando Gomes da Costa assumiu a chefia do Governo<sup>239</sup>, ou quando o Governo tratou de conhecer e de organizar administrativamente o território nacional, através de novas comissões administrativas que, de acordo com as *Novidades* iriam substituir as câmaras<sup>240</sup>.

Já em 10 de Julho de 1926, as *Novidades* recuperaram, em editorial, o tema do golpe de Estado, não o de 28 de Maio, levantado por Gomes da Costa, mas o golpe dirigido por Óscar Carmona, em 8 de Julho, que em breve assumiu a presidência do conselho de ministros e, no fim de Novembro, se tornou presidente da República. Tal informação era dada numa notícia, alargada a sete colunas da primeira página e que continuava nas páginas interiores, com outros dados de reportagem, como era apanágio do jornal de Lisboa. Logo nas primeiras linhas, este informava que o novo golpe de Estado já era, de certa forma, esperado: «(...) Desde a primeira hora do triunfo definitivo do general Gomes da Costa sobre o comandante Cabeçadas, um outro grupo se desenhava contra o general...»<sup>241</sup>. As *Novidades* avançavam que esse grupo liderado pelo general Óscar Carmona reconhecera o alegado carácter vacilante de pessoa influenciável que teria o general Gomes da Costa, perante as dificuldades em resolver a questão do dia seguinte ao movimento militar de 28 de Maio. Com efeito, o diário da capital asseverava que Gomes da Costa contava com o apoio dos militares, mas que baqueara perante as dificuldades que o acto governativo lhe colocara. No dia seguinte,

---

<sup>237</sup> Cf. *O verdadeiro e o falso interesse nacional*, in *Novidades*, 11 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9332, p. 1.

<sup>238</sup> Cf. *Liberdade! Liberdade!*, in *Novidades*, 12 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9333, p. 1.

<sup>239</sup> Cf. *O general Gomes da Costa assume a chefia do Governo*, in *Novidades*, 18 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9339, p. 1.

<sup>240</sup> Cf. *As comissões administrativas*, in *Novidades*, 24 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9345, p. 1.

<sup>241</sup> *Um novo golpe de Estado afasta da Presidência o general Gomes da Costa*, in *Novidades*, 10 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9361, p. 1.

domingo, 11 de Julho, as mesmas *Novidades* apresentavam num longo artigo<sup>242</sup>, colocado nas páginas mais à direita da primeira página, numa inusitada edição com oito páginas, diversas informações que davam conta da destituição do general Gomes da Costa das suas funções de chefe de Governo, sendo substituído pelo general Óscar Carmona que presidia a um novo Governo que contava já com alguns ministros empossados. No mesmo artigo, estavam dois pequenos excertos de duas conversas: o primeiro dava conta do diálogo mantido, em Belém, junto a Lisboa, entre o general Gomes da Costa e o general Camacho que trazia ordens para acompanhar o ex-presidente da República à residência civil deste. Porém, Gomes da Costa insistiu em sair do palácio de Belém como prisioneiro, sendo levado para a prisão de Caxias. No segundo artigo apresentado pelas *Novidades*, o repórter especial do jornal expunha algumas nótulas da entrevista ao general Óscar Carmona, o novo líder, que apresentava algumas considerações sobre a formação do novo Governo. De certa forma, a dança governativa conhecida do passado recente também foi transportada para o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. Vinte e um dias depois da arrancada de Gomes da Costa, desde Braga, este «(...) vai ser o principal aríete do grupo militar-conservador sinelista para limpar da nova cena política revolucionária Mendes Cabeçadas... (...) E novos 21 dias após se ter convencido de que conquistara efectivamente o Poder a Mendes Cabeçadas, o general [Gomes da Costa] será preso e deportado para os Açores. O grupo de Sinel Cordes era senhor da situação e a ditadura militar, verdadeiramente, começava»<sup>243</sup>.

O curto editorial do dia 11 de Julho apostava na defesa dos interesses nacionais. Asseverava que a Nação «(...) aneia por um governo forte e estável, consciente das necessidades inadiáveis da administração pública (...) e assistido pela força capaz de manter á volta dessa acção administrativa, o prestígio, a tranquilidade e a continuidade de que ela mais do que nunca carece»<sup>244</sup>. As *Novidades* asseguravam que Portugal precisava de tranquilidade e de ordem, e recordava as palavras de Óscar Carmona que garantia estar à frente do golpe de Estado para servir a República dentro da fórmula de servir a pátria. Essa tomada de posição era também seguida pelo jornal de Lisboa que olhava para o Exército como a pedra angular do movimento que iria conduzir o país nos

---

<sup>242</sup> Cf. *O ultimo golpe de estado, o general Gomes da Costa considera-se preso em Caxias*, in *Novidades*, 11 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9362, p. 1.

<sup>243</sup> ROSAS, Fernando – Três mitos sobre o “28 de Maio”. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...*p. 73.

<sup>244</sup> *Programa para todos*, in *Novidades*, 11 de Julho de 1926, ano XLI, n.º 9362, p. 1.

anos seguintes, rumo a um Estado Novo, já com outras personagens e outros modelos políticos.

#### **7.4.3. A Paz, o Tratado de Versalhes e o falhanço do sonho do Governo**

No dia 9 de Abril de 1919, antes do início da Conferência de Paz – que deu origem ao Tratado de Versalhes, assinado em Paris, em 28 de Junho de 1919, depois de longas negociações, desde Janeiro desse ano – o diário *A Epoca* dava grande destaque ao primeiro aniversário da batalha de La Lys, onde o Corpo Expedicionário Português (CEP) conhecera a pior derrota da sua história<sup>245</sup>. Apesar do desaire, a imprensa católica, em particular, e o resto da imprensa, em geral, assim como os líderes republicanos de então, enalteceram e exacerbaram a coragem dos soldados nacionais. Os efeitos da pesada derrota sentiram-se nas negociações da Conferência da Paz<sup>246</sup>. Portugal apresentou-se na Conferência de Paz, primeiramente representado por Egas Moniz, o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, do governo liderado por Sidónio Pais, depois, com a mudança política, foi Afonso Costa quem representou a delegação portuguesa, ainda que não fosse ministro ou secretário de Estado.

Conhecido adepto do intervencionismo na Grande Guerra, Afonso Costa «(...) esperava que as reparações financeiras recompusessem as contas nacionais, que a Marinha de Guerra fosse dotada de unidades modernas retiradas à frota alemã, que parte do império colonial alemão fosse entregue a Portugal e que a Portugal fosse atribuído o papel de representante do mundo ibero-americano na Sociedade das Nações»<sup>247</sup>. Porém, terminadas as negociações, nenhum destes objectivos foi atingido, e Portugal saiu derrotado de Paris. Neste contexto, o sonho do governo republicano de revitalizar Portugal com as compensações de guerra falhara. Apesar das insistências de Afonso Costa, do lado português, cuja atitude foi apresentada como a mais vingativa de todas as delegações representadas<sup>248</sup>, daí não saíram grandes contrapartidas. Com efeito, as negociações acabaram por ser dirigidas, quase em exclusivo, pelos líderes dos países aliados mais importantes: Woodrow Wilson (presidente dos Estados Unidos da América), George Clemenceau (primeiro-ministro de França), Lloyd George (primeiro-ministro de Inglaterra), e Vittorio Emanuele Orlando (primeiro-ministro de Itália).

---

<sup>245</sup> Cf. Nemo, *Nove de abril*, in *A Epoca*, 9 de Abril de 1919, ano I, n.º 16, p. 1.

<sup>246</sup> Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*...pp. 30-34.

<sup>247</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – A paz e o tratado de Versalhes. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 399.

<sup>248</sup> Cf. Indem, *ibidem*.

Com as conversações ainda no seu início, o *Diario do Minho*, imbuído de um certo optimismo, asseverava que Portugal iria receber a quantia de quinhentos mil contos, e até já apresentava o plano a implementar com esse dinheiro: «(...) Solver-se-hão os compromissos monetarios assumidos para com a Inglaterra; saldar-se-hão contas internas que estão em especial orçamento, e sobrarão ainda com que diminuir o *deficit* português»<sup>249</sup>. A mesma confiança foi referida, pelo mesmo periódico, a propósito das concessões ultramarinas que Portugal ansiava obter com parte do território colonial alemão<sup>250</sup>. No entanto, neste caso só seria restituída a região conhecida como o “Triângulo de Quionga”, situado na actual província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, junto da fronteira com a actual Tanzânia.

Em breve, ficaria definido na Conferência de Paz a condenação da Alemanha ao pagamento de indemnizações de guerra a diversos países, no total de «(...) 132 biliões de marcos-ouro, dos quais Portugal receberia ligeiramente menos de um bilião: 0,75 por cento do total»<sup>251</sup>, quantia que, ainda assim, era apreciável mas que não resolvia os problemas financeiros do país. Lentamente, definia-se, pois, o falhanço do sonho do Governo nessa matéria: a indemnização a receber era substancialmente inferior às compensações solicitadas e aos valores apresentados pela delegação nacional. No final de Maio, *A Epoca* apresentava um editorial em que concordava com a condenação da Alemanha como a grande responsável pela guerra. Por outro lado, também assegurava que a paz só seria duradoura se fosse reduzido e mesmo extinto o poderio militar alemão e, nesse sentido, o pagamento de pesadas indemnizações poderiam inibi-la de fomentar esse tipo de crescimento. Nemo, o autor do editorial, defendia que tal procedimento era vital: «(...) Não ha que fugir a esse dilema: ou aniquilar o imperialismo pan-germanista, privando-o de base territorial e económica, ou aceitar nova guerra em curto praso»<sup>252</sup>. Este género de profecia também seria apresentado pelo *Diario do Minho* em meados de Julho. Apresentando uma postura com um fundo vincadamente católico, o jornal de Braga assegurava que a situação agora definida pela Conferência de Paz «(...) não será eterna nem mesmo muito duradoura, enquanto não se realizar a Internacional católica, sob o regimen do Papa numa grande federação que abranja o

---

<sup>249</sup> *Revista economica*, in *Diario do Minho*, 20 de Abril de 1919, ano I, n.º 6, p. 1.

<sup>250</sup> Cf. *Portugal ultramarino*, in *Diario do Minho*, 11 de Junho de 1919, ano I, n.º 48, p. 1.

<sup>251</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – A paz e o tratado de Versalhes. In *História da Primeira República Portuguesa*...p. 402.

<sup>252</sup> Nemo, *Sentença merecida*, in *A Epoca*, 20 de Maio de 1919, ano I, n.º 56, p. 1.

mundo»<sup>253</sup>. Estas “profecias” foram apresentadas depois da assinatura do Tratado de Versalhes, em 28 de Junho de 1919, documento que entrou em vigor no ano seguinte, em 10 de Janeiro de 1920. Até lá, e sobretudo por intermédio d’ *A Epoca* (que analisámos até ao final de Dezembro de 1919), foram sendo apresentados algumas opiniões a favor e contra a participação de Portugal na Grande Guerra (1914-1918). Com efeito, essa discussão alimentou a imprensa e a opinião pública, e o debate entre intervencionistas e não-intervencionistas ganhou um novo ânimo. Do lado dos adeptos da intervenção no conflito armado, ficou patente que as negociações anteriores à assinatura do Tratado de Versalhes foram «(...) a culminação de todas as desilusões acumuladas desde 1914. (...) Para os *intervencionistas*, a culpa deste insucesso pertencia a Sidónio Pais e aos que o apoiaram na sua suposta traição a Portugal, à República e à causa aliada»<sup>254</sup>.

Ora, depois que começou a ser conhecido o resultado de algumas negociações, a imprensa católica reagiu, como era natural. Uma das primeiras reacções sucedeu em redor da restituição a Portugal do “Triângulo de Quionga”, no norte de Moçambique, anteriormente na posse dos alemães. Garcia Moreno, colaborador d’ *A Epoca*, assinava o editorial, demonstrando a sua irritação e frustração pelos objectivos defendidos por Afonso Costa e pelos resultados obtidos nas conversações. Contudo, como era timbre daquele jornalista, tal espírito era alicerçado num discurso plenamente irónico. Moreno assegurava que a restituição da região de Quionga era o prémio pela nossa intervenção no conflito mundial e que se ficara a dever «(...) ao enorme estadista e pyramidal diplomata Afonso Costa. (...) Pois então não valeu a pena gastar os quatrocentos mil contos, fazer matar, ferir e estropear cêrca de oito mil portugueses para que aqueles seis contos de côco [importância apresentada como valor produzido por aquela região] entrassem no nosso erario...»<sup>255</sup>. As críticas a Afonso Costa aumentavam de tom, à medida que Garcia Moreno indicava, irónico, que o político deveria, pelos seus méritos, vir a ser colocado, depois de falecido, no panteão nacional, local onde se sepultavam os heróis nacionais. Já quanto ao referido “Triângulo de Quionga”, entretando devolvido a Portugal, Garcia Moreno asseverava que tal não correspondia à fronteira antigo do território, algo que tinha sido reivindicado por Egas Moniz, então representante do governo de Sidónio Pais. Assim sendo, o articulista criticava o envio do telegrama de

---

<sup>253</sup> *Revista politica internacional*, in *Diario do Minho*, 12 de Julho de 1919, ano I, n.º 73, p. 1.

<sup>254</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – A paz e o tratado de Versalhes. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 398.

<sup>255</sup> Garcia Moreno, *Mais Kionga menos Kionga*, in *A Epoca*, 15 de Outubro de 1919, ano I, n.º 187, p. 1.

Afonso Costa, desde Paris, dando essa notícia a Portugal, como se tratasse de uma vitória, apenas festejada pela imprensa afecta aos democráticos. Ora, para Garcia Moreno, tal era mais uma derrota diplomática de Portugal no concerto das nações mundiais.

Ao contrário de outros países envolvidos no conflito, Portugal só apresentou o Tratado de Versalhes ao Parlamento português no final desse mês de Janeiro de 1920, depois de ter entrado em vigor no dia 10 desse mês. Os parlamentares portugueses aprovaram o documento em 30 de Março, pelo que só nessa altura é que a imprensa católica se referiu verdadeiramente ao Tratado. Assim, em Maio de 1920, depois de criticar, anteriormente, o atraso na sua publicação, o *Diario do Minho* apresentava algumas considerações sobre o denominado “livro branco português”, onde assentavam as medidas relacionadas com a participação de Portugal na Grande Guerra. Uma das primeiras dúvidas que cercavam o jornal minhoto tinha a ver com a efectiva defesa do interesse nacional que os políticos tinham promovido neste conflito. Sumariamente, o *Diario do Minho* apresentou alguns dos pontos mais importantes que marcaram a entrada de Portugal na guerra, em especial a relação de forças mantida com a Inglaterra, desde o início das hostilidades. Apesar de aceitar a entrada de Portugal na guerra, em função da velha aliança com a Inglaterra, o jornal de Braga assevera que se devia ter equacionado as dificuldades que estavam implícitas numa participação no conflito armado, sobretudo porque na altura a situação económica nacional era muito desfavorável. Assim, relativamente a esta última questão, era dito que «(...) Portugal arcou com responsabilidades monetarias aniquilantes...(...) mas é certissimo que ao caminharmos desafiando o destino, sabiamos que se luctaria com uma pobreza quasi miseravel, e que não deviamos alimentar esperanças acerca da situação economica, nem nisto esperar auxilio»<sup>256</sup>. As críticas também se dirigiam, não aos militares que compunham o CEP, mas a má organização que aquele patenteava.

Dias depois, o *Diario do Minho* apresentava um novo editorial dedicado à questão económica que esteve presente na guerra. Defendia que não pretendia uma vitória da Alemanha, mas também garantia que não desejava «(...) a victoria dos aliados á custa do aniquilamento económico no país. E Portugal aniquilou-se economicamente com a sua guerra sem garantias»<sup>257</sup>. O articulista do presente editorial aceitava a justificação de que a situação actual de crise económica nacional não se devera apenas à

---

<sup>256</sup> *Livro Branco*, in *Diario do Minho*, 21 de Maio de 1920, ano II, n.º 337, p. 1.

<sup>257</sup> *Propostas de fazenda*, in *Diario do Minho*, 27 de Maio de 1920, ano II, n.º 342, p. 1.

entrada na Grande Guerra, mas ao próprio estado de guerra. No entanto, no seu entender, assevera que «(...) a causa primacial do mal estar económico, é a falta de moralidade. Isso é que pesa nefastamente sobre a vida publica»<sup>258</sup>. A acusação alargava-se, no entanto, do campo puramente militar para o campo económico e da questão das subsistências que faltavam a Portugal. No fundo, o diário de Braga aproveitava uma das questões do momento, a análise ao “livro branco” com as medidas da participação de Portugal no conflito bélico, para denunciar os interesses de grupos económicos que mantinham os mantimentos nos cais das colónias, desculpando-se com o estado de guerra.

O passo seguinte ao Tratado de Versalhes foi a constituição da Sociedade das Nações (SDN), em 28 de Abril de 1919. Em verdade, a entrada de Portugal na SDN era vista como a grande vitória política e diplomática de Portugal. Contudo, apesar de esta ser uma das reivindicações apresentadas por Afonso Costa, em nome de Portugal, tal reclamação não foi atendida. «(...) Pelo contrário, é lá que reside o essencial do fracasso português nos seus objectivos de guerra. Fracasso ainda mais grave em termos comparativos, porque a Espanha neutra conseguiu o que não conseguiu o Portugal beligerante»<sup>259</sup>. A constituição da Sociedade das Nações mereceu a atenção do *Diario do Minho* dividida em três longos editoriais, assinados por C. C., e publicados nos dias 16, 17, e 18 de Junho de 1920. No primeiro desses artigos, e depois de uma introdução ao tema específico, C. C. asseverava que a SDN era uma obra boa, nascida do entendimento dos homens mas que tinha defeitos que eram originários dos próprios homens: «(...) os políticos contemporaneos, como pretendem erigir o seu edifício internacional, sem ser sobre o unico fundamento que é Cristo, fazem necessariamente uma obra que não produz bem algum»<sup>260</sup>. Apesar desta postura mais doutrinal, em que asseverava que a nova organização mundial deveria reger-se pelos princípios da equidade, da justiça, e da caridade, o jornal de Braga acreditava no sucesso da SDN. No segundo artigo, C. C. apresentava, entre outros aspectos, algumas considerações sobre a importância do Estado<sup>261</sup>. Já no último e artigo dedicado à Sociedade das Nações, C. C.

---

<sup>258</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>259</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal...* p. 34.

<sup>260</sup> C. C., *A Sociedade das Nações – I*, in *Diario do Minho*, 16 de Junho de 1920, ano II, n.º 359, p. 1.

<sup>261</sup> Cf. C. C., *A Sociedade das Nações – II*, in *Diario do Minho*, 17 de Junho de 1920, ano II, n.º 360, p. 1.

advogava a importância do reconhecimento da acção da Igreja para a resolução dos conflitos humanos, por ser apresentada como uma potência entre as nações<sup>262</sup>.

Como tantos outros assuntos, os temas do pós-guerra e da SDN foram perdendo a sua importância ao longo dos anos seguintes, e deixaram de figurar como editoriais nos periódicos analisados. Só esporadicamente e integrados em assuntos específicos é que esses temas reassumiram a primazia do editorial. Tal aconteceu, por exemplo, com *A União*, em diversos números entre Março e Abril de 1921, a propósito da homenagem aos soldados falecidos em combate na guerra, algo que foi apresentado como constituindo «(...) um notável acontecimento na história do país...»<sup>263</sup>. A frequência destas homenagens, no período de pós-guerra, foi tão regular como o erguer, um pouco por todo o país, de cenotáfios e de estátuas do soldado desconhecido, com o objectivo de preservar a memória dos soldados caídos que ficaram por identificar, no decurso da guerra.

### **7.5. As relações entre o Estado e a Igreja Católica numa “Nova República”**

À imagem do que sucedeu com a política e com o país, o longo período entre 1919 e 1926 também foi um tempo de mudança para a Igreja Católica. A ascensão de Sidónio Pais ao poder, em 1917, permitiu uma aproximação entre o Estado e a Igreja. Porém, a sua morte, no ano seguinte, veio quebrar o ímpeto vigoroso dos católicos, reflectido no crescimento do Centro Católico Português e trazer para as páginas da imprensa católica novos ataques contra a Igreja. No início de 1919, o falhanço das acções levadas a cabo pela “Monarquia do Norte”, de Paiva Couceiro, que contou com apoio da Igreja, assumiu-se para esta como um novo revés, uma vez que «(...) o envolvimento e o compromisso de largas faixas de católicos com o sidonismo e com o “reino da traulitânia” fora manifesto»<sup>264</sup>. Como represália, aumentaram os ataques contra a Igreja. Porém, no meio das dificuldades, os católicos juntaram forças para se organizarem, e para promoverem uma recomposição das suas hostes a vários níveis, como sucedeu, por exemplo, com as devoções e diferentes formas de piedade<sup>265</sup>, no seguimento de uma maior aproximação das pessoas à Igreja após a Grande Guerra. Essa

---

<sup>262</sup> Cf. C. C., *A Sociedade das Nações – III*, in *Diário do Minho*, 18 de Junho de 1920, ano II, n.º 361, p. 1.

<sup>263</sup> *A comemoração dos nossos mortos na Grande Guerra*, in *A União*, 16 de Abril de 1921, ano II, n.º 56, p. 1.

<sup>264</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 274.

<sup>265</sup> Cf. FONTES, Paulo F. de Oliveira – *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia*. In *História Religiosa de Portugal...*pp. 159-164.

recomposição daria azo, entre outros aspectos, à realização futura de diversos congressos católicos, e do incremento de diversas associações católicas de fundo social e caritativo.

A imprensa católica que analisámos relaticamente ao terceiro subperíodo (*Diario do Minho, A Epoca, A União, e Novidades*), instigou fortemente os católicos a unirem-se e a agirem, mais do simplesmente apresentar as suas reclamações, dando exemplos concretos de associações que se dedicavam à acção católica. Po outro lado, os jornais católicos também deram especial relevo à organização daqueles, nomeadamente em redor do Centro Católico Português (CCP), e à acção que este desempenhou durante este terceiro período, numa fase em que o CCP se encontrava num processo de reestruturação organizativa. Em 3 de Julho de 1922, a Igreja viu reconhecida a sua personalidade jurídica, entre protestos das associações laicas. Uma das provas da abertura política do governo republicano foi a sua aproximação à Santa Sé, depois das primeiras tentativas mais formais de Sidónio Pais, em 1918. Foi nesse espírito de maior abertura religiosa, a que se seguiu também uma maior abertura no espaço político que se realizou o Concílio Plenário Português, em Lisboa, entre Novembro e Dezembro de 1926. Este Concílio teve a particularidade de, ao mesmo tempo, significar «(...) um ponto de chegada mas, sobretudo, novo ponto de partida da Igreja Católica em Portugal, expressando uma vontade de autonomia e um esforço de reorganização interna»<sup>266</sup>. Os tempos vividos pela Igreja e por Portugal seriam, pois, outros e progressivamente renovados.

#### **7.5.1. As novas reclamações e acusações dos católicos**

Entre 1919 e 1926, as reclamações e as acusações da imprensa católica centraram-se, sobretudo, em dois aspectos fundamentais: a entrada de missões protestantes, maioritariamente estrangeiras, nas colónias portuguesas, e a Lei da Separação do Estado das Igrejas. A questão da entrada de missões protestantes nas colónias portuguesas foi abordada, essencialmente, pelos jornais *Diario do Minho* e *A Epoca*, desde o segundo semestre de 1919, e sempre de uma forma negativa. Esse olhar de desprimor dos jornais católicos não era dirigido apenas para os missionários estrangeiros, que para aí se deslocavam, mas também para o sistema liberal que era acusado de promover tal realidade, para além de colocar a nu as grandes dificuldades

---

<sup>266</sup> Idem, p. 164.

com que se debatiam os colonos portugueses no conhecimento e na gestão das colónias. De facto, assim o definia o primeiro editorial escrito pelo *Diario do Minho*, em 17 de Agosto de 1919: «chegaram a Moçambique 50 padres ingleses; não sabem uma palavra da nossa língua, e vão catequisar o preto. (...) Vejam, senhores, em que lindo estado nos pôs o sectarismo estupendo do sistema liberal; na perda iminente das nossas colónias (...) e de braços atados para obstar a essa invasão do estrangeiro...»<sup>267</sup>. O diário de Braga assegurava que o Governo pouco ou nada poderia fazer para evitar a invasão, como o denominava, uma vez que, se por um lado não poderia impedir a entrada dos missionários ingleses, sobretudo, nas colónias africanas, por estar limitado por compromissos internacionais com a Inglaterra, por outro lado, os colonos nacionais aí radicados também não dispunham de elementos e de razões que pudesse travar tal avanço e conseqüente desnacionalização das colónias. Assim, o *Diario do Minho* garantia que, se nada fosse realizado para evitar esse avanço das missões estrangeiras nas colónias africanas, mais cedo ou mais tarde os missionários ingleses iriam entrar sem grandes dificuldades no território colonial português, catequizando e introduzindo a sua respectiva cultura ao ponto de, no futuro, a língua e a cultura inglesas estarem já enraizadas na população indígena. Num noutro sentido, o editorial acusava a República de ter criado esse problema, com a expulsão dos jesuítas das missões nas colónias. Em verdade, com a instauração da República, em 1910, as condições dos missionários no Ultramar modificaram-se: «(...) os Jesuítas foram obrigados a deixar a Zambézia [actual província no centro de Moçambique], a Índia portuguesa, Macau e Timor e os Salesianos tiveram de abandonar Moçambique. Apenas os Espiritanos e os Franciscanos conseguiram permanecer em África...»<sup>268</sup>.

Daí para a frente, a situação das missões nas colónias não foi melhor. Em verdade, a situação das colónias não era famosa, ainda no tempo da Monarquia Constitucional. Depois de instaurada a República, as restrições foram mantidas, e até agravadas pelo Governo Provisório, desde essa altura, e depois pelos governos republicanos, nos anos seguintes. Em 22 de Novembro de 1913, pelo decreto n.º 233, o então ministro das Colónias, Artur Almeida Ribeiro, por ordem de Afonso Costa, então chefe do Governo, aplicara os princípios da Lei da Separação às colónias, excluindo delas qualquer dimensão religiosa, transformando-as em missões civilizadoras. As

---

<sup>267</sup> Portugal ultramarino, in *Diario do Minho*, 17 de Agosto de 1919, ano I, n.º 104, p. 1.

<sup>268</sup> GONÇALVES, Nuno da Silva – A dimensão missionária do catolicismo português. In *História Religiosa de Portugal...*p. 369.

alterações atingiam naturalmente os agentes missionários, no terreno. A República pretendia, pois, substituir o missionário católico pelo recém-criado missionário laico. Nascia, assim, um novo conceito de missão, de onde eram retirados os elementos de evangelização religiosa e espiritual<sup>269</sup>.

Em 1919, e perante a especificidade dos territórios ultramarinos e da presença de missões estrangeiras, o governo republicano compreendeu os perigos que daí vinham. Assim, pelo decreto n.º 5778, de 10 de Maio de 1919, o Governo estabeleceu «(...) as primeiras doze missões laicas saídas de Cernache do Bonjardim mas em que se renovava, simultaneamente, a faculdade de constituição de missões religiosas»<sup>270</sup>. A propaganda das missões, elucidando as suas pobres condições e o perigo das missões estrangeiras, promovida por vários missionários momentaneamente regressados à metrópole teve eco na opinião pública e no Governo. Nessa altura, o tema das missões mantinha-se na ribalta da *agenda-setting* dos jornais católicos e da imprensa nacional em geral. O então ministro das Colónias, Rodrigues Gaspar (a presidência do Governo estava entregue a Sá Cardoso), interessou-se pelo caso, e fez publicar o decreto n.º 6322, de 24 de Dezembro de 1919, que assegurava uma série de contrapartidas à presença das missões católicas<sup>271</sup>. Anos mais tarde, por decreto n.º 8351, de 26 de Agosto de 1922, o Governo promoveu algumas rectificações no exercício das funções atribuídas aos missionários, e as missões foram integradas no património jurídico português<sup>272</sup>. Por seu turno, A. J., colaborador d' *A Epoca* chamava a atenção, precisamente, para o que considerava ser a invasão da África portuguesa pelas missões estrangeiras, protestantes e sobretudo inglesas, o que provocava a desnacionalização missionária, e era uma forma de alargar a influência da Inglaterra naquela colónia portuguesa<sup>273</sup>. Ao mesmo tempo, o articulista abria, num segundo editorial dedicado a esse tema geral, espaço para abordar o que considerava um outro perigo, denominado

---

<sup>269</sup> Acerca desta temática ver: ARAÚJO, Amadeu Gomes – A República e a Laicização das Missões. In *Igreja e Missão: revista missionária de cultura e actualidade*. Dir. Adelino Ascenso. Cucujães, Janeiro-Abril 2010, n.º 213, pp. 83-129.

<sup>270</sup> GONÇALVES, Nuno da Silva – A dimensão missionária do catolicismo português. In *História Religiosa de Portugal...*p. 371.

<sup>271</sup> Entre outras, o governo republicano apresentava a possibilidade de o recrutamento de missionários poder ser realizado em Portugal, e a nomeação de um procurador que estava autorizado a abrir casas de estudo. Para além disso, as missões poderiam empregar parte dos subsídios (20 por cento) para acções de formação de pessoal. Contudo, não atribuía ou limitava a relação entre os missionários e a hierarquia da Igreja Católica e não distinguia as missões religiosas das missões laicas, o que, aos olhos da imprensa católica, condicionava a acção missionária dos católicos, perdendo força para as outras missões, maioritariamente protestantes, com melhores apetrechos e condições. Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>272</sup> Cf. Idem, p. 372.

<sup>273</sup> Cf. A. J., *A invasão da Africa portuguesa*, in *A Epoca*, 15 de Agosto de 1919, ano I, n.º 128, p. 1.

etiopismo que vinha progredindo nas colónias e era apresentado, em traços gerais, como um movimento doutrinal que instigava os indígneas a organizarem-se e a libertarem-se da influência dos colonos<sup>274</sup>.

Durante os meses e os anos seguintes, a questão das missões católicas nas colónias africanas foi uma presença regular nos editoriais d' *A Epoca* e do *Diario do Minho*. Em certa medida, a imprensa católica fazia uso da sua influência social para reavivar, em diferentes ângulos, um tema importante para Portugal. De resto, os editoriais dos jornais católicos dedicados às missões nas colónias eram geralmente longos e muito expositivos contendo diversos temas, de certa forma, autónomos, como a realidade colonial, a vida do indígena, a influência que aquelas tinham, como forma de travão à emigração dos indígneas de Angola e de Moçambique para as minas da África do Sul, por exemplo<sup>275</sup>, o perigo da presença de missões protestantes<sup>276</sup>, ou a análise à acção dos diversos governos da República no tratamento da questão dos missionários e das missões<sup>277</sup>.

No final de Setembro de 1919, A. J. garantia que a contínua entrada de missões estrangeiras, nas colónias africanas de Angola e de Moçambique, marcava já o compasso da denominada derrocada missionária, e apresentava um número crescente de missões inglesas e norte-americanas naquelas duas colónias. Perante isto, o mesmo A. J. afirmava que «(...) ao mesmo tempo as nossas missões e parochias missionarias marcham completamente para o completo aniquilamento. (...) Em Moçambique é mais formidável a derrocada. Estão encerradas quasi todas as parochias missionarias e 17 das 31 missões que la tínhamos»<sup>278</sup>. O articulista mostrava-se, pois, desalentado com a actual situação. A análise da questão das missões católicas deixou de fazer parte da agenda jornalística d' *A Epoca* logo depois, mas prosseguiu presente nos editoriais do *Diario do Minho* que manteve o mesmo pedido de atenção para as missões, ainda que a atenção e a importância para este assunto tenham, naturalmente, decaído. O próprio teor dos editoriais manteve-se tautológico, tendo por base editoriais anteriores, e a persistência nas acusações à acção da República relativamente às missões. Ainda assim, no início de 1920 o jornal de Braga voltou a colocar o problema das missões católicas

---

<sup>274</sup> Cf. A. J., *Moçambique infestado, a praga do etiopismo*, in *A Epoca*, 18 de Agosto de 1919, ano I, n.º 130, p. 1.

<sup>275</sup> Cf. *Angola e Moçambique*, in *A Epoca*, 25 de Agosto de 1919, ano I, n.º 137, p. 1.

<sup>276</sup> Cf. C. M., *Missões sem Missionários: a Escola de Sernache contra a escola protestante*, in *A Epoca*, 6 de Setembro de 1919, ano I, n.º 151, p. 1.

<sup>277</sup> Cf. A. J., *Reconstrução missionaria*, in *A Epoca*, 10 de Setembro de 1919, ano I, n.º 153, p. 1.

<sup>278</sup> A. J., *A derrocada missionaria*, in *A Epoca*, 30 de Setembro de 1919, ano I, n.º 153, p. 1.

em evidência<sup>279</sup>, algo que voltou a fazer já no final desse ano, enaltecendo o papel dos missionários católicos nas missões<sup>280</sup>. Só mais tarde, em 1922 e em 1923, e muito espaçadamente, é que o tema das missões católicas retomou a primazia constante do editorial, para denunciar as más condições em que (sobre)viviam os missionários nas respectivas missões ultramarinas<sup>281</sup>, ou para se referir às missões católicas integrando-as numa questão mais abrangente que era o Padroado do Oriente<sup>282</sup>.

Uma outra questão, que suscitou grande atenção da imprensa católica, foi a Lei da Separação, alargada a diversos aspectos mas que contemplavam, sobretudo, os ataques à Igreja Católica e aos seus interesses. Tal foi apresentado sem o realce dos períodos anteriores, e muito espaçado no tempo, o que, em certa medida, demonstrava que o tema perdera a amplitude do passado. Todos os títulos analisados neste terceiro subperíodo (*Diario do Minho, A Epoca, A União, e Novidades*) deram a este tema a primazia do editorial. Apesar de no passado recente terem sido introduzidas algumas alterações na Lei da Separação, com especial releância para as promovidas pelo “decreto Moura Pinto” (decreto n.º 3856, de 22 de Fevereiro de 1918) no governo de Sidónio Pais, em 1919 e nos anos seguintes, no entanto, o discurso assentava nas mesmas linhas de força do passado: de acordo com a imprensa católica, este tinha sido um ataque perpretado pela Maçonaria e com o aval republicano. Assim o testemunhava Nemo, em Dezembro de 1919<sup>283</sup>. No mesmo sentido, eram os ataques à Igreja que suscitavam maior interesse por parte dos jornais católicos, que lhes davam grande atenção. De todos os subtemas intimamente ligados à Lei da Separação, apresentados pela imprensa católica supracitada, podemos referir que foi dada especial atenção aos seguintes: ataques a membros do clero e a bens da Igreja, e à situação das misericórdias e das confrarias.

Relativamente ao primeiro aspecto, podemos apontar, a título de exemplo, entre vários apresentados, o caso ocorrido no final de Julho de 1922, quando o *Diario do Minho* relatou o fecho de um colégio de freiras, no norte do país, por ordem do Governo, a quem dirigiu muitas críticas<sup>284</sup>. Situações como esta levariam, mais tarde, em Dezembro desse ano, o então ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra

---

<sup>279</sup> Cf. *Missões coloniais*, in *Diario do Minho*, 4 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 222, p. 1.

<sup>280</sup> Cf. *A obra missionaria nas colonias*, in *Diario do Minho*, 3 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 504, p. 1.

<sup>281</sup> Cf. Santa Cruz, *Fructos do sectarismo*, in *Diario do Minho*, 11 de Abril de 1922, ano III, n.º 915, p. 1.

<sup>282</sup> Cf. *O Padroado do Oriente e as Missões Ultramarinas*, in *Diario do Minho*, 21 de Junho de 1923, ano V, n.º 1232, p. 1.

<sup>283</sup> Cf. Nemo, *A Lenda e a Historia*, in *A Epoca*, 6 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 238, p. 1.

<sup>284</sup> Cf. Santa Cruz, *Mau caminho*, in *Diario do Minho*, 22 de Julho de 1922, ano IV, n.º 998, p. 1.

(António Maria da Silva era o chefe de Governo), a apresentar uma proposta «(...) no sentido da permissão do ensino religioso nos estabelecimentos particulares...»<sup>285</sup>, que não foi aprovada, mas que, ainda assim, suscitou muita polémica, por estar em jogo a questão do ensino neutral, tão defendido pelos republicanos. Os ataques aos membros do clero mantiveram-se na primeira linha dos aspectos relacionados com a Lei da Separação. Até ao fim deste terceiro período, a imprensa católica que analisámos transportou para editorial diversos casos de expulsão de padres. Cremos que tal acção tinha, entre outras, a necessidade de promover a persistência da memória, entre os seus leitores, dos abusos que a República vinha impulsionando contra os católicos, independentemente das alterações momentâneas aos artigos da Lei da Separação ou à sua aplicação.

Ora, um dos casos que teve maior relevo foi o desterro do pároco de Melgaço, padre Celestino, de apelido Almeida (para *A União*), e de Figueiredo (para o *Diario do Minho*). O periódico de Lisboa, por intermédio de Tomás de Gamboa, seu colaborador, e ao mesmo tempo redactor-principal das *Novidades*, aproveitava a ocasião para, uma vez mais, e já em 1923, repetir as críticas dirigidas à Lei da Separação: «(...) Urge acabar, derruir essa monstruosidade juridica que nos vexa e nos afronta»<sup>286</sup>. Gambôa não criticava livremente o regime, que considerava legítimo, mas assegurava que os católicos deveriam lutar contra uma lei que classificava de «(...) inicua... [e de] vergonha nacional...»<sup>287</sup>. Ora, essa luta, afirmava Tomás de Gamboa, só poderia ser realizada no Parlamento. Para isso, apelava aos católicos para apoiarem o Centro Católico Português, a quem, ainda assim e perante mais um ataque deliberado à Igreja, acusava de serem inertes e insubmissos. O *Diario do Minho* apresentou o caso em dois editoriais, em forma de uma longa entrevista entre Santa Cruz, o jornalista, e o padre Celestino, o entrevistado, apresentada em dois números. Santa Cruz denunciava a arbitrariedade que esteve associada à acusação e consequente desterro, por um ano, do padre Celestino da sua paróquia, e assegurava que «(...) a liberdade religiosa neste país, onde nos últimos anos tanto se tem ouvido gritar liberdade, é ainda a maior mentira do regime, mesmo com todas as deferencias para com a Igreja Catolica»<sup>288</sup>. O ataque a membros do clero foi seguido com especial atenção por parte das *Novidades*, em

---

<sup>285</sup> PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade...*p. 117.

<sup>286</sup> Thomaz de Gambôa, *O caso de Melgaço*, in *A União*, 21 de Janeiro de 1923, ano III, n.º 125, p. 1.

<sup>287</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>288</sup> Santa Cruz, *O caso da expulsão do paroco de Melgaço*, in *Diario do Minho*, 25 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1143, p. 1.

especial, entre Março e Setembro de 1924. Nesse período foram apresentados alguns casos de agressão a membros do clero e transmitidas algumas opiniões, maioritariamente contrárias à actuação do Governo nessa matéria específica. Em Março de 1924, as *Novidades* apresentaram, em editorial, o caso da violência sofrida pelo pároco Severiano Pedro Ferreira, da localidade de Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, relatada pelo próprio, em carta enviada ao jornal. Chamado a um lar de uma idosa exangue, para lhe ministrar o sacramento da extrema-unção, «(...) mais de 20 homens de pistolas e cacetes cercaram-me e em plena luz do dia quasi me mataram. Caí duas vezes e só por milagre pude escapar-me com vida das mãos d'aqueles miseraveis»<sup>289</sup>.

No Senado, na sessão de 12 de Março de 1924, Sá Cardoso, o ministro do Interior (o Governo era chefiado por Álvaro de Castro), quando questionado sobre o assunto, pelo senador monsenhor Dias de Andrade, teria asseverado que iria agir em conformidade, de forma a punir os agressores, garantindo que «(...) em hypothese alguma, deseja parecer cúmplice do vil atentado»<sup>290</sup>. Este tema seria mais tarde avivado, em Abril desse ano, quando era confirmado que a agressão ao pároco Severiano era «(...) um sintoma tristissimo da preversão moral, que vai invadindo as proprias aldeias, outrora mais pacatas e morigeradas»<sup>291</sup>.

Ora, se na fase final da Primeira República as agressões aos membros do clero ainda existiam, as profanações a igrejas e capelas também o eram. Em verdade, numa altura em que António de Oliveira Salazar e José Fernando de Sousa (Nemo) esgrimiam acusações nas páginas dos jornais católicos, a propósito da acção do Centro Católico Português, os radicais republicanos endureceram as formas de protesto contra os acontecimentos recentes de Fátima (desde Outubro de 1917), tornando-as mais violentas. Nesse seguimento, na noite de 5 para 6 de Março de 1922, a “capelinha das aparições”, em Fátima, fora dinamitada. Os autores de tal atentado talvez pretendessem gerar o desnorte entre a Igreja Católica que vinha acusando «(...) alguma dificuldade em lidar com o crescente número de pessoas que rumavam a Fátima à procura de curas milagrosas...(...) Em vez de desertarem, os católicos uniram-se, mostrando uma capacidade organizativa apreciável, e impensável alguns anos antes»<sup>292</sup>.

---

<sup>289</sup> *Vitima do dever*, in *Novidades*, 14 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 87 (8:539), p. 1.

<sup>290</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>291</sup> *Impunidade*, in *Novidades*, 1 de Abril de 1924, ano I (XXXIX), n.º 105 (8:556), p. 1.

<sup>292</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...p. 210.

Mais tarde, a referência insistente acerca dos ataques à Igreja continuaram<sup>293</sup> nomeadamente quando atingiram directamente o seu património. Em Janeiro de 1924, as *Novidades* referiam, em claro tom acusatório, que «(...) o que não tem justificação nem atenuantes, nem qualquer explicação é que, após 13 anos de novo regime, continuem os direitos da Igreja e os sentimentos e as crenças da maioria dos portugueses»<sup>294</sup>. Esta acusação nascia a propósito da venda de património eclesiástico, como igrejas, capelas, passais, e mobiliário, em leilões públicos, promovidos pelo Governo, e que o jornal de Lisboa asseverava que sucediam regularmente. Ora, essa situação ajudava a agravar a situação económica dos padres que já não era famosa. Por diversas vezes, as *Novidades* abordaram esse tema, insistindo na ideia que o Estado, sendo neutro e ateu, era o principal culpado por tal situação. A este propósito, em meados de Junho de 1925, J. A. C., o autor do editorial, assegurava que «(...) como a experiencia mostrou que no preto a instrução sem religião não péga, e que as populações indigenas iam mas é procurar os missionarios estrangeiros protestantes, que lhes davam religião...»<sup>295</sup>. Ora, os recém-criados missionários laicos que tinham, por incumbência, substituir os missionários católicos nas respectivas missões falhavam redondamente o seu objectivo. Assim, para rectificar esa situação, e para evitar o perigo das missões protestantes, que ganhavam cada vez mais influência entre os indígenas, o Governo republicano resolvera contratar os denominados civilizadores religiosos, com o respectivo vencimento.

A deplorável situação económica do clero era entendida, pelas *Novidades*, como uma acção directa da aplicação da Lei da Separação. De facto, o jornal já havia chamado a atenção dos seus leitores para essa situação, no primeiro dia de Dezembro de 1925, num artigo colocado nas colunas da direita da primeira página (5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> colunas). Nesse artigo, solicitava-se aos católicos portugueses que auxiliassem os seus párocos, e até era asseverado que tal gesto era considerado um dever cristão e um dever social<sup>296</sup>. No ano seguinte, as *Novidades* mantinham uma atenção especial sobre a situação económica do clero nacional. Em Maio de 1926, ainda antes de estalar o movimento

---

<sup>293</sup> Veja-se, a esse propósito, o relato da profanação da igreja do antigo convento de Santa Joana, em Lisboa, que *As Novidades* relataram, em editorial, em 4 de Outubro de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 285 (8736)], em 5 de Outubro de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 286 (8737)], em 7 de Outubro de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 287 (8738)], e em 21 de Outubro de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 301 (8752)],

<sup>294</sup> *É Lei?*, in *Novidades*, 6 de Janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 24 (8467), p. 1.

<sup>295</sup> J. A. C., *A miseria missionaria portuguesa: o papel do Estado*, in *Novidades*, 15 de Junho de 1925, ano II (XL), n.º 530 (8979), p. 1.

<sup>296</sup> Cf. *Prover á honesta sustentação dos Parocos*, in *Novidades*, 1 de Dezembro de 1925 ano XL, n.º 9146, p. 1.

militar, o jornal de Lisboa asseverava que «(...) expoliada a Igreja de todo o seu património e impedida até, por leis excepcionais e odiosas, de o reconstituir na medida do estritamente necessário, a situação do clero tornou-se, em muitos casos, aflitiva»<sup>297</sup>. Dias depois, era editado mais um editorial dedicado a esse tema, acto que constituía uma verdadeira chamada de atenção para o problema económico de alguns membros dos seus membros. O discurso era muito próximo àquele que vinha sendo publicado e publicitado sobre o assunto, mas as *Novidades* assumiam, plenamente, a defesa dos interesses dos sacerdotes com dificuldades económicas. Assim, editavam uma carta, assinada pelo padre Paulo Marques, dando conta aos católicos da criação de uma associação de sacerdotes que se prontificava a colocar em marcha um plano de angariação de fundos para o apoio à sustentação do clero, através do pagamento de uma quota mensal de dez escudos (10\$). Este dinheiro, a juntar a outros donativos, serviria para auxiliar os padres necessitados. A ideia partira do clero da vigararia de Torres Novas, mas teria, certamente, uma projecção nacional. O mesmo esperava o articulista que instigava os seus companheiros a mobilizarem-se: «(...) o clero do paiz que diga agora se quer, a seguir a uma vida de trabalho intenso e esgotante, uma velhice de miseria e depois da morte o triste abandono e esquecimento»<sup>298</sup>. Em suma, as *Novidades* utilizam a denúncia às dificuldades e aos atropelos trazidos pela aplicação da Lei da Separação, no sentido de mobilizar a consciência dos católicos e de promoverem novas iniciativas, nomeadamente no sentido de se responsabilizarem pela sustentação do clero.

Numa outra vertente, o aniversário da Lei da Separação era um momento que a imprensa católica aproveitava para fazer um balanço da “intangível republicana”, como tantas vezes se referia ao decreto de 20 de Abril de 1911. Com efeito, assim sucedeu com as *Novidades* na passagem dos quinze anos da publicação daquele decreto. Apesar de não ser recente, a polémica ainda era fresca. O jornal de Lisboa assegurava, em traços gerais, que «(...) a *Lei da Separação*, tal como foi publicada, representa um aborto juridico e moral... (...) ela é a negação das apregoadas liberdades fundamentais da democracia»<sup>299</sup>. Ainda assim, as críticas não eram apenas dirigidas aos republicanos, nem às suas já tão debatidas acções contrárias aos católicos. Com efeito, as *Novidades* criticavam duramente os católicos que haviam transformado «(...) as reivindicações catolicas em arma politica, confundindo a causa da Igreja, que deve estar superior a

---

<sup>297</sup> *A situação do clero*, in *Novidades*, 7 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9297, p. 1.

<sup>298</sup> *É preciso acudir ao clero*, in *Novidades*, 9 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9299, p. 1.

<sup>299</sup> *A 15 anos de vista*, in *Novidades*, 21 de Abril de 1926, ano XLI, n.º 9282, p. 1.

regimens e partidos...»<sup>300</sup>. O diário da capital assegurava que essa acção, desencadeada por vários católicos, era disparatada e que se traduzia, ao fim de quinze anos de Lei da Separação, numa oposição fraca e que estava longe de impedir «(...) a continuação ou novas ameaças de expoliação dos bens ou das liberdades da Igreja»<sup>301</sup>. Nesse sentido, as *Novidades* advogavam que era necessário assumir a defesa dos princípios da liberdade religiosa, e afastar da Igreja as facções e os partidos que vinham prejudicando a sua acção ao longo desses anos.

### 7.5.2. A união dos católicos nos novos tempos

No dia 16 de Julho de 1919, a redacção do *Diario do Minho* assinou um editorial dedicado à apresentação de um novo grupo de democracia cristã, da região minhota, que tinha como objectivo «(...) trabalhar pela difusão da doutrina social do catolicismo, ignorada por propios e extranhos»<sup>302</sup>. Apresentava-se como defensora da religião, da família, e da propriedade privada, mas esclarecia que não era nenhum partido político. Este género de união não era novo entre os católicos, nem sequer o incitamento à sua concentração. Porém, há muito que se ouviam as críticas negativas, e que apontavam a insuficiência da organização social católica em Portugal. Ora, para a imprensa católica e para os católicos mais militantes, o que agora fazia sentido era preparar uma efectiva e meritória organização social católica, capaz de aplicar a tão famigerada recristianização da sociedade. A atenção da imprensa católica foi elevada sobre aspectos relacionados com a organização e com a acção dos católicos. A apresentação desses diversos editoriais não poderia, como não será, transmitida aqui de forma específica e demorada. Contudo, podemos asseverar que a existência de diversos editoriais dedicados a esse tema, sobretudo promovidos pelo *Diario do Minho* e pel' *A União*.

O *Diario do Minho* era um claro promotor da união católica, e esperava que as palavras dessem rapidamente lugar à acção<sup>303</sup>. Semanas mais tarde – a partir de um comentário de José de Almeida Correia, importante nacionalista, jornalista católico, e director da *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920) – o jornal de Braga apresentava algumas considerações que deviam assistir à boa organização dos católicos: a sua formação e instrução religiosa, o papel das catequeses, das juventudes católicas e dos círculos de

---

<sup>300</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>301</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>302</sup> Redacção do *Diario do Minho*, *Democracia Crista*, in *Diario do Minho*, 16 de Julho de 1919, ano I, n.º 76, p. 1.

<sup>303</sup> Cf. *Revista religiosa*, in *Diario do Minho*, 20 de Julho de 1919, ano I, n.º 80, p. 1.

estudos, e da imprensa católica: o jornal lamentava o facto de se fazer uma imprensa católica apenas para católicos, e não para a generalidade dos portugueses, tentando captar adeptos. Assim, no cômputo geral, o articulista asseverava que «(...) sem, todavia, se cuidar da instrução religiosa, tão perfeita quanto possível, a organização não será tão profícua como é preciso que seja»<sup>304</sup>. Já em Setembro de 1919, C. C., um colaborador do *Diario do Minho*, apresentou um longo editorial dedicado às condições da acção católica. O autor era da opinião que «(...) a primeira condição para se fazer uma boa politica catolica, seria desviar os católicos da politica, e proibila ao clero como coisa imprópria da sua missão sacerdotal»<sup>305</sup>. C. C. teria consciência que estaria a ser polémico com estas afirmações, corroboradas *Diario do Minho*, mas alertava para a necessidade de todos compreenderem, em especial os católicos, que a política do catolicismo, como era denominada, estava acima de políticas e de partidos. Ora, segundo aquele autor, a acção católica deveria centrar-se na honra a Deus e na dedicação aos irmãos católicos. E justificava essa tomada de posição, com as directrizes apontadas pelo papa Bento XV, numa carta pastoral dirigida ao episcopado português. No fundo, o autor recuperava algumas noções que já haviam sido avançadas no período seguinte ao Apelo de Santarém, de 1913, relativamente ao plano de efectivar a acção católica: recristianizar a sociedade portuguesa, activar a doutrina e o espírito cristão, e não excluir ninguém que queira participar<sup>306</sup>.

Já em 1920, a vertente caritativa da acção católica ganhou uma nova visibilidade quando, por intermédio daquele que viria a ser bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva (1920-1957), foi fundada no Porto «(...) a Cooperativa do Círculo Católico, uma cooperativa de consumo»<sup>307</sup>, com o objectivo de fornecer bens essenciais aos mais necessitados, numa altura em que a fome alastrava pelo país. A união dos católicos também era proposta pela constituição de sindicatos específicos para aqueles. *A União*, já se havia referido à questão dos sindicatos católicos, em Março de 1920, apresentando algumas ideias defendidas por António Lino Neto, director d' *A União*, numa conferência apresentada nas instalações da Liga de Acção Social Cristã, em Lisboa<sup>308</sup>. Ora, tais sindicatos católicos eram destinados, em especial, aos operários, promovendo neles as boas condutas e valores cristãos. Com efeito, ficava patente que a hora era de

---

<sup>304</sup> *Revista religiosa*, in *Diario do Minho*, 10 de Agosto de 1919, ano I, n.º 98, p. 1.

<sup>305</sup> C. C., *Revista religiosa*, in *Diario do Minho*, 19 de Setembro de 1919, ano I, n.º 132, p. 1.

<sup>306</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...* pp. 260-263.

<sup>307</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...* p. 212.

<sup>308</sup> Cf. Antonio Lino Netto, *Os sindicatos catholicos em Portugal*, in *A União*, 27 de Março de 1920, ano I, n.º 9, pp. 1-3.

acção entre os católicos. Aqueles que tinham o poder de promover, na imprensa católica, algum tipo de influência sobre o público, incitavam-no a conhecer, a apoiar, e a participar em organismos destinados à acção católica mais ou menos direccionada para os operários<sup>309</sup>. A questão social e a acção social da Igreja definiam-se, clara e progressivamente, nestes pontos. O *Diario do Minho*, por intermédio do seu colaborador, C. C., voltou a focar essa questão, abrindo lugar nos seus editoriais para a apresentação de alguns aspectos da acção social. Esta deveria instituir-se na sociedade de pós-guerra que se vinha reorganizando num mundo também diferente. Assim, C. C. advogava que era necessário introduzir o espírito católico nessa nova sociedade, com vista a promover «(...) a verdadeira regeneração da colectividade humana, pervertida, e que é preciso erguer a outros caminhos...»<sup>310</sup>. Mais tarde, o mesmo jornal de Braga apresentou algumas considerações sobre a questão dos sindicatos católicos, a partir de uma pastoral enviada pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, aos seus diocesanos e aos católicos portugueses em geral. Nesse editorial, era registada a acção católica que algumas associações cujo trabalho o cardeal-patriarca tinha aprovado e enaltecido, como eram os casos da Liga de Acção Social Cristã, a Associação Internacional para a Protecção das Raparigas, as Conferências de São Vicente de Paulo, a Associação da Juventude Católica, e os Oratórios Festivos<sup>311</sup>. Estas associações tinham um fundamento mais puramente caritativo. De acordo com a pastoral, a minuciosidade prática caberia ao Centro Católico Português (CCP) e ao que era transmitido pela imprensa católica em geral, e especialmente pel' *A União*.

De facto, de acordo com *A União* de 4 de Dezembro de 1920, a hora era dos católicos numa sociedade que era apresentada como estando a viver uma grave crise moral. Aí era referido que «(...) só a fé catholica, póde ahi descobrir fundo, iniciando a organização de novos núcleos da ordem social a restaurar. (...) A oha [hora] que passa, ou é preenchida pelos catholicos com todo os espirito da sua fé, ou a sociedade continuará a descer n' uma expiação cujos extremos mal se deixam adivinhar»<sup>312</sup>. Os católicos eram instigados a unirem-se e a organizarem-se em obras caritativas, e a apoiarem o CCP que era apresentado como o maior meio para lutar pelos interesses da Igreja e dos católicos. Em Março de 1921, quando decorria o período pascal, tradicionalmente de reflexão para os católicos, mas também de grande emoção, *A União*

---

<sup>309</sup> Cf. Paulo d' Oliveira, *Acção Popular Catolica*, in *A União*, 10 de Abril de 1920, ano I, n.º 11, pp. 1-2.

<sup>310</sup> C. C., *Acção Social*, in *Diario do Minho*, 20 de Maio de 1920, ano II, n.º 336, p. 1.

<sup>311</sup> Cf. *Sindicalismo!*, in *Diario do Minho*, 16 de Julho de 1920, ano II, n.º 384, p. 1.

<sup>312</sup> *A hora dos catholicos*, in *A União*, 4 de Dezembro de 1920, ano I, n.º 42, p. 1.

solicitava aos católicos para imitarem Jesus Cristo e servirem e amarem o próximo. No fundo, serem cristãos. O autor do artigo de fundo, J. G., asseverava que esse era, ou deveria ser, o primeiro dever das organizações católicas. Estas eram estimuladas a ser «(...) o “fermento enérgico da vida cristã” pelo exemplo que os seus elementos dêem de mutuo amor e de uma estreita ligação com o Mestre Divino»<sup>313</sup>.

Com a sistemática apresentação de iniciativas de organização católica, como as reuniões das Juventudes Católicas<sup>314</sup>, sempre apresentadas com grande emoção e esperança, ou como a acção social desenvolvida pelas recém-criadas cooperativas de católicos<sup>315</sup>, ficava patente que o discurso da imprensa católica estava, pois, a ser direccionado para a organização de grupos, de associações, e de iniciativas variadas, por parte dos católicos que criassem na sociedade uma base de regeneração que facilitasse a iniciativa cívica e política através do CCP, sob o signo da União Católica. Por isso, no decorrer dos anos seguintes, e até ao fim deste subperíodo (1919-1926), os jornais católicos, primeiramente o *Diario do Minho* e *A União*, e mais tarde as *Novidades*, trataram de ir preenchendo as suas páginas com esses assuntos, dando grande destaque nos seus editoriais. Naturalmente, o discurso foi sendo repetido ao longo dos meses e dos anos seguintes. Mas, como já afirmámos, estamos em crer que essa repetição do tema da acção católica, à qual já apontámos o nome de matraqueagem, de acordo com o definido pelas Ciências da Comunicação, não era inocente e não foi esporádica. Pelo contrário, consideramos que tal posicionamento fazia parte de uma orientação e de plano perfeitamente definidos pelo episcopado, e no qual a imprensa católica surgia como o seu mais importante veículo de transmissão.

No final de Março de 1922, um colaborador do *Diario do Minho*, Eugénio Vaz Vieira, abordou a questão da acção católica, construindo um comentário a partir de uma pastoral recentemente apresentada pelo arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos (1915-1932), sobre aquele tema. Ficava, uma vez mais, explícita a grande importância que a posição adoptada pelos bispos nacionais tinha para a imprensa católica. No rescaldo do recente II Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga, realizado entre 8 e 10 de Dezembro de 1921<sup>316</sup>, o articulista defendia «(...) a convergencia da Acção Catolica da periferia para o centro, quero dizer (...) a

---

<sup>313</sup> J. G., *O primeiro dever das organizações catholicas*, in *A União*, 26 de Março de 1921, ano II, n.º 54, pp. 1-2.

<sup>314</sup> Cf. *Juventude Catolica de Braga, Esperança Nossa, Salve*, in *Diario do Minho*, 28 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 524, p. 1.

<sup>315</sup> Cf. *Acção social pelas cooperativas*, in *A União*, 14 de Maio de 1921, ano II, n.º 60, p. 1.

<sup>316</sup> Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 52-53.

convergencia da Acção Catolica das freguezias para o arciprestado e destes para a séde da Diocese...»<sup>317</sup>. No seguimento das palavras de D. Manuel Vieira de Matos, apresentado como um “prelado apóstolo” por Eugénio Vaz Vieira, este defendia que essa acção era de grande utilidade e que era preciso aplicá-la com urgência em função da gravidade dos tempos vividos, não apenas em Portugal, política e socialmente instável, mas também numa Europa que se vinha erguendo lentamente, nesse período de pós-guerra. Para isso, instigava a reunião de homens bons para a aplicar.

Numa altura em que as divergências entre católicos se prolongavam nas páginas da imprensa católica, com especial destaque para o conflito que opôs *A Epoca*, de José Fernando de Sousa, e *A União*, de António Lino Neto, a partir de Maio de 1920, Constantino Coelho, um conhecido colaborador do *Diario do Minho*, asseverava que a união dos católicos deveria ser a *União Católica*, apresentada como uma «(...) organização primaria imposta pelo venerando Episcopado, e constituída pelas obras de acção e zelo que o Episcopado recomenda»<sup>318</sup>. Coelho assumia o papel de pacificador de uma polémica, entre católicos com diferentes visões, sobre a acção a desempenhar pelos católicos em defesa da Igreja. Com efeito, o articulista defendia que o mais importante era assumir a união dos católicos e promover a acção católica, realizando-a na fé e na disciplina e ao serviço de Deus, esquecendo ou secundarizando preocupações partidárias. Em verdade, estas diferenças políticas serviriam, no dia seguinte, de fundo para o editorial do *Diario do Minho* de 7 de Julho de 1922, assinado pelo director do periódico, Artur Bivar. Este reputado jornalista católico haveria de enaltecer o trabalho e o resultado político dos católicos alemães e dos católicos holandeses, comparando as acções daqueles com as dos católicos portugueses, denunciando as lutas entre católicos e asseverando que «(...) damo-nos ainda uns aos outros o exemplo de apontar farisaicamente o trabalho victorioso dos irmãos de longe ao mesmo tempo que esfaqueamos os irmãos de perto...que trabalham»<sup>319</sup>. O mesmo sucesso da acção dos católicos espanhóis haveria, mais tarde, em Setembro, de servir de exemplo aos católicos portugueses para a construção de uma acção católica capaz de unir,

---

<sup>317</sup> Eugenio Vaz Vieira, *Acção Catholica, um prelado apostolo*, in *Diario do Minho*, 22 de Março de 1922, ano III, n.º 899, p. 1.

<sup>318</sup> Constantino Coelho, *A União dos Catolicos*, in *Diario do Minho*, 6 de Julho de 1922, ano IV, n.º 983, p. 1.

<sup>319</sup> Artur Bivar, *Victoria catholica...mas na Holanda*, in *Diario do Minho*, 7 de Julho de 1922, ano IV, n.º 985, p. 1.

verdadeiramente, os católicos nacionais<sup>320</sup>. Com efeito, o exemplo da acção católica, promovida em outros países, foi apresentado, por parte do *Diario do Minho* e dos seus colaboradores, como um bom exemplo a ser seguido pelos católicos portugueses a quem eram apontados diversos e seculares defeitos, como, entre outros, o alheamento às causas católicas e à defesa dos seus interesses e da própria Igreja.

Nos anos seguintes, o tema da união dos católicos foi-se diluindo noutros temas que tiveram a primazia do editorial, como aconteceu, não raras vezes, ou com o estado da política nacional, ou com a própria intervenção de deputados do CCP no Parlamento, ou ainda com as reclamações dos católicos, sendo que este tema não deixou, verdadeiramente, de fazer parte do agendamento noticioso da imprensa católica. Apenas com a entrada em cena das *Novidades*, em Dezembro de 1923, é que a organização católica foi mantendo alguma constância em termos de presenças em editoriais, ainda que alguns dos assuntos fossem actualizações de outros temas, anteriormente apresentados por outros títulos. No caso das *Novidades*, tal aconteceu, por exemplo, no final de Março de 1924, com um artigo de fundo dedicado inteiramente à acção desenvolvida pela Juventude Católica<sup>321</sup>, ou um outro editorial com um teor algo diferente, relativo à actuação das associações católicas sedeadas em Lisboa e dedicadas a raparigas e a mulheres<sup>322</sup>.

Com efeito, apesar de ser visível uma repetição na apresentação de aspectos relacionados com a união e com a organização dos católicos, no caso específico das *Novidades* – tendo por base de comparação o que já vinha sendo editado pelo *Diario do Minho* e pel' *A União* – este periódico apontava algumas considerações sobre o que eram, e o que representavam os católicos no mundo actual, afirmando que havia dois tipos de católicos: uns que assumiam as suas crenças e trabalhavam em prol da Igreja, e outros que preferiam manter-se à margem. O diário de Lisboa assegurava que tal acontecia com os católicos portugueses, a quem era pedido que se unissem em prol do CCP e seguissem as determinações do episcopado. Assim, de acordo com as *Novidades*, os verdadeiros católicos deveriam «(...) entrar sem pensamento reservado e sem reticencias interesseiras ou despeitadas na esfera de acção que a Igreja traça para a

---

<sup>320</sup> Cf. Santa Cruz, *Exemplo a imitar: a acção social dos catolicos espanhois*, in *Diario do Minho*, 9 de Setembro de 1922, ano IV, n.º 1038, p. 1.

<sup>321</sup> Cf. *Juventude Catolica*, in *Novidades*, 31 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 104 (8:555), p. 1.

<sup>322</sup> Cf. *As Associações Catolicas Femininas de Lisboa*, in *Novidades*, 11 de Setembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 262 (8:713), p. 1.

defesa dos seus direitos e para o desempenho da sua missão augusta»<sup>323</sup>. Ora, para que essa acção dos católicos se pudesse efectivar e crescer, havia que a publicitar. Mas de que forma é que tal poderia ser feito? A verdade é que há muito tempo que a imprensa católica vinha expressando, nos seus editoriais e em outros artigos publicados, a necessidade de se construir uma união dos católicos sob a orientação dos bispos, para uma acção nos terrenos social e de defesa do que eram considerados ser os direitos da Igreja, e de publicitar tamanha obra. Nesse sentido, como temos verificado, a atenção para as acções das Juventudes Católicas e para outras associações afectas à Igreja foi sendo gradual e frequente. Assim sendo, como também já notámos, o discurso foi-se repetindo amiudamente ao longo dos meses e dos anos. Mas também era frequente existir uma adenda ao discurso formal (tão matraqueado pela imprensa católica), que se poderia traduzir ou numa crítica à cada vez maior interferência de diferentes pessoas no processo da acção católica, e na tentativa de politizar a mesma, ou na distribuição das forças nessas duas vertentes: social e política.

No primeiro caso, o editorial do *Diario do Minho*, de 14 de Julho de 1925, alertava para o perigo que surgia do desejo de pessoas – apresentadas como sendo, muitas vezes, estranhas à vida católica – em quererem interferir nos planos da acção católica a desenvolver, criticando, por outro lado, os prelados que a dirigiam. Ou seja, para o diário bracarense, o perigo era maior quando se notava que entre alguns desses críticos era «(...) tão egoísta e radical a preocupação sistemática do preconceito político»<sup>324</sup>, ao invés de se aceitar, puramente, a acção evangelizadora e o apoio aos pobres que, no entender do periódico, deveria estar associada à acção católica. Ora, era defendido que essa acção católica deveria estar resguardada por uma necessária independência. As críticas do *Diario do Minho* acentuavam-se quando era referido que o denominado preconceito político se sobrepunha à razão, e que só se tinha em consideração «(...) combater a Republica em nome da Religião, e amesquinhar os Bispos que não abdicam da sua alta missão evangelica»<sup>325</sup>, quando o próprio jornal testemunhava que existiam muitos ódios gerados sobre a acção católica. No entanto, aquele preferia abster-se de se pronunciar mais sobre o assunto e de, assim, expressar mais críticas.

---

<sup>323</sup> *Catolicos e... Catolicos*, in *Novidades*, 22 de Fevereiro de 1925, ano II (XL), n.º 421 (8:872), p. 1.

<sup>324</sup> *Antagonistas da acção catolica*, in *Diario do Minho*, 14 de Julho de 1925, ano VII, n.º 1692, p. 1.

<sup>325</sup> *Idem, ibidem*.

Num outro prisma, poderia estar já abordada a distribuição das forças nessas duas vertentes: social e política. Tal aconteceu, em meados de Setembro de 1925. No editorial do dia 15 desse mês, o discurso de Bento Coelho da Rocha, colaborador das *Novidades*, indicava, mais do que apenas indiciava, que a acção a desenvolver pelos católicos se devia dirigir naturalmente para os campos social e político, que tinham elementos próprios mas que, de certa forma, se interligavam. O articulista defendia que «(...) todos os que queiram construir serenamente um edificio social e politico solido e estavel teem de procurar primeiro tornar aceites as grandes virtudes cristãs, impondo-se assim a sua propaganda como a necessidade primordial»<sup>326</sup>. Bento Coelho da Rocha assegurava que essa propaganda deveria ser organizada pela Igreja, e seguindo as indicações dos prelados aceitando «(...) sem discussão, e sobretudo, sem discussão publica e escandalosa, os seus ensinamentos...»<sup>327</sup>. Como tal, era solicitado aos católicos que orientassem as suas vidas de acordo com os ensinamentos cristãos e pelo estudo, e dirigissem a sua acção de acordo com a obediência e a humildade. No mesmo sentido, o articulista defendia que os católicos deveriam defender, politicamente, o que era definido pelo CCP, que era apresentado como a obra política dos prelados, e que, por este, era defendida, aconselhada e dirigida. No início de Dezembro de 1925, as *Novidades* apresentaram, em editorial, uma carta do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pietro Gasparri, em nome do papa Pio XI (1922-1939)<sup>328</sup> que constituía a resposta ao relatório enviado por Édouard de Castelnau (1851-1944), antigo general francês da Grande Guerra, sobre a acção da Federação Nacional Católica Francesa. Nessa missiva, era dito que Pio XI defendia que a acção católica deveria «(...) tender a agrupar os fieis para trabalharem, sob a autoridade dos seus pastores, na formação das consciências e em renovar o espírito cristão na sociedade, fóra e acima de todo o partido politico»<sup>329</sup>.

---

<sup>326</sup> Bento Coelho da Rocha, *O perigo intelectualista*, in *Novidades*, 15 de Setembro de 1925, ano II (XL), n.º 622 (9:071), p. 1.

<sup>327</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>328</sup> Nascido em Itália, Aquiles Ratti tomou o nome de Pio XI depois de ser eleito Papa, em 6 de Fevereiro de 1922, ao quinto dia do Conclave. Em 1929 firmou com Benito Mussolini uma Concordata entre o Estado italiano e a Santa Sé (Tratado de Latrão). Pio XI desenvolveu acções no campo da missionação e retomou a *questão social* com a encíclica *Quadragesimo Anno*, a propósito dos quarenta anos da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, por Leão XIII. Pio XI olhou com apreensão para o avanço do Comunismo na Europa e para o que sucedia na Alemanha de Adolf Hitler e publicou diversas encíclicas condenando quer o Comunismo ateu, quer o Nazismo. Faleceu ainda antes da Segunda Guerra Mundial estalar (1939-1945), em 10 de Fevereiro de 1939, ao fim de 17 anos de Pontificado. Cf. FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História...* pp. 297-299.

<sup>329</sup> *Sua Santidade o Papa Pio XI*, in *Novidades*, 3 de Dezembro de 1925, ano XL, n.º 9:148, p. 1.

O editorial das *Novidades* apresentava, em seguida, um pequeno telegrama de resposta do general Édouard de Castelnau ao secretário de Estado da Santa Sé, em agradecimento. Naturalmente, este discurso dirigido aos franceses também deveria ser aplicado aos católicos portugueses, e as felicitações do Papa ao trabalho desenvolvido em prol da acção católica em França também deveriam ser assim ser aplicadas à acção católica em Portugal, como certamente era objectivo das *Novidades* em transmitir esse documento. As palavras de Pio XI eram claras, mas nem assim evitavam polémicas entre os católicos portugueses, que as interpretavam de acordo com as suas próprias orientações políticas. Tal foi ficando patente ao longo dos anos, em especial entre 1919 e 1926. Em verdade, como que subitamente, os jornais católicos, em especial o *Diário do Minho* e as *Novidades*, deixaram de fornecer, nos seus editoriais, informações específicas sobre a união e a organização dos católicos, como também já acontecera a propósito das suas reclamações.

### **7.5.3. Os Congressos de acção católica, e o Concílio Plenário Português**

A realização de congressos católicos foi entendida pela Igreja, desde muito cedo, como parte integrante e necessária da sua acção, como forma de transmissão da sua mensagem, e como um processo associado à sua natural reorganização, em momentos específicos da história nacional e da história da Igreja. Em certa medida, já o tinha sido assim no Congresso dos Escritores e Oradores Católicos, realizado no Porto, entre os finais de Dezembro de 1871 e o início de Janeiro de 1872. Este é considerado o congresso católico mais antigo. Os títulos da imprensa católica, que analisámos neste terceiro subperíodo (1919-1926), acompanharam particularmente alguns dos congressos católicos, ainda que todos os entretanto realizados não tenham sido apresentados em editorial. Naqueles anos, e de acordo com Pinharanda Gomes, realizaram-se 28 congressos católicos<sup>330</sup>. Apesar de tão inusitado número de congressos católicos, apenas

---

<sup>330</sup> Os 28 congressos católicos realizados entre 1919 e 1926 foram: I Congresso Nacional do Centro Católico Português (Lisboa, 22 de Novembro de 1919); I Congresso do C. C. P. de Lisboa (Lisboa, 20 de Junho de 1920); I Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga (Braga, 8-12 de Dezembro de 1920); I Congresso do Centro Católico Português no Patriarcado de Lisboa (Lisboa, 30 de Janeiro de 1921); I Congresso Diocesano do Centro Católico do Algarve (Faro, 10 de Fevereiro de 1921); II Congresso Nacional do Centro Católico Português (Braga, 10 de Abril de 1921); II Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga (Braga, 8-10 de Dezembro de 1921); II Congresso de Pregadores Bracarenses (Braga, 10 de Dezembro de 1921); I Congresso das Juventudes Católicas da Arquidiocese de Braga (25-26 de Abril de 1922); V Congresso dos Médicos Católicos Portugueses (Coimbra, 25 de Março de 1922); III Congresso de Pregadores Bracarenses (Braga, 10 de Dezembro de 1922); II Congresso Nacional do Centro Católico Português (Lisboa, 29-30 de Abril de 1922); VI Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas (Coimbra, 1-3 de Maio de 1922); I Congresso Diocesano das

quatro foram analisados em editorial: I Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Braga (28-31 de Maio de 1923), pel' *A União*<sup>331</sup>; I Congresso das Misericórdias Portuguesas (Lisboa, 16 de Março de 1924)<sup>332</sup>, I Congresso Eucarístico Nacional (Braga, 2-6 de Julho de 1924), e I Congresso Mariano Nacional (Braga, 26-30 de Maio de 1926), todos pelas *Novidades*. Um outro congresso católico foi analisado por aquele jornal, não em editorial mas nas colunas mais à direita, na primeira página: II Congresso Eucarístico da Arquidiocese de Braga (Póvoa de Varzim, 2-5 de Julho de 1925)<sup>333</sup>. Aquele foi o periódico que deu maior relevo aos congressos católicos nas suas páginas. Como outros elementos, também os vários congressos católicos realizados foram entendidos como parte de um projecto de acção católica. Quer o I Congresso Eucarístico Nacional, quer o I Congresso Mariano Nacional foram acompanhados pelo diário de Lisboa com maior atenção.

Em Março de 1924, na programação do I Congresso Eucarístico Nacional<sup>334</sup>, as *Novidades* começavam por salientar a importância da realização deste congresso católico, num período tão conturbado da sociedade portuguesa, imersa em frequentes greves e intencas antigovernamentais. O diário de Lisboa asseverava que os

---

Conferências de S. Vicente de Paulo (Braga, 4 de Julho de 1922); I Congresso da Ordem Terceira do Carmo (Lisboa, 2-6 de Novembro de 1922); III Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga (Braga, 8-10 de Dezembro de 1922); I Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Braga (28-31 de Maio de 1923); I Congresso de Música Sacra (Braga, 28-31 de Maio de 1923); II Congresso das Associações de Juventudes Católicas da Arquidiocese de Braga (Viana do Castelo, 6-8 de Agosto de 1923); I Congresso Regional das Juventudes Rurais (Rochoso, Guarda, 19 de Agosto de 1923); IV Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga (Braga, 6-8 de Dezembro de 1923); I Congresso das Misericórdias Portuguesas (Lisboa, 16 de Março de 1924); I Congresso Eucarístico Nacional (Braga, 2-6 de Julho de 1924); Congresso do VI Centenário da Canonização de S. Tomás de Aquino (Lisboa, 26 de Abril-8 de Novembro de 1924); I Congresso de Catequese de Vila Real (Vila Real, 16-18 de Junho de 1925); II Congresso Eucarístico da Arquidiocese de Braga (Póvoa de Varzim, 2-5 de Julho de 1925); I Congresso Mariano Nacional (Braga, 26-30 de Maio de 1926); e I Congresso Litúrgico Nacional de Vila Real (Vila Real, 17-19 de Junho de 1926). Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 50-62.

<sup>331</sup> Cf. J. Diniz da Fonseca, *O congresso eucarístico de Braga*, in *A União*, 10 de Junho de 1923, ano IV, n.º 145, p. 1.

<sup>332</sup> As *Novidades* analisaram, em editorial, o *I Congresso das Misericórdias Portuguesas* nos seguintes números: 16 de Março de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 89 (8:540)]; e 17 de Março de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 90 (8:541)].

<sup>333</sup> As *Novidades* analisaram, em artigos colocados em colunas na primeira página, ao lado do editorial, o II Congresso Eucarístico da Arquidiocese de Braga nos seguintes números: 4 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 549 (8:998)]; 6 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 551 (9:000)]; 7 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 552 (9:001)]; 8 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 553 (9:002)]; 9 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 554 (9:003)], único artigo colocado em editorial; e 12 de Julho de 1925 [ano II (XL), n.º 557 (9:006)].

<sup>334</sup> As *Novidades* analisaram, em editorial, o I Congresso Eucarístico Nacional nos seguintes números: 2 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 191 (8:642)]; 3 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 192 (8:643)]; 4 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 193 (8:644)]; 5 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 194 (8:645)]; 6 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 195 (8:646)]; 7 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 196 (8:647)]; 8 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 197 (8:648)]; e 12 de Julho de 1924 [ano I (XXXIX), n.º 201 (8:652)].

portugueses deveriam assumir o Congresso Eucarístico «(...) como programa de vida nova, para que deixe de ser vergonha imperdoável evocar um passado de luz forte e dele fazer alicerce para um futuro de luz e brilho mais fortes ainda»<sup>335</sup>. Quando aquele congresso católico se iniciou, nos primeiros dias de Julho desse ano, o acompanhamento das *Novidades* foi diário, dando precisas e diferentes indicações sobre os preparativos, os congressistas e os trabalhos que aí eram realizados. Este seria um congresso de estudo e de reflexão, isto é, de cariz fundamentalmente doutrinal<sup>336</sup>, como haveria de ser definido o I Congresso Mariano Nacional<sup>337</sup>, que ficou marcado para a história portuguesa, por testemunhar o golpe militar de 28 de Maio de 1926, saído, precisamente, da cidade Braga, sob a chefia do general Gomes da Costa. Apesar das dúvidas que, alegadamente, terá causado a saída do golpe militar, na mesma cidade e na mesma altura em que se realizou o I Congresso Mariano Nacional, «(...) alguns dados apontam para que tudo não passou de uma coincidência, não tendo a hierarquia eclesiástica qualquer conhecimento do que sucedia nos quartéis da cidade»<sup>338</sup>. No dia anterior, as *Novidades* apresentavam, com grande entusiasmo, a vigília que marcou o início do I Congresso Mariano Nacional, aspirando a que este acontecimento, que denominava como nacional, «(...) marque uma nova era de paz e concordia entre os portugueses...»<sup>339</sup>. As sessões do I Congresso Mariano Nacional<sup>340</sup> pautaram-se pelo desdobramento em diversas acções, como o estudo e a reflexão de temas ligados à teologia e ao culto mariano, celebrações litúrgicas-marianas diárias, e a apresentação de uma exposição de arte sacra. As *Novidades* seguiram, com pormenor, os diferentes dias do congresso católico, com grandes reportagens dos principais momentos de cada um dos cinco dias deste congresso católico. Este terminou com uma procissão pelas ruas da cidade de Braga, que terá juntado cerca de sessenta mil pessoas<sup>341</sup>.

---

<sup>335</sup> *O 1.º Congresso Eucarístico Nacional*, in *Novidades*, 23 de Março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 96 (8:547), p. 1.

<sup>336</sup> Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...* pp. 58-59.

<sup>337</sup> Cf. ARAÚJO, António de – Braga, Maio de 1926. O Congresso Mariano e o Golpe Militar. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...* pp. 29-41.

<sup>338</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>339</sup> *O Congresso Mariano Nacional, a vigília*, in *Novidades*, 25 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:315, p. 1.

<sup>340</sup> As *Novidades* analisaram o I Congresso Mariano Nacional, em manchetes, em artigos colocados em colunas na primeira página, ao lado do editorial, e também nas páginas interiores, nos seguintes números: 25 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:315 (artigo ao lado do editorial); 26 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:316 (artigo ao lado do editorial); 27 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:317 (artigo ao lado do editorial); 28 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:318 (totalidade da página 2); 29 de Maio de 1926, ano XLI, n.º 9:319 (manchete e artigo ao lado do editorial); 1 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:322 (totalidade da página 3); e 4 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9:325 (totalidade da página 3).

<sup>341</sup> Cf. ARAÚJO, António de – Braga, Maio de 1926. O Congresso Mariano e o Golpe Militar. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão...* p. 34.

O ano de 1926 terminou, em termos católicos, com a realização do Concílio Plenário Português (CPP), em Lisboa, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro<sup>342</sup>. Foi presidido pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, e contou com a aprovação plena do papa Pio XI. Como já referimos anteriormente, esse sínodo também representou o marco final do nosso estudo, e foi constituído tendo por base o ponto de viragem que aquele originou na vida da Igreja Católica. Com efeito, o CPP não foi apenas o fim de um caminho, não foi um processo *sine qua non* do que vinha sendo construído. A verdade é que este significou um «(...) novo ponto de partida na vida da Igreja Católica em Portugal, expressando uma vontade de autonomia e um esforço de reorganização interna»<sup>343</sup>. As alterações surgidas em Portugal, desde 1910, em vários pontos, e que abalaram a Igreja, instigavam-na a repensar estratégias e a colocar em prática novos planos de acção. No mesmo sentido, a promulgação do Código de Direito Canónico, em 1917, obrigava a alterações no foro íntimo da Igreja. Por outro lado, a nova ordem mundial, saída da Grande Guerra, também contribuía para que se respirasse um ar de mudança. A organização do Concílio Plenário contou com a participação conjunta de membros do clero e de leigos. Havia certamente a noção, entre os organizadores e, mais tarde, entre os participantes, que este concílio era uma oportunidade de ouro para a Igreja e para o seu futuro, mas também uma catapulta para implementar a tão desejada restauração religiosa da pátria<sup>344</sup>. As *Novidades* deram grande destaque ao Concílio Plenário Português<sup>345</sup>, durante os dez dias em que decorreram os trabalhos, noticiando os preparativos, as figuras do clero das várias

---

<sup>342</sup> Cf. FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In *História Religiosa de Portugal*...pp. 164-169. Ver também: LEITE, A. – Concílio Plenário Português. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 418-419.

<sup>343</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In *História Religiosa de Portugal*...p. 164.

<sup>344</sup> Cf. Idem, p. 166.

<sup>345</sup> As *Novidades* analisaram o Concílio Plenário Português, em manchetes, em editoriais, em artigos colocados em colunas na primeira página, ao lado do *artigo de fundo*, e também nas páginas interiores, nos seguintes números: 22 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:492 (artigo ao lado do editorial); 23 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:493 (artigo ao lado do editorial); 24 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:494 (artigo ao lado do editorial); 25 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:495 (manchete, editorial e totalidade da página 1, e duas colunas da página 2); 26 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:496 (artigo ao lado do editorial, e duas colunas da página 2); 27 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:497 (artigo ao lado do editorial, e duas colunas da página 2); 28 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:498 (artigo ao lado do editorial, e duas colunas da página 2); 29 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:499 (uma coluna da página 2); 30 de Novembro de 1926, ano XLI, n.º 9:500 (artigo ao lado do editorial); 1 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:501 (artigo ao lado do editorial); 3 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:502 (artigo ao lado do editorial, e uma coluna da página 2); 4 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:503 (manchete, editorial e totalidade da página 1, e quatro colunas da página 2); 5 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:504 (artigo ao lado do editorial, e uma coluna da página 2); e 6 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:505 (artigo ao lado do editorial).

dioceses presentes, e demais conferencistas, o programa detalhado do Concílio Plenário, os grupos de trabalho formados e os temas em análise, as suas sessões e as principais ideias aí debatidas. O acompanhamento jornalístico foi, de resto, diário e diversificado. Na edição de 4 de Dezembro de 1926, um dia depois do encerramento do CPP, eram deixadas, a espaços na primeira página do diário *Novidades*, algumas brevíssimas considerações sobre o significado daquele encontro. Asseverava-se que «(...) o Concílio Plenário foi a proclamação da vitalidade e da independência da Igreja; a afirmação solene do poder que á Igreja compete de se governar e dirigir como sociedade perfeita, sem dependência de qualquer poder humano»<sup>346</sup>. Era reiterado que o presente concílio constituía um marco na história da Igreja em Portugal, e argumentava-se que a Igreja poderia ser futuramente roubada e ser vituperada, como no passado recente, mas nas dificuldades haveria de encontrar forças para rezar, ensinar, ou para combater. Ora, essas forças seriam, pois, encontradas nas palavras finais proferidas no concílio e que formavam o título do editorial: «Recedamus in Pace in nomine Christi» (saíamos daqui em paz e em nome de Cristo).

O Concílio Plenário Português (CPP) aprovou 503 decretos que foram traduzidos para latim. Depois de a Sagrada Congregação do Concílio, em Roma, ter revisto e aprovado o documento, em 27 de Março de 1929, aquele diploma entrou em vigor no dia 24 de Maio de 1931<sup>347</sup>. A *União*, na edição conjunta de Setembro-Outubro (ano XII, n.ºs 242-243) de 1931, tratou de publicitar a recente publicação, em versão portuguesa, dos decretos aprovados nesse concílio de 1926<sup>348</sup>. A *União* dedicou-lhe, de resto, o referido número. Nas habituais dezasseis páginas desta revista, foi editada a Pastoral Colectiva do Episcopado Português para a Publicação Oficial do Concílio, precedida de uma pequena nota histórica sobre o CPP. Anos mais tarde, já no pontificado de João Paulo II (1978-2005), os decretos daquele concílio foram abolidos, depois de se ter verificado que muitos deles estavam desactualizados com a implementação do novo Código de Direito Canónico, de 1983<sup>349</sup>.

---

<sup>346</sup> *Recedamus in Pace in nomine Christi*, in *Novidades*, 4 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:503, p. 1.

<sup>347</sup> Cf. FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In *História Religiosa de Portugal...*p. 166.

<sup>348</sup> Cf. *Organização e disciplina eclesiástica: Concílio Plenário Português (1926)*, in *A União*, Setembro/Outubro de 1931, ano I, n.ºs 242-243, pp. 121-137.

<sup>349</sup> Cf. LEITE, A. – Concílio Plenário Português. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*p. 419.

#### 7.5.4. O Centro Católico Português: da recomposição à mudança final

No final de 1919 era notório que o Centro Católico Português (CCP) ainda vivia as sequelas do assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, e da tentativa falhada da “Monarquia do Norte”, levada a cabo por Paiva Couceiro, em Janeiro-Fevereiro de 1919. O apoio formal que a Igreja dera a ambos obrigava o CCP a uma mudança profunda. O I Congresso do Centro Católico Português foi marcado para 22 de Novembro de 1919<sup>350</sup>, de forma a coincidir «(...) com as festas nacionais da inauguração do culto de Nuno Álvares Pereira, herói e santo português do século XIV...»<sup>351</sup>. Esse congresso marcou, pois, o início de uma nova fase do CCP – a segunda – que começaria com a realização desse congresso e terminaria com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Com efeito, essa segunda fase foi «(...) caracterizada fundamentalmente pela autonomização política e organizativa, e que será fortemente marcada pela notável direcção do seu presidente António Lino Neto»<sup>352</sup>. Ora, o CCP seria o braço político da União Católica, criada no seguimento do Apelo de Santarém, em 1913. Nesse congresso de 1919 foram apresentadas e votadas as bases regulamentares do CCP<sup>353</sup>, e decidida a criação de um título que fosse o seu órgão oficial. No ano seguinte, em 19 de Janeiro de 1920, nascia *A União*.

Foi também visível a necessidade que o Centro Católico sentia de se retractar, publicamente, sempre que, sobre si, pairavam nuvens de incerteza quanto à sua definição política. Assim, perante o desiderato de assumir, à partida, uma autonomização político-organizativa, a imprensa católica prestou um grande serviço à causa, mas não só. Anos mais tarde, diferentes agentes utilizariam as páginas dos jornais católicos para encetarem uma luta que iria manchar a imagem do CCP. Mas, por agora, o tempo era de esclarecimentos. No editorial d’ *A Epoca*, o seu director, José Fernando de Sousa (Nemo), defendia que o Centro Católico não se ocupava de questões políticas, nem interferia nas escolhas para os respectivos governos da República. Contudo, defendia a liberdade de escolha política por parte do cidadão: «(...) ocupa-se das questões políticas como é direito seu e conforme julga convir á nação... (...) o que tem que fazer é subordinar a sua acção ás regras da justiça e caridade que a sua fé lhe impõe e dar a primasia ás reivindicações de caracter religioso, que o é também

---

<sup>350</sup> Podemos analisar os pontos essenciais do congresso de 1919 em: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*pp. 95-98.

<sup>351</sup> Idem, p. 96.

<sup>352</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 265.

<sup>353</sup> Foram 9 os artigos que constituíram as bases regulamentares do Centro Católico Português, apresentados no congresso de 1919, e que constituem o anexo n.º 12 de: Idem, pp. 428-429.

patriótico»<sup>354</sup>. Nemo argumentava que o que era desejado pelos católicos era justiça e respeito pelas liberdades liberdades religiosas, e defendia que tal posição era clara e não deveria suscitar dúvidas. Mas seria só em 1920 que a imprensa católica, a partir do *Diario do Minho*, d' *A União*, e das *Novidades*, começaria a analisar em permanência as acções do CCP. No entanto, aquela começaria o ano da mesma forma como terminara o anterior: a promover esclarecimentos sobre as posições políticas assumidas pelo Centro Católico. As dúvidas eram apresentadas pelo jornal *A Monarquia* (Lisboa, 1917-1920), periódico integralista, cujo director era Alberto Monsaraz (1889-1959) e o redactor-principal era António Sardinha (1887-1925), dois mentores do integralismo lusitano. Essas dúvidas eram reforçadas por Nemo, num editorial n' *A Epoca*. Em verdade, *A União* não respondeu, categoricamente, as questões levantadas, mas defendeu-se com o apoio que o papa Bento XV transmitira ao CCP, na carta *Celeberrima Evenisse*, de 18 de Novembro de 1919<sup>355</sup>, dirigida ao cardeal-patriarca de Lisboa e aos restantes membros do episcopado, e que *A União* publicara no final de Fevereiro de 1920<sup>356</sup>.

Foi num ambiente político de reformulação dos partidos republicanos, que levou à definição de dois blocos, a direita e a esquerda republicanas, e num período em que o caos nas ruas de Lisboa era uma constante, que *A União* apresentava provas do seu crescimento, num longo artigo de fundo, algo que não era hábito d' *A União*. Nesse artigo eram assinalados, com grande pompa e circunstância, os resultados da reunião das comissões paroquiais do Centro Católico de Lisboa, realizada no anterior dia 20 de Junho de 1920. A organização do evento asseverava que esta era a primeira grande reunião realizada após a reorganização do CCP, em Novembro de 1919. Ora, essa reunião serviu para que fossem reapreciados os princípios que tinham sido apresentados e votados anteriormente. Era, então, afirmado que o CCP «(...) não chega mesmo propriamente a ser um partido politico, porque pode abranger catholicos filiados em qualquer outro partido, sem deixarem de pertencer-lhes. O seu fim principal é a christianisação das leis, dos costumes, e de toda a acção social...»<sup>357</sup>. Contudo, ressaltava, logo aqui, uma espécie de contradição perante os desejos transmitidos pela nova Direcção Central do CCP.

---

<sup>354</sup> Nemo, *O mesmo hoje que hontem*, 4 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 236, p. 1.

<sup>355</sup> O sítio do Vaticano na Internet ([www.vatican.va](http://www.vatican.va)) tinha disponível, em 14 de Julho de 2011, a referida carta de Bento XV apenas em italiano. Ver nessa língua: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xv/letters/1919/documents/hf\\_ben-xv\\_let\\_19191218\\_celeberrima-evenisset\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/letters/1919/documents/hf_ben-xv_let_19191218_celeberrima-evenisset_it.html)

<sup>356</sup> Cf. *A Encyclica do Santo Padre aos Reverendos Prelados de Portugal*, in *A União*, 21 de Fevereiro de 1920, ano I, n.º 4, pp. 1-2.

<sup>357</sup> *Centro Catholico Portuguez*, in *A União*, 26 de Junho de 1920, ano I, n.º 22, p. 2.

Na primeira das «instruções complementares às bases regulamentares», aos diversos centros, era defendido que «(...) a fim de que a autonomia do C. C. seja sempre um facto deve evitar-se tanto quanto possível, que nos seus corpos gerentes, entrem católicos com filiação partidária, para que o mesmo centro não venha a ser instrumento, ou sujeito de o ser, de qualquer partido político»<sup>358</sup>. Ou seja, apesar de o CCP desejar estender-se a todos os católicos, independentemente das suas próprias posições políticas, restringia, ou mesmo impedia, a entrada de católicos partidariamente comprometidos nas altas esferas do movimento. De resto, isso já tinha sido confirmado na recente reorganização do Centro Católico Português (CCP) quando Alberto Pinheiro Torres e José Fernando de Sousa, dois monárquicos e nacionalistas convictos, foram afastados da direcção de duas das três regiões nacionais, respectivamente a norte e a sul, em que se desdobrava o CCP, desde a sua fundação, em 1917. O ambiente em redor do CCP manteve, por isso, uma tensão contínua, ora mais saliente, ora mais latente. Com efeito, o carácter dúbio que esteve quase sempre associado ao CCP, em termos da defesa da sua autonomia política e perante os regimes e formas de governo, terá alegadamente contribuído para suscitar a polémica que foi sendo alimentada, não apenas em 1920, mas durante toda a sua segunda fase.

Por essa altura, José Fernando de Sousa e António Lino Neto digladiavam-se nas páginas da imprensa católica, em especial n' *A Época*, n' *A União* e nas *Novidades*. A contenda começara a propósito de recentes declarações que o presidente do CCP, Lino Neto, tinha proferido em Maio de 1920, asseverando que a Igreja era a mais bela democracia do mundo. Nemo contrariou essa afirmação, salientando que, no passado, o próprio Leão XIII já tinha condenado a democracia cristã, e defendeu, n' *A Época*, o pensamento de Charles Maurras (1868-1952), monárquico e pensador francês, que asseverava que a Igreja Católica era uma monarquia, em que o rei – Deus – era sempre o mesmo<sup>359</sup>. A polémica foi de tal forma alimentada nas semanas seguintes, que obrigou os dirigentes do CCP a defenderem as novas linhas da organização, ou nas páginas da imprensa católica, ou nos congressos que, nacional ou localmente, o CCP foi realizando<sup>360</sup>. Assim aconteceu em Braga, na reunião do CCP, em 1921, quando Lino

---

<sup>358</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 277.

<sup>359</sup> Cf. Idem, pp. 278-279.

<sup>360</sup> Durante este terceiro subperíodo (1919-1926) e no decurso da sua existência, o CCP realizou vários congressos organizados por diversas comissões, dando-lhe um teor mais ou menos específico. Para além do I Congresso Nacional do Centro Católico Português, realizado em Lisboa, em 22 de Novembro de 1919, realizaram-se mais os seguintes: I Congresso do Centro Católico Português de Lisboa (Lisboa, 20 de Junho de 1920); I Congresso do do Centro Católico Português no Patriarcado (Lisboa, 30 de Janeiro de

Neto salientou que a nova orientação do Centro Católico se queria afastar «(...) inteiramente de problemas e questiúnculas político-partidários. Com essa atitude, pretendia francamente desvincular-se de passado recente, defendendo a sua completa autonomia, perante outros movimentos e tendências»<sup>361</sup>. O reforço dos princípios do Centro Católico Português também seria promovido pelo *Diario do Minho*. Nos últimos dias de Julho de 1920, o jornal de Braga assegurava que o CCP estava acima da política, e era uma obra de formação cristã de relevo, e fundamentalmente social. Ficava, assim, expresso no diário minhoto que «(...) Ligado intimamente á vida da Igreja, o Centro Catholico vive da fé e pela fé: de outro modo seria absolutamente inútil»<sup>362</sup>.

Dias depois, foi editado um novo alento à causa do CCP, pelo *Diario do Minho*. Partindo de notícias que davam conta do trabalho social que se vinha fazendo em Portugal, o jornal de Braga salientava o papel de educador que a Igreja Católica desempenhava na sociedade portuguesa, com o trabalho desenvolvida pela catequese, pelas homilias, e pelos congressos. Daí, o discurso seguia para o CCP e para enaltecer o trabalho litúrgico produzido, e em especial o que se fizera em Lisboa, por intermédio das acções do arcebispo de Mitilene, e pelo padre Pereira dos Reis, e que constituía «(...) o mais claro sintoma de tal ressurgimento catolico que ha de assombrar o mundo»<sup>363</sup>. Com efeito, no início da década de 1920, sentia-se no ambiente transmitido pela imprensa católica uma grande esperança nos tempos futuros, apesar da permanente instabilidade política da República. A realização de muitos congressos católicos nessa fase era apenas uma prova.

Curiosamente, foi a partir da publicidade a um próximo congresso católico – o I Congresso das Obras Católicas da Aquidiocese de Braga, realizado nesta cidade, entre 8 e 12 de Dezembro de 1920 – que o *Diario do Minho* apresentou algumas considerações sobre o papel do Centro Católico. Repetia uma ideia fundamental que já tinha sido veiculada pel' *A União* e pelo próprio *Diario do Minho*: a sua não politização e a sua ligação intrínseca às Associações Católicas, ao Apostolado da Oração, e às

---

1921), organizado pela comissão patriarcal do CCP; I Congresso Diocesano do Centro Católico do Algarve (Faro, 10 de Fevereiro de 1921), organizado pela Comissão Diocesana do Algarve; II Congresso Nacional do Centro Católico Português (Braga, 10 de Abril de 1921). Este congresso é apresentado como sendo o segundo do CCP em termos nacionais. Contudo, terá sido apenas de âmbito local, e uma reunião de preparação para aquele que iria acontecer no ano seguinte, e que é apresentado como sendo o segundo congresso nacional; II Congresso Nacional do Centro Católico Português (Lisboa, 29-30 de Abril de 1922). Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal...*pp. 50-54.

<sup>361</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 112.

<sup>362</sup> *O ideal católico*, in *Diario do Minho*, 21 de Julho de 1920, ano II, n.º 388, p. 1.

<sup>363</sup> *Do trabalho social*, in *Diario do Minho*, 29 de Julho de 1920, ano II, n.º 395, p. 1.

Congregações Marianas, ou seja, aos elementos puramente católicos e patrióticos. Ficava, assim, afastada a estreita ligação entre a Igreja e a política de outros tempos. No mesmo sentido, o jornal de Braga valorizava a importância social que estava associada ao CCP e asseverava que «(...) os políticos mais habéis, os chefes dos partidos, os dirigentes do país, reconhecem já quanto é benéfica para a Pátria uma acção deste modo inteligente»<sup>364</sup>. Mas, no meio de uma certa euforia, o jornal bracarense também ressaltava as dificuldades que surgiam na organização dos católicos. Apesar de assegurar que o Centro Católico tinha na região de Braga uma das melhores organizações, em termos nacionais, ao nível de comissões e de prestígio social dos seus membros, o *Diário do Minho* confessava que «(...) o Centro, no Minho, tem excelentes estados-maiores, disciplinados comandos, e, todavia, mal organizados os seus núcleos de soldados»<sup>365</sup>.

Foi só no ano seguinte, no dia 2 de Fevereiro de 1921, que o *Diário do Minho* retomou um dos pontos mais referidos a propósito do Centro Católico Português: explicar a sua missão, reforçando as ideias que já apresentara. Durante esse mês, foram frequentes os artigos do jornal bracarense dedicados a esclarecerem o público católico dos fundamentos do Centro Católico. Num dos primeiros desse artigos, o subtítulo expunha, de facto, uma ideia fundamental da missão do CCP, e que passava por «(...) reconstruir, em bases sólidas, o pensamento nacional e a ordem cristã na sociedade»<sup>366</sup>. O editorial expunha uma ideia central: O Centro Católico deveria ser uma organização do presente e virada para o futuro. Dessa forma, o jornal de Braga contestava aqueles católicos que pretendiam dotar o CCP de princípios políticos, associados a um partidarismo que considerava já estar ultrapassado. Também acusava de estarem errados os que pretendiam ver renascida a Monarquia Constitucional, considerando-a como uma política do passado. A crítica era alargada aos seguidores de Charles Maurras, o que também implicava, ainda que implicitamente, o afastamento dos monárquicos integralistas da nova linha de acção do Centro Católico.

A política do presente e do futuro do CCP deveria assentar, no caso do presente, na «(...) acção legal, ordenada e respeitosa dentro das condições sociais do momento; política do *futuro*, isto é, a preparação do império social de Cristo, pela remodelação dos

---

<sup>364</sup> *O Centro Católico e a sua posição no movimento religioso-patriótico*, in *Diário do Minho*, 11 de Novembro de 1920, ano II, n.º 485, p. 1.

<sup>365</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>366</sup> *A missão do Centro*, in *Diário do Minho*, 2 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 554, p. 1.

coostumes e das leis na vida cristã»<sup>367</sup>. Ficava, assim reforçada a ideia que a missão social fundamental do CCP era reconstruir o pensamento nacional, ou seja, a de promover a recristianização da sociedade portuguesa, através da caridade, critério que era apresentado e defendido pelo jornal bracarense como sendo divino e metafísico, recebido por Deus. Para que o plano fosse, efectivamente, posto em prática, era preciso que as diferentes comissões paroquiais do Centro Católico se reunissem mais vezes e com menor intervalo de tempo, a fim de evitar desentendimentos, mas sim promover a unidade de pensamento e de doutrina, em prol do bom funcionamento da acção católica. Ao mesmo tempo, era solicitado que as comissões juntassem esforços e cooperassem, apresentando as suas diferentes ideias e iniciativas e as activassem, trabalhando para atingirem um objectivo há muito delineado e reiterado: «(...) Queremos proceder á reconstrução nacional; nas suas bases indestructíveis; queremos dar ao paiz a segurança do futuro, trabalhando por Deus – em defeza de seus imprescriptiveis direitos; e pela Pátria, em prol de seus insofismaveis interesses»<sup>368</sup>. Essa conclusão tinha sido uma das várias que tinham saído da recente sessão conjunta das comissões parquiais do CCP, realizada em Lisboa, em 30 de Janeiro de 1921, e integrada no I Congresso do Centro Católico Português no Patriarcado. Ora, para atingir aquele objectivo era necessário proceder a uma organização cristã da sociedade, uma forma plenamente cristã de governo que seria, pois, compatível com qualquer tipo de regime<sup>369</sup>.

No mesmo sentido, a pretensão do CCP, que era corroborada pelo *Diario do Minho*, era conseguir que os católicos se dedicassem às obras sociais, em especial as de fundo caritativo, e se integrassem, activamente, na vida das suas paróquias. O jornal de Braga assumia a necessidade de existir esse género de organização cristã, em função dos tempos que se viviam em Portugal, com frequentes convulsões políticas e com reflexos em frequentes tumultos nas ruas. Dias depois, as primeiras linhas de mais um editorial dedicado a expor as ideias do CCP iniciavam-se precisamente com a indicação da agitação permanente que existia na sociedade portuguesa, nascida da preocupação da situação política de então. O jornal asseverava que era necessário existir uma política católica na sociedade portuguesa, mas defendia que tal «(...) política [católica] tem de ser a negação da “política”»<sup>370</sup> que estava associada ao partidarismo tão criticado pelos católicos. Deveria ser seguida uma política de âmbito social, virada para os mais

---

<sup>367</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>368</sup> *O Centro Catolico*, in *Diario do Minho*, 3 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 555, p. 1.

<sup>369</sup> Cf. *A organização*, in *Diario do Minho*, 6 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 558, p. 1.

<sup>370</sup> *Centro Catolico*, in *Diario do Minho*, 19 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 568, p. 1.

necessitados, com funções caritativas. Com efeito, já há algum tempo que estava em marcha uma «(...) corrente de ideias, iniciativas e projectos desenvolvidos pelos católicos no seio da sociedade na época contemporânea, em função da doutrina social da Igreja para responder à chamada “questão social”»<sup>371</sup>. Chamava-se a essas práticas, “catolicismo social”, termo que tinha sido apresentado para se referir às condições de vida e de trabalho dos operários, no decurso da revolução industrial, desde meados do século XVIII, condições essas que se vinham degradando aos olhos da Igreja Católica. Foi numa tentativa de elucidar os seus leitores da importância que o carácter social tinha na acção dos católicos que, no final de Fevereiro de 1921, o *Diario do Minho* apresentou algumas considerações sobre o assunto. Uma das ideias mais enunciadas era a de que o catolicismo e a acção social eram uma só coisa, e que ambas não poderiam ser desirmanadas. Só dessa forma é que, no entender do jornal bracarense, fazia sentido falar de um catolicismo social que fosse «(...) aquela acção fecunda que ilustre o povo, que o melhore que robusteça as relações da colectividade e seja garantia de uma era de paz, de um estado melhor das populações humanas, – e tudo isto baseado na moral cristã»<sup>372</sup>. De facto, o catolicismo social era apresentado como sendo um movimento multiforme de fé e de caridade que deveria ser auxiliado pela Igreja Católica, em prol do bem comum.

Como os outros já apresentados pelo *Diario do Minho*, desde o início de Fevereiro e anteriormente também pel’ *A União*, este último editorial fazia parte de um objectivo de maior dimensão do CCP. Tal consistia na conquista e na preparação de bases populares e políticas de apoio à nova postura do CCP, que iria ser posta à prova em breve, através do escrutínio de 10 de Julho de 1921. O CCP já havia definido, num manifesto da sua Comissão Central, de 21 de Junho desse ano<sup>373</sup>, as posições a defender por todos os candidatos centristas eleitos e que deixaria os republicanos preocupados, por diversos pontos entrarem em conflito com as suas políticas, como por exemplo, com a Lei da Separação<sup>374</sup>. O CCP apresentou candidaturas independentes, mas apenas em círculos onde poderia eleger deputados e/ou senadores<sup>375</sup>. Mas, apesar dos catorze

---

<sup>371</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – Catolicismo Social. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*...p. 310.

<sup>372</sup> *Católicos sociais*, in *Diario do Minho*, 21 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 575, p. 1.

<sup>373</sup> Comissão Central, *Manifesto do Centro Catholico Portuguez*, in *A União*, 2 de Julho de 1921, ano II, n.º 65, pp. 1-2.

<sup>374</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República*...pp. 192-193.

<sup>375</sup> O Centro Católico Português apresentou os seguintes candidatos, em representação dos diferentes círculos e para as referidas Câmaras (Deputados ou Senado), sendo maioritariamente antigos e actuais membros do CADC, de Coimbra. Para a Câmara de Deputados: A. A. Castro Meireles (Porto), Alberto

nomes propostos a sufrágio apenas foram eleitos quatro centristas, dois para cada câmara: como deputados foram eleitos J. M. Braga da Cruz (Braga), e António de Oliveira Salazar (Guimarães), sendo que este último haveria de abdicar ao lugar, dias mais tarde, regressando à Universidade de Coimbra, onde leccionava; como senadores foram eleitos J. D. Dias de Andrade, cónego, (Leiria), e J. J. Fonseca Garcia (Guarda).

Conhecidos os resultados, numas eleições que tinham juntado diferentes facções políticas, *A União* tratou de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Centro Católico, mais do que comentar as realidades eleitorais perante as hipotéticas expectativas. Assim, referiu que o CCP se havia destacado «(...) pela serenidade com que se houve através das multiplas paixões em jogo, e pelo rigôr com que se subordinou ao respectivo programa, não se desviando um ápice sequer d' algumas das suas linhas»<sup>376</sup>. Porém, esta postura haveria de merecer pesadas críticas por parte de alguns periódicos, entre eles, monárquicos. Com efeito, apesar de terem existido acordos pré-eleitorais entre católicos e monárquicos para apresentarem apenas uma candidatura (como aconteceu, por exemplo, nos círculos de Braga e de Guimarães, mantendo-se a candidatura centrista em ambos os casos), a verdade é que «(...) estas eleições vieram confirmar o crescente azedume entre centristas e monárquicos»<sup>377</sup>. Nesse sentido, *A União* refutou as acusações de que era alvo, e que davam conta de o CCP ter feito um acordo com o Partido Liberal. E, assim, o título de Lisboa, promovia uma espécie de contra-informação do que, alegadamente, estava escrito nesses diversos jornais (que *A União* não referia), assegurando que por detrás das bandeiras brancas emanadas de grandes e virtuosos princípios estavam «(...) quasi sempre, as mais extranhas combinações com elementos adversos. É ver depois todos esses diversos elementos acusarem-se uns aos outros como se pudessem atirar a primeira pedra!»<sup>378</sup>. *A União* pretendia, assim, ficar afastada dos jogos políticos e partidários para conseguir mais votos, e manter-se fiel à sua filosofia e ao seu programa, lutando no Parlamento pelos interesses da Igreja Católica. Nesse sentido, considerava que o trabalho entretanto já desenvolvido era positivo. Mas as críticas a possíveis acordos políticos do CCP, realizados nas pretéritas

---

Dinis da Fonseca (Tomar), António Lino Neto (Portalegre), António de Oliveira Salazar (Guimarães), António Pereira Forjaz (Covilhã), Diogo Pacheco de Amorim (Vila Nova de Gaia), João M. Cunha Barbosa (Ponte de Lima), José M. Braga da Cruz (Braga), e Juvenal de Araujo (Funchal). Para o Senado: Domingos Pinto Coelho (Algarve), J. D. Dias de Andrade, cónego, (Leiria), J. J. Fonseca Garcia (Guarda), Manuel Anaquim, cónego, (Viana do Castelo), e Meneses Cordeiro (Bragança). Cf. ALVES, Adelino – *Centro Católico Português*...p. 113.

<sup>376</sup> *As eleições e o Centro Catholico*, in *A União*, 16 de Julho de 1921, ano II, n.º 66, p. 1.

<sup>377</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português*...p. 113.

<sup>378</sup> *As eleições e o Centro Catholico*, in *A União*, 16 de Julho de 1921, ano II, n.º 66, p. 2.

eleições, mantinham-se nas páginas dos jornais seus adversários. Com efeito, tal vinha implícito nas palavras editadas n' *A União* de 6 de Agosto de 1921, cerca de um mês depois do escrutínio de 10 de Julho. O órgão oficial do CCP sentiu a necessidade de afirmar que nas «(...) últimas eleições, o Centro não fez accordo geral com qualquer partido. Que fique isto bem assente, e de vez. Em alguns circulos foi mesmo sem accordo de nenhuma especie. Accordos locais fizeram-se onde as Comissões Central e Diocesanas o entenderam conveniente mas nunca saindo dos seus principios basilares»<sup>379</sup>. No mesmo sentido, o periódico advertia que não tinha proposto a votação em maçons ou em outras pessoas, possivelmente caciques e/ou influentes, que antes não tivessem aceitado bater-se no Parlamento pelos interesses do CCP e da Igreja, caso fossem eleitos. A estas declarações juntavam-se ainda os boatos lançados pelos jornais que tinham uma atitude contrária à do Centro Católico. Um desses boatos dava conta de uma acção de propaganda que, alegadamente, o cónego Dias de Andrade teria feito em Coimbra, a favor de um padre apóstata<sup>380</sup>. Mais tarde, de acordo com *A União*, o próprio cónego teria remetido o seu desmentido ao jornal *A Epoca* para publicação, não aparecendo em público quem viesse contrariar a sua resposta.

O Centro Católico Português (CCP) queixava-se de estar em curso, em diversos jornais, uma campanha difamatória contra aquela organização. Perante os diversos ataques desencadeados pelos jornais que lhe eram contrários, o CCP via-se, assim, na necessidade urgente de proceder a desmentidos, de entrar em permanentes confrontações, e este clima de não foi favorável para o próprio CCP. Um desses exemplos aconteceu por intermédio do *Diario do Minho*, num editorial assinado por Francisco Gomes Veloso (1892-1960), jornalista católico de relevo, director, redactor-principal e colaborador de diversos jornais católicos. Era, sobretudo, mais uma acção de defesa do CCP, ainda a propósito das eleições de 10 de Julho. Gomes Veloso asseverava que «(...) destas eleições saiu mais uma vez demonstrado que (...) os católicos devem ir *sósinhos* ás luctas do sufrágio sem se preocuparem com alianças á direita nem com transigencias para com moderados; e que isso vale mais do que ir mal acompanhado»<sup>381</sup>. O articulista também assegurava que o CCP não tinha votado em listas governamentais para, dessa forma, evitar o avanço do radicalismo, associado à esquerda republicana, e confessava que o resultado eleitoral obtido em alguns círculos

---

<sup>379</sup> *O Centro nas Eleições*, in *A União*, 6 de Agosto de 1921, ano II, n.º 68, p. 1.

<sup>380</sup> Cf. *Idem*, p. 2.

<sup>381</sup> Francisco Veloso, *Uma questão do dia*, in *Diario do Minho*, 5 de Agosto de 1921, ano III, n.º 707, p. 1.

não fora, efectivamente, bom. Ao mesmo tempo, Francisco Veloso deixava explícito o clima tenso existente entre católicos e monárquicos, apresentando algumas considerações expostas no jornal monárquico *Correio da Manhã* (Lisboa, 1921-1936), dirigido por Aníbal de Andrade Soares (1882-1925), escritor e jornalista monárquico. A acusação essencial feita por este jornal lisboeta era a de que, em alguns círculos onde não o CCP não apresentara candidatos próprios, os católicos tinham votado em candidatos republicanos que se haviam comprometido a lutar pelos interesses da Igreja Católica e do CCP, como confirmara Gomes Veloso. Por outro lado, este jornalista asseverava que no mesmo artigo onde o *Correio da Manhã* fizera tal acusação, o Conselho Superior da causa monárquica recomendava «(...) aos seus correlegionários da Guarda que votassem o nome de um senador democrático [republicano]. A um católico não era lícito votar num republicano que se comprometia a defender as reivindicações do CCP, mas era lícito a um monárquico votar num democrático...»<sup>382</sup>. Francisco Veloso repudiava tal acção dos monárquicos, e considerava-a desastrosa e o resultado das paixões políticas que estavam associadas ao acto eleitoral. No fundo, de acordo com estas informações, ficava expresso que aos católicos e aos monárquicos era lícito votar em outros candidatos, conforme as circunstâncias locais.

Em verdade, no caso específico dos católicos e do CCP, ainda que a respectiva Comissão Central de católicos aconselhasse os seus militantes a votar em candidatos previamente escolhidos, o mesmo Centro Católico não podia obrigar os seus filiados a fazê-lo, uma vez que estes tinham «(...) a liberdade de militarem em qualquer partido, cujas linhas de conduta poderiam, em tese, não coincidir com as do Centro. A questão punha-se, logo, naqueles católicos que aspiravam e lutavam pela restauração da Monarquia e que sempre tinham, para tal fim, posto suas esperanças no Centro»<sup>383</sup>. A confusão e o mal-estar suscitado pela neutralidade oficial do CCP mantinha-se vivo e em crescendo. Rapidamente, começaram a definir-se posições na imprensa, atingindo também jornais católicos: de um lado, em defesa do CCP estava *A União*, do outro lado, em defesa dos monárquicos-católicos estavam *A Época* e o *Correio da Manhã*. A luta seria acesa nos meses seguintes, e não abrandou significativamente com a “noite sangrenta”, de 19 para 20 de Outubro de 1921, episódio que deixou a nu toda a instabilidade política nacional, que terminara com as mortes do então chefe de Governo,

---

<sup>382</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>383</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 114.

António Granjo, e dos republicanos históricos Machado Santos, e Carlos da Maia, como vimos anteriormente.

Ora, face às súbitas mudanças políticas, o Parlamento foi dissolvido e foi marcado um novo escrutínio para 29 de Janeiro de 1922. O CCP começou a organizar-se para a disputa eleitoral, a decorrer no final de 1921. O *Diario do Minho* de 20 de Novembro de 1921 – numa pequena nota em itálico antes do editorial assinado por Franz – reiterava a sua independência política e apelava à organização numa altura fulcral para o país, indicando que tinha chegado a «(...) *hora decisiva: ou abatem bandeiras todos os partidos conservadores, para assegurarem a suprema defeza, ou estamos todos perdidos porque não conseguimos impôr ideas de ordem ás ideas de desordem que os inimigos da sociedade acabarão por nos impôr*»<sup>384</sup>. No editorial, o seu autor, Franz, asseverava que a política de direita, em Portugal, só poderia ser assumida pelo CCP, e recordava a palavras de António Lino Neto e a sua fórmula para o combate eleitoral que era aperfeiçoada por Franz: «(...) *nem abstencinismos para desmoralizar nem concorrência para afrontar, nem transigências quanto ao maximo do resultado a alcançar* (...) Nos não vamos á urna por simples espirito de guerrear, A. B. ou C. mas sim numa afirmação de força ao serviço dos nossos direitos e dos nossos principios...»<sup>385</sup>. Franz sugeria um plano de acção, que consistia na organização de uma plataforma de defesa social e defesa da religião, levada a efeito pelas comissões centrais e das comissões diocesanas, e que os candidatos, propostos pelo CCP, deveriam cumprir. Uma outra acção deveria passar por criar uma lista dos melhores candidatos possíveis que participassem no acto eleitoral apenas com as cores do Centro Católico e sem quaisquer filiações políticas, e outros grupos políticos católicos. Franz asseverava que «(...) uma conjunção d' esta natureza levará de vencida todas as outras organizações...(...) Deixemo-nos de utopias. Nós não somos *partido politico* mas temos de agir *politicamente* como *força nacionalista*»<sup>386</sup>.

A insistência na função política do CCP era clara, mas não era nova, sendo apenas a posição pessoal de Franz. Em verdade, tal opinião não reflectia, necessariamente, a posição oficial do *Diario do Minho*. No número seguinte, o jornal de Braga, sentido talvez a necessidade de esclarecer os seus leitores quanto à sua independência política, editou uma breve apresentação do artigo em itálico, conforme já

---

<sup>384</sup> Franz, *Perante as urnas, Concentração urgente!*, in *Diario do Minho*, 20 de Novembro de 1921, ano III, n.º 797, p. 1.

<sup>385</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>386</sup> Idem, *ibidem*.

fizera anteriormente, onde reiterava a reserva que lhe suscitava a opinião de Franz, assumindo que a publicação desta servia para sustentar «(...) a onda destruidora que já marulha muito perto; como católicos aguardamos que o Centro Católico oficialmente fale para transmitirmos ao seu eleitorado as suas instruções»<sup>387</sup>.

O artigo de Franz, editado com honras de editorial, indicava que o período eleitoral já estava aberto e, como era normal, «(...) o certo é que os partidos se movimentam já, por esses concelhos o caciquismo entra na lambuja dos votos, e a mobilização do *povo soberano* se está operando pela força costumeira do compromisso e da promessa»<sup>388</sup>. Franz apelava à mobilização das forças eleitorais e à organização do eleitorado, numas eleições que o CCP ia concorrer como fizera nas anteriores: sozinho ou com acordos pontuais em círculos onde não apresentava candidatos próprios. Nos dias e semanas seguintes, o *Diário do Minho* e *A União* editaram novos editoriais assinados sobre a campanha eleitoral que estava em curso, apontando as opiniões próprias de quem escrevia, muitas delas repetidas em artigos anteriores de outros autores, mas salvaguardando, firmemente, a independência política do jornal<sup>389</sup>.

As eleições de 29 de Janeiro de 1922 não foram, no entanto, muito favoráveis aos católicos do Centro Católico Português, que seguiu a receita anterior de não realizar alianças globais com outros partidos. O CCP, que tinha uma maior presença e força no norte e no interior e uma maior probabilidade de êxito nos círculos eleitorais aí existentes, pretendia afastar-se progressivamente da oposição monárquica tradicional, desejando, com isso, obter uma maior e melhor cooperação com o poder, de acordo com um plano apresentado por António Lino Neto que consistia em reivindicações máximas e reivindicações facultativas<sup>390</sup>. Assim, dos dezasseis candidatos a ambas as câmaras do Parlamento (Câmara dos Deputados e Senado)<sup>391</sup>, apenas foram eleitos: António Lino

---

<sup>387</sup> *As próximas eleições, Frente a frente*, in *Diário do Minho*, 22 de Novembro de 1921, ano III, n.º 798, p. 1.

<sup>388</sup> Franz, *As próximas eleições, Frente a frente*, in *Diário do Minho*, 22 de Novembro de 1921, ano III, n.º 798, p. 1.

<sup>389</sup> Ver a esse propósito os seguintes editoriais: cf. Nuno d' Aguiar, *Campanha eleitoral, Centro Católico*, in *Diário do Minho*, 25 de Novembro de 1921, ano III, n.º 801, p. 1.; Cf. Mario Silveira, *Os católicos e o Governo*, in *Diário do Minho*, 26 de Novembro de 1921, ano III, n.º 802, p. 1.; Cf. Nuno d' Aguiar, *Na Arena, O dever político dos católicos*, in *Diário do Minho*, 27 de Novembro de 1921, ano III, n.º 803, p. 1.; Cf. *O Centro e as próximas Eleições*, in *A União*, 19 de Dezembro de 1921, ano II, n.º 83, p. 1.; Cf. Artur Bivar, *Perante as urnas*, 18 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 846, p. 1.; Cf. Artur Bivar, *O meu voto*, in *Diário do Minho*, 28 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 855, p. 1.

<sup>390</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...* pp. 284-286.

<sup>391</sup> O Centro Católico Português apresentou os seguintes candidatos, em representação dos diferentes círculos e para as referidas Câmaras (Deputados, ou Senado). Para a Câmara de Deputados: Alberto Dinis da Fonseca (Tomar), António Lino Neto (Braga), António Pereira Forjaz (Ponte de Lima), Eurico Lisboa (Vila Real), Joaquim Dinis da Fonseca (Guarda), Leite Brandão (Guimarães), Pedro Araujo Alvares

Neto (Braga), Joaquim Dinis da Fonseca (Guarda), e Juvenal de Araujo (Funchal), para a Câmara dos Deputados, e o cônego J. D. Dias de Andrade, (Leiria), e João M. Cunha Barbosa (Braga), para o Senado. Essas eleições foram ganhas pelo Partido Democrático, de José Maria da Silva, e constituíram uma pesada derrota não apenas para os católicos mas para outras forças políticas. No caso específico dos católicos e do CCP, as razões da derrota eleitoral foram, certamente, várias. Dois dias depois das eleições, Artur Bivar confirmava, no *Diario do Minho*, em editorial, a que alargava, em seguida, pequenas notas eleitorais, que o dia das eleições decorrera com «(...) tropelias e viloencias que se praticaram na cidade [de Braga]...»<sup>392</sup>. Como era hábito, entre os católicos centristas, os resultados da derrota eleitoral não foram tidos em muita consideração nos editoriais das semanas seguintes. E quando o fizeram, raras vezes remetiam a atenção central do artigo de fundo para uma reflexão pós-eleitoral. Assim aconteceu com *A União*, de 13 de Março de 1922. O autor deste editorial, A. C. N., começava por referir que os adversários do Centro Católico estavam organizados em prol de um bem comum, a favor da sua causa, e que custeavam e liam os jornais que lhe eram afectos. Ao mesmo tempo, ainda que não abordando a questão das eleições nem até referindo nomes, o autor do artigo lançava críticas internas e aos católicos, de uma forma visível que, certamente, visava atingir o objectivo. Assim, A. C. N. afirmava que esses militantes «(...) não criticam os seus dirigentes, defendem-nos; não os atacam, protegem-nos. (...) Só assinam, só lêem, só propagam os seus jornaes. Não os deprimem, não os rebaixam, não os censuram...»<sup>393</sup>. O articulista instigava, assim, os católicos a imitarem os seus adversários e insistia num discurso tão frequentemente aludido. Aquele advogava que era, pois, tempo de os católicos se organizarem e de cerrarem as suas fileiras, de forma ordenada, e seguindo as indicações do episcopado. O artigo terminava com as clássicas palavras da ordem: «(...) Ou lutamos todos, mas todos, sem defecções, sem marasmo, sem cobardia, ou seremos coniventes pela nossa inércia, na paganisação da sociedade, na opressão dos poderes públicos»<sup>394</sup>.

Em verdade, de acordo com o editorial, o desânimo entre os centristas começava a transparecer, mas não apenas nas elites católicas do movimento. Entre o povo, reinava

---

(Chaves), Juvenal de Araujo (Funchal), e Weiss de Oliveira (Viana do Castelo). Para o Senado: J. D. Dias de Andrade, cônego (Leiria), J. J. Fonseca Garcia (Guarda), João M. Cunha Barbosa (Braga), José Fernando de Sousa (Algarve), José Pulido Garcia (Portalegre), Manuel Anaquim, cônego (Viana do Castelo), e Silva Gonçalves (Vila Real). Cf. ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...* p. 115.

<sup>392</sup> Artur Bivar, *Depois da lucta*, in *Diario do Minho*, 31 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 858, p. 1.

<sup>393</sup> A. C. N., *O nosso grande mal*, in *A União*, 13 de Março de 1922, ano II, n.º 91, p. 1.

<sup>394</sup> Idem, *ibidem*.

a permanente angústia de viver com pouco, o contínuo e desmotivador exercício de tentar subsistir na miséria, a incerteza do dia de amanhã. Com efeito, uma das críticas apontadas à acção do Centro Católico tinha, por base, tal realidade. Assim, era um facto que o CCP tinha, «(...) desde a sua fundação, dado uma atenção particular à sua organização e às reivindicações da Igreja, esquecendo-se do povo, que sentia na carne a sua miséria. Isso era sobretudo evidente na sua imprensa, que denunciava o apodrecimento do poder e a violência de que eram vítimas os católicos, (...) mas não se referia à fome e às doenças por carências alimentares, nem aos direitos de quantos eram assim violentamente espoliados»<sup>395</sup>. De facto, apesar de no passado já ter havido alguma incidência na análise à questão social e às condições de vida dos operários e dos portugueses em geral, por parte de diversos jornais católicos, é verdade que os editoriais da imprensa católica se vocacionavam muito mais para outras questões, estreitamente ligadas ao Centro Católico. Para além desta situação, as cada vez mais frequentes acusações entre católicos (centristas) e monárquicos também limitavam a acção do Centro Católico que permanecia sem grande espaço de manobra para apresentar e defender as suas ideias, sobretudo no Parlamento, pelo que era nos jornais afectos ao CCP que essas apresentações e defesas se efectivavam.

A realização do II Congresso Nacional do Centro Católico Português, em Lisboa, entre 29 e 30 de Abril de 1922<sup>396</sup>, seria, pois, uma oportunidade de ouro para os centristas abordarem aquelas e outras questões prementes, mas também para reflectirem sobre diferentes processos e acções a encetar futuramente. Em dois editoriais de Abril, *A União* apresentou o congresso, dando conta dos preparativos, com informações aos congressistas, e a apresentação das datas e das actividades do programa<sup>397</sup>. Este congresso católico surgia num clima de confronto entre católicos (centristas) e monárquicos, e esse ambiente ficou mais tenso com o início dos trabalhos, com acusações frequentes e generalizadas à direcção do CCP. Uma das acusações dirigidas à direcção do CCP teve como pano de fundo as suas bases doutrinárias. José de Almeida Correia, cónego, e reputado jornalista católico, e um dos redactores do programa do CCP, questionou a Mesa (na sessão de trabalhos) porque não poderiam ser discutidas as bases em que se organizara o Centro Católico. Foi-lhe dito que as mesmas tinham sido

---

<sup>395</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 197.

<sup>396</sup> Sobre os trabalhos realizados no II Congresso Nacional do Centro Católico Português ver: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*pp. 116-127.

<sup>397</sup> Cf. 2.º Congresso Nacional do Centro Catholico, in *A União*, 10 de Abril de 1922, ano III, n.º 94, p. 1; Cf. 2.º Congresso Nacional do Centro Catholico, in *A União*, 24 de Abril de 1922, ano III, n.º 96, p. 1.

estabelecidas pelo episcopado. Pinto de Abreu, padre, e Carlos Pinto Coelho, leigo e católico de renome, também protestaram contra a proibição da discussão das bases do CCP. Como sucedera com Almeida Correia, aqueles também votaram contra o regulamento do II Congresso que foi aprovado na generalidade e na especialidade, pelos demais congressistas. Em protesto, Carlos Pinto Coelho abandonou a sala.

Mas como era habitual, raras vezes os confrontos eram o tema dominante dos editoriais sobre o CCP. Ao invés, apesar das conhecidas trocas de acusações e protestos, as primeiras palavras editadas pelo *Diário do Minho* sobre o II Congresso Nacional, em 5 de Maio, estavam inflamadas de paixão, o que implicava, naturalmente, um certo distanciamento face à objectividade jornalística que era obstada. Santa Cruz, presente no evento e colaborador do jornal bracarense, começou por afirmar que o Congresso do Centro Católico «(...) decorreu brilhante cheio de entusiasmo e sobretudo revelando uma perfeita unidade de vistas em conformidade com as indicações da Santa Sé e do Episcopado»<sup>398</sup>. Enalteceu a figura de António Lino Neto (1873-1961), presidente do CCP, e confirmou que este congresso católico decorrera de forma calma numa cidade de Lisboa que vivia em plenas agitações política e social, e que tal constituía mais um ponto a favor dos católicos.

Só uma semana depois, no dia 12 de Maio, Santa Cruz apresentou algumas considerações mais específicas sobre o congresso católico, de uma forma mais pensada, mas nem por isso menos entusiasta. Confirmava que este congresso tinha sido fértil na discussão de princípios e de ideias, e que muito válidas tinham sido as comunicações de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e de Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977)<sup>399</sup>, dois nomes que se juntavam a outros católicos de nomeada em várias áreas do saber, e que o Centro Católico se orgulhava de ter nas suas fileiras. Face à acusação que

---

<sup>398</sup> Santa Cruz, *O Congresso do Centro Católico Português*, in *Diário do Minho*, 5 de Maio de 1922, ano IV, n.º 936, p. 1.

<sup>399</sup> Manuel Gonçalves Cerejeira nasceu em 29 de Novembro de 1888, na localidade de Santa Marinha de Lousado, concelho de Famalicão. Em 1906 ingressou no Seminário de Braga, e ao fim de três anos, em 1909, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Fundou com outros companheiros do CADC *O Imparcial* (Coimbra, 1912-1919), jornal que também dirigiu, já como sacerdote (ordenado em 1911). Em 1916, ainda em Coimbra, Cerejeira matriculou-se em Letras, na Faculdade com o mesmo nome, recebendo o grau de doutor em Letras em 1918. Em Coimbra foi companheiro de casa de António de Oliveira Salazar, com quem estabeleceu uma longa amizade. Em 1928 foi nomeado arcebispo de Mitilene, e, no ano seguinte, em 1929, tomou posse como cardeal-patriarca de Lisboa, cargo que ocupou até 1971. Nesse período já havia lançado a Acção Católica Portuguesa (1932) e inaugurado a Universidade Católica Portuguesa (1967). Morreu em Lisboa, em 1 de Agosto de 1977, marcando um período não apenas da Igreja Católica portuguesa, mas de Portugal. Cf. PIMENTEL, Irene Flunser – *Cardeal Cerejeira: o Príncipe da Igreja*. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. Ver também: POLICARPO, D. José da Cruz – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

existia em alguns jornais que davam conta de divisões entre os católicos, Santa Cruz defendia-se, assegurando que «(...) Tal divisão não passa de uma atoarda, habilmente explorada por certa imprensa que, numa errada visão das coisas, julga a organização católica estorvo á realização dos seus ideaes politicos»<sup>400</sup>. E confirmava, assim, que os católicos estavam unidos sob os princípios do CCP, e consideravam que este era uma necessidade, tanto mais que o congresso contara com a presença do episcopado, o que lhe garantia que «(...) prova que a causa do Centro é a causa de Deus e a causa da Igreja...»<sup>401</sup>. A imprensa católica analisada não se referiu explicitamente às conclusões do Congresso Nacional que, entre outras, salientaram a «(...) urgência de se intensificar a acção do Centro na difusão das suas doutrinas e no aperfeiçoamento dos seus serviços de organização. Reconheceu ser necessário promover e intensificar a formação de obras sociais católicas, com base em que deveria assentar a acção política do Centro»<sup>402</sup>.

As semanas e os meses seguintes à realização do Congresso Nacional foram muito férteis em polémicas entre católicos e monárquicos, em especial em termos políticos e de acção e organização do próprio CCP. A tese que Salazar apresentara no congresso sobre os princípios e organização do CCP foi publicada<sup>403</sup>, e tornou-se progressivamente a doutrina oficial do CCP. A polémica aumentou. A partir daí, com maior vigor, estabeleceram-se duas visões contraditórias sobre a acção do CCP na sociedade e na política portuguesas. Por um lado, estavam Oliveira Salazar e Lino Neto, em defesa do Centro Católico. Por outro, estava José Fernando de Sousa (1855-1942), no ataque à tese proposta para o CCP. Estes foram os principais agentes de discussão após o congresso. Em definitivo, este veio colocar a nu todas as dissensões que já vinham de trás. Essas desavenças foram publicitadas, sob a forma de artigos, ora em editorial, ora em outras páginas do jornal. Com efeito, a tese de Salazar foi positivamente recebida pel' *A União*, que a ela se referiu na reportagem sobre o Congresso Nacional<sup>404</sup>. Mas as ideias de Salazar foram alvo de críticas, por parte de diversos monárquicos católicos, em diferentes jornais: Alfredo Pimenta (1882-1950) n'

---

<sup>400</sup> Santa Cruz, *O Congresso do Centro Católico Português*, in *Diario do Minho*, 12 de Maio de 1922, ano IV, n.º 942, p. 1.

<sup>401</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>402</sup> Idem, p. 127.

<sup>403</sup> Sobre a comunicação de Oliveira Salazar ver a obra do autor: SALAZAR, António de Oliveira – *Centro Católico Português: Princípios e Organização. Tese apresentada ao 2.º Congresso do Centro Católico Português*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1922. Ver em traços gerais, sobre a referida tese, o que é dito em: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*pp. 288-290. Ver também o que é escrito em: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*pp. 121-126.

<sup>404</sup> 2.º Congresso Nacional do Centro Catholico Português, in *A União*, 29 de Maio de 1922, ano III, n.º 97, pp. 1-4.

*O Dia* (Lisboa, 1887-1941), Domingos Pinto Coelho (1855-1944) e José Fernando de Sousa (Nemo) n' *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), e Paiva Couceiro no *Correio da Manhã* (Lisboa, 1921-1936). A estas juntaram-se as críticas dos estudantes da Universidade de Coimbra, sócios do Centro Académico de Democracia Cristã daquela cidade e daquela Academia<sup>405</sup>. A tese de Salazar, apesar de não fazer parte integrante do nosso estudo, assentava, entre outras premissas, na urgência de garantir as liberdades fundamentais da Igreja Católica no regime da República. Até aí nada de novo, mas o fundamento seguinte tinha, subjacente, uma ideia importante, e que alimentou largamente a polémica. Assim, de acordo com Oliveira Salazar, o CCP não se poderia limitar a fazer política religiosa, mas deveria fazer política nacional, numa necessária organização dos católicos, visando a defesa dos interesses da Igreja Católica e a recristianização da sociedade portuguesa, e dos instrumentos cívicos e governamentais que a servissem. Nesse sentido, ficava explícito que, para o CCP atingir esse fim, era necessário que os católicos sacrificassem não as suas opiniões políticas mas a acção política em si, que era vista como prejudicial. Para contrabalançar, Salazar defendia a necessidade de uma representação parlamentar autónoma, para lutar pelas liberdades e interesses religiosos<sup>406</sup>.

As posições apresentadas e defendidas por Salazar, no congresso de 1922, tiveram um forte impacto, entre os católicos. Estes viam-se perante um grande dilema, ainda mais agravado para os monárquicos. Em verdade, como é que estes, por exemplo, poderiam manter-se como membros do CCP e, ao mesmo tempo, serem fiéis à causa monárquica? Ao longo de 1922 e de 1923, esta e outras questões foram sendo formuladas e respondidas pelos diversos jornais que se definiam na contenda, como já referimos: de um lado liderados pel' *A União* e do outro lado pel' *A Epoca*. O órgão oficial do Centro Católico Português passou parte do Verão de 1922 a analisar e a responder aos ataques que vários monárquicos foram promovendo ao CCP, mas também a promover extensas defesas do organismo católico<sup>407</sup>. O mesmo aconteceu

---

<sup>405</sup> É grande a complexidade que envolveu a tese de Salazar, desde a sua apresentação pública, à sua refutação na imprensa monárquica, e à defesa (como direito de resposta) encetada pelo próprio Oliveira Salazar, em oito artigos editados n' *A Epoca*. Dessa forma, e porque não interfere, directamente, com o nosso estudo, endereçamos para a leitura de: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*pp. 131-148. Ver também: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã...*pp. 290-294.

<sup>406</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*pp. 289-290.

<sup>407</sup> Veja-se, a esse propósito, os seguintes números d' *A União*: *Centro Católico*, in *A União*, 25 de Junho de 1922, ano III, n.º 98, p. 1 (análise e resposta das declarações de Paiva Couceiro); *Os factos nacionais, em primeiro lugar*, in *A União*, 9 de Julho de 1922, ano III, n.º 99, p. 1.; *Centro Católico marcha como deve*, in *A União*, 16 de Julho de 1922, ano III, n.º 100, p. 1.; *A filosofia política do Centro Católico*, in *A União*, 23 de Julho de 1922, ano III, n.º 101, p. 1.; Francisco Velloso, *As campanhas do "Deus que*

com *A Epoca*, ainda que não tenhamos analisado, verdadeiramente, o seu conteúdo, por não fazer parte dos objectivos do presente estudo.

Já em 22 de Setembro de 1922, numa nova Pastoral Colectiva<sup>408</sup>, o episcopado tentou acalmar os ânimos que permaneciam agitados nos jornais católicos e nos jornais monárquicos, numa altura em que as desordens política e social se mantinham no país, e muitos portugueses passavam fome, o que activou, ainda mais, a atenção caritativa da Igreja Católica<sup>409</sup>. Ainda assim, a polémica não abrandou. A Pastoral surgiu depois de um protesto formal da comissão central do CCP, pelo libelo acusatório levantado por Domingos Pinto Coelho, advogado d' *A Epoca*, contra aquela comissão<sup>410</sup>. O artigo que aquele publicara n' *A Epoca* contra o CCP seria contestado, dias depois, n' *A União*, por Joaquim Dinis da Fonseca<sup>411</sup>. As acusações, de parte a parte, sucederam-se e arrastaram-se nos respectivos jornais durante os meses seguintes. Lá longe, mas atenta à polémica, a Santa Sé resolveu intervir. Começou com uma recomendação: que «(...) a imposição do barrete a mons. Locatelli, [1856-1935, nuncio apostólico em Portugal, desde 1919 até 1923], entretanto elevado ao cardinalato, fosse feita pelo presidente da República, então o dr. António José de Almeida [1919-1923]»<sup>412</sup>. Mais tarde, em 14 de Maio de 1923, o papa Pio XI escreveu aos bispos portugueses, apoiando as suas determinações, mas não deixou de suscitar novas polémicas entre os monárquicos e o CCP<sup>413</sup>.

Foi num clima de crispação entre católicos e monárquicos que o jornal *Novidades* entrou na liça jornalística, substituindo aqui *A Epoca* na transmissão da mensagem do episcopado, uma vez que, como era notório, este último título já estava vinculado a uma ideologia política. As *Novidades* seguiram a linha proposta pelo episcopado e, por isso, foram criticados pel' *A Epoca* e por outros jornais, como *O Dia*, da mesma forma com que vinha sendo criticada *A União*. Ainda assim, as *Novidades* só

---

*espere*”, in *A União*, 30 de Julho de 1922, ano III, n.º 102, p. 1.; e J. Diniz da Fonseca (transcrito do jornal *A Guarda*), *Desafinações do sr. dr. Camossa*, in *A União*, 20 de Agosto de 1922, ano III, n.º 103, p. 1.

<sup>408</sup> A Pastoral Colectiva de 1922 foi comentada por Joaquim Dinis da Fonseca nos seguintes números d' *A União*: J. Diniz da Fonseca, *A Pastoral Colectiva*, in *A União*, 4 de Fevereiro de 1923, ano III, n.º 127, p. 1; J. Diniz da Fonseca, *A Pastoral Colectiva II*, in *A União*, 18 de Fevereiro de 1923, ano III, n.º 129, p. 1; e J. Diniz da Fonseca, *A Pastoral Colectiva III*, in *A União*, 25 de Fevereiro de 1923, ano III, n.º 130, p. 1.

<sup>409</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 212.

<sup>410</sup> Cf. Comissão Central, *Contestando*, in *A União*, 24 de Setembro de 1922, ano III, n.º 108, p. 1.

<sup>411</sup> Cf. J. Diniz da Fonseca, *Habilidades e razões...*, in *A União*, 1 de Outubro de 1922, ano III, n.º 109, p. 1.

<sup>412</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 167.

<sup>413</sup> Cf. Idem, pp. 168-170.

em Maio de 1924 é que abordaram, em editorial, especificamente, a questão do CCP, para noticiar, a cinco colunas, a segunda conferência que o presidente do CCP, António Lino Neto, tinha proferido na cidade do Funchal, na ilha e arquipélago da Madeira. Em traços gerais, Lino Neto traçou a história do Centro Católico e apresentou quatro pontos em que alicerçou o seu discurso: 1) o CCP é um organismo político autónomo, mas não é um partido político; 2) o CCP é filho das instruções e direcção da Santa Sé; 3) as objecções contra o CCP; 4) a influência do CCP nos costumes políticos, nas leis e na moralidade social do país<sup>414</sup>. Sempre que os deputados católicos, eleitos pelo CCP, discursavam no Parlamento, as *Novidades* davam-lhe grande destaque. Assim aconteceu, por exemplo, em 16 de Maio de 1924, quando Joaquim Diniz da Fonseca (1887-1958) levou à discussão a questão da actualização dos impostos, acusando os governos de se limitarem a viver dos expedientes, faltando um efectivo e credível plano financeiro<sup>415</sup>. Noutra ocasião, em 23 de Agosto desse ano, as *Novidades* agraciaram o trabalho realizado pelos parlamentares católicos do CCP. Ao mesmo tempo, o jornal de Lisboa aproveitava para, uma vez mais, asseverar que «(...) O *Centro* não é apenas o defensor autorizado dos interesses da Igreja, (...) mas é ainda, e dessa função não se alheia nunca, o defensor dos interesses superiores da nação, que não podem nem devem subordinar-se às formulas politicas, ou às paixões partidarias»<sup>416</sup>. A linha e o teor do discurso apresentado e defendido pelo Centro Católico mantinham-se estáveis. O mesmo sucedia com a prossecução das acções de propaganda<sup>417</sup>, e com os ataques na imprensa, acerca da posição defendida pelo CCP, e que continuavam a correr muita tinta, envolvendo já ataques pessoais entre as *Novidades* e A. de F., colaborador d' *A Epoca*<sup>418</sup>.

A polémica com que se atingiu o fim do ano de 1924, marcou o início de 1925. A ela havia que juntar os frequentes esclarecimentos que também preenchiam as páginas dos jornais, em especial das *Novidades*. Claro que estes esclarecimentos eram apresentados em claro tom acusatório. De facto, em Janeiro de 1925, as *Novidades*

---

<sup>414</sup> Cf. *O Centro Catolico Portuguez*, in *Novidades*, 10 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 142 (8:593), pp. 1,3.

<sup>415</sup> *Os catolicos no Parlamento*, in *Novidades*, 16 de Maio de 1924, ano I (XXXIX), n.º 148 (8:599), p. 1.

<sup>416</sup> *A acção dos parlamentares catolicos*, in *Novidades*, 23 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 243 (8:694), p. 1.

<sup>417</sup> Cf. *Movimento em Marcha, trabalhos de Propaganda*, in *Novidades*, 1 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 312 (8:763), p. 1.

<sup>418</sup> Cf. *Quem tem razão? O Episcopado ou a "Epoca"?*, in *Novidades*, 13 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 324 (8:775), p. 1. Cf. *Não Fuja!*, in *Novidades*, 15 de Novembro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 326 (8:777), p. 1.

acusavam os monárquicos de mentirem quando asseveravam que quando os católicos começaram a apresentar a ideia de «(...) se constituírem em força autónoma, dentro do terreno político, ergueram-se em grita contra eles os dirigentes monárquicos e os seus jornais, acusando-os de quererem aderir á Republica maçónica. Esta acusação era injusta...»<sup>419</sup>. O jornal de Lisboa chamava criminosos a esses monárquicos por levarem a cabo uma campanha falsa. As *Novidades* repetiam ideias, insistindo que o CCP não obrigava os católicos a não terem opiniões políticas. Apenas lhes solicitava que se abstivessem da actividade partidária, de forma a poderem defender o CCP com isenção. As *Novidades* também garantiam nas palavras escritas a legitimidade atribuída pela Santa Sé e pelo episcopado, e confirmavam que não poderiam permitir que «(...) elementos católicos queiram orientar a acção política dos católicos por força diversa e até contrária á aconselhada pela Igreja; o que não faz sentido é que o rotulo católico sirva para cobrir qualquer acção partidária e para contrariar e impedir a acção do Centro Católico, ou malsinar a sua independência»<sup>420</sup>. Em Fevereiro de 1925, chegou o apoio formal do episcopado à postura das *Novidades* e a reprovação da acção d' *A Epoca*<sup>421</sup>. A nota pastoral seguia a determinação há muito avançada pelas *Novidades*, que determinava o afastamento dos católicos que julgavam ser possível manter-se no CCP e no uso dos seus compromissos partidários. Nas semanas e nos meses seguintes, a polémica reavivou-se, fruto das posições tornadas públicas de diferentes bispos, como os casos do bispo do Porto, D. António Barbosa Leão (1919-1929), e do bispo de Bragança-Miranda, D. José Leite Faria (1916-1927), ambos favoráveis à postura adoptada pelas *Novidades*, acusando *A Epoca*, e afastando irremediavelmente as facções envolvidas. Perante a indicação do episcopado, de apoio às *Novidades*, e face à evidente falta de apoio, José Fernando de Sousa saiu de cena, juntando-se-lhe Domingos Pinto Coelho<sup>422</sup>.

Quase abruptamente, as referências, em editorial, sobre o CCP reduziram-se muito, integrando-se num discurso mais vasto, quase sempre de teor político, como era a acção parlamentar dos católicos que, ainda assim, foi merecendo alguma atenção, sobretudo por parte das *Novidades*. O *Diario do Minho* também foi transferindo as notícias sobre o CCP, e, em especial, a sua acção no Parlamento, como sucedera nos

---

<sup>419</sup> *Limpando a poeira*, in *Novidades*, 18 de Janeiro de 1925, ano II (XL), n.º 387 (8:838), p. 1.

<sup>420</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>421</sup> Sobre a condenação do jornal *A Epoca* e a sua defesa ver: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*pp. 176-181.

<sup>422</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*pp. 237-238.

primeiros dias de Junho de 1925, com o discurso de António Lino Neto, sobre a propriedade privada e a inviabilidade do socialismo<sup>423</sup>. Em verdade, a independência política que o jornal bracarense sempre manifestara foi perfeitamente atestada quando a polémica entre as *Novidades* e *A Epoca* se agudizou. Ainda assim, o jornal de Braga acompanhou o processo eleitoral de 8 de Novembro de 1925 como era sua norma<sup>424</sup>. Num outro sentido, de forma a melhor preparar as eleições municipais de Novembro de 1925 «(...) o *Centro* reactivou a sua máquina organizativa e intensificou a sua propaganda doutrinária ao longo desse ano, tanto mais que a concorrência eleitoral se afigurava maior...»<sup>425</sup>. Os resultados eleitoriais foram um pouco melhores do que os anteriores, e o Centro Católico aumentou a sua representação no Parlamento<sup>426</sup>.

Em traços gerais, a polémica que se instalou em redor da recomposição do CCP demonstrou que, dentro da imprensa católica, havia várias correntes de opinião. As contínuas alterações, publicadas em vários jornais, como foram *A Epoca*, em favor das ideias de José Fernando de Sousa, *A União*, em favor de António Lino Neto, e *Novidades*, em favor de António de Oliveira Salazar, deixaram vislumbrar uma certa desunião dos católicos em face do perigo e inimigo comuns, como era o governo republicano. Os militantes mais enérgicos da imprensa católica defendiam que, em prol da defesa dos interesses e direitos da Igreja, os católicos deveriam esquecer as questões que os separavam, como a questão dinástica, o legitimismo e o constitucionalismo, sobretudo a divisão entre monárquicos e republicanos, entre outras. Defendiam que só a união dos católicos lhes poderia dar a vitória.

Entretanto, desencadeou-se o movimento militar de 28 de Maio de 1926, e o panorama mudou. Com naturalidade, aquele acto mereceu grande destaque nos editoriais da imprensa católica, então analisada, e as lutas em redor do CCP passaram para segundo plano<sup>427</sup>. Depois do golpe de Estado, a história seguinte do CCP manteve

---

<sup>423</sup> Cf. *As grandes doutrinas no regresso á ordem*, in *Diario do Minho*, 2 de Junho de 1925, ano VII, n.º 1657, p. 1.; Cf. *As grandes doutrinas no regresso á ordem*, in *Diario do Minho*, 3 de Junho de 1925, ano VII, n.º 1658, p. 1.; Cf. *As grandes doutrinas no regresso á ordem*, in *Diario do Minho*, 4 de Junho de 1925, ano VII, n.º 1659, p. 1.

<sup>424</sup> Cf. *Eleições Municipaes*, in *Diario do Minho*, 22 de Novembro de 1925, ano VII, n.º 1813, p. 1; Cf. *O Centro Catolico depois das eleições*, in *Diario do Minho*, 25 de Novembro de 1925, ano VII, n.º 1815, p. 1; Cf. *Eleições*, in *Diario do Minho*, 26 de Novembro de 1925, ano VII, n.º 1816, p. 1.

<sup>425</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*p. 338.

<sup>426</sup> O Centro Católico Português elegeu para a Câmara dos Deputados os seguintes candidatos: Alberto Diniz da Fonseca (círculo de Tomar), António Lino Neto (Braga), António Pereira Forjaz (Ponte de Lima), Joaquim Diniz da Fonseca (Guarda). Para o Senado foi eleito João M. Cunha Barbosa (Braga). Cf. *Idem*, pp. 338-340. Ver igualmente: ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 215.

<sup>427</sup> O último editorial do *Diario do Minho* sobre o CCP foi um comentário a propósito das passadas eleições municipais de 8 de Novembro de 1925. Cf. *Eleições*, in *Diario do Minho*, 26 de Novembro de

as desavenças antigas, mas com novos enquadramentos e protagonistas, como António Lino Neto, que defendia a ideia de desenvolver o CCP como um organismo de carácter de partido político-social, e assim conquistar cada vez mais importância social e política, e como Francisco Veloso que desejava colocar em prática as ideias primárias do CCP de querer recristianizar a sociedade, e fazer ressurgir a União Católica. Esta última era também a opinião de Joaquim Dinis da Fonseca, e de António de Oliveira Salazar, que já a defendera no congresso de 1922. Em verdade, «a vida do Centro acabou por afrouxar aos poucos, em virtude de o ambiente social e político ser claramente mais propício à Igreja»<sup>428</sup>. Em breve, fruto do momento político, e da acção futura de Salazar, primeiro como ministro das Finanças, em 1928, e depois como presidente do Conselho de Ministros, desde 1932, o CCP foi ultrapassado pela maior importância da *União Nacional*, recém criada (30 de Julho de 1930)<sup>429</sup>. O CCP, já sem o seu mentor, António Lino Neto, depusera as armas, diluiu-se politicamente, e cedeu lugar à em Acção Católica<sup>430</sup>.

#### **7.6. Outras questões da imprensa católica na República (1919-1926)**

Para além das questões mais próximas à política e à religião, a atenção da imprensa católica também foi durante o terceiro subperíodo (1919-1926) direccionada para as questões relacionadas com a sociedade e com a economia. Dessa forma, como já referimos, todos os títulos analisados nesses oito anos [*Liberdade*, *A Ordem* (Porto), *Diário do Minho*, *A Ordem* (Lisboa), *A Epoca*, *A União*, e *Novidades*] deram grande primazia aos temas sociais e económicos em geral, o que era sinónimo de uma grande diversidade temática da imprensa católica, numa época em que não se falava de jornais especialistas ou generalistas. Em consonância com a metodologia já seguida anteriormente, vamos salientar alguns dos assuntos mais importantes, ainda que tais temas não sejam, necessariamente, aqueles que foram mais focados em editorial. No campo social, a *Liberdade* apresentou um total de 23 editoriais, distribuídos por

---

1925, ano VII, n.º 1816, p. 1. Já o último editorial das *Novidades* de 1926, que tinha a acção do CCP como pano de fundo, foi um discurso de Joaquim Dinis da Fonseca, sobre as contas públicas. Cf. *Muito Dinheiro para armas e pouco para charruas*, in *Novidades*, 9 de Abril de 1926, ano XLI, n.º 9:270, p. 1.

<sup>428</sup> ALVES, Adelino – *Centro Católico Português...*p. 236.

<sup>429</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*pp. 361-362.

<sup>430</sup> Sobre este tema há uma vasta bibliografia, pelo que endereçamos para uma obra recentemente editada: FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

múltiplos assuntos<sup>431</sup>. Os dois temas que grangearam mais editoriais foram: «Internacional» com 7 editoriais, e «Monarquia do Norte», e também «Tumultos/Manifestações/Greves», ambos com 4 editoriais. No campo económico há a registar apenas um editorial para a «Economia». A *Ordem* (Porto) apresentou 15 editoriais, distribuídos por vários temas<sup>432</sup>. Os dois temas mais focados foram: «Internacional» com 4 editoriais, e «Sociedade» com 3 editoriais. No campo económico, foram registados apenas dois temas: «Economia» com 2 editoriais, e «Operariado» com apenas 1 editorial. No campo social, o *Diario do Minho* apresentou um total de 568 editoriais, distribuídos por diversos assuntos<sup>433</sup>. Os dois temas mais focados pelo jornal de Braga foram: «Sociedade» com 144 editoriais, e «Internacional» presente em 116 editoriais. No campo económico apresentou 609 editoriais em apenas seis temas diferentes: «Agricultura» (31 editoriais); «Colónias» (35); «Economia» (110); «Operariado» (28); «Regionalismo», com notícias de Braga e do Minho (369); e «Transportes» (36). Os dois assuntos mais analisados foram: «Regionalismo», com 369 editoriais, e «Economia», com 110 editoriais.

Quanto aos jornais de Lisboa, a distribuição dos editoriais, nos campos social e económico, foi também apreciável. No caso d' *A Ordem*, no campo social, este diário apresentou 8 editoriais, distribuídos pelos seguintes temas: «Exército» (3 editoriais); «Conspirações/Presos políticos/Amnistia» (2); «Internacional» (2); e «Sociedade» (1). No campo económico foi apenas apresentado o tema: «Agricultura» com 2 editoriais. Em ambos os campos, os únicos temas expostos foram, naturalmente os mais analisados. Já *A Epoca* apresentou, no campo social, um total de 157 editoriais distribuídos por diversos assuntos<sup>434</sup>. Os assuntos mais focados foram: «Sociedade», presente em 30 editoriais, e «Internacional», focado em 25 editoriais. Em termos

---

<sup>431</sup> Os editoriais da *Liberdade*, no campo social, são: Conspirações/Presos políticos/Amnistia (3); Exército (1); História e Cultura nacionais (1); Internacional (7); Monarquia do Norte (4); Personalidades (1); Portugal (enquanto Estado e Nação) (1); Sociedade (2); e Tumultos/Manifestações/Greves (4).

<sup>432</sup> Os editoriais da *Ordem* (Porto), no campo social, são: Conspirações/Presos políticos/Amnistia (3); Exército (1); História e Cultura nacionais (1); Internacional (7); Monarquia do Norte (4); Personalidades (1); Portugal (enquanto Estado e Nação) (1); Sociedade (2); e Tumultos/Manifestações/Greves (4).

<sup>433</sup> Os editoriais do *Diario do Minho*, no campo social, são: Arte (26 editoriais); Assistência/Caridade (33); Ciência (20); Conspirações/Tumultos/Manifestações/Greves (43); Educação (81); Emigração (8); Exército (3); História e Cultura nacionais (21); Imprensa (35); Imprensa Católica (10); Internacional (116); Justiça (4); Literatura (22); Maçonaria/Livre pensamento (9); Monarquia (2); Operariado (28); Personalidades (55); Portugal (enquanto Estado e Nação) (32); Portugal e Guerra Mundial (11); Presos políticos/Amnistia (15); Protestantismo (1); Questão Social (26); Saúde (10); e Sociedade (144).

<sup>434</sup> Os editoriais d' *A Epoca*, no campo social, são: Arte (1 editorial); Ciência (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (6); Educação (6); Guerra Mundial (9); História e Cultura nacionais (1); Imprensa (3); Imprensa Católica (1); Internacional (25); Literatura (1); Maçonaria/Livre pensamento (2); Personalidades (13); Portugal (enquanto Estado e Nação) (11); Portugal e Guerra Mundial (25); Questão Social (6); Sociedade (30); e Tumultos/Manifestações/Greves (16).

económicos, este diário de Lisboa apresentou os seguintes temas: «Agricultura» (6 editoriais); «Colónias» (13); «Economia» (14); «Obras Públicas e Transportes» (6); e «Operariado» (5). Neste campo, os dois temas mais focados foram: «Economia» em 14 editoriais, e «Colónias» em 13 editoriais. A *União* apresentou, no campo social, 32 editoriais, distribuídos por vários assuntos<sup>435</sup>. Os dois temas mais presentes nos editoriais foram: «Imprensa Católica» com 6 editoriais, e «Maçonaria/Livre pensamento»; «Portugal (enquanto Estado e Nação)»; «Portugal e Guerra Mundial»; e «Sociedade», todos com 4 editoriais. No campo económico há a registar apenas o caso da «Agricultura» (1). Já as *Novidades* apresentaram, no campo social, 281 editoriais que foram dispostos em vários temas<sup>436</sup>. Neste campo os temas mais presentes foram: «Sociedade», com 74 editoriais, e «Internacional» com 67 editoriais. No campo económico foram apresentados 97 editoriais, distribuídos por cinco temas: «Agricultura» (25 editoriais); «Colónias» (6); «Economia» (54); «Economia (após Revolução de 1926)» (11); e «Obras Públicas» (1). Os dois assuntos mais focados foram: «Economia» presente em 54 editoriais, e «Agricultura» a figurar em 25 editoriais.

### **7.6.1. A atenção da imprensa católica sobre o campo social**

Como aconteceu em outros países, o pós-guerra deixou Portugal muito vulnerável, em diversos sectores, e ficaram visíveis dificuldades que se reflectiram em termos sociais, prolongando-se pelo tempo. O mal-estar da sociedade portuguesa era evidente. Em verdade, «com os efeitos da guerra e o vazio de poder após o fim de Sidónio, Portugal é uma nau à deriva, perto do naufrágio»<sup>437</sup>. Os governos republicanos não duravam o tempo suficiente para acalmar as ruas. Os portugueses desinteressaram-se cada vez mais da política, mas, no entanto, as ruas, especialmente as de Lisboa, eram o reflexo da instabilidade que muitas vezes nascia no Parlamento. Portugal foi-se arrastando num caminho que parecia não ter fim à vista, agitado e errante. A luta pela

---

<sup>435</sup> Os editoriais d' *A União*, no campo social, são: Conspirações/Presos políticos/Amnistia (1); Educação (2); História e Cultura nacionais (1); Imprensa (1) Imprensa Católica (6); Internacional (2); Maçonaria/Livre pensamento (4); Personalidades (2); Portugal (enquanto Estado e Nação) (4); Portugal e Guerra Mundial (4); Sociedade (4); Tumultos/Manifestações/Greves (1).

<sup>436</sup> Os editoriais das *Novidades*, no campo social, são: Arte (2 editoriais); Assistência/Caridade (14); Ciência (1); Conspirações/Presos políticos/Amnistia (8); Educação (32); Espiritismo (2); Emigração (1); Guerra Mundial (2); História e Cultura nacionais (12); Imprensa (14); Imprensa (após Revolução de 1926) (3); Imprensa Católica (6); Internacional (67); Maçonaria/Livre pensamento (2); Personalidades (15); Portugal (enquanto Estado e Nação) (9); Portugal e Guerra Mundial (2); Saúde (2); Sociedade (74); Tumultos/Manifestações/Greves (13).

<sup>437</sup> VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX: crónica em imagens (1910-1920)*...p. 203.

sobrevivência marcou o subperíodo entre 1919 e 1926 de praticamente toda a população nacional. Mas, em clara antítese, surgiram novos-ricos e o fosso social alargou-se.

Nos últimos dias de Abril de 1919, a escassos dias das festas do dia 1 de Maio – dedicado aos operários e demais classe trabalhadora, especialmente desde a Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX – crescia, em todo o país, «(...) de forma ameaçadora e visível uma onda de terrorismo»<sup>438</sup>. Sem surpresa, os tumultos e as greves, sempre presentes neste período, intensificaram-se<sup>439</sup>. Só em Lisboa estavam em curso diversas greves: dos apanhadores de lixo, dos funcionários da Companhia das Águas, e dos ferroviários e dos trabalhadores da Carris. Esse clima de instabilidade na capital favoreceu o aumento de distúrbios, como, por exemplo, o incêndio que destruiu uma ala dos edifícios públicos do Terreiro do Paço, que começara na secção de encomendas postais do Correios e Telégrafos, ou os motins que estalaram na cadeia do Limoeiro e que provocaram o incêndio de uma ala completa<sup>440</sup>.

Ora, tal cenário não surpreendia *A Epoca*, nem o seu director, Nemo. Em verdade, Nemo asseverava que a situação existente correspondia à ausência de Deus na sociedade e à falta dos princípios morais que deveriam guiar as consciências. Assim, o director d' *A Epoca* apresentava um cenário dantesco a propósito do que sucedia na capital, onde a greve generalizada, identificada como um dos males responsáveis pela situação do país, deixava a cidade sem transportes e sem água e diversos bens, confirmando que «(...) desde que se reconheceu a legitimidade da greve em serviços de primacial interesse publico, abriu-se o caminho a todas as violencias, perante as quais não póde capitular a auctoridade»<sup>441</sup>. O articulista garantia que estas greves tinham, por objectivo, desencadear uma guerra social com os mesmos contornos daquela que nascera na Rússia, anos antes. De resto, Nemo asseverava que daquele país já tinha vindo dinheiro para auxiliar as lutas bolcheviques a desencadear em Portugal. Nesse sentido, Nemo solicitava ao Governo que tivesse mão dura nos grevistas e que se resolvesse a baixar o preço das subsistências para minimizar as dificuldades dos que sobreviviam com pouco.

Nos dias e nas semanas seguintes, a atenção d' *A Epoca* sobre as greves e os tumultos, que em norma se lhes seguiam, manteve-se alta, comprovada nos editoriais

---

<sup>438</sup> MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 173.

<sup>439</sup> Cf. Nemo, *Graves apreensões*, in *A Epoca*, 28 de Abril de 1919, ano I, n.º 35, p. 1.

<sup>440</sup> Cf. MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República...*p. 173.

<sup>441</sup> Nemo, *Ordem publica*, in *A Epoca*, 4 de Maio de 1919, ano I, n.º 40, p. 1.

escritos sobre o assunto<sup>442</sup>. A base do discurso d' *A Epoca* e da imprensa católica era, no entanto, a mesma: a ausência de Deus na sociedade e a falta de valores cristãos, e o avanço das ideias socialistas. Como era perfeitamente notório, apesar de tecer duras críticas ao Governo, aos grevistas e à “rua republicana”, a imprensa católica analisava a situação social de Portugal, construindo os editoriais, sobretudo, numa perspectiva moral e regeneradora cristã<sup>443</sup>. Para a imprensa católica, a questão social não deveria ser negada, mas também considerava ser um erro exacerbar a sua importância, como faziam os socialistas. Tal fora visível quando, por exemplo, *A Epoca* se referiu à questão do horário de trabalho. Com efeito, aquele diário de Lisboa asseverava que «(...) no interesse da saúde e da conservação das forças do operário o Estado pode e deve limitar a duração máxima do trabalho»<sup>444</sup>. Nesse sentido, Nemo referia que o horário de trabalho proposto seria regulado entre as dez e as doze horas<sup>445</sup>, sendo que deveria estar assegurados o repouso do operário e o convívio com a família. Como era sabido, para a imprensa católica, a família representava um dos pilares da sociedade que deveria nortear a vida dos cristãos nos seus diferentes papéis sociais: na família, no trabalho, na Igreja, nas colectividades, entre outros.

A sociedade portuguesa estava a transformar-se, como de resto sucedia nos outros países da Europa e do mundo. Essas transformações sociais resultavam, em parte, das reivindicações dos operários, cuja importância e força vinham aumentando em Portugal. Em geral, era dos sindicatos daqueles que partia a iniciativa das greves que se alastravam a outros grupos sociais e que, geralmente, desembocavam nas ruas, transformadas em focos de tumultos com resultados imprevisíveis. Nos primeiros dias de Julho de 1919, quando a cidade de Lisboa estava mergulhada em greves sucessivas, e a instabilidade social era imensa, Nemo abria assim o editorial d' *A Epoca*: «vive-se em constante inquietação. Alternam os anuncios de movimentos políticos com os de revolução social, gerando uns e outros a desordem sangrenta e tornando impossível a reconstituição económica e financeira do país»<sup>446</sup>. Nemo asseverava que o presente mal-

---

<sup>442</sup> Cf. Nemo, *É tarde*, in *A Epoca*, 5 de Maio de 1919, ano I, n.º 41, p. 1.; Cf. Nemo, *A situação presente*, in *A Epoca*, 8 de Maio de 1919, ano I, n.º 44, p. 1.

<sup>443</sup> Cf. Nemo, *A voz da verdade*, in *A Epoca*, 28 de Maio de 1919, ano I, n.º 64, p. 1.

<sup>444</sup> Nemo, *Horário de trabalho*, in *A Epoca*, 29 de Maio de 1919, ano I, n.º 65, p. 1.

<sup>445</sup> O horário de trabalho foi umas das bandeiras de luta dos operários, mas nem todos asseguraram os mesmos direitos. Por exemplo, no início de 1919, os corticeiros foram dos primeiros grupos a conquistarem as oito horas diárias de trabalho, às quais juntaram um aumento dos seus vencimentos. Outros grupos operários seguiram-lhe os passos. Cf. PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 426.

<sup>446</sup> Nemo, *A nova Babel*, in *A Epoca*, 9 de Julho de 1919, ano I, n.º 90, p. 1.

estar social, patentado nas greves e nos tumultos tinha origem no liberalismo (acusando-o de ser maçónico), na negação da autoridade de Deus, na mensagem utópica do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), no incremento do socialismo e na sua quimérica revolução social. Para Nemo, estes aspectos condicionavam os novos tempos. Dias depois, em 26 de Julho de 1919, o mesmo Nemo traçava um futuro negro para o país, caso o Governo não actuasse com rigidez e as greves não cessassem. O articulista confirmava que os grevistas pretendiam manter a tradição iniciada com o Governo de se pagar aos trabalhadores os dias em que estes estiveram de greve. De facto, tal situação era vista como apenas vantajosa para os grevistas, que aumentavam as dificuldades aos patrões e limitavam a obtenção de produtos ao público, ao mesmo tempo que estes prolongavam o tempo de greve conforme os seus interesses, e retomariam o trabalho «(...) contanto que lhes paguem os dias em que não só não trabalharam, mas originaram prejuizos de mil especies»<sup>447</sup>. O jornalista adiantava que várias empresas de Lisboa se negavam a pagar os dias de greve aos seus trabalhadores, e defendia que tal acção era um acto de consciência. Por outro lado, solicitava-se que o Governo reformasse a lei laboral, proibindo a greve «(...) em serviços de interesse publico primacial»<sup>448</sup>. Até ao fim de 1919<sup>449</sup>, e no início do ano seguinte, de 1920, as greves mantiveram uma aparição frequente nos títulos católicos, sobretudo em editorial.

No fim de Janeiro de 1920, a cidade do Porto foi atingida pela perturbação social de uma greve operária. O *Diario do Minho* asseverava, então, que há alguns dias corria o boato de tal greve. O mesmo periódico também afirmava que «(...) quando os operarios julgam que estão a fazer a defesa dos seus interesses, estão a servir interesses inconfessaveis, ou a fundir as gragalheiras que os hão de algemar»<sup>450</sup>. A greve dos operários do Porto, que eram tidos como mais moderados, deu rapidamente origem ao estado de sítio, e as ruas da cidade invicta passaram a ser locais de frequentes batalhas campais. Por essa altura Domingos Pereira chefiava o Governo, pela segunda vez, numa Lisboa e num país que era apresentado como cada vez mais ingovernável. No final de Março de 1920, na capital, grevistas de vários sectores de actividade envolveram-se em confrontos com a Guarda Nacional Republicana (GNR), depois que a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores fora encerrada, por ordem governamental, no início desse mês. Depois de em 1919 e em 1920 merecerem grande visibilidade, as

---

<sup>447</sup> Nemo, *Gréve interminável*, in *A Epoca*, 26 de Julho de 1919, ano I, n.º 107, p. 1.

<sup>448</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>449</sup> Cf. Nemo, *Gréve interminável*, in *A Epoca*, 9 de Agosto de 1919, ano I, n.º 121, p. 1.

<sup>450</sup> *Perturbação social no Porto*, in *Diario do Minho*, 22 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 237, p. 1.

greves foram merecendo menor atenção em editorial, por parte da imprensa católica, e só foram referidas muito espaçadamente no tempo, sempre com a mesma tendência e discurso<sup>451</sup>.

Nas ruas de Lisboa reinava a instabilidade social. Frequentemente, as greves davam lugar à violência e a confrontos entre os manifestantes e as forças policiais. As forças da ordem pública nunca souberam lidar muito bem com a situação da rua, sempre instável e a mandos variados. Os tumultos eram, pois, um dos reflexos mais visíveis da instabilidade social e das greves nas ruas das cidades, em especial, Lisboa e localidades limítrofes, e Porto e respectiva área envolvente. O final do ano de 1919 foi, especialmente, intenso em tumultos, no Porto<sup>452</sup>, e em Lisboa<sup>453</sup>, deixando antever que o novo ano não seria diferente. Com efeito, assim foi. Desde Janeiro de 1920, que o governo de Domingos Pereira obrigava os portugueses a “apertar o cinto” ainda mais, mas as dificuldades já eram muitas. Faminto, o povo não conseguia esconder mais a miséria de que era alvo, e promovia uma série de assaltos a estabelecimentos comerciais, em busca de alimento, provocando o caos nas ruas de Lisboa e nas de outras cidades que as autoridades não conseguiam debelar. A desordem social era total<sup>454</sup>.

Ao invés, a imprensa católica mantinha o discurso de um regresso necessário às leis de Deus e da Igreja, mas essas palavras raramente atingiam a prole urbana, que estava mais preocupada em aliviar as fraquezas do corpo do que em atender às subtilezas do espírito. Em meados de Março e 1920, o *Diario do Minho* apelava à ordem social e criticava o povo que, exigindo ordem, era o primeiro a desrespeitá-la e a desobedecer às autoridades. Nesse sentido, o jornal de Braga afirmava que «(...) escusa, pois, de reclamar ordem o país e escusa o governo de prometer ordem, enquanto forem tais os pensamentos, palavras e acções do grande publico»<sup>455</sup>. Meses mais tarde, em Outubro, o *Diario do Minho* lançou, uma vez mais, em editorial, a questão da ordem pública, para concluir que o problema maior da sociedade era a desorganização interna da mesma, e que essa mesma desorganização, «(...) esse desequilíbrio moral, é a verdadeira desordem publica, a mais temerosa, a mais grave, a mais dificultosa de

---

<sup>451</sup> Cf. *A Greve*, in *Diario do Minho*, 2 de Outubro de 1920, ano I, n.º 451, p. 1.

Cf. Santa Cruz, *Um trabalho urgente*, in *Diario do Minho*, 3 de Dezembro de 1922, ano I, n.º 1102, p. 1.

Cf. Constantino Coelho, *Trabalhos que param*, in *Diario do Minho*, 18 de Maio de 1924, ano I, n.º 1345, p. 1.

<sup>452</sup> Cf. *O Porto a ferro e fogo, os caceteiros do sr. Rezende*, in *A Epoca*, 23 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 255, p. 1.

<sup>453</sup> Cf. *Em pleno terror!..e sem governo*, in *A Epoca*, 30 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 261, p. 1.

<sup>454</sup> Cf. *Desordem social*, in *Diario do Minho*, 3 de Fevereiro de 1920, ano I, n.º 247, p. 1.

<sup>455</sup> *Ordem!*, in *Diario do Minho*, 12 de Março de 1920, ano I, n.º 278, p. 1.

vencer»<sup>456</sup>. De acordo com o pensamento expresso pelo jornal de Braga, a desorganização da sociedade portuguesa reflectia-se nos tumultos que grassavam em Portugal, em especial, na cidade de Lisboa. Tais eram, no entanto, apenas parte de um grave problema social.

O período do pós-guerra foi um período de excessos e de grandes paixões. De facto, «(...) nesses anos de irreprimível optimismo, (...) explode o consumo, associado a uma esfuziante alegria de viver, que rompe de vez com os tabus do passado e abraça a modernidade nos costumes sociais»<sup>457</sup>. Foi neste clima que os tumultos se intensificaram, e que a violência que lhe estava associada se tornou mais rebuscada e mais intensa. Ao mesmo tempo, e servindo de trampolim, a desorientação política e a ausência de uma justiça independente e activa favorecia o desrespeito das autoridades nas ruas. O passo seguinte era, por isso, esperado.

Na década de 1920, o crime aumentou em Portugal de forma abissal, sendo, normalmente, o último acto de um negócio financeiro obscuro, de um assalto violento, de uma discussão mais acesa num cabaré<sup>458</sup>, de uma transacção envolvendo drogas e prostituição, ou de jogos em casas clandestinas de tavolagem que terminaram mal. A juntar a estes casos, havia a juntar, naturalmente, os ajustes de contas envolvendo a política nacional. Em verdade, a “noite sangrenta”, de 19 para 20 de Outubro de 1921, incluiu-se neste campo. O Governo chefiado por António Granjo não conseguiu sustentar a revolta que se formara nas ruas promovida pelos revolucionários profissionais que estavam na GNR e na Marinha<sup>459</sup>. Os radicais republicanos não esqueceram velhos inimigos, e ajustaram contas com Machado Santos, o carismático “pai da República”, e que estivera no ministério de Sidónio Pais, Carlos da Maia, militar que teve um papel de relevo na revolução de 4 de Outubro de 1910, e António Granjo, o chefe de Governo, que vinha sendo acusado de querer fundar uma República conservadora. Nesse período de festa contínua, onde só participava a alta sociedade lisboeta e nacional, ao contrário dos pobres que foram ficando mais pobres, um outro caso com especial relevo para a imprensa católica foi a questão do jogo clandestino<sup>460</sup>, tema que era sempre apresentado

---

<sup>456</sup> *A ordem social*, in *Diario do Minho*, 19 de Outubro de 1920, ano II, n.º 465, p. 1.

<sup>457</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens (1920-1930)*...p. 23.

<sup>458</sup> Cf. Idem, pp. 127-128.

<sup>459</sup> Cf. RAMOS, Rui – *A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. In *História de Portugal*...p. 617.

<sup>460</sup> A imprensa católica dedicou uma certa atenção ao tema do jogo, em editorial, ainda que algo espaçado no tempo. Neste período essa atenção foi apenas realizada pelos jornais: *Diario do Minho*, *A Época*, e *Novidades*. No caso do *Diario do Minho* foram apresentados, em editorial, os seguintes números: *O problema do jogo*, in *Diario do Minho*, 26 Fevereiro de 1920, ano I, n.º 265, p. 1.; Artur Bivar, *O jogo em*

como um problema social de grande importância, e como reflexo da podridão em que estava mergulhada a sociedade nacional, como era salientado na imprensa católica.

As diferenças sociais agravaram-se ao longo da década de 1920, e os lugares de diversão eram um aspecto fidedigno dessa separação de classes. Para a alta sociedade nacional estavam reservados os cafés, os clubes, os cabarés, as casas de jogo. Ao contrário, os passeios às cercanias das cidades constituíam uma das formas de diversão dos mais pobres, sobretudo dos operários e demais massas trabalhadoras. Para estes, os “loucos anos vinte” não foram mais do que sinónimo de dificuldades acrescidas pelo fim da guerra. De facto, fruto de diversos factores de ordem económica – que imprimem grande velocidade na ascensão e na queda da escada social, surgindo novos-ricos e novos-pobres – a verdade é que «(...) os movimentos verticais na estrutura social do país parecem possuir sentidos contraditórios»<sup>461</sup>.

Num país onde tardava o desenvolvimento há muito prometido, pelos diversos governos republicanos, havia muitos portugueses que não conseguiam mais do que sobreviver com muito pouco. Aqueles que, anos antes, abandonaram os campos e foram para as grandes cidades, sobretudo para Lisboa, vivendo em bairros de lata da periferia, em débeis condições de vida<sup>462</sup>, e que não queriam permanecer na estagnação de uma vida miserável, arrumavam o pouco que tinham e emigravam, sobretudo, para o Brasil e para novos destinos na Europa, com especial relevância para França. Santa Cruz, colaborador do *Diario do Minho*, mostrava-se agastado ao constatar que os campos ficavam cada vez mais vazios de braços para os trabalharem, e garantia que «(...) á doentia tendencia de fuga para as cidades, em busca do emprego e duma posição mais limpa e asseada e menos sujeita a um trabalho violento cresce agora a seducção do

---

*Braga*, in *Diario do Minho*, 19 de Agosto de 1921, ano III, n.º 719, p. 1; Santa Cruz, *O escandalo do jogo*, in *Diario do Minho*, 16 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1135, p. 1.; Santa Cruz, *O escandalo do jogo*, in *Diario do Minho*, 19 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1138, p. 1.; e Santa Cruz, *O escandalo do jogo*, in *Diario do Minho*, 23 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1141, p. 1. No caso d' *A Epoca* a questão do jogo foi analisada, em editorial, nos seguintes números: Nemo, *Sophismas Deploraveis*, in *A Epoca*, 27 de Setembro de 1919, ano I, n.º 170, p. 1.; Nemo, *Repressão impossivel*, in *A Epoca*, 28 de Setembro de 1919, ano I, n.º 171, p. 1.; Nemo, *Jogo e turismo*, in *A Epoca*, 29 de Setembro de 1919, ano I, n.º 172, p. 1.; Nemo, *Remedio que não remedeia*, in *A Epoca*, 4 de Novembro de 1919, ano I, n.º 207, p. 1.; Nemo *O jogo em Lisboa*, in *A Epoca*, 14 de Novembro de 1919, ano I, n.º 217, p. 1.; Nemo, *Representação notavel*, in *A Epoca*, 24 de Novembro de 1919, ano I, n.º 227, p. 1.; e Nemo, *Defesa infeliz*, in *A Epoca*, 11 de Dezembro de 1919, ano I, n.º 243, p. 1. Já no caso das *Novidades* a questão do jogo foi analisada, em editorial, nos seguintes números: *Vae regulamentar-se o jogo?*, in *Novidades*, 17 de Agosto de 1926, ano XLI, n.º 9:398, p. 1; e *Vae regulamentar-se o jogo?*, in *Novidades*, 6 de Dezembro de 1926, ano XLI, n.º 9:505, p. 1.

<sup>461</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens (1920-1930)*...p. 147.

<sup>462</sup> Cf. Idem, p. 144.

trabalho em França onde os salários são altos...»<sup>463</sup>. O articulista solicitava ao Governo que olhasse para a questão da emigração com atenção, a qual considerava um “cancro” social ao mesmo tempo que defendia a figura do emigrante, forçado a abandonar os campos pela necessidade de encontrar o trabalho e o alimento que faltava. O discurso da imprensa católica manteve-se activo nessa matéria, ao longo da década de 1920, em especial por intermédio do *Diario do Minho*. Em verdade, o tema da emigração foi sendo apresentado por este jornal de Braga num quadro geral do regionalismo, que tão expressamente confessou. E tal foi sendo feito, sempre com a perspectiva de olhar para a emigração como um grave problema regional e nacional<sup>464</sup>, que iria ajudar a agravar ainda mais as condições sociais de Portugal.

### **7.6.2. A atenção da imprensa católica sobre o campo económico**

O final da guerra deixou uma terrível herança à economia nacional, a vários níveis. Apesar de o fim do conflito ter desencadeado «(...) um clima de algum optimismo e euforia entre os principais sectores económicos do país, comungando, aliás, de um ambiente internacional mais descontraído...»<sup>465</sup>, as sonhadas reformas estruturais – que seriam implementadas com o dinheiro das compensações de guerra, vindo dos cofres alemães – não passaram de uma bela fantasia, ainda que tenha havia, ainda assim, algumas contrapartidas<sup>466</sup>. O Governo português encetou medidas para recuperar a economia e, desde o início da década de 1920, começou a emitir papel-moeda sem, no entanto, contrabalançar esse processo com «(...) a indispensável cobertura em ouro. Chovendo dinheiro sem correspondente aumento da riqueza nacional, gasta-se a rodos e especula-se em grande. (...) Gastam os particulares e gasta o

---

<sup>463</sup> Santa Cruz, *A emigração*, in *Diario do Minho*, 11 de Junho de 1922, ano IV, n.º 956, p. 1.

<sup>464</sup> Santa Cruz, *Politica da Terra, o cancro da emigração*, in *Diario do Minho*, 22 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1165, p. 1.; Cf. A. Vieira, *O problema da Emigração*, in *Diario do Minho*, 1 de Maio de 1924, ano VI, n.º 1331, p. 1.; Cf. A. Vieira, *O problema da Emigração*, in *Diario do Minho*, 6 de Maio de 1924, ano VI, n.º 1334, p. 1.; e C. C., *Aspectos sociais, o problema da Emigração*, in *Diario do Minho*, 11 de Julho de 1925, ano VI, n.º 1690, p. 1.

<sup>465</sup> ROLLO, Maria Fernanda – Economia e inovação: derivações em cenário de crise. In *História da Primeira República Portuguesa...*p. 526.

<sup>466</sup> A própria Marinha conseguiu algumas compensações pelos navios perdidos com a Grande Guerra, com a incorporação, na sua frota, de alguns dos barcos apreendidos nos portos nacionais, em 1916, e que, de resto, deu origem à participação de Portugal no conflito armado. Contudo, e apesar do desenvolvimento tecnológico iniciado no pós-guerra, o esforço empreendido não evitou que Portugal mantivesse uma elevada taxa de dependência dos navios estrangeiros para adquirir diversos bens. Cf. Idem, *ibidem*.

Estado, que acumula uma dívida astronómica, origem, por sua vez, de mais inflação. Quem vier a seguir que acerte as contas»<sup>467</sup>.

Ainda assim, a economia nacional animou-se. Progressivamente, os preços subiram e o dinheiro perdeu o valor de outros tempos. A vida estava cara, assim apregoava o *Diario do Minho*, no final de Maio de 1920. Acusava o endividamento das pessoas e do Estado, em forma de pedidos de crédito e concessões de ajudas financeiras a juros elevados, de ser uma «(...) orgia demoníaca de notas de banco, abusando do credito... [e de ser] (...) um desequilíbrio constante na distribuição das riquezas»<sup>468</sup>. Cerca de dois meses depois, o mesmo *Diario do Minho* reforçava a ideia que o problema financeiro era de vital importância para o país, e apontava algumas causas para a permanência daquela dificuldade: a especulação dos preços, que provocava um aumento generalizado dos preços dos bens, a falta de produção, que obrigava a um aumento das importações e de um maior endividamento externo, ou o abuso do recurso ao crédito, que aumentava o endividamento a longo prazo<sup>469</sup>. O jornal de Braga apontava o caso da recuperação económica de Espanha, que incentivava a produção agrícola de bens que, mais tarde, lhe dariam lucros. Ao mesmo tempo, acusava Portugal de andar a especular preços de produtos que eram produzidos noutros países. De resto, este tema já havia sido apontado pel' *A Epoca*, em Maio de 1919, com pesadas críticas à forma como a economia nacional estava a ser gerida, com comparações económicas entre Portugal e Espanha<sup>470</sup>.

Para além dessas dificuldades, as remessas dos emigrantes diminuíram, fruto da crise internacional, o escudo desvalorizava-se continuamente e perdia estatuto nos mercados financeiros. A imprensa católica manteve um acompanhamento sistemático ao longo dos meses e dos anos seguintes sobre a situação económica do país, reforçando a ideia que o desenvolvimento da agricultura deveria figurar entre as principais medidas a implementar pelo Governo<sup>471</sup>. Uma outra questão, que estava intimamente ligada a esta,

---

<sup>467</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens (1920-1930)*...p. 24.

<sup>468</sup> *A vida cara*, in *Diario do Minho*, 26 de Maio de 1920, ano II, n.º 341, p. 1.

<sup>469</sup> Cf. *O problema financeiro*, in *Diario do Minho*, 13 de Julho de 1920, ano II, n.º 381, p. 1.

<sup>470</sup> Cf. Nemo, *Hespanha e Portugal*, in *A Epoca*, 13 de Maio de 1919, ano I, n.º 49, p. 1.

<sup>471</sup> A imprensa católica deu uma atenção especial à questão da Agricultura, ligando-a ao quadro geral do Regionalismo, e também ao trabalho dos católicos, e que ficou visível nos editoriais d' *A União*, do *Diario do Minho* e das *Novidades*. *A União* apenas por uma vez analisou este tema em: *O sindicalismo agrario*, in *A União*, 24 de Abril de 1920, ano I, n.º 13, p. 1. No caso do jornal de Braga ver: cf. Santa Cruz, *A declaração ministerial e a agricultura*, in *Diario do Minho*, 17 de Dezembro de 1922, ano IV, n.º 1113, p. 1; Cf. Santa Cruz, *Parte essencial da organização*, in *Diario do Minho*, 20 de Dezembro de 1922, ano IV, n.º 1115, p. 1; Cf. Santa Cruz, *Um Congresso Agrario*, in *Diario do Minho*, 10 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1156, p. 1; Cf. Santa Cruz, *A organização agraria*, in *Diario do Minho*, 15 de Fevereiro

prendia-se com as subsistências e a carestia de vida. Com efeito, as soluções económicas encontradas pelos sucessivos governos republicanos foram insuficientes no sentido de «(...) fazer face à crescente pressão e justificada insatisfação social. Expectante, o mundo operário ansiava por sinais, medidas, que permitissem atenuar a escalada de degradação das condições de vida que a guerra agudizara, esperando, pelo menos, o descongelamento salarial»<sup>472</sup>. Porém, apesar das medidas aplicadas, o custo médio de vida subiu para níveis elevados, agravando a carestia de vida da maioria dos portugueses. De qualquer forma, a antítese era evidente neste sector. A crise geral do pós-guerra não atingiu as pessoas por igual. Para muitos, foram tempos de prosperidade. Nasceram os novos-ricos, constituídos, sobretudo, pelos que se dedicavam ao comércio de importação/exportação. Neste caso concreto, foram várias as notícias da imprensa católica, em especial o *Diario do Minho*, *A Epoca*, e as *Novidades*, que focaram esse assunto relativamente às colónias portuguesas. Entre os novos-ricos havia muitos “africanistas” e “brasileiros”, que fizeram fortuna lá fora. Em verdade, «(...) os comerciantes fazem fortuna com o açambarcamento e a especulação. (...) Cresce sem precedentes o número de empresas de distribuição de mercadorias, assim como as mercearias e os bancos. Instala-se uma sensação de cepticismo nacional pela duvidosa origem de tantas posses e pela corrupção institucionalizada...»<sup>473</sup>.

O problema das subsistências agravou-se ao longo dos anos. Aos preços elevados dos produtos, por imposição dos açambarcadores, que retinham os produtos nos armazéns, esperando uma rutura de *stocks* e consequente venda a preços mais altos, juntavam-se as más condições de conservação de muitos alimentos, como era o caso do bacalhau podre que saía de Lisboa para ser vendido noutras localidades, conforme noticiado pel’ *A Epoca*, durante o mês de Outubro de 1919, em artigos colocados na primeira página, em paralelo com os editoriais. No início de Setembro de 1920, o *Diario do Minho* asseverava que a falta de subsistências, em Portugal, se devia «(...) à exploração mesquinha do grande comercio, do financeirismo, e da concentração

---

de 1923, ano IV, n.º 1159, p. 1; Cf. Santa Cruz, *Politica da terra*, in *Diario do Minho*, 18 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1162, p. 1; Cf. Santa Cruz, *O problema maximo*, in *Diario do Minho*, 20 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1163, p. 1; Cf. Santa Cruz, *As causas do mal*, in *Diario do Minho*, 23 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1166, p. 1; Cf. Santa Cruz, *A Igreja e a Agricultura: a ultima pastoral do sr. Arcebispo*, in *Diario do Minho*, 23 de Fevereiro de 1923, ano IV, n.º 1166, p. 1; e cf. Santa Cruz, *Em prol da lavoura regional*, in *Diario do Minho*, 8 de Março de 1923, ano IV, n.º 1177, p. 1. Ao nível das *Novidades* cf. *O regresso á terra*, in *Novidades*, 4 de Agosto de 1924, ano I (XXXIX), n.º 224 (8:675), p. 1.

<sup>472</sup> ROLLO, Maria Fernanda – Economia e inovação: derivações em cenário de crise. In *História da Primeira República Portuguesa...*pp. 526-257.

<sup>473</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens (1910-1920)*...p. 205.

capitalista que está sendo um perigo social. Mas em menor escala deve-se á legislação, anti nacional, á formação de tabelas organizadas pela burocracia...»<sup>474</sup>. Um dos sinais dos novos tempos económicos apresentava-se como uma plena contradição: ao mesmo tempo que se dava um significativo aumento médio do nível de vida, com salários mais altos e menos horas de trabalho, também aumentava a carestia de vida para grande parte da população. Era sabido que, apesar das aparentes melhorias económicas no bolso de muitos portugueses, a maioria vivia com pouco, estava mal nutrido, e morava em casas com diminutas condições de habitabilidade. Face ao aumento dos preços, essa larga maioria caminhava para a miséria.

A imprensa católica atendeu particularmente ao problema da carestia de vida, e dedicou-lhe muitos editoriais. Com efeito, frequentemente, os jornais católicos bradavam aos governantes para exigir uma redução dos preços e a fixação de tabelas, e a normalização dos mercados. Só assim, defendiam, as condições de vida poderiam melhorar. E até apontavam algumas medidas a executar. Neste caso, o *Diario do Minho* assegurava que para fazer baixar os preços dos produtos, «(...) a primeira coisa é deter, para diminuir seguidamente, a circulação fiduciária. Enquanto a emissão de notas bancárias não parar, não pode haver preços firmes para as mercadorias e géneros agrícolas»<sup>475</sup>. No mesmo sentido, o jornal bracarense assegurava que a segunda medida a implementar era deter o aumento dos salários, e tornar a produção mais barata, promovendo um melhor e mais rentável trabalho. Já em Março de 1923, a questão do aumento do preço do pão assumiu particular destaque nos editoriais do *Diario do Minho*. O problema que se levantava tinha a sua base na existência e na venda do “pão político”, subsidiado pelo Estado, apenas nas cidades de Lisboa e do Porto, sendo que o preço do pão na província era mais elevado, como era exemplo o caso da região de Braga<sup>476</sup>. As *Novidades* também analisaram a questão do problema dos preços elevados, que encareciam o nível de vida, ainda que com menos impacto do que o jornal de Braga. No entanto, a base do discurso era a mesma. O diário de Lisboa questionava o porquê da vida estar tão cara, asseverava que o aumento da vida tinha a sua origem na produção e no consumo, e explicava que «(...) para que a vida seja barata é preciso que a

---

<sup>474</sup> *Tema de subsistencias*, in *Diario do Minho*, 4 de Setembro de 1920, ano II, n.º 427, p. 1.

<sup>475</sup> A. C. M., *A vida Barata*, in *Diario do Minho*, 19 de Fevereiro de 1922, ano III, n.º 874, p. 1.

<sup>476</sup> Cf. Santa Cruz, *A questão do pão*, in *Diario do Minho*, 17 de Março de 1923, ano IV, n.º 1185, p. 1; Cf. Santa Cruz, *O preço do pão*, in *Diario do Minho*, 18 de Março de 1923, ano IV, n.º 1186-A, p. 1; Cf. Santa Cruz, *O preço do pão*, in *Diario do Minho*, 23 de Março de 1923, ano IV, n.º 1189, p. 1.

produção seja abundante e que o consumo ou a despesa não seja demasiada»<sup>477</sup>. Ao mesmo tempo, afirmava que tal análise não era simples, e confirmava que, no caso português, a produção diminuira no pós-guerra e, ao invés, os preços e os salários haviam subido.

Progressivamente, a questão económica foi perdendo o seu espaço nos editoriais dos jornais católicos, ainda que os problemas que lhes estavam associados se mantivessem, como a grande inflação do país, o aumento progressivo dos preços das subsistências, e o alargamento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Com efeito, desde meados de 1924 e até ao fim de 1926, estes assuntos poucas vezes mereceram uma análise tão atenta quanto ocorrera anos antes. Parecia que a própria imprensa católica já se resignara às evidências.

### **Concluindo**

O subperíodo entre 1919 e 1926 correspondeu ao fim da Primeira República, e tratou-se de um tempo de excessos a vários níveis. As sociedades europeia e mundial transformaram-se. O período do pós-guerra, conhecido como os “loucos anos 20”, também marcou Portugal de diferentes formas. Nesse ciclo temporal, mais longo, ficou expresso que a República também se iria transformar. Nesse sentido, através da análise interna da imprensa católica que seleccionámos, e dos seus editoriais, ficou patente o modo como os diferentes títulos católicos promoveram a apresentação da história da República.

Partindo do esquema dos capítulos anteriores, apresentámos quatro grandes linhas de análise entre 1919 e 1926. Dessa forma, ao nível político a imprensa católica revelou como decorreu a evolução política do regime republicano depois do assassinato de Sidónio Pais, no final de 1918, e como as lutas político-partidárias entraram numa fase de maior confronto, até ao desgoverno sistemático da República, culminando com o movimento militar de 28 de Maio de 1926. Em termos religiosos, ficou patente como se processaram as relações entre o Estado e a Igreja Católica, numa “Nova República”, sempre envoltas num processo de reclamações/acusações e de procura de união e renovação católicas, como aconteceu com a recomposição do Centro Católico Português. Em termos sociais e económicos, ficaram expostas as dificuldades e a realidade do país nesses dois aspectos, numa abordagem naturalmente sucinta.

---

<sup>477</sup> *Vida cara: Porquê?*, in *Novidades*, 29 de Fevereiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 74 (8:525), p. 1.



## Conclusões

A imprensa católica que esteve em publicação entre 1911 e 1926, no decurso da Primeira República, foi especialmente dinâmica, variada, e global, estando presente em todas as dioceses nacionais. Por um lado, seguiu o trajecto do progresso do jornalismo português, ocorrido desde a segunda metade do século XIX. A evolução da imprensa nacional foi um reflexo do desenvolvimento da sociedade portuguesa, e o aparecimento de títulos, de vários ângulos jornalísticos, sustentou a própria evolução da imprensa num quadro europeu e mundial. Por outro lado, acompanhou o percurso do movimento social católico, que então brotava na Europa, e que se estabeleceu como uma das formas que os católicos encontraram para responder à ameaça que constituía o socialismo e as ideias que daí brotavam, e que eram alimentadas por diversos grupos sociais, entretanto surgidos.

Perante um cenário em que a disputa do poder político passava pelas massas populares, a Igreja desencadeou um plano de reacção que tinha, na imprensa católica, um dos seus alicerces. Com efeito, esta constituiu-se como um dos principais elementos da reacção desencadeada pela Igreja Católica e pelos seus militantes, face aos ataques que lhes eram direccionados, em termos gerais, por parte de diversos grupos da sociedade, nomeadamente os liberais, os republicanos, os socialistas, e os anarquistas. Estes grupos utilizaram os seus jornais para atacar a Igreja, num mundo em crescente laicização, e onde a perda dos poderes temporal e espiritual dessa mesma Igreja eram evidentes. Face a essa realidade, e numa altura em que estava em marcha um novo plano do *ralliement* com os governos liberais, a aplicação das orientações vindas da Santa Sé, por parte dos bispos nacionais, em especial desde o pontificado de Leão XIII (1878-1903), incentivou o aparecimento de muitos jornais católicos, em especial nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século XX. O apoio do Papa à causa da imprensa católica foi crucial para a sua evolução e vitalidade. A imprensa católica foi apresentada como sendo um dos meios mais úteis da nova postura da Igreja, em especial desde o final do século XIX.

De resto, o que sucedeu em Portugal foi um reflexo do que vinha sendo preconizado pela Santa Sé. Em verdade, desde meados do século XIX, o país assistiu ao aumento das políticas laicizadoras, por parte dos diversos governos liberais e constitucionais. Nessa óptica, a imprensa católica nacional fez parte de um plano

reactivo da Igreja. Isso aconteceu com especial evidência nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte. Tal período de tempo coincidiu com o fim da Monarquia Constitucional portuguesa, e ficou marcado por diversas transformações em diferentes áreas, onde estavam em evidência as crescentes desigualdades sociais, em especial entre Lisboa e Porto, de um lado, e o resto do país, do outro lado. Estas diferenças agravaram-se por falharem, ciclicamente, quaisquer planos de renovação económica. Ao mesmo tempo, as crises políticas, entre os partidos monárquicos, permitiram o aumento da força dos republicanos que tomaram o poder em 1910.

A nova era política causou grande apreensão nos católicos mais militantes, num Portugal que, então, assistiu a um reforço das políticas de secularização. Contudo, foi nesse meio que a Igreja Católica portuguesa promoveu uma resistência alicerçada numa renovação das suas estruturas. Com efeito, a imprensa católica assumiu-se como portandarte dessa reacção. Em certa medida, os bispos e os militantes católicos souberam transportar para a realidade nacional o espírito de cruzada que estava associado à imprensa católica.

A grande “prova de fogo” da imprensa católica nacional teve lugar com a instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, e daí em diante, em especial nos primeiros anos do novo regime. Nessa altura, a imprensa católica foi condicionada pela aplicação da política laicizadora encetada pelos governos republicanos. Apesar de a nova legislação relativa à imprensa, de 28 de Outubro de 1910, ter determinado o fim da censura e uma maior liberdade de pensamento e de opinião, muitos jornais católicos foram perseguidos, bem como os periódicos monárquicos, e alguns interesses da Monarquia Constitucional. Vários títulos foram mesmos extintos à força, pela “rua republicana”, perante a condescendência das autoridades. Este facto também deverá ser considerado para reforçar o teor combativo que a imprensa católica apresentou no decurso do período da Primeira República. Apesar das dificuldades impostas pela aplicação da política laicizadora do governo republicano, e que os católicos consideraram nociva, a imprensa católica soube resistir e concentrar forças para ripostar contra aquele.

Construída numa sociedade progressivamente secularizada, e num contexto de reacção e de combate, a imprensa católica passou a ser apresentada como a boa imprensa. Esta passou a disputar aquilo que, mais tarde, iria ser denominado por “bom combate”, numa luta contra o que a Igreja apelidou de má imprensa que concentrava os denominados maus jornais, em especial os de carizes liberal, socialista, republicano, e

anarquista. Porém, a denominação “boa imprensa” não constituiu uma novidade em 1911, uma vez que anos antes já aparecera essa designação numa publicação de número único: *A Boa Imprensa* (Porto, 1 de Outubro de 1907), dirigida pelo padre Benevenuto de Sousa, um destacado jornalista católico e um grande impulsionador do Apostolado da Boa Imprensa. Nesse sentido, a imprensa católica nacional seguiu as orientações da Santa Sé, disponibilizando-se a lutar pelo que entendia serem os interesses e os direitos da Igreja Católica.

A imprensa católica demonstrou uma grande vitalidade, e até conseguiu granjear uma certa solidez e um certo incremento durante todo o período da República. Com vista a manter ou mesmo a alargar a sua influência, a Igreja portuguesa apoiou a política de desdobramento que esteve associada a alguns títulos católicos. Tal foi visível, ainda no final da Monarquia Constitucional, com a Sociedade Veritas que patrocinou o desenvolvimento do jornal *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação) em várias localidades.

Mas foi no decurso da Primeira República que a acção de desdobramento conheceu um novo e um maior dinamismo, sobretudo com o papel orquestrado pelo grupo Minho Gráfico. No início da década de 1920, esta empresa jornalística criou a União Regional da Imprensa do *Diario do Minho*, e fundou ou reorganizou diversos títulos regionais, colocando ao seu serviço a estrutura jornalística que estava ao dispor do *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação). O esquema em curso, mais direccionado para o interior do país, pretendia atingir todas as paróquias e respectivas localidades rurais, favorecendo-as com um título mais local, mais familiar, juntando em cada exemplar, geralmente com quatro páginas, diversas informações da localidade de origem, e também outras notícias do resto do país e do estrangeiro, sendo estas últimas retiradas do título desdobrado. Isso foi particularmente visível na região minhota, no caso da União Regional da Imprensa do *Diario do Minho*.

A imprensa católica conheceu um certo crescimento no hiato temporal que definimos no presente estudo: entre o fim do jornal *A Palavra*, em 1911, e a realização do Concílio Plenário Português, em 1926, sendo que esse incremento ocorreu, em especial, nos primeiros anos do regime republicano. Fruto do período histórico, a imprensa católica colocou-se em defesa do que considerava serem os interesses e os direitos da Igreja. Tendo por base a investigação levada a cabo na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, notámos que, entre 1911 e 1914, registou-se um aumento progressivo de títulos, nascendo 70 novas publicações católicas. Foi o maior

crescimento registado em todo o período da Primeira República. Só entre títulos novos, passaram de 5 em 1911, para 13 em 1912, depois para 24 em 1913, e finalmente para 28 em 1914. A estes números há que juntar os 51 títulos que haviam nascido ainda no período da Monarquia Constitucional, e que se cruzaram com a Primeira República. Até ao fim de 1926, nasceriam mais 96 jornais, o que perfaz os 217 títulos presentes no Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, que criámos, e que constitui, por si só, uma inovação do presente trabalho.

O ciclo geral do Catálogo foi dividido em três subperíodos: 1911-1913, 1914-1918, e 1919-1926. Em cada um desses subperíodos, apresentámos e analisámos a imprensa católica que aí nasceu, sob diferentes perspectivas, como foram a periodicidade, a longevidade, a indicação da diocese de origem, e o teor das matérias reproduzidas nos periódicos. Como ficou expresso no capítulo 4, houve resultados diferentes, mas estes demonstraram que a imprensa católica manteve, em termos globais e ao longo desse tempo, uma certa perseverança e estabilidade na forma como se colocou e se susteve num quadro político que não a favorecia, antes limitava-a. A imprensa católica desse tempo mostrou, igualmente, uma diversidade nos intervalos de publicação dos periódicos, e, em alguns casos, uma macrobia assinalável, como é o exemplo d' *A União*. Este é o jornal católico mais antigo que se mantém em publicação. Nasceu naquela cidade açoriana da ilha Terceira, em 3 de Dezembro de 1893 (ano I, n.º 1), e em 2012 perfaz 119 anos de existência.

Ao mesmo tempo, a imprensa católica esteve presente em todas as dioceses nacionais, quando abarcados os três subperíodos, com a existência de um ou mais títulos, o que pode ser entendido como um sinal de força da própria diocese, estabelecida ou por parte dos seus bispos ou por parte de grupos de católicos mais militantes, ou mesmo por uma interacção de ambos. O facto de a maioria desses 217 títulos apresentados possuir um teor mais informativo e menos doutrinal justifica a própria postura da imprensa católica, no panorama nacional em que ela foi sendo criada.

A imprensa católica sabia que assumia uma grande importância como criadora de opinião. Assim, mais do que apostar na componente doutrinal – mais direccionada para o clero – para recristianizar o povo, a imprensa católica apostou, ou melhor, os homens e os organismos que estavam por detrás dela apostaram numa linha editorial de informação, com textos e artigos que eram auto-apelidados de “bons escritos”.

Com um teor predominantemente informativo, esses jornais católicos eram direccionados para o povo, de forma a cativar e manter o mesmo povo atento à

mensagem cristã que lhes chegava regularmente, por correio, por assinatura, por compra directa, ou mesmo por voz alta. O resto, ou seja, os resultados e as influências tidas sobre o povo, que poderiam advir dessa leitura, estariam a cargo dos párocos, dos militantes, e das agremiações católicas. Com efeito, aquela última modalidade (voz alta) era bem relevante em Portugal, uma vez que, apesar de o número de publicações católicas ser grande, a iliteracia então existente era elevada. Assim, a leitura em voz alta de um periódico católico, para além de constituir um momento de aproximação do povo à informação disponibilizada por esses títulos, também poderia suscitar práticas sociais e religiosas mais profundas dos membros.

Considerámos que era importante que tais elementos fossem realçados, uma vez que eles são demonstrativos da vastidão temática da imprensa católica, da sua elasticidade, e também da sua força e solidez. Paralelamente a esses elementos, analisámos a importância dos nomes dos periódicos do Catálogo, e também apresentámos alguns elementos específicos da imprensa católica, como a sua vida interna, nomeadamente com os dados apresentados da direcção, da administração, e da redacção desses jornais católicos. A apresentação desses elementos munuiu a imprensa católica com rostos e com locais, demonstrando que os seus recursos humanos eram grandes, e o seu enquadramento geográfico era amplo. Para além disso, também expusemos outros elementos relacionados com a estrutura jornalística do momento, como os materiais tipográficos então em uso, assim como aspectos mais específicos como o papel utilizado, o formato do jornal, a tiragem, a distribuição, e a publicidade. De uma forma geral, esses elementos também eram utilizados pelos outros jornais, seus contemporâneos. Com a apresentação global desses dados, pretendemos examinar a estrutura dos títulos católicos, apontando os seus principais elementos definidores. Tal acção também serviu para melhor compreendermos e constatarmos a vitalidade e a importância que estava associada à imprensa católica.

Parte da apresentação desses dados foi construída a partir das indicações surgidas nas páginas dos jornais, não apenas nos editoriais, que constituíram a base da análise que efectuámos, mas em outros artigos colocados em outras colunas do periódico. Em alguns momentos históricos, como, por exemplo, durante a crise do papel no período da Grande Guerra (1914-1918), as indicações apresentadas pelos diferentes títulos católicos foram fundamentais para conhecermos essas informações, e assim compreendermos melhor o contexto em que decorreu a evolução dessa imprensa. Nesse sentido, pudemos constatar algumas das suas dificuldades, sendo que, neste caso, as

mesmas contrariedades também foram alargadas aos outros títulos da imprensa nacional.

Partindo dos 217 títulos presentes no Catálogo, e seguindo a lógica norte-sul, pormenorizámos o estudo através de uma análise mais incisiva aos nove títulos seleccionados: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919), *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação), *Liberdade* (Porto, 1914-1919), *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), *A Nação* (Lisboa, 1847-1928), *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919), *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927), *A União* (Lisboa, 1920-1938), e *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). A escolha desses títulos foi feita, partindo da análise dos denominados “jornais de referência” da imprensa católica, nos dois principais núcleos urbanos de Portugal: Lisboa, a sul, e Porto, a norte. Porém, neste último caso, sentimos necessidade de, em momentos específicos, apontar os periódicos da cidade de Braga (o segundo núcleo populacional do norte), quando não existia qualquer “jornal de referência” no Porto. Tal sucedeu, por exemplo, no primeiro subperíodo (1911-1913), com o jornal *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919). Em cada um desses títulos, apresentámos um conjunto de informações particulares, relativamente à sua vida interna, seguindo o processo que utilizámos para nos referirmos à globalidade da imprensa católica apresentada.

De uma forma geral, podemos asseverar que a relação de todos os elementos visados e analisados demonstra que os nove títulos católicos apresentados, e que, no fundo, são representantes da imprensa católica então em publicação, estavam na linha da frente do que de melhor se processava em termos de jornalismo nacional. Isso ficou patenteado em diversos aspectos, como sejam a diversidade das secções e dos temas apresentados em cada exemplar e ao longo da vida do jornal, o recheio das suas oficinas de composição e impressão, ou a utilização dos serviços regulares de distribuição postal, entre outros. Nesse sentido, os elementos que a imprensa católica utilizava garantiam-lhe as mesmas armas possuídas pelos jornais que eram tidos como adversários, e assim lutar, de igual para igual, num terreno que há muito deixara de ser novo.

A análise aos nove periódicos foi enquadrada no esquema tripartido que já tínhamos utilizado para a apresentação e caracterização do Catálogo da imprensa católica. Assim, dividimos o período geral de análise deste trabalho em três subperíodos: 1911-1913, 1914-1918, e 1919-1926, a que corresponderam os capítulos 5, 6, e 7. No primeiro subperíodo, apresentámos os jornais *Echos do Minho* e *A Nação*. No segundo subperíodo, focámos os jornais *Liberdade* e *A Ordem* (Lisboa). Já no terceiro

subperíodo, enquadrámos os jornais *A Ordem* (Porto), *Diario do Minho*, *A Epoca*, *A União*, e *Novidades*. Em cada um dos subperíodos, num discurso diacrónico, assinalámos os principais momentos da história da Primeira República, seguindo a linha do que ficou escrito na imprensa católica, nomeadamente nos seus editoriais. Isto é, expusemos diversos elementos relacionados com os jornais católicos, que evidenciaram a evolução destes ao longo da Primeira República, nomeadamente em quatro pilares: política, religião, sociedade, e economia. Esses elementos constituíram uma parte importante das histórias da imprensa católica e da República, sobretudo na forma como a primeira analisou e se posicionou perante a segunda. Ou seja, procurámos estabelecer a relação entre os diferentes momentos da história da Primeira República e de Portugal, e a postura assumida pelos jornais católicos seleccionados para o efeito, através da sua análise.

Nos três subperíodos foi visível a postura aguerrida da imprensa católica, quando registámos a sua análise e posição sobre alguns acontecimentos que então se registaram em Portugal. Em verdade, ao longo dos muitos editoriais analisados, confirmámos que a imprensa católica possuía um grande conhecimento sobre os diversos temas focados. Asseverámos que a imprensa católica demonstrou sempre um grande interesse por diferentes acontecimentos nacionais, ainda que tenha dado uma maior primazia aos aspectos políticos e religiosos, sendo que, em muitos casos, esses dois aspectos estavam interligados. Assim aconteceu, de sobremaneira, durante os três subperíodos, mas com especial relevância para o primeiro, o de 1911-1913.

O primeiro subperíodo ficou marcado pela acção laicizadora do governo republicano e, em especial, pela acção política de Afonso Costa, enquanto ministro da Justiça e dos Cultos. Este foi referido pela imprensa católica como o principal rosto da Lei da Separação do Estado das Igrejas apresentada em 20 de Abril de 1911. Nos outros dois subperíodos, a interligação entre questões políticas e questões religiosas manteve-se muito activa.

Com efeito, em termos gerais, a atitude audaz da imprensa católica também ficou perceptível, em temas como as propostas de revisão da Lei da Separação, e o nascimento do Centro Católico Português, no capítulo 6, no subperíodo 1914-1918, ou com as novas reclamações e acusações dos católicos, em tempo de pós-guerra, e a recomposição do CCP, no capítulo 7, no subperíodo 1919-1926. Mas a diversidade editorial da imprensa católica também ficou expressa na forma como outros temas, que não puramente políticos ou religiosos, foram referenciados pelos títulos seleccionados.

A globalidade desses temas ficou enquadrada no campo social e no campo económico. Em cada um deles registámos alguns elementos analisados pela imprensa católica seleccionada. Houve casos em que a especificidade de um tema assumiu uma certa importância, em virtude do número de editoriais que lhe foram concedidos. O caso mais visível sucedeu com o *Diario do Minho* durante o terceiro subperíodo (1919-1926). Nessa fase, o jornal de Braga focou o tema do «Regionalismo», que continha notícias mais específicas da cidade de Braga e da região do Minho, em 369 editoriais. Em verdade, esse foi o assunto mais focado pelo *Diario do Minho* nesse terceiro subperíodo, e foi integrado no campo económico, estando ligado à questão da Agricultura.

Assim, globalmente, podemos evidenciar alguns dos principais pontos que marcaram os editoriais dos títulos analisados entre 1911 e 1926. O primeiro subperíodo (1911-1913) ficou marcado pela acção governativa republicana. A imprensa católica cedo expressou a sua oposição ao Governo que, segundo os seus títulos, assentava numa postura anti-religiosa e laicizadora. Afonso Costa, o então ministro da Justiça e dos Cultos, do Governo Provisório, foi mesmo alvo de uma atenção particular por parte dos títulos seleccionados. Para os títulos católicos, aquele representava todo o mal da República e das suas medidas. Mas a imprensa católica também registou o que denominou por desânimo do projecto republicano, ao longo dos anos seguintes, em especial com o desmembrar do Partido Republicano Português.

Relativamente às medidas implementadas pelo governo republicano, face à Igreja Católica, os títulos apresentados foram natural e especialmente críticos, em especial em redor da Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911. Durante largas semanas, este foi o principal tema de discussão nos editoriais católicos. A acusação ganhou nova relevância com relatos nos jornais de perseguições efectuadas a membros do clero, mas também em aspectos como o ensino religioso, o divórcio, e o registo civil obrigatório. A imprensa católica valorizava as orientações do episcopado, e apontava a necessidade de os católicos serem reactivos perante o que consideravam ser uma afronta aos direitos da Igreja. Tal postura reagente foi patrocinada pela frequência dos editoriais católicos, nascendo da iniciativa dos estudantes católicos, sobretudo dos universitários de Coimbra e dos seus núcleos. Foi, pois, nesse espírito de combate que nasceu o jornal *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919).

Ao nível dos aspectos sociais, que também foram revistos pela imprensa católica, entre 1911 e 1913, foram evidenciados elementos desse cariz que, segundo

aquela, estavam ligados à instabilidade política que se vinha gerando em Portugal. Mas foram evidenciados outros aspectos, como o analfabetismo nacional, a questão do jogo, e a emigração. Em termos económicos, a imprensa católica foi registando as dificuldades financeiras, que já vinham do tempo da Monarquia Constitucional, e que – acusava – se vinham agravando com a República. Neste ponto, a imprensa católica culpava o Governo de nada fazer em relação à revitalização das colónias, que há muito se assumiam, para os títulos católicos, como uma quimera do ouro. De resto, em ambas as questões, foi notória a preocupação dos títulos visados em transmitir uma opinião fundada nos valores cristãos. Segundo aqueles, a resolução dos problemas sociais e económicos de Portugal assentava numa recristianização da sociedade. Assim foi confirmado nessas duas questões específicas, nos subperíodos seguintes.

O segundo subperíodo (1914-1918) ficou assinalado pela Grande Guerra. Em verdade, a análise da imprensa católica seguiu o andamento do conflito, evidenciando, desde cedo, as primeiras posições defendidas, quer pelo Governo, quer por diferentes meios em Portugal. Daí nasceu uma crise que se instalou na política nacional e à qual os títulos católicos apresentados dedicaram grande parte dos seus editoriais. A imprensa católica foi registando o desenrolar das mudanças no elenco governativo nacional, apontando falhas, acusando os governantes de não acudirem às necessidades do país, mas apenas atenderem aos seus jogos políticos. Mas também patenteou os diversos golpes de Estado que foram tentados perante o descalabro nacional. Nesse sentido, foi com um certo ânimo que a imprensa católica apontou o golpe liderado por Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1917, e que estaria no poder cerca de um ano, até ao seu assassinato, em 14 de Dezembro de 1918. Era uma fase em que decorria uma divisão no País, entre adeptos intervencionistas e não-intervencionistas no conflito armado. Os vários títulos católicos analisados não se coibiram de participar nesse debate, evidenciando as suas posições contrárias à participação de Portugal no teatro de guerra europeu, apoiando, apenas, a intervenção militar em defesa das colónias africanas. Integrado nessa discussão, estaria, mais tarde, a questão dos capelães militares, quando o CEP já combatia em território europeu, ao lado da Inglaterra e da França.

A imprensa católica registou, nesse subperíodo, entre 1914 e 1918, uma certa abertura governativa para a resolução das questões religiosas, com especial atenção para a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Com efeito, nesse campo, foi-se progressivamente passando de um clima de conflito para um processo de aproximação, entre o Governo e a Igreja. A imprensa católica registou com fervor as várias propostas

de revisão da Lei da Separação que foram surgindo, sendo que foi apenas com a “República Nova”, de Sidónio Pais, que se promoveu a efectiva revisão do decreto, por intermédio de Alberto de Moura Pinto, o então ministro da Justiça e dos Cultos. Só a partir daí, apontou a imprensa católica, é que se partiu para uma verdadeira aproximação entre o Estado e a Santa Sé. Por essa altura, a imprensa católica afirmava que era chegado o tempo de se criar uma união católica eficaz. Em verdade, fruto da acção de alguns militantes católicos, apresentou-se o Centro Católico Português, como expoente da organização política dos católicos.

Em termos sociais, a imprensa católica dedicou grande parte dos seus editoriais às questões das greves e dos distúrbios que aquelas provocavam. Os títulos católicos afirmavam que esses temas tinham um fundo económico, uma vez que o constante aumento de preços reflectia-se em tumultos nas ruas, com frequentes assaltos a lojas comerciais e a armazéns de subsistências. Ainda que o que se passasse na cidade de Lisboa fosse o exemplo mais apresentado desta instabilidade, a capital era um indicador do que ocorria no resto do país. A imprensa católica assegurava que tal realidade se prolongava em termos económicos. Nesse sentido, numa altura em que os títulos católicos asseveravam que a fome grassava em Portugal, eram frequentes as acusações feitas aos açambarcadores que guardavam os produtos alimentares nos armazéns, à espera de os introduzir nos mercados quando aqueles estivessem em falta, inflacionando assim o seu preço.

O terceiro subperíodo (1919-1926) ficou marcado pelo desagregar da Primeira República. A imprensa católica asseverava que há muito que o Governo vinha dando sinais de fragilidade. O resultado das negociações de paz e das indemnizações de guerra não agradou ao Governo republicano, e este ficou ainda mais fragilizado. O período do pós-guerra foi de transformação, europeia e mundial, a vários níveis. Para além desses, Portugal vivia, em termos políticos, uma realidade própria: o assassinato de Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, deixou a sua marca. A imprensa católica, ao longo dos seus editoriais, demonstrou como decorreu a acção política republicana depois da morte de Sidónio. Os títulos católicos analisados deram conta do aumento das lutas político-partidárias que entraram numa fase de maior confronto, até ao desgoverno sistemático da República, que culminou com o movimento militar de 28 de Maio de 1926, liderado pelo General Gomes da Costa, desde Braga. O apoio manifestado pela imprensa católica ao golpe de Estado foi evidente. O ambiente político, nas vésperas do mesmo, era, de resto, propício a tal desfecho.

As relações entre o Estado e a Igreja, entre 1919 e 1926, foram pautadas por um processo de reclamações, de acusações, e de união e renovação católicas. A exemplo do que já acontecera anteriormente, a imprensa católica dedicou parte dos seus editoriais a acusar o Governo de manter vivos os ataques aos direitos da Igreja e dos católicos. Nesse sentido, os diferentes títulos apresentados focaram diferentes acções da governação republicana, tidas como funestas. Porém, em contrapartida, a imprensa católica também pautou o seu discurso pela união, pela concórdia, e pela esperança. Assim, as suas páginas foram um dos locais escolhidos para a transmissão de orientações aos católicos, católicos, e para a criação ou a reestruturação de diversos organismos católicos, caritativos e promotores de uma certa regeneração moral, e a promoção de diferentes congressos dessas agremiações. Por outro lado, os títulos católicos referidos também analisaram a questão da recomposição do Centro Católico Português, com especial atenção, desde o crescimento e a remodelação desse projecto político, até se diluir e transformar em Acção Católica.

O pós-guerra deixou marcas profundas em Portugal, em termos sociais. As dificuldades transitaram de um tempo para o outro, e a esperança do fim da guerra não foi duradoura. A imprensa católica asseverava que os problemas sociais se mantinham, e até se tinham agravado. Os títulos católicos confirmavam que, apesar de os portugueses manterem um eterno desinteresse pela política nacional, a instabilidade nas ruas era o resultado mais visível. As greves e os tumultos passaram a ser a norma nas ruas, sobretudo nas de Lisboa, mas o mal-estar que se passava na capital era apresentado como reflexo do que sucedia no resto do país. A imprensa católica assegurava que a violência das ruas reflectia o afastamento de Deus dos indivíduos, e apelava à regeneração social, por intermédio das práticas cristãs.

Parte da atenção social, prestada pela imprensa católica, também tinha uma componente económica. O Governo sonhara com a reforma económica de Portugal, com base na aplicação das compensações de guerra a receber. Mas o dinheiro recebido não correspondeu ao valor sonhado pelo Governo, e o problema financeiro manteve-se e até se agravou. Os títulos católicos reforçaram a ideia que era urgente revitalizar a economia nacional, mas os projectos económicos do Governo foram falhando sucessivamente. Para a imprensa católica, uma das bases do problema económico nacional assentava na questão das subsistências e da sua distribuição, tida como deficitária, e do problema dos açambarcadores. Perante a confluência destes elementos,

a imprensa católica evidenciou, largamente, a questão do aumento da carestia de vida que lhe estava associada.

Face à vastidão e a riqueza editorial da imprensa católica, durante a Primeira República, tivemos necessidade de restringir a análise que apresentámos ao longo dos capítulos 5, 6, e 7. Nesse sentido, procurámos apresentar as ideias fundamentais dos diferentes títulos seleccionados perante os temas nacionais que foram apresentados como sendo os mais relevantes e que, por tal razão, foram transportados para o editorial. Confirmámos que houve vários assuntos que, ao longo de um certo tempo, foram matraqueados pelos jornais católicos, sendo que tal procedimento era e é considerado normal, em termos de abordagem jornalística. Nesse sentido, de forma a evitar repetições no corpo de texto, provocadas pela “matraqueagem” que era promovida sobre um certo tema, cingimos a nossa análise, em especial, aos dados novos que iam surgindo ao longo do tempo. Evidentemente, tal abordagem garantiu-nos a criação de alguns subcapítulos, pela vastidão das informações obtidas. Ao mesmo tempo, demonstrou uma melhor clarividência dos temas mais analisados pelos títulos focados.

Perante a exposição de cada um dos factos ocorridos no interior da Primeira República, e que foram analisados em editorial, nesse período entre 1911 e 1926, confirmámos que a imprensa católica desempenhou, ao mesmo tempo, um duplo papel: de observador e de interveniente, testemunhando e vivendo activamente os diversos factos históricos.

Sempre que possível, desejámos encontrar e certificar a posição oficial de cada um dos jornais face aos acontecimentos expostos. Neste ponto específico, asseverámos a liberdade editorial de cada jornal. Com efeito, em certos casos ficou visível que um certo tema mereceu a primazia do editorial por parte de um dado título, mas não de outro, que o colocava em outras colunas do jornal, secundarizando a sua importância. De resto, não raras vezes, sucedeu que um determinado assunto que fosse registado em editorial, numa primeira abordagem, passasse progressivamente para um segundo plano, editando-se numa outra coluna do periódico. Tal facto demonstra que a teoria de comunicação de agendamento, que mais tarde seria conhecida por *agenda-setting*, era muito activa, o que confirma a diversidade e o carácter generalista da imprensa católica.

Seguindo as suas próprias características, e perante a realidade nacional, podemos asseverar que a imprensa católica foi, no decorrer da Primeira República, particularmente abundante, muito apaixonada e combativa. E, em diversas ocasiões, aquela foi mesmo intransigente na defesa do que considerava serem os interesses

católicos. Isso foi visível ao longo dos editoriais, que, na altura, eram escritos de acordo com os traços gerais do estilo jornalístico da “pirâmide normal”. O articulista católico apresentava e comentava os factos, aumentando progressivamente quer a importância dos mesmos, quer a força das suas posições com uma linguagem entusiasta e vivaz. O mesmo sucedia em outros artigos.

Foi visível a audácia no uso da linguagem empregue nesses artigos, sendo que, em determinadas alturas, aquela foi mesmo inflexível. O tom era especialmente revigorado quando eram tratados assuntos relacionados com as questões religiosas e com as questões políticas que, como vimos anteriormente, constituíram a maioria dos assuntos tratados, em editorial, em todos os três capítulos finais.

Um dos exemplos em que a linguagem utilizada ficou marcada pela inflexibilidade e pela impetuosidade sucedeu com a questão em redor da recomposição do Centro Católico Português, no período de pós-guerra. Por essa altura, três figuras católicas de proa envolveram-se num aceso debate em redor do novo caminho a seguir pelo CCP. Com base nas posições pessoais defendidas por José Fernando de Sousa (Nemo), primeiramente contra António Lino Neto e, mais tarde, contra António de Oliveira Salazar, ficou demonstrado que nem todos os títulos da imprensa católica assumiam ter a mesma opinião sobre o mesmo assunto. Em verdade, as alterações em diferentes jornais católicos – nomeadamente *A Epoca* (Nemo), *A União* (Lino Neto), e *Novidades* (Oliveira Salazar) – acabaram por transparecer as divergências de opiniões entre os católicos, sendo que aquelas foram tanto mais graves quanto mais foram sendo tornadas públicas.

Apesar de demonstrar uma certa vitalidade, um grande entusiasmo, e de reunir à sua volta personalidades católicas de renome, a imprensa católica não conseguiu ocultar algumas das suas limitações. Historicamente, desde o tempo dos títulos que estavam associados ao Nacionalismo Católico (1901-1910), a imprensa católica progrediu quase sempre limitada por condicionalismos internos, necessitando da aprovação da autoridade eclesiástica para poder circular. Só recebendo a protecção do episcopado é que os títulos católicos poderiam, verdadeiramente, singrar, e lutar o que denominavam por “bom combate”.

Ao mesmo tempo, apesar de, em termos gerais, os bispos terem consciência da importância da imprensa, foi evidente a preocupação do episcopado em pautar e regular a imprensa católica sob a batuta do conservadorismo tradicional da Igreja. Ainda que os bispos desejassem uma imprensa católica aguerrida e audaciosa, capaz de encontrar o

seu espaço na sociedade, e ajudar a promover a desejada recristianização social, essa mesma imprensa católica assumiu-se, largamente, como sendo muito conservadora e até intransigente, repetindo, por vezes, o silêncio e a autocensura de outros tempos. Paralelamente, foi evidente a falta de uma estrutura jornalística única e forte, capaz de implementar um plano exclusivo, direccionando a imprensa católica num mesmo rumo.

Uma das principais realidades constatadas é que a imprensa católica não era homogénea. As trocas de acusações entre diferentes títulos católicos, que já vinha desde o fim da Monarquia Constitucional, mantiveram-se constantes durante a Primeira República. Em verdade, o denominador comum entre os diferentes títulos foi o catolicismo, e foi este que juntou, na mesma balança, constitucionais e legitimistas. Mas as posições políticas de cada um dos títulos eram diferentes, e tal divergência foi muitas vezes visível e sinónimo de alterações publicadas nas suas páginas. Neste campo, em clara oposição, desde há muito que os títulos de feições liberal, socialista, republicana, e anarquista tinham na Igreja Católica e nos seus interesses os seus inimigos mais declarados.

No entanto, apesar das dificuldades, e identificado que estava o regime republicano, por parte dos militantes católicos, como um dos principais inimigos da Igreja e da sua imprensa, poderemos afirmar que a consciência católica defendia que só articulando esforços entre os católicos, esquecendo inclusivamente questões dinásticas e partidárias, legitimismos e constitucionalismos, entre outras, é que o projecto da imprensa católica poderia vingar. Era defendido que só assim é que a imprensa católica poderia almejar que em cada católico estivesse igualmente um soldado pronto a lutar por uma causa nobre, e que em cada casa estivesse presente a mensagem cristã através de um título católico.

O projecto de um jornal católico de âmbito nacional, juntando todos os católicos de diferentes quadrantes políticos, haveria de acontecer no final de 1923, com o diário *Novidades*. Foi o concretizar de um sonho antigo de diversos católicos de nomeada, como o cónego Fernando Pais de Figueiredo, Joaquim Dinis da Fonseca, Tomás de Gamboa, Lemos de Oliveira, entre outros. Solicitado o seu reaparecimento, no II Congresso Nacional do Centro Católico Português, em Abril de 1922, as *Novidades* surgiam então afectas ao CCP, subordinadas às instruções da Santa Sé e também do episcopado, funcionando como o seu órgão oficioso. Desde o início, o episcopado desejou que as *Novidades* vinculassem a informação católica, a nível nacional, e que assim se evitassem as divisões internas, existentes entre os católicos, nomeadamente em

questões políticas, ao mesmo tempo que se pretendia prosseguir no desenvolvimento de um projecto de recristianização da sociedade portuguesa. Pretendia-se, dessa forma, evidenciar as *Novidades* como sendo a voz audível da Igreja em Portugal, que juntaria, em seu redor, o espírito puramente católico, dos leigos e dos sacerdotes. Ao mesmo tempo, as *Novidades* tentaram criar um projecto nacional de imprensa católica, ao invés do regionalismo evidenciado por outros títulos, como era o caso do *Diário do Minho*. De facto, esse foi um dos grandes objectivos das *Novidades* e do próprio episcopado, até Maio de 1974, altura em que o jornal foi extinto.

Assumindo uma postura mais ou menos belicosa, perante os grandes acontecimentos nacionais ocorridos entre 1911 e 1926, foi claro que a imprensa católica permaneceu fiel aos seus princípios, que passavam, sobretudo por lutar contra a indiferença religiosa e contra o espírito anti-religioso que a Igreja acusava de estar entranhado em diversas publicações denominadas de maus jornais. Os jornais católicos não deixaram de analisar qualquer tema nacional ou mesmo internacional com paixão e com impetuosidade. De resto, tal postura foi, desde sempre, uma imagem de marca que a imprensa católica nunca abdicou verdadeiramente.



## Fontes e Bibliografia

### FONTES

#### Fontes Manuscritas

ASV/ANL. N.º 329 (3). *Carta do Bispo de Viseu para o Núncio Apostólico*, de 5 de Outubro de 1895, folhas 53 (frente) – 56 (frente).

#### Fontes Impressas (Periódicos)

*Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação)

*Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913)

*Acção Social* (Barcelos, 1916-1925)

*Actualidade* (Braga, 1917-1924)

*A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926)

*O Algarvio* (São Brás de Alportel, Algarve, 1912)

*Aliança* (Vila de Punhe, Barroselas, Braga, 1913-1915)

*Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914)

*Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927)

*Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911)

*Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917)

*O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação)

*O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação)

*O Amigo do Povo* (Quintiães, Barcelos, 1917-1919)

*O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914)

*O Amigo da Religião* (Braga, 1888-1920)

*O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934)

*Annaes da Obra da Santa Infancia* (Lisboa, 1867-1950)

*Annaes da Propagação da Fe* (Lisboa, 1828-1949?)

*O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915)

*O Apostolo* (Braga, 1915-1921)

*O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928)

*Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918)

*Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987)

*Arte Catholica* (Porto, 1917)

*A Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1918)  
*O Ave* (Caldas das Taipas, 1914-1915)  
*Balsemão* (Lamego, 1924-1927)  
*O Bem* (Oleiros, 1915-1918)  
*O Bem Publico* (Lisboa, 1905?-1911)  
*Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912)  
*Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912)  
*A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925)  
*A Boa Nova* (Sertã, 1914)  
*Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação)  
*Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916)  
*Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932)  
*Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937)  
*Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930)  
*Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925)  
*Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936)  
*Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938)  
*Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935)  
*Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987)  
*Boletim Ecclesiastico da Diocese de Macau* (Macau, 1902 e 1980)  
*Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919)  
*Boletim Mensal das Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918)  
*Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947)  
*Boletim Mensal da Obra de S. Francisco de Sales* (Porto, 1896-1960)  
*Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922)  
*Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lazaro* (S. Lázaro, Braga, 1923)  
*Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952)  
*Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920)  
*Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919)  
*Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915)

*Boletim Popular* (Porto, 1912-1920)  
*Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação)  
*Boletim Salesiano* (Lisboa, 1902-mantém publicação)  
*Brado d' Oeste* (Ponta do Sol, Madeira, 1909-1918)  
*Broteria* (Lisboa, 1902-mantém publicação)  
*Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (?, 1913-1914)  
*Calendarium Ecclesiasticum Brigatinum* (Bragança, 1909-1919)  
*Calendarium Ecclesiasticum Conimbrigense* (Coimbra, 1909-1919)  
*Calendarium Ecclesiasticum Funchalense* (Funchal, Madeira, 1909-1919)  
*Calendarium Ecclesiasticum Lamecensis* (Lamego, 1909-1919)  
*Calendarium Ecclesiasticum Vimaranesis* (Guimarães, 1909-1919)  
*Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960)  
*O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940)  
*Catolicismo Social* (Viseu, 1911)  
*O Combate* (Braga, 1910-1911)  
*O Correio* (Porto, 1912-1913)  
*Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919)  
*Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação)  
*Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918)  
*Correio do Norte* (Porto, 1910-1911)  
*Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926)  
*A Crença* (Guimarães, 1913-1916)  
*A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação)  
*O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916)  
*A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917)  
*A Cruzada* (Braga, 1923-1982?)  
*A Cruzada* (Fão, 1923-1936)  
*Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922)  
*Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961)  
*A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação)  
*Defesa Social* (Viseu, 1919-1920)  
*A Democracia* (Covilhã, 1913-1915)

*Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922)  
*O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação)  
*O Dever* (Figueira da Foz, 1926)  
*Diario Illustrado* (Lisboa, 1872-1911)  
*Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação)  
*O Distrito de Portalegre* (Portalegre, 1884-2010)  
*O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes, Montalegre, 1914-1916)  
*Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931)  
*Echos do Minho* (Braga, 1911-1919)  
*Eco Pacense* (Beja, 1924-1927)  
*Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919)  
*Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915)  
*Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923)  
*Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922)  
*A Epoca* (Lisboa, 1919-1927)  
*A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914)  
*A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938)  
*Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917)  
*Estrela Povoense* (Póvoa de Varzim, 1876-1919)  
*O Estudo* (Viseu, 1920)  
*Estudos* (Coimbra, 1922-1970)  
*Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911)  
*O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919)  
*O Fafense* (Fafe, 1923-1929)  
*A Fe Catholica* (Porto, 1910-1911)  
*A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920)  
*Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913)  
*A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação)  
*Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937)  
*As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926)  
*As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924)  
*A Folha* (Viseu, 1901-1911)  
*Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação)  
*Folha de Viseu* (Viseu, 1911)

*Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922)  
*Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917)  
*O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913)  
*A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação)  
*A Guarda Avançada* (Viseu, 1913)  
*A Ideia* (Fafe, 1912-1920)  
*Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929)  
*Imparcial* (Coimbra, 1912-1919)  
*João Semana* (Ovar, 1914-1998)  
*Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação)  
*Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919)  
*Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923)  
*Jornal Popular* (Viana do Castelo, 1909-1911)  
*Jornal de Santo Tyrso* (Santo Tirso, 1882-1967)  
*A Juventude* (Braga, 1914)  
*Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924)  
*O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920)  
*Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917)  
*Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925)  
*Liberdade* (Porto, 1914-1919)  
*Lusitania* (Porto, 1914)  
*Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922)  
*A Madrugada* (Braga, 1914-1915)  
*O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919)  
*O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação)  
*O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913)  
*O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958)  
*Mensageiro Eucharistico* (Braga, 1915-1962)  
*Mensageiro de Maria* (Lisboa, 1905?-1950)  
*Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?)  
*O Mensageiro da Virgem* (Poiães da Régua, 1915-1919)  
*A Nação* (Lisboa, 1847-1928)  
*Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação)  
*Noticias de Evora* (Évora, 1900-1978?)

*Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?)  
*Novidades* (Lisboa, 1923-1974)  
*Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36)  
*Oração e Vida* (Lisboa?, 1874-1981?)  
*A Ordem* (Lisboa, 1916-1919)  
*A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação)  
*A Palavra* (Porto, 1872-1911)  
*O Pasquim* (Lisboa, 1914)  
*A Paz* (Porto, 1912?-1917)  
*A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918)  
*Portugal Eucaristico* (Montalegre, 1914-1915)  
*O Português* (Penafiel, 1915-1916)  
*O Povo da Barca* (Ponte da Barca, 1899?-mantém publicação)  
*O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913)  
*Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918)  
*Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1928)  
*O Primacial* (Braga, 1913-1915)  
*O Progresso Catholico* (Guimarães/Porto, 1878-1925)  
*O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922)  
*Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916)  
*Propaganda Catholica* (Silvares, Fafe, 1896?-1915)  
*Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (Funchal, Madeira, 1901?-1912)  
*Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?)  
*A Restauração* (Guimarães, 1903?-1911)  
*Revista Cathequistica* (Viseu/Lamego, 1913-1984)  
*Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?)  
*O Rosario* (Lisboa, 1907-1956?)  
*O Sameiro* (Braga, 1926-1928)  
*San Miguel* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1905?-1911)  
*O Semeador* (Bragança, 1917-1922)  
*O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916)  
*Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924)  
*Sul da Beira* (Covilhã, 1908-1923?)  
*A União* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1893-mantém publicação)

*A União* (Lisboa, 1920-1938)  
*O Universal* (Lisboa, 1913)  
*O Universo* (Lisboa, 1917)  
*O Valonguense* (Valongo, 1913-1915)  
*Vasco da Gama* (Lisboa, 1925-1928)  
*A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924)  
*A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1944)  
*Vida Católica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I Série; 1986 II Série)  
*Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931)  
*Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923)  
*Vida Nova* (Lousada, 1893-1933)  
*Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923)  
*Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação)  
*A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934)  
*Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923)  
*Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919)  
*A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909, I Série, 1913-1915, II Série)  
*Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914)  
*Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916)  
*Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914)  
*A Voz do Paroco* (S. Martinho de Mouros, 1917-1920)  
*A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950)  
*A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915)  
*Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969)  
*A Voz Provezende* (Provezende, Sabrosa, 1923-1926)  
*Voz da Raia* (Monção, 1916-1917)  
*A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915)  
*Voz da Verdade* (Braga, 1893?-1917)

### **Fontes Impressas**

BIVAR, Arthur – *A Igreja e o Estado: estudo comparativo da situação criada á Igreja em Portugal, nos Estados Unidos, no Mexico e no Brazil*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense-Editora, 1913.

COELHO, Trindade – *Manual Politico do Cidadão Portuguez*. Lisboa: Parceira A. M. Pereira, Livraria Editora/Officinas Typographica e de Encadernação, 1906.

LEÃO XIII – *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1951.

PEREIRA, A. X. da Silva – *O jornalismo portuguez*. Lisboa: Tipographia Soares, 1895.

\_\_\_\_\_ – *Os jornaes portuguezes*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

SILVA, Manuel Isaias Abundio da – *Cartas a um Abade: sobre alguns aspectos da questão politico-religiosa em Portugal*. Braga: Cruz e C.<sup>a</sup> Livreiros Editores, 1913.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Bibliografia geral**

AFONSO, Aniceto – Portugal e a guerra nas colónias. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 287-299.

ALVES, Adelino – *Centro Católico Português*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996.

ARAÚJO, António de – Braga, Maio de 1926. O Congresso Mariano e o Golpe Militar. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 29-41.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

\_\_\_\_\_ – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). In *Análise Social*. Dir. A. Seda Nunes. Lisboa, vol. XXIV (100), 1988 (1.<sup>o</sup>), pp. 211-273.

\_\_\_\_\_ – O Livre-Pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX). In *Revista de História das Ideias*. Dir. Luís Reis Torgal. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, vol XXII, pp. 255-354.

\_\_\_\_\_ – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

CAZENEUVE, Jean (Dir.) – *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Lisboa: Edições 70, 1976 ©.

CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora, 2009.

\_\_\_\_\_ – Em volta do “Programa” do “28 de Maio”. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coord. Luís Reis Torgal; Luís Bigotte Chorão. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 15-26.

CLEMENTE, Manuel – Laicização da Sociedade e afirmação do Laicado em Portugal (1820-1840). In *Igreja e Sociedade Portuguesa: do Liberalismo à República*. Lisboa: Grifo – Editores e Livreiros, Lda., 2002.

\_\_\_\_\_ – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.

\_\_\_\_\_ – A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República. In *História Religiosa de Portugal*. Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol. III, pp. 65-127.

COSTA, Avelino de Jesus da – Seminário. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d, vol. V, pp. 528-530.

CRUZ, Manuel Braga da – Os católicos e a política nos finais do século XIX. In *O Século XIX em Portugal*. Coord. Jaime Reis; *et al.* Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, s/d, pp. 289-300.

\_\_\_\_\_ – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.

\_\_\_\_\_ – Partidos Políticos Confessionais. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. III, pp. 380-384.

FARINHA, Luís – A caminho do 28 de Maio. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 535-567.

\_\_\_\_\_ – “Cavaleiros da Pátria”, os liberais e a transição pactuada (1925-1929). In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coord.

Luís Reis Torgal; Luís Bigotte Chorão. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 51-65.

\_\_\_\_\_ – A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 463-484.

FERREIRA, António Matos – Aspectos da Acção da Igreja no Contexto da I República. In *História Contemporânea de Portugal: Primeira República*. Dir. João Medina. Camarate: Amigos do Livro, Editores, s/d, vol. I, pp. 207-218.

\_\_\_\_\_ – *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2007.

\_\_\_\_\_ – A constitucionalização da religião. In *História Religiosa de Portugal*. Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, vol. III, pp. 37-60.

\_\_\_\_\_ – Dioceses. In *Dicionário de História de Portugal*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa/Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, vol. VII, Suplemento A/E, pp. 529-531.

\_\_\_\_\_ – Laicidade. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. III, pp. 58-65.

\_\_\_\_\_ – A Igreja Católica em confronto com o Liberalismo. In *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (2002)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais/Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2003, pp. 17-37.

\_\_\_\_\_ – Secularização. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. P-V-Apêndices (IV), pp. 195-202.

FERREIRA, David – Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911). In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, vol. V, pp. 532-536.

FERREIRA, Mendonça – *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009.

FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In *História Religiosa de Portugal*. Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, vol. III, pp. 129-351.

\_\_\_\_\_ – Catolicismo Social. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 310-324.

\_\_\_\_\_ – Meios de Comunicação Social. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. III, pp.182-192.

\_\_\_\_\_ – Movimentos Eclesiais Contemporâneos (séculos XIX-XX). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. IV, pp.459-470.

FRANCO, José Eduardo – Das Ordens às Congregações Religiosas: Metamorfoses da vida consagrada católica. In *Brotéria: Cristianismo e Cultura*. Dir. António Vaz Pinto. Fevereiro de 2009, n.º 2, vol. 168, pp. 119-135.

\_\_\_\_\_ – Ensino. IV. Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. C-I (III), pp. 127-129.

GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*. Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984.

\_\_\_\_\_ – Congressos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 491-496.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910). O pensamento e a acção do conde de Samodães*. Maia: Publismai, 2004.

GONÇALVES, Nuno da Silva – A dimensão missionária do catolicismo português. In *História Religiosa de Portugal*. Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol. III, pp. 353-397.

HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

JEANNENEY, Jean-Noel – *Uma História da Comunicação Social*. 1.ª ed. Lisboa: Terramar, 1996.

LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. 1.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda., 2003.

LEITE, A. – Concílio Plenário Português. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 418-419.

\_\_\_\_\_ – Divórcio. In *Dicionário de História Religiosa*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 79-81.

MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Vem aí a República! (1906-1910)*. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia da História da 1.ª República*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

\_\_\_\_\_ – Igreja, Igrejas e Culto. In *Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Coord. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1991, vol XI, pp. 479-518.

MARQUES, Isabel Pestana – Memórias do General. “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini”. Viseu: SACRE/Fundação Mariana Seixas, 2004.

\_\_\_\_\_ – Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919). In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 301-318.

MATA, Maria Eugénia – A política financeira. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 191-203.

MATOS, Luís Salgado de – *A separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2011.

MENESES, Filipe Ribeiro de – Intervencionistas e anti-intervencionistas. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 267-276.

\_\_\_\_\_ – A paz e o tratado de Versalhes. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 397-406.

\_\_\_\_\_ – A União Sagrada. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 277-286.

MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A «Guerra Religiosa» na I República*. 2.ª ed. (revista e aumentada). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010.

\_\_\_\_\_ – *Nas Trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_ – Estado, Igreja e Anticlericalismo na 1.<sup>a</sup> República. In *Actas do Colóquio “Anticlericalismo Português: História e Discurso”*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002, pp. 32-50.

\_\_\_\_\_ – A Laicidade do Estado em Portugal. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura/Universidade de Coimbra, s/d, pp. 157-176.

\_\_\_\_\_ – A Questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 129-148.

PEREIRA, David – A Sociedade. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 79-92.

PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 421-440.

PIERRARD, Pierre – *História da Igreja Católica*. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

PINTO, Ana Catarina – Nova estratégia para a República. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 411-419.

PINTO, António Costa – A Queda da Primeira República. In *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Coord. TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 25-44.

PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade. Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011.

PIRES, Ana Paula – O conflito mundial. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 249-266.

\_\_\_\_\_ – A economia de guerra: a frente interna. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 319-347.

POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie: introduction au devenir du catholicisme actuel*. Paris: Casterman, 1977.

PROENÇA, Maria Cândida – A questão colonial. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 205-228.

RAMOS, Rui – D. Carlos e o fim da monarquia em Portugal. In *Brotéria: Cristianismo e Cultura*. Dir. António Vaz Pinto. Dezembro de 2008, n.º 6, vol. 167, pp. 443-452.

\_\_\_\_\_ – A Cultura Republicana. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 401-433.

\_\_\_\_\_ – A estranha morte da Monarquia Constitucional. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 335-399.

\_\_\_\_\_ – O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 549-572.

\_\_\_\_\_ – As Guerras da República (1911-1917). In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 435-527.

\_\_\_\_\_ – (Coord.) – *História de Portugal*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

\_\_\_\_\_ – Introdução. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 13-39.

\_\_\_\_\_ – O mito da política nacional (1918-1926). In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 597-633.

\_\_\_\_\_ – A Nação Intelectual. In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 43-67.

\_\_\_\_\_ – *Outra opinião. Ensaios de História*. Lisboa: O Independente, 2004.

\_\_\_\_\_ – A República antes da Guerra (1910-1916). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 577-603.

\_\_\_\_\_ – A República durante e depois da Guerra (1917-1926). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 605-625.

\_\_\_\_\_ – Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834). In *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 457-489.

\_\_\_\_\_ – (Coord.) – *História de Portugal: A Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI.

\_\_\_\_\_ – A «Vida Nova». In *História de Portugal: a Segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. VI, pp. 125-297.

REIS, António – O fim da Primeira República. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 569-582.

ROBINSON, Richard A. H. – Os Católicos e a Primeira República. In *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Coord. TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 91-105.

ROLLO, Maria Fernanda – Economia e inovação: derivações em cenário de crise. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

\_\_\_\_\_ – Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

REIS, Bruno Cardoso – Fátima, a recepção nos diários católicos (1917-1930). In *Análise Social*. Dir. António Barreto. Lisboa, vol. XXXVI (158-159), 2001, pp. 249-299.

ROSAS, Fernando – A crise do oligarquismo em Portugal. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp.15-26.

\_\_\_\_\_ – Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar. In *História de Portugal: o Estado Novo*. Dir. José Mattoso. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII, 1994, pp. 152-164.

\_\_\_\_\_ – Três mitos sobre o “28 de Maio”. In *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coord. Luís Reis Torgal; Luís Bigotte Chorão. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 67-82.

SAMARA, Maria Alice – Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 371-395.

SEABRA, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a Lei da Separação de 1911*. Cascais: Principia Editora, Lda., 2009.

SERRA, João B. – O assalto ao poder. In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 43-52.

\_\_\_\_\_ – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 93-128.

SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra (1914-1918): Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

\_\_\_\_\_ – Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol IV, pp. 14-34.

TORGAL, Luís Reis (Coord.) – *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda., 2004.

VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1900-1910)*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

\_\_\_\_\_ – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920)*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

\_\_\_\_\_ – *Portugal Século XX: Crónica em imagens (1920-1930)*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

WOLF, Mauro – *Teorias da Comunicação*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

### **Bibliografia específica sobre imprensa**

ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história das “Novidades”*. Lisboa: Rádio Renascença, 1989.

ALVES, Paulo Bruno – *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage Editores, 2008.

AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. In *Lusitania Sacra*. Dir. António Montes Moreira. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 1991, 2.<sup>a</sup> Série, tomo III, pp. 215-264.

CRATO, Nuno – *A Imprensa*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FABRE, Maurice – *História da Comunicação*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Moraes Editores, 1980.

FONTES, Paulo F. de Oliveira – Imprensa católica. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 423-429.

GODFRIN, Jacqueline; GODFRIN, Philippe – *Une Centrale de Presse Catholique: la Maison de la Bonne Presse et ses publications*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

GOMES, J. Pinharanda – O pensamento teológico contemporâneo em Portugal. In *Theologica*. (Separata da revista). Braga, 1991, vols. XXII-XXIII, fasc. I-IV, pp. 98-105.

GUERREIRO, Jacinto Salvador – A imprensa católica no século XX em Portugal: apresentação de um projecto. In *Lusitania Sacra*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 1998, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 10, pp. 383-388.

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006.

MACHETE, R. Chancerelle de – Imprensa. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d, vol. X, pp. 1067-1068.

MAIA, Fernanda Paula Sousa – Caminhos da imprensa católica em Portugal: o jornal “Estrela Polar” (Lamego, 1907-1908) e Artur Bivar. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. I, pp. 295-306.

MARTIN-LAGARDETTE, Jean-Luc – *Manual da escrita jornalística: escrevo – informo – convenço*. Lisboa: Editora Pergaminho, 1998.

MAURÍCIO, Domingos – O problema da imprensa católica em Portugal. In *Revista Brotéria*. Lisboa. Ano XXVI, fasc. n.º 2 (1943), pp. 180-191.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto – História do Jornalismo Português. In *História da Imprensa*. Coord. Alejandro Pizarroso Quintero. Lisboa: Planeta Editora, 1996, pp. 350-365.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (Coord.) – *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.

POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento social do grupo católico de “A Palavra” (1872-1913)*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977; Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (Coord.) – *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, vol. I.

SOUSA, José M. Mota de; VELOSO, Lúcia Mariano (org.) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

\_\_\_\_\_ – *Publicações Periódicas Portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1983.

\_\_\_\_\_ – *Publicações Periódicas Portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1991.

TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

\_\_\_\_\_ – Imprensa. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, vol. III, pp. 246-273.

VOLOVITCH, Marie-Christine – La presse de la démocratie chrétienne au Portugal de 1870 à 1913. In *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. vol. 2, 1980, pp. 81-116.

### **Bibliografia auxiliar**

ALMEIDA, Adelino Marques de – *A Doutrina Social da Igreja e a Democracia Cristã*. Lisboa: IDL, Textos de Apoio, 1986.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja*. Lisboa/Porto: Livraria Civilização – Editora, 1970, vol. III.

ARAÚJO, Amadeu Gomes de; AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Réu da República: o missionário António Barroso, bispo do Porto*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.

ARAÚJO, Amadeu Gomes de – A República e a Laicização das Missões. In *Igreja e Missão: revista missionária de cultura e actualidade*. Dir. Adelino Ascenso. Cucujães, Janeiro-Abril 2010, n.º 213, pp. 83-129.

ARAÚJO, António de – Um modelo de formação sacerdotal: resposta de Sena Freitas ao anticlericalismo. In *Brotéria: Cristianismo e Cultura*. Dir. Hermínio Rico. Lisboa, Julho de 2004, n.º 1, vol. 159, pp. 82-87.

AZEVEDO, Carlos Moreira – Seminários. In *Dicionário de História de Portugal*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. 1.ª ed. Lisboa/Porto: Livraria Figueirinhas, 2000, vol. IX, Suplemento P/Z, pp. 413-414.

BRITES, Joana – Construir a História: a sede do CADC de Coimbra. In *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. Dir. Ana Maria C. M. Jorge. Coord. António Matos Ferreira; Paulo F. de Oliveira Fontes. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2007-2008, 2.ª série, tomo XIX-XX, pp. 121-169.

BUTLER, Alban – *Vida dos Santos*. Lisboa: Dinalivro, 1999.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CARVALHO, José – *Católicos nas vésperas da I República: os Jesuítas e a Sociedade Portuguesa – o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Lisboa: Civilização Editora, 2009.

CLEMENTE, Manuel – Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. P-V-Apêndices (IV), pp. 220-225.

COSTA, Avelino de Jesus – Seminário. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d, vol. V, pp. 528-531.

CRUZ, Manuel Braga da – Centro Académico de Democracia Cristã. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 329-331.

\_\_\_\_\_ – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

\_\_\_\_\_ – Igreja Católica e Estado Novo. In *Dicionário de História de Portugal*. Coord. António Barreto; Maria Filomena Mónica. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa/Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, vol. VIII, pp. 233-242.

DIAS, João Pedro – A Democracia-Cristã: breves notas sobre a sua origem. In *Estudos Aveirenses*. Dir. João Pedro Dias. Aveiro, ano IV, 1995, n.º 5, pp. 115-134.

DIAS, Maria Julieta Mendes – A teologia católica em Portugal de 1910 à actualidade. In *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Lisboa, ano IV, 2005, n.ºs 7/8, pp. 269-278.

DINIS, Calderon – *Tipos e factos da Lisboa do meu tempo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1993.

FALCÃO, P. Manuel F. – Visão crítica da Imprensa da Acção Católica Portuguesa. In *Boletim da Acção Católica Portuguesa*. Lisboa, Abril de 1954, ano XX, n.º 239, pp. 248-251.

FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo F. de Oliveira – Acção Católica Portuguesa. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 9-18.

FONTES, Paulo F. de Oliveira – A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica. In *Centro de Estudos Sócio-Pastorais, Questões Sociais, Desenvolvimento e Política. Curso de Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994, pp. 65-96.

\_\_\_\_\_ – *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

FRANCO, José Eduardo – Fátima, o milagre da interpretação – I: fases de abordagem gnosiológica. In *Brotéria*. Dir. Hermínio Rico. Lisboa, n.º 5, vol. 165, Novembro de 2007, pp. 345-356.

\_\_\_\_\_ – Fátima, o milagre da interpretação – II: o milagre do Sol. In *Brotéria*. Dir. Hermínio Rico. Lisboa, n.º 6, vol. 165, Dezembro de 2007, pp. 471-498.

FRANCO, Graça – *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

LEAL, Ernesto Castro – Cruzada Nuno Álvares (1918-1938). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, vol. II, pp. 38-39.

\_\_\_\_\_ – A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). In *Análise Social*. Dir. António Barreto. Lisboa, vol. xxxiii (148), 1998 (4.º), pp. 823-851.

\_\_\_\_\_ (Coord.) – *Republicanismo, Socialismo, Democracia*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

LEITE, Rita Mendonça – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2009.

LEVINSON, Paul – *A Arma Suave: História Natural e Futuro da Revolução da Informação*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *O segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.

\_\_\_\_\_ – *O terceiro governo Afonso Costa, 1917*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MARQUES, Isabel Pestana – *Das trincheiras, com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

MARTINS, Sousa – *A Monarquia do Norte*. Amadora: Bonecos Rebeldes, vols, I, e II, 2008.

MARX, Karl – *A Guerra Civil em França*. Coimbra: Centelha, 1975.

MAYEUR, Jean-Marie – *Des Parties catholiques à la Démocratie chrétienne (XIXe-Xxe siècles)*. Paris: Armand Colin, 1980.

MEDINA, João – A Carbonária Portuguesa e o derrube da Monarquia. In *História Contemporânea de Portugal – Primeira República: da conspiração republicana ao fim do Regime Parlamentar*. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1985, vol. I, pp. 9-19.

\_\_\_\_\_ – *O “presidente-rei” Sidónio Pais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar: uma biografia política*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: D. Quixote, 2010.

\_\_\_\_\_ (Org.) – *Paiva Couceiro: Diários, Correspondência e Escritos Dispersos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2011.

MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

\_\_\_\_\_ – O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. In *Análise Social*. Dir. António Barreto. Lisboa, vol. XXXV (157), 2001, pp.1013-1030.

MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – *O Bispado de Lamego na I República: os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas*. Viseu: Edição de autor, 2010.

NÓVOA, António (Dir.) – *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

PIMENTEL, Irene Flunser – *Cardeal Cerejeira: o príncipe da Igreja*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

PINTO, Jaime Nogueira – *António de Oliveira Salazar, o outro retrato*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro – *História da Propaganda*. Lisboa: Planeta Editora, 1993.

POLICARPO, D. José da Cruz – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

PORT, Len – *O Fenómeno de Fátima: Graça divina, ilusão ou fraude?* Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

POULAT, Émile – *L'Église c'est un monde. L' ecclésiosphère*. Paris: Les Editions du Cerf, 1986.

REMÉDIOS, Maria José – *Jornal católico Novidades: sentido(s) do educar*. In *Revista Brasileira de História da Educação*. Dir. Flávio Baldy dos Reis. Campinas, São Paulo, n.º 6 Jul./Dez. 2003, pp. 9-27.

RÉMOND, René – *Introdução à História do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda, 1994.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – A Regeneração e o seu significado. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 121-129.

\_\_\_\_\_ – A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 107-119.

ROSAS, Fernando – Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar. In *História de Portugal: o Estado Novo*. Dir. José Mattoso. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, vol. VII, pp. 151-241.

SANTOS, Luís Aguiar – Condicionantes na configuração do campo religioso português. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 401-415.

SANTOS, Rogério – O Jornalismo na Transição do Século XIX para o XX. O Caso do Diário Novidades (1885-1913). In *Media & Jornalismo*. Dir. Nelson Traquina; Estrela Serrano; Cristina Ponte. Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 9, 2006, pp. 89-104.

SARDICA, José Miguel – A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal. In *Lusitania Sacra*. Dir. Manuel Clemente. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2.<sup>a</sup> Série, Tomo XVI, 2004, pp. 367-383.

SEABRA, Jorge; *et all.* – *O C. A. D. C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SILVA, António Jorge Saraiva Pereira da – *Censura e liberdade de imprensa em Portugal (1907-1974)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008. Texto policopiado.

SILVA, António Martins da – A desamortização. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 339-353.

\_\_\_\_\_ – As finanças públicas. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 381-391.

\_\_\_\_\_ – A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 89-105.

SOUSA, Amadeu José Campos de – *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1.ª República (1890-1926)*. 2.ª ed. Braga: Casa do Professor, 2004.

TENGARRINHA, José – *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

TELO, António José – *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1980, vol. I.

\_\_\_\_\_ – Sidónio Pais, A Chegada do século XX. In *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Coord. TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 11-24.

TORGAL, Luís Filipe – *As Aparições de Fátima: imagens e representações*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

\_\_\_\_\_ – *O Sol bailou ao Meio-dia*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2011.

TORGAL, Luís Reis (Coord.) – *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: contributo para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis – Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. V, pp. 65-87.

VALENTE, Vasco Pulido – Revoluções: a «República Velha» (ensaio de interpretação política. In *Análise Social*. Dir. Manuel Braga da Cruz. Lisboa, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), pp. 7-63.

\_\_\_\_\_ – Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um conservador. In *Análise Social*. Dir. António Barreto. Lisboa, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 767-802.

\_\_\_\_\_ – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.

VIEIRA, José Fernandes – *Imprensa Católica na Diocese de Viseu: desde os primórdios até ao 1.º quartel do século XX*. Viseu: Tipografia “Jornal da Beira”, 2001.

### **Sítios da Internet**

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_21041878\\_inscrutabilid-ei-consilio\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabilid-ei-consilio_en.html) (consultado em 30 de Abril de 2010).

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1C9208615052X.911906&profile=bn&menu=search&submenu=subtab15&ts=1292086353058#focus> (consultado em 21 de Maio de 2010).

<http://www.aguadavida.net/congregacional.asp> (consultado em 21 de Maio de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15021882\\_etsi-nos\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos_en.html) (consultado em 24 de Maio de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_20061888\\_libertas\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas_en.html) (consultado em 24 de Maio de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18901015\\_apostolico-seggio\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18901015_apostolico-seggio_po.html) (consultado em 4 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01111885\\_immortale-de\\_i\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-de_i_po.html) (consultado em 8 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08091894\\_iucunda-semper-expectatione\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08091894_iucunda-semper-expectatione_po.html) (consultado em 8 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08021884\\_nobilissima-gallorum-gens\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08021884_nobilissima-gallorum-gens_en.html) (consultado em 8 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18111893\\_providentissimus-deus\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus_en.html) (consultado em 8 de Junho de 2010).

<http://www.revolucao-contrarevolucao.com/verartigo.asp?id=50> (consultado em 8 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_25121888\\_exeunte-iam-anno\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_25121888_exeunte-iam-anno_en.html) (consultado em 8 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_02091893\\_constanti-hungarorum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_02091893_constanti-hungarorum_en.html) (consultado em 11 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08121892\\_custodi-di-quella-fede\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08121892_custodi-di-quella-fede_en.html) (consultado em 11 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leoxiii/\\_encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01051894\\_inter-graves\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leoxiii/_encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01051894_inter-graves_en.html) (consultado em 14 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_14091886\\_pergrata\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_14091886_pergrata_en.html) (consultado em 14 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18091899\\_paternae\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae_en.html) (consultado em 14 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_03031891\\_in-ipso\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_03031891_in-ipso_en.html) (consultado em 18 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01081897\\_militantis-ecclesiae\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01081897_militantis-ecclesiae_en.html) (consultado em 21 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_08091899\\_depuis-le-jour\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08091899_depuis-le-jour_en.html) (consultado em 22 de Junho de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_06011895\\_longinqua\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_06011895_longinqua_en.html) (consultado em 22 de Junho de 2010).

<http://www.bragancanet.pt/diocese/> (consultado em 13 de Outubro de 2010).

<http://www.portalegre-castelobranco.pt/historia.php> (consultado em 13 de Outubro de 2010).

[http://www.cmlousa.pt/biblio/arquivo\\_historico/pdf/70\\_pdf\\_historia\\_e\\_patrimonio\\_industrial\\_do\\_papel.pdf](http://www.cmlousa.pt/biblio/arquivo_historico/pdf/70_pdf_historia_e_patrimonio_industrial_do_papel.pdf) (consultado em 11 de Novembro de 2010).

<http://sites.google.com/site/faceocultadeportugal/centro/fabrica-de-celulose-do-caima> (consultado em 11 de Novembro de 2010).

<http://www.caima.pt/canal.asp?p=1&idselect=0&t=1&idCanal=7&idLingua=1> (consultado em 11 de Novembro de 2010).

[http://repositório\\_aberto.up.pt/bitstream/10216/20283/2/mesttelmacorreiafamilia000084803.pdf](http://repositório_aberto.up.pt/bitstream/10216/20283/2/mesttelmacorreiafamilia000084803.pdf) (consultado em 11 de Novembro de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_24051911\\_iamdudum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_24051911_iamdudum_en.html) (consultado em 21 de Novembro de 2010).

[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xv/letters/1919/documents/hf\\_ben-xv\\_let\\_19191218\\_celeberrima-evenisset\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/letters/1919/documents/hf_ben-xv_let_19191218_celeberrima-evenisset_it.html) (consultado em 14 de Julho de 2011).

## **Apresentação dos apêndices**

A realização dos apêndices teve como principal objectivo a concretização de alguns elementos da imprensa católica, que constituíram uma das bases do presente trabalho. Contudo, face à extensão dos dois apêndices apresentados, sobretudo o primeiro, entendemos que seria melhor colocá-los neste espaço. Os mesmos contêm informações em quadros expositivos que, não sendo totalmente fundamentais para a compreensão deste trabalho, não deixam de ser úteis para dotar a imprensa católica analisada com uma visão mais globalizante.

No primeiro apêndice apresentámos diversas informações que recolhemos dos 217 títulos recolhidos, e que serviram para a concretização do Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926, e que consideramos inédito. Já no segundo apêndice colocámos um quadro expositivo – em paralelo com um mapa de Portugal, com os limites actuais das dioceses e dos distritos nacionais – distribuindo os diversos títulos, que compõem o referido Catálogo, pelas dioceses a que pertenciam.

## **Apêndice n.º 1**

### **Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926**

Neste primeiro Apêndice, e ao longo das páginas seguintes, vamos apresentar os seguintes elementos da imprensa católica: Número, Título do Periódico, Subtítulo; Local; Ano; Periodicidade; Fundador/Director/Director-Editor-Administrador-Redactor/Proprietário; Proprietário/ Administrador/Editor/Chefe de Redacção/Redactor Principal/ Secretário da Redacção; Informações diversas; Primeiro número (ou existente); e Último número (ou existente). Estes elementos foram recolhidos na BGUC. Pontualmente, alguns dados referidos no Catálogo foram recolhidos em outras Bibliotecas, por inexistência na BGUC, sendo que tais dados estão referidos em notas de rodapé.

## Apêndice n.º 1 – Catálogo da imprensa católica entre 1911 e 1926

N.º	Título «Subtítulo»	Local	Ano	Periodicidade	Fundador/ Director/ Director- Editor- Administrador- Redactor/ Proprietário	Proprietário/ Administrador/ Editor/ Chefe de Redacção/ Redactor Principal/ Secretário da Redacção	Informações diversas	Primeiro número (ou existente)	Último número (ou existente)
1	ACÇÃO CATHOLICA  «Boletim Archidiocesano»	Braga	1916 – mantém publicação	Mensário	Dr. Agostinho de Jesus e Souza (D); Padre Manuel Pereira Júnior (AE); Empreza da Acção Catholica (P). <b>(Mudanças)</b> <b>3 de Março de</b> <b>1922, ano VII,</b> <b>n.º 3,</b> Mgr. Joaquim Domingues Mariz (D)	Padre Manuel Pereira Júnior (AE); Empreza da Acção Catholica (P)	Redacção e Administração – Secretaria Archiepiscopal	Janeiro de 1916, ano I, n.º 1	<b>Último de</b> <b>1926 –</b> Dezembro de 1926, ano XI, n.º 12  <b>O jornal</b> <b>mantém</b> <b>publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Março de 2007, ano 93, n.º 3. Tinha como

									Director, o Padre Domingos da Silva Araújo. A Administração deste jornal situa-se nos Serviços Centrais da Arquidiocese de Braga. Este periódico é Propriedade da Arquidiocese de Braga. Tem como Subtítulo – «Órgão Oficial da Arquidiocese de Braga». (Vem por Depósito Legal).
2	<b>ACÇÃO POPULAR CATÓLICA</b>	Arganil	1913	Mensário	Padre J. Lourenço de Mattos (autor)	_____	Número único dedicado a: «Comissões Parochiaes». Indicação na contra-capá: p. 32 «a sahir opportunamente n.º 2 – O Padre	? de 1913, ano I, n.º 1 (Número único)	_____

							na Parochia 3 – Boletim Parochial		
<b>3</b>	<b>ACÇÃO SOCIAL</b> «Semanário Católico» <b>5 de Janeiro de 1921,</b> <b>ano I, n.º 1 (2.ª série)</b> «Semanário regionalista de Barcelos» <b>19 de Julho de 1923,</b> <b>ano VII, n.º 1 (3.ª</b> <b>série)</b> «Semanário Católico (com aprovação eclesiástica)»	Barcelos	1916-1925	Semanário	_____	Padre Alexandrino José Leituga (R); João de Sousa (EP); <b>14 de Fevereiro</b> <b>de 1918, ano II,</b> <b>n.º 69</b> João Agostinho Landolt (E). <b>5 de Janeiro de</b> <b>1921, ano I, n.º 1</b> <b>(2.ª série)</b> Padre António Esteves (A); Padre Bonifácio Lamela (E); Empresa Minho Gráfico (P). <b>12 de Janeiro de</b> <b>1921, ano I, n.º 2</b> José Baptista da Costa (E) <b>7 de Março de</b> <b>1925, ano IX,</b> <b>n.º86 (3.ª série)</b> João de Sousa (Mário Silveira) (RE)	Redacção e Administração – Rua de S. Francisco – Barcelos	25 de Outubro de 1916, ano I, n.º 1	26 de Dezembro de 1925, ano X, n.º 9
<b>4</b>	<b>A ACTUALIDADE</b> «Director – P. Ernesto Ferreira»; «Publicação	Ponta Delgada (S. Miguel, Açores)	1920-1926	Semanário/ Bisemanário (entre 6 de Setembro de	Padre Ernesto Ferreira (D) <b>6 de Setembro de</b> <b>1922, ano III (2.ª</b>	J. I. Ferreira (EP); José Joaquim Rebello (SR); <b>6 de Setembro de</b>	Redacção e Administração: Rua da Arquinha, n.º89;	5 de Fevereiro de 1920, ano I, n.º 1	22 de Setembro de 1926, ano VIII (2.ª

	<p>Semanal»;  <b>20 de Maio de 1920, ano I, n.º 24</b>  «Director – P. Ernesto Ferreira» (Apenas este subtítulo);  <b>6 de Setembro de 1922, ano III (2.ª série), n.º 124</b>  Subtítulo: «Publicação bi-semanal»;  <b>23 de Maio de 1923, ano IV (2.ª série), n.º 182</b>  «Publicação Semanal»;</p>			<p>1922, ano III (2.ª série), n.º 124 e 16 de Maio de 1923, ano IV (2.ª série), n.º 181</p>	<p><b>série), n.º 124</b>  M. Caetano Pereira (D);</p>	<p><b>1922, ano III (2.ª série), n.º 124</b>  M. Maria Rebelo (EP);</p>	<p>Composto e Impresso: Typ. Ruy Moraes – Largo dos Martyres da Patria, 5;  <b>20 de Maio de 1920, ano I, n.º 16,</b>  Redacção e Administração: Rua do Frias, n.º 5;  <b>20 de Maio de 1920, ano I, n.º 24,</b>  Composição e Impressão: Oficina de Artes Graficas;  <b>7 de Abril de 1921, ano II, n.º 60,</b>  Administração: Travessa do Peru, n.º 10  <b>11 de Agosto de 1921, ano II, n.º 74,</b>  Administração: Praça da República, 51-52;  Composição e Impressão: Empresa</p>	<p>série), n.º 346</p>
--	---	--	--	---	--	---	---	------------------------

							<p>Tipografia Limitada – Vila Franca do Campo;  <b>6 de Setembro de 1922, ano III (2.ª série), n.º 124</b>  Administração: Praça da República, 51 e 52 – Ponta Delgada;  Redacção: Rua de Santo André, n.º 39 (passa para o n.º 30 da mesma rua em: 23 de Setembro de 1922, ano III (2.ª série), n.º 129;  <b>18 de Novembro de 1922, ano III (2.ª série), n.º 143</b>  Administração: Rua dos Mercadores, 41 e 42</p>		
<b>5</b>	<b>ACTUALIDADE</b> «Semanário Católico» <b>6 de Janeiro de 1921, ano IV, n.º 38</b>	Braga	1917-1924	Semanário	Silva Gonçalves (D); <b>6 de Janeiro de 1921, ano IV, n.º 38</b>	<b>6 de Janeiro de 1921, ano IV, n.º 38</b> Arménio Sotto Mayor (AE).	—————	Ano I, 19 de Abril de 1917, n.º 1	Ano VI, 19 de Abril de 1924, n.º 48

	«Órgão do Centro Católico na Arquidiocese»				Cónego João Insuellas (D), até <b>12 de Abril de 1924, ano VI, n.º 47 (aqui desaparece)</b>	<b>6 de Janeiro de 1923, ano V, n.º 39</b> Monsenhor M. Pereira Júnior (AE). <b>3 de Março de 1923, ano V, n.º 47</b> Padre José Peixoto da Costa e Silva (AE); <b>12 de Abril de 1924, ano VI, n.º 47</b> José Constantino Ribeiro Coelho (R)			
<b>6</b>	<b>O ALGARVIO</b>  «Semanario Democratico Catholico»	São Braz de Alportel, Algarve	1912	Semanário	Jorge Maximino de souza Bazilio (D); João Viegas Louro Junior (E); <b>7 de Abril de 1912, ano I, n.º 3</b> João Viegas Louro Junior (DAE); <b>14 de Abril de 1912, ano I, n.º 4</b> Agostinho Mora Faria (D); João Viegas Louro Junior (E);	João Viegas Louro Junior (E); Empresa d' O Algarvio (P); <b>14 de Abril de 1912, ano I, n.º 4</b> João Viegas Louro Junior (E); Ventura S. Eusebio Junior (A); José do Nascimento Rosa Bernardo (P); <b>21 de Abril de 1912, ano I, n.º 5</b> Surge: Jorge Maximino de	Redacção e Administração: Rua de S. Sebastião; Composição e Impressão: Typo. D' O Poveiro, Póvoa de Varzim; <b>7 de Abril de 1912, ano I, n.º 3</b> Vende-se em S. Braz em casa da viúva Callapuz; <b>21 de Abril de 1912, ano I, n.º 5</b>	21 de Abril de 1912, ano I, n.º 5 (na BGUC);  17 de Março de 1912, ano I, n.º 1 (na BPMP);	21 de Julho de 1912, ano I, n.º 18 (na BGUC);  23 de Junho de 1912, ano I, n.º 14 (na BPMP);

						Souza Bazilio (RP);	Composição e Impressão: Typ. Progresso – Pova de Varzim; Redacção e Administração: Rua Formosa, S. Braz de Alportel <b>23 de Junho de 1912, ano I, n.º 14</b> Redacção e Administração: Rua Ferreira d' Almeida, S. Braz de Alportel		
7	<b>ALIANÇA</b> «Boletim Paroquial de Vila de Punhe» <b>15 de Junho de 1913, ano I, n.º 4</b> Após Subtítulo – «Com permissão da Autoridade Eclesiástica de Braga»	Vila de Punhe, Barrocelas	1913-1915	Quinzenário	Padre Júlio Cândido da Costa (D)	_____	_____	1 de Maio de 1913, ano I, n.º 1	15 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 42
8	<b>ALMANAQUE DA JUVENTUDE CATÓLICA</b>	Porto	1914	Anual	_____	_____	Biblioteca Editora de Propaganda	1914, ano I (n.º único)	_____
9	<b>ALMANAQUE DE «O MISSIONÁRIO CATÓLICO»</b>	Cucujães	1926-1927	Anual	_____	_____	Escola Tipográfica do Colégio das Missões Religiosas	1927, ano II (n.º único)	_____

							Ultramarinas Portuguesas		
10	<b>ALMANAQUE DO OPERARIO<sup>1</sup></b>	Porto	1900-1911	Anual?	_____	_____	_____	?	?
11	<b>ALMANAQUE POPULAR CATÓLICO</b>	Porto	1917	Anual	_____	Edição – Casa Nun' Álvares de António Pacheco (Porto)	_____	1925, ano VIII (n.º único)	_____
12	<b>O ALMONDA<sup>2</sup></b> «Semanario Noticioso e Literário»  (com uma certa feição religiosa):  <b>7 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 181</b> – «Semanario Noticioso, Literário e Independente». <b>30 de Abril de 1927, ano IX, n.º 405</b> Surge subtítulo religioso – «Por Deus, pela Pátria e pela Família» e «Amai os homens e combatei os erros».	Torres Novas	1918 – mantém publicação	Semanário	António da Cunha Ferreira (D);  <b>12 de Abril de 1924, ano VI, n.º 247</b> J. Luz Fuzeta (D); <b>9 de Maio de 1925, ano VI, n.º 302</b> Dr. Evaristo de Matos Branco (D); <b>5 de Dezembro de 1925, ano VI, n.º 332</b> Dr. Carlos d' Azevedo Mendes (D); José Rodrigues dos Santos Gomes Júnior (A) <b>10 de Julho de 1926, ano VI, n.º</b>	José Antunes da Silva Júnior (A); Empresa d' O Almonda (P); Alexandre Queiroz Alva (E); Pedro Augusto Martins (RP); Joaquim Vassalo Mendes (SR);  (com uma certa feição religiosa): <b>7 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 181</b> – Manoel Jacinto d' Oliveira (E). Desaparece Director. <b>9 de Maio de 1925, ano VI, n.º 302</b> José Rodrigues	Redacção e Administração: Rua Queiroz; Composição e Impressão: Praça 5 de Outubro, <b>6 de Janeiro de 1919, ano I, n.º 7</b> Redacção e Administração: Avenida Carlos Reis; <b>10 de Agosto de 1919, ano I, n.º 8</b> Composição e Impressão: Rua Mouzinho de Albuquerque;	24 de Novembro de 1918, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – 25 de Dezembro de 1926, ano IX, n.º 387  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 28 de Dezembro de 2007, ano 88, n.º 4650. Nessa data o seu Director

<sup>1</sup> Não há na BGUC nem na BPMP.

<sup>2</sup> Sobre este título podemos ter acesso a outras informações do seu historial no *sítio* [http://oalmonda.net/?page\\_id=898](http://oalmonda.net/?page_id=898), que foi consultado no dia 23 de Setembro de 2010.

					<p><b>363</b> José R. dos Santos Gomes Júnior (AE)</p>	<p>dos Santos Gomes Júnior (RP) – passa a <b>Administrador em 12 de Setembro de 1925, ano VI, n.º 320</b> e desaparece denominação em <b>24 de Outubro de 1925, ano VI, n.º 326</b></p> <p><b>5 de Dezembro de 1925, ano VI, n.º 332</b> José Rodrigues dos Santos Gomes Júnior (A). <b>10 de Julho de 1926, ano VI, n.º 363</b> José R. dos Santos Gomes Júnior (AE)</p>			<p>era Bento Barbosa Leão. O periódico era Propriedade da Fábrica da Igreja da Freguesia de S. Pedro de Torres Novas.</p> <p>O último n.º de 2008 é: 26 de Dezembro de 2008, ano XC, n.º 4702<sup>3</sup>. (Vem por Depósito Legal).</p>
<b>13</b>	<p><b>O AMIGO DO POVO</b></p> <p>«Semanário Católico e Órgão da Liga da Boa Imprensa da Diocese de Coimbra»; <b>8 de Janeiro de 1922, ano 6, n.º 246</b> «Semanario Católico e</p>	Coimbra	1916 – mantém publicação	Semanário	<p>Maximiano d' Almeida (DP); <b>27 de Julho de 1919, ano 3, n.º 132</b> Cónego Tomás Fernandes Pinto (DP);</p>	<p>Maximiano d' Almeida (DP); Padre António Martins Madeira (Seminário – Coimbra) (AE); <b>27 de Julho de 1919, ano 3, n.º 132</b></p>	<p>Redacção, Composição e Impressão – Rua Silva Gaio, 42 a 46, Viseu;</p> <p><b>8 de Janeiro de 1922, ano 6, n.º 246</b></p>	<p>5 de Novembro de 1916, ano I, n.º 1</p>	<p><b>Último de 1926</b> – 26 de Dezembro de 1926, ano XI, n.º 485</p> <p><b>O jornal mantém publicação.</b></p>

<sup>3</sup> Informação conseguida junto da Direcção e Redacção do jornal *O Almonda*, no dia 23 de Dezembro de 2009.

	Órgão da Liga da Boa Imprensa da Diocese de Coimbra»;					Cónego Tomás Fernandes Pinto (DP); <b>8 de Janeiro de 1922, ano 6, n.º 246</b> Padre António Martins Madeira (AE).	Redacção – Seminário de Coimbra		Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 28 de Dezembro de 2008, ano 93, n.º 4422. Nessa data o seu Director era Manuel Ventura Pinto. O Administrador era Joel Campos B. Antunes. O periódico é Propriedade da Amicro – Comunicação Cristã, Lda. (Vem por Correio).
<b>14</b>	<b>O AMIGO DO POVO</b> «Das freguezias de Quintiães, Aborim, Cussourado, Ballugães, Durães e Aguiar»; <b>14 de Outubro de</b>	Quintiães, Barcelos	1917-1919	Semanário	Padre Maximiano d' Almeida (D);	Padre Manuel Fernandes do Valle Amorim (EP); Residencia parochial de quintiães, Barcelos (A);	Redacção, Composição e Impressão: Typ. Viziense, Rua Silva Gayo, 42 a 46 Vizeu	7 de Outubro de 1917, ano I, n.º 1	23 de Fevereiro de 1919, ano II, n.º 72

	<p><b>1917, ano I, n.º 2</b> Acresce ao subtítulo: Poiares;</p> <p><b>21 de Outubro de 1917, ano I, n.º 3</b> Acresce ao subtítulo: Ardegão;</p> <p><b>5 de Maio de 1918, ano I, n.º 31</b> Acresce ao subtítulo: Capareiros;</p> <p><b>7 de Julho de 1918, ano I, n.º 40</b> Acresce ao subtítulo: Carvoeiro;</p>								
15	<p><b>O AMIGO DO POVO</b></p> <p>«Boletim Paroquial de Sande»;</p> <p><b>15 de Julho de 1913, ano I, n.º 4</b> Boletim Paroquial das quatro freguesias de Sande, Taipas, Briteiros (3 freguesias), Longos, Barco, Prazins (2 freguesias) e Ponte;</p> <p><b>31 de Agosto de 1913, ano I, n.º 7</b> Boletim Paroquial de S. Clemente, S. Lourenço, S. Martinho, Santa Cristina, S. Tomé de Caldelas;</p> <p><b>15 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 17</b></p>	Sande, Guimarães	1913-1914	Quinzenário	Padre Francisco Alves Pinheiro (DR); <b>15 de Julho de 1913, ano I, n.º 4</b> Padre Francisco A. Pinheiro (DE).	Padre Francisco Alves Pinheiro (DR) <b>15 de Julho de 1913, ano I, n.º 4</b> Padre Francisco A. Pinheiro (DE); António da Silva Quintas (AP);	Redacção e Administração – Sande-Taipas	1 de Junho de 1913, ano I, n.º 1	28 de Maio de 1914, ano I, n.º 23

	Boletim Paroquial de S. Martinho de Sande								
16	<p><b>O AMIGO DA RELIGIÃO</b></p> <p>—————</p> <p><b>1911 –</b> «Órgão da Liga do Clero Parochial, do Clero Secular e da Venerável Irmandade dos Clerigos Pobres de Lisboa, ou Monte-Pio do Clero »</p> <p><b>9 de Junho de 1912, ano XXIV,</b> «Órgão da Liga do Clero Parochial Portuguez e do Monte-Pio do Clero Secular Portuguez»;</p> <p><b>9 de Junho de 1912, ano XXIV,</b> «Órgão do Monte-Pio do Clero Secular Portuguez com séde na Ermida de N. Senhora d' Assumpção e Santo Antonio do Valle – Rua do Vale de Santo Antonio, 92 Lisboa».</p>	Braga	1888-1920	Semanário	João Manuel Fernandes d' Almeida (DP); <b>1911 –</b> J. M. Fernandes D' Almeida (DE); Empreza de 'O Amigo da Religião' (P).	João Manuel Fernandes d' Almeida (DP);	Administração – Rua do Visconde da Torre, n.º 41 Braga	16 de Outubro de 1888, ano I, n.º 1	15 de Outubro de 1920, ano XXXII, n.º 1920
17	<b>O ANJO DA DIOCESE</b>	Vila Real	1923-1934	Quinzenário	<b>15 de Novembro de 1923, ano I, n.º 1</b> Mons. Jerónimo Amaral (D);	<b>15 de Novembro de 1923, ano I, n.º 1</b> Padre Ângelo Minhava (EA);	<b>15 de Novembro de 1923, ano I, n.º 1</b> Impressão: Tip.	15 de Novembro de 1923, ano I, n.º 1	<b>Ultimo de 1926 –</b> 31 de Dezembro de 1926, ano III,

						Empresa do Boletim (P);	Minerva – Vila Real; <b>30 de Junho de 1925, ano II, n.ºs 9, 10 e 11</b> Composição e Impressão: Rua Central, n.º 43 – Vila Real; <b>31 de Dezembro de 1925, ano II, n.ºs 21 a 24</b> Composição: Imp. Artística de Pedro Louzada – Vila Real; <b>31 de Janeiro de 1926, ano III, n.ºs 1 e 2</b> Composição e Impressão: Rua Central, n.º 43 – Vila Real.		n.º 12 a 18  <b>Último</b> – Janeiro a Outubro de 1934, ano XII, n.ºs 1 a 10
<b>18</b>	<b>ANNAES DA OBRA DA SANTA INFÂNCIA<sup>4</sup></b>	Lisboa	1867-1950	?	?	?	?	?	?
<b>19</b>	<b>ANNAES DA PROPAGAÇÃO DA</b>	Lisboa	1822-1949?	Bimestral	<b>Janeiro de 1845, vol. XCVIII</b>	<b>Janeiro de 1845, vol. XCVIII</b>	<b>Janeiro de 1845, vol.</b>	Ano I, ? de 1822	<b>Último de 1926:</b>

<sup>4</sup> Inexistente na BGUC. Indicação em: AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910...p. 216.

	<b>FE<sup>5</sup></b>				Monsenhor Cónego Carlos Alberto Martins do Rego (DP);	Monsenhor Cónego Carlos Alberto Martins do Rego (DP); Dr. Francisco Jorge (Secr. Redacção Beneficiado); <b>Maio de 1911, tomo LXXXIII, n.º 496</b> Sabino Candido do Rego Galamba (Editor)	<b>XCVIII</b> Typographia Romana – Rua do Barão, n.º 9; Redacção e Administração: Calçada da Tapada, 77; Oficina de Composição e Impressão de Thomaz Pereira	<b>1911</b> – Janeiro de 1911, n.º 494	Ano ?, Novembro de 1926, n.º 589  <b>Último</b> – Ano ?, n.º ? de 1949 ??
<b>20</b>	<b>O APOSTOLO</b>	Braga	1915-1928	Mensário	Dr. Agostinho de Jesus e Sousa (DP); <b>Outubro de 1917, ano III, n.º 34</b> Dr. António Bento Martins Júnior (DP); <b>Maio de 1918, ano IV, n.º 41</b> Cónego Dr. António Bento Martins Júnior (DP)	Dr. Agostinho de Jesus e Sousa (DP); Avelino Teixeira d' Andrade (AE); <b>Maio de 1918, ano IV, n.º 41</b> Cónego Dr. António Bento Martins Júnior (DP); <b>Maio de 1920, ano VI, n.º 65</b> Padre Manuel Augusto Marques da Silva (Seminário Conciliar de	_____	1 de Janeiro de 1915, ano I, n.º 1	Dezembro de 1928, ano XIV, n.º 168

<sup>5</sup> De acordo com a informação da Biblioteca Nacional em 23 de Setembro de 2010: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=O285Y7292Y501.531204&menu=search&aspect=subtab15&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri=6&source=%7E%21bnp&index=.TW&term=ANNAES+DA+PROPAGA%C3%87%C3%83O+DA+FE+%&aspect=subtab15&x=11&y=14#focus>

						Braga) (E); <b>Março de 1921, ano VII, n.º 75</b> Manuel de Campos Marques (E).			
21	<b>O APOSTOLO</b> <b>Setembro de 1923, ano IX, n.º 105</b> «Revista Mensal Órgão do A. O. Da “Consagração das Famílias” ao Sagrado Coração de Jesus»; <b>Janeiro de 1924, ano X, n.º 109</b> «Revista Mensal Órgão do A. O. Da “Consagração das Famílias” ao Sagrado Coração de Jesus e da Cruzada Eucarística das Crianças em Portugal»	Póvoa de Varzim	1914- 1928	Mensário	Cónego Dr. António Bento Martins Júnior (DP); <b>Setembro de 1923, ano IX, n.º 105</b> Monsenhor Dr. António Bento Martins (DP); <b>Outubro de 1928, ano XIV, n.º 166</b> Cónego João Baptista Lourenço Insuellas (D)	Cónego Dr. António Bento Martins Júnior (DP); Manuel de Campos Marques (E); <b>Setembro de 1923, ano IX, n.º 105</b> Monsenhor Dr. António Bento Martins (DP); António Cardoso Pinto de Faria (E);	Redacção, Administração e Tipografia – Largo Eça de Queiroz – Póvoa de Varzim; <b>Fevereiro de 1924, ano X, n.º 110</b> Redacção – Pontevedra, Ap. 21 – Espanha; <b>Janeiro de 1926, ano XII, n.º 133</b> Redacção – Rua da Igreja, 36, Póvoa de Varzim	<b>1.º número- ?</b>  <b>1.º visto:</b> Janeiro de 1922, ano VIII, n.º 85	Dezembro de 1928, ano XIV, n.º 168
22	<b>O APOSTOLO</b> «Boletim Mensal dos Arciprestados de Abrantes e Belver»; <b>13 de Novembro de 1915, ano II, n.º 32</b> «Boletim Mensal dos Arciprestados de Abrantes e Belver, Mação e Villa de Rei».	Abrantes	1914-1915	Mensário	Padre José Fernandes Raposo (DAR)	Padre José Fernandes Raposo (DAR)	_____	12 de Julho de 1914, ano I, n.º 1	11 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 38
23	<b>APOSTOLO DE</b>	S. Nicolau,	1917-1918	Semanário	Padre José d’	Antonio Joaquim	Redacção e	<b>1.º número</b>	6 de Outubro

	<p><b>BASTO</b></p> <p>«Boletim Catholico Semanal de S. Nicolau – abesceiras de Basto»;  Sub-subtit: «Com permissão da Auctoridade Ecclesiastica»;  <b>3 de Março de 1918, ano II, n.º 45</b>  «Boletim Semanario de São Nicolau – Cabeceiras»</p>	Cabeceiras de Basto			Araujo (D);	Nogueira (EP); António da Silva Brás (A);	Administração: São Nicolau – Cabeceiras; Composto e Impresso na Typ. Dos «Echos do Minho» - Rua dos Martyres da Republica, 83-91, Braga (antiga Rua da Rainha);	- ?  <b>1.º visto:</b> 29 de Julho de 1917, ano I, n.º 23	de 1918, ano II, n.º 102
24	<p><b>APOSTOLO DA JUVENTUDE</b></p> <p>«Órgão da Juventude Catholica da Veiga do Penso»  <b>4 de Junho de 1916, ano I, n.º 10</b>  Sub-subt: «Approvado e abençoado por Suas Ex.as Revd.mas os Senhores Arcebispo Primaz e Bispo do</p>	Figueiredo, Póvoa de Varzim	1916-1987	Quinzenário / Semanário (a partir de: 2 de Janeiro de 1921, ano VI, n.º 178	Padre Arthur Campos (D);  <b>29 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 93</b> Padre Jacintho da Cunha (D); <b>18 de Fevereiro de 1923, ano VI, n.º 286</b> Américo Sotto Mayor (D);	Francisco José de Barros (EA); A Juventude Catholica (P);	Composto e Impresso: Typographia dos “Echos do Minho” – Braga; <b>29 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 93</b> Composição e Impressão: Rua Silva Gayo, n.ºs	30 de Janeiro de 1916, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – 26 de Dezembro de 1926, ano XII, n.º 455  <b>Último</b> – 15 de Dezembro de 1987, ano LXX, n.º 3239

	Porto»; <b>29 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 93</b> «Fundado pela Juventude Catholica de Figueiredo» <b>2 de Janeiro de 1921, ano VI, n.º 178</b> «Semanário consagrado á maior honra e gloria do Sagrado Coração de Jesus – com aprovação da Auctoridade Ecclesiastica»						42 a 46 – Vizeu; <b>14 de Janeiro de 1923, ano VIII, n.º 281</b> Redacção e Administração: Rua Nova de Sousa, 61-63 – Braga; <b>26 de Agosto de 1923, ano VIII, n.º 304</b> Redacção e Administração: Figueiredo (Braga);		
<b>25</b>	<b>ARTE CATOLICA</b>  «Revista quinzenal, religiosa, literária e artística»	Porto	1917	Quinzenário	Gualdino de Campos (D)	Padre Luiz Alberto Cid (E)	Número único	Ano I, n.º 1 (n.º único)	_____
<b>26</b>	<b>A ASSOCIAÇÃO OPERARIA</b>  «Órgão da Associação de Socorros Mutuos A DEMOCRACIA CHRISTÃ»	Lisboa	1905-1918	Semanário / Mensário (a partir de 31 de Julho de 1914, ano IX, n.º 477)	_____	A Associação (P); Thomaz Pereira (E);  <b>1911</b> <b>1 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 301</b> Zuzarte de Mendonça (D);	Redacção e Administração – T. da Bella Vista, 10 (à Lapa). Typographia – Largo do Município, 32, 2.º <b>1 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 301</b> Redacção, Administração –	19 de Março de 1905, ano I, n.º 1	31 de Maio de 1918, ano XIII, n.º 523

						<p><b>n.º 409</b> João Gualberto Gonçalves (E); <b>13 de Julho de 1913, ano VII, n.º 427</b> Vasco H. Gamboa (E); <b>31 de Agosto de 1913, ano VII, n.º 434</b> José Manuel Palhão (E);</p>	<p>Rua do Machadinho, 18-A e 20 – Lisboa Composição e Impressão – Typographia Estêvão Nunes, Rua da Assumpção, 18 a 24 – Lisboa</p>		
27	<p><b>O AVE</b> «Boletim parochial das Taypas e de S. Martinho de Sande (com permissão da Auctoridade Ecclesiastica de Braga)» e «Publicação Semanal»</p>	<p>Caldas das Taipas</p>	<p>1914-1915</p>	<p>Semanário</p>	<p>Padre Domingos José Antunes Machado (DP);</p>	<p>Padre Domingos José Antunes Machado (DP); Padre Francisco Alves Pinheiro (E); <b>17 de Outubro de 1914, ano I, n.º 18</b> João Baptista de Mattos (E);</p>	<p>Composto e Impresso: Typographia Sameiro – Rocio de Trás da Se, 8 a 10 – Braga; Redacção e Administração: Taypas; <b>5 de Julho de 1914, ano I, n.º 4</b>  Composto e Impresso: Typographia dos “Echos do Minho” – Rua dos Martyres da Republica, 83-91 (Antiga Rua da Rainha) – Braga</p>	<p>14 de Junho de 1914, ano I, n.º 1</p>	<p>2 de Julho de 1915, ano II, n.º 55</p>
28	<p><b>BALSEMÃO</b></p>	<p>Lamego</p>	<p>1924-</p>	<p>Semanário /</p>	<p>1.ª Fase:</p>	<p>1.ª Fase:</p>	<p>1.ª Fase:</p>	<p>Dom, 7 de</p>	<p>5 de Julho de</p>

	1. <sup>a</sup> Fase: «Semanario dos estudantes catolicos de Lamego»; 2. <sup>a</sup> Fase: Orgão dos estudantes catolicos de Lamego» e «Publicação quinzenal»		1927 <sup>6</sup>	Quinzenário (2. <sup>a</sup> Fase: 1927)	Adelino de Oliveira Osorio (DE);  2. <sup>a</sup> Fase: João Carlos da costa Chaby (D);	Adelino de Oliveira Osorio (DE); Armando Gomes Cardoso (A); Eurico Gouveia (Sec. Red); 2. <sup>a</sup> Fase: José Duarte Pinto (E); Pereira Cardoso (A); Brás Regueiro (Redactor); Albino Pinto Fernandes (Redactor); Adolfo R. Pereira Pinto (Sec Red);	Redacção e Administração: Rua do Castelo – Lamego; Composição e Impressão: Minerva da Loja Vermelha – Praça do Comercio – Lamego;	Dezembro de 1924, ano I, n.º 1 (1. <sup>a</sup> fase);  1 de Junho de 1927, ano I, n.º 1 (2. <sup>a</sup> fase)	1925, ano I, n.º 28 (1. <sup>a</sup> fase);  1 de Agosto de 1927, ano I, n.º 3 (2. <sup>a</sup> fase)
<b>29</b>	<b>O BEM</b>  «Boletim Semanal do Arciprestado de Oleiros»	Oleiros	1915-1918	Semanário	Padre Joaquim Pinto d’ Albuquerque (DA);	Padre Joaquim Pinto d’ Albuquerque (DA); Padre João Esteves Ribeiro (E); Padre António Manoel (P);	Redacção e Administração: Rua de S. José, n.º 8 – Oleiros; Composição e Impressão: Typographia Visiense - Viseu	3 de Janeiro de 1915, ano I, n.º 1	29 de Dezembro de 1918, ano IV, n.º 209
<b>30</b>	<b>O BEM PUBLICO</b>  «Semanario dedicado aos interesses dos catholicos	Lisboa	1905 (?) – 1911	Semanário	Padre Nestor Seraphim Gomes (D);  <b>1911 – 1 de</b>	Germano da Silva (P);  <b>1911 – 1 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 273</b>	<b>1911 –</b> Administração, Composição, Typographia: Rua da Padaria,	<b>1.º número</b> – Outubro? de 1905  <b>1.º visto na</b>	18 de Junho de 1911, ano VI, n.º 288

<sup>6</sup> O jornal *O Balsemão* reapareceu em 1927, numa segunda fase após o interregno de vários meses após a última publicação datada de 5 de Julho de 1925, da sua primeira fase.

	especialmente do cleto parochial»;  <b>1911 – Ano VI, 1 de Janeiro de 1911, n.º 273</b>  «Revista Semanal Catholica Illustrada»				<b>Janeiro de 1911, ano VI, n.º 273</b> Germano da Silva (DP);	Germano da Silva (DP); Bernardo Marques Miranda (E);	48, 1.º - Lisboa <b>1 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 273</b> Administração, Composição e Impressão: Typographia do “Bem Publico”, de Germano da Silva, Rua da Padaria, 48, 1.º;	<b>BPMP:</b> 28 de Abril de 1907, ano II, n.º 82  <b>1.º visto na BGUC –</b> 3 de Janeiro de 1909, ano IV, n.º 170 <b>1911 –</b> 1 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 273	
<b>31</b>	<b>BOA NOVA</b>  «Boletim Semanal das freguesias de Estombar e Porches»	Estombar e Porches, Lagoa, Algarve	1912	Semanário	J. C. de Freitas Barros (DE)	J. C. de Freitas Barros (DE); Joaquim António Vieira (P).	_____	14 de Janeiro de 1912, ano I, n.º 1	30 de Junho de 1912, ano I, n.º 21
<b>32</b>	<b>BOA NOVA</b>  «Propriedade da Empresa Funchalense de Publicações Católicas»	Funchal (Madeira)	1912	Trimensal	_____	Eduardo C. N. Pereira (ER); Carlos J. de Faria e Castro (A);	Publica-se dias 1, 10 e 20 de cada mês	1 de Fevereiro de 1912, ano I, n.º 1	10 de Julho de 1912, ano I, n.º 17
<b>33</b>	<b>A BOA NOVA</b>  «Quinzenário Católico»; <b>22 de Fevereiro de 1925, ano I, n.º 2</b> «Semanário católico»	Horta (Faial, Açores)	1925	Quinzenário / Semanário (a partir de: 22 de Fevereiro de 1925, ano I, n.º 2	Felisberto Martins (D); <b>22 de Fevereiro de 1925, ano I, n.º 2</b> Damião Martins do Rio (Professor do Liceu) (D) <b>12 de Abril de 1925, ano I, n.º 7</b> Padre Francisco Garcia da Rosa (D)	Francisco Silveira Caldeira (E); António Maria da Silva (A); <b>22 de Fevereiro de 1925, ano I, n.º 2</b> Felisberto Martins (DR)	Redacção, Administração e Impressão – Santa Bárbara – Faial – Açores; <b>12 de Abril de 1925, ano I, n.º 7</b> Damião Martins do Rio sai para Reitor do Liceu de Manuel de	8 de Fevereiro de 1925, ano I, n.º 1	14 de Maio de 1925, ano I, n.º 10

							Arriaga; Em todas as 'orelhas' direitas, surge uma frase: de vários Papas, Larcordaire, Guerra Junqueiro, Balzac, D. Francisco de Sales.		
34	<b>A BOA NOVA</b>  «Boletim Mensal dos arciprestados de Certã, Oleiros e Proença-a- Nova»	Sertã	1914	Mensário	Padre Francisco dos Santos Silva (DP)	Padre Francisco dos Santos Silva (DP); José Francisco (A); António Pedro Ramalhosa (E).	Número único	Novembro de 1914, ano I, n.º 5 (n.º único)	_____
35	<b>BOA NOVA – ACTUALIDADE MISSIONARIA</b>	Cucujães	1924 – mantém publicação	Mensário	?	?	Na análise que efectuámos na BGUC apenas tivemos acesso ao periódico a partir do ano 1972, desconhecendo- se o paradeiro dos anos anteriores.	Janeiro de 1924, ano I, n.º 1 (?)	<b>Último de 1926</b> <sup>7</sup>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Dezembro de 2008, ano 84,

<sup>7</sup> Na análise que efectuámos na BGUC apenas tivemos acesso ao periódico a partir do ano 1972, desconhecendo-se o paradeiro dos anos anteriores. De qualquer forma, confirmámos que o último número recebido deste jornal corresponde ao Ano 84, Dezembro de 2008, n.º 959, mantendo a periodicidade mensal.

									n.º 959 (Vem por Correio).
36	<b>BOLETIM DA DIOCESE DE COIMBRA</b>	Coimbra	1915-1916	Bimensário	Dr. António Antunes (D)	Cónego António Moreira d' Araújo (PE); Padre António da Silva Pratas (A).	Redacção e Administração – Rua Couraça dos Apóstolos, 45 – Coimbra	Abril de 1915, ano 1, n.º 1	Dezembro de 1916, ano II, n.º 17
37	<b>BOLETIM DA DIOCESE DA GUARDA</b>	Guarda	1915-1932	Mensário	D. Manuel Mendes do Carmo (D)	Padre Carlos da Paixão Borrego (EA); <b>Maio de 1919, ano IV, n.º 12</b> Dr. João Gomes de Carvalho (EA);	Redacção e Administração – Câmara Eclesiástica da Guarda	Junho de 1915, ano 1, n.º 1	<b>Último de 1926</b> <sup>8</sup> <b>Último</b> – Agosto e Setembro de 1932, ano XVIII, n.ºs 3 e 4
38	<b>BOLETIM DA DIOCESE DE LAMEGO</b>	Lamego	1916-1937	Quinzenário / Mensário: a partir de Março de 1917, ano II, n.º 5	Mgr. Almeida Silvano (D); <b>Janeiro- Fevereiro de 1921, ano IV (2.ª série), n.ºs 1 e 2</b> Dr. Carneiro de Mesquita (D); <b>Junho a Outubro de 1930, ano XII (6.ª série), n.ºs 6 a 10</b> Dr. Manuel da Fonseca (D).	Bispado de Lamego (P); Dr. António Rebello (EA); Cónego Victor d' Oliveira (SR); <b>Janeiro- Fevereiro de 1921, ano IV (2.ª série), n.ºs 1 e 2</b> Dr. João d' Aguiar (EA); Dr. António Rebello (SR); <b>Janeiro-Março de 1927, ano X (3.ª série), n.ºs 1,</b>	Redacção – Casa do Poço, Lamego	1 de Janeiro de 1916, ano I, n.º 1	Janeiro- Março de 1937, ano XX, n.ºs 1, 2, 3

<sup>8</sup> No arquivo da BGUC a última referência ao ano 1919 é: Ano IV, Maio de 1919, n.º 2. O número seguinte analisado é: Ano XVIII; Junho e Julho de 1932, n.ºs 1 e 2. Nesse sentido, não qualquer referência aos anos 1920 a 1931, o que invalida conhecermos, com total exactidão, a referência ao último número publicado em 1926.

						<p><b>2, 3</b> Padre Luiz Botelho (EA) <b>Junho a Outubro de 1930, ano XII (6.ª série), n.ºs 6 a 10</b> Padre Augusto da Silva Teixeira (EA)</p>			
<b>39</b>	<b>BOLETIM DA DIOCESE DE LEIRIA</b>	Leiria	1923 (?) – 1930	Mensário	M. Marques dos Santos (D)	—————	Número único	Março de 1930, ano VII, n.º 3 (n.º único vista na BGUC)	?
<b>40</b>	<b>BOLETIM DA DIOCESE DE PORTALEGRE</b>	Portalegre	1916-1925	Mensário	<p>Dr. Francisco António Malato (D); Silvestre da Luz Lopes (E); Empreza do Boletim (P). <b>Julho-Setembro de 1923, ano VIII, n.ºs 1, 2 e 3</b> Cónego João Álvares de Moura (D); <b>Janeiro e Fevereiro de 1924, ano VIII, n.ºs 7 e 8</b> Padre António da Conceição Carvalho (E).</p>	Silvestre da Luz Lopes (E); Empreza do Boletim (P).	Redacção e Administração – Câmara Eclesiástica	Julho de 1916, ano I, n.º 1	Outubro-Dezembro de 1925, ano X, n.ºs 4, 5, 6

41	<p><b>BOLETIM DA DIOCESE DO PORTO</b></p> <p>«Publicação Quinzenal»  <b>15 de Março de 1917, ano III, n.º 15</b>  «Propriedade do Bispado do Porto»</p>	Porto	1914-1936	<p>Quinzenário / Mensário: a partir de – Setembro de 1920, ano VII, n.º 1</p>	<p>Padre António Moreira d' Araújo (D);  Padre Adriano Moreira Martins (A);  Bispado do Porto (P);  <b>1 de Abril de 1915, ano I, n.º 16</b>  Dr. Teophilo S. C. Vieira de Seabra (D);  <b>4 de Dezembro de 1921, ano VIII, n.º 4</b>  Doutor Pereira Lopes (D);  Padre António A. da Fonseca Soares (AE);  <b>Setembro de 1924, ano X, n.º 13</b>  Padre Esteves Loureiro (AE).</p>	<p>Bispado do Porto (P);  Padre Adriano Moreira Martins (A);  <b>4 de Dezembro de 1921, ano VIII, n.º 4</b>  Padre António A. da Fonseca Soares (AE);  <b>Setembro de 1924, Ano X, n.º 13</b>  Padre Esteves Loureiro (AE).</p>	—————	15 de Agosto de 1914, ano I, n.º 1	<p><b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano XII, n.º 12</p> <p><b>Último –</b> Dezembro de 1936, ano XXII, n.º 12</p>
42	<p><b>BOLETIM DA DIOCESE DE VISEU</b></p> <p><b>Outubro de 1937, ano XXII, (Publicação Trimestral), n.º 1 (2.ª série)</b>  «Órgão da Obra das Vocações Sacerdotais e</p>	Viseu	1915-1938	<p>Mensário/ Trimensário: a partir de – Outubro de 1937, ano XXII, n.º 1 (2.ª série)</p>	<p>Padre João Marques Pimentel (D);</p>	<p>Cónego João do Amaral Leitão (E);  <b>Janeiro de 1922, ano VII, n.º 3</b>  Cónego João do Amaral Leitão (E); <b>Outubro e Novembro de</b></p>	<p>Administração – Rua Nunes de Carvalho, n.º 19, Viseu;  Redacção, Composição e Impressão – Tip. do “Correio da</p>	Novembro de 1915, ano I, n.º 1	<p><b>Último de 1926 –</b> Novembro e Dezembro de 1926, ano XII, n.ºs 11 e 12</p> <p><b>Último –</b></p>

	dos Seminários»					<p><b>1924, ano IX, n.º 10 e 11</b> Padre João Marques Pimentel (DE)</p> <p><b>Janeiro-Fevereiro de 1926, ano XI, n.º 1 e 2</b> Padre João Crisóstomo G. de Almeida (PA);</p>	<p>Beira”;</p> <p><b>Fevereiro de 1916, ano I, n.º 4</b> Comissão encarregada de redigir: Cónego Dr. José de Almeida Correia; Padre João Marques Pimentel; Padre Maximiano d’ Almeida (esta designação desaparece após o Ano III, Outubro de 1918, n.º 12);</p> <p><b>Outubro de 1937, ano XXII, (Publicação Trimestral), n.º 1 (2.ª série)</b> Redacção e Administração – Seminário de Viseu</p>		Outubro de 1938, ano XXIII, n.º 2 (2.ª série)
43	<b>BOLETIM EBORENSE</b>	Évora	1917-1935	Mensário / Bimestral / Trimestral / Quadrimestral (1935)	Padre Vergílio Augusto Pita Domingues (passa a Cónego em: Agosto de 1922, ano VI, n.º 8) (D)	Padre Joaquim Maria Rosa Palma (EA); Padre António da Rosa Marques (SR) (passa a Cónego em: Agosto de	Redacção e Administração – Seminário Arquidiocesano de Évora	1 de Junho de 1917, ano I, n.º 1	Setembro a Dezembro de 1935, ano XIX, n.ºs 9, 10, 11, 12

						1922, n.º 8; ano VI, Seminário de Évora (P)			
44	<b>BOLETIM ECLESIASTICO DOS AÇORES</b>  2 de Janeiro de 1915, n.ºs 512 «Boletim Eclesiástico dos Açores – Oficial da Diocese»	Angra do Heroísmo (Terceira, Açores)	1912-1987	Mensário / Bimestral: a partir de – Setembro e Outubro de 1936, n.º 730 / Anual: a partir de – Janeiro-Dezembro de 1961, n.º 815	Mgr. Cônego José Alves da Silva (DEP); <b>3 de Maio de 1915, n.ºs 516</b> Arceidiago José Bernardo de Almada (DP);	Mgr. Cônego José Alves da Silva (DEP); <b>2 de Janeiro de 1915, n.ºs 512</b> Padre Inácio Coelho (EA); <b>3 de Maio de 1915, n.ºs 516</b> Arceidiago José Bernardo de Almada (DP);	Redacção e Administração – Rua do Cruzeiro, n.º 31 – Angra;	Maio de 1912, ano I, n.º 480	<b>Último de 1926</b> <sup>9</sup>  <b>Último</b> – Janeiro-Dezembro de 1987, vol. 46, n.º 838
45	<b>BOLETIM ECLESIASTICO DA DIOCESE DE MACAU</b>	Macau	1902 -1980	Mensário	<b>Outubro-Dezembro de 1926, ano XXIV, n.ºs 279, 280, 281</b> João Clímaco do Rosário (Cônego Teólogo da Sé Catedral) (DE);	F. X. dos Remédios (E); <b>Outubro-Dezembro de 1926, ano XXIV, n.ºs 279, 280, 281</b> João Clímaco do Rosário (Cônego Teólogo da Sé Catedral) (DE);	Redacção e Administração: Câmara Eclesiástica da Diocese de Macau; Tipografia e Impressão – Orfanato da Imaculada Conceição de Macau.	Setembro de 1923, ano XXI, n.º 243	<b>Último de 1926</b> – Outubro-Dezembro de 1926, ano XXIV, n.ºs 279, 280, 281.  <b>Último</b> – Dezembro de 1980, ano e vol. 78, n.º 911
46	<b>BOLETIM ECLESIASTICO DA MADEIRA</b>  «Com licença e	Funchal (Madeira)	1912-1919	Mensário	Padre M. F. Camacho (DEP); <b>Julho de 1918, ano VII, n.º 5</b> Padre Manuel da	Padre M. F. Camacho (DEP); <b>Julho de 1918, ano VII, n.º 5</b> Padre Manuel da	Redacção e Administração – Câmara Eclesiástica do Funchal	1 de Março de 1912, ano I, n.º 1	Fevereiro de 1919, ano VII, n.º 12

<sup>9</sup> De acordo com o levantamento realizado na BGUC, passa-se do *Boletim Eclesiástico dos Açores* de 2 de Agosto de 1915, n.º 519 para o Boletim de 31 de Janeiro de 1927, n.º 652. Assim sendo, não conseguimos analisar os referidos *Boletins* dos anos 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925 e 1926.

	aprovação da Autoridade Diocesana»				Silveira (DEP);	Silveira (DEP); Padre António Álvaro (A).			
47	<b>BOLETIM MENSAL DAS FAMILIAS CATHOLICAS</b>	Braga	1908 (?) – 1918	Mensário	Dr. Leonardo de Carvalho e Castro (DE); <b>Maio de 1913, ano VI (2.ª série), n.º 2,</b> Padre Alexandre dos Santos (DE);	Dr. Leonardo de Carvalho e Castro (DE); Miguel Minhava (AP); <b>Maio de 1913, ano VI (2.ª série), n.º 2,</b> Padre Alexandre dos Santos (DE);	Redacção e Administração – Av. De S. Miguel-o-Anjo, 26; Composição e Impressão: Tip. a vapor de Augusto Costa & Matos – Largo do Barão de S. Martinho; <b>Outubro de 1914, ano VII (2.ª série), n.º 7</b> Redacção e Administração – Rua do Carmo, 7; <b>Janeiro de 1918, ano XI (3.ª série), n.º 1</b> Redacção e Administração: Rua de S. Victor, 27; Composição e Impressão: Tip. a electricidade de Augusto Costa & Matos – Largo do Barão de S.	<b>1.º número</b> – deve ser de 1908 <b>1.º visto na BGUC:</b> Abril de 1913, ano VI (2.ª série), n.º 1	Janeiro de 1918, ano XI (3.ª série), n.º 1

							Martinho;		
48	<b>BOLETIM MENSAL DAS MISSÕES FRANCISCANAS E ORDEM TERCEIRA</b>	Braga	1907-1947	Mensário	?	?	?	?	?
49	<b>BOLETIM MENSAL DA OBRA DE S. FRANCISCO DE SALES</b>  «Publicação mensal com aprovação do Prelado diocesano»; <b>Janeiro de 1942, ano XXIII, n.º 1</b> «Boletim Mensal da Obra de S. Francisco de Sales e 'Propagação da Fé no interior'»	Porto	1896-1960	Mensário	Padre Joaquim Luz d' Assumpção (D);	Associação de S. Francisco de Sales (P); <b>Maio de 1911, ano XVII, n.º 5</b> Padre Assumpção (E Redactor); <b>Março de 1922, ano III, n.º 1</b> J. B. Carlos das Neves (E);	Administração: Mathosinhos; Composição e Impressão: Typ. Peninsular, R. de S. Chrispim, 16-28 – Porto; <b>Janeiro de 1911, ano XVII, n.º 1</b> Composição e Impressão: Typ. Peninsular, Rua dos Mercadores, 171 – Porto  Obra de S. Francisco de Sales do Porto (Propriedade e Órgão); <b>Março de 1922, ano III, n.º 1</b> Administração – R. dos Bragas, 270 – Porto;	<b>1.º ano – 1896</b> Ano I, mês (?) de 1896, n.º 1 (?)  <b>1.º visto BGUC –</b> Junho de 1907, ano XII, n.º 6	<b>Último de 1926 –<sup>10</sup></b> <b>Último –</b> Julho-Agosto de 1960, ano XLI, n.ºs 7 e 8
50	<b>BOLETIM MENSAL DA OBRA DAS</b>	Lisboa	1918-1922	Mensário	Dr. Francisco Rodrigues da	Dr. Francisco Rodrigues da	Redacção e Administração –	Janeiro de 1918, ano I,	(?) de 1922, ano III,

<sup>10</sup> Não nos foi possível confirmar qual o último número de 1926, uma vez que no Arquivo da BGUC não existem os anos 1925, 1926 e 1927. Assim, passa-se de Ano IV, Janeiro de 1924, n.º XI para Ano IX, Setembro-Outubro de 1928, n.ºs 7 e 8.

	<b>VOCAÇÕES E DOS MISSIONÁRIOS</b>				Cruz (DE);	Cruz (DE);	Campo dos Mártires da Pátria, 78 – Lisboa	n.º 1	n.º 26
<b>51</b>	<b>BOLETIM PAROQUIAL</b>  «Com aprovação da Autoridade Eclesiástica»; <b>25 de Abril de 1915, ano II, n.º 61</b> «Com aprovação da Autoridade Eclesiástica de Santa Catarina da Serra – Leiria»; <b>9 de Maio de 1915, ano II, n.º 63</b> «Com aprovação da Autoridade Eclesiástica do Arciprestado de Sernance (Sernache?) e Penela»	Lisboa	1914-1920	Semanário	Dr. Garcia Diniz (D); <b>3 de Dezembro de 1918, ano III, n.º 145</b> Padre João Vascondeus (D)	Afonso H. d' Almeida (E); Casa Católica (P); <b>11 de Abril de 1915, ano II, n.º 59</b> Eduardo de Aguiar (E);	Redacção e Administração – 133, R. Poiais de S. Bento, 135	5 de Abril de 1914, ano I, n.º 6	29 de Fevereiro de 1920, ano VI, n.º 311
<b>52</b>	<b>BOLETIM PAROQUIAL</b>  «Órgão da União Católica» (Antetítulo); «Com aprovação eclesialística»	Porto	1916-1919	Semanário	Dr. A. Bernardo da Silva (D)	José Teixeira Bastos (EA); Dr. Artur de Amorim (Secretário da União Católica) (P); <b>3 de Março de 1918, ano II, n.º 38</b> Joaquim de Vasconcelos (EA).	Redacção e Administração – Rua de Pinto Bessa, 669 – Porto	18 de Junho de 1916, ano I, n.º 1	9 de Novembro de 1919, ano IV, n.º 9
<b>53</b>	<b>BOLETIM</b>	S. Lázaro,	1923	Semanário	Padre José Maria	Padre José Maria	Redacção e	2 de	13 de

	<b>PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. JOSE DE S. LÁZARO</b>	Braga			da Costa Parente (DEA).	da Costa Parente (DEA).	Administração – Rua da Ponte, 32; Composição e Impressão – Typografia da «Acção Católica»	Dezembro de 1923, ano I, n.º 1	Dezembro de 1923, ano I, n.º 3
54	<b>BOLETIM PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. LOURENÇO</b>  «Com aprovação da Autoridade Eclesiástica»	Portalegre	1916-1952	Semanário	Francisco d' Andrade Sequeira (DAP); <b>8 de Maio de 1921, ano VI, n.º 359</b> Cónego Francisco d' Andrade Sequeira (DAP);	Francisco d' Andrade Sequeira (DAP); Joaquim Celestino Cara d' Anjo (E);	Redacção e Administração – Rua da Mouraria, 136 Portalegre Composição e Impressão – Tipografia Viseense – Rua Silva Gaio, n.ºs 42-46 – Viseu.	12 de Março de 1916, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – 29 de Dezembro de 1926, ano VIII, n.º 663.  <b>Último</b> – 16 de Março de 1952, ano XXXVIII, n.º 1471
55	<b>BOLETIM PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SERZEDO-GRANJA</b>	Serzedo, Vila Nova de Gaia	1915	Semanário	Padre Caetano d' Almeida (Serzedo-Granja) (DEA);	Padre Caetano d' Almeida (Serzedo-Granja) (DEA);	—————	3 de Janeiro de 1915, ano I, n.º 1	7 de Fevereiro de 1915, ano I, n.º 6
56	<b>BOLETIM POPULAR</b>  «Publicação Mensal com licença da Auctoridade Ecclesiastica»	Porto	1912-1920	Mensário	Padre Joaquim Luiz d' Assumpção (DE);	Padre Joaquim Luiz d' Assumpção (DE); Obra de S. Francisco de Sales (P);	Administração: Matosinhos; Composto e Impresso: Typ. Peninsular, Rua dos Mercadores, 171 – Porto; <b>Janeiro de 1913, ano II, n.º 1</b> Composto e Impresso:	Janeiro de 1912, ano I, n.º 1	Janeiro de 1920, ano X, n.º 1

							Escola Tipográfica da Oficina de S. José – Porto;		
57	<b>BOLETIM PORTUGUEZ DA SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO</b>  «Publicação Mensal (com aprovação da Auctoridade Eclesiastica)	Porto	1918 – mantém publicação	Mensário	Manuel António da Silva (DP); <b>Julho de 1924, tomo XVII, n.º 193</b> Constantino António Alvares Ribeiro (DP);	Manuel António da Silva (D P); António José Duarte (E); <b>Setembro de 1922, tomo XV, n.º 171</b> Surge: Alvares Ribeiro (SRed);	Administração: Rua do Corpo da Guarda, 58; Redacção: Rua das Flores, 224; Impressão: Tipografia Fonseca – Rua da Picaria, 74, Porto; <b>Setembro de 1922, tomo XV, n.º 171</b> Administração e Redacção: Rua Chã, 132, Porto;	<b>1.º número</b> – ?  <b>1.º visto na BGUC –</b> Dezembro de 1918, tomo XI, n.º 126	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, tomo XIX, n.º 10 (?)  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Dezembro de 2008, ano 100 (C), n.º 10. (Vem por Depósito Legal)
58	<b>BOLETIM SALESIANO</b>  «Revista das Obras de Dom Bosco»	Lisboa «Província Portuguesa da Sociedade Salesiana»,	1902 – mantém publicação	Mensário/ Bimestral: a partir – de Janeiro/ Fevereiro de 1915, ano XIV,	_____	_____	Portugal: Rua Saraiva de Carvalho, 275, Lisboa.  Turim:	<b>1.º visto na BGUC –</b> Maio de 1902, ano I, n.º 4 (1.º número	<b>Último de 1926 –</b> Novembro/ Dezembro de 1926, ano XXII, n.º 6

		originária de Turim, Itália		vol. VI, n.º 1			Redacção, Oratório de S. Francisco de Sales, Rua Cottolengo, 32, Turim, Itália.	deve ser de Fevereiro de 1902).	<p><b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Novembro/Dezembro de 2008, ano?, n.º 511. Nessa data, tinha como subtítulo, «Revista da Família Salesiana fundada por S. João Bosco em 1877».</p> <p>Era seu Director, Basílio Nuno Gonçalves. O seu Editor era Joaquim Antunes. Este periódico é Propriedade da Província</p>
--	--	-----------------------------	--	----------------	--	--	---	---------------------------------	--

									Portuguesa da Sociedade Salesiana, Corporação Missionária. (Vem por Depósito Legal).
59	<b>BRADO D' OESTE</b>	Ponta do Sol (Madeira)	1909-1918	Bissemánario / Semanário: a partir de – <b>22 Março 1917, ano VIII, n.º 814</b>	Clemente de Freitas da Silva (DP); <b>23 de Março de 1912, ano III, n.º 294,</b> Clemente de Freitas da Silva (DEP); <b>22 Março 1917, ano VIII, n.º 814,</b> Padre João Vieira Caetano (D); Herdeiros de Clemente de Freitas da Silva (P); Fundador: Clemente de Freitas da Silva;	Clemente de Freitas da Silva (DP); <b>25 de Março de 1911, ano II, n.º 190,</b> Surge Editor: João Baptista Fagundes (até: A. III, n.º 293, 20 Março 1912) <b>23 de Março de 1912, ano III, n.º 294,</b> Clemente de Freitas da Silva (DEP); <b>31 de Maio de 1913, ano IV, n.º 418,</b> Surge – Aurelio T. de Freitas da Silva (E); <b>22 Março 1917, ano VIII, n.º 814</b> Herdeiros de Clemente de Freitas da Silva	Redacção, Administração, Composição, Impressão: Rua de Santo António, n.º 1 <b>(aumenta para n.º 1 e n.º 2 em: 31 de Janeiro de 1912, ano III, n.º 279;</b> N.º avulso: 20 réis; N.º atrasado: 50 réis; Mez (Paiz): 150 réis; P/ Estrangeiro (moeda forte): 260 réis; Anúncios: 1.ª pag: 100 réis a linha; 2.ª pag: 60 reis/linha; 3.ª pag: 40 réis/linha; permanentes e comunicados:	2 de Junho de 1909, ano I, n.º 1,	<b>Último</b> – 24 de Janeiro de 1918, ano IX, n.º 858

						(P); <b>4 Outubro 1917,</b> <b>ano IX, n.º 842,</b> António do Monte Varela (PE);	ajuste particular; <b>22 Março 1917,</b> <b>ano VIII, n.º</b> <b>814,</b> Redacção, Administração, Composição e Impressão: <b>retoma a ser</b> Rua de Santo António, n.º 1; <b>17 Maio 1917,</b> <b>ano VIII, n.º</b> <b>822</b> Redacção, Administração, Composição: Rua de S. Sebastião, n.º 1; Impressão: Rua de D. Carlos, n.º 1 <b>25 Outubro</b> <b>1917, ano IX,</b> <b>n.º 845</b> Redacção, Administração, Composição e Impressão: Rua de D. Carlos, n.º 1 e 2;		
<b>60</b>	<b>BROTERIA</b>	Lisboa	1902 – mantém	Mensário	J. S. Tavares (D);	_____	_____	Setembro (?) de 1902, ano	<b>Último de</b> <b>1926 –</b>

			publicação			<b>Abril de 1926, vol. II, fasc. IV</b> Domingos dos Anjos Amorim (PE);	<b>Abril de 1926, vol. II, fasc. IV</b> Redacção e Administração: Rua das Flores, n.º 45 – Caminha; Composição e Impressão: Tipografia “Minerva” – Av. Barão de Trovisqueira, Vila Nova de Famalicão	I, vol. I, n.º 1 <sup>11</sup>	Série Mensal: «Fé-Sciencias-Letras», Dezembro de 1926, vol. III, fasc. VI  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BMV é: Dezembro de 2008, ano 108], vol. 167. Nessa data, tinha como subtítulo: «Cristianismo e Cultura». O Seu Director era António Vaz Pinto.
--	--	--	------------	--	--	--	--	--------------------------------	--

<sup>11</sup> Este primeiro número da *Broteria* (enquanto Revista de Ciências Naturais) foi analisado na Biblioteca Municipal de Viseu (BMV), por o mesmo não estar acessível na BGUC. Aliás, aqui a colecção da *Broteria* está muito incompleta, faltando vários anos, pelo que analisámos a mesma quer na BMV, quer no Pólo das Beiras da Universidade Católica Portuguesa – Viseu onde a colecção, de resto, está igualmente muito incompleta.

									(vem por Correio).
61	CALENDARIUM ECCLESIASTICUM ANGOLENSE	?	1913-1914	Anual	_____	António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (E).	Imprimido por Joseph Eduardus Dias de Andrade, 30 de Novembro de 1913, para o ano de 1914	30 de Novembro de 1913, para o ano de 1914 (n.º único)	_____
62	CALENDARIUM ECCLESIASTICUM BRIGANTINUM <sup>12</sup>	Bragança	1909-1919	Anual	<b>1909</b> Mandado executar por: D. Josephi Alves de Mariz; Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos; <b>1913</b> Mandado executar por: Hujus Dioeceseos Ordinarii; Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos;	_____	Composto e Impresso: «Conimbrigae Typis Academicis»;	1909	1919
63	CALENDARIUM ECCLESIASTICUM CONIMBRIGENSE	Conimbricae (Coimbra)	1909-1919	Anual	<b>1911</b> Mandado executar por: D. Emmanuelis Corrêa de Bastos Pina;	_____	Composto e Impresso: «Conimbrigae Typis Academicis»;	1909	1919

<sup>12</sup> Na colecção existente na BGUC não existem os anos 1910, 1911 e 1912.

					Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos;				
64	<b>CALENDARIUM ECCLESIASTICUM FUNCHALENSE</b>	Funchal (Madeira)	1909-1919	Anual	<b>1909</b> Mandado executar por: D. Emmanuelis Augustini Barreto; Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos;  <b>1919</b> Mandado executar por: Hujus Dioeceseos Ordinarii; Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos;	_____	Composto e Impresso: «Conimbrigae Typis Academicis»;	1909	1919
65	<b>CALENDARIUM ECCLESIASTICUM LAMECENSIS</b>	Lamego	1909-1919	Anual	<b>1919 ?</b> Mandado executar por: Hujus Dioeceseos Ordinarii Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de	_____	Composto e Impresso: «Conimbrigae Typis Academicis»;	1909	1919

					Vasconcellos;				
66	<b>CALENDARIUM ECCLESIASTICUM VIMARANENSIS</b>	Guimarães	1909-1919	Anual	<b>1919 ?</b> Mandado executar por: Hujus Dioeceseos Ordinarii Realizado por: Presbítero António Garcia Ribeiro de Vasconcellos	_____	Composto e Impresso: «Conimbrigae Typis Academicis»;	1909	1919
67	<b>CALENDRIER LITURGIQUE</b>	Lisbonne (Lisboa)	1917-1960	Anual	_____	_____	Eglise Saint Louis dès Français. Lisbonne	Ano I, 1917 (para o ano civil)	Ano XLIII, 1960 (para o ano civil)
68	<b>O CAMINHO</b> «Pregoeiro cristão das aldeias»	Sever do Vouga	1917-1940	Mensário	M. Marques Pereira (DP);	M. Marques Pereira (DP); J. Maria da Silva (E); Joaquim António de Jesus (A); Crentes e Amigos (R);	Redacção e Administração – Braçal de Sever do Vouga;	21 de Março de 1917, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – <sup>13</sup> <b>Último</b> – Setembro de 1940, ano XXIII, número especial
69	<b>CATOLICISMO SOCIAL</b> «Defensor das verdades religiosas e dos princípios sociaes christãos»;	Viseu	1911	Bisemanário	Padre Maximiano d' Almeida (D)	Padre Miguel Ferreira d' Almeida (E); Alfredo Paes Pereira dos Santos (A).	_____	21 de Março de 1911, ano I, n.º 1	13 de Abril de 1911, ano I, n.º 3
70	<b>COMBATE</b>	Braga	1910-1911	Semanário	Dr. Alberto Pinheiro Torres	<b>1911</b> <b>6 de Janeiro de</b>	<b>1911</b> <b>6 de Janeiro de</b>	6 de Janeiro de 1911, ano	23 de Maio de 1911, ano

<sup>13</sup> De acordo com a consulta efectuada no Arquivo da BGUC não encontramos os exemplares dos jornais entre os anos 1922 e 1926. Assim, passa-se de Ano III (IV?), Janeiro-Fevereiro de 1921, n.ºs 29 e 30 para Ano III (XI ?), Dezembro de 1927, n.º 31.

	«Órgão do Partido Nacionalista do Distrito»;  <b>1911</b> <b>6 de Janeiro de 1911,</b> <b>ano I, n.º 35</b> «Semanario Nacionalista»				(D); <b>1911</b> <b>6 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 35</b> Dr. Alberto Pinheiro Torres (D);	<b>1911, ano I, n.º 35</b> Augusto Graça (PA); Domingos José de Sousa Gomes (E);	<b>1911, ano I, n.º 35</b> Redacção, Administração, Oficina, Composição e Impressão: Rua Nova de Souza, 56 a 58 – Braga <b>23 de Maio de 1911, ano II, n.º 53</b> Composição e Impressão: Typographia Popular	I, n.º 35	II, n.º 53
<b>71</b>	<b>O CORREIO</b>  «Semanario Monarchico»	Porto	1912-1913	Semanário	A. R. d' Azevedo Bastos (D - Gerente); <b>15 de Fevereiro de 1913, ano I, n.º 11</b> Jorge Santos (D); <b>8 de Fevereiro de 1913, ano I, n.º 10</b> José Fontes, Sobrinho (E); <b>5 de Abril de 1913, ano I, n.º 18</b> João de Sá Sotto-Maior Pizarro (E); <b>3 de Maio de 1913, ano I, n.º 22</b>	Joaquim Leitão (P); Bento d' Oliveira e Silva (E); <b>28 de Dezembro de 1912, ano I, n.º 4</b> Mário Antunes Leitão (P); <b>8 de Fevereiro de 1913, ano I, n.º 10</b> José Fontes Sobrinho (E); <b>5 de Abril de 1913, ano I, n.º 18</b> João de Sá Sotto-Maior Pizarro (E); <b>3 de Maio de 1913, ano I, n.º</b>	Redacção e Administração: Rua Passos Manuel, 177, 1.º – Porto; Composto e Impresso: Typographia Costa Carregal, Travessa Passos Manuel, 27 – Porto Agente em Lisboa: R. António Maria Cardoso, 68, 3.º; <b>28 de Dezembro de 1912, ano I, n.º 4</b>	7 de Dezembro de 1912, ano I, n.º 1	3 de Maio de 1913, ano I, n.º 22

					Alberto Ferreira d' Aguiar (E);	<b>22</b> Alberto Ferreira d' Aguiar (E);	Agente em Lisboa: Largo de S. Paulo, 12, 1.º <b>4 de Janeiro de 1913, Ano I, n.º 5</b> Agente em Paris: Rua Feydeau, 26; <b>18 de Janeiro de 1913, ano I, n.º 7</b> Agência em Paris: Álvaro Pinheiro Chagas, 6, Rua Duban; <b>25 de Janeiro de 1913, ano I, n.º 8</b> Impresso: Typographia de Arthur José de Souza, Largo de S. Domingos, 67 – Porto; <b>22 de Março de 1913, ano I, n.º 16</b> Composto e Impresso: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor –		
--	--	--	--	--	------------------------------------	---	---	--	--

							Officinas movidas a electricidade, Rua da Cancellia Velha, 70, 1.º Porto;		
72	<b>CORREIO DA BEIRA</b>	Viseu	1911-1919	Bisemanário	Padre Mário d' Almeida Brito (D); António José Marques (P); Henrique Luiz Ferreira (E); <b>29 de Maio de 1912, ano II, n.º 121</b> (Cónego Dr.) José d' Almeida Correia (D) <b>1 de Janeiro de 1913, ano II, n.º 184</b> Manoel Francisco d' Almeida (D)	Henrique Luiz Ferreira (E);	Impressão e Composição – Typographia do «Correio da Beira» - Estrada de Mangualde	1 de Abril de 1911, ano I, n.º 1	12 de Fevereiro de 1919, ano VI, n.º 807
73	<b>CORREIO DE COIMBRA</b>  «Semanário Órgão da Comissão Diocesana do Centro Católico»	Coimbra	1922 – mantém publicação	Semanário	Dr. Diogo Pacheco d' Amorim (DE); Francisco de Paiva Boléo (AP); <b>21 de Março de 1925, ano IV, n.º 150</b> Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (DE);	<b>21 de Março de 1925, ano IV, n.º 150</b> Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (DE); Alfredo Loureiro (SR); <b>6 de Novembro de 1926, ano V, n.º 233</b>	—————	18 de Março de 1922, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano V, n.º 240.</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período

					<b>6 de Novembro de 1926, ano V, n.º 233</b> Dr. Herculano de Carvalho (DE);	Joaquim da Silva Ventura (SR);			estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 25 de Dezembro de 2008, ano 87, n.º 4253. Nessa data, o seu Director era A. Jesus Ramos. O Administrador era Joel Carlos B. Antunes. O Chefe de Redacção era Miguel Cotrim. O periódico é Propriedade de Amicor – Comunicação Cristã, Lda. (Vem por Correio).
<b>74</b>	<b>CORREIO DE LAFÕES</b> «Deus e Pátria» e «Quinzenário Católico»	Vouzela	1915-1918	Quinzenário	<b>21 de Novembro de 1915, ano I, n.º 4</b> Padre João Nepomuceno de Almeida (DEP);	Armindo Tavares Tinoco (P); Manoel da Silva Reis (A); Padre João Nepomuceno de Almeida (E);	Colaboradores – Dr. Alberto Pinheiro Torres, Dr. Francisco de Sousa Gomes Veloso, Dr. José de Almeida	10 de Outubro de 1915, ano I, n.º 1	7 de Abril de 1918, ano III, n.º 61 (?)

						António Luiz Saraiva (R); <b>21 de Novembro de 1915, ano I, n.º 4</b> Padre João Nepomuceno de Almeida (DEP); Armindo Tavares Tinoco (S);	Correia e Dr. Agostinho Ferreira Coutinho; Redacção e Administração – Av. João de Melo – Vouzela		
75	<b>CORREIO DO NORTE</b>  «Diario Catholico da Manha»	Porto	1910-1911	Diário	Dr. M. Abundio da Silva (D);	Americo Costa (A); Empreza do “Correio do Norte” (P); <b>1911</b> Americo Aguiar da Costa Brandão (EA);	Redacção, Administração e Oficinas: Bateria da Victoria, n.º 11 (esquina da rua de S. Miguel);	3 de Julho de 1910, ano I, n.º 1	1 de Fevereiro de 1911, ano I, n.º 190
76	<b>CORREIO DE TORRES</b>	Torres Vedras	1926	Semanário	A. Teixeira de Figueiredo (D);	Empreza d’ O Correio de Torres (P); João Augusto Climaco Pinto (AE),	Redacção, Administração: Rua Serpa Pinto, 46 Torres Vedras; Composição e Impressão: Sociedade Progresso Industrial;	10 de Janeiro de 1926, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC: 17</b> de Janeiro de 1926, Ano I, n.º 2	26 de Setembro de 1926, ano I, n.º 28
77	<b>A CRENÇA</b>	Guimarães	1913-1916	Quinzenário	Padre Domingos da Silva Gonçalves (DEP); <b>27 de Junho de 1915, ano II, n.º 42</b> Padre Manuel	Padre Domingos da Silva Gonçalves (DEP); <b>27 de Junho de 1915, ano II, n.º 42</b> Padre Manuel	Redacção e Administração – Rua Egas Moniz – Guimarães	1 de Outubro de 1913, ano I, n.º 1	26 de Março de 1916, ano I, n.º 59

					Ferreira Ramos (DEP).	Ferreira Ramos (DEP).			
78	<p><b>A CRENÇA</b></p> <p>«Boletim Parochial de Vila Franca do Campo» e «Approvado e abençoado pelo Exmo Sr. D. Manuel Damasceno da Costa, venerando Bispo d' Angra»</p> <p><b>20 de Dezembro de 1925, ano XI, n.º 408</b></p> <p>Sub-subtítulo – «Approvado e abençoado pelo Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. António Augusto de Castro Meireles, venerando Bispo dos Açores»</p>	Vila Franca do Campo (São Miguel, Açores)	1915 – mantém publicação	Semanário	Padre Ernesto Ferreira (D);	Padre João de Mello Bulhões (PE);	_____	Ano I, 19 de Dezembro de 1915, n.º 1	<p><b>Último de 1926 – 28 de Novembro de 1926, ano XI, n.º 524</b></p> <p><b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 1 de Junho de 2001, Ano 86, n.º 4225 (Vem por Depósito Legal).</p>
79	<p><b>O CRENTE DE BARROSO</b></p> <p>Pátria» (“orelha” esquerda); «Semanário Católico Defensor dos interesses de Barroso» (centrado); «Boticas e</p>	Montalegre	1913-1916	Semanário	J. M. Duarte Júnior (D)	Empresa de «O Crente de Barroso» (P); Domingos Barroso (A); <b>12 de Março de 1914, ano I, n.º 38 (49)</b>	Redacção, Administração, Composição e Impressão – Rua Direita – Montalegre	19 de Junho de 1913, ano I, n.º 1 (12)	18 de Julho de 1916, ano IV, n.º 154

	Montalegre» (“orelha” direita)					M. J. Afonso Baptista (AR); <b>18 de Maio de 1914, ano I, n.º 52 (63)</b> Eduardo d’ Azevedo Coutinho (até 15 de Julho de 1915, ano III, n.º 105) (A)			
<b>80</b>	<b>A CRUZ</b> «Boletim Paroquial»	Angra do Heroísmo (Terceira, Açores)	1914-1917	Semanário	Padre J. Maria Fernandes (D)	Padre A. da Costa Ferreira (EP).	—————	19 de Março de 1914, ano I, n.º 1	12 de Abril de 1917, ano IV, n.º 159
<b>81</b>	<b>A CRUZADA</b> «Boletim Paroquial da Arquidiocese de Braga»; <b>1 de Janeiro de 1923, ano XI, n.º 1</b> «Boletim Paroquial – Aprovado e abençoado pelo Senhor Arcebispo Primaz»	Braga	1923-1982?	Semanário / Mensário (em 1968) / Trimestral (em 1972)	Mgr. Manuel Pereira Júnior (passa a Cónego em 4 de Janeiro de 1931, ano IX, n.º 1) (D);	Padre António José de Carvalho (EA); Empresa da «Acção Católica» (P); <b>17 de Fevereiro de 1924, ano II, n.º 7</b> Padre Alberto Narciso de Azevedo (EA); <b>2 de Novembro de 1924, ano II, n.º 44</b> Administrador-Editor – Padre Cândido Lima das Eiras (EA); <b>3 de Janeiro de 1926, ano IV, n.º</b>	Redacção e Administração – Câmara Eclesiástica;	1 de Abril de 1923, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 26 de Dezembro de 1926, ano III, n.º 52</b> <b>Último</b> visto na BGUC – Janeiro de 1982, ano LIV, (trimestral), n.º 101

						<b>1</b> Padre José A. Malheiro (CRE); <b>20 de Junho de 1926, ano IV, n.º 25</b> Miguel José Leite (E);			
<b>82</b>	<b>A CRUZADA</b> «Boletim Paroquial»; <b>2.º Domingo de Fevereiro de 1935, ano XIII, n.º 6</b> «Boletim Paroquial da Arquidiocese»; <b>2.º Domingo de Dezembro de 1935, ano XIII, n.º 49</b> «Boletim Paroquial da Arquidiocese e Órgão da Obra de Auxílio aos Seminários»	Fão, Esposende	1923-1936	Semanário	Monsenhor Pereira Júnior (D)	Secretariado da Boa Imprensa (P); Miguel José Leite (EA);	_____	1.º n.º?  <b>1.º visto:</b> 22 de Março de 1931, ano IX, n.º 12	<b>Último de 1926</b> – <sup>14</sup>  <b>Último</b> – 4.º Domingo de Novembro de 1936, ano XIV, n.º 47
<b>83</b>	<b>CRUZADA NACIONAL «NUNO ALVARES»</b>  «Revista essencialmente patriótica»	Lisboa	1922	Quinzenário	João Afonso de Miranda (D);	Leonel Duarte Silva (E sub D); João Rico (RP);	_____	Novembro de 1922, ano I, n.º 1 (n.º único)	?
<b>84</b>	<b>CRUZADA DO ROSARIO</b>	Lisboa	1915-1961	Bimestral	P. H. O' Sullivan (DP);	P. H. O' Sullivan (DP); D. João de	_____	1.º n.º? <b>1.º visto:</b>	<b>Último de 1926</b> – Novembro-

<sup>14</sup> De acordo com os dados da BGUC, o primeiro número d' *A Cruzada* (Fão) é apenas de 1931. Nesse sentido, não nos é possível, neste Arquivo, ter acesso ao último número exacto de 1926.

	«Órgão da Cruzada do Rosário, aprovado e recomendado pelo verenando Episcopado Português»					Saldanha Oliveira e Sousa (Marquez de Rio Maior) (E);		Janeiro-Fevereiro de 1925, ano XI (?), n.º 83	Dezembro de 1926, ano XII (?), n.º 94.  <b>Último</b> – Setembro-Outubro de 1961, ano 47 (?), n.º 303
85	<b>A DEFESA</b> «Publicação Semanal»	Évora	1923 – mantém publicação	Semanário	Varela Lopes (DE) (até: 29 de Novembro de 1924, ano II, n.º 90)	Varela Lopes (DE); Empreza “A Defesa” (P); <b>10 de Junho de 1923, ano I, n.º 13</b> J. Domingos Mariano (E); “Gráfica Eborense” (P); <b>10 de Maio de 1924, ano II, n.º 61</b> Alexandre Rosado (A) (até A. II, 2 de Agosto de 1924); <b>9 de Agosto de 1924, ano II, n.º 74</b> José Domingos Mariano (A); <b>6 de Dezembro de 1924, ano II, n.º 91</b> Neves Correia	Redacção e Administração: Largo da Porta de Moura, 25 – Évora <b>10 de Maio de 1924, ano II, n.º 61</b> Redacção e Administração: Largo da Sé, 4-A – Évora; <b>27 de Dezembro de 1924, ano II, n.º 94</b> Redacção e Administração – Largo das Portas de Moura.	<b>1.º número</b> – 18 de Março de 1923, Ano I, n.º 1?  <b>1.º visto na BGUC</b> – 1 de Abril de 1923, ano I, n.º 3	<b>Último de 1926</b> – 31 de Dezembro de 1926, ano IV, n.º 199.  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Ano LXXXV, 24 de Dezembro de 2008, n.º 4396. Nessa altura, era Director: Salvador dos

						(RP); José Domingos Mariano (EA);			Santos, Proprietário/ Editor: SIRE (Sociedade Instrutiva Regional Eborenses). (Vem por Correio).
86	<b>DEFESA SOCIAL</b>	Viseu	1919-1920	Bisemanário	Cónego Dr. José de Almeida Correia (D)	Henrique Luiz Ferreira (E); António José Marques (P); Manuel Francisco d' Almeida (A);	Redacção e Administração – Estrada de Mangualde	23 de Abril de 1919, ano I, n.º 1	31 de Dezembro de 1920, ano II, n.º 100
87	<b>A DEMOCRACIA</b>  «Deus, Pátria e Liberdade»	Covilhã	1913-1915	Semanário	Padre José Fino Beja (D);	Fernando A. Correia Romão (E); Empreza d' A <i>Democracia</i> (P); Vasco da Gama Leitão (S) até Ano I, 22 de Junho de 1913, n.º 24; <b>26 de Janeiro de 1913, ano I, n.º 3</b> José da Silva Secca (E);	Redacção e Administração – Rua do Commendador Mendes Veiga, 12 – Covilhã	12 de Junho de 1913, ano I, n.º 1	26 de Dezembro de 1915, ano III, n.º 154 <sup>15</sup>
88	<b>DEU-LA-DEU</b>  «Semanario Regionalista»	Monção	1921-1922	Semanário	Padre Manuel D. Basto (DE);	Padre Manuel D. Basto (DE); Padre Luiz d. Abreu e Mello (A Delegado);	Redacção – Praça Deu-La- Deu – Monção; Administração e Impressão – Tipografia do	Ano I, 30 de Junho de 1921, n.º especimen	8 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 22

<sup>15</sup> Este foi o último número do jornal a que tivemos acesso na BGUC.

							<i>Diário do Minho</i>		
<b>89</b>	<b>DEVER<sup>16</sup></b>	Figueira da Foz	1926	?	?	?	?	?	?
<b>90</b>	<b>O DEVER</b> «Semanário Católico» e «Quem não é comigo é contra mim. S. Mateus, 12, 30»; <b>28 de Agosto de 1937, ano XXI, n.º 94</b> «Por Deus! Pela Pátria!»	Calheta (São Jorge, Açores)	1917 – mantém publicação	Semanário	Padre João Vieira Xavier Madruga (DEPA);	Padre João Vieira Xavier Madruga (DEPA); <b>20 de Outubro de 1917, ano I, n.º 21</b> Padre José J. de Matos – Calheta (Editor também em 1931) (A)	_____	2 de Junho de 1917, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano X, n.º 468.</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Por falta de espaço na BGUC, o último acessível é 28 de Dezembro de 2000, ano 84, n.º 4103. Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é 9 de

<sup>16</sup> Não há na BGUC. Cf. GOMES, Pinharanda – O pensamento teológico contemporâneo em Portugal. In *Separata da Revista Theologica*. Braga, vols. XXII-XXIII, fasc. I-IV, 1991, p. 104.

									Outubro de 2008, ano 91, n.º 4509. (Vem por Depósito Legal).
91	<b>DIARIO ILLUSTRADO</b>	Lisboa	1872-1911	Diário	?	?	?	1 de Julho de 1872, ano I, n.º 1	7 de Janeiro de 1911, ano, XXXIX, n.º ?
92	<b>DIARIO DO MINHO</b>  <b>5 de Abril de 1921, ano II, n.º 602</b> «Propriedade da Empresa “Minho Gráfico” – até 21 de Janeiro de 1922, Ano III, n.º 849	Braga	1919 – mantém publicação	Diário	Joaquim António Pereira Villela (DP) <b>5 de Abril de 1921, ano II, n.º 604</b> Cunha Barbosa (D) <b>6 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 810</b> Artur Bivar (D) <b>13 de Junho de 1922, ano IV, n.º 990</b> Padre Domingues Basto (D) até 6 de Maio de 1923, ano V, n.º 1202  <b>7 de Março de 1924, ano V, n.º 1285</b> Cunha Barbosa (D); <b>30 de Março de 1924, ano V, n.º</b>	José R. P. Villela (E SR) <b>1 de Janeiro de 1921, ano II, n.º 528</b> José C. R. Coelho (RP), Francisco R. T. Cerdeira (A) <b>5 de Abril de 1921, ano II, n.º 602</b> Padre António José de Carvalho (AE) <b>1 de Junho de 1921, ano III, n.º 652</b> Padre Artur Campos (AE); Propriedade, Edição e Produção – «Empresa do Diário do Minho» <b>6 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 810</b>	Redação, Administração e Composição – Rua Martyres da Republica, 91, Braga	Ano I, 15 de Abril de 1919, n.º 1	<b>Último de 1926 –</b> Ano VIII, 30 de Dezembro de 1926, n.º 2152  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Ano 89, 31 de Dezembro de 2008, n.º 28364. Nessa data o seu Director era José Miguel Pereira. O seu

					<p><b>1305</b> Padre Ribeiro Braga (D) (até <b>6 de Junho de 1924, ano V, n.º 1360</b>) <b>4 de Julho de 1926, ano VIII, n.º 2002</b> Padre José A. Malheiro (DE) <b>26 de Novembro de 1926, ano VIII, n.º 2124</b> A. Teixeira Pinto (DE)</p>	<p>Avelino Teixeira d' Andrade (AE); <b>6 de Maio de 1923, ano V, n.º 1202</b> António Teixeira Pinto (RP); Padre Domingos Gonçalves Carneiro (AE) <b>Ano V, 7 de Março de 1924, n.º 1285</b> Padre Ribeiro Braga (E CR) <b>Ano V, 30 de Março de 1924, n.º 1305</b> Constantino Coelho (E CR) <b>Ano VIII, 4 de Julho de 1926, n.º 2002</b> Padre José A. Malheiro (DE); <b>Ano VIII, 26 de Novembro de 1926, n.º 2124</b> A. Teixeira Pinto (DE) Eduardo Silva (A)</p>			<p>Chefe de Redacção era Damião Pereira e a Coordenador a Geral era Luísa Teresa Ribeiro. É Propriedade da Arquidiocese de Braga. (Vem por Correio).</p>
<b>93</b>	<b>O DISTRICTO DE PORTALEGRE</b>  <b>1 de Janeiro de 1911, ano XXVIII, n.º 1826</b>	Portalegre	1884-2010	Bisemanário / Semanário a partir de – 29 de Maio de 1921, Ano 38, n.º	Dr. José Frederico Laranjo (DP) <b>21 de Novembro de 1915, ano 32, n.º 2333</b>	Dr. José Frederico Laranjo (DP) Leonardo Augusto (AE) <b>1 de Janeiro de</b>	Redacção, Administração e Impressão – Tipografia Leonardo, Largo	27 de Abril de 1884, ano I, n.º 1 <b>1.º visto na</b>	<b>Último de 1926 –</b> 1 de Agosto de 1926, ano 46, n.º 2966

	<p>Subtítulo - «Dirigido desde 1889 a 1909 pelo Dr. José Frederico Laranjo»</p>			<p>2709 (já como “Folha Semanal”)</p>	<p>José Lecoq (DE) <b>8 de Novembro de 1922, ano 38, n.º 2784</b> Luís de Lemos M. de Oliveira (D)</p>	<p><b>1911, ano 28, n.º 1826</b> Leonardo Augusto (DE); Empresa do ‘Distrito de Portalegre’ (P) <b>21 de Novembro de 1915, ano 32, n.º 2333</b> José Lecoq (DE) <b>29 de Maio de 1921, ano 38, n.º 2709</b> (já como “Folha Semanal”); Fernando Antunes Rocha (E); João Augusto Dias (P) Francisco Aprigio Mafra (RP); Mário Ribeiro Martins (SR) <b>Ano 38, 28 de Agosto de 1921, n.º 2722</b> Silvestre da Luz Lopes (SR); <b>27 de Maio de 1923, ano 40, n.º 2811</b> Severino de Sant’ Ana Marques (DE)</p>	<p>da Praça, 8 e 9 Portalegre</p>	<p><b>BGUC:</b> 24 de Abril de 1907, ano XXIV, n.º 1445</p>	<p>A edição do jornal foi suspensa, tendo reaparecido em Ano 43, 16 de Janeiro de 1927, n.º 2967, com o mesmo elenco redactorial.</p> <p><b>O jornal encerrou em 30 de Abril de 2010.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 18 de Dezembro de 2008, ano 125, n.º 7091. Nessa data, o seu Director era João Pires Coelho. Os Administradores eram</p>
--	---	--	--	---	--	---	-----------------------------------	---	--

									Manuel Marques Pires e Amândio Mateus. O Fundador do periódico foi Francisco Cortes Sanches. (Vem por Correio).
94	<b>O DOMINGO</b>	Nine, Famalicão, e Cambezes do Rio, Montalegre	1914-1916	Semanário	Padre Francisco de Lima Novais (D)	Padre Domingos Peixoto da Costa e Silva (EA); Propriedade da Empresa de 'O Domingo'	Redacção e Administração – Nine; Nine é uma freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão. Cambezes (do Rio) é uma freguesia do concelho de Montalegre. Serão estas às quais se refere esta publicação?	31 de Maio de 1914, ano I, n.º 1	28 de Maio de 1916, ano III, n.º 103
95	<b>DOM NUNO</b> «Folha Quinzenal Independente de Distribuição Gratuita» <b>22 de Agosto de 1926, ano II, n.º 23</b> «Folha Semanal	Vila Viçosa	1925-1931	Quinzenário / Semanário: a partir de – 22 de Agosto de 1926, ano II, n.º 23	————— <b>22 de Agosto de 1926, ano II, n.º 23</b> José Emídio Amaro (DE)	José Emídio Amaro (E R); Joaquim V. da Veiga Neves (A); Padre Rafael de Castro L. Pimentel (SR); Empresa (P);	Redacção e Administração: Rua Heliodoro Salgado – Vila Viçosa; Composição e Impressão: Gráfica	15 de Janeiro de 1925, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano II, n.º 37</b> <b>Último –</b>

	Independente»					<b>22 de Agosto de 1926, ano II, n.º 23</b> José Emídio Amaro (DE); Lopes Manso (Redactor)	Eborense – Largo das Portas de Moura, Évora; <b>22 de Agosto de 1926, ano II, n.º 23</b> Redacção, Administração e Oficinas: Rua de Cambaia – Vila Viçosa		11 de Janeiro de 1931, ano VI, n.º 131. Era Dir./Ed. e Prop.: Dr. Arthur Bivar. Adm.: Fernando Bivar. Subtítulo: «Semanario Regionalista Independente
<b>96</b>	<b>ECHOS DO MINHO</b>  Antetítulo – «A Deus o que é de Deus, a César o que é de César» (esq.); «Justiça e Liberdade. Pátria e Família» (dir.); <b>24 de Outubro de 1912, ano II, n.º 186</b> <b>Subtítulo –</b> «Joaquim António Pereira Villela (F)»; <b>1 de Abril de 1914, ano IV, n.º 335</b> <b>Subtítulo –</b> «Diario da Manhã»	Braga	1911-1919	Bisemanário / Diário: a partir de – 1 de Abril de 1914, ano IV, n.º 335	José Joaquim Pereira Villela (DP); Clemente de Campos Almeida Peixoto (E); Francisco José de Paiva (A) até 15 de Outubro de 1911, ano I, n.º 80  <b>24 de Outubro de 1912, ano II, n.º 186</b> Joaquim António Pereira Villela (F) <b>30 de Agosto de 1913, ano III, n.º 266</b> José Constantino Ribeiro Coelho (D); Joaquim António	Joaquim António Pereira Villela (RP) até 15 de Outubro de 1911, ano I, n.º 80.; Clemente de Campos Almeida Peixoto (E); Francisco José de Paiva (A) até 15 de Outubro de 1911, ano I, n.º 80; <b>, 27 de Outubro de 1912, ano II, n.º 187</b> Gabriel d' Almeida Maia (SR); <b>20 de Fevereiro de 1913, ano II, n.º 219</b> José Constantino Ribeiro Coelho	Bisemanário: publica-se às quintas e aos domingos;  Redacção e Administração – Rua dos Martyres da República, 83-91.	8 de Janeiro de 1911, ano I, n.º 1	13 de Fevereiro de 1919, ano IX, n.º 1809

				<p>Pereira Villela (P); <b>27 de Abril de 1915, ano V, n.º 663</b></p> <p>Joaquim António Pereira Villela (DP); <b>2 de Janeiro de 1916, ano V, n.º 866</b></p> <p>Gabriel d' Almeida Maia (E SR); <b>Ano VII, 7 de Agosto de 1917, n.º 1348</b></p> <p>Francisco Rodrigues Teixeira Cerdeira (E); <b>8 de Março de 1918, ano VIII, n.º 1524</b></p> <p>José Constantino Ribeiro Coelho (D); José Agostinho d' Oliveira (RP); <b>18 de Junho de 1918, ano VIII, n.º 1606</b></p> <p>Padre Ribeiro Braga (D)</p>	<p>(R); <b>13 de Março de 1913, ano III, n.º 225</b></p> <p>Armenio A. de Oliveira Sotto Mayor (SR); <b>Ano III, 30 de Março de 1913, n.º 230.</b></p> <p>Gabriel d' Almeida Maia (R); <b>27 de Abril de 1915, ano V, n.º 663</b></p> <p>Joaquim António Pereira Villela (DP); <b>2 de Janeiro de 1916, ano V, n.º 866</b></p> <p>Gabriel d' Almeida Maia (E SR); <b>Ano VII, 7 de Agosto de 1917, n.º 1348</b></p> <p>Francisco Rodrigues Teixeira Cerdeira (E); <b>24 de Fevereiro de 1918, ano VIII, n.º 1514</b></p> <p>José Constantino</p>		
--	--	--	--	---	--	--	--

						Ribeiro Coelho (RP); <b>8 de Março de 1918, ano VIII, n.º 1524</b> José Agostinho d' Oliveira (RP); <b>18 de Junho de 1918, ano VIII, n.º 1606</b> Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos (A. gerente).			
<b>97</b>	<b>ECO PACENSE</b>	Beja	1924-1927	Mensário / Bimensário: a partir de – Janeiro-Fevereiro de 1927, ano IV, n.ºs 1 e 2)	Cónego João Eduardo Marques (D); Cónego A. Rebelo dos anjos (AP);	—————	Redacção e Administração – Câmara Eclesiástica de Beja; Esta publicação é gratuita.	Fevereiro de 1924, ano I, n.º 1	Novembro-Dezembro de 1927, ano IV, n.ºs 11 e 12
<b>98</b>	<b>ECOS DO AVE</b> <sup>17</sup>  «Semanario Regionalista»;  «Publica-se aos sábados»	Santo Tirso	1922-1923	Semanário	—————	António Bento Correia (A); Empresa “Ecos do Ave” (P); Cândido Lima das Eiras (RP E)	Redacção e Administração: Parque do Conde de S. Bento, 97 – Santo Tirso; Composição e Impressão: Tipografia da “Acção Católica” – Oficina de S.	2 de Setembro de 1922, ano I, n.º 1	14 de Agosto de 1923, ano, I, n.º 37

<sup>17</sup> A partir do segundo semestre de 1922 *Ecos do Ave* passa a substituir o extinto *Ecos de Negrelas*, conforme uma nota publicada neste último periódico em: 5 de Agosto de 1922, ano II, n.º 17.

							<p>José, Braga  <b>10 de Março de 1923, ano I, n.º 23</b>  Composição e Impressão:  Tipografia Peninsular,  Praça Velha, 17  – Figueira da Foz;</p> <p>[Passa de: Ano I Sábado, 17 de Março de 1923, n.º 24 para: Ano I, Sábado, 9 de Junho de 1923, n.º 34.  <b>9 de Junho de 1923, ano I, n.º 34</b>  Composição e Impressão:  Tipografia “Minho Gráfico” – Braga</p>		
<b>99</b>	<p><b>ECOS DE NEGRELOS</b></p> <p>«Semanário Regionalista»</p>	Negrelos, Vila das Aves	1921-1922	Semanário	Luiz Pinheiro da Costa (D); <b>23 de Julho de 1921, ano I, n.º 16</b> Arthur Bívar (DE)	José de Mello (EP); Augusto Carvalho da Silva Mendes (A); <b>23 de Julho de 1921, ano I, n.º</b>	Redacção e Administração: Negrelos, Aves; Composição e Impressão: Tipografia	2 de Abril de 1921, ano I, n.º 1	5 de Agosto de 1922, ano II, n.º 17 <sup>18</sup>

<sup>18</sup> O último número presente na colecção apresenta esta data, dando conta que o título *Ecos de Negrelos* vai terminar, sendo continuado como *Ecos do Ave*, publicado a partir de Santo Tirso.

					<b>15 de Abril de 1922, ano II, n.º 1</b> Luís Pinheiro da Costa (D)	<b>16</b> Empreza «Minho Gráfico» (P); Augusto Carvalho da Silva Mendes (A Delegado); <b>15 de Abril de 1922, ano II, n.º 1</b> José de Melo (A); Augusto Carvalho da Silva Mendes (E)	Tirsense, 47, Rua Sousa Tropa – Santo Tirso; <b>23 de Julho de 1921, ano I, n.º 16</b> Administração e Impressão: Tipografia do “Diário do Minho” <b>15 de Abril de 1922, ano II, n.º 1</b> Composição e Impressão: Tipografia da “Acção Católica” – Oficina de S. José – Braga		
<b>100</b>	<b>ECOS DA RAIA</b>  «Órgão dos catholicos do Arciprestado de Monção»	Monção	1915-1919	Mensário / Semanário a partir de – 28 de Maio de 1915, ano I, n.º 8	Padre Manuel Domingues Basto (D);	João Fernandes d’ Azevedo (EP); Padre Leonel Aragão (A); Dr. Diogo Pacheco d’ Amorim (R);	_____	2 de Fevereiro de 1915, ano I, n.º 1	7 de Fevereiro de 1919, ano IV, n.º 187
<b>101</b>	<b>ECHOS DA VIA SACRA</b>	Viseu	1908-1915	Semanário?	Padre António Barreiros (D);	_____	Impressão: escritórios e oficinas d’ A <i>Folha</i>	20 de Dezembro de 1908, ano I, n.º 1	30 de Agosto de 1915, ano VIII, n.º ?
<b>102</b>	<b>A EPOCA</b>	Lisboa	1919-1927	Diário	José Fernando de Sousa (D); Empreza d’ A Época (P);	Empreza d’ A Época (P); Luiz da Graça Reis (E);	Escritórios e Oficina – Rua da Lucta, 30, 2.º, Lisboa;	25 de Março de 1919, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 31 de Dezembro de</b>

					Luiz da Graça Reis (E); <b>25 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1267</b> Pedro Correia Marques (E)	<b>25 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 1267</b> Pedro Correia Marques (E)	Impressão – Rua da Atalaia, 134, Lisboa; <b>14 de Abril de 1919, ano I, n.º 21</b> Impressão: Rua do Século, 43, Lisboa		1926, ano VIII, n.º 2652  <b>Último</b> – 26 de Janeiro de 1927, ano VIII, n.º 2678
<b>103</b>	<b>A ESPERANÇA</b>  «Órgão Catholico»	Funchal (Madeira)	1914	Semanário	Júlio Viterbo Dias (E RP), Empreza d' Esperança (P);	Manuel J. Mendes (SR); Ernesto Dias (A);	Redacção e Administração – Rua do Dr. Câmara Pestana, n.º 25, Funchal	7 de Março de 1914, ano I, n.º 1	1 de Julho de 1914, ano I, n.º 10
<b>104</b>	<b>A ESPERANÇA</b>  «Publicação Religiosa do Funchal – Órgão da Obra de S. Francisco de Sales»; <b>1 de Março de 1926, ano VIII, n.º 1</b> «Revista de Formação Católica e Social»; <b>15 de Abril de 1926, ano VIII, n.º 4</b> «Revista Quinzenal de Formação Católica e Social»	Funchal (Madeira)	1919-1938	Quinzenário	António Alves Torres (DEP); <b>15 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 24</b> Vasco Tiago Nunes Quental (DEP); <b>1 de Agosto de 1926, ano VIII, n.º 10</b> Feliciano Soares (DE)	António Alves Torres (DEP); <b>15 de Fevereiro de 1921, ano II, n.º 24</b> Vasco Tiago Nunes Quental (DEP); <b>1 de Agosto de 1926, ano VIII, n.º 10</b> Feliciano Soares (DE); J. Vieira Júnior (P)	<b>1 de Março de 1926, ano VIII, n.º 1</b> Redacção e Administração – Rua da Imperatriz, 6, Funchal	7 de Março de 1919, ano I, n.º 1	1 de Julho de 1938, ano XX, n.º 5
<b>105</b>	<b>ESTRELA DE ALVA</b>  «Boletim Paroquial de S. Miguel»	S. Miguel da Pena, Vila Real	1914-1917	Quinzenário	Padre Ângelo Minhava (DE).	Padre Ângelo Minhava (DE).	Redacção e Administração – Gontães – Vila Real	1 de Janeiro de 1914, ano I, n.º 1	18 de Novembro de 1917, ano IV, n.º 97
<b>106</b>	<b>ESTRELA POVOENSE</b>	Póvoa de Varzim	1876-1919	Semanário	Bernardino Gomes da Ponte (D);	Caetano Marques d' Oliveira (P); <b>25 de Agosto de</b>	Administração Tipografia e Impressão – Rua	17 de Fevereiro de 1876 (?), ano	26 de Janeiro de 1919, ano XXXIX, n.º

					<p><b>1911</b>  <b>1 de Janeiro de 1911, ano 34, n.º 2041</b>  Manoel Silva (EP);</p> <p><b>19 de Outubro de 1913, ano XXXIV, 2.ª série, n.º 2049</b>  Padre José Almeida da Costa (DE);</p> <p><b>4 de Março de 1917, ano XXXVII, 2.ª série, n.º 2224</b>  Director da «Estrella Povoense» (P)</p>	<p><b>1907, ano 31, n.º 1866</b>  Empresa da «Estrella Povoense» (P);</p> <p><b>1911</b>  <b>1 de Janeiro de 1911, ano 34, n.º 2041</b>  Manoel Silva (EP);</p> <p><b>19 de Outubro de 1913, ano XXXIV, 2.ª série, n.º 2049</b>  Padre José Almeida da Costa (DE);</p> <p>Cascão d' Araújo (A) [até 10 de Janeiro de 1915, ano XXXV, 2.ª série, n.º 2113];  Empresa da «Estrella Povoense» (P)</p>	<p>da Senra, 21-23</p> <p><b>1911</b>  <b>1 de Janeiro de 1911, ano 34, n.º 2041</b> –  Publica-se aos Domingos</p> <p><b>19 de Outubro de 1913, ano XXXIV (2.ª série), n.º 2049</b>  Redacção, Tipografia e Impressão – Largo Eça de Queiroz – Póvoa de Varzim;</p> <p><b>7 de Fevereiro de 1915, ano XXXV (2.ª série), n.º 2116</b>  Redacção, Tipografia, Composição e Impressão – Rua de Camões, 107 – Póvoa de Varzim;</p> <p><b>6 de Junho de 1915, ano XXXV(2.ª série), n.º 2133</b>  Redacção, Tipografia,</p>	<p>I, n.º 1</p> <p><b>1.º visto na BGUC</b> –  28 de Abril de 1907, ano 31, n.º 1849</p>	<p>2320</p> <p><b>Último visto</b>  26 de Janeiro de 1919, ano XXXIX (2.ª série), n.º 2320</p>
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

							<p>Composição e Impressão – Travessa da Junqueira, 1 a 5 – Póvoa de Varzim;</p> <p><b>4 de Junho de 1916, ano XXXVI, (2.ª série), n.º 2185</b></p> <p>Redacção, Tipografia, Composição e Impressão – Rua da Senra, 1 a 7 – Póvoa de Varzim;</p> <p><b>24 de Outubro de 1917, ano XXXVII, (2.ª série), n.º 2239</b></p> <p>Redacção, Tipografia e Impressão – Largo Eça de Queiroz, 16 a 18 – Póvoa de Varzim;</p>		
107	<b>O ESTUDO</b>	Viseu	1920	Quinzenário	Leão Correia (D);	Padre António Barreiros (E); J. Almeida Santos (A); J. Ferreira de A. Sobrinho (Red)	Composto e Impresso: Min. Matos – Vizeu; Colaboradores: J. Gonçalves Dias (professor); Carlos de	Dezembro de 1920, ano I, n.º 1	?

							Albuquerque; Manuel Barbosa; Todos os restantes alunos do colégio		
<b>108</b>	<b>ESTUDOS</b>  «Revista Mensal do C.A.D.C. de Coimbra (com aprovação da Autoridade Eclesiástica); <b>Maio de 1923, ano II, n.º 13</b>  «Revista mensal de cultura e formação católica» e «Órgão do C.A.D.C. de Coimbra (com aprovação da Autoridade Eclesiástica)»	Coimbra	1922-1970	Mensário	José Augusto Vaz Pinto (D); <b>Maio de 1924, ano III, n.º 25</b> M. Abranches Martins (D); <b>Maio de 1925, ano IV, n.º 37</b> Luís Guedes de Oliveira (D);	J. C. de C. Reis e Silva (E); Ernesto Subtil (SR); <b>Dezembro de 1922, ano I, n.º 8</b> Surge: Pedro Campos Tavares (A); <b>Maio de 1923, ano II, n.º 13</b> Surge: Bernardo T. Vasconcelos (SR); M. Abranches Martins (E); <b>Maio de 1924, ano III, n.º 25</b> Leão Ramos Ascensão (E); Júlio A. da Cruz Neves (A); Manuel de Paiva Boléo (SR); <b>Maio de 1925, ano IV, n.º 37</b> Mário Mendes (E);	Redacção e Administração: Couraça de Lisboa, 28, Coimbra; Composto e Impresso: Casa Tipográfica de Alves & Mourão – Coimbra	Maio de 1922, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926<sup>19</sup></b> – Dezembro de 1926, ano VI, n.º 56  <b>Último</b> – ? de 1970, ano XLVII, n.ºs 483 a 485,

<sup>19</sup> O último número a que tivemos acesso de 1926 foi: Ano VI, n.ºs 47 e 48, Fasc. XI e XII, Abril de 1926.

						José M. Medeiros Júnior (A)			
109	<b>ESTUDOS SOCIAES</b>  «Revista Mensal Catholica»  <b>1911</b> – «Revista Catholica Mensal – Órgão da Mocidade Catholica Portuguesa»	Coimbra	1905-1911	Mensário	————— <b>1911</b> – Padre Elias d’ Aguiar (DP);	Arthur Leite de Amorim (A);  <b>1911</b> – Padre Elias d’ Aguiar (DP); Carlos Mendes (A);	Redacção e Administração: Rua da Trindade, n.º 5, Coimbra;  <b>1911</b> – Redacção e Administração: Rua dos Coutinhos, n.º 22, Coimbra	Janeiro de 1905, ano I, n.º 1	Fevereiro e Março de 1911, ano VI, n.ºs 11 e 12
110	<b>O EVANGELHO</b> <sup>20</sup>	Matosinhos	1902-1919	?	?	?	?	?	?
111	<b>O FAFENSE</b>  «Semanario religioso, politico, literario, noticioso e independente»; <b>20 de Abril de 1924, ano I, n.º 21</b> «Semanario independente»: cai cariz religioso	Fafe	1923-1929	Semanário	Dr. Leite Marinho (DE); <b>20 de Abril de 1924, ano I, n.º 21</b> Cai cargo de Director	Dr. Leite Marinho (DE); Albérico José da Silva (A); <b>23 de Dezembro de 1923, ano I, n.º 7</b> Albérico José da Silva (AP); <b>20 de Abril de 1924, ano I, n.º 21</b> Laurentino Alves Monteiro (E Redactor);	Administração, Composição e Impressão: Travessa do Jardim do Calvário, 8 a 12 – Fafe; <b>20 de Janeiro de 1924, ano I, n.º 10</b> Administração, Composição e Impressão: Rua Magalhães Lima, 40 a 46 – Fafe	8 de Novembro de 1923, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – 19 de Dezembro de 1926, ano III, n.º 135  <b>Último</b> – Ano IV, 22 de Dezembro de 1929, n.º 265
112	<b>A FE CATHOLICA</b>	Porto	1910-1911	Quinzenário	Jean de France (D);	Empreza Editora do Guia do	Dr. I. Bentes Castel Branco	Janeiro de 1910, ano I,	Março de 1911, ano II,

<sup>20</sup> Não há na BGUC nem na BPMP.

	«Deus! O Papa! A Igreja! A Família!»				D. Maria Emilia da Rocha (RP); Empreza Editora do Guia do Comercio e Industria de Portugal (P);	Comercio e Industria de Portugal (P);	(Redactor colaborador em Lisboa)	n.º 1 <b>1.º visto na BGUC</b> – 1 de Novembro de 1911, ano I, n.º 21	n.º 27
113	<b>A FE CRISTÃ</b> «Revista Mensal Religiosa Social»	Lisboa	1912-1920	Mensário	Zuzarte de Mendonça (D) <b>Fevereiro de 1919, ano VIII, n.º 10</b> Eduardo de Aguiar (DE)	Afonso H. d' Almeida (E); <b>Junho de 1915, ano IV, n.º 2</b> J. Viegas (E) <b>Junho de 1916, ano V, n.º 2</b> Padre João Vascondeus (R); <b>Fevereiro de 1918, ano VI, n.º 10</b> J. L. Miranda (E); <b>Maior de 1918, ano VII, n.º 1</b> Eduardo d' Aguiar (E); <b>Fevereiro de 1919, ano VIII, n.º 10</b> Casa Católica (P); Eduardo de Aguiar (DE)	Redacção e Administração – Casa Católica.	1.º n.º ? <b>1.º visto:</b> Julho de 1912, ano I, n.º 3	Dezembro de 1919-Janeiro e Fevereiro de 1920, Ano VII, n.ºs 8 9 e 10
114	<b>FE E PATRIA</b> «Publicação quinzenal e exclusivamente doutrinal»	Viana do Castelo	1913	Quinzenário	Alfredo Plácido Leitão de Castro (DEP).	Alfredo Plácido Leitão de Castro (DEP).	_____	16 de Agosto de 1913, ano I, n.º 1	31 de Agosto de 1913, ano I, n.º 2

115	<b>A FLOR DE LIS</b>	Braga	1925 – mantém publicação	Mensário / Quinzenário: a partir de – 15 de Março de 1926, ano II, n.º 2	A. Avelino Gonçalves (D);	José Horácio Franco (E); Empresa «Flor de Lis» (P); <b>30 de Abril de 1926, ano II, n.º 5</b> Padre Cândido Lima das Eiras (AE);	Administração e Redacção: Rua de S. Geraldo, 6, Braga; Composição e Impressão: Tipographia Augusto Costa de Matos;	Fevereiro de 1925, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 31 de Dezembro de 1926, ano II, n.º 21</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Dezembro de 2008, ano 81, n.º 1185. (Vem por Depósito Legal).
116	<b>FLORES DO SANTUARIO</b>  «Boletim da Diocese de Portalegre»	Portalegre	1926-1937	Mensário	Cónego Francisco Alexandrino Duarte de Miranda (DEP); <b>Maio de 1920, ano V, n.º 50</b> Cónego Adelino Duarte Semedo (DEP);	Cónego Francisco Alexandrino Duarte de Miranda (DEP); Padre António Duarte de Campos (A); <b>Maio de 1920, ano V, n.º 50</b> Cónego Adelino Duarte Semedo	Redacção e Administração – Gavião (Alentejo)	I, Janeiro de 1926, ano I (1.ª Série), Ano n.º 1	<b>Último de 1926 – Dezembro de 1926, ano I, n.º 12</b>  Janeiro de 1937, ano XIII (2.ª Série), n.º 1

						(DEP); Padre António dos Santos Andrade (A), até <b>Junho e Julho de 1932, ano VII, n.º 6 e 7</b>			
117	<b>AS FLORINHAS DE NEVE</b>	Vila Real	1925-1926	Semanário	_____	Associação Protectora das “Florinhas da Neve” (P)	Composto e Impresso: Imprensa Moderna	<b>1.º número</b> – 8 de Dezembro de 1925 (número piloto)  <b>1.º visto na BGUC –</b> 7 de Fevereiro de 1926, ano I n.º 1	14 de Março de 1926, ano II, n.º 2
118	<b>AS FLORINHAS DA RUA</b>  «Revista Mensal»	Lisboa	1921-1924	Mensário	D. João Evangelista de Lima Vidal (DEP)	D. João Evangelista de Lima Vidal (DEP)	Administração e Redacção: Campo dos Martyres da Pátria, 108, 1.º; Composto e Impresso: Impressão do Manuel Lucas Torres – Rua do Diário de Notícias, 59 a	<b>1.º número</b> – Janeiro de 1921, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC –</b> Fevereiro de 1921, ano I, n.º 2	? de 1926, Ano VI, <sup>21</sup> , n.º ?

<sup>21</sup> Na colecção d' *As Florinhas da Rua* analisada há algumas falhas. Passa-se de: Ano III, Setembro a Dezembro, n.ºs 25 a 28 de 1924 (?) para Ano VI, ? de 1926. Dessa forma, a partir do que existe na BGUC, não sabemos qual é o último número publicado e se este é, de facto, o último ano de publicação.

							61; <b>Julho a Dezembro de 1922, ano II, n.º 7 a 12</b> Composto e Impresso: “Tipographia Inglesa” – Rua Eugénio dos Santos, 118: Redacção e Administração: Campo dos Martyres da Pátria, 67, 1.º		
<b>119</b>	<b>A FOLHA</b> <sup>22</sup> «Redactor Principal – P.e J. Silva»; <b>17 de Agosto de 1905, ano XVI, n.º 1701</b> «Bi-semanario Catholico»	Viseu	1901- 1911 <sup>23</sup>	Bissemanário	Padre José de Almeida e Silva (RP) até 17 de Agosto de 1905,ano XVII, n.º 1701 António Rodrigues da Cruz (A);	António Rodrigues da Cruz (A); Manuel F. de Figueiredo (E); <b>25 de Abril de 1907, ano XVIII, n.º 1874</b> António	Redacção e Administração <sup>24</sup>	1 de Dezembro de 1901, ano XIII, n.º 1315	5 de Março de 1911, ano XXI, n.º 2265

<sup>22</sup> Este jornal foi adquirido pela Diocese de Viseu, por intermédio do seu Bispo, D. José Dias Correia de Carvalho, ao que tudo indica, no decorrer de 1901. *A Folha* iniciou a sua segunda fase como jornal diocesano em 1 de Dezembro de 1901, se bem que o primeiro número do periódico seja 4 de Abril de 1889, então, tendo o jornal, um cariz político e noticioso. Este título é apresentado neste levantamento, uma vez que o mesmo jornal foi suspenso em 5 de Março de 1911, já depois da suspensão d’ *A Palavra*, em 15 de Fevereiro de 1911, marco temporal em que se inicia o nosso estudo. Para mais informações sobre este jornal veja-se ALVES, Paulo Bruno – *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage Editores, 2008.

<sup>23</sup> O hiato estabelecido entre 1901 e 1911 engloba apenas a feição católica do jornal, desde que este foi adquirido pela Diocese de Viseu. O primeiro número d’ *A Folha* é: Ano I, 4 de Abril de 1889, n.º 1.

<sup>24</sup> A Redacção e a Administração estiveram em diferentes locais, durante os dez anos e publicação do jornal. Cf. ALVES, Paulo Bruno – *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage Editores, 2008, pp. 163-167.

				<p>Manuel F. de Figueiredo (E);  <b>25 de Abril de 1907, ano XVIII, n.º 1874</b>  Cónego Dr. José de Almeida Correia (D);  António Rodrigues da Cruz (RP);  J. M. Ferreira da Costa (A);  <b>9 de Maio de 1907, ano XVIII, n.º 1878</b>  A. Santos Casanova (A);  <b>15 de Agosto de 1907, ano XVIII, n.º ?</b>  Mário Ferreira (A);  <b>Ano XX, 20 de Fevereiro de 1910, n.º ?</b>  João Nepomuceno de Almeida (A);  <b>14 de Agosto de 1910, ano XX, n.º ?</b>  Manuel Francisco de Almeida (A);  <b>2 de Fevereiro de 1911, ano XXI,</b></p>	<p>Rodrigues da Cruz (RP);  J. M. Ferreira da Costa (A);  <b>9 de Maio de 1907, ano XVIII, n.º 1878</b>  A. Santos Casanova (A);  <b>15 de Agosto de 1907, ano XVIII, n.º ?</b>  Mário Ferreira (A);  <b>Ano XX, 20 de Fevereiro de 1910, n.º ?</b>  João Nepomuceno de Almeida (A);  <b>Ano XX, 14 de Agosto de 1910, n.º ?</b>  Manuel Francisco de Almeida (A);  <b>2 de Fevereiro de 1911, ano XXI, n.º 2256</b>  Henrique Luís Ferreira (E)</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--	--

					<b>n.º 2256</b> Henrique Luís Ferreira (E)				
<b>120</b>	<b>FOLHA DO DOMINGO</b>	Faro	1914 – mantém publicação	Semanário	Cónego Marcelino Maria Franco (DE); <b>2 de Maio de 1920, ano VI, n.º 291</b> Cónego José Ramos Bentes (D);	Cónego Marcelino Maria Franco (DE); Padre Manuel da Cruz Semedo (AP) – desaparece em: <b>12 de Dezembro de 1920, ano VII, n.º 318</b> Padre José Cabrita Vieira Neves (A);	Nota – 1996 é o último ano disponível na BGUC. O jornal permanece activo nos dias de hoje. Mas, por falta de espaço, não é possível consultá-los.	19 de Julho de 1914, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano XIII, n.º 620</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Por falta de espaço na BGUC, o último acessível é: 20 de Dezembro de 1996, ano LXXX, n.º 4197. Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC foi: Julho de 2008, ano 93, n.º 4715. O último

									número do jornal publicado em 2008 foi: 19 de Dezembro de 2008, ano XCIV, nº 4734 <sup>25</sup> . (Vem por Depósito Legal).
121	<b>FOLHA DE VISEU</b>	Viseu	1911	Bisemanário	António Rodrigues da Cruz (DP);	António Rodrigues da Cruz (DP); Henrique Luiz Ferreira (E); Manuel Francisco d' Almeida (A);	Redacção e Administração – Estrada de Mangualde – Vizeu	12 de Março de 1911, ano I, n.º 1	23 de Março de 1911, ano I, n.º 4
122	<b>GABINETE CATOLICO</b> «Anuário Ilustrado de 1922»	Lisboa	1922	Anual	—————	Presbítero Diogo da Piedade e Costa (R).	Composto e Impresso – Imprensa de Manuel Lucas Torres, Lisboa, 59 a 61, Rua Diário de Notícias	<b>1.º visto na BGUC –</b> Anuário Ilustrado de 1922 (número único)	—————
123	<b>GAZETA DE VIANA</b> «Bi-semanario Catholico e Regionalista»	Viana do Castelo	1916-1917	Bisemanário	Dr. Jayme E. Fernandes (DE);	Dr. Jayme E. Fernandes (DE); Padre Domingos A. do Paço (A); Empreza do “Noticias de Vianna” (P);	Redacção, Administração e Typ.: Rua do Poço; Impresso: Typ. Commercial – Rua da Picota	18 de Dezembro de 1916, ano I, n.º 1	18 de Janeiro de 1917, ano I, n.º 9
124	<b>O GRITO DO POVO</b>	Porto	1899-1913	Quinzenário /	Manuel Fructuoso	Empreza d' O	Continuador do	10 de Junho	15 de Março

<sup>25</sup> Informação conseguida junto da Direcção e Redacção do jornal *Folha do Domingo*.

	<p>«Hebdomadario defensor dos interesses do operariado catholico»  <b>7 de Janeiro de 1911, ano XII, n.º 605</b>  «Hebdomadario defensor dos interesses do operariado catholico e a Democracia Christã» – até 30 de Setembro de 1911, ano XIII, n.º 643</p>			<p>Semanário: a partir de – 7 de Janeiro de 1911, ano XII, n.º 605</p>	<p>da Fonseca (D); António Pacheco (A); Empreza d' O Grito do Povo (P); <b>7 de Janeiro de 1911, ano XII, n.º 605</b> Manoel Fructuoso da Fonseca (F); Dr. Alberto Pinheiro Torres (D);</p>	<p>Grito do Povo (P); <b>1 de Junho de 1912, ano XIII, n.º 644</b> J. Abrantes Paes (E)</p>	<p>jornal <i>A Palavra</i>  Passa de:  <b>30 de Setembro de 1911, ano XIII, n.º 643</b>  para:  <b>1 de Junho de 1912, ano XIII, n.º 644</b></p>	<p>de 1899, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC –</b>  18 de Maio de 1907, ano VIII, n.º 415</p>	<p>de 1913, ano XIV, n.º 685</p>
<b>125</b>	<p><b>A GUARDA</b>  «Semanario Ilustrado» e «Por Deus, pela Pátria e pela Família» e «Liberdade, Justiça, Amor e Paz».  <b>Ano 17, 1 de Janeiro de 1921, n.º 723</b>  «Semanario de maior assignatura nas duas Beiras»</p>	Guarda	1904 – mantém publicação	Semanário	<p>Artur Bivar (D) – até 12 de Fevereiro de 1911, ano VII, n.º 308</p>	<p>Carlos Luiz da Silva Martins (E); Empresa do jornal “A Guarda” (P); <b>10 de Setembro de 1911, ano VIII, n.º 309</b> José Crespo (RP); <b>30 de Junho de 1912, ano VIII, n.º 350</b> Luiz de Sousa Coito (E); <b>28 de Fevereiro de 1914, ano X, n.º 415</b> Fernandes Paes de Figueiredo (P); <b>7 de Janeiro de 1922, ano 18, n.º 771</b> Joaquim Diniz da</p>	<p>_____</p>	<p>? de 1904  <b>1.º visto na BGUC –</b>  28 de Abril de 1907, ano III, n.º 110</p>	<p><b>Último de 1926 –</b>  25 de Dezembro de 1926, ano 22, n.º 1023  <b>O jornal mantém publicação</b>  Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 25 de Dezembro de 2008, ano 104, n.º 5162.</p>

						Fonseca (RP).			Nessa data, Cunha Sérgio era o seu Director. Francisco Barbeira era Chefe de Redacção. O periódico é Propriedade da Casa Vértas Editora. (Vem por Correio).
126	<b>A GUARDA AVANÇADA</b>  ‘orelha lado esquerdo’: «Por Deus, pela Pátria e pela Família»; ‘orelha lado direito’: «Liberdade, Justiça, Amor e Paz»	Viseu	1913	número único?	_____	António Joaquim do Amaral (E); Luiz Gonçalves d’ Aguiar (RP); Empresa «A <i>Guarda Avançada</i> » (P);	_____	11 de Abril de 1913, ano I, n.º 1	_____
127	<b>A IDEIA</b>  «Semanário Católico»; <b>27 de Julho de 1912, ano I, n.º 14</b> «Semanário Católico, democrático-conservador e social»; <b>29 de Março de 1913, ano II, n.º 49</b> «Semanário conservador»;	Fafe	1912-1920	Semanário	Manuel da Cunha (DE); <b>25 de Maio de 1912, ano I, n.º 5</b> Padre Miguel Martins (DE); <b>5 de Setembro de 1914, ano III, n.º 123</b> Padre João Soares e Albertino Antunes R. de	Manuel da Cunha (DE); Júlio C. Magalhães (PA); <b>25 de Maio de 1912, ano I, n.º 5</b> Padre Miguel Martins (DE); Padre João Soares (R) – até 13 de Julho de 1912, ano I, n.º 12;	Redacção, Administração – Rua Nova – Fafe	27 de Abril de 1912, ano I, n.º 1	16 de Setembro de 1920, ano IX, n.º 391

	<p><b>4 de Abril de 1920, ano VIII, n.º 368</b> «Semanário independente e defensor dos interesses locais»</p>				<p>Freitas (DR); <b>10 de Janeiro de 1915, ano III, n.º 140</b> Albertino Antunes R. de Freitas (DR); <b>Ano IV, 9 de Abril de 1916, n.º 181</b> Padre João Soares (DR); <b>7 de Outubro de 1917, ano VI, n.º 259</b> Padre José Maria da Silva Peixoto (Prior de Freitas) (DR); <b>3 de Agosto de 1919, ano VIII, n.º 335</b> Padre Arnaldo José de Matos (DE); <b>25 de Dezembro de 1919, ano VIII, n.º 354</b> Padre Miguel Martins (Fundador)</p>	<p><b>30 de Agosto de 1914, ano III, n.º 122</b> Padre João Soares (R) – ressurge; Manuel da Cunha (E); <b>5 de Setembro de 1914, ano III, n.º 123</b> Padre João Soares e Albertino Antunes R. de Freitas (DR); <b>10 de Janeiro de 1915, ano III, n.º 140</b> Albertino Antunes R. de Freitas (DR); <b>Ano IV, 9 de Abril de 1916, n.º 181</b> Padre João Soares (DR); Manuel da Cunha (EAP); <b>7 de Outubro de 1917, ano VI, n.º 259</b> Padre José Maria da Silva Peixoto (Prior de Freitas) (DR); <b>21 de Outubro de 1917, ano VI,</b></p>			
--	---	--	--	--	---	---	--	--	--

						<p><b>n.º 261</b> Padre Arnaldo José de Matos (R); <b>3 de Novembro de 1918, ano VI, n.º 315</b> Padre Arnaldo José de Matos (EAR); Viúva de Manuel da Cunha (P); <b>31 de Janeiro de 1919, ano VII, n.º 329</b> Manuel da Silva Ribeiro (PA); <b>Ano VIII, 3 de Agosto de 1919, n.º 335</b> Padre Arnaldo José de Matos (DE); <b>Ano VIII, 28 de Setembro de 1919, n.º 343</b> Alberico Silva (PA); <b>25 de Dezembro de 1919, ano VIII, n.º 354</b> Laurentino de Oliveira (SR);</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

128	<b>ILUSTRAÇÃO CATHOLICA</b>	Braga	1913-1929	Semanário	<b>Ano I, 6 de Setembro de 1913, n.º 10</b> Francisco de Sousa Gomes Velloso (D);	António José de Carvalho (E); Joaquim António Pereira Villela (PR); Clemente de Campos A. Peixoto (A); <b>6 de Setembro de 1913, Ano I, n.º 10</b> Joaquim A. P. Villela (P);	_____	5 de Julho de 1913, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – <sup>26</sup> <b>Último</b> – 30 de Abril de 1929, ano VIII, n.º 360
129	<b>IMPARCIAL</b> «Semanario dos estudantes catholicos de Coimbra»; <b>8 de Abril de 1913, ano II, n.º 6</b> «Semanario dos Estudantes Catholicos»	Coimbra	1912-1919	Semanário	Gonçalves Cerejeira (DE) – passa a Dr. Em <b>12 de Setembro de 1912, ano I, n.º 30</b> ; Carneiro Mesquita (PA); <b>8 de Abril de 1913, ano II, n.º 60</b> Luiz Teixeira Neves (PA); <b>19 Julho de 1914, ano III, n.º 118</b> D. José Manoel de Noronha (D); Eusébio José Ferreira (E); Luiz L. de Melo (PA); <b>1 de Fevereiro de 1915, ano III, n.º</b>	<b>10 de Junho de 1915, ano IV, n.º 159</b> M. Pestana Reis (E RP); <b>22 de Fevereiro de 1917, ano VI, n.º 247</b> M. Lemos de Oliveira (E RP);	_____	22 de Fevereiro de 1912, ano I, n.º 1	6 de Abril de 1919, ano VIII, n.º 351 (?)

<sup>26</sup> O Arquivo da BGUC não tem os anos 1920 a 1927 da colecção deste jornal. Assim, não podemos confirmar qual o último número publicado em 1926.

					<p><b>145</b> J. M. Valente da Fonseca (E); <b>10 de Junho de 1915, ano IV, n.º 159</b> M. Pestana Reis (E RP); <b>22 de Fevereiro de 1917, ano VI, n.º 247</b> Joaquim F. dos Santos (P); <b>7 de Setembro de 1918, ano VI, n.º 323</b> Bento Coelho da Rocha (RP); Joaquim F. dos Santos (PE);</p>				
<b>130</b>	<p><b>JOÃO SEMANA</b>  «Publicação Quinzenal» e «Aprovado e abençoado por S. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>a</sup> o Sr. D. António Barroso, venerando Bispo do Porto»</p>	Ovar	1914-1998	<p>Quinzenário / Semanário: a partir de – 27 de Setembro de 1923, ano IV, n.º 499</p>	<p>J. M. Maia de Rezende (DE); <b>14 de Outubro de 1917, ano IV, n.º 189</b> M. Lyrio (DE)</p>	<p>J. M. Maia de Rezende (DE); M. Ferreira Regallado (PA); <b>14 de Outubro de 1917, ano IV, n.º 189</b> M. Lyrio (DE)</p>	<p>Redacção e Administração – Largo de S. Miguel – Ovar. <b>1 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 3</b> Redacção e Administração – Rua Visconde de Ovar, 32</p>	<p>1 de Janeiro de 1914, ano I, n.º 1</p>	<p><b>Último de 1926 – 30 de Dezembro de 1926, ano XIII, n.º 669</b>  <b>Último – 15 de Dezembro de 1998, ano 85, n.º ?</b>  <b>O jornal está findo. Seguindo o</b></p>

									período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 15 de Dezembro de 1998, ano 85, n.º ? Era Propriedade da Paróquia de Ovar. Nos anos 1990 tinha como Director, Manuel Ferreira Casaca.
131	<b>JORNAL DA BEIRA</b>  «Por Deus e pela Pátria»;	Viseu	1921 – mantém publicação	Semanário	Cónego Dr. José de Almeida Correia (DP); <b>6.ª feira, 27 de Janeiro de 1922, ano II, n.º 55</b> Cónego Inocêncio Peres M. Galvão (DP);	Cónego Dr. José de Almeida Correia (DP); Henrique Luiz Ferreira (E); Dr. António Pereira de Sousa (AR); <b>6.ª feira, 27 de Janeiro de 1922 ano II, n.º 55</b> Cónego Inocêncio Peres M. Galvão (DP); Padre Augusto Pinto F. de Arêde	Redacção e Administração - Rua Nunes de Carvalho, 24-28 Viseu	9 de Janeiro de 1921 ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 31 de Dezembro de 1926 ano VI, n.º 311</b>  <b>O jornal continua a publicar-se.</b> O último visto é, 21 de Novembro de 2007, ano 76, n.º 4503 Seguindo o

						(AR).			período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Ano 87, 25 de Dezembro de 2008, n.º 4565. O seu Director era Padre João Martins Marques. Desde: 21 de Novembro de 2007, ano 76, n.º 4503, apresenta o subtítulo – «Informativo da Diocese de Viseu» (Vem por Depósito Legal)
132	<b>JORNAL DA GUARDA</b>	Guarda	1913-1919	Semanário	Luiz de Sousa Coito (E); Fernando Pães de Figueiredo (P); José Crespo (RP);	Luiz de Sousa Coito (E); Fernando Pães de Figueiredo (P); José Crespo (RP);	_____	30 de Agosto de 1913, ano I, n.º 1	19 de Julho de 1919, ano I, n.º 3

133	<b>JORNAL DE LANHOSO</b> <sup>27</sup> «Semanario Defensor dos interesses locais»	Póvoa de Lanhoso	1922-1923	Semanário	Paixão Bastos (D);	Alberto Cesar Leite (E); Empreza do “Jornal de Lanhoso” (P)	Redacção e Administração: Rua de D. Elvira C. Lopes, Póvoa de Lanhoso; Composto e Impresso: Typ. Do Jornal Lanhoso – Póvoa de Lanhoso  <b>10 de Fevereiro de 1923, ano I, n.º 13</b> Composto e Impresso: Tip. De Alberico Silva - Fafe	12 de Outubro de 1922, ano I, n.º 1	24 de Fevereiro de 1923, ano I, n.º 14
134	<b>JORNAL POPULAR</b> «Bi-semanario Catholico»	Viana do Castelo	1909-1911	Bisemanário	Manoel de Souza d’ Abreu e Lima (D); Empreza do Jornal Popular (P); <b>1911</b> <b>5 de Janeiro de 1911, ano II, n.º 128</b> Padre Manoel F. Lopes (AEP)	<b>5 de Janeiro de 1911, ano II, n.º 128</b> Padre Manoel F. Lopes (AEP).	—————	12 de Setembro de 1909, ano I, n.º 1	23 de Fevereiro de 1911, ano II, n.º 141
135	<b>JORNAL DE SANTO TYRSO</b>	Santo Tirso	1882-1967	Semanário	<b>1911</b> – José Cardoso Santarém (DEP)	<b>1911</b> – José Cardoso Santarém (DEP)	Redacção, Administração, Composição e	<b>1.º número</b> – Maio de 1881, ano I?,	<b>Último de 1926</b> – 30 de

<sup>27</sup> Membro da URI do *Diario do Minho*.

	<p><b>1911 –</b> «Fundador – José Bento Corrêa»;</p> <p><b>7 de Maio de 1925, ano XLIV, n.º 1</b> «Jornal mais antigo e de maior tiragem no concelho»</p>						Impressão: Rua de Souza Tropa, 47 <b>31 de Agosto de 1922, ano XXI, n.º 17</b> Redacção, Administração, Composição e Impressão – Rua de Souza Tropa, 49	n.º ? <b>1.º visto na BGUC –</b> 5 de Janeiro de 1910, ano XXVIII, n.º 36 <b>1911 –</b> 5 de Janeiro de 1911, ano XXIX, n.º 36	Dezembro de 1926, ano XLV, n.º 35  <b>Último –</b> 29 de Dezembro de 1967, ano 86, n.º 34
136	<b>A JUVENTUDE</b>	Braga	1914	Mensário	Manuel D. Basto (Pres. J. C.) (D).	Francisco F. da Silva (E); Arménio Sotto-Mayor (Sec. J. C.) (A).	Órgão mensal da Juventude Católica de Braga; Censo Eclesiástico – Ver. Dr. Clemente Ramos	Janeiro de 1914, ano I, n.º 1	Março de 1914, ano I, n.º 3
137	<b>KALENDARIUM ECCLESIASTICUM VISENSE</b>	Viseu	1920-1924	Anual	Cónego J. M. Rito e Cunha (Redactor)	_____	Com a autoridade do Bispo D. António Alves Ferreira	ano I, 1920 (para o ano civil)	ano IV, 1924 (para o ano civil)
138	<b>O LEGIONARIO</b>  _____ <b>Primeira quinta-feira de Abril de 1914, ano II, n.º 18</b> «Boletim» e «Aprovado e	Baltar / Braga: a partir de 15 de Janeiro de 1913, ano I, n.º X	1912-1920	Mensário / Quinzenário: a partir de 1 de Outubro de 1912, ano I, n.º IV / Semanário (a partir de 2 de Julho de 1914, ano III, n.º 1	Padre Silva Gonçalves (DP); Padre José Peixoto da Costa e Silva (E); 15 de Novembro de 1913, ano II, n.º IX Empresa do	Padre José Peixoto da Costa e Silva (E); 15 de Novembro de 1913, ano II, n.º IX Empresa do «Legionário» (P); Manuel Justino	Aprovada e abençoada por S. Ex.ª Ver. Sr. D. António Barroso, venerando Bispo do Porto; Redacção e Administração:	20 de Junho de 1912, ano I, n.º 1	<b>Último visto na BGUC:</b> 15 de Agosto de 1920, ano VIII, n.º 3

	<p>abençoado por Sua Excelência Reverendíssima o Snr. D. António Barroso, venerando Bispo do Porto e com permissão da auctoridade eclesiástica de Braga; <b>Ano III, 6 de Maio de 1915, n.º 21 (a)</b></p> <p>Approvado e abençoado por D. Manuel Vieira de Mattos, ilustre Arcebispo Primaz</p>				<p>«Legionário» (P); 29 de Abril de 1915, ano III, n.º 21 Padre José Peixoto da Costa e Silva (EP)</p>	<p>Telles (R ); <b>29 de Abril de 1915, ano III, n.º 21</b> Padre José Peixoto da Costa e Silva (EP); <b>6 de Maio de 1915, ano III, n.º 21 (a)</b> Vasco de Vasconcellos (A); <b>6 de Julho de 1919, ano VII, n.º 1</b> Francisco José de Barros (A);</p>	<p>Casa Vandomense de Alberto Lima de Azevedo Lobo – Vandoma, Baltar; Composto e Impresso: Oficina de S. José – Porto. <b>15 de Janeiro de 1913, ano I, n.º X</b> Tiragem: 10:000 exemplares Redacção e Administração: Rua de S. Geraldo, n.º 63 – Braga; Composto e Impresso na Typ. a vapor dos «Echos do Minho» - Braga <b>1 de Abril de 1913, ano I, n.º XV</b> Composto e Impresso na Typ. a vapor do Padre Villela &amp; Irmão – Braga; <b>15 de Novembro de 1913, ano II, n.º</b></p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

							<p><b>IX</b>  Redacção e  Administração –  Legionário;  <b>2 de Julho de  1914, ano III,  n.º 1</b>  Composto e  Impressão:  Typographia  dos «Echos do  Minho» 83, Rua  dos Martyres da  Republica, 91  (antiga Rua da  Rainha) –  Braga;</p> <p><b>28 de Janeiro  de 1915, ano  III, n.º 14</b>  Redacção e  Administração:  Rua de S. João,  n.º 1;</p> <p><b>29 de Abril de  1915, ano III,  n.º 21</b>  Redacção e  Administração:  Rua dos  Martyres da  Republica, 91  (antiga Rua da  Rainha);</p> <p><b>15 de Agosto de  1920, ano VIII,</b></p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

							<b>n.º 1</b> ‘orelha direita’: «Orgão da «Propaganda Católica» apostolado da Imprensa		
<b>139</b>	<b>LEGIONARIO TRANSMONTANO</b>	Bragança	1914-1917	Semanário	Padre Francisco Joaquim Netto (DE); <b>26 de Novembro de 1914, ano I, n.º 24</b> DR. J. M. de Mendonça Negreiros (DE);	Padre Francisco Joaquim Netto (DE); Joaquim Maria Peres (A); Empresa «Legionário Transmontano» (P); <b>26 de Novembro de 1914, ano I, n.º 24</b> Padre Francisco Joaquim Netto (RP); <b>15 de Janeiro de 1915, ano I, n.º 31</b> Fernando Raul Gonçalves (A); <b>8 de Julho de 1915, ano II, n.º 50</b> Álvaro José Vaz (A); <b>23 de Março de 1916, ano III, n.º 106</b> Benedito Fernandes (A);	Redacção e Administração – Rua de Serpa Pinto – Bragança; Oficina de Composição e Impressão – Rua Direita, 171 – Bragança <b>15 de Janeiro de 1915, ano I, n.º 31</b> Redacção e Administração – Rua Almirante Reis (antiga Rua dos Oleiros) – Bragança <b>8 de Julho de 1915, ano II, n.º 50</b> Redacção e Administração – Largo de S. Vicente – Bragança <b>24 de Dezembro de</b>	18 de Junho de 1914, ano I, n.º 1	23 de Março de 1917, ano III, n.º 130

							<b>1915, ano II, n.º 74</b> Redacção e Administração – Rua Direita, n.º 107 – Bragança		
<b>140</b>	<b>LEITURAS CHRISTÃS<sup>28</sup></b>  Antetítulo: «Sub Tutelo Michaelis»; <b>18 de Abril de 1920, ano VII, n.º 318</b> Subtítulo: «Com aprovação da auctoridade ecclesiastica»	Lisboa	1914-1925	Semanário	Dr. Garcia Diniz (Parocho da Encarnação) (D); <b>3 de Dezembro de 1916, ano III, n.º 145</b> Padre João Vascondeus (Parocho da Encarnação); (D) <b>28 de Setembro de 1924, ano XI, n.º 549</b> Padre Joaquim Emiliano Vieira e Silva (D)	Afonso H. d' Almeida (E); Casa Catholica (P); <b>11 de Abril de 1915, ano II, n.º 59</b> Eduardo Aguiar (E); <b>2 de Maio de 1915, ano II, n.º 62</b> Seraphim A. dos Santos (E); <b>18 de Abril de 1920, ano VII, n.º 318</b> Afonso H. d' Almeida (E)	Composição e Impressão: Largo de S. Roque, 11-12 – Lisboa; Redacção e Administração: R. Poyaes de S. Bento, 133-135; <b>16 de Fevereiro de 1919, ano V, n.º 257</b> Composição e Impressão: Typ. da Portugueza, 57 (a Santa Catharina); <b>18 de Abril de 1920, ano VII, n.º 318</b> Impressão: Rua do Seculo, 43 – Lisboa; <b>10 de Junho de 1923, ano X, n.º 481</b> Impressão: C.	<b>1.º número</b> – 1 de Março de 1914, ano I, n.º 1 <b>1.º visto BGUC</b> – 3 de Maio de 1914, ano I, n.º 10	22 de Fevereiro de 1925, ano XI, n.º 570

<sup>28</sup> A colecção deste jornal na BGUC apresenta muitas falhas. Passa de: 2 de Dezembro de 1917, ano VI, n.º 195, para: 24 de Fevereiro de 1918, ano VI, n.º 207. Depois avança para: 16 de Fevereiro de 1919, ano V, n.º 257, e daqui para: 18 de Abril de 1920, ano VII, n.º 318, prosseguindo até ao fim da sua publicação sem interrupções.

							Marquês Abrantes, 78, <b>6 de Abril 1924, ano XI, n.º 524</b> Impressão: Rua P. de S. Bento, 50		
<b>141</b>	<b>LIBERDADE</b>	Porto	1914-1919	Diário	Sociedade Libertas Limitada (DP); Dr. Francisco de Sousa Gomes Veloso (CR); Dr. Carneiro de Mesquita (AE) <b>28 de Junho de 1914, ano I, n.º 43</b> Padre José dos Santos Barroso (AE); <b>1 de Janeiro de 1915, ano II, n.º 172</b> Empreza Jornalística da «Liberdade, Lda» (P); Dr. Alberto Pinheiro Torres (D) – até 4 de Agosto de 1916, ano III, n.º 646 <b>17 de Novembro</b>	Sociedade Libertas Limitada (DP); Dr. Carneiro de Mesquita (AE); <b>Ano III, 4 de Agosto de 1916, n.º 646</b> Dr. Francisco de Sousa Gomes Veloso (RP).	Continuador dos jornais <i>A Palavra</i> (1872- 1911) e <i>O Grito do Povo</i> (1899- 1913).  Redacção, Administração, Oficinas de Impressão e Tipografia: <i>Rua da Galeria de Paris, 56</i> , Porto.	Ano I, 7 de Junho de 1914, n.º 1	Ano VI, 12 de Fevereiro de 1919, n.º 1407

					<b>de 1915, ano II, n.º 428</b> Júlio Pereira Caldas (AE)				
<b>142</b>	<b>LUSITANIA</b> «Revista Católica Mensal»	Porto	1914	Mensário	Dr. Francisco de Sousa Gomes Veloso (D).	Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira (E); Companhia Portuguesa Editora (P)	—————	1 de Janeiro de 1914, ano I, n.º 1	1 de Dezembro de 1914, ano I, n.º 12
<b>143</b>	<b>LUZ D' ALMA</b>  1.ª Fase: «Boletim Bi-Mensal»; <b>1 de Julho de 1916, ano II, n.º 31</b> «Com aprovação da Auctoridade Ecclesiastica»; [Orelha direita]: «Boletim semanal dos arceprestados de Portalegre, Alter do Chão, Arronches, Castello de Vide, Crato e Niza»  2.ª Fase: <b>2 de Julho de 1922, ano I, n.º 1</b> «Boletim das Freguezias da Sé e de Sam Lourenço – Portalegre»	Portalegre	1914-1922 <sup>29</sup>	Bimensário / Semanário (na 2.ª Fase: 1922)	1.ª Fase: Padre Francisco d' Andrade Sequeira (DP);  2.ª Fase: <b>2 de Julho de 1922, ano I, n.º 1</b> Cónego Francisco de A. Sequeira (DAP)	1.ª Fase: Padre Francisco d' Andrade Sequeira (DP); António da Conceição Carvalho (E); António Augusto Cardoso (A);  2.ª Fase: <b>2 de Julho de 1922, ano I, n.º 1</b> Cónego Francisco de A. Sequeira (DAP)	1.ª Fase: Redacção e Administração: Rua da Beata, n.º 20; Composição e Impressão: Typographia Leonardo – Praça do Município, 8 e 9 – Portalegre; <b>14 de Junho de 1914, ano I, n.º 2</b> Composição e Impressão: Typ. Democrática de Tavares e Morgado, Rua Mousinho d' Albuquerque – Portalegre; <b>1 de Julho de</b>	1.ª Fase: 31 de Maio de 1914, ano I, n.º 1  2.ª Fase: 2 de Julho de 1922, ano I, n.º 1	1.ª Fase: 20 de Janeiro de 1918, ano III, n.º 108  2.ª Fase: 9 de Julho de 1922, ano I, n.º 2

<sup>29</sup> O jornal *Luz d' Alma* publicou-se numa primeira fase entre 1914 e 1918, retomando em 1922, e publicando apenas dois números.

							<p><b>1916, ano II, n.º 31</b>  Administração:  Rua da Mouraria, n.º 125 – Portalegre;  Composto e Impresso: Typ. a Vapor dos «Echos do Minho», Rua dos Martyres da Republica, 91 (antiga rua da Rainha)</p> <p>2.ª Fase:  <b>2 de Julho de 1922, ano I, n.º 1</b>  Composição e Impressão: Typ. Viziense, Rua Silva Gayo, n.ºs 42 a 46 – Vizeu</p>		
<b>144</b>	<b>O MADEIRENSE</b>	Funchal (Madeira)	1918-1919	Bisemanário	M. Sardinha (DE);	M. Sardinha (DE); Empresa Funchalense de Publicações Catholicas (P)	Redacção, Administração e Oficinas de Impressão – Rua da Alfandega, 52, 2.º – Funchal	27 de Abril de 1918, ano I, n.º 1	26 de Janeiro de 1919, ano I, n.º 78
<b>145</b>	<b>A MADRUGADA</b> «Semanário dos	Braga	1914-1915	Semanário	David Luiz Ferreira Pacheco (D).	Manuel Pereira Barbosa (E); Manuel Afonso	_____	15 de Novembro de 1914, ano	22 de Agosto de 1915, ano I, n.º 37

	estudantes católicos de Braga»					do Paço (S); Empresa de 'A Madrugada' (P)		I, n.º 1	
146	<p><b>O MENSAGEIRO</b></p> <p>«Semanário Católico» e «Órgão dos católicos nos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Pombal»;  <b>1 de Janeiro de 1914, ano I, n.º 1</b></p> <p>«Semanário Católico» e «Órgão dos católicos do Distrito de Leiria»;  <b>16 de Julho de 1921, ano VII, n.º 334</b></p> <p>«Órgão dos interesses do Distrito de Leiria»;  <b>7 de Setembro de 1967, ano LIII, n.º 2591</b></p> <p>«Semanário mais antigo de Leiria e seu distrito»</p>	Leiria	1914 – mantém publicação	Semanário	Padre José Ferreira de Lacerda (DEP)	Padre José Ferreira de Lacerda (DEP); José António da Silva (A)		1 de Outubro de 1914, ano I, n.º 1	<p><b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano XII, n.º 591</b></p> <p><b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 25 de Dezembro de 2008, ano 95, n.º 4738. Nessa data, o seu Director era Rui Ribeiro. O Administrador era Cónego António Gameiro. O Editor e Proprietário do periódico</p>

									é propriedade do Seminário Diocesano. (Vem por Depósito Legal).
147	<b>O MENSAGEIRO</b> «Boletim Paroquial da Veiga de Penso»	Veiga de Penso, Braga	1913	Quinzenário	Padre Francisco Castilho (D);	Padre Jacinto da Cunha (EA); Padre Domingos Ferreira de Araújo e Padre Francisco Marques (P).	—————	2 de Agosto de 1913, ano I, n.º 1	3 de Dezembro de 1913, ano I, n.º 8
148	<b>O MENSAGEIRO DO ESTORIL</b> «Semanário Católico»	S. João do Estoril, Lisboa	1924-1958	Semanário	Mgr. António José Moita (DP);	Mgr. António José Moita (DP); Tito Manuel de Sousa Matos (EA).	—————	20 de Janeiro de 1924, ano I, n.º 1	9 de Fevereiro de 1958, ano XXI, n.º 1766
149	<b>MENSAGEIRO EUCHARISTICO</b>  «Orgão das Aggregação do Sanctissimo Sacramento»; <b>Fevereiro de 1922, ano VIII, n.º 2</b> Sub-sub-título: «Com aprovação de todos dos Exmos. Prelados»	Braga	1915-1962	Mensário	Vigario Abilio Gomes Corrêa (DP); Padre José Ribeiro Braga (E);	Padre José Ribeiro Braga (E);	Redacção e Administração – S. Mamede d’ Este; Composição e Impressão – Imprensa Henriquina a vapor; <b>Julho de 1920, ano VI, n.º 7</b> Composição e Impressão – Imprensa Henriquina a electricidade; <b>Dezembro de 1920, ano VI, n.º 12</b>	Janeiro de 1915, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – Novembro-Dezembro de 1926, ano XII, n.ºs 11 e 12  <b>Último</b> – Agosto de 1962. ano XLVII, n.º ? Nessa data, o Padre Abílio Gomes Correia assumia as funções de Director,

							Composição e Administração – Typ. “Acção Catholica” – R. de S. João, 14-16		Editor e Proprietário. O jornal tinha como subtítulo: «Órgão da Agregação do Santíssimo Sacramento e das Marias dos Sacrários». Tinha um antetítulo: «Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo». Era composto e impresso em: “Escola Tip. da Oficina de S. José.
150	<p><b>MENSAGEIRO DE MARIA</b></p> <p>«Promotor e Chronista do seu culto e congregações».</p> <p><b>Maior de 1924, ano I (2.ª série), n.º 1</b></p> <p>«Promotor das Congregações de Nossa Senhora»</p>	Lisboa	1905-1950	Mensário	<p>Padre Joaquim José d’ Abreu Campo Santo (D);</p> <p><b>Maior de 1924, ano I (2.ª série), n.º 1</b></p> <p>Padre Raul Dias Sarreia – Santa Maria de Oya – Tuy (D)</p>	<p>Manuel Pedro dos Santos (P);</p> <p><b>Maior de 1924, ano I (2.ª série), n.º 1</b></p> <p>A. Gomes Pereira – Valença do Minho (PA)</p>	<p>«Órgam português dos Congressos Marianos» e ««Nomeado pelo Congresso Internacional de Einsiedeln»</p> <p>Redacção e Administração – Rua do Quelhas,</p>	<p><b>1.º número:</b> Fevereiro de 1905 ano I, n.º 1</p> <p><b>1.º visto na BGUC –</b> Junho de 1907, ano III (?), 6.º do Tomo III, n.º 6</p>	<p><b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano III (2.ª série), n.º 8</p> <p><b>O jornal está findo.</b></p> <p>O periódico permanece com o título,</p>

							6, Lisboa – Passa de 1910 para 1924	«Mensageiro de Maria», até Dezembro de 1950, ano XXVIII, n.º 12. É Director, Editor e Proprietário o Padre Evaristo de Vasconcelos. Depois o periódico passa a chamar-se, «Magnificat», a partir de Janeiro/Fever eiro de 1951, ano 19, n.ºs 1-2. O último analisado na BGUC é: Agosto/Sete mbro de 1993, ano XLIII, n.º 7. É Director e Editor, Heitor Morais da Silva. O periódico é Propriedade de
--	--	--	--	--	--	--	---	--

									Corporação da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.
151	<p><b>MENSAGEIRO PAROQUIAL</b></p> <p>«Semanário de Propaganda Religiosa»;  <b>24 de Janeiro de 1954, ano XL, n.º 2081</b>  Acresce ao subtítulo – «Deus-Pátria-Família»;  <b>13 de Setembro de 1970, ano LVII, n.º 2948</b>  Acresce ao subtítulo – «Semanário de Formação Religiosa» até: 11 de Fevereiro de 1973, ano LIX, n.º 3073</p>	Viseu	1914-1976 ?	Semanário	Padre Maximiano de Almeida (D); <b>3 de Novembro de 1918, ano V, n.º 243</b> Alfredo P. Pereira dos Santos (DAP); <b>10 de Novembro de 1918, ano V, n.º 244</b> Cónego António José Moita (D)	Cónego Dr. Miguel Ferreira de Almeida (E); Alfredo Pais Pereira (AP); <b>15 de Outubro de 1916, ano III, n.º 136</b> Padre Manuel de Almeida Jesus (E); <b>3 de Novembro de 1918, ano V, n.º 243</b> Alfredo P. Pereira dos Santos (DAP); <b>10 de Novembro de 1918, ano V, n.º 244</b> A.P. Pereira dos Santos (AP); <b>25 de Dezembro de 1921, ano VIII, n.º 407</b> José de Almeida	_____	15 de Março de 1914, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 26 de Dezembro de 1926, ano III, n.º 668<sup>30</sup></b>  <b>Último – 27 de Novembro de 1976, ano LXIII, n.º 3225</b> (há uma indicação que refere que deixou de vir);

<sup>30</sup> Na análise que procedemos a este jornal deparámo-nos com uma situação deveras interessante. Não existe o exemplar número 666, que seria de 12 de Dezembro de 1926. Não podemos afirmar com toda a certeza que este número alguma vez chegou a ser impresso, mas não deixa de ter algum interesse, quando nos lembramos que o referido número 666, representa o “número da besta”, sendo maldito para a Igreja Católica. E este é um jornal católico.

						(A); O Redactor (P); <b>14 de Dezembro de 1924, ano XI, n.º 562</b> Padre Joaquim Gonçalo de Barros (E)			
<b>152</b>	<b>O MENSAGEIRO DA VIRGEM</b> «Semanário Católico»	Poiares da Régua, Peso da Régua	1915-1919	Semanário	Padre José Pinto de Miranda Guedes (DEP); <b>7 de Novembro de 1915, ano I, n.º 28</b> Padre Teófilo de Andrade (DEP)	Padre José Pinto de Miranda Guedes (DEP);	Redacção e Administração – Residência Paroquial de Poiares da Régua	2 de Maio de 1915, ano I, n.º 1	28 de Dezembro de 1919, ano V, n.º 243
<b>153</b>	<b>A NAÇÃO</b>	Lisboa	1847-1928	Diário (da Tarde) <b>4 de Julho de 1912, ano LXV, n.º 15320</b> Sai de Manhã	<b>28 de Janeiro de 1911, ano LXIV, n.º 15043</b> João Franco Monteiro (D); Machado Correia (CR);  <b>4 de Julho de 1912, ano LXV, n.º 15320</b> António Santos (E); D. José da Cunha e Lorena (A e Presidente da Comissão Administrativa); Grémio Português (Legitimista) (P)	<b>Ano LXV, 4 de Julho de 1912, n.º 15320</b> António Santos (E);	<b>1847:</b> Redacção: Largo do Intendente, n.º 258, Lisboa;  <b>1911:</b> Redacção, Administração; Composição: Rua da Era, 19, 1.º, Lisboa; Oficinas de Impressão: Travessa das Mercês, 59, Lisboa; <b>4 de Julho de 1912, ano LXV, n.º 15320</b>	15 de Setembro de 1847, ano I, n.º 1	23 de Setembro de 1928, ano 82, n.º 16778

							Preço avulso: 10 réis Passa a publicar-se ao domingo e descansa à 2. <sup>a</sup> feira; Por vezes, aumenta o número de páginas de 4 (normal) para 6		
154	<b>NOTÍCIAS DA COVILHÃ</b> «Semanario Órgão da Comissão Concelhia do Centro Catholico»	Covilhã	1919 – mantém publicação	Semanário	Padre José Fino Beja (DE); <b>18 de Julho de 1926, ano VII, n.º 356</b> Aristides V. Barros – José de Almeida Euzébio (D)	Padre José Fino Beja (DE); Dr. António Catalão (PA); <b>22 de Julho de 1923, ano IV, n.º 203</b> João de Figueiredo e Júlio Carneiro (R) – até: <b>13 de Abril de 1924, ano IV, n.º 241</b>  <b>17 de Maio de 1925, ano VI, n.º 296</b> Dr. Alexandre Vellozo, Dr. António Catalão, Dr. J. d' Almeida Euzébio (R);		18 de Maio de 1919, ano I, n.º 1 <sup>31</sup>  <b>1.º visto na BGUC – 7 de Janeiro de 1923, ano IV, n.º 176</b>	<b>Último de 1926 – 25 de Dezembro de 1926, ano VIII, n.º 379</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 18 de Dezembro de 2008 ano 95., n.º 5214.

<sup>31</sup> Informação conseguida junto da Direcção e Redacção do jornal *Notícias da Covilhã*.

						Álvaro da Cruz Dias (Gerente);			Nessa data, o seu Director era José Geraldes. O Director-adjunto era Fernando Brito. O periódico é propriedade da Diocese da Guarda. (Vem por Correio).
155	<b>NOTÍCIAS DE EVORA</b> «Diário regionalista da manhã»	Évora	1900-1978?	Diário	_____	Alfredo Cesar de Almeida (P Redactor)	Typographia, Imprensa, Administração: Rua do Paço, 125, Évora; Assinaturas – Mês: 240 réis; Correio: 300 réis; n.º avulso: 10 réis;	8 de Setembro de 1900, ano I, n.º 1 <sup>32</sup>  <b>1.º visto:</b> 25 de Abril de 1907, ano VII, n.º 1966	<b>Último de 1926 – ?</b>  <b>Último – 1978?</b>
156	<b>NOTÍCIAS DE VIANA</b> «Bi-Semanario Catholico e Regionalista»	Viana do Castelo	1916-1919?	Semanário	Dr. Jayme E. Fernandes (DE)	Dr. Jayme E. Fernandes (DE); Padre Domingos J. d' Araújo do Paço (A). Empresa do “Notícias de Viana” (P)	Redacção e Administração – Rua do Poço	26 de Novembro de 1916, ano I, n.º 1	26 de Janeiro de 1919, ano III, n.º 198

<sup>32</sup> De acordo com: MONTE, Gil do – *O jornalismo eborense (1846-1976)*. 2.ª ed. Évora: Tipografia Gráfica Eborense, 1978, pp. 47-49.

157	<b>NOVIDADES</b>	Lisboa	1923-1974	Diário <sup>33</sup>	_____	<b>15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8445)</b> Thomaz de Cambôa (RP); J. Barreiros Tavares (E); Gráfica Lisbonense (P);	<b>15 de Dezembro de 1923, ano I (XXXVIII), n.º 1 (8445)</b> Redacção, Administração, Oficina de Composição: Rua Garrett, 29, 2.º, Lisboa; Oficina de Impressão: Calçada do Sacramento, 40, Lisboa	15 de Dezembro de 1923, ano I(XXXVIII), n.º 1 (8445)	<b>Último de 1926 –</b> 31 de Dezembro de 1926, ano XLII, n.º 9529  <b>Último –</b> 3 de Maio de 1974, ano 89, n.º 26146. Nessa data, tinha como Director: A. Avelino Gonçalves. O jornal era propriedade da União Gráfica, S. A. R.
158	<b>OPUS DEI</b>  «Revista Liturgica Mensal»	Braga	1926-1935/36	Mensário	Padre Antonio Coelho (D).	Coelho, Sotto Mayor e C.ª Lda (AE).	_____	<b>1.º visto na BGUC –</b> Novembro de 1926, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano I, n.º 2  <b>Último número – O jornal está findo.</b>

<sup>33</sup> O jornal *Novidades*, em 7 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 287 (8738) publica-se três vezes por semana (3.ª, 6.ª e domingo) até: 24 de Outubro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 304 (8755) . A partir desta data, retoma a sua periodicidade diária.

									Segundo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: Outubro de 1925/36, ano X, n.º 12. Nessa data, o seu Director é o Padre António Coelho – Censor Honorário da Academia de Liturgia de Roma. A Redacção está fixada no Mosteiro de Tibães.
159	<b>ORAÇÃO E VIDA</b> <sup>34</sup>	Lisboa?	1874-1981?	?	?	?	?	?	?
160	<b>A ORDEM</b> «Diario Catholico da Manha» <b>1 de Setembro de 1916, ano I, n.º 176</b>	Lisboa	1916-1919	Diário	Dr. Camossa Saldanha (D); <b>22 de Junho de 1916, ano I, n.º 118</b> Fernando de	Mario Martins (ER); Alvaro Zuzarte de Mendonça (RP) João Paulo Freire (Mario) (S);	Redacção, Administração, Composição e Impressão – Calçada do Combro, 38-A,	2 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 1	7 de Fevereiro de 1919, ano IV, n.º 899

<sup>34</sup> Não há na BGUC. Há na BPMP, a partir de 1981.

	«Diário Catholico»				Souza (D);	<p>Empresa “ A Ordem” (P);  <b>17 de Janeiro de 1917, ano I, n.º 176</b></p>	<p>2.º, Lisboa;  Assistente Eclesiástico –  Dr. Pereira dos Reis  (identificação ao centro do jornal, até sábado, 12 de Maio de 1917, ano II, n.º 384  Impressão – Travessa das Mercês, 59, Lisboa;  <b>8de Agosto de 1917, ano II, n.º 454</b>  Impressão – Calçada do Combro, 38-A, 2.º, Lisboa;  <b>28 de Setembro de 1917, ano II, n.º 493</b>  Impressão – Rua da Atalaya, 134, Lisboa;  <b>domingo, 7 de Outubro de 1917, ano II, n.º 500</b>  Redacção, Administração e Composição – Rua da Lucta,</p>		
--	--------------------	--	--	--	------------	--	---	--	--

							30, 2.º, Lisboa (ao Chiado) (antiga Rua Duque de Bragança).		
<b>161</b>	<b>A ORDEM</b> «Semanário Católico»	Porto	1913 – mantém publicação	Semanário	João Roberto Pereira Maciel (D); <b>10 de Maio de 1916, ano I, n.º 2</b> José Martins (D);	M. Ribeiro Maia (E); Leonardo Pedro de Castro (A); <b>16 de Agosto de 1913, ano I, n.º 16</b> António Pacheco (A); <b>11 de Outubro de 1913, ano I, n.º 24</b> Leonardo Pedro de Castro (A); <b>14 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 42</b> António Pacheco (A); <b>5 de Janeiro de 1918, ano V, n.º 243</b> J. Abrantes Pais (E).	Administração e Redacção: Rua de Santa Catarina, 630, Porto; Oficinas de Composição e Impressão: Rua de Santa Catarina, 626-630, Porto.	3 de Maio de 1913, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 18 de Dezembro de 1926, ano XIV, n.º 707</b>  <b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 18 de Dezembro de 2008, ano 96, n.º 30 (Vem por Correio).
<b>162</b>	<b>A PALAVRA</b>	Porto	1872-1911	Diário	Dr. Alberto Pinheiro Torres (D);	Dr. Arthur Leite D' Amorim (EA); Sociedade do jornal “A	Redacção, Administração, Tipographia e Impressão: Rua	1 de Agosto de 1872, ano I, n.º 1 <sup>35</sup>	15 de Fevereiro de 1911, ano XXXIX,

<sup>35</sup> Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do Grupo Católico de ‘A Palavra’ (1872-1913)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 3.

						Palavra” Limitada (P)	da Porta do Sol, n.º 20, Porto	<b>1.º visto na BGUC –</b> 30 de Setembro de 1904, ano XXXIII, n.º 92	n.º 166
<b>163</b>	<b>O PASQUIM</b>	Lisboa	1914	Semanário	Costa Castilho (D).	_____	Apresenta-se como sendo um «semanário monárquico e católico».	15 de Agosto de 1914, ano I, n.º 1	29 de Agosto de 1914, ano I, n.º 3
<b>164</b>	<b>A PAZ</b> «Semanário Católico»	Porto	1912? – 1917	Semanário	António J. A. C. Lemos Ferreira (D).	Manuel Rodrigues Palhão Júnior (E).	_____	<b>1.º número –</b> 1912?  <b>1.º visto –</b> 21 de Outubro de 1916, ano IV, n.º 198	27 de Outubro de 1917, ano V, n.º 251
<b>165</b>	<b>A PAZ</b> «Semanário Religião, Ciência e Literatura»; <b>1 de Agosto de 1914, ano II, n.º 87</b> «Órgão dos Centros de Democracia Cristã do Porto e Gaia»; <b>8 de Dezembro de 1917, ano VI, n.º 257</b> «Semanário Católico»	Vila Nova de Gaia	1912-1918	Semanário	A. Costa e Silva (D); <b>16 de Março de 1913, ano I, n.º 15</b> Zeferino Gonçalves Pinto (DE); <b>18 de Maio de 1913, ano I, n.º 24</b> D. José de Lencastre (D); <b>1 de Agosto de 1914, ano II, n.º</b>	Zeferino Gonçalves Pinto (E); Mário Pinho (A); <b>16 de Março de 1913, ano I, n.º 15</b> Zeferino Gonçalves Pinto (DE); <b>3 de Agosto de 1913, ano I, n.º 35</b> A. de Magalhães (A);	_____	8 de Dezembro de 1912, ano I, n.º 1	28 de Dezembro de 1918, ano VII, n.º 312

					<p><b>87</b> António J. A. C. Lemos Ferreira (D)</p>	<p><b>10 de Agosto de 1913, ano I, n.º 36</b> Surge Padre Alberto Lisboa (RP); <b>23 de Novembro de 1913, ano I, n.º 51</b> Surge Manuel dos Santos Gouxo Júnior (R.); <b>1 de Agosto de 1914, ano II, n.º 87</b> Manuel dos Santos Gouxo Júnior (E); Centro de Democracia Cristã do Porto (P); <b>20 de Fevereiro de 1915, ano III, n.º 116</b> Rafael Pereira dos Santos (EA); Antero Pacheco Moreira (RP); <b>22 de Junho de 1916, ano IV, n.º 185</b> Manuel Rodrigues Palhão Júnior (E)</p>			
<b>166</b>	<b>PORTUGAL</b>	Montalegre	1914-1915	Mensário	Padre José	Eduardo d'	Apresenta-se	26 de Julho	26 de Junho

	<b>EUCARISTICO</b>				Martins Duarte Júnior (Arcipreste e Reitor de Montalegre) (D)	Azevedo Coutinho (EA); Empresa «O Crente de Barroso» (P); <b>26 de Abril de 1915, ano I, n.º 10</b> Padre Manuel José Afonso Baptista (Pároco da Villa da Ponte) (ER).	como sendo «revista católica mensal»	de 1914, ano I, n.º 1	de 1915, ano I, n.º 10
<b>167</b>	<b>O PORTUGUÊS</b> <b>29 de Agosto de 1915, ano I, n.º 2</b> «Deus e Pátria» (Antetítulo); «Semanário Católico e Órgão da Juventude Católica de Penafiel»; <b>10 de Outubro de 1915, ano I, n.º 8</b> «Semanário Católico»	Penafiel	1915-1916	Semanário	Padre José de Pinho (DE)	Padre José de Pinho (DE); José Nunes Pereira (RP); Empresa de «O Português» (P);	—————	22 de Agosto de 1915, ano I, n.º 1	3 de Setembro de 1916, ano II, n.º 2
<b>168</b>	<b>O POVO DA BARCA</b> «Semanario Independente, Órgão dos interesses locais»; <b>5 de Janeiro de 1912, ano XIII, n.º 1</b> «Órgão dos interesses locais»	Ponte da Barca	1899 – mantém publicação	Semanário	Manoel Augusto Leite Ribeiro (DP); <b>4 de Janeiro de 1913, ano 14, n.º 1</b> Joaquim Maria de Souza Barros (D);	Manoel Augusto Leite Ribeiro (DP); Manoel José Cerqueira Barbosa e Brito (E) – até 12 de Maio de 1907, Ano VIII, n.º 17 <b>6 de Janeiro de</b>	—————	<b>1.º número</b> – 6 de Fevereiro de 1899 ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC</b> – 5 de Maio de	<b>Último de 1926</b> – 24 de Dezembro de 1926, ano 27, n.º 48  <b>O jornal mantém publicação.</b> Por falta de

						<p><b>1911, ano XII, n.º 1</b> António Joaquim de Passos Pereira (E);</p> <p><b>4 de Agosto de 1912, ano 13, n.º 30</b> Viúva de Manoel Augusto Leite Ribeiro (P);</p> <p><b>4 de Janeiro de 1913, ano 14, n.º 1</b> Manoel Augusto Leite Ribeiro (sucessores) (P)</p>		1907 ano VIII, n.º 16	<p>espaço na BGUC, o último acessível é: 7 de Dezembro de 2007, ano 107 (2.ª série), n.º 180. Nessa data o seu Director era José Maria Lacerda e Megre.</p> <p>Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 9 Maio 2008, ano 108, n.º 191. (Vem por Depósito Legal).</p>
169	<p><b>O POVO DE BARROSO</b></p> <p>«Gazeta Católica Vespertina»</p>	Montalegre	1913	?	José Bento Gonçalves Barroso (DEP)	_____	Redacção e Administração – Rua do Reigoso, Montalegre; Não é visível qualquer	16 de Setembro de 1913, ano I, n.º 2 (exemplar único visto)	_____

							referência à sua periodicidade.		
170	<b>POVO DE FOZ COA</b> «Quinzenário Católico do Concelho de Foz Côa»; <b>19 de Abril de 1914, ano I, n.º 14</b> «Semanário defensor dos interesses do concelho de Foz-Côa»	Vila Nova de Foz Côa	1913-1918	Quinzenário	Padre José António Marrana (D);	Padre José Joaquim Mourão (E); <b>15 de Fevereiro de 1915, ano II, n.º 42</b> Francisco Joaquim Marrana (E)	_____	15 de Outubro de 1913, ano I, n.º 1	28 de Abril de 1918, ano IV, n.º 171
171	<b>PRELUDIOS</b> «Revista de carácter literário-religioso; órgão do A.D.L. do Seminário de Angra»; Sub-subtítulo: «Publica-se todo o ano lectivo»; <b>Fevereiro/Março de 1928, ano V, n.ºs 32 e 33</b> Subtítulo: «Revista de carácter literário-religioso»; Sub-subtítulo: «Pela: Igreja: e: Pela: Pátria»	Angra do Heroísmo, (Terceira, Açores)	1924-1928	Mensário	A cargo da Mesa do A.D.L. (D); <b>Janeiro de 1926, ano III, n.º 16</b> Lopes Baptista (D); Desaparece Director em Outubro/ Novembro de 1926, ano III, n.ºs 20-21 <b>Fevereiro/Março de 1928, ano V, n.ºs 32 e 33</b> Joaquim Esteves (D)	Silvino Raposo (E); <b>Outubro/Novembro de 1926, ano III, n.ºs 20-21</b> Luiz Costa (Red Princ); Constantino Mota (EP); <b>Fevereiro/Março de 1928, ano V, n.ºs 32 e 33</b> L. H. Vasconcelos Serra (Red Princ); J. P. Pinheiro (A); M. Gonçalves Rei (EP);	Redacção e Administração: Seminário de Angra, Ilha Terceira, Açores; Composição e Impressão: Tipografia Andrade – Angra <b>Fevereiro/Março de 1928, ano V, n.ºs 32 e 33</b> Composição e Impressão: Tipografia União 'Grafica' - Angra	Janeiro de 1924, ano I, n.º 1 (2.ª edição)	Fevereiro/ Março de 1928, ano V, n.ºs 32 e 33
172	<b>O PRIMACIAL</b> «Boletim Paroquial da Sé Primaz»	Braga	1913-1915	Quinzenário	Padre João Narciso de Azevedo (DE);	Padre João Narciso de Azevedo (DE); Paulo Joaquim	Redacção e Administração – Rua do Anjo, 5	Ano I, 19 de Julho de 1913, n.º 1	Ano II, 19 de Dezembro de 1915, n.º 53 (?)

						Claro (PA);			
<b>173</b>	<b>O PROGRESSO CATHOLICO</b>  1 de Janeiro de 1907, ano XXIX, n.º 1 «Revista Quinzenal, Religiosa, Scientifica, Litteraria, Artística e Noticiosa»;  sub-sub-título: «Com a bênção apostolica do Summo Pontificie Leão XIII, de saudosa memoria, de S. Sanctidade Pio X, nosso actual Pontífice, e com a aprovação, recomendação e bênção do Exmo e Re.mo. Snr. D. António, Bispo do Porto	Guimarães/Porto <sup>36</sup>	1878-1925	Quinzenário	José Fructuoso da Fonseca (E); <b>1911</b> <b>1 de Janeiro de 1911, ano XXXIII, n.º 1</b> José Fructuoso da Fonseca (DP); <b>15 de Agosto de 1911, ano XXXIII, n.º 1</b> José Fructuoso da Fonseca (DEP); <b>1 de Setembro de 1913, ano XXXVI, n.º 17</b> Maria Carvalho da Fonseca (DEP); <b>1 de Janeiro de 1914, ano XXXVI, n.º 1</b> Padre Marinho (D)	José Fructuoso da Fonseca (E); <b>1911</b> <b>1 de Janeiro de 1911, ano XXXIII, n.º 1</b> José Fructuoso da Fonseca (DP); Agostinho Soares (E) – até 1 de Agosto de 1911, ano XXXIII, n.º 16; <b>1 de Janeiro de 1914, ano XXXVI, n.º 1</b> Maria Carvalho da Fonseca (EP); <b>1 de Março de 1918, ano XL, n.º 5</b> Pedro Ignacio Alvares Ribeiro (RP) – até 1 de Novembro de 1921, ano XLIII, n.º 21	Redacção, Administração e Typographia – Rua da Picaria, 74 – Porto	<b>1.º ano – 1878</b>  <b>1.º visto na BGUC – 1 de Janeiro de 1907, ano XXIX, n.º 1</b>	1 de Janeiro de 1925, ano XLVII, n.º 1
<b>174</b>	<b>O PROGRESSO DE FAFE</b>  <b>29 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 4</b>	Fafe	1922	Semanário	<b>29 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 4</b> Dr. Manoel Leite Marinho (DE);	<b>29 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 4</b> Dr. Manoel Leite Marinho (DE);	<b>29 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 4</b> Redacção: Tipografia de	8 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na</b>	15 de Julho de 1922, ano I, n.º 29

<sup>36</sup> Este periódico publicou-se em Guimarães até 1895. A partir desse ano passou a editar-se no Porto, pelo que o iremos colocar na diocese do Porto (Apêndice II). Cf. AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da Imprensa Católica...p. 230.

	«Semanario Regionalista»					Albérico José da Silva (A. Delegado); Empresa “Minho Grafico” (P)	“A Ideia” de Fafe	<b>BGUC</b> – 29 de Janeiro de 1922, ano I, n.º 4	
<b>175</b>	<b>PROPAGANDA E ACÇÃO</b>	Porto	1915-1916	Mensário / Quinzenário: a partir de –15 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 7	<b>15 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 7</b> Joaquim de Vasconcelos (D);	José Teixeira Bastos (E); J. B. Lopes Monteiro; M. Cerqueira Gomes J. Vasconcelos (R); <b>15 de Fevereiro de 1916, ano I, n.º 7</b> José Teixeira Bastos (EP)	Boletim Mensal – Distribuição Gratuita; Assistente Eclesiástico – Dr. A. Bernardo da Silva; Apresenta-se como fazendo parte da «União Católica».	Fevereiro de 1915, ano I, n.º 1	5 de Abril de 1916, ano I, n.º 8
<b>176</b>	<b>PROPAGANDA CATHOLICA</b> <sup>37</sup>  «Revista Mensal» e «Leitura Recreativa»  <b>1911</b>	Silvares, Fafe	1896? – 1915	Mensário	Padre Constantino Alvarez (DP); <b>1911 Janeiro e Fevereiro de 1911, ano XV, n.º 3738, 1.º e 2.º do</b>	—————	Redacção, Administração e Oficinas Tipográficas – S. Clemente de Silvares, Fafe.	<b>1.º ano</b> – 1896?  <b>1.º visto na BGUC</b> – Janeiro-Fevereiro de	Setembro de 1915, ano XIX, n.º 9

<sup>37</sup> A partir de 1915, a revista *Propaganda Catholica* muda de aspecto gráfico e passa a dedicar cada número a um tema específico. Assim, durante nove meses, ficaram assim distribuídos os nove temas. Para Ano XIX, Janeiro de 1915, n.º 1 – «Índole e Origem da Religião» – versão e resumo do Padre João Mir; Ano XIX, Fevereiro de 1915, n.º 2 – «Leituras recreativas»; Ano XIX, Março de 1915, n.º 3 – «Epitome da História da Paixão segundo a narração evangélica»; Ano XIX, Abril de 1915, n.º 4 – «A Política dos Papas durante a idade media» – por J. Ribeiro Coelho; Ano XIX, Maio de 1915, n.º 5 – «Santa Cecilia – poemeto christao em 3 cantos pelo Padre Nunes Tavares; Ano XIX, Junho de 1915, n.º 6 – «A Uniao Iberica – conferencia no Circulo d’ Estudos da Juventude Catholica» – por Avelino Teixeira d’ Andrade; Ano XIX, Julho de 1915, n.º 7 – «Pedagogia – o Carácter»; Ano XIX, Agosto de 1915, n.º 8 – «Belgica – conferencias no Circulo d’ Estudos da Juventude Catholica» – por Avelino Teixeira d’ Andrade; Ano XIX, Setembro de 1915, n.º 9 – «Arte de escrever – crítica aos vícios mais frequente da nossa litteratura contemporânea» – por J. Ribeiro Coelho.

	<p><b>Janeiro e Fevereiro de 1911, ano XV, n.º 3738, 1.º e 2.º do tomo IV</b></p> <p>«Destinada a promover a vida catholica, e defender os interesses da Egreja sob os auspícios da Família Sagrada»; «Publica-se com approvaçao ecclesiastica»; «Nada, nem um só pensamento para a politica; tudo, até o ultimo alento para a Religiao»</p>				<p><b>tomo IV</b> J. Ribeiro Coelho (AE); <b>Agosto e Setembro de 1911, ano XV, n.º 3738, n.ºs 44 e 45, 8.º do tomo IV</b> Guillermo Alvarez Campos (A);</p>			1908, ano XII, n.º 1 e 2	
177	<p><b>QUINZENA RELIGIOSA DA ILHA DA MADEIRA</b></p> <p>«Orgao da Liga Dominical e da Obra Salesiana»</p>	Funchal (Madeira)	1901? – 1912	Quinzenário	<p><b>15 de Abril de 1907, ano VII, n.º 149</b> João J. de Macedo (E); <b>1911</b> <b>1 de Fevereiro de 1911, ano XI, n.º 1</b> Eduardo C. Nunes Pereira (E RP); Empreza Funchalense de Publicações Catholicas (P).</p>	—————	Redacção – Seminário do Funchal	<p><b>1.º ano – 1901 ?</b></p> <p><b>1.º visto na BGUC – 15 de Abril de 1907, ano VII, n.º 149</b></p>	15 de Janeiro de 1912, ano XII, n.º 254
178	<p><b>RAIO DE LUZ</b></p> <p>«Com permissão da Auctoridade</p>	Lisboa	1913-1944 ?	Mensário	Affonso H. d' Almeida (D); Casa Catholica – Lisboa (P);	—————	Redacção e Administração e Tipografia – Rua dos Poyares	9 de Julho de 1913, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano

	«Eclesiastica»				Eduardo de Aguiar (E); <b>2 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 6</b> Henrique dos Santos Silva (DE); Thomaz Pereira (P)		de S. Bento, 133-135. Composição e Impressão – Rua da Conceição da Gloria, 38 e 40 – Lisboa; <b>12 de Setembro de 1913, ano I, n.º 3</b> Composição e Impressão – Largo de S. Roque, 11 e 12; <b>2 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 6</b> Composição e Impressão – Typ. Catholica, Travessa das Inglezinhas, 19 – Lisboa; Redacção e Administração – Travessa das Inglezinhas, 19 (ao Quelhas) – Lisboa. <b>Passa de 1914 para 1923</b>		XIII, n.º 147 <b>Último visto na BGUC – 1944?</b> <sup>38</sup>
<b>179</b>	<b>A RESTAURAÇÃO</b>	Guimarães	1903? – 1911	Semanário	António Luís da Silva Dantas (DP)	António Luís da Silva Dantas	Administração e Oficina de	<b>1.º ano – 1903?</b>	ano VII, 9 de Maio de

<sup>38</sup> De acordo com a colecção analisada na BGUC, o último exemplar visto de *Raio de Luz* era um número comemorativo do 10.º aniversário deste novo órgão da Liga da Acção Católica Feminina (LACF), nos anos 1934-44. O selo do correio impresso data de 20 de Junho de 1944.

	«Semanário Catholico»					(DP); João P. d' Oliveira Bastos (E)	Composição e Impressão: Typographia Minerva Vimaranesne – Rua de Payo Galvão; Redacção e Sede Social da Empresa – Rua de D. João I, 13, 1.º andar – Guimarães	<b>1.º visto</b> – ano IV, 28 de Abril de 1907, n.º 176	1911, n.º 311
<b>180</b>	<b>REVISTA CATHEQUISTICA</b>  «Publicação Mensal dedicada ao Clero, às Famílias Christãs e aos Catechistas Voluntarios de Portugal e Brazil»; sub-sub-titl: «Approvada e recommendada pelo Episcopado portuguez»	Viseu/ Lamego (em 1979 há indicações que já está nesta última cidade e na respectiva diocese)	1913-1984	Mensário	Padre Maximiano d' Almeida (DP); <b>1 de Dezembro de 1918, ano VI, n.º 4</b> Cónego António José Moita (D);	Padre Maximiano d' Almeida (DP); Alfredo Paes Pereira dos Santos (AE); <b>1 de Dezembro de 1918, ano VI, n.º 4</b> Alfredo Paes Pereira dos Santos (EP); <b>1 de Setembro de 1921, ano IX, n.º 1</b> José de Almeida (A) Empresa da “Revista	Redacção, Administração, Oficinas, Composição e Impressão – Rua Silva Gayo, 42 a 46; Redactores: Dr. Miguel Ferreira de Almeida; Dr. Manuel A. da Ressurreição Fernandes; Dr. Diogo da Piedade e Costa; Padre João Marques Pimentel; Padre	<b>1.º ano</b> – Agosto de 1913 <sup>39</sup>  <b>1.º visto na BGUC:</b> 1 de Setembro de 1914, ano II, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – Dezembro de 1926, ano XIV, n.º 4  <b>Último</b> <sup>40</sup> – Janeiro/ Fevereiro de 1984, ano LXIX, n.ºs 5 e 6; Neste período, era seu Director: Cardoso de Almeida. O

<sup>39</sup> A data de Agosto de 1913 – como sendo o início desta publicação – é tida em consideração a partir de uma «nota de abertura» publicada em Ano II, 1 de Setembro de 1914, n.º 1.

<sup>40</sup> Em 1984 – data do último número presente na BGUC – a *Revista Cathequistica* publica-se a partir da cidade de Lamego, sendo que a sua responsabilidade editorial pertence à sua Diocese.

						Catholica”; Alfredo Paes Pereira dos Santos (E);	Francisco J. Netto; <b>1 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 5</b> Redactores: Padre João M. Pimentel; Padre Francisco Netto; <b>1 de Setembro de 1922, ano X, n.º 1</b> Padre César da Silva (R) (ano XIII, até Abril de 1926, n.º 8)		seu Editor era Afonso Ferreira. A Propriedade e Administração era no Secretariado da Catequese, sito no Largo da Sé, 30. Clara Ângelo era a sua redactora. Composição e Impressão: Tipografia “Voz de Lamego”
<b>181</b>	<b>REVISTA CATHOLICA</b>  <b>1 de Maio de 1907, ano XVII, n.º 34</b> «Destinada à defesa das verdades christas, dos direitos e liberdades da Igreja, do Clero e dos grandes princípios sociaes» e «Por muitas vezes abençoada por S. Santidade Leão XIII,	Viséu	1891- 1955?	Bissemanário/ Semanário: a partir de 8 de – Setembro de 1921, ano XXXI, n.º 2	Cónego Miguel Ferreira (DP); Alfredo Paes Pereira dos Santos (SR);  <b>1911 4 de Janeiro de 1911, ano XXI, n.º 1</b> Maximiano d’ Almeida (E); <b>Passa de 1912 para 1921</b>	Alfredo Paes Pereira dos Santos (SR);	Redacção e Administração e Tipografia – Rua Conselheiro Macedo, n.º 42 a 46. <b>4 de Janeiro de 1911, ano XXI, n.º 1</b> Redacção e Administração – Rua Silva Gayo, n.ºs 42 a 46;	6 de Janeiro de 1891, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC –</b> 1 de Maio de 1907, ano XVII, n.º 34	<b>Último de 1926 –</b> 25 de Dezembro de 1926, ano XXXVI, n.º 52  <b>Último visto</b> 24 de Dezembro de 1927, ano XXXVII, n.º 52

	de santa memoria, e Pio X»;  <b>8 de Setembro de 1921, ano XXXI, n.º 2</b> «Abençoada por Leão XIII e Pio X, de santa memoria, por Sua Santidade Bento XV e pelo Episcopado Português»				<b>8 de Setembro de 1921, ano XXXI, n.º 2</b> Cónego Miguel Ferreira d' Almeida (F); Mgr. António José Moita (D); José de Almeida (AE); Empreza da Revista Catholica (P);		<b>Passa de 1912 para 1921</b>		<b>Último – 1955<sup>41</sup></b>
<b>182</b>	<b>O ROSARIO</b>  «Revista Mensal Ilustrada» – desaparece em <b>Julho de 1921, ano XIV, n.º 160</b>	Lisboa	1907 – 1959 <sup>42</sup>	Mensário	Júlio Monzó (D); <b>Janeiro de 1911, ano IV, n.º 40</b> Paulo O' Sullivan (D); <b>Novembro/Dezembro de 1923, Ano XVI, n.º 177</b> Paulo H. O' Sullivan (DP).	Paulo O' Sullivan (P). <b>Janeiro de 1911, ano IV, n.º 40</b> D. R. Magennis (P); Christovan Pinto (E). <b>Junho de 1913, ano VI, n.º 69</b> P. E. Dyson (P); <b>Julho de 1921, ano XIV, n.º 160</b> João de Saldanha	_____	Outubro de 1907, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano XIX, n.º 195.  <b>Último –</b> Novembro-Dezembro de 1959, ano X, n.º 564/565,

<sup>41</sup> De acordo com: AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. In *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 1991, 2.ª série, tomo III, p. 235.

<sup>42</sup> O ano de 1956 é apresentado como o último existente na BGUC. Contudo, o ano de 1931 é apresentado como o *terminus* desta publicação, de acordo com os dados de FERNANDES, Raul de Matos – *Jornais do Porto (1896-1925)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1978. De acordo com o *sítio* da Biblioteca Nacional em 23 de Setembro de 2010, o seu fim é o ano de 1959: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=O285Y7292Y501.531204&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!386130~!3&ri=40&aspect=subtab15&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=O+ROS%C3%81RIO&index=.TW&uindex=&aspect=subtab15&menu=search&ri=40#focus>

						Oliveira e Sousa (E); <b>Novembro/Dezembro de 1923, ano XVI, n.º 177</b> Paulo H. O' Sullivan (DP)			
<b>183</b>	<b>O SAMEIRO</b>  Cabeçalho: «Aprovado e abençoado por S. Ex. <sup>a</sup> Revma. o Senhor Arcebispo Primaz	Braga	1926-1928	Mensário	Dr. Abilio Pereira de Araujo (capelão do Sameiro) (D);	Armenio Sotto Mayor (AE);	Composto e Impresso: União Gráfica – Braga; Redacção e Administração: Casa Editora Católica – R. Nova de Sousa, 103 a 107 – Braga	Maio de 1926, ano I, n.º 1  <b>1.º visto BGUC – Maio de 1927, ano II, n.º 13</b>	Julho de 1928, ano III, n.º 27
<b>184</b>	<b>SAN MIGUEL</b>  <b>17 de Outubro de 1908, ano IV, n.º 172</b> «Semanao Catholico»	Ponta Delgada (São Miguel, Açores)	1905? – 1911	Semanário	Padre José Rebello Cordeiro (DP); <b>17 de Outubro de 1908, ano IV, n.º 172</b> Padre António Furtado de Mendonça (DP); <b>7 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 287</b> José da Costa (D); Padre Herculano R. Ferreira (EP)	—————	Administração – Rua Direita do Peru, 101; <b>7 de Janeiro de 1911, ano VI, n.º 287</b> Administração – Rua Ernesto do Canto, 70	<b>1.º ano – 1905?</b>  <b>1.º visto na BGUC – 11 de Julho de 1908, ano IV, n.º 160</b>	8 de Abril de 1911, ano VI, n.º 300
<b>185</b>	<b>O SEMEADOR</b>	Bragança	1917-1922	Mensário	Dr. Ressurreição Fernandes (D)	Dr. Guilhermino A. Alves (EA)	—————	Janeiro de 1917, ano I,	Maio de 1922, ano III,

	«Revista Religiosa e Boletim Diocesano de Bragança»							n.º 1	n.º 5
186	<b>O SEMEADOR</b> «Boletim dos Arciprestados de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão»; «Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei» (Antetítulo)	Castelo Branco	1914-1916	Quinzenário	Padre Rafael Jacinto (DEP);	Padre Rafael Jacinto (DEP); Padre Baltasar Diniz Carvalho (A);	_____	30 de Maio de 1914, ano I, n.º 1	8 de Abril de 1916, ano II, n.º 39
187	<b>SINOS D' ALDEIA</b> «Boletim Paroquial»; <b>15 de Dezembro de 1920 ano III, n.º 2</b> «Publica-se nos dias 1 e 15 de cada mez»; <b>10 de Maio de 1923, ano V, n.º 9</b> «Publica-se nos dias 10, 20 e 30 de cada mez»	Bandeira (Pico, Açores)	1919-1924	Semanário / Quinzenário <sup>43</sup> : a partir de -15 de Dezembro de 1920 ano III, n.º 2 e / Trimensal <sup>44</sup> : a partir de -10 de Maio de 1923, ano V, n.º 9	Nunes da Rosa (D); Eduardo Camacho (E);	Eduardo Camacho (E); Juventude Católica Boa Nova (P); <b>21 de Agosto de 1919 ano II, n.º 4</b> Sociedade Literaria e Recreativa J. C. Boa Nova (P)	Redacção, Composição e Impressão: Largo da Igreja – Bandeiras, Pico, Açores; <b>21 de Agosto de 1919, ano II, n.º 4</b> “Para distribuição nas paróquias – 10 exemplares \$150”; <b>26 de Agosto de 1920, ano III, n.º 1</b>	1 de Agosto de 1919, ano I, n.º 1 <sup>45</sup> <b>1.º visto na BGUC – 5 de Junho de 1919, ano I, n.º 45</b>	20 de Outubro de 1924, ano VI, n.º 18

<sup>43</sup> *Sinos d' Aldeia* passa a Quinzenário a partir de: 15 de Dezembro de 1920, ano III, n.º 2.

<sup>44</sup> A periodicidade deste jornal altera-se em: 10 de Maio de 1923, ano V, n.º 9, passando a publicar-se três vezes por mês.

<sup>45</sup> De acordo com as contas realizadas, podemos confirmar que o primeiro número terá sido publicado na data apresentada: 1 de Agosto de 1919, ano I, n.º 1. Porém, a dúvida coloca-se quando confirmamos que o número 1 do Ano II data de 3 de Julho de 1920. Assim, ficamos na incerteza de considerar qual o mês correcto para o início da publicação em 1919, se Julho ou Agosto.

							“Distribuição gratuita a requisição dos ver. Parochos”;		
<b>188</b>	<p><b>SUL DA BEIRA</b></p> <p>«Semanário Ilustrado e politico»</p> <p><b>22 de Março de 1908, ano I, n.º 9</b></p> <p>«Orgao do partido nacionalista do districto de Castelo Branco»;</p> <p><b>12 de Dezembro de 1909, ano II, n.º 89</b></p> <p>«Semanario Ilustrado»;</p> <p>Passa de: 9 de Outubro de 1910, ano III, n.º 130 para</p> <p>21 de Abril de 1918 ano VII – SANTA COMBA DÃO</p> <p>«Semanário republicano»</p> <p><b>30 de Março de 1919, ano I (2.ª série), n.º 1,</b></p> <p>«Semanario republicano»</p>	Covilhã	1908-1923	Semanário	<p>Arthur Bivar (Dir Literário); Crespo de Carvalho (Dir Político, Prop);</p> <p><b>12 de Dezembro de 1909, ano II, n.º 89</b></p> <p>Crespo de Carvalho (DP);</p> <p><b>30 de Março de 1919, ano I (2.ª série), n.º 1,</b></p> <p>Cesar Anjo (DE); António Correia Pinto (Adm);</p>	<p>Crespo de Carvalho (Dir Político, Prop); Joaquim M. Cardoso (Sec. Red);</p> <p><b>30 de Março de 1919, ano I (2.ª série), n.º 1,</b></p> <p>Casimiro A. Neves e António J. Gonçalves (Redactores)</p>	<p>Redacção e Administração: Typ. Commercial – Covilhã; Composição e Impressão: Typ. Veritas – Guarda;</p> <p><b>12 de Dezembro de 1909, ano II, n.º 89</b></p> <p>Orelha esquerda: «Deus e Pátria»;</p> <p>Abaixo da data (ao meio da folha): «A receita liquida d’ este semanario é propriedade do Asylo dos velhinhos da Covilhã»</p>	26 de Janeiro de 1908, ano I, n.º 1	15 de Julho de 1923, ano XII (2.ª série), n.º 469
<b>189</b>	<p><b>A UNIÃO</b></p> <p>«Publicação Diária»;</p> <p><b>2 de Janeiro de 1922,</b></p>	Angra do Heroísmo (Terceira, Açores)	1893 – mantém publicação	Diário	<p>Manuel Vieira Mendes da Silva (DEP);</p> <p><b>16 de Outubro</b></p>	<p>Manuel Vieira Mendes da Silva (DEP);</p> <p><b>3 de Janeiro de</b></p>	_____	3 de Dezembro de 1893, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 – 31 de Dezembro de</b>

	<p><b>ano 29, n.º 8220</b> «Diário da Tarde»</p>				<p><b>de 1922, ano 29, n.º 8444</b> Vieira Mendes (F); <b>2 de Agosto de 1926, ano 33, n.º 9527</b> José Augusto Pereira (D);</p>	<p><b>1911, ano 18, n.º 5013</b> António Hermínio (E) – até 7 de Março de 1915, ano 22, n.º 6238 <b>16 de Outubro de 1922, ano 29, n.º 8444</b> António Hermínio (AE); <b>20 de Outubro de 1923, ano 30, n.º 8734</b> Clemente Pamplona (E); <b>2 de Junho de 1924, ano 31, n.º 8912</b> Miguel Forjaz (E R); <b>1 de Dezembro de 1924, ano 32, n.º 9055</b> Henrique Pamplona (EA); <b>15 de Julho de 1925, ano 32, n.º 9227</b> José Augusto Pereira e A. Costa Ferreira (RP); Empresa “União” (P); <b>2 de Agosto de 1926, ano 33, n.º</b></p>	<p><b>1.º visto na BGUC –</b> 12 de Março de 1902, ano IX, n.º 2444</p>	<p>1926, ano XXXIV, n.º 9649</p> <p><b>O jornal mantém publicação.</b> Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 29 de Fevereiro de 2008, ano 115, nº 33501. (Vem por Depósito Legal).</p>
--	--	--	--	--	---	---	---	--

						<b>9527</b> A. Costa Ferreira (RP)			
<b>190</b>	<b>A UNIÃO</b> «Órgão Oficial do Centro Católico Português»;  <b>Janeiro de 1924, ano VI, n.º 163</b> (Mensal, 16 páginas e novo formato: 27,5 cm (alt.); 19,5 cm (larg.) «Órgão Oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação»	Lisboa	1920-1938	Semanário Mensário: a partir de – Janeiro de 1924, ano V, n.º 163	António Lino Neto (D);	António Ferreira Antunes (E); Empresa de Obras Sociais (P);  <b>25 de Junho de 1922, ano III, n.º 98</b> (Muda Formato: alt. 50,5 cm; larg. 35,5 cm)	Redacção – Rua Augusta, 220, 1.º D, Lisboa; Administração – Beco dos Apostolos, 6, 1.º D, Lisboa; Composto e Impresso – Oficinas da “Ilustração Portuguesa” – Rua do Século, 43, Lisboa <b>24 de Junho de 1923, ano IV, n.º 147</b> Redacção e Administração – Travessa do Despacho, n.º 16, Lisboa; Composição e Impressão – Empreza da Publicidade Agrícola, Lda – Rua da Rosa, 221 a 222, Lisboa <b>20 de Agosto de</b>	19 de Janeiro de 1920, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926</b> – <sup>46</sup>  <b>Último visto na BGUC</b> – Fevereiro/Março/Abril de 1938, ano XIX, n.º 319

<sup>46</sup> Com base nas dificuldades já apontadas na nota de rodapé anterior, não nos é possível datar com precisão qual o último número de 1926.

							<p><b>1923 ano IV, n.º 151</b> Composição e Impressão – Empreza “Minho Gráfico” – Rua dos Mártires da República, 87 – Braga;</p> <p><b>Ano IV, 15 de Outubro de 1923, n.º 153</b> Muda Formato – alt.: 57,5 cm; larg.: 40 cm); Tipografia – Rua Garret, 29, 2.º; Lisboa; Impressão – Calçada do Sacramento, 40;</p> <p><b>Janeiro de 1924, ano VI, n.º 192</b> Tipografia da União Gráfica – Rua de Santa Marta, 158, Lisboa (Officinas movidas a electricidade)</p>		
<b>191</b>	<b>O UNIVERSAL</b> «Semanário Catholico»	Lisboa	1913	Semanário	_____	Luiz da Graça Reis (E); António Benjamim de	Composição e Impressão: C. de S. Francisco,	9 de Fevereiro de 1913, ano I,	3 de Agosto de 1913, ano I, n.º 37

					<b>1913, ano I, n.º 14</b> António Benjamim de Lima (DP)	Lima (P Redac); Padre Francisco Maria da Silva (SR); Dr. Joaquim Francisco da Silva (A); <b>11 de Maio de 1913, ano I, n.º 14</b> António Benjamim de Lima (DP); Dr. Joaquim Francisco da Silva (A)	13-13A – Lisboa; <b>11 de Maio de 1913, ano I, n.º 14</b> Impressão: Rua da Atalaya, 143 – Lisboa; <b>18 de Maio de 1913, ano I, n.º 15</b> Impressão: Travessa das Mercês; <b>3 de Agosto de 1913, ano I, n.º 26</b> Impressão: Rua da Atalaya, 143 – Lisboa	n.º 1	
<b>192</b>	<b>O UNIVERSO</b>	Lisboa	1917	Diário	D. José Manoel de Noronha (D);	D. José Manoel de Noronha (D); António Santos (E); Empresa d' O Universo (P);	Redacção, Administração e Typographia – Rua da Lucta, 30, 2.º (antiga Rua Duque de Bragança); Impressão – Rua da Atalaya, 134 – Lisboa	9 de Abril de 1917, ano I, n.º 1	30 de Junho de 1917, ano I, n.º 67
<b>193</b>	<b>O VALONGUENSE</b> «Boletim Paroquial da Vila de Valongo e freguesias circunvizinhas»;	Valongo	1913-1915	Quinzenário	Padre José dos Reis Paupério (DE); <b>10 de Agosto de 1913, ano I, n.º 4</b> Dr. Bernardo de	Padre José dos Reis Paupério (DE); Padre Manuel Joaquim Tavares (PA);	_____	29 de Junho de 1913, ano I, n.º 1	13 de Junho de 1915, ano II, n.º 26

	<b>10 de Agosto de 1913, ano I, n.º 4</b> «Quinzenário defensor dos interesses de Valongo»				C. Neves (DP);	<b>10 de Agosto de 1913, ano I, n.º 4</b> Padre José dos Reis Paupério (EA); <b>28 de Junho de 1914, ano II, n.º 27</b> Padre José dos Reis Paupério (E); António Felgueiras de C. Neves (A)			
<b>194</b>	<b>VASCO DA GAMA</b> «Revista Trimestral de Pedagogia e Cultura»	Lisboa	1924-1928	Trimestral	Fidelino de Figueiredo (D);	Luís Pinto de Abreu (E);	Redacção e Administração: Travessa das Freiras A Arroios, Lisboa; Oficinas: Conde Barão, 50, Lisboa	Outubro-Dezembro de 1924, ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC –</b> Abril-Junho de 1925, ano I, n.º 3	<b>Último de 1926 –</b> Outubro-Dezembro de 1926, ano III, n.º 5, vol. II  <b>Último –</b> Outubro de 1927 a Setembro de 1928, ano III, n.ºs 9 a 12, vol. III.
<b>195</b>	<b>A VERDADE</b> «Folha Semanal» <b>27 de Dezembro de 1913, ano III, n.º 106</b> «Semanário Catholico»; <b>9 de Fevereiro de 1914, ano III, n.º 113</b>	Angra do Heroísmo, (Terceira, Açores)	1911-1924	Semanário / Diário: entre Fevereiro de 1914, ano II, 9 n.º 133 e 30 de Dezembro de 1917, ano VII, n.º 1244	Padre José Patrício Lopes (DEP); <b>18 de Maio de 1912, ano I, n.º 22</b> A. Costa Ferreira (D); <b>6 de Setembro de</b>	Padre José Patrício Lopes (DEP); <b>18 de Maio de 1912, ano I, n.º 22</b> J. Maria Fernandes (EP); <b>9 de Fevereiro de</b>	Redacção, Administração e Impressão – Rua de S. João, n.º 87, Angra do Heroísmo, Terceira, Açores; Composição e	29 de Junho de 1911, ano I, n.º 1	29 de Novembro de 1924, ano XIII, n.º 1542

	«Publicação Diária»; <b>5 de Janeiro de 1918,</b> <b>ano VIII, n.º 1245</b> «Publicação Semanal»				<b>1919, ano VIII,</b> <b>n.º 1330</b> Costa Ferreira (DEP)	<b>1914, ano III, n.º</b> <b>113</b> J. M. do Nascimento (A) – até 8 de Janeiro de 1915, ano IV, n.º 377 <b>24 de Dezembro</b> <b>de 1917, ano VII,</b> <b>n.º 1239</b> J. Augusto Pereira (EP): até 6 de Setembro de 1919, ano VIII, n.º 1330 <b>6 de Setembro de</b> <b>1919, ano VIII,</b> <b>n.º 1330</b> Costa Ferreira (DEP)	Impressão – Tipografia <i>A</i> <i>Verdade</i>		
<b>196</b>	<b>A VERDADE</b> «Boletim Parochial de Fuzeta, Luz de Tavira e Moncarapacho com permissão ecclesiastica»	Fuzeta, Tavira	1913-1914	Quinzenário	Padre José Cabrita Vieira Neves (DE);	Padre José Cabrita Vieira Neves (DE); Padre João Avelino da Silva (PA);	Composto e Impresso: Typographia a vapor do Padre Villela & Irmão – Braga; Redacção e Administração: Fuzeta, Algarve; <b>16 de Abril de</b> <b>1914, ano I, n.º</b> <b>18</b> Composto e Impresso: Typ. a vapor dos «Echos do	24 de Julho de 1913 ano I, n.º 1  <b>1.º visto</b> <b>BGUC –</b> 16 de Outubro de 1913, ano I, n.º 7	12 de Julho de 1914, ano I, n.º 24

							Minho», R. Martyres da Republica, 83-91 (antiga R. da Rainha – Braga)		
197	<b>VIDA CATOLICA</b>  «Revista Bimensal, Órgão Oficial do Patriarcado de Lisboa»	Lisboa	1915-1935/36 ? 1915-1935/36 (1.ª série) 1986- .... (2.ª série)	Bimensário	Dr. Ribeiro Coelho (D);	Padre E. Coelho (E R); Dr. Pereira dos Reis (SR); Empresa “Vida Catolica” (P).	_____	6 de Setembro de 1915, ano I, n.º 1	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano X, n.º 176  <b>Último visto na BGUC –</b> Maio/Agosto de 1935/36, ano 9, n.º 26. Tinha como Director, Ribeiro Coelho. De acordo com a recolha feita no sítio da Biblioteca Nacional – e feito o cruzamento com os dados da obra de Raul de Matos Fernandes – <i>A Vida Católica</i> terminou em Outubro/

									Dezembro de 1936, ano XX, n.º 292/294. É apontada uma 2.ª série: Janeiro/Abril de 1986, ano I, n.º 1, e é referido que entre os anos 1978 e 1986 o título é, <i>Noticiário do Patriarcado de Lisboa</i> .
198	<b>VIDA DIOCESANA</b> <sup>47</sup> «Boletim da Diocese do Funchal»	Funchal (Madeira)	1921-1931	Semanário / Mensário e Bimensário (com irregularidades) a partir da 2.ª Série (1923)	Conego Dr. Manuel Gomes Jardim (DE); <b>Janeiro e Fevereiro de 1923, ano II (2.ª Série), n.ºs 53 e 54</b> Dr. Theodoro C. de Gouveia (DE);	Conego Dr. Manuel Gomes Jardim (DE); Empresa «Vida Diocesana» (P): <b>Janeiro e Fevereiro de 1923, ano II (2.ª Série), n.ºs 53 e 54</b> Dr. Theodoro C. de Gouveia (DE);	Composto e Impresso: Oficinas de “O Comercio da Madeira”, Rua do Sabão, 70 – Funchal; Redacção e Administração: Câmara Eclesiastica»	<b>Primeiro da 1.ª Série</b> – 3 de Julho de 1921, ano I, n.º 1 <b>Primeiro da 2.ª Série</b> (existente) – Janeiro e Fevereiro de 1923, ano II, n.ºs 53 e 54	<b>Último da 1.ª Série</b> – 2 de Julho de 1922, ano I, n.º 52 <b>Último de 1926</b> – Outubro de 1926, ano VI, Vol. II, n.º 13 <b>Último da 2.ª Série</b> – Agosto/Setembro de 1931, ano IX, Vol. IV, n.ºs

<sup>47</sup> O boletim *Vida Diocesana* apresenta algumas falhas na sua colecção presente na BGUC. Passa de: Ano II (2.ª Série), Janeiro e Fevereiro de 1923, n.ºs 53 e 54 para: [Ano VI], Vol. II Outubro de 1926, n.º 13 mantendo o subtítulo, mas apresentando-se como «um suplemento do “Correio da Madeira”».

									8 e 9
199	<b>VILA DA FEIRA</b> «Semanário Católico»	Santa Maria da Feira	1920-1923	Semanário	Padre Alexandre F. Milheiro (D).	Padre Crispim C. Gomes Leite (EP).	_____	4 de Abril de 1920, ano I, n.º 1	10 de Março de 1923, ano III, n.º 129
200	<b>VILA NOVA</b> «Semanario politico, litterario, agricola, comercial e noticioso»;  <b>17 de Novembro de 1913, ano I (2.ª série), n.º 1</b> «Semanario politico, literário e noticioso»;  <b>Regressa como JORNAL CATÓLICO: 19 de Junho de 1926, ano XXIII, n.º 413</b> «Jornal Literário, Agrícola, Comercial e Noticioso»	Lousada	1893-1934	Semanário / Quinzenário: a partir de -19 de Junho de 1926, ano XXIII, n.º 423) / Mensário: a partir de -3 de Setembro de 1932, ano XXVI, n.º 569	Padre Albino Julio de Magalhães (DEP);  <b>1911 17 de Novembro de 1913, ano I, (2.ª série), n.º 1</b> Leopoldo Cypriano da Gama (D);  <b>Regressa como JORNAL CATÓLICO: 19 de Junho de 1926, ano XXIII, n.º 413</b> Abilio de Magalhães (DEP); <b>3 de Julho de 1926, ano XXIII, n.º 414</b> Abilio de Magalhães (DP);	Padre Albino Julio de Magalhães (DEP);  <b>1911 18 de Fevereiro de 1912, ano VIII, n.º 393</b> Alfredo Augusto Teixeira de Carvalho (A); <b>17 de Novembro de 1913, ano I, (2.ª série), n.º 1</b> Mazone Rozio da Gama (EP Redactor);  <b>Regressa como JORNAL CATÓLICO: 19 de Junho de 1926, ano XXIII, n.º 413</b> Abilio de Magalhães (DEP); <b>3 de Julho de 1926, ano XXIII, n.º 414</b> Abilio de Magalhães (DP);	Administração e Redacção: Rua Maria Pia (antigo escriptorio do notário José Gello), Louzada; Typographia no prédio de Antonio Lemos – Senhora Aparecida; <b>1911 30 de Março de 1911, ano VII, n.º 360</b> Administração, Redacção: Casa dos srs. Magalhães, Vieira e C.ª - Senhora Aparecida;  FALHAS NO JORNAL Passa de: 30 de Junho de 1912, ano VIII, n.º 412 para: 17	<b>1.º ano – 1893?</b>  <b>1.º visto na BGUC – 6 de Novembro de 1910, ano VII, n.º 340</b>	1 de Maio de 1934, ano XXX, n.º 584

						<p>António P. L. de Magalhães (E);</p> <p>de Novembro de 1913, ano I (2.<sup>a</sup> série), n.º 1  «Basta dizer que não reconhecemos nenhuma signa partidária e esperamos proseguir na nossa faina com o espírito dominado por um só ideal: a Pátria goeza integrada na Nacionalidade portuguesa» (p. 1);</p> <p>Redacção e Administração:  Duller, Mapuça;</p> <p><b>Regressa como jornal católico: 19 de Junho de 1926, ano XXIII, n.º 413</b>  Administração, Redacção, Typographia: Senhora Aparecida (na casa dos proprietarios);</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

201	<b>VOZ DE COURA</b> <sup>48</sup>  3 de Dezembro de 1921 ano XIX, n.º 878 «Semanario Regionalista»	Paredes de Coura	1903-1923	Semanário	<b>19 de Novembro de 1921, ano XIX, n.º 877</b> Avelino Teixeira de Andrade (DE);	<b>19 de Novembro de 1921, ano XIX, n.º 877</b> Avelino Teixeira de Andrade (DE); A Empresa (P); Padre José Teixeira d' Andrade (A Delegado) – desaparece em: 3 de Dezembro de 1921, ano XIX, n.º 878	<b>19 de Novembro de 1921, ano XIX, n.º 877</b> Redacção: Rubiães – Paredes de Coura; <b>3 de Dezembro de 1921, ano XIX, n.º 878</b> Redacção e Administração: Casa de António José da Cunha Barbosa	Ano I, ? de 1903, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC –</b> 4 de Maio de 1907, ano IV, n.º 166	6 de Abril de 1923, ano XX, n.º 934
202	<b>VOZ DA FATIMA</b> <sup>49</sup>  «Com aprovação eclesiastica»	Leiria	1922 – mantém publicação	Mensário (publica-se a cada dia 13)	Dr. Manuel Marques dos Santos (DEP);	Dr. Manuel Marques dos Santos (DEP); Padre M. Pereira da Silva (A)	Publicação Gratuita. Redacção e Administração: R. D. Nuno Alvares Pereira (Beato Nuno de Santa Maria); Composto e Impresso: Imprensa Comercial, à Sé – Leiria	Segundo o que conseguimos apurar na BGUC, este título só existe nos seus arquivos a partir de 1927.	<b>Último de 1926 –</b> 13 de Dezembro de 1926, ano V, n.º 52 (BPMP).  Segundo o que conseguimos apurar na BGUC, este título só existe nos seus arquivos a partir de

<sup>48</sup> Membro da União Regional da Imprensa do *Diário do Minho* (URI).

<sup>49</sup> Este título foi analisado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, por estar disponível na BGUC apenas a partir de 1927.

									<p>1927.</p> <p><b>O jornal mantém publicação.</b>  Seguindo o período estabelecido para o nosso estudo, o último a que tivemos acesso na BGUC é: 13 de Dezembro de 2008, ano 87, n.º 1035. Nessa data, o seu Director era o Padre Virgílio Antunes – Santuário de Nossa Senhora de Fátima.  O periódico é Propriedade e Edição da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora de Fátima.  Leopoldina Simões era a</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

									sua Chefe de Redacção. (Vem por Correio).
203	<b>A VOZ DA FE</b> Antetítulo: «Publicação Gratuita»	Guarda	1920? – 1934	Mensário	<b>Janeiro de 1922, ano III, n.º 1</b> Cónego António dos Santos Carreto (DP);	<b>Janeiro de 1922, ano III, n.º 1</b> Padre António Alves Pacheco (A);	<b>Janeiro de 1922, ano III, n.º 1</b> Administração – Seminário da Guarda; Composição e Impressão – Typ. da Empreza Veritas	Janeiro de 1920 ano I, n.º 1? <b>1.º visto na BGUC – Janeiro de 1922, ano III, n.º 1</b>	<b>Último de 1926 –</b> Dezembro de 1926, ano VII, n.º 12 (não visto, sendo apenas suposto pela numeração existente)  <b>Último –</b> Junho de 1934, ano XV, n.º 6
204	<b>VOZ DE GUIMARÃES</b> <sup>50</sup>	Guimarães	1921-1923	Semanário	Arthur Bivar (D); <b>24 de Fevereiro de 1923, ano II, n.º 65</b> Eugénio Vaz Vieira (D);	“Minho Gráfico” (P); <b>24 de Fevereiro de 1923, ano II, n.º 65</b> Padre Manuel de Freitas Júnior (A); Empreza da “Voz de Guimarães” (P);	Administração e Impressão: Tipografia do “Diário do Minho”; Redacção: Rua da República, Casa Nun’alvares – Guimarães; <b>24 de Fevereiro de 1923, ano II, n.º 65</b> Composto e Impresso:	11 de Setembro de 1921, ano I, n.º espécimen	4 de Agosto de 1923, ano II, n.º 81

<sup>50</sup> Membro da União Regional da Imprensa do *Diário do Minho* (URI).

							Tipografia Peninsular, Praça do Comercio, 17 a 19 – Figueira da Foz <b>5 de Junho de 1923, ano II, n.º 79</b> Composto e Impresso: Empresa “Minho Gráfico”, Rua dos Mártires da República, 37 - Braga		
<b>205</b>	<b>VOZ DA IGREJA</b> «Boletim Católico de Areias, Cervães, Lama, Manhete, Oleiros, Oliveira e Ucha»	Lama, Barcelos	1913-1919	Quinzenário	Padre Silva Gonçalves (D); <b>2 de Julho de 1913, ano I, n.º 2</b> Padre Silva Gonçalves (DP); <b>21 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 162</b> Padre Silva Araújo (DEP); <b>24 de Novembro de 1918, ano V, n.º 258</b> Cónego António José Moita (DEP).	Padre Silva Araújo (E); Joaquim Coelho d’ Araújo (A); <b>2 de Julho de 1913, ano I, n.º 2</b> Padre Silva Gonçalves (DP); <b>21 de Janeiro de 1917, ano IV, n.º 162</b> Padre Silva Araújo (DEP); <b>24 de Novembro de 1918, ano V, n.º 258</b> Cónego António José Moita (DEP).	—————	15 de Junho de 1913, ano I, n.º 1	23 de Fevereiro de 1919, ano V, n.º 270
<b>206</b>	<b>A VOZ DA</b>	Lisboa	1909	Semanário	Zuzarte de	Zuzarte de	<b>16 de Fevereiro</b>	1.º n.º ?	27 de Junho

	<p><b>JUVENTUDE</b></p> <p>«Revista semanal de Apologetica, Litteraria e de Propaganda» e «Orgao da Juventude Catholica de Lisboa»;  <b>17 de Abril de 1913, ano I (Série II), n.º 9</b></p> <p><b>REVISTA</b></p> <p>Acresce subtítulo, «Com licença da autoridade ecclesiastica»;  <b>20 de Junho de 1913, ano I, (Série II), n.º 22</b></p> <p>«Revista semanal de Apologetica, Litteraria e de Propaganda» e «Orgão da Juventude Católica de Lisboa e da Federação da J.C.P. na Região Sul com licença da autoridade eclesiástica»;  <b>14 de Novembro de 1915, ano III, n.º 114</b></p> <p>«Orgão da Juventude Catholica de Lisboa e da Federação da J.C.P. na região do Sul»</p>		(Série I) 1913-1915 <sup>51</sup> (Série II)		<p>Mendonça (DE);  Damião M. do Rio (SR);  Padre João Filipe dos Reis (A);  Empreza da 'Voz da Juventude' (P);  <b>16 de Fevereiro de 1913 ano I, n.º 1</b></p> <p>Zuzarte de Mendonça (DE);  <b>20 de Junho de 1913, ano I, (Série II), n.º 22</b></p> <p>José Cordeiro Guerra (E);  <b>5 de Abril de 1914, ano II, n.º 37</b></p> <p><b>JORNAL</b></p> <p>Mário Martins (SR) – até, 22 de Novembro de 1914, ano II n.º 69  <b>27 de Junho de 1915 ano III, n.º 96</b></p> <p>Luiz Flores (E)</p>	<p>Mendonça (DE);  <b>16 de Fevereiro de 1913 ano I, n.º 1</b></p> <p>Damião M. do Rio (SR);  Padre João Filipe dos Reis (A);  Empreza "Voz da Juventude" (P);  <b>20 de Junho de 1913, ano I (Série II), n.º 22</b></p> <p>José Cordeiro Guerra (E);</p>	<p><b>de 1913, ano I, n.º 1</b></p> <p>Composição e Impressão: Typ. Catholica – Travessa das Inglesinhas, 19;  <b>27 de Junho de 1915, ano III, n.º 96</b></p> <p>Redacção e Administração: Rua de Santo António dos Capuchos, 84, 2.º;  Composição: Rua do Desterro, 48-50.  Impressão: Avenida Almirante Reis, 15E-15F</p>	<p><b>1.º visto:</b>  16 de Fevereiro de 1913, ano I (Série II), n.º 1</p>	<p>de 1915, ano III, (Série II), n.º 114</p>
207	<b>VOZ DO PAROCO</b>	Alpedrinha,	1914	Mensário	Padre João	Padre José	_____	1 de Janeiro	15 de Março

<sup>51</sup> Segundo Joaquim Azevedo e José Ramos, o primeiro número deste periódico é de 1910. Cf. AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910. *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa. 1991/2.ª Série, Tomo III, p. 246.

		Fundão			Fernandes Santiago (D);	António Proença (E); <b>15 de Fevereiro de 1914, ano I, n.º 3</b> Padre João Marques da Silva (E);		de 1914, ano I, n.º 1	de 1914, ano I, n.º 4
<b>208</b>	<b>VOZ DO PAROCO</b>	Celorico da Beira	1913-1916	Quinzenário	Padre João de Oliveira Matos Ferreira (DP); <b>18 de Outubro de 1914, ano I, n.º 16</b> Padre José da Cunha de Carvalho (DEP);	Padre João de Oliveira Matos Ferreira (DP); Padre José da Cunha de Carvalho (E); <b>18 de Outubro de 1914, ano I, n.º 16</b> Padre José da Cunha de Carvalho (DEP); Padre João d' Oliveira Matos Ferreira (A); <b>7 de Fevereiro de 1915, ano I, n.º 32</b> Padre Álvaro Fernandes d' Oliveira (A).	_____	1 de Setembro de 1913, ano I, n.º 1	8 de Outubro de 1916, ano III, n.º 119
<b>209</b>	<b>VOZ DO PAROCO</b>	Fundão	1913-1914	Quinzenário	Padre Domingos Antunes Moreira (D);	Padre Epifânio de Oliveira Matos (EP);	_____	1 de Outubro de 1913, ano I, n.º 1	15 de Março de 1914, ano I, n.º 10

210	<b>A VOZ DO PAROCO</b> «A Voz do Pároco da freguezia de Nossa Senhora da Encarnação»	Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa (?)	1924? – 1950	Semanário	_____	_____	_____	1.º n.º? <b>1.º visto:</b> 9 de Abril de 1933, ano IX, n.º 258	<b>Último de 1926</b> – <sup>52</sup> <b>Último</b> – 16 de Julho de 1950, ano XXIX, n.º 522
211	<b>A VOZ DO PAROCO</b> «Boletim Quinzenal de Oliveira do Douro-Gaya»	Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia	1914-1915	Quinzenário	Padre Silva Gonçalves (DE); <b>14 de Maio de 1914, ano I, n.º 3</b> Padre António Rodrigues Pereira (DE)	Padre Silva Gonçalves (DE); Henrique Dias da Fonte (PA); <b>14 de Maio de 1914, ano I, n.º 3</b> Padre António Rodrigues Pereira (DE)	_____	16 de Abril de 1914, ano I, n.º 1	13 de Junho de 1915, ano II, n.º 30
212	<b>A VOZ DO PAROCO</b> «Boletim semanal das paróquias de Mouros, Barro, Paus e Fontoura – Arciprestado de Resende»	S.Martinho de Mouros, Resende	1917-1920	Semanário	Padre Maximiano d' Almeida (D); <b>2 de Novembro de 1918, ano II, n.º 89</b> Alfredo P. Pereira dos Santos (D); <b>9 de Novembro de 1918, ano II, n.º 90</b> Cónego António José Moita (D)	Reitor José Teixeira Dias (E); Padre José Pereira Dias (A).	_____	24 de Fevereiro de 1917, ano I, n.º 1	30 de Maio de 1920, ano IV, n.º 201
213	<b>VOZ DO PASTOR</b>	Porto	1921-1969 <sup>53</sup>	Semanário	Dr. A. Bernardo da Silva (D);	Padre Adriano Moreira Martins	Composto e Impresso: Tip.	13 de Fevereiro de	26 de Dezembro de

<sup>52</sup> Não nos foi possível confirmar qual o último número editado em 1926, uma vez que a colecção d' *A Voz do Pároco*, presente no Arquivo da BGUC, inicia-se apenas em 1933.

<sup>53</sup> De acordo com os dados de FERNANDES, Raul de Matos – *Jornais do Porto (1896-1925)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1978.

	<p>«Semanário da Diocese do Porto»;  <b>9 de Abril de 1922, ano II, n.º 9</b>  «Semanário da Diocese»</p>					<p>(AE);  <b>4 de Dezembro de 1921, ano I n.º 43</b>  Padre Joaquim Esteves Loureiro (AE).</p>	<p>Oficina de S. José, R. Alexandre Herculano – Porto.  Redacção e Administração: R. Passos Manoel, 54 – Porto;  <b>4 de Dezembro de 1921, Ano I, n.º 43</b>  Redacção e Administração: R. do Triunfo, 286 – Porto;  Publica-se aos sábados;  Correspondência Noticiosa para: Padre Joaquim Baptista de Aguiar;</p>	<p>1921, ano I, n.º 1</p>	<p>1925, ano V, n.º 47<sup>54</sup>  <b>Último de 1926 –</b>  25 de Dezembro de 1926, ano VI, n.º 47  <b>O jornal está findo.</b>  De acordo com a obra de Raul de Matos Fernandes, o último número da <i>Voz do Pastor</i> é: 27 de Dezembro de 1969, ano XLIX, n.º 48?  Contudo, assumindo-se como <i>Semanário da Diocese do Porto</i>, o jornal continua a publicar-se,</p>
--	---	--	--	--	--	--	---	---------------------------	---

<sup>54</sup> Esta é a data do último número existente na BGUC.

									<p>mas com um outro título:  <i>Voz Portucalense</i> que se publica desde 3 de Janeiro de 1970<sup>55</sup>.</p> <p>Segundo o período estabelecido para o nosso estudo, o último número da <i>Voz Portucalense</i> a que tivemos acesso na BPMP é: 24 de Dezembro de 2008, ano XXXIX, n.º46  O seu Director era Manuel Correia Fernandes. O jornal era Propriedade da Diocese</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

<sup>55</sup> Esta é a data do início da edição deste título, de acordo com: ASSUNÇÃO, Padre Elísio (Coord.) – *Guia de Imprensa de Inspiração Cristã (1997)*. Torres Novas: Gráfica Almondina, 1996, p. 149.

									do Porto. A Edição e Administração pertenciam à Fundação <i>Voz Portucalense</i> . (Vem por Correio)
214	<b>A VOZ PROVEZENDE</b>  «Boletim Semanal do Arciprestado de Provezende»; <b>22 de Julho de 1923, ano I, n.º 30</b> «Boletim Semanal do Patronato de Provezende»	Provezende, Sabrosa	1923-1926	Semanário	Cónego António José Moita (D);	Padre Lucas Machado (PEA);	Administração: Provezende; Redacção, Composição, Impressão: Typographia Viziense, Vizeu	ano I, 1 de Janeiro de 1923?	26 de Dezembro de 1926, ano IV, n.º 208
215	<b>VOZ DA RAIA</b>  «Semanário Católico»	Monção	1916-1917	Semanário	<b>2 de Fevereiro de 1917, ano I, n.º 6</b> Padre Manuel Domingues Basto (D).	José Napoleão Gonçalves (EA); Dr. Diogo P. de Amorim (R); <b>2 de Fevereiro de 1917, ano I, n.º 6</b> Dr. Diogo P. de Amorim (RP); Padre Leonel de Aragão (A).	_____	23 de Dezembro de 1916, ano I, n.º 1	2 de Fevereiro de 1917, ano I, n.º 6
216	<b>A VOZ DO SANTUARIO</b>  «Boletim Paroquial de Crestuma»	Crestuma, Vila Nova de Gaia	1914-1915	Semanário	Padre A. P. Paiva Freixo (DEPA).	Padre A. P. Paiva Freixo (DEPA).	_____	3 de Maio de 1914, ano I, n.º 1	3 de Outubro de 1915, ano II, n.º 75
217	<b>VOZ DA VERDADE</b>	Braga	1894 –	Semanário	Dom Prior	Dom Prior	Impressão:	5 de Abril de	29 de Março

	<p>«Revista Religiosa»;  <b>6 de Janeiro de 1916, ano XXIII (3.ª série), n.º 1</b>  «Semanario Catholica»</p>		<p>1917</p>		<p>Manuel d' Albuquerque (RP); Manuel Ribeiro Braga (EP);  <b>1911</b>  <b>5 de Janeiro de 1911, ano XVIII, n.º 1</b>  Manuel Ribeiro Braga (DP);  <b>2 de Janeiro de 1913, ano XX, n.º 1</b>  Padre José Manuel Ribeiro Braga (DEP);  <b>1 de Janeiro de 1914, ano XXI, n.º 1</b>  Dr. Agostinho de Jesus e Sousa (D);  <b>6 de Janeiro de 1916, ano XXIII (3.ª série), n.º 1</b>  Padre Silva Gonçalves (D);  <b>4 de Janeiro de 1917, ano XXIV, (4.ª série), n.º 1</b>  Padre Silva Gonçalves (DE);</p>	<p>Manuel d' Albuquerque (RP); Manuel Ribeiro Braga (EP);  Colaboradores: Monsenhor-Cónego Francisco Xavier da Cunha; Monsenhor Dr. Joaquim Domingues Mariz; Cónego Dr. João Affonso da Cunha Guimarães; Monsenhor-Cónego José Augusto Ferreira; Abade António Martins de Faria; Abade José Victorino Pinto de Carvalho; Padre José Ribeiro Braga;  <b>2 de Janeiro de 1908, ano XV, n.º 1</b>  Padre José Ribeiro Braga (R);  Manuel Ribeiro Braga (EP);  <b>1911</b></p>	<p>Imprensa Henriquina a Vapor, de Manuel Ribeiro Braga – Rua Rodrigues de Carvalho;  <b>1911</b>  <b>5 de Janeiro de 1911, ano XVIII, n.º 1</b>  Redacção e Administração – Rua Rodrigues de Carvalho, 84,86, Braga;  <b>Número especial – Junho de 1913, ano XX, n.º 25</b>  Homenagem a D. Manuel Baptista da Cunha, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas (recentemente falecido);  <b>4 de Janeiro de 1917, ano XXIV, (4.ª série), n.º 1</b>  Composição e</p>	<p>1894 ano I, n.º 1  <b>1.º visto na BGUC – 25 de Abril de 1907, ano XIV, n.º 17</b></p>	<p>de 1917, ano XXIV (4.ª série), n.º 13</p>
--	---	--	-------------	--	--	--	--	---	--

					<p><b>5 de Janeiro de 1911, ano XVIII, n.º 1</b>  Manuel Ribeiro  Braga (DP);  Padre José  Manoel Ribeiro  Braga (ER);</p> <p><b>2 de Janeiro de 1913, ano XX, n.º 1</b>  Padre José  Manuel Ribeiro  Braga;  Colaboradores:  Acrescem os  nomes: D.  António Bento  Martins Júnior;  Cónego Dr.  António Augusto  Rodrigues; Padre  João Roberto  Pereira. Saem os  nomes: Cónego  Dr. João Affonso  da Cunha  Guimarães; Padre  José Ribeiro  Braga. Mantêm-se  os outros nomes.</p> <p><b>2 de Janeiro de 1913, ano XX, n.º 1</b>  Padre José  Manuel Ribeiro</p>	Impressão: Rua do Sonho, 84-86		
--	--	--	--	--	--	--------------------------------	--	--

						<p>Braga (DEP);  <b>1 de Janeiro de 1914, ano XXI, n.º 1</b>  Colaboradores:  Monsenhor Dr. Joaquim Domingues Mariz; Dr. António Bento Martins Júnior; Dr. Clemente Ramos; Padre Manuel Pereira Júnior; Abade Paulino Affonso; Padre João Roberto Pereira Maciel;</p> <p><b>6 de Janeiro de 1916, ano XXIII (3.ª série), n.º 1</b>  J. Ribeiro Coelho (SR); Padre Ribeiro Braga (EP);</p> <p><b>4 de Janeiro de 1917, ano XXIV, (4.ª série), n.º 1</b>  Empreza “Voz da Verdade” (P);</p>			
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

## Apêndice n.º 2

### A imprensa católica entre 1911-1926 dividida por dioceses

Este apêndice está organizado segundo a ordem alfabética de cada diocese nacional. A inclusão dos periódicos foi feita de acordo com o esquema da distribuição das dezoito dioceses, que actualmente existem em Portugal. Nesse sentido, para além de informações e de um quadro próprio com a divisão dos respectivos títulos por aquelas mesmas dioceses, inserimos um mapa da divisão das dioceses portuguesas, do final do século XX, anteriormente publicado em outros estudos. Alguns títulos nasceram numa dada diocese, mas a reconstituição ou a criação de novas dioceses depois de 1926 (por exemplo, a recomposição da diocese de Aveiro, em 1938) alterou a sua localização, pelo que pontualmente daremos conta dessas alterações.

Paralelamente, dos 217 títulos registados no nosso Catálogo, existem dois periódicos que não estão referenciados no quadro seguinte: o primeiro periódico é o *Calendarium Ecclesiasticum Angolense* (? , 1913-1914). Este título era apenas impresso na Universidade de Coimbra, mas não circulava na diocese de Coimbra, antes, era uma publicação destinada ao ultramar, possivelmente para a então colónia de Angola. De qualquer forma, registamos a inexistência do local final a que o mesmo título se destinava. O segundo periódico é o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau, 1902-1980). Este é o único “caso exterior”<sup>1</sup>, sendo, no entanto, é importante referi-lo para o nosso estudo, uma vez que neste periódico eram apresentados os acontecimentos de maior relevo no continente asiático, sobretudo nas zonas de influência portuguesa, como Macau e Timor-Leste.

Nome da diocese	Número de títulos publicados (1911-1926)
Arquidiocese de Braga <sup>2</sup>	55
Arquidiocese de Évora <sup>3</sup>	4
Diocese do Algarve	4
Diocese de Angra (Açores)	11

<sup>1</sup> Pelos dados obtidos na investigação realizada na BGUC, e seguindo a numeração original, a publicação do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* ocorreu entre 1902 e 1980. Contudo, o primeiro exemplar a que tivemos acesso data de Setembro de 1923, ano XXI, n.º 243, sendo o último de Dezembro de 1980, ano e vol. 78, n.º 911. Para complemento da informação sobre Macau, refira-se que esta região foi administrada por Portugal até 20 de Dezembro de 1999, altura em que passou a integrar o território da República Popular da China.

<sup>2</sup> Estão sufragadas à Arquidiocese de Braga as seguintes dioceses: Aveiro, Bragança-Miranda, Coimbra, Lamego, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, e Viseu.

<sup>3</sup> Estão sufragadas à Arquidiocese de Évora as seguintes dioceses: Beja, e Algarve.

Diocese de Beja	1
Diocese de Bragança-Miranda	3
Diocese de Coimbra	10
Diocese do Funchal (Madeira)	9
Diocese da Guarda	10
Diocese de Lamego	6
Diocese de Leiria-Fátima	2
Diocese de Portalegre-Castelo Branco	8
Diocese do Porto	37
Diocese de Vila Real	3
Diocese de Viseu	16
Patriarcado de Lisboa <sup>4</sup>	36

**Quadro n.º 22: Distribuição dos títulos pelas dioceses nacionais**

**Arquidiocese de Braga (55 títulos)** – *Acção Catholica* (Braga, 1916-mantém publicação); *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925); *Actualidade* (Braga, 1917-1924); *Aliança* (Vila de Punhe, Barroselas, Braga, 1913-1915); *O Amigo da Religião* (Braga, 1888-1920); *O Amigo do Povo* (Quintiães, Barcelos, 1917-1919); *O Amigo do Povo* (Sande, Guimarães, 1913-1914); *O Apostolo* (Braga, 1915-1921); *O Apostolo* (Póvoa de Varzim, 1914?-1928); *Apostolo de Basto* (S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, 1917-1918); *Apostolo da Juventude* (Póvoa de Varzim, 1916-1987); *O Ave* (Caldas das Taipas, 1914-1915); *Boletim Mensal das Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918); *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. José de S. Lazaro* (S. Lázaro, Braga, 1923); *Calendarium Ecclesiasticum Vimaransenis* (Guimarães, 1909-1919); *O Combate* (Braga, 1910-1911); *A Crença* (Guimarães, 1913-1916); *O Crente de Barroso* (Montalegre, 1913-1916); *A Cruzada* (Braga, 1923-1982?); *A Cruzada* (Fão, 1923-1936); *Deu-La-Deu* (Monção, 1921-1922); *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação); *O Domingo* (Nine, Famalicão, e Cambezes, Montalegre, 1914-1916); *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *Ecos da Raia* (Monção, 1915-1919); *Estrela de Alva* (São Miguel da Pena, Vila Real, 1914-1917); *Estrela Povoense* (Póvoa de Varzim, 1876-1919); *O Fafense* (Fafe, 1923-1929); *Fe e Patria* (Viana do Castelo, 1913); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); *Gazeta de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1917); *Ilustração Catholica* (Braga, 1913-1929); *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923); *Jornal Popular* (Viana do Castelo, 1909-1911); *A Juventude* (Braga, 1914); *O Legionario* (Baltar/Braga, 1912-1920); *A Madrugada* (Braga, 1914-1915); *O Mensageiro* (Veiga de Penso, Braga, 1913); *Mensageiro Eucharistico* (Braga, 1915-1962); *Noticias de Viana* (Viana do Castelo, 1916-1919?); *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36); *Portugal Eucaristico* (Montalegre, 1914-1915); *O Povo da Barca* (Ponte da Barca, 1899?-mantém publicação)<sup>5</sup>; *O Povo de Barroso* (Montalegre, 1913); *O Primacial* (Braga, 1913-1915); *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Propaganda Catholica* (Silvares, Fafe, 1896?-1915); *A Restauração* (Guimarães, 1903?-1911); *O Sameiro* (Braga, 1926-1928); *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923); *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923); *Voz da Igreja* (Lama, Barcelos, 1913-1919); *Voz da Raia* (Monção, 1916-1917); *Voz da Verdade* (Braga, 1893?-1917).

**Arquidiocese de Évora (4 títulos)** – *Boletim Eborense* (Évora, 1917-1935); *A Defesa* (Évora, 1923-mantém publicação); *Dom Nuno* (Vila Viçosa, 1925-1931); *Noticias de Evora* (Évora, 1900-1978?).

<sup>4</sup> Estão sufragadas ao Patriarcado de Lisboa as seguintes dioceses: Angra (Açores), Funchal (Madeira), Guarda, Leiria-Fátima, Portalegre-Castelo Branco, Santarém, e Setúbal.

<sup>5</sup> A partir de 3 de Novembro de 1977, o jornal *O Povo da Barca* ficou afecto à então recém-criada diocese de Viana do Castelo (constituição apostólica *Ad Aditorem populi Dei*, do papa Paulo VI (1963-1978). Cf. FERREIRA, António Matos – Dioceses. In *Dicionário de História de Portugal...* p. 530.

**Diocese do Algarve (4 títulos)** – *O Algarvio* (São Braz de Alportel, Algarve, 1912); *Boa Nova* (Estombar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912); *Folha do Domingo* (Faro, 1914-mantém publicação); *A Verdade* (Fuzeta, Tavira, 1913-1914).

**Diocese de Angra, Açores (11 títulos)** – *A Actualidade* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1920-1926); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *Boletim Ecclesiastico dos Açores* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1912-1987); *A Crença* (Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores, 1915-mantém publicação); *A Cruz* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1914-1917); *O Dever* (Calheta, São Jorge, Açores, 1917-mantém publicação); *Preludios* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1924-1927); *San Miguel* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1905?-1911); *Sinos d' Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *A União* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1893-mantém publicação); *A Verdade* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1911-1924).

**Diocese de Beja (1 título)** – *Eco Pacense* (Beja, 1924-1927).

**Diocese de Bragança-Miranda (3 títulos)** – *Calendarium Ecclesiasticum Brigatinum* (Bragança, 1909-1919); *Legionario Transmontano* (Bragança, 1914-1917); *O Semeador* (Bragança, 1917-1922).

**Diocese de Coimbra (10 títulos)** – *Acção Popular Catholica* (Arganil, 1913); *O Amigo do Povo* (Coimbra, 1916-mantém publicação); *A Boa Nova* (Sertã, 1914); *Boletim da Diocese de Coimbra* (Coimbra, 1915-1916); *Calendarium Ecclesiasticum Conimbrigense* (Coimbra, 1909-1919); *Correio de Coimbra* (Coimbra, 1922-mantém publicação); *O Dever* (Figueira da Foz, 1926); *Estudos* (Coimbra, 1922-1970); *Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911); *Imparcial* (Coimbra, 1912-1919).

**Diocese do Funchal, Madeira (9 títulos)** – *Boa Nova* (Funchal, Madeira, 1912); *Boletim Ecclesiastico da Madeira* (Funchal, Madeira, 1912-1919); *Brado d' Oeste* (Ponta do Sol, Madeira, 1909-1918); *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense* (Funchal, Madeira, 1909-1919); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1914); *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (Funchal, Madeira, 1901?-1912); *O Madeirense* (Funchal, Madeira, 1918-1919); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931).

**Diocese da Guarda (10 títulos)** – *Boletim da Diocese da Guarda* (Guarda, 1915-1932); *A Democracia* (Covilhã, 1913-1915); *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação); *Jornal da Guarda* (Guarda, 1913-1919); *Noticias da Covilhã* (Covilhã, 1919-mantém publicação); *Sul da Beira* (Covilhã, 1908-1923?); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *Voz do Paroco* (Alpedrinha, Fundão, 1914); *Voz do Paroco* (Celorico da Beira, 1913-1916); *Voz do Paroco* (Fundão, 1913-1914).

**Diocese de Lamego (6 títulos)** – *Balsemão* (Lamego, 1924-1927); *Boletim da Diocese de Lamego* (Lamego, 1916-1937); *Calendarium Ecclesiasticum Lamecensis* (Lamego, 1909-1919); *Povo de Foz Coa* (Vila Nova de Foz Côa, 1913-1918); *O Mensageiro da Virgem* (Poiares da Régua, 1915-1919); *A Voz do Paroco* (S. Martinho de Mouros, 1917-1920).

**Diocese de Leiria-Fátima (2 títulos)** – *Boletim da Diocese da Leiria* (Leiria, 1923?-1930); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação).

**Diocese de Portalegre-Castelo Branco (8 títulos)** – *O Apostolo* (Abrantes, 1914-1915); *O Bem* (Oleiros, 1915-1918); *Boletim da Diocese de Portalegre* (Portalegre, 1916-1925); *Boletim Paroquial da Freguesia de S. Lourenço* (Portalegre, 1916-1952); *O Distrito de Portalegre* (Portalegre, 1884-2010); *Flores do Santuario* (Portalegre, 1926-1937); *Luz d' Alma* (Portalegre, 1914-1922); *O Semeador* (Castelo Branco, 1914-1916).

**Diocese do Porto (37 títulos)** – *Almanaque da Juventude Catholica* (Porto, 1914); *Almanaque de «O Missionario Catolico»* (Cucujães, 1926?-1927); *Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911); *Almanaque Popular Catholico* (Porto, 1917); *Arte Catholica* (Porto, 1917); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *Boletim da Diocese do Porto* (Porto, 1914-1936); *Boletim Mensal da Obra de S. Francisco de Sales* (Porto, 1896-1960); *Boletim Paroquial* (Porto, 1916-1919); *Boletim Paroquial da Freguesia de Serzedo-Granja* (Serzedo, Vila Nova de Gaia, 1915); *Boletim Popular* (Porto, 1912-1920); *Boletim Portuguez da Sociedade de S. Vicente de Paulo* (Porto, 1918-mantém publicação); *O Correio* (Porto, 1912-1913); *Correio do Norte* (Porto, 1910-1911); *O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919); *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922); *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923); *A Fe Catholica* (Porto, 1910-1911); *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913); *A Ideia* (Fafe, 1912-1920); *João Semana* (Ovar, 1914-1998)<sup>6</sup>; *Jornal de Santo Tyrso* (Santo Tirso, 1882-1967); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *Lusitania* (Porto, 1914); *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação); *A Palavra* (Porto, 1872-1911); *A Paz* (Porto, 1912?-1917); *A Paz* (Vila Nova de Gaia, 1912-1918); *O Português* (Penafiel, 1915-1916); *O Progresso Catholico* (Guimarães/Porto, 1878-1925); *Propaganda e Acção* (Porto, 1915-1916); *O Valonguense* (Valongo, 1913-1915); *Vida Nova* (Lousada, 1893-1933); *Vila da Feira* (Santa Maria da Feira, 1920-1923); *A Voz do Paroco* (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, 1914-1915); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *A Voz do Santuario* (Crestuma, Vila Nova de Gaia, 1914-1915).

**Diocese de Vila Real (3 títulos)** – *O Anjo da Diocese* (Vila Real, 1923-1934); *As Florinhas de Neve* (Vila Real, 1925-1926); *A Voz Provezende* (Provezende, Sabrosa, 1923-1926).

**Diocese de Viseu (16 títulos)** – *Boletim da Diocese de Viseu* (Viseu, 1915-1938); *O Caminho* (Sever do Vouga, 1917-1940)<sup>7</sup>; *Catolicismo Social* (Viseu, 1911); *Correio da Beira* (Viseu, 1911-1919); *Correio de Lafões* (Vouzela, 1915-1918); *Defesa Social* (Viseu, 1919-1920); *Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915); *O Estudo* (Viseu, 1920); *A Folha* (Viseu, 1901-1911); *Folha de Viseu* (Viseu, 1911); *A Guarda Avançada* (Viseu, 1913); *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação); *Kalendarium Ecclesiasticum Visense* (Viseu, 1920-1924); *Mensageiro Paroquial* (Viseu, 1914-1976?); *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?); *Revista Cathequistica* (Viseu /Lamego, 1913-1984)<sup>8</sup>.

**Patriarcado de Lisboa (36 títulos)** – *O Almonda* (Torres Novas, 1918-mantém publicação); *Annaes da Obra da Santa Infancia* (Lisboa, 1867-1950); *Annaes da Propagação da Fe* (Lisboa, 1828-1949?); *A Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1918); *O Bem Publico* (Lisboa, 1905?-1911); *Boletim Mensal da Obra das Vocações e dos Missionarios* (Lisboa, 1918-1922); *Boletim Paroquial* (Lisboa, 1914-1920); *Boletim Salesiano* (Lisboa, 1902-mantém publicação); *Broteria* (Lisboa, 1902-mantém publicação); *Calendrier Liturgique* (Lisboa, 1917-1960); *Correio de Torres* (Torres Vedras, 1926); *Cruzada Nacional «Nuno Alvares»* (Lisboa, 1922); *Cruzada do Rosario* (Lisboa, 1915-1961); *Diario Illustrado* (Lisboa, 1872-1911); *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927); *A Fe Cristã* (Lisboa, 1912-1920); *As Florinhas da Rua* (Lisboa, 1921-1924); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Leituras Christãs* (Lisboa, 1914-1925); *O Mensageiro* (Leiria, 1914-mantém publicação); *O Mensageiro* (Lisboa, 1904?-1940); *O Mensageiro do Estoril* (São João do Estoril, 1924-1958); *Mensageiro de Maria* (Lisboa, 1905?-1950); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974); *Oração e Vida* (Lisboa?, 1874-1981?); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *O Pasquim* (Lisboa, 1914); *Raio de Luz* (Lisboa, 1913-1944?); *O Rosario* (Lisboa, 1907-1956?); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *O Universal* (Lisboa, 1913); *O Universo* (Lisboa, 1917); *Vasco da Gama* (Lisboa, 1925-1928); *Vida Catolica* (Lisboa, 1915-1935/36?, I

<sup>6</sup> A partir de 24 de Agosto de 1938, o jornal *João Semana* ficou afecto à, então, restaurada diocese de Aveiro [(bula apostólica *Omnium ecclesiarum*, do papa Pio XI (1922-1939)]. Cf. Idem, ibidem.

<sup>7</sup> O jornal *O Caminho*, afecto, desde a sua criação, à diocese de Viseu, também passou a estar ligado à diocese de Aveiro, a partir de 24 de Agosto de 1938. Cf. Idem, ibidem.

<sup>8</sup> Apesar de a colecção deste título estar incompleta na BGUC, há indicações que, em 1979, a *Revista Cathequistica* já se publicava a partir da cidade de Lamego, e estava afectada à respectiva diocese.

Série; 1986 II Série); *A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909, I Série, 1913-1915, II Série); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924?-1950).

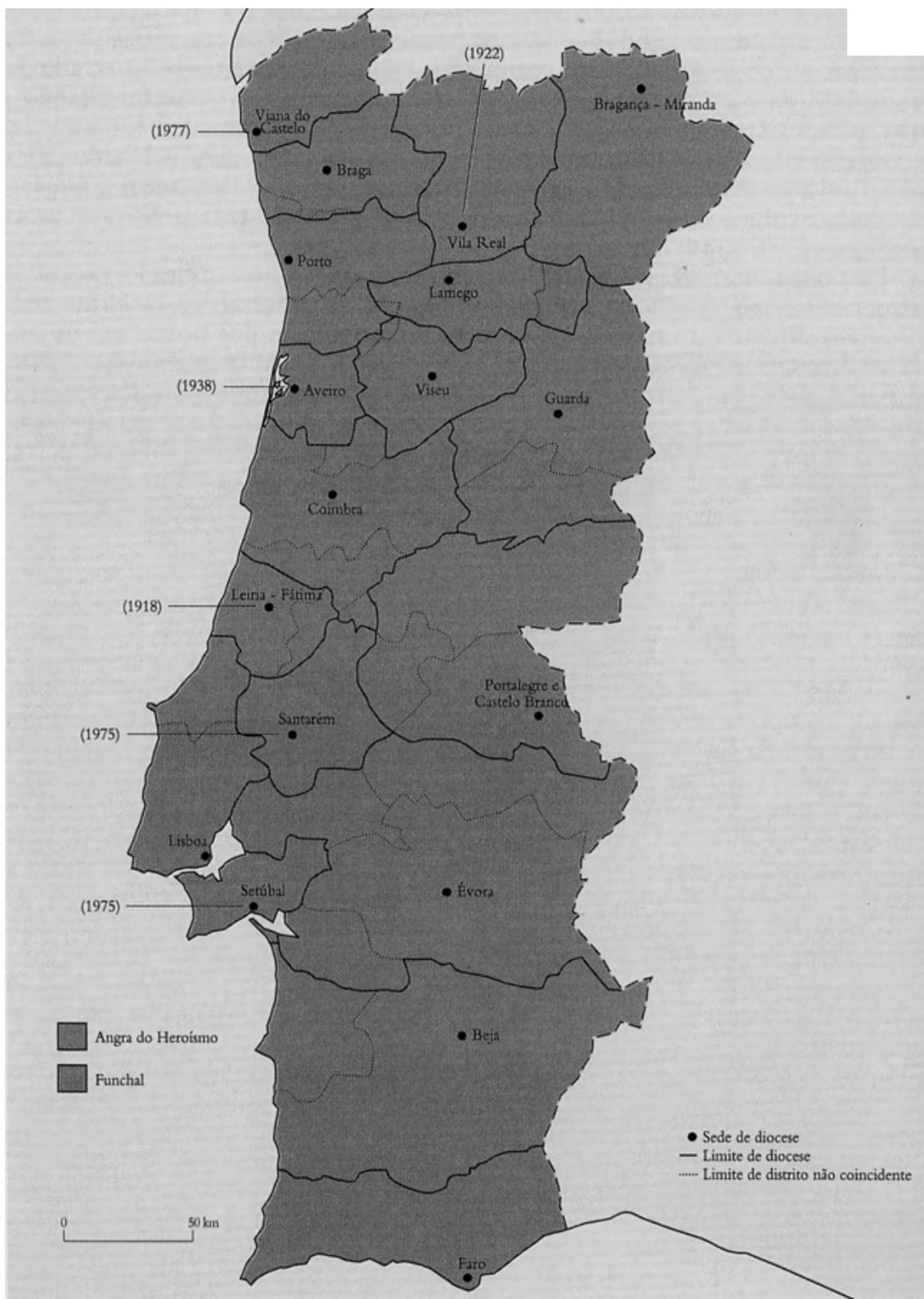


Figura n.º 20: Divisão das dioceses nacionais (limites actuais)

Fonte: *Anuário Católico de Portugal, 1995-1998*. Imagem retirada de: FONTES, Paulo F. de Oliveira – *O catolicismo português no século XX*...p. 134.